



CONGRESSO NACIONAL

ANAIS DO SENADO FEDERAL

ATAS DA 186ª SESSÃO À 191ª SESSÃO DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA

VOLUME 32 Nº 49
9 DE OUTUBRO A 15 DE OUTUBRO

SENADO FEDERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
SUBSECRETARIA DE ANAIS.
BRASÍLIA – BRASIL
2008

VOLUMES NÃO PUBLICADOS DOS ANAIS DO SENADO FEDERAL

1919, 1920, 1927 a 1930, 1936, 1937, 1949 a 1952, 1963, 1964 e 1966.

Anais do Senado / Senado Federal, Subsecretaria de Anais. – 1823-.
Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Anais, 1823-
v. ; 27 cm.
Quinzenal.

Volumes anteriores a 1977 publicados sob numerações próprias, com periodicidade irregular. Editado pela Diretoria de Anais e Documentos Parlamentares no período de 1950-1955; pela Diretoria de Publicações no período de maio de 1956 a 1972 e pela Subsecretaria de Anais a partir de 1972.

Variações do título: Annaes do Senado do Império do Brazil, 1826-1889. Annaes do Senado Federal, 1890-1935. Anais do Senado Federal, 1946-

1. Poder legislativo – Anais. I. Brasil. Congresso. Senado Federal, Subsecretaria de Anais.

CDD 341.2531
CDU 328(81)(093.2)

**Senado Federal
Subsecretaria de Anais - SSANS
Via N 2, Unidade de Apoio I.
CEP - 70165-900 – Brasília – DF – Brasil.**



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DIRETORA

(2007-2008)

PRESIDENTE	Senador GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN)
1º VICE-PRESIDENTE	Senador TIÃO VIANA (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE	Senador ÁLVARO DIAS (PSDB-PR)
1º SECRETÁRIO	Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB)
2º SECRETÁRIO	Senador GERSON CAMATA (PMDB-ES)
3º SECRETÁRIO	Senador CÉSAR BORGES (PFL-BA)
4º SECRETÁRIO	Senador MAGNO MALTA (PR-ES)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Senador	PAPALÉO PAES (PSDB-AP)
2º Senador	ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE)
3º Senador	JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB-PI)
4º Senador	FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Bloco-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Roseana Sarney*
PTB - Eptácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Maioria-PMDB - José Maranhão*
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Maioria-PMDB - Casildo Maldaner** (S)

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Ada Mello** (S)

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
PSC - Virgínio de Carvalho** (S)

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Marco Antônio Costa** (S)

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

ÍNDICE TEMÁTICO

	Pág.		Pág.
ARTIGO DE IMPRENSA			
Registro da matéria intitulada “Campeões de Audiência”, publicada pela revista <i>IstoÉ</i> , edição de 11 de julho de 2008. Senador Papaléo Paes.....	95	Registro da matéria intitulada “A mãe do Dossiê”, publicada pela revista <i>IstoÉ</i> edição de 28 de maio de 2008. Senador João Tenório.	190
Registro da matéria intitulada “Teles avisaram a juiz que PF acesso total a cadastro”, publicada pelo jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 6 de agosto de 2008. Senador Alvaro Dias.	97	Registro da matéria intitulada “NY: provas secretas contra o Governo”, publicada pelo jornal <i>O Globo</i> , edição de 11 de julho de 2008. Senador Flexa Ribeiro.....	193
Registro da matéria intitulada “Por uma economia livre”, publicada pela revista <i>Veja</i> , edição de 3 de setembro de 2008. Senador Arthur Virgílio ...	98	Registro da matéria intitulada “Ministério Público acusa Matilde de improbidade”, publicada pelo jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 8 de agosto de 2008. Senador Papaléo Paes.	308
Registro da matéria intitulada “Banqueiro rachou núcleo duro do Governo Lula”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 10 de julho de 2008. Senador Flexa Ribeiro.	100	Registro da matéria intitulada “A resistência à MP da Pesca”, publicada pelo jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 13 de maio de 2008. Senador Alvaro Dias.....	309
Registro da matéria intitulada “Na CPI, aparecido não revela quem faz dossiê”, publicada pelo jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 21 de maio de 2008. Senador João Tenório.	101	Registro da matéria intitulada “O calote do Professor Delúbio”, publicada pela revista <i>Istoé</i> , edição de 25 de junho de 2008. Senador Sérgio Guerra.....	310
Registro da matéria intitulada “Teixeira admite ter recebido US\$ 3,2 milhões no caso Varig”, publicada pelo jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 22 de junho de 2008. Senador Sérgio Guerra..	104	Registro da matéria intitulada “Oposição decide CPI da Varig em agosto”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 10 de julho de 2008. Senador Flexa Ribeiro.	311
Transcrição nos Anais da mensagem intitulada “Parar a roda bloqueando seus raios”. Senador Pedro Simon.	106	Registro da matéria intitulada “Um passo acima”, publicada pela revista <i>Veja</i> , edição de 28 de maio de 2008. Senador João Tenório.	312
Registro da matéria intitulada “Escalada Tributária”, publicada pelo jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 22 de julho de 2008. Senador Papaléo Paes.....	186	Registro da matéria intitulada “Verbas públicas não chegam aos atletas”, publicada no jornal <i>O Globo</i> , edição de 12 de outubro de 2008. Senador Alvaro Dias.....	380
Registro da matéria intitulada “MP denuncia Matilde por gastos com cartão corporativo”, publicada pelo jornal <i>O Globo</i> , edição de 8 de agosto de 2008. Senador Alvaro Dias.	187	Registro do artigo intitulado “Uma crise (internacional)”, no dia 14 de outubro de 2008. Senador Eduardo Azeredo.....	383
Registro da matéria intitulada “O Golpe dos Mensaleiros”, publicada pela revista <i>Veja</i> , edição de 25 de junho de 2008. Senador Sérgio Guerra..	188	Registro do artigo intitulado “O presidente e o cigarro”, publicado pelo jornal <i>Correio Braziliense</i> , edição de 14 de setembro de 2008. Senador Papaléo Paes.....	464
		Registro da matéria intitulada “A UNE domesticada”, publicada pela revista <i>IstoÉ</i> , edição de 20 de agosto de 2008. Senador Alvaro Dias.	465

	Pág.		Pág.
Registro da matéria intitulada "MINC e o lixão da Paciência, publicada pela revista <i>IstoÉ</i> , edição de 25 de junho de 2008. Senador Sérgio Guerra..	466	Portugal, assuntos relevantes. Senador Cristovam Buarque.....	153
Registro da matéria intitulada "Carvalho prometeu a petista ajudar Dantas", publicada pelo jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 10 de julho de 2008. Senador Flexa Ribeiro.....	468	CONSTITUIÇÃO FEDERAL	
Registro da matéria intitulada "Funcionária da Casa Civil formatou o dossiê tucano", publicada no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 23 de maio de 2008. Senador João Tenório.....	469	Discurso sobre a importância da Constituição Federal Brasileira nesses últimos 20 anos. Senador Paulo Paim.....	11
ATUAÇÃO PARLAMENTAR		Importância da Constituição Federal no desenvolvimento do sistema eleitoral brasileiro. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Eduardo Suplicy....	14
Defesa de uma definição do Colégio de Líderes, a fim de que se votem várias matérias relevantes para o País. Senador Renato Casagrande.	273	Comentários sobre o artigo publicado no jornal <i>Correio Braziliense</i> , de autoria de Ives Gandra Martins Filho, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, sobre as inovações da Constituição de 1988, que trouxeram conquistas importantes para o sistema legal brasileiro. Senador Marco Maciel.....	359
BANCO		CULTURA	
Explicação da Medida Provisória nº 442, de 6 de outubro de 2008, que trata do redesconto, pelo Banco Central do Brasil, e autoriza a emissão da Letra de Arrendamento Mercantil – LAM, e dá outras providências. Senador Eduardo Suplicy.....	49	Registro da apresentação de proposta do Brasil, em Montevideu, durante a realização da Cumbre de Ministros da Cultura, de eleger o ano de 2008 como o Ano Ibero-Americano de Museus. Senador Romero Jucá.....	107
Cumprimentos ao Banco do Brasil pelos seus dois séculos de existência. Senador Paulo Paim...	213	DATA COMEMORATIVA	
Cumprimentos ao Supremo Tribunal Federal – STF e ao Ministro Ricardo Lewandowski por decisões adotadas no caso da revisão da dívida do Banco do Estado de Rondônia. Senador Expedito Júnior.....	229	Comemoração de duas décadas da Constituição Cidadã, no dia 05 de outubro de 2008. Senador Geraldo Mesquita Júnior.....	7
Cumprimentos ao Senador Expedito Júnior por sua luta e vitória em relação a renegociação da dívida do Beron – Banco de Rondônia e faz analogia à situação do Bemat – Banco de Mato Grosso. Senador Jayme Campos.....	230	Transcurso dos 173 anos da Revolução Farroupilha, celebração dos 120 anos da Abolição não-conclusa, os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e 20 anos da promulgação da nossa Constituição Federal no ano de 2008. Senador Paulo Paim.....	11
CALAMIDADE PÚBLICA		Transcurso do 8º centenário de São Francisco de Assis, e a importância de sua obra. Senador Pedro Simon.....	64
Justificação da apresentação de projeto de lei complementar, que institui a Contribuição Social para a Defesa Civil (CSDEC), transforma o Fundo Especial para Calamidades - FUNCAP, em Fundo Nacional para a Defesa Civil - FUNDEC, e dá outras providências. Senador Casildo Maldaner.....	366	Saudação à passagem do Dia Mundial da Saúde Mental, celebrado no dia 10 de outubro de 2008. Senador Tião Viana.....	114
COMUNICAÇÃO		Celebração do Dia Mundial da Saúde Mental, no dia 10 de outubro de 2008. Senador Adelmir Santana.....	117
Registro do encontro organizado pelo comunicador João Dória Filho, reunindo empresários, políticos, artistas e intelectuais, a fim de debater, em		Registro das comemorações do Dia da Criança e do Dia do Professor. Senadora Serys Silesarenko.....	135
		Registro do transcurso, no dia 14 de outubro de 2008, do Dia Internacional do Acesso Livre ao Conhecimento Científico. Senador Renato Casagrande.....	273

Pág.	Pág.		
<p>Comemoração pelo transcurso dos vinte anos de promulgação da Constituição Federal brasileira, no dia 5 de outubro de 2008. Senador Antonio Carlos Valadares.....</p> <p>Comemoração do Dia do Professor, no dia 15 de outubro. Senador Cristovam Buarque.....</p> <p>Comemoração do Dia do Professor, no dia 15 de outubro. Senador José Nery.....</p> <p>Comemoração do Dia da Criança, no dia 12 de outubro, com objetivo de se discutir e encontrar meios para inclusão social das crianças do nosso País, e do Dia do Professor, no dia 15 de outubro. Senador Sérgio Zambiasi.....</p> <p>Comemoração do Dia da Criança, no dia 12 de outubro, com objetivo de se discutir e encontrar meios para inclusão social das crianças do nosso País, e do Dia do Professor, no dia 15 de outubro. Senadora Ideli Salvatti.....</p> <p>Comemoração do Dia da Criança, no dia 12 de outubro, com objetivo de se discutir e encontrar meios para inclusão social das crianças do nosso País, e do Dia do Professor, no dia 15 de outubro. Senador Leomar Quintanilha.....</p> <p>Comemoração do Dia da Criança, no dia 12 de outubro, com objetivo de se discutir e encontrar meios para inclusão social das crianças do nosso País, e do Dia do Professor, no dia 15 de outubro. Senador Jefferson Praia.....</p> <p>Comemoração do Dia da Criança, no dia 12 de outubro, com objetivo de se discutir e encontrar meios para inclusão social das crianças do nosso País, e do Dia do Professor, no dia 15 de outubro. Senadora Marisa Serrano.....</p> <p>Comemoração do Dia da Criança, no dia 12 de outubro, com objetivo de se discutir e encontrar meios para inclusão social das crianças do nosso País, e do Dia do Professor, no dia 15 de outubro. Senador Romeu Tuma.....</p> <p>Comemoração do Dia da Criança, no dia 12 de outubro, com objetivo de se discutir e encontrar meios para inclusão social das crianças do nosso País, e do Dia do Professor, no dia 15 de outubro. Senador Augusto Botelho.....</p> <p>Comemoração do Dia da Criança, no dia 12 de outubro, com objetivo de se discutir e encontrar meios para inclusão social das crianças do nosso País, e do Dia do Professor, no dia 15 de outubro. Senador Inácio Arruda.....</p> <p>Comemoração e reflexão do Dia do Professor, no dia 15 de outubro. Senador Valdir Raupp.....</p> <p>Comemoração do Dia da Criança, no dia 12 de outubro, com objetivo de se discutir e encontrar meios para inclusão social das crianças do nosso</p>	<p>País, e do Dia do Professor, no dia 15 de outubro. Senador Flexa Ribeiro.....</p> <p>315</p> <p>324</p> <p>327</p> <p>329</p> <p>330</p> <p>331</p> <p>333</p> <p>334</p> <p>335</p> <p>337</p> <p>338</p> <p>343</p>	<p>343</p> <p>DESENVOLVIMENTO REGIONAL</p> <p> Apelo ao Governo Federal pela realização de obras no Estado do Piauí. Senador Mão Santa.....</p> <p> Anúncio da liberação de repasses federais para obras em diversos Municípios do Estado do Amapá. Senador Gilvam Borges.....</p> <p> Defesa da aproximação da região Norte do País, aos níveis de progresso socioeconômico do restante da Nação, com a apresentação do Projeto de Lei do Senado nº 326, de 2008, cujo objetivo é a criação da ZPE (Zona de Processamento de Exportação) de Serra do Navio, Município situado no coração do Amapá e os fins que especifica. Senador Papaléo Paes.....</p> <p> Cumprimentos ao Senador Gilvam Borges, que destacou a importância dos participantes das eleições no Amapá. Senador Papaléo Paes.....</p> <p> Manifestação sobre a questão das Zonas de Processamento de Exportação de matéria-prima e das ferrovias no Nordeste. Senador Mão Santa....</p> <p> Esclarecimentos sobre as Zonas de Processamento de Exportação de matéria-prima e das ferrovias no Nordeste. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador João Ribeiro.....</p> <p> Defesa das Zonas de Processamento de Exportação de matéria-prima e das ferrovias do Nordeste. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador César Borges.....</p> <p> Apelo ao Presidente Lula para que leve obras ao Piauí. Senador Mão Santa.....</p> <p> Cumprimentos ao Governo Federal, que por meio do Programa de Aceleração do Crescimento, vai entrar com R\$ 55 milhões, junto com o Governo do Estado, para ampliar o cais do Porto de Vitória, Espírito Santo. Senador Renato Casagrande.....</p> <p>DIVISÃO TERRITORIAL</p> <p> Premência da votação do Projeto de Lei da Câmara 98, de 2002 - Complementar, que regulamenta a criação de municípios. Senador César Borges.....</p> <p> Ratificação do discurso do Senador César Borges sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 2002, que regulamenta a criação de municípios. Aparte ao Senador César Borges. Senador Flexa Ribeiro.....</p> <p> Cumprimentos ao Senador César Borges e seu discurso sobre o Projeto de Lei da Câmara nº</p>	<p>129</p> <p>158</p> <p>160</p> <p>160</p> <p>160</p> <p>169</p> <p>171</p> <p>357</p> <p>416</p> <p>279</p> <p>280</p>

	Pág.		Pág.
98, de 2002, que regulamenta a criação de municípios. Aparte ao Senador César Borges. Senador Paulo Paim.....	281	Discussão sobre os Projetos de Lei do Senado n°s 98, de 2002, n°s 60 e 96, de 2008, e as emendas, sobre a criação de novos Municípios. Senador Flexa Ribeiro.	410
Ratificação do discurso do Senador César Borges sobre o Projeto de Lei da Câmara n° 98, de 2002, que regulamenta a criação de municípios. Aparte ao Senador César Borges. Senador Casildo Maldaner.....	281	Discussão sobre os Projetos de Lei do Senado n°s 98, de 2002, n°s 60 e 96, de 2008, e as emendas, sobre a criação de novos Municípios. Senadora Lúcia Vânia.....	411
Pedido de urgência na votação do Projeto de Lei que pretende criar novos Municípios, com ressalvas. Senador Tasso Jereissati.....	401	Discussão sobre os Projetos de Lei do Senado n°s 98, de 2002, n°s 60 e 96, de 2008, e as emendas, sobre a criação de novos Municípios. Senador José Agripino.	412
Pedido de urgência na votação do Projeto de Lei que pretende criar novos Municípios, com ressalvas. Senador Tasso Jereissati.....	401	Apresentação de emenda de autoria de Sua Excelência, do Projeto de Lei do Senado n°s 98, de 2002, n°s 60 e 96, de 2008, sobre a criação de novos municípios. Senador Valter Pereira.	418
Considerações sobre o Projeto de Lei que pretende criar novos Municípios. Senador Eduardo Azeredo.....	401	Encaminhamento de votação favorável aos Projetos de Lei do Senado n°s 98, de 2002, n°s 60 e 96, de 2008, e as emendas, sobre a criação de novos Municípios. Senador Arthur Virgílio.	419
Pedido de urgência na votação do Projeto de Lei que pretende criar novos Municípios, com ressalvas. Senador Valter Pereira.....	402	Encaminhamento de votação favorável aos Projetos de Lei do Senado n°s 98, de 2002, n°s 60 e 96, de 2008, e as emendas, sobre a criação de novos Municípios. Senador Renato Casagrande...	419
Pedido de urgência na votação do Projeto de Lei que pretende criar novos Municípios, com ressalvas. Senador Flexa Ribeiro.	402	Encaminhamento de votação favorável aos Projetos de Lei do Senado n°s 98, de 2002, n°s 60 e 96, de 2008, e as emendas, sobre a criação de novos Municípios. Senador Antonio Carlos Valadares.	419
Pedido de urgência na votação do Projeto de Lei que pretende criar novos Municípios, com ressalvas. Senador César Borges.	403	Encaminhamento de votação favorável aos Projetos de Lei do Senado n°s 98, de 2002, n°s 60 e 96, de 2008, e as emendas, sobre a criação de novos Municípios. Senador Delcídio Amaral.	431
Considerações sobre o Projeto de Lei que pretende criar novos Municípios. Senador José Agripino.....	403	Cumprimentos aos Senadores pela atenção dispensada ao Projeto de Lei sobre a criação de novos Municípios. Senador Expedito Júnior.	432
Considerações sobre o Projeto de Lei que pretende criar novos Municípios. Senador Mário Couto.	404	Retificação do seu voto ao Projeto de Lei do Senado, sobre a criação de novos Municípios. Senador José Maranhão.....	432
Considerações sobre o Projeto de Lei que pretende criar novos Municípios. Senador Arthur Virgílio.....	404	Cumprimentos aos Senadores pela atenção dispensada ao Projeto de Lei sobre a criação de novos Municípios. Senador César Borges.....	434
Discussão sobre os Projetos de Lei do Senado n°s 98, de 2002, n°s 60 e 96, de 2008, e as emendas, sobre os fins que especifica acerca da criação de novos municípios. Senador Renato Casagrande.....	405	Considerações sobre o Projeto de Lei do Senado 98, de 2002-Complementar, aprovado no dia 15 de outubro de 2008. Senador Valter Pereira.....	444
Considerações sobre os Projetos de Lei do Senado n°s 98, de 2002, n°s 60 e 96, de 2008, e as emendas, sobre os fins que especifica. Senador Tasso Jereissati.	406		
Considerações sobre os Projetos de Lei do Senado n°s 98, de 2002, n°s 60 e 96, de 2008, e as emendas, sobre os fins que especifica. Senador Jayme Campos.....	407	EDUCAÇÃO	
Discussão sobre os Projetos de Lei do Senado n°s 98, de 2002, n°s 60 e 96, de 2008, e as emendas, sobre a criação de novos Municípios. Senador Sérgio Zambiasi.	407	Reflexão sobre a educação no Brasil e que pode ser feito para a qualificação do ensino. Senadora Rosalba Ciarlini.	58
		Reflexão sobre a distribuição de recursos para a Educação no Brasil. Aparte à Senadora Rosalba Ciarlini. Senador Jefferson Praia.	60

Pág.	Pág.
<p>Apresentação do Projeto de Lei do Senado, que altera o § 1º do art. 26 da Lei nº 9.934, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para introduzir nos currículos dos Ensinos Fundamental e do Médio, a obrigatoriedade de estudos sobre a Amazônia. Senador Jefferson Praia.....</p>	<p>90</p>
<p>Apresentação de dois Projetos de Lei do Senado, de autoria do Senador Cristovam Buarque, sobre a criação dos Cefets – Centro Federal de Educação Tecnológica. Senador João Pedro.....</p>	<p>62</p>
<p>Manifestação sobre a tramitação na Comissão de Educação, Cultura e Esporte de dois projetos importantes acerca da criação de Escolas Técnicas, os Cefets, nos Municípios de Humaitá e de Tefé, no Amazonas. Senador João Tenório.....</p>	<p>180</p>
<p>Ratificação do discurso do Senador João Pedro sobre a necessidade de ser ter escolas técnicas em cada Município. Aparte ao Senador João Pedro. Senador Paulo Paim.....</p>	<p>180</p>
<p>Registro da entrega, no dia 13 de outubro de 2008, do Prêmio “Educador Nota Dez”, patrocinado pela Fundação Victor Civita. Senador Cristovam Buarque.....</p>	<p>181</p>
<p>Registro da entrega, no dia 13 de outubro de 2008, do Prêmio “Educador Nota Dez”, patrocinado pela Fundação Victor Civita. Senador Cristovam Buarque.....</p>	<p>241</p>
<p>Reflexão sobre o Dia da Criança, e a Educação como base para o crescimento e aprimoramento das crianças. Senador José Nery.....</p>	<p>327</p>
<p>Registro da integração da escola com a família, em Taboão da Serra, que foi premiada por ter conseguido elevar o grau de aproveitamento e as notas dos alunos. Senador Eduardo Suplicy.....</p>	<p>342</p>
<p>Reflexões sobre a educação como instrumento de cidadania e liberdade e comemoração ao Dia do Professor. Senadora Fátima Cleide.....</p>	<p>370</p>
ELEIÇÃO	
<p>Elogios ao Tribunal Superior Eleitoral e ao sistema eleitoral brasileiro. Senador Eduardo Azeredo...</p>	<p>4</p>
<p>Registro do desempenho do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, nas eleições municipais em Alagoas e na Região Nordeste. Senadora Ada Mello.....</p>	<p>6</p>
<p>Excelência do trabalho realizado pela Justiça Eleitoral, com destaque para a divulgação dos resultados finais em Santa Catarina e o desempenho do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB. Senador Neuto de Conto.....</p>	<p>18</p>
<p>Reflexão sobre o pleito eleitoral, nas eleições municipais e elogios à Justiça Eleitoral, com enfoque ao Estado do Rio Grande do Norte. Senadora Rosalba Ciarlini.....</p>	<p>58</p>
<p>Registro da porcentagem dos votos apurados para o Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB nas eleições Municipais de 2008. Senador Wellington Salgado de Oliveira.....</p>	<p>90</p>
<p>Congratulação ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB e seu êxito nas eleições Municipais de 2008. Senador Valdir Raupp.....</p>	<p>90</p>
<p>Registro das eleições municipais em Roraima e proposta de aliança com o novo Governo a fim de solucionar os problemas do Estado e enaltecimento à atuação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB nas eleições municipais de 2008. Senador Romero Jucá.....</p>	<p>93</p>
<p>Análise das eleições no Estado do Mato Grosso. Senadora Serys Slhessarenko.....</p>	<p>135</p>
<p>Homenagem a candidatos que concorreram às eleições municipais no Amapá, em 2008. Senador Gilvam Borges.....</p>	<p>158</p>
<p>Referência ao desempenho do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB nas eleições municipais de 2008. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador Garibaldi Alves Filho.....</p>	<p>163</p>
<p>Comentários acerca da eleição para a Prefeitura de São Paulo, com críticas à candidata Marta Suplicy, por veicular ataques pessoais ao seu adversário, Gilberto Kassab, em sua propaganda. Senador Papaléo Paes.....</p>	<p>202</p>
<p>Ratificação do discurso do Senador Papaléo Paes sobre a má postura da candidata à prefeitura de São Paulo, Marta Suplicy, contra seu adversário Kassab. Aparte ao Senador Papaléo Paes. Senador Antonio Carlos Junior.....</p>	<p>204</p>
<p>Cumprimentos ao Senador Papaléo Paes pelo seu discurso sobre a eleição para a Prefeitura de São Paulo. Aparte ao Senador Papaléo Paes. Senador Mão Santa.....</p>	<p>204</p>
<p>Esclarecimentos sobre o discurso do Senador Papaléo Paes sobre o Projeto que visa coibir as práticas de discriminação e violência com relação à orientação sexual de qualquer pessoa e sobre a eleição para a Prefeitura de São Paulo. Aparte ao Senador Papaléo Paes. Senadora Fátima Cleide..</p>	<p>205</p>
<p>Esclarecimentos sobre o discurso do Senador Papaléo Paes sobre a eleição para a Prefeitura de São Paulo. Aparte ao Senador Papaléo Paes. Senador Eduardo Suplicy.....</p>	<p>205</p>
<p>Comentários acerca da eleição para a Prefeitura de São Paulo, com críticas à candidata Marta Suplicy, por veicular ataques pessoais ao seu adversário, Gilberto Kassab, em sua propaganda. Senador Arthur Virgílio.....</p>	<p>230</p>
<p>Comentários acerca da eleição para a Prefeitura de São Paulo, com críticas à candidata Mar-</p>	<p></p>

	Pág.		Pág.
ta Suplicy, por veicular ataques pessoais ao seu adversário, Gilberto Kassab, em sua propaganda. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Sérgio Guerra.....	233	Reflexão do discurso do Senador Pedro Simon sobre a obra de São Francisco de Assis em prol dos mais necessitados. Aparte ao Senador Pedro Simon. Senador Jefferson Praia.....	69
Críticas ao Partido dos Trabalhadores - PT e a Marta Suplicy, candidata à prefeitura de São Paulo, por sua conduta diante as eleições municipais. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Tasso Jereissati.....	235	Importância do discurso do Senador Pedro Simon sobre a obra de São Francisco de Assis. Aparte ao Senador Pedro Simon. Senador Casildo Maldaner.....	69
Considerações sobre a campanha da prefeita Marta Suplicy, candidata à prefeitura de São Paulo. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Alvaro Dias.....	237	Registro satisfatório quanto ao discurso do Senador Pedro Simon sobre a obra de São Francisco de Assis em prol dos mais necessitados. Aparte ao Senador Pedro Simon. Senador Tião Viana.	70
Anúncio da decisão do Diretório Municipal do Democratas de Cuiabá, em apoiar candidatura à reeleição do Prefeito Wilson Santos, do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB. Senador Jayme Campos.....	275	Agradecimentos ao Senador Pedro Simon e seu discurso sobre a obra e história de São Francisco de Assis em prol dos mais necessitados. Senador Delcídio Amaral.	87
Críticas à atuação do Partido dos Trabalhadores - PT nas últimas eleições municipais e à postura da candidata Marta Suplicy na campanha eleitoral para prefeitura de São Paulo. Senador Demóstenes Torres.....	286	Homenagem pelo transcurso da Semana Nacional do Idoso. Senador Valdir Raupp.....	94
Discordância ao discurso do Senador Demóstenes Torres sobre sua crítica ao Partido dos Trabalhadores e à Marta Suplicy, nas eleições municipais. Aparte ao Senador Demóstenes Torres. Senador Eduardo Suplicy.	287	Homenagem ao Dia da Criança e ao Dia de Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil, comemorados em 12 de outubro. Senador Paulo Paim.....	120
GOVERNO FEDERAL		Homenagem ao Senador Mão Santa, pelo transcurso do seu aniversário, no dia 13 de outubro de 2008. Senador Papaléo Paes.	160
Críticas ao Governo do Presidente Lula. Senador Alvaro Dias.	16	Cumprimentos ao Senador Mão Santa pelo seu discurso em defesa da miscigenação no Brasil. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador Paulo Paim.....	171
Elogios ao Governo Lula e sua atuação diante da crise internacional. Senador Eduardo Suplicy. .	49	Saudação ao lançamento do livro Piauhy - das Origens à Nova Capital do engenheiro Doutor Cid de Castro Dias. Senador Mão Santa.....	290
Elogios ao Governo Lula e sua gestão no período da crise financeira mundial. Senador Delcídio Amaral.	146	Homenagem ao economista Paul Robin Krugman, agraciado com o Prêmio Nobel de Economia, em 2008. Senador Eduardo Suplicy.....	290
Destaque para publicação do Governo Federal intitulada "Mais Brasil para Mais Brasileiros", reunindo dados e números das ações governamentais. Senador Romero Jucá.....	149	Homenagem ao Dia do Professor, comemorado no dia 15 de outubro. Senador Paulo Paim. ..	351
HOMENAGEM		Homenagem ao Dia do Professor, no dia 15 de outubro, e reflexão sobre a educação no Brasil. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Mão Santa.....	353
Comemoração de duas décadas da Constituição Cidadã, no dia 05 de outubro de 2008. Senador Geraldo Mesquita Júnior.....	7	Homenagem pelo transcurso, no dia 15 de outubro, do Dia do Professor. Senador Renan Calheiros.	375
Homenagem aos 100 anos do falecimento de Machado de Assis. Senador Eduardo Suplicy.	49	Congratulação ao Senador Renan Calheiros por sua homenagem ao professor. Aparte ao Senador Renan Calheiros. Senador Leomar Quintanilha.	377
Homenagem ao Banco do Brasil que completa 200 anos no dia 12 de outubro de 2008. Senador Augusto Botelho.....	53	Homenagem à acadêmica amazonense Carmen Novoa Silva, pela publicação de seu livro Andrômaca, obra póstuma do grande escritor amazonense Péricles Moraes. Senador Arthur Virgílio. ...	379
		Homenagem ao lutador, atleta e empresário Ricardo Libório pelo êxito por sua academia nos	

	Pág.		Pág.
Estados Unidos, American Top Team – ATT. Senador Arthur Virgílio.....	379	Parecer nº 1.046, de 2008 (da Comissão Diretora) Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2001 (nº 5.270, de 2001, na Câmara dos Deputados). Senador Garibaldi Alves Filho.....	259
Homenagem pelo transcurso, em 18 de outubro, do Dia do Médico. Senador Augusto Botelho.	449	Parecer nº 1.047, de 2008 (Comissão Diretora), que dá redação final do Projeto de Resolução nº 1, de 2004. Senador Garibaldi Alves Filho.	263
Homenagem pelo transcurso, no dia 15 de outubro, do Dia do Professor. Senador Gerson Camata..	463	Parecer nº 1.048, de 2008 (da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle), sobre o Ofício nº S/16, de 2008 (nº 17.747/2008, na origem), do Ministro de Estado do Controle e da Transparência, que encaminha ao Senado Federal, em disco compacto, cópias dos Relatórios de Fiscalização, contendo os resultados das ações empreendidas nos Municípios sorteados na 25ª Etapa do Programa de Fiscalização a Partir de Sorteios Públicos. Senador Valdir Raupp.	304
HOMENAGEM PÓSTUMA		Parecer nº 1.049, de 2008 (da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle), sobre o Aviso nº 46, de 2008 (nº 1.039/2008, na origem), do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão nº 1.589/2008, proferido nos autos do processo TC 004.486/2004-4, que julgou irregulares as contas do Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária – ITERRA. Senador Flexa Ribeiro.	306
Homenagem póstuma ao jornalista e escritor gaúcho Luiz Paulo Pilla Vares. Senador Paulo Paim.	11	Parecer nº 1.050, de 2008 (comissão Diretora), que apresenta a redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 98, de 2008 – Complementar. Senador Garibaldi Alves.....	422
Homenagem póstuma ao francês Pierre Weil, fundador da Universidade da Paz, sediada em Brasília. Senador Cristovam Buarque.....	153	Parecer nº 1.051, de 2008, sobre a aprovação da retificação da Emenda do Projeto de Lei do Senado nº 98, de 2002, que propõe a emenda de redação n art. 15: onde estava escrito “encerrado o prazo do caput”, leia-se, coloque-se “encerrado o prazo do art. 14”. Senador Tasso Jereissati.....	426
Homenagem póstuma ao Alfredo Campos e do ex-Deputado Federal Gilberto Faria, Presidente do grupo MinasMáquina e da Rede Alvorada de Comunicação de Minas Gerais. Senador Eduardo Azeredo.....	283	Parecer nº 1.052, de 2008, que dá redação final do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 98, de 2002 – Complementar, que dispõe sobre o procedimento para a criação, incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios, para regulamentar o § 4º do art. 18, da Constituição Federal. Senador Garibaldi Alves Filho.....	434
Homenagem póstuma ao amazonense Raimundo Pedrosa. Senador Arthur Virgílio.....	379	Parecer nº 1.053, de 2008 (Comissão Diretora), que dá redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796, de 2004, na Casa de origem). Senador Antonio Carlos Valadares.....	450
MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA		Parecer nº 1.054, de 2008 (da Comissão de Educação, Cultura e Esportes), sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2008 (nº 4.572/2004, na	
Mensagem nº 203, de 2008 (nº 764/2008, na origem), que informa a ausência de Sua Excelência do País no período de 12 a 17 de outubro de 2008, em visitas oficiais à Espanha de 12 a 14, à Índia, nos dias 14 e 15, e a Moçambique nos dias 16 e 17 de outubro de 2008.....	149		
Mensagem nº 204, de 2008 (nº 759/2008, na origem), que dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2008, com o objetivo de fomentar as exportações do País, sancionado e transformado na Lei nº 11.793, de 6 de outubro de 2008.....	185		
ORÇAMENTO			
Registro da aprovação, no dia 08 de outubro de 2008, do Relatório Preliminar do Orçamento. Senador Delcídio Amaral.....	87		
Cumprimentos ao Doutor Fábio, pela importância do Programa Siga Brasil, da Comissão de Orçamento. Senador Romeu Tuma.....	272		
PARECER			
Parecer nº 1.045, de 2008 (Comissão Diretora) Redação do vencido, para o segundo turno, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2005. Senador Papaléo Paes.	257		

	Pág.		Pág.
Mercante para estaleiros que beneficiarão quatro unidades do Estado de Santa Catarina. Senadora Ideli Salvatti.	209	Análise da situação do Brasil diante da crise financeira mundial. Senador Mão Santa.....	129
POLÍTICA DO MEIO AMBIENTE		Considerações sobre a crise econômica mundial e suas conseqüências no Brasil. Senador Cristovam Buarque.....	153
Égide da preservação do meio ambiente como prioridade na sociedade, e apresentação de Projeto de Lei pra conter o desmatamento. Senador Valdir Raupp.	90	Críticas ao Governo do Presidente Lula. Aparte ao Senador Cristovam Buarque. Senador Mão Santa.	156
Égide da preservação do bioma amazônico e sua importância. Senador João Pedro.....	140	Discurso sobre a crise econômica que se abate pelo mundo. Senador Mão Santa.	162
Ressalva sobre a importância da responsabilidade ambiental na Amazônia. Aparte ao Senador João Pedro. Senador Romero Jucá.....	140	Reflexão sobre a crise econômica mundial e suas conseqüências no Brasil. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador Garibaldi Alves Filho.	162
Discordância da Medida Provisória do Governo, que restringe o plantio de cana-de-açúcar nas áreas desmatadas da Amazônia. Aparte ao Senador João Pedro. Senador Valdir Raupp.	142	Críticas ao Governo do Presidente Lula e sua reação quanto à crise econômica mundial. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador Papaléo Paes. ...	164
Registro de convite para o evento, em Novo Hamburgo, que premiará os vencedores da competição "O Rio dos Sinos é Nosso", competição implantada em 2007, para defesa do meio ambiente. Senador Paulo Paim.....	172	Reflexão sobre os efeitos vindouros da crise econômica mundial, com a valorização do dólar frente ao real. Senador Papaléo Paes.....	202
POLÍTICA ECONÔMICO FINANCEIRA		Comentários sobre os efeitos da crise econômica mundial no Brasil. Aparte ao Senador Papaléo Paes. Senador Eduardo Suplicy.....	205
Apoio ao discurso do Senador Tasso Jereisati sobre a crise mundial e considerações sobre o Panaroma Econômico Mundial e o que o Brasil deve fazer a respeito. Senador Marconi Perillo.....	2	Reflexão sobre a crise econômica mundial, com perspectiva de que o Brasil será afetado. Senador Valdir Raupp.	208
Considerações sobre a incidência da Crise mundial e suas conseqüências no Brasil. Senador José Nery.....	5	Considerações sobre a atual crise econômica mundial e as medidas adotadas pelo Brasil para o seu enfrentamento. Senadora Ideli Salvatti.	209
Reflexão sobre a crise econômica mundial, as crises bancárias, e suas conseqüências na economia brasileira. Senadora Lúcia Vânia.....	55	Reflexão sobre a atual crise financeira mundial e destaque para a necessidade de se cortar gastos públicos. Senador Antonio Carlos Júnior....	211
Reflexão sobre as conseqüências da crise econômica mundial, instalada pela crise bancária americana, e sua afetação no Brasil. Senador Cassido Maldaner.....	56	Égide da importância de o País contar com grandes instituições bancárias estatais, em face da atual crise econômica mundial. Senador Paulo Paim.....	213
Reflexão sobre a crise econômica mundial e as conseqüências desta no Brasil. Senador Delcídio Amaral.	87	Relato sobre comparecimento à reunião do Conselho Político, onde o Presidente Lula expôs a gravidade da atual crise internacional e enumerou as medidas adotadas por seu Governo. Senador Osmar Dias.....	216
Apuração da crise econômica mundial na economia do Brasil. Senador Valdir Raupp.....	90	Ratificação do discurso do Senador Osmar Dias sobre as medidas cabíveis para enfrentar a crise econômica mundial. Aparte ao Senador Osmar Dias. Senador Gerson Camata.....	218
Considerações sobre a crise internacional e a economia brasileira. Senador João Tenório.....	101	Análise sobre a atual crise, como a mais grave da economia capitalista mundial, especialmente no que se refere às perdas das bolsas de valores, e a situação do Brasil diante da crise. Senador Aloizio Mercadante.....	221
Considerações sobre a preocupação popular com a crise financeira mundial. Senador Gilvam Borges.	110	Defesa do discurso do Senador Aloizio Mercadante sobre a crise econômica mundial. Aparte ao Senador Aloizio Mercadante. Senador Mão Santa..	225

	Pág.		Pág.
Defesa do discurso do Senador Aloizio Mercadante sobre a crise econômica mundial. Aparte ao Senador Aloizio Mercadante. Senador Eduardo Suplicy.	226	Considerações sobre a atual crise financeira mundial, a posição dos EUA e as conseqüências da crise para o Brasil. Senador Neuto de Conto....	368
Ressalva sobre os depósitos compulsórios, como uma oportunidade aos pequenos negócios no Brasil, mediante a crise econômica mundial. Aparte ao Senador Aloizio Mercadante. Senador Adelmir Santana.....	227	POLÍTICA EMPRESARIAL	
Preocupação com a sociedade diante da crise econômica mundial que trouxe reflexos para o Brasil. Aparte ao Senador Aloizio Mercadante. Senador Casildo Maldaner.....	227	Apelo por urgência na votação do Projeto de Lei da Câmara nº 128, de 2008, de autoria do Deputado Mendes Thame, que altera o Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte. Senador Valdir Raupp.....	144
Criticas ao Governo Lula diante da crise econômica mundial. Aparte ao Senador Aloizio Mercadante. Senador Tasso Jereissati.....	228	POLÍTICA ENERGÉTICA	
Considerações sobre a crise econômica mundial, com críticas à atuação do Governo em seu enfrentamento. Senador Arthur Virgílio.....	230	Discurso sobre a importância de investimento na matriz energética e energia renovável no Brasil. Aparte ao Senador João Pedro. Senador Delcídio Amaral.	143
Criticas à atuação do Governo Lula diante da crise econômica mundial. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Sérgio Guerra.....	233	Comemoração pelo aumento da prospecção de petróleo e gás no Brasil, especialmente, em Mato Grosso. Senadora Serys Slhessarenko.	206
Reflexão sobre a crise econômica mundial. Senador Cristovam Buarque.....	241	POLÍTICA EXTERNA	
Reflexão de como o Brasil deve agir junto aos países da América Latina, para amenizar os efeitos da crise econômica internacional. Senador Renato Casagrande.	273	Referência à expulsão da Construtora Odebrecht pelo Governo do Equador, e possíveis conseqüências negativas para o Brasil. Senador Alvaro Dias.	16
Reflexão pela busca de soluções para o enfrentamento da crise financeira internacional. Senador Renan Calheiros.....	281	Registro da reunião do G-20 em Washington, onde o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, estará presidindo a reunião com as Ministros da Fazenda das 20 nações de economia mais importante, com a colaboração do Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, e a Comissão de Assuntos Econômicos. Senador Eduardo Suplicy	49
Preocupação com a crise financeira internacional. Senador Efraim Morais.....	313	POLÍTICA FISCAL	
Reflexão sobre a crise internacional que abala todos os países, e que teve início no setor imobiliário dos EUA. Senador João Pedro.	347	Apresentação do Projeto de Lei do Senado, que busca repatriar recursos de brasileiros que estão em outros países e outros fins que especifica. Senador Delcídio Amaral.....	146
Considerações sobre as avaliações e questionamentos a respeito da crise econômica, destacando as medidas adotadas pelo Governo brasileiro. Senadora Ideli Salvatti.....	361	POLÍTICA INDUSTRIAL	
Preocupação com a crise financeira internacional. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. Senador César Borges.....	363	Enaltecimento aos impactos econômicos, sociais e ambientais positivos do PIM - Pólo Industrial de Manaus para os manauaras, para os amazonenses e para todos os brasileiros. Senador Jefferson Praia.	378
Análise sobre as medidas que o Governo Lula tem tomado sobre a crise financeira internacional. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. Senador Eduardo Suplicy.....	363	POLÍTICA PARTIDÁRIA	
Posicionamento da Oposição frente à atual crise financeira mundial e propostas de aperfeiçoamento da Medida Provisória 442, Medida Provisória nº 1.182, de 95 e a Medida Provisória que procura evitar a estatização de instituições financeiras pelo Banco Central. Senador Alvaro Dias.	367	Registro do desempenho do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, nas eleições municipais	

	Pág.		Pág.
em Alagoas e na Região Nordeste. Senadora Ada Mello.....	6	Égide da ampliação das políticas públicas para geração de empregos para mulheres. Senadora Serys Slhessarenko.....	135
Proposta de reunião após as eleições com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, para debates e discussões. Senador Pedro Simon.....	64	POLÍTICA TRABALHISTA	
Manifestação sobre a força feminina na política brasileira, e homenagem especial a três mulheres eleitas no Estado do Amapá: à Francimar do PT, à Lucimar do PMDB e à Euricélia do PP. Senador Gilvam Borges.....	215	Transmissão do pleito de profissionais de Psicologia, Serviço Social e Pedagogia da área sócio-jurídica do Tribunal de Justiça do Paraná. Senador Paulo Paim.....	172
POLÍTICA SOCIAL		Comentários sobre a regulamentação definitiva da profissão de motorista. Senador Paulo Paim.....	214
Promoção de diversas atividades voltadas para os idosos em Porto Velho-RO, e destaque à II Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa, nos dias 25 e 26 de outubro de 2008. Senador Valdir Raupp.....	94	Manifestação em defesa das autoridades policiais de São Paulo. Senador Romeu Tuma.....	272
Denúncia e alerta ao trabalho e exploração infantil e os malefícios desta prática na infância. Senador Paulo Paim.....	120	Observações sobre o Projeto de Lei que fixou o piso salarial e garantiu a hora-atividade aos professores, e pedido de apoio dos Senadores para a aprovação do Projeto de Lei do Senado 265, de 2008-Complementar, de sua autoria. Senador Osmar Dias.....	364
Ratificação do discurso do Senador Paulo Paim sobre as crianças e os idosos. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Geraldo Mesquita Júnior.....	124	Cumprimentos ao Senador Osmar Dias por seu discurso em prol dos professores. Aparte ao Senador Osmar Dias. Senadora Fátima Cleide....	365
Preocupação com a causa em favor das crianças e jovens do País, manifestando-se favoravelmente à criação da Agência de Proteção da Criança e do Adolescente. Defesa de campanha pública nacional de esclarecimento e orientação para proteção das crianças e adolescentes. Senador Geraldo Mesquita Júnior.....	133	Encaminhamento do requerimento de informações ao Presidente do Superior Tribunal do Trabalho, ao Ministro do Trabalho e Emprego e ao presidente do Banco Central acerca da greve dos bancários que ocorre há mais de quinze dias com graves transtornos para a população. Senador Antonio Carlos Júnior.....	380
Considerações sobre a dívida do País com os aposentados, a educação, a saúde e a segurança. Senador Mão Santa.....	219	PREVIDÊNCIA SOCIAL	
Considerações sobre o Dia da Criança, com objetivo de se discutir e encontrar meios para inclusão social das crianças do nosso País. Senador Cristovam Buarque.....	324	Morosidade na apreciação, pela Câmara dos Deputados, do projeto que extingue o fator previdenciário. Senador Mão Santa.....	9
Ratificação do discurso do Senador Inácio Arruda e dos demais senadores sobre a importância das crianças e dos professores e da preocupação com estes. Aparte ao Senador Inácio Arruda. Senador Renato Casagrande.....	340	Mobilização para a votação do projeto que extingue o fator previdenciário. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador Paulo Paim.....	10
Considerações sobre os benefícios do Programa Bolsa Família para a população do Piauí. Senador Mão Santa.....	357	Cumprimentos ao Senador Renan Calheiros por seu discurso sobre o fator previdenciário. Aparte ao Senador Renan Calheiros. Senador Paulo Paim.....	21
POLÍTICA SÓCIO ECONÔMICA		Defesa da aprovação ao fim do fator previdenciário e a equiparação dos reajustes dos aposentados ao salário mínimo. Senador Paulo Paim.....	120
		Mobilização para a votação do projeto que extingue o fator previdenciário. Senador Romero Jucá.....	139
		Registro do recebimento e leitura da carta do aposentado Cláudio Eli que deseja participar	

	Pág.		Pág.
da luta pelo fim do fator previdenciário e reajuste da categoria Senador Paulo Paim.	172	munidade onde a empresa está localizada. Senador Romeu Tuma.....	252
Preocupação com a situação dos aposentados no Brasil. Senador Mário Couto.	349	Projeto de Lei do Senado nº 385, de 2008, que altera a Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999, que dispõe sobre a compensação financeira entre o regime geral de previdência social e os regimes de previdência dos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos casos de contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadoria e dá outras providências. Senador Antonio Carlos Valadares.....	254
PROJETO DE LEI DA CÂMARA			
Projeto de Lei da Câmara nº 154, de 2008 (nº 1.246/2007, na Casa de origem), que altera a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal.....	24	Projeto de Lei do Senado nº 386, de 2008, que altera o art. 7º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, para modificar os requisitos de recrutamento dos conciliadores e juizes leigos dos Juizados Especiais. Senadora Ideli Salvatti.....	389
Projeto de Lei da Câmara nº 155, de 2008 (nº 1.507/2007, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo único ao art. 133 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre o uso de cópia autenticada do Certificado de Licenciamento Anual.....	25	Projeto de Lei do Senado nº 387, de 2008, que altera a redação do caput do artigo 193 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, a fim de consolidar perigosa a atividade profissional que implique a situação de risco de vida, perigo iminente de acidente ou violência física. Senador Paulo Paim.	391
PROJETO DE LEI DO SENADO			
Projeto de Lei do Senado nº 379, de 2008, que dispõe sobre incentivo à exploração e implantação de centrais de geração a partir de fonte eólica e dá outras providências. Senador Renato Casagrande.	26	PROJETO DE RESOLUÇÃO	
Projeto de Lei do Senado nº 380, de 2008, que altera o art. 25 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, restabelecendo exclusão da base de cálculo da contribuição do empregador rural pessoa física, das receitas que especifica. Senador Casildo Maldaner.....	28	Projeto de Resolução nº 55, de 2008, que altera a redação dos arts. 122 e 355 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), para determinar a divulgação, nos avulsos da Ordem do Dia, de propostas de emenda à Constituição apresentada ao Senado. Senador Expedito Júnior.....	256
Projeto de Lei do Senado nº 381, de 2008, trata da divulgação institucional e da propaganda eleitoral em rádio e televisão para as eleições diretas ao Parlamento do Mercado Comum do Sul-Mercosul. Senadora Marisa Serrano.	244	REFORMA AGRÁRIA	
Projeto de Lei do Senado nº 382, de 2008, que dispõe sobre a liberdade de expressão e dá outras providências. Senadora Serys Silhessarenko.	245	Manifestação sobre os conflitos agrários que ocorrem em Mato Grosso. Senadora Serys Silhessarenko.	135
Projeto de Lei do Senado nº 383, de 2008, que altera o artigo 135, da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, Código Eleitoral, para instituir a criação de sala especial de votação, em cada local de votação, para os eleitores idosos, deficientes e portadores de necessidades especiais. Senador Romeu Tuma. ...	250	REFORMA POLÍTICA	
Projeto de Lei do Senado nº 384, de 2008, que dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais e creditícios às pessoas jurídicas que adquirirem livros técnico-profissionalizantes relacionados ao respectivo objeto social da empresa e os distribuírem, gratuitamente, ao seu corpo funcional e à co-		Premência de uma reforma do sistema político brasileiro. Senador Renan Calheiros.	19
		REQUERIMENTO	
		Requerimento nº 1.174, de 2008, que requer, nos termos do art. 258, do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto dos PLS nºs 185/2005 e 183/2006 por versarem sobre a mesma matéria. Senador Marco Maciel.	22
		Requerimento nº 1.175, de 2008, que requer a tramitação em conjunto do PLC nº 106/2007 com os PLS nos 18/2005, 8/2005, 355/2004, 45/2006,	

Pág.	Pág.
42/2007, 301/2003, por versarem sobre a mesma matéria. Senador Marco Maciel.....	22
Requerimento nº 1.176, de 2008, que requer, nos termos do art. 258, do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto dos PLC nºs 68/2006, 52/2006, com os PLS 124/2004 e 43/2003, por versarem sobre a mesma matéria. Senador Marco Maciel.....	22
Requerimento nº 1.177, de 2008 Requeiro, nos termos do art. 258, do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto dos OFS “S” nºs 9/2003 e 2/2006, por versarem sobre a mesma matéria. Senador Marco Maciel.	22
Requerimento nº 1.178, de 2008 nos termos do art. 218, inciso VII, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro voto de pesar pelo falecimento do jornalista, escritor e ex-secretário da Cultura Luiz Pilla Vares. Senador Paulo Paim.	22
Requerimento nº 1.179, de 2008, que requer a realização de Sessão Especial do Senado, no dia 21 de outubro de 2008, destinada a homenagear o Dia da Força Aérea Brasileira e do Aviador, que é comemorado no dia 23 de outubro. Senador Expedito Júnior.	23
Requerimento nº 1.180, de 2008, que requer autorização para ausência de Sua Excelência dos trabalhos desta Casa no período de 9 a 15 de outubro de 2008, quando estará em missão oficial visitando o Parlamento Português. Senador Marconi Perillo.....	23
Requerimento nº 1.181, de 2008, que requer, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2008, que “acrescenta parágrafo único ao art. 59 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal (Estabelece a obrigatoriedade de consideração dos antecedentes do agente infrator, relativos a medidas socioeducativas de internação)”, seja apreciado pela Comissão de Assuntos Sociais, além da constante do despacho inicial. Senador Romero Jucá.	23
Requerimento nº 1.182, de 2008, que requer, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2008, que “acrescenta parágrafo único ao art. 59 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal (Estabelece a obrigatoriedade de consideração dos antecedentes do agente infrator, relativos a medidas socioeducativas de internação)”, seja apreciado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, além da constante do despacho inicial. Senador Romero Jucá.	23
Requerimento nº 1.183, de 2008, que requer a necessária autorização para participar da Reunião	
da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos do Parlamento do Mercosul, nos dias 14 e 15 de outubro de 2008, na cidade de Buenos Aires, Argentina. Senador Geraldo Mesquita Júnior.	23
Requerimento nº 1.184, de 2008, que requer a tramitação em conjunto do PLS nº 9/2004 com os PLS nºs 38/2004, 61/2004, 40/2006, 253/2006, 45/2007, 112/2007, 223/2007, e 739/2007 por versarem sobre a mesma matéria. Senador Marco Maciel.....	23
Requerimento nº 1.185, de 2008, que requer a tramitação em conjunto do PLC nº 47/2003, com os PLS nºs 118/2006, 194/2005, 219/2008, 241/2005 e 485/2003 – Complementares, por versarem sobre a mesma matéria. Senador Marco Maciel.	148
Requerimento nº 1.186, de 2008, que requer a tramitação em conjunto das PEC nºs 6/2006, 10/2008, 13/2006, 16/2004, 22/2007, 61/2004, 85/2007 e 95/2003 por versarem sobre a mesma matéria. Senador Marco Maciel.....	149
Requerimento nº 1.187, de 2008, que requer a tramitação em conjunto do PLS nº 18/2006 com os PLS nºs 19/2007, 46/2006, 107/2003, 154/2008, 160/2008, 280/2003, 284/2008, 285/2005, 428/2003, 700/2007, e com os PLC nºs 43/2005, 77/2007 e 86/2006, por versarem sobre a mesma matéria. Senador Marco Maciel.....	149
Requerimento nº 1.188, de 2008, que requer que sejam prestadas informações solicitadas sobre os indícios de fraudes no Programa Universidade Para Todos (PROUNI) noticiadas pelo jornal <i>Correio Braziliense</i> , no dia 3 de agosto de 2008. Senador Cristovam Buarque.....	182
Requerimento nº 1.189, de 2008, que requer a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 87, de 2003, 54, de 2005, 51, de 2006 e 551, de 2007, por regularem a mesma matéria. Senador Marco Maciel.	184
Requerimento nº 1.190, de 2008, que requer a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 2, de 2003 e 2, de 2006, por regularem a mesma matéria. Senador Marco Maciel. ..	184
Requerimento nº 1.191, de 2008, que requer a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 43, de 2003, 20 de 2006 e 8, de 2007, por tratarem do mesmo assunto. Senador Marco Maciel.	184
Requerimento nº 1.192, de 2008, quer requer a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 32, de 2003, 22 de 2005, por tratarem do mesmo assunto. Senador Marco Maciel.	184
Requerimento nº 1.193, de 2008, que requer a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à	

	Pág.		Pág.
Constituição n°s 28, de 1999 e 92, de 2007, por tratarem do mesmo assunto. Senador Marco Maciel.	184		
Requerimento n° 1.194, de 2008, que requer a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição n°s 88, de 2003 e 20, de 2005, por tratarem do mesmo assunto. Senador Marco Maciel.	184	Requerimento n° 1.204, de 2008, que requer a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado n°s 292, de 2004, e 232, de 2003, por regularem a mesma matéria. Senador Marco Maciel.....	185
Requerimento n° 1.195, de 2008, que requer a tramitação conjunta dos Projetos de Lei da Câmara n°s 78 e 82, de 2004, e 52, de 2007, por regularem a mesma matéria. Senador Marco Maciel.....	184	Requerimento n° 1.205, de 2008, que requer a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado n°s 157, de 2002, e 86, de 2007, por regularem a mesma matéria. Senador Marco Maciel.....	185
Requerimento n° 1.196, de 2008, que requer a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição n°s 74 e 84, de 2007, por regularem a mesma matéria. Senador Marco Maciel.....	184	Requerimento n° 1.206, de 2008, que requer a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição n°s 16, de 2003, 36, de 2005, 34 e 40, de 2006, 42, 51 e 56, de 2007, por regularem a mesma matéria. Senador Marco Maciel.....	185
Requerimento n° 1.197, de 2008, que requer a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado n°s 683 e 634, de 2007; e 23, de 2008, por regularem a mesma matéria. Senador Marco Maciel.....	184	Requerimento n° 1.207, de 2008, que requer a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara n° 106, de 2005, com os Projetos de Lei do Senado n°s 85 e 193, de 2003, 205 e 254, de 2005, e 301, de 2006, por regularem a mesma matéria. Senador Marco Maciel.....	185
Requerimento n° 1.198, de 2008, que requer a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado n°s 242 e 407, de 2005; 308 e 587, de 2007, por regularem a mesma matéria. Senador Marco Maciel.....	184	Requerimento n° 1.208, de 2008, que requer a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado n°s 459, de 2003, e 238, de 2004, por regularem a mesma matéria. Senador Marco Maciel.....	185
Requerimento n° 1.199, de 2008, que requer a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara n° 23, de 2008, com os Projetos de Lei do Senado n°s 295, de 2001, 578, de 2007, e 286, de 2008, por regularem a mesma matéria. Senador Marco Maciel.....	184	Requerimento n° 1.209, de 2008, que requer a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado n°s 615, de 2007, e 283, de 2008, por regularem a mesma matéria. Senador Marco Maciel.....	185
Requerimento n° 1.200, de 2008, que requer a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado n°s 134, 135, 154, 204, 311, 338, 378, 457 e 508, de 2003; 13, 113, 196 e 227, de 2004; 3, 301, 280, 307, 339, 357, 378 e 383, de 2005; 55, 105, 159, 162, 167 e 283, de 2006; 197, 239, 287, 496, 537, 552 e 689, de 2007; 7, 148, 149 e 220, de 2008, com os Projetos de Lei da Câmara n°s 97, de 2003; e 69, de 2006, por regularem a mesma matéria. Senador Marco Maciel.....	184	Requerimento n° 1.210, de 2008, que requer a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado n°s 83, 84 e 513, de 2007, por regularem a mesma matéria. Senador Marco Maciel.....	185
Requerimento n° 1.201, de 2008, que requer a tramitação conjunta dos Projetos de Resolução do Senado n°s 41, de 2002; e 71, de 2003, por regularem a mesma matéria. Senador Marco Maciel...	185	Requerimento n° 1.211, de 2008, que requer que sejam prestadas, pelo Ministro de Estado da Fazenda, informações acerca do efetivo cumprimento, por parte da Receita Federal do Brasil, do disposto na Súmula Vinculante n° 8, do Supremo Tribunal Federal, reproduzida a seguir: São inconstitucionais o parágrafo único do artigo 5° do Decreto-Lei n° 1.569/1977 e os artigos 45 e 46 da Lei n° 8.212/1991, que tratam de prescrição e decadência de crédito tributário. Senador Flexa Ribeiro.....	242
Requerimento n° 1.202, de 2008, que requer a tramitação conjunta dos Projetos de Resolução do Senado n°s 65, de 2003; 4 e 7, de 2004, por regularem a mesma matéria. Senador Marco Maciel...	185	Requerimento n° 1.212, de 2008, que requer que o período do expediente da Sessão Deliberativa do dia 2 de dezembro de 2008 seja dedicado à abertura da IV Semana do Senado Federal de Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência. Senador Garibaldi Alves Filho.....	242
Requerimento n° 1.203, de 2008, que requer a tramitação conjunta dos Projetos de Resolução do Senado n°s 3 e 35, de 2007; e 15, de 2003, por regularem a mesma matéria. Senador Marco Maciel.....	185	Requerimento n° 1.213, de 2008, que requer inserção em ata de Voto de Pesar à família do Advogado Clemente Mannes, que faleceu, vítima de um derrame cerebral no domingo passado. Fundador do PT na cidade de Jaraguá do Sul – SC, foi	

Pág.	Pág.
secretário-Geral da Central Única dos Trabalhadores em Santa Catarina. Senadora Ideli Salvatti.....	243
Requerimento nº 1.214, de 2008, requer que seja dispensado o parecer da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) sobre o PLS nº 131, de 2008, em razão de ter sido esgotado o prazo regimental para manifestação da CE e por não se tratar de matéria da competência regimental daquela Comissão, passando-se à apreciação da Comissão seguinte constante do despacho inicial. Senador Expedito Júnior.....	243
Requerimento nº 1.215, de 2008, requer nos termos do art. 40 do Regimento Interno, licença para ausentar-se dos trabalhos desta Casa nos dias 7 a 17 de novembro de 2008, para atender à mencionada missão. Senador Romeu Tuma.....	243
Requerimento nº 1.216, de 2008, requer que sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 119, de 2006 que, “Institui, na forma do art. 43 da Constituição Federal, a Superintendência do Desenvolvimento Sustentável do Centro-Oeste – SUDECO, estabelece sua composição, natureza jurídica, objetivos, área de competência e instrumentos de ação.”, seja ouvida a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática– CCT, por estar no âmbito da sua competência. Senador Wellington Salgado.....	243
Requerimento nº 1.217, de 2008, requer licença para ausentar-se dos trabalhos desta Casa no período de 30 de outubro a 9 de novembro de 2008, para atender à mencionada missão. Senador Demóstenes Torres.....	243
Requerimento nº 1.218, de 2008, requer nos termos do art. 287 do Regimento Interno do Senado Federal, votação, em globo, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2001 (nº 5.270/2001, naquela Casa), que altera o art. 36 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências. Senador Alvaro Dias.....	258
Requerimento nº 1.219, de 2008 que requer a dispensa de publicação do Parecer, para imediata discussão e votação da redação final do Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2001 (nº 5.270/2001, na Câmara dos Deputados), que altera o art. 36 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências. Senador Alvaro Dias.....	259
Requerimento nº 1.220, de 2008, que requer adiantamento da discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 118/2005, por 30 dias. Senador Gim Argello.....	261
Requerimento nº 1.221, de 2008, requer o reexame do Projeto de Lei da Câmara nº 84, de 2006 pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em vista da necessidade superveniente de alteração e correção de engano. Senador Antonio Carlos Valadares.....	262
Requerimento nº 1.222, de 2008 que requer a dispensa de publicação do Parecer, para imediata discussão e votação da redação final do Projeto de Resolução nº 1, de 2004, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que dá o nome de Arquivo Cora Coralina ao Arquivo do Senado Federal. Senador Romeu Tuma.....	263
Requerimento nº 1.223, de 2008, requer a retirada definitiva do Projeto de Lei do Senado nº 357, de 2008, que “dispõe sobre a liberdade de expressão e dá outras providências”. Senadora Serys Slhessarenko.....	299
Requerimento nº 1.224, de 2008, que requer a inserção em ata de voto de aplausos, ao economista estadunidense Paul Robin Krugman, professor de economia e assuntos internacionais na Universidade de Princeton e colunista do New York Times, por ter sido agraciado com o Prêmio Nobel de Economia, em 2008. Senador Eduardo Suplicy.....	300
Requerimento nº 1.225, de 2008, que requer Voto de Pesar, pelo falecimento do ex-Senador Alfredo Campos. Senador Pedro Simon.....	301
Requerimento nº 1.226, de 2008, que requer que sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Previdência Social as informações sobre os débitos previdenciários dos municípios. Senador Sérgio Zambiasi.....	302
Requerimento nº 1.227, de 2008, requer que sobre o PLS/353/2008, que “altera a Lei nº 7.986/89; para instituir abono anual para os beneficiários da pensão vitalícia dos chamados “soldados da borracha” e seus dependentes”, seja ouvida, também, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, além da constante no despacho inicial. Senador Romero Jucá.....	302
Requerimento nº 1.228, de 2008, que requer inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento, aos 85 anos, do ex-Deputado Federal Gilberto de Andrade Faria, Presidente do Grupo Minas Máquinas e da Rede Alvorada de Comunicação, de Minas Gerais, ocorrido no dia 1º de outubro de 2008, em Belo Horizonte. Senador Eduardo Azeredo.....	302
Requerimento nº 1.229, de 2008, que requer inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento, aos 66 anos, do ex-Senador da República Alfredo Campos, ocorrido no dia 12 de outubro de 2008, em Belo Horizonte. Senador Eduardo Azeredo.....	303

	Pág.		Pág.
Requerimento nº 1.230, de 2008 em aditamento ao Requerimento nº 747, de 2008, requer a fixação, para o período do Expediente da sessão de 4 de novembro próximo, a homenagem pela passagem do 400º aniversário de nascimento do Padre Antônio Vieira. Senador Marco Maciel.	384	NOVOA SILVA, por haver organizado e dado à publicação o livro Andrômaca (Do meu livro de memórias), obra póstuma. Senador Arthur Virgílio.....	387
Requerimento nº 1.231, de 2008, solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Banco Central sobre quais medidas estão sendo tomadas em relação à greve dos bancários. Senador Antonio Carlos Junior.	384	Requerimento nº 1.240, de 2008, requer Voto de Pesar pelo falecimento do amazonense RAIMUNDO PEDROSA, ocorrido em Manaus, dia 24 de setembro de 2008. Senador Arthur Virgílio.....	387
Requerimento nº 1.232, de 2008, solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro do Trabalho e Emprego sobre quais medidas estão sendo tomadas em relação à greve dos bancários. Senador Antonio Carlos Junior.	384	Requerimento nº 1.241, de 2008 (Requerimento nº 16, de 2008-CCJ), nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência para o PLS nº 98, de 2002 – Complementar. Senador Tasso Jereissati.	399
Requerimento nº 1.233, de 2008, que requer a tramitação em conjunto das PEC nºs 3/2007, 11/2007, 14/2004, 21/2004/ 25/2008, 31/2004, 32/2004, 35/2004, 45/2004/, 56/2004, 58/2007, 69/2003, 71/2003, 76/2007, 78/2007 por versarem sobre a mesma matéria. Senador Marco Maciel. ...	385	Requerimento nº 1.242, de 2008, que requer nos termos regimentais o desapensamento do PLS nº 503/2003, de autoria do Senador Sibá Machado, que “dispõe sobre o procedimento para criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios, regulamentando o § 4º do art. 18 da Constituição Federal e dá outras providências”, a fim de que tenha curso próprio. Senador Romero Jucá.	405
Requerimento nº 1.234, de 2008, solicita que seja o presente requerimento encaminhado ao Tribunal de Contas da União para a realização de auditoria nas aplicações de recursos de doações e patrocínios com incentivos fiscais, destinados a fomentar o desporto, conforme disposto na Lei nº 11.438/2006, com vistas a verificar. Senador Alvaro Dias.....	385	Requerimento nº 1.243, de 2008, que requer adiamento da discussão do Projeto de Lei do Senado nº 98/02 – Complementar, a fim de ser feita na sessão de 12 de novembro de 2008. Senador Flexa Ribeiro.....	414
Requerimento nº 1.235, de 2008, que requer a realização de Sessão Especial, no dia 11 de novembro de 2008, em homenagem aos 40 anos de criação do Teatro Experimental do Sesc do Amazonas – TSESC. Senador Adelmir Santana.....	386	Requerimento nº 1.244, de 2008, que requer Voto de Aplauso ao lutador e empresário Ricardo Libório, pelo êxito alcançado pela academia que montou nos Estados Unidos da América. Senador Arthur Virgílio.	450
Requerimento nº 1.236, de 2008, requer Voto de Aplauso para o poeta manauense Luiz Bacelar, por ocasião do seu aniversário de 80 anos, ocorrido no dia 4 de setembro de 2008. Senador Arthur Virgílio.....	386	Requerimento nº 1.245, de 2008, que requer, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei do Senado nº 337, de 2008 que, “Altera o art. 7º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para instituir a rastreabilidade de agrotóxicos”, seja ouvida a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática por estar no âmbito da sua competência. Senador Wellington Salgado de Oliveira.....	450
Requerimento nº 1.237, de 2008 requer Voto de Lembrança para os discursos proferidos na Câmara dos Deputados pelo ex-Deputado Márcio Moreira Alves, em 2 e 3 de setembro de 1968, contra a invasão militar da Universidade de Brasília. Senador Arthur Virgílio.....	386	SAÚDE	
Requerimento nº 1.238, de 2008, requer voto de Pesar pelo falecimento do desembargador do Tribunal de Justiça do Amazonas AFFIMAR CABO VERDE, ocorrido no último dia 31 de agosto de 2008. Senador Arthur Virgílio.....	387	Discurso sobre o avanço da saúde pública em tratar a doença mental e explanação sobre os CAPS – Centro de Apoio Psicossocial. Senador Tião Viana.....	114
Requerimento nº 1.239, de 2008, requer Voto de Aplauso à acadêmica amazonense CARMEN		Cumprimentos ao Senador Tião Viana pelo seu discurso em prol de melhor qualidade aos portadores de transtornos mentais. Aparte ao Senador Tião Viana. Senador Adelmir Santana.....	115
		Discussão sobre os problemas de saúde mental no Brasil. Senador Adelmir Santana.....	117

	Pág.		Pág.
Cumprimentos ao ex-Deputado Federal Paulo Delgado que levantou a tese de que as pessoas com doença mental deveriam ter o apoio das famílias e voltar a morar com seus familiares. Aparte ao Senador Adelmir Santana. Senador Paulo Paim...	118	Estatuto do Desarmamento. Aparte ao Senador César Borges. Senador Sérgio Zambiasi.	374
Destaque para o trabalho da Liga Feminina de Combate ao Câncer, de Estrela, Rio Grande do Sul. Senador Paulo Paim.....	172	SENADO FEDERAL	
Registro do relatório que sintetiza as atividades da Fiocruz, em 2007. Senador Romero Jucá.	470	Considerações sobre a exoneração de parentes no Senado Federal. Senador Demóstenes Torres.....	276
SEGURANÇA PÚBLICA		Ratificação do discurso do Presidente Garibaldi Alves Filho sobre a exoneração de parentes no Senado Federal. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador Demóstenes Torres.	278
Registro de denúncia sobre a situação de insegurança por que passa o Município de Novo Repartimento, no Pará, onde foi assassinado o Senhor Antônio Martins, coordenador da campanha de reeleição do Prefeito Bersajones Moura. Senador Renato Casagrande.....	346	Preocupação sobre a exoneração de parentes no Senado Federal. Senador Renato Casagrande..	279
Alerta para a situação de intranquilidade e insegurança por que passa o Estado do Pará. Senador Mário Couto.....	349	Comunicação à Presidência, reiterando o fato de não haver parentes em seu gabinete. Senador Eduardo Suplicy.....	279
Preocupação com o reduzido número de registro de arma de fogo no País, seu uso indiscriminado, e considerações sobre o Estatuto do Desarmamento. Senador César Borges.....	372	Cumprimentos ao Senador Jefferson Praia por seu mandato no Senado e sua luta em prol da Amazônia. Aparte ao Senador Jefferson Praia. Senador Arthur Virgílio.....	378
Preocupação em relação ao uso indiscriminado de armas de fogo e considerações sobre o		Considerações sobre a Súmula nº 13 do Supremo Tribunal Federal, que tenta salvaguardar o direito de servidores que foram nomeados, parentes de Senadores, antes da eleição destes. Senador José Nery.....	429

Ata da 186ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 9 de outubro de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Tião Viana, Alvaro Dias e Mão Santa

(Inicia-se a sessão às 14 horas, e encerra-se às 19 horas e 39 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 9/10/2008 07:24:27 até 9/10/2008 20:30:00

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PTB	AL	ADA MELLO		X					
DEM	DF	ADELMIR SANTANA		X					
PSDB	PR	ALVARO DIAS		X					
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR		X					
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES		X					
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO		X					
PMDB	SC	CÁSLDO MALDANER		X					
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES		X					
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA		X					
Bloco-PT	MS	DELCLÍDIO AMARAL		X					
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES		X					
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO		X					
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY		X					
DEM	MG	ELISEU RESENDE		X					
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA		X					
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO		X					
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES		X					
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR		X					
PMDB	ES	GERSON CAMATA		X					
PMDB	AP	GILVAM BORGES		X					
PTB	DF	GIM ARGELLO		X					
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS		X					
PDT	AM	JEFFERSON PRAIA		X					
PDT	BA	JOÃO DURVAL		X					
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO		X					
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO		X					
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO		X					
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO		X					
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO		X					
P-SOL	PA	JOSÉ NERY		X					
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY		X					
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA		X					
PMDB	PI	MÃO SANTA		X					
DEM	TO	MARCO ANTÔNIO COSTA		X					
DEM	PE	MARCO MACIEL		X					
PSDB	GO	MARCONI PÉRILLO		X					
PT	AC	MARINA SILVA		X					
PSDB	PA	MÁRIO COUTO		X					
PSDB	MS	MARISA SERRANO		X					
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO		X					
PDT	PR	OSMAR DIAS		X					
PSDB	AP	PAPALEO PAES		X					
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM		X					
PMDB	RS	PEDRO SIMON		X					
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS		X					
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE		X					
PMDB	RR	ROMERO JUCA		X					
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI		X					
PMDB	MA	ROSEANA SARNEY		X					
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI		X					
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA		X					
PMDB	RO	VALDIR RAUPP		X					
PSC	SE	VIRGINIO DE CARVALHO		X					
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX		X					

Compareceram: 54 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra, pela Liderança do PSDB, ao Senador Marconi Perillo.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a sessão de ontem foi uma das sessões mais movimentadas e de melhor conteúdo que nós vimos agora, neste semestre.

O Senador Tasso Jereissati protagonizou uma discussão muito profunda sobre a crise mundial, apartado por mais de uma dezena de Senadores, que procuraram dar suas opiniões responsáveis, sensatas e sérias sobre este problema que afeta a todos.

Hoje trago, falando em nome da Liderança do PSDB, mais algumas informações e opiniões a esse respeito. A edição do respeitado relatório **Panorama Econômico Mundial**, do Fundo Monetário Internacional, lançada ontem, afirma que os Estados Unidos, epicentro da tempestade financeira, deslizam para uma recessão e que a economia mundial transforma-se em perigosa ribanceira, como efeito do mais perigoso choque sofrido pelos mercados financeiros nos últimos 70 anos.

O FMI projeta, agora, que a economia global, após crescer 5% no ano passado, perderá considerável velocidade, baixando para 3,9% este ano e ainda mais em 2009, para 3%, no pior resultado desde 2002. O FMI tem considerado, em geral, que um crescimento global de 3% ou menos significa recessão global.

Essas previsões foram anunciadas no momento em que o Federal Reserve, o Banco Central dos Estados Unidos, e outros seis bancos centrais – Europa, China, Reino Unido, Canadá, Suíça e Suécia –, com apoio total do Japão, reduzem as taxas de juros, buscando facilitar a retomada de investimentos e evitar que a crise financeira se transforme em precipício econômico mundial.

Simultaneamente, o Secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Harry Paulson, advertia que outros bancos e empresas ainda vão desaparecer, apesar do plano de emergência aprovado pelo Congresso dos Estados Unidos, que prevê ajuda governamental superior a US\$700 bilhões. Paulson pediu paciência, porque o tumulto não terminará tão cedo e significativos desafios ainda estão diante de nós. Também anunciou-se a possibilidade, não só inesperada mas também inédita, de falência de um país, não africano nem latino-americano nem da Ásia Central, mas da Europa, a bem desenvolvida Islândia, com 320 mil habitantes, renda per capita superior a US\$30 mil – umas seis vezes maior do que

a nossa! –, níveis de educação e saúde entre os melhores do mundo, um país em que a renda das famílias cresceu 45% nos últimos cinco anos.

Paulson anunciou que já pediu ao Brasil, presidente do G-20, grupo dos vinte maiores países industriais do mundo, a convocação de uma reunião especial, em que dirigentes de bancos centrais, autoridades financeiras e responsáveis por regulamentação das economias emergentes mais importantes discutam os caminhos para reduzir os efeitos do tumulto na economia mundial e estimulem o ritmo da economia em todos os países.

E tudo está desmoronando porque o sistema bancário teve um crescimento desproporcional e está tremendamente fragilizado por créditos podres. Até a sua Caixa Econômica está sofrendo corrida dos depositantes e ameaçada de desaparecer.

Diante da gravidade da crise, pode-se qualificar como irresponsável a forma muito populista e irresponsável como o Governo do Brasil procurou apresentar o problema ao povo, porque tentou passar a imagem de que estávamos blindados, mas só depois das observações do nosso sensato e ilustre ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso admitiu que teríamos problemas graves.

A Bolsa brasileira foi uma das que mais sofreram perdas em todo o mundo. Duas das nossas maiores empresas exportadoras – Sadia e Aracruz – amargam severas perdas porque entraram também nos “cassinos”, não lá de fora, mas os daqui mesmo que nunca foram devidamente regulados e fiscalizados pelo nosso Banco Central. Um “cassino” favorito de algumas empresas era o câmbio, com apostas pesadas em que o real continuaria sendo loucamente supervalorizado. Agora amargamos uma também louca e rápida desvalorização do real, em poucos dias superior a 40%. Ainda não conseguimos sequer estimar corretamente o total das perdas sofridas pelas empresas.

O pior de tudo, Sr. Presidente, é a crise de confiança no Sistema Financeiro, porque, apesar de todos os esforços dos bancos centrais, inclusive com ação conjunta dos Estados Unidos e da Comunidade Européia, a recuperação do mercado e a volta ao crescimento dependem muito do inconsciente coletivo, de as pessoas em todo o mundo tornarem a acreditar que vale a pena investir. Isso é particularmente preocupante nos Estados Unidos, centro da crise, porque os americanos estão mais acostumados a ajudar os outros e não a serem ajudados. Portanto, como as pessoas vão reagir é uma variável fora de controle e de difícil avaliação.

É inegável que o Brasil se encontra em situação mais favorável que na crise de 2002 – olhem que o PSDB passou por onze crises internacionais –, porque há US\$208 bilhões de reservas cambiais, as exportações brasileiras estão diversificadas e o grau de investimento

dá confiabilidade ao País. Entretanto, isso jamais poderia levar o Presidente a agir com o descaso demonstrado no primeiro momento da crise, tampouco a continuar a agir como se estivéssemos blindados, porque o quadro para os próximos anos tende a ser preocupante quando se avalia a equação do PIB brasileiro.

Ao contrário do que se pode pressupor, numa análise preliminar, a situação do crédito no Brasil não deve levar a uma crise financeira pela quebra dos bancos ou por colapso do mercado por inadimplência no setor de bens de consumo, nem no mercado automotivo interno.

No Brasil não existe “subprime” e a obtenção de crédito sempre foi difícil, de maneira geral. Isso significa que os credores de financiamentos de bens duráveis e de automóveis são selecionados de forma criteriosa e devem honrar os compromissos, a menos que a crise tome uma proporção que leve a uma hiperinflação e à perda da capacidade de compra a ponto de não se poderem honrar as dívidas.

Peço um pouco mais de tempo, Sr. Presidente.

A situação dos bancos e das instituições financeiras também está dentro do limite razoável, embora o Governo Federal já tenha tomado a medida de socorrer pequenos bancos com carteiras de crédito consignado.

Quem dera, Sr. Presidente. O Proer foi tão criticado e agora é imitado, de forma até grosseira, pelo Governo Federal. Desde o Proer, o Banco Central mantém rigorosa fiscalização das instituições financeiras de modo bem mais duro do que nos Estados Unidos.

O poder das reservas cambiais brasileiras para enfrentar a crise é uma incógnita, porque depende do tamanho do rombo no cenário mundial e das quantas intervenções serão necessárias para aplacar a corrida pelo dólar, que levou a moeda a subir, repito, 40%.

O Governo americano injetou por volta de US\$850 bilhões na economia, mas se estima que o tamanho real da crise seja da ordem de US\$3 trilhões. A Inglaterra, por sua vez, fez um socorro de US\$90 bilhões e se tornou sócia de praticamente todos os bancos ingleses. Este montante corresponde a pouco menos da metade das reservas cambiais brasileiras.

Ainda não conseguimos sequer estimar corretamente o total das perdas sofridas pelas empresas brasileiras e os impactos na exportação e na equação do PIB, mas não há motivos para otimismo. Todos os países estão procurando enfrentar a crise com reduções da carga tributária e redução dos juros, mas estranhamente o Brasil continua seguindo o caminho oposto.

O Governo não quer renunciar à ganância em um ano eleitoral, tampouco no ano de 2009, que antecederá a eleição presidencial. Isso pode ter um preço incalculável a médio e longo prazos, porque quanto mais

demoradas forem as medidas voltadas à contenção de gastos públicos, maior a possibilidade de aprofundamento da crise, ainda desconhecida, infelizmente, pelo cidadão comum.

O excessivo endividamento das famílias americanas é apontado como uma das razões da crise, mas aqui deixamos de remunerar adequadamente a poupança e, ao contrário, legalizamos a agiotagem e incentivamos nossos aposentados do INSS, servidores públicos e trabalhadores privados a se endividarem por muitos anos e por todas as formas possíveis.

Se, num primeiro momento, não deve haver uma crise no sistema creditício em razão de possível inadimplência, as previsões são incertas quanto à capacidade de endividamento da população.

O Presidente da República e o Ministro da Fazenda têm o dever de parar de pensar em voto e **marketing** político. O Brasil não está blindado e não é pensado apenas em voto, bons resultados em pesquisas e enganação permanente da população para sairmos da crise.

O Brasil deve ir à reunião do G-20 e, internamente, preparar-se para enfrentar o mergulho da economia global nessa crise, a maior em mais de meio século. Temos de ouvir atentamente as advertências do FMI...

(Interrupção do som.)

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – ...do Secretário do Tesouro americano e de outros economistas não-ligados ao mercado, lá de fora – Paul Krugman e Nouriel Roubini, entre outros.

O Governo tem o dever, também, de ouvir nossos maiores especialistas em economia, como, por exemplo, Luiz Gonzaga Beluzzo, Yoshiaki Nakano, Bresser Pereira, Delfim Netto, entre outros, que, há muito, já vinham alertando para os excessos da total confiança na auto-regulação dos mercados financeiros. Por fim, toda e qualquer medida a ser tomada deve levar em conta também as opiniões dos setores produtivos, setores empresariais, trabalhadores, que têm uma noção bastante razoável e realista da crise vivida na ponta do comércio e da indústria.

Agradeço, Sr. Presidente, pela atenção. Gostaria de dizer que, assim como ontem se pronunciaram V. Ex^a, o Senador Tasso Jereissati e tantos outros ilustres e notáveis homens públicos com assento nesta Casa, eu também estou à inteira disposição para, em conjunto com o nosso Partido e com a oposição, colaborar, dialogar com o Governo, no sentido de buscarmos saídas eficientes para evitar uma hiperinflação, que seria desastrosa para o País, para evitar maiores problemas com relação aos bancos, com relação os créditos e, principalmente, com relação à população mais pobre. Uma crise como essa – não tenho dúvidas – vai signi-

ficar o empobrecimento maior ainda da população e as principais conseqüências recairão sobre trabalhadores e sobre a população mais pobre.

Estou fazendo este primeiro pronunciamento, farei outros, porque, na minha opinião, esse assunto deverá ser desdobrado e exaustivamente discutido aqui, neste Plenário, dada a importância do tema e principalmente a apreensão que todos nós temos hoje em relação a essa que é uma das principais crises mundiais de pelo menos um século para cá.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Meus cumprimentos a V. Ex^a pela lucidez do seu pronunciamento.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRA. ADA MELLO (PTB – AL) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pela ordem, Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pediria a V. Ex^a a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex^a fica inscrito. A Senadora Ada Mello fica também inscrita pela Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro.

Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Minha inscrição também para uma comunicação inadiável. O Senador Mão Santa faz a permuta comigo, tenho certeza.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a permissão do Senador José Nery, concedo a palavra a V. Ex^a, para uma comunicação inadiável, de cinco minutos e, em seguida, Senador José Nery.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, além de querer, exatamente, reafirmar o que já colocamos aqui ontem e anteontem, com relação ao pronunciamento do Senador Marconi Perillo, sobre os riscos que o Brasil enfrenta, eu quero trazer aqui alguma informação a respeito da apuração eletrônica.

É do conhecimento de todos que o sistema eleitoral brasileiro é o mais moderno do mundo. Desde o final dos anos 90, é possível que o brasileiro conheça seus dirigentes eleitos antes mesmo do fim do dia em que se dá o pleito. No último dia 05, não foi diferente. E isso é possível porque o Brasil conseguiu implantar, em todas suas zonas eleitorais, a urna eletrônica, o chamado voto digital. Vejam que, na cidade de Curitiba, às 20 horas, nós já tínhamos o resultado final com a vitória de nosso candidato à reeleição, Beto Richa.

Desde a época inicial da discussão das questões do voto digital, o sistema vem sofrendo críticas que apontam, às vezes, insegurança e possibilidade de fraudes. Alguns críticos chegaram até a dizer que o TSE teria feito lobby para aprovar, aqui no Congresso, propostas que permitiram o voto digital e a implantação do sistema eletrônico nos moldes atuais.

Bem, como especialista da área de informática, cheguei a participar dos grupos de trabalho que idealizaram o processo eleitoral digital no Brasil. E, também, como especialista de informática, afirmo que o sistema de urnas eletrônicas tem margem de segurança quase total. Digo quase, porque todo sistema, digital ou não, está sujeito a eventuais fraudes.

Mas posso citar aqui alguns fatores que nos levam a confiar na urna eletrônica:

– Trata-se de uma tecnologia já testada e que nos deu demonstrações de eficiência. As urnas eletrônicas estão sendo utilizadas desde 1996, portanto, há seis eleições.

– Os partidos podem auditar os programas, conforme previsto em lei.

– Existe o registro digital do voto, implantado por lei de minha autoria. Os votos ficam armazenados na memória da urna – que nada mais é que um computador – mas, aleatoriamente, de forma a não permitir qualquer identificação entre o eleitor e o registro a partir da ordem de uso da urna. Ou seja, o sistema é seguro e garante o sigilo do sufrágio. Ou seja, o sistema é seguro, sim, e garante o sigilo do sufrágio. É evidente que algum erro pode acontecer. Existem erros mecânicos e outros que devem ser sempre perseguidos. Mas o fato é que, para haver uma grande fraude em uma instância de uma forma mais organizada, deveria haver um conluio sistêmico entre mesários e pessoas do TRE.

– Os partidos, em última instância, a militância e a sociedade podem e devem fiscalizar o processo eleitoral. Ainda é possível que isso aconteça, sim. Os partidos têm essa obrigação inclusive.

No último dia 5, quase 130 milhões de brasileiros votaram. A urna eletrônica já foi testada, já deu demonstrações de segurança. Esse processo, na verdade, vem de muito antes de 1996, quando o Brasil inaugurou as primeiras urnas.

A informatização vem de 1985, quando o Tribunal Superior Eleitoral implantou o processamento eletrônico de dados no alistamento de eleitores e revisão do eleitorado. Essa ação resultou, à época, na conces-

são de títulos, já emitidos por computadores, a 69,3 milhões de brasileiros.

Na eleição presidencial de 1989, a primeira depois do regime militar, foi possível a totalização dos resultados por meios informatizados no TSE. Esse processo levou à informatização dos tribunais regionais. Depois tivemos a totalização eletrônica de votos em 1992, nas eleições municipais, em 1.800 comarcas. E em 1994, a totalização dos votos foi inteiramente informatizada.

Em 1995, foi aprovada a Lei nº 9.100, permitindo o uso de máquinas para votação. Depois de muitos estudos, o TSE optou pelo uso de máquinas de gravação direta, que ficaram conhecidas como urnas eletrônicas.

Em 1996, 32 milhões de eleitores, em 57 Municípios, escolheram seus prefeitos por meio eletrônico. Já em 1998, o sistema foi implementado em 537 cidades, e, em 2000, 100% dos eleitores brasileiros utilizaram a urna eletrônica. Foram 353.780 máquinas que atenderam, naquela época, 109 milhões de cidadãos.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero concluir dizendo que as críticas existem e que todo sistema é cabível de falhas. Mas estou certo de que o brasileiro pode confiar, sim, no TSE e pode fazer a sua parte, exercendo o direito de cidadão de fiscalizar. O Brasil tem o sistema eleitoral mais moderno do mundo. E esse sistema merece nosso crédito.

Era o que tinha a trazer a esta sessão, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Obrigado, Senador Eduardo Azeredo.

Com a palavra o Senador José Nery, primeiro orador inscrito, por dez minutos. Em seguida, a Senadora Ada Mello, pela Liderança do PTB; logo após, o Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, a crise financeira internacional voltou a se manifestar com força. No espaço de dez dias, foram necessárias três estatizações de vulto no maior templo do liberalismo, os Estados Unidos, envolvendo duas empresas gigantes de crédito imobiliário e a maior seguradora do país, a AIG.

As bolsas de valores estão em desespero, inclusive a Bovespa, e o dólar disparou nos últimos dias.

Como todas as atenções do povo brasileiro estavam voltadas para as eleições municipais, só agora é que o cidadão está se perguntando quando a crise chegará ao Brasil e em que ela vai prejudicá-lo.

A crise atual é fruto da enorme ciranda financeira em que o capitalismo se meteu. Tudo indica que o longo ciclo de descolamento da esfera financeira em relação à

economia produtiva real está em xeque. O BIS – Banco de Compensações Internacionais –, uma espécie de central dos bancos centrais, estima um volume de ativos financeiros em circulação nas esferas especulativas em todo o mundo da ordem de US\$600 trilhões. Esse volume de direitos financeiros é dez vezes superior ao PIB mundial, estimado em US\$60 trilhões.

Há muitos anos diversos, analistas alertam para os riscos crescentes de essa bolha especulativa estourar. Ao longo dos anos, várias outras crises se esboçaram, mas a atual é muito mais grave pela sua extensão e pelo fato de envolver o coração financeiro da maior potência econômica do mundo.

O maior desafio do momento será procurar reduzir esse descolamento entre a economia financeira e a economia produtiva real. Ao menos para as autoridades norte-americanas, o caminho será colocar o Estado como gestor direto desse processo.

O que está acontecendo nos Estados Unidos neste momento é um processo muito conhecido por nós brasileiros. É o velho método de socialização dos prejuízos. Após a farra privada dos lucros fáceis, o povo americano e, por tabela e pelo peso da economia daquele país, o restante dos habitantes do planeta são chamados a pagar a fatura.

Segundo o economista Michael Hudson, o que aconteceu nas duas últimas semanas ameaça alterar o curso do século que começa de maneira irreversível. Para ele, estamos diante da maior e mais desigual transferência de riqueza desde que se presentearam terras aos barões das ferrovias na era da Guerra Civil.

A crise mundial coincidiu com a publicação das pesquisas sobre a popularidade do Presidente Lula, anunciada em patamares nunca dantes alcançados. O Presidente chegou a afirmar que a crise externa seria imperceptível no País, depois, que efeitos seriam muito pequenos. A cada dia o Governo é obrigado a reconhecer, de maneira lenta e gradual, que nenhum país está imune aos efeitos de uma crise no coração da principal economia mundial.

Essa postura não passa de um recurso defensivo ao fato de ter o Governo optado pela manutenção de uma política econômica que, mantendo a fé cega no papel do mercado e dos capitais externos como principais indutores do nosso desenvolvimento, deixou nosso País vulnerável aos efeitos devastadores desta crise.

A opção de Lula foi manter o modelo econômico em curso herdado do Governo Fernando Henrique Cardoso. E isso foi feito num momento em que a exuberância da economia internacional, a partir de 2002/2003, em combinação inclusive com as transformações políticas na América Latina, nos daria, naquele período, plenas condições de uma exitosa transição

ao falido modelo dos bancos e transacionais para um outro tipo de economia, menos dependente do exterior e de maior valorização do trabalho e elevação dos mecanismos de poupança interna.

O Brasil tem uma enorme vulnerabilidade externa. Ela ocorre na esfera comercial, produtiva, tecnológica, monetária, financeira. Concordo com o economista Reynaldo Gonçalves, quando afirma que a estabilidade do Brasil, na verdade, é falsa; é uma estabilidade de papel crepom. As reservas internacionais brasileiras correspondem hoje ao valor da dívida externa, enquanto a dívida interna é cinco vezes maior que as reservas, com um valor superior a R\$1 trilhão. Somente o passivo de curto prazo está em torno de US\$600 bilhões, ou seja, três vezes as reservas.

Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, o Governo brasileiro precisa urgentemente dar explicações ao nosso povo. Esta Casa deve exigir do Governo informações acerca da gravidade dos efeitos da crise americana em nossa economia. E precisamos ser ouvidos sobre as medidas que estão sendo tomadas. Todas as vezes que vivemos crises econômicas invés de proteger os mais humildes, os poupadores e os assalariados, os pacotes governamentais se preocupam em salvar da falência os especuladores e os banqueiros, tudo em nome da estabilidade do capital.

É bom lembrar que nosso País gasta 10% do PIB com o pagamento de juros para manter a ciranda financeira. Para se ter uma idéia, o pacote do governo Bush, de mais de US\$700 bilhões, representa apenas 6% do PIB americano.

Não devemos aceitar que mais uma vez os recursos públicos sejam destinados a salvar a especulação, que foi incentivada pelo Governo e serve de âncora para nossa falsa estabilidade.

Com a palavra o governo do Presidente Lula. Espero que o Governo não esteja esperando o final do segundo turno para anunciar remédios amargos para os trabalhadores e o povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Agradecemos a V. Ex^a.

Passamos a palavra à Senadora Ada Mello, que fala em nome da Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB. V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

Em seguida, falará o Senador Geraldo Mesquita Júnior.

A SRA. ADA MELLO (PTB – AL. Pela Liderança. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com sentimento de satisfação e agradecimento ao povo alagoano que devo registrar, nesta Casa, o excelente desempenho e o crescimen-

to do meu partido, o PTB, nas eleições municipais em Alagoas.

Apenas para dar a devida dimensão do feito, destaca-se a conquista de 19 prefeituras no Estado. O resultado levou o partido à segunda colocação em quantidade de prefeitos eleitos, com apenas um a menos que o PP.

Contudo, em termos de percentual de aproveitamento em Alagoas, é importante ressaltar que o PTB atingiu o índice de 63% de vitórias – já que concorreu com 30 candidatos a prefeitos – contra 57% do PP, que teve 35 candidatos em todo o Estado.

Das 19 prefeituras conquistadas pelo partido, vale citar a dos Municípios de União dos Palmares, Girau do Ponciano, Atalaia e Santana do Ipanema, todas com mais de 10 mil votos válidos obtidos.

Outro dado relevante diz respeito ao desempenho do partido na Região Nordeste. Ficou em 4º lugar entre todas as legendas, conquistando 183 prefeituras, com um total de votos angariados superior a um milhão, seiscentos e setenta e quatro mil.

Nas capitais dos Estados, verifica-se outro bom desempenho até aqui. O PTB está no segundo turno para duas importantes Prefeituras, Manaus e Belém, ambas com chance clara de vitória. Além disso, elegemos 33 vereadores em 14 capitais estaduais, com destaques para as Câmaras de Manaus, com seis cadeiras, e Porto Alegre, com cinco.

Por fim, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ainda no plano nacional, não podemos deixar de registrar o fato de o PTB ter alcançado a 6ª colocação – entre a totalidade dos partidos – nas eleições de prefeitos de todo o País. Foram conquistadas 409 prefeituras, com um índice de aproveitamento de mais de 42%, já que concorreu em 956 municípios. No total, somente para as prefeituras foram mais de 5 milhões de votos dados ao PTB.

Já para as Câmaras de Vereadores, foram consignados 5 milhões e 800 mil votos e mais de 500 mil somente na legenda, resultando na eleição de 15.247 vereadores, que significa o expressivo percentual de 70% de aproveitamento.

Ou seja, são dados e números irrefutáveis que comprovam a tendência de crescimento eleitoral do Partido Trabalhista Brasileiro nos três níveis de leitura.

Estamos certos da relevância do fato e, ao mesmo tempo, conscientes da responsabilidade de sermos hoje uma legenda partidária que a cada eleição se mostra e se consolida como uma das maiores e mais importantes do Brasil.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senadora Ada Mello.

Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita Júnior e, logo após, ao Senador pelo Piauí, Mão Santa.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Alvaro Dias, Sr^{as} e Srs. Senadores presentes, o crescimento e o desenvolvimento do Brasil, em que pese continuar encabeçando a lista de campeões de concentração de renda e desigualdade social, é uma realidade, na medida em que resulta do esforço comum da sociedade, dos governos, da iniciativa privada, dos trabalhadores, dos empresários e das instituições nacionais.

É um processo de acúmulo de iniciativas e ações, acertos e erros verificados em um longo período de tempo e, de forma alguma, podem ser atribuídos com exclusividade àqueles que se consideram ungidos para promover ora os milagres econômicos, ora os espetáculos de crescimento.

Em nenhum país é diferente, e nós não seríamos uma exceção. Sem dúvida, já vencemos alguns dos nossos mais persistentes desafios.

Dormir sobre os louros de metafóricos empreendimentos, de promessas que não se materializam, de obras que nunca terminam e de quimeras, por mais bem alardeadas que sejam, pode pôr a perder, como tantas vezes ocorreu na história, as conquistas que quanto têm nos custado em vidas perdidas, em esforços baldados, em sonhos desfeitos. Foi assim no decantado “milagre econômico” de uma fase do regime militar, e não seria diferente na democracia tão duramente restaurada.

Não podemos nos esquecer, Sr. Presidente, dos danos que a inflação, tão persistente, tão insidiosa, tão artilosa e tão solerte, nos infligiu durante anos seguidos.

Devemos lembrar-nos de que a estabilidade econômica, a governabilidade, a moeda, símbolo de todas as nações, a esperança e a crença de algumas gerações foram suas principais vítimas. Isso não ocorreu apenas uma vez em nossa longa evolução histórica. Por isso mesmo, sempre que os ventos do ufanismo, de um lado, e as loas da louvação, de outro, se juntam para prestar homenagens, por mais justas e devidas que sejam, aos ícones do dia, temos que ter os olhos postos não só no presente, mas também no passado, útil por suas lições, e no futuro que almejamos. Os pés postos no chão da dura realidade, que tantas peças já nos pregou, são o melhor antídoto contra os arroubos da euforia.

Devemos estar advertidos para as falácias estatísticas que mascaram nossas mazelas, para a dubiedade dos números que sempre nos deixaram seqüelas e para o entusiasmo dos crédulos que acreditam sempre mais no que ouvem do que no que vêem.

Nossa Constituição, Sr. Presidente, acaba de completar duas décadas e estamos comemorando-a com justas homenagens. Duas décadas, porém, não são mais do que menos de um terço do que durou nossa primeira Constituição e ainda menos da metade do que sobreviveu a segunda. Sem dúvida é mais, bem mais, muito mais do que a Carta também outorgada mas totalitária do Estado Novo, que durante oito anos foi o signo de nosso martírio.

A Constituição cidadã está em vias apenas de se igualar em duração à de 1946, que tantas esperanças despertou, tantas expectativas gerou, mas que tão cruelmente marcou nosso destino, com a ditadura que a sucedeu, pela imprevidência de uns, pela empáfia de alguns e pela omissão de muitos. Lembremo-nos, contudo, que ainda é menos do que o sacrifício de mais de duas décadas que separam a que hoje nos rege, da que tantas esperanças despertou e que tantos sonhos sepultou.

O Brasil, Sr. Presidente, não se fez em uma ou duas décadas. Não deve seu passado, seu presente e não deverá seu futuro a esta ou àquela geração, a este ou àquele governo, nem a um, nem a nenhum dos salvadores da pátria que se arvoraram em arautos do futuro, mas inevitavelmente, como ensinam as sucessivas lições da história, terminaram se transformando em meros espantalhos do passado.

Equilíbrio, bom senso, austeridade, humildade, serenidade e descortino, moderação e temperança devem ser requisitos essenciais e permanentes de nossa vida pública, se nossa geração quiser cumprir os deveres que tem para com as que nos antecederam e ante as que nos hão de suceder.

Os perigos que sempre rondaram cada uma das etapas que, cruenta ou incruentamente, vencemos estão sempre presentes, como penhor de nossas vitórias, toda vez que pretendemos transformar as expectativas de nossas crenças no alento de nossas fraquezas.

Não foram as promessas que construíram o País, que impulsionaram o progresso que conquistamos e menos ainda os sonhos que materializamos. O Senado, Sr. Presidente, algumas vezes fechado, outras vezes dissolvido e tantas vezes cassado, é testemunha, em sua mais que centenária existência, das vaidades que não sobreviveram à verdade.

Podemos estar orgulhosos das reservas cambiais que amealhamos, mas não nos esqueçamos dos prejuízos que sofremos: R\$32,6 bilhões apenas no ano passado, com a desvalorização do dólar nos últimos três anos. É uma conta, Sr. Presidente, que, como as demais, vai ser debitada a todos os brasileiros.

Nossa dívida externa parou de crescer e continua sendo rolada, fruto dos saldos comerciais obtidos e pelos eventuais resultados em conta-corrente. Mas não es-

queçamos de que, em última análise, estamos apenas trocando seis por meia dúzia. A dívida externa que antes nos inquietava foi substituída pela dívida interna, que pode causar-nos inquietação ainda maior. Em julho de 2001, ela somava R\$597,280 bilhões. Dobrou em apenas cinco anos, quando chegou a R\$1,319 trilhão em setembro de 2008, representando hoje mais de 50% do PIB.

Festejamos os nossos avanços, mas não nos esqueçamos dos nossos retrocessos e menos ainda dos insucessos.

O último e mais comemorado aumento da renda média do trabalhador brasileiro, entre 2006 e 2007, foi efetivo, de 3,2%, passando de R\$932,00 para R\$960,00. Mas não foi substantivo, se considerarmos que é ainda menor do que os R\$1,011 mil de dez anos atrás. É o modelo que os humoristas chamam de crescimento “rabo-de-cavalo”.

A distribuição da riqueza entre os ricos e pobres virtualmente não se alterou nos últimos três anos. A dos 10% mais ricos representava 44,6%, em 2004. Em 2007, caiu para 43,2%; diminuiu 1,4%. A dos mais pobres passou de 1% para 1,1% no mesmo período; aumentou 1%.

Outra das muitas chagas de nossa realidade é o trabalho infantil. O programa de erradicação dessa doença endêmica e maldita caiu significativamente de 19,6%, em 1992, para 11,7%, em 2003, diminuição de 7,9%. De lá para cá, nos últimos quatro anos, baixou para 10,6%, queda de apenas 1,1%.

O que mais ameaça jovens e adolescentes, porém, não é apenas o trabalho infantil. A alfabetização e a educação travam uma luta inglória e desigual. O número de analfabetos caiu 0,4% entre os jovens com 15 anos ou mais, entre 2006 e 2007, mas na faixa de 10 a 14 anos, aumentou 0,1%, passando de 3% para 3,1%. Juntos somam 14,1 milhões de brasileiros. Dos 2,4 milhões de crianças entre 7 e 14 anos que hoje estão na escola, nada menos de 2,1% não se alfabetizaram. Não sabem ler nem escrever.

Podemos orgulhar-nos pelo fato de que 51,3% das residências sejam servidas por redes de esgoto. Mas, Senador Paim, como não lastimar os 48,7% que ainda não desfrutam desse benefício essencial a todos?

Não devo estender-me em cifras e números, que é área dos especialistas. E, por ser realista, creio que nosso dever é aplaudir os acertos, apontar os excessos, criticar os erros e lastimar os insucessos.

(Interrupção do som.)

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Mas isso não me impede de lembrar que, mais que o julgamento dos ufanistas, dos entusiastas e dos insensatos, mais que o julgamento do presen-

te, manda o bom senso aguardarmos a sentença que, inevitavelmente, há de ser prolatada pelo futuro, a que fica para a história.

Governos são capazes de muitas proezas, mas felizmente não de todas, e menos ainda de operar milagres, como se não existisse povo trabalhando, economia produzindo, população consumindo, cientistas criando e pesquisando e, acima de tudo, a ordem democrática estabelecida.

Vivemos um momento de complexa crise financeira da qual o Brasil não restará impune. É hora de avaliarmos se o País realmente amadureceu como precisava. É o momento de valorizarmos a capacidade de superação de todo o povo brasileiro, de todos os recantos, de todas as atividades e de todas as instituições.

Estou concluindo, Sr. Presidente.

Para sermos justos, convém reconhecermos que o atual estágio de desenvolvimento e crescimento, mesmo com os seus desníveis sociais e econômicos, é sobretudo fruto do esforço de cada um de nós brasileiros. A contribuição dos governos de plantão, quando positiva, é apenas uma parcela desse esforço e se verifica especialmente quando não atrapalha a sociedade na sua caminhada. Admitir que tudo é fruto da atividade de algum ungido é renunciar à percepção de que somos os agentes da nossa própria história. Aqueles que, pelo ufanismo ou pela manipulação do imaginário coletivo, tentam incutir a idéia de que há um governo como nunca antes houve no País e que ele é o único responsável pelos avanços alcançados são os mesmos que, cegos pela prática obtusa da autolatria, não conseguem enxergar o processo revolucionário da construção coletiva, Senador Paim.

O povo brasileiro precisa reconhecer-se nos avanços ocorridos no País, alimentando a própria auto-estima, para não correr o risco de acreditar na existência de uma espécie de gente diferente de todos nós, que recebeu do além a missão de salvar o País.

Para nossa sorte e infelizmente para alguns, Senador Alvaro Dias, a ciência ainda não conseguiu produzir essa espécie de gente geneticamente modificada.

Se o Presidente autorizar, concedo um aparte a V. Ex^a, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Autoriza porque V. Ex^a está a proferir um dos mais importantes pronunciamentos na história deste Senado. V. Ex^a é conhecido não só no Acre, mas no Brasil todo. V. Ex^a encantou o Piauí, quando tive a oportunidade de levá-lo lá, como um jurista extraordinário. Um homem como Abraham Lincoln disse: “Caridade para todos; malícia para nenhum e firmeza no direito”. Você reencarna essa filosofia de Abraham Lincoln. Mas V. Ex^a traz ao País isso, essa realidade. O País não vai bem de jeito nenhum.

Shakespeare já dizia: “To be or not to be, that is the question”. O ser, o acreditar em si, a auto-estima. E o Padre Antônio Vieira dizia: “Palavra sem exemplo é como um tiro sem bala”. O exemplo arrasta. Tem que haver exemplos de acreditar no estudo que leva à sabedoria; tem que haver exemplos de acreditar no trabalho que fez a riqueza. Rui Barbosa está ali, e este Governo que mente não aprendeu com Rui Barbosa. Não sei para que o colocaram ali. Também não há ninguém do PT aqui – só o Suplicy, mas está telefonando – para ouvir e levar à Presidência a síntese da vida de Rui Barbosa: “A primazia tem de ser dada ao trabalho e ao trabalhador. Eles vieram antes; eles fizeram a riqueza”. Este País não está ensinando ninguém a estudar! Pode acompanhar, no seu Acre, no meu Piauí, as escolas públicas, o analfabetismo, a indolência. Fugiu aquele amor ao trabalho e ao estudo. E V. Ex^a foi profundo quando disse... Está aí o nosso bravo Gilvam Borges, que tem acesso ao Presidente da República. V. Ex^a falou uma realidade, e eu quero dizer: em 1978, eu era Deputado Estadual e ouvi aquele que foi Senador, João Lobo, dizer – atentai bem! – que “a diferença entre o Norte e Nordeste e o Sul era de duas vezes. E que havia o Nordeste rico e o pobre”. Naquele tempo, o Nordeste rico era só a Bahia e Pernambuco. Eram o dobro do Piauí, do Maranhão, da Paraíba. A diferença de renda **per capita** era de quatro vezes; hoje é de oito. Aqui nesta ilha, neste paraíso que é Brasília, a maior renda **per capita** do País, é oito vezes maior do que a renda **per capita** do Maranhão, do Piauí e da Paraíba. Então, aqueles mecanismos sonhados por Juscelino Kubitschek, de acabar com essas desigualdades, não existem mais: a Sudene e a Sudam. Aumentou a desigualdade econômica no Brasil. Então, é isso. E, para terminar, busco Abraham Lincoln. O Presidente Luiz Inácio deveria aprender isso, aprender conosco, se não quer ler as biografias de Abraham Lincoln – eu já devo ter lido umas 50 biografias dele. Ele diz assim: “Não baseie sua prosperidade com dinheiro emprestado”. Atentai bem! Essa falácia, essa falência da economia nos Estados Unidos é porque muita gente comprou casa de US\$200 mil sem ter dinheiro. Os bancos entregaram. E pagar? E aqui, Geraldo Mesquita, neste Governo: esse empréstimo consignado. Estão pagando porque já tiram do aposentado na folha, mas os velhinhos não estão podendo mais existir, estão até se suicidando pelo empréstimo irresponsável. Carros em dez anos. Atentai bem que irresponsabilidade é essa! Você comprar sem poder um carro em dez anos. Então a escravidão do negro, Abraham Lincoln acabou, a Princesa acabou. A maior escravidão da vida moderna é a dívida; estamos todos endividados; está todo mundo endividado. Essa é a realidade. E dizer que não atingiu aqui? Depois da Grande Guerra Mundial, devíamos era

à Inglaterra. A Europa se arrasou e passamos a dever aos Estados Unidos, a comercializar... E eles são apenas um quarto da riqueza do mundo. Como é que não estamos sendo atingidos?

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Mão Santa, V. Ex^a é o próximo orador inscrito.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Eu queria participar porque este discurso do Geraldo Mesquita vai ficar nos **Anais**, na história, como um dos mais brilhantes a alertar a Presidência da República para o grave momento que vivemos.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Senador Mão Santa, agradeço, sensibilizado, suas considerações, seu aparte.

Agradeço a condescendência do Presidente Alvaro Dias.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Com a palavra, para uma comunicação inadiável, o Senador Mão Santa, do Piauí. Como sempre, brevíssima comunicação!

Em seguida, o Senador Paulo Paim.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Alvaro Dias, Parlamentares presentes, brasileiras e brasileiros aqui presentes e os que nos assistem pelo Sistema de Comunicação do Senado, atentai bem, o Senado realmente é uma instituição que funciona, porque, nesses 183 anos, são gerações e gerações de iluminados organizados.

Os Senadores, pela manhã, recebem uma mídia com todos os assuntos que interessam ao País e ao mundo. Ô, Paim, Ô Geraldo Mesquita, depois de olhar todas as informações, tirei a mais importante, que é uma lástima, e lamento, mas é verdade. Olha, eu acho que quem tem mais ajudado Sua Excelência o Presidente da República sou eu, porque eu levo a verdade. Cristo dizia: “De verdade em verdade vos digo”. Paim, quando for ao México, verás uma frase de um General que diz: “Eu prefiro o adversário que me diga a verdade ao puxa-saco aloprado que me mente e me engana”. É o General Obregón. Que coisa bonita que o Presidente deveria entender.

Folha de S. Paulo: “Comissão aprova o fim do fator previdenciário”. Paulo Paim, eu vou dizer: eu fui representar este Senado com Dornelles e o Ministro Lupi, na OIT, em Genebra. Eu disse: “Ministro, o mais bonito do Governo Luiz Inácio – gente boa, o Lupi, agradável – foi o salário mínimo que melhorou.” Quando

aqui nós entramos, era US\$70. Paim esbravejou ali que íamos passar para US\$100, e eu fui seu Cirineu nessa jornada. Hoje já está por US\$220. Essa foi a maior realização. E o Ministro parou, mudou o discurso dele e eu sugeri que terminasse com Rui Barbosa, que só tinha cinco minutos. Rui Barbosa disse: “A primazia tem que ser dada ao trabalho e ao trabalhador.” Ele veio antes, ele é que faz a riqueza.

Isso, com certeza – está ouvindo, Suplicy? – ele disse inspirado em Deus, que disse: “Comerás o pão com o suor do teu rosto.” E no próprio Apóstolo Paulo, que disse: “Quem não trabalha não merece ganhar para comer.” Mas e aqueles que trabalharam, os nossos velhinhos aposentados? Ô, Presidente Luiz Inácio, eles estão muito sofridos!

Juscelino tem um pensamento que diz que a velhice é uma tristeza, mas desamparada é uma desgraça. Juscelino, sorridente, simpático.

E os nossos aposentados estão desamparados. Nós roubamos os aposentados. Nós, quando eu digo, não é o Luiz Inácio, não, somos nós. O Governo somos nós; tem três pernas: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. Nós nos comprometemos a pagar dez salários mínimos; estão recebendo cinco; nós nos comprometemos a pagar cinco salários; e estão recebendo dois.

E Paulo Paim, do Partido dos Trabalhadores, que honra esse nome e essa luta – antes de chegar aqui, eu já o conhecia por essa luta – foi que nem o Dom Quixote. Eu o ajudei. Fui Relator na CAE, na Comissão de Justiça, aqui. E posso dizer como Cícero dizia sobre o Senado e o povo de Roma: “O Senado e o povo do Brasil, aqui.” Depois de Paim andar muito tempo, por muitos anos, com muitos tropeços, muita luta, ela foi aprovada por unanimidade. E foi à Câmara. Na Câmara, vocês têm de separar o joio do trigo. Aquele Chinaglia, ali, ô vergonha nacional! Atentai bem, é ele o culpado! Atentai bem para o que está aqui, Paim. Eu lamento, Paim. Eu não sei como V. Ex^a ainda não teve um enfarte, porque tanto lutou, com o seu coração grande, generoso e sensível, pelos pobres aposentados deste País.

Olha aí a manchete: “A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara aprovou ontem, por unanimidade, o projeto que extingue o fator previdenciário, índice usado para calcular o valor das aposentadorias”.

Paim ensinou que só o Brasil tem esta vergonha. Nenhuma sociedade do mundo inventou essa malandragem para roubar os aposentados. E ele provou, convenceu a todos. Foi aprovado. Está lá. E a tristeza.

Lembro-me, Geraldo Mesquita, de Charles de Gaulle, aquele que disse: “Este não é um país sério.” Foi verdade. Ele estava no Itamaraty, aí começaram a apresentá-lo a general, general, general. Na França tem quatro generais só, cinco em guerra. E ali ele conheceu

uns doze. Ele se virou para o assessor e disse: “Este não me parece um país sério.” Mas esse Charles de Gaulle disse o que eu quero lhe dizer. Rapaz, o Rio Grande do Sul, de tanta gente de grandeza, olha aqui. O Charles de Gaulle disse: “Os maiores inimigos da França estão em Paris.” Para ele libertar a França do jugo dos alemães, de Hitler, ele teve que fugir para a Alemanha. Os maiores adversários da França estão em Paris. E V. Ex^a, o Líder do Governo, diante PT, diz o seguinte: “Apesar de contar com o apoio de grande parte dos deputados da base aliada do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o líder Henrique Fontana, PT do Rio Grande do Sul, avisou que o projeto não está entre as prioridades do Governo e não deve ser votado em 2008”.

Olha, gaúcho, onde está o trabalho de Getúlio Vargas, Alberto Pasqualini, João Goulart, Pedro Simon, Zambiasi? O gaúcho enterrou. Vão morrer os velhinhos. Não dá mais para explorar. Tem é velhinhos se suicidando porque estão capando e estão sofrendo.

Nessas andanças políticas, Gilvam Borges, quero lhe dizer que encontrei muitos aposentados. Por isso, estou falando aqui. Todos choramingando e acreditando no Paim, acreditando no PT, acreditando no Presidente Luiz Inácio. E o Chinaglia embrulha e manda esse do Rio Grande do Sul.

Concedo um aparte ao Paim, que deve estar... Eu compreendo. Ao sair daqui, você tem que ir ao cardiologista Até tu, Brutus! – você tem que dizer isso ao irmão gaúcho, do PT, que está enterrando o seu projeto. Isso é uma indignidade!

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Mão Santa, um rápido aparte. Primeiro, quero dizer, por uma questão de justiça, que o Presidente da Câmara, Deputado Arlindo Chinaglia, esteve em Porto Alegre na semana retrasada. Eu conversei com ele, que me disse exatamente que, como o Presidente Lula tinha já anunciado que, uma vez que o projeto do fim do fator e do reajuste dos aposentados fosse aprovado na Câmara, ele não o vetaria. O Arlindo disse a mim que ele colocará os dois projetos em votação, porque entende que a Câmara vai decidir. E se o Presidente não vetar, naturalmente será um ganho enorme para os aposentados. Quanto ao Líder Henrique Fontana, pelo que percebi da sua explicação, ele não é contra o projeto do fator previdenciário. Ele está dizendo que, até o momento, não houve orientação da prioridade. Eu entendo que a orientação da prioridade vai ser dada a partir do dia 26, Senador Mão Santa. Por quê? Nós teremos milhares de brasileiros fazendo uma vigília e uma caminhada em direção à Câmara. Essa caminhada, com certeza, vai garantir a prioridade e, conseqüentemente, a votação e a aprovação, tanto do 42 como do fator previdenciário ainda neste ano. A mobilização popular é que vai dar

a prioridade. E eu sei que isso vai acontecer no mês de novembro, o mais tardar na data-limite de 3 de dezembro, quando teremos aqui uma concentração que esperamos que ultrapasse a 20 mil pessoas, cujo eixo é o fim do fator previdenciário.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Incorporo todas as palavras, aliás, a luta do Paim. Continuamos sendo seu Cirineu. Estamos aqui acreditando. Não foi brincadeira a luta. Aquela tem que ter resultado. O Paim não vai nadar, nadar, morrer na praia e, com sua morte, os velhinhos vão sofrer muito.

Então, eu queria dizer o que ele diz, o líder, o gaúcho: “A nossa prioridade agora é votar o fundo soberano [o que é uma besteira, não tem finalidade, principalmente nesse mundo convulsivo da economia. Isso é uma palhaçada nesse momento da economia!] e a medida provisória contra a crise da reforma tributária.”

O jornalista da **Folha de S. Paulo**, sucursal de Brasília, diz: O texto, de autoria do senador petista Paulo Paim (RS), chegou a receber críticas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pelo fato de ele não indicar a fonte de recursos para custear o aumento das despesas.

Depois, no entanto, o presidente disse que a proposta não será vetada quando chegar para sua sanção.

Então, os nossos aplausos ao Presidente da República e a nossa decepção quanto ao Líder do PT.

Sr. Presidente, para terminar, diria que lembro-me do Castro Alves, do Navio Negreiro, dos escravos: “Ó, Deus, onde estás que não acaba com o sofrimento desses nossos aposentados? Afastai pessoas como o Líder do PT, que está atormentando e arruinando os nossos velhinhos!”

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra o Senador Paulo Paim. V. Ex^a dispõe de 10 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como vou falar os meus 10 minutos, e quero falar da Assembléia Nacional Constituinte, eu queria ver se seria possível, neste momento, encaminhar um voto de pesar a um grande jornalista que faleceu no Rio Grande do Sul.

Sr. Presidente, nos termos do Requerimento nº 218, inciso VII, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro voto de pesar pelo falecimento do jornalista com 68 anos, escritor e ex-Secretário da Cultura, Luiz Paulo Pilla Vares, ex-Secretário da Cultura do Estado do Rio Grande do Sul.

Luiz Paulo Pilla Vares, bacharel em Direito e estudioso em Política e Filosofia, começou a sua militância no Partido Comunista Brasileiro no início dos anos 60, mas logo aderiu às posições de Leon Trotsky e de Rosa

Luxemburgo, ingressando primeiro no Partido Operário Revolucionário, depois também na política operária.

Ao lado de Marco Aurélio Garcia (atual Assessor Especial para Assuntos Internacionais do Governo do Presidente Lula), de Flávio Koutzii e do deputado estadual Raul Pont, foi um dos fundadores do Partido Operário Comunista, depois, no Partido dos Trabalhadores. Esteve no PT e tornou-se Presidente Municipal do Paratido, em Porto Alegre.

Ligado à área cultural, foi Secretário de Cultura, na capital gaúcha, na gestão de Olívio Dutra e Tarso Genro, também assessorou Raul Pont e João Verle, quando foram prefeitos da capital. Na gestão de Olívio, à frente do Executivo Estadual, assumiu a Secretaria Estadual de Cultura.

Luiz Pilla Vares estava em casa com a mulher, na rua Venâncio Aires, em Porto Alegre. Segundo informações da família, a morte teria acontecido de forma natural. Pilla Vares escrevia quinzenalmente para o jornal **Zero Hora**.

Esse cidadão gaúcho, e sobretudo brasileiro, merece de todos o reconhecimento pelos seus feitos. Neste momento, apresento o voto de pesar à família, como singelo gesto de admiração a esse grande líder, e diria aqui em nome de todo o povo brasileiro.

Pilla Vares, Sr. Presidente, é daqueles homens que nunca morrem, pois seus ideais, seus pensamentos, estarão sempre junto de nós. Ele era um humanista, um grande homem.

Sr. Presidente, termino dizendo como é bom saber que, no mundo, ainda existem homens e mulheres iguais a Pilla Vares.

Vida longa aos sonhos e projetos do grande e inesquecível Pilla Vares, porque seus projetos continuarão a ser defendidos por todos nós e seus sonhos, com certeza, um dia serão realidade.

Era isso e obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O requerimento de V. Ex^a terá o seguimento regimental.

V. Ex^a tem a palavra por 10 minutos como orador inscrito.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, 2008 é um ano especial. Eu diria que é quase um ano mágico. Para nós, gaúchos, tem um brilho. Lembramos os 173 anos da Revolução Farroupilha.

Olavo Bilac, o príncipe dos poetas, disse que os farroupilhas foram os primeiros criadores da nossa liberdade política. Olavo Bilac faz quase que uma oração ao povo gaúcho, lembrando a independência política dos Estados em relação à Federação. Também neste ano,

em maio, celebramos os 120 anos da Abolição não-conclusa. Neste ano, teremos ainda a data histórica: 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e no dia 05 de outubro lembramos os 20 anos da promulgação da nossa Constituição Federal.

A Assembléia Nacional Constituinte de 1988, que é o tema do meu pronunciamento de hoje, foi um dos momentos mais bonitos da história do Brasil. Eu estava lá, estava lá vindo da fábrica, fruto de um congresso estadual de trabalhadores, fui eleito Deputado Federal Constituinte. Lembro-me como se fosse hoje, Senador Geraldo Mesquita Júnior. Dia 1º de fevereiro de 1987, o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro José Carlos Moreira Alves, presidiu a sessão de instalação da Assembléia Nacional Constituinte.

Assim, no dia 2 de fevereiro, o Deputado Ulysses Guimarães é eleito Presidente da Assembléia Nacional Constituinte. Ele disse uma frase que até hoje tenho viva na minha memória: “Esta será a Constituição Cidadã, porque vai recuperar a vida para cidadãos, milhões de brasileiros segregados nos guetos da perseguição social. O povo nos mandou fazer a Constituição. Não teremos medo. Viva a vida que ela vai defender.” Palavras do inesquecível Ulysses Guimarães.

Claro que fico um pouco emocionado só de pensar e, às vezes, não tenho como segurar um pouco, eu diria, a palpitação mais forte do coração. Para mim, foram meses em que o povo brasileiro semeou e molhou a terra. Pela primeira vez na história republicana do País, tivemos uma autêntica representação de trabalhadores e trabalhadoras em uma Assembléia Constituinte.

Graças a essa participação, tivemos avanços, principalmente no que diz respeito aos direitos sociais. Faço aqui um destaque e agradeço, Senador Suplicy, ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao ex-Governador de Porto Alegre, Olívio Dutra, nós três Constituintes. Éramos poucos, Senadores. Fui indicado junto com os dois para coordenar o capítulo da Ordem Social. Os dois abriram mão. Eu era vice da CUT nacional, e Olívio disse: abrimos mão para que o Paim coordene essa área de assuntos sociais. E fomos lá, com muita alma, muito coração, muita imaginação, e eu com a fibra de um jovem que chega da fábrica para o Congresso. E emplacamos não as 40 horas semanais, mas 44; emplacamos o direito de greve; a estabilidade dos dirigentes sindicais; o aviso prévio acrescido de forma proporcional; adicional de férias acima dos trinta dias; a não-prescrição do direito dos trabalhadores da área rural e urbana; uma redação moderna e atual da questão do salário mínimo; o turno de seis horas; a licença-gestante; a licença-paternidade; a igualdade de direito entre trabalhadores urbanos e rurais; a remuneração

integral dos aposentados e pensionistas – tema que estou debatendo e que vou continuar debatendo, pois está na minha alma, está no meu sangue e ninguém vai conseguir me barrar. Podem saber que, depois do dia 26, esse tema vai voltar à pauta aqui, no Congresso Nacional.

É claro que tivemos muitas propostas, nem todas vitoriosas, mas avançamos. Lamento não termos avançado na redação da reforma agrária, como também não avançamos no fim do voto secreto no Congresso Nacional. Perdi lá, reapresentei a proposta aqui, ela está na pauta, PEC 50, para que nenhuma votação seja secreta no Congresso Nacional, seja veto, seja escolha de autoridade, seja projeto, seja **impeachment**, seja cassação de mandato... Voto secreto, não!

Sr. Presidente, eu queria também insistir que estamos ansiosos, claro, para que debates de temas como este sejam trazidos, mais uma vez, ao Plenário desta Casa, mas lembro também que, naquele tempo, as questões ideológicas e mesmo partidárias foram deixadas de lado porque entendíamos nós que o ideal era construirmos um texto moderno.

A lei de greve era uma antiga bandeira de luta do movimento sindical. Não se aceitava, em hipótese nenhuma, que fosse colocada no texto. Lembro-me, como se fosse hoje, ainda jovem, depois de uma reunião onde tive a alegria de estar com Ulysses Guimarães, Mário Covas, Luiz Inácio Lula da Silva, Olívio Dutra, João Paulo Pires de Vasconcellos e Renan Tito, de termos chegado a um grande entendimento. Na hora da defesa, quem iria defender na tribuna? Sabíamos que não havia consenso. Pedimos ao Senador Jarbas Passarinho que fizesse a defesa. Ele foi à tribuna e fez a defesa e a redação do direito de greve, assegurado até hoje. Passou por unanimidade.

Lembro-me de outro Parlamentar que marcou, no meu entendimento, a minha memória para sempre: o Deputado Alceni Guerra. Ele foi incansável na defesa da licença-paternidade. Quando foi à tribuna para defender, naquela oportunidade, a licença-paternidade, ele foi quase, eu diria, ridicularizado pelo Plenário. Quando terminou o discurso falando da sua vida – ele é médico – e de seus filhos, ele foi aplaudido de pé por todos os Constituintes, e a licença-paternidade foi aprovada por unanimidade. A concessão desse benefício foi uma inovação, já que nenhuma Constituição brasileira havia tratado do assunto.

O que dizer da atuação, Senador Alvaro Dias, do grande Mário Covas? É inegável, ninguém pode negá-la. Não falo agora porque ele faleceu, pois eu já dizia isso antes e continuo dizendo: Mário Covas foi o grande líder, na Constituinte, do Bloco Progressista. Ele liderou e fazia a discussão no Plenário do Congres-

so, estando, muitas vezes, Jarbas Passarinho numa tribuna e ele em outra. Rendo aqui minhas homenagens a Mário Covas, que foi o grande líder na nossa Assembléia Nacional Constituinte no que diz respeito aos avanços dos trabalhadores. Até hoje, com certeza, ele faz falta.

Sr. Presidente, é nítido que as conquistas que temos foram alcançadas a partir da Constituição Cidadã. De sua promulgação, até hoje, cerca de 30 milhões de pessoas saíram da linha da miséria absoluta no País. A Constituição de 88 cumpriu seu papel de garantir avanços sociais.

Estou convencido de que fizemos o que tínhamos de fazer, pois carregávamos, naquele momento, todas as esperanças do povo brasileiro. Fomos soldados da nossa Pátria, e isso é motivo de orgulho para todos nós.

Sr. Presidente, quero dizer que não sou a favor, não, da realização de outra Assembléia Nacional Constituinte, como querem alguns. Nós fizemos uma Constituição detalhista? Fizemos, sim! Mas eu faria tudo de novo, porque sei que o retrocesso pode acontecer... Se alguém quiser tirar qualquer artigo da Constituição, terá de ter três quintos de Parlamentares que o acompanhem aqui no Plenário do Senado e também na Câmara.

Se analisarmos o texto da época e o texto de hoje, veremos que muito poucos são os avanços. Se compararmos com o que tínhamos naquela oportunidade, veremos que a maioria das mudanças foi um retrocesso.

Lembro aqui o que não mudamos e que devíamos mudar. A medida provisória, por exemplo, foi um equívoco nosso, os Constituintes. Nós aprovamos porque entendíamos, à época, que, no plebiscito, passaria o parlamentarismo, Senador Mão Santa, mas passou o presidencialismo. Hoje, sabemos, após vinte anos de experiência, que a gente deita com uma legislação e acorda com outra, pelo instituto da medida provisória. Lamentamos. Foi um equívoco de nós todos, Constituintes, termos instituído a medida provisória, porque entendíamos que o decreto legislativo era perverso. Porém, mais grave é o instituto da medida provisória, independente de quem esteja ou tenha estado na Presidência: Presidente Collor, Presidente Sarney, Presidente Fernando Henrique, Presidente Lula... Nós temos de achar uma solução. O instituto da medida provisória só enfraquece o Parlamento. Digo isto com a maior tranquilidade, porque sou parlamentarista. Entendo que o Congresso tem que ser forte. Vacilou, caiu o Congresso e vamos às eleições de novo. Aí o povo vai dizer quem prestou e quem não prestou e vão voltar aqueles que realmente prestarem. Creio que o uso

da medida provisória é abusivo e que vamos ter que tomar medidas.

Sr. Presidente, eu gostaria muito de ter mais tempo, mas quero avançar.

Hoje, vendo as mãos calejadas e as rugas na face do nosso povo, que, lá atrás, como eu dizia, semeou e molhou a terra, sei que a nossa democracia social e econômica está consolidada. Está consolidada graças à nossa Constituição, fruto da Assembléia Nacional Constituinte.

Alguns dizem "ele fala tudo isso, mas não assinou". Não é verdade! Votamos a favor e votamos contra. Assinei a nova Carta. Ao meu lado estava Jean Cristian, que tinha 12 anos à época e hoje está com 32 anos. A foto que tiramos naquele dia, 5 de outubro, está até hoje na cabeceira da sua cama.

Sr. Presidente, sei que o tempo não me permite, mas eu queria concluir, nestes quatro minutos que me restam, dizendo que foi um grande momento para mim. Vimos este Congresso lotado. Eram milhares e milhares de pessoas pelos corredores do Congresso. A pressão popular, o exercício da cidadania é que fez com que o texto avançasse. Lamento que isso não aconteça hoje.

Estamos aqui para votar o fim do fator previdenciário, mas os corredores estão vazios. E quem não sabe que o tal fator reduz em 40% o salário de qualquer brasileiro que vai se aposentar? Ele tinha de ter sido ser derrubado já há tempo, mas vamos tentar derrubá-lo este ano. Como não fazer um movimento social organizado, de baixo para cima, nas ruas, nas vilas, nas câmaras de vereadores, nas assembléias, nos sindicatos, até numa vigília permanente, até que o Congresso vote o fim do fator?

Eu não sou o último dos moicanos, nem sou Dom Quixote, mas, se for preciso, vou fazer a vigília, vou começar a fazer a vigília e sei que outros também farão vigílias nas cidades deste meu querido Brasil, até que se derrube esse maldito fator previdenciário.

Como aqui foi dito, não há um país do mundo que tenha uma lei tão cruel contra o seu povo. Desde 1999, o cidadão que ganha R\$1.000,00, quando se aposenta, passa a receber R\$600,00. Enquanto isso, aquele que recebe R\$25.000,00 se aposenta com R\$25.000,00 e ainda ganha a paridade integral. Ou seja, toda vez que alguém tiver reajuste integral, ele também tem. Não é justo! Se não tem dinheiro para os pobres, não pode ter para os ricos. Se ao Executivo, ao Legislativo e ao Judiciário não se aplica o fator e a aposentadoria é integral, desde que tenha o tempo de contribuição, e há paridade, como é que não vai ter para o trabalhador que ganha R\$1.000,00? É inaceitável! Isso não é fruto da Assembléia Nacional Constituinte. Lá, asse-

guramos salário integral, aposentadoria integral e paridade com o salário mínimo; depois é que mudaram. Esse retrocesso tem que ser revisto. É uma questão somente de justiça.

Por isso, Sr. Presidente, hoje falo aqui da Assembleia Nacional Constituinte, contei um pedaço não só da minha vida, mas das nossas vidas, daquele momento histórico. É preciso que o povo entenda que o Congresso Nacional – isso é fruto do processo democrático – funciona de acordo com a pressão popular. Se não houver pressão popular, alguns vão ficar falando sozinhos aqui no Senado e alguns vão ficar falando sozinhos lá na Câmara. Felizmente, o fim do fator foi unânime aqui no Senado, não houve problema nenhum, assim como também a garantia de os aposentados e pensionistas receberem o mesmo percentual.

A partir do dia 26 começaremos a fazer um movimento para que a Câmara vote pelo fim do fator previdenciário. Não nos forcem a fazer vigília. Vamos tentar, com muito diálogo e entendimento, acabar com esse fator e aprovar para que aquele que ganha um salário menor tenha o mesmo direito do que ganha um salário maior.

Ouçõ o Senador Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Primeiramente, quero enaltecer a forma bonita como V. Ex^a recordou os momentos tão significativos da Constituinte, que, no domingo último, fez vinte anos da sua promulgação. Aliás, a realização...

(Interrupção do som.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – A realização das eleições foi num clima de tranqüilidade em todo o Brasil. Note, Senador Paim, que não houve praticamente contestações, não houve manifestações de violência, e mesmo nas ações de prevenção realizadas pelas Forças Armadas, por iniciativa da Justiça Eleitoral, não houve necessidade de empreender qualquer grande esforço de energia, porque o povo se comportou de uma maneira muito tranqüila, exercendo seu direito de voto. Avalio que isto constitui um dos resultados mais importantes da Constituinte de 1988: a tranqüilidade com que o Brasil hoje realiza as eleições, o processo democrático. E V. Ex^a aqui lembrou muito bem daquelas pessoas que tão bem brilharam na Constituinte, como Ulysses Guimarães, Mário Covas, Alcení Guerra e tantos outros, inclusive V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Lembrei de Luiz Inácio, Olívio Dutra, Ibsen Pinheiro e tantos outros.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Presidente Luiz e de tantos outros.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – João Paulo, Bernardo Cabral...

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – E gostaria também de falar sobre o princípio que V. Ex^a está colocando, da equidade entre todos aqueles que trabalham, seja no setor público ou no setor privado. Ou seja, se aqueles que estão trabalhando como Ministros de Estado, Ministros do Supremo Tribunal ou Deputados e Senadores têm certos direitos no que diz respeito a sua aposentadoria, então que se caminhe no sentido da equidade para todos, no setor público e no setor...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Só isso, Senador Suplicy! O senhor pegou a frase correta. É só isso que nós estamos pedindo.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Que, portanto, se caminhe no sentido de equidade para os que trabalham no setor público e no setor privado. Meus cumprimentos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Suplicy, pelo seu aparte.

V. Ex^a sabe o respeito que tenho pela sua vida, pela sua história e pela sua persistência. Quando muitos diziam que a renda mínima não seria uma realidade, V. Ex^a provou que estava certo, e hoje, para alegria de milhões de brasileiros – e até de outros países –, estamos avançando nesse seu projeto.

Tenho certeza de que o princípio de uma Previdência universal, igual para todos, poderosos e pobres, é possível. Nós não estamos pedindo regalia nenhuma; simplesmente, se pagar sobre vinte mil, vai se aposentar proporcionalmente ao que pagou, mas quem pagou sobre mil não pode se aposentar com seiscentos. E V. Ex^a reafirma esse princípio, que é o princípio só da paridade, da igualdade: direitos e deveres iguais para todos.

Muito obrigado, Senador Suplicy.

Senador Mão Santa, agradeço mais uma vez pela tolerância de V. Ex^a, que permitiu que eu concluísse, na íntegra, o meu pronunciamento. Obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, 2008 é um ano especial. E para nós gaúchos tem uma certa magia. Lembramos os 173 da Revolução Farroupilha.

Olavo Bilac, o príncipe dos poetas brasileiros, disse que os farroupilhas foram os primeiros criadores da nossa liberdade política.

Em maio celebramos os 120 Anos da Abolição Não Concluída. Este ano teremos os 60 Anos da De-

claração Universal dos Direitos Humanos, e, no dia 5 de outubro, foram os 20 Anos da promulgação da Constituição Federal.

A Assembléia Nacional Constituinte de 1988, que é o tema do meu pronunciamento de hoje, foi um dos momentos mais bonitos da história do Brasil. E eu estava lá como Deputado constituinte.

No dia 1º de fevereiro de 1987, o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro José Carlos Moreira Alves, presidiu a Sessão de instalação da Assembléia Nacional Constituinte.

No dia 2 de fevereiro, o Deputado Ulisses Guimarães é eleito presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

Naquele dia ele disse uma frase que até hoje tenho viva na minha memória:

Essa será a Constituição cidadã, porque recuperará como cidadãos milhões de brasileiros, segregados nos guetos da perseguição social. O povo nos mandou fazer a Constituição, não ter medo. Viva a vida que ela vai defender.

Fico emocionado só de pensar e, às vezes, não tenho como segurar as lágrimas.

Para mim foram meses em que o povo brasileiro semeou e molhou a terra.

Pela primeira vez na história republicana do País tivemos uma autêntica representação de trabalhadores numa Assembléia Constituinte.

Graças a essa participação, tivemos alguns avanços, principalmente no que diz respeito aos direitos sociais: jornada de trabalho semanal de 44 horas; direito a greve; estabilidade dos dirigentes sindicais; aviso prévio acrescido e proporcional; adicional de férias; a não-prescrição dos direitos trabalhistas para o trabalhador rural e urbano; turno de seis horas; licença-gestante; licença-paternidade; igualdade de direitos entre os trabalhadores rurais e urbanos; remuneração integral da aposentadoria.

É claro que tivemos algumas proposições que não foram alcançadas, como a reforma agrária, o fim do voto secreto no Congresso Nacional, a jornada de trabalho de 40 horas semanais e a aposentadoria integral aos 30 anos de serviço.

Estávamos tão ansiosos por mudanças que muitas vezes deixamos de lado questões partidárias e ideológicas e fomos a fundo buscar os melhores encaminhamentos.

A lei de greve era uma antiga bandeira de luta do movimento sindical. Havia um grupo que não aceitava essa posição, mas nós conseguimos por meio de muito diálogo nos articularmos.

Por várias vezes nos reunimos com Ulysses Guimarães, Mário Covas, Luiz Inácio Lula da Silva, Olívio

Dutra, João Paulo Pires de Vasconcellos e Renan Tito, entre outros, para chegar a um entendimento. Quando a redação ficou pronta, pedimos carinhosamente para o Deputado Jarbas Passarinho que lesse e defendesse o projeto. O texto estava equilibrado e foi aprovado por unanimidade.

O Deputado Alcení Guerra foi incansável na defesa da licença-paternidade.

Certa vez ele foi ridicularizado enquanto discursava e, no final da explanação, o Plenário literalmente veio abaixo com assobios e aplausos. A concessão desse benefício foi uma inovação, já que antes nenhuma Constituição brasileira tratou do assunto.

E o que dizer da atuação do grande Mário Covas? Ele foi o grande articulador da Constituinte. Até hoje ele nos faz falta.

Sr. Presidente, é nítido que as conquistas que temos foram alcançadas a partir da "Constituição Cidadã".

A partir da sua promulgação, até os dias de hoje, cerca de 30 milhões de pessoas saíram da miséria absoluta no País, apenas para dar um exemplo. Então, a Constituição de 88 cumpriu o seu papel de garantir avanços sociais.

Estou convencido de que fizemos o que tínhamos de fazer, pois carregávamos naquele momento todas as esperanças do povo brasileiro.

Fomos soldados da nossa pátria, e isso é motivo de orgulho para nós.

Srs e Srs. Senadores, atualmente sou contra a realização de uma nova constituinte, como querem alguns.

Mas não descarto a possibilidade de fazermos mudanças pontuais.

Isso vai depender de um grande entendimento nacional.

Lembro que a Medida Provisória com força de lei foi um equívoco deixado pela Constituinte.

Achávamos que passaria o parlamentarismo e não o presidencialismo, por isso incluímos a medida para ser usada em casos de urgência e relevância.

Creio que o uso abusivo de MPs para governar o País é uma das causas da desmoralização do Congresso Nacional.

Por isso entendo que esse ponto poderia ser revisto na Constituição.

Para finalizar, Sr. Presidente, hoje, vendo as mãos calejadas e as rugas nas faces desse mesmo povo, que lá atrás semeou e molhou a terra, sei que a nossa democracia social e econômica está sendo consolidada cada vez mais.

No dia em que assinei a nova Carta Constitucional, o meu filho Jean Cristian, estava ao meu lado.

A foto que tiramos naquele 5 de outubro de 1988, até hoje está na cabeceira de sua cama.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nós queremos cumprimentá-lo pelo belo pronunciamento em homenagem à nossa Constituição Cidadã, que fez vinte anos e foi beijada por Ulysses Guimarães, que disse que desrespeitar, desobedecer à Constituição da República Federativa do Brasil é como rasgar a Bandeira do Brasil.

Como uma homenagem da Mesa, nós queremos lembrar que ela foi assinada em 5 de outubro de 1988, tendo como Presidente Ulysses Guimarães, do PMDB; Vice-Presidente, Mauro Benevides, hoje do PMDB; Jorge Arbage, 2º Vice; Marcelo Cordeiro, 1º Secretário; Mário Maia, 2º Secretário; Arnaldo Faria de Sá, 3º Secretário; Benedita da Silva, 1º Suplente de Secretário; Luiz Soyer, 2º Suplente de Secretário; Sotero Cunha, 3º Suplente de Secretário; Bernardo Cabral, Relator-Geral. Esses foram os mais proeminentes que fizeram e outorgaram a nossa Constituição Cidadã.

Convidamos a usar da palavra, como orador inscrito, por cessão do Senador Leomar Quintanilha, o Senador Alvaro Dias, tucano do Estado do Paraná.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, nada como um dia após o outro, ou melhor, nada como uma crise após a outra, ou ainda melhor, nada como um programa econômico após o outro.

O Presidente Lula tentou negar a realidade e vender ilusões. Em meio à já reconhecida pior crise mundial desde 1929, é assustador saber que o Presidente está mais preocupado com danos a sua imagem que com o País. Ele dá mais importância às palavras que aos fatos; à embalagem que ao conteúdo; à propaganda que às ações. Usa as palavras para esconder fatos, não para esclarecer. O valor do Real já despencou 35%. De 26 moedas emergentes, o Real foi a que mais perdeu. É como se o Brasil tivesse encolhido US\$309 bilhões, desde agosto, se o PIB fosse calculado em dólar. Portanto, isto é muito sério, Senador Mão Santa. Não é uma brincadeira.

O Planalto proibiu a palavra maxidesvalorização, assim também proibiu a palavra “pacote”. O Presidente, durante a comemoração dos 70 anos do Sindicato dos

Químicos do ABC, em Santo André, garantiu que em seu Governo não haveria pacote econômico. “No meu Governo não terá pacote econômico, porque todos os que foram feitos ao longo da história não deram certo”, disse o Presidente.

No entanto, nos últimos dias, o Presidente passou a dizer que “temos o Proer”. Em discurso para empresários, no Fórum Brasil-México, no Recife, o Presidente ofereceu o seu “**know-how** para salvar bancos” ao presidente Norte-Americano George Bush. Chegou a dizer que, se os americanos precisarem, poderemos mandar tecnologia!

Mas o Proer não era apenas um programa para salvar banqueiros? O Presidente Lula e o seu Partido não foram os que fizeram as críticas mais duras ao Proer e, inclusive, viajaram por todo o País dizendo que o programa nada mais era do que pura mamata para banqueiros? Não foi isso o que ouvimos durante o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, por muito tempo?

Em artigo publicado na **Folha de S.Paulo**, em 31 de dezembro de 1995, Lula criticou o Proer e fez as seguintes indagações:

Por que o Governo não ofereceu dinheiro a 2% de juros ao ano para financiar os milhares de consumidores com prestações em atraso, que pagam de 10% a 15% ao mês? Por que não ofereceu financiamento barato para pequenos e médios empresários pagarem as contas em atraso e investirem na produção? Por que não arranjou recursos para financiar a casa própria de milhares de brasileiros que vivem de aluguel, moram nas favelas ou de baixo de pontes?

O Presidente Lula, em artigo publicado, fazia essas indagações.

O PT, inclusive, ingressou, Senador Mão Santa, no Supremo Tribunal Federal, em dez de novembro de 1995 – disse aqui ontem, já – com uma Adin com pedido de liminar, suspendendo a vigência e a eficácia da medida provisória. A Adin levou a assinatura do atual Advogado-Geral da União, José Antônio Dias Toffoli, e do Subchefe de Ação Governamental da Casa Civil, Luiz Alberto.

Eu consigo até imaginar como se comportaram essas pessoas agora, ao examinarem os aspectos legais e jurídicos da medida provisória que criou o chamado Proer do Lula, esse novo Proer. Imagino como se comportaram. Provavelmente se recordaram da Adin que propuseram não faz tanto tempo. Eu imagino que devam ter boa memória, até porque ocupam cargos importantes na República. Certamente se re-

cordaram. E eu pergunto: Revisaram seus conceitos? Conseguiram dormir? Tiveram paz e tranqüilidade de consciência?

Olha, como se não bastasse, Presidente, houve também a criação de uma CPI na Câmara dos Deputados, em 2001, que teve como foco investigar quais foram os créditos e como foram aplicados os recursos do Proer. Como fica, então, o pacote de socorro aos bancos agora baixado pelo Presidente Lula na calada da noite da última segunda-feira? Com edição dessa Medida Provisória nº 442, ele cria um programa parecido com o Proer, disfarçado, envergonhado, para enfrentar a crise financeira.

Portanto, faço aquelas mesmas perguntas que o Presidente Lula fez por ocasião da criação do Proer no governo Fernando Henrique Cardoso. Tenho certeza de que o Presidente e o PT sabem agora as respostas para aquelas perguntas. Responda, Presidente Lula, ou mande o seu Partido responder aqui, da tribuna do Senado Federal, àquelas perguntas que Vossa Excelência formulou em artigo publicado quando da edição da medida provisória que instituiu o Proer.

Além do mais, o que se comenta é que o Proer do Lula é para salvar pequenos bancos. E pergunto agora: não seria uma oportunidade para salvar os bancos que operaram o mensalão? Eu gostaria que o Presidente Lula, ou o Sr. Henrique Meirelles, ou o Sr. Ministro Mantega respondessem a essa indagação. Há especulações em torno da indagação que faço. Eu gostaria de obter respostas.

Se o Presidente Lula, naquele tempo do Proer FHC, tinha autoridade política para formular as indagações que formulou, por que não temos nós a mesma autoridade política para repeti-las agora, acrescentando essa? Não seria oportunidade para salvar os bancos que operaram o mensalão, Presidente Lula?

Srs. Senadores, lembro que o Presidente Lula, hábil manipulador, já disse “temos o real!”, apesar de o PT ter votado contra o Plano Real no Congresso. E o Presidente também já disse “temos a Lei de Responsabilidade Fiscal!”, apesar de o PT também ter entrado na Justiça contra a Lei de Responsabilidade Fiscal, que transformou o conceito de administração pública neste País e que colocou um freio no irresponsável processo de endividamento público desta Nação. Mas o PT não queria a Lei de Responsabilidade Fiscal. Agora, Lula diz “temos a Lei de Responsabilidade Fiscal!”. Que bom que temos, Sr. Presidente! Lamentavelmente, não temos para o seu Governo, temos para os governos estaduais e para os governos municipais, e, por isso, Presidente Lula, o seu governo é perdulário, é gastador, é um governo que desperdiça, que aplica mal os recursos públicos, que superfatura obras públicas.

Lamentavelmente, a Lei de Responsabilidade Fiscal não alcançou ainda o Governo Federal.

É por isso que lá no Piauí do Senador Mão Santa dizem que filho feio não tem pai; mas, quando o filho é bonito, todos querem ser o pai. Mesmo após uma década da criação do Proer, ele tem hoje vários pais.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, vamos apreciar a medida provisória que institui esse novo Proer, a Medida Provisória nº 442. E anuncio desde já que vou apresentar duas emendas, tentando aprimorá-la.

Nós da Oposição aceitamos essa medida provisória porque ela é relevante e urgente. Essa não é inconstitucional. Há uma crise que o Presidente da República tentou esconder, mas que é real, visível, contundente. Ela pode ser uma verdadeira hecatombe no sistema financeiro mundial e, evidentemente, atinge o nosso sistema. Portanto, a Oposição é responsável, a Oposição de hoje é responsável e vamos aprovar as medidas propostas pelo Governo, mas queremos promover alterações.

Eu não posso concordar, por exemplo, que o Banco Central tenha em mão um cheque em branco que lhe permita até se apropriar das aplicações financeiras dos brasileiros. Os poderes excepcionais que o Governo está transferindo ao Banco Central, neste momento de crise, permitirão a ele inclusive apropriar-se das aplicações financeiras do povo brasileiro. E este País já viveu esse drama. O Brasil não quer mais essa experiência. Temos que aprovar essa medida provisória, mas com as necessárias alterações. Nenhum penduricalho imoral poderá ter o aval da Oposição nesta Casa, em que pese a crise que nos preocupa tanto.

Quero também, Sr. Presidente Mão Santa, valendo-me da generosidade de V. Ex^a, fazer referência ao que está ocorrendo no Equador.

O Governo do Equador ratificou ontem a revogação do contrato com a construtora Odebrecht. Está expulsando essa construtora daquele país. Alega desrespeito a acordos celebrados e oferece trinta dias para encerrar as operações naquele país.

Hoje, vamos aprovar aqui mais de 50 requerimentos. Um deles, de minha autoria, requer uma auditoria do Tribunal de Contas da União no BNDES relativamente aos contratos celebrados pelo banco com países, a concessão de empréstimos, bilhões de dólares de empréstimos concedidos a outros países, inclusive ao Equador, por meio de empresas brasileiras.

Há muito tempo, desde 2005, Senador Mão Santa, estamos batendo nessa tecla, pedindo essa auditoria, Senador Paulo Paim, porque não concordamos com que os brasileiros fiquem em segundo plano, com que os empreendedores nacionais sofram as consequências da falta de crédito, com que empresas brasilei-

ras deixem de se ampliar, com que novas empresas deixem de surgir no País gerando emprego, receita pública e renda, porque o Governo brasileiro utiliza o caixa do BNDES para financiar obras no exterior, e são bilhões de dólares. Esse requerimento será aprovado hoje, finalmente.

O que fará o Governo brasileiro, agora, com o Equador? Porque o alvo, agora, é a Petrobras. O Presidente Rafael Correa ameaça nacionalizar o Bloco 18 da Petrobras, que produz 32 mil barris de petróleo por dia, caso a empresa não renegocie o contrato.

A Bolívia chantageou e conseguiu o que queria. O Equador segue o exemplo, a estratégia da chantagem. Vão colocar a mão na Petrobras no Equador. E o Governo brasileiro, o que fará? Qual será a reação do Governo brasileiro? O que o Presidente Lula imagina fazer agora diante dessa ameaça equatoriana? É preciso que o Governo brasileiro reaja com a dignidade dos brasileiros, com a grandeza deste País, para evitar o que já ocorreu na Bolívia.

O Presidente da República afirmou ontem que não sabia do volume de dívidas contraídas por bancos e por empresas brasileiras no exterior. O Presidente Lula não sabe de muita coisa, ele precisa saber, ele foi eleito para saber. Quem não sabe não deve pleitear o voto da população. O Presidente Lula não sabe que o Brasil sofreu enormes prejuízos nessa operação boliviana? O Presidente Lula precisa saber que o Brasil vai sofrer enormes prejuízos nessa operação equatoriana, se ele não agir com pulso forte.

Senador Mão Santa, eu agradeço, mas eu não poderia deixar de exteriorizar a minha indignação diante da complacência com que o Governo brasileiro vem agindo ao enfrentar determinadas situações. O enfrentamento dessa crise desnuda o Governo brasileiro.

A primeira tempestade que se avistou colocou o Governo brasileiro na lona, porque, Senador Mão Santa, as ações do Governo do nosso País neste momento, diante da grandeza da crise financeira internacional, são primárias.

O Governo não está se apresentando com o nível de competência que se exige para enfrentar esta situação. E o Presidente Lula, que é grande comunicador de massa, não tem a mesma habilidade para se comunicar com especialistas que podem, neste momento, inspirá-lo a tomar decisões mais adequadas.

Fica o apelo da Oposição. A crítica é essa, que nos perdoem os apaixonados pelo Presidente, que nos perdoe o Presidente Lula. Nós estamos falando com o coração e com absoluta franqueza. Nós estamos falando, porque estamos preocupados.

Mas queremos dizer ao Presidente Lula que estamos aqui, a sua disposição, para aprovar, em re-

gime de urgência, todas as medidas que se fizerem necessárias para salvar o País de uma situação de precariedade diante da crise econômica internacional. Nós não queremos que o povo brasileiro sofra as conseqüências desta crise. E, por isso, Sr. Presidente, as críticas não serão retiradas, mas nossa disposição de colaborar, de ajudar, de aprovar está manifesta não só em nossas palavras, mas, sobretudo, na ação concreta e objetiva de nosso Partido, por intermédio do Presidente Sérgio Guerra.

Muito obrigado, Sr. Presidente Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após brilhante pronunciamento de 20 minutos do ilustre Senador da República que representa, com grandeza, o Estado do Paraná e o PSDB, vamos chamar, pela Liderança do PMDB, o Senador Neuto de Conto, de Santa Catarina. Depois, para uma comunicação inadiável, o Líder do PMDB, Renan Calheiros.

Senador Neuto de Conto, V. Ex^a regimentalmente tem cinco minutos, mas pode usar da palavra pelo tempo que achar conveniente.

O SR. NEUTO DE CONTO (PMDB – SC. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Sr^s e Srs. Senadores, no último dia 5 de outubro, numa jornada cívica, realizaram-se eleições em todos os Municípios do nosso Brasil. Foi uma jornada histórica, muito rica, que nos traz muita reflexão.

Em todos os Municípios, todos os partidos lançaram seus candidatos, com suas propostas, idéias, suas lideranças e, principalmente, vontade de trabalhar e de lutar por suas comunidades.

Sr. Presidente, nos 293 Municípios de Santa Catarina, foi uma eleição totalmente atípica, em que não se viu papel nas ruas, nem propaganda nos postes, não houve aquela batalha das militâncias; tudo aconteceu de forma completamente diferente das tradicionais. Foram eleições propositivas, de crença, de fé, do corpo a corpo e de muita análise da sociedade para escolher os seus candidatos.

Muitos ganharam, muitos perderam, mas certamente ganharam aqueles que apresentaram propostas que convenceram a sociedade a ter a crença, a fé e a esperança nos próximos quatro anos de administração nos Municípios.

Registra-se também, com muita ênfase, o trabalho extraordinário da Justiça Eleitoral. Com muita precisão e principalmente com muita agilidade, devido às urnas eletrônicas, Santa Catarina foi o primeiro Estado do Brasil a apresentar resultados finais.

Os partidos colaboraram muito com a luta, com a defesa das idéias, com a defesa das propostas e

também com a capacidade e com a competência dos seus candidatos.

A imprensa, como condutora das mensagens e principalmente das informações, também foi muito destacada nesse processo.

Sr. Presidente, em Santa Catarina, o Governo Luiz Henrique, do PMDB, descentralizou o Estado, criando 36 secretarias regionais, e, no próximo exercício, concluirá todos os asfaltos de acessos a todos os Municípios; S. Ex^a tem tido uma participação extraordinária.

Em nosso Estado, eu gostaria de ressaltar os números: dos 293 Municípios, o PMDB elegeu 111, com a conquista de uma em cada três prefeituras na eleição municipal.

O PMDB foi o Partido que mais cresceu na soma total de votos. Os candidatos peemedebistas obtiveram 1.037.790 votos, o que equivale a cerca de 40% dos votos válidos. “Ganhamos mais de 180 mil novos eleitores em relação à disputa de 2004”, comemora o presidente da sigla, o ex-Governador Eduardo Pinho Moreira.

Com 111 prefeitos eleitos – 37,5% do total –, o PMDB também dobrou o segundo colocado, que venceu em 55 Municípios. Somando os candidatos que se elegeram como vice-prefeitos, o Partido estará no comando, a partir de 2009, em 145 prefeituras catarinenses.

O PMDB também poderá faturar uma das vitórias mais importantes e históricas com a reeleição do nosso candidato, companheiro Dário Berger, na capital do Estado, que somou, no primeiro turno, mais de 94 mil votos.

No Poder Legislativo, o PMDB garantiu uma média de 2,8 vereadores por Município, somando 843 eleitos. Somos o partido com o maior número de prefeitos, de vice-prefeitos e de vereadores, praticamente o dobro do mais próximo que nos alcançou, Sr. Presidente.

No Brasil também não foi diferente. No Brasil, com 5.563 Municípios, o PMDB elegeu 1.194 prefeitos. O mais próximo elegeu somente 780. E nós também elegemos 8.469 vereadores. O mais próximo chega a 5.896.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, essa é a força, é a potência, é a força viva da militância dos vereadores, dos deputados estaduais, dos deputados federais, dos senadores, dos governadores, da grandeza do PMDB de Santa Catarina e do Brasil.

Deixo este registro para que a Casa, o País conheça com mais profundidade o pleito de 5 de outubro, que engrandece o Brasil e, em particular, o nosso Partido, o PMDB.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após brilhante pronunciamento do Líder do PMDB, Neuto de Conto, de Santa Catarina, com quem aprendi muito. Aprendi que nós não podemos abdicar a Presidência desta Casa e, muito menos, a Presidência da República. Nós somos quantitativamente o maior partido e qualitativamente... Então, aqui Deus quis e me permitiu, na Presidência desta Casa, buscar entre os Líderes deste grandioso partido à Presidência da República, e convidar até o do PT, Suplicy, para ser vice de nossa chapa, porque nós não vamos admitir retroagir ao PMDB de sua história: à Presidência desta Casa e à Presidência do Brasil.

Quis Deus me permitir também convidar, para usar da palavra, o Senador Renan Calheiros, que traduz a grandeza do PMDB. Quando eu vejo V. Ex^a, eu revivo aquele poema **Canção do Tamoio**, de Gonçalves Dias: “(...) A vida é combate, que aos fracos abate, que os fortes, os bravos só pode exaltar”. V. Ex^a, esse forte e bravo Líder do PMDB. E manifesto isso com gratidão, porque V. Ex^a foi Ministro da Justiça deste País, e eu era Governador do Estado do Piauí. Nenhum Ministro da Justiça contribuiu tanto para o Piauí. Nós conseguimos combater o crime organizado e V. Ex^a doou, pela sua obstinação, o melhor sistema penitenciário do Brasil, que foi construído no nosso Governo, quando V. Ex^a era Ministro da Justiça.

A gratidão do povo do Piauí foi expressada quando coloquei no meu peito a maior comenda, a Grã-Cruz Renascença do Estado do Piauí, traduzindo a gratidão do meu povo.

V. Ex^a regimentalmente tem cinco minutos, mas pode usar o tempo que achar conveniente.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Agradeço, Senador Mão Santa, as gentis palavras de V. Ex^a. Agradeço muito mesmo.

Quero cumprimentar também esse querido amigo, Senador Neuto de Conto, que faz aqui um brilhante relato das eleições no seu Estado, no País, sobretudo do desempenho do PMDB.

A história do voto no Brasil, Sr. Presidente, começou 32 anos após Cabral ter desembarcado no País. Foi no dia 23 de janeiro de 1532 que os moradores da primeira vila fundada na colônia portuguesa – São Vicente, em São Paulo – foram às urnas para eleger o Conselho Municipal.

Quatrocentos anos depois, outro passo importante da democracia: as mulheres brasileiras conseguem o direito do sufrágio. E, um ano depois, na Constituinte de 1933, votam pela primeira vez.

Mesmo assim, Senador Tião Viana, a conquista não foi completa. O Código Eleitoral de 1932 permitia

apenas que mulheres casadas, com autorização do marido, viúvas e solteiras com rendas próprias pudessem votar.

De lá para cá, nosso sistema eleitoral desaguou numa democracia representativa que pode não ser perfeita, mas é sem dúvida nenhuma a melhor.

Nossa República evoluiu com a sociedade, nasceu sem povo, mas passou, aos poucos, a incorporá-lo.

Primeiro, vieram as classes rurais, depois, as urbanas, passando pelos liberais e chegando a um ponto, Sr. Presidente Mão Santa, em que foram incorporados mesmo os trabalhadores, os operários, em sua maior expressão.

O Presidente Lula tem raízes profundas no povo brasileiro e na classe trabalhadora também. Ele conhece de perto as dificuldades do dia-a-dia dos cidadãos, principalmente os menos favorecidos, e sabe, como ninguém, que a evolução de nossa democracia depende do sistema político-partidário, hoje, infelizmente, anacrônico e ultrapassado.

Como disse o Senador José Sarney, um dos homens públicos mais experientes deste País – ex-Presidente da República e ex-Presidente do Senado Federal –, “Nos momentos de crise, exacerbam-se virtudes e defeitos dos homens e dos sistemas, porque não são somente os homens que agem e que transformam, mas também os sistemas políticos, os instrumentos que são desenvolvidos para criar e operar o Estado”.

Ciente disso, Senador Tião Viana, a sociedade brasileira cobra o aperfeiçoamento de nossas instituições políticas. E jamais alcançaremos esse objetivo se não realizarmos uma imediata, ampla e profunda reforma político-partidária.

Ela é imprescindível para o País e pode ser naturalmente compatibilizada com quaisquer outras votações que aconteçam no Congresso Nacional.

Essa é a verdadeira caixa de ressonância nacional. Por isso, a sociedade, o próprio Executivo, o Judiciário e o Legislativo têm de ser sensíveis ao desejo de mudanças.

Durante muito tempo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, sugeri, em diversas oportunidades, aqui mesmo desta tribuna do Senado Federal, uma participação maior do Governo neste tema, que, na verdade, não é do Governo; é um tema do Parlamento.

No modelo de presidencialismo de coalizão, o papel do Executivo é dar um norte à agenda legislativa. E, felizmente, é o que continua acontecendo no nosso País. Recentemente, o Governo Federal, por meio da Secretaria de Relações Institucionais e do Ministério da Justiça, apresentou ao Congresso Nacional sugestões para a reforma política.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, por falar em reforma política, quero destacar aqui o espírito público altivo do Ministro José Múcio, que sempre esteve atento à necessidade de mudanças em nosso sistema político-partidário.

No documento foram elencados seis pontos: fidelidade partidária, lista fechada de candidatos, financiamento público de campanha, inelegibilidade, fim das coligações proporcionais e cláusula de barreira, também conhecida como cláusula de desempenho.

Os cinco primeiros pontos estão sendo encaminhados à Câmara dos Deputados em forma de projeto de lei; e o sexto ponto, por meio de emenda à Constituição.

Sr. Presidente, Senador Tião Viana, é uma iniciativa extremamente louvável, ainda que com o caráter contributivo de que foi revestida. O objetivo é, sem dúvida, estimular o debate e fomentar as mudanças, logo após o fim das eleições.

Esse é um assunto que acompanho, desde que iniciei a minha atividade parlamentar. Como Líder e como Presidente do Senado Federal, participei de várias reuniões com Senadores e Deputados para encontrar meios de fazer a reforma andar. Não é fácil, Sr. Presidente. Sempre nos deparamos com os mesmos problemas. É sempre muito difícil o Parlamento mudar as regras sob as quais se elegeu. É preciso muita conversa, é preciso buscar convergências, para concretizar este que é o grande objetivo: fazer esta que deveria ser a primeira de todas as reformas.

Como dizia, é natural debater incansavelmente um assunto polêmico, que, feita a reforma política, modificará drasticamente a ordem político-partidária do País.

Os passos que demos no Congresso Nacional nos últimos anos podem não ter sido nem o anseio dos conservadores, muito menos o sonho dos reformadores, tampouco, a utopia dos revolucionários, mas, sem dúvida, Senador Tião Viana, constituíram sólidos avanços, cautelosos, porém, essenciais, em busca da estabilidade da nossa legislação político-partidária.

Desde as alterações instituídas pela Constituinte até a nova Lei Orgânica dos Partidos Políticos, de 1995, foram importantes mudanças. Em 2002, depois de quatro anos de votações, o Senado concluiu os últimos pontos da reforma político-partidária. Infelizmente as circunstâncias, desde então, criaram uma série de entraves para seu trâmite na Câmara dos Deputados, mas hoje há quase um consenso de que sem a reforma, as nossas instituições correm o sério risco de cair em total descrédito. Temos de discutir e encontrar uma solução definitiva para o financiamento

das campanhas eleitorais, sendo uma tendência forte, bem forte, a opção pelo modelo exclusivamente público. Há naturais resistências e temores quanto à aceitação desse avanço pela opinião pública, tendo em vista, Sr. Presidente, os ônus financeiros e orçamentários dele decorrentes.

A aceitação dessa mudança, porém, implica necessariamente alterar o sistema de votação proporcional. Penso também que devemos lançar mão de um sistema misto de eleição.

Outras questões como a fidelidade partidária, por exemplo, podem ser facilmente resolvidas, tanto pela legislação ordinária quanto com medidas **interna corporis** no âmbito dos Regimentos Internos das duas Casas do Congresso Nacional. Os partidos não podem se transformar em albergues de conveniências que eventualmente podem encobrir interesses inconfessáveis.

A pauta, como se vê, é extensa. Nesse debate, teremos obrigatoriamente de nos defrontar com a coincidência de todos os mandatos, o que elimina o alto custo de uma eleição por biênio.

Além disso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é desejável reduzir o tempo de campanha e a duração do horário gratuito na televisão e no rádio. Precisamos de igualdade nos prazos de desincompatibilização e, principalmente, da possibilidade de que suplentes de Senadores também sejam escolhidos pelo voto e não pela simpatia dos titulares.

Outra mudança requerida são as cláusulas de desempenho e a federação de partidos, que foram aprovadas em reformas anteriores do nosso Código Eleitoral e antecipadas pela Justiça Eleitoral, mas que também, Sr. Presidente, estão em discussão no âmbito da reforma política.

Eu gostaria de lembrar que a democracia é tão mais saudável e desenvolvida quanto maior é o respeito pelas minorias. Assim, é recomendável que adotemos a federação como uma forma de proteger partidos históricos como o Partido Comunista do Brasil, o PPS, o PSB e o PDT que representam, Sr. Presidente, Srs. Senadores, minorias organizadas e que fazem um contraponto saudável às forças político-partidárias hegemônicas do nosso País.

Como se vê, o tema é vasto e complexo e precisaria ainda de várias horas de debate para que pudéssemos todos discorrer sobre ele, mas a reforma política, Sr. Presidente, deve ser considerada como base, como base mesmo para a realização de outras reformas porque é dela que virão os pressupostos para aperfeiçoar o exercício do poder político, nas diversas instâncias em que ele se apresenta.

Era, portanto, a contribuição que eu tinha a dar hoje ao Senado Federal. Tenho absoluta convicção de que esse será um tema muito forte a predominar na nossa agenda legislativa até o final deste semestre.

V. Ex^a sempre foi um destacado debatedor deste assunto e, como ninguém, sabe da necessidade de avançarmos com relação à reforma política para que possamos ampliar a legitimidade dos parlamentos, dos mandatos e que possamos, mais do que nunca, deixar absolutamente clara e transparente a verdade do nosso processo eleitoral.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Renan Calheiros, permite-me um aparte?

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Antes de encerrar, se o Senador Tião Viana me permitir, eu gostaria de incorporar com satisfação o aparte do Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT– RS) – Quero cumprimentar V. Ex^a pelo seu pronunciamento. É bom vê-lo na tribuna, defendendo as grandes teses, como essa da reforma política. Por outro lado, quero também cumprimentá-lo pela parceria que tem feito conosco para ver se buscamos definitivamente uma saída para esse famigerado fator previdenciário. V. Ex^a, e todos os Senadores o acompanharam, tem ajudado, na conversa com alguns setores, para uma solução. Por isso, faço questão de cumprimentá-lo de público por todo o pronunciamento. Entendo também, embora há poucos minutos tenha dito que seria contra uma nova Assembléia Constituinte, que de forma pontuada, na Assembléia Nacional Constituinte, podemos aprimorar o texto promulgado há 20 anos. Obrigado pela parceria em todos esses momentos e nesse momento histórico da caminhada – quem sabe? – rápida da história do fator previdenciário. Obrigado a V. Ex^a.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Agradeço muito a V. Ex^a e incorporo com muita satisfação o seu aparte ao meu modesto pronunciamento. Desejo dizer a V. Ex^a, mais uma vez, que, com relação a essa questão inadiável do fator previdenciário, é fundamental que possamos trabalhar para unir os diferentes setores da sociedade, do Parlamento, a fim de que tenhamos, num curto espaço de tempo, a solução possível. No que eu puder modestamente colaborar, V. Ex^a conte com a minha participação para que nós, juntos, trabalhando verdadeiramente, contornando dificuldades, possamos alcançar esse objetivo, que é, hoje, o do País.

Muito obrigado a V. Ex^a.

Durante o discurso do Sr. Renan Calheiros, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC.) – Meus cumprimentos a V. Ex^a, Senador Renan Calheiros, pela notável manifestação sobre a importância da reforma do sistema político brasileiro. A Presidência tem o mesmo entendimento de que esta deve ser a prioridade nº 1 da agenda do Congresso Nacional.

Tenho certeza de que teremos êxito nesse desafio que a sociedade tanto nos cobra e que é justa a resposta que vamos dar, a partir de méritos como esses colocados por V. Ex^a no conteúdo da reforma.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.174, DE 2008

Requeiro, nos termos do art. 258, do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto dos PLS nºs 185/2005 e 183/2006 por versarem sobre a mesma matéria.

Sala das Sessões, 9 de outubro de 2008. – Senador **Marco Maciel**

REQUERIMENTO Nº 1.175, DE 2008

Requeiro, nos termos do art. 258, do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto do PLC nº 106/2007 com os PLS nºs 18/2005, 8/2005, 355/2004, 45/2006, 42/2007, 301/2003, por versarem sobre a mesma matéria.

Sala das Sessões, 9 de outubro de 2008. – Senador **Marco Maciel**

REQUERIMENTO Nº 1.176, DE 2008

Requeiro, nos termos do art. 258, do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto dos PLC nºs 68/2006, 52/2006, com os PLS 124/2004 e 43/2003, por versarem sobre a mesma matéria.

Sala das Sessões, 9 de outubro de 2008. – Senador **Marco Maciel**

REQUERIMENTO Nº 1.177, DE 2008

Requeiro, nos termos do art. 258, do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto dos OFS “S” nºs 9/2003 e 2/2006, por versarem sobre a mesma matéria.

Sala das Sessões, 9 de outubro de 2008. – Senador **Marco Maciel**

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão publicados e encaminhados à Mesa para decisão.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.178, DE 2008

Nos termos do art. 218, inciso VII, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro voto de pesar pelo falecimento do jornalista, escritor e ex-secretário da Cultura Luiz Pilla Vares.

Justificação

Luiz Pilla Vares, bacharel em Direito e estúdio de política e filosofia, começou militando no Partido Comunista Brasileiro no início dos anos 60, mas logo aderiu às posições de Leon Trotsky e Rosa Luxemburgo, ingressando primeiro no Partido Operário Revolucionário (POR) e depois na Política Operária (POLOP).

Ao lado de Marco Aurélio Garcia (atual assessor especial para Assuntos Internacionais do governo Luiz Inácio Lula da Silva), de Flávio Koutzii e do deputado estadual Raul Pont, foi um dos fundadores do Partido Operário Comunista (POC). Ingressou no PT e tornou-se presidente municipal do partido em Porto Alegre.

Ligado à área cultural, foi secretário da Cultura na capital gaúcha nas gestões de Olívio Dutra e Tarso Genro. Também assessorou Raul Pont e João Verle quando estes foram prefeitos. Na gestão de Olívio à frente do Executivo estadual, assumiu a Secretaria Estadual da Cultura.

Luiz Pilla estava em casa, com a mulher, na Rua Venâncio Aires, em Porto Alegre. Segundo informações da família, a morte teria sido por causa natural. Pilla Vares escrevia quinzenalmente para o Jornal Zero Hora.

Esse insigne cidadão gaúcho e, sobretudo, brasileiro merece de todos o reconhecimento pelos seus feitos. Neste momento apresento voto de pesar à família como singelo gesto de admiração a sua pessoa.

Pilla Vares, ele é daqueles homens que nunca morrem, pois seus ideais e pensamentos estarão sempre juntos de nós, ele era um grande humanista. Como é bom saber que no mundo ainda existem homens e mulheres iguais a você, vida longa aos sonhos e projetos do grande e grande Pilla Vares.

Sala das Sessões, 9 de outubro de 2008. – Senador **Paulo Paim**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.179, DE 2008

Nos termos do art. 199 do Regimento Interno, requero a realização de Sessão Especial do Senado, no dia 21 de outubro, destinada a homenagear o Dia da Força Aérea Brasileira e do Aviador, que é comemorado no dia 23 de outubro.

Sala das Sessões, 9 de outubro de 2008.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.180, DE 2008

Requeiro, com base do art. 40, do Regimento Interno, autorização para ausentar-me dos trabalhos desta Casa no período de 9 a 15 de outubro de 2008, quando estarei em missão oficial visitando o Parlamento Português.

Requeiro em conformidade com o art. 39, inciso I, autorização para ausentar-me do País no período acima mencionado.

Sala das Sessões, 9 de outubro de 2008. – Senador **Marconi Perillo**, PSDB-GO.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação e será votado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.181, DE 2008

Requeiro, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2008, que “acrescenta

parágrafo único ao art. 59 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal (Estabelece a obrigatoriedade de consideração dos antecedentes do agente infrator, relativos a medidas socioeducativas de internação)”, seja apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, além da constante do despacho inicial.

Sala das Sessões, 9 de outubro de 2008. – Senador **Romero Jucá**.

REQUERIMENTO Nº 1.182, DE 2008

Requeiro, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2008, que “acrescenta parágrafo único ao art. 59 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal (Estabelece a obrigatoriedade de consideração dos antecedentes do agente infrator, relativos a medidas socioeducativas de internação)”, seja apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, além da constante do despacho inicial.

Sala das Sessões, 9 de outubro de 2008. – Senador **Romero Jucá**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão incluídos em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do art. 255, inciso II, alínea c, XII, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.183, DE 2008

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, e do art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a necessária autorização para participar da Reunião da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos do Parlamento do Mercosul, nos dias 14 e 15 de outubro, na cidade de Buenos Aires, Argentina.

Informo que estarei ausente do País no período de 13 a 16 de outubro do corrente ano para participar do referido evento.

Sala de Sessões, 7 de outubro de 2008. – Senador **Geraldo Mesquita Júnior**, PMDB-AC.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação e será votado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.184, DE 2008

Requeiro, nos termos do art. 258, do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto do PLS nº 9/2004 com os PLS nºs 38/2004, 61/2004,

40/2006, 253/2006, 45/2007, 112/2007, 223/2007, e 739/2007 por versarem sobre a mesma matéria.

Sala das Sessões, 9 de outubro de 2008. – Senador **Marco Maciel**

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O requerimento que acaba de ser lido será publicado e encaminhado à Mesa para decisão.

Sobre a mesa, projetos recebidos da Câmara dos Deputados que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 154, DE 2008

(Nº 1.246/2007, na Casa de origem)

Altera a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera o art. 24 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal.

Art. 2º O art. 24 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, passa a vigorar acrescido dos §§ 2º e 3º, transformando-se o parágrafo único em § 1º, com a seguinte redação:

“Art. 24. Inexistindo disposição específica, os atos do órgão ou autoridade responsável pelo processo e dos administrados que dele participem devem ser praticados no prazo de 5 (cinco) dias, salvo motivo de força maior formalmente declarado pelo titular do órgão ou por autoridade com delegação específica para esse fim.

§ 1º O prazo previsto neste artigo pode ser dilatado até o dobro, mediante comprovação justificativa.

§ 2º Findo o prazo previsto neste artigo ou em caso de dilatação do prazo, a autoridade responsável deverá dar regular andamento ao processo.

§ 3º O descumprimento do disposto no § 2º deste artigo implicará a abertura automática de processo administrativo disciplinar contra a autoridade responsável.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 1.246, DE 2007

Altera a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera o art. 24 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

Art. 2º O art. 24, **caput**, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, passa a vigorar acrescido dos parágrafos 2º e 3º, transformando-se o parágrafo único em § 1º, com a seguinte redação:

“Art. 24. Inexistindo disposição específica, os atos do órgão ou autoridade responsável pelo processo e dos administrados que dele participem devem ser praticados no prazo de 5 (cinco) dias, salvo motivo de força maior formalmente declarada pelo titular do órgão ou por autoridade com delegação específica para esse fim.

§ 1º O prazo previsto neste artigo pode ser dilatado até o dobro, mediante comprovação justificativa.

§ 2º Findo o prazo previsto neste artigo ou em caso de dilatação do prazo, a autoridade responsável deverá dar regular andamento ao processo

§ 3º O descumprimento do disposto no parágrafo anterior implicará na abertura automática de processo administrativo disciplinar contra a autoridade responsável.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Com a publicação da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, é que veio se dispor sobre os preceitos basilares para o processo administrativo na esfera da Administração Pública Federal, direta e indireta, visando à proteção dos direitos dos administrados e a melhor execução dos fins da Administração Pública. Sua vigência foi imediata, seguida à publicação em 1º de fevereiro de 1999.

Esse diploma federal, a Lei Geral do Processo Administrativo, como passou a ser chamada a Lei nº 9.784/1999, é alvo de especial importância, uma vez que tem influência nos mais variados procedimentos administrativos regulados em leis especiais de aplicação mais ou menos restrita, a exemplo do Regime Jurídico Único, em suas disposições relativas a procedimento administrativo disciplinar; do processo administrativo fiscal (PAF), sistematizando o procedimento de consulta fiscal e defesa do contribuinte, entre outros.

Ocorre, entretanto, que, apesar de todo o avanço obtido com a lei referida, na prática ainda persistem morosidades e procrastinações nos processos admi-

nistrativos, de modo que o presente projeto de lei pretende instituir maior rigor no cumprimento dos prazos, com o objetivo único de imprimir maior celeridade aos procedimentos, rumo a uma maior satisfação dos interesses dos administrados.

Nesse sentido é que propomos as alterações na Lei nº 9.784/1999, com a finalidade de cercar o administrado de maiores garantias no cumprimento de prazos, restringindo a alegação de “motivo de força maior” e impondo a instauração imediata de processo administrativo disciplinar contra a autoridade que retardar a realização de ato de ofício.

Assim, por considerarmos que as alterações propostas representam um avanço na legislação que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, solicitamos o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, 4 de junho de 2007. – Deputado **Márcio França**, PSB/SP.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 9.784 , DE 29 DE JANEIRO DE 1999

Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

Art. 24. Inexistindo disposição específica, os atos do órgão ou autoridade responsável pelo processo e dos administrados que dele participem devem ser praticados no prazo de cinco dias, salvo motivo de força maior.

Parágrafo único. O prazo previsto neste artigo pode ser dilatado até o dobro, mediante comprovada justificação.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 155, DE 2008

(Nº 1.507/2007, na Casa de origem)

Acrescenta parágrafo único ao art. 133 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre o uso de cópia autenticada do Certificado de Licenciamento Anual.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei acrescenta parágrafo único ao art. 133 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, de forma a autorizar o porte de cópia do Certificado de Licenciamento Anual, desde que autenticada em cartório ou pela repartição de trânsito que o expediu.

Art. 2º O art. 133 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 133. Parágrafo único. O Certificado de Licenciamento Anual terá validade quando apresentado em original ou cópia autenticada em cartório ou pela repartição de trânsito que o expediu.”(NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 1.507, DE 2007

Acrescenta parágrafo único ao art. 133 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre o uso de cópia autenticada do Certificado de Licenciamento Anual.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei acrescenta parágrafo único ao art. 133 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, de forma a autorizar o porte de cópia do Certificado de licenciamento Anual, desde que autenticada em cartório ou pela repartição de trânsito que o expediu.

Art. 2º O art. 133 da Lei nº 9.503, de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 133.

Parágrafo único. O Certificado de Licenciamento Anual terá validade quando apresentado em original, ou cópia autenticada em cartório ou pela repartição de trânsito que o expediu. (NR)”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

Justificação

O legislador do Código de Trânsito Brasileiro – CTB, estabeleceu algumas diferenças nas condições em que deveriam ser apresentados os documentos de porte obrigatório, para a condução de veículos. No caso da Permissão para Dirigir e da Cadeira Nacional de Habilitação – CNH, até pelo caráter pessoal desses documentos, que devem ser portados por um único condutor, é exigida a apresentação somente em original, nos termos do § 5º do art. 159 do CTB.

Já no caso do Certificado de Licenciamento Anual, denominado em regulamentações do Contran como “Certificado de Registro e Licenciamento Anual” ou “Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo – CRLV”, o CTB, em seu art. 133, estabeleceu apenas a obrigatoriedade de seu porte para a condução de

veículos, sem, no entanto, fazer referência quanto à sua apresentação somente em original.

Parece-nos claro, assim, que a intenção do legislador original do CTB foi a de permitir, no caso do CRLV, o uso de cópias autenticadas, vedando tal prática para os documentos pessoais de habilitação. Não por acaso, o Contran, por meio da Resolução nº 13, de 6 de fevereiro de 1998, expedida logo após a entrada em vigor do novo Código, para regulamentar os documentos de porte obrigatório, estabeleceu que o CRLV deveria ser portado “no original, ou cópia autenticada pela repartição de trânsito que o expediu”. A possibilidade de uso autenticada do CRLV facilita a vida de empresas cujos veículos são conduzidos por vários motoristas, bem como das locadoras de automóveis, na medida em que evitam os custos e os transtornos de

se retirar uma segunda via do documento, em caso de furto ou extravio. Além disso, é sabido que muitos particulares também preferem utilizar as cópias autenticadas, pelos mesmos motivos já citados.

Ocorre que, de acordo com nova regulamentação do CONTRAN, passa a ser obrigatório, a partir do licenciamento do ano de 2007, o porte do CRLV somente no original. No próprio texto da resolução, a justificativa para tal medida é simplesmente “que a utilização de cópias reprográficas do Certificado de Registro e Licenciamento Anual – CRLV dificulta a fiscalização”.

Ora, não devemos aceitar passivamente uma imposição dessa natureza, especialmente quando sabemos que, em caso de extravio ou furto do documento original, os custos para emissão de uma segunda via do CRLV chegam a ultrapassar os oitenta reais, além das filas e demais transtornos burocráticos dos órgãos de trânsito.

Regras desse tipo, partem do princípio de que todos os condutores de veículos são criminosos, e que adulteram os respectivos documentos. Justamente agora, na era da informática, quando qualquer agente de trânsito pode obter rapidamente informações sobre um veículo que julgar suspeito, bastando utilizar-se dos modernos meios de comunicação e informação, devemos repelir um simples argumento de que a cópia autenticada dificulta a fiscalização.

De modo a não estabelecer, mesmo que indiretamente, mais uma cobrança contra o bolso dos cidadãos, entendemos que devam ser tomadas medidas alternativas de segurança das referidas autenticações, que não impliquem em novas taxas aos contribuintes. Essas regras poderiam ser, inclusive, objeto de regulamentação do CONTRAN.

Por todo o exposto, com o intuito de demonstrarmos respeito aos cidadãos e aos proprietários de

veículos, contamos com o apoio nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, 14 de julho de 2007. – Deputado **Eliseu Padilha**

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997

Institui o Código de Trânsito Brasileiro.

.....
Art. 133. É obrigatório o porte do Certificado de Licenciamento Anual.
.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Os projetos que acabam de ser lidos vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 379, DE 2008

Dispõe sobre incentivo à exploração e implantação de centrais de geração a partir de fonte eólica e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica assegurado aos empreendimentos de geração com base em fonte eólica, independentemente da potência injetada no Sistema Interligado, o direito à 100% (cem por cento) de redução nas tarifas de uso dos sistemas elétricos de transmissão e de distribuição, incidindo na produção e no consumo da energia elétrica comercializada no Ambiente de Contratação Regulada – ACR ou no Ambiente de Contratação Livre – ACL.

Parágrafo único. O benefício da redução aplicável às tarifas de uso dos sistemas elétricos de transmissão e de distribuição de que trata este artigo, a ser fixado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, nos termos do artigo 26 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, permanecerá em vigor pelo período necessário à amortização, parcial ou integral, dos investimentos realizados pelo empreendedor, findo o qual será fixado por aquela Agência um novo percentual de redução compatível com a manutenção da competitividade do empreendimento no Sistema Interligado, de acordo com a legislação vigente à época.

Art. 2º Fica a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL autorizada a alterar ou fixar o percentual de desconto constante dos atos autorizativos dos

empreendimentos de geração de que trata esta lei, independentemente da data de sua outorga, podendo ser o benefício estendido a todos os empreendimentos de geração a base de fonte eólica, seja qual for a potência injetada no Sistema Interligado.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O incentivo ao investimento para a geração de energias renováveis, dentre essas a energia eólica, mediante o estabelecimento de subsídios, é uma prática no setor energético mundial e tem por objetivo viabilizar empreendimentos que beneficiam sua matriz por meio do acréscimo de bens e valores para a expansão do sistema e crescimento da economia.

No Brasil não poderia ser diferente; já foi implementado o Proinfra e vem sendo estruturado um leilão para aquisição de energia eólica, com vistas a garantir o suprimento nacional em período de crise.

Nesse compasso, tendo com conta o valor estratégico da energia eólica para a matriz energética nacional, é oportuno o estabelecimento de critérios e condições destinados a incentivar a implantação de novos parques eólicos no Brasil. Nesse tipo de produção de energia não há emissão de CO2, evitando-se a queima de combustível fóssil em centrais de geração térmica. A geração de energia a partir de fonte eólica contribui, ainda, para a perenidade do nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas.

Outro fator importante é que, quanto mais precoce for esta medida, mais tempo o país terá para desenvolver tecnologia e **know how** nessa área, além dos efeitos naturais de maiores investimentos na produção dos componentes no próprio solo brasileiro, gerando empregos e aumentando a arrecadação.

As contas recentes do sistema comprovam que os Encargos de Serviços do Sistema por Razão Energética cobrados no primeiro quadrimestre de 2008 dos consumidores equivaleriam ao desconto de 100% na TUSD (Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição média, no Brasil) de um parque eólico de cerca de 4.000 MW médios. O novo modelo de despacho (determinista e baseado na busca da meta estabelecida) indica, portanto, que o melhor e mais prudente seria substituir o despacho térmico pelos parques eólicos operando ininterruptamente pelo mesmo custo final para os consumidores. Se levarmos em consideração que, no futuro, o país poderá assumir metas de redução de suas emissões, a conta será mais favorável ainda para as fontes renováveis como a eólica.

No rol desses critérios e condições merece destaque a ampliação do percentual de redução a ser

aplicado às tarifas de uso dos sistemas elétricos de transmissão e distribuição, incidindo na produção e no consumo da energia comercializada pelos empreendimentos – como previsto no § 1º do art. 26 da lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, com a redação dada pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007 – pois, de forma incontestável trata-se de medida voltada a ampliar a competitividade é a oferta de energia, de modo que o beneficiário direto da redução possa manter-se incentivado a investir.

O subsídio aos consumidores livres e especiais de fontes incentivadas, por entrar na composição da tarifa de distribuição, será rateado por todos os consumidores (livres, cativos e os especiais de fontes incentivadas), sendo seu impacto muito mais suave do que a alternativa de alocar 100% dessa contratação (na parcela de energia) apenas nos consumidores cativos por meio dos leilões oficiais de expansão.

Vale mencionar que o desconto proposto na tarifa de uso do sistema de distribuição não tem impactos na arrecadação de ICMS. Apesar de diminuir a receita da distribuidora e conseqüentemente a arrecadação do ICMS num primeiro momento, no ciclo seguinte, quando do ressarcimento da distribuidora do desconto, essa arrecadação será recuperada.

É importante observar também que o ICMS não incide sobre o encargo do serviço do sistema. O ICMS incide sobre o preço da energia. Em outras palavras, em caso de diminuição desse encargo, o efeito sobre a arrecadação de ICMS é nulo.

Ante o elevado mérito da proposta aqui contida, peço o apoio dos nobres Parlamentares para sua aprovação.

Sala das Sessões, 9 de outubro de 2008. – Senador **Renato Casagrande**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.427, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1996

Institui a Agencia Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica e dá outras providencias

.....

CAPÍTULO V

Das Disposições Finais E Transitórias

Art. 26. Cabe ao Poder Concedente, diretamente ou mediante delegação à ANEEL, autorizar:

.....

§ 1º Para o aproveitamento referido no inciso I do **caput** deste artigo, para os empreendimentos hidroelétricos com a potência igual ou inferior a 1.000 (mil) kW e para aqueles com base em fontes solar, eólica, biomassa e co-geração qualificada, conforme regulamentação da Aneel, cuja potência injetada nos sistemas de transmissão ou distribuição seja menor ou igual a 30.000 (trinta mil) kW, a Aneel estipulará percentual de redução não inferior a 50% (cinquenta por cento) a ser aplicado às tarifas de uso dos sistemas elétricos de transmissão e de distribuição, incidindo na produção e no consumo da energia comercializada pelos aproveitamentos.

LEI 11.488, DE 15 DE JUNHO DE 2007

Cria o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura – REIDI; reduz para 24 (vinte e quatro) meses o prazo mínimo para utilização dos créditos da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, decorrentes da aquisição de edificações; amplia o prazo para pagamento de impostos e contribuições; altera a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, e as Leis nºs 9.779, de 19 de janeiro de 1999, 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.666, de 8 de maio de 2003, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 4.502, de 30 de novembro de 1964, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 10.426, de 24 de abril de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 10.892, de 13 de julho de 2004, 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 10.438, de 26 de abril de 2002, 10.848, de 15 de março de 2004, 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.925, de 23 de julho de 2004, 11.196, de 21 de novembro de 2005; revoga dispositivos das Leis nºs 4.502, de 30 de novembro de 1964, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e do Decreto-Lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977; e dá outras providências.

(Às Comissões de Assuntos Econômicos e de Serviços de Infra-Estrutura, cabendo à última a decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 380, DE 2008

Altera o art. 25 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, restabelecendo exclusão, da base de cálculo da contribuição do em-

pregador rural pessoa física, das receitas que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 25 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar acrescido do seguinte § 12:

“Art. 25.
.....

§ 12 Não integra a base de cálculo dessa contribuição a produção rural destinada ao plantio ou reflorestamento, nem sobre o produto animal destinado a reprodução ou criação pecuária ou granjeira e a utilização como cobaias para fins de pesquisas científicas, quando vendido pelo próprio produtor e quem a utilize diretamente com essas finalidades, e no caso de produto vegetal, por pessoa ou entidade que, registrada no Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, se dedique ao comércio de sementes e mudas no País. (NR)”

Justificação

A Lei nº 11.718, de 20 de junho de 2008, originou-se da Medida Provisória nº 410, de 28 de dezembro de 2007, cuja finalidade era adiar o fim da regra de transição que permite que os trabalhadores rurais usufruam de benefícios previdenciários, ainda que não tenham mantido relação formal de emprego com o produtor.

Além disso, foram estabelecidas regras para estimular a formalização das relações trabalhistas no campo, com o objetivo de que, após o novo prazo, os trabalhadores rurais pudessem integrar a Previdência Social em pé de igualdade com os urbanos.

Ocorre que, durante a tramitação, foi inserido dispositivo que, sem a devida e necessária discussão, caminha em sentido oposto, pois onera a produção agropecuária, e, por conseqüência, empurra-a para a informalidade.

Trata-se da revogação do § 4º do art. 25 da Lei nº 8.212, de 1991, que excluía diversas receitas da base de cálculo da contribuição previdenciária do produtor rural, paga em substituição à contribuição do empregador, devida pelos trabalhadores urbanos.

Entre elas, está a receita da venda de animais vivos, assim como de seu material genético, que passou a ser tributada pela contribuição. Ocorre que, uma vez abatidos, esses animais, ao serem comercializados, sofrerão novamente a incidência da mesma contribuição, duplicando o peso tributário da operação. O mesmo se dá com a comercialização de material genético, que será utilizado para a criação de animais para abate. Se estes forem, ainda vivos, vendidos para outro comerciante, ter-se-á tripla incidência de uma mesma contribuição.

A revogação do § 4º do art. 25 da Lei nº 8.212, de 1991, portanto, representa ampliação da base de cálculo e, em última instância, aumento na contribuição social. Essa incidência implicará aumento de custos no produto final e perda de renda para os produtores que interferem no processo de produção, dentro de um sistema seqüencial e integrado. Representa, também,

um desestímulo a essas modalidades de produção que transferem parte da atividade para pessoas físicas.

A fim de que seja restabelecido o regime vigente até março de 2008, cujos benefícios para o setor agropecuário são evidentes, é que apresentamos este projeto de lei, para o qual pedimos o apoio de nossos nobres pares.

Sala das Sessões, 9 de outubro de 2008.– Senador **Casildo Maldaner**.

LEGISLAÇÃO CITADA

Capítulo V

DA CONTRIBUIÇÃO DO EMPREGADOR DOMÉSTICO

Art. 24. A contribuição do empregador doméstico é de 12% (doze por cento) do salário-de-contribuição do empregado doméstico a seu serviço.

Capítulo VI

~~Da Contribuição do Produtor Rural, do Pescador e do Garimpeiro~~

DA CONTRIBUIÇÃO DO PRODUTOR RURAL E DO PESCADOR

(Redação dada pela Lei nº 8.398, de 7.1.92)

~~Art. 25. Contribui com 3% (três por cento) da receita bruta proveniente da comercialização da sua produção o segurado especial referido no inciso VII do art. 12.~~

~~§ 1º O segurado especial de que trata este artigo, além da contribuição obrigatória referida no caput, poderá contribuir, facultativamente, na forma do art. 21.~~

~~§ 2º Integram a produção, para os efeitos deste artigo, os produtos de origem animal, vegetal ou mineral, em estado natural ou submetidos a processos de beneficiamento ou industrialização rudimentar, assim compreendidos, entre outros, os processos de lavagem, limpeza, descaroçamento, pilagem, descascamento, lenhamento, pasteurização, resfriamento, secagem, fermentação, embalagem, cristalização, fundição, carvoejamento, cozimento, destilação, moagem, torrefação, bem como os subprodutos e os resíduos obtidos através desses processos.~~

~~Art. 25. A contribuição da pessoa física e do segurado especial referidos, respectivamente, na alínea a do inciso V e no inciso VII do art. 12 desta Lei, destinada à Seguridade Social, é de: (Redação dada pela Lei nº 8.540, de 22.12.1992)~~

~~Art. 25. A contribuição do empregador rural pessoa física e do segurado especial referidos, respectivamente, na alínea "a" do inciso V e no inciso VII do art. 12 desta Lei, destinada a Seguridade Social, é de: (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97)~~

Art. 25. A contribuição do empregador rural pessoa física, em substituição à contribuição de que tratam os incisos I e II do art. 22, e a do segurado especial, referidos, respectivamente, na alínea a do inciso V e no inciso VII do art. 12 desta Lei, destinada à Seguridade Social, é de: (Redação dada pela Lei nº 10.256, de 9.7.2001)

~~I - dois por cento da receita bruta proveniente da comercialização da sua produção; (Incluído pela Lei nº 8.540, de 22.12.1992)~~

~~I - 2% (dois por cento), no caso da pessoa física, e 2,2% (dois inteiros e dois décimos por cento), no caso do segurado especial, da receita bruta da comercialização da sua produção; (Redação dada pela Lei nº 8.861, de 25.3.1994)~~

I - 2% da receita bruta proveniente da comercialização da sua produção; (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97)

~~II - um décimo por cento da receita bruta proveniente da comercialização da sua produção para financiamento de complementação das prestações por acidente de trabalho. (Incluído pela Lei nº 8.540, de 22.12.1992)~~

II - 0,1% da receita bruta proveniente da comercialização da sua produção para financiamento das prestações por acidente do trabalho. (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97)

~~§ 1º O segurado especial de que trata este artigo, além da contribuição obrigatória referida no caput, poderá contribuir, facultativamente, na forma do art. 21.~~

§ 1º O segurado especial de que trata este artigo, além da contribuição obrigatória referida no caput, poderá contribuir, facultativamente, na forma do art. 21 desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 8.540, de 22.12.1992)

~~§ 2º Integram a produção, para os efeitos deste artigo, os produtos de origem animal, vegetal ou mineral, em estado natural ou submetidos a processos de beneficiamento ou industrialização rudimentar, assim compreendidos, entre outros, os processos de lavagem, limpeza, descaroçamento, pilagem, descascamento, lenhamento, pasteurização, resfriamento, secagem, fermentação, embalagem, cristalização, fundição, carvoejamento, cozimento, destilação, moagem, torrefação, bem como os subprodutos e os resíduos obtidos através desses processos.~~

§ 2º Integram a produção, para os efeitos deste artigo, os produtos de origem animal ou vegetal, em estado natural ou submetidos a processos de beneficiamento ou industrialização rudimentar, assim compreendidos, entre outros, os processos de lavagem, limpeza, descaroçamento, pilagem, descascamento, lenhamento, pasteurização, resfriamento, secagem, fermentação, embalagem, cristalização, fundição, carvoejamento, cozimento, destilação, moagem, torrefação, bem como os subprodutos e os resíduos obtidos através desses processos. (Redação dada pela Lei nº 8.398, de 7.1.92)

§ 2º A pessoa física de que trata a alínea "a" do inciso V do art. 12 contribui, também, obrigatoriamente, na forma do art. 21 desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 8.540, de 22.12.1992)

§ 3º Integram a produção, para os efeitos deste artigo, os produtos de origem animal ou vegetal, em estado natural ou submetidos a processos de beneficiamento ou industrialização rudimentar, assim compreendidos, entre outros, os processos de lavagem, limpeza, descaroçamento, pilagem, descascamento, lenhamento, pasteurização, resfriamento, secagem, fermentação, embalagem, cristalização, fundição, carvoejamento, cozimento, destilação, moagem, torrefação, bem como os subprodutos e os resíduos obtidos através desses processos. (Incluído pela Lei nº 8.540, de 22.12.1992)

~~§ 4º Não integra a base de cálculo dessa contribuição a produção rural destinada ao plantio ou reflorestamento, nem sobre o produto animal destinado a reprodução ou criação pecuária ou granjeira e a utilização como cobaias para fins de pesquisas científicas, quando vendido pelo próprio produtor e quem a utilize diretamente com essas finalidades, e no caso de produto vegetal, por pessoa ou entidade que, registrada no Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, se dedique ao comércio de sementes e mudas no País. (Incluído pela Lei nº 8.540, de 22.12.1992) (Revogado pela Lei nº 11.718, de 2008)~~

§ 5º (Vetado). (Incluído pela Lei nº 8.540, de 22.12.1992)

§ 6º A pessoa física e o segurado especial mencionados no caput deste artigo são obrigados a apresentar ao INSS Declaração Anual das Operações de Venda - DAV, na forma a ser definida pelo referido Instituto com antecedência mínima de 120 dias em relação à data de entrega. (Incluído pela Lei nº 8.861, de 25.3.94) e (Revogado pela Lei nº 10.256, de 9.7.2001)

§ 7º A falta da entrega da declaração de que trata o parágrafo anterior, ou a inexatidão das informações prestadas, importarão a perda da qualidade de segurado no período entre a data fixada para a entrega da declaração e a entrega efetiva da mesma ou da retificação das informações impugnadas. (Incluído pela Lei nº 8.861, de 25.3.94)

§ 7º A falta da entrega da Declaração de que trata o parágrafo anterior, ou a inexatidão das informações prestadas, importará na suspensão da qualidade de segurado no período compreendido entre a data fixada para a entrega da declaração e a entrega efetiva da mesma ou da retificação das informações impugnadas. (Redação dada pela Lei nº 8.870, de 15.4.94) e (Revogado pela Lei nº 10.256, de 9.7.2001)

~~§ 8º A entrega da declaração nos termos do § 6º deste artigo por parte do segurado especial é condição indispensável para a renovação da inscrição nos termos do § 4º de art. 25 desta lei. (Incluído pela Lei nº 8.861, de 25.3.94)~~

~~§ 8º A entrega da Declaração nos termos do § 6º deste artigo por parte do segurado especial é condição indispensável para a renovação automática da sua inscrição. (Redação dada pela Lei nº 8.870, de 15.4.94) e (Revogado pela Lei nº 10.256, de 9.7.2001)~~

§ 9º (VETADO) (Incluído pela Lei nº 10.256, de 9.7.2001)

§ 10. Integra a receita bruta de que trata este artigo, além dos valores decorrentes da comercialização da produção relativa aos produtos a que se refere o § 3º deste artigo, a receita proveniente: (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008)

I – da comercialização da produção obtida em razão de contrato de parceria ou meação de parte do imóvel rural; (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008)

II – da comercialização de artigos de artesanato de que trata o inciso VII do § 10 do art. 12 desta Lei; (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008)

III – de serviços prestados, de equipamentos utilizados e de produtos comercializados no imóvel rural, desde que em atividades turística e de entretenimento desenvolvidas no próprio imóvel, inclusive hospedagem, alimentação, recepção, recreação e atividades pedagógicas, bem como taxa de visitação e serviços especiais; (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008)

IV – do valor de mercado da produção rural dada em pagamento ou que tiver sido trocada por outra, qualquer que seja o motivo ou finalidade; e (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008)

V – de atividade artística de que trata o inciso VIII do § 10 do art. 12 desta Lei. (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008)

§ 11. Considera-se processo de beneficiamento ou industrialização artesanal aquele realizado diretamente pelo próprio produtor rural pessoa física, desde que não esteja sujeito à incidência do Imposto Sobre Produtos Industrializados – IPI. (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008)

Art. 25A. Equipara-se ao empregador rural pessoa física o consórcio simplificado de produtores rurais, formado pela união de produtores rurais pessoas físicas, que outorgar a um deles poderes para contratar, gerir e demitir trabalhadores para prestação de serviços, exclusivamente, aos seus integrantes, mediante documento registrado em cartório de títulos e documentos. (Incluído pela Lei nº 10.256, de 9.7.2001)

§ 1º O documento de que trata o caput deverá conter a identificação de cada produtor, seu endereço pessoal e o de sua propriedade rural, bem como o respectivo registro no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA ou informações relativas a parceria, arrendamento ou equivalente e a matrícula no Instituto Nacional do Seguro Social – INSS de cada um dos produtores rurais. (Incluído pela Lei nº 10.256, de 9.7.2001)

§ 2º O consórcio deverá ser matriculado no INSS em nome do empregador a quem hajam sido outorgados os poderes, na forma do regulamento. (Incluído pela Lei nº 10.256, de 9.7.2001)

§ 3º Os produtores rurais integrantes do consórcio de que trata o caput serão responsáveis solidários em relação às obrigações previdenciárias. (Incluído pela Lei nº 10.256, de 9.7.2001)

§ 4º (VETADO) (Incluído pela Lei nº 10.256, de 9.7.2001)

(Às Comissões de Agricultura e Reforma Agrária; de Assuntos Sociais; e de Assuntos Econômicos — cabendo à última a decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, ofício do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização no Congresso Nacional que passo a ler.

É lido o seguinte:

of. Pres.n.345/2008/CMO

Brasília, 08 de outubro de 2008

**Ao Excelentíssimo Senhor
Senador GARIBALDI ALVES FILHO
Presidente do Senado Federal**

Assunto: alteração dos prazos de tramitação do cronograma do Projeto de Lei nº 38/2008-CN (PLOA/2009)

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Na qualidade de Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), dirijo-me a Vossa Excelência para solicitar a alteração dos prazos de tramitação do cronograma do Projeto de Lei nº 38/2008-CN (PLOA/2009), conforme quadro abaixo:

PLN	ITEM COM PRAZO MODIFICADO	PRAZO ANTERIOR	PRAZO SOLICITADO
38/2008-CN (PLOA/2009)	Apresentação, Publicação e Distribuição do Relatório Preliminar	14/10/2008	21/10/2008
	Apresentação de emendas ao Relatório Preliminar	15 a 17/10/2008	22 a 24/10/2008
	Votação do Relatório Preliminar e suas emendas	20/10/2008	28/10/2008
	Apresentação de emendas ao Projeto de Lei	21 a 30/10/2008	29/10 a 07/11/2008
	Publicação e distribuição de avulsos das emendas	04/11/2008	12/11/2008
	Apresentação, Publicação, Distribuição e Votação dos Relatórios Setoriais	23/11/2008	02/12/2008
	Apresentação, Publicação, Distribuição e Votação do Relatório do Relator-Geral	10/12/2008	12/12/2008

Na oportunidade, apresento a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.


Deputado **MENDES RIBEIRO FILHO**
Presidente

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ALTERADO

ORÇAMENTO PARA 2009

PROJETO DE LEI Nº 38/2008-CN MENSAGEM Nº 113/2008-CN (Nº 635/2008, NA ORIGEM)

Presidente: Deputado MENDES RIBEIRO FILHO (PMDB/RS)
Relator-Geral: Senador DELCÍDIO AMARAL (PT/MS)
Relator da Receita: Deputado JORGE KHOURY (DEM/BA)

08/10/2008

- | | |
|--|------------------------------|
| 01. Leitura em sessão do Senado Federal..... | 27/08/2008 |
| 02. Publicação e distribuição de avulsos..... | até 01/9/2008 |
| 03. Realização de audiências públicas | até 01/10/2008 |
| 04. Apresentação de emendas à receita e de renúncia de
receitas ao Projeto..... | de 02 a 16/09/2008 |
| 05. Publicação e distribuição de avulsos das emendas
à receita e de renúncia de receitas..... | até 19/09/2008 |
| 06. Apresentação, publicação e distribuição do Relatório da Receita | até 06/10/2008 |
| 07. Votação do Relatório da Receita e suas emendas..... | até 09/10/2008 |
| 08. Apresentação, Publicação e Distribuição do Relatório Preliminar | <u>até 21/10/2008</u> |
| 09. Apresentação de emendas ao Relatório Preliminar | <u>de 22 a 24/10/2008</u> |
| 10. Votação do Relatório Preliminar e suas emendas..... | <u>até 28/10/2008</u> |
| 11. Apresentação de emendas ao Projeto de Lei..... | <u>de 29/10 a 07/11/2008</u> |
| 12. Publicação e distribuição de avulsos das emendas * | <u>até 12/11/2008</u> |
| 13. Apresentação, Publicação, distribuição e votação dos
Relatórios Setoriais | <u>até 02/12/2008</u> |
| 14. Apresentação, publicação, distribuição e votação do
Relatório do Relator-Geral | <u>até 12/12/2008</u> |
| 15. Encaminhamento do Parecer da CMO à Mesa do CN | até 15/12/2008 |
| 16. Implantação das decisões do Plenário do Congresso Nacional
e geração de Autógrafos | até 22/12/2008 |

(*) *Parágrafo 2º, art. 166 da Constituição Federal*

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Ala C - Sala T-08 - 3216-6892/95
Consultoria de Orçamentos (CD) - 3216-5109
Consultoria de Orçamentos (SF) - 3311-3318

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

A Presidência indaga ao Plenário se há acordo, porque tentou consultar alguns Líderes para que pudessemos votar requerimentos. Temos cerca de 50 requerimentos, todos funcionais da Casa, sobre tramitação de matéria, sobre rito em Comissões que em nada afetam o mérito do processo legislativo e preocupações maiores para os Srs. Líderes.

Então, em não havendo divergência do Plenário, faremos a votação dos requerimentos em bloco, facilitando assim a Ordem do Dia, que não demorará mais do que pouquíssimos minutos, para que se retomem os debates.

Não havendo divergência, a Presidência passa à leitura em bloco.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Em sessão anterior, foi lido o **Requerimento nº 915, de 2005**, do Senador Alvaro Dias, solicitando a realização pelo Tribunal de Contas da União de auditoria no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, em relação a sua carteira de financiamento ao exterior, especialmente no que diz respeito aos comprovantes de destino dos recursos aplicados e à relevância dos projetos em relação aos interesses nacionais.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Votação em bloco dos **Requerimentos nºs 521, 613, 626, 648, 660, 680, 760, 761, 762, 782, 831, 835, 843, 844, 845, 846, 899, 900, 927, 976, 977, 990, 991, 992, 997, 1.085, 1.086, 1.087, 1.088, 1.089, 1.105, 1.109, de 2008**, de audiências de outras Comissões.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

A Secretaria de Ata individualizará as tramitações das proposições.

São os seguintes os itens individualizados:

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO Nº 521, DE 2008

Votação, em turno único, do **Requerimento nº 521, de 2008**, do Senador Flávio Arns, solicitando que, sobre o Projeto de Lei

do Senado nº 48, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte. (Interrupção do estágio da estudante grávida).

A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO Nº 613, DE 2008

Votação, em turno único, do **Requerimento nº 613, de 2008**, do Senador Expedito Júnior, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 253, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Desenvolvimento Regional e Turismo. (Destinação da energia gerada no Rio Madeira).

A matéria vai à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Serviços de Infra-Estrutura.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO Nº 626, DE 2008

Votação, em turno único, do **Requerimento nº 626, de 2008**, do Senador Expedito Júnior, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 65, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Concessão de bônus de adimplência aos produtores rurais da Amazônia Legal).

A matéria vai às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, de Desenvolvimento Regional e Turismo e, nos termos do art. 49, I do Regimento Interno à de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO Nº 648, DE 2008

Votação, em turno único, do **Requerimento nº 648, de 2008**, do Senador Expedito Júnior, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 304, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

(Afastar a incidência do ITR sobre as áreas rurais preservadas)

Uma vez que já está instruída pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO Nº 660, DE 2008

Votação, em turno único, do **Requerimento nº 660, de 2008**, do Senador Expedito Júnior, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 605, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. (Exploração de recursos minerais em terras indígenas)

A matéria vai às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, de Assuntos Sociais e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Serviços de Infra-Estrutura.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO Nº 680, DE 2008

Votação, em turno único, do **Requerimento nº 680, de 2008**, do Senador Expedito Júnior, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 115, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. (Regula a parceria em terras indígenas)

A matéria vai às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, de Direitos Humanos e Legislação Participativa e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO Nº 760, DE 2008

Votação, em turno único, do **Requerimento nº 760, de 2008**, do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 90, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio

Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. (Susta dispositivos que regulamentam o direito à informação sobre alimentos produzidos a partir de organismos geneticamente modificados)

A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e, posteriormente, às de Agricultura e Reforma Agrária e de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO Nº 761, DE 2008

Votação, em turno único, do **Requerimento nº 761, de 2008**, do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 21, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos. (Mantêm a condição de segurado especial ao produtor rural com até dois empregados.)

Uma vez que já está instruída pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO Nº 762, DE 2008

Votação, em turno único, do **Requerimento nº 762, de 2008**, do Senador Papaléo Paes, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 665, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania. (Institui a estabilidade provisória ao empregado e estabelece diretrizes para a fiscalização com vistas à erradicação do trabalho irregular)

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO Nº 782, DE 2008

Votação, em turno único, do **Requerimento nº 782, de 2008**, do Senador Expedito Júnior, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 222, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distri-

buição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária. (Autoriza a abertura de capital da Embrapa)

A matéria vai às Comissões de Agricultura e Reforma Agrária, de Assuntos Econômicos e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO Nº 831, DE 2008

Votação, em turno único, do **Requerimento nº 831, de 2008**, do Senador Expedito Júnior, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2004, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Sistema Nacional de Cadastro de Crianças e Adolescentes Desaparecidos).

Uma vez que a matéria já se encontra instruída pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e pela Comissão de Assuntos Sociais, vai à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO Nº 835, DE 2008

Votação, em turno único, do **Requerimento nº 835, de 2008**, do Senador Flávio Arns, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 91, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte (Destinação de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal para a implantação de Centros de Educação Ambiental).

Uma vez que a matéria já está instruída pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, o projeto vai ao exame da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO Nº 843, DE 2008

Votação, em turno único, do **Requerimento nº 843, de 2008**, do Senador Inácio Arruda, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 517, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição,

seja ouvida, também, a de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Dispõe sobre cálculo do valor dos danos morais e materiais aos anistiados políticos e fiscalização da Comissão de Anistia).

A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO Nº 844, DE 2008

Votação, em turno único, do **Requerimento nº 844, de 2008**, do Senador Flávio Arns, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 230, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte (Torna a educação o eixo primordial da ressocialização de presos e internados).

A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO Nº 845, DE 2008

Votação, em turno único, do **Requerimento nº 845, de 2008**, do Senador Flávio Arns, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 113, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte (Criação de Centros de Integração Federal nas comunidades quilombolas).

A matéria vai às Comissões de Educação, Cultura e Esporte e de Constituição, Justiça e Cidadania e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO Nº 846, DE 2008

Votação, em turno único, do **Requerimento nº 846, de 2008**, do Senador Wellington Salgado de Oliveira, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 243, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação

e Informática (Publicação de demonstrações financeiras de sociedades de grande porte).

A matéria vai às Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e de Constituição, Justiça e Cidadania e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO Nº 899, DE 2008

Votação, em turno único, do **Requerimento nº 899, de 2008**, do Senador Eliseu Resende, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 271, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

REQUERIMENTO Nº 900, DE 2008

Votação, em turno único, do **Requerimento nº 900, de 2008**, do Senador Eliseu Resende, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 271, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.

REQUERIMENTO Nº 927, DE 2008

Votação, em turno único, do **Requerimento nº 927, de 2008**, do Senador Eduardo Azeredo, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 271, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

Tendo em vista a aprovação, anteriormente, do Requerimento nº 896, de 2008, de tramitação conjunta, o Projeto de Lei do Senado nº 271, de 2008, apensado ao Projeto de Lei do Senado nº 91, de 2003, vai às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e de Assuntos Econômicos, e nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO Nº 976, DE 2008

Votação, em turno único, do **Requerimento nº 976, de 2008**, do Senador Osmar Dias, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 104, de 2006, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO Nº 977, DE 2008

Votação, em turno único, do **Requerimento nº 977, de 2008**, do Senador Jayme Campos, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 714, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (Recolhimento e destino de pilhas e baterias usadas).

Uma vez que já está instruída pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, a matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO Nº 990, DE 2008

Votação, em turno único, do **Requerimento nº 990, de 2008**, do Senador Cristovam Buarque, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 658, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte (Regulamenta a profissão de economista).

REQUERIMENTO Nº 991, DE 2008

Votação, em turno único, do **Requerimento nº 991, de 2008**, do Senador Cristovam Buarque, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 658, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (Regulamenta a profissão de economista).

A matéria vai às Comissões de Educação, Cultura e Esporte, de Assuntos Econômicos e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO Nº 992, DE 2008

Votação, em turno único, do **Requerimento nº 992, de 2008**, do Senador Gim Argello, solicitando que, sobre o Projeto de Lei

do Senado nº 142, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (Altera o FAT para estimular os arranjos produtivos locais).

A matéria vai às Comissões de Assuntos Econômicos, de Desenvolvimento Regional e Turismo e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO Nº 997, DE 2008

Votação, em turno único, do **Requerimento nº 997, de 2008**, do Senador Augusto Botelho, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 337, de 2005, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida também a de Educação, Cultura e Esporte (Regula a utilização das licitações dos tipos “melhor técnica” e “técnica e preço”).

A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO Nº 1.085, DE 2008

Votação, em turno único, do **Requerimento nº 1.085, de 2008**, do Senador Cristovam Buarque, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 179, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte (Cria o adicional por atividade de risco para os vigilantes de instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica).

A matéria vai às Comissões de Educação, Cultura e Esporte, de Constituição, Justiça e Cidadania e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO Nº 1.086, DE 2008

Votação, em turno único, do **Requerimento nº 1.086, de 2008**, do Senador Wellington Salgado de Oliveira, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 736, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência,

Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Prever a realização de interrogatório do acusado preso por videoconferência).

A matéria vai à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO Nº 1.087, DE 2008

Votação, em turno único, do **Requerimento nº 1.087, de 2008**, do Senador Flávio Arns, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte (Torna obrigatória a exibição de filme publicitário sobre as conseqüências do uso de drogas ilegais e do abuso de drogas lícitas).

A matéria vai às Comissões de Educação, Cultura e Esporte, de Constituição, Justiça e Cidadania e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO Nº 1.088, DE 2008

Votação, em turno único, do **Requerimento nº 1.088, de 2008**, do Senador Flávio Arns, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 47, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte (Dispõe sobre a destinação de veículos objeto de pena de perdimento).

A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO Nº 1.089, DE 2008

Votação, em turno único, do **Requerimento nº 1.089, de 2008**, do Senador Flexa Ribeiro, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 679, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Prever a realização excepcional de interrogatório do acusado preso por videoconferência).

A matéria vai à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO Nº 1.098, DE 2008

Votação, em turno único, do **Requerimento nº 1.098, de 2008**, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 104, de 2004 e 272, de 2007-Complementares, por regularem a mesma matéria. (Adequa o Sistema Tributário Nacional a Emenda Constitucional nº 42, de 2003)

A matéria vai à Comissões de Agricultura e Reforma Agrária e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO Nº 1.105, DE 2008

Votação, em turno único, do **Requerimento nº 1.105, de 2008**, do Senador Augusto Botelho, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 170, de 2006, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte. (Incluir entre os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor a fabricação e comercialização de jogos de videogames ofensivos à moral e aos bons costumes)

A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, e, nos termos do art. 49, inciso I, do Regimento Interno, à de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO Nº 1.109, DE 2008

Votação, em turno único, do **Requerimento nº 1.109, de 2008**, do Senador Expedito Júnior, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2005, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. (Autoriza a criação do Ministério da Amazônia)

A matéria vai às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, de

Constituição, Justiça e Cidadania e, nos termos do art. 49, inciso I, do Regimento Interno, à de Desenvolvimento Regional e Turismo.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Votação em conjunto dos **Requerimentos nºs 592, 600, 627, 783, 832, 834, 882, 983, 1.053, 1.055, 1.075 e 1.098, de 2008**, de tramitação conjunta.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

A Secretaria de Ata individualizará as tramitações das proposições.

São os seguintes os itens individualizados:

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO Nº 592, DE 2008

Votação, em turno único, do **Requerimento nº 592, de 2008**, do Senador Gilberto Goellner, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 2006, com o Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2005, que já se encontra apensado ao Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2002, por regularem a mesma matéria (*Dispõem sobre nome genérico para medicamentos de uso veterinário*).

As matérias passam a tramitar em conjunto e vão ao exame das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Agricultura e Reforma Agrária, e de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO Nº 600, DE 2008

Votação, em turno único, do **Requerimento nº 600, de 2008**, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei da Câmara nºs 94 e 125, de 2007, por regularem a mesma matéria (Incluem novos trechos no Plano Nacional de Viação).

Os Projetos passam a tramitar em conjunto e retornam ao exame da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO Nº 627, DE 2008

Votação, em turno único, do **Requerimento nº 627, de 2008**, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 492 e 699, de

2007, por regularem a mesma matéria (Compensação com débitos previdenciários).

Os Projetos passam a tramitar em conjunto e vão ao exame da Comissão de Assuntos Sociais, e nos termos do art. 49, I do Regimento Interno, à de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO Nº 783, DE 2008

Votação, em turno único, do **Requerimento nº 783, de 2008**, do Senador Paulo Paim, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 23, de 2003, e 139, de 2008, por regularem a mesma matéria. (Conceder ao trabalhador um dia de folga anual sem prejuízo da remuneração)

Os Projetos passam a tramitar em conjunto e vão ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos e, nos termos do art. 49, inciso I, do Regimento Interno, à de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO Nº 832, DE 2008

Votação, em turno único, do **Requerimento nº 832, de 2008**, do Senador Expedito Júnior, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 211, de 2004, e 229, de 2008 por regularem a mesma matéria. (Cadastro de pessoas desaparecidas).

As matérias passam a tramitar em conjunto e vão ao exame das Comissões de Assuntos Sociais; de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO Nº 834, DE 2008

Votação, em turno único, do **Requerimento nº 834, de 2008**, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 242, 481 e 701, de 2007-Complementares, por regularem a mesma matéria (Simples Nacional).

Os Projetos de Lei do Senado nºs 242, 481 e 701, de 2007-Complementares, passam a tramitar em conjunto e vão ao exame das Comissões de Educação, Cultura e Esporte e de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO Nº 882, DE 2008

Votação, em turno único, do **Requerimento nº 882, de 2008**, do Senador Expedito Júnior, solicitando a tramitação em conjunto do Projeto de Lei do Senado nº 252, de 2008, com os de nºs 243, de 2004, e 123, de 2007, que já tramitam em conjunto, por regularem a mesma matéria (*Dispõe sobre as práticas de telemarketing*).

As matérias vão às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO Nº 983, DE 2008

Votação, em turno único, do **Requerimento nº 983, de 2008**, do Senador Valter Pereira, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 26, de 2006, 205 e 264, de 2007, por regularem a mesma matéria (Permissão para menores a partir de 16 anos dirigir).

Os Projetos passam a tramitar em conjunto e retornam ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO Nº 1.053, DE 2008

Votação, em turno único, do **Requerimento nº 1.053, de 2008**, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 14 e 20, de 2008, por regularem a mesma matéria (Isenção de IPI na aquisição de veículos para transporte de estudantes, autônomo de passageiro e a portadores de deficiência).

As matérias passam a tramitar em conjunto e vão às Comissões de Educação, Cultura e Esporte, Direitos Humanos e Legislação Participativa, e nos termos do art. 49, I, Regimento Interno à de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO Nº 1.055, DE 2008

Votação, em turno único, do **Requerimento nº 1.055, de 2008**, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 106, de 2006, 470 e 681, de 2007, e 138, de 2008, com os Projetos de Lei do Senado de nºs 423 e 495, de 2003, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria (Dedução de despesas da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física).

As matérias passam a tramitar em conjunto e retornam ao exame das Comissões de Educação, Cultura e Esporte, e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO Nº 1.075, DE 2008

Votação, em turno único, do **Requerimento nº 1.075, de 2008**, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2001, com o Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2007, por regularem a mesma matéria. (Proteção a vítimas e testemunhas e a acusados ou condenados que voluntariamente prestaram colaboração à investigação policial e ao processo criminal)

O Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2001, perde sua competência terminativa e passa a tramitar em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2007.

As matérias retornam ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO Nº 1.098, DE 2008

Votação, em turno único, do **Requerimento nº 1.098, de 2008**, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 104, de 2004 e 272, de 2007-Complementares, por regularem a mesma matéria. (Adequa o Sistema Tributário Nacional a Emenda Constitucional nº 42, de 2003)

Os Projetos passam a tramitar em conjunto e retornam ao exame das Comissões de Agricultura e Reforma Agrária e de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO Nº 879, DE 2008

Votação em turno único do **Requerimento nº 879, de 2008**, do Senador Romeu Tuma, solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2003, dos Projetos de Lei do Senado nºs 210, de 2003; nºs 75, 280 e 323, de 2004; nº87, de 2005; nºs 132 e 467, de 2007, por tratar de matéria distinta (Isenções de IPI).

REQUERIMENTO Nº 883, DE 2008

Votação em turno único do **Requerimento nº 883, de 2008**, do Senador Flexa Ribeiro, solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 191, de 2007; dos Projetos de Lei do Senado nºs 167 e 210, de 2003; nºs 75, 280 e 323, de 2004; nº87, de 2005; nºs 132 e 467, de 2007, para retomar sua tramitação individual (Isenções de IPI).

Votação dos requerimentos, em bloco, em turno único.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovados.

Os Projetos de Lei do Senado nº 167/2003 e 191/2007 voltam a ter tramitação autônoma e retornam à Comissão de Assuntos em decisão terminativa.

As demais matérias continuam apensadas e voltam à Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 49, inciso I, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Requerimento de Retirada.**

Item extrapauta:

REQUERIMENTO Nº 981, DE 2008

Votação em turno único do **Requerimento nº 981, de 2008**, do Senador Expedito Júnior, solicitando retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 398, de 2007, de sua autoria (Aumento de pena no caso de crime contra a honra praticado pela Internet).

Votação do requerimento em turno único.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O Projeto vai a Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Requerimento de retirada.**

Item extrapauta:**REQUERIMENTO Nº 1.080, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.080, de 2008, do Senador Paulo Paim, solicitando a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2008, de sua autoria, que *altera a Lei nº 9.029, de 13 de abril de 1995, para dispor sobre a discriminação e a promoção da igualdade racial em relação de emprego.*

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O Projeto vai a Arquivo.

São as seguintes as matérias cuja apreciação fica transferida para a sessão deliberativa ordinária da próxima terça-feira, dia 14:

1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 130, DE 2008

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição)

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375 do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 2008 (nº 3.452/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre a criação da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais, sobre a criação de cargos de Analista Técnico e de Agente Executivo da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, sobre a transformação de cargos na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, altera o Anexo I da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, para adaptar os quantitativos de cargos da ANVISA, a Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, que dispõe sobre a Carreira de Analista de Infra-Estrutura e sobre o cargo isolado de provimento efetivo de Especialista em Infra-Estrutura Sênior, e altera a Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007, para prever a fórmula de pagamento de cargo em comissão ocupado por militar, e a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003.*

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003,

tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de Subemenda que apresenta.

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 5, DE 2005

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que *altera o artigo 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições.*

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 38, DE 2004

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.*

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

5

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 50, DE 2006**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.*

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que oferece.

6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 86, DE 2007**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal* (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, favorável parcialmente, com Subemenda, que apresenta.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 7, DE 2008**

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Gim Argello, que *altera os arts 21, 22 e 48 da Constituição Federal, para transferir da União para o Distrito Federal as atribuições e organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.*

Parecer favorável, sob nº 727, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 20, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 18, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.*

10

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 3, DE 2001**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

11

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 26, DE 2002**

*(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e
20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)*

Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Íris Rezende, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.*

12

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 90, DE 2003**

*(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e
20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)*

Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no art. 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.*

13

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2004**

*(tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e
20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)*

Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao art. 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*

14

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de*

16 de dezembro de 1971 (dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Morais, oferecendo a redação do vencido.

15

**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2001 (nº 5.270/2001, naquela Casa), que *altera o art. 36 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 1.345 e 1.346, de 2007, das Comissões

– de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador João Durval, favorável, com as adequações redacionais propostas; e

– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator *ad hoc*: Senador Renato Casagrande, favorável.

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. (prescrição em cinco anos de ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele).*

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da*

tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.

Parecer favorável, sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.*

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas.*

Pareceres sob nºs 603 e 604, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Magno Malta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, de redação, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, nos termos da Emenda nº 3-CAS (Substitutivo), que oferece.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996* (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde* (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998* (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Roberto Saturnino.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943* (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).

Parecer favorável, sob nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003,

na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.*

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres-MT e a fronteira com a Venezuela.*

Parecer sob nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator *ad hoc*: Senador Mão Santa, favorável com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários.*

Parecer favorável, sob nº 926, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Paulo Paim.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que *acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências* (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos).

Parecer favorável, sob nº 1.163, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Ci-

dadania, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira.

28

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que *acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços.*

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e subemenda que apresenta; e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

29

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 306, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que *acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.*

30

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que*

dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

31

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

32

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

33

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum.)

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa

da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.

34

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum.)

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).

35

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum.)

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.

36

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum.)

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.

37

PARECER Nº 106, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que *sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, à Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa.*

38

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, iniciativa da Senadora Kátia Abreu, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos encontra-se esgotado. (Fixação e ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade).

39

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a dispensa do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos ao Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, uma vez que o prazo naquela Comissão já se encontra esgotado. (Gestão de florestas públicas; institui o Serviço Florestal Brasileiro na estrutura do Ministério do Meio Ambiente)

40

REQUERIMENTO Nº 1.230, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.230, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando voto de censura ao juiz Edilson Rumbelsperger Rodrigues, da 1ª Vara Criminal e de Menores de Sete Lagoas – MG, pela falta de ética e compromisso mo-

ral ao rejeitar pedidos de medidas cautelares contra homens que agrediram ou ameaçaram suas companheiras.

Parecer favorável, sob nº 618, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon.

41

REQUERIMENTO Nº 847, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 847, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de solidariedade ao Senador Eduardo Azeredo, em razão de correspondência por ele recebida, subscrita pelo Sr. Marco Aurélio Garcia, Assessor Especial de Política Externa do Presidente da República, relativa ao pronunciamento do Senador na sessão do Senado no último dia 11 de junho, sobre a mudança de opinião do Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, em relação às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc).

42

REQUERIMENTO Nº 877, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 877, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de congratulação ao governo colombiano, aos familiares e ao povo colombiano pela libertação da ex-senadora e ex-candidata presidencial Ingrid Betancourt, de onze militares colombianos e três soldados americanos, que estavam em poder das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), e que este acontecimento seja utilizado como marco para o estabelecimento de um processo de paz e resolução pacífica do conflito armado vivenciado pelo país irmão.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Está encerrada a Ordem do Dia.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Mão Santa, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, Senador Paulo Paim.

Logo em seguida, o Senador Eduardo Suplicy, que já havia sido chamado e está se encaminhado à tribuna.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pedi ao Senador Suplicy que me permitisse falar. É só um minuto.

Depois que falei sobre a questão dos aposentados, recebi um telefonema da Sr^a Sueli Melo Golin, que tem 79 anos, dizendo que seu esposo, Ludovico Golin, de 87 anos, faz aniversário hoje e disse que o melhor presente para ele seria eu telefonar para dizer o que ele pode fazer para ajudar na luta dos aposentados e pensionistas. Foi um gesto tão bonito que eu quis registrar neste momento.

Vou ao meu gabinete e falei com ele, primeiro, para cumprimentá-lo pelo aniversário e, num segundo momento, para falar sobre essa caminhada pelo fim do fator e o reajuste dos aposentados.

Parabéns ao Sr. Ludovico, lá da cidade de Nonoai, Rio Grande do Sul, pelos seus 87 anos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Lembre V. Ex^a ao Líder da Câmara, que é do Partido de V. Ex^a, que o que importa são os resultados. Benjamin Disraeli disse: “Não se queixe, não se desculpe, não se explique; aja ou saia”. Então, vamos agir. Diga isso ao Chinaglia. Esse daí simboliza a ansiedade e a necessidade de todos os nossos aposentados do Brasil.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy, que, regimentalmente, teria dez minutos, mas dez é a nota que merece. V. Ex^a pode usar a palavra pelo tempo que achar conveniente.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Presidente Senador Mão Santa, Srs. Senadores, eu hoje farei uma homenagem aos 100 anos do falecimento de Machado de Assis, o nosso grande escritor.

Mas tendo em conta pronunciamento ontem do Senador Tasso Jereissati e os pronunciamentos hoje do Senador Alvaro Dias e de V. Ex^a e de outros Srs. Senadores, eu gostaria aqui de reiterar que o Ministro Guido Mantega e o Ministro e Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, estarão aqui em breve. Eles comunicaram a mim ontem pedindo que transmitisse ao Senador Tasso Jereissati que, se ele porventura pudesse e desejasse, hoje às 18h30, o Presidente do Banco Central Henrique Meirelles estaria à disposição para ouvi-lo, bem como aos demais Senadores da Oposição. Isso se deu após a sessão de ontem, antes mesmo de ele viajar hoje com o Ministro Guido

Mantega a Washington. Eu então comuniquei-me com o Senador Tasso Jereissati que avaliou que seria melhor, já que alguns dos Líderes e Presidentes de Partidos da Oposição estariam ausentes de Brasília no dia de hoje, que seria mais adequado fazer a reunião com o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, e com Presidente Henrique Meirelles na próxima quarta ou quinta-feira ou, no máximo, até a terça-feira pela manhã, da outra semana, na reunião regular da Comissão de Assuntos Econômicos. Isso, no entendimento que houver entre o Presidente da CAE, Senador Aloizio Mercadante, e todos os demais Senadores, uma vez que o próprio Senador Tasso Jereissati avaliou que seria bom que essa reunião se desse com todos os Senadores, tanto da Situação quanto da Oposição.

Quero também ressaltar que a Medida Provisória nº 442, de 6 de outubro de 2008, conforme o Ministro Guido Mantega ontem explicou, trata de algo relativo ao redesconto, pelo Banco Central do Brasil, e autoriza a emissão da Letra de Arrendamento Mercantil, LAM. Portanto, trata-se de uma regulamentação de uma das operações que as autoridades monetárias, os bancos centrais de todos os países normalmente têm para regular o nível de liquidez.

Explicou o Ministro Guido Mantega que, diferentemente da ocasião do Proer, hoje o problema que existe é de falta de liquidez em algumas instituições e em algumas empresas, de tal maneira que a medida tomada pelo Governo não se parece com o Proer; não é, portanto, o assim chamado “Proer do Lula”. É uma medida que regulamenta sobretudo o redesconto, que, conforme os livros-textos de macroeconomia mostram, constitui uma das maneiras de o Banco Central regular o nível de liquidez da economia.

Todas as instituições bancárias que porventura fizerem uso desse redesconto nas condições da Medida Provisória nº 422 poderão fazê-lo de maneira onerosa e igual para todas. Portanto, não se estará beneficiando qualquer segmento em relação a outro da economia; o princípio da equidade está sendo devidamente considerado.

Quero ressaltar que, num artigo hoje publicado por Luiz Cezar Fernandes no **Jornal do Brasil**, sócio da Marambaia Capital e criador do Banco Pactual, ele avalia que o Governo brasileiro adotou medidas adequadas para enfrentar um problema de armadilha de liquidez que acabou acontecendo recentemente. Ele já havia, em artigo antes publicado, “Quem sabe faz a hora”, sugerido ações que, agora, o Banco Central do Brasil tomou com rapidez, ao contrário da atitude inercial do Federal Reserve, nos Estados Unidos. Disse ele: “O Banco Central se antecipou e vai passar a financiar direta ou indiretamente o comércio exterior

brasileiro com suas reservas internacionais”. Portanto, um outro aspecto das medidas tomadas pelo Governo brasileiro que estão sendo consideradas de maneira positiva.

Quero também observar que, quando o Presidente Lula disse aos brasileiros que continuassem tendo um procedimento normal de adquirir bens e serviços, ele estava justamente dizendo que nós podemos enfrentar com confiança a crise; que obviamente temos que estar atentos e tomar as medidas necessárias. Mas, sobretudo, o que ele está querendo dizer é que a economia brasileira continua a crescer com muito bom desempenho, com inflação moderada, com medidas de política econômica e social que estão levando à diminuição da desigualdade, à diminuição da pobreza. Portanto, estamos num bom caminho, claro que muito atentos aos efeitos da crise internacional.

Quero desejar ao Ministro Guido Mantega e ao Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, todo o êxito na reunião que realizarão, sábado próximo, em Washington, quando o Ministro Guido Mantega estará presidindo a reunião do G-20 com os Ministros da Fazenda das 20 nações de economia mais importante em nosso Planeta.

Mas, Sr^{as} e Srs. Senadores, disse Guimarães Rosa: “As pessoas não morrem, ficam encantadas”. Muito a propósito do que quero dizer a respeito de Machado de Assis, que vive; um homem que existia por trás de um mito.

Quero, pois, comemorar os 100 anos, o centenário da morte do romancista, contista, poeta e teatrólogo Joaquim Maria Machado de Assis, nascido no Rio de Janeiro, em 21 de junho de 1839 – coincide, Sr. Presidente, de ser o dia de meu aniversário, só que ele nasceu em 1839 e eu, em 1941 –, e falecido em 29 de setembro de 1908. Portanto, há poucos dias, tivemos os 100 anos de sua morte, sendo considerado um dos mais importantes nomes da literatura brasileira.

Machado de Assis iniciou suas atividades profissionais como jornalista aos 20 anos, fazendo as coberturas, V. Ex^a bem o sabe, dos trabalhos do Senado no Império, em 1860. O jornal era o **Diário do Rio de Janeiro**, órgão liberal, da Oposição, suspenso certa época, que retornava agora sob a direção de Saldanha Marinho. Quintino Bocaiúva, grande amigo de Machado, era o redator-chefe do **Diário** e lhe fez o convite. Coube a Machado de Assis a resenha dos debates do Senado e, esporadicamente, outras tarefas, como a crítica teatral. Sendo assim, esta Casa presta uma homenagem a esse analista, com grande talento, dos trabalhos do Senado.

No centenário de sua morte, além das diversas homenagens que está recebendo, como mostras, re-

portagens especiais, relançamento de suas obras e até mesmo um almanaque só sobre o autor, a imprensa internacional também está dando destaque para a data.

Em 13 de setembro de 2008, o **New York Times** publicou um artigo de duas páginas sobre Machado de Assis com o título “Após um século, a reputação literária finalmente floresce”, em que Larry Rohter se rasga em elogios ao autor, citando diversos outros nomes e artigos, como Susan Sontag e o livro *Genius*, do crítico Harold Bloom, que o define como o “autor negro supremo”. A publicação do jornal norte-americano também convida para uma homenagem ao autor, na cidade de Nova York, batizada de “Machado 21: A Centennial Celebration”, que aconteceu entre os dias 15 e 19 de setembro e incluiu mesas redondas, seminários e exposições de filmes inspirados em suas obras, além de poemas musicados.

Em Portugal, outra homenagem a Machado: um colóquio internacional dedicado exclusivamente ao autor aconteceu em Lisboa, tema de reportagem publicada pela Lusa, a agência de notícias de Portugal. A agência também publicou outra matéria em que menciona Machado, incluindo o autor na lista das 100 personalidades mais influentes da América Latina.

O jornal **The Guardian**, na Inglaterra, apresenta Machado como um gênio brasileiro, cujo trabalho deveria ser melhor reconhecido pelo público que tem como base a língua inglesa.

Louvo a iniciativa do Senador Marco Maciel, que apresentou projeto de lei para instituir 2008 como o Ano Internacional Machado de Assis, em celebração ao centenário de falecimento do escritor, ocorrido no dia 29 de setembro de 1908. Para marcar a relevância de Machado de Assis para o Brasil e para a língua portuguesa, Marco Maciel sugeriu que seja feita uma reflexão sobre o significado da vida e da obra do escritor pelos Governos Federal, estaduais e municipais, bem como pelas instituições culturais e educativas do Brasil.

Como exemplo do caráter universal – mas também essencialmente brasileiro – da obra de Machado de Assis, Marco Maciel destaca, em sua justificativa, ensaio do escritor, intitulado “Sentimento de Nacionalidade”, no qual Machado de Assis diz que “o que se deve exigir do escritor, antes de tudo, é certo sentimento íntimo que o torne homem de seu tempo e País, ainda quando trate de assuntos remotos e no espaço”.

Até hoje muitos se perguntam como um sujeito pobre, de origem negra, numa sociedade ainda escravagista, conseguiu se tornar um mestre da cultura brasileira?!

Apesar da origem humilde, saúde frágil, epilético, gago; filho de Francisco José de Assis, pintor de pare-

des e descendente de escravos alforriados, e de Maria Leopoldina Machado, uma lavadeira portuguesa da Ilha de São Miguel, Machado de Assis foi responsável por uma das maiores produções literárias brasileiras e tornou-se um dos grandes intelectuais do País ainda jovem. Sua extensa obra – nove romances, duzentos contos, uma dezena de peças de teatro, cinco coletâneas de poemas e milhares de crônicas – o tornou o maior escritor do Brasil.

A emoção toma conta daqueles que lembram a vida e detalhes dos romances deste tão importante escritor brasileiro que conciliava as aulas com a venda de doces, não tendo acesso a cursos regulares. Gênio e autodidata, Machado era um daqueles iluminados que fundou a Academia Brasileira de Letras, sendo o seu primeiro Presidente, ocupando a cadeira nº 23, que recentemente foi objeto da maior disputa já ocorrida na ABL, em decorrência do falecimento de Zélia Gattai. Referida cadeira fora também ocupada pelos grandes Jorge Amado, José Alencar e hoje por Luiz Paulo Horta, recentemente empossado.

Machado apresentava as suas obras com uma rica descrição de detalhes e movimentos, fazendo o leitor misturar-se a seus personagens. Em seu livro *Gênio*, de 2003, o crítico americano Harold Bloom define Machado como “um milagre”, por ter conseguido fugir de sua situação social e histórica pra criar uma ficção universal. Seus livros foram traduzidos para 14 idiomas e nos Estados Unidos há um entusiasmo para novas traduções.

Em sua adolescência, em São Cristóvão, bairro do Rio de Janeiro, conheceu a senhora francesa Madame Gallot, proprietária de uma padaria, cujo forneiro lhe deu as primeiras lições de francês, que Machado acabou por falar fluentemente, tendo traduzido o romance **Os Trabalhadores do Mar**, de Victor Hugo, na juventude, e o poema **O Corvo**, de Edgar Allan Poe.

A Academia Brasileira de Letras, também chamado de Casa de Machado de Assis, em homenagem ao seu primeiro Presidente, é o reduto dos imortais e grandes escritores brasileiros. A palavra imortal, de acordo com o lexicógrafo Aurélio Buarque de Holanda quer dizer “que não morre; eterno, imorredouro”. Ao ser humano tal hipótese é impossível, mas, às suas facetas, não. Pode um homem morrer e as ações por ele empreendidas permanecerem.

Machado de Assis iniciou a sua carreira trabalhando como aprendiz de tipógrafo na Imprensa Oficial, cujo diretor era o romancista Manuel Antônio de Almeida. Em 1855, aos 15 anos, estreou na literatura com a publicação do poema *Ela* na revista **Marmota Fluminense**. Continuou colaborando intensamente nos jornais como cronista, contista, poeta e crítico literário,

tornando-se respeitado como intelectual antes mesmo de se firmar como grande romancista. Machado conquistou a admiração e a amizade do romancista José Alencar, principal escritor da época.

Em 1864 estréia em livro com **Crisálidas** (poemas). Em 1869, casa-se com a portuguesa Carolina Augusta Xavier de Novais, irmã do poeta Faustino Xavier de Novais e quatro anos mais velha que ele. Em 1873, ingressa no Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas como primeiro-oficial. Posteriormente, ascenderia na carreira de servidor público, aposentando-se no cargo de diretor do Ministério da Viação e Obras Públicas.

Podendo dedicar-se com mais comodidade à carreira literária, escreveu uma série de livros de caráter romântico. É a chamada primeira fase de sua carreira, marcada pelas obras **Ressurreição** (1872), **A Mão e a Luva** (1874), **Helena** (1876), **Iaiá Garcia** (1878), além das coletâneas de contos, **Contos Fluminenses** (1870), **Histórias da Meia Noite** (1873), das coletâneas de poesias **Crisálidas** (1864), **Falenas** (1870), **Americanas** (1875), e das peças **Os Deuses de Casaca** (1866), **O Protocolo** (1863), **Queda que as Mulheres têm para os Tolos** (1864) e **Quase Ministro** (1864).

Em 1881, abandona definitivamente o romantismo da primeira fase de sua obra e publica **Memórias Póstumas de Brás Cubas**, o início do realismo no Brasil. O livro, extremamente ousado, é escrito por um defunto e começa com uma dedicatória inusitada: “Ao verme que primeiro roeu as frias carnes do meu cadáver dedico como saudosa lembrança estas Memórias Póstumas”. Tanto **Memórias Póstumas de Brás Cubas** como as demais obras de sua segunda fase vão muito além dos limites do realismo, apesar de serem normalmente classificadas nessa escola. Machado, como todos os autores do gênero, escapa aos limites de todas as escolas, criando uma obra única.

Na segunda fase, suas obras tinham caráter realista, tendo como características: a introspecção, o humor e o pessimismo com relação à essência do homem e seu relacionamento com o mundo. São obras principais, além de **Memórias Póstumas de Brás Cubas** (1881), **Quincas Borba** (1892), **Dom Casmurro** (1900), **Esau e Jacó** (1904), **Memorial de Aires** (1908), além das coletâneas de contos **Papéis Avulsos** (1882), **Várias Histórias** (1896), **Páginas Recolhidas** (1906), **Relíquias da Casa Velha** (1906), e da coletânea de poesias **Ocidentais**. Em 1904, morre Carolina Xavier de Novaes, e Machado de Assis escreveu um de seus melhores poemas, **Carolina**, em homenagem à falecida esposa. Muito doente, solitário e triste depois da morte da esposa, Machado de Assis morreu em

29 de setembro de 1908, em sua velha casa no bairro carioca do Cosme Velho.

O crítico norte-americano Harold Bloom considera Machado de Assis um dos 100 maiores gênios da literatura de todos os tempos, ao lado de clássicos como Dante, Shakespeare e Cervantes.

No Brasil, destacamos os estudos de Roberto Schwarz, um leitor radical de Machado e também de Antônio Cândido, que defende que Machado teria sido reconhecido em vida como grande escritor não pelo que pudesse de fato interessar em sua obra, do ponto de vista de uma crítica literária mais amadurecida, e, sim, por sua erudição, sua elegância, seu estilo vazado numa linguagem castiça.

Apenas no decorrer do século XX, em especial depois dos anos 40, a crítica soube ler Machado como algo além de um escritor bem comportado, de uma ironia fina, mas sem maiores conseqüências para a problematização do **status quo** de uma casta intelectual movida pela retórica vazia, com a relativização dos limites entre razão e loucura; o real e o imaginado.,

Sr. Presidente, vou pular alguns trechos desta longa homenagem para concluir e permitir aos demais oradores que venham logo à tribuna.

Em debate no dia 30 de setembro último no Centro Cultural Banco do Brasil, em São Paulo, Lygia Fagundes Telles exibiu a sua visão acerca de um dos maiores romances de Machado de Assis, **Dom Casmurro**. “É um romance belíssimo, e, na nossa opinião, o mais impressionante do autor”. Justamente a personagem Capitu será apresentada em minissérie da Rede Globo, dirigida por Luiz Fernando Carvalho, e terá como protagonista a bela Maria Fernanda Cândido.

Há hoje enorme interesse para se saber o que de fato se passou com Capitu. Saberemos os segredos de Capitu por meio dessa novela com Maria Fernanda Cândido, mas recomendo a todos que façam a leitura de **Dom Casmurro**.

Sr. Presidente, eu gostaria de agradecer a sua gentileza, pois gostaria de finalizar esta homenagem com a poesia deste grande escritor, Machado de Assis, que dedico a todos os meus amigos próximos e aos meus amigos e amigas Senadores e Senadoras.

Senadores Augusto Botelho, Wellington Salgado e Gim Argelo, vejam, é dedicado aos bons amigos!

Bons Amigos

Abençoados os que possuem amigos,
os que os têm sem pedir.

Porque amigo não se pede, não se compra,
nem se vende.

Amigo a gente sente!

Benditos os que sofrem por amigos, os
que falam com o olhar.

Porque amigo não se cala, não questiona,
nem se rende.

Amigo a gente entende!

Benditos os que guardam amigos, os que
entregam o ombro pra chorar.

Porque amigo sofre e chora.

Amigo não tem hora pra consolar!

Benditos sejam os amigos que acreditam
na tua verdade ou te apontam a realidade.

Porque amigo é a direção.

Amigo é a base quando falta o chão!

Benditos sejam todos os amigos de raízes,
verdadeiros.

Porque amigos são herdeiros da real
sagacidade.

Ter amigos é a melhor cumplicidade!

Há pessoas que choram por saber que
as rosas têm espinho,

Há outras que sorriem por saber que os
espinhos têm rosas!

Dedico aos meus amigos esses versos de Machado de Assis.

Sr. Presidente, quero concluir com a seguinte informação: na próxima segunda-feira, às 15 horas, a convite da Escola Nacional de Ciências Estatísticas do IBGE, estarei participando, como membro, ao lado dos professores César Ajar e Helena Lavinhas, da Banca de Dissertação de Mestrado Renda Básica para Crianças – Simulação dos Impactos na Distribuição de Renda Fluminense. O tema tratado será a transição do Bolsa Família para o Renda Básica de Cidadania. Farei uma palestra nessa Escola Nacional de Ciências Estatísticas. Como o tema é de grande relevância para ambos os candidatos que disputam o segundo turno da eleição para a Prefeitura no Rio de Janeiro, Fernando Gabeira e Eduardo Paes, convidei-os para essa palestra, para participar dessa reflexão, a fim de que ambos considerem como fazer a transição do Bolsa Família para a renda básica de cidadania.

Quando estive visitando a sua Parnaíba, Senador Mão Santa, V. Ex^a teve a gentileza de me receber em sua residência, juntamente com a Sr^a Adalgisa, sua esposa, e agradeço muito a atenção. A exemplo do que fiz em todo o Brasil, propus ali aos candidatos que participavam da campanha eleitoral que considerassem essa transição.

Quero dizer que Fernando Gabeira e Eduardo Paes aceitaram o meu convite e estarão lá.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Após brilhante pronunciamento do Senador Eduar-

do Suplicy em que homenageou Machado de Assis, aproveitou para dizer da grandeza deste Senado, que, neste momento, conta com dois membros da Academia Brasileira de Letras, o Presidente Sarney e Marco Maciel, que enriquecem aquela Academia cujo expoente máximo e fundador é o maior escritor do Brasil, Machado de Assis.

Convidamos para usar da palavra o Senador Augusto Botelho, do Partido dos Trabalhadores do Estado de Roraima.

Mantendo procedimento que adotei quanto aos demais oradores, V. Ex^a poderá usar da tribuna pelo tempo que achar conveniente.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, uma instituição se valoriza, sem a menor sombra de dúvida, com a tradição; adquire respeito e confiabilidade quando demonstra que é capaz de sobreviver às crises e tempestades no ambiente no qual atua e manter-se vigorosa.

Quando mencionamos o nosso Banco do Brasil, é isso que pode ser observado.

Exatamente no dia 12 de outubro, o Banco do Brasil completa dois séculos de existência, Senador Mão Santa, criado que foi nesse dia, em 1808, por alvará do Príncipe-Regente D. João.

Apesar da história um tanto conturbada no início, com dificuldade de subscrição das ações colocadas à disposição dos investidores, o Banco do Brasil superou, com galhardia, os primeiros obstáculos, inclusive o elevado saque efetuado pela Família Real para o seu retorno à Portugal em 1821.

Mas o fundo do abismo propriamente dito pode ser considerado o momento de sua liquidação, em 1833. Apesar disso, foi recriado nesse mesmo ano por uma lei que reestruturou a economia do Império.

Sr. Presidente Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, é importante salientar que o Banco do Brasil realiza concursos públicos para o preenchimento de seus quadros de funcionários desde 1854, ano em que realizou o primeiro concurso para o cargo de escriturário.

Após a Abolição da Escravatura, em 1888, abriu linhas de crédito para que os fazendeiros pudessem atrair imigrantes europeus. Em 1893, foi chamado Banco da República do Brasil, denominação que se manteve até 1906, quando voltou a chamar-se simplesmente Banco do Brasil.

Sempre sintonizado com os projetos nacionais, transferiu sua sede para Brasília no mesmo dia da inauguração da nova Capital: 21 de abril de 1960.

Em 1971, quando o País partia para um período de grande desenvolvimento econômico, já contava com 975 agências em todo o território nacional e 14 agências no exterior. Suas ações começaram a ser negociadas na Bolsa de Valores em 1973.

Há que se destacar também a ação do Banco do Brasil nas mais diferentes áreas de apoio ao desenvolvimento social. Com esse intuito, foi criada, sem fins lucrativos, a Fundação Banco do Brasil, que patrocina ações de cunho social, cultural e desportivo, entre outras.

Em 1994, o Banco do Brasil, por constituir-se na maior instituição financeira nacional e contar com milhares de agências espalhadas pelo País, foi o responsável pela distribuição da nova moeda, o Real. Em 1998, tornou-se o primeiro banco brasileiro a receber o certificado ISO 9002 e, no momento em que comemora os primeiros dois séculos de existência, apresenta-se como a maior instituição financeira do País, com aproximadamente 25 milhões de clientes.

O Banco do Brasil, atualmente, procura desincumbir-se da responsabilidade de ser a maior instituição financeira do País. Para isso, esmera-se em atender todos os segmentos do mercado financeiro, em seus mais de quinze mil postos de atendimento (mais de quarenta mil terminais) distribuídos por 3.100 cidades e em mais de 22 países.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, procurei ser sucinto na abordagem desses aspectos históricos, porque o Banco do Brasil tem demonstrado sua importância em todos os momentos, cruciais ou não, da história do Brasil independente.

Como resultado do pioneirismo e dos investimentos em tecnologia, foi o primeiro a lançar o cartão de múltiplas funções, a lançar a prestação de serviços bancários pelo celular, a comprometer-se com a Agenda 21 Empresarial e a aderir aos Princípios do Equador (um conjunto de critérios sócio-ambientais – criados pelo Banco Mundial e por um conjunto de bancos privados – usados na avaliação de crédito a projetos de infra-estrutura com valor acima de US\$ 10 milhões.)

Sr. Presidente Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Banco do Brasil sempre se mostrou o mais sólido pilar de sustentação da agricultura brasileira.

Quanto aos grandes agricultores, sua ação se faz sentir, invariavelmente, como financiador da produção e da comercialização.

Mas, atualmente, a instituição vem se destacando no apoio à agricultura familiar, principalmente na aquisição de equipamentos e tratores. Um grande problema, amplamente discutido, era que os produtores familiares não tinham acesso a crédito para adquirir tecnologia. Mas agora, com o Plano Safra Mais

Alimentos, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), esse problema foi solucionado. Além da linha de crédito, de até 100 mil reais, o Mais Alimentos proporciona descontos de 17,5% na compra de tratores, máquinas e implementos agrícolas para serem pagos em até dez anos, com carência de três anos e juros bem abaixo do mercado.

O Plano, sob a responsabilidade do MDA, reservou R\$13 bilhões para a safra 2008-2009 – R\$13 bilhões para a agricultura familiar, para a safra 2008-2009, utilizando maciçamente o sistema do Banco do Brasil para desenvolver a agricultura familiar.

Outro programa de que o Banco do Brasil participa ativamente, que traz inúmeros benefícios à Nação, é o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), também sob a responsabilidade do MDA. Esse programa significa, somente em 2008, uma economia de US\$600 milhões apenas com a redução das importações de diesel. Mas o maior benefício, certamente, voltar-se-á para os pequenos e médios Municípios, onde a atividade agrícola e as indústrias de biodiesel movimentam a economia local, gerando melhor distribuição de renda e justiça social, Presidente Mão Santa.

Para a execução desse programa também o Banco do Brasil tem papel de reconhecida importância. Estima-se que 100 mil famílias já aderiram ao Programa Nacional de Produção e uso do Biodiesel, e os produtores de biodiesel têm acesso às melhores condições de financiamento junto aos bancos envolvidos com o desenvolvimento social, destacando-se a atuação do Banco do Brasil na implantação do Programa.

Atualmente, chama a atenção quando a mídia divulga o resultado positivo dos grandes bancos oficiais. Causa espécie uma coisa que deveria ser considerada normal: um banco ter lucro. Os grandes bancos oficiais, como a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil, passaram a dar lucro, mas não se pode negar que continuam contribuindo muito para o desenvolvimento social e para o financiamento de atividades que acabam redundando em melhor distribuição de renda.

A Fundação do Banco do Brasil, por sua vez, mostra sua aptidão para colaborar com o desenvolvimento social das comunidades carentes. Seus programas estão voltados para o desenvolvimento de cooperativas de catadores de papel, para miniagroindústrias e outras. Dessa forma, é possível gerar renda produtiva e garantir a dignidade do cidadão.

Em Roraima, por exemplo, a Fundação do Banco do Brasil foi responsável pela primeira estação digital aberta à comunidade na Universidade Federal de Roraima, a nossa Universidade Federal.

Outra ação do Banco do Brasil importante no meu Estado é o investimento na educação dos povos indígenas, assentados da reforma agrária, integrantes de cooperativas e presidiários. O programa BB Educar foi lançado pelo Banco do Brasil em 1992 e há oito anos vem sendo conduzido pela fundação Banco do Brasil. Para este ano, a meta é atender em torno de 50 mil pessoas, em todo o Brasil, incluindo o meu querido Estado de Roraima.

Mas é na área da agricultura familiar que a Fundação do Banco do Brasil se destaca em Roraima. A Secretaria de Agricultura de Roraima, em parceria com o Banco do Brasil, Ministério da Agricultura e Ministério do Desenvolvimento Agrário conseguiu fazer um amplo debate sobre a produção de leite. A Superintendência local do Banco do Brasil, por sugestão do Secretário de Agricultura Rodolfo Pereira, organizou uma série de eventos a fim de planejar a melhora genética do rebanho local, além de capacitar os pequenos e grandes produtores de leite do meu Estado. Com isso, posso afirmar que a metodologia do desenvolvimento regional sustentável defendida pelo Banco do Brasil está sendo colocada em prática em Roraima com o apoio do Governo Federal e do Estadual.

Em Rorainópolis existe um programa de ovinocultura organizado pela Federação dos Trabalhadores em Agricultura do Município de Rorainópolis, que já beneficiou quarenta pessoas com fornecimento de matrizes e com treinamento e está na segunda etapa com mais quarenta produtores de ovinos.

Meu interesse é o de que a Fundação continue fazendo mais ações no meu País e no meu Estado. Espero que ela possa investir cada vez mais em Roraima. Por isso, estou à frente de um projeto, com o apoio da Direção do Banco do Brasil, para levar para o meu Estado uma grande conquista econômica, social e ambiental: é a construção de várias casas de farinha nas áreas rurais e indígenas de vários Municípios. Tenho certeza de que essas casas de farinha irão gerar mais empregos diretos e indiretos no meio rural roraimense, além de possibilitar o abastecimento das mesas dos próprios produtores e dos roraimenses com farinha produzida na região de Roraima.

É assim, Sr^{as} e Srs. Senadores, que o Banco do Brasil continua contribuindo para a grande missão do Estado, que é assegurar o bem-estar de todos.

Saúdo, por isso, os dois séculos de existência que serão completados por essa instituição no próximo dia 12, que é um dos maiores orgulhos do povo brasileiro: o Banco do Brasil

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente Mão Santa. Obrigado pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após brilhante pronunciamento do Senador Augusto Botelho, do Partido dos Trabalhadores, do Estado de Roraima, é, com muito prazer e honra, que convido para ocupar a tribuna a bela Senadora Lúcia Vânia, do PSDB de Goiás.

Senadora, V. Ex^a pode usar da tribuna pelo tempo que achar conveniente. V. Ex^a, além de muito culta e competente, é uma mulher bela, que nos relembra Martha Rocha.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senador Tasso Jereissati ocupou esta tribuna ontem para alertar para a maior crise financeira de todos os tempos que estamos vivendo. Mesmo os mais otimistas já percebem que os custos a serem pagos pelo mundo será alto e levarão décadas para serem digeridos. Até porque a história mostra que, de todas as crises econômicas, as crises bancárias são as que deixam as mais graves e mais duradouras seqüelas na sociedade. As dimensões envolvidas na atual crise financeira não deixam dúvidas de que, de fato, o mundo deverá ser outro ao longo dos próximos anos. Estados Unidos, Europa e Ásia já mostram sinais claros disso.

Nesse contexto, no Brasil, inicialmente, houve os que disseram que nada – ou pouco – sofreríamos dos efeitos dessa crise. E, de fato, vínhamos, até pouco tempo, relativamente bem. A crise de confiança que se abateu sobre os grandes mercados vinha nos poupando, dando uma sensação de que essa crise não só não nos pertencia como também não parecia ter canais claros de contágio. Afinal, os bancos brasileiros nada tinham dos ativos **subprime**, o que nos deixava em posição relativamente confortável. Com isso, as perspectivas para os próximos anos continuavam favoráveis: país crescendo, renda crescendo, desemprego em baixa, crédito farto, ou seja, continuávamos até alguns dias atrás vivendo a era da prosperidade em sua plenitude.

Mas tudo mudou de repente. Quase que da noite para o dia nós nos demos conta de que o colapso financeiro das economias mais ricas do mundo gera uma dinâmica muito diferente daquela a que estávamos acostumados nos últimos tempos. Um colapso significa um mundo que cresce menos e que, portanto, compra menos. Com isso, os preços das *commodities* entraram na trajetória contrária a que nos gerou os tempos atuais de bonança, e a incerteza em relação aos próximos anos chegou aqui através de um canal perverso, o canal do crédito, que abunda nos tempos bons e some nos tempos de incerteza.

Pois bem, chegamos, então, ao ponto principal: estamos, hoje, vivendo uma crise de incerteza no Brasil. Nossa base econômica era – e continua sendo – favorável, mas a incerteza gera irracionalidade, e os agentes econômicos passam a se comportar de forma descoordenada. Estamos vivendo o pânico nos mercados financeiros e, hoje aqui, assim como lá fora, as decisões têm se baseado no medo e na incerteza – ingredientes perigosos o suficiente para gerar uma crise sem fundamentos, mas que começa a se materializar de forma extremamente perigosa.

Aí entra o Poder Público. É nessas horas que nos cabe ter serenidade e tomar decisões transparentes e responsáveis. Não nos cabe elevar ainda mais a incerteza. De pouco vale a retórica nos momentos de pânico. O que vale são medidas concretas.

A medida provisória que o Governo encaminha a esta Casa, embora a princípio pareça dar mais força ao Governo, reduz as incertezas em relação aos instrumentos – e em relação a quem os aciona em caso de necessidade. E aqui o que se faz é dar ao Banco Central essa responsabilidade, num momento em que é ele que tem as informações necessárias para tomar uma decisão rápida e eficiente. Até porque não nos furtaremos a cobrar deles essa postura, pois não podemos, num momento de crise mundial, viver também uma crise autogerada.

Vamos reduzir os ruídos, reduzir a incerteza e contribuir para que a sociedade brasileira não tenha que pagar por uma crise que não nos pertencia, mas que agora cobra um pedaço do seu custo ao mundo todo, inclusive a nós. Ajudemos, pois, a fazer com que esse custo seja o menor possível.

Eu acredito que esta Casa terá uma responsabilidade muito grande nos próximos dias e o nosso dever é analisar com responsabilidade a medida provisória, diferentemente do que foi feito pelo partido que hoje está no poder, pois, em épocas passadas, quando vivíamos crises graves, talvez não tão graves como esta, como Oposição o PT não cooperou conosco naquela ocasião.

Hoje compete à Oposição chamar atenção da sociedade para a gravidade do momento e, ao mesmo tempo, diminuir os ruídos que causam pânico e não levam a nada. Precisamos, realmente, de ações objetivas. Estamos procurando isso, por meio do nosso Partido, o PSDB. Ou seja, estamos nos reunindo, discutindo para colaborar, quando chamados para opinar sobre o assunto.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após o brilhante pronunciamento da Senadora Lúcia Vânia, que, no Governo passado, foi extraordinária

servidora do Governo do estadista Fernando Henrique Cardoso, levando ao País um serviço social que ensinava que mais vale ensinar a pescar, valorizando o estudo e o trabalho como base de uma sociedade moderna, rica e livre, convidamos para usar da palavra o Senador Casildo Maldaner, do PMDB de Santa Catarina, que governou, com grandeza, o seu Estado. V. Ex^a já passou por este Senado, volta e o engrandece. V. Ex^a pode usar a tribuna pelo tempo que achar conveniente.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senador Mão Santa, que preside esta Mesa.

Nas campanhas, em Santa Catarina, ao percorrermos o Estado, todo mundo falava “manda um abraço para o Mão Santa”; as mulheres, “manda um beijo”; outros, “beija a mão dele, força para ele”. É uma loucura. Se V. Ex^a puder fazer uma peregrinação por Santa Catarina, com certeza, vai ser uma loucura, dos seguidores para ouvi-lo, para atentai para as boas novas, para as expressões fundamentais que o povo gosta de ouvir.

Por isso, Sr. Presidente, nobres colegas, o assunto de hoje não é demorado, mas eu ouvi a Senadora Lúcia Vânia discorrendo sobre um tema que ontem o Senador Tasso Jereissati levantou nesta Casa e que vários Senadores também abordaram. Eu tive também a oportunidade de fazer uma reflexão sobre o momento que vive o Brasil. Na verdade é a pauta, é o assunto de todos hoje. Quer dizer, todos pensam nesse tema: o setor político, o setor empresarial, o setor produtivo, a classe acadêmica, os que foram eleitos, os que não foram, porque isso mexeu com a economia americana. Há uma desaceleração já consagrada nos Estados Unidos. Isso mexeu com o mercado europeu. O G-20, os grupos estão se reunindo, foram convidados. O nosso Ministro da Fazenda, o Presidente do Banco Central estão indo para os Estados Unidos. Está todo mundo pensando nisso. Quer dizer, é o tema que está na ordem do dia. Eu acho que isso foi colocado e agora a responsabilidade é de quem tem condições de fazer...

Ainda ontem aqui, o Senador Dornelles levantou a tese de que os bancos menores poderiam ser liberados dessa contribuição compulsória, do depósito compulsório, para que pudessem fazer uma oferta maior ao mercado. Essa é uma das medidas. E que também se pudesse baixar o valor do próprio IOF, para que a cedência de crédito ao mercado fosse uma coisa mais evidente. Esses são alguns temas sobre os quais todo mundo está conversando. Eu, inclusive, levantei a tese de que os bancos centrais – e não é o tema

que vou abordar, que será sobre a análise de um projeto que dei entrada na Mesa, mas aproveito a carona da Senadora Lúcia Vânia –, não só no Brasil, mas no mundo, precisam ter mecanismos que possam aferir melhor o mercado. Por exemplo, há uma corrida para aplicar em algumas **commodities**. Pessoas físicas ou mesmo pequenas empresas compram ações: “vou ali porque está indo todo mundo, acho um bom negócio. Vou comprar ações nessa **commodity**”. E a coisa vira uma bolha inflacionária muitas vezes. Fica acima de valores da realidade de mercado daquele bem, daquela **commodity**. Quando desce, não há quem segure. Não há nem pára-quadras sobressalentes. Aquilo vem que é uma loucura, como aconteceu agora. Muitos fundos de pensão, inclusive no Brasil, perderam bilhões de reais, quer dizer, a queda foi grande. Aplicam, achando que vale a pena.

É preciso estabelecer mecanismos para aferir se o valor está dentro da realidade, se há segurança ou não na aplicação, para aconselhar. Então, tem que aferir. Quando se emprestam recursos – e há empresas que analisam – para pessoa física, para pessoa jurídica, deve-se analisar se ela pode receber aquele empréstimo por determinado número de anos, para investimento, capital de giro. Analisa-se, com cuidado, se é possível, envia-se a proposta para comitês avaliarem-na. Se é feito um investimento, vou ter que na analisar se tem começo, meio e fim. Pode receber esse dinheiro? Podemos emprestar, a longo prazo, por cinco, seis, dez anos? Quando começar a produção o produto terá mercado? Onde ele será colocado?

Tudo isso é analisado hoje. Os comitês de análises técnicas observam se aquilo tem o começo, o meio e a sua finalidade. Era como se aprendia antigamente no banco escolar. Toda redação tem que ter o começo, o meio e o seu encerramento.

Hoje, para financiar uma pequena empresa ou para qualquer coisa, para um empreendimento que nasce é preciso analisar. Não é apenas tomar o dinheiro emprestado. Deve-se ver se há garantias. E não é só isso. Se uma empresa começar com a previsão de ter um determinado número de empregos e depois começa a produzir... Embora haja garantias reais da parte da empresa, daqui a pouco se vai analisar onde acontecerá a colocação do produto, a sua finalidade. O meio é a sua finalidade, mas se não houver seqüência de nada adianta. Começa e daqui a pouco fecha, não há seqüência.

Então, quem empresta analisa, tem que levar em consideração, desde o seu nascimento até o seu ponto final: onde irá colocar o produto no mercado interno, no mercado internacional. Isso tudo tem de ser analisado, e tem de ser assim.

Agora, no que tange o que acontece hoje, com a quebra dessas empresas, dessas **commodities**, também tem de haver mecanismos para se analisar se não estão ocorrendo bolhas inflacionárias; se não estão todos correndo como manada, como até o Governo estimulou em uma certa época dizendo: “vamos pegar uma parte dos recursos do fundo de garantia e aplicar em **commodities**, em empresas como a Petrobras ou em outros setores, como a Vale do Rio Doce.

Então, muitas vezes induzidas pela propaganda oficial, pelo **marketing**, essas **commodities** recebem muito dinheiro. E os fundos de pensão aplicam. E aí a coisa sobe, vai lá em cima. Se não há como aferir, pode acontecer isso. Então, há que se ter, nesses bancos centrais, mecanismos para aferir melhor, para ter mais segurança e dizer: olha, até aí dá, dali em diante não convém, porque não há garantias, tem que ter cuidado. Claro que existem riscos, em tudo tem risco, mas, tem que ter um pouco mais de informação e segurança.

Então, aproveito a carona para dizer que é um tema muito pontual, está na ordem do dia hoje, não só do Brasil, está na ordem do dia do mundo. Está todo mundo refletindo. Por isso não podemos deixar de falar sobre isso. E, com certeza, vai continuar, hoje, amanhã, depois de amanhã, nos fins de semana e em todos os lugares, esse tema: Como vai? O dólar fica nisso? Fica mais? Quem exporta tem preocupação. Quem tem compromissos firmados também. E como vão fazer? Rever compromissos? Cortar despesas? O Governo tem que estar alerta para isso. Como vamos nos preparar para isso? Como vamos planejar os próximos meses, os próximos tempos? Como vamos recuperar isso? Muita gente corta, muita gente tem que rever suas posições. As pessoas, as empresas, as pessoas que têm negócios têm que rever seus planejamentos e o próprio Governo tem que rever e procurar orientar nesse sentido, não há a menor dúvida.

Pois bem, Sr. Presidente, nobres Colegas, trago a Casa – e acabamos de dar entrada – uma proposta que vem preocupando um setor da economia nacional: a produção de suinocultura e florestas. Recebi uma exposição de Santa Catarina, principalmente dos que produzem suínos e lidam com a genética no campo da suinocultura, com a genética e reprodutores de raça, os quais cedem ou vendem para pequenos produtores.

E há uma incidência a partir de uma legislação, de uma medida provisória que passou a ser lei recentemente, em 2008. Antes não havia incidência do fundo rural, que é de 2,3%, Sr. Presidente, para quando é para favorecer a genética, para reproduzir, para ter

melhor. O leitão vai lá para o produtor, que o prepara; depois vai para o frigorífico e é vendido para o abate. Nesse caso é recolhido o fundo rural, aí, sim. Mas do pequeno que fornece para ele, agora, cobra-se o fundo rural. Então, está havendo uma bitributação. Eles sustentam tecnicamente que está havendo bitributação na parte da genética e também no que tange às sementes para as florestas. Para quem produz mudas para florestas, não havia essa tributação dos 2,3% do fundo rural; e, agora, de acordo com a nova lei, está havendo a tributação para fornecer as mudas. E, aí, quando vai colher a floresta, vai ter também a tributação do fundo rural.

Por isso, Sr. Presidente, estou apresentando essa proposta para que se revogue isso e vou ler rapidamente, aqui, para a Casa tomar conhecimento:

A Lei nº 11.718, de 20 de junho de 2008 – é recente –, originou-se da Medida Provisória nº 410, de 28 de dezembro de 2007, cuja finalidade era adiar o fim da regra de transição que permite que os trabalhadores rurais usufruam de benefícios previdenciários, ainda que não tenham mantido relação formal de emprego com o produtor. Além disso, foram estabelecidas regras para estimular a formalização das relações trabalhistas no campo, com o objetivo de que, após o novo prazo, os trabalhadores rurais pudessem integrar a Previdência Social em pé de igualdade com os urbanos.

Ocorre que, durante a tramitação, foi inserido dispositivo que, sem a devida e necessária discussão, caminha em sentido oposto, pois onera a produção agropecuária e, por consequência, empurra-a para a informalidade.

Trata-se da revogação do § 4º do art. 25 da Lei nº 8.212, de 1991, que excluía diversas receitas da base de cálculo da contribuição previdenciária do produtor rural, paga em substituição à contribuição do empregador, devida pelos trabalhadores urbanos.

Entre elas, está a receita da venda de animais vivos, assim como de seu material genético, que passou a ser tributada pela contribuição. Ocorre que, uma vez abatidos, esses animais, ao serem comercializados, sofrerão novamente a incidência da mesma contribuição, duplicando o preço tributário da operação. [Então, neste caso, há uma tributação.] O mesmo se dá com a comercialização de material genético que será utilizado para a criação de animais para abate. Se esses forem, ainda vivos, vendidos para outro comerciante, ter-se-á a tríplice incidência de uma mesma contribuição.

A revogação do § 4º do art. 25 da Lei nº 8.212, de 1991, portanto, representa ampliação da base de cálculo e, em última instância, aumento na contribuição social. Essa incidência implicará aumento de custos no produto final e perda de renda para os produtores que interferem no processo de produção, dentro do sistema seqüencial e integrado. Representa, também, um desestímulo a essas modalidades de produção que transferem parte da atividade para pessoas físicas.

A fim de que seja restabelecido o regime vigente até março de 2008, cujos benefícios para o setor agropecuário são evidentes, é que apresentamos este projeto de lei, para o qual pedimos o apoio de nossos Nobres Pares.

Essa é a proposta que fiz chegar à Mesa, Sr. Presidente, nobres Colegas, e que vai tramitar, naturalmente, nas comissões técnicas da Casa. Espero que possa receber a aprovação dos Colegas. É para não incidir a bitributação no material genético para os animais vivos e também nas mudas para florestas e que tais.

É uma questão que vale a pena. Os setores organizados do meu Estado, principalmente de Santa Catarina, me fizeram ver como tratar desse tema.

No mais, era uma consideração que eu gostaria de fazer, Sr. Presidente, nobres Colegas, sobre esse tema na tarde de hoje.

Muito grato.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Acabamos de ouvir o Senador Casildo Maldaner, que representa a grandeza histórica e do presente do PMDB, de Santa Catarina e do Brasil, tecendo os comentários sobre a economia mundial e advertindo o Governo de que tem que poupar e o orientando que ele lesse, por inspiração de Bill Clinton, o livro... Ele chamou os maiores especialistas para poder governar. Ele, que fora presidente, ele que fora governador quatro vezes de Arkansas, tinha com grande experiência administrativa, o que o nosso Presidente Luiz Inácio não tinha. Então, ele, com humildade, chamou os maiores técnicos, Ted Gaebler e David Osborne, e eles escreveram o livro **Reinventando o Governo**.

Sintetizando, eles disseram que o Governo não podia ser grande demais, grande assim como um transatlântico, um Titanic, que afunda. Tinha de ser pequeno, com menor despesa, porque a grandeza do funcionalismo implica a pobreza do povo, que trabalha e paga impostos. E aí é o caos, está faltando dinheiro, o povo está sem dinheiro. Se nos

Estados Unidos faltou para pagarem as casas que compraram por 200 mil dólares, no Brasil está faltando agora dinheiro, porque o povo está explorado por pagar impostos.

Nós sempre advertimos sobre isso. Este País tinha muita despesa: setenta e seis impostos. Então, se lá os americanos não têm dinheiro para pagar as suas casas, aqui os pobres velhinhos têm seus empréstimos descontados em folha, os empréstimos consignados, salvaguardando os banqueiros... Mas um país em que se estimula irresponsavelmente a comprar carros em dez anos... Ô, Pedro Simon, a escravatura da vida moderna não é mais com os negros. Abraham Lincoln e Princesa Isabel resolveram. A escravatura moderna é a dívida. Então, está todo mundo endividado. Isso atingiu o Brasil, Senhor Presidente Luiz Inácio. O Brasil sempre teve dívida, tinha dívida que vinha da Europa, da Inglaterra, desde que Dom João VI chegou. A Inglaterra, a Europa, com a guerra, sucumbiram e surgiram os americanos. Então, estamos endividados. Os americanos, quer queiram ou não, têm 25% da riqueza mundial. O que atinge lá atinge aqui. Não é marola, não é gripe, é realidade. Abraham Lincoln já dizia: “Não baseie sua prosperidade com dinheiro emprestado.”

Então, Presidente da República, o Partido dos Trabalhadores tem que ter humildade, vir para cá. Não há nenhum deles aqui para aprender. Estamos aqui é para ensinar. Essa é a função de um Senador da República.

Há dois oradores ainda.

V. Ex^a também vai usar da palavra?

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Sim, mas pode....

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Está aqui, na frente...

O SR. JEFFERSON PRAIA (PDT – AM) – Se S. Ex^a quiser falar...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a está na frente, mas estão inscritos o nosso Senador Jefferson Praia, o Senador Pedro Simon e a Senadora Rosalba. O Senador Pedro Simon é o último, mas está na Bíblia: “Os últimos serão os primeiros.” V. Ex^a é o primeiro em competência, em ética e em dignidade neste País.

Rosalba usará da palavra, porque Jefferson Praia, mostrando gentileza, cede a palavra a esta extraordinária Senadora Rosalba Ciarlini, que representa o Democratas do Estado do Rio Grande do Norte, de Mossoró, onde, primeiramente, libertaram os escravos no Brasil.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.)

– Obrigada, Senador Mão Santa. V. Ex^a sempre, com muita competência, conduz os trabalhos, preside esta sessão.

Quero aqui cumprimentar o nobre Senador Jefferson Praia e o nobre Senador Pedro Simon, a quem agradeço a deferência em me conceder a vez, já que cheguei aqui depois.

Sr. Presidente, na realidade, gostaríamos aqui de fazer uma reflexão, uma avaliação do pleito eleitoral, que ainda está acontecendo, porque, em muitas cidades, haverá o segundo turno.

No nosso Estado, na cidade de Natal – onde, pelo número de eleitores, poderia haver segundo turno –, o povo, livremente, decidiu logo a parada no primeiro turno. Venceu a candidata que apoiamos, Micarla de Sousa. Foi uma campanha bonita, ética, de propostas. Enfrentamos a estrutura municipal, estadual e federal, inclusive com a presença do Presidente – acho que foram poucas as cidades em que o Presidente compareceu à campanha, e Natal foi uma delas; Sua Excelência foi lá, participou de comício, e houve presença de muitos Ministros. E, na cidade de Mossoró, minha cidade, a candidata Fafá Rosado foi reeleita Prefeita, tendo como Vice-Prefeita a ex-Deputada Ruth Ciarlini, que é minha irmã.

Nessa campanha, caminhei por todo o Rio Grande do Norte. Estivemos em mais de 100 Municípios, visitando-os, participando de comícios. A alguns desses Municípios, voltamos com mais frequência. Posso dizer que a avaliação que trazemos é muito positiva. O povo, cada vez mais, com a força do seu voto, com sua participação, fortalece a democracia e sabe entender que uma eleição municipal é a mais importante. Por quê? Porque a eleição municipal fala da sua vida nos próximos quatro anos. A vida é um fato local. O cidadão quer saber como vai ser a saúde e a educação, como sua cidade vai se desenvolver, para gerar mais oportunidades. São questões locais que são debatidas.

O que sentimos, de maneira geral – é claro que, aqui e acolá, houve algum excesso; em determinados momentos, os ânimos estavam muito exaltados –, foi que a população estava analisando os candidatos, sua vida e suas propostas, fazendo valer seu direito sublimado e maior de decidir pela sua vontade.

Na verdade, quero também dar uma palavra de elogio à conduta da Justiça Eleitoral, que, a cada ano, vem desempenhando papel importantíssimo na consolidação da tranquilidade das eleições e no respeito aos direitos dos cidadãos.

Retorno a esta tribuna gratificada com o resultado do nosso trabalho, com o apoio que levamos a vários candidatos e candidatas no nosso Estado.

Houve um fato interessante: tanto para nosso Partido quanto para as cidades em que participei diretamente da campanha, notadamente aquelas de maior representatividade eleitoral, os resultados foram de êxito, foram muito positivos.

Eu gostaria aqui de aproveitar para parabenizar todos os eleitos e as eleitas das cidades do Rio Grande do Norte, Vereadores e Vereadoras, e também para dizer àqueles que não tiveram êxito que, com certeza, seu empenho e sua luta foram muito importantes para o fortalecimento da nossa democracia, foram muito importantes para que, realmente, acreditássemos que esse era o caminho.

Queremos avançar, de forma que, com reformas políticas, cada vez mais, o cidadão possa exercer seu direito de escolher sem interferências outras. Que o poder econômico e a força política dos detentores de mandato não sejam instrumentos que venham tirar do cidadão o direito de escolher, pelas propostas do candidato, pela sua história de vida e pelo muito que pode fazer por uma cidade!

Meu entusiasmo se deve ao fato de que sempre tive perfil municipalista e de que tenho defendido isso em todos os recantos. Acredito em um Brasil forte, com Municípios fortes; acredito em um Brasil desenvolvido, com mais justiça social, e isso ocorrerá quando os Municípios, realmente, puderem resolver suas questões. Hoje, no Brasil, infelizmente, há uma concentração de recursos muito grande no Poder federal. De tudo o que é arrecadado, menos de 20% – em torno de 14% a 16% – são repassados aos Municípios; aos governos, o percentual não chega a 30%; e o restante fica com o Poder federal, com o Governo federal, e não deveria ser assim.

Os recursos da Saúde, que defendemos por meio da Emenda nº 29, ainda não foram implementados. Apesar da aprovação unânime nesta Casa, a matéria ainda caminha a passos de tartaruga, para que haja realmente uma solução e para que sejam destinados mais recursos para a Saúde. Já que a Saúde está municipalizada, que os recursos sejam repassados diretamente para os Municípios, porque parte deles ainda fica na dependência dos Governos federal e estadual!

Com relação à Educação, lutamos também pela sua municipalização. A educação de 1º grau e o ensino fundamental estão municipalizados, assim como a assistência à creche e a educação infantil, mas é necessário que mais recursos realmente cheguem aos Municípios. Cabe ao Poder Central fazer fiscalização mais rigorosa, acompanhar mais, mas as decisões devem ser realmente respeitadas, bem como as necessidades de cada Município e a forma de se atuar em

cada Município. Os Municípios precisam, cada vez mais, dessa união, para que possamos avançar no sentido da melhoria e do fortalecimento das cidades, a fim de que, assim, as necessidades do cidadão sejam atendidas e de que haja expectativa de vida melhor.

Só para concluir – eu já lhe concederei um aparte, Senador Jefferson Praia –, eu gostaria de dizer algo sobre as cidades em que os resultados foram positivos. Eu gostaria de lembrar que são cidades-pólo, que, no seu total, representam mais de 75% do eleitorado do Estado do Rio Grande do Norte.

Partimos da Capital, que tem 40% do eleitorado, e de Mossoró, com 10% do eleitorado. Alexandria é cidade-pólo no Alto Oeste, e quero parabenizar o Prefeito eleito, Alberto, e sua Vice-Prefeita, de cuja campanha participei. A cidade de Areia Branca também é cidade-pólo na região salina. Na cidade de Apodi, a Prefeita Goreti foi a primeira mulher a ser eleita. Em Assu, também houve uma campanha bonita do jovem Ivan Junior, da qual também participamos. Na cidade de Macaíba, que fica na Grande Natal, foi eleita Marília, uma profissional da área de saúde, e a ela e ao seu Vice-Prefeito, Auri, dou os parabéns. Outra cidade de porte médio, cidade-pólo, é João Câmara, onde Vavá foi Prefeito por três vezes e está retornando pela quarta vez. Na cidade de Ceará-Mirim, na Grande Natal, também houve uma campanha muito bonita, em que Antonio Peixoto foi, pela terceira vez, candidato; agora, chegou a sua vez, pois ele foi eleito pelo povo. Em Currais Novos, Geraldo Gomes, um homem de conduta exemplar, foi Prefeito por três vezes e volta agora, mais uma vez, tendo ao seu lado uma grande mulher, Milena, como sua Vice-Prefeita; e por aí vai.

Foram muitas as cidades, graças a Deus, chegando a esse número, que representa cerca de 75% do eleitorado, além das demais cidades, tão importantes como essas maiores, como Cerro-Corá; Encanto; Extremoz, também na Grande Natal, em que o jovem Klauss Torquato foi eleito; Florânia, no Seridó; Felipe Guerra; Francisco Dantas; Pendências; Portalegre. Em Pau dos Ferros, também uma cidade-pólo, o jovem Leonardo, ao lado de outro jovem, Fabrício, foi reeleito e, num trabalho sério – hoje, a cidade é outra, prova do seu trabalho, e é isso que a população quer –, está transformando e modificando sua cidade. Cito outras cidades: Pilões; Porto do Mangue; Senador Georgino Avelino; Serra do Mel; São José do Seridó, com Jackson Dantas; Sítio Novo, onde Wanira foi reeleita Prefeita.

Em Taboleiro Grande, Maria Miriam foi candidata única e foi reeleita. Vejam a força dessa mulher! Quando fui candidata à Senadora, o povo de Tabolei-

ro, com a liderança de Maria Miriam, deu-me 89% dos votos. Em Tibau do Sul, foi eleito Nilsinho Professor, simples, humilde, mas com muita disposição de luta; em Upanema, foi eleita Maria Stella, mais uma mulher na prefeitura.

Foi no Rio Grande do Norte que uma mulher votou pela primeira vez, Senador. Não sei se V. Ex^a sabe disso. Isso se deu na minha cidade. Essa mulher foi Celina Viana dos Guimarães, uma professora de Arte. Já naquele tempo, ela estava além da sua época, porque também era juíza de futebol. Ela ajudava o marido, que gostava do esporte, fazendo o papel de juíza de futebol. Celina Viana dos Guimarães, uma professora, votou pela primeira vez em 1929, mas, na realidade, foi reconhecido esse direito no Brasil, com a mulher passando a ter esse direito por lei, somente em 1934, se não me engano, Senador Mão Santa – V. Ex^a é bom em datas.

No Rio Grande do Norte, foi eleita a primeira Prefeita do Brasil, na cidade de Lajes. Quando foram eleitas as primeiras Deputadas estaduais, entre elas estava Maria do Céu Fernandes, uma grande mulher também. Agora, o resultado mostra que, no Rio Grande do Norte, as duas mais importantes cidades serão administradas, mais uma vez, por mulheres: em Natal, já foi Prefeita, no passado, a hoje Governadora Wilma; em Mossoró, fui Prefeita por três vezes, e Fafá, que me sucedeu, agora foi reeleita, tendo ao seu lado a Vice-Prefeita Ruth Ciarlini – anteriormente, era Vice-Prefeita Cláudia Regina. Assim também será em vários outros Municípios, como Apodi e Martins, em que também a Prefeita Mazé ganhou a eleição. Isso me traz uma alegria muito grande, pois é prova da participação da mulher, que, cada vez mais, avança no sentido de trazer sua contribuição, com sua garra, com a sensibilidade feminina e com o conhecimento das questões maiores do dia-a-dia. Sempre digo que a mulher está presente em todos os momentos da vida e, quando tem a oportunidade de liderar, de administrar, de governar, leva esse sentimento unido à sua competência e à capacidade de administrar.

Concedo o aparte ao Senador Jefferson Praia.

O Sr. Jefferson Praia (PDT – AM) – Senadora Rosalba, vou ser breve. Chamou-me a atenção sua observação quanto à questão da educação no nosso País. Se observarmos, hoje, o percentual que é alocado para a educação e sua relação com o Produto Interno Bruto (PIB), perceberemos que o percentual hoje, no Brasil, não é tão baixo como alguns pensam. Hoje, há problemas quanto à alocação dos recursos. Para V. Ex^a ter uma idéia – com certeza, V. Ex^a sabe disso –, uma parcela expressiva de recursos vai para o ensino superior, quando poderia ir para o ensino

fundamental e médio. Além disso, acredito que, hoje, temos de discutir a educação quanto ao aspecto relacionado ao orçamento, procurando maneiras de lhe dar melhor qualidade. Acredito que a questão, agora, não é só de quantidade. Não se pode pensar somente em muitos alunos na escola, mas, sim, em muitos alunos na escola com melhor qualidade na educação, para darmos o grande salto de que o Brasil precisa, para que o Brasil tenha a educação que merece, o que, conseqüentemente, fará com que o País se desenvolva. Só com essa ferramenta, avançaremos dentro do contexto do desenvolvimento econômico. Era essa minha contribuição.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Obrigada, Senador. V. Ex^a, realmente, está preocupado com essa questão, o que me deixa muito gratificada, porque nós, que somos da Comissão de Educação, temos essa preocupação maior. Entendemos que todo recurso para a educação não é gasto, é investimento, e é o maior investimento que esta Nação pode fazer. É importante, sim, lutarmos por mais universidades, para que haja mais oportunidades, porque sabemos que há vagas para apenas 20% dos jovens que terminam o ensino médio. Sabemos dessa importância. Quero reconhecer o esforço do Governo atual com relação às escolas técnicas.

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Com sua paciência, Senador Mão Santa, vou já concluir.

São várias as escolas técnicas. No meu Estado, particularmente, em que só existiam duas – em Natal e em Mossoró –, agora há mais sete. Algumas já estão em construção, algumas vão começar no próximo ano, outras já estão funcionando. Vamos continuar reivindicando mais, porque mais cidades necessitam delas.

Estamos falando do ensino médio, do ensino técnico-profissionalizante e do ensino universitário. O que acontece, Senador – e é isso que venho defendendo, aqui, com muita determinação –, é que a qualidade do ensino começa desde os primeiros anos. Deve haver condições para que o ensino infantil, a educação infantil realmente prime pela qualidade, para que sejam transmitidos aos pequeninhos os ensinamentos e para que, ao mesmo tempo, juntamente com esses ensinamentos, com as primeiras letras, com os primeiros números, seja dado estímulo para crescerem cada vez mais no caminho da educação. Se não tivermos, lá na ponta, no início, um apoio maior, como vamos chegar na universidade com ensino de qualidade?

Hoje, fazem-se todas aquelas averiguações pelos mais diversos institutos, que mostram a qualidade do

ensino no Brasil, de forma a nos envergonhar quando se compara o nosso País a outros países, que, muitas vezes, têm menos condições do que nós, mas que, ainda assim, estão avançando na educação.

Portanto, sabemos que, se não começarmos a fazer isso, desde os primeiros anos, na educação infantil, ao mesmo tempo incentivando os ensinos médio e universitário, não conseguiremos, de forma alguma, melhorar. Infelizmente, cada minuto perdido no aprendizado de uma criança é uma geração a mais para ser recuperada.

Perdemos muito tempo. Nosso ensino está com a qualidade muito comprometida, mas, nem por isso, vamos cruzar os braços e abaixar a cabeça. Pelo contrário, continuaremos soltando nosso grito a favor de um ensino de qualidade, aqui nos somando a todos, para cobrarmos mais investimentos. A educação tem de ser o investimento maior, essa é a prioridade. Educação, sim, para que tenhamos um grande futuro!

Obrigada a V. Ex^a pelo aparte.

Senador Mão Santa, para concluir – levarei apenas três minutos –, gostaria de lembrar que, no mês de julho, nossa Bancada esteve em audiência com o Ministro Alfredo Nascimento para tratar da construção da estrada do Cajueiro. Inclusive, a esse respeito, já me pronunciei, por se tratar de estrada importantíssima para o desenvolvimento da nossa região, já que ela ligará parte de nossa cidade, do Município de Baraúna, ao Estado do Ceará. É uma estrada que vai promover trabalho, desenvolvimento, renda. É uma estrada importante, sonhada há mais de 50 anos. É uma luta de muitos que já passaram pelo Congresso Nacional. Houve a informação, naquela época, de que esse projeto estava arquivado, quando existiam recursos e dotações que foram colocados por emendas coletivas dos parlamentares para a execução dessa obra. O Ministro disse-nos que não se tratava de arquivamento, que o projeto havia sido retirado para fazer algumas alterações, que a empresa responsável, a Maia Melo Construtora, já estava tomando providências, que, em agosto, estaria concluído o processo licitatório e que, em setembro, as obras iriam recomeçar.

Portanto, aqui estou exatamente para fazer um apelo ao Sr. Ministro. Talvez, em função da movimentação eleitoral, das campanhas, tenha havido atraso no reinício da obra, da qual não podemos prescindir. O mês de agosto já passou; o de setembro terminou; já estamos chegando à metade do mês de outubro, e, portanto, espero que, realmente, possamos recuperar esse tempo perdido, já que a promessa do Sr. Ministro era a de que, em setembro, as obras seriam iniciadas. Espero que, o mais rapidamente possível, possamos

ver essas obras iniciadas, porque, na realidade, o projeto e os recursos já estão prontos.

Sr. Presidente, fica aqui a lembrança e nossa cobrança para uma obra tão importante para nosso Estado. Conheço de perto a região, e centenas de famílias, acrescidas aos assentamentos na região, quando acontecem as primeiras chuvas, ficam totalmente isoladas.

Essa estrada propiciará, com certeza, grande desenvolvimento, porque, inclusive, na mesma região de Baraúna e Mossoró, será implantada, brevemente, mais uma fábrica de cimento.

Então, fica aqui, mais uma vez, nossa cobrança, nosso apelo. Vamos aguardar que o Ministro tome as providências, para que a obra seja realmente iniciada. Caso contrário, novamente, convocarei toda a Bancada do Rio Grande do Norte, para sabermos os motivos de mais esse atraso, já que, em julho, a garantia era a de que, em setembro, as obras já estariam acontecendo.

Agradeço ao Senador Mão Santa. Peço desculpas a V. Ex^a pelo tempo a mais que usei. Agradeço aos nobres Senadores Pedro Simon e Jefferson Praia a paciência.

Senador Mão Santa, quero dizer a V. Ex^a que a luta continua. Lá no seu Piauí, tenha a certeza, pode até não ter dado certo agora, mas dará em breve, pois V. Ex^a, Senador Mão Santa, verá o resultado positivo da sua luta, do seu trabalho, da defesa do seu Piauí, da defesa do melhor para os brasileiros que nos assistem agora. Um abraço afetuoso à grande mulher Adalgisinha!

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senadora Rosalba Ciarlini, V. Ex^a representa com grandeza este grandioso Estado, o Rio Grande do Norte, Estado que, com bravura, lutou pela libertação dos escravos, Estado que combateu o cangaço, Estado que foi fundamental na vitória das forças democráticas na Segunda Guerra Mundial, onde se situavam as bases aéreas da Marinha.

V. Ex^a faz lembrar o que disse Padre Antônio Vieira, Senador Jefferson Praia: “O exemplo arrasta.” Então, aqui está o exemplo de sua presença, médica vitoriosa, política vitoriosa, Prefeita por três vezes e hoje Senadora da República. O exemplo arrasta, tanto é que arrastou uma mulher extraordinária, Mícarla de Sousa, Prefeita de Natal. Atentai bem!: é hora de reflexão do Presidente da República acerca do seu comportamento ante as eleições.

Senador Pedro Simon, a Mícarla de Sousa, que representa o que há de melhor na eugenia da raça das mulheres brasileiras, diz que já tem a pergunta que fará a ele ao encontrá-lo: “Se uma jornalista não pode

ser Prefeita, por que um torneiro mecânico pode ser Presidente?” E vai além: diz ela que “se sentiu decepcionada, quando o Presidente da República atingiu o seu falecido pai político.”

Convidamos para usar da palavra o Senador Jefferson Praia que, aqui, representa o nosso saudoso Senador Jefferson Péres, Senador pelo PDT do grandioso Estado do Amazonas.

V. Ex^a pode usar a tribuna pelo tempo que achar conveniente, Senador Jefferson Praia.

O SR. JEFFERSON PRAIA (PDT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, hoje estou aqui para me reportar, muito rapidamente, sobre o primeiro projeto que estamos apresentando a esta Casa, um projeto de grande importância para a Amazônia, na minha avaliação.

O Projeto de Lei do Senado, Sr. Presidente, altera o §1º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para introduzir, nos currículos dos Ensinos Fundamental e do Médio, a obrigatoriedade de estudos sobre a Amazônia.

Sr. Presidente, o projeto estabelece:

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O §1º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 26. (...)

§ 1º Os currículos a que se refere o caput devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da Língua Portuguesa e de Matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil e da Amazônia.

Sr. Presidente, por que razão estudarmos a Amazônia? Por que razão uma iniciativa como essa? É que, se eu tiver o apoio dos meus Pares – e, com certeza, eu o terei, pois, da nossa avaliação, este é um projeto de grande relevância –, os brasileiros conhecerão muito mais a Amazônia do que a conhecem na atualidade..

V. Ex^a e todos os que estão aqui presentes sabem, que a Amazônia tem, na verdade, sobre ela os olhos de todos deste planeta. Portanto, o mundo inteiro está com os olhos voltados para a Amazônia, e nós, brasileiros, acredito, temos muito a avançar nesse campo, quando precisamos conhecer um pouco mais essa região. Precisamos perceber um pouco mais os diversos aspectos dessa região, desde o aspecto geográfico, o aspecto econômico, social, de conhecer a rica biodiversidade da Amazônia. Somente assim, avulso, poderemos defender a Amazônia, defender aquilo

que é o patrimônio dos brasileiros, defender aquilo que tanto queremos para o nosso País, que é ter o bom aproveitamento daquela área, que é uma das últimas reservas naturais do Brasil. Portanto, Sr. Presidente, tenho, através desse projeto de lei, a oportunidade de, junto com os nossos Pares, darmos uma grande contribuição ao Brasil, em especial à Amazônia.

Quais foram os argumentos que utilizei, Sr. Presidente?

A educação, como fenômeno universal no tempo e no espaço, abrange todos os aspectos formativos dos processos de desenvolvimento humano e social. Já a educação escolar surge e evolui em sociedades de linguagem gráfica e de crescente conteúdo científico e tecnológico, *que* supõe a existência a existência de agências e de profissionais específicos.

Se a totalidade da cultura é objeto dos processos e projetos educativos da sociedade como um todo, nas escolas se restringe o conteúdo para atender a aspectos julgados formativos de personalidade e de identidades políticas. Assim, a educação escolar em Roma difere da de Atenas, e, na mesma Grécia, a de Atenas é diferente da de Esparta. As culturas locais e os ideais políticos moldam currículos diferenciados em espaços geográficos e em tempos históricos distintos.

No Brasil, até pouco tempo, era importante o aprendizado das línguas latinas e grega, porque caracterizavam a cultura retórica da elite dominante que freqüentava as escolas. Hoje são privilegiados os conhecimentos matemáticos e de outras ciências exatas que fundamentam a cultura contemporânea; o inglês, o espanhol e outras línguas de uso mais universal passaram a ser obrigatórias, mas eletivas por cada instituição escolar, como preceitua o § 5º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 1996, que fixou as diretrizes e bases da educação nacional.

O § 1º do mesmo artigo, que oferece as diretrizes gerais curriculares para o ensino público e privado no País, descreve em poucas palavras o núcleo comum de conteúdos obrigatórios: português, matemática, ciências e, em lugar de “geografia e história”, a “realidade social e política, especialmente do Brasil”.

O que pretendo, Sr. Presidente, na verdade, com esse projeto de lei é chamar a atenção para uma parte central e distante da realidade brasileira – nossa imensa e rica Amazônia – de forma a incluí-la com ênfase no aprendizado obrigatório dos estudantes. Aprovado esse projeto, o paulista, o fluminense, o gaúcho e o potiguar, o paraense e o acreano teriam como conteúdo curricular obrigatório o estudo intensivo desta região do Brasil tão desconhecida pela maioria dos brasileiros. Vejo que, desta forma, 180 milhões de cidadãos brasileiros estariam conquistando a imensa área po-

voadas por aproximadamente 25 milhões de conterrâneos, incorporando não somente em seu imaginário mítico de opinativo, mas em seu núcleo de afetividade e de conhecimento, a posse efetiva da Amazônia para todos os brasileiros, desde os 6 anos de idade até os umbrais da universidade.

Sr. Presidente, todos sabemos que, na realidade, o colonialismo, como forma de dominação das nações mais fortes, foi substituído por um certo tipo de globalização que insinua a pertença de certas áreas do planeta – como a Amazônia – ao patrimônio internacional, o que feriria os direitos soberanos do Brasil. Daí a importância de a nossa Amazônia ser objeto do maior conhecimento possível de todos os brasileiros, o que se faz pela educação básica formal.

Aprovada a inserção proposta nesse projeto, caberá ao Conselho Nacional de Educação fixar objetivos e dosar a quantidade e a qualidade dos conteúdos em suas diretrizes curriculares do ensino fundamental, do ensino médio e da educação de jovens e adultos, para que a Amazônia seja redescoberta e ocupadas pelos corações e mentes de toda nossa infância e de toda nossa juventude.

Portanto, Sr. Presidente, espero que, com a aprovação desse projeto de lei, nós Senadores estejamos contribuindo para termos aquela região cada vez mais sendo parte do nosso patrimônio, não só de forma geográfica, mas também dentro do nosso espírito, dentro da alma de cada brasileiro.

Assim como V. Ex^a tem um amor muito grande pelo Piauí, tem um amor muito grande pela Amazônia, certamente também, é claro, tem um amor muito grande pelo Brasil. Eu também gosto muito do Piauí, gosto do Rio Grande do Sul do Senador Pedro Simon, gosto de Minas Gerais do nosso Senador Wellington Salgado e do Piauí de V. Ex^a, mas nesta Casa todos temos de nos voltar para aquela região – não estou falando de Estado, mas de uma região –, para a qual todos estão com os olhos atentos, e com os olhos da cobiça, que é a região Amazônica.

Portanto, acredito que dessa forma estaremos formando brasileiros muito mais conhecedores da Amazônia e muito mais entusiasmados em defendê-la a qualquer momento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após brilhante pronunciamento do Senador Jefferson Praia, defendendo o seu Estado, o Amazonas, a Mesa prossegue seus trabalhos

Em votação dos **Requerimentos nºs 1.180 e 1.183, de 2008**, de autoria, respectivamente, dos Senadores Marconi Perillo e Geraldo Mesquita Júnior, lidos anteriormente.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Ficam concedidas as licenças solicitadas pelos Senadores Marconi Perillo e Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Anteriormente, foi lido o **Requerimento nº 1.179, de 2008**, do Senador Valdir Raupp e outros Srs. Senadores, solicitando a realização, no próximo dia 21 de outubro, de sessão especial destinada a comemorar o Dia das Forças Aéreas Brasileira e do Aviador.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos para usar da palavra, como último orador inscrito do dia 9 de outubro de 2008 – e como está na Bíblia que os últimos serão os primeiros –, este extraordinário Senador da história mundial das repúblicas, Pedro Simon. Os romanos orgulhosos diziam que Cícero foi o maior orador. Nós, brasileiros, dizemos que era naquele tempo, porque, hoje, ele foi superado por Pedro Simon, tanto na oratória, quanto na ética, na decência e no amor à Pátria. Ernest Hemingway dizia: “A maior estupidez é perder a esperança”. Enquanto estiver Pedro Simon vivo, nós temos esperança de dignidade e de melhores dias para a Pátria.

V. Ex^a poderá usar da tribuna pelo tempo que achar conveniente

E V. Ex^a, neste instante, está diante do nosso Líder Wellington Salgado. Quero chamá-lo para uma luta. O PMDB V. Ex^a construiu nos tempos de combate à ditadura, e seus companheiros já foram para o céu. Ulysses Guimarães ficou encantado no fundo do mar. O PMDB jamais pode abdicar da Presidência desta Casa; o PMDB jamais pode abdicar da luta pela Presidência da República, porque nós somos quantitativamente maiores. O povo brasileiro, assim, elegeu o maior número de vitoriosos nas últimas eleições. E, qualitativamente, também somos superiores.

Então, neste instante – quis Deus, eu, na Presidência, e V. Ex^a, representando o melhor da história de luta do PMDB –, quero lançá-lo a este desafio: ser o nosso candidato à Presidência da República ou do Senado. Mas jamais o nosso Partido poderá abdicar, principalmente para o Partido dos Trabalhadores, porque eles não têm nomes comparáveis ao de V. Ex^a. Nós aceitaríamos até qualquer um deles como Vice de V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) –

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu não sei o que é mais profundo em V. Ex^a, se é a competência de político, se é a mão santa de médico ou se é a generosidade de seu coração. Eu lhe agradeço profundamente, Sr. Presidente, mas lhe digo: que bom se o nosso Partido fosse composto de gente como V. Ex^a! Que bom!

V. Ex^a diz, e com razão, que o PMDB vem de uma vitória estrondosa e, para muitos, surpreendente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – São 8.469 vereadores. O mais próximo é o PSDB, com 5.896 vereadores. Um quadro vale por dez mil palavras. Essa informação foi do nosso Líder Wellington Salgado, cuja grandeza o PMDB desbrava lá nas Minas – Minas de Tancredo, de Juscelino Kubitschek. Agora tem lá nosso candidato, não é?

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Leonardo Quintão.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Que bom seria se o Partido se reunisse em torno dessa vitória e marcasse, como nós fizemos... E aqui faço uma proposta ao nosso Presidente do Partido, Sr. Presidente, que já fez uma reunião muito importante na Câmara dos Deputados, da qual saiu candidato a Presidente da Câmara: a de que S. Ex^a faça uma reunião, como fazíamos no passado, depois das eleições, com todo o comando do Partido, para debater e discutir o futuro.

Lembra-se, querido irmão de Santa Catarina, da reunião que fazíamos em Santa Catarina, com Dr. Ulysses, com Tancredo, com Teotônio, para debater a situação? Passada uma eleição, nós nos reuníamos, para fazer a análise do que foi e uma proposta do que era. Acho que o nosso Presidente do Partido faria, realmente, algo de muito positivo, se essa reunião acontecesse. Com toda sinceridade, acho que seria.

Sr. Presidente, em meio ao tumulto que o mundo vive, tomo a liberdade de falar aqui sobre um tema que eu diria ser unanimidade no mundo.

No último dia 4 deste mês, comemoramos o Dia de São Francisco de Assis. Mais do que isso: o universo celebra, neste ano, oito séculos do franciscanismo. Eu digo “universo”, porque este era o mundo de São Francisco: o céu e a terra, a luz e as trevas, os luzeiros, o sol, a lua e as estrelas, os frutos e os animais da terra, as criaturas do mar e as aves do ar, a relva, as ervas que produzem semente, o fruto. O homem, na sua plenitude. O mundo de Francisco tinha, portanto, a imagem e a semelhança de um universo criado por Deus.

Não é por acaso que, numa era de tantos acontecimentos e de tantos personagens construtores da história da humanidade, tenha sido São Francis-

co escolhido por 13 instituições mundiais, nenhuma religiosa. São Francisco foi escolhido o Homem do Segundo Milênio, pelo que ele foi, pela sua própria história e, principalmente, pelo seu legado – o seu legado semeador de humildade, de solidariedade e de amor ao próximo. Esse legado continua lançando sementes no coração de muitos seres verdadeiramente humanos, para que cultivem, no corpo e na alma de muitos que ainda vivem, ou sobrevivem em condições também verdadeiramente desumanas, os mesmos princípios que nortearam os caminhos de Francisco de Assis.

São muitos os exemplos, porque cada fruto da frondosa árvore do franciscanismo tem o condão de produzir novas sementes – sementes do bem, que continuam a se espalhar, mesmo que em lugares de terras áridas, onde os homens se arvoram em se transformar em novos deuses, criadores de universos de fome, de miséria, de violência, de guerra, de barbárie.

Um dia desses, Sr. Presidente, vi, em um programa de televisão, um belo exemplo de vida de alguém que, para mim, sintetiza os mais sublimes princípios éticos e morais.

Em 1989, o frio castigava São Paulo, cena de miséria na esquina de uma avenida. Não sei se era a São João, não importa. Podia ser uma qualquer, esquecida até mesmo pelos poetas que rondam a cidade. O carro, aquecido, vidros fechados pelo frio e pelo medo.

De repente, um rosto marcado pelo tempo ou pelo descaso. Cabelos longos, barba por fazer, pés descalços, maltrapilho, esfarrapado. Os calos nas mãos estendidas dando o testemunho, rude, mas digno, dos tempos de cidadania. Uma moeda. Uma moeda, um pedaço de pão ou, quem sabe, uma outra mão. “Perdoe-me a pressa, é a alma dos nossos negócios”. “Eu vou indo em busca de um sono tranquilo”. Mas aquela luz verde, refletida naquele rosto magro e ossudo, mais parecia um sinal de parada obrigatória. O funcionário do Ministério da Agricultura abre as portas do carro, que lhe aquece o corpo, e do coração, que lhe dá calor à alma, e doa ao andarilho o seu sobretudo.

Para o funcionário do Ministério da Agricultura, se era o sobretudo, era porque tudo ele tinha. E porque aquele sobretudo protegeria um “quasenada”. Convidou-o para um chocolate quente, ouviu os seus lamentos, emocionou-se com sua história de vida. Sem o sobretudo e fora do seu carro, não mais sentiu frio. Aqueceu-se, apenas, das chamas do coração.

Na despedida, Sr. Presidente, ouviu a frase que lhe transformou a vida a partir daquele encontro, quem sabe consigo mesmo: “O senhor é o anjo da noite. O senhor é o anjo da noite.” Em casa, os sonhos lhes

trouxeram, de volta, a mesma esquina e o mesmo maltrapilho. As mesmas histórias, a mesma frase, a mesma voz: “O senhor é um anjo da noite” “Um anjo da noite”. “Um anjo da noite”.

Foi assim o início dos “Anjos da Noite”, voluntários que percorrem aquela e tantas outras esquinas de São Paulo, dividindo a cidadania e fazendo obra espetacular.

Quantas já foram, desde aquela madrugada fria de 1989, as alegrias somadas, a miséria diminuída e a esperança multiplicada? Hoje, são dezenas, centenas de voluntários, tantos outros Anjos da Noite que distribuem o seu sobretudo, mesmo que esse tudo seja quase nada em termos materiais, desde que as almas de centenas de semelhantes sejam aquecidas no inverno da fome, da miséria e do desdém.

Quem seria aquele homem maltrapilho que mudou a vida de tanta gente?

Carros aquecidos, vidros fechados.

Quem sabe, o mesmo esfarrapado que, um dia, adentrou a loja de “sobretudos” do pai do jovem Francisco de Assis, pedindo uma moeda, um pedaço de pão. Quem sabe, uma outra mão.

Quem sabe, seja ele o mesmo Cristo, que se corporifica entre nós, através de tantos maltrapilhos e esfarrapados, a nos estender a mão nas esquinas de Assis, ou de São Paulo, ou de qualquer outra cidade, em todos os cantos e recantos deste mundo de Deus?

Muitas vezes, imagina-se que se pode encontrar Deus, apenas, nas catedrais. Mal se imagina que Ele pode estar, ali, bem ao alcance, mesmo que em um pequeno “telheiro”, como aquele que serviu de abrigo a São Francisco de Assis, a instigar sentimentos quase sempre ao descaso, como os da humanidade, da solidariedade e do amor ao próximo.

Tudo isso em nome de uma nova religião, difundida, especialmente, nestes tempos de globalização: o consumismo. O culto ao “sobretudo”, em detrimento do “sobrenada”.

Quantas vezes somos chamamos a “reconstruir a nossa igreja”, assim como a voz que reorientou a vida de São Francisco de Assis, na Igreja de São Damião, e imaginamos como ele, de início, que se trata, apenas, de tijolos, telhas e cimento, quando a argamassa dessa mesma igreja é, na verdade, a mudança de nossos procedimentos, principalmente junto a tantos maltrapilhos e esfarrapados, que batem às nossas portas e tentam ultrapassar os muros de nossa retina?

Quantos serão os “lobos” que criamos dentro de nós mesmos?

O funcionário do Ministério da Agricultura e o maltrapilho são personagens atuais. Deus, nem tanto.

O culto ao ter afasta o ser humano, cada vez mais, da obra divina do ser, criado à Sua imagem e semelhança. É por isso que uma das histórias mais conhecidas de todos os tempos, a da vida e obra de São Francisco de Assis, tem que ser lembrada, principalmente em alguns momentos mais marcantes da história da humanidade. Como os tempos atuais.

É que a opulência tem ocupado corações e mentes, ao mesmo tempo em que bilhões de maltrapilhos e esfarrapados estendem suas mãos, quase sempre calejadas, nas esquinas do mundo criado por Deus, corporificado, quem sabe, nos esfarrapados das esquinas do nosso desdém.

Aquele funcionário da nossa história praticou um ato tipicamente franciscano. Ele tinha um sobretudo, quando o mendigo não tinha absolutamente coisa alguma. A sua história é um retrato fiel da vida de São Francisco de Assis.

Se forem bilhões de maltrapilhas a nos estender as mãos, há também muitos franciscanos que, na maioria das vezes, anonimamente, dividem seus “sobretudos”, não importa se os mais singelos. Singeleza como a que marcou a vida de São Francisco.

Ele, que nasceu num mundo de catedrais, acatou a missão de reconstruir igrejas. Não a igreja material, como ele percebeu depois, mas a verdadeira igreja missionária que, para ele, deveria unir doutrina e prática religiosa. Amansou o lobo que se encontrava dentro dele próprio. Lobo, como tantos, que uivam neste nosso mundo de barbárie.

Resolvi trazer para os **Anais do Senado Federal** um pouco da vida de São Francisco de Assis. Não para que ela dormite, fria, nas prateleiras do Congresso. Não para que ela dormite, fria, na nossa vida parlamentar. Mas, quem sabe, para que ela nos inspire sempre nesta nossa caminhada, que também é de plantio, de colheita e de produção de novas sementes.

A vida de São Francisco de Assis é uma das mais belas e instigantes passagens da história da humanidade. Humanidade no seu sentido mais amplo, porque a vida deste chamado “homem do segundo milênio” sintetiza todos os sentimentos mais nobres de um ser verdadeiramente humano: a solidariedade, a compaixão, a humildade, a caridade, o amor e a alegria.

A essência de sua existência foi marcada pelo amor e pela dedicação a tudo e a todos: aos homens, aos animais, às plantas, ao sol, à lua, ao vento, ao fogo, à água. À natureza, enfim.

São Francisco nasceu na opulência e morreu na mais absoluta miséria. Doou tudo o que tinha e o que poderia ter. Pode-se dizer que há paralelos entre a sua paixão e morte e a do próprio Cristo crucificado.

Quem sabe não tenha lhe faltado, nem mesmo, as chagas da crucificação.

Nem mesmo a ressurreição, a cada ato de bondade que caracteriza o “franciscanismo” de todos os tempos, desde a sua existência terrena.

Certo dia, numa das suas cavalgadas solitárias, Francisco encontrou-se com um leproso, doença que, na época, era considerada a mais temida, a mais discriminatória.

Num primeiro momento, sentiu horror e aversão, por causa do odor que ele exalava. Mas, logo a seguir, veio-lhe uma espécie de impulso, como se fosse empurrado em direção àquele homem. Deu-lhe dinheiro e beijou-lhe a mão, sentindo uma sensação de felicidade como nunca havia experimentado antes.

No dia seguinte, movido por uma imensa vontade de ajudar os leprosos, foi ao local onde eles eram mantidos, segregados, na Ordem de São Lázaro. Distribuiu-lhes o que tinha trazido e se colocou à disposição para, a partir dali, cuidar de todos os leprosos. Foram, desta maneira, os lábios cobertos pela lepra os primeiros a chamar Francisco de Santo.

A sua pregação de humildade e de união entre a palavra e a ação cativou seguidores. Era um tempo em que a Igreja se preocupava muito em possuir bens materiais. Era contrária, portanto, à mensagem de São Francisco.

A Igreja temia, então, que aquele grupo de homens humildes, sem posses de qualquer natureza, pudesse ser ameaçador às suas pretensões materiais.

A Igreja ofertava postos de poder na sua hierarquia aos seguidores de Francisco, mas a sua resposta era sempre pronta: “*Meus irmãos são chamados menores para que não pensem em tornar-se maiores entre seus semelhantes*”. E não aceitava a nomeação para bispo ou coisa parecida.

Os cardeais procuravam instruir o Papa Inocêncio III a definir regras rígidas para os seguidores de Francisco, inclusive para que eles se ligassem a um outro grupo religioso já existente.

Mas o Papa também teve um sonho: a basílica parecia tombar, balançando de um lado para o outro. Não caía porque um homem maltrapilho a segurava. Esse mesmo homem, no sonho do Papa, tinha todas as características físicas do miserável São Francisco.

Esse fato tocou o coração do Pontífice, apesar das insistentes críticas do Conselho de Cardeais. Foi aí que o Cardeal João de São Paulo, que ouvia em silêncio a discussão, disse em tom incisivo:

Se rejeitarmos a petição deste pobre homem como algo de novo e demasiado duro de cumprir, quando tudo quanto ele pede é que a

lei de vida do Evangelho seja nele confirmada, tenhamos cautela para não ofender o Evangelho de Cristo.

Pois, se alguém disser que, na observância da perfeição evangélica e do voto de cumpra-la está contida alguma coisa de novo, ou de irracional, ou de impossível cumprimento, estará esse alguém culpado de blasfêmia contra Cristo, o autor do Evangelho.

Os cardeais perguntavam como Francisco e aqueles miseráveis iam criar uma Ordem onde tinham de ir pelo mundo sem levar suas roupas, nem dinheiro, nem nada. Não deviam possuir absolutamente nada e correr o mundo sem posses materiais. “Mas como? Isso não é possível!”.

E o Papa ia dizer que não era possível quando o Cardeal João São Paulo, o mais velho, disse: “Cuidado, Papa. Se os senhores aqui tomarem a decisão de que não se pode autorizar a Ordem de São Francisco a ir adiante porque ela diz que seus seguidores irão pelo mundo sem bens materiais, estarão dizendo que Jesus Cristo, quando disse no Evangelho *‘Ide pelo mundo, não levais uma túnica, não levais bens, ide, entrai e abençoai’*, os senhores estão dizendo que isso não pode ser, que Jesus pregou o impossível. E foi isso que fez o Papa parar para pensar, parar para refletir e autorizar a Ordem de São Francisco.

O Papa, ainda com as imagens de seu sonho e com as palavras do Cardeal, afirmou: “Na verdade, esse é o homem graças ao qual a Igreja de Deus será de novo ereta”.

E, voltando-se para os frades, conclamou: “Ide com o Senhor e à medida que o Senhor vos for inspirando, pregai a todos os homens. Mas, quando Deus onipotente vos houver multiplicado em número, voltaí de novo a mim, e eu vos concederei muito mais do que isto agora, confiando-vos mais poderes”.

O Papa curvou-se, abraçou, beijou e abençoou Francisco de Assis.

Agora, com as bênçãos do Papa, ele passou a disseminar as suas palavras: *“Ami-vos uns aos outros e esquecei-vos de que sois ricos ou pobres, pois um homem é somente aquilo que representa aos olhos de Deus”*.

Mas não eram somente palavras. Francisco e seus seguidores praticavam concretamente o que diziam, num pequeno telheiro, num lugar chamado Rivo Torto.

Esse mesmo Papa, Inocêncio III, considerado um dos personagens mais poderosos daqueles tempos, embora não se tendo convertido em vida à comunidade franciscana, o fez de uma maneira inusitada.

Conta a história, meu Presidente, que, em julho de 1216, Francisco soube que o Papa estava à morte. Corria a notícia de que a doença que o consumia era a peste, e todos temiam entrar no quarto do Pontífice.

Francisco, embora advertido desse fato, o fez. Entrou no quarto, tomou a sua mão e rezou com ele. O Papa morreu em paz, na presença de Francisco.

À noite, quando levado para uma igreja onde foi velado, os homens encarregados da segurança do velório do Papa continuavam temendo pelo contágio. Isso foi o suficiente para que ocorresse o roubo de todos os pertences do Papa morto, incluindo jóias e até mesmo a sua própria roupa.

Quando Francisco soube do ocorrido, voltou imediatamente, tirou o seu capote e cobriu carinhosamente o corpo do Papa. Esse fato é considerado pela História o momento de conversão do Papa Inocêncio III à humildade franciscana.

Nada de mais significativo a acrescentar sobre a vida de São Francisco de Assis. Além do que já foi escrito, são centenas de publicações. Também não há o que mudar na sua vida santificante. Quem sabe nem mesmo o que acrescentar a sua biografia; ao contrário, é a vida dele que tem de mudar a conduta dos homens dos tempos atuais.

O homem do segundo milênio tem que permanecer imitado, quem sabe ainda com mais devoção neste milênio que se inicia, para que ele continue sendo fonte de inspiração, como o que aconteceu com o funcionário do Ministério da Agricultura.

Quantos poderão ser ainda os “anjos” neste imenso e mal dividido universo? Quantas vezes Deus necessitará travestir-se em maltrapilhos e esfarrapados para aguçar o espírito franciscano, muitas vezes adormecido, dos seres humanos?

Quem sabe não seja este o melhor momento para que possamos despertar o “franciscanismo” que existe dentro de nós, principalmente quando se comemoram os 800 anos da obra franciscana?

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não é difícil um coração servir de morada para São Francisco de Assis. Basta que ele seja arquitetado pela generosidade, construído pela solidariedade e mobiliado pela humildade. Não há como ficar imune a uma simples leitura da vida desse homem, que foi considerado o homem do segundo milênio.

Aliás, a vida de São Francisco já provocou, ao longo dos séculos, profundas mudanças no comportamento humano. Foram atribuídas a ele o sermão aos pássaros e o milagre das andorinhas, que produziram transformações nas artes, na literatura, nos sentimentos e no pensamento científico.

A representação de São Francisco falando ao sol, às nuvens, às flores e aos animais causou uma reconciliação, um resgate do espírito do cristianismo com o amor à natureza.

São Francisco também suscita o contraditório que está em cada um de nós. Não é por acaso que, na História da Humanidade, é nos tempos da barbárie que floresce com mais viço o chamado espírito franciscano. Quem sabe exatamente o mesmo paradoxo da vida de Francisco: de uma vida mundana, marcada pela opulência, pela luxúria, a uma existência determinada pela pobreza e pela humildade.

Talvez o momento atual da nossa história seja um dos que mais reclama esse mesmo contraditório da vida de Francisco.

As guerras, em nome do poder, do dinheiro e do nada, às vezes, paradoxalmente, em nome de Deus; a violência, a fome, a miséria, o desdém, a discriminação, entre outras mazelas, invocam a busca de novos valores e referências, calcados nos sentimentos praticados por Francisco. Talvez, o resgate do verdadeiro conceito de humanidade.

Mas ele se rebelou contra o discurso vazio, sem a prática correspondente. Ele realizava, efetivamente, a sua pregação. Quem sabe, então, uma vida a ser imitada, com devoção, nos dias atuais.

Assistimos, hoje, a uma perversa divisão do mundo em duas partes, meu Presidente. Na fronteira, o mercado, a carimbar passaportes e distribuir “vistos de entrada”, simbolizados nos selos das melhores grifes e na vida marcada pela opulência.

Esse mesmo mundo tem uma nova constituição, chamada globalização, e uma nova religião, o consumismo. Há uma nova pregação, quase fundamentalista, disseminada pela mídia: há que se converter para essa nova religião para se transpor a fronteira da inclusão, delimitada pelo mercado.

O mundo de hoje preocupa-se, novamente, com a construção não apenas de “igrejinhas”, como a de São Damião, mas de “catedrais” reluzentes e ornamentadas com os mais ricos bens materiais.

Os sentimentos que marcaram a vida de São Francisco de Assis correm o risco de serem, também novamente, desdenhados e ridicularizados.

A compaixão, a solidariedade, o amor ao próximo ficam longe do despudor do lucro e do poder a qualquer preço, mesmo que “em nome de Deus”.

Por exemplo, o “mundo do lucro” tem mais de um trilhão de dólares para socorrer seus “sócios preferenciais”. Ao “mundo da fome”, entretanto, não se quer dedicar menos de 3% desse mesmo valor para duplicar a produção de alimentos em todo o planeta. Os “sócios preferenciais” do mundo do lucro são uns

poucos privilegiados. No mundo da fome, já passam de um bilhão de marginalizados.

Fico imaginando como será esse mesmo mundo nos tempos que estão por vir. Que futuro restará a mais de um bilhão de pessoas que padecem, hoje, da dor da fome e são considerados pesos mortos na contabilidade das preocupações do mundo moderno.

O homem transformou-se em um na multidão. Isolado, a tecnologia o coloca em contato com o mundo, mas ele vive entre quatro paredes. Perdeu a consciência do coletivo, perdeu o sentimento da compaixão. É um concorrente, no lugar de um semelhante. Os bens materiais lhe dão forma.

Preocupa-se em ter no lugar do ser.

Não consegue amansar os lobos que se criam e se desenvolvem dentro de si próprio. Vale-se, cada vez mais, da auto-ajuda, como se problemas e soluções se resumissem na sua própria individualidade.

Ainda assim, a minha esperança se move inspirada na vida de Francisco de Assis. Eu acho que a humanidade, embora tamanha barbárie, retratada na violência, nas guerras, na fome e na miséria, carrega, em si, no mais interior do seu íntimo, o dom do sentimento de amor.

Eu ainda acredito nos ideais de Francisco. Acredito que eles não morreram. Eu acredito que serão cada vez mais caudalosos os seus seguidores. O funcionário do Ministério da Agricultura não está só. Cada um de nós tem, no seu mais íntimo, algo de “anjo da noite”.

Talvez o maltrapilho e esfarrapado, numa esquina qualquer da nossa maior cidade, repleta de luzes, seja a encarnação viva de São Francisco. Ele pode estar reconstruindo uma nova igreja na consciência de cada um de nós.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, nos próximos dias 17, 18 e 19, agora, na semana que vem, como parte das comemorações do oitavo centenário de São Francisco de Assis, haverá, em Brasília, uma grande celebração latino-americana e caribenha. O lema será “Reviver o sonho de Francisco e Clara de Assis no chão da América Latina e do Caribe”.

Para se ter uma idéia, só no Brasil, estima-se que sejam dois milhões os franciscanos, membros das diversas ordens religiosas. Embora passados tantos anos da travessia terrena de São Francisco, nada mais atual do que as reflexões sobre o seu exemplo.

Além disso, os franciscanos participaram, diretamente, da construção da nossa história. Por exemplo, Frei Henrique de Coimbra, que rezou a primeira missa em solo brasileiro, em 26 de abril de 1500, era franciscano. Frei Galvão, o nosso primeiro santo, também era franciscano. A Fazenda da Esperança, visitada pelo Papa quando veio ao Brasil, uma referência

mundial na recuperação de viciados, é fruto de trabalho franciscano.

Tenho certeza de que, a cada momento, brotam novas sementes da ação franciscana em todos os cantos e recantos do planeta.

Nunca é demais lembrar a vida e a obra de Francisco. Por isso, solicito ao Sr. Presidente que autorize transcrever, nos Anais do Senado, uma síntese da trajetória deste santo que, passados oitocentos anos, ainda ilumina o caminho de tantas pessoas.

Espero que essa transcrição, sob o título de **São Francisco de Assis: Uma vida inspiradora** não se transforme em letra morta nos Anais do Senado. Afinal, o que desejamos hoje é o que São Francisco pregou, e viveu, há oito séculos: um mundo mais fraterno, mais solidário e, sobretudo, mais humano.

Que o exemplo de São Francisco nos ilumine, portanto.

Sr. Presidente, essa reunião dos franciscanos culminará no domingo, dia 19, quando será feita uma caminhada da Igreja Nossa Senhora de Fátima até o palácio sede do Governo, onde o Presidente Lula e o Presidente Garibaldi, Presidente da República e Presidente do Congresso Nacional, receberão uma carta: *Carta aos governantes do mundo de hoje*. Trata-se de uma reprodução atualizada da carta que São Francisco dirigiu aos governantes daquela época. Oitocentos anos depois, numa atualização para a qual contribuiu o Frei Boff, uma atualização para o mundo de hoje, os franciscanos entregarão no domingo, dia 19, às 10 horas da manhã, ao Presidente Lula e ao Presidente Garibaldi, a versão moderna da carta de São Francisco aos governantes deste mundo.

O Sr. Jefferson Praia (PDT – AM) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Com o maior prazer.

O Sr. Jefferson Praia (PDT – AM) – Senador Pedro Simon, estou muito feliz com o pronunciamento que tive oportunidade de presenciar neste início de noite aqui no Senado. Estou aqui, V. Ex^a sabe, porque perdi um amigo, que foi o Senador Jefferson Péres. Nunca me senti feliz por estar hoje aqui, porque tive que perder um amigo para estar aqui. No entanto, não posso deixar de externar hoje as palavras que ouvi de V. Ex^a quando coloca todos os ensinamentos e os exemplos de São Francisco de Assis. Eu estava aqui refletindo sobre como podemos aproveitar esses ensinamentos e esses exemplos nesta Casa. Pedir para os Senadores doarem seus bens? Não conseguiremos. Mas podemos conseguir, Senador Pedro Simon – talvez tenha sido esse o objetivo de V. Ex^a ao fazer o pronunciamento de hoje –, que se faça uma reflexão nesta Casa, que

decide os rumos dos brasileiros e decide, principalmente, o rumo dos mais pobres.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É isso!

O Sr. Jefferson Praia (PDT – AM) – Acredito, Senador Pedro Simon, que, ao legislarmos para os mais pobres, ao fiscalizarmos para os mais pobres, ao trabalharmos um orçamento que vai vir – daqui a alguns dias estaremos decidindo sobre ele – e se voltarmos as nossas decisões para os mais pobres deste País, nós estaremos cumprindo, tenho certeza, uma parte dos ensinamentos de São Francisco de Assis. Portanto, acredito que V. Ex^a ao nos trazer esse brilhante depoimento sobre a vida de São Francisco e de seus ensinamentos gostaria que fizéssemos essa reflexão. Tenho certeza de que esta Casa refletirá sobre isso, para que possamos voltar as nossas ações para os mais pobres do Brasil, porque somente assim teremos realmente cumprido o nosso papel como seres humanos aqui na terra, que é a de trabalharmos para os outros e não somente para nós mesmos. Muito obrigado pelo aparte.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço-lhe o aparte e digo-lhe que o Senador Jefferson Péres, lá de cima, está orgulhoso dele. Foi um aparte igual ao que ele daria. Eu fico muito feliz de ver a interpretação que V. Ex^a dá ao meu discurso. É exatamente isso: cada um de nós pode fazer a sua parte. Nesta Casa, podemos realmente, com mais denodo, cumprir a nossa missão, se formos mais rígidos ao olhar as questões, se na hora de distribuir olharmos para os mais humildes, para os mais necessitados. Como é fácil nós aprovamos os créditos destinados aos grandes, destinados aos bancos, destinados às grandes instituições, e como é difícil a gente votar algo destinado aos humildes. V. Ex^a foi muito feliz. Acho que exatamente esse seria o modo de a gente demonstrar mais dedicação e mais amor ao nosso trabalho.

Ouçõ meu querido irmão, gaúcho de Santa Catarina.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – Tenho dito, Senador Pedro Simon, em alguns momentos, principalmente no meu Estado, no sul do Brasil, que Cristo disse a Pedro: “Sobre esta pedra, edificarei minha igreja”. Isso está na **Bíblia**. Eu, várias vezes, usei essa expressão. Nós, do PMDB, temos dito que, para nós, Pedro também é uma rocha e que sobre essa rocha edificaremos nosso Partido. Tenho dito isso em várias ocasiões. Esse Pedro dentro do nosso Partido é Pedro Simon, que é símbolo da resistência. É como o Mão Santa, que, embora seja médico, discute economia; S. Ex^a entende de economia e tem dado exemplo de que conhece todos os setores, todos os assuntos. Embora seja formado em Medicina, S. Ex^a trata de todos os

temas. Senador Pedro Simon, não havia outra pessoa mais indicada do que V. Ex^a para falar sobre a obra de São Francisco de Assis, porque V. Ex^a é devoto dele. Todo mundo sabe disso. Foi muito importante o que V. Ex^a fez hoje: trazer à tribuna do Senado a história, após oitocentos anos, de São Francisco de Assis, destacando o exemplo que ele deu à humanidade, que ainda hoje é objeto de reflexão. Falam dos anjos da noite. V. Ex^a tem sido para o nosso Partido, em vários momentos, um anjo da noite. Às vezes, internamente, temos algumas discussões: “Ou é isso, ou é aquilo. Ah! Se não for isso, não vamos apoiar”. Às vezes, a troca faz parte da negociação. Dizem: “Se não for isso, se não for aquilo...”. V. Ex^a sempre tem sido um anjo da noite para pregar as teses, as bandeiras; tem sido um peregrino do Partido. Sobre essa tese de São Francisco de Assis bem disse o Senador Jefferson Praia. O Papa queria levar a Ordem de São Francisco para o mundo, e os cardeais não queriam dar autorização; houve aquela discussão. Eu diria que, aqui, muitas vezes, existem os cardeais. E tem de haver os que pregam. V. Ex^a é um dos que pregam: “Vamos sair pelo mundo, vamos sair pelo Brasil e pregar o melhor, pregar o bem, pregar aquilo que é o melhor para a sociedade, para a cidadania”. E V. Ex^a é um São Francisco de Assis para nós hoje. V. Ex^a incorpora São Francisco de Assis. V. Ex^a é, hoje, um peregrino das boas novas, do melhor, das transparências, da moralidade. Não posso dizer, Senador Pedro Simon, que V. Ex^a é adorado, porque, no Direito Canônico, adorar alguém é sacrilégio, mas V. Ex^a é venerado por muita gente – em Santa Catarina, nem se fala! É venerado pelos gaúchos, pelos brasileiros. V. Ex^a é venerado por muita gente. Isso não fere o Direito Canônico. Isso pode ser feito. Eu tinha de dizer isso a V. Ex^a com muita alegria e com muita satisfação no fim desta sessão, no fim da tarde, já no início da noite, porque V. Ex^a é um anjo da noite para nós, para o nosso Partido, para o nosso Brasil.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Meu irmão Maldaner, não calcula o bem que me fazem as palavras de V. Ex^a. Somos irmãos há muito tempo, das horas difíceis e amargas, quando Rio Grande do Sul e Santa Catarina faziam a resistência. Fico muito feliz com as palavras de V. Ex^a.

Não nego que tive angústia ao fazer este pronunciamento. Fiquei a me perguntar: será que estou agindo corretamente? Afinal, o Brasil é um País que não tem religião oficial; é um País laico. Será que estou avançando o sinal? Mas não é esse o sentido. Pensei e tomei essa decisão. Não estou falando aqui na Igreja Católica, nem no santo Francisco; estou falando no homem que foi considerado por quatro instituições mundiais o homem do segundo milênio. Estou falando

na obra, no estilo, na realização dele. Acho que isso é importante. É muito importante como a gente vê as coisas. Tenho falado várias vezes em Luther King. Tenho falado várias vezes em pessoas extraordinárias que são grandes nomes, independentemente das idéias que eles defendem.

As palavras de V. Ex^a me deixam tranqüilo, porque acho que não cometi uma imprudência. Fiz apenas aquilo que minha consciência mandava.

Concedo um aparte ao querido companheiro Tião Viana.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Senador Pedro Simon, apenas queria registrar também o orgulho que tenho ao vê-lo na tribuna. V. Ex^a, que é uma referência de vida e uma referência moral da Casa, além de uma referência no campo político e intelectual, aborda um tema de valor humano. A história de Francisco é uma história que envolve, em termos de amor, todos nós. E o conceito de Deus que penso ser o mais atual e universal é sinônimo de amor, e Francisco foi, sobretudo, isso. Francisco foi exemplo de amor junto aos leprosos, junto aos pobres, junto a todos os que necessitavam. Tratou com amor até o irmão Sol, a irmã Lua, a mãe Natureza. Então, V. Ex^a discorre sobre esse assunto como uma referência para todos que queiram entender melhor o sentido de uma vida de harmonia, de respeito, de fraternidade e de bons valores. O Parlamento precisa de um debate conceitual, de um debate que envolva a espiritualidade. V. Ex^a traz uma enorme contribuição a esta Casa em termos de conteúdo e de sentimento de vida. Parabéns! Obrigado pelo pronunciamento que faz.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Ex^a sabe, Senador Tião Viana, o carinho que tenho por V. Ex^a e o bem que suas palavras fazem, pois vejo que há esse sentimento de que eu, de certa forma, pelo menos não cometi um equívoco ao tratar desse assunto com a seriedade que eu quis tratar. Não falei dele tendo como base a Igreja Católica nem o cristianismo, mas, sim, o humanismo, a fé, o amor que devemos pela humanidade.

Agradeço-lhe, Sr. Presidente, a tolerância e a gentileza e volto a dizer: tenho o maior orgulho e o maior carinho pela ação e pelo trabalho de V. Ex^a. Que bom se nosso Partido fosse cheio de mãos santas! Não precisavam ser tão santas, mas, pelo menos, mãos mais abertas ao próximo, como são as de V. Ex^a.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SENADOR PEDRO SIMON EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

SÃO FRANCISCO DE ASSIS: Uma vida inspiradora

A vida de São Francisco de Assis é uma das mais belas, e instigantes, passagens da história da humanidade. Humanidade no seu sentido mais amplo, porque a vida deste chamado “homem do milênio” sintetiza todos os sentimentos mais nobres de um ser verdadeiramente humano: a solidariedade, a compaixão, a humildade, a caridade, o amor e a alegria. A essência da sua existência foi marcada pelo amor e pela dedicação a tudo e a todos: aos homens, aos animais, às plantas, ao sol, à lua, ao vento, ao fogo, à água. À natureza, enfim.

São Francisco nasceu na opulência e morreu na mais absoluta miséria. Doou tudo o que tinha e o que poderia ter. Pode-se dizer que há paralelos entre a sua paixão e morte e a do próprio Jesus crucificado. Quem sabe não tenha lhe faltado, nem mesmo, as chagas da crucificação. Nem mesmo a ressurreição, a cada ato de bondade que caracteriza o “franciscanismo” de todos os tempos, desde a sua existência terrena.

Ele nasceu em Assis, na Úmbria, Itália, no ano de 1182. Veio ao mundo em um período em que a fortuna e a riqueza acumuladas pelos comerciantes e mercadores começava a competir com os bens herdados da nobreza territorial. Seu pai, Pedro Bernardone, proprietário de uma das lojas de tecido mais ricas e elegantes de Assis, era um legítimo representante dessa nova classe emergente. De sua mãe, Dona Pica, francesa de Provença, herdara o desembaraço jovial e o encanto cordial. Seu nome de batismo era, na verdade, João, mas seus companheiros italianos o apelidaram de Francisco, em razão de sua linguagem e de seu porte tipicamente francês.

Pelos seus atos, poderia, quem sabe, ter sido chamado, também, de Messias. É que, já desde um século antes, disseminavam-se visões no sentido de que, tão logo, se aproximava o final dos tempos de desgraça e que um menino surgiria e conduziria os homens a um período de júbilo. Esse mesmo menino seria corajoso e, ao mesmo tempo, humilde, pobre e despojado, e conduziria seu povo aos verdadeiros caminhos de Deus. Parecia, portanto, uma premonição ao nascimento do menino João, que foi Francisco, mas que poderia ser Messias, em Assis.

Essa era uma época que se caracterizava por grandes transformações, como a supremacia dos papas sobre a autocracia dos reis. A Igreja entrava num tempo de grandeza e de poder. O poder mundano da Igreja, que se iniciara no século XI, afirmava-se, portanto, naquele Século XII. A Igreja demarcava o seu território, exatamente pela conquista do território. Uma igreja material e sequiosa de poder. Os sumos pontífices eram, muitas vezes, mais guerreiros do que missionários da obra de Deus.

Depois de freqüentar a escola dos monges beneditinos em Assis, Francisco passou a trabalhar com seu pai, na loja de tecidos. Sua simpatia e sua alegria de vida, logo estimularam as vendas. Mas, o jovem não se resumia, apenas, à sua habilidade comercial, mas na fácil compreensão dos novos métodos do comércio que se instalavam à sua época, como a escrituração, as novas unidades monetárias e os sistemas de pesos e medidas. A presença de Francisco nos negócios do pai propiciava, portanto, maiores ganhos financeiros à família. Faltava-lhe, entretanto, qualquer espírito de parcimônia. Ganhava com facilidade, mas também gastava com igual facilidade. Para ele, não existia encantamento maior na vida do que presentear os outros, e a verdadeira alegria somente se materializava, quando ela era plenamente dividida.

Francisco apreciava encontros festivos, com as mais caras iguarias e vinhos, onde ele, quase sempre, fazia as honras da casa. Era o líder da juventude dourada da sua cidade. Baixo e franzino, não eram suas qualidades físicas de beleza e estatura que o destacavam; era o encanto no trato com os amigos que o tornava especial. Por tudo isso, era considerado o rei das brincadeiras, das canções e dos banquetes de Assis. O trovador da terra, em sua época.

Os anos de prazer da existência de São Francisco coincidiram com uma nova mentalidade mundana de vida. Desenvolvia-se a arte dos trovadores, a partir da França, que, no século XII, tinha uma grande influência de irradiação de valores e de costumes, e de outros segmentos, como na arquitetura. Uma quebra nos valores tradicionais, em nome, agora, do culto aos bens tipicamente materiais igualmente celebrado na Itália. Francisco era um dos seguidores dessa transformação do comportamento.

Para ele, entretanto, o dinheiro era apenas uma fonte para a sua felicidade e a dos outros, não só de seus amigos, mas, de igual maneira, dos pobres e enfermos. Essa atitude perdulária de Francisco preocupava, sobremaneira, o seu pai, Pedro Bernardone. Entretanto, essas atitudes do filho não deixavam de lhe propiciar um certo orgulho, pois a distribuição de dinheiro para os mendigos lhe lembrava a sua origem, igualmente humilde.

Um certo dia, Francisco se encontrava na loja de seu pai, em conversa com um rico freguês do estabelecimento. Aproximou-se dele um mendigo, a lhe pedir esmolas. Concentrado no assunto, não prestou atenção ao pedido que lhe fora feito. Mais tarde, quando procurou pelo andarilho, não mais o encontrou. Caiu em desespero e, sem mesmo se preocupar em fechar a loja e guardar o dinheiro em caixa, saiu à sua procura. Depois de muito tempo, finalmente o encontrou, já na saída da cidade de Assis. Deu-lhe, então, o seu casaco, além de todo o dinheiro que carregava. Foi aí que nasceu, em Francisco, o verdadeiro espírito de caridade, o sentido da miséria e da privação.

Aos 22 anos, Francisco e seus amigos foram para a guerra deflagrada contra os senhores feudais da época, com o objetivo de lutar pelos direitos e pela liberdade da burguesia emergente. Ocorre que a luta se circunscreveu entre a sua cidade e a vizinha Perúsia. Ao final, Assis saiu-se perdedora e Francisco e seus companheiros foram feitos prisioneiros. Isso, entretanto, não foi o suficiente para lhe tirar a alegria de vida e de lhe reprimir o dom de trovador. Um ano depois da prisão, após restabelecidas as pazes entre as duas cidades, Francisco retornou para sua casa e para a sua vida de banquetes e de extravagâncias.

Mas, esse foi um momento que não passou impune na sua vida. Tão logo regressou da prisão, uma doença com fortes dores e febre alta impediu-o de continuar na sua rotina habitual de trabalho e de festejos. Acamado, seu único contato com o mundo exterior se resumia a uma réstia de sol que iluminava o seu quarto. Isso lhe serviu como uma espécie de encantamento e a sua consciência, neste período de enfermidade, era medida pelas horas de sol. Isso, também, lhe servia para movimentar os músculos acometidos pelo torpor, ao caminhar até a janela do seu quarto, para dar as boas vindas e para se despedir do astro-rei. A partir daí, e a cada dia que passava, ele se tornava, ainda mais, atraído pela natureza. A luz do sol lhe permitia uma visão atraente da vida dos homens e dos animais e da beleza das coisas.

Recuperada a saúde, voltou à rotina de trabalho e de lazer, mas não à alegria de antes. Parecia-lhe que, embora sua vida intensa, restava-lhe, ainda, uma espécie de vazio existencial. Os passeios durante a convalescença, que lhe permitiam apreciar a natureza, lhe deram uma sensação mais real de felicidade, maior que a de sua vida anterior. Mesmo as antigas canções lhe pareciam vazias de conteúdo e aquém de sua verdadeira aspiração de vida. Sua impaciência crescia a cada dia, pois a felicidade que experimentara nos dias de convalescença era maior que a das noites de festa e de prazer. Passou a buscar, então, um tipo de alegria que lhe fosse mais elevado.

Durante este período em que Francisco procurava um novo sentido para a sua vida, iniciou-se uma nova guerra entre os imperadores germânicos e a Igreja. Entusiasmou-se, então, com a possibilidade de encontrar essa nova forma de vida, que tanto almejava. Durante um sonho, ele se encontrava na loja de seu pai, que, no caso, negociava escudos brilhantes, espadas e esporas, quando uma voz lhe dizia: “Tudo isso lhe pertencerá e a teus guerreiros”. Esse mesmo sonho lhe impulsionou, então, a seguir para a luta. Porém, ao chegar a Espoleto, a caminho de Roma, teve uma recaída inesperada da antiga doença, o que lhe fez interromper a idéia de continuar. Entre sonho e vigília, a mesma voz que ouvira em Assis, voltava a lhe dizer, reiteradamente: “Não entendestes bem a aparição em Assis. Volta para tua terra natal. Ali, te será conhecido o que deves fazer”.

Este fato não lhe afastou a idéia de continuar na sua caminhada. Para, ele, seria degradante voltar derrotado para sua terra, mesmo sem ter lutado. De repente, ocorreu algo que, mesmo para ele, profundo conhecedor daquelas terras, parecia estranho: depois de ter cavalgado por um longo tempo, viu-se, novamente, às portas de Assis, exatamente de onde havia partido. Sem entender o que acontecera, de volta para sua casa, sentiu uma imensa vontade de ficar sozinho.

Esses períodos de prostração não passaram incólumes a seus amigos. No primeiro retorno a um festejo, permaneceu calado e solitário com seus pensamentos. Um de seus amigos, vendo-o nesta indiferença, indagou-lhe se estava pensando em casar-se. “Sim, penso em casar-me”, respondeu ele, “mas com uma mulher pura e a mais amável das que já viste. Seu nome é “Dona Pobreza”. Foi esse o grande momento de transformação de sua vida. A partir daí, tomou-lhe a convicção de que escolhera a humildade como companheira para o resto de sua vida. Deixou, então, tudo que tinha, procurou ficar sozinho e refugiou-se em uma caverna deserta para preparar-se para suas “núpcias”.

Certo dia, numa de suas cavalgadas solitárias, encontrou-se com um leproso, doença que, na época, era considerada a mais temida e a mais discriminatória. Num primeiro momento, sentiu horror e aversão, por causa do odor que ele exalava. Mas, logo a seguir, veio-lhe uma espécie de impulso, como se fosse empurrado em direção àquele homem. Deu-lhe dinheiro e beijou-lhe a mão, sentindo uma sensação de felicidade como nunca havia experimentado antes.

No dia seguinte, movido por uma imensa vontade de ajudar aos leprosos, foi no local onde eles eram mantidos segredados, na Ordem de São Lázaro. Distribuiu-lhes o que tinha trazido e se colocou à disposição para, a partir dali, cuidar de todos os doentes. Foram, desta maneira, os lábios cobertos pela lepra os primeiros a chamar Francisco de santo.

Certa vez, quando se encontrava na igrejinha de São Damião, onde costumava ir diariamente, ouviu, de novo, uma voz: “Francisco, não vês que a minha casa está em ruínas? Vai e restaura-a para mim”. Francisco, sem recursos, mas sem hesitação, dirigiu-se à loja de seu pai e de lá retirou vários fardos de tecido, vendendo-os por uma soma considerável em dinheiro. Quando seu pai soube do fato, ficou furioso e chamou-o de ladrão. Arrastou-o até a adega e prendeu-o, autorizando que lhe dessem de comer, apenas, um pãozinho e água. No entanto, Francisco continuou firme na sua decisão de ouvir a voz de Deus. Seu pai encaminhou-o, então, ao Tribunal de Assis, para que o prendesse imediatamente. Depois de muita discussão, Francisco exigiu que fosse julgado por um tribunal canônico. Com a

interferência do bispo de Assis, Dom Guido, Francisco decidiu devolver o que havia subtraído de seu pai: “Senhor bispo, não somente o dinheiro, mas tudo o que tenho dele, a ele restituirei, até mesmo as roupas que me deu”. Assim o fez, e acrescentou, conclusivo: “Escutai e compreendei. Até agora chamei Pedro Bernardone meu pai, mas, a partir daqui, desejo dizer Padre Nosso que estais no céu”. O bispo Guido ficou surpreso e comovido com a situação, tirou sua capa e a colocou sobre os ombros de Francisco.

Tornou-se, então, um trovador de Deus. Nada mais dispunha, somente um velho e abandonado capote de camponês, com uma corda amarrada na cintura. E pôs-se a reconstruir a Igrejinha de São Damião. Como bom trovador, passou a pedir esmolas, desde que se traduzissem, apenas, em material necessário para a obra. A partir desse momento, começou a viver como mendigo por escolha própria, e não aceitava ajuda de ninguém, nem mesmo dos padres de São Damião. Entretanto, quando pedia esmolas, recebia em troca insultos terríveis que o tornavam enraivecido. Mas, logo depois, como que amansasse o lobo que existia dentro de si próprio, voltava e agradecia a quem o havia insultado. Numa velha balde, guardava os restos de comida, verdadeiras lavagens que lhe serviam de alimento.

Durante a missa de reinauguração da igreja, Francisco compreendeu o real significado da mensagem de Deus. Não era a obra física que lhe fora recomendado, mas a reconstrução da verdadeira doutrina da Igreja. O padre leu uma parte do Evangelho segundo São Mateus, onde Cristo se dirige aos apóstolos para proclamar o reino de Deus: “Eis que vos envio como ovelhas no meio de lobos”. Então, reconheceu que a mensagem apostólica da pobreza, humildade e amor que Cristo ordenara aos discípulos para espalhar ao mundo, era exatamente o que ele estava vivendo. Ato contínuo, começou a pregar o Evangelho, na praça de Assis.

Essa era uma época em que o dinheiro acabava de ser introduzido como moeda de troca no comércio e na indústria e, por isso mesmo, era considerado a essência de todos os valores. Como pregava exatamente o contrário, Francisco só poderia ser considerado um louco pelo povo de Assis. Não é à toa que, passado o seu primeiro sermão, Francisco recebeu zombaria e desprezo.

Entretanto, com o passar do tempo, suas palavras foram sendo mais bem compreendidas pelas pessoas que o ouviam. Entre elas, exatamente, um outro rico comerciante de Assis, chamado Bernardo de Quintavalle. Também o cônego Pedro dei Cattani, que ouvira muitas vezes o sermão de Francisco, perguntou-lhe o porquê dele tornar-se um mendigo, e se o que os padres pregavam - a palavra de Deus- não seriam suficientes. Francisco respondeu: “O que os padres ensinam na Igreja é a doutrina de Cristo, mas não o que praticam em suas vidas”.

Pouco tempo depois, em 16 de abril de 1208, o comerciante Bernardo e Cônego Pedro resolveram, descalços e com roupas esfarrapadas, seguir o caminho de Francisco. O negociante vendeu todos os seus bens e distribuiu o dinheiro aos pobres na praça. Os três faziam as mesmas tarefas no lazzareto, local onde viviam os leprosos, e ajudavam os agricultores nas suas tarefas cotidianas. Eles se diferenciavam dos padres da época, porque, além de pregar o Evangelho, vivenciavam as palavras de suas pregações. Eram diferentes dos padres da Igreja que, apenas, liam o evangelho, mas que viviam no conforto e na abundância. Os três levavam a vida com alegria. A pobreza os libertava de todo o peso.

Aos três se somou Egídio, um lenhador. Em duplas, decidiram empreender viagens missionárias, quando novos discípulos se integraram ao grupo. Entre eles, João, filho também de um abastado comerciante. O pai, indignado, culpou Francisco pela atitude do filho, e que tal gesto seria repreendido pelo bispo de Assis.

Dom Guido chamou, então, Francisco para uma conversa. O que o intrigava não era propriamente a reclamação do povo de Assis, mas o fato de Francisco ter assumido uma espécie de apostolado da pobreza, aumentando cada vez mais o número de seguidores, podendo levar à instituição de uma nova fraternidade. Isso, sem dúvida, ia de encontro com as atitudes da igreja da época, preocupada, notadamente, com a posse de bens materiais. Francisco, entretanto, manteve-se na sua convicção, demonstrando que não necessitaria possuir bens materiais, e que bastava, em sua alimentação, aqueles restos de comida.

Como represália, a população de Assis, a partir, principalmente, do ingresso de João ao grupo, fecharam as portas para a irmandade de Francisco, não lhes fornecendo, nem mesmo, o que lhes sobrava de suas refeições. Foram tempos de fome e de miséria ainda maior.

Quando o grupo já se constituiria de oito membros, resolveram partir para a segunda jornada missionária. Novamente em duplas, Francisco e um leproso que havia sido curado, de nome Morico foram, no primeiro momento, repelidos pela população das vilas por onde passavam. Mas, essa mesma população não passou incólume à sua contumaz alegria e à pregação evangelizadora e pediu que eles permanecessem mais tempo, pois, para aquele povo, eles representavam, na prática, a salvação de Cristo. Francisco, no entanto, durante essa viagem, entrou em um período de sérias dúvidas a respeito de si mesmo, de sua anterior vida devassa. O profundo sentimento de remorso fez com que ele pedisse a Morico que permanecesse pregando, pois, segundo ele, não merecia a graça de Deus, por ter vivido muito tempo em pecado.

Retirou-se, então, para uma caverna e pediu a Deus que o perdoasse. Naquele instante, surgiu uma luz, seguida de uma voz: “Francisco, alegre-te, teus pecados estão perdoados. Escolhi-te para que possa proclamar o meu reino”. Depois, uma visão mostrou-lhe milhares de irmãos, vindos de todos os cantos, acompanhando-o na caminhada da opção pela pobreza.

Esse fato fez com que Francisco sentisse, ainda mais, a urgência em registrar os preceitos da sua vida evangélica e que esses mesmos preceitos seriam válidos para todos os que passassem a acompanhá-lo. Começou, a partir daí, a escrever as normas de vida que ele experimentava. E o trovador de Deus cantava o que escrevia. Os seguidores dessas normas seriam chamados de Frades Menores. Quando terminou de escrever essas regras, mostrou-as para seus companheiros, que, com ele, já somavam doze. Essas normas deveriam ser submetidas, entretanto, ao papa, em Roma.

O Papa Inocêncio III, por volta de 1210, conseguira a supremacia do poder feudal do Papado sobre o Estado. Mantinha sobre tutela reis e imperadores, e os coroava e os depunha. Um dia, embora com tamanha preocupação com os problemas da Igreja, principalmente com um movimento herético que abominava o poder mundano da Igreja, viu-se, de súbito, frente a um mendigo, que desejava falar-lhe. Era Francisco, que queria mostrar-lhe a sua doutrina sobre o evangelho de Cristo. Imaginando ser um louco, o Papa ordenou-lhe que se retirasse. Francisco, de pronto, obedeceu.

Uma semana mais tarde, o Cardeal João de São Paulo, por quem o Papa tinha grande consideração, veio falar-lhe de um homem chegado a Roma acompanhado de discípulos e que queria expor as normas de uma nova comunidade religiosa. O Cardeal assim se referiu em relação ao apostolado de Francisco: “Acredito que Deus intenta utilizar o trabalho deles para reformar a fé de sua Santa Igreja em todas as partes do mundo”. Foi o suficiente para que o Papa, no dia seguinte, recebesse Francisco e lhe pedisse para conhecer as normas que houvera escrito. Em princípio, julgou as idéias bastante ingênuas. Afinal, para uma igreja que se preocupava tanto com posses materiais, o ideal de Francisco não poderia ser encarado de forma diferente. O papa ordenou-lhe que ouvisse melhor o que Deus tinha a lhe dizer.

Mesmo assim, tudo indica que as palavras de Francisco também tocaram a consciência do Sumo Pontífice. Resolveu, então, reunir o Conselho de Cardeais, para que examinasse melhor as regras do apóstolo mendigo. Este Conselho apresentou uma sugestão de que se Francisco e seus companheiros quisessem realmente viver no espírito do Senhor, deveriam entrar para alguma ordem religiosa já existente como, por exemplo, a dos beneditinos. Não deveriam instituir, portanto, uma nova comunidade. A preocupação maior era, certamente, a possibilidade de perda de controle sobre aquele grupo que angariava, cada vez mais, um número maior de seguidores.

Mas, Francisco, movido pela sua convicção inabalável, colocou-se, mais uma vez, frente ao Papa Inocêncio: “Em qualquer parte onde estejamos, ou para onde formos, poderemos ter, sempre, nossa cela conosco. Pois, o Irmão Corpo é a nossa cela, e nossa alma é eremita, que fica lá dentro rezando a Deus”.

Essas colocações deixaram os cardeais mais indignados ainda. Advertiram, então, o Papa para que negasse as inovações “perigosas”, que o “mendigo” propunha. Mas, o Cardeal João de São Paulo, que ouvia, em silêncio, a discussão, disse em tom incisivo: “se rejeitarmos a petição deste pobre homem, como algo de novo e demasiado duro de cumprir, quando tudo quanto ele pede é que a lei de vida do Evangelho seja nela nele confirmada, tenhamos cautela para não ofender o Evangelho de Cristo. Pois, se alguém disser que, na observância da perfeição evangélica e do voto de cumpri-la está contida alguma coisa de novo, ou de irracional, ou de impossível cumprimento, estará esse alguém culpado de blasfêmia contra Cristo, o autor do Evangelho”.

Essas colocações do Cardeal João de São Paulo tocaram fundo na consciência do Papa e abalaram a convicção que ele tinha até aquele momento. Decidiu, então, adiar a reunião para o dia seguinte.

Naquela noite, o Papa, atormentado pela indecisão sobre as normas da nova ordem, teve um sonho: “a grande e velha basílica de São João do Latrão, com todas as suas agulhas e abóbadas, começava a tremer e cambalear, ameaçando tombar para um lado”. Ao mesmo o tempo, via um homem, com as roupas rasgadas, correndo de um lado para o outro, tentando segurar a basílica. Ao acordar, Inocêncio reconheceu o homem como Francisco.

No dia seguinte, o Conselho de Cardeais voltou a colocar objeções ao grupo de Francisco: “Como poderá essa comunidade sobreviver, se não mantém bens terrenos de espécie alguma? Como poderá ela deixar de tornar-se uma carga e uma desgraça para a Igreja?”. Mas o Papa, ainda com as imagens do sonho, com grande convicção e, para espanto dos cardeais, afirmou: “Na verdade este é o homem graças ao qual a Igreja de Deus será de novo ereta”. E voltando-se para os frades conclamou: “Ide, com o Senhor e à medida que o Senhor vos for inspirando, pregai a todos os homens. Mas, quando Deus onipotente vos houver multiplicado em número, voltai de novo a mim e eu vos concederei muito mais do que isto agora, confiando-vos maiores poderes”. O papa curvou-se, abraçou e abençoou Francisco. Era 16 de abril de 1210.

Cheio de alegria, e agora com as bênçãos do Papa, Francisco e seus irmãos partiram de volta para Assis, pregando o evangelho e vivendo na mais completa pobreza. O Bispo Guido designou-lhe a grande catedral de São Rufino, para que ele fizesse as suas pregações. A partir daí, a igreja passou a receber um número cada vez maior de fiéis. Até mesmo seu pai, que o havia renegado, passou a freqüentar as pregações e, embora ainda tivesse restrições à “estranha” vida do filho, sentia orgulho em vê-lo, ali, abençoado pelo Papa.

“Amam-vos uns aos outros e esquecei-vos de que sois ricos ou pobres, pois um homem é somente aquilo que representa aos olhos de Deus”. Era assim a sua pregação na Catedral. Mas, não eram somente palavras. Francisco e seus seguidores praticavam, concretamente, o que diziam, no telheiro, em Rivo Torto.

O número de discípulos aumentava, cada vez mais. Um certo dia, uma jovem e bela representante da nobreza local, de nome Clara, juntou-se ao grupo, encantada pelas pregações de Francisco. Havia, entretanto, profundas restrições à entrada de mulheres nesses grupos religiosos. Mas, o encanto de Clara tomou conta de Francisco. Construiu-se, então, uma cabana para que ela morasse, em companhia de outras irmãs que também se juntassem, naquela vida de oração, de evangelização e de amor aos pobres. Essa cabana foi, portanto, a célula inicial da Ordem Universal das Clarissas Pobres. Em menos de um ano, contadas as dos “franciscanos”, já eram quarenta essas cabanas, em torno do local, chamado Porciúncula.

Após um dos sermões de Francisco, um rico conde, Orlando de Chiusi, não podendo dar-lhe dinheiro e riqueza, até porque sabia que ele não aceitaria, ofereceu-lhe espaço numa montanha, chamada Alverno, local considerado de extrema solidão. Este fato ocasionou uma das mais sérias crises da vida de Francisco: passou a viver a indecisão entre continuar sua vida apostólica junto aos homens ou a tentação da solidão em Deus. Aconselhado pela Irmã Clara e pelo Irmão Silvestre, ele optou por permanecer no mundo dos homens, na pregação do Evangelho.

Partiu, novamente, para disseminar a palavra de Deus, no Vale do Espoleto, na cidade de Bavagna, acompanhado de dois discípulos, Maseo e Ângelo. Resolvido o seu conflito pessoal, teve de volta o seu temperamento jovial, dominado pela alegria de viver. Caminhava pela estrada, cantando à frente dos seus companheiros. Numa dessas peregrinações, repentinamente, uma revoada de pássaros reuniu-se ao seu redor. Francisco começou a pregar para os “irmãos de penas”: “Pássaros, meus irmãozinhos, deveis ser muito gratos a Deus, vosso Criador e deveis louvá-lo, porque Ele vos deu a liberdade de voar para toda parte”. Como resposta, os pássaros iniciaram um belo cântico e puseram-se a voar, ao seu redor.

Permanecendo na caminhada, Francisco chegou à pequena cidade de Alviano, pronto a iniciar a sua pregação. Como que a recebê-lo com alegria, centenas de andorinhas começaram a cantar. O povo, em silêncio. Francisco aguardou alguns instantes, inebriado pelo cântico dos pássaros, antes de dirigir-lhes as primeiras palavras: “meus irmãos e minhas irmãs andorinhas, chegou a minha vez de falar. Vós estivestes a cantar todo esse tempo”. E elas, obedientes à sua voz, calaram. Centenas de vozes humanas gritavam, em coro: “Milagre, milagre, um santo”. E Francisco pregou a palavra de Deus, para um público cada vez mais encantado por ele.

Essa mudança de comportamento, em resposta às palavras e aos atos de Francisco, se estendeu por todos os lugares por onde ele passava. Não foi só em Alviano, onde os habitantes aderiram, completamente, à sua pregação. Outras vilas e outros burgos da época, de toda a Itália, passaram a adotar sua forma de vida. Porciúncula e São Damião, as grutas, os mosteiros e conventos, que haviam surgido por toda a parte, mostravam-se pequenos para acolher todos os que desejavam seguir Francisco. E as regras que havia escrito para orientar a sua ação e dos seus onze seguidores - menestréis de Dona Pobreza - tornavam-se insuficientes.

Até mesmo o homem mais poderoso daquele século, o Papa Inocêncio III, embora não tendo se convertido em vida à comunidade franciscana, o fez de uma forma inusitada. Conta a história que, em julho de 1216, Francisco soube que o Papa estava à morte. Corria o boato de que a doença que o consumia era a peste e todos temiam entrar no quarto do pontífice. Francisco, embora advertido desse fato, o fez, tomou a sua mão e rezou por ele. O papa morreu, em paz, na presença de Francisco. À noite, quando levado para uma igreja, onde foi velado, os homens encarregados da segurança do velório continuavam temendo pelo contágio. Isso foi o suficiente para que ocorresse o roubo de todos os pertences do pontífice, incluindo jóias e, até mesmo, a sua própria roupa. Quando Francisco soube do ocorrido, voltou, imediatamente, tirou seu capote, e cobriu-o, carinhosamente. Esse fato é considerado, pela história, um momento de conversão do Papa Inocêncio III à humildade franciscana.

Na trajetória de Francisco, doutrina e vida eram coincidentes. No entanto, ele temia que o crescimento vertiginoso da ordem pudesse levá-la a desvirtuar os seus princípios fundamentais, calcados na pobreza, na caridade e na humildade. Por exemplo, no ano 1219, cinco mil frades reuniram-se em Porciúncula, todos seguidores dos ensinamentos concebidos por ele. Imaginava que tamanho crescimento poderia levar o seu movimento de volta para uma Igreja preocupada com bens materiais e com poderes mundanos.

Quando o Cardeal Ugolino, mais tarde Papa Gregório XI, mandou chamar Francisco e lhe pediu que indicasse alguns de seus irmãos para se tornarem bispos, ou ocupantes de outras hierarquias da Igreja, a sua resposta foi pronta: “meus irmãos são chamados ‘menores’ para que não pensem em tornar-se maiores entre seus semelhantes”.

Entretanto, uma ordem constituída de milhares de membros seria muito difícil de ser administrada por uma única pessoa. Necessitava de uma organização e, conseqüentemente, de uma hierarquia, o que não era bem vista por Francisco. Coube ao Irmão Elias, um de seus discípulos, a tarefa de dar uma organização clara à ordem dos franciscanos.

O novo Papa, Honório III, havia estimulado os cristãos a travar uma guerra santa contra os “infiéis”, para convertê-los à doutrina de Cristo e conquistar a Terra Santa à Cristandade.

Em 1219, uma poderosa esquadra do exército dos cruzados partiu para o Egito, para aniquilar o “inimigo infiel”, pela força das armas. Francisco também resolveu partir para o Egito, desarmado, sem espada e sem armadura, apenas na companhia de um discípulo, com o objetivo de buscar a conversão daquele povo, pela força, somente, das palavras de amor que Cristo havia pregado.

Francisco pediu permissão ao representante do Papa, que acompanhava o exército cristão, para se dirigir ao acampamento inimigo, a fim de converter o sultão Malique al-Camil, utilizando-se da palavra do evangelho. Foi o que aconteceu. O sultão compreendeu como sinceros os propósitos de Francisco, reconhecendo-os como preceitos divinos: “meu querido irmão, ide e rezai por mim, para que Alá possa revelar-me qual a fé de que ele gosta mais”. Chamou, então, um subalterno e lhe pediu que escrevesse uma permissão, para que Francisco fosse autorizado a viajar por toda a Terra Santa, nos lugares sagrados cristãos.

Quando em 1220, Francisco regressou dessa viagem ao Egito e à Síria, encontrou a comunidade dos frades muito bem organizada e instalada em construções luxuosas e confortáveis. Parecia que o seu ideal fora vencido pelas necessidades práticas do mundo. Estes fatos deixaram-no entristecido e irritado. Para ele, o seu poder não se constituía em ditar regras e em exercer autoridade sobre os outros. Só conhecia um caminho de orientação: a influência através do exemplo.

O Cardeal Ugolino decidiu que ele próprio seria responsável para tentar convencer Francisco de que sua ordem necessitava de uma nova regra para que pudesse se manter una. Disse ele: “Francisco, a regra que vós traçastes em Porciúncula servia para uma dúzia de homens, vivendo todos sob vossa direta supervisão. Mas, não serve mais para uma ordem de milhares que vivem dispersos pela face da terra. Se quiserdes que vossa santa obra beneficie a humanidade e a Igreja, tereis de dar nova redação à regra, com maior sobriedade e circunspeção, de modo que todos os irmãos possam aceitá-la como uma base para restaurar a paz”.

Francisco refugiou-se em uma caverna, acompanhado de três de seus discípulos mais próximos, para reescrever os ditames. Na primavera de 1221, a nova redação já se encontrava pronta. Apresentada a mais de três mil frades, ela não passava, na verdade, de uma nova versão, calcada nos mesmos apelos e princípios de simplicidade e de humanidade.

Novamente, o Cardeal Ugolino, interpelou Francisco: “Irmãos, vossa Regra é maravilhosa. Mas uma Regra deveria ser algo por meio do qual homens e mulheres pudessem viver. Deveis modificá-la”. Depois de reescrevê-la diversas vezes, sem nunca ter sido aceita, Francisco foi alijado da missão. O próprio Cardeal, ajudado por Elias, decidiu elaborar uma regra “necessária para uma grande ordem”. Foi aí que foi suprimida do texto a alusão à “Dona Pobreza”.

Talvez esteja aí, a grande questão da vida franciscana, no contexto da Igreja como um todo, nos tempos de Francisco. Como se tratava de uma Igreja movida por interesses materiais e ambições de poder, Francisco era considerado, pelos maiores escalões eclesiásticos da época, um rebelde que deveria ser controlado. Por isso, as diversas tentativas de enquadrá-lo em normas ditadas pela hierarquia da igreja, o que ia de encontro à verdadeira essência da vida pregada por Francisco, pois ela se abstraía de todo e qualquer apego material. Para Francisco, tudo teria que ser dividido.

Talvez ele tenha, neste momento, aberto uma cisão dentro de sua própria ordem. Ele teria que reconstruir o seu movimento, a partir do seu próprio exemplo de vida. Ele teria, mesmo que com o arremedo de vida que lhe restava, deixar o seu exemplo. Ele já se encontrava doente, vítima de tracoma, doença endêmica no Egito e que adquiriu durante sua estada naquela região. Seus olhos encontravam-se inflamados e a luz do sol, que tanto amava

e que lhe permitia perceber os homens, as árvores, as flores, as aves e tantas outras coisas belas da natureza, agora lhe cegava ainda mais a visão. Não se queixava da doença e nem do pesar que lhe causava o cisma de sua ordem. Francisco dedicara sua vida à imitação de Cristo e, por isso, tinha também que acompanhá-lo no caminho da cruz. Consta, inclusive, que, nos dois últimos anos de vida, apresentava as mesmas chagas de Cristo, quando crucificado.

A pedido do Cardeal Ugolino, Francisco foi levado a Riéti, onde existiam muitos especialistas em olhos, para que tentassem livrá-lo da cegueira total. Várias tentativas foram realizadas, mas todas sem sucesso. Por fim, o último procedimento, brutal e derradeiro, foi o de cauterizar o rosto. Uma barra de ferro achatada incandescente foi colocada sobre seus olhos, mas de nada adiantou. Ao contrário, uma tosse o fez expelir sangue, antevendo que a morte se aproximava.

O trovador de Deus, mesmo com todo este sofrimento, que o acompanhou por mais seis meses, nunca perdeu a alegria de vida e sempre tinha uma canção nos lábios. Seu último desejo era ser levado de volta a Assis. E assim aconteceu em agosto de 1226. O bispo Guido, o mesmo que havia conduzido a sessão de julgamento de Francisco com seu pai, ofereceu-lhe o salão do palácio para que passasse os últimos momentos de sua vida. Depois de permanecer algum tempo naquele mesmo salão que lhe servira para ser julgado, Francisco foi transportado para a Porciúncula, onde desejava morrer e ser enterrado. No caminho, tendo Assis a seus pés, desejou vê-la pela última vez. Seus olhos já não lhe permitiam as imagens da cidade que ele tanto amou. Mas, essa escuridão que lhe fora imposta pela doença foi iluminada com a luz de sua alma. E, ele a abençoou. Tendo chegado ao seu último destino terrestre, fez um derradeiro pedido: “Descansai meu corpo nu no chão nu, pois, assim, nos braços de minha querida Dona Pobreza, desejo eu morrer”. Ao por do sol do dia 3 de outubro de 1226, morreu Francisco de Assis.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI.)

– Quis Deus eu estivesse presidindo a sessão neste instante sublime desta Casa, quando ouvimos a oração de Pedro Simon. Pedro, não tenho mão santa, mas sou filho de mãe santa; que é Terceira-franciscana.

Então, quero dizer isto: meu nome é Francisco. No colo da minha mãe, aprendi que esse homem, tão bem analisado por V. Ex^a, andava com uma bandeira, onde se lia: “Paz e Bem”. E ele rezava mais ou menos assim: Senhor, faça-me um instrumento de vossa paz. Onde houver ódio, eu leve o amor. Onde houver discórdia, eu leve a união. Onde houver erro, eu leve a verdade. Onde houver dúvida, eu leve a fé. Onde houver a treva, eu leve a luz. Onde houver o desespero, eu leve a esperança.

V. Ex^a, hoje, trouxe o melhor da esperança ao povo do Brasil.

E entendo – e entendo bem – o que está escrito no Livro: só Jesus leva ao Pai, a Deus. Mas entendo, como V. Ex^a, que nenhum humano se aproximou mais de Cristo que o nosso irmão Francisco. E, aqui no Brasil, Pedro Simon, V. Ex^a é uma mistura do bravo companheiro de Cristo, Pedro, o primeiro a levantar a Igreja, e Francisco, o continuador que levou a Igreja para os pobres e para os ricos. V. Ex^a é o maior patrimônio da democracia do mundo.

Convidamos para usar da palavra, neste momento de grandeza, a mais grandiosa luz do Partido dos Trabalhadores do Brasil, o Senador Delcídio Amaral.

V. Ex^a pode usar a tribuna pelo tempo que achar conveniente e mande uma saudação para a santa mãe de V. Ex^a, exemplo de amor e de grandeza da mulher brasileira.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS. Pro-

nuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, meu caríssimo Presidente, Senador Mão Santa. Cumprimento todas as Senadoras e todos os Senadores, cumprimento o Senador Pedro Simon pelo discurso que trouxe luz, energia, paz e harmonia para a nossa Casa, o Senado Federal.

Senador Pedro Simon, eu também tenho formação católica, só que a minha formação é de jesuíta. A Congregação de Jesus, meu caro Presidente, foi fundada por um santo guerreiro, Santo Inácio de Loyola. Então, eu confesso que fiquei muito emocionado ao ouvir o discurso do Senador Pedro Simon, por tudo o que ele representa para nós como político, como brasileiro, como gaúcho riograndense-do-sul e como homem que tem muito a contribuir com o nosso País aqui no Senado Federal.

Achei muito interessante – e confesso, meu caro Senador Pedro Simon, que, quando cheguei, V. Ex^a já estava discursando – toda essa história do nosso querido Francisco, um dos homens mais brilhantes da nossa história, sem dúvida nenhuma, por tudo, pela

referência e pelo exemplo. Quando os franciscanos começaram a andar maltrapilhos, deixando de lado todos os seus bens, isso causou uma crise na própria Igreja, que deveria, muito pelo contrário, trabalhar de forma absolutamente alinhada com tudo aquilo que o nosso santo Francisco vinha falando com os seus companheiros, com a sua gente, com o seu povo, pregando a verdadeira religião católica, cristã, aquilo que Cristo nos deixou. E, dos cardeais, o mais idoso, o mais experiente ou aquele que tinha mais sabedoria fez questão de registrar e mostrar ao Papa e aos demais que esse era o rumo da Igreja, esse era o exemplo.

E me surpreendi quando veio a associação com os tempos de hoje, onde a preocupação de muitas pessoas é com a cultura do ter e não com a do ser. São Francisco representa um exemplo para os dias de hoje, talvez para aquelas pessoas humildes nas esquinas, como V. Ex^a disse, as luzes da cidade. Talvez uma encarnação do próprio São Francisco, levando a sua mensagem de humildade, de desprendimento, de amor, de fraternidade.

Eu não poderia deixar de fazer esse registro antes de entrar no assunto do meu pronunciamento, porque acho que foi um momento sublime, importante, um momento que faz bem para a nossa alma, meu caro Presidente, Senador Mão Santa. Não poderia deixar de destacar, Senador Pedro Simon, até pela minha formação, pelo respeito que tenho por V. Ex^a, a forma tão hábil, peculiar a V. Ex^a, a forma tão inteligente com que fez essa abordagem, trazendo para os nossos dias tudo aquilo que São Francisco deixou para todos nós. Então, não poderia deixar de destacar. Não o aparteei, porque, como seria o próximo, pensei em fazê-lo da tribuna para me estender um pouquinho mais.

Quero agradecer os momentos que V. Ex^a nos proporcionou nesta Casa de leis, no Senado Federal. É uma honra ouvi-lo, tê-lo na nossa Casa como um companheiro, sempre nos ensinando muitas coisas.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Muito obrigado.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, eu também queria registrar que hoje vi o Senador Renan Calheiros relatando uma história bonita, a história do voto, a preocupação dele com o processo democrático no País, com os partidos. Eu infelizmente não pude apartear-lo. Esta Casa tem proporcionado, nos últimos dias, bons debates. Ele havia me dito que iria viajar, mas me surpreendi, e ele já estava fazendo o discurso aqui. Eu perdi uma oportunidade de fazer algumas observações sobre o discurso dele, mas fica para uma próxima vez, mas, de qualquer maneira, não poderia deixar de destacar também a fala do Senador Renan Calheiros.

Hoje, Sr. Presidente, quero fazer algumas observações sobre os debates que ocorreram especialmente ontem, aqui no Senado, mas antes eu não poderia deixar de fazer um destaque. Houve um seminário hoje, pela manhã, Senador Jefferson Praia, do qual participei com a Consultoria do Senado e com especialistas de vários Estados brasileiros. O tema era a reforma do Código Brasileiro de Aviação ou Código Brasileiro de Aeronáutica – essa é a expressão mais correta –, quanto aos aspectos que pautaram a criação da Anac; os desafios que temos pela frente na reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica para adequá-lo à situação atual; os desafios que temos especialmente no que se refere às atividades da Agência Nacional de Aviação Civil; o mercado atual da aviação civil no Brasil e fora do País; a competição; o atendimento ao cidadão; os tristes acontecimentos que, infelizmente, nós acompanhamos e com os quais sofremos, acidentes aéreos que comoveram todo o País; enfim, onde estão os erros, os acertos, a necessidade de dirigentes competentes para comandar um setor de vital importância; o papel dos militares, o papel dos civis.

Confesso, meu caro Presidente, Senador Mão Santa, que foi um momento de extrema relevância e uma oportunidade excepcional de se discutir logística, que é um dos desafios do Brasil, com especialistas.

Fizemos uma ampla abordagem da legislação; fizemos uma abordagem clara daquilo que é interpretado e daquilo que determina a Constituição de 1988, a Constituição Cidadã, que agora completa seus 20 anos com muita festa; a possibilidade de abertura do aumento de capital estrangeiro ou de investimentos nos aeroportos, principalmente no que se refere a empresas privadas, os desafios que nós temos pela frente.

E eu não poderia deixar de destacar o nível desse debate promovido pela Consultoria do Senado Federal, por intermédio do Bruno, e também coordenado por pessoas que já trabalham há um bom tempo, especialmente tratando desse tema. Com certeza, essa oportunidade engrandeceu o trabalho que o Senado Federal tem desenvolvido ao longo desses anos, particularmente no que se refere à aviação civil brasileira.

Eu também não poderia deixar de destacar, Sr. Presidente, os desafios tecnológicos que temos pela frente. Hoje, funcionando com radar e, daqui a pouco, funcionando com satélites, usando os satélites como referência e, portanto, tendo uma precisão muito maior e uma qualidade de controle melhor. Eu não poderia deixar de destacar esse momento do qual participei esta manhã. Acredito que, com a participação de muitos especialistas, fizemos um grande debate. Foi um momento importante. Acho que muitos projetos serão apresentados nesta Casa especialmente voltados para a aviação civil brasileira.

Também quero fazer o registro do trabalho do Vítor, Consultor Jurídico do Senado, especialista na área, que tem colaborado muito com os trabalhos do Senado Federal no que se refere a esse assunto tão importante para a logística do País.

Sr. Presidente, serei mais breve agora. Ontem não pude participar do debate que ocorreu sobre a crise internacional e suas conseqüências para o Brasil.

O Senador Tasso Jereissati, ontem, veio à tribuna e foi bastante apartado. Senadores da Base e Senadores de Oposição tiveram oportunidade de falar sobre esse tema. E eu, como Relator do Orçamento Geral da União, não poderia deixar de falar também alguma coisa a respeito disso.

Nós, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, temos trabalho muito intensamente. Nós temos cumprido, Presidente, todas as metas estabelecidas, todo o cronograma aprovado, de uma forma transparente, conversando com todos os Partidos, conversando com todos os Parlamentares.

Aprovamos, ontem, por unanimidade, o Relatório Preliminar de Receitas, preparado pelo Relator de Receitas, o Deputado Jorge Khoury, da Bahia. A pauta da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização está em dia, inclusive, adiantada – uma coisa que poucas pessoas imaginavam que conseguiríamos executar.

O relatório preliminar aprovado ontem é conservador no que se refere à arrecadação. Aprovamos um valor de R\$818 bilhões ontem, que é o ponto de partida da construção do Orçamento Geral da União e dá orientação, através do relatório preliminar do orçamento, para a construção dos relatórios setoriais de infraestrutura, de meio ambiente, de saúde, de educação e assim por diante.

Sr. Presidente, o relatório aprovado ontem reflete o momento. O Congresso Nacional já responde agilmente a essa situação de crise que o mundo, como um todo, enfrenta, embora poucas pessoas consigam delinear o alcance dessa crise, pelo menos até agora. Mas o Congresso se faz presente com uma avaliação de receita conservadora.

E, agora, trabalhamos no relatório preliminar do Orçamento, que vai prever, sem dúvida nenhuma, condições que sinalizam para eventuais dificuldades que a economia brasileira possa enfrentar em função dos desdobramentos da crise internacional. Tanto o relatório da receita quanto o relatório preliminar do Orçamento Geral da União foram pautados em parâmetros vigentes antes que essa crise eclodisse. Portanto, esse relatório vai estabelecer determinadas premissas, entre elas cortes, que criarão as condições para que o Parlamento, se for necessário e em função do tamanho da crise,

possa, efetivamente, responder e preparar uma peça orçamentária realista que corresponda efetivamente àquilo que o nosso Brasil vai vivenciar.

Claro, Sr. Presidente, que hoje a nossa realidade é muito diferente. Se compararmos a nossa realidade atual com 1999, 1998, o Brasil já teria tido problemas grandes se principalmente os pilares da nossa economia não estivessem tão sólidos hoje: inflação sob controle, exportações, crescimento do País, reservas cambiais já ultrapassando a dívida externa. Portanto, fundamentos muito consistentes.

Mas eu não tenho dúvida, Sr. Presidente, diante do tamanho dessa crise, envolvendo como está as economias do mundo todo, de que nós devemos ter o cuidado, como tenho observado no Governo Federal, de tomar as medidas necessárias para, com rigor, mas com serenidade e com prudência, tomar a dianteira dos fatos e tentar mitigar, diminuir os efeitos dessa crise no crescimento da nossa economia, no futuro do nosso povo.

Sr. Presidente, precisamos continuar em estado de alerta. Entretanto, não posso deixar aqui de destacar o trabalho do Ministro Henrique Meirelles à frente do Banco Central e do Ministro Guido Mantega, pessoas que têm uma grande experiência. O Presidente Henrique Meirelles conhece intensamente o mercado internacional e tem sido uma sentinela permanente no sentido de acompanhar todos esses movimentos que têm ocorrido no sistema financeiro internacional – essa crise de desconfiança no sistema financeiro internacional, que hoje assola o mundo, misturada com especulação. Alguns movimentos nós já conseguimos perceber claramente: os marcos regulatórios do sistema financeiro internacional terão que passar por uma revisão. O rei está nu. Inclusive, essa crise levou a uma grande intervenção dos Estados, dos bancos centrais, inclusive uma atuação coordenada, como os bancos centrais europeus fizeram ontem. Portanto, é quase a revisão de um modelo que já demonstrou que não responde a uma economia cada vez mais complexa. São as primeiras lições. Virão outras. Precisamos ficar atentos a todas as conseqüências.

Sr. Presidente, os pequenos bancos já têm dificuldades hoje. Os grandes bancos não estão comprando as carteiras de crédito desses bancos menores. Portanto, isso exige uma atuação consistente e competente das autoridades econômicas do nosso País.

Ontem, o Ministro Meirelles liberou o compulsório dos bancos, oxigenou, deu mais liquidez ao mercado, com mais de R\$23 bilhões. Medidas provisórias tramitam aqui, também construídas pelo Presidente Henrique Meirelles e pelo Ministro Guido Mantega, para exatamente trazer a tranqüilidade que o sistema financeiro nacional precisa para não ser arrastado por essa crise.

Contudo, precisamos continuar acompanhando todos os desdobramentos com muito rigor.

Vai haver uma importante reunião do FMI agora, em Washington, para fazer uma avaliação de cenários, uma avaliação global dos problemas que poderemos, eventualmente, enfrentar.

As nossas exportações hoje, como precisam de linhas de financiamento internacionais, levaram o Governo a se adiantar, porque as torneiras estavam se fechando nas instituições internacionais para financiar as nossas exportações. E é importante também lembrar, Sr. Presidente, que é momento de plantio da agricultura. São necessários recursos não só do Governo Federal, via Banco do Brasil, mas também via instituições privadas. E temos feito um grande esforço para que o agronegócio continue sendo um dos segmentos econômicos mais importantes do País.

Portanto, para o quadro que se avizinha exige-se acompanhamento e rigor muito grande. Não podemos, mesmo com nossa economia caminhando bem, ficar alheios a esses movimentos.

Sr. Presidente, eu apenas gostaria de deixar claro que o Orçamento da União já responderá, mostrando a preocupação do Congresso Nacional, a essa nova realidade. Não tenho dúvida nenhuma. Já deixará as premissas necessárias consubstanciadas, até para que venhamos a trabalhar dentro da ótica mais realista possível. Pode ser que, daqui a um mês, venhamos a avaliar que aqueles parâmetros que nortearam o Orçamento vão prevalecer. Ótimo! Mas não podemos deixar de considerar que o quadro pode vir a ser alterado.

O Presidente da Comissão Mista de Orçamento, Deputado Mendes Ribeiro; eu, como Relator do Orçamento Geral da União, e os Relatores setoriais estamos atentos a isso. E o Congresso saberá responder, nesse momento, com serenidade, austeridade e consciência, no sentido de que o Brasil precisa ficar ligado e precisa acompanhar com efetividade os momentos que o mundo vive depois desta crise, que começou nos Estados Unidos e que agora se espalhou por vários continentes.

Quero também deixar registrado, Sr. Presidente, que esse sobe-e-desce das Bolsas não reflete, muitas vezes, a saúde das empresas brasileiras, que são saudáveis, fortes, mas que estão sendo levadas, por essa onda de especulação, de insegurança, por todo esse processo, a registrar perdas no dia-a-dia da operação, especialmente a Bolsa de Valores de São Paulo. Mas tenho muita fé nessas empresas, na sua capacidade de gestão, no papel que elas desempenham não só no nosso País, mas internacionalmente. Tenho absoluta certeza de que saberemos administrar isso, não nos escondendo, não com ufanismo, mas com realismo e com espírito público, entendendo como as coisas se movimentam, entendendo

a realidade brasileira e, acima de tudo, tendo compromisso com a população do nosso País.

Sr. Presidente, era isso que eu gostaria de registrar.

Quero agradecer a tolerância e a paciência de V. Ex^a com relação ao meu tempo. Espero que, nos próximos dias, tenhamos um quadro mais claro do que efetivamente vai acontecer, fruto desses problemas todos que se iniciaram nos Estados Unidos e que se espalharam pelo mundo. Espero que o Brasil, pelas medidas já tomadas, sofra menos do que outros países que efetivamente vão ter muita dor de cabeça nos próximos anos em função dessa barbearagem que, infelizmente, ocorreu no sistema financeiro internacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Delcídio Amaral, V. Ex^a não é uma estrela, porque estrela só brilha de noite. V. Ex^a brilha de noite e de dia e deve ser a luz do Partido.

Eu estava atentamente ouvindo V. Ex^a, mas muito preocupado com a falta de luz do Poder Executivo. A crise está aí. Teríamos de ter humildade.

Franklin Delano Roosevelt, que presidiu os Estados Unidos quatro vezes, foi tão humilde que disse: “Cada homem que vejo é superior a mim em determinado assunto, e procuro aprender”. Esta humildade o Presidente Luiz Inácio devia ter e convocar V. Ex^a. E V. Ex^a lembraria Franklin Delano Roosevelt, que governou os Estados Unidos e enfrentou duas recessões. Não foi a maior recessão, mas a segunda maior, a do pós-guerra, a Segunda Guerra. E o que Franklin Delano Roosevelt ensinou – ô Raupp, aprenda também com o norte-americano! – foi: “Trabalhe, busque um empreendimento; se não der certo, busque outro. Trabalhe”. E foi onde V. Ex^a chegou – para um bom entendedor, meia palavra basta. Não sei se o Poder Executivo tem esse bom entendedor. Ele disse o seguinte – atentai bem: “Vamos botar um pico de luz em cada fazenda, uma galinha em cada panela da fazenda”. Ele disse mais: “As cidades podem ser destruídas; o campo, jamais. As cidades destruídas serão reconstruídas através do campo”. V. Ex^a falou em tudo isso no seu pronunciamento.

Eu queria que o Executivo do Partido que V. Ex^a representa com muita sabedoria o seguisse.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O Líder Raupp quer usar da palavra. Antes, porém, o Senador Wellington Salgado, que o substitui com muita grandeza, fez chegar à Mesa dois documentos: um informa que o PMDB elegeu 8.469 vereadores; outro informa que foram 1.194 prefeitos.

Esse é o resultado de uma história longa de todos nós. Mas V. Ex^a lidera o PMDB, e faço parte dele, da sua história, da sua luta e da sua grandeza. Quero dizer que fui o primeiro a assinar o documento para sua condução ao posto de Líder no Senado.

O PMDB de tanta luta, de Ulysses, que está encantando no fundo do mar, jamais vai abdicar da luta para conquistar a Presidência deste Senado; jamais vai abdicar da luta para eleger um Presidente da República, porque, quantitativamente, o povo nos escolheu, o povo nos elegeu. Quantitativamente, somos mais e, qualitativamente, nossos candidatos são muito melhores do que os candidatos apresentados pelo PT.

Jamais! Enganam-se! Vamos lutar pela grandeza do Partido, pela história do Partido, lembrando os que se sacrificaram, lembrando nosso Ramez Tebet, Teotônio Vilela, Tancredo Neves, Juscelino. Esse pessoal todo. Vamos lutar para que este Partido tenha candidatura própria. Aí, sim, o Brasil vai ter rumo.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, meu Líder já está na tribuna, mas, quando V. Ex^a começou a falar dos dados do PMDB, aproveitei e peguei alguns relatórios. Tivemos 18.422.732 votos nessa eleição.

São 18,6% do total de votos dados no Brasil. O Partido que chegou mais perto foi o PT, com 16 milhões de votos. Mesmo com o Presidente da República, que está aí com índices jamais alcançados por nenhum outro presidente, nosso Partido consegue – mesmo sem ter um vice-presidente – ter o maior número de votos do País. Era isso o que eu queria dizer a V. Ex^a, que é um peemedebista autêntico.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – E eu queria fazer uma homenagem a Minas, que V. Ex^a representa com grandeza. Não iria buscar nosso Tancredo, nosso Juscelino; só iria dizer que Minas está dando o exemplo.

Nossa homenagem ao extraordinário Deputado Leonardo Quintão, que vem salvar a grandeza histórica do **Libertas quae sera tamen**. E o vice Eros Biondini, do PHS. Então, já estamos participando.

V. Ex^a nunca nos decepcionou, não pode nos decepcionar. Sou apenas um desses aproximadamente 18 milhões. Deus me permitiu aproveitar para passar esses anseios desse Partido a V. Ex^a, que nos lidera.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, nobre Presidente, Senador Mão Santa. Obrigado, Senador Wellington Salgado, pela apresentação dos números do PMDB.

Antes de ontem, num pronunciamento feito aqui, no Senado, enalteci a vitória do nosso Partido em todo

Brasil, que, sem dúvida, vive um dos melhores momentos. Já vivemos momentos muito importantes na história do Brasil, mas estamos vivendo agora um momento extraordinário na vida política do PMDB, elegendo mais de 1.200 prefeitos, com mais de 18 milhões de votos – até agora, porque estamos disputando em 11 cidades com mais de 200 mil eleitores, em algumas capitais e em outras cidades de porte grande, também, do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Em São Paulo, mesmo, estamos empurrando o Democratas. O PMDB é a base, e nós estamos cansados de ser base. Nós queremos ser o pico, o cume, a luz.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Estamos disputando em cidades importantes como Porto Alegre, com Fogaça; Belo Horizonte, com Leonardo Quintão.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Rio de Janeiro.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Rio de Janeiro, com Eduardo Paes; Salvador, como é o nome do candidato de Salvador?

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – João Henrique.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – João Henrique, em Salvador. Em Goiânia, já tivemos a vitória extraordinária do Iris Rezende; do Maguito Vilela em Aparecida de Goiás; e, agora, disputamos também Anápolis, que é a terceira cidade de Goiás.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Belém.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Então, nas três principais cidades de Goiás, o PMDB já ganhou duas e está para ganhar a terceira.

Em Belém, com Prianti, enfim, estamos disputando em muitas outras cidades do nosso Brasil. Então, o PMDB nos orgulha muito.

Eu já estou há quase 30 anos no PMDB, no meu quinto mandato, assim como V. Ex^a, que já foi Prefeito, Governador por duas vezes, Deputado e Senador, e esse é um Partido que, sem dúvida, nos orgulha muito.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Florianópolis.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Estamos disputando, também, em Florianópolis.

Assisti, ainda há pouco, ao Pedro Simon na tribuna, fazendo um grande pronunciamento. Trata-se de um Senador, também, que tem orgulhado o nosso Partido em todo o País e que está lá, no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, apoiando o nosso Prefeito José Fogaça à reeleição.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, falo, aqui, de meio ambiente.

Há dois problemas que nos afligem, hoje, no mundo. Um deles é a crise financeira internacional, que,

graças ao bom Deus, ainda não chegou com força e está sendo sentida muito levemente aqui no Brasil. Esperamos que ela não chegue com força, porque já está destruindo algumas economias em todo o mundo, mas o Brasil, hoje, está sólido, com mais de US\$206 bilhões em reservas, e esperamos que os nossos bancos e as nossas instituições financeiras, que também estão sólidos, possam resistir bravamente a essa crise. Que ela não venha a afetar a nossa economia, que está em processo de crescimento e de consolidação.

Falo, também, de outro problema mundial, que é o meio ambiente. Nós devemos nos preocupar com a crise financeira, com o problema de geração de emprego, de geração de renda e de alimentos, mas o meio ambiente também diz respeito a tudo isso. Então, eu falo, aqui, da preservação do meio ambiente.

Preservar o meio ambiente, esta é a principal tarefa do homem para o século XXI. Se até agora temos agido irresponsavelmente no sentido de dilapidar a natureza para satisfazer as nossas necessidades materiais, é chegado o momento em que não é mais possível continuar agindo dessa maneira, em virtude dos danos ocasionados ao meio ambiente.

Não dá mais para pensarmos que preservar a natureza é sacrificar o desenvolvimento econômico. Se seguirmos essa linha de ação, continuaremos a andar rumo ao desastre ecológico e à inevitável morte de milhões e milhões de seres humanos.

Tenho a plena certeza de que é possível conciliar a preservação da natureza e o desenvolvimento. Para tanto, é preciso conhecer e pôr em prática as linhas que regem o comportamento humano: as pessoas agem motivadas por incentivos ou, então, pelas punições.

Essa percepção, evidentemente, não é minha. Na verdade, os países mais desenvolvidos do mundo sabem disso e estão agindo no sentido de garantir que incentivos do Estado sejam utilizados para conciliar desenvolvimento e preservação ambiental.

A Alemanha, por exemplo, reduziu os impostos sobre turbinas eólicas – aqueles grandes ventiladores que geram energia à base de vento – e painéis solares, para garantir que, até 2010, 20% por cento da energia daquele país sejam provenientes de fontes renováveis.

No Brasil, também há medidas que, mesmo não tendo essa iniciativa clara, acabam por levar à conciliação entre os dois pólos. Um exemplo é o imposto reduzido sobre carros movidos a álcool ou o IPVA reduzido em alguns Estados para os veículos movidos à eletricidade, ou, ainda, o chamado ICMS ecológico, isto é, parte da arrecadação destinada aos Municípios é repassada para unidades de conservação e mananciais de abastecimento.

Essas são medidas importantes, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, num País como o Brasil, onde a carga tributária é altíssima, como sabemos, e onde existe uma imensa biodiversidade a preservar.

Na condição de representante de um Estado da Região Amazônica, sei o quanto é sensível o desmatamento de nosso mais importante ecossistema.

Garantir que a Amazônia possa ser preservada para as gerações futuras e ser fonte de riqueza para milhões de brasileiros é uma de minhas principais preocupações desde o primeiro dia em que resolvi me dedicar à vida pública. Assim, neste momento em que ocupo cadeira no Senado Federal, eu não poderia, na condição de representante do Estado de Rondônia, deixar de propor iniciativas que possam trazer um impacto positivo para a Floresta Amazônica.

Por isso, Sr. Presidente, apresentei projeto de lei com o objetivo de sustar – seria uma moratória – por 10 anos a derrubada e o corte raso, apenas com planos de manejo: planos de manejo, sim, licitações das reservas, dos parques, das flonas, das reservas estaduais extrativistas, para que a gente possa gerar emprego e renda para o nosso povo, com extração das essências do dendê, do açaí, da copaíba, da castanha, enfim, de tudo aquilo que possa gerar renda para o nosso povo.

O corte raso, a queimada e a derrubada, eu creio, são coisa do passado, Sr. Presidente. Não podemos mais continuar agindo com a irresponsabilidade de queimar a Amazônia. Falo isso porque tenho conversado com todos os segmentos produtivos do meu Estado e de outros Estados da Amazônia também. Sei que há uma vontade de se preservar a natureza, mas precisamos, também, ter algumas compensações.

A Amazônia Legal, que é composta por nove Estados, detém, ainda, 83% das florestas intactas.

Apenas 17% da Amazônia Legal foram derrubados. Então, eu creio que, se nós conseguirmos preservar esses 83% daqui para a frente, poderemos, sim, usar aquilo que já foi desmatado, mas, para isso, deverá haver uma flexibilização do Ibama, ou até a mudança da lei por esse meu projeto.

O que o meu projeto diz? Vamos reflorestar apenas os mananciais, as nascentes, as encostas, os igarapés, as montanhas onde possam ocorrer erosões e vamos liberar todo o resto que foi desmatado, e fazer a preservação em bloco.

O Ministro Mangabeira Unger tem feito uma definição muito correta, dizendo que a nossa Amazônia está virando um tabuleiro: você desmata um pedaço aqui, preserva um pedacinho acolá, mas não faz uma preservação geral. O que eu proponho, agora, é a preservação em bloco, liberando esses 17% que foram desmatados para a subsistência da população que lá existe.

Sr. Presidente, vou falar de 21 alqueires, porque a maioria dos módulos lá no meu Estado, Rondônia, tem 21 alqueires, que são 50 hectares, ou 42 alqueires, que são 100 hectares, mas sei de outros menores. Como é que se vai exigir de quem tem 21 alqueires, ou 50 hectares de terra, que, agora, refloreste 50%? Ele já derrubou. No passado, o Ibama não fiscalizou, não orientou, o Incra dizia que tinha de derrubar, que tinha de ocupar a Amazônia, e, agora, vem o Ibama dizer que tem de reflorestar. Se, no passado, o Ibama não fiscalizou, o Ibama não orientou, ele não pode agora, neste momento, dizer que quem tem um pequeno pedaço de terra, uma pequena parcela de terra, deve reflorestar 50%. E vai fazer o que com a vaca de leite que está lá em cima? Vai fazer o que com o café que foi plantado? Vai fazer o que com o cacau que foi plantado lá?

Faço, aqui, uma pergunta: será que nos outros Estados do Brasil, em que o Código Florestal diz, também, que deveriam ser preservados 20% das florestas, vão exigir o reflorestamento? No Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná, em Minas Gerais, no Espírito Santo, enfim, em todos os outros Estados da Federação fora da Amazônia? Onde existem 20% de florestas nas propriedades no Sul do País, no Sudeste do País, no Nordeste do País? E a Amazônia ainda tem 83% das suas florestas de pé.

Então, essa é a minha proposta. O meu projeto de lei visa a preservar, sim, daqui para a frente, tudo o que não foi derrubado ainda, com moratória por 10 anos. Não se derruba, não se queima mais, mas vamos liberar aquilo que está desmatado, aquilo que está derrubado, para continuar produzindo, para a sobrevivência daqueles que lá foram há 30, 40, 50 anos ocupar a Amazônia.

Da mesma forma, alguns parques nacionais – poucos, é verdade – que o Ibama também não fiscalizou. Conheço e vou citar, como exemplo, apenas o Parque Nacional de Bom Futuro, a Flona Bom Futuro. Lá há três mil famílias, que foram entrando pelas beiradas, não sabiam onde eram as divisas, os limites, foram entrando, foram se assentando e já estão lá há 20 anos. Como o Ibama tira agora de dentro do Parque Nacional de Bom Futuro três mil famílias? Aonde vão colocá-las? Se o Incra tivesse mobilidade e agilidade, junto ao Ibama, para adquirir uma grande área de terra, aliás, do mesmo tamanho daquela ocupada, se se as tirassem de uma vez e as assentassem imediatamente em uma outra área já aberta – não adianta assentar no meio do mato –, talvez fosse uma solução, mas, mesmo assim, é difícil. Penso que a melhor solução é o Estado, que já ofereceu há muito tempo e continua oferecendo uma área do mesmo tamanho dessa que foi ocupada na Reserva Bom Futuro, para compensar essa área do Estado para criar uma outra reserva federal, compen-

sando essa área que está ocupada, e liberar essa área – mesmo que seja por meio de uma medida provisória, de um projeto de lei –, que foi ocupada na Flona Bom Futuro, para não sacrificar aquelas três mil pessoas que entraram lá inadvertidamente, porque o Ibama não as orientou, o Ibama não fiscalizou, repito.

Então, a única solução para resolver o problema desse caos fundiário na Amazônia e no Estado de Rondônia é a aprovação desse meu projeto de lei que apresentei, que isenta multas até 2004. Sei que isso, às vezes, é antipático, mas como o Ibama irá, depois de 20 ou 30 anos, começar a multar quem derrubou um pouco mais do que era permitido por lei? Em todo Brasil aconteceu isso. Então, o meu projeto é preservar o que está de pé, e usar aquilo que foi desmatado, o que foi muito pouco, são apenas 17% da Amazônia brasileira. E vejam que a Amazônia Legal, a Amazônia brasileira, corresponde a 61% do Território nacional. É muita área! Se pegarmos só o Estado do Amazonas, que é o maior Estado do mundo, é maior do que muitos países, cabendo dois, três, quatro países da Europa nele, só este Estado tem 97% de áreas preservadas. Apenas 3% das florestas do Estado do Amazonas foram derrubadas. Por isso, quando se coloca no bolo, no contexto geral dos nove Estados, são 17% de áreas desmatadas e 83% de áreas preservadas.

Creio, Sr. Presidente, que essa proposta, como outras em estudo em ambas as Casas do Congresso Nacional, possa ser um meio de garantir que nossos netos receberão um Planeta melhor do que aquele que deixaremos para nossos filhos.

Sr. Presidente, era o que tinha para o momento.

Muito obrigado pela generosidade do tempo.

Mais uma vez quero torcer, assim como os 190 milhões de brasileiros, para que a crise mundial não chegue com força ao nosso País. Que ela não seja sentida e que não sacrifique a geração de emprego e renda do povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Com a palavra, o Líder do Governo, Romero Jucá.

Como Líder do Governo, leve logo meu recado – eu, que sou um dos 18 milhões que votamos no PMDB –: “Jamais vamos abdicar a Presidência desta Casa. Jamais vamos abdicar a luta de chegarmos à Presidência da República”.

Ô Romero, quantitativamente, nós ganhamos as eleições; e, qualitativamente, nós somos melhores do que todos os candidatos apresentados pelo PT. Nós aceitaríamos um desses como vice dos bons nomes que temos no PMDB.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa,

Presidente desta sessão, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de me manifestar sobre a questão que vou falar, quero concordar com V. Ex^a quando diz que a vitória do PMDB foi expressiva.

O PMDB, que trabalha um processo de união muito forte, sem dúvida nenhuma, constrói um projeto político para o País. Chegará a hora de o PMDB ter candidato à Presidência da República – espero que seja o mais rapidamente possível. Estamos muito felizes com a aprovação do povo brasileiro ao PMDB, que, hoje, é um grande partido, representado em todos os segmentos da sociedade. Nessa eleição, conquistamos capitais importantes do Brasil, portanto, estaremos comandando grandes cidades, estaremos comandando médias cidades e estaremos também comandando pequenas cidades. Enfim, estaremos espalhados, capilarizados em todo o Brasil, dando, efetivamente, uma demonstração de força política bastante importante.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Permita-me V. Ex^a cantar o que cantei para tirar este País da ditadura: “Vem, vamos embora, que esperar não é saber. Quem sabe faz a hora, não espera acontecer.”

A nossa hora é agora. Nós não abdicaremos à Presidência do Senado e à Presidência da República.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Essa é uma bela música de Geraldo Vandré, Sr. Presidente.

Pedi a palavra, Presidente Mão Santa – inclusive novamente registrando que estamos muito felizes, nós que fazemos o PMDB, com o resultado dessas eleições –, para falar, especificamente, da eleição em Roraima, porque não tive, ainda, a oportunidade, por conta da correria desses primeiros dias, de vir ao plenário manifestar-me sobre a eleição.

Quero dizer que estamos muito felizes com o resultado da eleição. Primeiro, porque conquistamos vitórias importantes. O nosso grupo político ganhou a eleição na capital, Boa Vista, numa votação de mais de 54% dos votos. Ganhamos metade dos Municípios em que apoiamos no interior. E, hoje, comandamos 80% do eleitorado, ou iremos comandar a partir de janeiro, 80% do eleitorado do Estado de Roraima. Oitenta por cento dos municípios estarão administrados por Prefeitos ou Prefeitas que nós ajudamos a eleger. Isso é muito importante porque se amplia o espectro de trabalho.

Mas o registro que quero fazer é exatamente no sentido de que, encerrada a eleição, quero, aqui, reafirmar a minha posição ao povo de Roraima, a todos os Prefeitos eleitos, independentemente de serem do meu grupo político ou não, de que eu irei trabalhar por todos.

Entendo que, encerrado o processo eleitoral, todos nós temos de descer do palanque, e temos de começar a trabalhar fortemente para resolver os desafios que o Estado de Roraima enfrenta: desafios com a questão in-

dígena; desafios com a regularização fundiária de terras; desafio com a implantação de um modelo de desenvolvimento, de geração de emprego e de progresso; desafio com a necessidade de interiorização da energia para todo o Estado. Portanto, são questões importantes.

Quero aqui registrar que, apesar de ter disputado a campanha, na maioria dos palanques, do lado antagonico ao Governo do Estado de Roraima, eu serei parceiro nas soluções com o Governador Anchieta, com todos os Parlamentares Federais, com todos os Prefeitos, para que a gente possa, efetivamente, enfrentar e resolver esses problemas.

Conversei, ontem, com o Presidente Lula sobre a necessidade de uma atuação forte no Estado de Roraima. Dentro de alguns dias, o Presidente Lula estará assinando o decreto que implantará de vez a área de livre comércio de Boa Vista e de Bonfim, portanto, duas questões importantes para o futuro da economia de Roraima.

E quero aqui reafirmar, como disse, primeiro, a minha alegria pelas vitórias alcançadas; segundo, quero lamentar onde, efetivamente, não ganhamos a eleição, mas reconhecemos que se tratou da vontade popular. Digo ainda que, encerrado o processo eleitoral, todos nós, de Roraima, temos de nos unir, independentemente de disputa político-partidária, para enfrentar os desafios e resolver os problemas. Eu serei Senador de todos os Prefeitos e Prefeitas eleitos. Atuarei em conjunto, apoiando a ação do Governo do Estado. Trabalharei para todos e com todos, para que a gente possa, realmente, nesses dois anos que antecedem outra disputa eleitoral, avançar no Estado de Roraima, rumo ao progresso e rumo à condição melhor da população do Estado.

Parabenizo todos os Prefeitos e Prefeitas eleitos; parabenizo o Prefeito da capital, Iradilson Sampaio, e a Vice, Suely Campos – o Prefeito se reelegeu e a Vice se elegeu na chapa dele. Parabenizo-os pela bela campanha, uma campanha limpa, tranqüila, que eu ajudei a fazer, ajudei a construir, e agora, como disse, encerrada a disputa, vamos todos nos unir. A nossa bandeira é Roraima, e todos nós vamos trabalhar para desenvolver o Estado que todos amamos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Valdir Raupp, Papaléo Paes, Alvaro dias, Arthur Virgílio, Flexa Ribeiro, João Tenório, Sérgio Guerra, Pedro Simon e Romero Jucá enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. VALDIR RAUPP (PSDB – RO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, comemoramos a Semana Nacional do

Idoso, o que deu ocasião para que, em todo o País, voltássemos nossa atenção, de forma especial, para nossos concidadãos da melhor idade.

Meu Estado, Sr. Presidente, não fugiu à regra. Em Porto Velho foram promovidas diversas atividades voltadas para os idosos, entre apresentações de dança, bailes, cursos e palestras dirigidos especialmente aos mais velhos, além dos Jogos Abertos da Terceira Idade, organizados pelo Sesc, que incluíram competições em modalidades que iam do atletismo ao xadrez e o dominó, passando pela natação, pelo vôlei e pelo basquete. Foi a oportunidade não só de confirmar, mais uma vez, os benefícios do esporte, como também, para nossos atletas da terceira idade, de demonstrar sua saúde e sua vitalidade, que o tempo não consegue dobrar.

Merece destaque, Sr^{as} e Srs. Senadores, a realização, nos dias 25 e 26 passados, da II Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa, realizada pelo Governo do Estado por meio da Secretaria de Assistência Social, ocasião em que foram discutidas propostas trazidas por delegados dos Municípios rondonienses, a propósito da construção da Rede Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa. Também foram escolhidos os representantes do Estado para a próxima Conferência Nacional, que ocorrerá aqui em Brasília em outubro.

A Semana terminou, no sábado, com um prazeroso momento de conagração – uma caminhada “intergeracional”, que saiu da Praça Aluísio Ferreira, no centro de Porto Velho, até o Sesc.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há algum tempo já, a composição etária da população brasileira começou a mudar. De um país de jovens, estamos evoluindo, confirmando a trajetória pela qual outras sociedades já passaram, para nos tornar um país em que a parcela idosa da população é significativa. As taxas de fertilidade têm caído, ao mesmo tempo em que a expectativa de vida aumenta regularmente.

Tudo isso tem impactos profundos em diversos aspectos importantes da vida social – afetando desde questões relativas à estrutura familiar até o problema da previdência social, sem mencionar as pressões que implica para os sistemas de saúde e de assistência social. É imperativo, portanto, que tenhamos desde já idéias precisas sobre como desenvolver políticas públicas adequadas para esse grupo de pessoas, cujas necessidades muitas vezes exigem uma atenção especial.

O Brasil, infelizmente, embora esteja caminhando para se tornar um país de população mais velha, ainda não trata bem seus idosos. Ainda é penoso, é difícil envelhecer no Brasil, para a grande maioria de nossa população. Ainda precisamos deixar de ver a velhice como perda – perda da beleza, da juventude, da agilidade – e passar a vê-la como ganho – ganho

de experiência, de sabedoria, de compreensão. Precisamos ainda nos esforçar para encontrar e reconhecer a beleza da melhor idade, sua vitalidade peculiar – vitalidade que necessariamente tem, por ser a velhice uma parte integrante não apenas do ciclo vital dos indivíduos, mas também da dinâmica da comunidade em que se inserem esses indivíduos.

Quero encerrar, Sr. Presidente, deixando aqui meus sinceros agradecimentos a todos os idosos de Rondônia e do Brasil pelo muito que fizeram, tornando possível que cada um de nós esteja hoje aqui.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Campeões de Audiência”, publicada pela revista **IstoÉ**, em sua edição de 11 de julho do corrente.

A matéria destaca que as idas e vindas da PF, do governo e da Justiça foram o lado cômico do caso Daniel Dantas, mas que a investigação da Polícia Federal na Operação Satiagraha, que levou à prisão do banqueiro Daniel Dantas, levanta suspeitas sobre assessores do presidente do Supremo e ainda promete mais dores de cabeça ao Planalto.

Sr. Presidente, para que conste dos **Anais do Senado**, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

As idas e vindas da PF, do governo e da Justiça foram o lado cômico do caso Daniel Dantas, mas a investigação e ainda promete mais dores de cabeça ao Planalto levanta suspeitas sobre assessores do presidente do Supremo

CAMPEÕES DE AUDIÊNCIA

MINO PEDROSA E LUIZA VILLAMÉA

FALTA DE CRITÉRIOS

A história das algemas nas operações da PF mostra que sob FHC elas foram usadas contra adversários, mas são muito mais presentes no governo Lula

Acena acima aconteceu às 16 horas da terça-feira 15 no gabinete do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no Palácio do Planalto. Foi vendida à opinião pública como um pacto construtivo entre Executivo e Judiciário para melhorar tecnicamente a investigação mais explosiva dos últimos tempos. Na prática, o encontro entre o ministro Tarso Genro, da Justiça, e o presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, que passaram a semana anterior às turras por conta da “espetacularização” da ação da PF e do uso de algemas nos presos da Operação Satiagraha, só ajudou na defesa de Daniel Dantas. Na segunda-feira 14, 22 horas antes da reunião dos ministros, o delegado Protógenes Queiroz, responsável pelas investigações, foi convocado para uma reunião

de emergência, no gabinete do superintendente da PF em São Paulo. Disseram que seria uma reunião para analisar a operação e traçar os passos seguintes da investigação. Não foi o que ocorreu. O encontro, do qual participaram dez delegados, foi conduzido por Roberto Ciciliati Troncon Filho, diretor de Combate ao Crime Organizado, que desembarcou de Brasília como representante da cúpula da Polícia Federal junto com o chefe imediato de Protógenes, Paulo de Tarso Teixeira, da Divisão de Combate aos Crimes Financeiros. A reunião durou três horas e foi marcada por queixas, destemperos e acusações. Respaldação pelo ministro Tarso Genro, Troncon não mediu palavras ao apontar os erros cometidos no decorrer da operação. Criticou o fato de Protógenes ter recorrido à Agência Brasileira de Inteligência (Abin) à revelia dos superiores. Condenou o vazamento de informações para uma emissora de tevê e a resistência do delegado em relatar o andamento e as descobertas feitas durante as investigações, deixando o diretor-geral da PF, Luiz Fernando Corrêa, à margem dos acontecimentos.

Protógenes chegou a se desculpar, mas diante das pressões reagiu também de forma destemperada. Afirmou que na semana anterior se recusara a informar quais seriam os nomes e os alvos da operação porque temia vazamentos e disse com todas as letras que **não confiava "nem em São Paulo nem em Brasília"**. Em seguida, Protógenes comunicou que deixaria as investigações para se dedicar a um curso de aperfeiçoamento profissional. A delegada Karina Murakami Souza, que integrava a equipe de Protógenes, chegou a chorar

diante das pressões. O delegado Carlos Eduardo Pelegrine, recentemente incorporado ao grupo, não continha o nervosismo. No final da reunião, os dois também pediram para deixar o caso.

Enquanto Protógenes recebia a reprimenda de seus superiores, alguns dos mais renomados advogados do País se reuniam, em um edifício na Vila Madalena, em um ato de desagravo ao ministro Gilmar Mendes, que concedeu dois habeas-corpus seguidos ao banqueiro

AFASTADO
Protógenes saiu do caso por não dar satisfação ao diretor da PF

Daniel Dantas. Depois do encontro, 150 advogados tornaram pública uma carta de apoio ao ministro. A poucos quilômetros dali, aproximadamente 400 juizes federais e procuradores da República manifestavam solidariedade ao juiz Fausto Martin De Sanctis, que determinou as duas prisões do banqueiro. O problema de Gilmar Mendes começou, na verdade, há três anos, quando o Supremo resolveu manter o privilégio do recesso em julho, regalia que foi retirada das instâncias inferiores da Justiça. Com isso, coube apenas a ele julgar os habeas-corpus impetrados pela defesa de Dantas. Em agosto, o mérito desses mesmos habeas-corpus serão analisados pelo pleno do STF. Se a decisão de Gilmar Mendes for mantida pela maioria dos outros dez ministros, ele provará que está com a razão. Se perder, ficará caracterizada uma fissura

jamais vista no Poder Judiciário. Caso vença por pequena diferença de votos, ficará caracterizada uma divisão no tribunal que terá pela frente o desafio de julgar os desdobramentos dessa operação.

Antes de deixar o comando das investigações, Protógenes fez chegar ao procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, uma fita de vídeo em que estão registradas cenas de um jantar, num restaurante em Brasília. A mesa estão dois assessores diretos do presidente do Supremo, o advogado Nélio Machado, um dos contratados para defender Daniel Dantas, e uma mulher alta, de cabelos loiros, bem vestida e ainda não-identificada. **Na conversa é usada a expressão "um milhão de dólares"**. A gravação foi efetuada por funcionários da Abin, cedidos pelo diretor-geral da instituição, Paulo Lacerda, à equipe de Protógenes. O delegado também tem a informação de que o ministro Gilmar Mendes foi alertado do registro daquele jantar. O procurador-geral avalia a possibilidade de pedir uma perícia externa à PF para agregar as gravações ao inquérito.

O afastamento do delegado Protógenes só se tornou público na noite da terça-feira 15, horas depois de encerrada a reunião no Planalto. Repercutiu de forma negativa. Ficou claro à opinião pública que o delegado fora pressionado pela cúpula da PF a deixar as investigações. Diante disso, o presidente Lula novamente tentou minimizar os efeitos da crise. Disse que o delegado deveria continuar à frente do inquérito, determinando ainda que

BRASIL / CAPA

se divulgasse a gravação da reunião ocorrida na sede da PF em São Paulo que sacramentou a saída de Protógenes. Divulgaram apenas quatro minutos de um embate que durou aproximadamente três horas. Entre os trechos agora conhecidos está o delegado Protógenes justificando seu pedido de afastamento por causa de um curso de aperfeiçoamento na Academia de Polícia em Brasília. "As minhas operações nunca ficaram no meio do caminho. (...) A exemplo delas, essa também não vai ficar. Só que com um diferencial. Eu não vou ficar presidindo. Eu não pretendo presidir nenhuma investigação mais." Na quinta-feira 17, Protógenes reagiu, formalizando uma queixa ao Ministério Público, na qual denuncia "obstrução nas investigações". Diante disso, dois procuradores pediram a abertura de um procedimento para investigar a atividade policial. A íntegra da fita será a primeira peça desse caso.

É evidente que a Operação Satiagraha cometeu excessos e teve motivações cinematográficas. É correto que a PF use as estruturas da Abin, da Receita Federal, do Banco Central e de outros órgãos públicos para auxiliar suas investigações. Mas esses são procedimentos que envolvem institui-

ções e precisam ser do conhecimento de seus responsáveis. Não é concebível que um delegado acione esses mecanismos por iniciativa própria e sonegue informações a seus superiores. No entanto, a crise produzida pela investi-

gação de Protógenes tem, além dessas, outras razões. O delegado estava caminhando em terreno minado. Durante as investigações, foram produzidas sete mil horas de conversas telefônicas. Entre esse material há diálogos que podem vir a assombrar o Palácio do Planalto. Algumas escutas revelaram que fazendas de gado nas regiões Norte e Nordeste foram adquiridas por uma espécie de "consórcio operacional" entre Carlos Rodenburg, ex-cunhado de Dantas e diretor do Opportunity, o próprio Daniel Dantas e Fábio Luís da Silva, o "Lulinha", filho do presidente Lula. Também é mencionado o ministro Roberto Mangabeira Unger. Em uma das gravações, Mangabeira consulta procuradores sobre a possibilidade de seguir dando consultoria a empresas privadas mesmo no posto de ministro. Desaconselhado pela Advocacia-Geral da União

(AGU), **ele resolveu ignorar as ressalvas e manteve-se como consultor privado.**

Quanto às investigações em torno da Operação Satiagraha, a mais recente decisão do presidente do Supremo acenou com a possibilidade de o caso sair da alçada do juiz De Sanctis. Atendendo a um pedido de acesso aos autos feito pelo senador Heráclito Fortes (DEM-PI), que foi citado nos grampos telefônicos e, segundo a PF, teria ligações com o dono do Opportunity, Mendes incluiu o senador no rol de investigados. Com isso, abriu caminho para o senador, que tem foro privilegiado, pedir que o caso seja transferido para o Supremo. Na sexta-feira 18, sindicalistas ligados a CUT protocolaram no Senado pedido de impeachment contra o presidente do STF.

A sucessão de trapalhadas das autoridades que até agora investigaram e julgaram Daniel Dantas teve ares de espetáculo circense e amenizou a defesa do banqueiro. Mas outro grupo de investigadores, no Banco Central, na Receita Federal e mesmo na Agência Brasileira de Inteligência começa a levantar dados que vão dificultar o trabalho dos advogados do Opportunity. Além do circo, existe também o cerco a Daniel Dantas. ■

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada, “Teles avisaram a juiz que PF teria acesso total a cadastro”, publicada pelo jornal **Folha de S.Paulo**, em sua edição de 06 de agosto de 2008.

A matéria destaca que no inquérito da Operação Satiagraha, operadoras de telefonia celular alertaram o juiz da 6ª Vara Criminal Federal de São Paulo, Fausto Martin De Sanctis, sobre as dificuldades de verificar se as informações acessadas pela Polícia Federal por meio de senhas respeitavam as ordens judiciais. Ou seja, se os policiais consultaram somente os dados dos investigados e de pessoas que trocaram chamadas com eles.

Teles avisaram a juiz que PF teria acesso total a cadastro

Operadoras alertaram para risco de dados alheios à investigação serem devassados

Fausto De Sanctis autorizou delegado a receber senhas para acessar o cadastro e o histórico das ligações dos assinantes das companhias

HUDSON CORRÊA LEONARDO SOUZA DA SUBCURSAL DE BRASÍLIA

No inquérito da Operação Satiagraha, operadoras de telefonia celular alertaram o juiz da 6ª Vara Criminal Federal de São Paulo, Fausto Martin De Sanctis, sobre as dificuldades de verificar se as informações acessadas pela Polícia Federal por meio de senhas respeitavam as ordens judiciais. Ou seja, se os policiais consultaram somente os dados dos investigados e de pessoas que trocaram chamadas com eles.

O Sr. Vivo, por meio de informações que não tinha como saber se as linhas acessadas pelos policiais tinham ou não relação com as investigações. Conforme a **Folha** revelou no domingo, Fausto autorizou o delegado a receber senhas de acesso ao cadastro e histórico de ligações de assinantes das companhias de telefonia.

“Apesar de os despachos do juiz dizerem que a polícia só poderia consultar dados dos investigados e de pessoas que trocaram chamadas com eles, as senhas fornecidas pelas telefônicas permitem, em tese, que sejam consultadas informações de qualquer assinante, mesmo daqueles sem relação com as investigações.

“Não é possível o controle imediato por parte desta operadora quanto à confirmação de que se trata de linha envolvida [na investigação]”, informou a Vivo, em ofício de dezembro de 2007. Adiante, a empresa ressaltava que “a utilização das senhas é de exclusiva e integral responsabilidade das autoridades autorizadas [policiais federais]”. A Vivo diz que “tendo em vista a sistemática adotada e quantidade de solicitações, torna-se impraticável a realização de qualquer controle do teor da requisição de cada autoridade.”

“Qualquer número” Já a TIM afirma entender que a ordem do juiz autorizava a PF a ter acesso “aos dados cadastrais e histórico de chamadas [...] do número alvo [de grampo] e de qualquer número móvel pertencente a essa operadora que seja de interesse da investigação”.

Segundo a **Folha** apurou, as operadoras não têm, como saber se os números acessados pelos policiais fizeram ou receberam chamadas de telefones de outras companhias usados pelos investigadores. Como a polícia não informa às operadoras os números alvos das concorrentes, as companhias não têm como controlar se as senhas estão sendo usadas como determinam os despachos judiciais. Ou seja, em tese, a PF pode consultar os dados cadastrais e os históricos de chamadas de

das com eles. A Vivo, por exemplo, informou que não tinha como saber se as linhas acessadas pelos policiais tinham ou não relação com as investigações.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos **Anais do Senado Federal**.

Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ALERTA À JUSTIÇA

Em 2007, a Vivo alertou a 6ª Vara Criminal de São Paulo sobre o monitoramento de dados com senha pela PF

Segredo de Justiça

Este texto, disponibilizado apenas por meio eletrônico, não substitui o original publicado no Diário Oficial da União, e não produz efeitos jurídicos ou administrativos. Qualquer alteração, atualização ou cancelamento deve ser feita pelo órgão emissor.

Você recebeu este documento em decorrência de ter sido cadastrado em um sistema de distribuição de informações. Este documento contém informações sigilosas e deve ser tratado como tal. Não é permitido a divulgação, a cópia, a reprodução ou a utilização deste documento para fins não autorizados.

Respeitando sua privacidade, este documento foi enviado para o endereço eletrônico cadastrado em seu sistema de distribuição de informações. Caso não tenha recebido este documento, por favor, entre em contato com o órgão emissor para solicitar a correção do endereço eletrônico.

Este documento contém informações sigilosas e deve ser tratado como tal. Não é permitido a divulgação, a cópia, a reprodução ou a utilização deste documento para fins não autorizados.

EM 2007, Ofício encaminhado pela Vivo, em dezembro, à 6ª Vara Criminal Federal de São Paulo, cujo titular é Fausto De Sanctis, alertando para a falta de controle das informações dos assinantes da companhia telefônica acessada pela Polícia Federal

Para Justiça, há limites no uso de senhas

DA SUBCURSAL DE BRASÍLIA

A 6ª Vara Criminal Federal de São Paulo, responsável pela Operação Satiagraha, declarou ontem que “a decisão judicial sempre foi fundamentada e estipula limites para utilização de senhas, sendo de inteira responsabilidade dos agentes policiais o mau uso do mecanismo de consulta de fluxo de informações”.

Ainda conforme a 6ª Vara, “o juiz já recebeu pessoalmente informações de operadoras de telefonia para dirimir dúvidas e trocar informações sobre o cumprimento das determinações judiciais, além de eventuais esclarecimentos prestados por telefone”. Para a 6ª Vara, o uso de senhas é necessário no prazo em que duram as investigações. **HUDSON CORRÊA LEONARDO SOUZA**

Diretor-geral da PF defende acesso a dados telefônicos

KÁTIA BRASÍLIA DA AGENCIA FOLHA EM MANAUS

O diretor-geral da Polícia Federal, Luiz Fernando Corrêa, defendeu ontem, em Manaus, que delegados tenham acesso ao registro de ligações de qualquer assinante das companhias de telefonia, como autorizou a Justiça Federal durante a Operação Satiagraha.

“Decisões judiciais contrárias a essa prática dizem que, ao ter acesso aos cadastros de todos os usuários, a polícia pode cometer abuso. Em hipótese alguma haverá abuso, porque é tudo dentro do limite da lei”, disse Corrêa. “Há uma interpretação por parte de alguns colegas de vocês [jornalistas], sem saber o que significa esse acesso. Não é acesso histórico. É de dados cadastrais, e não de diálogos”, completou.

O diretor-geral da PF defendeu a atuação da polícia e declarou que não há um “sentimento de medo” na sociedade, como afirmou o presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes. “Nós temos, graças a Deus, uma polícia com capacidade de responder ao nível de criminalidade organizada que tem se manifestado no país.”

Corrêa chegou ontem a Manaus e inaugurou um posto de controle migratório e de combate ao tráfico internacional de drogas no aeroporto Internacional Eduardo Gomes. Hoje, participa de um curso no centro de aperfeiçoamento da PF, no município de Novo Aizó.

→ LEIA MAIS A7

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da entrevista concedida à revista **Veja**, pelo economista americano James Roberts, coordenador do índice de liberdade econômica da Heritage Foundation, entidade de promoção de políticas liberais.

Na entrevista, publicada na edição de **Veja** do último dia 3 de setembro do corrente, o economista discute o grau de liberdade econômica nos países e comenta a lista por ele elaborada que compara a facilidade com que cidadãos de diferentes países conseguem começar um negócio, escolher um emprego, tomar dinheiro emprestado ou usar o cartão de crédito.

Na entrevista, o economista informa:

Em 2003, o primeiro ano do governo do presidente Lula, o país alcançou sua melhor posição no **ranking**. Ficou em 58º lugar. No **ranking** deste ano

caiu para a 101ª posição. Hoje o Brasil está ao lado de países como Zâmbia, Argélia, Camboja e Burkina Faso. Com isso, o Brasil mudou de categoria. Saiu do que chamamos de “moderadamente livre” para uma economia “majoritariamente não livre”.

Informa, ainda, que um dos fatores que mais empurrou o País para baixo foi a corrupção.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a entrevista acima citada passe a integrar os **Anais do Senado Federal**.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Por uma economia livre

Pesquisador da Heritage Foundation, dos Estados Unidos, diz que o “capitalismo de comparsas” cresce na América Latina

O economista americano James Roberts, de 58 anos, é coordenador do índice de liberdade econômica da Heritage Foundation, entidade de promoção de políticas liberais com sede em Washington, nos Estados Unidos. A lista elaborada por Roberts compara a facilidade com que cidadãos de diferentes países conseguem começar um negócio, escolher um emprego, tomar dinheiro emprestado ou usar o cartão de crédito. Publicado anualmente desde 1995, o ranking tornou-se um termômetro da saúde e da eficiência das economias nacionais. Antes de assumir essa função, Roberts trabalhou no Departamento de Estado durante 25 anos. Como diplomata, coordenou programas destinados a assessorar a transição para o capitalismo em vários países do Leste Europeu. Roberts concedeu a seguinte entrevista a VEJA.

A liberdade econômica é capaz de diminuir a desigualdade social de um país? Em primeiro lugar, é preciso definir o que vem a ser igualdade social. Esse conceito pressupõe que todos sejam forçados a viver em casas idênticas, ganhar os mesmos salários, comer as mesmas comidas e acreditar nos mesmos valores? Essa abordagem totalitária já foi tentada na União Soviética e está em pleno vigor em Cuba. Os resultados foram e são desastrosos, para não dizer trágicos. Como os fundadores dos Estados Unidos sabiam muito bem, é impossível para um governo arcar com a missão de assegurar igualdade para todos os cidadãos. As pessoas não nascem iguais. Elas possuem habilidades e talentos próprios. Cada uma deve decidir sozinha o que quer fazer da vida: se prefere trabalhar duro ou levar uma existência mansa e tranqüila. O principal papel de um governo não é ir contra essa realidade e forçar algo que não existe nem existirá. O bom governante é aquele que oferece oportunidades iguais para todos buscarem a própria felicidade. O

capitalismo promove níveis desiguais de prosperidade. Como diria o estadista Winston Churchill, isso é muito melhor do que produzir miséria igual para todos, como faz o socialismo.

A pobreza diminui nos países com liberdade econômica? Ao dar oportunidades para que a população mais pobre prospere, a liberdade econômica é boa para todos. Quando esse conceito é implementado, a elite política fica impossibilitada de usar a máquina estatal para ganhar vantagens econômicas, o que sempre ocorre em prejuízo dos mais fracos. Essa situação terrível é o que chamamos de “capitalismo de comparsas”. Nos países onde essa prática é institucionalizada, os governantes e seus amigos sobrecarregam a população com burocracia e pesados impostos com o objetivo de massacrar os empreendedores, que vêm como uma ameaça. Quando, por outro lado, existe liberdade, o poder econômico não está sujeito a forças políticas e sociais. Pequenas e médias companhias privadas, que são a espinha dorsal de uma economia e produzem a maior parcela dos impostos, têm melhores chances de crescer. A liberdade econômica é uma doutrina revolucionária que desafia o status quo e os que querem usar o poder em proveito próprio. No longo prazo, sua aplicação produz mais prosperidade, mais igualdade de renda, mais emprego e reduz os níveis de pobreza.

É possível medir esses benefícios?

Se dividimos os países do mundo em cinco grupos, usando o grau de liberdade econômica como parâmetro, vemos que o grupo de países mais livres tem uma renda per capita cinco vezes maior que a do grupo de nações que consideramos repressoras. O desemprego nos países livres é de 6%, enquanto nos economicamente repressores é de 19%. As nações mais livres também possuem menor inflação, que sabidamente corrói o salário dos mais pobres.

“Os dois fatores que fizeram o Brasil cair no ranking da liberdade econômica foram a corrupção e a falta de abertura financeira. As leis brasileiras são pouco receptivas aos investimentos estrangeiros”

Como está o Brasil no ranking de liberdade econômica? Em 2003, o primeiro ano do governo do presidente Lula, o país alcançou a sua melhor posição no ranking. Ficou em 58º lugar. No ranking deste ano caiu para a 101ª posição. Hoje o Brasil está ao lado de países como Zâmbia, Argélia, Camboja e Burkina Faso. Com isso, o Brasil mudou de categoria. Saiu do que chamamos de “moderadamente livre” para uma economia “majoritariamente não livre”.

O que fez o Brasil cair tanto no ranking?

Os dois fatores que empurram o país para baixo são a corrupção e a falta de liberdade financeira. No último ranking da Transparência Internacional, que mede o grau de corrupção dos países, o Brasil aparece em 72º lugar numa lista de 179 nações. Apesar de o uso da internet nas concorrências públicas estar crescendo no Brasil, o que é positivo,

muitas das empresas participantes desses leilões afirmam ter encontrado corrupção em alguma parte do processo. As leis brasileiras são pouco receptivas aos investimentos estrangeiros. O país precisa melhorar as leis de investimento, reduzir as restrições à moeda estrangeira e facilitar a vida dos empresários estrangeiros que queiram operar no país.

O senhor falou em capitalismo de comparsas. Em que países esse fenômeno é mais forte? Muitos países são vítimas desse mal, embora em diferentes graus. Os Estados Unidos já tiveram, em sua história, políticos corruptos que recebiam favores de empresários. Hoje, os americanos não vivem uma situação em que o capitalismo de comparsas possa ser considerado institucionalizado. Isso acontece mais claramente no México, na Argentina e na Venezuela. A economia mexicana é dominada por grandes empresas estatais e privadas, que exercem monopólios ou duopólios. Entre as estatais estão a Pemex, de petróleo, e a CFE, de eletricidade. O resultado é a falta de competição, que prejudica os consumidores mexicanos. Na Argentina, o governo populista dos Kirchner mostra claro favoritismo a setores dominados por colegas peronistas. Nas áreas em que há amigos, o governo não é tão severo ao exigir que as companhias obedeçam às regras ambientais, por exemplo. Já no regime do venezuelano Hugo Chávez, o capitalismo de comparsas domina inteiramente o país. A tal ponto de alguns economistas preferirem não chamar o sistema venezuelano de capitalismo. O governo Chávez é mais parecido com o fascismo ou com a ditadura da KGB, sob o comando de Vladimir Putin, na Rússia. Lá, ter sido um espião é essencial para se tornar um empresário de sucesso.

Quais são as nações que mais melhoraram em termos de liberdade econômica nos últimos anos? Qual foi o impacto disso? Eu destacaria Botsuana, Estônia, Irlanda e Mongólia. O padrão de vida nesses países melhorou muito na última década. Desde 1995, todos tiveram um aumento médio anual do PIB superior a 5%. Ao reforçar o estado de direito e a transparência no governo, todos ganharam estabilidade política e econômica. A Irlanda hoje é um grande exportador de software da União Européia. A Estônia tem seguido o mesmo caminho e investe bastante em tecnologia e informática.

Por que as antigas colônias inglesas da Ásia estão entre os países com maior liberdade econômica? Parte da resposta está na cultura anglo-saxã. Dos dez países no topo do ranking, sete foram colônias inglesas. A Inglaterra é o décimo na lista. E uma tradição inglesa e do norte da Europa ter governos limpos, transparentes e

responsáveis. Servidores públicos não tentam roubar, os tribunais de Justiça procuram ser honestos e não aceitam suborno. Outro fator é a relevância dada aos direitos de propriedade em países com influência anglo-saxã, como Estados Unidos, Canadá, Nova Zelândia, Austrália, Botsuana e Irlanda. Outros países protestantes dividem o mesmo legado. Em 1215, a Constituição inglesa já criava um sistema de pesos e contrapesos para o poder governamental, que evoluiu bastante desde então. Graças a isso, os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário não interferem uns nos outros e formam um sistema transparente, que previne abusos do poder. Uma das bandeiras da reforma protestante no século XVI foi a rejeição total da corrupção que permeava a Igreja Católica na época.

Como está a América Latina no ranking?

Quando analisamos o continente americano como um todo, percebemos que a liberdade econômica está diminuindo. A culpa é claramente da América Latina. A região está dividida. De um lado estão governos baseados em uma democracia mais profunda, que estimula o livre mercado e traz prosperidade para a população. É o caso do Chile, que aparece em oitavo lugar no ranking mundial, à frente da Suíça e da Inglaterra. De outro estão governos populistas que vendem fórmulas desgastadas do passado. A Venezuela está entre os dez países mais repressivos, à frente apenas de notáveis

“O capitalismo promove níveis desiguais de prosperidade. Como diria o estadista inglês Winston Churchill, isso é muito melhor do que produzir miséria igual para todos, como faz o socialismo”

ditaduras como a de Robert Mugabe, no Zimbábue, ou a de Kim Jong Il, na Coreia do Norte. Desde que ganhou as eleições, Chávez promove um intenso ataque ao sistema privado. Muitos empresários pararam a produção porque não conseguem mais obter lucros. Na Argentina, a falta de liberdade econômica tem sido uma

tragédia. O país, que em 1933 tinha um PIB equivalente à soma dos de Brasil e México e era uma das dez maiores economias do mundo, tornou-se periférico. Nos últimos 75 anos, seus governantes fizeram com que o país caminhasse para trás, apesar de ser muito rico em recursos naturais. Na Nicarágua, Daniel Ortega ressuscitou seu discurso antiamericano e sua política desestabilizadora, aproximando-se perigosamente de Hugo Chávez e do iraniano Mahmoud Ahmadinejad.

Qual dos dois grupos de países está mais forte na região? Muitos países estão caminhando em direção a modelos falidos do passado. No nosso ranking, isso se refletiu no desempenho dos países. Dezesete caíram de posição, enquanto doze tiveram melhora.

Que país poderia servir de modelo para a América Latina? O Brasil pode ser citado como exemplo no que diz respeito à manutenção de sua política antiinflacionária. Exceto pelo Chile, os demais países da região não mostram a mesma disciplina. A maioria dos governos prefere comprar vantagens políticas no curto prazo, mesmo sabendo que isso está sendo feito à custa do crescimento e da saúde econômica a longo prazo.

As mudanças que Raúl Castro está promovendo em Cuba vão ampliar a liberdade econômica na ilha? Não há nenhuma informação que me leve a concluir que Cuba esteja dando passos verdadeiros em direção à liberdade econômica. Não haverá democracia baseada em livre mercado até que o regime de Fidel Castro se vá definitivamente. A transição representada por Raúl não é para valer. Ele só está tentando fazer parecer que há uma mudança, quando não há nenhuma. Os camaradas do partido dizem que as pessoas agora podem comprar celulares, mas só os que ganham pesos conversíveis podem se conceder esse luxo. Isso exclui grande parcela da população de Cuba. O governo é quem decide quem pode ou não comprar computadores e aparelhos de DVD. Ninguém tem vontade de trabalhar na ilha, porque sabe que isso não compensa. O Exército controla 60% da economia e Raúl está no comando dos militares. Certamente não tomará nenhum passo em direção a uma liberdade econômica verdadeira, porque isso ameaçaria seu próprio poder. Tudo não passa de um grande teatro.

De maneira geral, a liberdade econômica tem diminuído ou aumentado no mundo? Quando se somam todos os países, é possível ver que a liberdade econômica tem aumentado, embora muito lentamente. Quem mais puxa a curva para cima são os países europeus. Dos vinte países mais livres, metade está na Europa. Outro destaque são as antigas colônias inglesas. Hong Kong é o campeão, seguido de Cingapura. ■

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Banqueiro rachou núcleo duro do governo Lula”, publicada no jornal **O Estado de S.Paulo**, em sua edição de 10 de julho de 2008.

A matéria destaca que a tentativa do banqueiro Daniel Dantas de se aproximar do ainda candidato Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, provocou o primeiro racha no grupo de ministros que ficou conhecido como “núcleo duro” do governo formado por José Dirceu, Luiz Gushiken e Antonio Palocci.

Sr. Presidente, para concluir, requiro que a referida matéria passe a integrar os **Anais do Senado Federal**.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Banqueiro rachou núcleo duro do governo Lula

Dirceu se opôs a Gushiken e agiu a favor de Dantas na disputa pelo controle dos fundos de pensão

João Domingos
BRASILIA

A tentativa do banqueiro Daniel Dantas de se aproximar do ainda candidato Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, provocou o primeiro racha no grupo de ministros que ficou conhecido como “núcleo duro” do governo. Então na Casa Civil, José Dirceu operou a favor de Dantas; na estratégica Secretaria de Comunicação, Luiz Gushiken fez de tudo para que o banqueiro não se aproximasse; no Ministério da Fazenda, Antonio Palocci pesou prós e contras e decidiu ficar neutro.

A disputa de Gushiken com Dantas foi motivada pelo controle dos fundos de pensão, sócios das telefônicas controladas pelo banqueiro. Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, Dantas tinha tanta influência sobre eles que chegou a trocar um diretor da Previ, o fundo de pensão do Banco do Brasil. Como Gushiken tinha uma empresa de formação de quadros para os fundos, os dois ficaram em lados opostos.

No ano 2000, Dantas chegou a contratar a Kroll – empresa

americana de investigação privada – para bisbilhotar a vida dos sócios da Telecom Itália na Brasil Telecom (BrT), que era controlada por ele. Durante a espionagem, foram grampeados e capturados até e-mails de Gushiken para Luiz Roberto Demarco, antigo sócio de Dantas.

Gushiken nunca o perdoou. E fez de tudo para distanciá-lo dos fundos de pensão, assim que o PT ganhou a eleição.

A briga, na qual estavam em jogo R\$ 14 bilhões, acabou vencida por Gushiken. Coordenador da campanha eleitoral de Lula, ele vetou o recebimento de qualquer doação feita por Dantas ou por suas empresas. “Enquanto eu for vivo, esse senhor não contribui para a nossa campanha”, assegurava.

Já em 2004, ao saber que o tesoureiro petista Delúbio Soares fazia um trabalho de aproximação com o banqueiro, Gushiken passou-lhe um pito. Foi profético: “Saia de perto dessa pessoa. Isso vai dar encrenca.”

Na verdade, Delúbio já andava de braço com a encrenca chamada Marcos Valério Fernandes de Souza. Um ano depois, estourou o mensalão.

De acordo com a CPI dos Correios, o dinheiro das empresas Dantas teria abastecido o mensalão, com o esquema que ficou conhecido como “valerioduto”. Os valores entravam para as empresas de Marcos Valério e de lá saíam para partidos aliados.

Os advogados de Dantas sempre negaram. Disseram que eram pagamentos feitos às empresas DNA Propaganda e SMPE, por serviços prestados à Telemig, Brasil Telecom e Amazônia Celular, controladas por Dantas.

Durante os primeiros anos do governo de Lula eram comuns os comentários sobre desentendimentos entre Dirceu e Gushiken. Dizia-se que Gushiken tinha maior influência sobre Lula, provocando ciúmes no chefe da Casa Civil.

Na tentativa de aproximar Dantas do governo, Dirceu aliou-se a Henrique Pizzolato, então diretor de marketing do Banco do Brasil e antigo aliado de Gushiken. Por causa dessa opção, Gushiken acusou Pizzolato de traição. ●

Dirceu se queixou com presidente

Ex-ministro reclama de ‘uso político’ da Polícia Federal

Vera Rosa
Vanildo Mendes
BRASILIA

O ex-ministro da Casa Civil José Dirceu reclamou pessoalmente ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva do “uso político” da Polícia Federal. A conversa ocorreu há cerca de um mês, em Brasília. Dirceu queixou-se do ministro da Justiça, Tarso Genro – seu desafeto político no PT –, e disse que a PF é “instrumentalizada” pelo petista para perseguir adversários. Lula ouviu os argumentos de Dirceu, que negou o encontro em seu blog.

A reunião, porém, ocorreu na época em que o então prefeito de Juiz de Fora, Carlos Alberto Be-

jani (PTB), foi preso pela PF, acusado de desviar R\$ 1 milhão. A PF “vazou” conversa em que Bejani mencionava que teria se reunido com Dirceu e que conseguiria liberar “R\$ 70 milhões”. O ex-ministro negou e ficou furioso com a divulgação das imagens.

O presidente confia em Tarso, mas avalia que delegados muitas vezes exageram ao dar caráter de “espetáculo” às operações, “vazando” dados sem provas.

Questionado ontem se Dirceu é alvo na Operação Satiagraha, Tarso disse que não, mas sua resposta deixou dúvidas – ele sugeriu que pode ser investigado mais tarde. “A informação que veio sobre Dirceu é lateral e não constitui a centralidade do inqué-

rito. Ele não é alvo. Quem foi envolvido lateralmente só será avaliado posteriormente”, afirmou.

Advogado de Dirceu, José Luiz Oliveira Lima não escondeu a contrariedade. “Essa afirmação é inadequada até porque quem preside as investigações é o delegado – que preservou o ex-ministro José Dirceu – e não, o ministro da Justiça”, reagiu.

APF diz que o Grupo Opportunity, de Daniel Dantas, utilizava-se de “pessoas influentes no meio político”, entre elas Dirceu. ●

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Na CPI, Aparecido não revela quem fez dossiê”, publicada pelo jornal **O Estado de S.Paulo**, em sua edição de 21 de maio de 2008.

A matéria destaca que o ex-Secretário de Controle Interno da Casa Civil José Aparecido Nunes Pires resistiu ontem às pressões da oposição e, ao depor na CPI dos Cartões Corporativos, não revelou quem mandou fazer o dossiê com gastos reservados do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

O segundo assunto que trago à tribuna, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é o espetáculo de cidadania que levou mais de 125 milhões de brasileiros às urnas no último domingo, que nos traz de volta a esta Casa com disposição renovada. Independentemente dos resultados eleitorais, o Brasil comemora, mais uma vez, seu vigor democrático, sua maturidade política.

Maturidade da qual não abrimos mão, em hipótese alguma. E é exatamente por isso que os brasileiros – que tanto sonharam e lutaram pela estabilidade política e econômica de seu País – têm o direito de exigir explicações – e explicações claras, realistas – sobre as conseqüências do vendaval que vem varrendo as finanças internacionais. E que, todos sabemos, já começa a deixar seus rastros em nossa economia.

Não cabe, evidentemente, às autoridades econômicas adotar uma postura negativa, que abalaria a confiança de investidores externos e geraria ainda mais intransigência no mercado interno. Seria absurdo, no entanto, insistir na tese de que estamos blindados contra os solavancos internacionais por conta da solidez de nossa economia.

A crise, que já provocou perdas mundiais de quase US\$1,5 trilhão, chegou a proporções tais que o Governo foi obrigado a acordar e a mudar seu discurso. Não temos, infelizmente, um atestado de imunidade econômica.

O crédito externo está derretendo. O crédito interno, cada vez mais apertado – os prazos de financiamento vêm sendo reduzidos pela metade e as pres-

tações, reajustadas em até 25%. O risco País subiu 48% desde primeiro de setembro e o dólar disparou. O dinheiro da bolsa está evaporando – e o prejuízo é agravado pela queda internacional das *commodities*, diante da expectativa de menor crescimento econômico do mundo todo.

Para os exportadores, o cenário não é nada animador, tanto pela escassez de linhas de crédito quanto pela queda da demanda internacional. Embora os dados de setembro ainda não acusam maior impacto da crise nas exportações brasileiras, a própria Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento já acena com dificuldades na balança comercial nos próximos meses.

Não é o caso, quero deixar bem claro, de menosprezar os avanços de nossa economia. Avanços que nos colocam numa situação bem mais confortável para enfrentar essa turbulência internacional.

O fantasma da dívida externa, os trinta anos de hiperinflação, o desequilíbrio fiscal, tudo isso faz parte do passado. Quem aqui não se lembra que chegamos a inimagináveis cinco mil por cento de inflação antes do Plano Real?

Mas se hoje comemoramos índices de inflação de primeiro mundo, se equilibramos nossas contas externas, se temos um colchão considerável de reservas internacionais, na faixa de US\$206 bilhões, se recuperamos nossa credibilidade no mercado externo e, melhor ainda, se conseguimos, a duras penas, dobrar nosso ritmo de crescimento econômico, também precisamos ter a humildade de reconhecer que ainda estamos bem longe do Brasil com que todos sonhamos.

Não temos um projeto claro de desenvolvimento. Não aprovamos as reformas estruturais de que tanto precisamos, não resolvemos nossos sérios problemas de infra-estrutura, nem conseguimos construir marcos regulatórios efetivos, capazes de garantir a segurança necessária para atrair investimentos de maior vulto. Grande parte do País continua patinando em índices sociais lamentáveis e as desigualdades regionais seguem como uma chaga nacional.

O crescimento econômico que o governo e todos os brasileiros tanto festejamos ainda peca pela fragilidade.

E pior: nesse novo cenário de instabilidade mundial, a estimativa é de que voltemos a amargar um

índice de dois, no máximo três por cento de crescimento em 2009.

O Orçamento da União, que vamos votar em breve, terá de ser revisto, com certeza. E que ninguém se iluda: com a queda da receita, provocada pela atual crise, os níveis de investimento também cairão, inevitavelmente.

Em resumo: vamos ter que adiar, pela enésima vez, nosso projeto de desenvolvimento sustentável.

Sr^{as} e Srs. Senadores, o momento exige, mais que nunca, espírito público e maturidade política. Vamos ter perdas? Vamos, sim. Mas elas podem ser reduzidas se a atual crise for enfrentada com a seriedade que merece. Não falo aqui apenas de iniciativas pontuais, como o corte da taxa de juros, o aumento do superávit primário, a liberação de mais crédito para exportadores e a redução do depósito compulsório – medidas essenciais para proporcionar o mínimo de alívio financeiro a empresas e consumidores.

Se as incertezas em que o mercado está mergulhado não permitem vislumbrar uma resposta de curto prazo ao plano de socorro norte-americano – talvez nem mesmo uma resposta de médio prazo –, temos que reforçar os pilares de nossa economia.

Essa crise deve servir como alerta: sem apostar em reformas estruturais, sem construir um cenário de efetiva segurança jurídica, não teremos muito fôlego para melhorar nossa competitividade internacional e enfrentar grandes abalos. Convém lembrar que o Brasil ocupa um lugar lamentável no Índice Fiesp de Competitividade das Nações: está na trigésima oitava posição entre as 43 nações que representam 90 por cento do PIB mundial.

Cito aqui apenas um dos motivos para essa péssima performance em termos de competitividade. Um motivo óbvio: a carga tributária no Brasil equivale a 34,1% do PIB nacional; nos países mais competitivos, os impostos representam 29,7% do PIB. Quando tivermos, finalmente, a coragem de votar uma reforma tributária séria neste País?

Por fim, Sr^{as} e Srs. Senadores, nossos dirigentes precisam colocar o dedo na ferida: o governo gasta muito e gasta mal.

Só para se ter uma idéia, os gastos governamentais dobraram nos últimos vinte anos, atingindo cerca de 20 por cento do PIB.

Cortar gastos, planejar com seriedade e espírito público as despesas – sem segundas intenções políticas e eleitoreiras – é medida primeira para não perder o prumo.

A reforma do Estado é, sem dúvida, a reforma mais importante a ser enfrentada. Enxugar a máquina pública é mais do que uma obrigação. É condição básica para não jogarmos água abaixo a estabilidade econômica conquistada nos últimos anos.

São essas as considerações que eu tinha a fazer. Que essa crise, Sr^{as} e Srs. Senadores, sirva-nos de lição. Que ela nos permita dar um passo decisivo rumo ao Brasil de amanhã.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR
SENADOR JOÃO TENÓRIO EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Na CPI, Aparecido não revela quem fez dossiê

Ex-secretário poupa Dilma e Erenice; oposição desmonta a tese de que informações sobre gastos reservados constituem "banco de dados"

Luciana Nunes Leal
Eugênia Lopes
BRASÍLIA

O ex-secretário de Controle Interno da Casa Civil José Aparecido Nunes Pires resistiu ontem às pressões da oposição e, ao depor na CPI dos Cartões Corporativos, não revelou quem mandou fazer o dossiê com gastos reservados do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

Apesar disso, a oposição ficou convencida de que conseguiu carimbar o dossiê como um produto da Casa Civil da Presidência da República. Os governistas, sem muita ênfase, insistiram na versão do banco de dados.

Aparecido e o assessor do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) André Fernandes, que também foi ouvido pela CPI, divergiram em vários pontos, mas, apesar das contradições, a base aliada deve derrubar hoje o requerimento para realizar uma acaecção entre eles. O depoimento de Aparecido foi suspenso e continuará hoje.

Para sustentar a tese de que foi feito um dossiê na Casa Civil, André Fernandes, com a colaboração do deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP), enumerou detalhes técnicos que, segundo ele, indicavam que foram selecionados em uma única planilha dados específicos de gastos do ex-presidente. "Vê-se claramente que pinçaram-se dados. Banco de dados pressupõe informações genéricas. Dossiê pressupõe informações pinçadas", disse o tucano. Para ele, o fato de haver folhas numeradas na planilha é um indicativo de que foram destacados apenas "gastos esdrúxulos". "O campo denominado número de folha é denunciante. É completamente inverossímil só ter dados exóticos. Um banco de dados teria compras normais de arroz, feijão", atestou André Fernandes.

AS CONTRADIÇÕES

ALMOÇO NO CLUBE NAVAL

André diz que, quando recebeu o e-mail, marcou almoço com Aparecido para discutir o assunto. Ele que ligou para marcar o encontro

Aparecido afirma que André não citou o recebimento de nenhuma planilha e que conversaram sobre os rumores de vazamento dos dados. Segundo Aparecido, o convite para o almoço foi feito por um amigo em comum, Nélio Lacerda, que disse que André estaria presente

PLANILHA ENVIADA

André diz que recebeu o e-mail com a planilha como "intimidação à oposição"

Aparecido afirma que, "se anexou" o documento, foi "por engano ou descuido"

PEDIDO DE EMPREGO

André diz que jamais pediu emprego no governo Lula

Aparecido afirma que, em janeiro de 2003, recebeu por e-mail o currículo de André, que "cogitou" ser secretário-executivo-adjunto do Ministério do Planejamento;

ERENICE GUERRA

André garante ter ouvido de Aparecido que a secretária-executiva da Casa Civil determinou elaboração do dossiê com gastos de FHC. Ele diz também que Aparecido se referiu a uma reunião convocada por Erenice em que foi pedido a cada secretário da pasta que cedesse dois funcionários para trabalhar na coleta de dados

Aparecido diz que jamais tratou com Erenice ou com a ministra Dilma Rousseff sobre banco de dados e que a reunião teve a participação apenas do secretário de Administração da Casa Civil, Norberto Tométo, que requisitou os dois funcionários

BRIGA

André afirma que brigou com Aparecido em 2004, durante a CPI do Banestado, porque o então funcionário da Casa Civil queria que o assessor deixasse de trabalhar com os parlamentares da oposição

Aparecido diz que a briga ocorreu em 2003, quando o senador Álvaro Dias (PSDB-PR) encaminhou à Casa Civil pedido de informações sobre funcionários do TCU cedidos ao ministério, viagens e gastos desses servidores. Segundo Dias, o pedido foi feito em 2005 e não se referia só a funcionários do TCU.

MENTIRAS

Os pontos obscuros eram tantos que nem opositoristas foram firmes na defesa de Fernandes nem os governistas saíram convencidos de que Aparecido falou a verdade. "Foi um lamentável festival de mentiras. Não sinto firmeza nem sinceridade em nenhuma das partes", resumiu o líder do DEM no Senado, José Agripino Maia (RN). "Olha que eu sou governista, mas custa-me acreditar que você tenha enviado sem querer. Talvez seu dedo tivesse em um dia de mau gosto ao enviar essa planilha", disse o deputado Sílvio Costa (PMN-PE), referindo-se a Aparecido.

O deputado Chico Alencar (PSOL-RJ) disse que "José Aparecido pareceu um homem alienado do mundo e abusou do direito de mentir". E acrescentou: "PT e PSDB se parecem muito e quando estão encrencados, fica um querendo prestar serviço ao outro".

Os depoimentos praticamente repetiram o que os dois suspeitos falaram à Polícia Federal na semana passada. André Fernandes disse ter ouvido de Aparecido que o dossiê foi feito a pedido de Erenice Guerra, secretária-executiva da Casa Civil, irmão-direito da ministra Dilma Rousseff. Aparecido isentou de responsabilidade Ereni-



Ouça os principais trechos dos depoimentos na CPI

Veja a íntegra do dossiê com os gastos de FHC

Especial multimídia traz a cronologia da crise dos cartões

Teste seus conhecimentos sobre o caso dossiê

www.estadao.com.br/e26

ce e Dilma e afirmou jamais ter conversado com nenhuma das duas sobre o que chama de "banco de dados". Disse ainda que enviou a planilha com gastos de

FHC "por engano e descuido" e que queria apenas mostrar um texto sobre administração pública para Fernandes.

Durante os depoimentos, os governistas insistiram na tese de que Fernandes havia convencido o amigo Aparecido a enviar o dossiê. "Para mim o que houve foi um grande tráfico de amizade", disse o senador Wellington Salgado (PMDB-MG). Os dois disseram que, depois de terem rompido no primeiro governo Lula, voltaram a se falar em 2006, mas sem proximidade. No entanto, Fernandes participou da comemoração do aniversário de Aparecido, no dia 26 de março deste ano.

SESSÃO SECRETA

Por 12 votos contra e sete a favor, os governistas derrubaram o pedido da oposição para

que Fernandes falasse em sessão secreta. O assessor alegou ter "cinco pontos" que gostaria de falar reservadamente aos integrantes da CPI para "proteger a honra e a imagem das pessoas". "Vai além da confecção do dossiê", afirmou Fernandes. Ele se negou a fazer as revelações na sessão aberta: argumentou que eram fatos colaterais, que nada tinham a ver com o dossiê.

A sessão, que começou com o deputado Carlos Willian (PTC-MG) sugerindo que André Fernandes jurasse sobre a Bíblia que só diria a verdade, teve momentos de bate-boca, de piadas, de provocações. Os integrantes da CPI caíram na gargalhada quando Aparecido disse não se lembrar o número de participantes de um almoço com apenas quatro pessoas. ●

Imagem e semelhança

O depoimento de José Aparecido Nunes na CPI dos Cartões teria representado um prejuízo de proporções gigantescas se o governo tivesse algum compromisso moral com a verdade, a coerência e a consistência. Como não tem, foi um sucesso.

Decoro

O deputado Carlos William tem todo o direito de defender suas idéias. Mesmo as estapafúrdias, como a permissão de reeleições infinitas para presidentes da República.

Mas agressões ao ouvido alheio, a golpes sucessivos de "que sejam", como fez ontem na CPI, o deputado Carlos William não tem imunidade parlamentar para cometer ●

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna no dia de hoje para registrar a matéria intitulada "Teixeira admite ter recebido US\$ 3,2 milhões no caso Varig", publicada pelo jornal **O Estado de S.Paulo**, em sua edição de 22 de junho de 2008.

A reportagem destaca que o advogado e compadre do Presidente Lula, Roberto Teixeira, admitiu que recebeu mais de US\$3 milhões referentes a serviços prestados para a VarigLog, incluindo uma taxa de su-

cesso de US\$750 mil pela participação na compra da Varig em leilão judicial.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos **Anais do Senado Federal**.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Teixeira admite ter recebido US\$ 3,2 milhões no caso Varig

Pagamento é um dos pontos polêmicos envolvendo a ação do advogado na compra da companhia aérea

Planilha do software SAP da VRG revela que de 3 de outubro de 2006 até 9 de fevereiro de 2007 foram pagos R\$ 4.853.401,03 ao escritório de Teixeira. As duas primeiras linhas referem-se à taxa de sucesso pela aprovação da compra da Varig: R\$ 1,6 milhão no total

Mariana Barbosa

O advogado Roberto Teixeira admitiu ao Estado que recebeu US\$ 3.266.825,79 referentes a serviços prestados para a VarigLog, incluindo uma taxa de sucesso de US\$ 750 mil (R\$ 1.600.050) pela participação na compra da Varig em leilão judicial. O valor refere-se ao período de abril de 2006 a junho de 2007. O advogado cobra ainda US\$ 682 mil (R\$ 1.220.448,40) referentes a serviços prestados entre julho de 2007 e janeiro de 2008 e não pagos. Em um ano e nove meses, portanto, os honorários e taxas de sucesso do escritório do advogado totalizaram US\$ 3,95 milhões.

Na última quarta-feira em Brasília, Teixeira afirmou que recebeu apenas US\$ 350 mil da VarigLog. Ele foi a Brasília à convite do Senado para explicar as acusações da ex-diretora da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) Denise Abreu, que em entrevista ao Estado disse que ele teria se aproveitado do livre trânsito com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, seu compadre, e com a ministra Dilma Rousseff (Casa Civil) para conseguir aprovar a compra da VarigLog e da Varig. Segundo Denise, a atuação do escritório no episódio foi "imoral".

O valor dos honorários apresentados em Brasília causou surpresa e estava bem abaixo dos US\$ 5 milhões que o empresário Marco Audi, sócio afastado da VarigLog, disse ter pago para o escritório Teixeira, Martins e Advogados. "Paguei US\$ 5 milhões ao Roberto Teixeira para ele resolver e ele resolveu", declarou Audi. "Não sei o que ele negociou, mas sua influência foi 100% decisiva."

Segundo Denise Abreu, por pressão da Casa Civil, os sócios estrangeiros e brasileiros da VarigLog foram dispensados de apresentar documentos com comprovação de origem de capital e de renda e que seriam necessários para avaliar denúncias de que o verdadeiro controlador seria estrangeiro. Hoje se sabe que os brasileiros Marco Audi, Marcos Hafel e Luiz Gallo não desembolsaram um real para entrar na sociedade com o fundo estrangeiro Matlin Patterson, embora formalmente fossem donos de 80%

das ações com direito a voto. Com isso, o fundo ficou dentro da lei que limita em 20% a participação estrangeira no setor. Um contrato de gaveta até então desconhecido das autoridades dava ao Matlin o direito de adquirir a parte dos brasileiros a qualquer momento. O Matlin, que briga com os brasileiros na Justiça, tentou exercer esse contrato no ano passado, mas foi impedido por uma liminar.

Na tarde de sexta-feira, a reportagem procurou a Assessoria de Imprensa de Teixeira com a informação de que teve acesso a documentos da VarigLog e da Varig que revelam o pagamento de R\$ 7.130.371,00 (cerca de US\$ 3,3 milhões considerando câmbio da época). Quatro horas depois da solicitação, os valores, em dólar, foram confirmados. "Pelos honorários referentes aos serviços prestados para a VarigLog e à aquisição e homologação judicial da Varig, bem como processos de defesa de sucessão recebemos US\$ 3.266.825,79."

A assessoria de Teixeira explicou ainda que os US\$ 350 mil, declarados em Brasília, referem-se apenas ao período de abril a junho de 2006. "O que Roberto Teixeira contestou desde o começo foi a declaração que Marco Audi deu ao Estado, afirmando que do contrato até a aprovação da VarigLog foram US\$ 5 milhões", disse a assessoria. "Observe que o Audi tem mudado sua acusação, cada vez que respondemos a versão anterior (parece vírus mutante driblando o Norton)."

Procurado, Audi reconheceu um "engano" em relação ao período. "Em todas as entrevistas que dei depois eu esclareci isso, e volto a repetir: as empresas do grupo VarigLog pagaram mais de US\$ 5 milhões ao Roberto Teixeira nos dois anos em que eu estive lá (abril de 2006 até abril de 2008). Tanto faz chegar, que fez a nação inteira acreditar que ele recebeu só US\$ 350 mil da VarigLog", dispara Audi, que havia declarado que Teixeira "é Deus e faz até chover". "A questão não é se o valor é pouco ou muito, mas mostrar como ele (Teixeira) opera."

Os pagamentos da VarigLog eram feitos a partir de sete empresas (VRG Linhas Aéreas, VBP do Brasil, Volo do Brasil, Varig Logística, Volo Logistics, Matlin Patterson USA e Matlin Patterson LA). A assessoria

'Foram muitas horas de trabalho', diz o advogado

...O advogado Roberto Teixeira afirma que os US\$ 3.266.825,79 que admite ter recebido se justificam pelo esforço exigido para aprovar a compra da VarigLog e da Varig. "Os advogados ganham por hora de trabalho. E foram muitas horas em todas essas tarefas", diz Teixeira, em nota ao 'Estado'. "...o volume de trabalho para a VarigLog e VRG (Nova Varig) sempre foi muito grande: mais de 300 processos judiciais, viagens a Brasília, Rio de Janeiro e Nova York", diz. "Todos os recebimentos estão devidamente contabilizados e com prestação de contas." Ele garante que não vão aparecer novos valores para o período de abril de 2006 a junho de 2007. Teixeira não é o único escritório a receber pagamentos milionários da VarigLog. De março de 2007 a fevereiro, segundo relatório da L&A Consultores, que representa os sócios brasileiros, recebeu US\$ 2,5 milhões.

Teixeira teve acesso a uma planilha de pagamentos do software de gestão SAP da VRG Linhas Aéreas, que revela notas apresentadas e pagamentos efetuados ao escritório de Teixeira de outubro de 2006 a fevereiro de 2007. No período, a planilha registra a saída de US\$ 2.255.455,18 (R\$ 4.853.401,03) para Teixeira. Outros US\$ 440 mil (R\$ 840.887,84) foram pagos de março a junho de 2007, conforme relatório da L&A Consultores de março de 2007. Foram repassados ainda US\$ 382 mil (R\$ 1.436.538,10), em cinco pagamentos, de 20 de abril de 2006 a 28 de julho de 2006, por meio da VBP. Formalmente, Teixeira rescindiu o contrato com a VarigLog em janeiro deste ano. Mas ele rompeu apenas com os brasileiros, pois no mês seguinte voltou a advogar para a VarigLog, contratado pelo Matlin. e

O SR. PEDRO SIMON (PSDB – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, julgamos ser da maior justiça que esta Casa inscreva em seus Anais a mensagem intitulada “Parar a roda bloqueando seus raios”, em que Dom Pedro Casadáliga, Bispo da Prelazia de São Félix do Xingu, despede-se de “seus irmãos e irmãs”, no momento em que dela se afasta, aos 80 anos de idade.

A mensagem traduz todo o amor e zelo com os quais o Bispo se dedicou aos índios, posseiros e às pessoas mais humildes da terra que tanto amou e aos quais dedicou os melhores anos de sua vida.

Dom Pedro foi um dos mais ardorosos combatentes das injustiças devidas à ditadura militar e prosseguiu na sua luta contra o desmatamento da Amazônia, a corrupção e os desmandos de toda ordem.

Aos 80 anos de idade, com a saúde fragilizada, Dom Pedro vale-se de sua mensagem para advertir a Nação e toda a Terra sobre o mau uso dos seus recursos, em benefício de uns poucos privilegiados, relegando à miséria os menos favorecidos. Assim, transcrevo aqui, *ipsis literis*, a mensagem:

“PARAR A RODA BLOQUEANDO SEUS RÁIOS”

Estava eu pensando a circular de 2008, quando me invade, como um rio bíblico de leite e mel, uma autêntica enchente de mensagens de solidariedade e carinho por ocasião dos meus 80 anos. Não podendo responder a cada um e a cada uma em particular, inclusive porque o irmão Parkinson tem os seus caprichos, peço a vocês que recebam esta circular como um abraço pessoal, entranhável, de gratidão e de comunhão renovadas.

Estou lendo uma biografia de Dietrich Bonhoeffer, intitulada, muito significativamente, Deveríamos ter gritado. Bonhoeffer, teólogo e pastor luterano, profeta e mártir, foi assassinado pelo nazismo, no dia 9 de abril de 1945, no campo de concentração de Flossenbürg. Ele denunciava a “Graça barata” à qual reduzimos muitas vezes nossa fé cristã. Advertia também que “quem não tenha gritado contra o nazismo não tem direito a cantar gregoriano”. E chegava finalmente, já nas vésperas do seu martírio, a esta conclusão militante: “Tem que se parar a roda bloqueando seus raios”. Não bastava então socorrer pontualmente as vítimas trituradas pelo sistema nazi, que para Bonhoeffer era a roda; e não nos podem bastar hoje o assistencialismo e as reformas-remendo frente a essa roda que para nos é o capitalismo neoliberal com os seus raios do mercado total,

do lucro omnímodo, da macro-ditadura econômica e cultural, dos terrorismos do estado, do armamentismo de novo crescente, do fundamentalismo religioso, da devastação ecocida da terra, da água, da floresta e do ar.

Não podemos ficar estupefatos diante da iniquidade estruturada, aceitando como fatalidade a desigualdade injusta entre pessoas e povos, a existência de um Primeiro Mundo que tem tudo e um Terceiro Mundo que morre de inanição. As estatísticas se multiplicam e vamos conhecendo mais números dramáticos, mais situações infra-humanas. Jean Ziegler, relator das Nações Unidas para a Alimentação, afirma, carregado de experiência, que «a ordem mundial é assassina, pois hoje a fome não é mais uma fatalidade». E afirma também que “destinar milhões de hectares para a produção de bio-carburantes é um crime contra a Humanidade”. O bio-combustível não pode ser um festival de lucros irresponsáveis. A ONU vem alertando que o aquecimento global do planeta avança mais rapidamente do que se pensava e, a menos que se adotem medidas urgentes, provocará a desapareção do 30% das espécies animais e vegetais, milhões de pessoas serão privadas de água e proliferarão as secas, os incêndios, as enchentes. A gente se pergunta angustiada quem irá adotar essas “medidas urgentes”.

O grande capital agrícola, com o agronegócio e cada vez mais o hidronegócio, avança sobre o campo, concentrando terra e renda, expulsando às famílias camponesas e jogando-as errantes, sem terra, acampadas, engrossando as periferias violentas das cidades. Dom Erwin Kräutler, bispo de Xingu e presidente do CIMI, denuncia que «o desenvolvimento na Amazônia tornou-se sinônimo de desmatar, queimar, arrasar, matar». Segundo Roberto Smeraldi, de Amigos da Terra, as políticas contraditórias do Banco Mundial por um lado “prometem salvar as árvores” e por outro lado, “ajudam a derrubar a Amazônia”.

Mas a Utopia continua. Como diria Bloch, somos “criaturas esperanças” (e esperançadoras). A esperança segue, como uma sede e como um manancial. “Contra toda esperança esperamos”. Da esperança fala, precisamente, a recente encíclica de Bento XVI. (Pena que o Papa, nesta encíclica, não cita nem uma vez o Concílio Vaticano II, que nos deu a Constituição Pastoral **Gaudium et Spes** –

Alegria e Esperança. Seja dito de passagem, o Concílio Vaticano II continua amado, acusado, silenciado, preterido... Quem tem medo do Vaticano II?). Frente ao descrédito da política, em quase todo o mundo, nossa Agenda Latinoamericana 2008 aposta por uma nova política; até “pedimos, sonhando alto, que a política seja um exercício de amor”. Um amor muito realista, militante, que subverta estruturas e instituições reacionárias, construídas com a fome e o sangue das maiorias pobres, ao serviço do condomínio mundial de uma minoria plutocrata.

Por sua parte as entidades e os projetos alternativos reagem tentando criar consciência, provocar uma santa rebeldia. O FSM 2009 vai-se realizar, precisamente, na Amazônia brasileira e terá a Amazônia como um dos seus temas centrais. E o XII Encontro Inter-ecclesial das CEBs, em 2009, se celebrará também na Amazônia, em Porto Velho, Rondônia. Nossa militância política e nossa pastoral libertadora devem assumir cada vez mais estes desafios maiores, que ameaçam nosso Planeta. “Escolhemos, pois, a vida”, como reza o lema da Campanha da Fraternidade 2008. O apóstolo Paulo, em sua Carta aos Romanos, nos lembra que “toda a criação geme e está com dores de parto” (Rom.8,22). Os gritos de morte cruzam-se com os gritos de vida, neste parto universal.

É tempo de paradigmas. Creio que hoje se devem citar, como paradigmas maiores e mais urgentes, os direitos humanos básicos, a ecologia, o diálogo inter-cultural e inter-religioso e a convivência plural entre pessoas e povos. Estes quatro paradigmas nos afetam a todos, porque saem ao encontro das convulsões, objetivos e programas que está vivendo a Humanidade maltratada, mas esperançada ainda sempre.

Com tropeços e ambigüidades Nossa América se move para a esquerda; “novos ventos sopram no Continente»; estamos passando «da resistência à ofensiva”. Os povos indígenas de Abya Yala têm saudado com alegria a Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas, que afeta a mais de 370 milhões de pessoas em 70 países do Mundo; e reivindicarão a execução real dessa Declaração.

Nossa Igreja da América Latina e o Caribe, em Aparecida, se não foi aquele Pentecos-

tes que queríamos sonhar, foi uma profunda experiência de encontro entre bispos e povo; e confirmou os traços mais característicos da Igreja da Libertação: o seguimento de Jesus, a Bíblia na vida, a opção pelos pobres, o testemunho dos mártires, as comunidades, a missão inculturada, o compromisso político.

Irmãos e irmãs, que raios vamos quebrar em nossa vida diária?, como ajudaremos a bloquear a roda fatal?, teremos direito a cantar gregoriano?, saberemos incorporar em nossas vidas esses quatro paradigmas maiores traduzindo-os em prática diária?

Recebam um abraço entranhável na esperança subversiva e na comunhão fraterna do Evangelho do Reino. Vamos sempre para a Vida.

Pedro Casaldáliga
Circular 2008

Espero que as palavras de Dom Pedro não fiquem apenas registradas nos Anais do Senado Federal, mas que sejam profundamente por nós refletidas.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em 2006, realizou-se, em Montevidéu, a *Cumbre de Ministros da Cultura*, ocasião em que o Brasil apresentou aos países ibero-americanos a proposta de eleger o ano de 2008 como o *Ano Ibero-Americano de Museus*, proposta que teve o imediato apoio da Espanha e dos demais países participantes do encontro.

No ano seguinte, em junho de 2007, a cidade de Salvador foi a sede do *I Encontro Ibero-Americano de Museus*, evento que contribuiu para aperfeiçoar a proposta e consolidar suas bases, transformando-a num projeto concreto, com o apoio de 22 países ibero-americanos. Poucos meses mais tarde, em novembro daquele mesmo ano, os Chefes de Estado e de Governo, reunidos na XVII Cúpula Ibero-Americana, aprovaram a proposta e elegeram 2008 como o Ano Ibero-Americano de Museus.

Assim sendo, já em janeiro de 2008, reuniram-se em Brasília representantes do Brasil, da Colômbia e da Espanha, num encontro em que se instituiu o *Programa Ibero-museus*, como entidade de cooperação, planejamento, articulação, troca de experiências e desenvolvimento de ações conjuntas para estabelecer uma política museológica para a Ibero-América.

A iniciativa representa um esforço inicial no sentido de formar uma rede regional de museus, elaborar um mapeamento do conjunto de museus ibero-ameri-

canos e criar um fundo destinado ao desenvolvimento do setor, em toda a Região.

O conjunto dos museus ibero-americanos é um universo em expansão, que compreende o total de mais de 10 mil museus e um extraordinário acervo de bens tangíveis e intangíveis.

Os museus ibero-americanos recebem mais de 100 milhões de visitantes por ano, geram mais de 100 mil empregos diretos e estáveis, o que significa uma importante contribuição nas áreas educacional, cultural, da cidadania e da formação nos campos das artes, da política, da história e das ciências sociais.

Por isso, o tema escolhido para o Ano Ibero-Americano de Museus foi, com muita propriedade, "Museus como Agentes de Mudança Social", o que, por si só, demonstra perfeitamente a missão, o papel e também representa um desafio na defesa e na promoção da identidade, da história, da memória e do patrimônio cultural dos nossos povos.

A Agenda Internacional do Ano Ibero-Americano de Museus 2008, publicação que tive o privilégio de receber em meu gabinete, apresenta cerca de 900 eventos relevantes, de caráter bastante diversificado, englobando várias instituições e localidades, de toda a Ibero-América.

Trata-se de um documento que representa o esforço coletivo das entidades responsáveis pelo setor museológico de 22 países e de diversas instituições e órgãos governamentais, como a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI), a Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB) e o Ministério da Cultura do Brasil.

Para todos nós é motivo de grande satisfação verificar que a proposta apresentada pelo Brasil, no ano de 2006, transforma-se agora em realidade e que a Política Nacional de Museus do Brasil tem como um dos objetivos criar um ambiente favorável à integração cultural ibero-americana, em consonância com a Convenção da Diversidade Cultural da UNESCO e com a Carta Cultural Ibero-Americana.

O Brasil vem cumprindo o seu papel na área cultural ibero-americana, contribuindo para o desenvolvimento educacional, social e cultural da Região e realizando o intercâmbio de experiências que ajudam a fortalecer a cultura regional.

Cito, a seguir, alguns exemplos de nossa atuação para fortalecer e dinamizar o setor em nosso País.

O Departamento de Museus e Centros Culturais (Demu), órgão vinculado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e responsável pelo setor museológico, tem realizado um importante trabalho de implantação e consolidação da Política Nacional de Museus.

O Cadastro Nacional de Museus registra a existência de 2.500 museus no Brasil, entre museus federais, estaduais, municipais, particulares ou ligados a Organizações Não-Governamentais.

O Programa Nacional de Formação e Capacitação de Recursos Humanos em Museologia já realizou 309 oficinas de treinamento e fóruns estaduais e regionais, qualificando aproximadamente 18 mil pessoas na área de museus.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todos nós reconhecemos a importância e a relevância do setor de museus para o desenvolvimento cultural e educacional do nosso povo e dos povos ibero-americanos.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva confere à educação e à cultura o mais alto grau de prioridade do seu Governo.

O Programa Mais Cultura é um ação governamental sem precedentes, que prevê investimentos em cultura da ordem de quatro bilhões e setecentos milhões de reais até 2010. O Programa tem como objetivos primordiais melhorar o ambiente social e o convívio entre os cidadãos, unindo desenvolvimento cultural, social, político, cidadania e também o crescimento da economia.

Não podemos esquecer que o setor cultural, a chamada "economia da cultura", responde por 5% do PIB e também por 5% dos empregos com carteira assinada.

A Política Nacional de Museus é parte integrante, e de grande relevância, nesse esforço governamental de elevar o nível cultural e educacional de todos os brasileiros, sem exclusão e sem discriminação, como, aliás, é própria de um Governo democrático, comprometido com o desenvolvimento e com a inclusão social, como é o Governo do Presidente Lula.

Certamente, esse foi um dos fatores que contribuíram para que, no dia 16 de abril deste ano, o Ministro da Cultura, Gilberto Gil, fosse agraciado, em Lisboa, com o título de Doutor *Honoris Causa* em Museologia, pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Consta que aquela Instituição concedeu esse honroso título com base no reconhecimento do "*mérito curricular do Ministro, da magnitude do trabalho desenvolvido em prol da Cultura dos países lusófonos e do trabalho em defesa da dignidade humana e dos direitos da cidadania*".

Ao encerrar este meu pronunciamento, quero me congratular com o Ministro da Cultura, Gilberto Gil, e toda sua equipe de colaboradores, por sua atuação dinâmica e decisiva para transformar o Brasil em um grande pólo cultural e de construção de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nada mais havendo a tratar, está encerrada esta sessão de 9 de outubro de 2008, iniciada às 14 horas.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 39 minutos.)

Ata da 187ª Sessão Não Deliberativa, em 10 de outubro de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Mão Santa, Paulo Paim, João Pedro e Delcídio Amaral

(Inicia-se a Sessão às 9 horas e 4 minutos, e encerra-se às 13 horas e 11 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a benção e a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos da 187ª sessão não deliberativa do Senado da República do Brasil, sexta-feira, 10 de outubro, iniciada às 09 horas e 04 minutos, sob a coordenação da Drª Cláudia Lyra.

Há oradores inscritos, inclusive eu, mas o nosso ilustre Senador do Amapá pede que tenhamos sensibilidade em conceder-lhe a palavra em primeiro lugar, porque S. Exª vai ausentar-se por motivo de viagem.

Senador Gilvam Borges, V. Exª poderá usar a tribuna pelo tempo que achar conveniente e, voltando ao Amapá, dê um abraço no seu irmão, que, com grandeza, representou aquele Estado e marcou a história do Senado com sua presença competente e com muita dignidade.

V. Exª, que representa o PMDB do Amapá, pode falar pelo tempo que achar conveniente.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Agradeço o abraço de V. Exª, que darei pessoalmente, quando estiver no nosso querido Estado do Amapá.

O filósofo Ortega y Gasset ensinou que o homem é o homem e suas circunstâncias. E as circunstâncias são filhas do tempo, que não pára nunca. Por isso, os desafios e os questionamentos decorrentes deles só cessam com a morte.

Ainda ontem, eu que sou um caminhador, deixei o Senado e fui a pé até a rodoviária do Plano Piloto. Lá, eu, mais um rosto entre os populares, ouvi o trabalhador comum, a dona-de-casa e o estudante cheio de sonhos. E eles estavam preocupados com a crise no mundo. Repeti-lhes, então, o que o Presidente Lula havia falado pouco antes em entrevista à **Folha de S. Paulo**: “Durante muitas semanas vai se falar em crise no mundo. A Bolsa vai subir e vai descer. Não se abalem, porque este País se encontrou com seu destino. Continuem fazendo as mesas coisas que vocês faziam.”

Essas foram as palavras do Presidente Lula. E acrescentei, de forma quase didática: “O Presidente também assegurou que não vai haver pacote econômico. Ele disse que toda vez que se falou de pacote econômico, neste País, quem ficou com o prejuízo foi o trabalhador brasileiro. As medidas serão tomadas uma a uma sempre que forem necessárias.”

E assim está sendo feito com muita competência. O Banco Central traz suportes e estruturas, para que o equilíbrio das ondas gigantes que vêm da América do Norte possam...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Gilvam Borges, contamos com a presença do nosso Vice-Presidente da Casa, a quem passo a Presidência para a ouvi-lo no Parlamento.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Mas ele está insistindo para que eu continue a presidir a sessão. Então, continuo.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Mas aguardo, porque ainda pode haver possibilidade de ele assumir. V. Exª sabe que esta Casa...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Ou eu também, porque também sou candidato do PMDB.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Exatamente. aguardo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Exª pode usar da palavra pelo tempo que achar conveniente.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Mas, de volta a meu Gabinete, recebi telefonemas do Amapá, perguntas de jornalistas e *e-mails* inquietos a respeito da crise financeira. A velha história do homem, suas circunstâncias e seu tempo. Pronto! Instalou-se o medo de que a gripe da América do Norte se alastre, trazendo pneumonia ao Brasil.

Não sou economista, mas me reuni com assessores que o são, e com a humildade dos que não têm vergonha de aprender, perguntei sobre a crise, seus desdobramentos, alta de dólar, perspectivas e prognósticos.

E, mais importante do que falar da crise financeira norte-americana, como se todos soubessem que ela existe e com a certeza de que ela é destruidora, considero que é imperiosa explicar por que ela se instalou.

Basicamente, os seguidos anos de elevado crescimento e baixo risco ampliaram rapidamente as linhas de crédito na economia americana, sobretudo no setor imobiliário. Os bancos reduziram muito as exigências para liberar financiamentos. Enquanto os juros estavam em níveis extremamente baixos, tudo corria bem. Mas o ambiente mudou. Como a taxa de inadimplência extrapolou os limites previstos, os juros subiram.

Então, temendo novas perdas, as instituições financeiras, ou seja, os bancos, reduziram sua tolerância em relação a aplicações arriscadas, e, por isso, algumas empresas não conseguiram obter financiamento. Entre os inadimplentes, havia companhias nas quais os fundos de investimento puseram dinheiro. Acendeu-se um sinal vermelho de alerta em Wall Street e nas principais praças financeiras do planeta, o que levou a um quadro de grandes perdas no mercado acionário.

O que aconteceu foi que os seguidos anos de juros baixíssimos estimularam uma concessão de crédito desenfreada na economia americana. Os bancos começaram a emprestar dinheiro até a pessoas com histórico de crédito deficiente (os chamados de *subprime*). Mas, nos últimos meses, os juros começaram a subir, o financiamento ficou mais caro e a inadimplência disparou. Para estancarem prejuízos, os investidores venderam ações que possuíam em carteira, não só nos Estados Unidos e na Europa, mas também em mercados emergentes como o Brasil.

Não há dúvida, de acordo com economistas, de que os mercados do mundo todo, como tudo está interligado, passarão por dias de montanha-russa, com quedas grandes seguidas de altas.

Mas, também segundo os estudiosos mais sérios, ao contrário das turbulências de 1998 e 2002, as empresas brasileiras têm hoje finanças muito mais sólidas, com baixo endividamento e muito dinheiro em caixa.

O Governo também faz tudo certo. O Tesouro Nacional tem um confortável colchão de liquidez que ajudaria a enfrentar uma eventual má vontade do mercado em rolar a dívida pública. Com o crescimento das exportações, o Brasil acumulou também reservas em moeda forte suficientes para assustar qualquer ganancioso especulador internacional.

A verdade é que, durante os anos 90, o Brasil atravessou, aos trancos e barrancos, as crises nos mercados financeiros do México (em 1994); da Ásia (em 1997); e da Rússia (em 1998), e sucumbiu ao ataque especulativo contra o real no início de 1999, desvalo-

rizando a moeda. Nessa última ocasião, o País tinha reservas de apenas US\$35 bilhões – no auge da crise, o mercado brasileiro perdia US\$1 bilhão por dia.

Desta vez, porém, o cenário é bem diferente: o País tem dólares de sobra e o drama da dívida externa faz parte do passado. Segundo o Banco Central, o Brasil tem quase US\$160 bilhões de reserva que podem ser injetados no mercado para conter a fuga de capitais. O País, portanto, não vai quebrar.

O Governo enviou a Proposta de Orçamento de 2009 ao Congresso. Por enquanto não vai mexer nele. A proposta enviada ao Congresso trabalha com a expansão de 4,5% da economia, IPCA de 4,5% e IGP-DI de 5,3%. A taxa de câmbio média é estimada em R\$1,71 e os juros básicos devem estar entre 13,5% em dezembro do ano que vem. O salário mínimo deve aumentar para R\$464,00.

O Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, garantiu a disposição do Governo em cortar despesas em 2009 caso a economia cresça abaixo da atual previsão, mas disse ter recebido orientação para preservar os recursos destinados às áreas sociais e aos investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento, PAC. O Ministro defendeu uma atitude de “precaução” do Governo, mas afirmou que as medidas para enfrentar o agravamento da crise internacional “são aquelas que tomamos nos últimos seis anos. Somos pentacampeões em fazer superávit”, explicou Bernardo, afirmando que os cinco maiores superávits primários dos últimos dez anos foram alcançados na administração do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. E é verdade!

O Ministro afirmou que ainda não dá para assegurar se haverá mesmo cortes, “sem ter convicção de que isso será necessário”. A meta de superávit também está mantida. Pelo menos, até agora.

Esta semana, em audiência pública na Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional, o Ministro Paulo Bernardo advertiu às indústrias que pedir reajustes ao varejo, por um suposto aumento de custos com componentes importados, é “jogar gasolina na fogueira”, numa espécie de pedido para a manutenção de preços durante a turbulência dos mercados financeiros.

Aliás, esse é o problema dos mercados: eles são extremamente vorazes e gananciosos. Ainda ontem à noite, li uma matéria extremamente interessante a respeito do dólar. O economista Sidnei Nehme, diretor executivo da NGO Corretora, garante que a alta do dólar nos últimos dias “é um problema de apostadores e nada tem a ver com o mercado de câmbio à vista”.

Diz a matéria na íntegra:

As variações no mercado de câmbio ‘passam uma idéia absolutamente errônea à população’. As pessoas que não têm intimi-

dade com esses mecanismos têm a impressão de que o País está em crise e que não tem dólares.

O economista aponta sinais de que não há escassez da moeda americana no País. Nos últimos pregões, o Banco Central ofereceu dólares no mercado futuro, mas os negociadores não absorveram toda a quantia. Nesta quarta-feira, ocorreu o mesmo: o Banco Central fez leilão à vista, mas o mercado se interessou apenas parcialmente.

O problema ocorre porque algumas empresas nacionais haviam feito operações arriscadas no mercado futuro de câmbio colocando-se na posição de vendedores.

Em certo momento, 'um grupo de fundos descobriu que a crise poderia permitir um movimento especulativo apostando no dólar e não mais no real. Esse grupo, que tinha uma posição vendida de dólares futuros da ordem de US\$3 bilhões, passou para uma posição comparada da ordem de US\$7 bilhões', explica o economista.

As empresas que especularam na posição vendedora agora encontram na outra ponta esses fundos, que dificultam a liquidez propositalmente e puxam as taxas cada vez mais para cima, segundo Nehme. E as 'empresas agüentam porque sabem que se saírem agora os prejuízos serão muito altos'.

Ou seja, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a alta do dólar é artificial. A raiz do problema é a especulação!

Tem outro dado importante para vacinar os contagiados pelo medo e que montam no cavalo para combater os dragões do apocalipse. O IBGE divulgou ontem que a inflação do Brasil, em setembro, desacelerou pelo quarto mês consecutivo. A inflação oficial ficou em 0,26%. Isso mesmo: 0,26%!

Para completar, ainda hoje de manhã bem cedo, capturei, na *Internet*, matéria da *BBC Brasil* que estava disponível na íntegra no *site* do UOL. Dizia a matéria:

Apesar de uma semana marcada pela desvalorização do real em relação ao dólar e por quedas na Bovespa, muitos economistas ainda acreditam que o Brasil vá sair relativamente ileso da crise financeira global, segundo o *Financial Times*.

O *Financial Times*, vale frisar, é um jornal britânico especializado em economia, respeitado e citado em todo o mundo.

E continua a matéria da *BBC Brasil* de hoje, 7h44min da manhã:

O *site* do jornal inglês traz, nesta quinta-feira, uma reportagem sobre os leilões realizados pelo Banco Central na quarta-feira para conter a desvalorização do real em meio ao que o *Financial Times* chama de "a onda mais forte de venda provocada por pânico em décadas" no Brasil.

Segundo o jornal, até esta semana, grande parte da queda nos ativos brasileiros vinha sendo causada pela retirada de dinheiro do Brasil por investidores estrangeiros tentando cobrir perdas em outros mercados, mas, nos últimos dias, os investidores locais também se ajustaram ao "êxodo".

O *Financial Times* diz, no entanto, que os bancos brasileiros não estão tão vulneráveis quanto os americanos ou europeus. E explica que: "O setor bancário do Brasil passou por uma reestruturação promovida pelo Governo nos anos 90 e tem pouco da exposição a ativos de risco afetando os bancos americanos e europeus". O *Financial Times* acrescenta que apenas cerca de 10% do crédito bancário no País é levantado fora do Brasil.

Então, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ouvintes e telespectadores, não há motivo para pânico, angústia nem desespero. O Brasil fez, sim, o seu dever de casa e tem mecanismos e antídotos para combater a crise.

A classe política tem dado sinais inequívocos de maturidade e civismo quando se coloca de prontidão para analisar medidas emergenciais que se façam necessárias. O Brasil tem bússola e o barco não está à deriva. Muito pelo contrário, tem comandante e tripulação que sabem o que querem e que não vão se acovardar com a mudança da maré ou com o vento que sopra contrário. Afinal, o tempo e as circunstâncias do homem e da Nação estão mudando o tempo todo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que bom que o País está muito bem preparado para enfrentar, com segurança, a crise que vem da América do Norte. Porém, muitos – os profetas do apocalipse –, se aproveitam da situação para tentar colocar a Nação na quebradeira geral. Eu acredito, Sr. Presidente, que, com o saneamento que fizemos na década de 90, a reestruturação feita em 90, e com todos os mecanismos que estão sendo utilizados, os próprios economistas internacionais renomados garantem que o Brasil está pronto e em melhores condições do que

a própria Europa e os Estados Unidos para fazê-lo. Parece um absurdo, mas é uma realidade.

Enfrentaremos essa crise com a responsabilidade e a vigilância necessárias. Cumpriremos o dever de casa, como está sendo feito.

Esperamos, como disse o Presidente Lula, não precisar emitir qualquer pacote para afetar profundamente a economia. Acredito que, com mais duas semanas, as coisas estarão bem mais tranquilas do que hoje.

Portanto, levo a minha mensagem à Nação brasileira convicto de que nós superamos e bem. Estamos muito bem no jogo dessa crise. O Brasil, ainda bem, está estruturado para enfrentar todas as adversidades que se estão apresentando neste momento.

Viva o Brasil! Viva o Amapá! Viva o povo brasileiro!
Deus nos proteja, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Quero cumprimentá-lo pela oportunidade desse debate qualificado.

Senador Gilvam Borges, a admiração por V. Ex^a cresceu por ter citado Ortega y Gasset. Em seu livro maior, *A Rebelião das Massas*, ele faz referência ao homem e suas circunstâncias. Atentai bem! Outro escritor espanhol, Cervantes, de *Dom Quixote de La Mancha*, diz que só não tem jeito para a morte. Sejam otimistas!

Mas quero dizer a V. Ex^a para levar nossas preocupações ao Presidente da República. Esse assunto é fruto de um debate qualificado, iniciado por um dos Senadores mais vocacionados em economia, o Sr. Tasso Jereissati. Nós participamos. As preocupações são imensas.

Eu sou prático, sou médico-cirurgião, e, às vezes, dá certo. Juscelino Kubitschek era médico como eu, cirurgião. Mas eu vou lhe dar um exemplo. Nós temos dois tipos de dívida: a dívida externa que, como V. Ex^a falou, está sob controle, mas temos de nos preocupar com a interna. Você pode não estar devendo a bancos, mas a sua casa está com banheiro quebrado, cano furado, não tem descarga, não tem água, está com goteira. Esse é o problema do Brasil. A dívida interna ficou alopadamente grande pelo aumento do número de funcionários, pelo aumento de impostos, que eu denunciei – são 76 impostos. Está exaurida. O povo, que paga a conta, não pode mais pagar. E nós vamos nos submeter.

V. Ex^a é homem culto, brilhante, e sabe que essa dívida é velha. Esses são velhos problemas do Brasil. Rui Barbosa, inclusive, os enfrentou com inteligência ímpar. Quando se deu a libertação dos escravos, queriam indenização. Ele, então, deu sumiço em todas as contabilidades de dívida para o Brasil navegar – é preciso navegar, viver não é preciso.

Mas quero dizer a V. Ex^a que D. João VI aumentou a dívida quando ele veio. Foi a Inglaterra que o livrou de Napoleão Bonaparte, da França. Então, nós ficamos endividados com a Inglaterra, muito endividados. Na época da Guerra do Paraguai, eles nos deram dinheiro, assim como para a Argentina e para o Uruguai. Com a Segunda Guerra Mundial, a Europa – e conseqüentemente a Inglaterra – sucumbiu economicamente, e emergiram os Estados Unidos. Nós passamos a dever aos Estados Unidos e, quer queiramos ou não, a economia dos Estados Unidos representa um quarto da mundial. O que houve, V. Ex^a explicou com grande grandeza, e essa explicação deveria ser ouvida pelo Presidente Luiz Inácio. É hora de preocupação.

É hora de preocupação. Por quê? O problema dos americanos foi com os imóveis e as casas. Eles venderam muitas casas – US\$200 mil. E, como V. Ex^a explicou magnificamente, eles não puderam pagar. Os juros cresceram. Nós aqui caímos no erro. Eu denunciei. Nós temos essa visão. Nosso papel é esse. Estou consciente. Eu não era o Apocalipse, não. Eu estava preocupado. O empréstimo consignado arruinou os aposentados. Eles estão endividados. Atentai bem! Os banqueiros foram protegidos, porque eles tiram na conta. Mas o Governo estimulou irresponsavelmente a compra de carro por dez anos! Tem gente que não tem estrutura para pagar, que não tem nem emprego e está tirando um carro por R\$200. Eles vão devolver. Vão devolver. O pânico chegou. Essa é a realidade.

Então, V. Ex^a teve a coragem e a firmeza de dar os lados positivos. Mas eu acho que o estadista Fernando Henrique Cardoso teve a coragem. O apagão foi uma mazela dessas. Eu era Governador do Estado. E de repente, ele sugou um técnico muito honrado e muito competente, Pedro Parente, para ser superministro. Não sei como é que ele chamava – não era quartel, não era ministério. Como ele chamava? V. Ex^a deve se lembrar. Chamou o superministro para enfrentar o problema. E enfrentamos: apagamos as luzes das capitais, houve racionamento. Está na hora de o Presidente da República...É real. Isso não é conversa. Não temos a dívida externa, mas temos a dívida interna, inclusive com os aposentados. Estamos sugando dinheiro dos velhos aposentados, indevidamente. O Paim diz que, imoralmente, cruelmente, é o único país que está tirando e esfolando. Então, nós temos essa dívida interna.

Mas para as preocupações e para o tema, nota 10. E eu sou otimista, porque pelo menos está um do PT aqui, Tião Viana, que é uma mente arejada. Ele não é do PT, não é do Partido do Ministro, não, mas ele representa o Ministro dos Transportes, do PT, graças a Deus! O problema existe. Atentai bem! Olha a coragem de Fernando Henrique, esse grande estadista que

buscou Pedro Parente, um dos melhores homens desta Pátria que enfrentou e nós saímos do apagão.

Eu fico com a sua citação “O homem é o homem e suas circunstâncias.” E vou além, vou a Dom Quixote de la Mancha: “Só não tem jeito para a morte”. Então, Luiz Inácio, só não tem jeito para a morte. Mas vamos enfrentar, não vamos fugir, não vamos enganar. E, graças a Deus, estão dois membros do PT para levar isso. Só tem esse sentido, se este Senado tiver homens capazes e formos pais da Pátria.

Entendo que nós estejamos endividados nos Estados Unidos. A dívida é velha, passou da velha Europa e subiu para os Estados Unidos.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Sr. Presidente, tranqüilizo V. Ex^a para o fato de que o Presidente Lula e toda a equipe dos maiores economistas do País estão em vigília. Então, tenha certeza de que, como V. Ex^a, todos nós estamos atuando preocupados. Tenho certeza de que iremos atravessar esta, como já atravessamos outras crises.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Quería dizer que este Senado é tão eficiente que o nosso assessor ímpar aqui da Casa... Eu falhei ao querer recordar a história do Pedro Parente, comandando e enfrentando o apagão, e o nosso João Pedro – é o seu nome, Senador – já trouxe aqui: o nome é Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica.

Então, Presidente Luiz Inácio, a minha contribuição, como pai da Pátria, como Senador, é para que V. Ex^a reconheça isso.

Desse problema não tem como escapar. Tem como enfrentar.

Crie, a exemplo de Fernando Henrique Cardoso, uma câmara de gestão para enfrentar essa crise da economia.

Vamos seguir a lista. Está inscrito Geraldo Mesquita Júnior e, em seguida, Tião Viana. O Acre vai dominar.

O Paulo Paim está na lei – e o Tião Viana disse para eu cumprir o Regimento – no art. 17 e ele está olhando.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Para mim, não tem problema, não.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Então, vamos ceder ao Rio Grande do Sul.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – O Tião pode falar antes.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Mas, Tião, V. Ex^a tem todos os méritos e gostaríamos que V. Ex^a...ou V. Ex^a só quer presidir quando for Presidente de direito e de fato?

Você presidiu muito bem esta Casa naqueles dias... quantos dias V. Ex^a foi Presidente?

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Por dois meses.

SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Só dois meses. O Geraldo acaba de ceder ao Tião...

O Senador Tião Viana disse que vai falar sinteticamente. O Geraldo Mesquita cede. O Acre está no tempo em que foi aquela República. Aquilo devia ter sido um País e V. Ex^a teria sido Presidente – ou o Geraldo Mesquita.

Presidente Tião Viana, V. Ex^a pode usar pelo tempo que achar conveniente.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, hoje é o Dia Mundial da Saúde Mental.

E o Brasil está fortemente vinculado a esse tema porque tem na política de saúde mental do Ministério da Saúde uma das fortes diretrizes do Governo Presidente Lula.

Esse era um assunto fechado, porque trazia triste memória à sociedade brasileira sobre sua evolução histórica, sobre a forma como os loucos eram tratados ao longo dos tempos. Mas hoje temos um modelo de gestão em saúde mental no Brasil vinculado a uma prática internacional sanitária que diz respeito a um processo progressivo de desospitalização, de buscar a restituição da dignidade do doente mental, de procurar integrá-lo ao cotidiano da sociedade, envolvê-lo no ambiente familiar, com o ambiente comunitário, com a atividade profissional como um todo.

Temos uma situação marcada por tragédias, por tristezas, por acidentes emocionais, que envolvem a política de saúde mental no Brasil e temos os avanços ocorridos. Hoje, o Governo brasileiro, por meio da Lei Paulo Delgado, que é a lei da reforma psiquiátrica no Brasil, que assegura um processo de desospitalização, traz novas referências e novas práticas na relação com os doentes mentais.

Temos os CAPS – Centro de Apoio Psicossocial, que são unidades de atendimento ambulatorial comunitário para vítimas de saúde mental, que não falam da internação desses pacientes, mas em cuidados ambulatoriais. E temos um processo de redução dos leitos psiquiátricos no Brasil, que chegou a ter mais de 80 mil leitos hospitalares. Em 2002, havia 50 mil leitos hospitalares para doentes psiquiátricos; e, hoje, são 37 mil. A tendência da psiquiatria moderna é o fim, o extermínio dos leitos psiquiátricos específicos, comunidades hospitalares isoladas. O que se quer é a integração do doente psiquiátrico em relação às demais patologias, porque ninguém tem medo, na história

brasileira, de se relacionar com um doente da diabetes, com uma vítima de hipertensão arterial, com uma vítima do câncer, com uma vítima de uma doença reumática, de uma doença tireodiana, mas todos tratam como uma necessária condução ao isolamento a pessoa vítima da doença mental. É como se o problema não fosse da família, não fosse da sociedade, não fosse sequer do Governo e fosse um problema do médico. Foi esse o conceito histórico e a interpretação sobre como envolver e como procurar tratar o doente mental em nosso País. E isso mudou, graças a Deus; hoje, as mudanças refletem uma visão de modernidade, de contemporaneidade e a busca de uma nova forma de interpretar e conviver com o doente mental.

Foucault diz que a loucura nada mais é do que “a força viva e secreta da razão”. E o doente mental, até o século XIX, era vítima dos mais perigosos ambientes de segregação, quando ele era colocado em naus que eram levadas para lugares distantes e recebidos, muitas vezes, a pauladas, a torturas pelas comunidades que entendiam que eram pessoas indesejadas. Foram os loucos e os leprosos tratados dessa maneira ao longo da História, e isso chegou até o século XIX. A lepra chegou a evoluir com esse tipo de ambientação de preconceito até o próprio século XX.

Temos uma situação de mudança muito forte. Os números falam em fortíssimos avanços no Brasil. Em 2003, o Brasil tinha quinhentos centros de apoio psicossocial, ou seja, avançamos, de 2003 para 2008, para 1.291 unidades dos chamados CAPS.

Os leitos hospitalares eram 51.000, em 2002 – psiquiátricos, comunidades fechadas em si –, caíram para 37.728, mostrando que há um processo de integração dentro dos hospitais gerais.

Os gastos com os doentes psiquiátricos também mudaram muito. Nós tivemos, desde a Lei nº 10.216/2001, avanços na ordem de R\$7 milhões, que eram gastos com os CAPs, em 2002, para R\$168.155.000,00 no ano de 2006, com avanços fortes. Ainda no ano de 2008, já passamos de 1.400 unidades de centro de apoio psicossociais. E, no ano, em relação ao Programa de Volta para Casa, em que o Governo Federal, em parceria com as unidades regionais, transfere recursos mensais para os doentes mentais, o custo aumentou para uma ajuda de R\$320,00 para aquela família que se encoraja a trazer o doente da unidade psiquiátrica de isolamento para o seio familiar e passa a incorporar ajuda com esse paciente. Então, mais um avanço a favor da humanização dos cuidados com os doentes mentais.

O percentual de gastos do Programa de Saúde Mental é outro item muito encorajador e muito animador para nós. Tínhamos 75,24% dos gastos com

hospitais psiquiátricos no ano de 2002 e eles foram reduzidos para 36,6%. E os gastos extra-hospitalares, com doentes mentais, que eram de 24,76%, em 2002, evoluíram para 63,35% no ano de 2007. Isso quando se fala apenas no ano de 2007.

Então, isso reflete uma mudança profunda de mentalidade de gestão, uma nova forma de o governo se sentir responsável por esse problema. Nós temos, no meio disso, o preconceito, o problema conceitual e o problema das barreiras familiares. Poucas, Sr. Presidente, são as famílias, neste País, que têm coragem de dizer que têm um doente mental no seu seio familiar, que não têm vergonha de tê-lo no seu ambiente familiar, de levá-lo ao hospital para tratamento.

O caminho do preconceito começa em casa, chega à unidade hospitalar, à unidade ambulatorial. Poucos são aqueles portadores de transtornos mentais que têm coragem de se sentir livres para informar que têm um acompanhamento psicológico, um acompanhamento psiquiátrico, tudo em razão de um fortíssimo estigma, de um fortíssimo preconceito, como se fosse algo que contamina, algo ruim para a vida em comunidade. Isso reflete uma situação de distanciamento forte entre o valor do calor humano, da solidariedade, do afeto, da confiança, do otimismo, do carinho do Estado com a vida em comunidade, com a vida familiar, em relação a uma doença que acompanha a humanidade em todos os seus tempos.

Senador Adelmir Santana, quando se vê uma tela pintada por um louco, muitas vezes, todos elogiam, dizendo: “Que coisa genial!” Quando vêem uma manifestação de teatro de alguém que tem traços de loucura, todos dizem: “Que coisa genial!”. Mas quando alguém está com um comportamento atípico no seio familiar, todos querem esconder aquilo como se não fosse algo absolutamente natural, que precisasse apenas da solidariedade e da boa condução para a pessoa se restabelecer. É como se a loucura fosse um estigma determinado a acompanhar a pessoa, não entendendo que ela pode se recuperar, pode ter uma boa convivência, pode ter uma extraordinária qualidade de vida, uma vida feliz junto com a sua comunidade.

Em regra, os transtornos mentais permitem a recuperação para uma qualidade de vida.

Concedo um aparte, com muito prazer, a V. Ex^a, que sei fará também uma forte manifestação sobre este tema no dia de hoje.

O Sr. Adelmir Santana (DEM – DF) – Senador Tião Viana, quero me associar às suas palavras, V. Ex^a já tinha até comentado aqui que faríamos um pronunciamento nessa mesma direção. Exatamente não sou um especialista na matéria, até porque não faço o exercício da Medicina, entretanto, me assustei recen-

temente ao ver uma pesquisa do Ministério da Saúde que revela que 21% da população brasileira têm, de uma forma ou de outra, problemas mentais. Estamos falando de 38 milhões de brasileiros. Então V. Ex^a traz hoje, quando se comemora o Dia Mundial da Saúde Mental, um assunto de relevância. Quero me associar às palavras de V. Ex^a, dizendo, como leigo que sou na matéria, da minha preocupação estatística e sabendo o que isso representa efetivamente para as famílias. A dificuldade da convivência, a fórmula do Estado brasileiro melhorou, é verdade, V. Ex^a fez referências às melhorias, mas ainda temos muitas coisas a reparar nessa matéria. É triste quando temos que enfrentar essas dificuldades, que muitas vezes são levadas até pelo alcoolismo, por outros vícios, drogas, e a gente percebe os transtornos que esse tipo de doença provoca. Poderia ser uma doença como a hipertensão ou uma outra doença qualquer, ninguém está livre desse tipo de enfermidade. Então quero louvar a atitude de V. Ex^a em lembrar essas dificuldades, em fazer referência a esse tipo de patologia que aflige, portanto, 21% da população brasileira. É certamente isso atinge muito mais, porque quem tem esse tipo de doente na família sabe o quanto isso perturba, envolve todos os entes familiares. Associo-me ao pronunciamento de V. Ex^a. Farei uma referência à situação, não com a categoria e a qualidade que é feita por V. Ex^a, que é médico, além de Senador e conhece bem a matéria e a sua casuística.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço muito a V. Ex^a, Senador Adelmir, que irá fazer uma manifestação também na mesma direção. Hoje é o Dia Mundial da Saúde Mental, Senador Mão Santa. Temos vários profissionais da saúde refletindo esse tema nos jornais brasileiros, desde a *Folha de S. Paulo* a outros jornais. O Senado também presta sua homenagem, a dívida que existe das sociedades com os portadores dos transtornos mentais.

Entendo que o caminho seja longo, é uma longa caminhada para que alcancemos um patamar de ruptura com o preconceito. Preconceito não se rompe da noite para o dia, não se rompe em um ano nem em uma década, mas é preciso caminhar para olhar de maneira diferente o portador do transtorno mental na nossa sociedade.

Acredito que o caminho mais importante seja romper as unidades de isolamento. Quando nos transferimos à problemática da saúde mental nos presídios brasileiros, o quadro é muito mais assustador. Assim também quando se visita os manicômios judiciais, o que foi uma tragédia ao longo da história, já condenados. Transferiu-se para o albergue, para as casas de apoio ao doente mental junto ao sistema prisional brasileiro.

Não temos a presença efetiva e qualificada do Estado brasileiro nessa hora. Mistura-se efetivamente o doente mental, que é inimputável, não tem noção que tenha feito algo errado, e às vezes praticou crimes violentos. Isso vem desde Pierre Rivière, no século XIX, 1835, quando mata a mãe e o irmão porque dizia que assim estaria libertando o pai e depois é condenado à pena capital. Pela primeira vez, os médicos entendem que ele era inimputável, que ele não tinha noção do crime que estaria sendo praticado e garante-se com isso uma prisão perpétua a ele. Trinta e cinco anos após, sem tratamento, ele é levado ao suicídio. E ocorre com Febrônio, índio do Brasil, nas primeiras décadas do século passado, julgado em 1920, quando também tem envolvimento sexual com um rapaz por razões, em sua mente, religiosas e de outra natureza. Ele é julgado também inimputável pela Sociedade Médica Brasileira. A justiça o reconhece assim, mas ele é levado à prisão permanente e morre dentro dos presídios brasileiros, também sem tratamento.

Outros casos paradoxais nós temos, como no meu Estado, quando uma família foi levada, por um segmento religioso pentecostal, ao assassinato de várias pessoas. As razões envolviam uma seita fundamentalista que se confundia com a própria formação pentecostal. Como não era justa a forma que estavam tratando, levou, portanto, ao assassinato coletivo. Não morrem os que correm daquele ambiente. É levada à condenação, depois é solta, e não se sabe se tem ou não seguimento psicossocial para essa família que praticou um crime por razões, sem dúvida alguma, de transtorno mental.

Então, esse problema ocorre em todo o País, ocorre em todas as localidades e ocorre mundo afora. Assim, a dívida está envolvida em todos nós.

Penso que a melhor maneira de a sociedade tratar o transtorno mental seria ela perceber com naturalidade o caminho da ajuda para quem fosse vítima e tirar o medo da busca de ajuda tanto da vítima, como da família e da comunidade. De outra forma, o que vamos ter como respostas a essa omissão do Estado, a essa omissão da sociedade e da família? Vamos ter crimes violentos, porque, muitas vezes, a família percebe a anormalidade no seu ambiente, mas não intervém; a comunidade percebe, mas não intervém favoravelmente, em solidariedade; e aí vem as tragédias, com jovens matando pessoas nos cinemas e em outros lugares.

Então, as razões éticas da sociedade não devem ter o reconhecimento do transtorno mental como impedimento à busca do afeto, à busca da proteção e do tratamento das vítimas dessa entidade nosológica, de cuja importância V. Ex^a, como médico, sabe tanto quanto eu. Como disse

o Senador Adelmir Santana, até 21% das pessoas que fazem parte de uma sociedade são portadoras, em regra, de transtornos mentais. Isso se dá no envolvimento com a droga, com o alcoolismo e até nas manifestações orgânicas em si envolvendo a doença mental.

Então, era isso que eu queria dividir com o Plenário do Senado e com a sociedade brasileira, na busca de uma melhor resposta às vítimas de transtornos mentais em nosso País, em nossa vida em comunidade. Sou autor de um projeto de lei que cobra cotas para pessoas portadoras de deficiências, envolvendo aí, inclusive, os portadores de transtornos mentais. As empresas se recusam a acolher vítimas de transtornos mentais como empregados, sendo que estes podem ter um acompanhamento e ter qualidade de vida, e preferem que o caso seja levado pela Delegacia do Trabalho a um juízo para julgamento, que acaba com a condenação a uma pena alternativa, como, por exemplo, o pagamento de dez sacolões, o que é muito mais barato, Senador Paim – V. Ex^a que é um pregador dessa área –, do que assegurar emprego para uma pessoa portadora de necessidade especial.

Então, era isso que eu tinha a dizer no dia de hoje, que é um dia especial para a saúde mental no Brasil. Que não sejamos capazes de entender como correta uma ruptura imediata de fechar as unidades de tratamento de transtorno mental, mas que encaremos com naturalidade a progressividade para acolhê-los no seio da sociedade, sem medo, mas com coragem, apoio técnico, médico e de saúde mental, para a melhor qualidade de vida dessas pessoas e das famílias afetadas.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Tião Viana, desejo cumprimentá-lo. E quis Deus que eu, como médico, estivesse presidindo a sessão. Associe-me a V. Ex^a na sensibilidade de homenagear o Dia da Saúde Mental. Como reza a Organização Mundial de Saúde, a saúde não é apenas a ausência de enfermidade ou doença, mas o mais completo bem-estar físico, social e mental.

Senador Paulo Paim, tenho orgulho do Piauí. Foi em Teresina, um ícone do sistema de saúde, que se instalou um dos mais modernos hospitais de psiquiatria: o Sanatório Meduna. O Dr. Clidenor de Freitas, que foi Parlamentar e Presidente do Ipase, cassado pela ditadura, foi o primeiro médico do Norte e Nordeste a tirar as correntes que prendiam os doentes mentais.

Então, este é um dia de homenagem aos que se dedicam à saúde mental e eu queria prestar esta homenagem àquele que foi o pioneiro no avanço do tratamento dos doentes mentais no Piauí, o Dr. Clidenor de Freitas, que foi Parlamentar, Presidente do Ipase,

cassado pela ditadura, o primeiro a tirar as correntes que prendiam os doentes mentais nos hospitais de tratamento psiquiátrico.

Tião Viana, a nossa admiração por V. Ex^a. Nós o sabíamos como um dos mais competentes professores de doenças infecto-contagiosas, mas V. Ex^a mostrou a grandeza do entendimento da Medicina falando com muita segurança sobre os problemas mentais.

Convidamos a usar da palavra o nosso Senador Adelmir Santana, com a aquiescência do nosso Paulo Paim e Geraldo Mesquita, que estavam inscritos para falar antes.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Serei rápido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a recebeu a sensibilidade dos dois Senadores.

V. Ex^a pode usar a tribuna pelo tempo que achar conveniente.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Serei rápido, serei rápido.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a representa aqui também o Sistema S, tão bem dirigido no País pelo grande empresário Paulo Skaf.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, ocupo esta tribuna hoje para cumprir um papel de brasileiro e, antes de tudo, de cidadão brasileiro que vive e respeita todos os que lutam arduamente pela sobrevivência e crescimento como ser humano.

Quero falar sobre um problema que, em função das pressões do mundo moderno e da globalização, tem crescido de forma assustadora, mas que, infelizmente, tem sido pouco divulgado e menos ainda tratado de forma adequada pelos governantes. Refiro-me ao mesmo assunto tratado pelo Senador Tião Viana, que me antecedeu na tribuna.

Aliás, o Senador Tião Viana participou de um encontro com o Procurador Antonio Fernando de Souza onde se tratava dessa questão do uso dos leitos para tratamento psiquiátrico. O Jornal do Senado retrata isso e S. Ex^a faz hoje um pronunciamento de importância sobre a mesma matéria. Refiro-me, portanto, aos problemas de saúde mental. Hoje, dia 10 de outubro, é o Dia Mundial da Saúde Mental, comemorado pela Organização Mundial da Saúde.

De acordo com o Ministério da Saúde, temos uma estatística assustadora. Dos cerca de 184 milhões de brasileiros, mais de 38 milhões sofrem de algum tipo de transtorno psiquiátrico. Estamos falando, portanto, de 21% da população, Sr. Presidente. É um número bastante significativo.

Quando falamos em transtornos psiquiátricos, estamos incluindo os transtornos causados pelo uso de álcool, de drogas, a depressão e todos os tipos de doenças mentais ou sofrimento psíquico. Infelizmente, esses números aumentam na proporção em que cresce a população e a cada ano aparecem novas doenças e novos doentes.

Ao tomar conhecimento desses números, apesar de não ser um especialista nessa área, como tive oportunidade de dizer no aparte que fiz ao Senador Tião Viana, mas por estar comprometido com os problemas sociais que atingem a população, fui visitar, aqui no Distrito Federal, o Instituto de Saúde Mental. E fui visitá-lo exatamente em razão da estatística que eu vi publicada pelo Ministério da Saúde.

O Instituto funciona, desde 1986, na antiga Granja Riacho Fundo, que, no passado, era residência oficial de autoridades federais. É uma área grande, interessante.

Situado em uma área de reserva do Ibama, entre as Administrações do Riacho Fundo I e II, o Instituto de Saúde Mental é uma entidade ligada à Secretaria Estadual de Saúde do Distrito Federal e durante muitos anos foi exemplo de atendimento na saúde mental. Hoje a realidade é diferente. E nos próximos dias eu vou levar ao Governador José Roberto Arruda e ao Secretário de Saúde, Augusto Carvalho, as minhas apreensões quanto à qualidade dos serviços prestados nesse ambiente atualmente.

Quando assumiu o Governo do Distrito Federal, o Governador Arruda recebeu o Instituto em situação de completo abandono e já começou a fazer investimentos para a recuperação do local. Mas ainda há muito o que fazer, no tocante às instalações e equipamentos e até mesmo a pessoal. É preciso que recursos para o setor de terapia ocupacional sejam reforçados, para que esse mecanismo terapêutico tão eficiente no aumento da auto-estima dos pacientes seja cada vez mais usado.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trago este assunto neste dia em que se comemora o Dia Mundial da Saúde Mental porque a realidade em termos de tratamento dos doentes mentais não é apenas essa a que nós estamos nos referindo aqui em Brasília, é uma realidade nacional. Talvez poucos consigam dimensionar o sofrimento das famílias e dos portadores de transtornos mentais, em muitos casos, iniciados com o abuso do álcool ou de drogas ilícitas, por jovens e adultos.

Concedo o aparte ao Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Adelmir Santana, cumprimento o Senador Tião Viana e V. Ex^a por trazerem o tema aqui ao palco do Senado

Federal, no dia de hoje. Quero, na verdade, fazer uma homenagem ao ex-Deputado Federal que foi Constituinte comigo, o Deputado Paulo Delgado. Quando ele levantou a tese de que as pessoas com doença mental deveriam ter o apoio das famílias e voltar a morar com seus familiares, lembro-me de que o termo usado, no plenário da Câmara dos Deputados, na época, era o de que ele estava louco. Olhem o termo usado. Ele foi insistente, fez o debate no Brasil, fez o debate com experiências no exterior, aprovou a lei, e, hoje, com certeza absoluta, milhares ou milhões de brasileiros estão convivendo com os familiares e se recuperaram. V. Ex^a tem toda a razão: se o menino, a menina ou o adulto demonstrassem alguma tendência ao álcool ou às chamadas drogas ilícitas eram enfiados no chamado “hospício”, que é quase um centro de... Como é que eu poderia dizer?

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – De reclusão.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – De reclusão. Exatamente. Os relatos que recebemos eram até de torturas, em muitos casos. O que se fazia para manter sob controle o paciente era algo que não dá para descrever. Por isso, aproveito este momento para dizer que Minas Gerais, na minha avaliação, errou ao não eleger, mais uma vez, o grande Deputado Paulo Delgado. Ele merecia, começou comigo aqui há 22 anos, como Deputado Federal Constituinte. Não voltou nesta legislatura. Quem perdeu foi o Congresso, quem perdeu foi o povo brasileiro. Homenageei V. Ex^a e quero homenagear também o Deputado Paulo Delgado, que estará em Minas Gerais. É professor, continua na mesma linha, na mesma trajetória dos direitos humanos, defendendo toda a nossa gente e com um carinho especial às pessoas que têm alguma doença mental. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Agradeço o aparte a V. Ex^a, Senador Paim, e quero-me associar a essa homenagem que V. Ex^a faz ao ex-Deputado Paulo Delgado. Tive oportunidade de já homenagear o Deputado Paulo Delgado aqui em Brasília, por meio do Senac, exatamente pela sua atuação na área da educação. É um homem focado na inovação, focado na questão da saúde, e realmente concordo com V. Ex^a: quem perdeu foi o Brasil, perdeu o Parlamento e certamente Minas Gerais, que agiu dessa forma. Isso tudo está ligado ao processo eleitoral brasileiro, que é outro assunto sobre o qual temos feito debates aqui, incluindo a necessidade de se fazer uma alteração nessa questão do voto proporcional, das coligações partidárias, porque Paulo Delgado faz falta ao Parlamento brasileiro.

Mas, Sr. Presidente, voltando ao assunto doenças mentais, em passado recente, bem disse o Senador Paim, os terríveis manicômios eram locais onde os pacientes psiquiátricos viviam enjaulados e sob o efeito de tratamento de choque, apenas para citar um aspecto. Eram esquecidos por suas famílias, discriminados pela sociedade.

Daí, mais uma vez, o Paulo Delgado tinha razão: loucos eram aqueles que pensavam que ele era louco.

Hoje, felizmente, graças a essas atuações de Paulo Delgado e outros, os manicômios já não existem. Porém, ainda não temos uma rede pública de saúde mental adequada para o tratamento dessas pessoas.

Em todo o Brasil, o atendimento prestado na área de saúde mental deixa a desejar, apesar dos esforços das equipes médicas, enfermeiros, assistentes sociais e demais profissionais, sempre envolvidos na burocracia e na descontinuidade administrativa.

Para se ter uma idéia, apenas 2,3% do orçamento anual do SUS – o Sistema Único de Saúde – são destinados ao tratamento da saúde mental, de acordo com dados do Ministério da Saúde. Dados esses que atestam que 21% da população têm problemas de saúde mental. Ora, há um descompasso entre os recursos destinados a esse tipo de doença e o volume de população afetada pela doença.

Como representante do Distrito Federal nesta Casa, farei o que estiver ao meu alcance para chegarmos a uma avaliação melhor no quesito saúde mental, até porque, nos demais quesitos, a Capital da República tem um dos melhores Índices de Desenvolvimento Humano do País. E tenho a absoluta certeza de que o Governador José Roberto Arruda e o Secretário Augusto Carvalho estarão juntos nesse esforço de oferecer um tratamento de qualidade aos portadores de transtorno mental ou sofrimento psíquico. Estamos falando de um universo de 840 mil pessoas, só aqui no Distrito Federal, que necessitam de um conforto psicossocial, em termos de prevenção, assistência ambulatorial e terapias ocupacionais. Pessoas que, atendidas de forma adequada, podem melhorar sua condição de vida e, conseqüentemente, transformarem-se em cidadãos autônomos em condições de desenvolver-se como profissional e como ser humano.

Há muitos anos, defendem-se os espaços para a melhoria do tratamento, assim como a contratação e a qualificação dos profissionais, o uso de medicamentos mais modernos e de terapias alternativas, bem como a criação de uma legislação específica. Também tem sido árdua a luta pelo respeito e pelo interesse sob todos os aspectos da doença, envolvendo diagnóstico e prevenção da doença mental.

Portanto, eu quero solidarizar-me com esta causa e, naturalmente, acompanho as palavras do Senador Paim em relação ao Deputado Delgado.

As razões podem ser justificáveis, podem ser até históricas, mas a realidade não perdoa. A legislação federal, datada de 2001, Lei nº 10.216, estimula a implantação do Centro de Apoio Psicossocial, os famosos Caps. O índice médio de Caps para cada 100 mil habitantes, no Brasil, conforme levantamento do Ministério da Saúde, em 2007, é de apenas 0,44.

Por tudo o que foi dito, sugiro que façamos um grande mutirão para que possamos começar a batalhar em prol das famílias que sofrem, cada uma a seu modo e na intimidade dos seus lares.

Vamos propor o desenvolvimento de um planejamento adequado de assistência à saúde mental para todo o País nos moldes apregoados pelo Ministério da Saúde, com perspectiva para os próximos dois, cinco e até dez anos.

Também é urgente a determinação de prazos para que os governantes possam melhorar os índices de implantação dos Centros de Apoio Psicossocial, os Caps.

Aproveito para citar dois bons exemplos de saúde mental no País: Sergipe e Rio Grande do Sul, Estado de V. Ex^a, que estão acima da média nacional na implantação dos Caps.

Sr. Presidente, encerro este meu pronunciamento reportando-me ao romance *O Alienista*, do sempre atual e comemorado nestes dias Machado de Assis, demonstrando que a discussão sobre o poder e a loucura estão sempre presentes em nosso dia-a-dia.

Se formos analisar um por um dos que convivem a nosso lado, quem é normal? Quem apresenta algum sinal de alienação? Quando vemos alguém ser retirado da sociedade ou ser isolado pela sociedade, eles são normais? Ou usamos todos o papel de alienista e escolhemos os que queremos que sejam normais?

Machado de Assis toca nesses pontos que se aprofundam na discussão de nossa sociedade, na época em que o conto foi escrito e na época atual.

Os conceitos de loucura e de normalidade são, na verdade, aquilo que o homem quer enxergar em cada um. Por isso mesmo, não podemos fechar os olhos para uma doença que pode atingir qualquer um de nós em determinado momento de nossa vida. Não há saúde sem saúde mental.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após o brilhante pronunciamento do Senador Adelmir Santana, que representa este Distrito Federal, eu lembraria, mais uma vez, que a Organização Mundial

de Saúde reza que saúde não é apenas ausência de enfermidade ou doença, mas o mais completo bem-estar físico, social e mental. Daí o Senado da República, hoje, homenagear o Dia da Saúde Mental. Homenagem iniciada pelo médico Senador Tião Viana e, agora, pelo Senador Adelmir Santana.

Chamaríamos, para usar da palavra, por uma cortesia toda especial do Senador Geraldo Mesquita, o Senador do Rio Grande do Sul Paulo Paim.

Justamente, quis Deus que esta homenagem ocorresse quando o País comemora um século da morte de Machado de Assis, que foi funcionário do Senado da República – ele aqui acompanhava e descrevia as sessões, quando era funcionário. Em um de seus romances, *O Alienista*, ele bem descreve – e está no mesmo – a assistência que damos aos doentes mentais, que ele já condenava com aquele romance.

Com a palavra o Senador Paulo Paim, que representa o Partido dos Trabalhadores e o grandioso Estado do Rio Grande do Sul.

V. Ex^a pode usar a tribuna pelo tempo que achar conveniente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Senador Mão Santa, nesse domingo, 12 de outubro, estaremos comemorando, na minha avaliação, dois eventos importantes. O Brasil inteiro vai homenagear a única santa negra, que é Nossa Senhora Aparecida. Mas também nesse dia teremos o Dia Nacional da Criança.

O nosso País é feito de gente que tem muita fé. É verdade que temos muitas matrizes religiosas. E eu respeito a todas. Repito: respeitamos a todas.

Lembro, Senador Mão Santa, como foi bom ver, por exemplo, o culto ecumênico, do qual participei recentemente, de apoio a todas as nossas crianças. Nesse culto ecumênico todos fizeram orações. Oraram pelos Parlamentares que compõem a CPI da Pedofilia, que é liderada pelo nosso querido Senador Magno Malta, que é evangélico. Foi bom, Senador Mão Santa, ver que, independentemente das discordâncias das matrizes religiosas, todos estavam lá, fazendo aquela oração em homenagem à caminhada dos Parlamentares da CPI da Pedofilia, da própria Polícia Federal e do Ministério Público, exigindo medidas cada vez mais severas para o combate à pedofilia.

A pedofilia, Sr. Presidente, é um crime hediondo que agride as nossas crianças por toda a vida. Por isso é obrigação nossa combater com todas as armas possíveis e imagináveis aos pedófilos.

Com essa declaração de fé, Sr. Presidente, nos homens de bem e no combate aos criminosos, quero,

uma vez mais, declarar os meus respeitos a todas as religiões. Esse domingo, dia 12, é o Dia da Criança e é também o Dia da Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil.

A história da Padroeira é muito bonita. Em 1716, Dom Pedro de Almeida, conhecido como Conde de Assumar, foi escolhido o novo governador da província de São Paulo e Minas de Ouro. Ele tinha a árdua tarefa de buscar a paz nos conflitos naquela região de Minas. Veio direto de Portugal e, durante sua viagem, chegou a Guaratinguetá, onde foi recebido com uma grande festa. Passou na cidade 13 dias sob os cuidados do governador da vila, o Capitão-Mor Domingos Antunes Fialho.

Para alimentar a grande comitiva do Conde de Assumar, o Senado da Câmara mandou que alguns pescadores fossem conseguir peixes, já que essa cidade estava rodeada pelo rio Paraíba do Sul. Entre muitos, foram os pescadores Domingos Martins Garcia, João Alves e Felipe Pedroso com suas canoas. Lançaram as suas redes no Porto de José Corrêa Leite, sem tirar um único peixe. Continuaram até o Porto de Itaguaçu, muito distante, e João Alves, lançando a sua rede nesse Porto, tirou o corpo da imagem da Senhora negra, sem cabeça; lançando mais uma vez a rede, tirou a cabeça da mesma imagem.

Os três pescadores limparam a imagem apanhada no rio e notaram que se tratava então, segundo eles, de uma santa de cor escura. Guardaram a imagem em um pano e continuaram a pescaria. A partir daquele momento, naquele leito do rio que não tinha dado um único peixe, em poucos lançamentos passaram a recolher a rede lotada. Os três ficaram com medo de naufragar de tanto peixe que já tinham nas canoas, aí retornaram às suas casas e disseram: só pode ser um milagre. Em três lançadas de rede foram retirados um corpo, depois a cabeça e mais tarde uma incrível quantidade de peixe. Felipe Pedroso, católico, disse: foi a participação da Virgem nessa caminhada.

Levou então a pequena imagem à sua própria casa e, poucos dias depois, começou a realizar orações. Novos milagres aconteceram. Alguns padres jesuítas testemunharam, já em 1748, que eram muitos os que ali se reuniam para pedir ajuda e proteção à Senhora que chamavam piedosamente de a Aparecida.

Em 8 de setembro de 1904, foi realizada a solemne coroação da imagem de Nossa Senhora Aparecida. Em 1908, o Santuário foi elevado à dignidade de Basílica pelo Papa. Em 1930, o Papa Pio XI proclamou Nossa Senhora Aparecida a Padroeira do Brasil. Em 1984, foi declarada oficialmente Basílica de Aparecida Santuário Nacional, pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil).

É uma cena incrível, Sr. Presidente – eu estive lá – ver a procissão que se dirige todo ano ao Santuário Nacional de Nossa Senhora Aparecida. Cada um tem seus agradecimentos ou seus pedidos. E ela, do alto da sua bondade, procura, segundo os fiéis, atender a todos.

Na cidade de Aparecida, crianças, adultos, idosos se preparam para receber todo ano a visita dos fiéis que vêm de todos os cantos do País. É um momento de união, de solidariedade, de compartilhamento que sempre toca fundo a todos.

Sr. Presidente, espero que Nossa Senhora Aparecida, que é padroeira do Brasil, mas também é padroeira dos aposentados e pensionistas, abençoe a todos neste momento tão difícil que eles estão vivendo devido ao fator previdenciário e à desvinculação dos seus benefícios do salário mínimo.

Meus amigos e minhas amigas, todos os anos realizamos lá em Aparecida, São Paulo, o encontro dos nossos aposentados e pensionistas. Nessa data, a Santa é homenageada numa grande festa, e sei que o é em todo o País. Lá mesmo no meu Rio Grande, em Porto Alegre, tendo como palco o Guaíba, é realizada a Romaria das Águas em homenagem à padroeira. O evento reúne, Senador Mão Santa, milhares de gaúchos e gaúchas – será nesse domingo – numa verdadeira demonstração de fé.

Quero, neste momento, Senador Mão Santa, quase em uma forma de oração, pedir a Ela que ilumine os nossos Deputados, para que eles façam justiça e aprovem o fim do fator previdenciário e a equiparação dos reajustes dos aposentados ao salário mínimo. Peço a Ela que ilumine também o nosso Presidente Lula. Sei que o Presidente é sensível a essa causa. Ele já declarou, Senador João Pedro, à TV Brasil que, se a Câmara aprovar os dois projetos, ele sanciona.

Ontem, eu tive aqui, Senador Mão Santa, uma conversa com o Senador Renan Calheiros, que esteve com o Presidente da República. Sua Excelência afirmou ao Senador Renan Calheiros que está sensível à causa e está pedindo que façam estudos para viabilizar o reajuste dos aposentados e pensionistas.

Senador Mão Santa, V. Ex^a sabe da minha trajetória, da minha luta em defesa dos aposentados e pensionistas. Não vou recuar uma linha. Por favor, ninguém tente me mandar recado, porque não adianta. Felizmente, o recado do Presidente Lula é positivo. Eu vou rezar, até aqui se necessário, Senador João Pedro e Senador Mesquita. Se precisar rezar, rezarei aqui dentro, para que a energia ecumênica fortaleça a consciência e a sensibilidade de todos os Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, para que acompanhem o Senado nessa cruzada nacional pela dignidade dos idosos.

Sr. Presidente, nesse dia, que é o Dia das Crianças, eu tenho de me expressar dessa forma: pobre daquele país que não pensa nas suas crianças e nos seus idosos.

Sr. Presidente, esta data é uma data especial por ser também neste domingo o Dia da Criança. Todos voltam seus olhares para os pequeninos, desejando que o futuro lhes aguarde com serenidade, que possamos passar a eles mais confiança e que o amanhã seja melhor que o dia de hoje. Nossas crianças merecem isso; aliás, merecem, antes disso, ter o direito de ser simplesmente criança.

Eu diria: Puxa vida, que coisa boa é poder brincar. Não há um único adulto que não se lembre das suas molecagens na infância: jogar bola, dominó, as meninas brincando com boneca e meninos e meninas jogando futebol, brincando, sei lá, de esconde-esconde, brincando, Sr. Presidente, na casa de fantasia criada na imaginação de cada um, pular poças de água formadas pela água da chuva, ouvir uma boa história infantil contada por alguém que lhe quer bem, dar o tom certo em cada fala. Tudo isso tem um valor inestimável.

E o que vemos hoje, Sr. Presidente, infelizmente – e aí vem o mundo real –, são crianças catando material reciclável, vendendo balas, fazendo malabarismos nos faróis, pedindo esmolas, acordando ainda de madrugada para ajudar na colheita, cumprindo tarefas domésticas e muitas crianças ainda no trabalho escravo.

Será que nós nos damos conta da gravidade do que está acontecendo? Crianças tendo que cortar cana, expostas aos ferimentos que daí advêm, colocando álcool na boca, muitos deles, para soltar fogo e atrair o motorista para que ele lhe dê uma moeda. Sr. Presidente, ou então, crianças trabalhando – sobre as quais recebo denúncias na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – na mineração, na colheita, do primeiro sol da manhã às estrelas que começam a brilhar à noite.

O Ipea realizou uma pesquisa, baseada em dados do Pnad 2007, que aponta que existem no Brasil 2.500.842 crianças entre cinco e quinze anos que trabalham. A cada cem crianças, seis trabalham. Entre os menores que trabalham, vinte mil não estudam. E, na faixa etária entre cinco a quinze anos, encontramos 62.521 crianças que não estudam nem trabalham.

Senador Mão Santa, considerando a idade entre cinco e treze anos, 59,5% dos brasileiros que trabalham nessa situação são negros. Mas esse percentual sobe para em torno de 69,6% na idade entre cinco e nove anos. Por isso falo tanto aqui na política de igualdade racial, para que todos tenham os mesmos direitos e os mesmos deveres.

Aqui, Sr. Presidente, faço uma interrupção para mencionar outro estudo sobre o qual falarei mais adiante, elaborado pelo Banco Mundial, sobre educação e moradia na América Latina.

Esse estudo apontou um fator relevante e triste: o estrato social em maior desvantagem é quase exclusivamente formado por negros, fruto dos 120 anos da escravidão não conclusa.

Há anos venho a essa tribuna para falar sobre essa questão, que atinge a maioria do povo brasileiro. Tenho lutado muito, sem parar, e não me arrependo, para aprovar o Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência. Já aprovamos o do idoso, o da igualdade racial, a questão do salário mínimo e a questão dos aposentados.

Sr. Presidente, continuarei nessa caminhada, em confronto com a realidade que está aí. As causas sociais para mim são a minha vida e sei também que é são a vida de muitos Senadores e Senadoras.

Eu deposito em favor delas – as causas sociais – todas as minhas forças. Por isso, luto tanto pela igualdade de oportunidades e pelos direitos dos idosos, de negros, brancos, índios, pessoas com deficiência; pela liberdade religiosa e de orientação sexual. Enfim, dedico a minha vida. Entendo que dedicamos as nossas vidas, Senador Geraldo Mesquita Júnior, ao combate a todo tipo de discriminação.

As crianças fazem parte desse universo. Não se pode admitir que elas tenham que fazer o papel de gente grande, quando o papel que lhes cabe é exclusivamente o de ser criança.

Senhores e senhoras, o momento exige uma reflexão sobre a vida das nossas crianças e eu me dou o direito de fazê-la aqui da tribuna do Senado. Será que cada um de nós está fazendo a nossa parte em relação às nossas crianças?

Quantas vezes paramos para ouvir as crianças, conversar com nossos pequeninos? Quantas vezes saímos a caminhar com as crianças no parque, na rua, no cinema, no jardim, no *shopping*, ou fomos a um circo para ver o palhaço fazer a criança rir? Como é bom ver o seu rosto, criança, desenvolver aquele sorriso franco e inocente, que somente você, criança, sabe fazer. Quantas vezes dialogamos com eles sobre a questão do meio ambiente? Quantas vezes lembramos para a criança como é importante a beleza do jardim, o efeito de um buquê de flor, de uma rosa, de um cravo, não importa? Quantas vezes conversamos com eles sobre a importância das águas, do vento que toca alegremente nossos rostos ou a copa das árvores? Enfim, já falamos com as crianças a respeito da natureza? Quantas vezes ficamos com eles em silêncio, ouvindo, Senador João Pedro, simplesmente a

singeleza incomparável do canto de um pássaro? Nós já paramos com eles e ficamos olhando o cantar dos pássaros? Eu pergunto, inclusive, a mim: quantas vezes muitos de nós não tivemos tempo de dar um simples telefonema, expressando com carinho o quanto que nós os amamos? Quantas vezes nós fomos levá-los ou buscá-los na escola? Nós sabemos quais são as suas angústias, as suas incertezas e as suas inseguranças perante a vida?

Nós realmente acompanhamos o crescimento e a formação da criança de hoje, que será o adolescente, o adulto, o homem que vai dirigir este País amanhã? Será que nós, Senador Mão Santa, não nos perdemos na luta do dia-a-dia, na busca de um lugar ao sol, e nos esquecemos de como seria gostoso, simplesmente, brincar com eles? Será que não estamos perdendo esse momento lindo da nossa vida? Talvez, quando percebermos, eles já serão adultos – e aí será tarde.

Como seria bom se a criança que está neles e que está dentro de cada um de nós tivessem a oportunidade de se encontrarem na longa caminhada da vida! Vocês já pensaram, Senador Mão Santa, como seria bom – e, aqui, quero deixar isto quase como recomendação – se, no próximo domingo, no dia 12 de outubro, vocês estivessem ao lado das crianças, ouvindo a música “Aquarela”, do compositor, intérprete e cantor Toquinho?

A canção diz:

Aquarela

Numa folha qualquer
Eu desenho um sol amarelo
E com cinco ou seis retas
É fácil fazer um castelo...

Corro o lápis em torno
Da mão e me dou uma luva
E se faço chover
Com dois riscos
Tenho um guarda-chuva...

Se um pinguinho de tinta
Cai num pedacinho
Azul do papel
Num instante imagino
Uma linda gaivota
A voar no céu...

Acho essa canção linda! Eu me vejo sentado, com meus netos, riscando um papel e traçando, com leves riscos, a mãe natureza.

Sr. Presidente, essa canção para mim é muito bonita. É o lado bonito. O feio, o triste é termos que falar que ainda hoje existe no Brasil o trabalho escravo. Isso é uma vergonha para qualquer nação; é uma

chaga que precisa ser extirpada. Temos feito avanços, é inegável, e isso é muito bom, mas, infelizmente, o trabalho infantil escravo ainda existe.

Teremos que continuar dizendo, até convencer todos: lugar de criança é na escola. O Bolsa-Família tem tido impacto sobre a frequência escolar, mas ele ainda não está fazendo com que todas as crianças deixem de trabalhar – mas é um passo positivo –, talvez pela falta de penalidade para quem não cumpre, na íntegra, o que manda o programa.

Senador Mão Santa, Senador Geraldo Mesquita Júnior, Senador João Pedro, Senadora Serys, o Ipea estabelece que as crianças são responsáveis por importante parcela da renda das famílias. Os menores de 15 anos que não freqüentam a escola cumprem uma jornada de 40 horas semanais, no mínimo, e são responsáveis por algo entre um terço e 100% da renda familiar. Crianças que não estudam – não estudam! – recebem, em média, R\$ 226,00 por mês, e as que estudam e trabalham recebem R\$ 151,00.

O Índice de Oportunidades Humanas (IOH) – o novo indicador, calculado pelo Banco Mundial, que citei – realizou estudo sobre as condições educacional e de moradia nos países da América Latina e levou em conta 200 milhões de crianças em 19 países.

Segundo o estudo, as oportunidades educativas oferecidas às crianças brasileiras infelizmente ficam aquém da média latino-americana.

O Coordenador Nacional do Programa Internacional para Eliminação do Trabalho Infantil, da Organização Internacional do Trabalho, Sr. Ricardo Mendes, pondera que “deveríamos disponibilizar mais escolas em tempo integral e tornar a educação atrativa”.

Segundo o mesmo estudo, a área educacional ficou 67 pontos abaixo da média latino-americana de 76, em uma escala de 0 a 100, mas é preciso ressaltar que o Brasil obteve avanços em seus indicadores, com certeza absoluta, nos últimos 10 anos.

O economista Francisco Ferreira, um dos elaboradores do estudo realizado pelo Banco Mundial, destacou: “O Bolsa Família é conhecido por ter aumentado as matrículas entre os grupos mais vulneráveis, que tipicamente têm históricos familiares menos privilegiados”.

Concordo, Sr. Presidente, com o que disse o Diretor Regional do Banco Mundial para as Américas, Marcelo Yugale: “Sabemos agora que o campo de jogo está desnivelado quando começamos na vida e que circunstâncias pessoais sobre as quais não temos nem responsabilidade nem controle no início da vida são muito importantes no nosso destino final.”

Por isso, meus parabéns ao projeto da Senadora Patrícia Saboya, sancionado pelo Presidente Lula,

do qual tive a alegria de ser Relator e que garante um período maior para que a mãe acompanhe o filho nos primeiros meses da sua existência.

Sr. Presidente, na verdade, a criança precisa brincar e estudar e precisa também de um mundo livre de preconceitos. Esse é o mundo que devemos construir para elas. Esse mundo não será apenas mágico. Ele será, Senador Geraldo Mesquita Júnior, o alicerce para a construção de uma nova sociedade.

Encerrando minha fala, Sr. Presidente, quero conceder um aparte ao Senador Geraldo Mesquita Júnior, mas, antes, porém, quero comentar um fato.

Faço questão de relatar um encontro muito especial, que me causou, ao mesmo tempo, imensa alegria e grande tristeza. E por que grande tristeza?

No dia em que fui votar, na cidade de Canoas, encontrei um garoto com síndrome de Down. Ele veio ao meu encontro, Senador Geraldo Mesquita Júnior, e, com sorriso aberto, um brilho nos olhos apaixonante, cheio de vivacidade, disse-me todo faceiro: “Senador, eu gosto de você. O senhor lembra que foi ao meu colégio uma vez, e o meu grupo cantou a música ‘Querência Amada’, porque sabíamos que o senhor gosta demais? Lembro direitinho. Hoje, vim aqui votar, Senador”.

Ele falou isso cheio de orgulho e de satisfação, porque estava fazendo a coisa certa: o exercício da cidadania. Perguntei o nome dele, e ele me disse que se chamava Gilson Biskup.

Bem, depois fui à minha cabine, votei e, mais tarde, na saída, encontrei o menino. Só que dessa vez ele estava cabisbaixo, triste. O brilho e a alegria do rosto haviam desaparecido. Perguntei a ele: “Afinal, o que aconteceu? Por que, Gilson, você está tão triste?” E ele me disse: “Não me deixaram votar. Meu nome foi excluído da lista”.

Senador Geraldo Mesquita Júnior, aquilo me deixou tão revoltado, tão para baixo, que não almocei. É como se eu tivesse levado um soco no estômago. Pensei comigo: “Não, não dá. Não dá para eu deixar esse domingo assim, em pleno processo eleitoral em Canoas. Preciso conversar com esse garoto”. Descobri o endereço dele, fui à casa dele, conversei longamente com ele, com Dona Diamantina, sua mãe, e com o Sr. Zeno, seu pai. Gilson me disse, quando cheguei: “Veja só, Senador – mas veja a clareza do menino –, o que é o destino. O senhor veio me visitar aqui, empenhar seu apoio, e, há poucos dias, sonhei com o senhor, e o senhor estava na minha formatura”. Aí o pai dele me disse: “A formatura dele será daqui a dois anos”.

Fiquei impressionado com tudo, empenhei o meu apoio total, mostrei a minha indignação e disse a esse menino que falaria na tribuna do Senado – compromisso

assumido com ele lá, na casa dele –, e o Brasil inteiro ouvia sobre esse triste episódio a que ele fora submetido.

Não há uma explicação que me convença de que não houve ato de discriminação na exclusão desse jovem da lista de votação. Ele já havia votado há dois anos.

Pois bem, Gilson, antes de passar para meu nobre Senador e amigo Mesquita, tenho certeza de que o Brasil, que me escuta hoje, desta tribuna, está triste por você não ter tido o direito de votar. Se Deus quiser, meu amiguinho – sei que você me está assistindo neste momento –, conforme conversamos, estarei a seu lado, junto com sua família, na próxima vez em que você for votar, como também no dia da sua formatura.

Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Senador Paim, meu querido amigo, eu estava aqui receoso de apartear-lo, pois não queria quebrar o encanto de seu discurso. Que coisa bonita! Nesses momentos, a gente sente prazer de estar nesta Casa ouvindo V. Ex^a, que é daqueles Parlamentares – são poucos, aliás – que, como costume dizer, estão aqui no Congresso Nacional defendendo causas e não coisas. V. Ex^a oferece ao Senado Federal, oferece à Nação uma reflexão emotiva e, ao mesmo tempo, de grande profundidade, Senador Paim, e talvez até V. Ex^a não tenha a real dimensão do alcance dela. V. Ex^a une as duas pontas do que há de mais importante neste País: as crianças e nossos idosos. A grande maioria destes, coincidentemente, também chamados de aposentados. Senador Paim, confesso a V. Ex^a que já ouvi, mais de uma vez, que criança não dá votos e que os aposentados já estão numa fase da vida em que muitos já desistiram, inclusive, de votar. Então, para que se preocupar com eles? Isso é de uma brutalidade, isso é de uma crueldade inaceitável, Senador Paim! V. Ex^a é daqueles que trabalham nesta Casa arduamente. Somos testemunhas da sua dedicação, do seu esmero em fazer com que saíamos efetivamente do simples discurso para assumirmos posições e obtermos resultados concretos. Na Presidência da Comissão de Direitos Humanos, de que faço parte com muita satisfação, todos nós somos testemunhas da sua linha de trabalho, sempre perseguindo, defendendo as causas pelas quais luta, como V. Ex^a disse, de forma destemida, sem medo das pressões indevidas, com responsabilidade, sem populismo, de forma franca, como uma batalha mesmo. V. Ex^a citou aqui Nossa Senhora Aparecida e, de fato, numa oração. Oração não é só aquela que nos oferecem com um texto predeterminado; oração é o que V. Ex^a fez há pouco. Uma verdadeira oração à Nossa Senhora Aparecida para que ilumine o coração e as mentes dos Deputados Federais deste País, para

que aprovelem matéria de sua autoria, já aprovada nesta Casa, que extingue o fator previdenciário – uma das coisas mais cruéis que se abateu sobre uma parcela grande da nossa população. V. Ex^a também pede que Nossa Senhora ilumine os corações e as mentes dos Deputados para que seja aprovada ao mesmo tempo a equiparação dos reajustes dos aposentados com o salário mínimo. Eu digo a V. Ex^a que, enquanto estava orando aí, eu estava em sintonia com V. Ex^a, também orando nesse sentido. Mas além das nossas orações, Senador Paim, creio que se faz necessário que V. Ex^a, como grande liderança sindical que sempre foi, comande uma verdadeira mobilização nacional. V. Ex^a ontem neste plenário lembrava que muitas das vezes esta Casa e a outra, ou seja, o Congresso Nacional, operam a partir da pressão popular, legítima, legítima. Acho que além das nossas orações, devemos trazer à Câmara dos Deputados, na ocasião oportuna e correta, um grande número de aposentados, muita gente mesmo, Senador Paim, para que essa pressão se faça forte, legítima, para que os Deputados Federais, de uma vez por todas, compreendam que, no nosso Brasil de hoje, não há mais espaço para omissão e negligência com pessoas que foram e são tão importantes para o nosso País. V. Ex^a, ao mesmo tempo, de forma emocionada, comemora o Dia da Criança e sintetiza seu discurso e a homenagem às crianças lembrando um ato de discriminação – e V. Ex^a pode ter certeza de que não está enganado – perpetrado contra uma criança que, ao encontrá-lo, sorri de alegria e felicidade por ter a oportunidade de exercitar sua cidadania, mas que, logo depois, ao reencontrar V. Ex^a, está cabisbaixo, triste por ter sido alvo, de fato, de uma discriminação odienta, neste mundo cruel, desumano, ingrato. Uma criança, Senador Paim! Em que mundo vivemos? Por uma feliz coincidência, eu também me preparei neste dia, não com a profundidade com que V. Ex^a abordou o assunto, para prestar uma homenagem às crianças. Sabe, Paim, eu acho que é o mínimo que podemos fazer: falar, repetir, reiterar as coisas aqui nesta Casa, para que um maior número de Parlamentares se sensibilize. Eu disse um dia desses aqui, apavorado com o recrudescimento dos crimes sexuais cometidos contra crianças nos últimos dias... Nesse período em que estávamos em campanha, eu, praticamente todo dia, Senador Paim, colhi da mídia brasileira notícia de algo terrível cometido contra crianças neste País nessa área de crime sexual, pedofilia etc. É preciso que a gente saia dessa inércia; é preciso que a gente faça com que coisas aconteçam, Senador Paim. E eu estou clamando, inclusive, por uma campanha pública de esclarecimento, para que as pessoas que cercam as crianças no nosso País sejam mais bem informadas

sobre como proceder e fiquem atentas aos sinais de sevícia que essas crianças sofrem, que, muitas vezes, passam despercebidos. Uma campanha e um apelo às autoridades para que a nossa educação seja de melhor qualidade e alcance todas as crianças neste País, Senador Paim. V. Ex^a batalha há tanto tempo pela aprovação de um projeto de fundamental importância, que é o Fundeb! Portanto, olhe, V. Ex^a hoje, mais uma vez, me emocionou. Acho que emocionou a todos que o ouviram. Pode parecer, Senador Paim, que, ao sairmos daqui, a coisa se perde. Não se perde, não; pode ter certeza. No meu coração, eu vou guardar seu discurso como algo de fundamental importância e como um incentivo para que prossigamos perseguindo os ideais e os objetivos que V. Ex^a não nos deixa esquecer nesta Casa. Mais uma vez, parabéns – esta rotina gostosa me dá muita satisfação: parabenizá-lo repetidamente pela grandeza do Parlamentar que V. Ex^a é. Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Geraldo Mesquita Júnior, eu só tenho a agradecer a V. Ex^a. E quero ser testemunha das suas palavras. Se alguns pensam que o povo não assiste à TV Senado, estão enganados. V. Ex^a tem toda razão: o povo assiste, ouviu o seu pronunciamento, ouviu o meu pronunciamento, e está acompanhando a fala, a forma de agir, a conduta de cada Parlamentar. Que cada um assuma a sua responsabilidade perante o povo e perante a história, inclusive na votação relativa ao fim do Fator Previdenciário e à garantia dos direitos dos aposentados e dos pensionistas. Quem viver, verá: 2010 vem aí!

Meus cumprimentos a V. Ex^a pela forma clara com que colocou a sua proposta de promovermos uma campanha nacional de combate à pedofilia, esse crime hediondo que é cometido contra as nossas crianças.

Concluindo o meu pronunciamento, Senador Mão Santa, Senador João Pedro, Senadora Serys, eu queria dizer também ao Gilson que nós, aqui no Senado, já aprovamos o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Temos certeza de que logo ele será lei. Será aprovado na Câmara e será um instrumento importante de luta para as pessoas que têm algum tipo de deficiência, essas pessoas especiais. Digo especiais, porque o Gilson, com Síndrome de Down – contei sua história aqui –, é uma pessoa especial, uma pessoa que apaixonou a todos. Por isso ele é tão especial, por isso eu trouxe a situação dele a esta tribuna.

Sr. Presidente, quero fazer um apelo a todos que me escutam no encerramento do meu pronunciamento.

Dirijo-me a você, que perdeu no processo eleitoral de uma forma ou de outra, a você que ganhou, a você

que está arrasado com a crise global e assustado com a recessão que pode acontecer no mundo, a você que perdeu o emprego ou a você que está empregado, a você que às vezes é criticado por sua opção sexual ou mesmo religiosa: não desanimem, não fiquem tristes, não percam as esperanças. Na vida, nós somos como as crianças: eternos aprendizes. Nós nunca perdemos na verdade. Aprendemos, a todo momento, a todo dia, uma nova lição que vai nos conduzir para um futuro melhor. Precisamos, de cada momento de embate, tirar uma lição.

Lembrem-se: é de um mundo sem preconceitos que as crianças e os adultos precisam; é de um mundo de coração puro que nós precisamos; é de um mundo onde os homens e as mulheres, independentemente da idade, não se preocupem somente com a questão material, mas, sim, com a questão social, cuidando da harmonia do lado espiritual.

Precisamos cuidar da alma. A partir dela, seremos iluminados pela energia do universo. É disso que todos nós precisamos. Se agirmos assim, com certeza – e aí termino, Senador João Pedro –, estaremos fazendo a nossa parte nesta longa missão das nossas vidas, que é construirmos uma sociedade fraternal, solidária, sem discriminação, onde todos, todos, todos tenham direitos e deveres iguais, onde possamos viver e envelhecer com dignidade.

Viva às nossas crianças não só no dia 12, mas sempre! Viva também aos nossos idosos!

Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no domingo, 12 de outubro, estaremos comemorando dois eventos importantes. O Brasil inteiro irá homenagear Nossa Sr^a Aparecida, a Padroeira do Brasil e festejar o Dia da Criança.

Nosso País é feito de gente que tem muita fé. É verdade que temos muitas matrizes religiosas.

Respeitamos a todas, como é bom ver, por exemplo, um culto ecumênico em apoio a todas nossas crianças, como um que participei recentemente.

Neste mesmo culto ecumênico, todos fizeram orações pelos Parlamentares que compõem a CPI da Pedofilia, CPI essa liderada pelo Senador Magno Malta, que é evangélico.

A pedofilia é um crime hediondo que agride às nossas crianças por toda a vida. Por isso, é obrigação nossa combater com todas as armas os pedófilos.

Com essa declaração de fé nos homens de bem e no combate aos criminosos, quero mais uma vez declarar o meu respeito a todas as religiões.

Neste domingo, dia 12, é o dia da criança e também o dia de Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil.

A história da Padroeira do Brasil é muito bonita.

Em 1716, D. Pedro de Almeida e Portugal, conhecido como o “Conde de Assumar” foi escolhido o novo Governador da província de São Paulo e Minas de Ouro. Ele tinha a árdua tarefa de apaziguar os conflitos na região mineira.

Veio direto de Portugal e durante a sua viagem, chega na vila de Guaratinguetá, onde é recebido com grande festa. Passou na cidade 13 dias, sob os atenciosos cuidados do governador da Vila, o Capitão-mor Domingos Antunes Fialho.

Para alimentar a grande comitiva do Conde de Assumar, o Senado da Câmara mandou que alguns pescadores fossem conseguir peixes, já que a cidade estava rodeada pelo Rio Paraíba do Sul.

Entre muitos, foram os pescadores Domingos Martins Garcia, João Alves e Felipe Pedroso com suas canoas. Lançaram as suas redes no Porto de José Corrêa Leite, sem tirar peixe algum. Continuaram até o Porto de Itaguassu, muito distante, e João Alves, lançando sua rede neste porto tirou o corpo da imagem da Senhora, sem cabeça; lançando mais abaixo outra vez a rede, tirou a cabeça da mesma imagem.

Os três pescadores limparam a imagem apanhada no rio e notaram que se tratava de Nossa Senhora da Conceição, de cor escura.

Guardaram a imagem em um pano e, continuando a pescaria, que até aquele momento não lhes havia dado peixe algum, dali por diante, em poucos lanços, foi tão abundante que os três ficaram com medo de naufragarem pelo muito peixe que tinham nas canoas, e então retornaram para suas casas.

Só podia ser um milagre, em três lançadas de rede foram retirados um corpo, depois sua cabeça, e mais tarde uma incrível quantidade de peixes. Felipe Pedroso, profundamente católico disse: “*Foi intercessão da Virgem Maria, Mãe de Deus!*”

Levou, então, a pequena imagem para a sua própria casa e poucos dias depois começou a organizar orações, sobretudo a reza constante do terço. Novos milagres foram acontecendo e a piedade foi aumentando incrivelmente.

Alguns padres jesuítas testemunharam, já em 1748, que “*eram muitos os que aí se reuniam para pedir ajuda e proteção a Senhora que eles chamam, piedosamente, de a “Aparecida”*”.

Em 8 de setembro de 1904, foi realizada a solene coroação da imagem de Nossa Senhora Aparecida, e em 1908, o santuário foi elevado à dignidade de Basílica pelo Papa.

Em 1930, o Papa Pio XI, proclamou Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil.

Em 1984, foi declarada oficialmente Basílica de Aparecida Santuário Nacional, pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil).

É uma cena incrível ver a procissão que se dirige ao Santuário Nacional de Nossa Senhora Aparecida.

Cada um tem os seus agradecimentos ou seus pedidos a fazer. E ela, do alto de sua bondade, deve interceder junto ao nosso Senhor para que Ele acolha a todos.

Na cidade de Aparecida, crianças, adultos, idosos se preparam para receber a visita dos fiéis que vem dos mais diversos cantos.

É um momento de união, de solidariedade, de compartilhamento que sempre toca fundo aos corações.

Sr. Presidente, espero que Nossa Senhora Aparecida, que é a Padroeira do Brasil mas, é também a Padroeira dos Aposentados e pensionistas, abençoe a todos nesse momento tão difícil que eles estão vivendo devido ao fator previdenciário e a desvinculação dos seus benefícios do salário mínimo.

Meus amigos e minhas amigas, todos os anos realizamos em Aparecida do Norte, em São Paulo, um encontro dos nossos aposentados e pensionistas de todo o Brasil.

Nessa data a santa é homenageada em todo o país. Há quinze anos em Porto Alegre tendo como palco o Guaíba é realizada a Romaria das Águas em homenagem a padroeira do Brasil, o evento reúne milhares de gaúchos e gaúchas, uma verdadeira demonstração de fé a santa negra Aparecida.

Quero neste momento, como uma forma de oração, pedir a ela que ilumine os nossos Deputados para que eles façam justiça e aprovelem o fim do fator previdenciário e a equiparação dos reajustes das aposentadorias aos do salário mínimo. Peço a ela que ilumine o nosso Presidente Lula que eu sei que é bastante sensível à causa.

Rezarei para que a energia ecumênica fortaleça a consciência e a sensibilidade de todos os Deputados para que eles acompanhem o Senado nesta cruzada nacional pela dignidade dos idosos.

Sr. Presidente, esta data é muito especial, pois domingo é também o dia da criança.

Todos voltam seus olhares para os pequeninos desejando que o futuro que lhes aguarda seja o mais sereno, o mais confiante e próspero possível.

E nossas crianças merecem isto. Aliás, elas merecem antes disto, ter o direito de ser, simplesmente, crianças.

Puxa vida que coisa boa que é poder brincar! Não há um único adulto que não lembre de suas molecagens infantis. Jogar bola, dominó, brincar de esconde-esconde ou então de adivinha que bicho eu sou, cozinhar em panelinhas de plástico, rir ao pular nas poças d'água formadas pela chuva, ouvir uma boa estória infantil contada por alguém que sabe fazer caretas, dar o tom certo a cada fala, tudo isso tem um valor inestimável.

E o que vemos hoje? Crianças coletando material reciclável, vendendo balas, fazendo malabarismo nos faróis, pedindo esmolas, acordando ainda de madrugada para ajudar na colheita, cumprindo tarefas domésticas.

Será que nós nos damos conta da gravidade do que está acontecendo? Crianças tendo que cortar cana, expostas aos ferimentos que daí advém, colocando álcool na boca para soltar fogo e assim entreter as pessoas para receber alguns trocados. Ou então, trabalhando na mineração, na colheita antes do primeiro sol da manhã?

O IPEA realizou uma pesquisa, baseada em dados do PNAD 2007, que aponta que existem no Brasil, 2.500.842 (dois milhões quinhentos mil oitocentas e quarenta e duas) crianças entre 5 e 15 anos que trabalham. A cada 100 crianças, 6 trabalham.

Entre os menores que trabalham, 20 mil não estudam e na faixa etária de 5 aos 15 anos encontramos 62.521 (sessenta e dois mil quinhentas e vinte e uma) que não estudam nem trabalham.

Considerada a idade entre 5 e 13 anos, 59,5% dos brasileiros que trabalham são negros, mas esse percentual sobe para 69,6% na idade entre 5 e 9 anos.

E aqui preciso fazer uma interrupção para mencionar um outro estudo, sobre o qual falarei mais adiante, elaborado pelo Banco Mundial, sobre educação e moradia na América Latina.

Esse estudo apontou um fator relevante e triste: o estrato social em maior desvantagem é quase exclusivamente formado por negros.

Há anos venho a esta Tribuna para falar sobre questões que afligem a população negra.

Tenho lutado sem parar para que o Estatuto da Igualdade Racial, projeto de minha autoria, aprovado no Senado Federal, se torne Lei a fim de que possamos fazer da igualdade de oportunidades, uma realidade.

As causas sociais são a minha vida, eu depositei em favor delas todas as minhas forças e é por isso que luto tanto pela igualdade de oportunidades, pelos direitos de idosos, negros, brancos, índios, pessoas

com deficiência, pela liberdade religiosa, orientação sexual, enfim, todos que sofrem qualquer tipo de discriminação.

E as crianças fazem parte da minha preocupação, não se pode admitir que elas tenham que fazer papel de gente grande, quando o papel que lhes cabe é exclusivamente o de crianças.

Senhoras e Senhores, o momento exige uma reflexão sobre a vida das nossas crianças.

Será que cada de um de nós está fazendo a nossa parte? Quantas vezes paramos para ouvir, conversar com nossos pequeninos? Quantas vezes saímos a caminhar no parque, na rua, no cinema, no jardim, no shopping ou no circo para ver o seu rosto desenvolver aquele sorriso franco e inocente que somente a criança sabe dar?

Quantas vezes dialogamos com eles a questão do meio ambiente, a beleza das flores, da não poluição das águas, do vento que toca alegremente as árvores? Enfim, já falamos com eles a respeito da natureza? Quantas vezes ficamos com eles em silêncio ouvindo a singeleza incomparável do canto dos pássaros?

Quantas vezes muito de nós não tivemos tempo de dar um simples telefonema expressando com carinho o quanto que os amamos?

Quantas vezes nós fomos levá-los ou buscá-los nas escolas? Nós sabemos quais são as suas angústias, incertezas e inseguranças?

Nós, realmente vimos e acompanhamos o crescimento e a formação das nossas crianças?

Será que nós não nos perdemos na luta do dia a dia, na busca de um lugar ao sol e nos esquecemos de como seria gostoso brincar com eles, será que não estamos perdendo este momento lindo, quando percebermos que eles já estão adultos talvez seja tarde.

Como seria bom se a criança que está nele e está dentro de mim estivesse sempre se encontrando nesta longa caminhada da vida.

Vocês já pensaram como seria bom se nesse domingo, 12 de outubro, você tivesse ao lado das crianças ouvindo a música "Aquarela", do compositor e interprete Toquinho? Canção essa que diz:

"Aquarela"

Numa folha qualquer
Eu desenho um sol amarelo
E com cinco ou seis retas
É fácil fazer um castelo...

Corro o lápis em torno
Da mão e me dou uma luva
E se faço chover
Com dois riscos
Tenho um guarda-chuva...

Se um pinguinho de tinta
Cai num pedacinho
Azul do papel
Num instante imagino
Uma linda gaivota
A voar no céu...

Sr. Presidente, esta canção é o lado bonito. O feio, o triste é termos de falar ainda hoje que existe no Brasil o trabalho infantil, é uma vergonha para qualquer nação. É uma chaga que precisa ser extirpada. Nós temos feito avanços nesse sentido e isso é muito bom. Mas, infelizmente ele ainda existe. Temos de continuar dizendo, até convencer a todos "lugar de criança é na escola".

O Bolsa Família tem tido impacto sobre a frequência escolar mas, ainda não está fazendo com que as crianças deixem de trabalhar, talvez pela falta de penalidades para quem não cumpre o Programa.

Conforme aponta o IPEA, as crianças são responsáveis por importante parcela da renda das famílias.

Os menores de 15 anos, que não freqüentam a escola, cumprem uma jornada de 40 horas semanais e são responsáveis por algo entre um terço e 100% da renda familiar.

Crianças que não estudam recebem um salário, em média, de R\$ 226 e as que estudam e trabalham ganham mais ou menos R\$ 151.

O Índice de Oportunidades Humanas (IOH), um novo indicador calculado pelo Banco Mundial, o qual citei anteriormente, realizou um estudo sobre as condições educacional e de moradia nos países da América Latina e levou em conta 200 milhões de crianças em 19 países.

Segundo o estudo, as oportunidades educativas oferecidas às crianças brasileiras são piores que a média latino-americana.

O Coordenador Nacional do Programa Internacional para Eliminação do Trabalho Infantil, da Organização Internacional do Trabalho, Sr. Renato Mendes, pondera que *"deveríamos disponibilizar mais escolas em tempo integral e tornar a educação atrativa"*

O IOH brasileiro, na área educacional, ficou em 67 pontos, abaixo da média latino-americana de 76, em uma escala de zero a cem, mas é preciso ressaltar que o Brasil obteve avanços em seus indicadores no período estudado, 1995-2005.

O economista Francisco Ferreira, um dos elaboradores do estudo realizado pelo Banco Mundial destacou que *"o Bolsa Família é conhecido por ter aumentado as matrículas entre os grupos mais vulneráveis, que tipicamente têm históricos familiares menos privilegiados"*

Concordo com o que disse o diretor regional do Banco Mundial para as Américas, Marcelo Yugale, *"Sabemos agora que o campo de jogo está desnivelado quando começamos na vida, e que circunstâncias pessoais sobre as quais não temos nem responsabilidade nem controle no início da vida são muito importantes no nosso destino final"*

Na verdade, criança precisa brincar e estudar e precisa também de um mundo livre de preconceitos.

Esse é o mundo que nós devemos construir para elas. Esse mundo não será apenas mágico, ele será o alicerce para a construção de uma nova sociedade.

Sr^{as} e Srs. Senadores, encerrando minha fala, faço questão de relatar um encontro muito especial que me causou ao mesmo tempo uma imensa alegria e uma grande tristeza.

No dia em que fui votar, na cidade de Canoas, encontrei um garoto com síndrome de Down. Ele veio ao meu encontro com um sorriso muito aberto, com um brilho apaixonante nos olhos e cheio de vivacidade. Disse-me, todo faceiro: *"Senador, eu gosto demais do Sr., o Sr. lembra que veio no meu colégio uma vez e meu grupo cantou a música Querência Amada para o senhor porque é uma das músicas que o senhor mais gosta? Eu lembro disso direitinho. Hoje eu vim aqui votar, Senador"*

Ele falou isso cheio de orgulho e de satisfação por estar fazendo a coisa certa.

Eu perguntei o nome dele e ele me disse que se chamava Gilson Biskup e que tinha 27 anos.

Bem, depois eu fui para a minha cabine votar e mais tarde, na saída, encontrei com ele novamente. Só que desta vez ele estava todo cabisbaixo, todo tristonho. O brilho e a alegria do seu rosto haviam desaparecido. Eu perguntei a ele: O que te deixou desanimado?

Ele então me disse que não tinham deixado ele votar, que o nome dele havia sido excluído da lista.

Aquilo me deixou tão revoltado, tão para baixo que não fui capaz de almoçar naquele dia. Meu estômago estava como se eu tivesse levado um soco.

Pensei comigo, não dá: preciso conversar com esse garoto de novo. Pois bem, fui a casa dele e conversamos longamente, eu, ele, dona Diamantina, sua mãe e o Sr. Zeno, seu pai.

Gilson me disse muito comovido, *"Veja só o que é o destino. O Sr veio me visitar aqui hoje e há poucos dias eu sonhei com o senhor. Eu sonhei que o senhor estava na minha formatura."*

Então o pai dele me disse que a formatura seria daqui há dois anos. Me comprometi que estaria lá com ele.

Fiquei muito impressionado com tudo e empenhei minha solidariedade e indignação e disse quealaria

para o Brasil inteiro ouvir aquele triste episódio a que ele fora submetido. Não há uma explicação de que me convença de que não houve um ato de discriminação na exclusão deste jovem da lista de votação.

Pois bem Gilson, eu tenho certeza de que o Brasil que te escuta hoje, através da minha voz, está triste por você ter tido que passar por isso. Se Deus quiser, meu amiguinho, conforme conversamos, estarei ao seu lado, junto com sua família, na próxima vez que você for votar. Como também, no dia da sua formatura.

Nós, aqui no Senado, já aprovamos o Estatuto da Pessoa Com Deficiência, e tenho certeza, que logo, logo, ele será Lei e, como tal, um importante instrumento de luta pelos seus direitos.

A todos que me escutam hoje eu faço um apelo:

A você que perdeu no processo eleitoral, você que ganhou, você que está arrasado com a crise global, você que perdeu o emprego ou que está empregado, a você que as vezes é criticado por sua opção sexual ou mesmo religiosa, não desanime, não fique triste, não perca as esperanças “na vida nós somos que nem as crianças, eternos aprendizes”. Nós, nunca perdemos, na verdade, aprendemos todo dia uma nova lição que vai nos conduzir para um futuro melhor.

Lembrem-se: é de um mundo sem preconceitos que as crianças e os adultos precisam. É de um mundo de coração puro que todos nós precisamos!

É de um mundo onde os homens e as mulheres independente da idade, não se preocupem somente com a questão material, mas que cuidem da harmonia do lado espiritual. Precisamos cuidar da alma, a partir dela seremos iluminados pela energia do universo, é disso que o mundo precisa.

Se agirmos assim, com certeza, estaremos dando a nossa parte nesta longa missão que é a de construirmos uma sociedade fraternal, solidária, sem discriminação, onde todos, todos, tenham direitos iguais, que possam viver e envelhecer com dignidade.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Mão Santa deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. João Pedro.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Parabéns, Senador Paulo Paim, pelo enfoque e, fundamentalmente, por chamar a atenção do País para a necessidade de se combater a pedofilia. Parabéns!

Com a palavra, por dez minutos, o Senador Mão Santa, do Piauí.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador

João Pedro, dez minutos, não sei, mas dez é a nota para Paulo Paim pelo pronunciamento que fez.

Eu apenas queria fazer umas considerações aqui.

O Paulo Paim está aí. Ele é o nosso Martin Luther King. Está ouvindo, Paulo Paim? Você é o Martin Luther King.

E ficou, de Martin Luther King, um sonho, um sonho, um sonho...

Presidente João Pedro, V. Ex^a, que é do Partido dos Trabalhadores: eu sonhei e, no primeiro mandato, votei no Luiz Inácio e no atual Governador. A decepção foi grande. Mas vou dizer por quê, viu, ô Geraldo Mesquita?

Ernest Hemingway, autor de **O Velho e o Mar**, nasceu em Key West, na Flórida – todos conhecem os Estados Unidos: Flórida é a ilha mais próxima de Cuba, noventa milhas –, e morreu lá em Cuba. No livro **O Velho e o Mar**, ele disse que a maior estupidez é perdermos a esperança. Atentai bem! Essa aparece como a maior estupidez no livro **O Velho e o Mar**. Ele disse que o homem não nasceu para ser derrotado, ainda que possa até ser destruído. É um belo romance de Ernest Hemingway. Morreu lá.

Eu estou nessa da esperança, ainda tenho esperança, Geraldo. Mas o fato é que eu nunca vi maior desgraça no meu Estado do Piauí do que os seis anos do partido de V. Ex^a. E vou dar os fatos. Agora, eu tenho esperança no Luiz Inácio – é falta de visão mesmo, é a ignorância audaciosa, a falta de saber e de conhecimento.

Eu acredito em Deus; eu acredito no estudo, que leva à sabedoria – o Livro de Deus diz que a sabedoria vale mais do que ouro e prata –; e acredito no trabalho – não tenho essas crenças desse pessoal: acredito no trabalho.

Rui Barbosa está ali, ô Paim, porque ele disse que a primazia tem que ser do trabalho e do trabalhador. Ele vem antes, ele faz a riqueza.

Esse pessoal não tem entendimento, não leram nem a Bíblia. A Bíblia, Geraldo Mesquita, diz: “*Comerás o pão com o suor do teu rosto*”. E o apóstolo Paulo – Paulo Paim, preste atenção V. Ex^a, que herdou o nome – foi mais severo quando disse: “*Quem não trabalha não merece ganhar para comer*”. Isso é o real.

Ô João Pedro: e essa crise real? Eu estou aqui é para ensinar mesmo, só tem sentido a existência do Senado se ele for como um pai para a Pátria.

Já li umas cinqüenta biografias de Abraham Lincoln. Considero como sua melhor frase a seguinte: “*Caridade para todos, malícia para nenhum e firmeza no direito*”. Mas não é isso não. Para esta crise, ele deu um ensinamento: “*Não baseie sua prosperidade com*

dinheiro emprestado”. Por isso é que se lê Abraham Lincoln, por isso eu li cinquenta biografias de Abraham Lincoln. Não baseie sua prosperidade com dinheiro emprestado! Essa crise é isso.

O que foi essa crise? Estou aqui para ensinar ao nosso querido e estimado amigo Presidente Luiz Inácio. O que foi essa crise? Pecaram contra Abraham Lincoln. Os bancos – banco é para isso – emprestaram dinheiro para comprar casa, emprestaram à indústria de construção imobiliária. Aí todo mundo comprou casa de US\$200 mil Não tinham dinheiro. Os juros eram baratos, aumentaram, não pagaram... O banco quer dinheiro, precisa de dinheiro para fazer essa matemática. O crescimento e as casas não engordaram, e faltou dinheiro.

No Brasil, ô João Pedro, vai acontecer a mesma coisa. Já aconteceu, Luiz Inácio!

Já aconteceu, Luiz Inácio. Eu sei. Eu acho que eu sou o melhor candidato à Presidência da República do PMDB. Não tem melhor do que eu, não. Eu já fui prefeito, já fui prefeitinho, governador de um Estado em dificuldades que, quando governei, crescia 10%. Viu, Paim, é um a Chapa boa: o Paim para Presidente e eu Vice-Presidente; ou eu para Presidente e ele Vice. É a melhor chapa, diga para o Luiz Inácio lá. Mas esse que eles estão lançando aí? Nós não vamos abrir mão. O PMDB é o maior Partido. O povo agora decidiu: fez mais prefeito e mais vereador. Não vamos abdicar nem da Presidência daí nem da Presidência da República, porque os novos candidatos que ele está lançando são mais fracos do que nós.

Vamos dizer o que houve na economia, porque nós entendemos. É o seguinte. Aí faltou dinheiro, e faltou e começaram a tomar as casas, e está aí a pane. E no Brasil? No Brasil está muito pior. A crise já chegou, Geraldo Mesquita. Tem que ter entendimento das coisas. Chegou e esse negócio de dizer... Mentir não. É hora da verdade. Fernando Henrique Cardoso é um estadista. Nunca votei nele. Votei no Quércia, que era do meu Partido; e depois, por birra lá, ou por amizade, votei no Ciro Gomes, que é meu vizinho. Sou de Parnaíba e ele ali, não é? Mas ele enfrentava. O Apagão. Ele criou não foi um superministério, mas uma rede de gestão – e chamou até o Pedro Parente – para enfrentar. Foi duro o Apagão. Eu era Governador. Apagamos luz de capital, pagamos mais, foi uma confusão doida. E essa crise tem que ser enfrentada. Já chegou.

Ora, essa dívida do Brasil é muito velha E ela aumentou, quando Dom João VI veio de lá para cá. Ele estava liso, Portugal estava arrasado, acabado. Não tinha a derrama aqui? Eles vinham buscar dinheiro aqui. Daí entrou no pescoço do Tiradentes. Vinham buscar o nosso ouro! Então, para ele fugir, ele pegou dinheiro

da Inglaterra. Foi a Inglaterra que o trouxe. A Inglaterra que instalou Portugal aqui, porque a Inglaterra era contra a França, era contra Napoleão. A dívida já... E os ingleses, que criaram a indústria no mundo, chegaram a nos dar dinheiro. E a página mais vergonhosa para nós brasileiros: acabaram com o Paraguai, deram para a Argentina e para o Uruguai. Foi um massacre! Que vergonha! Aí a dívida aumentou com a Inglaterra. Então nós estávamos endividados! Basta dizer, Geraldo Mesquita, a importação, a taxa dos importados da indústria inglesa era menor do que a de Portugal, tal era a nossa dependência. Então essa dívida...

Aí veio a Segunda Guerra Mundial, e o mundo europeu se bombardeou todo. A Europa toda. A Inglaterra fica na Europa. E os Estados Unidos, que ganharam com a Rússia a Grande Guerra – e nós também – começamos a receber coisas dos Estados Unidos. Getúlio, para entrar na guerra, pegou a siderúrgica de Volta Redonda, pegou o desenvolvimento do Nordeste, das bases aéreas de Natal e da Marinha. Então nós começamos a nos endividar com os norte-americanos. Quer queiramos, quer gostemos ou não de Bush, o fato é que eles têm um quarto da riqueza do mundo: 25%. Então isso é a globalização, já pegou. E foi pior, e vai ser pior aqui, ô João Pedro! Vamos com frieza! V. Ex^a é um homem ponderado, está bem representado o seu Estado. Nós entendemos mesmo. Ninguém está em dúvida, não. Luiz Inácio... Estão enganando, eles têm que falar a verdade para o povo brasileiro.

O Brasil está o pior.

A escravidão hoje, Geraldo Mesquita, não é o negro, não. O negro era escravo, mas Abraham Lincoln resolveu, a Princesa Isabel resolveu... Mas a grande escravidão da vida moderna é a dívida. É a dívida o nosso problema.

O que houve no Brasil? Olha, estimulava-se o endividamento. Os velhinhos estão todos lascados. Os aposentados, que o Paulo Paim está defendendo, estão lascados, nunca houve tanto suicídio. Porque é consignado: os bancos já tiram na hora do pagamento. Eles pagam, mas não está dando mais o dinheiro. Eu ando na rua e os velhinhos “Pelo amor de Deus! Pega esse Paim, a promessa do Paim”. Tem velho se suicidando como nunca na história do mundo. Eles são honrados...

Mas num país onde se diz que se compra um carro em dez anos... Ora, é um país irresponsável, um país sem visão de futuro. Um carro em dez anos? Tem gente que não tem nada, não tem emprego. O desemprego está aí, mas com duzentos reais sai com um carro andando.

E agora? Estão tirando os carros. Aumentou a inadimplência. Lá foi casa de duzentos mil dólares.

Aqui todo mundo se estimulou; então, faltou dinheiro. Esse negócio de dizer “a dívida externa”... Está certo, ele pagou. Eu não teria pago, eu teria pago os aposentados, os velhinhos que têm o redutor.

Mas aumentou a dívida interna. Há dois tipos de dívida:

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – A externa, que diz que pagou. Muito bem. Mas a interna... Vamos dizer, na sua casa... Está certo, você não está devendo a nenhum banco, a nada. Mas, se seu banheiro está quebrado, se não tem descarga, se não tem luz, se tem goteira, você está lascado. É a dívida interna.

Então, o Brasil tem uma dívida interna. Primeiro, com os aposentados. Estão tirando dos aposentados. Os que pagaram e fizeram um contrato para dez salários mínimos estão recebendo cinco; para cinco, estão recebendo dois.

A dívida interna com educação. Olha a porcária que está a educação pública! Olha a porcária que está! Tem faculdade de medicina, mas de ensino privado, são quatro mil reais ao mês. Ora, e agora? Vai faltar dinheiro, vai entrar na inadimplência.

Essa é a realidade. O partido está desequilibrado.

Paulo Paim, Bill Clinton, aquele “gostosão”, aquele “bonitão”, humilde, foi quatro vezes Governador do Estado do Arkansas. O meu amigo Luiz Inácio, nosso querido Presidente, não foi. Quatro vezes Governador do Estado, do Arkansas, Paulinho! Então, o que ele fez, a primeira coisa? Disse que era complicado e mandou buscar os maiores técnicos. Aí eles fizeram um livro, com Ted Gaebler e David Osborne – Ô João Pedro, está aí um presente bom, dê antes do Natal, dê logo ao nosso Presidente Luiz Inácio –, *Reinventando o Governo*.

Eles advertiram que o governo não pode ser grande demais. Grande demais era o Titanic, que, com toda a tecnologia, afundou. Então, este Governo ficou grande demais: de dezesseis ministros para quarenta; trinta porcárias que só sei o nome de uns dez. Não é? O funcionalismo e tal, e quem paga? É o povo. Então, o povo está sem dinheiro, o povo paga 76 impostos. Eu denunciei isso. Não foi *O Globo*, fui eu aqui que disse que eram 75 impostos, que, de um ano, você paga seis meses de imposto: cinco meses para imposto e um para juros. Você trabalha de dezembro a janeiro, e a metade é para o Governo.

Então, o povo está esfolado, está explorado. Tem que chegar à verdade, à austeridade. Vamos economizar. Vamos enfrentar, temos que enfrentar, mas com a verdade. Cristo, João Pedro: “De verdade, em verda-

de [...]”. “Não, é uma marola, é uma gripe”. Uma ova. Sou médico. Isso é uma banana. A globalização, o dinheiro está globalizado, desde que inventaram a bússola; isso é verdade.

Fernando Henrique teve aquela coragem. O Apagão, eu era Governador. Chegou lá e mandou apagar as luzes de tudinho, tudo que era avenida; foi um rolo danado. Você sabe, botou o Pedro Parente, era a câmara de gestão, acima dos ministérios. Enfrentou, saímos do Apagão.

Vamos, João Pedro. V. Ex^a, que é índio...

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – ... eu digo índio bravo, de coragem. Presidente, vamos ouvir o Senado, temos que enfrentar.

Estimular, comprar agora é uma loucura, porque não tem dinheiro, não vão pagar. Olha, vai diminuir. Você viu as montadoras? É o desemprego. Quem não tinha nada, com R\$200,00 saiu com carro. Eu queria ser Papai Noel, dar presente para todo mundo. Vamos devolver.

“Não baseie sua prosperidade com dinheiro emprestado”, foi Abraham Lincoln quem disse, por isso ele é estudado. E mais, vamos algo mais recente... Em recessão, ô, Geraldo Mesquita, disse que a maior foi na Primeira Guerra Mundial. Eu não sei... Mas, na Segunda, eu sei, porque eu nasci na guerra, Senador João Pedro. Eu não sei a idade de Luiz. Olha, eu nasci em 42. Franklin Delano Roosevelt, quatro vezes Presidente dos Estados Unidos. Quatro! Ele disse: “Toda pessoa que eu vejo é superior a mim em determinado assunto”. Nesse particular, eu procuro aprender. Olha, eu não vi ninguém do PT no debate qualificado. Que pena! Tasso Jereissati é um economista, empresário. É meu vizinho: eu sou do Piauí; ele, do Ceará. Empresário fabuloso, desde o pai. Ele debateu isso aqui, não tinha ninguém para o debate qualificado. Ele advertiu, eram as preocupações dele... Os olhos dele são verdes, é até a cor da esperança, não é? Mas não tinha ninguém... Tem de ser levado... Ele não é do lado, ele é do PSDB; mas ele é superior a Luiz Inácio nesse assunto. É lógico! Ele fez esses detalhes.

Mas Franklin Delano Roosevelt... Foi outra recessão, depois da guerra. Olha só o que ele disse, João Pedro: “Americano, (norte-americano) busque o trabalho. Trabalhe e produza. Se tiver com dificuldade... Se não, produza. Se não der certo, busque outro”. Ensinou a trabalhar na crise. É trabalho! Eu não tenho visto isso. Daí, eu quis entrar no Piauí... No Piauí, eu sei, ele foi generoso. Ele deu mais da metade dessa bolsa. Mas essa bolsa não é o trabalho... Não é isso o que eu espero para o Piauí.

Essa bolsa eu sei que é uma generosidade, uma caridade. São Paulo dizia: “Fé, esperança e caridade”. Eu não posso...

Eu encaminharia isso aos prefeitos e os prefeitos indiquem esse pessoal para o trabalho, que aumentaria até a sua renda. Vejo na praça da minha cidade tradicional... Botava eles para jardinar, para serem vigias. Acredito no trabalho.

Franklin Delano Roosevelt disse: “Se não der certo, procurem outro trabalho”. E mais, Paim: “Que cada fazenda tenha um bico de luz” – levou energia –, “que cada panela tenha uma galinha e este país estará salvo”. Os Estados Unidos são fortes, porque produzem alimentos, produzem grãos. A tecnologia eles perderam por causa do japonês. Mas eles têm... Olha o Franklin Delano Roosevelt: um bico de luz numa fazenda e uma galinha na panela, disse o homem. E ele disse mais: “As cidades podem ser destruídas; ressurgirão do caos. Mas se o campo for destruído, as cidades”... É o que está acontecendo. Está tudo destruído.

Então, eu queria que o Piauí tivesse nestes dois anos... Acredito, tenho esperança, não quero que o Presidente Luiz Inácio enterre a esperança do nosso Piauí, nas obras como o porto, a estrada de ferro, as ZPEs, os projetos de irrigação, as universidades federais. Universidade federal tem uma. Por que não tem mais de uma?

Tenho um projeto no delta, que foi encaminhado, aprovado em tudo que é Comissão, que o último Deputado Federal, ex-Ministro, deu parecer positivo, o Fernando Henrique Cardoso. Hidroelétricas, atentai bem!, o Governador disse que vai fazer cinco. Tem uma que está pela metade, é a de Boa Esperança...

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – ...falta uma eclusa para tornar navegável o rio Piauí. E fala-se em cinco... vamos fazer cinco hidroelétricas, mas a primeira não foi concluída...

Eu sou cirurgião, e às vezes dá certo. Juscelino Kubitschek, Geraldo Mesquita – eu sei que V. Ex^a é jurista, V. Ex^a é mais do que Rui Barbosa –, era médico-cirurgião, eu sei que às vezes dá certo, Luiz Inácio, o Juscelino aqui deu certo, foi essa a visão. Mas se os homens prometem cinco hidroelétricas, se a primeira não está concluída... É ridículo! E falta a eclusa. Eu entendo o que o Piauí precisaria, Luiz Inácio, eu entendo, eu me preparei mesmo, eu estudei muito, foram muitos anos; vocês não acreditam, mas eu acho que não acreditam em Deus porque ele disse: “Comerás o pão com o suor do teu rosto”. Essa gente não gosta de trabalhar, tem horror ao trabalho, não gosta de estudar, tem horror ao

estudo. Eu acredito em Deus, no estudo, no trabalho e no amor da família, como Rui Barbosa disse.

Uma refinaria de petróleo, isso que lhe peço, João Pedro. V. Ex^a é amigo do ministro. Pois é, estou dando a luz, eu tenho a luz, eu tenho a visão de futuro. Lá eles não estudaram, são cegos; não são míopes, não, são cegos. Uma refinaria em Paulistana, tem esse projeto. Olhem o mapa do Brasil. Paulistana é equidistante a todas as capitais. Está vendo, Paulo Paim? Olhe a tese. Então o problema é do derivado do petróleo. “É, mas é caro botar no interior do País”. Brasília era caro. Não era caro Brasília? Juscelino botou aqui para integrar e não mudou? Ô, Luiz Inácio, eu estou ensinando, eu poso ensinar, eu sei. Eles não têm visão, eles não estudaram, eles acreditam na corrupção, nessa esmola. Eu acredito...

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – V. Ex^a vai intermediar os meus apelos. O sr. ministro é um bom ministro. Governar é fazer estrada, disse Washington Luiz. Quando a Princesa Isabel viajou, o Pedro II escreveu a ela dizendo: “lembre-se, minha filha, estrada é o maior presente que se pode dar a um povo”. O seu ministro é bom, é um homem dinâmico, mas olha a visão, quando se olha no mapa de Boa Vista, Manaus, Belém, São Luís, Fortaleza, Teresina, Natal, equidistante. Então, seria como Brasília. É essa a refinaria, em Paulistana, Luiz Inácio? Eu sei. E outra: por que não bota? A Toyota está andando atrás, por que o Piauí não pode ganhar? A Bahia vai ganhar a segunda? Nós entregamos a nossa esperança ao PT, não elegeram um Governador do Estado, o PT e o Presidente da República? Então, é isso, João Pedro. Eu não acredito mais naquela Liderança. Peço a V. Ex^a, que está aí na Presidência que leve os meus cumprimentos ao... Não é do PT o Ministro, né? É um amazonense brilhante. Que ele conclua pelo menos o porto desmembrado. Cheguei a ter contato com ele, mas agora, depois do porto.

Essas são as obras de estrutura. Preocupo-me com a carcinicultura, o cultivo de camarão, porque fui eu quem foi buscar lá no Equador, em Quito.

Quando deu uma peste lá, eu levei os técnicos. Baixou de US\$20 milhões para US\$3 milhões. Então, é um pessoal míope.

A pecuária... não tem vacina, então não tem preço nos bodes, na caprinocultura e na carne. É isso.

Eu pediria a Sua Excelência o Presidente da República que reveja, e nós estamos abertos... Eu sou Francisco. Ontem o Pedro Simon falou: onde tiver ódio leve amor; onde tiver discórdia, a união, e é dando que se recebe, mas dê obras realmente consistentes.

Eu sei que é o Estado que tem mais essas bolsas... essas bolsas aí, mas aquilo leva à indolência. Eu quero levar aquilo que eu acredito. Eu estou aqui, ô Paim! Foi estudando e trabalhando que eu cheguei a esta Casa para representar com grandeza o Piauí e o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Com a palavra o Senador Geraldo Mesquita, do Estado do Acre.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador João Pedro, que preside esta sessão, caros colegas aqui presentes, eu podia assinar embaixo o discurso do Senador Paim, proferido há poucos instantes aqui e me dar por satisfeito. Foi um belíssimo discurso.

Acho, Senador João Pedro, que a gente tem que assumir e se comprometer com determinadas causas. E uma das formas que a gente tem aqui de se vincular e de se comprometer com determinadas causas é vir aqui e dizer para que veio. Uma das causas que nos absorve muito nestes últimos tempos, principalmente a mim, que faço parte da CPI da Pedofilia, Senador João Pedro, é a que diz respeito à preocupação com nossos jovens e nossas crianças neste País.

Domingo, mais uma vez, comemoramos o Dia da Criança neste País. Para muitos, é o dia em que a gente tem que ter a preocupação voltada para dar um brinquedinho para uma criança – isso faz parte –, mas é também um dia, Senador Paim, que a gente deve reservar para uma reflexão profunda acerca do que está acontecendo no nosso País em relação às nossas crianças.

Não sei a que atribuir o fato de que, na minha campanha, Senador Paim, as primeiras pessoas que eu conquistei foram as crianças. Não sei por quê.

Minha mulher me lembra sempre que na minha campanha as primeiras pessoas que eu conquistei foram as crianças. Com essa cara feia, essa cara enrugada... Mas a Maria Helena, minha querida esposa, lembra-me sempre disso. De fato, havia alguma coisa nesse sentido. As crianças sempre gritando “Geraldinho! Geraldinho!”... Talvez tenha sido pelo nome. Eu sei que, ao longo da minha campanha, em 2002, a gente teve muita participação das crianças, com muita alegria, o que me jogava para cima, Senador Paim. Isso me fez muito bem, isso me remeteu em linha direta... Até hoje, a gente admite, a gente assume, a gente se compromete com essa questão, Paim, que é um negócio aflitivo.

Todo ano, por exemplo, Senador Paim, lá no nosso Estado, sem divulgação nenhuma, porque é uma coisa

tão nossa, tão íntima, a minha mulher, a minha mãe, minhas irmãs e meus familiares, todos passamos o ano todinho guardando as notinhas de R\$1,00 e R\$2,00. Vamos guardando e, neste período, a gente faz, em determinado canto do Estado, uma festinha com as crianças, com alegria, com brincadeira.

Neste ano, há cerca de 15 ou 20 dias, eu estava numa localidade rural do meu Estado, Município Bujari, no Ramal Linha Nova. Fui lá, a convite de uma determinada candidata a vereadora, e, ao chegarmos, mais uma vez, as crianças de uma escola próxima que tinham acabado de sair da aula nos cercaram e, inclusive, participaram da reunião com muita atenção e, quietinhas, ficaram ouvindo.

Então, eu me lembrei da festinha que a gente faz todos os anos. Íamos fazer em outro local, mas decidi, ali, na hora, que a festinha seria feita lá. Conversei com as crianças, algumas meninas e meninos, alguns com sandalhinhas, outros descalços, pois o pessoal vive assim, no meio de muita precariedade, e resolvi, assim, de estalo, fazer a festa ali. Conversei com as crianças e lhes disse: “Olhem, se preparem que, no Dia da Criança, vamos fazer uma comemoraçãozinha, uma festinha, com vocês”. Precisei vir a Brasília e deixei meu pessoal lá no Estado, preparando. Pedi ao Beto, que me representa lá, que fosse, mais uma vez, lá combinar com o pessoal, com as crianças e com o professor da escola. Foi então que soube que pessoas, Paim, que não têm muito compromisso com as coisas... Seriam, no máximo, 25 ou 30 crianças. Nós havíamos nos preparado para esse número. Aí o Beto me ligou e disse: “Senador, pessoas da comunidade convidaram mais não sei quantas...” Entende? Isso, de certa forma, inviabilizou a festa, porque há toda uma logística, uma operação que fazemos, por mais simples que seja.

Mas eu queria, hoje, Paim, especialmente, mandar um recado para essas crianças do Linha Nova com as quais estive. Lamentavelmente, minha equipe precisou suspender ou adiar a realização dessa festinha até que se conciliem ali os interesses que fugiram do nosso controle. Mas quero dizer para essas crianças que a nossa festinha está apenas adiada e que eu vou lá para festejar com elas a existência delas, o dia delas. É para elas que eu dedico a minha esperança, o meu carinho, o meu amor, hoje, comemorando já, por antecipação, o Dia da Criança. Por intermédio delas, quero festejar com todas as crianças deste País o dia delas, Paim, lembrando que a gente está aqui envolvido em verdadeiras operações, em torno de alguns projetos, de algumas ações, para que as coisas se tornem cada vez melhores para as crianças e para os nossos jovens.

Ainda esta semana, Senador Paim, como falei em aparte a V. Ex^a, eu lembrei que, nesses últimos trinta dias em que estivemos envolvidos em campanhas, V. Ex^a no Rio Grande do Sul e eu no Acre, deparei-me, quase diariamente, com notícias, colhidas na mídia brasileira, sobre agressões, violências, crimes sexuais cometidos contra crianças, inclusive por pessoas da família, avós, pais... Uma coisa odienta, uma coisa terrível!

Lembrei, inclusive, de uma reportagem do *Correio Braziliense*, de meados de setembro, chamando a atenção para o fato de que meninas de 5, 6, 7, 10 anos, na rodoviária de Brasília, a um quilômetro do Palácio do Planalto e do Congresso Nacional, se prostituíam por R\$2,00, algo inominável, inconcebível.

Lembrei também que a CPI da Pedofilia, que tem tido um papel importante na reforma da legislação que trata da espécie, algo que ainda demanda aprovação pelo Congresso Nacional, já cumpriu esse primeiro papel de reformar a legislação no sentido de tornar duro o combate a esses criminosos, a esses pedófilos no nosso País. Lembrei a atuação firme do Senador Magno Malta, do Senador Demóstenes, do Senador Tuma, do Senador Azeredo, de todos nós, de V. Ex^a, que também faz parte da CPI.

Lembrei também, Senador Paim, que imaginava que a CPI pudesse cumprir o papel de uma sirene para intimidar esses criminosos, mas me assustei, porque percebi que houve, assim, como que um recrudescimento, um volume enorme de crimes cometidos nesses últimos dias. Eu acho que, nesse ponto, a gente precisa sentar, assim que o Senador Magno Malta e o Senador Demóstenes Torres convocarem uma nova reunião da nossa CPI, para rediscutir essa questão, ver onde a CPI pode atuar com mais firmeza, no sentido de intimidar esse povo, esses criminosos, e tomar medidas nesse sentido. Precisamos também, Senador Paim, como falo sempre, sair do discurso, assumir posições e adotar medidas concretas, não só no Congresso Nacional, mas no País inteiro.

Lembro aqui um projeto de muita relevância de um companheiro nosso aqui do Senado Federal que propõe a criação da Agência de Proteção da Criança e do Adolescente. Acho que esse é um caminho muito nítido, esse é um caminho muito consistente que nos vai permitir concentrar as ações de proteção à criança e ao adolescente, as ações de combate efetivo, aos maus-tratos, ao trabalho infantil indevido, inapropriado, aos crimes cometidos contra as crianças. Acho que uma agência como essa, Senador Paulo Paim, vem num momento muito apropriado. Ela pode coordenar no País inteiro todas as ações que são desenvolvidas e estão aí de forma dispersa. Vamos juntar todas essas ações,

concentrá-las numa agência de proteção à criança e ao adolescente. Acho que esse é um bom caminho para que a gente possa, com efetividade, começar a colocar milhares e milhões de crianças deste País a enxergar uma luzinha no final do túnel. Fico vendo as crianças lá do meu Estado, notadamente aquelas que vivem nas periferias das cidades, notadamente na zona rural. A beleza da criança, a alegria da criança, mas, ao mesmo tempo, a gente não consegue enxergar o outro lado dessa questão, Senador Paim. Parece, assim, um cantiga de grilo. A coisa vem se arrastando há tanto tempo, com muita morosidade. As ações, mesmo quando são implementadas, o são de forma tímida. É aquilo que eu disse: parece até que há no imaginário assim dos administradores aquela idéia de que “olha, criança não vota; então...”. Entende?

Eu acho que não é assim. Eu acho que a gente precisa, a partir do processo educacional que deve ser fortalecido, Senador Paim, tanto em número como em qualidade no nosso País, alcançar todas as crianças no nosso País. Acho que é a porta da libertação da nossa juventude, é uma educação universal e de qualidade. V. Ex^a tem se batido tanto aqui pelas escolas técnicas, se possível em cada Município brasileiro, para que as crianças possam ter mais uma oportunidade de se profissionalizar com decência, com dignidade.

Portanto, Senador Paim, é como eu disse no início da minha fala, eu assinaria seu discurso e me daria por satisfeito, mas acho que a gente tem que vir aqui mesmo nesta tribuna, dizer a que estamos vinculados, nos comprometer com determinadas causas, como a dos aposentados, por exemplo, Senador Paim. É aquilo que falei para V. Ex^a: V. Ex^a precisa liderar e sabe que tem nos seus companheiros aqui a solidariedade e o compromisso de promovermos uma grande mobilização de aposentados, de pessoas ligadas aos aposentados, seus familiares, trazê-los para a Câmara dos Deputados, para que a Câmara perceba a gravidade da questão. Acredito que muito Deputado ainda não está ligado na gravidade dessa questão e precisa se sintonizar, porque é uma questão de vida ou morte mesmo.

O Senador Mão Santa diz que os velhinhos estão começando a se suicidar. Isso é verdade mesmo. Isso é verdade mesmo. O desespero tem levado alguns, inclusive, ao suicídio. Entende? O reajuste de suas aposentadorias é aquém do devido. Para suprir algumas necessidades assumem dívidas e não conseguem pagar. Alguns, inclusive, se sacrificam de fato, vão às últimas conseqüências, como se diz.

Então, é preciso que a gente mobilize, Senador Paim, Nossa Senhora Aparecida, como V. Ex^a lembrou. Vamos nos pegar com ela, para que ela ilumine

o coração desses Parlamentares. Mas precisamos, ao mesmo tempo também, fazer uma grande manifestação em torno da Câmara dos Deputados, para que a Câmara dos Deputados perceba a gravidade da questão.

Não há mais possibilidade nem da manutenção do fator previdenciário, que é uma coisa cruel que se abate sobre aquelas pessoas que estão prestes a se aposentar e sobre aquelas que se aposentaram, com graves prejuízos. Sobre a questão do reajuste daqueles que estão aposentados, que, pelo menos, a gente equipare com o reajuste do valor do salário mínimo.

É o mínimo, para não dizer outra coisa. É o mínimo. Se não tivermos sensibilidade, nós brasileiros, Parlamentares, governantes, de promover pelo menos isso, Senador Paim, nós vamos passar para a história como aqueles que ficaram a dever. A dever mesmo! A dever. Claro que a história vai ressaltar o papel de V. Ex^a, que tem sido relevante em toda essa batalha. Mas a nossa geração vai passar para história como aquela que ficou a dever uma solução humana, digna para essas duas questões. Entende?

Então, encerro meu pronunciamento de hoje. Eu queria apenas vir hoje à tribuna comprometer-me com medidas concretas, que possam ser levadas a efeito, de proteção, de estímulo ao desenvolvimento sadio e correto das nossas crianças.

Faço, mais uma vez, um apelo às autoridades, para que a gente deflagre uma campanha pública nacional de esclarecimento às pessoas de todos os rincões deste País que têm um computador em casa, que têm uma criança que acessa um computador, para que sejam orientadas. A gente abre os jornais e vê notícias aqui alarmantes, de crianças que saem para encontros com estranhos marcados em *sites* de relacionamento na Internet. Muitas delas, inclusive, sacrificadas nesses encontros. As pessoas precisam ser orientadas, os pais, as mães, os familiares precisam ser orientados. Isso tem que ser feito por meio de uma campanha nacional. Não há que se proibir o uso do computador ou o acesso à Internet. Não estou falando nisso. Isso é algo que veio para ficar, não há volta. Agora, precisamos esclarecer as pessoas para que elas possam, ao mesmo tempo, esclarecer as crianças para o bom uso de uma ferramenta como essa, de uma tecnologia como essa.

Precisamos esclarecer as famílias brasileiras, para que percebam os sinais de sevícia que muitas crianças ostentam e que passam, às vezes, despercebidos, Senadora Serys. As pessoas precisam ser orientadas, como elas são orientadas no combate à dengue, no combate à rubéola. As pessoas precisam ser orientadas. A gente orienta por meio de uma

campanha pública nacional, de grande repercussão. Não é uma cartilhinha que vai resolver isso, não.

Quando a gente tem uma epidemia de dengue no País, a gente deflagra uma grande campanha nacional no seu Estado, no meu Estado, no Rio Grande do Sul e em todo o País. Então, o que está acontecendo de crimes perpetrados contra as crianças, a pedofilia não consegue ser contida no nosso País, pela Internet, pelo contato direto com as nossas crianças! Então, precisamos combater isso também com uma grande campanha nacional.

Faço um apelo, inclusive, aos Parlamentares da base de sustentação do Governo: que sensibilizem o Governo Federal para que elabore, promova e lance no País essa grande campanha, Senadora Serys. É uma forma de a gente se vincular a essa preocupação com nossas crianças, com nossos adolescentes. Esse negócio de dizer que eles são o nosso futuro, não; eles são o nosso presente. Eles são o nosso presente e não podem continuar soltos por aí, sofrendo a sevícia, sofrendo o assédio de marginais, de criminosos. As crianças precisam estar em salas de aula, as crianças precisam estar em ambientes saudáveis, em casa ou fora de casa, para que a gente possa cogitar um futuro decente para este País.

Quero cumprimentar todos nesta sexta-feira e agradecer a tolerância ao Senador Paim pelo tempo que, tenho certeza, excedi.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Geraldo Mesquita Júnior, o Sr. João Pedro deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Geraldo Mesquita Júnior, quero só cumprimentar V. Ex^a pelo pronunciamento. Pode ter certeza de que essa mobilização por que V. Ex^a clama tanto vai acontecer. Será a partir do dia 27. Tem dia e hora para começar. Este mês!

Passamos a palavra, neste momento, para o Senador João Pedro ou para a Senadora Serys. (Pausa.)

Com um gesto, como sempre, de cavalheiro, o Senador João Pedro permutou com a Senadora Serys, que passa a ter direito à palavra neste momento e, se depender de mim, pelo tempo que for necessário, com a mesma tolerância que tiveram comigo.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Senador Paim, Presidente desta sessão neste momento; obrigada, Senador João Pedro, nosso companheiro pela cessão de seu tempo para a antecipação de minha fala.

Eu gostaria fazer um anúncio, antes de começar minha fala, por solicitação do Senador Cristovam, que não pode estar presente nesta sessão. Eu não tinha, inclusive, essa programação, que ele fez chegar às minhas mãos agora. O Senador Cristovam, por meio deste documento, nos mostra que, no dia 12 de outubro, a Rádio Senado será a Rádio da Criança. Isso mesmo, Senador João Pedro! No Dia das Crianças, a Rádio Senado terá toda sua programação feita por crianças. E os escolhidos para fazer parte desse projeto foram os alunos do CEF 619, de Samambaia. Serão doze horas de programação a respeito da criança. A Rádio Senado nesse dia será a Rádio da Criança, com doze horas de programação: das 8h da manhã até as 19h55, faltando apenas cinco minutos para completar doze horas. É extremamente importante que todos sintonizem a Rádio Senado no Dia da Criança nas suas doze horas de programação.

Também por meio deste documento, o nosso Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, nos convida para uma sessão especial em homenagem ao Dia da Criança, para discutir e encontrar meios para a inclusão das crianças do nosso País e para comemorar também o Dia do Professor. Essa sessão especial realizar-se-á no dia 15 de outubro, quarta-feira, às 11 horas, no plenário do Senado, conforme requerimento de iniciativa do Senador Cristovam Buarque e de outros Senadores. Então, no dia 15 de outubro, teremos uma sessão especial do Senado, às 11 horas, quando trataremos tanto da questão da criança quanto do professor, pois dia 15 de outubro é Dia do Professor, tudo isso por requerimento do Senador Cristovam Buarque.

Eu queria também, rapidamente, infelizmente, sobre esses conflitos agrários que ainda acontecem, e com muita frequência, no nosso Estado, em Mato Grosso.

Moradores de duas cidades de Mato Grosso são ameaçados por pistoleiros, em uma região marcada por conflitos agrários. A reportagem é de Walcir Veiga e do Jonas Campos.

Na região onde as árvores já tombaram e o fogo abre caminho para mais uma área destinada à criação de gado, um clima de terror. O marido de uma mulher era gerente de uma fazenda disputada por posseiros no município de Porto Alegre do Norte. Ele foi assassinado dentro de casa. "Ele sentou na cama e, quando me assustei, foi o tiro pela janela na cabeça dele", conta a viúva.

Até a política reconhece a existência de pistoleiros na região. São grupos armados que, nos últimos anos, se especializaram em expul-

sar as famílias das áreas em disputa. Desde abril, dois trabalhadores de uma fazenda estão desaparecidos.

Testemunhas dizem que Charles Nery da Silva e Anísio Thomaz Vieira foram mortos em uma emboscada. Os corpos não foram localizados e as famílias não perdem a esperança de encontrar os trabalhadores com vida. (...), explica uma agricultora.

Em muitas fazendas, armas já foram apreendidas. Mas, em Confresa, outro município com alto índice de conflitos agrários, existem apenas sete policiais para cuidar de uma área que tem três vezes o tamanho da cidade do Rio de Janeiro.

'Todo mundo que fala que é proprietário da terra, que é a mando de alguém, que tem interesse pela terra. Intimamos todo mundo, mas todo mundo chega e nega os fatos', afirma o delegado Carlos José da Silva.

Grupos de sem-terra também são alvo dos pistoleiros. Em um acampamento, os ataques estão anotados em um livro. 'No dia seis de julho de 2007, passou um carro cheio de pistoleiros atirando', lembra uma sem-terra.

Os registros de ameaças se acumulam na delegacia. Um dos boletins descreve o atentado sofrido pelos agricultores. 'Metiam as armas em nós e diziam vocês vão morrer agora, botaram assim na minha cabeça e desciam o cano da arma e detonavam', relata um agricultor.

A Pastoral da Terra acompanha todos os casos e alerta que a situação pode ficar ainda mais grave. "O receio é que realmente essas ameaças podem vir a se concretizar, porque é uma região com bastantes conflitos", alerta o padre Alex Venâncio Gonçalves.'

Recebi há pouco uma comunicação relativa àquela ocasião em que estive em Comodoro, Município do Estado de Mato Grosso, durante a campanha, quando houve um tiroteio com rajadas de metralhadoras em grande quantidade. Passamos esse momento junto com a nossa militância e com a população da cidade, como um todo, porque muitas pessoas estavam na rua principal, próxima ao Banco do Brasil. Depois foi dito que seria possivelmente um assalto ao banco, mas foram muitas, muitas as rajadas de metralhadoras. Felizmente eles não queriam matar – felizmente, porque, se quisessem, teriam matado muita gente. Foi muito grande o tiroteio. Houve gente ferida, mas todos saíram com vida. E fui comunicada agora de que oito homens já estão presos. Foi uma operação difícil, porque já se passaram cerca de trinta dias – não me

recordo ao certo o dia em que aconteceu. Oito estão presos e, como eram nove, um morreu nos momentos de busca para prendê-los. Eles tinham muito armamento, armamento muito pesado – eram muitas metralhadoras, muita bala – e, na fuga, enterraram parte dele. Conseguiram prender uns antes, logo após o evento, e alguns foram presos quando voltaram para buscar o armamento que eles haviam deixado enterrado. Tinham muitas metralhadoras, muitas armas, armas pesadas, e eram, pelo menos que eu vi a olho muito próximo por ocasião do tiroteio, oito homens. Mas eu fui comunicada de que oito estão presos e um morreu na operação em que foram presos. Ou seja, eram mais do que oito que estavam espalhando terrorismo naquele momento no Município de Comodoro.

Eu digo isso, inclusive, desta tribuna, para acalmar a população, Sr. Presidente, de Comodoro, que naquele dia viveu realmente um dia de terror dos mais violentos. Eu, pelo menos, que fiquei por mais de vinte minutos no meio do tiroteio, sei que a coisa foi extremamente grave e complicada. Mas, após esse tiroteio, eles ainda invadiram o Banco do Brasil, fizeram reféns, e a situação foi muito difícil. Foram três horas realmente de desespero sob as balas e o “comando” da bandagem de alta periculosidade lá na região.

Dito isso, Sr. Presidente, eu gostaria de voltar a esta tribuna para falar das eleições no meu Estado. Já falei dias atrás e, passados os momentos, digamos assim, iniciais da miscelânea de sentimentos pós-eleitorais – alegria da vitória, tristeza da derrota –, é hora das análises, de usarmos as estatísticas para verificar se essas eleições significaram alguma mudança no quadro político nacional, se as correlações de forças se alteraram, e como se alteraram.

Do ponto de vista político-partidário, a divisão de forças ficou ainda maior, com grande crescimento do Partido dos Trabalhadores. Vamos fazer essa análise por partes. Se pegarmos os números totais de votos que os Partidos receberam nas eleições para Prefeito em todo o país, o PT ficou em segundo lugar, com mais de dezesseis milhões de votos, atrás apenas do PMDB, que ficou com mais de dezoito milhões de votos.

Devo dizer que não é nada mal. O PMDB é reconhecidamente o maior Partido do Brasil, com o maior número de filiados. Já no número de votos para Vereador, não fomos tão bem como os de Prefeito, mas, ainda assim, atingimos uma excelente marca, com mais de dez milhões de votos, ficando como o terceiro maior Partido, sendo que a nossa diferença não foi grande.

Por si só, esses resultados já demonstram que o PT é uma das maiores forças políticas de nosso

País. Mas acho que os dados referentes ao número de Prefeituras conquistadas corroboram ainda mais esse fenômeno.

Entretanto, o PT foi o Partido que mais elegeu vereadores em capitais. Teremos representantes em 22 das 26 capitais, totalizando 79 vereadores. O melhor desempenho foi em São Paulo, onde conquistamos 11 cadeiras. Em Porto Alegre, Presidente, foram sete; em Belo Horizonte, seis; Salvador, seis; em Mato Grosso, conseguimos reeleger o nosso Vereador, Dr. Lúdio.

Uma comparação entre os resultados. No primeiro turno das eleições municipais, em 2004/2008, revela um crescimento do número de Prefeitos do PT. O PMDB continua sendo o líder da lista, ao conquistar 142 Prefeituras a mais que em 2004. Entretanto, o PT que, em 2004, tinha sido apenas o sexto Partido com maior número de Prefeituras conquistadas, quatrocentas na época, após a apuração do último domingo, passou a ser o terceiro Partido com mais Prefeitos, elegendos 549.

Estados como Bahia, Piauí, Mato Grosso, Minas Gerais e Pará foram os que mais contribuíram para este crescimento. Na Bahia, o Partido passou de 19 para 66 prefeituras; no Pará, de 18 para 27; no Piauí e Mato Grosso elegemos 18 prefeitos, contra 7 que tínhamos em Mato Grosso. E ainda temos o segundo turno, em que o PT está disputando em 15 das 29 cidades que voltarão às urnas no dia 26.

Eu não poderia deixar de fazer esta análise. Mas também não poderia deixar, Sr. Presidente, de discutir um pouco essa questão do poder entre homens e mulheres.

A cada eleição, fico na expectativa de haver uma melhora na distribuição de poderes entre homens e mulheres. Que mais mulheres consigam vencer as dificuldades e garantam suas vagas no Executivo e no Legislativo municipal, estadual e federal.

Segundo o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Carlos Ayres Britto, o número de mulheres eleitas prefeituras cresceu nesta última eleição. Passamos de 7,32% das prefeituras para 9,16%, somamos 498 prefeituras neste primeiro turno, independentemente da coloração partidária.

No entanto, se analisarmos um dado, verificaremos que as mulheres se saíram muito bem. Nessas eleições, 12.944 homens e 1.620 mulheres concorreram para prefeituras em todos os municípios brasileiros. Entre os homens, 4.986 venceram no primeiro turno. Olhando as porcentagens, 30% das candidatas foram eleitas, enquanto, dos homens, 38% foram eleitos. Percentualmente, a diferença é muito pequena, o que pode nos permitir concluir que o aumento no número de candidatas é a garantia de mais mulheres eleitas.

Nas capitais, pelo menos, tivemos aumento de mulheres prefeitas. Ainda que pequeno, houve. Agora, temos duas prefeitas: a nossa companheira Luizianne Lins, em Fortaleza, que ganhou de forma brilhante, comprovando sua competência; e agora também a Prefeita Mícarla, em Natal.

Mas ainda temos chances de aumentar o número de prefeitas de capitais, porque, em duas capitais, há mulheres disputando o segundo turno: as nossas guerreiras Maria do Rosário, em Porto Alegre, e Marta Suplicy, em São Paulo, duas ótimas representantes da capacidade e da competência da mulher na política.

Infelizmente, não houve crescimento no número de vereadoras. Continuamos com 12% das vagas. É maior que no Legislativo federal, mas ainda é muito pouco. Afinal, como não canso de repetir, somos 52% da população, irmãs dos outros 48% e merecemos ter o mesmo espaço na política que os companheiros homens.

Mas, antes de reclamar mais poder para as mulheres, quero festejar o crescimento feminino em Mato Grosso. Foram oito prefeitas eleitas: a Prefeita de Alta Floresta, a Maria Izausa; de Campos de Júlio, a Cláides Masutti; de Colniza, a Nelci; de Lambari, a Maria Manéia; de Nova Nazaré, a Railda; de Nova Monte Verde, a Bia; de Ponte Branca, a Jaqueline; e de Porto dos Gaúchos, a Carmem.

Estamos nos multiplicando nas prefeitas de Mato Grosso. Nas eleições de 2004, foram apenas cinco mulheres eleitas; em 2008, oito mulheres eleitas prefeitas. Entretanto, nas câmaras de vereadores, a situação não foi tão animadora. Conquistamos, praticamente, o mesmo número de cadeiras: 165 mulheres. Elegemos, ao menos, uma mulher em 103 dos 141 municípios do nosso Mato Grosso.

Se em Cuiabá e Várzea Grande, os dois maiores colégios eleitorais, só elegemos uma mulher em cada, há municípios em que a proporção foi de quase a metade. Em Alto Araguaia eram nove vagas, Sr. Presidente, e elegemos quatro! Elegemos a Sílvia, a Rosemary, a Kátia e a nossa companheira Maria Luíza. Elegemos quatro mulheres numa Câmara de nove vagas. E assim também em Santa Helena e Sapezal. Em Santa Helena elegemos a Marlene, a Cida, a Zilda e a Zeza. Em Sapezal, a Ilma, a Rose, a Carol e a Preta.

Eu disse, aqui, no começo da minha fala, que é independente da coloração partidária. Mulheres chegando no poder é importante, digo sempre, independentemente da coloração partidária, Senador João Pedro, porque aqui no Senado e também na Câmara nós temos conseguido vitórias em políticas públicas para as mulheres por intermédio da bancada feminina. A bancada de Sr^{as} Senadoras e Sr^{as} Deputadas,

quando se trata de políticas públicas para as mulheres, tem contribuído muito, bem como os Srs. Senadores e Deputados. Mas a bancada feminina vota sempre de forma coesa e luta pelos ganhos para as mulheres em todos os aspectos.

Em outras 13 cidades foram eleitas três vereadoras. Isso tudo em Mato Grosso. Em Barra do Bugres elegemos inclusive a nossa companheira Joaninha. Em 26 cidades de Mato Grosso elegemos duas vereadoras em cada uma.

Se o número não representa o melhor dos mundos, ainda assim é motivo para comemorar. Temos mulheres na maioria das Câmaras do nosso Estado de Mato Grosso. Em Mato Grosso, o PT elegeu 109 vereadores, sendo que 15 são vereadoras. Apesar de ser uma marca pequena, é muito maior que a média nacional, uma vez que a bancada de vereadoras petistas é de 13% do total de eleitos pelo Partido. É um crescimento, já que nosso Partido ainda não é a principal força no Estado de Mato Grosso. Ainda estamos desenvolvendo o PT mato-grossense e a partir dessas eleições marcamos definitivamente nossa posição no cenário político local.

Se as mulheres ainda não conquistaram todo o espaço, ao menos o estamos conquistando aos poucos. Em Mato Grosso muitos municípios elegeram mulheres para, no mínimo, 30% das vagas nas Câmaras. Quer dizer que a Lei de Cotas, que garante 30% das candidaturas para as mulheres, é a responsável pela maior representação política feminina com certeza.

Com base nesses dados, devo continuar lutando por uma reforma política mais inclusiva, que garanta a participação da mulher, que viabilize as candidaturas femininas, que dê substância à candidatura feminina, que hoje em muitos lugares é apenas para cumprir a cota, sem nenhum outro apoio dos partidos. Muitas mulheres se jogam na aventura eleitoral com a cara e a coragem, sem a menor estrutura, e ainda assim vencem. A essas mulheres, meus parabéns, independente do partido, todas estão de parabéns. Se uma eleição sempre é difícil, para a mulher é muito mais.

Essa minha conclusão pode ser corroborada por um fato muito curioso. Nas cidades pequenas, onde as campanhas são mais simples e o dinheiro pouco importa para o desenrolar da campanha, contando muito mais o chamado corpo a corpo, as mulheres são eleitas de forma quase que igual aos homens, como é o caso das pequenas cidades de Mato Grosso, onde inúmeras Câmaras elegeram mais de duas mulheres. As mulheres competem em condição de igualdade com os homens por terem a mesma possibilidade de acesso ao povo na rua, enquanto que, nas grandes cidades mato-grossenses, quando muito, uma mulher é eleita,

como ocorreu, infelizmente, em Cuiabá, Várzea Grande, Rondonópolis e Cárceres. Pior ainda em Tangará da Serra, onde nenhuma mulher foi eleita.

Podemos atribuir essa situação ao simples fato da falta de apoio dos partidos. Em cidades maiores, os recursos financeiros são fundamentais para garantir a competitividade. Eles não têm como chegar a toda a população, como o candidato que, geralmente, conta com maior apoio partidário.

Espero que, nas próximas eleições, tenhamos mais celebrações pelas conquistas femininas. Que mais mulheres alcancem o poder e, mais importante, que haja equidade de gênero. Quando a mulher participa da tomada de decisão, ela traz, como consequência, modificação na sociedade em direção a mais justiça e igualdade.

Sr. Presidente, eu queria me reportar, por um minuto, ao final do discurso do Senador Mesquita, quando ele falou sobre a criança e o adolescente. Costumo dizer sempre que criança e adolescente, Senador Paulo Paim, não são futuro do Brasil. Temos que parar com esse discurso. Eles são o presente. Criança e jovem têm que ser bem cuidados, bem tratados, devem ter escola de qualidade, acesso à saúde e devem receber orientação de uma família bem cuidada. Uma criança que vive com uma família que não tem trabalho, que não tem emprego e que não tem moradia dificilmente terá futuro brilhante. Uma criança necessita de assistência da família, dos seus pais, e estes têm de ter, principalmente, trabalho.

Por isso, são necessárias políticas públicas importantes para a geração de emprego para as companheiras mulheres. Microempresas, empresas de fundo de quintal devem ser formadas por meia dúzia de companheiras mulheres. Por exemplo, em Alto Paraguai – estive lá há oito ou dez meses, um Município de população pequena, em Mato Grosso –, as mulheres estavam se organizando em cooperativas de costureiras. Hoje, estão lá, inclusive com recursos, para organização dessa cooperativa.

Nós, mulheres, temos competência, sim, para ajudar nossos companheiros a trazer o pão nosso de cada dia para dentro de casa, para cuidar das nossas famílias, nossos filhos, nossos jovens, nossas crianças, com a dignidade que precisam e merecem.

São políticas públicas que geram emprego para homens e mulheres, mas, aqui, neste caso específico, conclamo para que busquemos essas políticas públicas para as companheiras, porque, realmente, elas ainda têm mais dificuldade do que os companheiros para arranjar trabalho hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cumprimento a Senadora Serys pelo pronunciamento brilhante como sempre.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu peço a palavra para um rápido registro, em nome da Liderança do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a tem direito à palavra como Líder do Governo.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiramente, quero registrar que corroboro as palavras da Senadora Serys e, mais do que isto, ao fazer campanha em todo o meu Estado para prefeito, prefeita, vereador e vereadora, reforcei sempre a necessidade de haver forte representação de mulheres nas Câmaras de Vereadores. Pedi, especificamente, voto para as vereadoras das nossas coligações, exatamente por entender que a visão da mulher na Câmara de Vereadores é fundamental, para que, nessa diversidade, complementem-se as ações de políticas públicas.

Portanto, quero saudar a Senadora Serys e todas as Senadoras do Brasil.

Pedi a palavra, Sr. Presidente, para fazer um breve registro, que é o seguinte: o Governo Federal, por meio do Banco Central, acaba de baixar a Resolução nº 3.618, que facilita e simplifica o acesso de crédito para o programa do Pronaf, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, na Região Norte, na Amazônia brasileira.

Antes, para se fazer crédito no Pronaf, era preciso ter o Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR). Essa exigência foi abolida. Agora, com a simples Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), é possível fazer financiamento do Pronaf para os agricultores do Norte. Isso vai beneficiar mais de 287 mil famílias na Região Norte do Brasil, entre agricultores familiares e assentados do Incra, que hoje atuam dependendo da agilidade do financiamento do Pronaf, que cresceu muito no Governo do Presidente Lula.

O Presidente Lula investiu e está investindo na agricultura familiar de forma contundente, de forma forte, para que o agricultor tenha condições de produção, de comercialização e...

(Interrupção do som.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – ...possa melhorar sua renda.

Portanto, essa medida do Banco Central beneficia também os ocupantes de várzeas da Região Norte, que não necessitarão mais, no caso das várzeas, do CCIR ou da licença ambiental. Simplesmente da declaração.

Ou seja, o Governo procura atuar consentaneamente com a dificuldade burocrática, para que os pequenos agricultores tenham o respaldo necessário para o financiamento da produção.

Quero louvar o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a área econômica do Governo, o Banco Central e todos os setores que tiveram essa visão e, é claro, a decisão firme do Presidente Lula de que a agricultura familiar é prioridade no nosso País.

Portanto, faço este registro. Parabenizo os agricultores brasileiros e a agricultura familiar, lembrando aos agricultores do Norte que procurem os segmentos de financiamento, porque agora está mais fácil conseguir recursos. É a resolução do Banco Central, Resolução nº 3.618, publicada no início de outubro de 2008, que define as normas para a concessão de financiamentos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Romero Jucá, cumprimento V. Ex^a pela informação.

Permita-me dizer, embora V. Ex^a me tenha falado em sigilo – para mim e para o Brasil, porque estou na TV Senado neste momento –, que fiquei muito feliz com a informação que V. Ex^a me trouxe, de que V. Ex^a está interagindo com o Governo, para que tenhamos uma saída para resolver a questão previdenciária.

É uma boa notícia. Sei que V. Ex^a está fazendo o maior esforço para encontrarmos esse caminho. Só quero lhe agradecer neste momento, aqui, no exercício da Presidência.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Exatamente, Senador Paulo Paim. V. Ex^a é um baluarte dessa luta, tem capitaneado questões e debates importantes sobre a Previdência. Fiz questão de lhe afirmar que estamos trabalhando. A matéria está na Câmara dos Deputados. Acho que é possível avançarmos, construindo um novo modelo que, inclusive, interaja com a expectativa da movimentação do fator previdenciário.

Acho que isso é possível e é preciso nesta crise mundial. Esta crise financeira mostra que é preciso muita responsabilidade com as contas públicas, mas, ao mesmo tempo, é preciso ter respeito com os direitos adquiridos. Então, acho que temos de construir um modelo que preserve os direitos, que sinalize para o futuro e que, efetivamente, em um futuro mais distante, tenhamos um modelo até diferente, mas que se faça uma transição. É sobre isso que precisamos nos buçar para procurarmos uma saída.

Como ex-Ministro da Previdência do Presidente Lula, como Senador de um Estado pobre, um Estado de servidores públicos, portanto um Estado que

tem, na Previdência Social, um fator determinante de renda, quero ajudar nesse debate para a busca de solução, assim como V. Ex^a tem feito ao longo da sua vida pública.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Agradeço a V. Ex^a pela disposição e sei que V. Ex^a está interagindo com o Executivo, conversando inclusive com nosso querido amigo, que sei que é sensível ao tema, o Presidente Lula.

Obrigado, Senador Romero Jucá.

Senador João Pedro, V. Ex^a terá o tempo que entender necessário para seu pronunciamento.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Presidente Paulo Paim, quero dizer da minha alegria de ouvir esse informe do Líder Romero Jucá e quero chamar a atenção para a Amazônia, porque isso é uma resolução para a Região Norte. Ela tem foco para a nossa Região.

Essa informação é uma resolução do dia 1º de outubro, ou seja, ocorreu perto da eleição, e muita gente, com certeza, não a acompanhou.

Chamo a atenção para essa resolução porque ela tem foco para a agricultura familiar: quatro módulos fiscais. Ou seja, na exigência da resolução anterior, só se poderia fazer financiamento se se tivesse o CCIR, que é um certificado dado pelo Incra. O banco foi muito rigoroso em exigir o Certificado de Cadastro de Imóvel Rural. Caiu essa exigência e, com certeza, isso vai trazer muita alegria para a agricultura familiar da Região Norte.

Então, quero parabenizar a direção do Banco Central, o Governo, porque isso deixou todos, os agricultores e trabalhadores, muito esperançosos. A preocupação foi grande com a exigência anterior. Então, com essa queda, melhora a agricultura familiar, cai a burocracia. E nós estamos valorizando a geração de renda e emprego com a Resolução nº 3.618.

O Sr. Romero Jucá (PMDB – RR) – Senador João Pedro, apenas para lembrar que, há poucos dias, nós votamos uma medida provisória, do Presidente Lula, que também determina procedimentos para regularização fundiária na Amazônia de propriedades com até 1,5 mil hectares, mas que tem um foco muito forte exatamente nas propriedades com até 500 hectares, que é o grande número de propriedades na Amazônia. Portanto, a gente vê uma preocupação efetiva em regularizar, em consolidar as propriedades. É claro que com todos os cuidados ambientais. O Governo não vai abrir mão, em nenhum momento, da responsabilidade ambiental que tem sobre a Amazônia. Mas, até para cobrar responsabilidade ambiental, é fundamental regularizar, titular e financiar corretamente, com novas

tecnologias, porque a exploração na Amazônia não deve ser extensiva, mas concentrada. Ela tem que ter tecnologia, ela tem que ter capital, ela tem que ter efetivamente assistência técnica. E é com isso que o Governo está preocupado. Portanto, são duas medidas em um pequeno espaço de tempo que fortalecem o agricultor familiar, os assentamentos, a produção. Diferentemente do que dizem alguns em discurso, de que isso vai gerar depredação e agressão ambiental, eu penso exatamente o contrário. Eu acho que a regularização, a tecnologia, o financiamento correto e a assistência técnica evitam práticas antigas que levam à depredação. Quer dizer, a ausência de um modelo de tecnologia, de capital e de modernização da produção é que criam problemas ambientais. Se temos capacidade de produzir melhor, ocupando menos espaço e focando a produção, sem dúvida nenhuma, teremos uma agressão ambiental muito menor, controlada e acompanhada. Portanto, nós que somos da Amazônia, nós que lutamos para que a Amazônia tenha um desenvolvimento auto-sustentado, não podemos deixar, na Amazônia, com toda aquela imensa riqueza, a população morrer de fome. Então, temos de ter o equilíbrio, a criatividade e a competência para preservar o meio ambiente, mais do que isso: protegê-lo; ainda mais: utilizar esse meio ambiente a favor do mundo, da sociedade, com toda a sua riqueza genética e, ao mesmo tempo, criar atividades produtivas responsáveis que gerem efetivamente uma renda, o que vai fazer com que o agricultor não precise derrubar madeira, não precise contrabandear animais silvestres, enfim, atue de forma construtiva para a economia da região e do País. Agradeço V. Ex^a e louvo suas palavras.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Muito obrigado.

Na nossa região, Senador Paulo Paim, podemos fazer muito ainda neste final de ano, em outubro, novembro e dezembro, com a concessão do crédito do Pronaf – do Pronaf A, do Pronaf B, do Pronaf C. Espero que o Banco da Amazônia possa destravar e que a agricultura familiar possa ter acesso às várias linhas de crédito do Pronaf, até dezembro. Nós podemos fazer muito nestes 80 ou 90 dias. Se nós chegarmos ao final do ano com essa resolução, muita coisa vai avançar do ponto de vista do financiamento do Banco da Amazônia, que é o banco de fomento, que detém os recursos do Pronaf, para que possa atender essa demanda dos trabalhadores rurais, das trabalhadoras, das associações, das cooperativas no sentido de fazermos o melhor, até o final do ano, de acordo com a Resolução nº 3.618, de 1º de outubro, do Banco Central.

Quero falar da Amazônia, Presidente. Na última quarta-feira, tivemos aqui no Senado, numa audiência

pública, dois Ministros do nosso Governo, do Governo do Presidente Lula: o Ministro Reinhold Stephanes, da Agricultura, e o Ministro Carlos Minc, do Meio Ambiente. Uma audiência pública com cinco horas de duração, muitos debates, a presença de vários Senadores, Senadoras, da minha colega da região Senadora Marina Silva. E o debate foi promissor, foi esclarecedor. O debate neste Senado, nessa audiência pública, vai se somando à preocupação acerca da nossa região, acerca desse debate sobre a produção do biocombustível na Amazônia.

Tivemos a informação do Ministro Reinhold Stephanes a respeito do estudo que o Governo vem fazendo – está na fase final, sendo concluído – sobre a expansão da cana-de-açúcar para produção do etanol, desse biocombustível, na Amazônia.

O Ministro foi muito claro, foi muito explícito. Dentro de 30 dias, será concluído o estudo que a Embrapa, a Unicamp, o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Agricultura realizaram nesses últimos dias. A conclusão é que, no bioma amazônico, não será plantada a cana-de-açúcar para a produção do etanol. Será respeitado o que está plantado, a produção atual, mas a conclusão é que não será possível o plantio da cana. Estou falando aqui que não será possível derrubar florestas para o plantio da cana e produção do etanol. O Ministro foi muito claro sobre isso.

Evidentemente, essa posição nos remete a uma discussão. Não pode a cana; pode o quê?

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Com muito prazer, Senador Valdir Raupp. Deixe-me só concluir esse raciocínio.

Então, o que podemos plantar na nossa Amazônia, nesse território que é o maior do nosso País? A Amazônia é composta por nove Estados da nossa Federação. Foi uma discussão longa, com muitas idéias, muitas proposituras, observações, pois, afinal de contas, vivem na Amazônia em torno de 25 milhões de brasileiros, Presidente Paim.

Nós precisamos tocar na Amazônia, trabalhá-la, evidentemente que dentro de novos paradigmas. Nós não podemos, de forma alguma, pensar a Amazônia sem o componente ambiental, na sua importância ambiental, na sua camada de floresta, que participa desse componente.

Nesses estudos que o Ministro ficou de apresentar dentro de 30 dias à sociedade brasileira, que o Senado vai receber, ele já adiantou a conclusão que leva o Ministério a tomar esta posição da proibição do plantio da cana nessa grande região, nessa imensa região brasileira.

Concedo o aparte ao Senador Valdir Raupp.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Nobre Senador João Pedro, concordo com V. Ex^a quando fala em não derrubar a floresta para plantar cana-de-açúcar. Concordo com a medida do Governo, dos Ministros. Mas, e nas áreas já desmatadas, que pode o pasto, pode a soja, pode qualquer tipo de cultura, por que não pode a cana? Por que se pode plantar cana em todos os outros Estados brasileiros fora da Amazônia, inclusive no Nordeste, onde não há mais floresta? E naquelas áreas já desmatadas, se for nas áreas legais, por que não plantar cana-de-açúcar, já que a cana não é tão prejudicial ao meio ambiente e inclusive pode gerar energia, energia renovável com o bagaço da cana, que está sendo aproveitado em todo o Brasil? Então, não concordo muito com essa medida do Governo de restringir o plantio da cana-de-açúcar em alguns Estados. Talvez não em alguns Estados com um índice mais alto de floresta, mas, naqueles que já têm um desflorestamento acentuado e dentro da legalidade, dentro dos 50%, dos 20% permitidos pela legislação ambiental, por que não produzir a cana-de-açúcar? Então, fica a minha indagação e a minha discordância com essa atitude do Governo de restringir a plantação da cana-de-açúcar. Por exemplo, grande parte do Estado de Rondônia está mais para o Centro-Oeste do que para a Amazônia, para o Norte – refiro-me ao sul do Estado de Rondônia, à região de Vilhena, de Cerejeiras. Mesmo ali, está havendo essa restrição. Neste momento, um projeto para instalação de uma usina de açúcar e álcool em Cerejeiras, que é bem na ponta, no sul do Estado de Rondônia, está enfrentando esse tipo de problema. Parece-me que o Acre também tem dois ou três projetos de implantação de usinas de açúcar e álcool que estão enfrentando o mesmo problema. Fica aqui, então, essa indagação. Obrigado e parabéns pelo pronunciamento.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Eu só quero fazer um pequeno reparo ao aparte de V. Ex^a. É que o Amazonas tem orgulho de ser vizinho de Rondônia. Não puxe Rondônia muito para cá, não; deixe Rondônia colado no Amazonas!

Mas chamo a atenção para o seguinte: o Ministro externou essa opinião sobre a proibição. Sobre o aspecto técnico, podemos ficar tranqüilos: nesse estudo, tomaram parte duas instituições que merecem a nossa confiança, a Embrapa e a Unicamp. Se a conclusão é essa, eles não têm um componente político, eles têm um componente técnico nessa Comissão. Nós precisamos ter esse olhar sociológico, cultural, ambiental, técnico, sobre a nossa Amazônia.

Nesse debate, lembrei as nossas regiões degradadas, as regiões degradadas da Amazônia. Nós

temos estudos sobre o assunto, temos uma pesquisa de mais de 20 anos que a Embrapa fez. Sempre estou chamando a atenção para isso, batendo nessa tecla. Na hora em que essa audiência pública discutiu zoneamento ecológico, nós precisamos, evidentemente, colocar este elemento na discussão: é possível nós termos energia renovável a partir do dendê, o *biodiesel* obtido a partir do dendê.

A Embrapa estudou o dendê na Amazônia. Chamo a atenção também para o que ocorre no Estado do Pará: para cada dez litros de *biodiesel* que se produz a partir do dendê, oito são produzidos no Estado do Pará. O Pará vem se consolidando como importante Estado produtor do *biodiesel* do dendê, e espero que avance.

Segundo estudos que a Embrapa realizou, vem realizando, vem pesquisando, o dendê tem viabilidade social, econômica e ambiental na Amazônia. Chamo a atenção desta Casa para isso.

Debatemos, na audiência pública, a importância do dendê como alternativa de renda, como alternativa socialmente justa.

Pesquisa da Embrapa demonstra que se pode produzir dendê em cinco hectares, em propriedades familiares. A economia familiar pode responder por esse trabalho. Os estudos mostram que a produção do dendê se dá a partir do terceiro ano e, comercialmente, a partir do quarto ano. O dendê produz, sem nenhuma interrupção, por 25 anos. Ou seja, temos uma produção para a Amazônia sem impacto ambiental.

É possível, portanto, fazermos essa discussão, trabalharmos um planejamento para a Amazônia e colocarmos o dendê como alternativa de geração de renda, como alternativa para a geração de um *biodiesel* limpo.

Um hectare de dendê plantado produz de quatro a seis toneladas de dendê ao ano. Um hectare de dendê! Ou seja, é possível trabalharmos, é possível que governos estaduais, prefeitos, instituições e movimentos sociais se envolvam nesse trabalho, que é resultado da pesquisa da Embrapa.

Estou falando aqui, fazendo uma reflexão, meu caro Senador Delcídio, homem da Amazônia, ex-Ministro de Minas e Energia, sobre a audiência pública que tivemos com os Ministros Reinhold Stephanes e Carlos Minc na quarta-feira. O Ministro já adiantou que a cana-de-açúcar não será permitida na Amazônia e no Pantanal de V. Ex^a.

Estou dizendo que não pode a cana, mas destacando que pode o dendê, como mostram os resultados de pesquisa da Embrapa. O dendê é viável economicamente, principalmente nas áreas degradadas pelo roubo, pela violência da derrubada ilegal de madeira,

pela pecuária dos anos 70 e 80, que saiu derrubando a mata, a floresta. É possível trabalhar com o dendê para obtermos uma energia limpa.

O Brasil vem avançando: 45% da energia que produz já são renováveis.

O dendê está aí para ser trabalhado, principalmente pela economia familiar, um setor importante que está lá na Amazônia. Nós temos cidades distantes de Manaus às quais só se chega em balsas – a viagem leva 15, às vezes 17 dias. Nós podemos plantar o dendê no entorno dessas cidades como alternativa para o fornecimento de energia e para a geração de renda para as famílias nesses Municípios.

Um outro aspecto importante é nós avançarmos no manejo florestal para a produção de energia. Vou me repetir: a 40 Km da cidade de Itacoatiara, uma cidade com 100 mil habitantes que é ligada a Manaus, Senador Delcídio, há um manejo florestal da empresa Mil Madeiras. Ela certifica madeira que vai, em parte, para São Paulo, para os Estados Unidos e para a Europa. O resto da madeira certificada trabalhada está fornecendo 80% da energia que consome o Município de Itacoatiara – a Eletrobrás, evidentemente, paga por essa energia. Itacoatiara, cidade de 100 mil habitantes e 53 mil eleitores que acabam de eleger um prefeito do PT, obtém energia a partir do manejo florestal, um manejo privado. Podemos ampliar essa alternativa de renda, essa alternativa de produção de energia e podemos ter isso em toda a Amazônia, para o fornecimento da energia. Isso é uma experiência exitosa, positiva que vem acontecendo lá no Amazonas.

Concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Delcídio Amaral (Bloco/PT – MS) – Meu caro Senador João Pedro, nosso companheiro, é muito pertinente o discurso de V. Ex^a, principalmente neste momento em que, no meu ponto de vista, o maior desafio do mundo – quer dizer, tirante esta crise que estamos acompanhando dia a dia – é a energia, inegavelmente, inegavelmente. Os países que estruturarem uma matriz energética competente, aproveitando os seus recursos, seus potenciais, especialmente seus potenciais regionais, esses países terão futuro, terão progresso, terão desenvolvimento, terão geração de renda, terão pessoas trabalhando, terão pessoas levando uma vida digna, o que diminuirá os desequilíbrios sociais. V. Ex^a toca num ponto importantíssimo: semana que vem, haverá um debate na Fiesp, especificamente sobre energia, e mais precisamente energia renovável, que é o grande potencial do Brasil. O Brasil, sob o ponto de vista mundial, talvez seja o país que tem o maior potencial para cravar na sua matriz energética a energia renovável. A hidroeletricidade, os biocombustíveis, como V. Ex^a acabou de citar, e com relação a estes, temos um mun-

do pela frente. Houve, e V. Ex^a citou muito bem, essa audiência pública, nesta semana, com o Ministro Minc e com o Ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, da qual infelizmente não pude participar, porque estou trabalhando com a assessoria do Senado e da Câmara na elaboração do relatório preliminar do orçamento e estávamos também discutindo o relatório de receita, o relatório preliminar. Mas soube da participação efetiva de V. Ex^a, e, no meu entendimento, foi uma audiência pública excepcional para se fazer esse debate, não só no que se refere à produção do etanol, com seus impactos, que é uma preocupação da Amazônia, uma preocupação também de Mato Grosso do Sul e de Mato Grosso, mas também como oportunidade de se discutir a produção de biocombustíveis, e V. Ex^a estava falando do dendê. Existem outras alternativas também, como o pinhão manso, o girassol, mas o dendê é especialíssimo, principalmente para a região de V. Ex^a, que também considero como minha região, porque lá vivi muitos anos. Andei por vários Municípios do Estado de V. Ex^a e conheço relativamente bem o Amazonas. Então é muito pertinente. E esse é o trabalho que precisamos fazer. Este é o debate que precisa ser travado aqui no Congresso: de energia renovável, de biocombustíveis, de manejo florestal. À época que andei por Itacoatiara e por outros Municípios, V. Ex^a citou aí, e eu me lembro bem, só o transporte do *diesel* para atender aquelas centrais de energia...

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – O custo!

O Sr. Delcídio Amaral (Bloco/PT – MS) – O custo, o risco ambiental, as dificuldades todas. Hoje, V. Ex^a já fala de um projeto extraordinário de madeira certificada – é importante –, manejo florestal, claramente, em que parte da madeira é vendida para outras atividades industriais e outra parte, utilizada para gerar energia. Imagine V. Ex^a, com um programa bem planejado, bem estruturado, como é que a população do Amazonas e da Amazônia poderá responder a isso? É inegável, o mundo vai caminhar para uma matriz energética fortemente renovável, e o Brasil vai ter um papel absolutamente fundamental, sem se falar em Protocolo de Kioto, em certificado de redução de emissão, esse novo mercado que se apresenta também. O Brasil vai ser ponta. Portanto, é absolutamente pertinente e atual o discurso de V. Ex^a abordando um tema tão relevante para a Amazônia e para o Brasil.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Muito obrigado, meu companheiro Delcídio. E, mais uma vez, chama-me a atenção a riqueza do aparte de V. Ex^a, do conhecimento que V. Ex^a tem. Não é só um Senador, mas um ex-Ministro de Minas e Energia do Brasil que faz o aparte e contribui com a minha reflexão, com o meu discurso.

Duas coisas para encerrar, porque mais um Senador da Amazônia vai falar, que é o Senador Valdir Raupp, que está aqui. Quero chamar a atenção de V. Ex^a, da Casa e do Brasil. Na discussão da produção de *biodiesel*, de biocombustível, a Embrapa que é uma empresa respeitada, que tem uma credibilidade internacional, fica muito encolhida e ela tem que participar.

A pesquisa do dendê é um mérito dessa empresa. Quase 30 anos de pesquisa, e está lá no Amazonas. Não existe, na América do Sul, usina que produza a semente do dendê.

Quero chamar a atenção aqui. A Colômbia vem comprando a muda do dendê de forma assustadora, Senador. Logo, logo, a Colômbia vai ter o *biodiesel* do dendê em escala, porque ela está comprando aqui. Quero chamar a atenção. Venho acompanhando isto: a compra do dendê pela Colômbia em escala acentuada. E ela caminha no sentido da produção de *biodiesel* a partir do dendê. Portanto, precisamos valorizar e dar atenção à Embrapa, apoiar sua pesquisa e acreditar nesses anos de muita dedicação. O dendê é bem-vindo à nossa Amazônia. Evidentemente que concordo e, na audiência pública, fui muito claro – V. Ex^a tem um projeto nesse sentido: temos que proibir, definitivamente, a derrubada da floresta e trabalhar alternativas que estão lá na Amazônia.

Então, o manejo de floresta é possível ser feito como política de Estado. O Estado não pode ser condescendente com a ilegalidade. O Estado precisa ser rigoroso com a derrubada ilegal da floresta, mas trabalhar com estudos importantes que temos naquela região. Falei para o Ministro Minc. O Museu Goeldi, o Impar, a Universidade Federal do Acre, a Universidade Federal de Rondônia, a Universidade Federal do Amazonas, nós possuímos contribuições importantes para participar desse debate, que é um debate internacional, não é só nosso, no momento em que o mundo vive essa situação toda, grave do ponto de vista financeiro, do alimento, da produção do petróleo, enfim.

Então, nós temos saídas, sim, para a Amazônia, e espero que o nosso Governo avance ainda mais. Há contribuições importantes. A Ministra Marina passou pelo Ministério do Meio Ambiente, deixou e deu contribuições relevantes, e a soma das contribuições é possível nós aprofundarmos e construirmos políticas profundas, sérias, não-imediatistas, mas políticas públicas que possam contribuir, principalmente com as pessoas que vivem na Amazônia, e – por que não? – com a humanidade, sendo que a Amazônia é nossa, do Brasil, dos brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. João Pedro, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Delcídio Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Parabéns, meu caro Senador João Pedro, e também faço coro ao trabalho da Embrapa, centro de excelência na pesquisa agropecuária, e também da utilização das instituições da Amazônia – Emílio Goeldi, a Universidade Federal do Pará, a Universidade Federal de Rondônia, do Acre, do Amazonas – nesse grande esforço pela Amazônia.

Com a palavra o nosso Líder do PMDB, Senador que honra o Estado que aqui representa, Estado de Rondônia, Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Obrigado, nobre Presidente, Senador Delcídio Amaral, grande representante do Mato Grosso do Sul e do Brasil.

Sr^{as} e Srs. Senadores, apesar da crise, Sr. Presidente, que castiga os mercados financeiros em todo o mundo, o Brasil vive um momento econômico virtuoso, inédito e promissor. Fruto do trabalho sério e austero de mais de uma década de sucessivas autoridades econômicas, respaldadas pelos respectivos primeiros-mandatários. A estabilidade brasileira é hoje referência para inúmeros países de todo o mundo.

Com os resultados que vêm apresentando a cada trimestre, conquista o reconhecimento das principais agências e organismos internacionais que aferem a credibilidade dos mercados. O que se observa, na atualidade, é um excepcional grau de confiança e otimismo dos agentes econômicos domésticos e estrangeiros no Brasil. Na verdade, esses agentes foram alcançados por uma boa expectativa que não falha nem mesmo diante do radicalismo, da montanha russa de última geração, em que se transformaram, nas últimas semanas, as bolsas de valores nos continentes. E, sobre isso, nós brasileiros, falamos de cadeira. Nossa Bovespa, dotada de notável hipersensibilidade às oscilações de humor do mercado, tem pregado enormes sustos nos investidores. Contudo, diante de um quadro nacional que nos parece tão auspicioso, julgo prudente fazer com que nossa legislação avance no sentido de criar um ambiente sempre mais propício, simples e objetivo para os negócios, sejam eles pequenos, médios ou grandes.

Assim retomo, neste plenário, a defesa da pronta apreciação e votação do PLC nº 128, de 2008, resultado de contribuições parlamentares à proposta original do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame.

O Deputado Mendes Thame apresentou, em fevereiro do ano passado, projeto de lei complementar com o objetivo de ampliar o alcance da Lei Comple-

mentar nº 123, de 2006, que institui entre nós o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

Em sua versão original, o PLC defende a inclusão de novas categorias no Simples Nacional como forma de facilitar a vida de importantes segmentos da nossa economia, como representação comercial e corretagem de seguros, paisagismo e decoração.

Durante a tramitação no Congresso Nacional, o projeto recebeu grandes e importantes aportes que, na realidade, se constituem em uma sensível revisão e oportuna atualização, apesar da curta vigência do Estatuto das Micro e Pequenas Empresas Brasileiras.

Pela proposta ora em apreciação, são sugeridas alterações substantivas em vários aspectos da norma vigente, modificando inclusive a sistemática de sua operação. Ademais, são revistos aspectos dos capítulos relativos ao associativismo e às parcerias, agregando-se ainda outras categorias ao Simples Nacional.

O PLC nº 128, Complementar, facilita a adesão de amplo leque de atividades de prestação de serviços ao Simples Nacional, na medida em que as submete a alíquotas mais apropriadas com o tipo de atividades que exerce. São contemplados, por exemplo, Sr. Presidente, diversos serviços escolares, creches, pré-escola, escolas técnicas e curso de idiomas entre outros, serviços de reparos e manutenção, veículos de comunicação, transporte municipal de passageiros e construção de imóveis e obras de engenharia em geral.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como se vê com meridiana clareza, o PLC nº 128 é medida que busca fazer justiça, estendendo e equalizando, a racionalidade e os benefícios contemplados pelo Simples Nacional a inúmeras atividades que empregam e, logo, são o ganha-pão de milhões de brasileiros espalhados por todo o nosso território. Exatamente por isso esse projeto conta com meu integral apoio.

Recordo, para concluir, Sr. Presidente, que, quando fui governador de meu Estado, o Estado de Rondônia, na segunda metade dos anos noventa, coube-me a responsabilidade de implantar o Simples em Rondônia. Então o impacto foi altamente positivo. Foram milhares e milhares de pequenas e microempresas beneficiadas pelo Simples Estadual. A operacionalização do Simples redundou em benefícios concretos para o Estado e para a região na medida em que o empresariado passou a trabalhar em bases mais adequadas com o tamanho e com as reais possibilidades de seu negócio, tendo facilitado o cumprimento de suas obrigações fiscais.

A vantagem do simples, Sr. Presidente, é a diminuição da quantidade de tributos, da quantidade de impostos. Vejo que, também, ao lado desse projeto,

deveríamos acelerar a reforma tributária, que diminui a quantidade de impostos, aumenta a eficiência da máquina arrecadadora, diminui a carga tributária. Olha que maravilha, vai acontecer tudo isso: facilitar a vida do contribuinte diminuindo a quantidade de impostos, diminuindo a carga tributária que está próxima dos 40% e com a possibilidade de arrecadar mais. Vai tornar mais eficiente a arrecadação e vai cobrar dos que sonegam.

Hoje, o bom paga pelo pecador. É cobrado mais imposto, uma carga enorme, uma quantidade enorme de impostos daqueles que pagam. E os que não pagam, que conseguem sonegar? A aprovação da reforma tributária pode resolver tudo isso, fechar a possibilidade da sonegação, diminuindo aos que pagam hoje corretamente.

Enfim, Sr. Presidente, pelas razões expostas, reitero aos eminentes Parlamentares da Comissão de Assuntos Econômicos desta Casa a rápida análise de tão significativa matéria, que repercutirá de forma positiva em nossa próspera economia e na vida de milhões de concidadãos.

Sr. Presidente, para encerrar, quero mais uma vez parabenizar as autoridades da área econômica do nosso País pela seriedade com que vem enfrentando a crise, pela eficiência como vem trabalhando, o Presidente do Banco Central

O Presidente do Banco Central, Ministro Henrique Meirelles; o Ministro da Fazenda, nosso amigo Guido Mantega; o Ministro do Planejamento Paulo Bernardo; o Presidente da República Lula, que disse que nunca, durante esses quase seis anos de mandato, entrando já no segundo ano do segundo mandato, conversou tanto com as autoridades econômicas do seu Governo. Com o Ministro da Fazenda, o Presidente do Banco Central e o Ministro do Planejamento.

Acho que isso é muito importante para tranquilizar a sociedade brasileira e mostrar que a crise, claro, poderá, numa leve, muito leve escala, atingir o Brasil. Mas muito leve. Esperamos que não passe disso. Que o Brasil continue soberano, crescendo, gerando emprego e renda; e que a nossa economia não seja abalada por essa Tsunami, por essa crise mundial.

As Bolsas hoje amanheceram nervosas. A Bovespa já caiu. Já está se recuperando. Esperamos que ela se recupere até o final do dia e não venha a pregar mais um susto na nossa economia.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Raupp. São muito pertinentes os comentários de V. Ex^a sobre o PLC do

Deputado Mendes Thame, que toca num ponto crucial: as micro e pequenas empresas que fazem este País.

É importante a questão da reforma tributária. V. Ex^a foi muito correto e firme na sua afirmação: facilitar a vida do contribuinte; fazer o País crescer; e simplificar a vida de quem trabalha e paga impostos – estes são os caminhos do País. Não tenho dúvida nenhuma.

Como membro da Comissão de Assuntos Econômicos, seguirei a orientação de V. Ex^a para acelerar a tramitação desse projeto, que é importante para o Brasil.

Quero parabenizá-lo pelo discurso, pela objetividade e pelo bom senso.

Passo a Presidência para o Senador Paulo Paim. (Pausa.)

O Sr. Delcídio Amaral deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra, neste momento, ao sempre Líder do nosso Partido Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Quero cumprimentar o meu caro Presidente, Senador Paim. Mais uma vez à frente dos trabalhos está V. Ex^a, que é uma referência para todos nós do Partido dos Trabalhadores, pela competência, pela determinação, pelo trabalho, pela história e por tudo que V. Ex^a representa para os movimentos sociais, para os trabalhadores e para os aposentados deste País.

Meu caro Presidente Senador Paim, venho aqui, mais uma vez, a esta tribuna para, primeiro, registrar, como disse muito bem o Senador Raupp, o trabalho do Presidente Lula e da sua equipe econômica, atentos, serenos no que se refere às providências que o Brasil precisa tomar em função dessa crise internacional que hoje voltou com força total nos mercados asiáticos, no mercado europeu, no mercado americano, mostrando, mais uma vez, que a situação é de extrema insegurança, de desconfiança, do sistema financeiro internacional.

Nós vamos ter de repactuar o marco regulatório do sistema financeiro internacional por tudo isso que estamos passando. Conversando com muitos especialistas, vemos que há uma preocupação grande pelas razões todas que foram aqui extensamente faladas, ao longo desta semana, por vários Parlamentares da Base do Governo e da Oposição. Apesar dos seus fundamentos consistentes, com a economia brasileira caminhando muito bem, com a inflação sob controle, com reservas cambiais muito acima da dívida externa, com o País crescendo, com mais gente tendo carteira

de trabalho assinada, com a geração de empregos, desenvolvimento, programas sociais que cumpram um papel fundamental na busca da dignidade da nossa gente, os esforços na educação, na saúde, o Programa de Aceleração do Crescimento, saneamento, habitação, rodovias, ferrovias, energia, o papel do pré-sal, da Petrobras, das companhias que vão nos acompanhar nesse esforço do aumento da produção do petróleo no Brasil, no pré-sal, o Brasil tem de ficar atento.

Ontem, vim a esta tribuna para manifestar, mais uma vez, a minha preocupação. Está aí o agronegócio... O Estado de V. Ex^a, Senador Paulo Paim, tem um potencial muito forte no agronegócio, assim como o meu Estado, a minha região... A questão dos financiamentos, a rarefação dos financiamentos por parte dos bancos, o risco dos pequenos bancos, que não têm liquidez mais para honrar seus compromissos, e esse fechamento da compra de carteiras, principalmente pelos grandes bancos, carteiras das pequenas instituições, das médias instituições, o financiamento para exportações... O Governo brasileiro está funcionando. Está aí o compulsório liberado, estão aí as medidas para financiar as exportações... Nós estamos fazendo o nosso papel, papel responsável no sentido de preservar nossa economia e preservar o futuro de todos nós brasileiros.

Venho, Sr. Presidente, falar aqui para V. Ex^a que é dentro desse quadro que nós apresentaremos o relatório preliminar do Orçamento já na terça-feira que vem, após um trabalho forte da assessoria, da Consultoria do Senado e da Consultoria da Câmara. É um relatório preliminar que cria as condições para que o Congresso Nacional responda, como é sua responsabilidade, ao momento que o mundo vive. Definitivamente, o Brasil não vai ficar blindado com relação a essas questões. Nós precisamos é de mitigar esses efeitos.

Então, nós vamos preparar um relatório preliminar indicativo, mas muito abrangente, sucinto, enxuto, mas abrangente nos conceitos e nas ferramentas que, junto com os relatores setoriais, nós vamos ter oportunidade de trabalhar, de atuar no sentido de responder, eventualmente, a mudanças das estimativas que servirão como parâmetros principais para a elaboração do Orçamento. Portanto, é preciso fazer uma coisa “com o pé no chão”, uma coisa que vai ser importante para o nosso País.

Sr. Presidente, agora entro no tema principal que me trouxe a esta tribuna. Entendo que, no momento em que vivemos, vamos ter que utilizar reservas cambiais também para defender a economia brasileira dessa crise internacional que não passa, de cujo tamanho não sabemos, assim como não sabemos quando vai terminar.

Eu vinha discutindo, com serenidade, numa velocidade que nos levasse a conversar com os mais diferentes interlocutores do Governo, do mercado, do Parlamento, sobre um projeto em que venho trabalhando já há meses, um projeto que chamamos de Cidadania Fiscal. É um projeto que busca, entre outras coisas, repatriar recursos de brasileiros que estão lá fora. É um projeto polêmico, meu caro Presidente Paim, mas que foi concebido estabelecendo as restrições necessárias para que o dinheiro repatriado seja realmente bom, não oriundo de atividades ilegais. É um projeto amplo.

Muitos projetos sobre esse assunto já tramitaram aqui no Congresso, mas simplificados, olhando essa questão de maneira bastante restrita.

Nós resolvemos ampliar essa proposta. Para isso, meu caro Senador Paim, contamos com o apoio de escritórios de advocacia, de empresas de auditoria, de muita gente que acompanhou esses processos em outros países, e realmente concebemos um projeto, que já apresentei a muitas autoridades do Governo, um projeto que realmente merece uma reflexão, especialmente em função do momento. Ele vem até para fazer justiça àquelas pessoas que ganharam dinheiro com seu trabalho honesto, decente, mas que ficaram extremamente preocupadas com algumas situações que o nosso País enfrentou em vários governos e que, até por proteção, nas vias permitidas, colocaram esse recurso lá fora, mas que hoje têm interesse em trazer esses recursos de volta.

Há uma sucessão familiar nas empresas e ninguém quer, para os seus filhos, para os seus netos, permanecer com essa espada de Dâmoques relativa a recursos que foram colocados lá fora. São pessoas que trabalharam, empresários que geram emprego, que ajudam o Brasil a produzir, a crescer. O projeto foi desenvolvido com essa óptica.

Nós analisamos muitos modelos. O mais próximo daquilo que nós entendemos como razoável é o *scudo fiscale*, que foi um projeto desenvolvido na Itália. A Itália internalizou mais de 63 bilhões de euros na sua economia.

Temos um modelo alemão, temos um modelo mexicano, temos vários modelos que acompanhamos pelo mundo. Chegamos à conclusão de que o *scudo fiscale* seria mais adequado, mais coerente com a nossa realidade, estabelecendo os filtros necessários para que somente os recursos bons viessem a ser repatriados, deixando narcotráfico, corrupção, contrabando de fora.

Fizemos estimativas de US\$70 bilhões, de US\$80 bilhões, estimativas conservadoras no meu ponto de vista. E o que poderia representar a entrada desses

recursos no Brasil? Importante, meu caro Presidente Paulo Paim: poderíamos atrelar esses recursos, inclusive, a investimentos na logística, na infra-estrutura. Temos exemplos de Estados americanos – e lá é uma federação, efetivamente – que fizeram essa repatriação, mas com uma série de condições, entre elas investimentos em logística e infra-estrutura.

Portanto, um projeto como esse já tinha relação com a situação anterior. Imagine agora, em função de toda essa crise que se avizinha!

Meu caro Senador Paulo Paim, nós não nos limitamos a essas condições, somente. Alguém poderia dizer o seguinte: “puxa vida, só para quem colocou dinheiro lá fora é que vai ser dado um tratamento específico”? Nós refletimos intensamente sobre isso, no sentido de promover uma repactuação das dívidas daqueles que estão aqui, que repactuaram suas dívidas em função de vários projetos que tramitaram aqui no Congresso e que, hoje, estão novamente inadimplentes. Será que, para contrabalançar esse retorno desses recursos de brasileiros que estão lá fora, não poderíamos também renovar esses programas para torná-los viáveis, facilitar o pagamento por parte daqueles contribuintes que realmente geram emprego, que investem, que ajudam o Brasil a crescer, e, aí sim, estabelecendo um ponto e contraponto? Ou seja, se a gente atende lá fora, vamos atender aqui também, vamos tornar factível o recolhimento desses impostos atrasados.

E, aí, alguém pergunta: “mas e aqueles que estão em ordem?” Quem sabe liberá-los para eventualmente fazer uma revisão do seu próprio Imposto de Renda, das suas propriedades, para, daqui para a frente, trabalharmos numa outra escala de valores, mas sem prejudicar quem trabalha e quem quer ver regularizada a sua situação fiscal.

Ninguém, meu caro Senador Paim, quer enganar o Governo, porque isso traz preocupação e isso pode levar quem produz, quem emprega a situações constrangedoras que vão prejudicar o seu negócio, que vão prejudicar os seus trabalhadores. Todo o mundo quer andar em ordem, quer dormir em paz.

Portanto, veja V. Ex^a a oportunidade ou essa janela de oportunidades que podemos ter e que estão me levando a antecipar este debate aqui no Congresso Nacional, até porque o projeto está praticamente pronto. Eu só estava terminando as costuras para conversar com um maior número possível de atores para trazer esse projeto já bem alinhavado para o Congresso Nacional. Acho que o momento é especialíssimo.

O importante, Presidente: fomos mais fundo nisso. Além desse trabalho olhando os recursos lá fora, as dívidas aqui dentro, com a perspectiva de praticamente zerarmos o jogo sob o ponto de vista fiscal, nós

afinarmos um pouco mais a auditoria das empresas, darmos um espaço mais amplo para os contadores, para que os profissionais da área de contabilidade tenham um papel preponderante na análise de balanços, na busca de balanços cada vez mais transparentes. E por que isso? Por que normas contábeis mais rigorosas, que venham a se aplicar a um universo maior de empresas, de pessoas jurídicas? Exatamente para não repetir mais o que aconteceu.

É como se tivéssemos zerando o jogo no País com relação àquilo que foi omitido, com relação àquilo que foi expatriado, com relação àquilo que não temos condições de pagar e precisamos renegociar, porque, aí sim, a Receita vai ter acesso a recursos que efetivamente são possíveis de pagamento; e, no futuro, quando da conclusão desses parcelamentos, possíveis de quitação.

Então, estou convencido, meu caro Senador Paim, de que o momento é agora, porque, no meu ponto de vista, essa crise não vai passar tão cedo. E nós vamos ter que criar mecanismos, como o Governo Federal, o Governo do Presidente Lula já tem criado, mas precisamos ampliar mais. E eu entendo que esse projeto pode trazer uma janela de oportunidades para o Brasil, mas sendo encarado de uma maneira isenta, equilibrada e não de uma forma distorcida como alguns foram tratados, como se fossem projetos para prestigiar a ilegalidade ou para resolver a situação de algumas pessoas visadas pela nossa sociedade.

Esse é um projeto de Brasil. Não é um projeto que só está sendo apresentado no Brasil. É um projeto que países desenvolvidos também o fizeram, Estados americanos também o fizeram. Então, não estamos inventando a roda. Estamos trabalhando no sentido de adequar as melhores práticas, as melhores experiências para ver se nós conseguimos introduzir uma experiência exitosa no Brasil, especialmente agora, nesse momento em que entram novos conceitos, como o Fundo Soberano, que está tramitando aqui, que está sendo votado.

Quem sabe esse dinheiro repatriado não pode servir de colchão para um Fundo Soberano e o Governo Federal se utilize desses recursos para fazer frente às nossas dificuldades, ou para fazer frente aos nossos desafios, ou para fazer frente a um projeto de desenvolvimento econômico e social para o Brasil?

Portanto, Sr. Presidente, estou convencido de que devo acelerar a apresentação desse projeto aqui no Congresso Nacional, aqui no Senado Federal, porque no meu ponto de vista, a hora é agora.

São algumas ponderações, meu Presidente, que vamos ter oportunidade de discutir, mas, agora, mais do que nunca, entendo que é um projeto consistente e, acima de tudo, um projeto aderente

ao tempo em que vivemos e, eventualmente, à crise que enfrentaremos nos próximos anos.

Muito obrigado, meu caro Senador Paim, pela tolerância e, mais uma vez, pela oportunidade que V. Ex^a me dá para vir novamente a esta tribuna do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Delcídio Amaral, só quero cumprimentar V. Ex^a pelo pronunciamento. Com certeza, por conhecer o seu trabalho, a sua história e a sua competência, também já estou entendendo que esse projeto vem na hora certa, no momento certo e deverá, depois de um debate claro, exaustivo aqui no Congresso, na minha avaliação, ser aprovado.

Parabéns, mais uma vez, a V. Ex^a.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não há mais oradores inscritos.

Ao encerrar os trabalhos desta sexta-feira – eu que tive que sair duas vezes para explicar o comunicado que fez aqui o Líder Romero Jucá, Líder do Governo –, reafirmo o que ele disse da tribuna e me falou.

Ele esteve conversando com o Executivo sobre caminharmos de forma mais rápida para aprovarmos o projeto do fim do fator previdenciário e avançarmos no reajuste dos aposentados e pensionistas. Disse-me ele que há uma sensibilidade por parte do Presidente a esse tema e que, com certeza, deveremos caminhar na construção de uma política definitiva na área da Previdência que seja universal, igual para todos, com regras de transição que apontem um caminho definitivo a longo prazo.

Essa é uma boa notícia – nós estamos há tantos anos, Senador Delcídio, elaborando isso – para que, efetivamente, tenhamos uma única Previdência para trabalhadores da área pública e da área privada. Sei que V. Ex^a fará o possível para que essa engenharia, essa construção venha em benefício dos aposentados e se torne realidade. É um bom sinal do Presidente Lula, que me foi passado aqui pelo Líder do Governo Romero Jucá e que tem o apoio, com certeza, de V. Ex^a. Parabéns, Senador Delcídio.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.185, DE 2008

Requeiro, nos termos do art. 258, do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto do PLC nº 47/2003, com os PLS nºs 118/2006, 194/2005, 219/2008, 241/2005 e 485/2003 – Complementares, por versarem sobre a mesma matéria.

Sala das Sessões, 10 de outubro de 2008. – Senador **Marco Maciel**.

REQUERIMENTO Nº 1.186, DE 2008

Requeiro, nos termos do art. 258, do Regimento interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto das PEC n.ºs 6/2006, 10/2008, 13/2006, 16/2004, 22/2007, 61/2004, 85/2007 e 95/2003 por versarem sobre a mesma matéria.

Sala das Sessões, 10 de outubro de 2008. – Senador **Marco Maciel**.

REQUERIMENTO Nº 1.187, DE 2008

Requeiro, nos termos do art. 258, do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto do PLS nº 18/2006 com os PLS n.ºs 19/2007, 46/2006, 107/2003, 154/2008, 160/2008, 280/2003, 284/2008, 285/2005, 428/2003, 700/2007, e com os PLC n.ºs 43/2005, 77/2007 e 86/2006, por versarem sobre a mesma matéria.

Sala das Sessões, 10 de outubro de 2008. – Senador **Marco Maciel**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão publicados e encaminhados à Mesa para decisão, nos termos do art. 258 do Regimento Interno.

Sobre a mesa, mensagem do Presidente da República que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 203, DE 2008

(Nº 764/2008, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Informo a Vossas Excelências que me ausentarei do País no período de 12 a 17 de outubro de 2008, em visitas oficiais a Espanha de 12 a 14, a Índia nos dias 14 e 15, e a Moçambique nos dias 16 e 17.

Brasília, 9 de outubro de 2008. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

Aviso nº 903 – C. Civil.

Em 9 de outubro de 2008

Assunto: Viagem presidencial

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República comunica que se ausentará do País no período de 12 a 17 de outubro de 2008, em visitas oficiais a Espanha de 12 a 14, a Índia nos dias 14 e 15, e a Moçambique nos dias 16 e 17.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A mensagem que acaba de ser lida será anexada ao processado da Mensagem nº 35, de 2008, e vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Sr. Senador Romero Jucá enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apinhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como Líder do Governo nesta Casa, em diálogo permanente com o Presidente Lula e seus Ministros, acompanho com muita atenção o dia-a-dia da Administração Pública Federal. Assim, percebo as grandes, notórias e decisivas transformações pelas quais o Brasil está passando nos últimos anos. Tudo isso graças não só à determinação do Presidente da República, à operosidade de seu Ministério e dos servidores públicos federais, mas, sobretudo, fruto do empenho do empresariado nacional e de milhões de brasileiros anônimos que, num exercício cívico cotidiano de muito trabalho e obstinação, constroem este País.

Se tudo isso fosse pouco, sobram confiáveis indicadores domésticos e externos que nos mostram o Brasil na trilha correta do desenvolvimento e da adequada e competitiva inserção internacional. A cada dia, o País conquista a confiança dos investidores e das empresas globais que manifestam, sem deixar margem a dúvidas, sua convicção na credibilidade de nosso País.

Pois saibam, Sr^{as} e Srs. Senadores, que me causou agradável surpresa e enorme prazer a leitura, de forma consolidada, das ações governamentais reunidas em documento tornado público recentemente. Trata-se da publicação intitulada *Mais Brasil para Mais Brasileiros*, que evidencia, de maneira indelével, a máxima que tem orientado o Governo Federal nos últimos 5 anos e meio: “Brasil, um país de todos.”

Não importa a área de Governo que se considere, em praticamente todos os setores da Administração podem-se observar profundas transformações, que beneficiam a vida de milhões de pessoas. Estamos, sim, como se verá, construindo agora um Brasil mais justo para todos os brasileiros. Essa é uma obra coletiva inédita que, portanto, deve ser destacada e celebrada por todos nós.

Tome-se, por exemplo, as agendas social e econômica do Governo. Quase 10 milhões de brasileiros deixaram a pobreza absoluta nos últimos anos. Parte significativa dos pobres ingressou na classe média, que cresceu 10 pontos percentuais entre 2006 e 2007; a evolução significa que 23,5 milhões de cidadãos foram integrados à classe média.

Com a economia estabilizada, também houve crescimento substantivo da renda média nacional, que passou de R\$792,00 em 2003/2004 para R\$888,00 em 2006, uma progressão de mais de 12 % em apenas dois anos. Para que se tenha uma idéia precisa da sensível redução da desigualdade social no País, tome-se o índice Gini, universalmente aceito como medida da distribuição de renda. Quanto menor o índice, sempre tendendo a zero, mais próximo estará o país de uma melhor distribuição das riquezas que produz. Pois bem, em 2003, este número estava em 0,545; três anos mais tarde, em 2006, chegamos a 0,528, índice que demonstra o resultado francamente positivo dos esforços do Governo Federal.

Inúmeros e bem-sucedidos programas sociais dão sustentação à meta de Governo centrada na melhoria progressiva e consistente da qualidade de vida dos brasileiros. É o caso do Bolsa Família, que passou a apoiar mais de 11 milhões de famílias em todo o País, enquanto o programa Luz para Todos entregou energia elétrica para mais 7,3 milhões de cidadãos. Ainda no ano passado, o Governo lançou o PDE – Programa de Desenvolvimento da Educação, com investimentos de R\$15 bilhões até o ano de 2011. O programa terá seus recursos destinados à melhoria da educação, em todos os níveis, promovendo a universalização do acesso ao ensino para a população brasileira.

Por outro lado, o Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização para Profissionais da Educação, em apenas dois anos de existência, está destinando recursos da ordem de R\$3,2 bilhões. Nos próximos anos, o Fundeb deverá alcançar quase 50 milhões de estudantes brasileiros. Ainda no segmento da educação, deve-se destacar que mais de 37 milhões de alunos, de 56.685 escolas da rede pública urbana, passarão a contar com acesso rápido e gratuito à Internet dentro do ambiente escolar. E a medida tem prazo para entrar em vigor: 2010.

No que se refere à saúde, pode-se dizer, com certeza, que se verificam igualmente avanços significativos beneficiando, com atenção básica, 47% da população brasileira, ou quase 90 milhões de pessoas, participantes do Programa Saúde da Família. Ademais, não têm faltado ações que colocam a assistência à saúde dentro das escolas, tais como a assistência farmacêutica e o atendimento emergencial pelo SAMU – Serviço de Atendimento Médico de Urgência, que chega a mais de mil Municípios brasileiros, cobrindo um público potencial de 98 milhões de pessoas.

Quase 16 mil equipes de saúde bucal realizaram, no ano passado, 12,1 milhões de procedimentos especializados. A expectativa é de que, até 2011, 70% dos brasileiros estejam amparados pelo Programa, que deverá contar com um total de 24 mil equipes de atendimento à saúde bucal.

Alguns outros números, entre tantos altamente significativos, revelam que em apenas um ano, 2007, foram criados no País 1,6 milhão de novos empregos com carteira assinada. E, entre janeiro de 2003, marco inaugural do Governo Lula, e dezembro de 2007, o número de ocupações formais criadas chegou a 8,1 milhões de empregos, além de 2,1 milhões não formalizados. No período, verificou-se admirável queda no desemprego, que terminou 2007 no índice de 9,3%, o mais baixo em cinco anos.

Quero ainda mencionar, antes de concluir, mais alguns dados relevantes, visto que tive que optar por uma enunciação estrita, meramente exemplificativa. No que se refere ao setor de transportes, o Governo tem-se empenhado em promover a integração de seus diversos modais em todo o País. Com isso, o objetivo é favorecer o deslocamento de pessoas e bens, tendo em conta segurança e redução de custos. O movimento aeroportuário de passageiros, que cresceu em apenas um ano 8,7%, reflete, por exemplo, o momento especial da economia brasileira. No ano passado, nada menos que 111 milhões de passageiros utilizaram os 67 aeroportos administrados pela Infraero.

Enfim, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, impõe-se que eu conclua este pronunciamento. Queriria tão somente destacar, com base em números que podem ser aferidos, o muito que tem sido feito pelo Governo Federal em favor dos brasileiros, embora ainda defrontemos com inúmeros desafios. Lembro, também, que aqueles cidadãos que desejarem conhecer todos os dados e números dos programas governamentais poderão fazê-lo pela Internet, no sítio www.maisbrasil.gov.br.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 11 minutos.)

SENADO FEDERAL
ATA DA 166ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA,
EM 5 DE SETEMBRO DE 2008

(Publicada no **Diário do Senado Federal**, de 6 de setembro de 2008)

RETIFICAÇÃO

Na página 36935, 1ª coluna, republica-se, na íntegra, o Requerimento nº 1.075, de 2008, por incorreções gráficas no anterior.

REQUERIMENTO
Nº 1.075, DE 2008

Solicita a tramitação em conjunto do Projeto de Lei do Senado n.º 3, de 2001, e do Projeto de Lei da Câmara n.º 86, de 2007.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do Art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto do Projeto de Lei do Senado n.º 3, de 2001, e do Projeto de Lei da Câmara n.º 86, de 2007, por versarem sobre o mesmo assunto.

JUSTIFICAÇÃO

Os Projetos de Lei supracitados e aos quais se pretende a tramitação conjunta alteram a Lei n.º 9.807, de 13 de julho de 1999, que "estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal".

No intuito tanto de somar ao Projeto já aprovado pela Câmara dos Deputados, quanto visando a economia processual no Senado, uma vez que se trata do mesmo assunto, requeiro a presente tramitação conjunta.

Sala das Sessões, 18 de fevereiro de 2008.


Senador MOZARILDO CAVALCANTI

**ATA DA 173ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA,
EM 16 DE SETEMBRO DE 2008**

(Publicada no **Diário do Senado Federal**, de 17 de setembro de 2008)

RETIFICAÇÕES

Na página 37856, 1ª coluna, após *Legislação Citada*, referente ao Parecer nº 1.004/2008, da Comissão de Educação, inserir, na íntegra, por omissão gráfica o Ofício nº CE/103/2008

Of. nº. CE/103/2008.

Brasília, 09 de setembro de 2008.

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, em reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 575, de 2007, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Arthur Virgílio que, “Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal Naval do município de Itacoatiara, no Estado do Amazonas”.

Atenciosamente,



SENADOR CRISTOVAM BUARQUE

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Ata da 188ª Sessão Não Deliberativa, em 13 de outubro de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Garibaldi Alves Filho,
Papaléo Paes, Paulo Paim, João Pedro e Mão Santa*

*(Inicia-se a Sessão às 14 horas e 2 minutos,
e encerra-se às 17 horas e 5 minutos)*

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Há oradores inscritos.

Pela ordem de inscrição, concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque, por permuta com o Senador Paulo Paim.

V. Exª terá vinte minutos para seu pronunciamento.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em primeiro lugar meus agradecimentos ao Senador Paulo Paim que me cedeu a vez para que eu pudesse ser o primeiro a falar. Isso não apenas ajuda em minha agenda, como também me permite ser o primeiro a cumprimentar aqui o Senador Mão Santa pelo seu aniversário.

Quero parabenizá-lo e dizer que o Piauí inteiro, pela sua relação tão forte com seu Estado, está de parabéns também. Parabéns, Senador Mão Santa. E é um privilégio para nós convivermos com o senhor nesta Casa. Aprendi, ao longo desse tempo, a respeitá-lo cada vez mais e, sobretudo, adquirir um débito forte com o senhor por suas palavras sempre carinhosas para comigo. Aprendi muito com as lições que o senhor nos dá aqui sobre história do Brasil e sobre a situação da saúde no Brasil.

Parabéns e muito obrigado, Senador Mão Santa.

Mas, Sr. Presidente, quero falar de três fatos que ocorreram nessa semana, que a meu ver, por incrível que pareça, estão relacionados.

Primeiro, quero comentar um encontro organizado por esse grande comunicador, esse grande homem das comunicações, que é o João Dória. O João Dória Filho organiza, a cada ano, um encontro em que reúne empresários, políticos, artistas, intelectuais para ficarem, por dois, três dias, debatendo assuntos que

ele escolhe. Dessa vez, ele fez a reunião em Portugal, reunindo empresários portugueses com empresários brasileiros, com alguns políticos. Tive o privilégio de fazer parte desse grupo, ao lado dos Senadores Romeu Tuma, Aloizio Mercadante, Heráclito Fortes, e pudemos debater assuntos que considero extremamente relevantes.

O segundo fato que aconteceu essa semana foi a crise, talvez a semana mais difícil que o mundo enfrentou do ponto de vista da economia desde 1929.

O terceiro foi a morte, aqui em Brasília, de um homem muito especial, chamado Pierre Weil, um francês que há décadas escolheu Brasília para viver e aqui criou uma universidade, que ele chamou de Universidade da Paz.

Por que esses três fatos se relacionam?

A reunião feita em Lisboa e a crise se relacionam porque foi possível perceber, durante aqueles dias, que hoje não apenas há uma sintonia muito forte entre Brasil e Portugal, como também esses dois países, que até pouco tempo eram periféricos, embora um europeu e outro latino-americano, têm uma solidez que lhes permite, a ambos os países, mesmo com dificuldades que vão continuar enfrentando, sobreviver e sair ainda maior.

O que o encontro, organizado por João Dória, permitiu perceber é algo novo, a meu ver, nas relações Brasil-Portugal. Além da solidez desses dois países, da dinâmica que esses dois países têm, há o respeito mútuo. Foi dito e repetido por diversos, tanto brasileiros como portugueses, que até um tempo atrás os brasileiros olhavam para Portugal como uma coisa do passado, e os portugueses olhavam para o Brasil como uma coisa sem futuro.

Mudou. Mudou dos dois lados, Senador Papaléo. Hoje, a gente sente nos portugueses que ocupam direção – e tivemos reunião com o Primeiro-Ministro Sócrates, com o Presidente Cavaco – e a gente viu que há neles um respeito profundo ao Brasil. E, ao mesmo tempo, de nossa parte – eu diria que é mais do que respeito – vemos, com surpresa, o grau de desenvol-

vimento que Portugal adquiriu nesses últimos anos. E, mais ainda, na minha percepção, o grau de salto educacional que Portugal está tendo nesse momento. Seus alunos começam a aprender inglês desde a primeira série do ensino fundamental; seus alunos recebem computadores para estudar; seus professores estão bem formados para o uso desse equipamento.

E isso, o que é surpreendente, sem dúvida, para mim, em uma cooperação entre o Governo e a Companhia Telefônica de Portugal. Aqui nós temos o Fust, aprovado creio há 10 anos, e a gente não consegue utilizar esse dinheiro. Portugal, hoje, consegue fazer com que a empresa de telefonia que tem aplique recursos na educação de suas crianças, com efeito extremamente positivo.

Isso é algo que aconteceu nessa semana. Mas aí dentro estava, todo o tempo, permanentemente, a dimensão da crise, analisada, conversada e com uma preocupação permanente. E o que isso tem a ver com a figura, que eu diria quase santa, de Pierre Weil, que faleceu nessa semana? É que ele trouxe, há décadas, e defendeu ao longo de toda sua vida, que a realidade do mundo exige muito mais do que esforço financeiro e econômico. Ele lutou sua vida inteira por uma nova mentalidade que permitisse que nós saíssemos dessas crises em que vivemos, não apenas acabando com a inflação, acabando com a crise financeira, retomando o crescimento, mas mudando a maneira como a gente pensa que deve ser o desenvolvimento.

E, aqui, eu quero tomar este tempo para falar com clareza sobre o que mais me preocupa do ponto de vista do futuro. Não é a crise dos bancos, não é a crise que a gente vive hoje do risco de não ter crescimento e ter uma recessão. Isso a gente vai passar; isso é uma questão de semanas, de meses, talvez mesmo de um ou dois anos. Mas vamos superar. O que me preocupa é que alguns anos depois voltará a mesma crise.

O que me preocupa é que, para sair da crise, não só pode voltar a inflação, mas mesmo que venha o crescimento ele virá de forma desigual, excludente, injusta, ineficiente e vulnerável a qualquer modificação que aconteça.

Senador Papaléo, essa crise não vem de dentro do sistema financeiro; ela vem do setor produtivo, que exige, força os bancos ao crédito fácil. Há um derretimento dos bancos provocado por um processo produtivo que os obriga a emprestarem cada vez mais e, com isso, eles fazem essas chamadas alavancagens irresponsáveis de, por exemplo, com R\$1,00 que têm os bancos chegarem a aplicar R\$ 65,00, sem base sólida.

O processo produtivo que temos leva ao derretimento dos bancos e também ao derretimento das calotas polares, porque o mesmo processo produtivo depredador da natureza é aquele que enfraquece o sistema financeiro. Temos uma voracidade tal de consumo, uma voracidade tal de crescimento da produção que não há como existirem bancos sustentáveis e uma natureza sustentável. O derretimento das calotas polares tem a mesma causa do derretimento dos bancos: um processo produtivo que não traz para a realidade da economia a produção de bens imateriais. Os bens são materiais e, portanto, exigem a transformação da natureza em bens e produtos que consumimos, de maneira voraz que naturalmente vai depredando o planeta, e a calota polar é apenas um exemplo mais visível, mas não único, se a gente prestar atenção.

E também vai corroendo os bancos, porque para vender automóveis duas coisas acontecem necessariamente: aumento do aquecimento global, sem dúvida alguma, e aumento da vulnerabilidade dos bancos. Só há um jeito de vender muitos automóveis, sobretudo em países onde a renda não é muito alta como no Brasil: com crédito fácil. Quando a gente dá cem meses para se pagar um carro, a gente está enfraquecendo os bancos e enfraquecendo a calota polar.

Aqui lembro o discurso que o Senador Mão Santa fez há mais de seis meses, quando falou do endividamento do povo brasileiro. Lembro que mais de seis meses atrás, Senador Mão Santa, V. Ex^a fez um discurso em que alertava para o risco que a gente vive do superconsumo, graças ao crédito fácil. Vivemos num processo no qual todos se endividam para que o processo econômico cresça. Isso enfraquece os bancos e enfraquece a natureza, cria o desequilíbrio ecológico e o desequilíbrio financeiro dos bancos, obviamente por causa da irresponsabilidade dos banqueiros.

E a saída para isso? A saída para isso tem de ser imediata, no curto prazo, para manter os bancos funcionando. É claro que, para manter os bancos funcionando, será preciso usar recursos públicos para salvar os correntistas e não para salvar os banqueiros irresponsáveis, para não chamar de coisas piores. O que me preocupa é que vamos gastar trilhões no mundo inteiro para salvar os correntistas e, provavelmente, para salvar alguns banqueiros que não merecem ser salvos porque são pessoas irresponsáveis que deixaram as instituições chegarem a esse ponto.

Quero chamar a atenção aqui para o fato de que quando se fala em gastar trilhões para salvar bancos ninguém pergunta de onde virá o dinheiro. Quando eu digo aqui que se precisa de sete bilhões para fazer uma revolução na educação, a primeira pergunta é: de onde virá o dinheiro para isso? Por que na hora

de derreter os bancos o dinheiro aparece e na hora em que os cérebros estão sendo derretidos, incinerados, todos perguntam de onde virá o dinheiro? Para os bancos, trilhões; para a educação, os milhõezinhos. E todos perguntam de onde virá o dinheiro, todos dizem que o dinheiro não existe, mas para os bancos ele aparece.

Eu não sou contra salvar os bancos, porque os correntistas não podem ser punidos pela incompetência e irresponsabilidade dos donos dos bancos. Agora, o que não se pode imaginar é que o mundo que, durante toda essa semana, fez dezenas de reuniões de cúpulas, reuniões de chefes de Estado, reuniões de chefes de Governo, reuniões de presidentes de banco centrais, reuniões de ministros da fazenda, para discutir como salvar o mundo da crise, para salvar os bancos – o mundo que vive em permanente reunião para salvar os bancos – não faz uma reunião para salvar os cérebros do planeta Terra! Não temos isso.

Cheguei a sugerir ao Presidente Lula que na reunião das Nações Unidas ele propusesse, Senador Gilvam Borges, uma cúpula mundial para discutir a educação. Por que não há uma cúpula mundial para discutir como salvar os cérebros que estão sendo incinerados? A gente não deixa de fazer todas as reuniões necessárias para salvar a incineração que está sendo feita do capital financeiro do mundo.

Essas coisas que eu disse que aconteceram essa semana nos permitem chamar a atenção do Governo brasileiro de que tem de continuar desse modo, sim, porque está indo bem tanto como líder do Bloco do G20, como na sua tentativa de influenciar as instituições internacionais. Mas isso não vai bastar para que, depois de terminarmos com a crise que aparece, que é financeira, resolver a crise que não aparece, que é a desigualdade social, que é um processo produtivo necessariamente depredador da natureza e do sistema financeiro; não vai servir para termos o crescimento da inteligência mundial capaz, inclusive, de formular processos civilizatórios que, nos últimos séculos, os seres humanos não foram capazes de inventar ou inventaram e não deram certo, como foi o caso do socialismo chamado real.

Nós precisamos aproveitar essa crise, para descobrir que pessoas como Pierre Weil, pouco conhecido, mas que trouxe uma mensagem profética, não sobre economia, mas sobre a mentalidade dos seres humanos, sobre a maneira que devemos existir e viver para sermos felizes, e não apenas consumirmos muito. Enquanto a idéia for consumir muito, os bancos serão frágeis, e a natureza será depredada, mas quando a gente começar a inventar que o objetivo é ser feliz e eficiente, as coisas vão começar a mudar.

Hoje, a aspiração é comprar um carro. Por que a aspiração não pode ser ir rápido de um lugar para o outro sem perder tempo?

Por que nós, seres humanos, nas grandes cidades brasileiras, preferimos ficar uma hora em um engarrafamento, mas dentro do próprio carro, a ir rápido da casa ao trabalho em um sistema público de transporte? Onde está a deformação mental que fez com que os seres humanos, diferentemente dos outros animais que, quando comem, se satisfazem e ficam bem, não se contentem nunca, mas queiram consumir cada vez mais e mais? Consumir não pondo mais comida dentro do estômago, porque lá não cabe mais comida do que o necessário, mas consumir coisas, com casas maiores, com mais carros na garagem, com equipamento cada vez mais sofisticados que pouco agregam de bem-estar? É um falso bem-estar aquele que está só na produção. E foi esse falso bem-estar que manteve um falso equilíbrio do sistema financeiro e uma ilusão de equilíbrio na natureza.

Nós podemos aproveitar a crise que vivemos do descongelamento e da diluição do sistema financeiro, do descongelamento dos bancos e do descongelamento das calotas para procurar mais do que a solução do problema dos bancos – isso também. Mais do que da solução para a crise bancária, precisamos de um novo rumo para o nosso projeto de desenvolvimento.

Quando você segue por uma estrada e encontra um buraco há duas maneiras de resolver o problema: uma é tapar o buraco e continuar, mas logo à frente outro aparecerá; a outra é pegar a bússola e descobrir onde está o Norte. Não é tempo de buraco; é tempo de bússola. Não é tempo de apenas resolver um pedacinho da crise que aparece; é hora de, ao tempo em que se faz isso, reorientar o projeto de desenvolvimento. Esse projeto – desculpem-me a chatice – envolve uma revolução que garanta escola de qualidade para todos.

É isso por duas razões. A primeira é que só isso vai diminuir a desigualdade, porque não há outro caminho para diminuir a desigualdade a não ser quando a escola do mais pobre for igual à escola do mais rico. Quando o filho do trabalhador estiver na escola do filho do patrão, aí será quebrada a desigualdade. A outra razão é que o mundo vai precisar cada vez mais de um potencial grande de inteligência, um potencial grande de conhecimento, de imaginação, de formulação científica, de formulação técnica, para encontrar maneiras de produzir bens materiais consumindo menos natureza; de ter sistemas de transporte mais eficientes e que os próprios automóveis possam andar sem depredar a natureza.

Nós precisamos do capital conhecimento, e esse capital não depreda a natureza, esse capital não de-

sequilibra o sistema financeiro, porque são bens públicos, não são bens individuais para o consumo de predador.

Nós precisamos entender que essa crise vai além das finanças, que essa crise tem causas atrás dos próprios bancos irresponsáveis e que obviamente foram coniventes. Essa crise tem causa atrás, inclusive, de governantes que, preocupados apenas em aumentar a taxa de crescimento para convencer os eleitores a apoiá-los nas próximas eleições, são capazes de gestos irresponsáveis, liberando os banqueiros gananciosos para terem o maior lucro possível, desde que ofereçam empréstimos, empréstimos fáceis, créditos fáceis, que terminam por mostrar a instabilidade bancária.

Nós precisamos trazer de volta a responsabilidade. Nós precisamos trazer de volta o equilíbrio monetário e o equilíbrio financeiro das nossas instituições. Mas nós precisamos também trazer de volta o sonho de que é possível um desenvolvimento sustentável com a natureza e sem ameaçar a estabilidade do sistema financeiro.

Isso, Sr. Presidente, dentro do prazo que me foi dado de vinte minutos, era o que eu gostaria de deixar claro aqui.

Antes, porém, vou conceder um aparte ao Senador Mão Santa.

Eu quis relacionar, nessa minha fala, três fatos desta semana: uma reunião organizada pelo João Dória, a crise bancária que permeia todas as nossas reflexões e a morte de um homem, aqui em Brasília, que foi um profeta, mas que tentou mostrar que é possível uma visão diferente da humanidade, do nosso projeto civilizatório. Uma visão que ele chamava de holística, na qual a gente não analisa o banco separado do processo produtivo e separado da mentalidade dos seres humanos; ele procurava ver tudo junto, querendo construir uma sociedade que não fosse apenas rica, mas que fosse harmônica.

Essa talvez seja a palavra que está faltando, não apenas como símbolo de onde a gente quer chegar, para onde a bússola deve apontar e não o buraco que a gente deve tapar. E talvez seja a palavra que mais simbolize a vida desse grande homem que aos 84 anos nos deixou, na sexta-feira, chamado Pierre Weil.

Eu passo, entretanto, Sr. Presidente, se me for permitido, a palavra ao Senador Mão Santa, nesses dois minutos que ainda me restam.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Cristovam, atentai bem, eu tenho minhas crenças e posso confessá-las: eu creio em Deus, eu creio no amor, que é o cimento que constrói a família. Rui Barbosa disse: “A pátria é a família amplificada.” Eu creio no estudo que leva à sabedoria. E está no Livro de Deus que a

sabedoria vale mais do que ouro e prata. E eu creio no trabalho. Assim com Rui disse que a primazia tem que ser dada ao trabalho e ao trabalhador. O homem vai antes e faz a riqueza. E eu não creio no Governo de Luiz Inácio. Eu não creio! É questão de crença. A minha descrença aumentou muito quando ele, numa infelicidade, ou então inspirado por algum alopado, pegou o telefone e demitiu V. Ex^a. Ele devia ter sido humilde e aproveitá-lo como um Richelieu. Luiz XIII também não tinha muito, mas teve o Richelieu para orientá-lo e depois o Cardeal Mazarin. Quis Deus eu estar com um livro muito importante *JK: Exemplo e Desafio*, de Affonso Heliodoro. Foi um coronel de Polícia que mais viveu com Juscelino. Juscelino é o maior símbolo da história de grandeza deste País. Mas, atentai bem, porque eu não acredito neste Governo. É uma lástima para mim! É uma vergonha! V. Ex^a introduziu bem seu discurso, entrou na economia. E eu já havia advertido. Falta ao Presidente da República humildade. Não tem ninguém aqui do PT. Esta Casa só tem um sentido: se nós, pais da Pátria, estivermos preparados como V. Ex^a, como eu, que estamos aqui. V. Ex^a teve a coragem de dizer o que eu já advertira há mais de ano: o descalabro econômico. A escravatura negra, o Abraham Lincoln resolveu, a Princesa Isabel resolveu e Rui Barbosa ajudou. A escravatura da vida moderna é a dívida. Este País levou todos à dívida. Shakespeare diz: “Palavras, palavras, palavras”. Eu sou mais violento, eu digo: é mentira, é mentira, é mentira! Ele diz que não tem dívida. Ele pode ter pago os banqueiros, por interesses que não sei quais, mas a dívida interna aumentou. Eu vou dar um quadro, que vale por dez mil palavras – e nós estamos aqui é para ensinar, Professor Cristovam. Olha, você pode não dever a nenhum banco e a nenhuma mercearia, mas a sua casa pode não ter água, pode não ter luz, pode ter goteira. É a dívida interna sua. E o Brasil está com uma dívida louca com seu maior patrimônio, que são os velinhos aposentados. Nós assaltamos, nós roubamos o salário dos velinhos. Aqui fizemos o contrário. Temos uma dívida com a educação e com a saúde. Papaléo, tem UTI neste Brasil – ó Luiz Inácio – em que a diária é de R\$3.500,00, fora o médico, nas UTIs sofisticadas de São Paulo. Isso agride a população nacional. A saúde está boa para quem tem muito dinheiro, para quem tem os mirabolantes planos de saúde, para nós Senadores, que o Senado pagaria. Essa é a verdade. É a dívida com a saúde. Mas eu ia buscar aqui. Eu não acredito. Eu nunca vi tanto desastre. Eu quero lhe dizer que poucos, pouquíssimos estudaram tanta história como eu estudei no Brasil. Nós tivemos o Período Colonial, o Império, um rei que veio de Portugal, dois reis, uma princesa, 28 Presidentes e ditadores, mas nunca a

irresponsabilidade foi tamanha. Nós tivemos grandes Presidentes estadistas: Getúlio Vargas e Juscelino. Mas, atentai bem, eu sou do lá Nordeste, fui o primeiro aqui a conhecer a Venezuela. O Presidente Sarney, em sua clarividência, mandou representá-lo no início de nosso mandato, Papaléo Paes, com dois federais. E eu cheguei aqui dizendo do perigo do Chávez. Eu quero lhe dizer que o Nordeste está muito pior do que a Venezuela. O Chávez é pinto hoje. Mas, em contrapartida, há essa bolsa que desvirtuaram, estupraram, desmoralizaram os sonhos de V. Ex^a. V. Ex^a poderia processar o Presidente da República por danos ao ideal, ao sonho, por malversação do sonho de Cristovam Buarque. V. Ex^a sonhou com uma bolsa família. Não dá. No Piauí, mais da metade da população, que aumenta no período eleitoral. Eu não acredito. Eu acredito em Deus, eu acredito no amor, eu acredito no estudo e no trabalho. Papaléo Paes, atentai bem, o povo mineiro sempre foi soberano na nossa história – *Liberta quae sera tamen* – a grandeza. Atentai bem para o que diz o grande autor Affonso Heliodoro, numa das biografias de Juscelino, talvez a melhor, pela convivência, a mais real e pura. Afastando aqueles três volumes que o próprio Presidente escreveu, *Por que construí Brasília*, a infância e a vida política. Lá em Diamantina ninguém vivia à toa. Ninguém vive á toa. Eles perderam o ouro, eles perderam o diamante, mas tinha o ser humano. Sófocles disse: “Muitas são as maravilhas da natureza, mas a mais maravilhosa é o seu homem.” O homem mineiro, o homem de Diamantina. Eles perderam o ouro, Papaléo, eles perderam o diamante, mas olhe o que diz: lá ninguém vive à toa. Em Diamantina, quem não se dedicava aos estudos trabalhava; aos meninos mais pobres era usual a aprendizagem em algum ofício. Aqui não é. Eu lamento. Nunca dantes o meu Nordeste e o Norte foram tão sacrificados. Não se cultiva o estudo! Não se cultiva o trabalho! Cristovam Buarque, atentai bem, estou dizendo, porque é meu dever. Sei que vou perder milhares de votos agora, mas não perco a dignidade, a consciência e a minha função, que é ser pai da pátria. Papaléo, a maior imoralidade, a maior indignidade é esse governo que dá, ao parir uma mulher do Norte e do Nordeste, quadro salários mínimos. Papaléo, vou contar um quadro que vale por 10 mil palavras. Isso fica nos Anais. Cristovam Buarque, encontrei uma gestante, olhei, cheia de filho, conheci na fazenda de um amigo, rural, viu Papaléo, e disse a ela: “Minha filha, vou-lhe encaminhar para um médico, o Dr. Chico Pires, da Santa Casa, para ligar as suas trompas.” Tinha dezenas de filhos. E ela disse: “Não, Senador Dr. Mão Santa! Olha, o senhor está vendo aquela televisão? Foi este menino aqui que consegui! O senhor está vendo este da minha

barriga? Vou comprar uma moto, vou parir e comprar um moto para o meu marido.” É isso. Aí compra de segunda mão, sem placa, mas esses meninos, daqui a dez anos, Cristovam, daqui a dez anos... Isso está na contramão de todas as sociedades organizadas, V. Ex^a sabe mais do que eu. A paternidade responsável, o planejamento familiar! Então, se pega para fazer uma indústria de votos. Padre Antonio Vieira, que viveu em nosso Nordeste, saia de Fortaleza a pé para ir a São Luís e passava na minha cidade, Parnaíba, construiu em Flexeiras um local onde ele dizia: “o exemplo arrasta”. Imagine, eu não estou preocupado com os pais que estão aí agora nessa situação, à toa, como se diz aqui. “Lá ninguém vivia à toa. Em Diamantina, quem não se dedicava aos estudos trabalhava. Aos meninos mais pobres era usual o aprendizado de algum ofício.” Atentai bem. Os nossos estão à toa no Norte e no Nordeste. As escolas, um descalabro. Tem aparecido, há escolas médicas, ô Papaléo, mas escolas médicas que aparecem no Nordeste custam quatro mil a mensalidade. Cada vez mais vai ficar elitista. As públicas estão... Então, eu só acreditaria no Governo Luiz Inácio se ele lhe chamasse urgentemente, pedisse desculpas e V. Ex^a fosse... Eu tenho muitas crenças, como V. Ex^a, no saber e na educação. V. Ex^a está de parabéns, mas eu ficaria com o Juscelino. O Juscelino disse o seguinte, Papaléo, atentai bem: “É melhor ser otimista. O otimista pode errar, mas o pessimista já nasceu errado e continua errado.” Eu acredito na democracia que construímos juntos. Nós a fizemos renascer e essa democracia possibilita uma alternância do poder. Eu vim ontem de São Paulo. São Paulo vai reagir contra essa enganação que está no Brasil. Transformaram o Nordeste muito pior do que a Venezuela.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Sr. Presidente, para encerrar, quero dizer, Senador Mão Santa, que seu discurso, sua fala, seu aparte só tem um defeito: termina tirando a força do meu discurso, porque foi muito enfático. E aí quero destacar uma frase só, que merece, sim, o meu respeito.

Poucos homens públicos são capazes de dizer: “Sei que perco voto dizendo isso, mas vou dizer.”

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – E o senhor falou isso. O senhor sabe o que hoje se enfrenta quando se fala a verdade na ótica que cada um tem. Não estou emitindo juízo de valor; estou dizendo que admiro a coragem do homem público que é capaz de ir contra a corrente e dizer o que pensa, independentemente das conseqüências disso em uma eleição.

Sr. Presidente, vim aqui para falar dos fatos dessa semana e dizer que, mais uma vez, estou conven-

cido de que a saída está na educação. Fosse alguns anos atrás, diríamos: não, a saída está no socialismo, na economia. Não está. Não vai ser a estatização do sistema econômico que vai trazer o equilíbrio da economia. Não está na economia. A saída está fora da economia. A saída, hoje, está em que esses países que se reúnem todos os dias, com seus chefes de estado, para decidirem onde e como colocar trilhões de dólares para salvar os bancos, que eles se reúnam para saberem como gastar alguns milhõezinhos de dólares para que, na África, não haja uma criança fora da escola, para que no Brasil não haja uma criança sem escola da maior qualidade.

Não vou dizer que é um apelo, porque seria muita pretensão, mas essa é a angústia que tenho. Querem salvar os bancos – que precisam ser salvos –, mas não se preocupam em salvar, criar os cérebros, que estão derretendo no mundo inteiro por falta de educação.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque.

A Presidência comunica às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que está convocada sessão conjunta do Congresso Nacional a realizar-se dia 14 de outubro do corrente, terça-feira, às 19h, no plenário do Senado Federal, destinada à apreciação de projetos de lei do Congresso Nacional, com pareceres da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Continuamos com a ordem de inscrição.

Concedo a palavra ao Senador Gilvam Borges, como orador inscrito, sem prejuízo da ordem das inscrições.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exm^o Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com satisfação que retomamos a tribuna nesta tarde, desta segunda-feira. E, com a satisfação de sempre, estamos acompanhando, *pari passu* todas as ações de interesse do Estado do Amapá e do Brasil.

Dinheiro na conta: Prefeitura Municipal de Santana. Ordem Bancária nº 2008OB907448 – Banco do Brasil. Dinheiro na conta: R\$200 mil. Objetivo: Sistema de Esgotamento Sanitário.

Com o dever de estar sempre atento e trabalhando para os recursos do Estado, sempre nos alegramos muito quando os recursos chegam ao nosso Estado.

Novamente, para a Prefeitura de Santana. Ordem Bancária: nº 2008OB907451 – Banco do Brasil. Conta: 23446-X. Dinheiro na conta, já liberado: R\$135 mil. É para a drenagem para o controle de malária.

Sr. Prefeito, Sr^{as} e Srs. Vereadores, nós estaremos enviando um comunicado para que V. Ex^{as} possam acompanhar, atentamente, tanto a execução como a urgência na realização e aplicação dos recursos.

Atenção, Sr. Prefeito de Itaubal – meu querido Município de Itaubal – o valor liberado é de R\$74.182,80. São recursos da conta: 6212-X – Banco do Brasil. Agência: 3575.

Sr. Prefeito, Sr^{as} e Srs. Vereadores, os recursos já estão na conta. É a construção da unidade de saúde. O Prefeito já pode abrir as licitações, imediatamente, para a execução dessas obras.

Prefeitura Municipal de Itaubal, novamente. Mais R\$79.244,20. Este é para a ampliação de unidade de saúde. Agência: 4435 – Banco do Brasil. Conta: 1054260. A Ordem Bancária é 936226. Dinheiro na conta. Necessariamente, temos de ter urgência na aplicação.

Mais recursos chegando: R\$31.896,25 – não importa a quantidade, o importante é que chegue e chegue sempre, constantemente –, para aquisição de equipamentos e material permanente para a área de saúde. Agência: 4109, Banco do Brasil, conta: 109940. Recursos na conta.

Na última sexta-feira, Sr. Presidente, estivemos aqui nesta Casa e fizemos um pronunciamento sobre a questão econômica, sobre a crise econômica. Fizemos um discurso abalizado e, graças a Deus, temos a convicção, a certeza de que, com as medidas que estão sendo tomadas pelo Banco Central e pelas autoridades do País, com o Presidente Lula à frente, o Brasil irá superar mais essa crise.

Agora, eu gostaria muito de fazer uma homenagem, pois sempre comemoramos muito cada pleito, cada eleição. Acredito que a democracia sempre deve ser revitalizada, sempre deve ser comemorada, porque nós, da América Latina, Sr. Presidente, precisamos estar sempre atentos, até pelo histórico de fragilidade das nossas instituições nos últimos cem anos em regimes autoritários, em regimes de exceção.

Em homenagem a todos aqueles que derramaram sangue, àqueles que sofreram a repressão e também aos que fizeram a repressão, queremos brindar às eleições municipais do Estado do Amapá. Como exemplo para o resto do País, nosso Estado foi o primeiro na apuração e houve tranquilidade no pleito.

Por este motivo, deixo registrado nos Anais do Senado Federal, desta augusta Casa, os nomes que ficarão para a história nesta eleição de 2008: Camilo Capiberibe, que disputou e está disputando uma cadeira na nossa grande capital, Macapá com Roberto Góes. Também disputaram a cadeira de Prefeito o Sr. Lucas Barreto, a Professora Dalva, Moisés Souza, a Fátima e o Frota.

Nosso elenco de candidatos a Vereadores são: Acácio Favacho, Professor Rilton Amanajás, Cristina Almeida, Clécio, Nelson Souza, Aldrin, Adrianna

Ramos, Grilo, Ruzivan, Marcelo Dias, Luizinho, Gian do Nae, Jaime Perez, Charly Jhone, Péricles, Carlos Murilo, Diego Duarte, Maria Góes, Saldete, Moisés Alcolumbre, Kika Guerra, Balieiro, Oliveira de Jesus, Professora Elzamira, Anab Monteiro, Belair Júnior, Washington, Valter Vieira, Ronilson Gato, Dr. Roldão, Aroldo Leite, Zé Augusto, Luciano Dias, Kátia Tork, Alceu, André, Enivaldo Dantas, Jair Coelho, Tom Sobral, Pitoca, Dr. Dilson, Professor Marcos, Dr. Cláudio Leão, Fernando Santos, Caetano Bentes, Aurinês, Flexa, Petrus Ramos, Dirley do PDT, Jozimar, Allan Ramalho, Nil Pisca, Caetano Thomaz, Professor Antero Sá, Marluce Trajano, Josiel Lima, Paulo Alfaia, Socorro Farias, Doutor Eduardo Costa, Ricardo Souza, Professor Madeira, Elielson Costa, Lindemberg o Ceará, Anízio Gallo, Mauro Souza, Jorlene, Valdenor Guedes, Açaituba, Prof. Serginho, Dorinaldo Malafaia, Rocha, Prof. Aroldo Rabelo, Marta Barroso, Zaqueu Pontes, Jackson Amaral, Eleison, Fúlvio Sussuarana, Socorro Nascimento, Professor Laércio, Giovana Dias, Ezequias Martins, Janete Selma, Professor Crispin, Jucelino Kubitscher, Felipe Monteiro, Jucá, Socorro Leite, Celso Moto Taxista, Luciano, Creusa Távora, Emerson, Walber Silva, Almeida Júnior, Carlos André, Juraci Trajano, Dr. Josimar de Souza, Antonio Cirilo, Débora Lyon, Racso David, Rubivar Nobre, Maria de Jesus, Prof. Ivan Gonçalves, Nelito, Edson Santos, Elivaldo Ferreira, o nosso Fonfon, Carioca, Sávio Brazão, Amaral, Oscar Santos, Toni Soares, Genivaldo Oliveira, Pedro Pantoja, Professora Hildima, Deusa Cabeleireira, Benjamin Marshal, Prof. Gete, Cláudio Pelaes, Samuel ou Samuca, Tob o Cidadão, Neguinho, Dr. Fernando, Genival, Lucas Duarte, Lourival Santana, Socorro Lacerda, Elias Valente, Graça Senna ou Neca, Professor Osvaldo Ferreira, Jocivaldo Sabelle, Roberto do Raio X, Eri Santos, Rosimar, Artur, Cláudio Nova Esperança, Rosinha, Graça, Marly Malcher, Neto, Elizete, Daqueo Ribeiro, Francivaldo, Jurandir, Sérgio Bringel, Messias, Esmeraldina, Márcio Costa, Naldo França, Nicéia Oliveira, Mecoto, Ercília Tavares, Professor Nelquesi, Agnaldo, Rutinha, Joeva Reis, Rivaldo Miranda, Pedro Carvalho, Queiroz Junior, Alberto Padilha, Ley, Professora Socorro Brito, Cowboy, Elson Tavares, Paulo Santana, Aldecy Andrade, Pr. Amorim, Jara Dias, Deo Ferreira, Dr. Miranda, Raimundo Souza, Araci Barros, Peixinho, Rabelo, Xavier, Welison Lima, Terezinha Fernandes, Maria Uchoa, Mery do Marabaixo, Jorge Pantoja, Wanusa Rocha, Geovanni Rocha, Evelyn Amanajás, Karolyne Izaias, Oliveira, Maria Pastana, Edmundo Falcão, Jacarandá, Lúcio, Leury Farias, Edir Amanajás, Irmão Mário, Roberto

Xavier, Liduína, Zecão de Chaves, Ana Augusta, Rubens Picanço, Café, Josiane e Rafael Cambraia.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, é uma longa lista, pois foram duzentos líderes, duzentos candidatos a vereador que disputaram as eleições em nossa querida capital Macapá. Eu não poderia deixar de vir a esta tribuna para brindar a tantas lideranças que, com muita disposição, como soldados da democracia, como agentes das idéias, gerenciam e subtraem da população os seus verdadeiros anseios, que caminharam pelas ruas, que fizeram reuniões, que levaram idéias, que estiveram nas rádios, nas televisões e nos jornais discutindo os graves problemas da cidade e, principalmente, brindar à disposição da família e dos amigos.

Como diz a canção de Fábio Júnior, é na derrota que se vê o campeão. E há vários tipos de vitória: há os que vencem ganhando, há os que ganham perdendo e há os que perdem ganhando.

Eu sempre digo aos que participam dos pleitos eleitorais, que são agentes da democracia, que me alegro muito e reverencio todos aqueles que têm a coragem, a altivez e a predisposição de disputar um pleito. Por este motivo, estou vindo à tribuna neste oráculo da democracia.

Sr. Presidente, já viajei por todos os continentes deste mundo e vi, em alguns países africanos, uma grande luta armada em que o poder é disputado à bala, a ignorância prevalecendo, a desestrutura das instituições. É o que se propaga nessas sociedades onde não há o livre arbítrio e a livre escolha da composição de suas autoridades.

Eu tive a oportunidade de caminhar em meu Estado, perdendo e ganhando, ganhando e perdendo, mas o que sempre me emociona é quando vejo um candidato altivo ir às ruas. Eu ainda não vi nenhum candidato que perca as eleições. E assim deve ser, porque o líder deve nascer já convicto, ele não pode desacreditar em nenhum minuto, mesmo diante de qualquer empecilho ou dificuldade que tenha pela frente.

Um dia desses, eu estava conversando com um amigo, que me contou uma pequena história: ele disse-me que, em frente a uma sepultura estava uma lápide e que, naquela lápide, estava escrito o nome daquele que ali jazia e a frase “aqui jaz, no sono profundo, eterno e calmo, fulano de tal”. Aí, um olhou para o outro e disse: “com certeza, porque nunca disputou uma eleição, ele jaz tranqüilo e em paz”.

Por isso, eu quero levar a todos os candidatos, a todos esses líderes valorosos da minha capital – e vou também estender a outros Municípios até concluir –, porque faço questão de registrar, neste ano de 2008,

todas as nossas lideranças que participaram dessas eleições municipais.

Que bonito, não é Senador Mão Santa? Bonito, quando se vê um candidato reunido, propagando idéias! Bonito, quando se vê um candidato exposto e sujeito a todo tipo de censura! Bonito, quando se vê um candidato que, mesmo diante da própria exposição pessoal e da sua condição de homem público, está sujeito às mais variadas críticas e incompreensões! Que bonito quando a coragem de um candidato supera todas as adversidades!

V. Ex^a, Mão Santa, é um exemplo disso como um homem vitorioso, um homem que venceu pelas idéias e pelo trabalho. Eu sempre o reverencio neste oráculo da democracia, porque aqui é o oráculo da democracia, aqui nós discutimos e aqui nós pensamos.

É uma simples eleição municipal? É. Mas, aqui, eu citei o que teve dois votos e os que ganharam a eleição, um a um. Que bonito nós podermos fazer isso!

E vou agora ler os candidatos de mais um Município, que é Porto Grande. Os nossos candidatos a Prefeito são: Bessa, Tonho do Matapi e Cícero. Parabéns ao Bessa, que já ganhou, e também meus parabéns ao Tonho do Matapi e ao Cícero, que foram grandes guerreiros e deram uma contribuição para que o processo eleitoral se desse.

E aos nossos líderes-mirins, o homem que está na base, a mulher que está na base, discutindo imediatamente os problemas: Sueli, Paulo Cortêz, Pato Quebrado, Professor Nelson, Narson, Luis, Josivan, Marilândia, Alderi Varela, Costa, Lemos, Amigo Domingos, Josimar, Samuel Santana, Boneco, Aroldo Cordeiro, Jota, Firo, Magrão, Cabral, Joab, Irmão Cláudio, Socorro do Gilson, Zain Rocha, Valbem, Érica Carla, Zelita, Ivanildo/Careca, Nego do Carimbó, Adriano Trajano, Clécia Carvalho, Dr. Antonio, Professor Glauber, Irmã Leuda, João Triste, Bolo, Francly, Beninha, Capitão Amorim, Sandra Biato, Perereca, Amarildo, Menegildo, Ricardo do Fracimar, Tonho do Salão, Socorro do Vila Nova, Cutiara, Darlleson, Soraia do Lima, Dona Barata, Sonia Sena, Chera, Clovis Santos, Do Carmo, Marcia Soares, Rosa Viana, Terezinha Veras, Izoleide, Izaias Carteiro, Lúcia do Matapi, Abacate, Jucelino Puffi, Iderley, Professor Marcão, Rosa do Cupixi, José Manfredo, Sosinho, Zequinha, Deusiane, Socorro Baia, Bacabinha, Helton Soares, Izabel da Natura, JR, Nilda, Adriano, Jorge Moy, Vital, Clemilda, Marcos ou Marcão, Paulo Maia, Riba, Maria Palheta, Mara, Daniel, Geraldão.

Quero parabenizar todos esses líderes que participaram desse pleito lá no Município de Porto Grande. Quero dizer que citamos cada um com a alegria e a reverência da participação que possibilitam a consagração da democracia. Sem candidatos, não há votos;

sem votos, não há democracia. Se não há democracia, os regimes de exceção se instalam, e as divisões e a angústia tomam conta da sociedade.

Portanto, a cada homenagem que faço aos nossos líderes que participaram dessas eleições municipais em todos os Municípios do Amapá, eu quero estendê-la ao resto do Brasil. Nesta semana ainda, vou concluir, Município por Município, para que fique registrado nos Anais desta Casa que, no ano de 2008, todos esses líderes estiveram presentes, consolidando o processo democrático no nosso País.

Brindo à democracia com a alegria de quem tem, na memória e na história, o passado em que muitos sofrimentos foram impostos pelos regimes autoritários e regimes de exceção.

Que Deus abençoe o Amapá e o Brasil.
Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Gilvam Borges, o Sr. Papaléo Paes, suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Papaléo Paes, por permuta com o Senador Tião Viana.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero, antes de iniciar meu pronunciamento, sobre o Amapá também, parabenizar o Senador Gilvam Borges.

V. Ex^a trouxe à tona a importância dos participantes das eleições municipais no nosso Estado. Realmente, temos que reconhecer que todas essas pessoas que colocam os seus nomes à disposição do povo são pessoas que vão passar por sacrifícios, e muito grandes.

Estive, como V. Ex^a, acompanhando alguns dos processos – eu e V. Ex^a –, praticamente todos os processos municipais, e sentimos a angústia de cada um, a necessidade de cada um em tentar viabilizar meios para expor, para declarar o seu nome a toda população. Então, essas pessoas, realmente, merecem o nosso respeito, a nossa consideração. São elas que fazem os partidos políticos, que são a base representativa da sociedade na política partidária. Então, quero me solidarizar com V. Ex^a, reconhecendo em V. Ex^a uma ação não só simpática, mas extremamente importante, de incentivar, por meio do reconhecimento, a presença dessas pessoas em suas candidaturas. Dessa forma, parabenizo o Senador Gilvam.

Em relação a parabenizações, já fiz pessoalmente, mas quero agora fazer aqui da tribuna.

Senador Mão Santa, grande Senador da República, uma das grandes alegrias e honra que tive e tenho aqui, nesta Casa, ou, melhor dizendo, um dos valores que compensou vir para cá, falando-se em convívio, foi V. Ex^a. Realmente tenho por V. Ex^a, Senador Mão Santa, um reconhecimento pelas suas qualidades e qualificações de inteligência, de conhecimento, de pesquisa, enfim, de participação nas atividades desta Casa. Eu o considero um amigo. Gosto profundamente de V. Ex^a; sinto aquela empatia natural, que não é conquistada à custa de nada a não ser do bom relacionamento. Admiro-o muito por seu conhecimento da história nacional, da história política, por sua cultura geral muito bem embasada, por sua participação nesta Casa, pela defesa que V. Ex^a faz desta Casa, enfim, por sua participação política em seu Estado. Como há pouco mencionou o Senador Gilvam, V. Ex^a não abre mão da sua participação política. Parabéns a V. Ex^a e a sua esposa, dona Adalgisa, por se sacrificarem durante algum tempo para falar a favor do povo. Quero aqui demonstrar o meu reconhecimento pessoal, o meu sentimento de amizade, carinho e admiração por V. Ex^a e sua família. Estamos aqui reconhecendo – acredito que na vontade de todos – que V. Ex^a é um grande companheiro, um grande Senador, um grande homem público, um grande brasileiro que está aqui honrando o Senado Federal. A minha mãe sempre disse: “Meu filho, nunca diga que sente orgulho”. Mas vou contrariar um pouco a minha mãe e dizer que sinto um orgulho muito grande por ter V. Ex^a como meu amigo. Agradeço a V. Ex^a e parabenizo-o, desejando-lhe muitos anos de vida, muita saúde, muita paz, muita determinação e muita vontade de continuar servindo ao povo brasileiro e, principalmente, ao seu Piauí, como diz V. Ex^a. Quero parabenizá-lo e dizer que sou um privilegiado por tê-lo como amigo. Parabéns, Senador Mão Santa!

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a China, já na década de 1980, possuía 15 Zonas de Processamento para a Exportação. Hoje, dispõe de 167, que movimentam US\$ 1,5 trilhão e respondem por 60% do PIB chinês.

Os Estados Unidos da América têm 157 ZPEs e 253 subzonas, constituídas por empresas isoladas que se beneficiam dos incentivos das ZPEs.

O Brasil, Senador Mão Santa, ainda hoje, tem apenas a Zona Franca de Manaus. Foram mais de 20 anos perdidos, sendo que a Lei nº 11.508, de 2007, levou 11 anos para ser aprovada no Parlamento brasileiro. Mesmo que as intenções dos que tanto discutiram essa lei tenham sido as melhores, acabamos por provocar nosso próprio atraso no concorridíssimo

mercado mundial de produção e exportação industrial.

Sr. Presidente, assim me expressei desta tribuna em pronunciamento de maio deste ano, no qual eu defendia a aprovação da Medida Provisória nº 418, o que aconteceu pouco depois, convertida que foi na Lei nº 11.672, de 2008.

Minha manifestação se baseia na firme convicção de que uma das tarefas mais importantes do projeto de desenvolvimento do Brasil no século XXI é aproximar a Região Norte do País dos níveis de progresso socioeconômico do restante da Nação.

Em consequência do histórico abandono da região nos programas de desenvolvimento, de sua vastidão territorial, de sua baixa demografia e da presença da extensa floresta tropical amazônica, a tarefa de fazer avançar o progresso regional não é das mais simples. E as ZPEs podem ser instrumentos poderosos para tal desiderato.

Na regulamentação atual sobre as Zonas de Exportação está fixada que as empresas nelas instaladas podem comercializar, no máximo, 20% de sua produção no mercado interno brasileiro, e essa mercadoria não desfruta de isenção tributária. Os demais 80%, obrigatoriamente exportados, usufruem das isenções tributárias para exportação.

A lei também estabelece que as demarcações das Zonas de Processamento de Exportação devam ser feitas preferencialmente em locais em que as facilidades para exportação existam. O objetivo óbvio é baratear custos para as empresas e tornar nossos produtos mais competitivos. E a região Norte, em particular o Amapá, desfruta de trunfos valiosos nesse campo, já que está próxima dos centros consumidores principais, Estados Unidos e Europa, e possui facilidade de transporte fluvial e marítimo.

Outro parâmetro estratégico fundamental é escolher regiões onde o benefício para as populações locais seja imediato, alavancando o desenvolvimento socioeconômico. Esse é o caso da Região Norte do Brasil e de boa parte do Nordeste.

Sr. Presidente, atento às necessidades de crescimento de meu Estado, propus à apreciação desta Casa o Projeto de Lei do Senado nº 326, de 2008, cujo objetivo é a criação da ZPE (Zona de Processamento de Exportação) de Serra do Navio, Município situado no coração do Amapá.

Reconheço aqui a participação de todos os Parlamentares da Bancada Federal em relação à questão de Serra do Navio, visto que aquela região do Estado foi muito próspera quando administrada pela empresa Icomi – Indústria e Comércio de Minérios. Realmente, os padrões de qualidade de vida naquele Município

eram elevadíssimos. Vivíamos como se estivéssemos em outro país. Com a saída da Icomi, nós ficamos em uma situação muito difícil. Daí, vários Parlamentares – eu não quero aqui citar nomes –, entre eles o Senador Gilvam, estarem preocupados com essa questão de Serra do Navio e apresentarem suas propostas. Eu sou mais um a colaborar com a tentativa de melhorar essa situação de Serra do Navio.

E por não querer ser injusto, cito aqui o Deputado Estadual e meu colega cardiologista Manoel Brasil de Paula Filho, que teve a felicidade de passar sua infância e sua juventude em Serra do Navio, desfrutando daquela boa qualidade de vida. E hoje, vendo sua terra natal passar por situação difícil, ele, que sempre foi um grande lutador, me fez a sugestão para que pudéssemos apresentar esse projeto aqui no Senado Federal. Então, faço aqui justiça ao Deputado Estadual Manoel Brasil de Paula Filho, Deputado Manoel Brasil, médico, que se preocupa muito com a questão de Serra do Navio. Ainda no dia da eleição, ele conversava particularmente comigo sobre o compromisso que todos nós, políticos, representantes do povo, com liderança política, devemos ter com a questão ecológica do Estado do Amapá, e incluo essa questão de Serra do Navio como uma de suas grandes preocupações. Faço também referência à Prefeita Francimar, que é também uma defensora dessa idéia que estamos aqui propondo.

Por que, meus nobres Pares, elegi Serra do Navio para propor-lhes a criação de uma ZPE? Porque o Município já possui uma vocação industrial, fruto de uma origem como cidade sede da empresa Icomi – Indústria e Comércio de Minérios.

A atividade da Icomi já se encerrou no local, mas a cidade fundada tornou-se a sede do Município criado, equipada com infra-estrutura semelhante à das cidades do Sul e Sudeste do País.

A atuação da empresa de mineração gerou robusta infra-estrutura de transporte de mercadorias de Serra do Navio para a costa e para os portos da região, facilitando as atividades exportadoras de minério.

Ora, Sr. Presidente, nada mais lógico para a criação de uma ZPE do que aproveitar a base já existente no Município de Serra do Navio, economizando custos de implantação de infra-estrutura local e de transporte.

Por isso, meus nobres Pares, a proposição do PLS nº 326, de minha autoria, autorizando a criação da Zona de Processamento de Exportação de Serra do Navio. Além dos evidentes benefícios diretos para os habitantes do Município e do Estado, haverá o duplo efeito catalisador e difusor que a chegada de indústrias

sempre traz para os locais em que se instalam e para as circunvizinhanças.

Esse processo de captação e difusão é fundamental para impulsionar uma região extensa e pouco desenvolvida como é a Amazônia Brasileira.

Cabe-nos, como gestores dos interesses nacionais e do processo de desenvolvimento do Brasil dos anos 2000, a responsabilidade de abrir todas as portas possíveis para o progresso de nosso País. E as ZPEs, como, aliás, as Zonas Francas, já demonstraram ser instrumentos altamente eficazes de geração de progresso.

Reitero, Sr. Presidente, o que mencionei sobre os dois gigantes econômicos do mundo atual, os Estados Unidos e a China, que utilizam em larga escala o mecanismo das ZPEs como meio de desenvolver importantes regiões de seus respectivos territórios e concorrer no mercado internacional em condições favoráveis para seus produtos.

No momento em que o Brasil se firma como uma das potências econômicas do século XXI, é necessário equilibrar os estágios de desenvolvimento interno no País, para que os benefícios da acumulação de riquezas se distribuam de modo justo e equitativo para toda a população brasileira.

Confio que esta Casa, Sr. Presidente, acolherá favoravelmente o PLS nº 326, de 2008, em que proponho a criação da ZPE de Serra do Navio, pelo que ele contém de positivo para a economia do Amapá, da Região Norte e do Brasil.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Mão Santa, por sinal, o aniversariante do dia de hoje.

Quero parabenizar o Senador Mão Santa e dizer a ele que, certamente, o Piauí está em festa. E não apenas o Piauí, mas os seus admiradores no Brasil inteiro estão festejando e comemorando esta data de aniversário do Senador Mão Santa.

Eu, como seu amigo, tenho a alegria de abraçá-lo no dia de hoje.

Com a palavra, o Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Presidente Garibaldi, Parlamentares presentes, brasileiras e brasileiros aqui presentes e os que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, evidentemente, o primeiro pronunciamento desta tarde foi o do Prof. Cristovam Buarque, no qual ele relembra que, anos atrás, eu previra esta situação da economia mundial.

Presidente Garibaldi, eu entendo... E adentrou aqui o nosso Paim, a quem dou minha solidariedade, pois tem

um pesquisador que vem ao Brasil; e eu li, decepcionado, que ele atingia a raça negra, dizendo que o QI do Brasil é diminuído por isso. Eu o contesto, e o faço como professor de Biologia, de Fisiologia, de Genética. Nós somos a grandeza de raça por essa miscigenação. Essa mistura dos brancos de Portugal, dos bravos, heróicos, estóicos que vieram da África e aqui escreveram as mais belas páginas em todos os setores da formação da República. Basta citar os lanceiros negros lá do Rio Grande do Sul. E os nossos índios, porque sou descendente dos Tremembés. Eram índios do delta, loiros...

Mas é isso que faz a beleza de nossa raça do Brasil.

Agora, o Professor Cristovam, muito atento, Garibaldi, que já havia visto pronunciamento meu, há anos, perplexo com o que havia de acontecer. Eu tenho as minhas crenças e acho que esta Casa, o caminho dela, ao menos os passos que me trouxeram aqui, Garibaldi, foram os do estudo e do trabalho. Foi trabalhando e estudando; estudando e trabalhando que eu dei os passos para representar o Piauí e o Brasil, a fim de podermos ser como os pais da pátria. Por aqui já passaram os homens mais importantes, e a grandeza deste País tem muito a ver com estes 183 anos.

Justamente, Papaléo Paes, quando vivemos numa democracia... O Garibaldi me abraçou ali e disse que tinha perdido as eleições. Isso é grandeza, Garibaldi.

Está ali o Rui Barbosa. Só ele está ali. Em 183 anos, quantos passaram por aqui, e só ele está ali. Abaixo de Cristo, só o Rui Barbosa. Olhe, ele só foi governo vitorioso quando se instalou... Ele era do Império e se instalou... Ele foi fundamental para a libertação dos negros, escreveu a lei que foi sancionada pela Princesa Isabel e, em seguida, ele deu o passo para a criação da República. Senador Papaléo, ele só foi governo nos dois anos de Deodoro e nos quatro de Floriano Peixoto. Então os militares quiseram fazer da República um regime militar. Foi aí que ele disse que não participaria, que não trocava as trouxas das convicções dele por um ministério, porque fora oferecido a ele o Ministério da Fazenda.

Mas Rui Barbosa, desde esse momento, teve o espírito de oposição que aperfeiçoa a democracia. Uma democracia sem a presença corajosa, forte e brava da oposição será uma farsa.

Então, queremos advertir este Governo por entendimento mesmo, por entender as coisas. E acho, e estou aqui para aconselhar o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que ele tenha a coragem, Senador Papaléo Paes, que o estadista Fernando Henrique Cardoso teve.

Eu não sou do PSDB, nunca votei em Fernando Henrique Cardoso. Votei no Quércio, que era do meu

Partido e, depois, no Ciro, porque somos de cidades vizinhas. Mas eu o reconheço, o País o reconhece, o mundo reconhece Fernando Henrique Cardoso, o grande estadista deste País. E ele teve muita coragem, além de sabedoria. O Garibaldi está ali e é testemunha, nessa luta, de que a economia deste País era uma zorra. Isso era uma zorra. Isso era uma zorra. Graças ao Fernando Henrique Cardoso e por um dos homens públicos por quem tenho a maior admiração, nunca mais o vi, que se chama Pedro Malan. Ora, Paim, isso era uma zorra. A gente tem que respeitar o estadista Fernando Henrique Cardoso, a coragem dele.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pois não.

Mas eu quero que V. Ex^a, que participava da zorra, porque, Papaléo, V. Ex^a foi prefeito também... Para você ver, Paim, numa época dessas, estava funcionando um tal de ARO – Antecipação de Receita Orçamentária. Os prefeitos que estavam saindo iam ao banco e tiravam um bocadão de dinheiro, um bocadão de dinheiro, incomensurável no dinheiro e na irresponsabilidade, porque era permitido. Eles hipotecavam os fundos de participação. Então, essa dívida era incomensurável. Essa dívida era velha, desde o Dom João VI, quando fugiu.

Com a palavra o nosso querido, bravo e vitorioso, Presidente Garibaldi Alves.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Senador Mão Santa, eu passei a Presidência ao Senador Paulo Paim e vim pedir um aparte a V. Ex^a. Há poucos instantes, da tribuna V. Ex^a disse que eu o havia abraçado e, ao mesmo tempo, tinha dito que eu tinha sido derrotado. Mas agora já está me chamando de vitorioso.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – O Rui Barbosa sofreu derrotas, e é o mais vitorioso de todos os Senadores, apesar de V. Ex^a estar disputando com ele.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Mas eu quero fazer um esclarecimento. Realmente, o conjunto de forças políticas representadas pelo PMDB – o nosso PMDB –, o PSB, o PT, o PDT, foi derrotado em Natal. Mas o PMDB obteve significativas vitórias no interior do Estado do Rio Grande do Norte, que é o meu Estado. Desse modo, nós, do PMDB, conseguimos eleger 37 prefeitos; o Partido da Governadora do Estado, o PSB, fez 44 prefeitos e os outros Partidos fizeram muito menos prefeitos, o que nos colocou numa situação vantajosa com relação ao interior do Estado. Portanto, nós não nos sentimos assim tão deprimidos, porque, fazendo esse balanço sobre a situação do Estado todo, nós chegamos à conclusão de que, além desses 37 Municípios, tivemos, no meio deles,

Municípios significativos e vitórias que conseguimos ao lado de outros Partidos. Tenho certeza de que V. Ex^a, se fosse fazer um balanço dessa natureza, também chegaria a essa conclusão. Quanto a essa zorra de que V. Ex^a está falando...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Da economia.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) –... eu estava rindo aqui, porque a zorra não é só essa da qual V. Ex^a estava falando, no Brasil todo. Nós estamos numa zorra no mundo inteiro. Nós estamos numa situação, no mundo inteiro – V. Ex^a sabe muito bem disso –, que nos coloca numa insegurança muito grande. As bolsas estão num sobe e desce muito grande, e estão principalmente caindo. Com relação ao Brasil, o dólar disparou. O Governo está tomando as providências. Eu espero que o Governo tome as providências adequadas. O Presidente se diz muito preocupado em que isso não se constitua um pacote. Convenhamos que nós não temos nenhuma saudade daqueles pacotes econômicos dos Governos autoritários, mas que tenhamos providências que digam respeito principalmente ao fortalecimento do sistema financeiro, ao fortalecimento dos bancos, mas que não se dê dinheiro aos bancos; que se procure realmente fazer com que tenhamos uma compra de ações, que participemos dos bancos comprando ações, mas não permitindo que o nosso sistema financeiro vá para a derrocada, para a bancarrota. Portanto, felicito V. Ex^a, que está abordando a situação financeira do País a partir até dos idos da década do Governo de Fernando Henrique Cardoso. Mas se V. Ex^a está com tanta saudade de Pedro Malan, eu digo a V. Ex^a que estou quase todos os domingos – neste domingo mesmo – lendo um artigo assinado pelo Dr. Pedro Malan. Pode olhar agora a segunda página do *Estadão*, de domingo, que lá está o Dr. Pedro Malan. Eu tenho até o conforto de dizer-lhe que, ao lado de Pedro Malan, está um conterrâneo meu – já que V. Ex^a valoriza tanto os seus conterrâneos do Piauí –; ao lado de Pedro Malan, o jornalista Gaudêncio Torquato, que é lá de Luiz Gomes, no Rio Grande do Norte, que foi vencer em São Paulo, e hoje é um jornalista conceituado. Agradeço a V. Ex^a, Senador Mão Santa.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Mão Santa, permita-me?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Logo darei o aparte a V. Ex^a.

Quero-lhe dizer que Gonçalves Dias, quando fez a *Canção do Tamoio*, disse: “*A vida é combate, que os fracos abate, que os fortes, os bravos só pode exaltar.*” V. Ex^a é esse forte e bravo que o combate só pode exaltar. Acho que caiu bem em V. Ex^a, que é

um forte, um bravo. Mas a política é isso mesmo. Aliás, Winston Churchill, disse que a política é como a guerra, com a diferença de que na guerra a gente só morre uma vez.

O fim é o seguinte: quero falar sobre a economia no mundo em que vivemos. Vimos um dos melhores líderes do Nordeste, do nosso Partido, Divaldo Suruagy se afogar injustamente. Então era aquela zorra, ninguém sabia o quanto devia. E falo do Pedro Malan, porque ele enfrentou o problema com muita coragem, com muita firmeza, com muito estudo. Hoje, nós devemos, mas sabemos o que é a Lei de Responsabilidade Fiscal. Nós sofremos e chegamos aqui com as cicatrizes da luta para pagar essa dívida negociada com muita firmeza.

Eu adverti e estamos aqui por isso. O Presidente Luiz Inácio precisa ter mais humildade. Ele é vitorioso, ninguém vai dizer o contrário. Ele é o que tem mais voto? É. Houve uma distribuição de renda? Houve. Ele é generoso? É generoso.

Mas Franklin Delano Roosevelt disse: “*Cada pessoa que vejo é superior a mim em determinado particular e nesse particular eu procuro aprender.*” Luiz Inácio não foi Prefeitinho como nós fomos, nem foi Governador de Estado.

Nós advertíamos, Paim, que essa dívida é velha. Ela começou quando D. João VI, temendo que Napoleão invadisse Portugal, veio para o Brasil. Isso foi financiado pela Inglaterra e cobrado por ela. Depois, a Inglaterra ainda nos deu dinheiro financiando a vergonhosa Guerra do Paraguai contra a indústria têxtil dos irmãos paraguaios. Essa dívida é antiga e vamos contar...

Tem a palavra o Senador Papaléo Paes, que nos honra com seu aparte.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Senador Mão Santa, quero reconhecer mais uma vez a sua qualidade de orador exatamente pelo conteúdo de seus pronunciamentos e pela forma clara com que V. Ex^a dá a sua mensagem. Realmente V. Ex^a, há alguns meses – quem sabe até quase um ano –, chamava a atenção dessa tribuna, como disse há pouco o Senador Cristovam Buarque, sobre o prognóstico da economia – não falava da mundial, mas da brasileira – diante dos gastos incontidos ou excessivos que o Governo brasileiro estava fazendo, mesmo considerando que a economia realmente teve uma melhora, uma injeção de recursos muito grandes. V. Ex^a realmente acertou.

O que quero deixar bem claro aqui é que realmente as figuras expressivas do Governo, até o Presidente da República, logo que imprensa começou a noticiar a crise norte-americana, a quebradeira norte-americana – que V. Ex^a chamou aqui de zorra, e o Senador Garibaldi

já caracterizou não só como zorra dentro do Brasil, mas zorra total –, fizeram algumas declarações, e V. Ex^a, assim como eu, ao ouvir as informações e mensagens do Governo, de certa forma, preferimos ficar indignados a abobalhados – indignados porque sabemos que esses homens têm conhecimento da realidade. Ninguém, em sã consciência, mesmo aqueles que não conhecem nada, absolutamente nada sobre economia, jamais poderiam ficar tranquilos, como tentavam demonstrar as autoridades do Governo, dizendo que esta crise, que é mundial – hoje a globalização é total e não seria a globalização da crise econômica uma exceção –, não nos atingiria. Então, lógico que fiquei indignado quando diziam: “Não, temos 200 bilhões de reservas”. Ora essa, o que sustenta essas reservas? Então, hoje estamos vendo que os investidores internacionais, primeiro, não estão trazendo nada para cá; segundo, estão retirando atabalhoadamente seus investimentos do País. Portanto, vejo que temos que tratar isso não como tratávamos na época da ditadura, quando tínhamos que esconder realmente essas situações. Temos que jogar... Acredito que a estratégia do Governo de esconder foi por causa das eleições. Tentaram amenizar, dizer que estava tudo bem, que não ia acontecer nada, e hoje sabemos que era por causa do processo eleitoral, para não prejudicar os candidatos do partido do Presidente da República. Mas o Presidente da República não tem nada a ver com isso, não tem culpa desta crise. E exatamente por não ter culpa da crise, ele deveria dizer que o País passaria por dificuldades e não deixar todos nós, vamos dizer, indignados ao vermos a crise já neste País. O Governo tem de olhar com grande responsabilidade para esta crise, e a Oposição deve estar sempre atenta – sempre atenta – a fim de denunciar essas falhas graves do Governo, que só fazem prejudicar a credibilidade que nós temos nos homens que nós representam neste País.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Nós incorporamos as considerações sábias do Senador Papaléo Paes.

Queríamos dizer, daí buscarmos o exemplo de Fernando Henrique Cardoso, que a história deste País é rica de grandes nomes. Ninguém pode negar a capacidade administrativa de Pedro II. Ele foi um grande estadista. A ele devemos a unidade do Brasil. Ninguém pode negar a capacidade administrativa e de visão de futuro, mesmo enfrentando situação difícil – “O homem é o homem e suas circunstâncias”, Ortega Y Gasset –, de Getúlio Dornelles Vargas. Para entrar, ele fez uma guerra para acabar com a corrupção eleitoral da Velha República; os paulistas quiseram tirá-lo em 1932, depois veio a Segunda Guerra em 1945, quando os governos totalitários – Hitler, na Alemanha; Mussolini,

na Itália, apoiados pelo Japão – quiseram acabar com a democracia. Então, ele enfrentou três guerras, mas ninguém pode negar a estrutura, o organograma administrativo e social deixado por Getúlio Vargas.

Mas o que nós queremos dizer é que essa dívida é velha, sempre existiu. Nós nos acostumamos, ô Papaléo, a dever à Europa, a dever, principalmente, à Inglaterra, que trouxe João VI, que financiou... Não era a Portugal que nós devíamos, não; nós devíamos à Inglaterra. Com a Segunda Guerra Mundial, tombou a maioria dos países da Europa e surgiu o capital norte-americano. Então, nós apenas mudamos. Essa dívida é velha, e muito velha.

Foi muita coragem de Fernando Henrique Cardoso – e eu governava o Estado do Piauí – reconhecer que tínhamos dificuldade energética: íamos ter o “apagão”. Ele teve a coragem de enfrentar o problema. Foi chato? Foi. Foi antipático? Foi. Era José Jorge o Ministro de Minas e Energia. E ele colocou Pedro Parente, que é filho de um piauiense (outro gênio), para criar uma Câmara de Gestão. Então, a eles eram subalternos todos os Ministros. E, como na Medicina, há os remédios amargos. Eu já fiz muita cirurgia – e o cão atenta – e, às vezes, pára o coração, aí você tenta uma massagem cardíaca, tenta adrenalina no miocárdio, tenta dar um choque elétrico e tal. Tem que mudar. Em cirurgia, João Pedro, chamamos técnica cirúrgica. É quando está tudo bonitinho, Papaléo: o nervo é branco, a veia é azul, a artéria é vermelha. Mas aí enrola, aparecem as infecções, as peritonites. Aí temos outra cadeira que a gente chama táticas cirúrgicas. São esses imprevistos.

A mesma coisa é na administração. Aí eles tiveram a coragem – ô João Pedro, foi chato – de criar o que eles chamaram de Câmara de Gestão. Era um superministério. Olha, nos chamaram lá no Piauí, que, vamos dizer, pouco gastava energia, pelo seu potencial industrial, e fomos obrigados a racionar, fomos obrigados a fechar as energias da avenida, das praias, mas enfrentou.

Então entendo que esse foi um aprendizado e que agora o Governo deva – eu entendo, e o senador é para entender as coisas – chamar e dizer: rapaz, teve isso aí, a zorra, como Garibaldi no seu linguajar, mas diz que é nacional, o Papaléo diz que ninguém está culpando o Presidente da República. Agora, desconhecer, fugir, ludibriar, iludir, aí não está certo, Paim. A gente tem que enfrentar.

Ô Paim, a coisa mais chata – e eu operei muito... E dá certo eu trazer esta minha vida, porque a minha vida é assim de um médico cirurgião como Juscelino. Às vezes dá certo, apesar de ele ter saído humilhado daqui, cassado, um mártir da Democracia.

Então, eu queria dizer ao nosso Presidente da República que está na hora... Olha Paim, o maior drama do mundo era quando eu era cirurgião... Naquele tempo não existia essa parafernália de exames. O cirurgião era um clínico que operava. Um dos recursos era a laparotomia exploradora. O meu professor de Cirurgia, Mariano de Andrade, dizia: "Em barriga, eu abro. Depois, digo o que é." Abrindo, eu sabia e sabia resolver. Mas o triste, Papaléo, era quando a gente abria e encontrava um câncer desses inoperáveis. Mas tínhamos que enfrentar. E era triste, Papaléo. Eu olhava, visitava o doente, a família, via qual dos familiares era o mais equilibrado e... Tem de enfrentar: dizer o prognóstico, a dificuldade.

Acho que o Governo tem de enfrentar. Primeiro – e o Garibaldi saiu, mas eu queria dizer – ele tem que dar uma marcha à ré nessa Medida Provisória do Fundo Soberano.

Ó, João Pedro, eu sei hoje economia. Já li o Adam Smith todo, como li o Testut Jacob e Testut Latarget, para aprender Anatomia, e poucas pessoas hoje entendem isso. Vou lhe dizer por quê. Paim, eu lhe respeito muito como parlamentar, mas as coisas ocorrem... Você viu que eu me ausentei da CAS, na saúde. Entrei na CAE. Como fomos firmes, principalmente contra empréstimos da Marta, em relação aos quais o Governo queria ter dois pesos e duas medidas, porque o empréstimo só pode duas vezes mais do que a receita anual. Assim me foi exigido pelo Malan, assim foi exigido ao Divaldo Suruagy, que nunca conseguiu o Prodetur. E nós freamos. Então, eu passei a ser inconveniente e me tiraram. O meu amigo Suassuna deu um jogo da CAE no segundo ano. E o Pedro Simon... Aí houve uma reação, e nós voltamos. Então, eu passei a quatro anos. E o Aloizio Mercadante, mais sabido do que todos, já me convidou foi por antecipação. Então, eu estou lá, Paim, há seis anos – seis anos é uma faculdade de medicina –, convivendo com os problemas econômicos.

Daí o Cristovam reconhecer que há um ano, há dois anos, o Mão Santa estava advertindo sobre isso. Nada, não. Coincidiu. Correram as coisas. O Paim, que tem tantos anos, não tem seis de CAE. Eu tenho. O Papaléo não tem, tem? Quer dizer, isso é raro. Coincidiu.

Então, eu sei hoje todos esses dados da economia. Fui o primeiro Senador a alertar o País para o fato de que havia 76 impostos. Fui. Mas não é... Coincidiu. O Paim lá não está nos Direitos Humanos dele se dedicando? Ninguém mais do que ele fez pelo salário do trabalho mínimo, pelo idoso. Pois eu pressenti e fiz um trabalho aqui de que este País tinha 76 impostos. Quem disse primeiro que o brasileiro trabalhava cinco meses para pagar imposto e um mês para o banco, fui eu. A

televisão, a Rádio Globo, depois, botou em dias. Mas coloquem as datas. Fomos nós, como Senador: "Olha, está havendo imposto demais." Advertindo.

Então, o povo está exaurido, João Pedro. Eu já governei Estado. Não adianta botar mais, porque o povo não paga porque não pode. Não tem mais. Um ano que ele trabalha, seis é de imposto. Cinco para o Governo e um para o banco. Então, está exaurido. Tem que se diminuir. Eu sempre adverti isso. E citava Ted Gaebler e David Osborne, no livro *Reinventando o Governo*, produto de uma inspiração de Bill Clinton. Não pode ser grande demais, porque afunda; tem de ser pequeno. E a máquina ficou grande demais. Aqui protestamos quando de dezesseis Ministros passou para quarenta; aqui protestamos quando, de repente, tinha cinqüenta mil nomeações diretas do Presidente da República pela porta larga, sem concurso, com o DAS 6 de R\$ 10.548. Ó, Papaléo, veja como isso é dinheiro na nossa classe médica: R\$ 10.548! Então, isso tudo.

Aqui protestamos – porque fomos Governador de Estado –, quando eu via estimularem empréstimos. Aqui eu dizia o que Abraham Lincoln disse: *Não baseie a sua prosperidade com dinheiro emprestado*. E aqui se estimulou, fez-se propaganda, se alardeou, iludiram os velinhos aposentados. E hoje se tira 40%. Eles estão pagando, porque é tirado na folha, Papaléo, mas muitos estão se suicidando, porque não dá mais o equilíbrio, além do fator previdenciário.

Então, Paim... Ó, Garibaldi, onde esteja, não receba esse fundo soberano. Não é oportuno. Eu sou médico-cirurgião, ó Papaléo. O médico-cirurgião aprende quando, como, e onde operar. Quando? Esse não é mais momento. Não é momento de se falar em fundo soberano. É uma palhaçada!

Vamos discutir na Câmara Federal o fator previdenciário. Aí, ufanaram-se: pagamos o FMI. Eu digo: eu não pagaria. Há dois tipos de dívida. E eu falo, porque o povo me entende.

Papaléo, você pode não dever nenhum banco, nenhum boteco, nenhum bar, não comprou fiado, mas o Papaléo pode estar com a casa com goteira, sem água, com o sistema de fossa sem funcionar, as janelas quebradas, com os filhos sem alimento, sem a alimentação suficiente em termos calóricos.

Então, isso em termos de receita no mundo é a mesma coisa. É a dívida interna. Ele não deve a bancos, ele não deve a crediário de loja, mas deve o conforto à família dele: a casa sem goteira, o banheiro com água, a luz e não sei o quê.

Iludiram. Disseram: "Não devemos o FMI". Eu digo que deveria e pagaria os velhos. Eu não disse isso? Aqui! Pode ver. É a dívida interna que é colos-

sal. É a dívida interna que o Paim cobra para os velhos aposentados que é prioritária. É a dívida interna da educação. A educação do Brasil está uma lástima, uma porcaria! É a dívida com o Nordeste. O Nordeste foi transfigurado. Papaléo, quando leio aqui o livro de Affonso Heliodoro e ele fala em Diamantina...

Ele diz que em Diamantina acabou o ouro, acabou o diamante, mas ficou a maior riqueza, que era a gente de Diamantina. E disse que lá ninguém ficava à toa, todo mundo trabalhava ou estudava.

Buscava-se para a juventude um ofício. Estão aí os grandes mineiros.

Está aqui: em Diamantina, quem não se dedicava aos estudos trabalhava. Aos meninos mais pobres era usual o aprendizado de algum ofício. Lá ninguém vivia à toa.

Estamos vivendo à toa no Nordeste e no Norte, com uma bolsa, sem sentido, sem uma orientação do estudo e do trabalho.

Então, antevejo perspectivas negras!

Agora, estamos aqui, Papaléo, e somos responsáveis por esta democracia. Em 1972, eu estava no pau. Então, essa democracia permite a alternância no poder.

Olha, o meu Nordeste e o Norte estão pior do que a Venezuela. Estão à toa! Não se acredita naquilo que é a minha crença: o estudo e o trabalho. O estudo é que leva à sabedoria. No Livro de Deus está escrito que ela vale mais do que ouro e prata! O trabalho, o próprio Rui Barbosa disse... O próprio Deus disse: “comerás o pão com o suor do teu rosto”. O próprio Apóstolo Paulo: “quem não trabalha não merece ganhar para comer”. O próprio Rui Barbosa, Senador João Pedro, disse: “a primazia é do trabalho e do trabalhador”. Ele veio antes da riqueza... Então, à toa, sem compromisso.

Preocupa-me, Papaléo, porque me preocupa! Deus nos preparou. Tiraram o Juscelino, aí, mais ou menos da nossa arrastado, cassado, aqui, porque ele representava Goiás. Ele tinha 61 anos. Era mais novo do que eu. Mas nos preocupa muito! Papaléo, no Nordeste, está-se fazendo nascer criança por quatro salários mínimos que o Governo está dando. É todo o nosso estudo, com planejamento familiar, numa paternidade responsável. As crianças nascem e as mães felizes, está certo, porque aquilo premia o marido com algum carinho. Mas eu pergunto: e daqui a dez anos, essas crianças, Papaléo? E o exemplo. Um povo à toa, sem crer em Deus, que ensinou o trabalho e o estudo. Então, é isso. Mas nós somos maiores do que os que estão aí. E nós estamos... É duro. Eu sei que é duro. Olha, ali, para o Rui Barbosa. Sem oposição a democracia é uma farsa. São os aloprados, são os puxa-sacos, são os donos do mensalão, são os do desemprego. E nós

estamos aqui, Papaléo. E eu digo isso, quando eu vejo o Nordeste, que aí está; e o meu Piauí, nunca dantes teve um prognóstico tão ruim.

Eu não vi nada de visão de futuro. Está, lá, o porto. Eu sonhei, eu votei no Luiz Inácio, em 94. Não se colocou uma pedra, Papaléo. Shakespeare e Hamlet diziam: palavras, palavras, palavras. E eu sou mais forte: mentiras, mentiras, mentiras. Está lá o porto sem uma pedra, João Pedro.

Uma vez fui atrás de seu Ministro, mas sem uma pedra. Só mentiras, mentiras e mentiras.

Então, uma ferrovia. Eu vi o Presidente, eu vi o Prefeito da minha cidade, o Governador do meu Estado, o Sr. Alberto Silva, um idealista, engenheiro ferroviário: “Em 60 dias, vamos botar o trem de Parnaíba, Luiz Corrêa; quatro meses, para Teresina”. Não se tocou um dormente. Papaléo, um descaramento tão grande, tão grande, tão grande!

Eu faria uma pergunta aqui ao Luiz Inácio: aeroporto internacional. Ô João Pedro, V. Ex^a é do grande Amazonas, quantos aeroportos internacionais há no Amazonas? Um. São Paulo só tem um aeroporto internacional. Rio de Janeiro só tem um. E eu já peguei vôo internacional. Às vezes, nem funciona o de lá.

O seu Amapá tem aeroporto internacional, Senador Papaléo? São Paulo só tem um. Rio de Janeiro. Para o Piauí, eles falam no papel, no jornal, dois. Lá na minha cidade, não tem nem teco-teco. E, em São Raimundo Nonato, não tem nem jumento mais na pista. Dois!

A hidrelétrica tem lá. Foi um sonho de Juscelino, terminado por Castelo Branco. A de Boa Esperança entre o Piauí, o Maranhão e Guadalupe.

Nunca fizeram lá as eclusas, impedindo a navegabilidade. Aí, o Governo fala em cinco hidrelétricas. Ora, se não termina uma?! Ela era conhecida e foi inspirada por Juscelino Kubitschek, concluída por Carlos Castello Branco, com César Cals sendo o engenheiro da época que a terminou.

Não era mais o que Shakespeare dizia: “há algo podre no Reino da Dinamarca”. Não algo podre, não. Aqui, está tudo podre, é mentira. Shakespeare dizia: “palavras, palavras, palavras”. Aqui, é mentira, é mentira, é mentira.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Permita-me, Senador?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Com a palavra o Senador Papaléo Paes.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Senador Mão Santa, V. Ex^a realmente faz um discurso bastante abrangente e importante para o País. V. Ex^a citou agora a questão dos aeroportos. Hoje, eu ouvia uma rádio, mais propriamente a CBN, entrevistando

um cidadão, representante do Governo, que fala que está previsto que alguns aeroportos – claro, rentáveis – serão privatizados no Governo Lula. Ele fazia também referência a que a privatização desses aeroportos iria fazer com que os demais, não rentáveis, deixassem de receber a distribuição de renda daqueles que estavam auto-suficientes e até dando renda. Primeiro, vejo que a Infraero é uma instituição muito importante – foi criada, se não me engano, em 1972 – e teve uma finalidade. Essa finalidade não pode ser deturpada hoje ou essa instituição não pode ser jogada numa vala comum, por causa de algumas pessoas que pintaram e bordaram naquela instituição. Vejo que a maioria dos aeroportos em reforma estão sendo questionados justamente, e muito justamente, pelo Tribunal de Contas da União considerando o processo de corrupção. Por exemplo, no Estado do Amapá, nós temos um aeroporto cuja infra-estrutura está pronta, mas a obra está parada, porque o Tribunal de Contas detectou um desvio, ou seja, corrupção em R\$50 milhões, o que é um absurdo. Então estamos prejudicados lá. Hoje é o povo que paga o aeroporto deficiente que tem hoje por causa da corrupção. Quer dizer, nós estamos pagamos por aqueles que cometeram a corrupção. Mas, Senador Mão Santa, para V. Ex^a sentir o que é um processo eleitoral, eu digo sempre que, quando começa o processo eleitoral, que chamamos a grande festa democrática, parece que os candidatos, os marqueteiros e até esse ambiente de três meses hipnotizam as pessoas; parece que deixamos de raciocinar dentro de uma realidade e passamos a viver no país das maravilhas ou num mundo completamente diferente da nossa realidade. E a questão da privatização, que acabei agora de citar, vai ocorrer dentro de um programa de privatização do Governo Lula. É bom lembrar que, quando o Alckmin foi disputar o segundo turno, principalmente o segundo turno com o Presidente Lula, no que é que eles bateram e, infelizmente, o PSDB não soube se defender? Eles bateram em cima exatamente do maior êxito do PSDB, que foram as privatizações. Eu digo êxito porque beneficiou a população. Todos sabiam que foram positivas essas privatizações, mas não sabíamos dizer como e por que, e inculir isso na cabeça das pessoas. Então basearam-se na privatização, para ser negativo para o Alckmin, e “deixa o homem trabalhar”. Mas qual é esse homem que trabalha? É o homem que faz discurso todos os dias. O nosso Presidente seria um excelente Presidente num regime parlamentarista, porque seria o ideal para fazer discurso, para fazer o serviço de relações públicas do País. Foi o “deixa o homem trabalhar” e o discurso contra as privatizações que fizeram com

que o Alckmin, o nosso Governador Alckmin, fosse derrotado nas eleições, porque não tivemos competência ou não levamos a sério o prejuízo que isso estava trazendo para o PSDB. Então, eu gostaria de reconhecer, mais uma vez, a importância do seu discurso e dizer que essa questão dos aeroportos no País é muito grave. Vejo, sim, que se o Presidente Lula tivesse dado continuidade ao programa de privatização de Fernando Henrique Cardoso, grande Presidente da República, estaríamos em situação bem melhor. Mas friso que não podemos tomar uma decisão dessas baseados na questão da corrupção dentro da Infraero. Vamos afastar os corruptos, fazer a empresa readquirir sua credibilidade e ver se a privatização é realmente importante ou não para o País. Muito obrigado, Senador.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Incorporo todas as palavras do Senador Papaléo Paes e, para encerrar, quero pedir ao Presidente da República, pedir ao Partido que está no Governo, na esperança... Como diz Ernest Hemingway, em seu livro *O Velho e o Mar*, a maior estupidez é perder a esperança. O homem não pode ser derrotado; ele pode até ser destruído, mas a maior estupidez é perder a esperança. Então, nos resta a esperança de reivindicar para o Piauí, que deu várias vitórias ao Presidente da República, inclusive entregando o Governo do Estado a um seu, obras que realmente tenham uma visão de futuro. Tem que ter sensibilidade política, com responsabilidade administrativa e visão de futuro.

Esse porto começou com Epiácio Pessoa, mas ficou só nas mentiras, mentiras e mentiras. A estrada de ferro... É simples: o Piauí é uma planície e qualquer mestre-de-obras recompõe a estrada de ferro. Lá não há esses acidentes geográficos que complicam, é fácil recompor. Eu acho que o Presidente da República devia manter a sua palavra. É simples.

O Papaléo falou com muita autoridade das ZPEs. No Japão são centenas e o Piauí luta – cidade do litoral – por essa ZPE, mas só mentiras, mentiras, mentiras. O Shakespeare está superado. Ele dizia “palavras, palavras, palavras”, em Hamlet; aqui são mentiras, mentiras, mentiras.

Então, eu acredito no saber. Há Estados que têm quatro, seis, nove universidades federais; o Piauí tem uma, antiga, e podia ter uma segunda, a Universidade do Delta. Neste sentido, há um projeto nosso aqui, que já foi aprovado em todas as Comissões do Senado e também da Câmara. Lá, o Paulo Renato, ex-Ministro da Educação, Deputado Federal, já deu parecer positivo à transformação do *Campus* Reis Velloso na Universidade do Delta. Há outros Senadores que pediram uma, a do Cerrado.

Então, entendo que os homens que estão no Piauí não têm saber, não têm conhecimento. Então, digo e defendo uma visão de futuro. Fala-se em sua ida para o Ceará. Não sou contrário, mas ele ganhou um porto, vai ganhar uma refinaria, ganhou siderúrgica. E os outros Estados do Nordeste? E o Piauí, que tem o Governo... Só bolsa família, 50,09? Ô Senador Eurípedes, era nas eleições passadas. Isso não vai nos levar a nada. Penso grande. Penso no trabalho e na riqueza. Acho e entendo que Sua Excelência o Presidente da República poderia ser grato ao Piauí colocando lá uma refinaria em Paulistana. Tem esse estudo. A Petrobras tem esse estudo.

Se olharmos o mapa do Brasil, veremos que o Piauí é comprido, que o sul do Estado se junta com a Bahia. Então, a tese dos técnicos é de uma refinaria em Paulistana. De uma refinaria, que é a deficiência do Norte e do Nordeste... Por que ele defende essa tese? Porque o déficit vai ser de gasolina, de querosene, de óleo diesel e de gás nas capitais do Norte e Nordeste, João Pedro. Então, ele prova que Paulistana é equidistante de Boa Vista, Manaus, Belém, São Luís, Teresina, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Aracaju e Salvador.

Aí dizem que no interior ela é mais cara. Sim, é mais cara! Ai, Luiz Inácio, tem de ter entendimento. Daí eu trazer aqui o livro deste homem: Juscelino Kubitschek. Brasília foi muito mais cara! Brasília foi caríssima! Mas Brasília tirou o Brasil só do litoral. Brasília acrescentou seis milhões de quilômetros quadrados ao Brasil. O Brasil só era litoral. Então, Juscelino teve essa visão. Foi mais cara, mas interiorizou o País, o que já era um sonho de todo o Brasil, e integrou todo o País, que ficou mais, vamos dizer... Suas riquezas foram divididas por todo o território nacional. A mesma coisa aconteceria com essa refinaria em Paulistana. A refinaria seria mais cara do que se estivesse no centro, mas seria uma maneira de soerguer o Piauí, como Juscelino, com sua coragem e visão, interiorizou a capital. Então, haveria uma interiorização com essa refinaria em Paulistana, que é equidistante de todas as capitais do Norte e do Nordeste.

Também por que não para o Piauí uma indústria automobilística? A Toyota está querendo.

O Sr. João Ribeiro (Bloco/PR – TO) – Senador Mão Santa...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Por que não? Nós vamos para tirar a desigualdade...

João Ribeiro, é um prazer ouvi-lo. Antes, quero dizer que Juscelino pensou no tripé. Colocou as indústrias no Sul. Ai, este País, que não tinha nada de indústria, só produzia café e algodão, passou a exportar carro, passou a exportar avião e navio. Além disso,

colocou Brasília no centro e aquelas superintendências de desenvolvimento, a Sudene e a Sudam, para tirarem essa desigualdade. Então, para tirar a desigualdade, está na hora de colocar uma produtora automobilística lá em nossa região.

Com a palavra o nosso Senador João Ribeiro.

O Sr. João Ribeiro (Bloco/PR – TO) – Senador Mão Santa, eu o ouvi atentamente e vim ao plenário exatamente para fazer um aparte a V. Ex^a. No momento, V. Ex^a aborda vários assuntos importantes para o Brasil e cobra providências do Governo, com muita propriedade, porque V. Ex^a é um ilustre representante do Estado do Piauí, que tem sempre uma oratória eloqüente, um homem preparado, culto. A gente sempre ouve seu pronunciamento e sempre encontra, por onde quer que andemos por este País afora, pelo Tocantins, alguém que diz: “Olha, eu gosto de ouvir o Mão Santa, o Senador Mão Santa, porque ele sempre faz pronunciamentos muito contundentes, que as pessoas gostam de ouvir”. Até porque é preciso haver o contraditório neste nosso País, principalmente aqui nesta Casa. V. Ex^a fala das ZPEs e das ferrovias, dois assuntos que me interessam muito. No tocante às ferrovias, eu só tenho a dizer a V. Ex^a e às pessoas que nos ouvem que, no Tocantins, vai muito bem a Ferrovia Norte-Sul. Ela já está licitada até Anápolis. E tenho o orgulho de dizer que um dos motivos que possibilitou o Governo, a Valec, a fazer a licitação do trecho de Porto Nacional até Anápolis, foi uma emenda deste Parlamentar, que é da Comissão de Infra-Estrutura do Senado, mas assinada por mim, trabalhada por mim, apoiada pelos outros Senadores da Comissão e, depois, aprovada pela Comissão de Orçamento, pelo Relator Geral, pelo Relator Setorial, que aprovou R\$300 milhões dos R\$900 milhões que a Comissão aprovou. Então, esses recursos dessa emenda possibilitaram que essa ferrovia pudesse ser licitada. Numa conversa que tive com o Presidente Lula, logo depois, porque queriam vetar essa emenda – num primeiro momento, o Ministério do Planejamento disse que havia um vício de origem, alguma coisa assim, já que as emendas são... Nós Senadores, os Parlamentares temos todo o direito de, no Orçamento, alterá-lo de acordo com aquilo que acharmos que deve ser feito, e o Governo também tem o direito de vetar. Então, tive uma discussão com o Governo naquele momento, uma discussão salutar, e, numa conversa que tive, às 22h30, quando ele me retornou a ligação, ele disse: “Senador, mas essa obra está no PAC”. Eu disse: “Presidente, está até Porto Nacional, não está até Anápolis”. Ele disse: “pois a partir de amanhã, já vou acionar o conselho do PAC, aqueles que cuidam do PAC, vamos colocar essa obra no PAC”. A partir daí, o Presidente realmente colocou, mas aproveitou a

emenda que fiz. Quando se tratar deste assunto, quero dizer a V. Ex^a que pode contar com este Parlamentar, quando se refere à cobrança da ferrovia do seu Estado, que interliga o Piauí. Não peguei bem o assunto, porque estava chegando ao plenário. Com referência às ZPEs, às Zonas de Processamento de Exportação de matéria-prima, elas surgiram mais propriamente na Ásia, na China, no Japão e em toda aquela região, e realmente provocaram um surto de desenvolvimento impressionante. Tanto é verdade que os Estados Unidos não resistiram, não puderam resistir. Num primeiro momento, ofereceram resistência às ZPEs e, depois, tiveram que criar várias delas. Confesso que não sei qual é o número atual, mas nos Estados Unidos há várias ZPEs, assim como em vários países do mundo. Por incrível que pareça, ouvi do Presidente Sarney – e V. Ex^a também deve ter ouvido –, no dia em que eu fazia uma homenagem a ele, porque as ZPEs foram criadas no Governo dele, sendo de autoria dele... Isso levou tantos anos! Mais de 20 anos se passaram. Portanto, as ZPEs demoraram muito. Houve várias tentativas. A lei demorou muito para ser aprovada. Aprovamos a lei aqui; depois, o Governo teve de vetar alguns artigos. Houve várias reuniões de lideranças na Presidência do Senado, e nós conseguimos ajustar a questão das ZPEs de forma que não prejudicasse a Zona Franca de Manaus. Mas as ZPEs foram, segundo o próprio Presidente Sarney, na época, os chineses estiveram aqui, os japoneses e vários países copiando... A ZPE foi extraída da Zona Franca de Manaus. Veja que coisa interessante! Se nós tivéssemos feito isso naquela época em que o Presidente Sarney queria, o Brasil teria saído na frente. Mas, infelizmente, isso não foi possível. Só que, hoje, as ZPEs já se encontram regulamentadas, em fase final. O Tocantins tem uma na cidade de Araguaína, onde eu fui Prefeito. E nós até fomos muito criticados por aqueles que não acreditavam nas ZPEs, porque foi uma discussão de mais ou menos 20 anos. Quem acreditou, num primeiro momento, acabou virando motivo de chacota depois. E, graças a Deus, hoje nós estamos já caminhando para a fase final da sua implantação. No Tocantins, parece-me que está entre as três mais adiantadas do Brasil. Portanto, a ZPE é algo muito importante. Só que nós já estamos muito longe daquilo que a China é hoje, bem como de outros países do mundo, com referência à industrialização, por causa das ZPEs. Então, eu quero cumprimentar V. Ex^a pelo seu pronunciamento e dizer que ele vai ao encontro também do nosso pensamento. Essa questão das ZPEs é extremamente importante. Acho que todo o Estado precisa ter pelo menos uma. E o Piauí é um deles, é um Estado pobre, como é o Tocantins, e precisa, sim, se industrializar. E a ZPE é uma forma

de industrialização, de fazer aquilo que é a vocação industrial da região: ou é ligada à área da agricultura, do agronegócio, enfim, alguma coisa ligada a terra, ligada à região. O Tocantins tem minério, o Tocantins tem produtos de exportação e várias outras matérias-primas, tem a carne do boi, enfim, tem uma série de coisas, o couro do boi, que pode ser industrializado ali, produzido ali para exportação. E o Piauí tem os seus produtos. Portanto, cada região do Brasil precisa ter uma ZPE funcionando, pelo menos uma, de forma que a gente possa ter um Brasil mais ou menos igual na questão das ZPEs: o Estado rico e o Estado pobre. Não é? E aqueles que eram contra, que são os paulistas, lamentavelmente um dos Estados mais evoluídos, mais industrializados, no Sul e no Sudeste, muita gente era contra as ZPEs... Mas, parece que, com esse novo modelo, já estão mais ou menos favoráveis. Portanto, eu acho que a ZPE será, sem sombra de dúvida, um grande avanço para o Brasil, embora estejamos muito atrasados. Se nós tivéssemos feito, com referência ao tempo, aquilo que o Presidente Sarney disse e com o que eu concordo plenamente, o Brasil já teria avançado muito nessa questão. Então, cumprimento V. Ex^a, que é um homem muito inteligente e que aborda todos os assuntos que preocupam a população do nosso País. Meus cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Eu agradeço, Senador João Ribeiro, que é do Tocantins. E lembraria à Presidência desta Casa – quis Deus o Garibaldi estar adentrando, com comitiva – que recue com essa medida provisória do fundo soberano, pois não é oportuna. O cirurgião procura saber quando, como e onde operar. Não é o momento.

E queria pedir ao João Ribeiro, em vista da influência dele com o Ministro dos Transportes, extraordinário Ministro, para ativar a estrada de ferro central do Piauí, a ZPE.

E lembraria, com V. Ex^a aqui presente, que este Congresso, para ter uma vitalidade, Senador, poderia rever aquele projeto que anda ali e que a maioria do Congresso deseja, sobre a revisão de novos Estados.

V. Ex^a falou com a grandeza do Tocantins, que V. Ex^a simboliza: otimismo e luta! O Tocantins da pecuária, do minério e da educação é hoje a capital do Brasil no sistema universitário por computador a longa distância, a Educom, que nós vimos lá.

No Mato Grosso do Sul, *idem*.

Então, há grandes projetos, inclusive o Piauí quer criar o Estado de Gurguéia.

Esses são temas de cuja discussão o nosso Senador baiano que chega quer participar. Ouço o Senador César Borges.

O Sr. César Borges (Bloco/PR – BA) – Sr. Mão Santa, eu não acompanhei o discurso de V. Ex^a, mas ouvi o aparte do Senador João Ribeiro, parabenizando V. Ex^a pela defesa das Zonas de Processamento para Exportações, as ZPEs. Realmente V. Ex^a tem toda a razão em fazê-lo, porque seriam muito importantes para o desenvolvimento do País. Vários países adotaram esse modelo. Temos exemplo de sucesso em todo o mundo. Com certeza, seria um grande fator de geração de emprego, renda e desenvolvimento econômico. Entretanto, meu aparte aqui, Senador Mão Santa, não é sequer o Senador César Borges que o está fazendo, é o seu amigo César Borges. Hoje, estou sabendo que é o seu aniversário. Quero parabenizá-lo por esta data e desejar muita felicidade. V. Ex^a eu conheço de longa data, como Governador do Piauí, que me homenageou àquela época. Construímos uma sólida amizade, com base no respeito e no amor que temos por nossos Estados e por nosso povo. Vejo que V. Ex^a está sempre em defesa intransigente dos interesses do Piauí. Então, eu queria, nesta data, parabenizá-lo. Continue desta forma, franco, aberto e sincero, sempre defendendo o nosso Piauí. Muito obrigado.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradeço os parabéns. V. Ex^a tem dado um presente não a mim, mas a todos os políticos do Nordeste, um exemplo de grandeza e trabalho. V. Ex^a levou a mais grandiosa obra para o Nordeste: a indústria automobilística de Henry Ford. V. Ex^a deu esse exemplo de coragem, perseverança e realização.

Concedo o aparte ao Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Mão

Santa, quero de forma muito rápida cumprimentá-lo no dia de seu aniversário. V. Ex^a é um homem generoso, preparado e competente. Não é de graça que a cada vez que V. Ex^a sobe à tribuna e cita o nome deste ou de outro Senador, tenho certeza, há uma repercussão no Estado. É o respeito que a população brasileira tem pela sua capacidade de fazer, da tribuna, de forma improvisada, discursos como o que está fazendo hoje. Além disso, quero cumprimentá-lo pela primeira parte do seu discurso. Muito antes de um Senador negro, V. Ex^a foi à tribuna e defendeu a comunidade em face da matéria publicada neste fim de semana a respeito de um cientista de nível internacional que estaria chegando ao Brasil e que disse que um dos problemas do País é o da miscigenação e que por isso o QI do Brasil não seria tão avançado. Foi infeliz! Isso mostra que ele é incompetente, porque se fosse minimamente competente não teria feito um pronunciamento nesses moldes. E V. Ex^a é que foi à tribuna defender brancos, negros, índios, enfim, todo

o povo brasileiro. Isto mostra a sua generosidade e a sua visão humanitária. V. Ex^a é um humanista. V. Ex^a é um homem comprometido, efetivamente, com o social, com a igualdade, com a liberdade e com a justiça. V. Ex^a não admite que alguém, seja quem for, chegue ao Brasil e, de forma totalmente equivocada, para não usar um outro termo, ofenda o conjunto do povo brasileiro. Que nós somos uma miscigenação, ninguém tem dúvida. Agora, vir ao Brasil e dizer que o nosso QI não é considerado avançado devido a esse encontro de etnias, de raças, de povos de todos os continentes, de fato, mostra que ele é muito incompetente. E como é bom ver um Senador competente fazendo essa defesa da tribuna, exatamente no dia do seu aniversário. Parabéns, Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Eu queria contestar o cientista, dizendo o seguinte: eu vi uma pesquisa muito interessante sobre quem deveria ser o Presidente do mundo, e quem ganhou foi Mandela. O Presidente do mundo! Foi uma pesquisa internacional. Bill Clinton ficou atrás dele. E eu acho que o Bill Clinton está como nós, reconhecendo.

Mas essas são as nossas palavras. E como está no livro de Deus “pedi e dar-se-vos-á”, então nós viemos aqui pedir ao Governo do Presidente Luiz Inácio que olhe com objetividade os problemas do Piauí para nossa riqueza futura: o porto, a estrada de ferro, a ZPE, a Universidade do Delta, a refinaria em Paulistana e a indústria automobilística Toyota, que está sofrendo. Nós temos esperança ainda; a esperança é a última que morre.

E como diz Dom Quixote de La Mancha, no livro de Cervantes, “só não há jeito para a morte”. Eu acho que o Piauí ainda tem jeito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim..

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Paulo Paim, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. João Pedro.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Obrigado, Senador Mão Santa.

A Mesa aproveita o ensejo para parabenizá-lo nesta data de seu aniversário. Continue sendo esse grande brasileiro, esse grande homem.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Fora do microfone.) – E é no dia 13, número do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – É verdade.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador João Pedro, Senador Mão Santa, que ora assume a presidência dos trabalhos, quero rapidamente fazer aqui três registros.

O primeiro registro, Sr. Presidente, é sobre um convite que recebi para estar presente hoje, lá no Estado do Rio Grande do Sul, a um evento em Novo Hamburgo, que dará premiação aos vencedores da competição “O Rio dos Sinos é Nosso”. É uma promoção do Grupo Editorial Sinos, da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, do Instituto Martim Pescador e várias empresas da região.

Infelizmente, não poderei estar lá, porque o evento será às 17 horas, e hoje, pela manhã, eu tive uma audiência pública, Senador Mão Santa, Senador João Ribeiro, Senador César Borges, para discutirmos, com cerca de 300 líderes de todo o Brasil, o Estatuto do Motorista. Estatuto este que estamos articulando, estamos formulando e que – tenho certeza – vai trazer benefícios para os motoristas de caminhão, os taxistas, os motoristas de ônibus, os motoristas de vans, enfim, todos aqueles que se dedicam ao volante na vida, ou seja, os profissionais do volante. Como eu tinha esse compromisso, que se iniciou às 9 horas e terminou às 14 horas, eu não pude ir ao Rio Grande do Sul. Por isso, faço questão de cumprimentar o Grupo Editorial Sinos pela iniciativa, assim como outros setores da sociedade organizada.

Senador Mão Santa, essa competição foi implantada no ano de 2007, com objetivo de incentivar os jovens gaúchos não somente a cuidarem do Rio dos Sinos, mas também a servirem de apoio à multiplicação dessa idéia, ou seja, a defesa do meio ambiente, neste caso, principalmente a questão das águas.

Foram 91 turmas da 7ª série do Ensino Fundamental, representando 32 Municípios dessa região, que lá participaram dessa disputa. Foi uma bela disputa, uma competição salutar na linha do meio ambiente. A comissão organizadora premiou 13 turmas. A cerimônia de entrega será hoje, às 17 horas, no Centro de Eventos da Fenac – Feira Nacional do Calçado.

Sr. Presidente, já em 2007, o Rio dos Sinos passou a ser notícia internacional, quando ocorreu, por uma extensão de 15 Km, uma das maiores mortandades de peixe de que se ouviu falar no Rio Grande. Isso levou a sociedade civil a se organizar e a se mobilizar, para salvar o nosso querido Rio dos Sinos, o que está acontecendo com a implantação de várias

medidas em parcerias com o Ibama, com a Agência das Águas, com o Governo Federal, com o poder municipal e com o poder estadual.

Utilizando das ferramentas de que dispomos, eu fiz minha parte. Eu tinha direito a uma emenda e apresentei uma emenda de R\$200 milhões para salvar o rio dos Sinos. Não foram liberados os R\$200 milhões, mas partes foram liberadas pelo Governo, que ajudou na recuperação do rio dos Sinos.

Hoje, na bacia do rio dos Sinos, vivem mais de dois milhões de habitantes, que estão sempre, agora, em estado de alerta. O rio não pode continuar sendo o depósito de tanta sujeira, de tanto lixo. Para isso é preciso que cada um assuma a sua parte no sentido da recuperação.

Para isso é preciso, Sr. Presidente, o que eu chamo de uma peleia permanente pela recuperação do rio. Devem ser utilizados instrumentos possíveis para fazer com que a população esteja, de forma permanente, com o mais alto nível de consciência para a defesa do meio ambiente. Também é fundamental cobrar e apoiar as forças dos Poderes instituídos – Executivo, Legislativo, Judiciário –, para que a mobilização seja de todos. Nós mesmos fizemos contato com as igrejas, escolas, empresários, clubes esportivos, clubes sociais, além de sindicatos de empregados e de trabalhadores no sentido de conseguir dar a atenção devida à limpeza e à qualidade das águas do rio dos Sinos.

Sr. Presidente, cumprimento toda a sociedade organizada do Vale dos Sinos por essa campanha magnífica que leva o nome “O Rio dos Sinos é nosso”.

Quero também, Sr. Presidente, dar um outro destaque aqui para o Vale do Taquari. Fiz questão de vir, Sr. Presidente, para fazer este registro, para falar sobre o trabalho dedicado e de extrema relevância da Liga Feminina de Combate ao Câncer da cidade de Estrela, no Rio Grande do Sul. Essa Liga foi criada, em Estrela, em 3 de setembro de 1980, procurando dar alento, carinho e suporte às pessoas que têm câncer. Um grupo de mulheres voluntárias se uniu e está fazendo um trabalho magnífico. Elas realizam campanhas, palestras, distribuem folhetos explicativos, buscam aumentar o nível de consciência e educação da comunidade, objetivando prevenir o câncer, fazendo o diagnóstico precoce das mais variadas formas, para evitar a manifestação da doença. Elas captam recursos, fazendo promoções, como o tradicional café colonial da Liga, por exemplo. Recebem também auxílio de entidades como o *Lions* Clube, de empresas e de toda a comunidade organizada.

Esses valores servem para ajudar a custear a despesa dos pacientes carentes, que têm necessidades das mais variadas, como alimentação específica,

fraldas descartáveis, remédios, exames e outros medicamentos que não se encontram, infelizmente, no SUS. Essas voluntárias, seres humanos dotados de uma luz intensa, de uma generosidade ímpar, de um coração generoso, vão às casas dos pacientes, levando-lhes o conforto da palavra positiva, a solidariedade, o carinho e o auxílio.

O jornal *Folha de Estrela*, que, a cada ano, promove projetos sociais, fez este ano um calendário com fotografias lindas de pacientes portadores de câncer que estão se recuperando. As mulheres e as crianças fotografadas posaram para fotos com sorrisos contagiantes e mostram ali toda a sua coragem no enfrentamento da doença.

Meus parabéns ao jornal pela iniciativa desse projeto e minha especial admiração e cumprimento à Liga Feminina de Combate ao Câncer da cidade de Estrela. Sr. Presidente, não é todo dia que encontramos pessoas dispostas a estenderem a mão, a empenharem apoio e deixarem de lado o egoísmo e olhar para o outro com carinho e atenção.

Quero deixar meu afetuoso e solidário abraço aos pacientes com câncer, dizendo a eles que um dia bem vivido é sempre composto de lutas, de pequenas ou grandes alegrias e tristezas, mas também de gestos como esse que essa Liga está fazendo, que é muito, muito bonito. Sr. Presidente, são palavras de carinho e de amor que podem fazer a diferença, e isso é o melhor que podemos fazer por nosso povo e por toda a nossa gente. Devemos viver com intensidade, com fé, com ânimo e com muito carinho, com a certeza de que nós somos criaturas magníficas geradas por um Ser maior que tudo sabe e que tudo pode. Nunca percam a esperança!

Quero ainda, Sr. Presidente, registrar aqui o pleito do grupo de profissionais de Psicologia, Serviço Social e Pedagogia da área sociojurídica do Tribunal de Justiça do Paraná, que me manda um belo documento relatando o seu trabalho. Posso aqui adiantar que darei todo apoio ao movimento que eles estão fazendo, para que eles possam ter mais força no dia-a-dia para implementar todo seu trabalho.

Por fim, Sr. Presidente, quero deixar registrado um assunto que tem a ver com a luta que tocamos juntos aqui, que é a dos aposentados e pensionistas.

Sr. Presidente, recebi do Sr. Cláudio Eli, jornalista aposentado, de 69 anos, um texto escrito de forma poética, feito com todo carinho, em que ele demonstra que deseja participar dessa jornada em favor da extinção do fator previdenciário e da vinculação dos proventos dos aposentados e pensionistas.

Ele me pediu, Senador Mão Santa, que eu lesse o texto que ele escreveu da tribuna do Senado, em

homenagem a todos os heróis anônimos que estão a andar por este País, peleando, repito, pelo fim do fator e pelo reajuste dos aposentados.

Vou ler, Senador Mão Santa, pelo menos parte dessa bela obra que escreveu o Sr. Cláudio Eli. Diz ele:

Senador Paulo Paim,
Daqui da minha trincheira no sul do Brasil,

Nesta “mui leal e valerosa” cidade de Porto Alegre

sem que ninguém me mandasse, resolvi me engajar nessa luta. Não é possível permanecer parado e muito menos calado.

Não posso ficar como o personagem central do romance *O Vermelho e Negro*, de Stendhal, que esteve numa guerra, viu Napoleão Bonaparte e não soube identificá-lo.

Por isso, uso minhas armas.

Através das letras, dou-lhes a minha contribuição,
porque a causa de vocês também é minha.

Estou entre os oito milhões de aposentados

(em um universo de quase vinte e seis milhões)

cujos reajustes salariais estão sendo achatados para baixo

a cada vez que aumenta o salário mínimo.

Então, como jornalista ou poeta,
tenho varado madrugadas, escrevendo sem parar, porque estou em ebulição e, mesmo gastando dinheiro do meu próprio bolso,

junto meus cacos para me aliar a vocês.

Afinal de contas, temos de ser teimosos!

Precisamos sonhar
e aguardar que um dia nos restituam o que de nós foi tirado.

Porque, com o diz o adágio gauchesco, “não tá morto quem peleia”.

O nosso sonho pode ser tal qual o encantamento de Dom Quixote de La Mancha, o Cavalheiro da Triste Figura...

Nosso sonho tem que ser maior que este mundo,
ultrapassar a estratosfera...

Tem que ter a dimensão da imagem construída por Mahatma Gandhi,

que, no silêncio, liderou pacificamente milhões de pessoas até conseguir, sem levantar uma só arma, expulsar o dominador britânico e libertar a sua grande e misteriosa Índia...

Nosso sonho tem que ter a precisão da verdade eterna

como consta na história bíblica, em que o pequeno Davi conseguiu vencer o gigante Golias...

Nessa hora de luta, lembrei-me de uma frase que ouvia há muitos anos:

“Trabalhadores do Brasil!!!”, com que Getúlio Vargas iniciava seus discursos

transmitidos pela cadeia verde-e-amarela das emissoras de rádio deste País continental.

E, em qualquer recanto de Norte a Sul, de Leste a Oeste

desta terra abençoada, os mais pobres e desamparados paravam para ouvi-lo.

Eu era criança e nem entendia o que era uma luta social.

Sabia que morava numa vila chamada Corte, Distrito de Rosário do Sul,

na Campanha rio-grandense, onde o vento minuano se infiltrava pelas frestas

da nossa casa de madeira muito simples.

Meu pai, Homero, era um modesto funcionário público,

e minha mãe, Leontina, atravessava as noites e madrugadas costurando para fora para ajudá-lo...

para que eu e minha irmã pudéssemos estudar

em Alegrete e aqui, em Porto Alegre, a fim de que chegássemos a uma facul-

dade e, depois, termos uma vida melhor.

Então, durante os discursos do mestre, todos ficávamos calados junto ao rádio.

Era de praxe, assim como não havia casa que não tivesse

uma fotografia dele na parede.

Getúlio... que mais tarde cometeu o ato supremo em seu quarto

no Palácio do Catete, no Rio de Janeiro, naquele 24 de agosto de 1954.

Getúlio, pai dos pobres, criador das leis trabalhistas e que, horas antes de seu suicídio, nos deixou um legado imorredouro,

a Carta Testamento, parece que adivinhando o que tem acontecido hoje em dia com todos nós, aposentados massacrados.

Num pequeno trecho da carta, ele resumiu o que passa conosco,

quando escreveu: “Quando vos humilharem, sentireis minha alma sofrendo ao vosso lado”.

Recordo de outros líderes que surgiram depois,

também defendendo os desabonados da sorte...

Leonel Brizola, por exemplo, fazendo um discurso histórico no subterrâneo do Palácio Piratini,

no centro desta Porto Alegre, quando tentaram impedir a posse de

Jango

como Presidente da República.

Os militares não queriam mas Brizola, destemido,

ao mesmo tempo em que dava o seu adeus ao povo

para quem sonhava com melhores dias,

conclamava o povo gaúcho a permanecer na última trincheira,

tendo a gloriosa Brigada Militar ao seu lado.

A tensão atingira o grau máximo, pois aviões da FAB,

pousados na Base Aérea de Canoas [cidade onde fiz a minha vida política]

a qualquer momento, poderiam decolar para

bombardear o palácio do governo pondo fim àquela jornada heróica que

foi a Campanha da Legalidade.

Naquela época, o poeta Geir Campos escreveu uma poesia, compilada num livretinho da coletânea *Cadernos do Povo Brasileiro*, editada pela UNE, em que dizia no início:

“Não faz mal que amanheça devagar.

As flores e os frutos não têm pressa de chegar...”

Também recordo [diz ele ainda] de seis anos atrás quando, num palanque na capital paulista, Luiz Inácio Lula da Silva, que acabava de sair vitorioso na primeira eleição para chefiar este país, afirmou: "A esperança venceu o medo".

O que ele quer dizer com isso? Que a esperança que os aposentados têm há de vencer o medo daqueles que criam terrorismo, sempre dizendo que a Previdência está falida.

Pois é esta esperança nossa que agora estamos semeando como ele fez, após tantas vezes, chegar vitorioso ao Palácio do Planalto. Mas, longe de mim, querer me igualar a esses ícones da humanidade.

O que quero realmente neste momento é pedir a vocês que leiam com atenção [aí diz ele aqui]

o que diz o nosso novo líder, o senador Paulo Paim [o senador Mão Santa; ele cita uma série de Senadores], defensor maior dos aposentados como também dos negros, dos humildes, dos índios [dos sem-teto], dos sem-terra...

de todos, enfim, que são discriminados e que não têm direito a vez ou voto e que não têm como se defender das injustiças.

Assim como ele, eu acho que chegou a hora de lutarmos pelos nossos direitos.

Por isso essa poesia é uma conclamação.

Esta poesia-conclamação, repito, é válida para nós, os oito milhões de aposentados que há mais de uma década vêm recebendo reajustes que se deterioram a cada ano que passa e que, assim continuando se tornarão totalmente miseráveis, com esse sistema.

Vale ainda (isso que escrevo) para os trinta e cinco milhões

de trabalhadores da ativa, com carteira assinada.

Eles são a verdadeira força-motriz do trabalho

que azeita o presente deste país e que, quando estiverem para se aposentar, também irão sofrer no bolso a perda dos 40%

do que recebem atualmente em seus salários.

Todos temos que nos unir nessa hora [para derrubar o fator previdenciário].

Temos de acompanhar os dirigentes da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas

e os que comandam as dezenas de federações e mais de oitocentas associações espalhadas pelo Brasil que têm lutado de peito aberto.

Sr. Presidente, ele diz mais:

Como pretende Paim, agora, em novembro, ou até antes mesmo,

temos de agir, ir para ruas, becos, estradas, protestar!

Precisamos lotar prédios das prefeituras e câmaras de vereadores...

quem sabe diante do Congresso Nacional [de uma vigília no Congresso Nacional]?

Temos que gritar aos Deputados Federais para que votem o reajuste dos aposentados e também o fim do fator. Não podemos abrir mão de um direito que é nosso.

Os membros da colenda Câmara Federal [diz ele],

especialmente os líderes partidários, precisam tomar uma pitada maior de amor e,

na Brasília do futuro, idealizada por estes dois gênios (Lúcio Costa e Oscar Niemeyer), também podem entrar para a história

se nos ajudarem a resgatar o que é nosso,

como sonharam nossos antepassados, vendo um futuro melhor para o povo brasileiro.

E que não se fixem na tal de crise financeira mundial

porque isso só acontece com os ricos de Wall Street [com os banqueiros] e não com a plebe rude deste país de Terceiro Mundo.

Muito menos fomos nós que plantamos ventos para colher tempestades.

Diz ele ainda:

Encerro meu desabafo parafraseando Karl Max, dizendo: "Aposentados e trabalhadores do Brasil, uni-vos!"

Sr. Presidente, eu fiz questão de ler, a pedido desse jovem aposentado de 69 anos, quase 70, porque ele está remetendo esta sua carta poética para todo o Brasil. Todos haverão de receber este documento que ele escreveu numa noite, refletindo sobre a situação dos aposentados e pensionistas.

Eu falo, Sr. Presidente, que gestos como esse estão se repetindo. É claro que eu não vou ler todos aqui, Senador João Pedro, mas eu noto que há sempre um respeito muito grande com o Presidente Lula. Pode-se ver que aqui não havia nenhuma crítica ao Presidente Lula. Ele aqui faz uma comparação dos grandes ícones da história: fala de Getúlio, fala de Brizola, fala de Mahatma Gandhi e fala de Luiz Inácio Lula da Silva.

Ao mesmo tempo, ele clama a todos os idosos e não-idosos – porque quem está trabalhando hoje vai ser o aposentado de amanhã, e, se pegar o fator, vai ter um redutor de quase 40% –, para que se mobilizem e pressionem a Câmara dos Deputados a fim de que, ainda este ano, os dois projetos sejam aprovados.

Eu recebi, na última sexta-feira, Senador João Pedro, Senador César Borges, Senador Mão Santa, Senador Eurípedes, aqui do plenário, uma fala – eu estava presidindo os trabalhos – do Senador Romero Jucá. S. Ex^a disse que esteve com o Presidente Lula e que Sua Excelência está sensível a esses dois projetos. O Senador Romero Jucá disse que ia trabalhar, como Líder do Bloco de Apoio ao Governo, junto à Câmara, para que os projetos fossem aprovados, e para que a gente construa uma alternativa que efetivamente garanta o fim do fator e o reajuste dos aposentados e pensionistas.

Era isso, Sr. Presidente.

Como havia me comprometido, quando visitei esses duzentos Municípios, eu falaria aqui, quando voltasse, todos os dias sobre a questão do fim do fator e para garantir o vínculo dos benefícios aos aposentados – o Senador César Borges é testemunha –; já fiz essa fala também na Comissão de Direitos

Humanos, faço hoje aqui na expectativa de que a Câmara aprove os dois projetos que o Senado aprovou, por unanimidade. Não houve um Senador que votou contra os interesses dos que estão para se aposentar e daqueles que já estão aposentados, que são os idosos do nosso País.

Eu queria pedir a V. Ex^a que considerasse, na íntegra, como se eu tivesse lido, pois, na verdade, eu resumi aqui, os meus pronunciamentos.

E fica o apelo, mais uma vez, à Câmara dos Deputados, a todos os Líderes de todos os partidos, e ao Presidente Arlindo, para que coloquem a matéria em votação.

Eu sou totalmente favorável. Espero ter companheiros para esta jornada. Se a matéria não for votada, que façamos como no Orçamento. Se o Orçamento não for votado, não temos recesso. Se a Câmara não o votar, que nós não entremos em recesso. Se tivermos de passar o Natal aqui, será um gesto nobre. Calculem os Senadores: em pleno Natal, aqui no plenário, exigindo que a Câmara vote os interesses dos idosos do nosso País.

Tenho certeza de que se isso for feito, em muitas Câmaras de Vereadores deste País estarão também de plantão Vereadores e idosos também de plantão em plena noite de Natal.

Espero que aconteça a votação antes do Natal. Obrigado, Sr. Presidente.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, DISCURSOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM:

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, recebi do Sr. Cláudio Eli, jornalista aposentado, de 69 anos, um texto escrito de forma poética, feito com todo o carinho, onde ele demonstra que deseja participar dessa jornada em favor da extinção do fator previdenciário e da vinculação dos proventos de aposentados e pensionistas ao salário mínimo.

Ele me pediu que eu lesse o texto na Tribuna do Senado e em homenagem a ele e a todos os aposentados do país que tem enviado inúmeras cartas, passo a ler na íntegra o documento que recebi.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A VERTENTE DO SONHO

(para todos os aposentados do Brasil)

Daqui da minha trincheira no sul do Brasil, nesta 'mui leal e valerosa' cidade de Porto Alegre (como está escrito em seu brasão), sem que ninguém me mandasse, resolvi me engajar nessa luta.

Não é possível permanecer parado e, muito menos calado.

Não posso ficar como o personagem central do romance "O Vermelho e o Negro" de Stendhal que esteve numa guerra, viu Napoleão Bonaparte e não soube identificá-lo.

Por isso, uso minhas armas.

Através das letras, dou-lhes a minha contribuição, porque a causa de vocês também é minha.

Estou entre os oito milhões de aposentados (do universo total de quase vinte e seis milhões) cujos reajustes salariais estão sendo achatados para baixo a cada vez que aumenta o salário mínimo.

Então, como jornalista ou poeta, tenho varado madrugadas escrevendo sem parar, porque estou em ebulição e, mesmo gastando dinheiro do meu próprio bolso, junto meus cacos para me aliar a vocês.

Afinal de contas, temos que ser teimosos!

Precisamos sonhar e aguardar que um dia nos restituam o que de nós foi tirado.

Porque, como diz o adágio gauchesco, 'não ta morto quem peleia'.

O nosso sonho pode ser tal qual o encantamento de D. Quixote de La Mancha, o Cavaleiro da Triste Figura...

Nosso sonho tem que ser maior que este mundo, ultrapassar a estratosfera...

Tem que ter a dimensão da imagem construída por Mahatma Gandhi que, no silêncio, liderou pacificamente milhões de pessoas até conseguir, sem levantar uma só arma, expulsar o dominador britânico e libertar a sua grande e misteriosa Índia...

Nosso sonho tem que ter a precisão da verdade eterna como consta na história bíblica em que o pequeno Davi conseguiu vencer o gigante Golias...

Nessa hora de luta, lembrei-me de uma frase que ouvia há muitos anos:

"Trabalhadores do Brasil!!!", com que Getúlio Vargas iniciava seus discursos transmitidos pela cadeia verde-e-amarela das emisoras de rádio deste país continental.

E, em qualquer recanto de norte a sul ou de leste a oeste desta terra abençoada, os mais pobres e desamparados paravam para ouvi-lo.

Eu era criança e nem entendia o que era uma luta social.

Sabia que morava numa vila chamada Corte, distrito de Rosário do Sul, na campanha rio-grandense, onde o vento minuano se infiltrava pelas frestas da nossa casa de madeira muito simples.

Meu pai, Homero, era um modesto funcionário público, e minha mãe, Leontina, atravessava noites e madrugadas costurando para fora para ajudá-lo...

para que eu e minha irmã pudéssemos estudar em Alegrete e aqui, em Porto Alegre, a fim de que chegássemos a uma faculdade e, depois, termos uma vida melhor.

Então, durante os discursos do mestre, todos ficávamos calados junto ao rádio.

Era de praxe, assim como não havia casa que não tivesse uma fotografia dele na parede da sala.

Getúlio... que mais tarde cometeu o ato supremo em seu quarto no palácio do Catete, no Rio de Janeiro, naquele 24 de agosto de 1954.

Getúlio, pai dos pobres, criador das leis trabalhistas e que, horas antes de seu suicídio, nos deixou um legado imorredouro, a Carta Testamento, parece que adivinhando o que tem acontecido hoje em dia com todos nós, aposentados massacrados.

Num pequeno trecho da carta ele resumiu o que passa conosco, quando escreveu:

"quando vos humilharem, sentireis minha alma sofrendo ao vosso lado..."

Recordo de outros líderes que surgiram depois também defendendo os desabonados da sorte...

Leonel Brizola, por exemplo, fazendo um discurso histórico nos subterrâneos do palácio Piratini no centro desta Porto Alegre, quando tentaram impedir a posse de Jango como presidente da República.

Os militares não queriam mas Brizola, destemido, ao mesmo tempo em que dava

seu adeus ao povo para quem sonhava com melhores dias, conclamava o mesmo povo gaúcho a permanecer na última trincheira, tendo a gloriosa Brigada Militar a seu lado.

A tensão atingira o grau máximo, pois aviões da FAB, pousados na Base Aérea de Canoas, a qualquer momento, poderiam decolar para bombardear o palácio do governo pondo fim àquela jornada heróica que foi a Campanha da Legalidade.

Naquela época, o poeta Geir Campos escreveu uma poesia (cujo nome não recordo) compilada num livreto da coletânea Cadernos do Povo Brasileiro, editados pela UNE, em que dizia no início:

“Não faz mal que amanheça devagar.

As flores e os frutos não têm pressa por chegar...”

Também recordo de seis anos atrás quando num palanque na capital paulista, Luiz Inácio Lula da Silva, que acabava de sair vitorioso na primeira eleição para chefiar este país, afirmou:

“A esperança venceu o medo

Pois é esta esperança nossa que agora estamos semeando como ele fez, após tentar tantas vezes, chegar vitorioso ao Palácio do Planalto.

Mas, longe de mim, querer me igualar a esses ícones da humanidade.

O que realmente quero neste momento é pedir a vocês que leiam com atenção o que diz o nosso novo líder, o senador Paulo Paim, defensor maior dos aposentados como também dos negros, dos humildes, dos índios, dos Sem Terra... de todos, enfim, que são discriminados e que não têm direito a vez ou voto e que não têm como se defender de injustiças.

Assim como ele, eu acho que chegou a hora de lutarmos pelos nossos direitos.

Esta poesia-conclamação, repito, é válida para nós, os oito milhões de aposentados que há mais de uma década vêm recebendo reajustes que se deterioram a cada ano que passa e que, assim continuando, se tornarão totalmente miseráveis, com esse sistema.

Vale ainda (isso que escrevo) para os trinta e cinco milhões de trabalhadores da ativa, com carteira assinada.

Eles são a verdadeira força-motriz do trabalho que azeita o presente deste país e que, quando estiverem para se aposentar, também

irão sofrer no bolso a perda de cerca de 40% do que recebem atualmente em seus salários.

Todos temos que nos unir nessa hora.

Temos que acompanhar os dirigentes da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas e os que comandam as dezenas de federações e mais de oitocentas associações espalhadas pelo Brasil que têm lutado de peito aberto.

Como pretende Paim, agora, em novembro, ou até antes mesmo, temos que agir, ir para as ruas, becos, estradas, protestar!

Precisamos lotar prédios das prefeituras e câmaras de vereadores... quem sabe diante do Congresso Nacional?

Temos que berrar aos deputados federais para que não arranquem o que é nosso de fato e de direito!!!

Os membros da colenda Câmara Federal, especialmente os líderes partidários, precisam tomar uma pitada maior de amor e, na Brasília do futuro, idealizada por estes dois gênios (Lúcio Costa e Oscar Niemayer), também podem entrar para a história se nos ajudarem a resgatar o que é nosso, como sonharam nossos antepassados, vendo um futuro melhor para o povo brasileiro.

E que não se fixem na tal de crise financeira mundial porque isso só acontece com os ricos de Wall Street e não com a plebe rude deste país de Terceiro Mundo.

Muito menos fomos nós que plantamos ventos para colher tempestades.

Encerro meu desabafo parafraseando Karl Marx, dizendo:

**APOSENTADOS E TRABALHADORES DO BRASIL,
UNI-VOS!!!**

Klaus ou Cláudio Eli (51)9854-3892

E-mail: Klausclaudio@yahoo.com.br

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, fiz questão de vir a esta tribuna para falar sobre o trabalho dedicado e de extrema relevância que a Liga Feminina de Combate ao Câncer, da cidade de Estrela no Rio Grande do Sul, realiza.

A Liga Feminina de Combate ao Câncer Estrela-RS foi criada em 03 de setembro de 1980.

Procurando dar alento, carinho e suporte às pessoas que tem câncer, um grupo de mulheres voluntárias se uniu e está fazendo um trabalho incrível.

Elas realizam campanhas, palestras, distribuem folhetos explicativos, buscam a conscientização e educação da comunidade, objetivando prevenir o câncer, fazendo o diagnóstico precoce das várias formas de manifestação da doença.

Elas captam recursos fazendo promoções, como o tradicional café colonial da Liga, por exemplo. Recém também auxílio de entidades como o Lions (laions) Clube, de empresas e a comunidade também ajuda bastante.

Esses valores servem para ajudar a custear as despesas dos pacientes carentes que tem necessidades das mais variadas como: alimentação específica, fraldas descartáveis, remédios, exames, perucas e assim por diante.

Essas voluntárias, seres humanos dotados de uma luz intensa, de uma generosidade ímpar, de um coração generoso, vão às casas dos pacientes levando a eles o conforto de uma palavra positiva, de solidariedade e carinho.

O Jornal Folha de Estrela que a cada ano promove projetos sociais fez, neste ano um calendário com fotografias lindas de pacientes portadores de câncer. As mulheres e crianças fotografadas posaram para as fotos com sorrisos contagiantes que denotam coragem, excelente auto-estima e fé.

Meus parabéns ao Jornal pela iniciativa do projeto e minha especial admiração e cumprimentos à Liga Feminina de Combate ao Câncer, de Estrela, pois não é todo dia que encontramos pessoas dispostas a estenderem a mão, a empenhar apoio, a deixar seu egoísmo de lado e olhar para o outro com mais atenção.

E quero deixar meu afetuoso e solidário abraço aos pacientes com câncer, dizendo a eles que um dia bem vivido é sempre composto de lutas, de pequenas ou grandes alegrias e tristezas, de gestos cheios de significado, de palavras de amor que podem fazer toda a diferença e que isso é o melhor que podemos fazer por nós mesmos, viver com intensidade, com fé, com ânimo e com a certeza de que nós somos criaturas magníficas geradas por um Ser Maior, que tudo sabe e tudo pode.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero registrar aqui o pleito de um grupo de profissionais de Psicologia, Serviço Social e Pedagogia da área sócio-jurídica do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR).

São 84 funcionários os quais criaram uma Comissão que pretende conseguir apoio para a aprovação de suas emendas frente ao Anteprojeto de Lei (PL) 05/08, apresentado pelo Tribunal à Assembléia Legislativa.

De acordo com documento que foi enviado a mim, os profissionais dessas áreas começaram a trabalhar

dentro do TJPR na década de 80. Período em que as contratações eram isoladas.

No fim dessa década foi realizado um teste de seleção e, após, em 1990, um concurso público para ocupação das vagas pela CLT. Momentos em que diversas pessoas passaram a fazer parte do quadro.

Com a Lei 10.219/92, esses cargos foram colocados em um quadro transitório. Ou seja, passar do regime da CLT para o regime estatutário.

Assim, passaram de ‘Técnicos Superiores’ a ‘Técnicos Especializados’. Com isso houve perda de direitos, sem a aquisição das vantagens da nova condição.

Em 1997, quando foram incluídos no Quadro da Secretaria do TJPR, os profissionais passaram a ‘Técnicos Judiciários’.

Isso é, esses trabalhadores foram incluídos no Grupo Operacional do Quadro de Pessoal do Tribunal. Porém, em razão de suas efetivas atividades profissionais, essas pessoas reivindicam que deveriam ter sido vinculadas ao Grupo Ocupacional Superior.

O que reclamam é que outros trabalhadores, em cargos de carreira, desempenham as mesmas funções, porém seus salários são três vezes mais altos.

Aí terem apresentado emendas ao PL.

Os profissionais que fazem parte dessa Comissão acreditam que o PL mantém os profissionais em posição que não condiz com as atividades exercidas (para as quais há requisito de formação universitária), assim como limita seus direitos em relação à possibilidade da progressão funcional destas categorias.

Segundo eles, o PL prevê, inclusive, a extinção desses cargos na medida em que as pessoas forem se aposentando.

Sr^{as} e Srs. Senadores, atualmente esses profissionais atuam em Varas da Infância e Juventude, Varas de Família, Varas de Penas e Medidas Alternativas, Juizados Especiais Criminais e as recém criadas Vara de Crimes contra a Criança e o Adolescente e o Juizado de Violência Doméstica contra a Mulher.

As pessoas atendidas, em sua grande maioria, encontram-se em situação de vulnerabilidade social. São homens e mulheres que sem esses serviços oferecidos pelo Tribunal não teriam condições de ver seus direitos defendidos.

O TJPR é um dos pioneiros em oferecer serviços multiprofissionais na área sócio-jurídica. Assim, o importante é não regredir.

É preciso olhar a questão trabalhista desses profissionais, mas também pensar na sociedade que há anos usufrui desses trabalhos.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs.

Senadores, acontece hoje (13), na cidade de Novo Hamburgo (RS), a premiação dos vencedores da competição “O Rio dos Sinos é nosso”, uma promoção do Grupo Editorial Sinos, Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, Instituto Martins Pescador, e várias empresas da região.

Esta competição foi implantada no ano 2007, com o objetivo de incentivar os jovens, não só a cuidar do Rio dos Sinos, mas, também, servir de apoio a multiplicação dessa idéia por meio de criar e executar ações em benefício das suas águas.

Foram 91 turmas das sétimas séries do ensino fundamental, representando 32 municípios da região, que enviaram trabalhos.

A comissão organizadora premiou 13 turmas.

A cerimônia de entrega será às 17 horas, no Centro de Eventos da Fenac (Feira Nacional do Calçado).

Sr. Presidente, em 2007, o Rio dos Sinos passou a ser notícia internacional, quando ocorreu, por uma extensão de 15 quilômetros, uma das maiores mortandades de peixes naquela região.

Isso levou a sociedade civil organizada a se mobilizar para salvar o nosso querido Rio dos Sinos, o que está acontecendo com a implantação de várias medidas.

Utilizando das ferramentas que disponho, apresentei no ano passado, uma emenda ao orçamento da União no valor de R\$ 200 milhões para revitalização do rio.

Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, na bacia do Rio dos Sinos vivem mais de dois milhões de habitantes. Eles precisam estar sempre em estado de alerta.

O rio não pode continuar sendo o depósito de tanta sujeira e tanto lixo. Para isso é preciso que cada um assuma a sua parte no sentido de não estragá-lo mais, passando a lutar pela sua recuperação.

Devem ser utilizados os instrumentos possíveis, para fazer com que esta população esteja permanentemente conscientizada.

Também é fundamental cobrar e apoiar as forças dos poderes instituídos, executivo, legislativo e judiciário, procurando mobilizar os moradores em suas igrejas, escolas, clubes esportivos, clubes sociais, empresas, seus sindicatos patronais e de trabalhadores, no sentido de conseguir ser dada atenção à limpeza e qualidade das águas do Rio dos Sinos.

Termino, Sr. Presidente, parabenizando a campanha “O Rio dos Sinos é nosso”, bem como todos os

seus organizadores, e, é claro, aos alunos e alunas que serão premiados.

Era o que tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. João Pedro, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a será atendido de acordo com o Regimento Interno.

Quero hipotecar a nossa solidariedade ao seu discurso e a nossa esperança em restituirmos aquilo que o País deve aos nossos aposentados.

Lamento informar à Casa que faleceu ontem o Senador Alfredo Campos. Ele foi cremado hoje à tarde.

O Senador Alfredo Campos faleceu domingo de disfunção múltipla dos órgãos. Ele estava internado no Hospital São Lucas, em Belo Horizonte. O corpo do Parlamentar foi velado no Salão Nobre da Assembléia Legislativa de Minas Gerais. Deve ter sido cremado há pouco, no Cemitério Renascer, em Contagem, Minas Gerais.

Alfredo Campos tinha 66 anos. Foi Senador por dois mandatos: de 1983 a 1986 e de 1987 a 1995. Ele foi também membro do Conselho da República, de 1995 a 1997. Em seu mandato, foi também membro da Assembléia Nacional Constituinte e suplente da Comissão de Sistematização, da Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições e da Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e Segurança.

No Senado, exerceu a Liderança do seu Partido, o PMDB, e também foi Líder do Governo de 1986 a 1987. Alfredo Campos nasceu em Abaeté, Minas Gerais, e formou-se em Direito pela Universidade de Minas Gerais. Perdem Minas e o Brasil um grande exemplo de político e de brasileiro.

Traduzimos o sentimento de pesar desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos para usar da palavra, como orador inscrito, o Senador pelo Estado do Amazonas João Pedro, do Partido dos Trabalhadores.

Senador João Pedro, V. Ex^a poderá usar da tribuna pelo tempo que achar conveniente.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT-AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nestes últimos dias tramita na Comissão de Educação, presidida pelo nosso querido Senador Cristovam Buarque, dois projetos de lei que considero importantes para o meu Estado, fun-

damentalmente para dois Municípios. Os projetos dizem respeito à criação de escolas técnicas, os Cefets.

No Amazonas estão em construção cinco Cefets, Senador Paulo Paim. Na realidade, já foi inaugurado um Cefet no Município de Coari. Estão sendo construídos mais quatro, um, inclusive, na minha cidade, que é Parintins. E ficaram fora dois Municípios que considero importantíssimos, porque são Municípios-pólos. Então, apresentei os projetos de lei no sentido de tramitarem para que possamos debatê-los a fim de que todos sejam convencidos da necessidade deles por conta do papel estratégico dos dois Municípios. Estou falando do Município de Humaitá, Município histórico, no Amazonas, situado à margem esquerda do Rio Madeira e na intercessão de duas BRs: a BR-319, que liga Manaus a Porto Velho; e a BR-230, a famosa Transamazônica. Ali se situa esta cidade histórica, que é Humaitá.

Quero dizer, Presidente Mão Santa, que nos últimos dois anos, no segundo governo do Presidente Lula, eu presenciei aqui dois acontecimentos marcantes no campo da educação, porque participei das discussões e votei.

O primeiro foi a discussão da criação do Fundeb. Nos últimos anos foi aprovado o Fundef e, no Governo do Presidente Lula, o Fundeb, que significou avanços importantes no campo da educação. Outro acontecimento importante foi a criação do piso salarial nacional do professor, um avanço, uma conquista. O piso salarial do professor é de um simbolismo, é de um compromisso histórico com a educação.

Participei no plenário desta Casa da discussão que aprovou o piso salarial nacional do professor, assim como estive presente à promulgação pelo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva da lei que diz respeito à melhoria da educação no nosso País. Então, esses são dois momentos importantes a que me referi.

Também participei no Amazonas, no final de agosto, da inauguração do Cefet no Município de Coari, onde há prospecção, onde há o petróleo, onde há presença da Petrobras. Coari é um Município com uma população significativa, com muitos jovens. Após a inauguração, fui ver as instalações do Cefet. Vi os laboratórios, as salas de aula, os corredores. A escola é muito bonita, e o Governo do Presidente Lula tem como projeto a construção de 240 escolas até 2010. Que obra magnífica a construção do Cefet! Que magníficos esses espaços de ensino qualificado!

Quero chamar a atenção do Ministro Fernando Haddad, porque Tefé ficou fora. Tefé é um Município com 64 mil habitantes. É uma referência da mesorregião do Rio Solimões. Tefé é uma cidade-pólo e está

ao lado de um conjunto de Municípios. Tefé, com a população de 64 mil habitantes, carece de uma escola com esse perfil.

Por isso, Senador Paulo Paim, apresentei um projeto de lei. Quero conclamá-lo, como meu companheiro de Bancada e defensor da melhoria da educação e da ampliação dessas escolas, para que possamos construir não somente cinco escolas, mas ampliar esse número para atender essas duas cidades.

Humaitá é uma cidade histórica, pólo, uma cidade importante, tem 40 mil habitantes. Por sinal, Humaitá é a cidade onde nasceu Almino Affonso, Deputado federal e Ministro do Trabalho de João Goulart. Almino Affonso, que milita na advocacia em São Paulo, é filho da cidade de Humaitá. Da mesma forma, Humaitá é a cidade de um Senador que compõe a história política do Amazonas, que é o Senador Álvaro Maia. No período de Getúlio, Álvaro Maia, intelectual refinado, foi Senador e Governador, em todo o período de Getúlio. Então é uma cidade conhecida no Amazonas.

Quero chamar a atenção das nossas autoridades, quero chamar a atenção dos nossos Senadores no sentido de criarmos Cefet tanto no Município de Tefé como no Município de Humaitá.

Concedo um aparte a V. Ex^a, Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador João Pedro, não tinha como não fazer um aparte quando V. Ex^a trata de um tema pelo qual tenho o maior carinho e ao qual dedico parte da minha vida, que é o ensino técnico. Quero dizer a V. Ex^a que concordo, na íntegra, com V. Ex^a, Senador João Pedro. Nós temos que caminhar neste País para – quem sabe? – daqui a uma, duas ou três décadas, termos pelo menos uma escola técnica em cada Município, por menos que ele seja.

Se for um município com 2 mil pessoas, será uma escola técnica correspondente ao número de habitantes do município. Se for um município com dois milhões de habitantes, teremos tantas escolas técnicas quantas forem necessárias. Então quero cumprimentar V. Ex^a, sou parceiro nessa caminhada e queria lembrar que não só eu, mas diversos Senadores com quem já conversei passamos por escolas técnicas, inclusive o Presidente Lula, cuja base de formação é de escola técnica, o Senai. Por isso que o Presidente trata com tanto carinho a questão das escolas técnicas e fez mais escolas técnicas em seis anos do que a história das escolas técnicas, que, ano que vem, completa seis anos. Isso mostra a disposição de trabalhar na ampliação das escolas técnicas até o fim do seu Governo. E termino dizendo a V. Ex^a: se

queremos efetivamente multiplicar o número de escolas técnicas por 10, por 1000, temos também que aprovar o Fundep, que é um fundo de investimento no ensino técnico profissionalizante. O Senador Demóstenes Torres é o relator. E eu tenho conversado com ele diariamente e estou esperançoso de que ele apresente o relatório este ano para que possamos votar. Já falei com o Senador Marco Maciel, que é totalmente favorável a essa votação. Só falta o Senador Demóstenes Torres apresentar o seu relatório para fortalecer a idéia que V. Ex^a está defendendo da tribuna. Parabéns, Senador João Pedro, por estar advogando o Cefet, ou seja, mais investimentos no ensino técnico em todo o País.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim. Essa é uma forma de dominarmos a Amazônia. O Cefet é importante em todo o Brasil. E V. Ex^a foi feliz quando analisou a importância da escola em cada município deste País. Trata-se de uma escola que tem uma qualidade diferenciada. E espaço de uma escola na Amazônia é uma forma de dominarmos a Amazônia, pelo conhecimento, pela pesquisa, pela extensão. Por intermédio dessas escolas nós vamos nos encontrar com a Amazônia pelo conhecimento.

Os dois projetos de lei que apresentei são no sentido de criarmos duas escolas em cidades pólos. Tefé é uma cidade que joga um papel importante na economia. É lá nesse Município a sede de uma experiência de desenvolvimento sustentável, uma RDS, o famoso projeto Mamirauá, um projeto que tem populações tradicionais dirigindo o hotel, fazendo o manejo da piscicultura, fazendo o manejo florestal. É uma cidade importante. Tem um pelotão do Exército ali. Tem duas universidades: a Universidade Federal do Amazonas e a Universidade Estadual do Amazonas. Ou seja, criar um ensino técnico, criar um ensino médio qualificado e principalmente focado nas potencialidades da Amazônia é estratégico para que possamos dominar a Amazônia e dominar pelo conhecimento, pelo ensino, pelo estudo.

Então, espero ter a aprovação dos meus Pares no sentido de consolidarmos essas escolas Cefets nas duas cidades. Tanto Humaitá como Tefé são referências no Estado do Amazonas. Evidentemente, falo nas duas cidades, mas elas compõem uma estratégia nacional. Com esse número de 240 escolas que o Governo Lula está construindo, projeto a ser concluído em 2010, espero que o Brasil ganhe, ganhe na qualidade e ganhe na estratégia de um ensino qualificado. E essas escolas têm uma tradição. Há um respeito

todo especial. Há um olhar diferenciado para as escolas técnicas, que, por sinal, para o ano completa cem anos, e já está mudando o nome no sentido de ampliar o projeto das escolas Cefets para Instituto Tecnológico. Com isso, ganha a juventude brasileira, ganha o ensino no Brasil, ganham os lutadores pela qualidade do nosso ensino.

Então, Sr. Presidente, agradeço esse espaço e quero também agradecer o aparte do Senador Paulo Paim, um Senador do Rio Grande do Sul, mas também um Senador do Brasil, que teve sensibilidade de, no seu aparte, compreender a importância de escolas Cefets lá na Região Norte, lá na Amazônia brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.188, DE 2008

Nos termos do art. 50, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos X e XI, do Regimento Interno do Senado Federal, requero que sejam prestadas, pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, o Senhor Fernando Haddad, informações abaixo solicitadas sobre os indícios de fraudes no Programa Universidade Para Todos (PROUNI) noticiados pelo jornal **Correio Braziliense**, no dia 3 de agosto de 2008.

a) É procedente a informação de que estudantes, que atualmente admitem não ser índios ou afirmam não terem preenchido o cadastro do MEC como descendentes indígenas, estão sendo beneficiados pelo percentual de bolsas do PROUNI destinado a índios?

b) Há algum estudo do MEC que visa a inserção de critérios adicionais de classificação, além da autodeclaração?

c) Quais as providências adotadas pelo MEC para evitar, se confirmadas, as distorções apontadas?

Sala da Comissão, 9 de outubro de 2008. – Senador **Cristovam Buarque**.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ASSINAM O REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO
NA REUNIÃO DE 07/09/08, OS SENHORES SENADORES:

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
FLÁVIO ARNS	1- PATRÍCIA SABOYA GOMES
AUGUSTO BOTELHO	2- JOÃO PEDRO
FÁTIMA CLEIDE	3- MARINA SILVA
PAULO PAIM	4- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
IDELI SALVATTI	5- FRANCISCO DORNELLES
INÁCIO ARRUDA	6- MARCELO CRIVELLA
RENATO CASAGRANDE	7- MAGNO MALTA
JOÃO RIBEIRO	8- JOÃO VICENTE CLAUDINO
PMDB	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- ROMERO JUCÁ
GILVAM BORGES	2- LEOMAR QUINTANILHA
MÃO SANTA	3- PEDRO SIMON
VALDIR RAUPP	4- VALTER PEREIRA
PAULO DUQUE	5- JARBAS VASCONCELOS
LOBÃO FILHO	6- CASILDO MALDANER
GERSON CAMATA	7- NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	
(VAGO)	1- ADELMIR SANTANA
HERÁCLITO FORTES	2- (VAGO)
VIRGINIO DE CARVALHO	3- GILBERTO GOELLNER
MARCO MACIEL	4- JOSÉ AGRIPINO
(VAGO)	5- MARCO ANTÔNIO COSTA
ROSALBA CIARLINI	6- ROMEU TUMA
MARCONI PERILLO	7- CICERO LUCENA
MARISA SERRANO	8- EDUARDO AZEREDO
PAPALÉO PAES	9- SÉRGIO GUERRA
FLEXA RIBEIRO	10- LÚCIA VÂNIA
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	(VAGO)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE RELATOR	1- (VAGO)

À mesa para decisão

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O requerimento que acaba de ser lido será publicado e despachado à Mesa, para decisão.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.189, DE 2008

Nos termos do art. 258 do Regimento Interno, requero a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 87, de 2003, 54, de 2005, 51, de 2006 e 551, de 2007, por regularem a mesma matéria.

Sala das Sessões, 13 de outubro de 2008. – Senador **Marco Maciel**.

REQUERIMENTO Nº 1.190, DE 2008

Nos termos do art. 258 do Regimento Interno, requero a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 2, de 2003 e 2, de 2006, por regularem a mesma matéria.

Sala das Sessões, 13 de outubro de 2008. – Senador **Marco Maciel**

REQUERIMENTO Nº 1.191, DE 2008

Nos termos do art. 258 do Regimento Interno, requero a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 43, de 2003, 20 de 2006 e 8, de 2007, por tratarem do mesmo assunto.

Sala das Sessões, 13 de outubro de 2008. – Senador **Marco Maciel**.

REQUERIMENTO Nº 1.192, DE 2008

Nos termos do art. 258 do Regimento Interno, requero a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 32, de 2003, 22 de 2005, por tratarem do mesmo assunto.

Sala das Sessões, 13 de outubro de 2008. – Senador **Marco Maciel**.

REQUERIMENTO Nº 1.193, DE 2008

Nos termos do art. 258 do Regimento Interno, requero a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 28, de 1999 e 92, de 2007, por tratarem do mesmo assunto.

Sala das Sessões, 13 de outubro de 2008. – Senador **Marco Maciel**.

REQUERIMENTO Nº 1.194, DE 2008

Nos termos do art. 258 do Regimento Interno, requero a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 88, de 2003 e 20, de 2005, por tratarem do mesmo assunto.

Sala das Sessões, 13 de outubro de 2008. – Senador **Marco Maciel**.

REQUERIMENTO Nº 1.195, DE 2008

Nos termos do art. 258 do Regimento Interno, requero a tramitação conjunta dos Projetos de Lei da Câmara nºs 78 e 82, de 2004, e 52, de 2007, por regularem a mesma matéria.

Sala das Sessões, 13 de outubro de 2008. – Senador **Marco Maciel**.

REQUERIMENTO Nº 1.196, DE 2008

Nos termos do art. 258 do Regimento Interno, requero a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 74 e 84, de 2007, por regularem a mesma matéria.

Sala das Sessões, 13 de outubro de 2008. – Senador **Marco Maciel**.

REQUERIMENTO Nº 1.197, DE 2008

Nos termos do art. 258 do Regimento Interno, requero a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 683 e 634, de 2007; e 23, de 2008, por regularem a mesma matéria.

Sala das Sessões, 13 de outubro de 2008. – Senador **Marco Maciel**.

REQUERIMENTO Nº 1.198, DE 2008

Nos termos do art. 258 do Regimento Interno, requero a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 242 e 407, de 2005; 308 e 587, de 2007, por regularem a mesma matéria.

Sala das Sessões, 13 de outubro de 2008. – Senador **Marco Maciel**.

REQUERIMENTO Nº 1.199, DE 2008

Nos termos do art. 258 do Regimento Interno, requero a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 2008, com os Projetos de Lei do Senado nºs 295, de 2001, 578, de 2007, e 286, de 2008, por regularem a mesma matéria.

Sala das Sessões, 13 de outubro de 2008. – Senador **Marco Maciel**.

REQUERIMENTO Nº 1.200, DE 2008

Nos termos do art. 258 do Regimento Interno, requero a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 134, 135, 154, 204, 311, 338, 378, 457 e 508, de 2003; 13, 113, 196 e 227, de 2004; 3, 301, 280, 307, 339, 357, 378 e 383, de 2005; 55, 105, 159, 162, 167 e 283, de 2006; 197, 239, 287, 496, 537, 552 e 689, de 2007; 7, 148, 149 e 220, de 2008, com os Projetos de Lei da Câmara nºs 97, de 2003; e 69, de 2006, por regularem a mesma matéria.

Sala das Sessões, 13 de outubro de 2008. – Senador **Marco Maciel**.

REQUERIMENTO Nº 1.201, DE 2008

Nos termos do art. 258 do Regimento Interno, requeiro a tramitação conjunta dos Projetos de Resolução do Senado nºs 41, de 2002; e 71, de 2003, por regularem a mesma matéria.

Sala das Sessões, 13 de outubro de 2008. – Senador **Marco Maciel**.

REQUERIMENTO Nº 1.202, DE 2008

Nos termos do art. 258 do Regimento Interno, requeiro a tramitação conjunta dos Projetos de Resolução do Senado nºs 65, de 2003; 4 e 7, de 2004, por regularem a mesma matéria.

Sala das Sessões, 13 de outubro de 2008. – Senador **Marco Maciel**.

REQUERIMENTO Nº 1.203, DE 2008

Nos termos do art. 258 do Regimento Interno, requeiro a tramitação conjunta dos Projetos de Resolução do Senado nºs 3 e 35, de 2007; e 15, de 2003, por regularem a mesma matéria.

Sala das Sessões, 13 de outubro de 2008. – Senador **Marco Maciel**.

REQUERIMENTO Nº 1.204, DE 2008

Nos termos do art. 258 do Regimento Interno, requeiro a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 292, de 2004, e 232, de 2003, por regularem a mesma matéria.

Sala das Sessões, 13 de outubro de 2008. – Senador **Marco Maciel**.

REQUERIMENTO Nº 1.205, DE 2008

Nos termos do art. 258 do Regimento Interno, requeiro a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 157, de 2002, e 86, de 2007, por regularem a mesma matéria.

Sala das Sessões, – Senador **Marco Maciel**.

REQUERIMENTO Nº 1.206, DE 2008

Nos termos do art. 258 do Regimento Interno, requeiro a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 16, de 2003, 36, de 2005, 34 e 40, de 2006, 42, 51 e 56, de 2007, por regularem a mesma matéria.

Sala das Sessões, 13 de outubro de 2008. – Senador **Marco Maciel**.

REQUERIMENTO Nº 1.207, DE 2008

Nos termos do art. 258 do Regimento Interno, requeiro a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 106, de 2005, com os Projetos de Lei do Senado nºs 85 e 193, de 2003, 205 e 254, de 2005, e 301, de 2006, por regularem a mesma matéria.

Sala das Sessões, – Senador **Marco Maciel**.

REQUERIMENTO Nº 1.208, DE 2008

Nos termos do art. 258 do Regimento Interno, requeiro a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 459, de 2003, e 238, de 2004, por regularem a mesma matéria.

Sala das Sessões, 13 de outubro de 2008. – Senador **Marco Maciel**.

REQUERIMENTO Nº 1.209, DE 2008

Nos termos do art. 258 do Regimento Interno, requeiro a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 615, de 2007, e 283, de 2008, por regularem a mesma matéria.

Sala das Sessões, 13 de outubro de 2008. – Senador **Marco Maciel**.

REQUERIMENTO Nº 1.210, DE 2008

Nos termos do art. 258 do Regimento Interno, requeiro a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 83, 84 e 513, de 2007, por regularem a mesma matéria.

Sala das Sessões, 13 de outubro de 2008. – Senador **Marco Maciel**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa, para decisão.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa, mensagem que passo a ler.

É lida a seguinte:

**MENSAGEM
DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

– Nº 204, de 2008 (nº 759/2008, na origem), de 6 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 133, de 2008 (nº 3.721/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício

de 2008, com o objetivo de fomentar as exportações do País, sancionado e transformado na Lei nº 11.793, de 6 de outubro de 2008.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Será encaminhado à Câmara dos Deputados um exemplar de autógrafo do projeto sancionado.

O processado vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– A Presidência recebeu o **Aviso nº 60, de 2008** (nº 353/2008, na origem), do Ministro da Fazenda, encaminhando, nos termos do art. 41 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, o relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquela Pasta, no mês de agosto de 2008, a tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação da Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios.

O Ministro esclarece, ainda, que os dados relativos às dívidas consolidadas dos Estados foram extraídos dos Relatórios de Gestão Fiscal elaborados pelos entes da Federação, em cumprimento ao art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

O expediente vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Encerrou-se na última sexta-feira o prazo para apresentação de emendas às seguintes matérias:

- **Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2008** (nº 6.981/2006, na Casa de origem), que assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005;
- **Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2008** (nº 2.930/2004, na Casa de origem), que denomina Usina Hidrelétrica de Sobradinho Paulo de Souza Coelho a usina de Sobradinho no rio São Francisco;
- **Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2008** (nº 6.202/2005, na Casa de origem), que denomina Rodovia Federal Deputado Ivo Cersósimo a BR-463 no trecho entre Dourados e Ponta Porã, no Estado de Mato Grosso; e
- **Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 2008** (nº 1.372/2007, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional do Rock.

Aos Projetos não foram oferecidas emendas.

As matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Esgotou-se na última sexta-feira o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 459, de 2007, de autoria do Senador Gim Argello, que *autoriza a criação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Distrito Federal – CEFET/DF*.

Tendo sido aprovada em apreciação terminativa pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, a matéria vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –

Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Papaléo Paes, Alvaro Dias, Sérgio Guerra, João Tenório e Flexa Ribeiro enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, Inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs.

Senadores, venho à tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Escalada tributária”, publicada pelo jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição de 22 de julho do corrente.

A matéria destaca que números consolidados do primeiro semestre denunciam mais um recorde de arrecadação da Receita Federal: um aumento de mais de 10% em relação a 2007. Segundo o jornal as cifras impressionam se contrastadas com o drama encenado pelo governo na virada do ano, quando o presidente Lula falava em “cortar na veia” os gastos, já que não poderia contar com os recursos da CPMF.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Escalada tributária

NÚMEROS consolidados do primeiro semestre denunciam mais um recorde de arrecadação da Receita Federal: aumento de mais de 10% em relação a 2007. As cifras impressionam se contrastadas com o drama encenado pelo governo na virada do ano, quando o presidente falava em “cortar na veia” os gastos, já que não poderia contar com os recursos da CPMF.

Seis meses depois, não houve impacto nenhum nos gastos, a arrecadação disparou e o governo ensaia aprovar uma substituta da CPMF, a CSS —a medida já passou na Câmara e aguarda que se abaixe a poeira eleitoral para ir à votação no Senado.

Os fatores extraordinários evocados nos primeiros meses do ano pelo governo para justificar o inaudito aumento de arrecadação tornam-se cada vez me-

nos plausíveis como explicação. É mais fácil acreditar no estudo do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário, que mostra que a carga tributária escalou no primeiro trimestre a 38,9% do PIB —quase cinco pontos acima do valor dos três primeiros meses do governo Lula, em 2003.

Os mais de R\$ 333 bilhões arrecadados na primeira metade de 2008 mostram que há espaço suficiente para reduzir essa carga. O mínimo que se espera é que o projeto da CSS seja retirado ou derrotado no Senado.

Além disso, o governo deveria aproveitar a verba adicional para aumentar o alvo do superávit fiscal, ajudando a combater a inflação, cuja projeção de mercado para este ano já rompe o teto da meta oficial. Mas a palavra “poupar” não é popular em Brasília, tanto menos em ano eleitoral.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada, “MP denuncia Matilde por gastos com cartão corporativo”, publicada pelo jornal **O Globo** em sua edição de 8 de agosto de 2008.

A matéria destaca que o Ministério Público Federal denunciou por improbidade administrativa a ex-ministra Matilde Ribeiro, da Igualdade Racial. Ela é acusada de fazer gastos indevidos entre 2006 e 2007 com um cartão corporativo do governo federal. A ação pede a devolução aos cofres públicos de cerca de R\$ 160 mil.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos **Anais do Senado Federal**.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

MP denuncia Matilde por gastos com cartão corporativo

Bernardo Mello Franco

• BRASÍLIA. O Ministério Público Federal denunciou ontem por improbidade administrativa a ex-ministra Matilde Ribeiro, da Igualdade Racial. Ela é acusada de fazer gastos indevidos entre 2006 e 2007 com um cartão corporativo do governo federal. A ação pede a devolução aos cofres públicos de cerca de R\$ 160 mil. Se for condenada, Matilde pode ser multada e perder os direitos políticos por até oito anos.

Na denúncia, a procuradora Ana Carolina Roman diz que a ex-ministra usou o cartão para bancar despesas que deve-

riam ter sido contratadas por licitação, e só devolveu à União R\$ 4.700 dos R\$ 165.500 que teriam sido gastos irregularmente em locomoção e hospedagem: "A ré fez uso do cartão corporativo para custear despesas que deveriam ter licitadas e, portanto, essas são despesas consideradas ilegais. Assim, a utilização do cartão corporativo pela ré representou grave prejuízo ao erário, no importe de R\$ 165.503,70".

A ex-ministra ganhou notoriedade no caso por ter usado o cartão corporativo para pagar uma conta de R\$ 415,15 no free shop. Ela alegou ter con-

fundido o cartão corporativo com o pessoal.

Ao comparecer à CPI do Cartão Corporativo, no início de abril, a petista foi recebida com festa por parlamentares da bancada governista. Ao fim da sessão, o deputado Maurício Quintella (PR-AL) disse que ela havia sido "absolvida pela CPI e pelo Brasil". Ontem, a presidente da comissão, senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), comemorou a denúncia.

— Isso mostra que a apuração não foi em vão. Estou com a alma lavada — disse.

Matilde não comentou o assunto. ■

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores venho à tribuna no dia de hoje para registrar a matéria intitulada "O GOLPE DOS MENSALLEIROS", publicada pela revista **Veja** em sua edição de 25 de junho de 2008.

A reportagem destaca a manobra dos líderes do mensalão, entre eles o ex-deputado Bispo Rodrigues e os deputados Valdemar da Costa Neto e João Paulo Cunha, que pretendem aprovar uma Lei que acaba com o foro privilegiado. Segundo a reportagem, a proposta, oportunista, livraria todos os políticos que respondem a processos no Supremo Tribunal Federal de uma condenação rápida, já que, sendo processados pela

Justiça comum, os mensaleiros podem contar com a morosidade e com todas as manobras protelatórias que a Lei permite ao acusado, podendo, assim, escapar com a prescrição do crime.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos **Anais do Senado Federal**.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O GOLPE DOS MENSALLEIROS

Eles querem usar
uma ótima idéia
— o fim do foro
privilegiado para
políticos — para se
livrar da cadeia

Expedito Filho

O foro privilegiado é um instrumento que permite aos políticos responder a processos criminais, como os de corrupção, apenas perante tribunais superiores. Apontada por especialistas como uma das causas da impunidade, ele parece estar com os dias contados. Na semana passada, uma comissão da Câmara dos Deputados aprovou, por unanimidade, um texto que devolve os políticos mal-intencionados ao mundo dos cidadãos comuns. Para virar lei, a proposta ainda precisa ser aprovada pelo plenário e, depois, referendada no Senado. Antes refratários à perda da prerrogativa, agora muitos políticos se posicionam contra a sua existência. Não, não se trata de uma onda de moralidade. Ao contrário. O que move a aprovação da nova lei é a velha má intenção dos espertalhões. Nos bastidores, a articulação para aprovar o texto tem contado com o empenho dos mensaleiros, os personagens do maior escândalo político do governo Lula, flagrados pagando e recebendo propinas. São eles hoje os principais apoiadores da emenda, e por uma razão elementar: eles querem continuar impunes. Vêm no fim do foro privilegiado a única maneira de escapar de uma provável condenação por crimes que vão de corrupção a formação de quadrilha.

Hoje, existem cerca de 450 processos contra políticos tramitando nos tribunais superiores de Brasília. Não há um único caso de condenação. No fim do ano passado, o ministro Joaquim Barbosa, do Supremo Tribunal Federal, numa sessão histórica, transformou em réus quarenta pessoas, algumas delas expoentes de primeira grandeza no Congresso e no Executivo havia bem pouco tempo. Por empenho e dedicação pessoal do ministro, o processo tem se mostrado célere, o que preocupa os mensaleiros acusados. Prevendo um desfecho incomum para o caso — o grupo começou a buscar alternativas para manter a tradição de impunidade dos crimes que têm políticos como personagens principais. Os mensaleiros se reúnem periodicamente em São Paulo para discutir estratégias. De um dos últimos encontros, que contou com a presença do ex-deputado bispo Rodrigues e dos deputados Valdemar Costa Neto e João Paulo Cunha, entre outros próceres republicanos, veio a solução: ficou decidido que a melhor alternativa para escapar da Justiça seria protelar o julgamento do caso até a sua prescrição legal. Como fazer isso? Aprovando a emenda que põe um ponto final no foro privilegiado — o que, além do mais, conta com a simpatia da população.

O deputado Regis de Oliveira, autor do relatório aprovado na semana passada, calcula que o projeto de emenda constitucional pode ser sancionado até o início de 2009. Se isso ocorrer, o processo dos mensaleiros deixará o STF e irá para a Justiça comum. A diferença a partir daí é que os réus ganhariam condições de usar toda sorte de chicana jurídica para atrasar a tramitação — o contrário do que ocor-

re no Supremo, em que uma eventual condenação seria definitiva, sem nenhuma possibilidade de recurso ou protelação. Os ministros do STF anunciaram que pretendem concluir o julgamento em, no máximo, dois anos. Já na Justiça comum, em caso de uma eventual condenação os acusados ainda poderiam recorrer a pelo menos outras duas instâncias, inclusive ao próprio Supremo Tribunal Federal. Os advogados dos mensaleiros fazem a matemática da enrolação. Num prazo de seis anos, em média, os principais crimes cometidos pela quadrilha estariam legalmente prescritos.

“Isso é ótimo. Muito bom mesmo”, comemorou na semana passada um ex-deputado federal que integra o rol dos acusados, depois da aprovação do projeto na Comissão Especial que analisou a emenda. “Agora, é só fazer o trabalho de bastidor.” O trabalho de bastidor, segundo ele, consiste em mobilizar todas as bancadas dos partidos envolvidos no mensalão para aprovar a emenda no menor prazo possível. Entre os interessados estão o PT, o PR, o PTB, o PP e o PMDB. Juntos, eles somam 276 votos na Câmara e 45 no Senado. Com o apoio dos demais partidos aliados da base do governo, eles teriam número suficiente para aprovar a emenda nas duas casas. O ex-ministro José Dirceu, apontado como o chefe da quadrilha, confidenciou a um aliado que não se envolveu nas negociações sobre o fim do foro especial. Ele garante que prefere ser julgado pelo STF, que, acredita, o absolverá das acusações de corrupção ativa e formação de quadrilha. Ele continua a ser um homem sincero. ■

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “A mãe do DOSSIÊ”, publicada pela revista **IstoÉ** em sua edição de 28 de maio de 2008.

A matéria destaca como Erenice Guerra, fiel escudeira da ministra Dilma Rousseff, comandou a montagem da relação de gastos sigilosos do ex-presidente FHC e de dona Ruth.

Sr. Presidente, para concluir, requiro que a referida matéria passe a integrar os **Anais do Senado Federal**.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO TENÓRIO EM SEU PRONCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

DOSSIÊ

Como Erenice Guerra, fiel escudeira da ministra Dilma Rousseff, comandou a montagem da relação de gastos sigilosos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e de dona Ruth

SÉRGIO PARDELLAS E RUDOLFO LAGO

No início de fevereiro, o Palácio do Planalto vivia momentos de extrema tensão. A iminente CPI dos gastos com cartões corporativos rondava o governo Lula e poderia nocautear diversos ministros, além de criar situações constrangedoras ao próprio presidente. Era preciso reagir. Foi nesse contexto que começou a gestação de uma relação com os gastos sigilosos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e da ex-primeira-dama Ruth Cardoso. A mãe dessa lista, mais tarde chamada de dossiê, é Erenice Alves Guerra, secretária-executiva da Casa Civil e fiel escudeira da ministra Dilma Rousseff. Na ensolarada manhã da sexta-feira 8 de fevereiro, Erenice convocou quatro pessoas para uma reunião de emergência em seu gabinete: o secretário de Administração, Norberto Temóteo Queiroz, o ex-secretário de Controle Interno José Aparecido Nunes Pires, a chefe de gabinete de Erenice, Maria de La Soledad Castillo, conhecida como Marisol, e o responsável pela Diretoria de Orçamento e Finanças, Gilton Saback Maltez. Num tom enérgico que faz jus ao sobrenome que carrega, Erenice começou a reunião com uma frase que lhe é característica. “Isto é uma ordem”, afirmou. Em seguida, explicou que a missão prioritária daquele grupo seria a de fuçar, esmiuçar e compilar gastos com cartões corporativos desde 1998 (ano em que FHC se elegeu para o segundo mandato), de preferência aqueles que pudessem vir a constranger o ex-presidente e dona Ruth, caso se tornassem públicos. Nenhum dos presentes fez qualquer questionamento e **a reunião foi encerrada da mesma forma como começou: “Isto é uma ordem.”**

Na segunda-feira seguinte, 11 de fevereiro, os dados solicitados por Erenice começaram a ser organizados e filtrados na Diretoria de Logística (Dilog). A maior parte do material foi utilizada para a formação do que a ministra Dilma posteriormente chamaria de “banco de dados” sobre os gastos com cartões e aqueles considerados sigilosos. Uma outra parte, escolhida a dedo, segundo os critérios ditados por Erenice na reunião de 8 de fevereiro, era copiada e a cópia preenchia um outro arquivo paralelo de uma planilha Excel. Foi esse arquivo paralelo que em 20 de fevereiro deixou o computador de José Aparecido na Casa Civil e aportou na caixa postal eletrônica de André Fernandes, assessor parlamentar do senador Alvaro Dias (PSDB-PR), um dos mais eloquentes defensores de uma CPI para investigar os gastos com os cartões corporativos do governo Lula.

Como fora planejado por Erenice, os gastos que em tese poderiam constranger o primeiro-casal do governo anterior acabaram se tornando públicos. Mas **a fiel escudeira da ministra Dilma perdeu o controle da situação quando a Polícia Federal se instalou no interior da Casa Civil** para realizar uma investigação sobre o vazamento de dados sigilosos. Sob o comando do ministro da Justiça, Tarso Genro, que não reza pela mesma cartilha de Dilma, a PF não poupou ninguém e agiu mais rápido do que de costume.

O assessor parlamentar André e o ex-secretário de



Controle Interno da Casa Civil José Aparecido são velhos conhecidos, embora não mantenham relação de profunda amizade. Ambos ficaram preocupados com os rumos tomados pela investigação da PF, que identificou não só o computador de onde os dados saíram como também o equipamento a que foram remetidos. Na segunda-feira 24 de março, os dois marcaram um almoço no pequeno restaurante do Clube Naval de Brasília. José Aparecido sabia que o seu inlicenciamento pela Polícia Federal seria uma questão de tempo. André lhe sugeriu, então, que assumisse toda a responsabilidade pelo vazamento. “Você precisa dizer que fez tudo e assumir a responsabilidade por isso”, disse André. “Você está louco? Não vou assumir nada. Até porque quem estava fazendo era a Erenice”, respondeu José Aparecido. Dias depois, ele soube que André havia usado o telefone celular para gravar a conversa que tiveram no restaurante. Na semana passada, em depoimento prestado na CPI,

José Aparecido estava munido de uma decisão judicial que lhe assegurava o direito de não responder o que lhe fosse perguntado e até de mentir. Mesmo assim, estava disposto a contar como Erenice comandou a elaboração do dossiê. Mas, como André, que prestou depoimento horas antes, não apresentou a gravação, preferiu poupar a ex-chefe. Não detalhou nem a reunião do dia 8 de fevereiro nem o conteúdo da conversa no restaurante do Clube Naval. André, porém, foi enfático ao dizer que teve de José Aparecido a informação de que foi mesmo Erenice a mãe do dossiê.

Na Casa Civil, até quem não participou do processo de produção do que o governo convencionou chamar de “banco de dados” vê com naturalidade o fato de a orientação ter partido da secretária-executiva da Pasta. Nascida na capital federal, Erenice – advogada formada pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília (Ceub), com especialização nas universidades de São Paulo (USP) e de Brasília (UnB) – sempre teve carta branca de Dilma para se movimentar e agir livremente, mesmo sobre questões administrativas mais delicadas. Segundo assessores da Casa Civil, a advogada de 49 anos, na ausência

de Dilma, comanda a Casa Civil com mão de ferro. Não raro, aos berros. Durona e enérgica, características comuns a Dilma no estilo de comandar, Erenice não costuma se deixar intimidar nem por figuras de proa do governo Lula. Ministros como Luis Dulci, da Secretaria-Geral da Presidência, e Franklin Martins, da Comunicação Social, já teriam experimentado a ira da mãe do dossiê.

Uma demonstração de que Erenice é uma fortaleza na Casa Civil é a quantidade de tarefas que Dilma sempre delegou à subordinada. Em 2007, ela foi escalada por Dilma para fiscalizar com lupa a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), cujo orçamento anual supera R\$ 1,5 bilhão, depois que a Controladoria-Geral da União encontrou diversas irregularidades no órgão. No ano passado, Erenice nomeou seu irmão Antônio Eudacy Alves Carvalho para um cargo na *Infraero de Salvador*. Eudacy, no entanto, acabou exonerado em agosto do mesmo ano pelo atual presidente da empresa, Sérgio Gaudenzi, depois que a imprensa publicou uma série de reportagens sobre o cabide de empregos em que a *Infraero* se transformara. No final de 2007, Erenice voltou a dar demonstrações de sua força: vetou uma indicação do ministro das Comunicações, Hélio Costa, para conselheiro da Agência Nacional de Telecomunicações. Costa ficou uma fera. Não conseguiu, no entanto, emplacar o afilhado político Jarbas Valente.

Também foi ela quem venceu os controladores de vão a suspender o motim de março do ano passado. Junto com o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, Erenice chegou por volta das 23h ao Cindacta 1, em Brasília, e começou a negociar com os grevistas. Mostrou pulso. “Estamos cansados de promessas. Nossos anseios estão engavetados. Não houve nada de concreto até hoje”, reclamou um dos líderes dos controladores. “Nós nunca viemos aqui antes para prometer absolutamente nada para vocês. Então, para essa relação ficar qualificada, não pode partir dessa premissa”, rebateu Erenice.

Dilma se encantou com Erenice no governo de transição, quando a advogada foi chamada para integrar a equipe do futuro governo Lula e impressionou pelos conhecimentos sobre o setor energético adquiridos na Eletronorte, quando ocupou cargos de gerência de 1981 a 1994. No Ministério de Minas e Energia, Erenice foi o braço direito de Dilma na formulação do novo modelo do setor. Em uma reunião com assessores, Dilma chegou a dizer que Erenice era um modelo de profissional. “Gosto de trabalhar com gente competente como Erenice”, disse Dilma.

Já à frente da Casa Civil, Dilma incumbiu Erenice de monitorar setores importantes do governo. A advogada foi nomeada para os conselhos da Petrobras, da Eletronorte e da Companhia Hidrelétrica do São Francisco. Este ano saiu da Petrobras, mas ganhou uma cadeira no conselho do BNDES. Somando todas as funções, Erenice recebe cerca de R\$ 30 mil mensais. O salário mensal dos secretários-executivos, como Erenice, é de R\$ 12,7 mil. Além disso, ela ganha cerca de R\$ 4,5 mil de cada conselho que integra. São os chamados jetons. Ainda em 2006, por “relevantes serviços prestados ao governo”, Erenice foi condecorada com a medalha do Mérito Mauá, concedida pelo Ministério dos Transportes.

Mãe de duas filhas, Erenice mora na Asa Sul. Católica, frequenta as missas da Igreja São Paulo Apóstolo. A exemplo da chefe, também não descuida da aparência. Foi ela, inclusive, quem indicou o salão de beleza *Metamorphose*, do qual Dilma se tornou habitué. Na Casa Civil, costuma usar vestidos escuros, não raro pretos, e bem comportados. Mas abusa da extravagância ao usar chapéus e boinas nos eventos palacianos. No quarto andar do Palácio do Planalto ninguém ousa fazer reparos à maneira de Erenice se vestir. Atualmente, no entanto, há quem não se acanhe em dizer que a segunda mulher da Casa Civil avançou o sinal ao produzir um dossiê sobre gastos sigilosos do antecessor do presidente Lula. ■

A HISTÓRIA DO DOSSIÊ

A ORDEM

Em 8 de fevereiro, Erenice Guerra convoca reunião em seu gabinete e determina a montagem de uma lista com gastos que pudessem constar o ex-presidente FHC e dona Ruth

A EDIÇÃO

Em 11 de fevereiro, alguns dados sigilosos são pinçados de um banco de dados e separados em arquivo paralelo, numa planilha Excel. É o arquivo que a oposição chama de dossiê

A REVELAÇÃO

Depois de a PF começar a investigar o caso, José Aparecido Nunes Pires revela ao assessor parlamentar André Fernandes que Erenice comandou a elaboração do dossiê

O COFRE, A CADEIA E O DOSSIÊ

Em 1960, João Gilberto lançou um disco que resumiu seu ideal de Brasil em três palavras: o amor, o sorriso e a flor. Agora, no momento em que se comemoram 50 anos da bossa nova, os instrumentos tocados pela banda que governa o País são também apenas três: o cofre, a cadeia e o dossiê. As chaves do cofre, naturalmente, estão nas mãos da patota mais próxima, os petistas de carteirinha. A cadeia e o dossiê servem para os inimigos, mas principalmente para os aliados que se tornam caros demais e, portanto, incômodos.

Exemplos desse método fascista de governar têm se repetido com frequência – e deixado seqüelas. Em 2005, a crise do mensalão só veio à tona porque o Palácio do Planalto decidiu implodir um aliado inconveniente: o deputado Roberto Jefferson, do PTB. No ano passado, a CPMF foi para o brejo porque algumas lideranças petistas, de olho no comando do setor elétrico, montaram operações policiais contra os caciques do PMDB. Entre eles, Renan Calheiros e José Sarney. Desta vez, o alvo da central oficial de escândalos é o chamado bloquinho de partidos liderado por Paulo Pereira da Silva, do PDT, que reúne 79 deputados, apenas três a menos do que o PT. E o passo seguinte às denúncias,

naturalmente, será a pressão pela retomada dos cargos federais entregues a essa turma.

Um dos integrantes do “bloquinho”, o deputado Aldo Rebelo, que é pré-candidato à Prefeitura de São Paulo pelo PCdoB, enxergou o fenômeno. Disse que o PT é um partido que parece querer “devorar seus aliados”. Usando uma referência da mitologia grega, comparou o Partido dos Trabalhadores ao deus Cronos, que, por medo de ser destronado, devorava todos os filhos que nasciam.

O ritual desses festins diabólicos é também curioso. Primeiro, a polícia política e o batalhão de inteligência do governo elaboram relatórios e dossiês, que abastecem a imprensa investigativa. Depois, os alvos das operações se dizem vítimas de conspirações

palacianas e, em geral, apontam o dedo para a Casa Civil. Por último, buscam o derradeiro abraço do presidente Lula, que finge não ter nada a ver com nada. É uma lógica perversa, que vai deixando mortos pelo caminho e criando a sucessão de escândalos que domina o noticiário político. Mas é também um jeito perigoso de governar. De tanto devorar seus aliados, o PT acabará sendo comido por eles, num longo e delicioso banquete.

De tanto devorar seus próprios aliados, o PT acabará comido por eles num delicioso banquete

NA CPI

Com uma decisão judicial que lhe permite se calar e até mentir, José Aparecido se recusa a contar tudo o que sabe aos parlamentares, mas será denunciado pela PF

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “NY: provas secretas contra o governo”, publicada no jornal **O Globo** em sua edição de 11 de julho de 2008.

A matéria destaca que, documentos que surgiram em dois processos movidos na briga societária pela Brasil Telecom (BrT) na Justiça de Nova York, em 2006, envolveriam diretamente o presidente Lula. Segundo esses documentos, o presidente Lula teria interferido diretamente em favor do Citigroup, para

que este retirasse o banqueiro Dantas da direção da Brasil Telecom.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os **Anais do Senado Federal**.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

NY: provas secretas contra o governo

Documentos que sustentam ameaça de Dantas ao Planalto são inéditos

Leila Suwwan

• BRASÍLIA e NOVA YORK. As ameaças de Daniel Dantas de entregar o PT e o Planalto, o que envolveria diretamente o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, estão fundamentadas numa quantidade imensa de documentos que surgiram em dois processos movidos na briga societária pela Brasil Telecom (BrT) na Justiça de Nova York em 2006. A documentação é sigilosa e permanece inédita. E, apesar dos sinais de tranquilidade do governo federal ante a intimidação, a papelada, ou parte dela, jamais chegou a seu conhecimento.

O conjunto de “provas” vai desde material secreto da empresa de investigação Kroll, contratada pelo grupo ligado a Dantas, até correspondências internas do Citigroup, que se aliou aos fundos de pensão, com apoio do governo, para remover o banqueiro do controle da BrT.

Dantas e seus advogados tiveram acesso a correspondências internas do Citigroup, que

acusam a interferência direta de Lula e relatam o “ódio” do governo ao banqueiro. A partir desses documentos, os advogados argumentaram que o Citigroup sofreu pressões diretas do Planalto e precisava ter em mente os interesses mais amplos do banco no Brasil, que poderiam ser prejudicados se o caso BrT não fosse conduzido segundo a vontade do governo.

Supostos encontros de Lula com executivos do Citigroup

As correspondências não foram reveladas, mas foram citadas em audiências na Justiça. Os advogados de Dantas afirmaram que o então executivo do Citigroup Gustavo Marin relatou, após um encontro com Lula, que “o governo do Brasil odeia Daniel Dantas”. Em outro momento, argumentaram que as ligações e contatos do Citibank com o Planalto demonstram que estavam “perseguindo interesses mais amplos” que os da BrT.

Essas falas fazem suposta referência a um encontro de Lula

com executivos do Citi em viagem a Nova York em 23 de junho de 2004. Além disso, fariam referência a reuniões no primeiro semestre de 2003, quando representantes de Citi e Opportunity — à época unidos — se encontraram com o então ministro José Dirceu (Casa Civil) e o então presidente do Banco do Brasil, Cássio Casseb. Hoje, sabe-se que Dantas tentou se aproximar do Planalto pelos advogados Roberto Teixeira e Antonio Carlos de Almeida Castro.

Casseb é o único elo conhecido até o momento com o outro processo que tramitou em Nova York. Após o afastamento do grupo de Daniel Dantas da BrT, os gestores ligados ao Citi entraram com uma ação para exigir a entrega de toda a documentação levantada pela empresa Kroll no Brasil, EUA e Itália entre 2000 e 2005. Um dos itens sob disputa indicava o “monitoramento” de Casseb e é datado de maio de 2003.

Apesar de ter contrato com a BrT, a Kroll resistiu o quanto

pôde a repassar os arquivos aos novos gestores, uma ordem deixada por Carla Cicco, do grupo de Dantas e afastada. O material, mais de dois mil itens reunidos em 21 caixas e ao preço total de US\$ 10 milhões, foi entregue. Mas a Kroll, alegando segredo industrial, conseguiu manter a guarda de tudo que dizia respeito a seu modo de operar.

O processo, que está na Corte distrital sul de Manhattan, tem mais de seis caixas de documentos e de transcrição de depoimentos, mas a maioria deste material não está acessível ao público porque foi feito um acordo de sigilo entre as partes. Em meio a este material, há pelo menos uma carta, protocolada sob o número 315, na qual se faz menção a um pedido de propina. A ação judicial foi movida pelo Citi contra o Opportunity, a quem acusa de conduta profissional indevida e pede US\$ 300 milhões em indenização. ■

COLABOROU *Marília Martins* (correspondente)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, dia 14, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 130, DE 2008

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 2008 (nº 3.452/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre a criação da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais, sobre a criação de cargos de Analista Técnico e de Agente Executivo da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, sobre a transformação de cargos na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, altera o Anexo I da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, para adaptar os quantitativos de cargos da ANVISA, a Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, que dispõe sobre a Carreira de Analista de Infra-Estrutura e sobre o cargo isolado de provimento efetivo de Especialista em Infra-Estrutura Sênior, e altera a Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007, para prever a fórmula de pagamento de cargo em comissão ocupado por militar, e a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003.*

Dependendo de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

(Sobrestando a pauta a partir de 17-10-2008)

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Jus-

tiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 5, DE 2005

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que *altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições.*

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 38, DE 2004

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.*

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 50, DE 2006

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006,

tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar.*

Pareceres sob n.ºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1.º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2.º pronunciamento: (sobre a Emenda n.º 1, de Plenário) Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que oferece.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

N.º 86, DE 2007

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição n.º 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2.º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).*

Pareceres sob n.ºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1.º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda n.º 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2.º pronunciamento: (sobre a Emenda n.º 2-Plen), Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, favorável parcialmente, com Subemenda, que apresenta.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

N.º 7, DE 2008

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição n.º 7, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Gim Argello, que *altera os arts. 21, 22 e 48 da Constituição Federal, para transferir da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.*

Parecer favorável, sob n.º 727, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 20, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição n.ºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição n.º 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

Parecer sob n.º 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição n.º 20, de 1999, com a Emenda n.º 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 18, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição n.ºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição n.º 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.*

10

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 3, DE 2001

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição n.ºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição n.º 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o*

artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.

11

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 26, DE 2002**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.*

12

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 90, DE 2003**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.*

13

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2004**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*

14

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).*

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Morais, oferecendo a redação do vencido.

15

**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2001 (nº 5.270/2001, naquela Casa), que *altera o art. 36 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 1.345 e 1.346, de 2007, das Comissões

– de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador João Durval, favorável, com as adequações redacionais propostas, e

– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator ad hoc: Senador Renato Casagrande, favorável.

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele).*

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.*

Parecer favorável sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.*

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas.*

Pareceres sob nºs 603 e 604, de 2007, das Comissões:

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Magno Malta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, de redação, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, nos termos da Emenda nº 3-CAS (Substitutivo), que oferece.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003,

na Casa de origem), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).*

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).*

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).*

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Roberto Saturnino.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova*

no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).

Parecer favorável sob o nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Eduardo Suplicy .

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.*

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela.*

Parecer sob o nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator ad hoc: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários.*

Parecer favorável, sob nº 926, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Paulo Paim.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que *acres-*

centa o § 3º-C ao art. 30 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos).

Parecer favorável, sob nº 1.163, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Valter Pereira.

28

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que *acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços.*

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e subemenda que apresenta, e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

29

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 306, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que *acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.*

30

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.*

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

31

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.*

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda que oferece.

32

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que *acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.*

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

33

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.*

34

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).*

35

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.*

36

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº

35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.

37

PARECER Nº 106, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, *concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, à Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa.*

38

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. (Fixação e ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.)*

39

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, *solicitando a dispensa do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos ao Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, uma vez que o prazo naquela Comissão já se encontra esgotado. (Gestão de florestas públicas; institui o Serviço Florestal Brasileiro na estrutura do Ministério do Meio Ambiente)*

40

REQUERIMENTO Nº 1.230, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.230, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, *solicitando voto de censura ao juiz Edilson Rumbelsperger Rodrigues, da 1ª Vara Criminal e de Menores de Sete Lagoas – MG, pela falta de ética e compromisso moral ao rejeitar pedidos de medidas cautelares contra homens que agrediram ou ameaçaram suas companheiras.*

Parecer favorável, sob nº 618, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon.

41

REQUERIMENTO Nº 847, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 847, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando voto de solidariedade ao Senador Eduardo Azeredo, em razão de correspondência por ele recebida, subscrita pelo Sr. Marco Aurélio Garcia, Assessor Especial de Política Externa do Presidente da República, relativa ao pronunciamento do Senador na sessão do Senado no último dia 11 de junho, sobre a mudança de opinião do Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, em relação às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc).*

42

REQUERIMENTO Nº 877, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 877, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando voto de congratulação ao governo colombiano, aos familiares e ao povo colombiano pela libertação da ex-senadora e ex-candidata presidencial Ingrid Betancourt, de onze militares colombianos e três soldados americanos, que estavam em poder das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), e que este acontecimento seja utilizado como marco para o estabelecimento de um processo de paz e resolução pacífica do conflito armado vivenciado pelo país irmão.*

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 6 minutos.)

Ata da 189ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 14 de outubro de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Garibaldi Alves Filho, Alvaro Dias, Mão Santa, Romeu Tuma,
Jayme Campos e Paulo Paim*

(Inicia-se a sessão às 14 horas e encerra-se às 21 horas e 9 minutos)

É o seguinte o registro de comparecimento:

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 14/10/2008 07:30:03 até 14/10/2008 21:09:55

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PTB	AL	ADA MELLO	X	
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X	
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	X	
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	
Bloco-PT	MS	DELÍCIDIO AMARAL	X	
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZÉREDO	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	X	
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	X	
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	
PMDB	ES	GÉRSO CAMATA	X	
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	X	
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	
PTB	DF	GÍM ARGELLO	X	
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	
PDT	AM	JEFFERSON PRAIA	X	
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X	
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X	
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
PMDB	TO	LÉOMAR QUINTANILHA	X	
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	X	
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	
DEM	TO	MARCO ANTÔNIO COSTA	X	
DEM	PE	MARCO MACIEL	X	
PT	AC	MARINA SILVA	X	
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X	
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X	
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X	
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	
PTB	SP	ROMEU TUMA	X	
PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	X	
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X	
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PSC	SE	VIRGINIO DE CARVALHO	X	

Compareceram: 63 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– V. Ex^a tem a palavra, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço a minha inscrição para uma comunicação parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– V. Ex^a está inscrito em primeiro lugar.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Senador Mão Santa.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pela ordem.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Pela ordem. Já falou um do PT. Agora, a sua sabedoria da justiça cede a vez a outro partido.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – É pela ordem de chegada que funciona, não é, Sr. Presidente? Então, pela ordem de chegada: a segunda a chegar foi a Senadora Serys Silhessarenko, e eu fui a terceira.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Então, V. Ex^a fica em terceiro, e a Senadora Serys, em segundo, democraticamente. E o Senador Mão Santa fica na reserva.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Eu quero estar no coração de V. Ex^a, porque estou inscrito também...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– No meu coração já está...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Estou inscrito também como orador. Dê um jeito aí...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– O Piauí não deixará de ocupar a tribuna no dia de hoje.

Com a palavra, o Senador Papaléo Paes, por permuta com o Senador Aloizio Mercadante, que havia permutado anteriormente com o Senador Paulo Paim.

Após tríplice permuta, concedo a palavra ao Senador Papaléo Paes.

V. Ex^a tem dez minutos para o seu pronunciamento.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de eu começar

meu pronunciamento, quero recomendar a todos os que nos estão assistindo, inclusive aos companheiros e companheiras aqui do Senado, que leiam o artigo do Presidente Nacional do PSDB, Senador Sérgio Guerra, publicado hoje, dia 14 de outubro de 2008, na seção “Tendências/Debates” do jornal Folha de S. Paulo. Senador Mão Santa, aqueles que o lerem verão o que é um artigo equilibrado e que realmente retrata o que nós estamos vivendo e próximos a viver diante desta crise econômica mundial.

Sem jamais pretender me aproximar desse artigo, trouxe o mesmo assunto, um assunto já preparado por nós para servir como o meu pronunciamento de hoje.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ainda que não seja possível dimensionar, em seu conjunto, os efeitos vindouros da crise econômica mundial, é evidente que ela não vem nos atingir tão-só como uma turbulência passageira – ou, para retomar a linguagem figurada usada pelo Presidente da República, como uma simples marola.

As conseqüências indesejadas já estão se fazendo sentir e em um ritmo preocupante. Um único sinal bastaria para demonstrar a gravidade da situação e os riscos que ela traz à estabilidade econômica e financeira do País. Refiro-me à valorização do dólar frente ao real, que, seguindo um processo descontrolado, traduz uma realidade na qual ainda dependemos acentuadamente do financiamento externo.

Os investidores internacionais estão não apenas deixando de trazer mais dinheiro, como também retiram, atabalhoadamente, seu capital aqui investido. Essa tendência tem ajudado a impulsionar a ascensão do dólar e a enxugar o crédito disponível no mercado.

O Brasil, se não verá, com certeza, sua economia desmoronar com a crise, poderia estar, contudo, em uma posição mais confortável para enfrentá-la. Diminuição do crescimento econômico, alta inflacionária, dificuldade de financiamento das atividades produtivas e das exportações são alguns dos sérios problemas com que teremos que lidar ainda neste 2008 e, mais seriamente, nos próximos anos.

Cabe ressaltar, Sr. Presidente, que o momento certo para implementar determinada ação de política econômica é um fator decisivo para o seu sucesso, contribuindo para definir os rumos que serão, a partir daí, trilhados.

O que se percebe, muito claramente, na condução da atual política econômica brasileira é o ecletismo de suas posições, que buscam conciliar um grande número de interesses divergentes. Essa política de tentar agradar a todos, sem adotar, com firmeza, as medidas de que o País efetivamente necessita, vinha colhendo

alguns bons resultados em condições extremamente favoráveis da economia internacional.

O mesmo já não se pode dizer agora, quando a economia dos países desenvolvidos, a começar pela dos Estados Unidos, passa por uma crise das mais graves.

Seria ingenuidade imaginar, como fizeram alguns observadores apressados, que determinados aspectos macroeconômicos positivos poderiam tornar nosso País imune aos efeitos da crise originada no mundo desenvolvido. É quase desnecessário dizer que o Presidente da República se destacou pela leviandade com que abordou o assunto, dando a entender que exercícios de retórica otimista, se não arrogante, poderiam contrariar os reais efeitos da crise econômica global.

A vulnerabilidade da política econômica brasileira mostra-se, particularmente, na sua conhecida dificuldade de equilibrar as contas públicas. A política adotada em relação ao equilíbrio fiscal tem-se restringido a considerar a necessidade de um superávit primário, ou seja, o resultado positivo da arrecadação menos os gastos do Governo, com exclusão dos gastos com a dívida pública.

Ora, Sr. Presidente, quando consideramos as contas públicas como um todo, constatamos que nosso insuficiente superávit primário, equivalente a 4,5% do PIB, resulta de um déficit nominal de 2% a cada ano. Esse resultado indica, simplesmente, que nossa dívida pública, que corresponde a 40% do PIB, permanece aumentando ano a ano.

Como disse artigo da revista *Época* que abordou, recentemente, o assunto, o comportamento orçamentário do Governo Federal seria rechaçado por qualquer dona-de-casa, que sabe que *“a soma das despesas só termina depois que estão pagas as prestações do crediário”*.

Essa política que adota viseira, pois se recusa a considerar com seriedade o conjunto dos fatos econômicos que se referem ao equilíbrio fiscal, chega nitidamente a um impasse. Pois enquanto havia ampla disponibilidade de crédito no mercado global e perspectivas de fácil crescimento da economia, a falta de austeridade na condução da política econômica era absorvida pelo crescimento relativamente elevado do PIB.

É importante ressaltar, Sr^{as.} e Srs. Senadores, que mesmo nos anos recentes, de maior crescimento da economia brasileira, os gastos do Governo – sem inclusão do pagamento dos juros e parcelas da dívida – cresceram ainda mais. Em 2004, o crescimento do PIB, de 5,7%, foi superado por um aumento dos gastos governamentais de 8%; no ano passado, ao crescimento de 5,4% da economia correspondeu um incremento dos gastos públicos de 9%. O pior resul-

tado nessa comparação ocorreu, entretanto, no ano de 2005: crescimento de 3,2% do PIB e de 9,7% nos gastos do Governo, uma diferença estrondosa de 6,5 pontos percentuais.

O momento mais favorável para o corte das despesas, Sr. Presidente, era o de crescimento elevado da economia, quando o setor privado apresentava maior dinamismo, abrindo mais oportunidades no mercado.

Agora, contudo, se os cortes de despesas tornaram-se mais difíceis, eles se mostram também mais imperiosos e inadiáveis, uma vez que o Governo, doravante, arrecadará menos e terá dificuldades em obter novos empréstimos.

Sendo assim, antes tarde do que nunca! O Governo necessita cortar despesas e manter uma política realista de investimentos, comportamentos que tendem a aumentar a nossa credibilidade diante dos investidores externos, fazendo com que, dentro de algum tempo, possa ser revertido o fluxo de saída de dólares.

Essa política saudável e austera em busca do equilíbrio fiscal deve passar a pautar o comportamento do Governo Federal; deve, igualmente, espalhar-se pelas esferas estadual e municipal. Os ganhos de uma tal mudança seriam não apenas conjunturais, pois, sendo feitos com a devida seriedade e persistência, trarão benefícios duradouros para a economia e para a sociedade brasileira.

De qualquer forma, Sr. Presidente, o momento atual exige ações imediatas e tanto mais difíceis quanto mais tempo prevaleça uma gestão irresponsável no que se refere aos gastos do Governo Federal, sobretudo no que diz respeito às despesas com publicidade.

Sr. Presidente, esse é o meu pronunciamento, mas quero fazer um comentário como cidadão e espectador da campanha que decide a prefeitura de São Paulo. Aqui estamos, na presença do Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior. E refiro-me exatamente ao candidato que o PSDB está apoiando no segundo turno, o Prefeito Kassab. Assisti ao debate domingo e vi o Prefeito Kassab. Eu não conhecia muito profundamente os seus posicionamentos, mas ele realmente deu um verdadeiro show de conhecimento, de tranqüilidade, de postura, para um homem que quer continuar a governar o Município de São Paulo. Está de parabéns o Democratas por ter um nome como Kassab.

O que me traz aqui, Sr. Presidente, como político, como cidadão que realmente tem a imagem das pessoas, principalmente dos políticos, formatada, é exatamente o comportamento da candidata a Prefeita pelo PT. Inclusive, a Senadora Fátima Cleide está presente e poderia até falar, já que existe um projeto sobre homofobia. Sinceramente, pode não ser isso, mas a Sr^a Prefeita, nas suas propagandas de trinta minutos, vai

para o desespero e para o desrespeito, tentando entrar na vida íntima das pessoas e fica perguntando...

Tenho uma filha que mora em São Paulo – ela é amapaense – e esperamos de São Paulo os melhores exemplos. Por quê? Por causa da cultura, do desenvolvimento do Estado. É o maior Estado do País, que tem o maior PIB. Com tudo isso, espera-se que tenha pessoas dignas para representar o seu povo.

Então, a Prefeita pergunta, nas suas propagandas... É lamentável isto, eu quero dizer que eu estou indignado com isto. Ela pergunta: “Kassab, tu és casado? Kassab, tu tens filho?”

Agora, diga-me uma coisa: quem tem o direito de interferir na vida pessoal de um candidato? E se ele fosse um homem mal-educado também não poderia fazer algumas perguntas para a candidata a prefeita? “Dona fulana, a senhora isso; dona fulana, a senhora aquilo?”

Então, quero lamentar, Sr. Presidente, que uma candidata a prefeita do Estado de São Paulo, que representa o Partido dos Trabalhadores, que tem um Presidente da República, caia na baixaria de, em um programa de televisão, ficar insinuando algo. Não sei, não sei de nada...

(Interrupção do som.)

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Mas, se a intenção dela for a verdadeira intenção que nós interpretamos, tenho certeza de que, se o projeto da Senadora Fátima Cleide estivesse já em vigência, ela seria presa por discriminação.

E, principalmente, o que me deixa atônito, surpreso e, mais ainda, revoltado é que nós conhecemos a ex-Prefeita Marta como uma defensora das minorias e, se ela tem intenção de tachar o Prefeito de alguma coisa, ela já está contrariando seu pensamento.

Então, quero deixar registrado aqui que lamento. A Sr^a Prefeita perdeu a chance de se eleger, porque ela deu um tiro no pé num momento de desespero. Eu lamento muito que uma pessoa da qualidade da Sr^a Marta, que foi Ministra, uma pessoa que deu bons exemplos até hoje para nós, venha realmente cair na baixaria utilizando-se de um programa dessa maneira.

Senador Antonio Carlos Júnior.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Permito.

O Sr. Antonio Carlos Júnior (DEM – BA) – Senador Papaléo Paes, é com muita indignação que nós assistimos a esse deslize da candidata Marta Suplicy em São Paulo, ao utilizar contra o Prefeito Kassab determinados adjetivos que insinuavam um compor-

tamento suspeito, pelo menos. Isso realmente é uma coisa indigna e que merece toda nossa reprovação, V. Ex^a tem total razão. Então, aqui nos solidarizamos com o Prefeito Kassab, porque é inaceitável que no programa eleitoral gratuito se ataque dessa forma, insinue-se dessa forma. Então, nós condenamos o comportamento da candidata Marta Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Eu só pediria aos apartes que restringissem o tempo a, no máximo, dois minutos, em razão dos próximos oradores.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – O Senador Mão Santa e o Senador Suplicy serão breves.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Mão Santa e Senador Suplicy, dois minutos cada um.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Quem é que vai falar?

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – O Senador Mão Santa primeiro.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Papaléo Paes, queria cumprimentá-lo, apresentando o trabalho do nosso Senador Sérgio Guerra, que faz uma análise, como economista que é, da situação do Brasil. Mas eu queria opinar sobre o segundo aspecto. Senador Papaléo, estive, no final de semana, na capital de São Paulo, que é, vamos dizer, o motor deste País. Então, eu queria dizer o seguinte: fui visitar um irmão meu que tem problemas de coronária. O Nordeste está em São Paulo; o Piauí está em São Paulo. E a gente frequentava, pela nossa curiosidade política... Esta televisão, esta TV Senado tem muita credibilidade, de tal maneira que fiquei muito conhecido em São Paulo. Eu acho que um aparte daquele que V. Ex^a me deu comoveu. Eu já recebi uma centena de *e-mails* traduzindo o nosso comportamento aqui. Mas, Papaléo, o homem é um animal político, dizia Aristóteles. Eu entrava nos restaurantes e nos bares, onde a maioria é de nordestinos, que foram para lá acreditando no trabalho, e eu senti: olha, essa eleição já está sendo decidida. Os nordestinos todos vão votar no Kassab, por dois motivos. Primeiro, eles se indignaram com a maneira como é tratado o Nordeste. Está uma Venezuela. E isso não é de agora, não; isso tem fundamento no saber e na história! Atentai bem! Ninguém mais do que Juscelino. Olha aqui o que diz: Diamantina, a cidade dele, teve o ouro, teve o diamante; acabou, e a pobreza, não. A riqueza era o homem. Era o homem. Mas lá ninguém vivia à toa. Em Diamantina, quem não se dedicava aos estudos, trabalhava. Aos meninos mais pobres era usual o aprendizado de algum ofício. Isso é que deu certo. O homem de Diamantina, o homem mineiro, representado por Juscelino. O que se fez no

Nordeste? O povo está à toa. Está uma tal de bolsa, lá, que não leva. Obras... O Piauí nunca teve um desastre tão grande, faltando obras de infra-estrutura. E os índices estão aí. Mas o que eu queria dizer é que Juscelino foi capaz de industrializar o Sul. Ô Raupp, aqui não tinha nada! Foi depois de Juscelino que se vendeu carro, avião e navio. A gente só vendia café e, às vezes, feijão, não é? E fumo. Mudou. Ele fez essa interiorização, e o Brasil passou a ser grande, porque era só o litoral. E ele fez as Superintendências de Desenvolvimento para tirar a desigualdade regional. Mas aquele povo nordestino que está lá se decepcionou com isso. Eles foram acreditando no trabalho, e o Nordeste não tem perspectiva de trabalho; tem perspectiva de esmola. Não é isso que nós queremos. Todos os nordestinos vão. E eu te diria assertivamente: eu senti. Eu li sobre Napoleão Bonaparte, que disse assim: O francês é tímido, mas quando tem um grande comandante, ele vale por cem e vale por mil. E eu constatei que o grande comandante da moral administrativa e que tem a esperança da alternância é o Governador do seu partido, José Serra.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Mão Santa. Reconheço também a liderança, a seriedade e o conhecimento de José Serra, e tenho certeza de que o Estado de São Paulo está em boas mãos.

Ouçó a Senadora Fátima Cleide.

A Sr^a Fátima Cleide (Bloco/PT – RO) – Senador Papaléo, eu falo aqui – V. Ex^a mesmo me citou – como uma das pessoas que mais tem lutado pela aprovação do PLC nº 122 neste País. Acho oportuna sua colocação e quero dizer que, para nós, do Partido dos Trabalhadores, a vida pessoal das pessoas, em momento algum, deve servir de instrumento na luta política. Isso é ponto. Acho que o que ocorreu na campanha do Partido dos Trabalhadores em São Paulo é um equívoco, que não deve ser cometido por mais ninguém, nem por A nem por B, em luta ou disputa política. Porém, só para esclarecer, V. Ex^a falou que, se o PLC já tivesse sido aprovado, a candidata Marta já estaria presa. Isso é uma figura que eu poderia dizer exagerada. Agradeço a oportunidade que me dá de falar sobre o PLC nº 122, que visa a coibir as práticas de discriminação e violência com relação à orientação sexual e identidade sexual de qualquer pessoa, de qualquer brasileiro ou de qualquer brasileira. Mas, para se chegar ao extremo da prisão, é preciso que se cometa um crime muito grave. Nesse caso, eu discordo da campanha, da peça publicitária, como foi colocada, mas acredito que um erro não deve levar a outro, até porque, se há uma pessoa, neste País, que sofreu muito na pele todo tipo de violência, principalmente oriunda do machismo, é

a candidata Marta Suplicy. Até por isso, nós mesmos, do Partido dos Trabalhadores, não admitimos que a sua campanha tenha tido esse tom, essa conotação. Então, não concordamos com isso de maneira alguma. Senador Papaléo Paes, com muita alegria, quero registrar que, no PT, uma coisa que acho salutar e extremamente saudável para a vida pública é que, antes que outros nos apontem os nossos erros, nós mesmos os apontamos. E a própria militância do Partido dos Trabalhadores em São Paulo foi a primeira a se rebelar contra a peça publicitária e a pedir a sua suspensão no horário eleitoral. Então, agradeço a V. Ex^a a oportunidade de me expressar sobre o assunto. A sua fala só colabora para o movimento que está acontecendo em todo País – e que a gente vivenciou no domingo, no Rio de Janeiro – pela aprovação do PLC nº 122. Infelizmente, baseia-se em um fato que se relaciona a uma pessoa que, neste País, sempre lutou contra o preconceito e contra a discriminação. Mas a sua fala vem enriquecer a nossa luta pela aprovação do PLC nº 122. Espero contar com o seu voto na Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Eu quero dizer que V. Ex^a realmente luta por uma causa importante e que, se essa questão da campanha da candidata Marta à Prefeitura de São Paulo ganhou a notoriedade que ganhou, é exatamente por se tratar do PT, porque o PT não tem, na sua linha de campanhas políticas, esse tipo de procedimento, e por se tratar de uma pessoa que sempre lutou pelas minorias. E nós não esperávamos jamais que isso acontecesse na campanha dela. E, deixe-me dizer, referi-me a minha filha anteriormente. Foi ela quem me disse: “Pai, acabei de ver uma propaganda horrível na televisão. Eu fiquei chocada”. E mulher sempre puxa pela mulher. “O que é?”, perguntei-lhe. “Apareceu na televisão, no programa da Marta, ela perguntando: Sr. Kassab, o senhor é casado? Sr. Kassab, o senhor tem filhos?. Que história é essa?”. Aí, se a pessoa responde: “Não, não sou casado, não tenho filhos. Mas, Sr^a Fulana, a senhora fez isso? Sr^a Fulana, a senhora fez aquilo?”.

Mas tenho certeza de que essa volta não haverá, porque ele demonstra ser um homem extremamente equilibrado, culto. Deu um **show** no domingo, deixando a ex-Prefeita nervosíssima, agressiva. E, realmente, eu acredito que a eleição em São Paulo já está decidida pelo melhor. No meu ponto de vista, como espectador, vi que realmente temos que dar continuidade ao trabalho que o Serra começou, o Kassab continuou e vai continuar ainda.

Concedo o aparte ao Senador Eduardo Suplicy.
O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Papaléo Paes, primeiro, com respeito ao artigo do

Presidente do PSDB que trata da crise internacional, é preciso assinalar que o programa anunciado pelas autoridades monetárias, pelo Banco Central e pelo Presidente Lula, a medida provisória sobre a taxa das operações de redesconto trata de um problema que já está sendo atacado. Não se refere àquilo que poderia ser denominado de um Proer do Lula, como ainda na semana passada o Senador Tasso Jereissati o denominou, ou como o Senador Sérgio Guerra colocou outra vez. Trata-se de procurar resolver não um problema de solvência dos bancos, como era o objetivo do Proer, mas de procurar resolver um problema de liquidez. E os resultados estão sendo considerados positivos, tanto é que, na sexta-feira e hoje, os indicadores, sejam da Bovespa, sejam da economia como um todo, são de movimentos positivos. Portanto, o Governo do Presidente Lula vem resolvendo adequadamente os problemas decorrentes da crise internacional. Com respeito à questão da campanha à Prefeitura em São Paulo, gostaria de lhe transmitir que eu mesmo recomendei à coordenação da campanha que não utilizassem as perguntas sobre o Prefeito Gilberto Kassab: se é casado, se tem filhos. Vou procurar concluir em breve. Certamente, todos nós conhecemos muitas pessoas que, por mais longas que tenham sido sua vida, em sendo solteiros ou solteiras e não tendo filhos, tiveram uma vida muito produtiva, séria e sem quaisquer restrições. Então, não avalio que seja aquela a pergunta adequada. Transmiti à Marta essa minha opinião e também aos responsáveis pela campanha. Esse anúncio foi suspenso. Como a campanha leva, para os meios de comunicação, na véspera ou na antevéspera, certa programação, não houve tempo suficiente para se retirar isso no dia de ontem. Mas, desde hoje, isso não está se repetindo. Tenho a convicção de que a Marta Suplicy tem condições de reverter esse quadro. Ela, em função da sua gestão, da sua experiência... Inclusive, se V. Ex^a tiver oportunidade de ler o livro de reflexões que ela escreveu sobre os quatro anos de sua gestão, vai notar que ela teve um aprendizado... Primeiro, teve uma gestão muito produtiva, tanto é que muitos dos projetos que ela iniciou, como os CEUs, os Corredores Urbanos, o Bilhete Único e muitas outras iniciativas, têm sido considerados pelo seu sucessor e têm sido, depois de primeiramente terem sido criticados, reconhecidos como positivos, até porque a própria população os tem avaliado como positivos. E tem dito que é necessário, por exemplo, expandir os CEUs, ter mais corredores de ônibus, aperfeiçoar os programas sociais e assim por diante. Então, tenho a convicção de que, nestes próximos debates – vai haver, pelo menos, o debate, no próximo domingo, na Rede Record, e, na outra sexta-feira, na Rede Globo, e há, ainda,

um tempo de exposição diária, de dez minutos cada um, com as proposições sobre o que cada candidato fará na cidade –, creio que isso deve ser a ênfase, e é a minha recomendação aos companheiros responsáveis pela direção da campanha da Marta. Acredito que ela tem as condições de, respeitando o adversário, sobrepujá-lo na preferência do povo de São Paulo. Tenho a convicção também de que isso será benéfico para a cidade de São Paulo.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Agradeço a V. Ex^a, que, com seu equilíbrio, realmente, fez com que houvesse essa mudança de direção lá. Agradeço a V. Ex^a e quero dizer que, quando vemos São Paulo, estamos vendo o retrato do Brasil forte, do Brasil dos bons exemplos. Por isso, lamentavelmente, eu tive que colocar aqui, publicamente, esse meu desabafo, porque realmente não podíamos jamais esperar o que aconteceu lá em São Paulo.

E, aqui, presto minha solidariedade ao Prefeito Kassab. Eu realmente não tinha conhecimento da desenvoltura dele, um homem extremamente inteligente, competente, seguidor da técnica administrativa, porque estamos vendo o que está acontecendo em São Paulo. É um homem que teve a coragem de despoluir, visualmente, a cidade de São Paulo. Não é qualquer um, não. Quem vai meter a cara para perder voto, Senador Mão Santa? Ninguém.

Então, por isso, a nossa solidariedade em relação a essa questão pessoal a que ele foi submetido, de uma certa forma, a esse constrangimento, e espero que o povo de São Paulo saiba dar muito bem o seu voto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Papaléo Paes, o Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos para usar da palavra, como oradora inscrita para uma comunicação inadiável, por cessão do Senador Paulo Paim, a Senadora Serys Slhessarenko.

V. Ex^a, regimentalmente, teria cinco minutos, mas pode usar da palavra pelo tempo que achar conveniente.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, hoje tenho o prazer de anunciar que meus esforços em prol da ampliação dos estudos de exploração de petróleo e gás natural no Brasil e, especialmente, em Mato Grosso, estão sendo recompensados. Apresentei emenda à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2009 para ampliar

o campo de pesquisa brasileiro na área de petróleo e gás, saindo dos atuais 288 mil km² para 488 mil km², aumentando em 200 mil km² a área de possibilidade de pesquisa de prospecção de petróleo e gás em nosso País.

Em Mato Grosso, onde os estudos estão sendo concentrados na Bacia dos Parecis, a exploração já foi autorizada pela Agência Nacional de Petróleo (ANP).

Esta semana tomei conhecimento do leilão que será realizado pela ANP e que incluirá parte da Bacia dos Parecis para a exploração de petróleo e gás natural. E não são somente em Mato Grosso essas explorações. Estados como Amazonas, Maranhão, Rio Grande do Norte, Bahia, Minas Gerais, Goiás, Sergipe e Alagoas estão também na lista.

É um avanço para o Brasil, uma vez que as explorações vão gerar milhares de empregos em várias regiões do País.

Hoje, terça-feira, será realizada, no Rio de Janeiro, audiência pública que tem o objetivo de divulgar as áreas que serão licitadas.

Em Mato Grosso, as áreas oferecidas contemplam territórios de seis Municípios: Lucas do Rio Verde, Sorriso, Nova Ubiratã, Nova Mutum, Santa Rita do Trivelato e Paranatinga, totalizando cerca de 14mil km² de área estudada. No entanto, Srs. Senadores, Sr. Presidente, só a Bacia dos Parecis são cerca de 350 mil km² a serem analisados, o que nos leva a concluir que precisamos incentivar ainda mais os estudos geoquímicos.

Este processo, chamado de “Rodada de Licitações”, será finalizado em abril de 2009, quando serão conhecidas as empresas ganhadoras.

Os estudos geoquímicos da ANP indicaram a presença de moléculas de hidrocarbonetos, que têm origem em rocha geradora de petróleo. Isso significa que, nas regiões que estão sendo licitadas, em algum momento, há mais de 200 milhões de anos, fatores possibilitaram a geração dos hidrocarbonetos, tal como aconteceu na Bolívia.

A expectativa da ANP é que cada bloco exploratório – no caso de Mato Grosso, são seis blocos – crie centenas de empregos. São estimados quase 5.000 empregos só na região da Bacia dos Parecis em Mato Grosso.

A exploração, certamente, terá muito a crescer, e outros tantos postos de trabalho serão criados. Com a iniciativa de incentivarmos a pesquisa por meio de emendas parlamentares na LDO 2009, estamos pensando no futuro do Brasil e de todos os Estados brasileiros.

Quero, neste anúncio, dizer que a ANP tem objetivos de desenvolver a pequena indústria petrolífera

e fixar empresas nacionais e estrangeiras no País. Todas essas áreas oferecidas para exploração são previamente analisadas quanto à sensibilidade ambiental pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e pelos órgãos ambientais estaduais competentes.

Mais uma vez, constatamos que nosso País é rico e ainda temos muito o que explorar. Um dos produtos mais disputados do mundo – o petróleo – ainda vem sendo descoberto por aqui. A Petrobrás comunicou, recentemente, que realizou quatro descobertas de reservatórios de óleo e gás nas bacias do Rio Grande do Norte, Sergipe-Alagoas, Espírito Santo e Bahia. O reservatório de óleo na Bacia de Sergipe-Alagoas, por exemplo, é considerado pela Petrobras como uma das maiores descobertas realizadas nos últimos 30 anos. A Companhia prevê que essa reserva contenha volumes recuperáveis de 80 milhões de barris de óleo, deixando o Brasil numa posição confortável em relação ao seu potencial energético.

Nós, Parlamentares, representantes do povo, temos de incentivar essa exploração.

Fiz questão de fazer esse pronunciamento, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no sentido de anunciar que, em Mato Grosso, nosso potencial, já constatado...

(Interrupção do som.)

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – ...encontra-se – meio minuto somente – principalmente nos Municípios de Nova Mutum, Nova Ubiratã, Santa Rita do Trivelato, Lucas do Rio Verde, Sorriso e Paranatinga. São seis Municípios em que a exploração, realmente, deverá iniciar.

Hoje, já está sendo realizada a primeira rodada de discussão para licitações pela ANP, e, até o mês de abril do próximo ano, os últimos detalhes dessa questão já deverão ter sido resolvidos, para que se inicie a exploração do petróleo em vários Estados – mas, aqui, restringi-me ao meu Estado de Mato Grosso.

Muito obrigada, Sr, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos para usar da palavra, inscrito como Líder do meu Partido, o PMDB, o Senador Valdir Raupp. Em seguida – eu já havia acenado neste sentido –, a Bahia e o País aguardam as sábias palavras do Senador Antonio Carlos Júnior, após o Líder, que tem prioridade regimental.

V. Ex^a, regimentalmente, dispõe de cinco minutos para seu pronunciamento, mas use o tempo que achar conveniente.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Não gastarei mais do que seis ou sete minutos, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, o mercado financeiro mundial foi atingido, nas últimas semanas, por um cataclismo de proporções ainda difíceis de mensurar.

Com a ruptura da bolha das hipotecas, bancos antes sólidos vão à falência; bolsas de valores despenham por todo o mundo; ou melhor, despencavam, Sr. Presidente. A partir de ontem, graças a Deus, parece que a coisa está voltando à normalidade. No Brasil, o Ibovespa cresceu mais de 14 pontos e, hoje, já está crescendo acima de três pontos. Esperamos fechar o dia com crescimento maior, para que isso dê tranquilidade aos investidores, ao mercado brasileiro e também ao mercado mundial.

Há quem veja na crise o colapso do *laissez-faire* neoliberal ou intervenção mínima ou nenhuma do Estado na atividade bancária ou econômica, postura que dominou a política econômica mundial nos últimos decênios, e há quem aponte para mais um episódio de rearranjo entre vencedores e perdedores no jogo especulativo natural do mundo das finanças.

As previsões para o futuro imediato e para o prazo médio e longo, por conseqüência, divergem dramaticamente.

Os Estados Unidos, potência hegemônica da economia mundial, com o poder de senhoria resultante de ser sua moeda o padrão global de meio de troca e de reserva de valor, estão no epicentro da crise. Lá, a desregulamentação dos mercados, promovida pela ideologia liberal, levou as empresas financeiras e os cidadãos a correrem riscos imprudentes, sobrecarregando o mercado de derivativos superestimados, lastreados em valores fictícios, numa bolha especulativa, que, como todas as registradas na história, tinha que estourar em algum momento.

Por isso, há quem diga que a crise marca o declínio do poder do dólar e o fim do domínio americano. Outros dizem que tanto o dólar quanto os EUA sairão fortalecidos, que países como os da União Européia, mais frágeis, é que perderão mais ao fim da crise, quando vier.

Seja lá qual for o encaminhamento e o desfecho do processo de reajuste global, o que deve nos preocupar é a situação do Brasil. E é forçoso reconhecer, no caso do nosso País, dois fatos: o primeiro é que, mesmo marginalmente, integramos o mercado global e não podemos, portanto, deixar de ser afetados, em alguma medida, por essa crise. Temos uma pauta de exportações que depende de haver compradores no exterior, e esses poderão reduzir sua propensão a

consumir, diante da escassez de dinheiro e financiamentos. Mas o segundo fato, Sr. Presidente, que deve ser reconhecido, é que a administração econômica e financeira do País tem sido conduzida de modo responsável por nossas autoridades do setor.

O Brasil está muito menos suscetível a sofrer abalos catastróficos em conseqüência das turbulências dos mercados mundiais do que, por exemplo, quando da crise do petróleo nos anos 1970 – o País, à época, mergulhou na crise da dívida que paralisou o desenvolvimento por muitos anos.

Em primeiro lugar, o Governo brasileiro não embarcou na onda da desregulamentação total do setor bancário, apesar da pressão de muitos investidores e comentaristas econômicos. Os bancos brasileiros, ao contrário de instituições americanas e européias, não foram apanhados, em seus ativos, com uma massa de derivativos cujo valor evaporou de repente.

Temos, assim, uma situação em que podemos prever, pela falta de financiamento nos mercados mundiais e pela busca de segurança por parte de quem dispõe de algum capital, uma queda de investimentos, sobretudo estrangeiros, no Brasil – isso, infelizmente, já está acontecendo.

Esse fato, aliás, já está a afetar o Ibovespa – como já falamos aqui, agora se recuperando. Com as empresas descapitalizadas pela fuga dos investidores, deve haver alguma desaceleração do crescimento econômico, o que levará também a aumento do desemprego. E, com muita gente desempregada, é certo que o consumo das famílias também cairá, o que causará mais retração do mercado, num círculo vicioso.

O Brasil, apesar de não poder evitar esse processo – e eu falava aqui de outras economias –, deverá ser menos drasticamente afetado do que os países cujos sistemas financeiros se comprometeram demais com a farra dos derivativos.

Há sinais claros disso. Em entrevista ao repórter Paulo de Araújo, da **Folha de S.Paulo**, o Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Luciano Coutinho, declarou que a instituição conta com fundos suficientes para enfrentar as turbulências e manter o investimento em curso. No mesmo sentido, o periódico britânico **Financial Times**, insuspeito de maquilar a economia nacional, publicou, em sua página da Internet, na quinta-feira, matéria com a afirmação de muitos economistas segundo os quais o Brasil sairá “relativamente ileso” da crise. Deu destaque também ao fato de nossos bancos não estarem tão vulneráveis quanto os demais bancos mundiais.

A importância do Brasil no mundo e o consenso sobre sua relativa estabilidade podem ser avaliados, por sinal, pelo fato de o País haver sido mencionado

pelo Diretor Administrativo do FMI, Dominique Strauss-Kahn, como um país que será afetado, mas menos que as nações ricas, que têm falhado em restabelecer a confiança dos agentes do mercado.

Já para o semanário argentino *Página 12*, geralmente muito cáustico em suas análises e, portanto, igualmente insuspeito, decisiva foi a ação rápida do Banco Central do Brasil, que freou a queda do real.

Embora o futuro não caiba a ninguém predizer, quanto mais em momentos de grande incerteza, como este, podemos estar bastante seguros, desta vez, de que o Brasil será afetado, sim, pela crise internacional, mas não de forma traumática, como de outras vezes. Parece superado, enfim, o tempo em que, a cada vez que a economia americana contraía um resfriado, a nossa pegava uma pneumonia ou uma tuberculose!

A administração econômica e financeira segura e responsável por parte dos Governos brasileiros parece haver vacinado o País. O nosso País está vacinado contra as crises internacionais; porém, como a crise não acabou e ainda pode ter desdobramentos perigosos no mundo, continua a se fazer necessário, nos próximos trimestres, que as autoridades econômicas nacionais permaneçam atentas e ajam com a devida presteza a cada movimento especulativo do mercado.

Sr. Presidente, esse, o alerta que eu gostaria de fazer e, ao mesmo tempo, um breve comentário sobre a crise internacional, que, graças a Deus, não afetou ainda seriamente o nosso País. Pelos indicadores das últimas 24 horas, parece que a tempestade está passando e que o Brasil vai resistir bravamente, como tem resistido até agora, a toda essa crise internacional.

Obrigado, Sr. Presidente, pela generosidade quanto ao tempo e obrigado, também, ao nobre Senador Antonio Carlos Júnior por ter aguardado o meu pronunciamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a representa bem a Liderança do PMDB, que está dando apoio a Sua Excelência, o Presidente da República, mas eu convidaria V. Ex^a a ler, no *Correio Braziliense*, o trabalho de Letícia Nobre e Luciana Navarro, “A crise no seu prato”, demonstrando, estatisticamente, que tudo aumentou no Brasil.

Concedo a palavra, como orador inscrito, ao Senador Antonio Carlos Júnior.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Eu estou inscrita

para uma comunicação inadiável, e o Senador Antonio Carlos, gentilmente, me permitiu falar antes dele, porque eu tenho reunião de Líderes e tenho de ir para a Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pois não. Teve gentileza, também, o nosso Senador Paulo Paim, que já cedeu à Serys, que cedeu a V. Ex^a.

V. Ex^a, regimentalmente, teria cinco minutos, mas pode usar a palavra pelo tempo que achar conveniente.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Agradeço, Sr. Presidente, e espero me ater ao tempo.

Todos os Parlamentares que estão vindo à tribuna, nesta tarde de terça-feira, pelo menos aqueles cujos pronunciamentos tive a oportunidade de acompanhar, têm dedicado a sua análise, as suas palavras, as suas preocupações e reflexões a esse gravíssimo momento de crise econômica internacional, que assusta a todos e que, obviamente, deve ter, de cada um de nós, de todos nós, a preocupação, a atenção e as medidas necessárias.

Com relação à questão da crise, eu gostaria de trazer, aqui, um elemento para reflexão, porque o Brasil está tendo um comportamento e uma situação bastante diferenciados de muitos países, neste momento tão delicado de crise econômica internacional. Nós sabemos que os países emergentes, os países em desenvolvimento estão tendo um papel muito diferenciado mesmo. A perspectiva que têm de sustentabilidade e de crescimento da economia no próximo período está profundamente ancorada nessa perspectiva do que vai acontecer no Brasil, do que vai acontecer na Índia, do que vai acontecer na China, do que vai acontecer na África do Sul, nos países do denominado BRIC.

Nós, no Brasil, adotamos algumas medidas e garantias prévias, que foram executadas pelo Governo Lula, no sentido de fortalecer o mercado interno e de diversificar as nossas relações comerciais, saindo da dependência quase que exclusiva que nós tínhamos, anteriormente, dos Estados Unidos e da União Européia. Hoje, nós temos um comércio internacional absolutamente diversificado e, com o fortalecimento do mercado interno, esses dois pilares têm feito a sustentação, a blindagem, eu diria, sob vários aspectos, para o enfrentamento da crise.

O Governo Lula tem tomado, também, atitudes muito prontas, muito pontuais e específicas para cada problema. Por exemplo, para a questão do crédito foram adotadas várias medidas. A eliminação do compulsório, a permissão de negociação das carteiras dos bancos menores, a possibilidade de o Banco Central

comprar as carteiras para que os bancos pudessem manter o crédito, o aumento do crédito do Banco do Brasil para a agricultura brasileira foram medidas muito importantes, mas venho à tribuna, no dia de hoje, para realçar a determinação do Presidente Lula de enfrentar a crise não com redução, não com recessão, mas com desenvolvimento, com crescimento, com manutenção dos investimentos e das obras, não só na questão do PAC, do Programa de Aceleração do Crescimento.

Tivemos, na semana passada, uma decisão importantíssima, que aponta nessa direção de se enfrentar a crise com crescimento e com investimento: a ampliação dos recursos disponíveis no Fundo da Marinha Mercante para financiamento da nossa indústria naval. Essa indústria naval, que já foi a segunda maior do mundo e, na década de 80, chegou a empregar mais de 40, quase 50 mil trabalhadores de alta qualificação em todo o Brasil, infelizmente, no finalzinho da década de 90, teve esses mais de 40 mil trabalhadores reduzidos a não mais do que 500 – de 40 mil para, aproximadamente, 500 pessoas trabalhando na indústria naval. Essa decisão do Fundo da Marinha Mercante diz respeito aos financiamentos de toda essa ampliação, esse aparelhamento e fortalecimento da nossa frota, não só quanto às compras que a Petrobras já está fazendo e contratando, mas também quanto a diversos outros segmentos, como a navegação de cabotagem e a indústria pesqueira, que a indústria naval vem retomando.

São muito importantes esses números, porque eles são contundentes e...

(Interrupção do som.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – uma demonstração inequívoca dessa decisão do Presidente Lula de enfrentar a crise com investimento.

Em 2006, os agentes financeiros do Fundo da Marinha Mercante transferiram 846 milhões para financiar projetos do setor naval. Em 2007, foram 870 milhões.

Neste ano, já foram aprovados mais de 2 bilhões e, para os anos de 2009 e 2012, na semana passada, o conselho diretor do Fundo da Marinha Mercante aprovou, nada mais, nada menos, R\$10 bilhões. Portanto, nós pulamos de, em 2006 e 2007, menos de 1 bilhão para 10 bilhões para o próximo período. Isso, para nós, é muito importante, porque é a garantia da construção daqueles quase 200 navios que a Petrobras já tem determinação de fazer, como tantas outras áreas que dependem da frota brasileira. Aliás, tínhamos bandeira transportando aqui no Brasil e perdemos isso. Temos uma conta de frete em que se esvaem bilhões de dó-

lares todos os anos, portanto, é muito importante essa decisão do Fundo da Marinha Mercante.

De forma muito especial, eu estou comemorando, porque 10 bilhões foram aprovados pelo Fundo da Marinha Mercante para estaleiros em várias localidades no Brasil, Senador Paulo Paim, e quatro estaleiros de Santa Catarina foram beneficiados: o estaleiro Navship, que tem encomendas de várias empresas e recebeu autorização para um financiamento de 669 milhões; o estaleiro Detroit, de 225 milhões; o TWB, de 6 milhões; e o estaleiro Itajaí, de 302 milhões.

O estaleiro Itajaí vai construir os três petroleiros da primeira etapa de licitação já concluída da Petrobras, para dar implementação à frota de transporte, com bandeira brasileira, dos nossos produtos, explorados, aqui no Brasil, pela Petrobras.

Para ter a dimensão do que isso significa, para iniciar a construção do primeiro petroleiro, o Estaleiro Itajaí, que tem hoje apenas 200 funcionários, vai precisar multiplicar rapidamente por dez, ou seja, vai ter que pular de 200 para 2.000 funcionários de alta qualificação: soldados, montadores, ou seja, profissionais qualificados, de nível salarial de ponta do setor da construção naval em todo o Brasil. E isso para nós significa desenvolvimento, não só em todo o Brasil, mas desenvolvimento em nosso Estado, gerando milhares de empregos, e mais, permitindo que a indústria catarinense, que é uma das grandes fornecedoras para a indústria naval brasileira venha na esteira dessa aplicação.

Então, só para Santa Catarina, para os quatro estaleiros que já estão instalados em Itajaí e em Navegantes, nada mais nada menos do que um bilhão duzentos e quatro milhões foi aprovado na semana passada.

Por isso, só temos a comemorar que a decisão do Presidente Lula é enfrentar a crise, mantendo o crescimento, a geração de emprego e a distribuição de renda, porque foi isso que nos sustentou, que nos colocou blindados até agora frente à crise internacional que se coloca em todo o mundo. E eu não tenho nenhuma dúvida de que essa receita de crescer, gerar emprego e distribuir renda é a única alternativa para que nós possamos superar a crise e nos consolidarmos como uma Nação poderosa, rica e em desenvolvimento para todo o povo brasileiro.

Então, era isso, Sr. Presidente.

Agradeço, mais uma vez, a gentileza tanto do Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior como do Senador Paulo Paim, por terem me permitido falar antes do meu tempo.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Convidamos para usar da palavra o orador inscrito, Senador Antonio Carlos Júnior, do Democratas, por cessão do Senador Delcídio Amaral.

Em tempo, quero cumprimentá-lo pela edição daquele livro que retrata a bela história de amor entre seu pai, Antonio Carlos Magalhães, a Bahia e o Brasil. Apreendi muito. Aquele livro deve chegar, não a todos os baianos, mas a todos os brasileiros.

Atentai bem: Antonio Carlos Magalhães foi o único Parlamentar que teve a coragem de desnudar o Poder Judiciário, e Ulysses Guimarães dizia: “Faltando a coragem, faltam todas as virtudes”, e V. Ex^a é o continuador dessa coragem.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senador.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a crise financeira que se iniciou em Wall Street espalhou-se por todo o mundo e já bate à nossa porta.

Começou com a falência das companhias de hipotecas e liquidou gigantes do sistema financeiro norte-americano como os bancos de investimento Bearn Sterns, Merrill Lynch e Lehman Brothers, este com 158 anos de operação, que havia sobrevivido até mesmo à crise dos anos 30. Na Europa, ceifou o grupo belga Fortis, o britânico Bradford & Bingley, ameaçou de falência um país inteiro, a Islândia.

Em todo o mundo, mesmo quem está sobrevivendo neste turbilhão está sangrando.

As perdas no mercado financeiro mundial já superam US\$1,3 trilhão, o equivalente ao Produto Interno Bruto do Brasil, da Rússia, ou à soma de todas as riquezas produzidas no continente africano durante um ano.

A crise é grave e produz efeitos na economia real.

Não é apenas quem tem dinheiro no mercado financeiro que está sofrendo.

Há o temor de que a depressão seja ainda pior e resulte no fechamento definitivo de negócios de toda ordem e na extinção de milhares e milhões de postos de trabalho.

O Brasil não escapou da crise, embora algumas autoridades do Poder Executivo teimassem em fingir que nada de muito grave estava acontecendo.

Aqui, até o momento, as conseqüências mais invisíveis da crise foram a contração do crédito e a vertiginosa subida da taxa de câmbio.

Esses dois fatores, contração de crédito e variação cambial, aliados à expectativa de queda na demanda mundial em 2009, já provocam uma revisão de planos de produção em diversos setores.

É fato, Srs. Senadores.

Com a turbulência da última semana, vários negócios encontravam-se paralisados à espera de algum sinal de estabilidade dos mercados, pois a depreciação violenta do câmbio levou à suspensão do fechamento de encomendas e à desconfiança quanto aos novos parâmetros de mercado.

Com relação ao salto em altura experimentado pelo custo do crédito de curto prazo, os empresários já temem a postura de alguns bancos que parecem querer tirar excessiva vantagem da situação.

O componente especulativo no mercado cambial também atinge negativamente os negócios. Embora persistam saldos comerciais positivos, o Banco Central vem intervindo, a meu juízo moderadamente, para evitar excessiva valorização do dólar.

Ainda é difícil prever em que medida a taxa de inflação será afetada pela depreciação do câmbio.

Há quem pense que o câmbio depreciado terá um impacto sobre a inflação num primeiro momento, mas no médio prazo a atividade deprimida deverá trazer a inflação a níveis mais razoáveis.

Sr. Presidente, os reflexos da crise se espalham por todos os setores da economia brasileira. Veja o caso do agronegócio, que depende fortemente da disponibilidade de financiamento, tanto para a produção quanto para a comercialização.

Neste ano, o plantio da próxima safra, iniciado em julho, já foi afetado pela restrição do crédito e pela expectativa de declínio da demanda e dos preços das **commodities**.

Operações contratadas com grandes bancos internacionais estão suspensas e os produtores pressionam o Governo a garantir mais crédito para a nova safra.

Com a forte oscilação cambial que vem ocorrendo não há ainda como determinar o efeito do câmbio em médio prazo no preço final dos produtos, cuja competitividade aumenta em decorrência da depreciação do real, ao mesmo tempo em que encarece os insumos importados.

Enfim, um clima de incerteza ronda o setor do agronegócio.

Na indústria, arrefece o forte crescimento verificado no primeiro semestre (quando cresceu, em média, 6,8% com relação ao mesmo período do ano anterior).

As empresas se ressentem da incerteza decorrente das oscilações no câmbio e da restrição no crédito, principalmente as que possuem compromissos em moeda estrangeira por conta.

Segundo o jornal *Valor Econômico*, há expectativas de queda nas vendas de diversos setores, como o automotivo e de equipamento. Algumas empresas de

eletroeletrônicos, com alto percentual de componentes importados, teriam, inclusive, cogitado suspender as suas vendas no varejo. Outras empresas estariam planejando a concessão de férias coletivas e a revisão de planos de produção, encomendas e até investimentos programados para 2009.

O enxugamento do crédito, acompanhado no Brasil pela alta dos juros, cria um cenário ainda mais complicado para os negócios.

Enfim, o setor industrial, de uma forma geral, preocupa-se com o declínio anunciado na demanda.

Assim como no agronegócio, um fator crítico, essencial para o seu desempenho será a disponibilidade de financiamento a custos razoáveis – o que, convenhamos, não me parece muito provável nesse cenário.

Sr. Presidente, os reflexos da crise já são sentidos também no mercado de crédito e começam a afetar os negócios. O mercado imobiliário brasileiro, a exemplo do norte-americano e do europeu, já começou a sofrer. A venda de imóveis usados já caiu 20% em relação ao nível anterior à eclosão da crise. As construtoras estão mais cautelosas na concessão de financiamento e, com isso, a cada dia, cobram mais caro pelos imóveis. O mesmo está ocorrendo com o crédito no comércio e nos serviços. Os prazos dos financiamentos de veículos diminuíram. As taxas dobraram. Os juros cobrados nos empréstimos para compra de bens de consumo também estão aumentando. As linhas de crédito consignado, que ficaram tão populares pelo baixo risco, em muitos bancos foram suspensas. Enfim, o dinheiro está mais escasso e, sem ele, a economia fica paralisada.

É certo que o Governo começou a agir. Afinal, a despeito do que afirmou o Presidente Lula, a crise desceu o Atlântico e as autoridades econômicas foram obrigadas a agir.

O Governo, através do Banco do Brasil, direcionou mais R\$5 bilhões ao financiamento agrícola. Acho pouco. O BNDES reforçou em R\$5 bilhões suas linhas de financiamento de produtos para o exterior. O Banco Central vem promovendo seguidas reduções no depósito compulsório, com a condicionante de que as instituições financeiras comprem créditos umas das outras para tentar restaurar a confiança e o volume de negócios. O Banco também inverteu o sentido de suas operações no mercado de câmbio e voltou a operar com leilões de vendas de dólares e *swaps* cambiais, para tentar puxar a cotação da moeda americana para baixo. Mesmo assim, o dólar, que há semanas estava na faixa de R\$1,50, R\$1,60, chegou a bater em incríveis R\$2,30, e encontra-se hoje pouco abaixo de R\$2,10.

Evitar a disparada do dólar tem custado caro: estimativas do Banco Central falam em queima de

US\$20 bilhões das reservas cambiais, algo como 10% do máximo acumulado este ano.

Por fim, a crise chegou ao Congresso Nacional. O Presidente da República editou medida provisória que dá poderes e autonomia ao Banco Central para combater a crise. A principal alteração é a permissão para que o Banco compre a carteira de crédito de instituições financeiras em dificuldades, como já estão fazendo autoridades monetárias por todo o resto do mundo.

Medida necessária, mas insuficiente. É preciso mais. Mesmo que a crise arrefeça, a economia mundial a partir de agora crescerá em ritmo significativamente menor.

A evidente diminuição da riqueza das empresas e das pessoas, nas principais economias, provocará, certamente, a queda no consumo e na poupança. Não contaremos, pelo menos nos níveis anteriores, com recursos externos para financiar nosso crescimento. Inverteu-se a posição que tínhamos em 2007, quando nosso saldo em conta corrente era positivo.

Agora, com saldo negativo, precisaremos – e teremos mais dificuldade – obter financiamento para sustentar nosso crescimento. Maior dificuldade de financiamento significa menor crescimento. Menor crescimento trará como consequência reflexos negativos nos níveis de arrecadação.

Srs. Senadores, o Fundo Monetário Internacional prevê que a economia mundial crescerá 3%. Prevê que Estados Unidos, Alemanha, França e Reino Unido poderão ter taxas de crescimento próximas de zero ou até mesmo negativas em 2009. O FMI estima que os países emergentes devam apresentar um crescimento máximo de 6,1%.

Para o Brasil, o Fundo prevê um crescimento, em 2009, de 3,5%. Eu não seria tão otimista. Esse crescimento será, sem dúvida, menor. De qualquer modo, medidas severas, efetivas e permanentes de contenção dos gastos públicos precisam ser tomadas, pois, do contrário, poderemos comprometer o desempenho econômico do País nos anos próximos.

Senhores, é fato que a estabilidade monetária, a flutuação cambial, a renegociação das dívidas estaduais, aliadas a uma política fiscal responsável, que inclui a obediência a parâmetros como as metas de inflação e de superávit fiscal, são fatores que amortecem hoje o impacto da crise na economia brasileira.

Ressalte-se: boa parte dessa trajetória foi inaugurada no Governo Fernando Henrique Cardoso, destacando-se programas como o Proer e o Proes e a Lei de Responsabilidade Fiscal, que contribuíram decisivamente para que o sistema financeiro brasileiro não fosse, hoje, tão vulnerável.

Entretanto, esses instrumentos amortecem os impactos da crise, mas também são insuficientes.

Para 2009, além de reestimar receitas, acima de qualquer outra medida de ordem fiscal, o Governo precisa cortar gastos. Cortar seletivamente, mas cortar fundo. Preservar investimentos e inversões sociais, mas ser rigoroso nos cortes.

Como disse, o ciclo de disponibilidade de poupança externa encerrou-se. Pertence ao passado. O momento pede que a política monetária vise, fundamentalmente, ao aumento da liquidez e, por isso, a determinação do patamar adequado da Selic me parece o maior desafio no curto prazo.

Penso que a manutenção da atual taxa básica de juros, ou até mesmo uma ligeira redução, talvez fosse uma medida eficaz para melhorar a liquidez e o crédito.

Concluindo, Sr. Presidente, precisamos ter em mente que esta crise trará mudanças profundas e permanentes nas relações econômicas internas e externas.

Mais do que nunca, é inadiável se cortar gastos públicos, pois a manutenção de investimentos que dinamizem os setores mais atingidos dependerá, cada vez mais, da capacidade que o País tiver de gerar poupança interna. E a poupança interna vem das famílias e do Governo. As famílias, claro, durante crises, naturalmente poupam o que podem, mas o Governo tem que tomar posições imediatas a fim de cortar gastos e gerar poupança.

Por fim, devo registrar que, finalmente, o Governo parece ter deixado de lado, mesmo que a contragosto, o otimismo irresponsável e as declarações populistas e emocionais.

Em momentos de crise, as medidas concretas são essenciais, mas também o comportamento das autoridades é importante. Suas manifestações não podem soar contraditórias, dissociadas da realidade; do contrário, apenas ensejarão desmentidos e instigarão um clima de insegurança que confunde o cidadão e amedronta as empresas e os mercados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após o brilhante pronunciamento sobre a economia do Brasil e do mundo proferido pelo Senador Antonio Carlos Júnior, convidamos, para uma comunicação inadiável, o Senador Paulo Paim, que já cedeu algumas vezes seu tempo.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Agora, é claro, vamos ouvir o Senador Paulo Paim com muita atenção. Mas gostaria que V. Ex^a me inscrevesse para falar em nome da Liderança do PDT, quando oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – É com grande satisfação que vamos ouvir esse que mais se aproxima do grande estadista Leonel Brizola, do PDT. V. Ex^a está inscrito. Em seguida, será o orador inscrito Gilvam Borges. Então chamaremos V. Ex^a.

Senador Paulo Paim, regimentalmente, V. Ex^a teria cinco minutos, mas jamais ousaria cortar a palavra de V. Ex^a e do Estado que representa com tanta grandeza.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Mão Santa. Tentarei ser o mais rápido e preciso possível, para que outros possam ocupar a tribuna.

Sr. Presidente, tenho dito que 2008 é um ano diferente. É um ano especial, e não somente devido à crise econômico-financeira que abala o mundo.

Prefiro lembrar, Sr. Presidente, que em 2008 recordamos os 20 anos da Assembléia Nacional Constituinte, de que fiz parte. Prefiro lembrar, ainda, como forma de avançarmos, que em 2008 completamos os 120 anos da abolição não concluída. Prefiro lembrar de Machado de Assis; em 2008, os cem anos da morte daquele que foi um dos maiores escritores do mundo. Prefiro lembrar de João Guimarães Rosa, dos cem anos de nascimento do grande escritor mineiro. Prefiro lembrar também dos cem anos de nascimento do médico, professor e humanista Josué de Castro. Também nesta data temos os cem anos de nascimento do grande escritor e médico psicanalista gaúcho, Ciro Martins. E por que não lembrar que em 2008 completam-se duzentos anos da vinda da família real para o Brasil?

E o mais importante de tudo para mim, Sr. Presidente: os sessenta anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, a que rendemos aqui nossas homenagens.

Também é este o ano, Sr. Presidente, em que lembramos que o Banco do Brasil completa 200 anos. O Banco do Brasil foi fundado por iniciativa do Príncipe Regente D. João, em 1808. O Banco do Brasil tem marcado presença em todos os momentos decisivos da trajetória do nosso País.

Na Independência, por exemplo, o Banco do Brasil foi a principal parceira no custeio de escolas e hospitais. No fim dos anos 1880, destacou-se, ao destinar as primeiras linhas de crédito para a agricultura. Este é um papel inquestionável que o banco mantém

até os dias de hoje: o de impulsionar, principalmente, o setor agrícola.

O Banco do Brasil, ao lado da Caixa Econômica Federal e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), incentiva e pratica o processo de alavancar o progresso de toda a economia de nosso País. É importante lembrar também que a Caixa Econômica Federal tem uma atuação de destaque principalmente no custeio habitacional e que o BNDES é um dos principais financiadores de pequenos e médios empresários.

Sr. Presidente, ressalto aqui o fato de todos esses bancos serem estatais – fato que se reveste da maior importância, diante do cenário econômico que se apresenta.

Ora, como é bom ver aqueles que, num passado recente, questionavam o Banco do Brasil, o BNDES, a Caixa Econômica Federal, e hoje estamos vendo, na economia global, um movimento forte, nos países europeus, como também da América do Norte, pela estatização de instituições financeiras bancárias. Sr. Presidente, eles estão fazendo isso, para tentar diminuir os impactos da crise financeira.

Como é bom dizer: “Que bom que o Banco do Brasil é um órgão estatal!” Que bom poder dizer que a Caixa Econômica Federal tem também o controle do Estado, assim como o BNDES.

Sabemos que, de uma forma ou de outra, todos os países estão sendo atingidos em maior ou menor escala. Todos os indicadores apontam que o Brasil, entre todos os emergentes, será o que terá o menor prejuízo, diante da crise.

Sr. Presidente, mais uma vez quero destacar aqui que os bancos estatais é que sofrerão menos com crise financeira, porque têm um controle mais rígido...

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Grande Senador Mão Santa! Porque eles têm...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Com os cinco que V. Ex^a tinha, deram dez minutos. Mas quero dar é a nota para V. Ex^a como parlamentar do Brasil.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Mão Santa, muito obrigado a V. Ex^a. Mais uma vez, parabéns pelo seu aniversário no dia de ontem.

Com certeza, os bancos estatais, Sr. Presidente, têm um controle mais rígido da especulação financeira, a qual, muitas vezes, na minha avaliação, é a razão para que ajam de forma irresponsável.

Que bom que os bancos estatais têm um controle firme do Estado brasileiro!

Por fim, Sr. Presidente, muitos já quiseram privatizar o Banco do Brasil, o BNDES e a Caixa Econômica Federal. Não conseguiram. Sempre fomos contrários, assim como insistimos em que outras estatais, como, por exemplo, a Petrobras, que já foi alvo também dessa mesma visão, não fossem privatizadas.

Fortalecer o Estado é fortalecer, cada vez mais, a vida dos brasileiros.

Neste bicentenário do Banco do Brasil, desejamos aqui, da tribuna do Senado, que essa instituição seja cada vez mais forte, juntamente com o nosso País e com toda a nossa gente.

Parabéns Banco do Brasil pelo seu aniversário de dois séculos de existência. Que os incentivos sociais, culturais, esportivos, econômicos, assim como o papel fundamental no incremento da agricultura continuem contribuindo, para que o País cresça de forma sustentável.

Parabéns Banco do Brasil!

Para concluir, Sr. Presidente, quero só dizer – e falei com V. Ex^a, Senador Osmar Dias, quando V. Ex^a chegava à Casa – que tivemos ontem um grande debate na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa sobre a regulamentação definitiva da profissão de motorista – o de caminhão, de ônibus, de van, de táxi, o **motoboy**, enfim, todos os profissionais de volante.

Nessa audiência pública, caminhamos, com a presença de representantes tanto dos trabalhadores, como dos empresários, dos empreendedores, para um grande entendimento sobre a redação final daquilo que pretendemos chamar de “estatuto” do profissional que dedica sua vida às atividades rodoviárias, à atividade de motorista de caminhão, ônibus, microônibus, táxi e motocicleta. Enfim, foram todos ali unânimes em que essa questão tem de ser regulamentada de uma vez por todas.

Lembro aqui as palavras do Senador João Pedro. Disse o Senador João Pedro, resumindo a visão de todos os presentes, cerca de 400 líderes do setor, de todo o País, de empresários e trabalhadores: “[...] a regulamentação da atividade profissional dos motoristas se faz necessária por se tratar de uma categoria importante [...] para o desenvolvimento econômico e social do País”. Ele disse que se deve levar em conta o aspecto humano da atividade, que envolve hoje cerca de dois milhões de trabalhadores apenas no setor relacionado a caminhões.

Temos certeza de que ainda há um longo caminho pela frente, para que o estatuto se torne realidade, mas creio que, com a ajuda de todos os setores, com ajuda dos Senadores, dos Deputados, com a nossa maturidade, vamos enfrentar o assunto, estabelecen-

do, assim, uma política de conciliação, para aprovarmos uma lei que represente a média de pensamento da sociedade brasileira.

Por fim, quero aqui dizer, de público, Senador Osmar Dias – disse lá e repito aqui –, que V. Ex^a tem um projeto nesse sentido. Eu disse a todos os Líderes que o Senador Osmar Dias não é problema: com ele nós vamos dialogar e construir um substitutivo que contemple a todos. Repito o que disse lá e aqui da tribuna: que V. Ex^a sempre vota a favor das questões sociais e que, se todos chegarem a um entendimento quanto a essa redação que daremos para a construção desse projeto que vai contemplar todos aqueles que atuam na área do transporte, nos mais variados setores, poderemos contar com o apoio integral de V. Ex^a, Senador Osmar Dias.

Era isso. Obrigado, Sr. Presidente. Agradeço, inclusive, o tempo que me concedeu. Eram cinco minutos, e V. Ex^a me concedeu dez minutos.

Feliz aniversário, Senador Mão Santa!

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos, para usar da palavra, como orador inscrito, o Senador Gilvam Borges. S. Ex^a é do PMDB e representa o Estado do Amapá.

Senador Gilvam, V. Ex^a poderá usar a tribuna pelo tempo que achar conveniente. Eu vou botar dez minutos aqui, mas simbolizando o seu valor.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – São vinte minutos, Presidente.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, ouvintes e telespectadores da Rádio e TV Senado, passado o primeiro turno das eleições municipais, ocupo esta tribuna para registrar um modesto, porém significativo avanço da força feminina na política brasileira.

Não pretendo fazer uma retórica em prol das mulheres, tampouco reduzir a conquista à mera questão de gênero, razão pela qual não vou enaltecer essa ou aquela vitória, até porque isso iria apequenar o significado histórico desse crescimento.

A ONU prevê, com alguma inquietação, que a igualdade de participação entre os sexos em casas legislativas só será concretizada em cem anos.

Cem anos, Sr. Presidente!

Isso porque há somente 17,2% de mulheres legisladoras no mundo e 19,5% nas Américas.

O escritor uruguaio Eduardo Galeano, preciso como um cirurgião cardíaco, disse que as mulheres na política ainda “são náufragas em um oceano de machos”. Foi a melhor e a mais triste definição que li para o panorama da representação feminina no mundo.

A mim me preocupa sobremaneira a justa e equilibrada representatividade feminina, não apenas porque

acredito na capacidade da mulher e porque aposto que ela é capaz de dosar intuição e doçura em medidas que nós, homens, não costumamos ter. Como são geradoras de vida, costumam ser mais cautelosas, menos beligerantes e mais sábias.

São mais prudentes, menos corruptíveis, mais aplicadas e tendem a ver um problema sob diversos prismas, o que amplia a quantidade e a qualidade de soluções, além de serem mais sensíveis, mais estudiosas e mais dedicadas.

Torço pelo crescimento das mulheres na política, porque a baixa representação feminina não diz respeito somente às mulheres; diz respeito à democracia.

A proporção de mulheres em cargos legislativos é um forte indicativo da qualidade da representação política e um critério científico para mensurar a democracia.

Se não há mulheres no Legislativo, podemos falar em **déficit** democrático no Legislativo, pois uma assembléia só é considerada representativa se sua composição for uma miniatura da sociedade. Uma vez que há aproximadamente 50% de cidadãs e um número menor de legisladoras, isso sinaliza que pode não haver representação de fato ou que essa representação está capenga.

O Tribunal Superior Eleitoral – TSE – confirmou que o número de mulheres eleitas para o cargo de Prefeita aumentou, em 2008. Elas passarão a ocupar 9,16% dos cargos. São quase 500 Prefeitas em todo o Brasil. Esse percentual significa um aumento de 2% em relação às urnas de 2004.

Em muitos países, entre os quais o Brasil, a representação política das mulheres tornou-se um tema importante de discussão nas últimas décadas. Meio século ou mais depois da obtenção do direito de voto pelas mulheres, elas continuam ocupando uma parcela muito reduzida das posições de poder.

A partir, sobretudo, dos anos 70, o movimento feminista obteve êxito em apontar que tal ausência era sinal de um problema – que não se tratava do reflexo de uma pretensa inclinação menor das mulheres para a participação na vida pública, mas do sintoma de uma exclusão com base estrutural, que deveria ser combatida.

Tive acesso a estudos que apontam que, embora a política esteja muito longe de ser uma ciência exata e de apresentar equações de resoluções lógicas e aritméticas, a população tende a confiar mais nas mulheres na política. Os dados nas pesquisas realizadas pelos estudos mostram que a taxa de vitória das mulheres que se aventuram nas disputas eleitorais é grande.

Portanto, para vencer a sub-representação feminina nas prefeituras, é preciso vencer a resistência dos partidos em apoiar as candidaturas das mulheres.

Consciente ou inconscientemente, já houve uma mudança nas relações de gênero na cabeça da população brasileira. Falta mudar as relações de gênero na hierarquia dos partidos e dos políticos conservadores.

Outro dado extremamente curioso, Sr^{as} e Srs. Senadores, é que o senso comum e muitos estudos sobre o problema estabelecem uma relação umbilical entre o grau de desenvolvimento de um povo, região ou Município e a presença feminina nas esferas de representação.

No entanto, os resultados das eleições municipais no Brasil desafiam essa regra. Uma análise das quatro disputas ocorridas sob a vigência da legislação de quotas (1996, 2000, 2004 e 2008) mostra que o desempenho das mulheres candidatas é sensivelmente superior nas regiões mais pobres.

Norte, Nordeste e Centro-Oeste, regiões menos industrializadas, menos escolarizadas e com indicadores sociais piores, elegem sempre uma proporção maior de mulheres do que o Sudeste e o Sul.

O mais interessante – e desafiador – é que não se trata de uma tendência inaugurada com a política de quotas, como mostra o fato de que as eleições de 1992, anteriores à reserva de candidaturas, produziram resultados similares.

O Amapá, por exemplo, Sr. Presidente, tem oito Deputados Federais, sendo quatro mulheres e quatro homens. Ou seja, no quesito gênero, a Bancada é igualmente dividida e muito bem representada.

Talvez aqui esteja a semente para uma boa tese para mestres e doutores em comportamento humano e dinâmica social...

Para finalizar, Sr. Presidente, sem tripudiar sobre os perdedores, e só a título de registro histórico, lembro que o meu Partido, o PMDB, liderou o número de Prefeitos eleitos com 1.057 Prefeitos. O PSDB foi o segundo, com 639, e o PP veio logo atrás com 506 Prefeitos. O PT assumiu a quarta posição, com 440, e o DEM, com 424.

O PMDB também foi o que mais consagrou os Vereadores, com 8.363 eleitos. O PSDB elegeu 5.825, e o PP, 5.078. O Partido dos Trabalhadores, PT, ficou em quinto lugar no **ranking**, com 4.090 Vereadores eleitos.

Em nome da verdade, porém, devo dizer que pouco mais de 12% dos Vereadores eleitos em todo o País são do sexo feminino, índice muito semelhante ao das eleições passadas.

Convenhamos que esse índice ainda não é o do País que queremos mas, com certeza, chegaremos lá, com mais mulheres na política, para que tenhamos um Brasil menos desigual e mais pacífico, potencialmente menos injusto no conjunto de suas relações de trabalho e mais equilibrado na sua representatividade democrática.

Sr. Presidente, quero fazer uma homenagem especial às três mulheres eleitas no meu Estado: à Francimar do PT, à Lucimar do PMDB e à Euricélia do PP. Por meio delas, estendo a todas as lideranças femininas do País a nossa alegria por vermos que, nas eleições de 2008, a representatividade feminina avançou com segurança, mostrou um ritmo de crescimento seguro.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após o brilhante pronunciamento do Senador Gilvam Borges, do Amapá, convidamos a fazer uso da tribuna, como Líder do Partido Democrático Trabalhista de Leonel Brizola, o Senador Osmar Dias, que representa o grandioso Estado do Paraná e o grandioso partido de Leonel Brizola.

V. Ex^a poderá usar da palavra por cinco minutos, mas jamais ousarei cortar a palavra de V. Ex^a, que traz a verdade ao Brasil.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ontem, vindo do Paraná, encontrei-me, no aeroporto de Curitiba, com lideranças do setor da indústria e da agricultura que lá perto faziam uma reunião, e aproveitaram para me encontrar para uma conversa rápida sobre as medidas anunciadas pelo Governo Federal a fim de atenuar a crise internacional. Queriam, basicamente, saber o teor da medida provisória que vamos votar aqui. Estavam preocupados, porque ouviram, aqui da tribuna do Senado e em entrevistas, alguns Senadores dizerem que o Governo brasileiro não estava preocupado com a crise, que estava debochando da crise, que o Presidente Lula estava brincando com a crise.

A bem da verdade, Sr. Presidente – V. Ex^a anunciou que eu traria a verdade ao País –, quero dizer que participei da reunião do Conselho Político, no qual os Líderes do Senado têm assento. O Presidente Lula, a Ministra Dilma, o Ministro Mantega, o Ministro do Planejamento Paulo Bernardo e também o Presidente do Banco Central fizeram uma avaliação da crise internacional, de suas causas, de suas conseqüências e colocaram, para nosso conhecimento, as medidas que seriam adotadas.

Confesso que nunca tinha visto o Presidente Lula tão preocupado. Pelo menos no que se refere à reunião do Conselho, não vi o Presidente Lula brincar. Muito pelo contrário: ele pediu uma avaliação da crise e fez o que o Presidente da República deveria fazer para a população brasileira: tranquilizar, serenar os ânimos. Imaginem se tivesse o Presidente a irresponsabilidade de chegar perante o público brasileiro, na televisão, e dizer: “Olha, está um caos! A economia brasileira está quebrada, e nós vamos quebrar as empresas, desempregar em massa”!

Não. O Presidente expôs claramente que a crise é grave, que nós teremos conseqüências, sim, na economia, mas que elas serão tão menores quanto mais eficientes forem as medidas adotadas pelo Governo e quanto mais rapidamente essas medidas forem implementadas.

Não houve, em nenhum momento, um tratamento irresponsável. Muito pelo contrário: a crise é tratada com muita responsabilidade e, graças à forma como é enfrentada, não houve uma corrida no Brasil, o que poderia agravar ainda mais a crise, que é muito séria.

Ao conversar com os empresários no Paraná, percebi que eles estavam levando mais em conta o que haviam ouvido, em entrevistas, de pessoas que aproveitavam o momento para criticar uma atitude que não foi tomada pelo Presidente – eu estava na reunião e depois ouvi as entrevistas do Presidente – do que propriamente as medidas que foram anunciadas.

Vejam: as medidas anunciadas liberam para a economia brasileira R\$100 bilhões, porque o compulsório está praticamente liberado para os bancos menores. Isso significa irrigar, isso significa não permitir a falta de crédito num momento crucial – se neste momento faltasse crédito, aí sim, a coisa seria pior.

Outra medida eu já havia colocado aqui da tribuna, antes mesmo de ir à reunião, quando disse que não poderia faltar crédito para os exportadores. Os exportadores precisam, neste momento, não só de manter os mercados já conquistados, mas de avançar em mercados que se abrirão, porque outros países terão mais problemas de crédito do que o nosso, e os exportadores de outros países terão mais problemas para manter os seus mercados.

Aí é que entra a terceira proposta que fiz, que é a de aumentar o crédito para o setor produtivo, não apenas para a agricultura, mas para a indústria de alimentos e para a indústria em geral. Nós temos uma reserva cambial de US\$208 bilhões – isso é importante para nos dar sustentação, para nos dar equilíbrio, para nos dar mais tranquilidade – e nós temos também outros três segmentos da economia que podem ajudar neste momento, e muito, que são o agronegócio, o

setor de mineração e o petróleo. Esses três segmentos da economia serão fundamentais para sustentar a economia brasileira.

Claro que haverá impacto, claro que nós teremos conseqüências. Haverá dificuldade, poderemos ter desemprego, mas o que eu estou dizendo é que a economia brasileira hoje está muito mais protegida do que há dez anos.

Se essa crise ocorresse há dez anos, aí sim, o Presidente teria que chegar na televisão e dizer: “Nós não temos reservas, as nossas reservas são menores do que US\$20 bilhões” – porque eram –; “nós não temos uma economia pujante no agronegócio” – o agronegócio estava, naquela época, com dificuldades –; “nós não temos como nos proteger com mais fontes de petróleo” – naquele momento isso era apenas uma expectativa.

Hoje não. Hoje nós temos, além de fundamentos fortes – aí está o Senador Mercadante, que pode falar com muito mais conhecimento do que eu, mas ouço isso todos os dias –, esses segmentos da economia que vinham caminhando a todo vapor e que poderão ser desacelerados, sim, mas que ajudarão a evitar uma tragédia para a economia brasileira, uma tragédia na área de empregos.

Eu recebi um documento da Federação da Agricultura ontem lá no aeroporto. Eles me pediram: “Pelo menos coloque isso da tribuna do Senado, porque não estamos pedindo muita coisa”.

O Governo brasileiro já adotou algumas medidas importantes, como o compulsório, que foi liberado, como o anúncio da linha de crédito para os exportadores. No entanto, como há, de fato, o risco de desemprego no campo e na cidade, é preciso que não falte, neste momento, financiamento para o plantio. A esse respeito, no meu entendimento, o Governo fez um cálculo equivocado quando falou: “Nós aumentamos o crédito em 12%”. Bom, mas os insumos tiveram um crescimento de preço da ordem de 80%. Então, esse aumento de 12% foi comido pelo maior aumento do preço dos insumos.

É impossível um agricultor plantar, hoje, com uma tonelada de adubo custando quase dois mil reais.

E já há uma perspectiva, uma previsão negativa, de se reduzir em 15% a quantidade de adubo colocada no solo. O que significa isso? Que estaremos usando menos tecnologia. E o Brasil, que vinha num crescimento extraordinário de safras, tendo chegado a 144 milhões de toneladas – poderia chegar a 150 agora –, pode ter interrompido esse ciclo de crescimento, pode vê-lo se estagnar ou até cair em função da menor utilização de insumos modernos, fertilizantes e outros insumos que são muito importantes para manter o ní-

vel de produção por hectare ou por outra unidade de área, que é a produtividade.

A eficiência produtiva depende do quê? Da aplicação de tecnologias que estão sendo, agora, deixadas de lado em função da crise. E leio nos jornais o seguinte: que falta crédito e que, por isso, o agricultor não está plantando com adubo, com tecnologia. Não! Não é isso não. Mesmo se houvesse crédito, ninguém seria louco de utilizar tantas toneladas de adubo quanto as que utilizava até pouco tempo atrás, Senador Camata, com esse preço de quase dois mil reais. Não há o que pague isso. Não há cultura que depois pague isso, porque o preço das **commodities** está caindo.

Aí, deixo uma pergunta que não consigo responder. O Governo tem que ter essa explicação – vai aqui uma crítica minha –, o Governo tem que agir nesse segmento. Não podemos entender, não dá para entender por que as **commodities** caíram e os fertilizantes não. As **commodities** caíram, o petróleo caiu, mas os fertilizantes subiram lá nas nuvens e continuam subindo.

Como pagar uma tonelada de adubo a dois mil reais, Senador Camata? Onde é que se paga isso? Em nenhum lugar do mundo. Nem com subsídio se paga isso.

Então, vai haver, sim, uma redução da utilização de fertilizantes, de tecnologia, para que o agricultor faça uma adaptação do seu orçamento. A crise está amedrontando? Está amedrontando. Ela vai ser grave para todos os segmentos? Vai. E pode ser muito mais grave para a agricultura. Mas se o Governo quiser atenuar a crise e não reduzir drasticamente a safra do ano que vem, terá de colocar dinheiro agora, além de medidas para reduzir o preço do fertilizante, dos insumos agrícolas, porque eles estão exorbitantes. Como fazer isso? Tirando taxa de marinha mercante, na importação de componentes que vão fazer a fórmula do adubo, reduzindo a carga tributária desses fertilizantes que são utilizados na agricultura, porque não adianta querer agora arrecadar em cima dos fertilizantes, porque não vai arrecadar depois em cima da produção. É melhor deixar de arrecadar em cima dos fertilizantes para arrecadar em cima da produção, que será maior se nós utilizarmos o fertilizante.

O Senador Camata quer um aparte. Eu pedi a palavra pela Liderança, mas eu acho que o Presidente concede um minuto de aparte.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – O assunto é muito importante.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Ilustre Senador Osmar Dias, primeiro quero cumprimentar V. Ex^a pelas colocações que faz. É claro que temos que discutir aqui, temos que cerrar fileiras com o Executivo

e com as autoridades econômicas, no sentido de que o Brasil possa ter um pensamento unitário que gere não só recursos diante da crise, mas, acima de tudo, solidariedade e firmeza das posições do Governo, que geram confiança naqueles que operam as finanças do País e as finanças privadas dentro do País. É claro, no caso dos adubos, V. Ex^a viu há uns meses, quase numa profecia, que o Presidente Lula disse: “Vamos fabricar adubo aqui”. No Espírito Santo, o Governador Paulo Hartung já está se preparando para, aproveitando o gás produzido nos poços do Espírito Santo, instalar uma grande fábrica de adubos brasileiros que possa fazer com que o preço internacional também caia diante do volume de produção que se espera na nossa fábrica de fertilizantes. Um outro ponto que se deve colocar aqui é o seguinte: há uma responsabilidade nossa para aprovar rapidamente essas medidas provisórias que vieram exatamente em cima da crise, pois é a forma de o Congresso Nacional mostrar o seu apoio às posições das autoridades monetárias sobre o problema mundial. Mas tem que se dizer e tem que se exaltar aqui o trabalho exercido pelos responsáveis pela nossa economia, desde o Ministro Palocci – e houve aquele problema com ele, e não foi um problema ligado à ética, mas uma exploração –, que foi um belo Ministro da Fazenda, um Parlamentar que colocou o Brasil nos trilhos; outro grande Ministro, o nosso colega Paulo Bernardo, também um Parlamentar. Quando tínhamos esses grandes economistas, o Brasil não ia tão bem. O Ministro Mantega também se revelou um excelente condutor da economia do País, junto com Meirelles. Quer dizer, são quatro grandes condutores do processo econômico diante de um mundo um pouco hesitante, um pouco conflitante, um pouco declinante, por isso o Brasil tem boa posição, graças a Deus. Se essa crise tivesse ocorrido, como V. Ex^a disse, em anos anteriores, talvez nós tivéssemos uma tragédia. Mas, pelo contrário, estamos diante de uma posição em que sabemos o que fazer e estamos fazendo de maneira correta. Acho que esta é que tem que ser a nossa posição: confiança e fé no Governo, apoio às providências que estão sendo tomadas, que são corretas, e, é claro, uma ou outra correção que possamos dar, aumentando a confiabilidade das resoluções do Governo. Mas eu cumprimento V. Ex^a pelas colocações que faz, ajudando as autoridades monetárias nas decisões que eles estão tomando.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Obrigado, Senador Gerson Camata, pelo aparte.

Sr. Presidente, peço um minuto para encerrar.

Quero dizer o seguinte: o Presidente Lula adotou as medidas, anunciou à Nação as medidas de uma forma equilibrada, de bom senso, sem fazer alarme,

porque não é hora de fazer alarme, mas também esta não é hora de fazer intriga, de aproveitar, porque a situação está ruim e fazer intriga... É fácil agora ir à televisão, ao rádio e dizer: Olha, a situação está grave, porque o Governo é incompetente! Essa é a hora de ajudar a resolver o problema do País.

O que estou dizendo é que as medidas que vierem para o Congresso Nacional, o Congresso tem todo o direito de debater, de fazer emendas, de reformular; tem a obrigação de fazer isso. Mas, sobretudo, tem a obrigação de colaborar para que se aprove rapidamente as medidas que vierem a fim de que o setor produtivo nacional continue a produzir, para que possamos ter boa safra e ela não falte para irrigar a economia no ano que vem; e, por fim, para que possamos dar à economia brasileira um sinal da palavra credibilidade, porque o que está hoje em jogo é a credibilidade. E a credibilidade vai ser reconquistada se trabalharmos com seriedade absoluta. E é o que faremos, Senador Gerson Camata.

Durante o discurso do Sr. Osmar Dias, o Sr. Mão Santa deixa a cadeira da presidência, que é ocupado pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Concedo a palavra ao Senador Mão Santa, por permuta com o Senador Aloizio Mercadante.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Romeu Tuma, Parlamentares presentes, brasileiros e brasileiras aqui presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, como hoje nós contamos com a presença do Líder Mercadante, ansiosamente, eu e o País aguardamos a sua fala, e mais como economista, como brasileiro, do que partidariamente do Partido dos Trabalhadores.

Mas, Senador Mercadante, Deus escreve certo por linhas tortas, sei que V. Ex^a é o nosso Adam Smith, acreditamos na honestidade e nos fundamentos do estudo econômico que V. Ex^a traduz. Mas eu queria dar uma vivência minha para este Brasil. Fui “prefeitinho” e, justamente, na inflação. Era uma “zorra”, 80% ao mês. Isso em 1989/90, ao mês. Todo mês, eu enfrentava as caladas da madrugada para fazer uma folha de pagamento. Todo mês, aumentava até 80%. Este País vivia na “zorra”.

Depois Deus me permitiu governar o Piauí e era mais ou menos a mesma coisa. Quem acabou com essa “zorra” da economia, a inflação, foi justamente – não vou buscar o DNA, se foi Itamar, se foi Fernando Henrique Cardoso – mas eu acho que este País tem que prestar uma homenagem, que foi esquecida, a Pedro Malan. Não sabíamos o que devíamos! Numa época dessas, Mercadante, todo prefeitinho estava

correndo os bancos, aliás eles chamavam. Tinha um tal de ARO (Antecipação da Receita Orçamentária). O prefeitinho que estava saindo já tirava isso, e os bancos davam, os banqueiros sempre deram, e o outro ia pagar. Ele hipotecava as receitas que iam entrar. Isso era uma zorra! Ninguém sabia quanto devia. Eu não sabia a minha prefeitura e nem o meu Estado.

Quem impôs a transparência da economia, a responsabilidade fiscal, – Arthur! – foi o Pedro Malan. Eu fui chamado a negociar como os outros governadores. Uns pagavam 13%, outros 11%. Eu me lembro que o Piauí ia pagar 13% e eu não assinei porque vi que São Paulo era 11%. Aí eu levei para a Psicologia: como é que fazem isso com um filho mais fraco? O pai e a mãe, que era o Governo Federal? No fim, ele cedeu em razão de sua sensibilidade política, e o Piauí renegociou a 11%, Augusto Botelho, o que era muito, como São Paulo. Isso porque eu não concebia como nós íamos nos sacrificar mais do que o poderoso São Paulo, viu, Mercadante?

Mas aí entrou essa responsabilidade fiscal, e o que ocorre?

Mas o que eu quero lhe dizer, Senador Mercadante, é que para onde se vai se leva a nossa formação profissional, V. Ex^a trouxe a de economista. A História nos ensina que este País, Aloizio Mercadante, teve grandes governantes. Pedro II foi uma beleza de estadista; Getúlio Vargas, embora ditador, o homem é o homem e sua circunstância, enfrentou uma guerra para chegar à Presidência, porque ele se revoltou contra a corrupção eleitoral da República Velha. Os paulistas quiseram derrubá-lo dois anos depois – outra guerra. E, no fim, veio a Segunda Guerra Mundial. Os países totalitários – Alemanha, com Hitler; Itália, com Mussolini, e o Japão – quiseram acabar com a democracia. Então, ele teve essas circunstâncias.

Mas, Jefferson Praia, que ele foi um estadista foi! Tudo que há de sério, as conquistas dos trabalhadores, a previdência, o organograma, o Dasp, tudo foi Getúlio Vargas quem fez.

Senador Expedito Júnior, temos Getúlio. Mas quero dizer o seguinte: olha, o Fernando Henrique Cardoso deu um ensinamento, ouviu Mercadante? V. Ex^a, como economista, e eu digo, como médico, que enfrentei muitos casos de câncer. É duro mas temos que enfrentar, chamar a família e dizer que o paciente está com câncer mesmo, há a cirurgia, a cobaltoterapia, a radioterapia e o prognóstico é duvidoso. É duro! Eu sofri muito ao ter que dizer isso.

Mas o Fernando Henrique Cardoso foi um grande estadista, Senador Arthur Virgílio, pela sua coragem. Lembro-me, Expedito Júnior, de que ele chamou todos os Governadores para dizer que haveria um tal de

apagão: apagariam as luzes das avenidas, das praças, das praias. Eu ainda quis estrebuchar, dizer que o Piauí não tinha nada com aquilo, mas tivemos que obedecer e enfrentarmos o apagão.

Aí ele apresentou um jovem, puro, sábio, competente, cujo pai era piauiense: Pedro Parente. “Este aqui é o superministro, é uma câmara de gestão, todo mundo tem que obedecer a ele”.

E ele enfrentou o apagão. Tudo passou, e nós estamos com o Brasil iluminado, mas houve dificuldades. Ô Expedito Júnior, eu apaguei todas as luzes das avenidas, das praças. Enfrentamos. Passamos a obedecer disciplinadamente o superministro, o chefe da câmara. José Jorge era Ministro, mas quem mandava era Pedro Parente.

Então, está na hora de o Presidente Luiz Inácio fazer isto: “Vamos botar uma câmara de gestão, levar o Mercadante”. Ô Mercadante, que o negócio é sério, é; não vão enganar ninguém, porque tem a dívida externa e a dívida interna. Sei que V. Ex^a fez Economia, mas quero dizer que já estou há quase seis anos na CAE; seis anos é mais do que uma faculdade de Medicina. Eu li o Adam Smith todinho e fico atento, participando dos debates qualificados que o Mercadante traz. Então, a dívida externa está certo; vangloriou-se que pagou ao Bird, ao Banco Mundial. Eu disse: “Ô Luiz Inácio, olhe a dívida interna”. Pagou aquela, botou nas manchetes. E aí? E a dívida interna?

A primeira é com os velhinhos aposentados, Mercadante. Este País tem uma dívida muito grande com os nossos aposentados. Ele garfou, ele tirou, ele roubou mesmo dos velhinhos aposentados. Há contratos que eles pagaram uma vida, e o Governo fez contrato para terem direito a dez salários mínimos e estão recebendo cinco. Ô João Pedro, quem assinou cinco está recebendo dois. Os velhinhos, isso é uma dívida interna.

A dívida com a educação. Está uma lástima!

A educação brasileira, a universidade estão uma lástima! A dívida com a saúde! Ô Efraim, a saúde só está boa para quem tem dinheiro e tem plano de saúde. Para nós, Senadores, não oferecem. Mas uma diária de uma UTI hoje, Senador Arthur Virgílio, é R\$3,5 mil. O SUS não recebe, sou médico.

A dengue está aí! O Ministro é excepcional, é extraordinário, é sanitaria, mas a dengue aumentou. Isso é a dívida interna. Na dívida interna é como você estar morando na sua casa, Expedito Júnior, e não estar devendo a nenhum banco, a nenhuma bodega, a nenhum comércio, e não comprou nenhum carro fiado, mas a sua casa está com a água cortada, não tem luz, está com goteira, o esgoto não funciona, porque você não tem dinheiro. É o que tem no Brasil. O

Brasil está cheio dessa dívida interna. Ô Mercadante, ela é grande. A dívida interna com a educação, com a saúde, com a segurança.

Norberto Bobbio é sábio como V. Ex^a, Mercadante. Ouvi Fernando Henrique falar em Norberto Bobbio e fui ler – já li um bocado dos livros dele. Ele disse que o mínimo que o governo tem que dar ao seu povo é a segurança. Então, esse governo nos deve a segurança. Ninguém vai analisar.

E queria dizer o seguinte: quem sabe é a mãe economia, Mercadante, com todo respeito a V. Ex^a, aos conhecimentos, aos fundamentos que aprendi muito, mas está aqui: “*A crise no seu prato*”. Ninguém sabe mais de economia do que a dona de casa, a mãe de família, essa que é economista e dos pobres, porque viver com um salário mínimo, esta é sábia, é honrada e é administradora.

Então, está aqui: “A crise no seu prato. Alta do dólar alimenta reajuste e produtos típicos da mesa do brasileiro. Supermercados preparam novas tabelas”.

Tudo aumentou. Uma reportagem muito bem feita, extraordinariamente bem feita no **Correio Brasileiro**:

Crise alimenta reajustes de produtos típicos da mesa do brasileiro – Letícia Nobre e Luciana Navarro.

(...) A dupla arroz e feijão, a macarronada e a carne devem subir de preço por conta do estresse que abala a economia mundial e nacional. Por conta do câmbio, o feijão preto sofreu repasse de 10%.

Olha, o feijão preto é importado da Argentina, da China e do Chile. Subiu ontem 10%. Para quem gostar da feijoadinha.

Aí continua:

O grão disparou 87,41% no último ano.

Mais adiante:

Alteração. Do início da safra – entre março e abril – até agora” – março, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro – “o preço da saca do arroz subiu 56,5%, chegando a R\$36,00. E os especialistas dizem que ele ainda vai subir 10%. O preço médio atual do quilo do arroz é de R\$2,00 a R\$2,20. Além do arroz e do feijão, massas e carnes devem ser remarcadas”.

Senador Mercadante, atentai bem!

(...) Segundo a Associação Brasileira dos Exportadores de Carne, a baixa produção e a alta dos valores no mercado externo justificam as alterações de preços. O valor da

tonelada de carne passou de US\$2,6 mil (...) para US\$3,8 mil (44,05%).

Então, é a globalização, e ela é velha. V. Ex^a, que é mais culto do que eu e teve uma formação acadêmica extraordinária, lembra-se de que isto é velho – a globalização não começou hoje, vem do Renascimento, quando descobriram a bússola, a pólvora, a imprensa. Desde aí tem-se a globalização, e não iria deixar de haver agora. É velha!

Compre aquele livro “**1808 – A Viagem da Família Real**”. Ô livro bom! Tem as versões adulto e juvenil. Ô Gilvam Borges, Expedito Júnior, quando Dom João VI veio para cá, quem pagou tudo foi a Inglaterra. Para aceitarem o nosso grito de independência, nós tivemos que assumir as dívidas que Dom João VI trouxe àquela Corte – aqueles 30 mil que viveram aqui. Foi uma defesa, ele estava com medo de Napoleão invadir Portugal.

E, desde aí, tem-se essa dívida. Essa dívida deixou de ser da Europa, com a Segunda Guerra Mundial, a que Getúlio Vargas tomou parte, a que Winston Churchill juntou a Rússia, os Estados Unidos, Franklin Delano Roosevelt e o próprio Getúlio. Então, passamos a dever para os Estados Unidos – um novo mercado.

Então, se os Estados Unidos tem um quarto, quer gostemos ou não de Bush, da riqueza mundial, é lógico que nós vamos sofrer.

Agora, Senador Aloizio Mercadante, Franklin Delano Roosevelt disse: Com toda pessoa que eu vejo, que é superior a mim em determinado particular, eu procuro aprender.

Então, Luiz Inácio tem que ter a coragem de Fernando Henrique Cardoso e colocar uma câmara, um projeto e dizer ao Brasil a realidade que temos de enfrentar e as dificuldades. E tem que ter uma coragem maior ainda: medidas concretas de redução dos gastos públicos. Austeridade. Austeridade, temos de diminuir os gastos públicos. A Pátria, a família, Rui Barbosa. Aquilo que fazemos na nossa família: se a economia está ruim, temos de ter coragem de diminuir os gastos.

Essas são as nossas palavras e a contribuição que a oposição dá ao nosso Presidente Luiz Inácio.

Democracia sem oposição é uma farsa, não é democracia, e este Senado não pode viver de farsa.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Pois não.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Pela ordem.) – Eu gostaria de verificar se estou inscrito pela liderança do meu Partido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Já chegou o documento de V. Ex^a, que será o próximo. V. Ex^a é o primeiro.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Do mesmo modo, Sr. Presidente, e eu? Sr. Presidente, eu havia solicitado...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – O Senador Osmar Dias já falou. Senador Casagrande, depois V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Em que lugar estou, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Agora, dentro dos presentes, é o segundo, pela liderança.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Se me permitem – não sei se a Mesa pode –, nós estivemos no Meeting da Lide, na última semana, e lá estavam presentes os Ministros Edison Lobão e Hélio Costa, que foram falar sobre energia e comunicação.

Houve um espaço, porque o Ministro de Assuntos Institucionais faltou, e, por unanimidade, o Senador Mercadante foi convidado a dar o desdobramento da crise no Brasil, no contexto da globalização de todo o procedimento. Estava o Ministro português, estavam vários líderes empresariais, e, acredito eu, ele até há pouco me disse que dará continuidade ao debate que fez lá com muito sucesso – sucesso no sentido de ter a abrangência de todos os fatos que realmente estão ocorrendo e das colocações que o Presidente Lula tem feito.

Então, eu gostaria de estar lá para pedir aparte, mas V. Ex^a o fará, sem dúvida alguma.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – V. Ex^a me permite? Eu lamento não ter estado presente, porque minha ausência só aprofundou minha própria ignorância sobre o tema. Mas agora acho que eu vou corrigir esse defeito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Tenho certeza de que V. Ex^a pedirá um aparte que beneficiará todo o País.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, a ampla maioria dos analistas já considera esta crise, que ainda está em evolução, como a mais grave crise da economia capitalista internacional desde 1929. Já há, inclusive, alguns analistas que apresentam dados que demonstram que, em alguns aspectos, esta crise já é maior que a de 29. Por exemplo, no que se refere às perdas das Bolsas de Valores, entre o melhor momento de 29 e o pior momento, nós tivemos perdas da ordem de

42%. Nesta crise, as perdas já superam 46%, quando a gente analisa o conjunto das bolsas na economia internacional. No entanto, naquela ocasião, a grande crise da Bolsa de Valores deflagrou um processo de depressão econômica, de estagnação econômica, de deflação e, hoje, com toda a experiência teórica e histórica acumulada, seguramente nós temos instrumentos e capacidade de ação para não repetirmos os erros e a tragédia de 1929.

Crise, no chinês antigo, escrevia-se com dois caracteres: um significa perigo, e o outro, oportunidade. Eu diria que nada é mais apropriado para descrever essa crise: os perigos e os riscos são imensos, mas também nós temos oportunidades que vão se abrir ao longo desse processo. Essa é uma crise sistêmica, é uma crise da economia globalizada, é uma crise que tem como estopim e epicentro a economia americana, a mais importante economia do planeta. E as crises financeiras são recorrentes, elas são da natureza da sociedade capitalista e elas têm um papel saneador. A crise pune os imprudentes, pune os que especularam sem lastro e premia os prudentes, os precavidos. Fortalecem-se os mais fortes, são eliminados os mais fracos. Portanto, as crises são da natureza do processo, e não será diferente com esta. Nações pagarão preços altos, empresas desaparecerão, bancos já desapareceram, mas aqueles que foram prudentes, aqueles que se prepararam, seguramente encontrarão grandes oportunidades que esse processo irá patrocinar.

As crises de bolsas de valores são mais curtas e menos profundas do que as crises imobiliárias na história econômica. As crises imobiliárias tendem a durar mais tempo e a se aprofundar. E esta crise tem um agravante, porque não é apenas imobiliária; é uma crise que esteve associada ao mecanismo dos derivativos, da alavancagem, de empresas que elevaram seu capital 60, 65 vezes. Portanto, além da crise das hipotecas imobiliárias, temos a crise dos derivativos, que significam sombras no sistema financeiro. Não havia regulação, não havia controle, não havia supervisão, não havia transparência. É por isso que, a cada dia, a cada semana, nós verificamos que a crise veio evoluindo e apresentando contas novas, cada vez mais caras a vários países e ao sistema financeiro como um todo. Essa crise já atingiu grandes bancos. Só nos Estados Unidos, quatro dos seis maiores bancos foram duramente atingidos. Os bancos de investimentos praticamente acabaram na economia americana. Era um setor sem nenhuma regulação, controle ou fiscalização. Na Europa, dois dos quatro maiores bancos também já foram duramente atingidos. Isso demonstra que a ausência de regulação, a ausência de mecanismos de transparência, de prudência bancária, de supervisão

bancária, de regras e limites não pode continuar na economia internacional.

Se é verdade que nós estamos diante agora de um grande incêndio e a tarefa primeira é apagar o fogo – e nós precisamos de bombeiros para essa tarefa –, no segundo momento, teremos de chamar os arquitetos e engenheiros para reconstruir o sistema. E nós teremos um novo sistema financeiro. Aquele sistema financeiro da alavancagem sem limites, da especulação sem qualquer regra ou transparência acabou. Nós estamos vivendo o nascimento de uma nova economia, de um novo tempo, de um novo sistema financeiro e o fim de uma era. Agora, se há esperança nesse processo, haverá dor, muita dor, porque essa crise atingirá os mais pobres e atingirá todos os países, ainda que com profundidade diferenciada. A resposta a essa crise tem que ser, necessariamente, uma resposta global. E não há, na história do capitalismo, nenhum momento onde nós tivéssemos tanta coordenação de política econômica como estamos tendo nestes dias, não só a redução sistêmica organizada das taxas de juros, mas também a construção de importantes pacotes de socorro financeiro que estamos vendo nas últimas horas.

A reunião do G7, a reunião do Banco Mundial e do FMI e a reunião do G20, que foi iniciativa do Governo brasileiro – por sinal muito apropriada, porque temos que estar no fórum das grandes decisões – permitiram o início de uma coordenação macroeconômica muito importante para amenizar a evolução da crise. Nós precisamos discutir que o socorro financeiro às instituições deve ter como referência o padrão que a Inglaterra lançou ao debate. Eu disse, em Portugal, na semana passada, que é muito difícil, num congresso como o congresso americano, imaginar que um parlamentar vote pelo socorro das instituições bancárias e financeiras de 700 bilhões de dólares enquanto, no mesmo dia da votação, um senhor de 90 anos dá um tiro no peito, porque a casa dele estava sendo tomada pelo banco – o banco que estava sendo socorrido com dinheiro público do imposto que ele pagou. É muito difícil. O custo dessa decisão é muito alto politicamente. Mas é muito maior o custo de não tomar essa decisão. Agora, o modelo que a Inglaterra lança, em que os aportes de recursos significam participação de capital do Estado na empresa é muito mais adequado, porque há oportunidade de se resgatarem esses recursos no futuro, quando as economias melhorarem. É o mesmo exemplo da mudança que fizemos na Lei de Falências. Temos que salvar as empresas, não os acionistas e os controladores. Temos que salvar os empregos, a capacidade de produção, o sistema econômico, e não

aqueles que se aventuraram pela irresponsabilidade e pela imprudência.

Neste momento, há ainda uma grande aversão ao risco. A cada novo fato, o pânico toma conta, e o pânico leva à irracionalidade, perdem-se os fundamentos. A economia não tem preço e não tem capacidade de resposta. Houve travamento completo da liquidez – a clássica armadilha da liquidez. O sistema bancário não consegue destravar seus mecanismos, há crise de confiança, há empoçamento da liquidez. Para isso, era preciso governabilidade sistêmica, e as medidas que começam a ser tomadas contribuíram decisivamente, especialmente as últimas medidas da Europa. Dezesesseis dos vinte e sete países da Europa se reuniram, estabeleceram um pacote de 1,8 trilhão de euros – estamos falando em US\$ 2,5 trilhões –, um socorro financeiro de grandes proporções; e é importante que se destaque: com mecanismos de garantia ao interbancário. Só na Alemanha, são 580 bilhões de euros que foram destinados para assegurar o interbancário. Quer dizer, os bancos podem emprestar a outros bancos que o Governo assegura as operações em até 580 bilhões de euros. A mesma coisa ocorreu nos pequenos países, como Portugal, onde vi que havia uma grave crise de liquidez, e receberam garantias no interbancário de até 30 bilhões de euros.

Precisamos entender que, no ano passado, 75% do crescimento da economia mundial se deu nos países emergentes, especialmente, nos BRICs: China, Índia, Rússia e Brasil. São esses os países que têm grandes mercados de consumo de massas que sustentam, prioritariamente, o crescimento do ano passado, e este ano, mais de 80% do crescimento, seguramente, virá dessas economias. Como está o Brasil, nesse cenário? Quais são os nossos desafios e as nossas possibilidades?

O Brasil construiu importantes Linhas de Defesa, para enfrentara essa grave crise. A primemira Linha de Defesa: temos reservas cambiais, de mais de US\$200 bilhões. Não sei,exatamente, os valores, pelas últimas operações do Banco Central, mas, chegamos a ter, US\$ 208 bilhões de reservas. Esse é um instrumento fundamental, do momento. Segundo lugar, o Brasil e o Governo vêm administrando com competência as reservas, porque tenta prover a liquidez do Sistema, especialmente, o câmbio, busca, contribuir, para amenizar a desvalorização da taxa de câmbio, e está consseguindo, conscência, sem perder o estoque de reservas,porque não sabemos como é que vamos ver o cenário econômico evoluir.Em segundo lugar, a nossa inflação está, sob controle, dentro da meta: o único País com regime de meta de inflação, que manteve a innflação dentro da meta. Isso dá mar-

gem de liberdade e ação, quando o Banco Central de antecipou à crise, monitorou, como o peço das commodities cederam, a desvalorização do câmbio não tem o impacto que tinha no passado e não é preciso aumentar a taxa de juros, juntamente, como aconteceu em outras situações. Então, primeiro: Reservas. Segundo: Inflação sob Controle.. Terceiro: A Situação Fiscal do País. Portanto, essa forte desvalorização da moeda não implica deterioração da dívida pública. Ao contrário, como o Governo é credor líquido em dólar, tem 208 bilhões de dólares, a desvalorização do real trouxe um grande ganho fiscal para o Estado brasileiro, mais de 70 bilhões de reais. E, como o Banco Central comprou dólar barato e vendeu caro, ele está tendo ganho fiscal no fluxo. Isso também é uma liberdade que passamos a ter. A dívida pública caiu nessa crise para 38% do PIB, reduziu o estoque da dívida e melhorou o fluxo circunstancialmente. Então nós temos alguma liberdade na política monetária e alguma liberdade na política fiscal, que não tivemos em outras situações históricas. O nível de atividade da economia brasileira é em torno de 6%. Seguramente vai-se desacelerar nesses próximos meses, mas o País cresce prioritariamente movido pelo mercado interno. Por isso, a nossa exposição às exportações é menor do que era no passado, e o mercado americano que era 25% das exportações brasileiras, há cinco anos, hoje é apenas 14%. Nós diminuimos a nossa dependência ao mercado interno, diversificamos as exportações e o carro chefe da economia brasileira, do crescimento, é o mercado interno, é o consumo de massas, é o aumento do emprego, do salário, da renda e do crédito. Por isso, também é uma linha de defesa. Então as reservas cambiais, a inflação sob controle, a melhora nas contas públicas, inclusive na crise, porque somos credores em dólares, diminuimos o estoque da dívida para 38% do PIB, o nível de atividade em torno de 6%, movido pelo crescimento interno, a diversificação do comércio exterior e um outro fator decisivo, e nesse eu queria apresentar alguns dados para demonstrar isso, a solidez do sistema financeiro brasileiro.

Nós vivemos graves crises no sistema financeiro brasileiro e fomos superando ao longo da história, nós fomos o País que conviveu com a mais longa hiperinflação da história documentada, nós tivemos fortíssimos ataques especulativos e desvalorizações num passado recente. Os bancos se fortaleceram nessas crises. A nossa estrutura do sistema financeiro é extremamente sólida. Nós temos, hoje, uma carteira de crédito de R\$ 1,1 trilhão, em mercado; só que 76% dos ativos, 77% do crédito e 89% dos depósitos à vista estão em nove bancos, apenas nove bancos. Portanto, mais de 2/3 das operações de crédito e 89% dos

depósitos à vista estão em nove bancos. O sistema financeiro é altamente concentrado e por isso sólido. Três bancos estatais, três bancos nacionais privados e três estrangeiros que tem 14%. O Estado tem 37% da carteira de crédito do País. Portanto o risco sistêmico é muito baixo e nós temos um sistema financeiro com baixa alavancagem, extremamente concentrado, com baixo risco sistêmico. Um outro elemento importante, Sr. Presidente, é que temos um alto nível de reservas de depósitos compulsórios. O Brasil tinha, em agosto deste ano, R\$ 259 bilhões de depósitos compulsórios. Nós temos a maior alíquota de depósito compulsório da economia internacional: 50%. Cinqüenta por cento do depósito à vista ficam como depósito compulsório. Nos Estados Unidos é apenas 10%, na União Européia é 2%; na Índia é 7,5%; no Chile é 4,5%, ou seja, o Brasil é 50%. Como o depósito compulsório é extremamente alto no Brasil: 50%; Estados Unidos: 10%, nós estamos utilizando, com inteligência essa condição.

O Banco Central tem dois grandes desafios neste momento. Nós temos duas vulnerabilidades importantes. Temos todas aquelas linhas de defesa, mas temos duas vulnerabilidades. A primeira vulnerabilidade: A liquidez do sistema. Não há mais fontes de crédito no mercado internacional como havia. Nós precisamos rapidamente prover a liquidez. O pânico, a aversão ao risco faz com que os bancos não emprestem uns aos outros. O Governo tomou duas medidas importantes: Primeiro, uma medida provisória, estimulando os grandes bancos a adquirirem carteira dos pequenos e dando com garantia a liberação dos depósitos compulsórios; segundo, dizendo que podem liberar até R\$100 bilhões, provendo de liquidez o sistema. Isso já trouxe repercussões muito positivas na taxa de juros, na Bolsa de Valores, que teve a melhor reação de toda a economia internacional e ajudou bastante. Mas eu queria fazer uma advertência: Acho que nós teríamos que também assegurar garantias ao interbancário como está fazendo a União Européia Não há segurança total de que os pequenos bancos, as pequenas carteiras serão compradas pelos grandes bancos. Para assegurar que isso seja efetivamente feito, o Governo deveria dar um passo a mais, no meu ponto de vista, e estabelecer mecanismos de garantia, no interbancário, como fez a Europa.

A segunda vulnerabilidade que nós temos são empresas brasileiras, especialmente exportadoras, endividadas em dólar, mas sobretudo empresas que especularam com derivativos de câmbio. Elas tentaram se proteger da apreciação do real, mas adquiriram alguns instrumentos de derivativos de altíssimo risco e na desvalorização abrupta da moeda ficaram muito expostas... Sr. Presidente, Sr. Presidente, peço um pouco

mais de tolerância só para eu tentar concluir o raciocínio. Ficaram muito expostas a esse mecanismo. Para isso, o Banco Central vem fazendo um esforço muito grande de estabilização da taxa de câmbio. O câmbio chegou a 2.45 R\$/US\$ em um momento de pânico e está chegando hoje a um patamar de 2,00 R\$/US\$, mostrando que as operações de Swap Cambial e as medidas que o Banco Central vem tomando de oferta de câmbio no mercado Spot sem comprometer as reservas foram muito importantes para trazer o câmbio, estabilizar a taxa de câmbio. É evidente que vamos ter uma certa desvalorização e é positivo que isso aconteça para estimular as exportações brasileiras em um mundo onde a concorrência vai ser muito maior. Isso vai proteger o mercado das importações predatórias em que isso vai acontecer. Temos que aperfeiçoar os mecanismos de defesa comercial, mas essa evolução na taxa de câmbio, diria, que é bastante providente se estabilizarmos o câmbio e não tivermos uma desvalorização muito acentuada.

Queria terminar porque já falei além do meu tempo, apesar que esse é um debate bastante complexo, só queria chamar a atenção de vocês para dois argumentos: comecei dizendo que, e tantos analistas o fazem hoje, que essa crise tem as proporções da crise de 1929, mas em 1929 o Brasil teve uma saída criativa. Éramos, até então, durante mais de quatro séculos um país primário exportador que vivia da exportação de matérias-primas basicamente o café que era mais de 60% da nossa pauta exportadora. Vínhamos, a uma década, estocando um terço do estoque de café e os preços desabaram no mercado mundial no espaço de três meses. O que o Brasil fez? Queimou os estoques de café, aumentou o gasto público para manter o setor cafeeiro, mas foi obrigado a substituir importações. Em 1934, quatro anos depois da crise, éramos um país predominantemente industrial. Substituímos importações na crise de 29 e o Brasil saiu maior do que entrou na crise, com outro lugar. Dali começa o grande projeto industrializante do Brasil não só a modernização do Estado, a CLT não só a modernização do Estado, a CLT, as relações de trabalho, o salário mínimo, mas, sobretudo, mais tarde, a Alcalis, Volta Redonda, que hoje é a CSN, a Vale do Rio Doce. Tudo isso nasce da mudança do padrão de desenvolvimento deflagrada pela crise de 1929.

Essa crise atual – e é importante que as pessoas se dêem conta –, a distância entre os países ricos e pobres diminuiu como nunca. Infelizmente, não pelo progresso dos países em desenvolvimento, mas pela crise profunda, estrutural e duradoura das principais economias capitalistas internacionais. A riqueza, só na Bolsa de Valores, US\$ 20 trilhões viraram pó – vinte

trilhões de dólares! Aquela economia da especulação desenfreada, dos papéis atrás de papéis, sem regulação, sem controle, sem transparência, sem fiscalização, acabou. Estamos iniciando um novo mundo, um mundo em que vai nascer um novo sistema financeiro, um mundo em que os países em desenvolvimento terão um papel decisivo. E todos os analistas, hoje, olham para a China, Rússia, Índia e Brasil com essa perspectiva histórica.

Termino apenas dizendo o seguinte: hoje, a China é inegavelmente a grande locomotiva da economia mundial, mas é uma ditadura. A Índia é extremamente importante, porque tem um mercado de um bilhão de pessoas, mas é uma sociedade de castas. A Rússia é extremamente importante pelas grandes reservas de gás, mas é uma burocracia autoritária. E o Brasil é um país que tem estado de direito democrático, separação dos poderes, democracia consolidada. Somos o país que, nos últimos cinco anos, mais aumentou a produção e a exportação de alimentos na economia mundial. Somos o país que tem as matérias-primas decisivas para esse novo ciclo da economia mundial. E somos o país que vai se transformar uma grande potência exportadora de petróleo, com as reservas do pré-sal.

Portanto, nunca na História recente nós enfrentamos uma crise deste tamanho, mas também nós nunca tivemos linhas de defesa tão sólidas para enfrentar a crise e uma perspectiva tão favorável para superar os desafios que aí estão.

Termino como comecei: acho que é um tempo da História de dor e de esperança; é um tempo da História de perigo e de oportunidades. Tenho absoluta convicção de que nós saberemos construir com maturidade as respostas deste momento. É um momento em que o Governo tem que ter diálogo com a Oposição, que nós temos que ter uma atitude construtiva para a solução dos nossos problemas, que nós temos que preparar o Brasil para enfrentar esses desafios com sugestões criativas, com inovações, com as experiências que nós acumulamos no passado e preparar o Brasil para que ele saia na frente no momento em que se aproxima, porque os ciclos são da natureza da sociedade capitalista, e os mais providentes, os mais precavidos e os mais criativos sempre aproveitam melhor as oportunidades da História.

Senador Mão Santa, ouço V. Ex^a.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Mercadante, nós sempre aprendemos muito com V. Ex^a, mas eu queria fazer uma interrogação. V. Ex^a é economista; eu, cirurgião, mas estou há seis anos como seu aluno na CAE. Eu queria fazer-lhe uma pergunta. O cirurgião tem uma percepção muito exata. O impor-

tante não é onde operar, nem como operar; é quando, quando operar. Acho que o fundo soberano...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Eu pediria a V. Ex^a que não demorasse, Senador.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – O fundo soberano, que está aí, é uma medida proposta pelo Governo antes da crise. Foi um sonho anterior. Acho que devemos dar marcha a ré e centralizar nossa atenção sobre essas medidas. V. Ex^a está trazendo com muito clareza o problema que enfrentamos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Senador Mão Santa, nós marcamos uma audiência na CAE à qual vão comparecer o Presidente do Banco Central e o Ministro da Fazenda. Eu conversei com o Ministro Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil, que estará quinta-feira, depois de amanhã, às 10h da manhã, na Comissão de Assuntos Econômicos, para fazermos uma audiência pública sobre a crise, termos informações mais detalhadas sobre a evolução do cenário, bem como sobre as providências que estão sendo tomadas e ouvirmos a satisfação que as autoridades devem ao Congresso Nacional. Essa é uma oportunidade de nós interagirmos com as autoridades econômicas nessa perspectiva.

Eu concordo que a evolução da crise coloca uma nova agenda tal como a reforma tributária e o debate de mudanças microeconômicas que nós podemos fazer. O Fundo Soberano na Noruega foi construído seis anos antes de ser utilizado. Então, nós temos tempo para amadurecer esse tema. Acho que nós poderemos, com tranquilidade, discuti-lo para construir a moldura institucional, mas a aprovação dele não é urgente; é necessário, mas não é urgente. Concordo integralmente com V. Ex^a.

Ouçó o Senador Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Eu pediria que fosse bem rápido, porque o tempo do orador já se esgotou.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Antes de fazer o aparte, eu queria usar da palavra pela ordem. Na semana passada...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Há orador na tribuna. Depois, V. Ex^a...

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Sim, mas é sobre o tempo do orador. Na semana passada, o Senador Tasso Jereissati, Presidente do PSDB, fez um pronunciamento sobre a crise econômica. Foi dito, então, pelo Senador que presidia a sessão que se todos estivessem de acordo poderia ser dado um tempo maior ao orador. Eu próprio, como Líder da Base de Governo, avaliei que seria oportuno e próprio termos um espaço maior. Então, quem sabe, V. Ex^a possa, sem prejuízo para os demais oradores, também dar

igual tempo à Oposição, a um dos líderes que aqui se inscreve para falar, a fim de que possamos, pelo menos, ter a oportunidade de apartear o Senador Aloizio Mercadante, para que então possamos ter um prolongamento do debate...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Senador Suplicy.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– V. Ex^a...

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – ...de maneira semelhante ao que aconteceu na semana passada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– O senhor permite uma explicação?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Pois não.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Sr. Presidente, antes que V. Ex^a possa responder ao Senador Suplicy, eu gostaria de dizer que S. Ex^a obra bem. Eu, aliás, estaria mesmo reivindicando tempo semelhante para pronunciamento que farei após o Senador Suplicy. Estou plenamente de acordo, que fale o tempo inteiro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Senador, desde que cheguei a esta Presidência eu jamais cortei a palavra de um orador. Concedo-lhe o tempo que for necessário.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – É um prazer ouvir o Senador Mercadante e imagino que S. Ex^a toleraria o desprazer de me ouvir a seguir.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Se V. Ex^a analisar, ele disse que estava encerrando o discurso quando pediram os apartes.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Sem dúvida, mas concordo que fale o tempo necessário, assim como eu gostaria de falar o tempo necessário para expender os meus pontos de vista.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Eu quero ouvir também.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Aqui da Mesa nós temos o privilégio de ver a reação dos Senadores durante um debate, durante uma discussão. Então, eu também quero ouvir. Eu tenho dificuldade em interromper um assunto tão importante como esse que o Senador Mercadante traz à tribuna. Na Comissão de Assuntos Econômicos ficou combinado, com todos os presentes, que ele daria continuidade ao assunto aqui. Eu jamais vou... Sei que tem aqui, por exemplo, o Senador Jayme Campos...

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – V. Ex^a preside com magnanimidade e com equilíbrio a Casa. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Eu não terei nenhuma dúvida, Senador Suplicy, só que tem de combinar com o Presidente e fazer.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Então, vamos ser bem objetivos.

Senador Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– O aparte a V. Ex^a.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Aloizio Mercadante, o economista Paul Krugman, ontem laureado com o Prêmio Nobel de Economia, ao longo desses últimos anos do Governo George Walker Bush, vinha chamando atenção para o fato de que a política de procurar desenvolver a economia norte-americana, sobretudo através de benefícios àqueles que já detêm grande riqueza, iria, muito provavelmente, levar a economia a uma situação de dificuldade crescente. Ele também chamou a atenção para como isso poderia ter sido agravado em função da Guerra do Iraque; ele procurou advertir. Trata-se, portanto, de um dos maiores críticos da política do Governo George Walker Bush. A análise que ele fez certamente contribui muito para podermos fazer um diagnóstico melhor. Mas eu quero cumprimentar V. Ex^a pela análise que aqui faz, sobretudo, porque mostra como o Governo do Presidente Lula vem tomando as medidas necessárias para enfrentar a crise, que V. Ex^a diagnosticou como muito mais de liquidez. Já se nota que hoje, ontem e na sexta-feira, começou a haver uma recuperação dos valores, por exemplo, na Bolsa de Valores e uma perspectiva de maior otimismo por parte de todos aqueles que acompanham e percebem que a situação brasileira está longe de ser grave e que nós poderemos sobrepujar essas condições de dificuldades. E é importante que possam as autoridades, como o Ministro Guido Mantega e o Ministro Henrique Meirelles, por exemplo, presidirem o G-20. Agora mesmo, o Presidente Lula, ali com os Chefes de Estado da Índia, da Rússia, da África do Sul, se reúnem para ver como é que os países em desenvolvimento podem também tomar as medidas necessárias para enfrentar esta crise de natureza internacional. Assim, cumprimento V. Ex^a por seu pronunciamento.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Agradeço, Senador Suplicy. Concordo integralmente. Eu acho que o Prêmio Nobel foi muito merecido a Paul Krugman, que foi um dos pensadores críticos a essa idéia de desregulação, falta de supervisão, falta de mecanismo de controle do sistema financeiro in-

ternacional. E ele vinha fazendo advertência da bolha imobiliária já há algum tempo.

A dívida pública, ao longo dessa crise americana, já passou, de US\$9 trilhões para US\$10.200 trilhões. A dívida pública americana já é 74% do PIB americano e se deteriorou bastante a situação fiscal daquele país, ao contrário da nossa, porque não tínhamos, praticamente, dívida indexada ao dólar. O Banco Central é credor em dólar e teve um ganho tanto no estoque da dívida quanto no fluxo, e a dívida pública cai para 38% do PIB e dá alguma margem de manobra, porque nós vamos ter uma perspectiva de queda de receita tributária, de austeridade fiscal, mas melhor perfil da dívida pública.

Senador Adelmir Santana.

O Sr. Adelmir Santana (DEM – DF) – Senador Aloizio Mercadante, ouvi atentamente V. Ex^a fazendo referência aos instrumentos de defesa do País com relação à crise. E me chamou a atenção – e gostaria de ressaltar – a questão dos depósitos compulsórios. V. Ex^a fez uma relação entre o Brasil, os Estados Unidos e outros países, mostrando claramente o volume de recursos que está dentro do sistema bancário. Aqueles nove bancos a que V. Ex^a fez referência...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Os nove bancos têm 89% dos depósitos à vista.

O Sr. Adelmir Santana (DEM – DF) – Exatamente. Eu queria chamar a atenção, Senador Mercadante, para o fato de que está na hora de se pensar na devolução desses depósitos compulsórios, como vem sendo feito, mas também de pensarmos no setor produtivo, especialmente nas micro e pequenas empresas. Sabemos que essa crise hoje, no Brasil, atinge diretamente a questão creditícia. É importante que busquemos que esses recursos, ao retornarem ao sistema bancário, efetivamente cheguem na ponta, não apenas aos consumidores individuais, aos exportadores, mas também às micro e pequenas empresas e, portanto, a todo o setor produtivo, para que efetivamente se traduza esta crise em uma oportunidade para os pequenos negócios no País.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a tem toda razão, mas o primeiro desafio é o seguinte: como temos um sistema financeiro extremamente concentrado – como eu disse, com dois terços da carteira de crédito e 89% dos depósitos à vista estão nas mãos de nove bancos –, o primeiro momento é de destravar o interbancário. A Europa, por exemplo, como eu disse, deu garantias ao interbancário. Nós estamos reduzindo o depósito compulsório, porque há um estoque de R\$259 bilhões. É a mais alta alíquota de toda a economia internacional: o nosso é 50%, nos Estados Unidos, é de 10%; na União Européia, é de

2%, para termos exemplos. Então, essa é uma massa de recursos que está indo, em um primeiro momento, para prover a liquidez ao sistema.

Acho que será necessário, no caso do Brasil, dar garantia ao interbancário, como fez a União Européia. Eu dei os dados. Só na Alemanha, são €568 bilhões de provimento no interbancário; Portugal, mais €30 bilhões. Quer dizer, todos os países europeus tiveram garantias no interbancário.

Agora, o segundo momento é exatamente negociar com esses bancos linhas de crédito, para que os recursos cheguem na ponta, especialmente ao setor produtivo – agricultura, micros e pequenas empresas, a indústria – para, assim, mantermos o nível de atividade e podermos amenizar o impacto da crise na economia brasileira.

Assim, nós encerramos, dessa forma, a nossa intervenção. Agradeço a participação...

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – Senador Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Pois, não.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – Senador Mercadante, serei bem rápido. Eu estou atentamente ouvindo o discurso de V. Ex^a. Uma preocupação me surge às vezes em relação ao fato de que as pessoas correm para aplicar; vão aqui, vão ali, que nem manada, por assim dizer. Eu acho que é o momento de se analisar como se poderia controlar, por meio talvez dos bancos centrais mundo afora, e encontrar mecanismos de aferir quando há uma corrida para aplicar nisso ou naquilo; em certas *commodities*, por exemplo. Aí eu diria que há uma inflação extraordinária de valores reais. Muitas vezes até motivada pelo *marketing* que existe, a pessoa vai e depois vão duas, vão em manada, aplicando, corre todo mundo e não se sabe ou não há limite para aplicação. Isso, quando se vê, cria uma bolha inflacionária, que, quando estoura, dá um prejuízo enorme, para os fundos de previdência ou mesmo para as pessoas físicas, que correm com a propaganda, com o *marketing*, com indução, no caso de algumas *commodities*. Então, tem que haver, creio, algum mecanismo de alerta, que diga: “Vamos parar, porque isso aqui já não tem mais garantias, não é recomendável”. É o momento de se pensar e encontrar caminhos para orientar as pessoas físicas, os menos abastados, as pessoas em geral. Nós tivemos, aqui no Brasil, muitas vezes, até a aplicação de recursos do próprio Fundo de Garantia. Ou pessoas, por indução, buscam as bolsas. Mas eu acho que nós tínhamos que criar mecanismos para aferir, para ver se não vai haver...

(Interrupção do som.)

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – (...) Senador Mercadante, grandes prejuízos à coletividade.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Nós tínhamos no sistema bancário as cláusulas de Basiléia que estabelecem limites. Agora, os bancos de investimentos não tinham essas exigências e o mercado de derivativos não tinha esses limites. E isso foi o principal fator de vulnerabilidade da crise internacional.

Felizmente, o Brasil não está exposto diretamente à crise do **subprime**; mas, como eu disse, os pequenos bancos têm problema de liquidez. Busca-se solucionar com essas medidas – medidas provisórias, redução do compulsório –, dando mais liquidez ao sistema, estimulando a compra dessas carteiras. E, temos, de outra parte, as empresas exportadoras expostas a derivativos. Por isso, a estabilização do câmbio é fundamental para amenizar essas duas vulnerabilidades. São as duas diretrizes fundamentais do Banco Central neste momento.

Senador Tasso Jereissati, ouço V. Ex^a.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senador Mercadante, infelizmente, eu não estive aqui desde o início do seu pronunciamento.

(Interrupção do som.)

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Na semana passada, eu tive a oportunidade de falar um pouco sobre o tema, preocupado que eu estava com a atitude do Presidente da República, principalmente em relação à crise. Até a semana passada, o Presidente da República dizia que o Brasil não tinha nada a ver com a crise, levando, de certa maneira, na brincadeira, no deboche, com algumas piadas, dizendo “é marola, é problema do Bush, o Bush que se cuide etc, etc”. Preocupou-me profundamente a postura do Governo diante de uma crise que já havia chegado fortemente ao Brasil e cuja gravidade, ao que parecia, o Governo não estava percebendo. Graças a Deus, o Governo agora mudou a atitude. Agora está enfrentando e reconhecendo a gravidade da crise. No entanto, gostaria, para fazer justiça – e até porque, hoje, se vive um momento em que se vai recorrer a mecanismos semelhantes –, de dizer que o sistema financeiro brasileiro é um dos mais sólidos e um dos mais bem regulamentados. Não existe nenhum organismo financeiro que atue no mercado que não seja regulamentado, seguido por um sistema montado durante o Governo Fernando Henrique principalmente. Ainda mais: toda a limpeza e reforma feita no sistema financeiro brasileiro se deu graças ao tão famoso e atacado Proer, que, hoje, é praticamente um exemplo de como se faz a reformulação do sistema financeiro no mundo inteiro. E, de uma maneira ou de outra, evidentemente com características diferen-

tes, eu chamo agora, aqui, para alegria do Senador João Pedro, que estava aqui naquele dia, do Proer do Lula, que está sendo feito e que vai vir ao Congresso na forma de medida provisória. Então, é fundamental reconhecer hoje a importância do Proer, a importância da intervenção do Estado quando existem riscos sistêmicos. Contudo, ainda me preocupa um fator: a economia real. Ainda não dá para sentir com toda a profundidade as conseqüências na economia real, e não vejo preocupação nem do Governo, nem desta Casa em relação à questão de gastos, porque nós devemos ter – tudo indica que devemos ter, não dá para prever ainda – uma forte desaceleração da economia mundial e no Brasil também.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Senador Tasso Jereissati, primeiro destaquei muito isso na minha intervenção: o sistema brasileiro é muito sólido. Primeiro porque ele se concentrou muito ao longo dos últimos anos. Quer dizer, como nós vivemos a mais longa hiperinflação da história, o processo de estabilização e as vulnerabilidades, as instabilidades que a economia brasileira atravessou nas últimas décadas levou a uma situação em que hoje 89% dos depósitos à vista e dois terços da carteira de créditos e dos ativos – 76% do crédito, 77% dos ativos – estão em nove instituições financeiras. As três públicas representam 34%; as três internacionais, bancos estrangeiros, 14%; e, depois, temos três nacionais importantes aí nesse processo. E, como o sistema bancário brasileiro é pouco alavancado, o risco sistêmico é muito baixo. Eu identifico neste momento que algumas pequenas instituições bancárias estão com problema de liquidez. A liberação do depósito compulsório, que é muito alta no Brasil, como eu disse – R\$259 bilhões –, ajudou a melhorar a liquidez do sistema, mas acho que o País vai ter que discutir garantias no interbancário exatamente para reverter isso o mais rapidamente possível.

O primeiro momento de enfrentamento da crise é estabilizar o sistema financeiro...

(Interrupção do som.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Não será uma tarefa muito difícil no Brasil porque o sistema é muito sólido, está muito sólido, muito capitalizado, com baixa alavancagem. São pequenos ajustes, mas que precisam ser feitos. E acho que houve, sim, um trabalho muito importante de regulação do sistema financeiro brasileiro. Nós somos muito mais regulados, controlados e supervisionados, exatamente pela nossa história de crise bancária, do que outros países, que embarcaram na tese da desregulamentação total, como os bancos de investimentos americanos. Nós estamos vivendo um momento em que bancos com

mais de cem anos como de J.P. Morgan, o Goldman Sachs Bank e o Lehman Brothers Bank não existem mais. É uma moratória de US\$613 bilhões. É uma moratória dez vezes maior que a Argentina, e eram exatamente os bancos que ditavam regras, na época da crise, sobre o que deveríamos fazer para ajustarmos a economia. Agora, eram bancos que não tinham nenhum controle ou regulação. Os que sobreviverem terão que se transformar em bancos comerciais e se adaptar à Basileia.

Onde está a sombra do sistema financeiro no planeta e aqui também? Nos derivativos. Nós tivemos a alavancagem de mais de 65 vezes, e esses mecanismos, que não estão sob a supervisão bancária, terão de passar a estar. Inclusive, no Brasil, não estão – nem na CVM, nem no Banco Central. É por isso que algumas empresas exportadoras se aventuraram... Não era um **hedge**; era uma operação de derivativo especulativo para tentar se defender da apreciação do real. Mas, quando há desvalorização abrupta, essas empresas ficam muito expostas. Por isso, o controle da taxa de câmbio.

Mas eu, verdadeiramente, Senador Tasso Jereissati, acho que, neste momento da história, nós precisamos fazer o debate que nós estamos fazendo, com essa qualidade, neste Plenário: debater com profundidade, buscar as alternativas, reconhecer o que foi feito de positivo no Brasil, no passado – e muita coisa foi feita; do que está sendo feito nesta crise, com muita competência. Vejam hoje que as principais autoridades financeiras internacionais estão destacando o Brasil como exemplo, o Brasil como referência, o Brasil como tendo os fundamentos macroeconômicos sólidos, o Brasil como tendo um sistema financeiro sólido, o Brasil como potencial de futuro. Isso seguramente é uma obra deste Governo, mas é uma obra do Governo anterior, é uma obra da democracia brasileira.

Os chamados BRICs são, hoje, a grande esperança da economia mundial e serão a grande locomotiva da economia mundial. O Brasil, entre os BRICs, é o único país verdadeiramente democrático, plural, com liberdade, com separação dos poderes, com transparência total das instituições. É exatamente a virtude da democracia que vai nos ajudar a dar a melhor resposta à crise. O que vale, neste momento, é proposta, é solução, é sugestão para que saíamos fortalecidos, com criatividade, desses imensos desafios.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância e peço desculpas aos meus Pares.

Durante o discurso do Sr. Aloizio Mercadante, o Sr. Romeu Tuma deixa a cadeira da presidência, que é ocupado pelo Sr. Mão Santa.

Durante o discurso do Sr. Aloizio Mercadante, o Sr. Mão Santa deixa a cadeira da presidência, que é ocupado pelo Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Aloizio Mercadante.

Com a palavra, pela Liderança do PR, o Senador Expedito Júnior. S. Ex^a dispõe de cinco minutos.

Depois, falará o Senador Arthur Virgílio, por cessão do Senador César Borges.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Pela Liderança do PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o motivo que me traz à tribuna hoje é, mais uma vez, em nome do meu Estado de Rondônia, fazer aqui uma comemoração por conta – é até dever de justiça fazer isso aqui na tribuna do Senado – de um procedimento que votamos aqui, Senador Jayme. Trata-se da Resolução nº 034, em que aprovamos a revisão da dívida... Aqui, falou-se tanto em banco; ainda há pouco, o Senador Mercadante estava falando dos sistemas financeiros, dos bancos. Estou falando de um banco quebrado, o Banco do Estado de Rondônia, cujo fechamento o Governo foi o principal responsável, principalmente o Governo Federal e o Governo estadual na época. E eu gostaria de fazer um agradecimento especial, haja vista que aprovamos aqui a revisão dessa dívida proposta pelo Governador do Estado de Rondônia, e, infelizmente, não vimos isso acontecer. Infelizmente, o Governo Federal parece que tem mais força, Senador Arthur Virgílio, do que todo o Congresso Nacional, do que toda esta Casa, porque nós aprovamos aqui uma resolução e, infelizmente, o Governo não cumpriu.

Quero dizer que uma comissão de Senadores desta Casa saiu do Senado com a presença do Líder Arthur Virgílio, e nós nos dirigimos até o Supremo. Hoje temos que comemorar porque, enfim, saiu a decisão do Ministro Ricardo Lewandowski. Mais uma vez, o Supremo é chamado a legislar, porque, às vezes, esta Casa não funciona. Nós aprovamos as leis, e o Governo não as cumpre.

Eu gostaria de ler, Sr. Presidente, um pequeno trecho do que disse o Ministro Ricardo Lewandowski:

1. Indefiro o pedido de produção de prova testemunhal, pois a controvérsia cinge-se a fatos que só por documentos ou exame pericial podem ser provados (art. 400, II, DO CPC).

Os resultados dos negócios da instituição financeira, assim como eventuais irregularidades na condução das operações, podem ser plenamente evidenciados a partir de demonstrativos contábeis e financeiros do período em

discussão, assim como outros documentos disponíveis nos autos.

Trata-se de vasto material que está a permitir, sem que se recorra a juízos de valor de pessoas eventualmente envolvidas, completo exame dos pontos controvertidos da lide, à luz do pedido e de seus fundamentos.

2. Defiro, pois, a realização de prova pericial, a ser conduzida no primeiro grau de jurisdição, observados os artigos 421 e seguintes do CPC.

3. Expeça-se carta de ordem à Seção Judiciária do Distrito Federal para que se proceda à realização de exame pericial (contábil-financeiro), no prazo de 4 (quatro) meses.

Instruirão a diligência cópias da inicial, de todos os documentos que a acompanham, da decisão que indeferiu a antecipação dos efeitos da tutela (fls. 1556/1560) e deste despacho.

Então, Sr. Presidente, estamos, hoje, sendo contemplados pelo Supremo com o que pedimos e com o que o Governador Ivo Cassol pediu, que era a revisão da dívida.

E finalizo, sem deixar de agradecer aqui ao Líder do PSDB, o Senador Sérgio Guerra, que foi nosso grande parceiro na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado e aqui no plenário; ao Senador Tasso Jereissati, que foi parceiro nosso também lá na Comissão e, com certeza, nosso parceiro também na hora de votarmos aqui no plenário; ao Senador Mão Santa, que, inclusive, foi à Comissão de Assuntos Econômicos nos ajudar nessa defesa; ao Senador Marco Maciel, que nos acompanhou ao Supremo; ao Senador José Agripino, Líder do Democratas, grande parceiro nosso também; ao Senador Jayme Campos, que usou a seguinte frase “o Estado de Rondônia foi estuprado”; ao Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB; ao Senador Romeu Tuma que foi um dos primeiros Senadores, quando estivemos em um processo investigatório na questão do precatórios e identificou o que estava acontecendo com o Banco do Estado de Rondônia; e, lógico, a todos os Senadores que aprovaram nesta Casa o pedido do Governador Ivo Cassol.

Por fim, quero cumprimentar mais uma vez o Supremo Tribunal Federal e o nosso Relator, o Ministro Ricardo Lewandowski.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra o Senador Arthur Virgílio por cessão do Senador César Borges.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, antes de o Senador Arthur Virgílio fazer uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Tem a palavra V. Ex^a pela ordem.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu não poderia deixar de cumprimentar aqui o valoroso Senador Expedito Júnior, de Rondônia, pela sua luta que acompanhamos desde o primeiro dia em relação a essa matéria sobre a qual acabou de falar da tribuna.

Na verdade, o Senador Expedito Júnior é um vitorioso no dia de hoje, tendo em vista que o Governo Federal foi responsável pela liquidação extrajudicial não só do Beron, como também do Bemat, porque largou uma dívida quase impagável. Só para exemplificar, o Mato Grosso, por intermédio do Bemat, tinha um PL de R\$29 milhões favoráveis e, lamentavelmente, quando foi liquidado deixaram com um passivo de R\$289 milhões, e o Estado hoje desembolsa 23% das suas receitas correntes líquidas para pagar dívida em relação, naturalmente, não só à liquidação do Bemat, mas, sobretudo, de outras dívidas que havia em um passado bem recente.

De tal forma que quero cumprimentar o ilustre Senador Expedito Júnior pela sua luta e, sobretudo, pela sua vitória que hoje conseguiu por meio do Supremo Tribunal Federal. Aqui, os nossos efusivos cumprimentos na certeza de que, nos próximos quatro meses, estarão devolvendo, ou seja, deixando de tomar dos cofres do Governo do Estado de Rondônia algo parecido a R\$12 milhões, permitindo que o Governo do Estado de Rondônia faça mais investimentos, sobretudo na saúde, na educação, na segurança, na habitação e, principalmente, em políticas públicas que possam beneficiar o trabalhador e toda a sociedade civil do Estado de Rondônia.

Meus cumprimentos e parabéns.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador.

Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, Senador Sérgio Guerra, Presidente do PSDB, aproveito para fazer aqui um agradecimento, do fundo do coração, ao Presidente da República, Lula da Silva, pelas palavras lisonjeiras que me dedicou no comício de Natal, aquele em prol da candidata derrotada Fátima Bezerra, na eleição que resultou na vitória em primeiro turno da candidata do Partido Verde, apoiada pelo Senador José Agripino, que foi quem me relatou

a forma atenciosa com que o Presidente da República se dirigiu a mim – aliás, coerente com a forma simpática com que ele me trata toda vez que me encontra – e certamente dando o que ele tinha de melhor no seu coração, expressando aquilo que ele tem de mais puro na sua alma.

Fiquei muito feliz e agradeço ao Presidente – sei que ele está tomando conhecimento do meu agradecimento –, porque eu não poderia deixar o elogio passar em branco.

Mas, muito bem, Sr. Presidente, por outro lado, tenho que fazer aqui algumas críticas. Sua Excelência não tinha nada que estar pedindo voto para a candidata Marta Suplicy ou para quem quer que fosse em eleição, porque um estadista estaria preocupado com a crise e com mais nada neste momento.

Agora começamos essa história com o Presidente dizendo que o País estava invulnerável, que o abalo sísmico de fora para dentro veio à revelia do Brasil e o alívio, que infelizmente é momentâneo, aconteceu à revelia do Brasil outra vez.

Foi uma bela lição de como funciona a economia dos mercados globalizados. Eu apreciei sobremaneira a fala do Senador Aloizio Mercadante, lamentando apenas que por falta de tempo S. Ex^a não tenha se reportado ao que aconteceu antes dos últimos cinco anos: as reformas estruturais – que elas, sim, contribuíram para melhorar o perfil da economia brasileira – o Proer, aqui muito bem lembrado pelo Tasso Jereissati, que é citado pelo Presidente Lula, num outro rasgo de enorme generosidade, como exemplo de **know-how** brasileiro anticrise bancária oferecendo ao seu colega Presidente Bush.

Mas, muito bem, eu tenho algumas considerações a fazer. Antes de mais nada, percebemos um Governo contemplativo. O Governo simplesmente contemplou a crise no começo. Em segundo lugar, ele mistura a realidade da Europa com a do Brasil, ao falar, a meu ver equivocadamente, em estatização de bancos neste País. Em terceiro lugar, é bom nos precavermos, Senador Tasso Jereissati, para o momento de retorno da crise. Nós não teremos mais *commodities* com os preços tão valorizados de antes e temos que nos preparar para o fato de que aquilo que denunciávamos por tanto tempo, a ganância do Governo, arma uma crise fiscal que, a meu ver, está mais do que próxima. Estamos diante de uma maxidesvalorização, de uma crise de crédito, de corte de financiamento às exportações e com a especulação a favor do real no papel derivativo de exportações que está sendo um problema brasileiro – este não é importado –, a ser resolvido por nós com criatividade e, a depender de mim, com união nacional.

Mas, muito bem, Sr. Presidente, não sustentaremos o equilíbrio da economia brasileira se prosseguirmos com os gastos correntes crescendo à base de 5%, 6%, 7%, 8%, 9% reais a cada ano acima do crescimento do Produto Interno Bruto. Não podemos sustentar equilíbrio fiscal à base de expectativa de aumento de receita tributária, porque um dia a casa literalmente cai.

Sr. Presidente, aqui faço mais algumas outras considerações e retomo esta tribuna até meio desacomodado dela depois de tanta luta eleitoral no meu Estado – e não tem nada mais nobre do que disputar eleição nos Estados de cada um e, no meu caso, como Líder do meu Partido, no que posso, ajudando meus companheiros Brasil afora.

A atual crise – e disse muito bem o Senador Mercadante – é, desde a de 29 – e não sei se não é mais séria do que a de 29 –, a mais séria crise do capitalismo mundial. A grande diferença entre capitalismo e socialismo é que o socialismo não existe mais e o capitalismo sobrevive ciclicamente às crises cíclicas que lhe formam a característica básica. Mas, há vários meses, estamos vendo as grandes economias tentando contornar os efeitos catastróficos que uma crise dessa dimensão poderia trazer para o sistema financeiro global.

O governo americano se movimentou e apresentou ao Congresso pacote de US\$700 bilhões para salvar as instituições financeiras. Inicialmente rejeitado pelo Senado, o Congresso terminou aprovando o projeto, isso depois que os mercados desabaram, aí inclusive injetando à proposta original mais US\$150 bilhões.

Mais de uma dezena de governos da Europa anunciam a criação de fundos nacionais de recapitalização e de garantia do sistema financeiro nos mesmos moldes do plano anunciado pelo Reino Unido há alguns dias. Mesmo os Estados Unidos estão reconsiderando sua proposta inicial para seguir a linha adotada pelo 1º Ministro inglês, Gordon Brown.

O governo britânico já confirmou a injeção de aproximadamente US\$63 bilhões no Royal Bank of Scotland, o RBS, e na instituição que resultará da fusão entre o Lloyds TSB e o HBOS Halifax. E o Federal Reserve, o FED, o Banco Central norte-americano, anunciou que proverá o necessário de recursos em dólar por meio de sua linha de **swap** com os três principais bancos europeus.

Enfim, Sr. Presidente, o Presidente Lula e seu Ministro da Fazenda, Dr. Guido Mantega, não perceberam ou não sabiam que a crise do mercado hipotecário nos Estados Unidos – que, por sua vez, é uma decorrência da crise imobiliária pela qual passava o país – levaria o mundo ao atual estado de coisas. É lamentável essa

tendência à fuga da realidade, à venda de ilusões, à negação da verdade, da própria realidade.

O Presidente parece, às vezes, mais preocupado com os danos à sua imagem do que com o País, dando muita importância às palavras e pouca importância aos fatos. Essa é minha visão.

A revista **Época**, nessa última edição de 13 de outubro, faz breve cronologia com declarações do Presidente Lula desde o início da crise. Em 18 de março, assim ele reagiu diante da quebra do banco *Bear Stearns*, e a crise começava a se manifestar – aspas para o Presidente Lula –: “Em 1998, teve uma crise na Malásia, e o Brasil quase quebra. Agora, não aconteceu nada com o nosso querido Brasil”.

Entre os dias 13 e 16 de setembro, os bancos *Lehman Brothers* e *Merry Lynch* desabaram e a AIG, maior seguradora americana, foi estatizada por US\$85 bilhões. O que declara o nosso Presidente: “Que crise? Vá perguntar ao Bush!”.

Em 21 de setembro, os últimos bancos de investimentos *Goldman Sachs* e *Morgan Stanley* viram bancos comerciais. Qual foi o comentário presidencial? Lembremo-nos, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores: “Até agora, com a graça de Deus, a crise não chegou perto de nós”.

Ouçam, Sr^{as} e Srs. Senadores, outras duas declarações, para encurtar a história, estas duas bem recentes, de responsabilidade também do nosso Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, já com os mercados desabando e com os ministros das finanças das maiores economias do Planeta tentando um acordo econômico. Vamos lá: “Lá é um **tsunami**, e aqui vai chegar uma marolinha”; “Muitos acham que é prepotência minha dizer que essa crise não chega ao Brasil”.

Pois bem, quais foram as medidas iniciais tomadas pelo Governo para evitar uma crise no País? O Planalto proibiu a palavra “maxidesvalorização”, e sabemos que estamos diante, Presidente Marco Maciel, de um grave momento de maxidesvalorização, sim. Proibiu também a palavra “pacote”. O Presidente chegou a garantir que em seu Governo não haveria pacote econômico: “No meu Governo não terá pacote econômico, porque todos que foram feitos ao longo da história não deram certo”.

No entanto, o mesmo estadista se tem vangloriado de dizer que temos o Proer, oferecendo o seu *know-how* para salvar bancos ao ainda Presidente norte-americano George Walker Bush.

Mas pergunto ao Partido dos Trabalhadores: o Proer não era apenas, segundo o PT oposicionista, um programa para salvar banqueiros? Não era medida mera para beneficiar banqueiros e bancos?

É bom, Sr. Presidente, vermos a juvenildade de alguns e, de algum modo, dando vez às primeiras cãs políticas. Repito: que bom. É melhor andar para frente a persistir no erro e no desconhecimento da realidade econômica do mundo que a todos nos envolve.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Peça algum tempo para concluir, Sr. Presidente, porque já havíamos combinado antes que assim seria.

O PT, inclusive, ingressou no Supremo Tribunal Federal, em novembro de 1995, com uma Adin, com um pedido de liminar suspendendo a vigência e a eficácia da medida provisória que criava o Proer.

Como se não bastasse, houve também a criação de uma CPI na Câmara dos Deputados, em 2001, destinada a investigar quais foram os critérios e como foram aplicados os recursos do Proer.

Mas como fica, então, o pacote de socorro aos bancos baixado pelo Presidente da República? Com a Medida Provisória nº 442, cria-se um programa parecido com o Proer, disfarçado, envergonhado, para enfrentar a crise financeira.

É certo que a economia brasileira vive um momento mais favorável, e o Senador Aloizio Mercadante haverá de concordar comigo que não por causa dos últimos cinco anos, mas porque o Brasil já vive 15 anos de estabilidade econômica plena e vive 10 anos de tentativas, algumas bem-sucedidas, de reformas estruturais.

Mas muito bem. A economia está mais sólida em seus fundamentos. É certo que, por outro lado, o Brasil vai sobreviver, embora afetado em algum grau – espero que saibamos fazer com que esse grau seja o menor possível –, afetado em algum grau pela grave crise, pelo grave **crash** econômico mundial.

O crescimento em 2009 será brutalmente afetado, e em 2010 também será bem menor – isso na melhor das hipóteses. É bom que se anote o dia de hoje para conferirmos quem pisa o chão duro da realidade e quem pisa o chão etéreo da fantasia.

Há problemas reais. A alta do dólar já alimentou o reajuste de preço dos alimentos. Os frigoríficos, por exemplo, já aproveitam a valorização do dólar para se voltarem para o mercado externo, elevando o preço da carne no mercado interno, ou seja, dentro das fronteiras brasileiras.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Especialistas apontam que os rearranjos nos mercados europeu e norte-americano, infelizmente, comprometerão as economias emergentes, pelo simples fato de

que essas disputam, no mercado global, fundos para financiar seus planos de investimentos.

Ora, a liquidez global já está curta e, quando voltar, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores – não nos enganemos –, ela, a liquidez, voltará menor e voltará mais cara.

Pelo boletim **Focus**, divulgado pelo Banco Central, os economistas consultados pela instituição apontam que a inflação medida pelo IPCA deverá atingir 6,20% este ano – primeira previsão de alta desde o agravamento do estresse financeiro mundial.

Outro ponto: até aqui, o equilíbrio fiscal tem-se baseado sempre no aumento da receita tributária, e esta, com a redução do crescimento da economia, vai começar a decrescer também. E se a receita cair mais rapidamente do que se pensava, o Governo terá que cortar gastos ou cortar fundos nos juros e no superávit primário.

Aí, de novo, pisando o chão duro da realidade, Senador Sérgio Guerra, eu digo que, se o Brasil opta por essa última possibilidade, temo que as incertezas avultem de maneira lamentável.

Para encerrar, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, temos que saber que o fôlego conseguido nos últimos dias não significará, infelizmente, que a crise terá passado. O pacote europeu de socorro aos bancos tem animado as bolsas, mas, de jeito algum, é solução definitiva. É bom que saibamos isso com toda a clareza, com toda a certeza, com toda a honradez intelectual.

Concluo citando o Presidente do PSDB, meu prezado Senador Sérgio Guerra, em artigo publicado na **Folha de S.Paulo** de hoje:

O talento do Presidente Lula para se esquivar de responsabilidades é conhecido, mas o País depende agora de duas habilidades que o seu Governo ainda não mostrou: firmeza e competência para tomar decisões difíceis e capacidade de negociação transparente baseada no interesse nacional”.

Sr. Presidente, é, de certa forma, uma coincidência muito feliz, Senador Tasso Jereissati, que o Presidente do FED seja precisamente o maior especialista mundial na crise, no *crash* de 29. É muito feliz isso, extremamente feliz! Na prática, vamos ver o que resultará daí, porque percebo, do ponto de vista da atuação do Governo norte-americano, algo parecido com o desastre, assim como tenho visto no Brasil, decisões lentas e muita contemplação de uma crise que se revela avassaladora.

Mas, de qualquer jeito, Sr. Presidente, vejo ainda e vejo lamentando uma certa estreiteza. O Presiden-

te se reúne com os Senadores e Deputados de sua base quando deveria fazer uma convocação nacional, convocando os líderes dos partidos oposicionistas, convocando os presidentes dos partidos oposicionistas, convocando os Presidentes das Comissões de Assuntos Econômicos das duas Casas do Congresso Nacional.

Este seria o modo sensato de atuar diante da crise, até porque não está em jogo aqui, Sr. Presidente, sinceramente, a eleição de Marta Suplicy contra Kassab. Está em jogo se o Brasil sofrerá mais ou menos com a crise. Tenho certeza, aliás, de que o Prefeito Kassab preferiria não ser obrigado a derrotar também o Presidente Lula na eleição. Mas o Presidente insiste em se expor a mais esse desafio inglório.

Senador Sérgio Guerra.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Senador Arthur Virgílio, a constatação e a lucidez de sua palavra são coincidentes com a linha que temos com o nosso partido. Nós não torcemos pelo “quanto pior melhor”. Não temos antagonismos insuperáveis. Nada disso! Somos democráticos. Estranhamos que o Governo, o Presidente e o Governo geral não tenham desenvolvido no tempo uma capacidade de conversar com os partidos, negociar com eles. A prática sempre foi outra, de conversar com as pessoas e com elas fazer acertos nem sempre republicanos. Discussões mesmo, de mérito, com os diversos partidos da Oposição ou do Governo – eu falo, pelo menos, com conhecimento de causa do lado da Oposição – todos nós sabemos que não se dão. O Presidente demorou a falar sério. Até agora não falou; viajou. O Governo toma medidas que, em parte, são corretas em um ambiente no qual, seguramente, os brasileiros são dependentes de uma grande crise e atuam de forma muito discreta para equacioná-la ou enfrentá-la. Há uma grande preocupação com o conteúdo democrático disso tudo, agravada por fatos dos últimos dias. Tempos atrás, no tempo dos alopados, das montanhas de dinheiro que ninguém sabe até hoje de onde vieram, fomos surpreendidos, em uma campanha para Presidente da República, com um crime. Foi a campanha do Presidente Lula que introduziu o crime na última campanha eleitoral. Agora, não mais que de repente, diante de um quadro adverso de pesquisas, o PT incorre em uma ação absolutamente, totalmente, frontalmente antidemocrática, desrespeitosa, autoritária, precária,...

(Interrupção do som.)

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – ...primitiva, desrespeitosa, reacionária, e, na falta de argumentos, vem com acusações pessoais, levianas, contra homens públicos brasileiros que disputam legitimamente, de

forma tranqüila, uma eleição de Prefeito de São Paulo. Não dá para ouvir aquilo calado. Não podemos permitir que a campanha Marta Suplicy possa atuar dessa maneira numa capital do tamanho de São Paulo ou em qualquer capital brasileira. Não podemos admitir esse baixo nível. Essa é uma ação preconceituosa, desrespeitosa. Por que não enfrentam as urnas com a arrogância que têm e o dinheiro que manipulam? Por que se surpreendem com 17% ou 20% já na frente do adversário para uma candidatura que ela sustentava na esperança de ser vencedora? É uma desmoralização para a democracia brasileira. O PT precisa explicar os fatos, a denúncia, a comprometedor e deplorável propaganda política do Partido dos Trabalhadores na campanha eleitoral de São Paulo. Coragem nenhuma! Partido que tem coragem não usa esses instrumentos! Nenhuma coragem! Coragem ao tentar agredir, de tentar desmoralizar, de diminuir?! Coragem coisa nenhuma! Essa é a arma dos covardes. Não insistam nessa política porque é o prenúncio de uma outra que podemos ter que enfrentar de agora para frente, todos nós. Diante da flagrante ameaça de que vão perder as eleições para Presidente, porque não ganharam essas, estão fora das grandes eleições brasileiras, fora no Rio de Janeiro, fora em São Paulo, fora em Belo Horizonte – e vão perder em Porto Alegre –, esse Partido usa esses instrumentos aviltantes contra uma candidatura decente de um aliado nosso. Não aceitamos isso. Eu gostaria de saber quem vai defender isso aqui no Senado; se há alguém para defender aquela falta de respeito e aquela indignidade aqui no Senado. O Líder do PT poderia, por exemplo, explicar o que fez em São Paulo agora. Por que não explica? Vivem nos cobrando tudo e não nos dão nada. Só desrespeito, só agressão. Com que autoridade pedem a nossa solidariedade, o nosso respeito, aqui, se não nos respeitam no plural? Se vão ao Rio Grande do Norte para agredir homens públicos, como foi o caso do Senador José Agripino e o seu, e perder depois. Se vão a São Paulo e lançam uma campanha dessa, desmoralizante, desmoralizadora, para a candidata Marta Suplicy, que não tem mais idade para fazer o que está fazendo e, se o tivesse, também não o poderia ter feito. Ela tem experiência demais para não incorrer nesses gestos. Democrática? Coisa nenhuma. Democrata não faz isso. Eu nunca fiz isso. Nenhum de nós aqui da Oposição fez isso. Nunca atacamos ninguém pessoalmente aqui. Sempre respeitamos o Presidente da República e aqueles que compõem seu Governo. Tratamo-los com isenção. Fomos até acusados muitas vezes de não termos sido suficientemente duros. Mas isso, não. Isso não dá para aceitar. Isso é uma sem-vergonhice que tem que ser denunciado aqui, hoje.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito bem, Sr. Presidente. Peço a V. Ex^a tempo para concluir, e V. Ex^a até já generosamente o concedeu.

Em primeiro lugar, de fato, Senador Tasso Jereissati, eu me disponho – e sei que meu Partido aprovará isso – a, se convocado pelo Presidente da República, comparecer ao seu local de trabalho, junto com o Presidente Sérgio Guerra, junto com o Presidente e os demais Partidos de Oposição, com os Líderes dos Partidos de Oposição, para discutirmos a postura que o Brasil deve adotar e as medidas que caibam diante da crise. Esse é um ponto. E não digo isso seduzido pelos comoventes elogios que o Presidente dirigiu a mim no comício de Natal. Não vou lá por isso nem apesar disso. Vou porque o Brasil me convoca, mais do que qualquer outro fator.

Em relação a esse episódio, Senador Sérgio Guerra, a que V. Ex^a se reporta, eu, sinceramente, fico sem entender que demonstração de estultice política teria sido essa. Primeiro porque já ouvi dizer que seria uma insinuação em relação à vida pessoal do Prefeito. Não ser casado seria sinônimo – vou ser bem franco – de homossexualidade?

A ex-Prefeita Marta, que está muito longe nas pesquisas... E quero também dizer ao Presidente que estou agradecido pelo carinho que ele demonstrou pelo meu Estado, se empenhando pessoalmente na eleição de Parintins. Infelizmente tive que derrotá-lo em Parintins. Lamento. Mas, pelo menos, vi ali estampado o amor dele pelo meu Estado, senão ele não se dedicaria ao trabalho de gravar comercial de televisão e programa de televisão para um Estado tão humilde como é o Amazonas. Fico honrado e agradecido mais uma vez. Tanto pelo que disse em Natal quanto pela sua participação na campanha de Parintins. Lamento que nesta última tenha sido obrigado a derrotá-lo. Preferiria que não tivesse sido assim.

Mas muito bem. Essa história do Prefeito Kassab, aquela coisa cavernosa – “quem é este homem? Este homem não casou.” O Senador Suplicy já quer dar um aparte, e eu faço questão de conceder-lhe o aparte. Primeiro, sinceramente, aqui serei eu o preconceituoso. Não sou preconceituoso em relação a homossexual, não sou preconceituoso em relação a religião, não sou preconceituoso em relação a coisa alguma, mas talvez eu seja um pouco em relação ao futebol: é melhor ser solteiro do que ter que torcer pela Argentina no jogo Brasil x Argentina. É bem melhor. É melhor ser solteiro do que torcer pela Argentina. É lamentável. Porque se funcionar machismo na Casa, acaba tendo que torcer pela Argentina, enfim. Mas muito bem. Eu custo a crer que ela tenha caído nessa baixezinha, porque a ex-prefeita Marta Suplicy já tirou mais retrato em passeata *gay*

no Dia do Orgulho Gay do que qualquer *drag queen*. Ela era figura fácil, desfilava em todas, externando o que parecia uma visão progressista da questão comportamental. Então, eu não quero acreditar que tenha sido isso. Eu quero achar que foi burrice mesmo. Quero achar que foi uma coisa opaca. Ou seja, estupidez do seu marqueteiro e estultice dela própria, que parece que não toma conhecimento do que se passa na campanha dela e por isso vai tão mal nas pesquisas de opinião. E certamente haverá de ir tão mal na hora em que o povo for se manifestar.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – V. Ex^a permite um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Ouço o aparte do Senador Tasso Jereissati.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senador Arthur Virgílio, esse assunto levantado pelo Senador Sérgio Guerra, esse deplorável acontecimento na campanha de São Paulo, aparentemente, não tem nada a ver com o brilhante discurso que V. Ex^a está fazendo sobre a crise financeira internacional e brasileira. Mas tem tudo a ver porque, no final, quando V. Ex^a faz toda uma avaliação da crise, mostra a gravidade da crise, mostra-se também aberto, disposto a colaborar e dialogar com o Governo, por piores que sejam as relações entre Governo e Oposição, no intuito de acharmos uma saída que seja boa para o País...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Apesar de eu estar encantado com as últimas atitudes do Presidente em relação a mim. Estou encantado!

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB-CE) – Apesar de tudo isto, V. Ex^a mostra como nós fazemos oposição, o tamanho da nossa oposição e a nossa responsabilidade ao fazermos oposição. Por outro lado, a atitude da campanha Marta, em São Paulo, mostra exatamente o oposto: até onde o Partido dos Trabalhadores – na candidatura da Prefeita Marta Suplicy – é capaz de ir quando o poder está em jogo; até que limite – se é que existem limites – pode o PT ir numa campanha eleitoral ou quando o seu poder está em jogo. Eu nunca esperei, eu nunca pensei – confesso que erradamente – que se pudesse chegar a esse ponto a que se chegou em São Paulo. Confesso que erradamente, porque vimos, já durante estas eleições, o uso da máquina pública de uma maneira absolutamente despuddorada – absolutamente despuddorada! – principalmente nos pequenos Municípios, com o uso do Banco do Nordeste na nossa região de uma maneira despuddorada. É uma pena o que se está fazendo com o Banco do Nordeste... Esse episódio agora de São Paulo é simbólico, quando se entra numa baixaria, num nível abaixo de zero, em nome de uma luta por um poder municipal. É lamentável o que está acontecendo, mas mostra muito

bem que, se o PT, numa campanha para ganhar o poder municipal, é capaz disso, imagina o que é capaz de fazer, no poder, usando o poder, para não perder o poder central. Apesar de querer apartear-lo na tese central de seu discurso, eu não poderia deixar de fazer essa correlação e de deixar claro o protesto por essa baixaria inominável que está sendo feita na campanha de São Paulo, mostrando a falta de limite desse partido quando o poder está em jogo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Tasso.

Peço, Sr. Presidente, tempo para conceder apartes aos Senadores Suplicy e Alvaro Dias. Aí, então, vou encerrar meu discurso, para começarmos a Ordem do Dia.

Antes, Senador Tasso, digo a V. Ex^a que o fato de eu ter começado a falar de economia e de ter resvalado para comentar o que dizem ter sido essa baixaria – que eu chamo de estultice política da ex-Prefeita Marta Suplicy, uma atitude desesperada diante de uma derrota que se avizinha – mostra que o Governo não está focado de maneira séria nem inteira na crise, tanto que está preocupado a esse ponto, ao ponto da baixaria, com o resultado das eleições.

Mas, talvez, até porque não se omite das questões cívicas nunca, talvez, respondendo a V. Ex^a e a mim, seja capaz de esclarecer essa questão ninguém melhor do que o Senador Eduardo Suplicy, a quem concedo o aparte.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Arthur Virgílio, o Senador Sérgio Guerra, como Presidente do PSDB, em aparte a V. Ex^a, perguntou se alguém do Partido dos Trabalhadores iria defender o que aconteceu. Eu quero reiterar o que disse já no início da sessão de hoje, quando o Senador Papaléo Paes levantou esse assunto. Eu próprio recomendei à Marta Suplicy que não venha mais a se utilizar disso. No dia hoje...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Mas o que ela quis dizer, Senador? V. Ex^a que a conhece tão bem, o que ela quis dizer com aquele comercial cavernoso? O que ela quis dizer com aquilo? É o que nós estamos pensando?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Teria sido uma iniciativa dos responsáveis pela campanha. Não sei os detalhes de qual foi a...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Mas o que ela queria? Vamos esquecer a Dr^a Marta. O que queria aquele comercial cavernoso? Queria dizer o quê? É bom a gente esclarecer com nitidez, sem meias palavras. O que queria o comercial expressar? Insinuar o quê? Afirmar o quê? Eu estou aqui tentando defender a Dr^a Marta Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Arthur Virgílio, tenho a convicção de que a Sr^a Marta Suplicy, em tendo sido já uma boa prefeita, tem condição de se tornar ainda melhor prefeita a partir da experiência que teve na primeira gestão, de tudo o que aprendeu em seu tempo como Ministra do Turismo. Então, recomendo fortemente aos responsáveis pela campanha e a ela própria que, tendo esse conhecimento e com idéias tão claras sobre o que fazer seja na área da educação, da saúde, dos programas sociais, do transporte público e assim por diante, então...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não, mas sobre o comercial, Senador! Sobre o comercial, por favor! V. Ex^a é um líder do PT, é uma figura expressiva, que não precisa nem de ser líder. Eu ainda sou um pobre coitado que precisa de ser líder para aparecer um pouco. V. Ex^a aparece porque é um grande personagem da vida brasileira.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Vou dizer com um exemplo!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Por que aquilo? Aquilo quis dizer o quê? Porque, quando digo assim “fulano de tal que se opõe a mim é corrupto, estou dizendo ele mexe em dinheiro público”. O que quis aquele comercial expressar? O que ela faz em educação, o que ela faz em economia o povo está julgando, e parece que não julga que ela faça melhor do que o Prefeito Kassab, tanto que ele está vinte e tantos pontos à frente dela, pelo que ouço.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Se eu ilustrar com exemplo, acredito que estarei respondendo bem a V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sim. Significa que, se ela for prefeita, ela vai reprimir a Parada Gay? É isso?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a permite que eu diga?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Permito.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Tivessem os adversários da então candidata, em 1988, perguntado se a Luiza Erundina de Sousa, hoje Deputada Federal, que foi então eleita prefeita, companheira nossa então do Partido dos Trabalhadores, se ela fosse casada, teria ela filhos, tenho a convicção de que a Marta Suplicy teria feito um protesto sério, semelhante àquele que os Parlamentares do PSDB e muitos dos jornalistas que hoje escrevem nas diversas colunas estão formulando. Então, digo isso para a reflexão da Marta. São muitos os companheiros de grande peso do Partido dos Trabalhadores que estão afirmando: “um erro foi cometido”. Quando se comete

um erro, procura-se refletir a respeito. Ela própria, em algumas situações, já procurou...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador, mas que erro foi esse? Eu não entendi ainda. O que ela quis dizer? Qual é o erro?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – O erro está nas conseqüências do que foi apresentado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Mas conseqüências de quê? O que ela quis dizer com isso? Eu não entendi. Eu lhe digo que não entendi. Eu sou obtuso, às vezes.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Como V. Ex^a sabe muito bem o que quer dizer e não precisa...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não, não sei. Se alguém pergunta: “Arthur, você é casado?”. Eu digo: “Não lhe interessa”. Eu posso ser casado hoje, não ser amanhã. V. Ex^a foi casado e hoje não é. Hoje tem uma namorada, que, aliás, é uma figura adorável, incapaz de fazer maldade com quem quer que seja. V. Ex^a já me apresentou sua namorada, uma pessoa bem comportada, séria, que não faz maldade com ninguém.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – O que os seus responsáveis pela campanha quiseram fazer os eleitores refletir é que...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O quê?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Deviam refletir sobre, digamos, todo o passado, digamos, na expressão deles, o DNA do candidato, que precisava saber quais foram as suas alianças políticas, quais foram as passagens que deram...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Aí, sim. Mas aí pergunta: “é casado?” Isso aí está na Internet. Se é casado ou não, está na Internet.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Quais foram as pessoas com quem... De tal maneira que foi essa a intenção deles, segundo o que me afirmaram. Todavia, eu não...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Ela não deveria pagar esse pessoal. Ela deveria despedir esse pessoal, porque esse pessoal é incompetente, se é que não é mal-intencionado. Porque basta ir na Internet que dá para saber se o Prefeito Kassab é casado ou não. Na Internet, está lá. O que interessa a alguém se ele é casado ou não. Não fico perguntando a quem quer que seja se é casado ou não. Não me interessa. Olho a qualidade das pessoas.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Estou de acordo com V. Ex^a de que uma pessoa pode ser solteira e não ter filhos...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Ele pode ser casado com alguém que fique pendurado na máquina pública, sugando a máquina pública.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – ...e ter um procedimento profissional ou político ao longo de sua vida de extraordinária relevância...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Como pode casar com um sanguessuga também. Não pode casar com um sanguessuga, uma pessoa que fique sugando a máquina pública? Pode. Aí, nesse caso, é melhor ser solteiro do que casar com sanguessuga.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Então, essa não foi a melhor maneira de se referir ao adversário. Haverá outras, e as recomendações que faço, e avalio que ela tem toda condição de fazê-lo muito bem, é de centrar todo o debate na maneira como ela própria, o Partido dos Trabalhadores, o Aldo Rebelo, o PCdoB e todos os partidos poderão realizar uma administração, que, sobretudo, venha trazer para o Município de São Paulo a realização de um maior senso de justiça social, de solidariedade, por meio das políticas nas áreas de educação, da saúde, das políticas sociais; das políticas sociais e que venham fazer todas as pessoas em São Paulo, em sua grande maioria, afirmar no voto, nela própria, de como isso será melhor para a cidade de São Paulo. E ela tem as condições para fazer isso. Nós estamos hoje no dia 14. Temos, portanto, até o dia 26 a condição de comprovar que isso pode ser feito melhor do que o candidato que o PSDB e o DEM apresentam, Gilberto Kassab, com todo respeito pelo Prefeito Gilberto Kassab. É essa ponderação que eu aqui formulo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador.

Senador, vou ouvir o Senador Alvaro Dias, mas não antes deixando, Senador Jereissati, de fazer algumas observações, meu querido Senador Jarbas Vasconcelos.

Imagine a cena de um debate na TV Globo, na TV Bandeirantes, onde quer que seja. Em vez de perguntar: “Prefeito Kassab, qual projeto o senhor teria para eventuais quatro anos mais de governo na área de saneamento básico?” Faz a seguinte pergunta: “O senhor é casado?” Se eu sou o Kassab e ela fosse solteira – que ela não é uma pessoa solteira e é uma pessoa respeitável, que nós sabemos – eu diria: “Puxa, se é uma pessoa solteira e eu solteiro, ela quer me namorar”. Só pode ser, essa pergunta não tem cabimento, essa pergunta é descabida, completamente descabida. Não tem cabimento perguntar a uma pessoa se ela é casada ou não. Não me interessa, quando uma jornalista me entrevista, eu não digo assim:

– De que jornal é a senhora?

– **Folha de São Paulo.**

– A senhora é casada?

– E a senhora?

– Estado de São Paulo.

– A senhora é solteira?”.

Qual é o critério? Se for solteira, eu não dou entrevista? Ou será que só dou se for solteira? Afinal de contas, eu sou um Senador ou um curioso. Eu sou um fofoqueiro ou eu seria alguém malicioso que estaria embasado no preconceito para, quem sabe se não há coisas pérfidas a respeito do Prefeito Kassab.

Agora digo: qual é vantagem de se ganhar uma eleição desse jeito? E pior: por que arrostar o castigo de perder uma eleição desse jeito? Perde como preconceituosa. Pelo que estou vendo, eu sou o único que não estou achando que é por aí que se deve tirar a ilação. Ela estava mais forte um pouquinho entre o eleitorado **gay**. Acho que perdeu, vai perder lá também. O pessoal agora está achando que, se ela for prefeita, vai reprimir aquele dia do **Gay Pride**, lá, na Avenida Paulista, porque parece que esses anos todos batendo perna lá não significaram respeito à diversidade quando alguém resolve fazer a sua livre opção sexual.

O Senador Suplicy é uma figura generosa, figura humana, e eu só tenho que parabenizar a Sr^a Mônica Dallari por ter como companheiro um homem desse calibre, homem bom, homem realmente bom e generoso e que vai até o fim nos seus afetos e nos seus compromissos.

Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Arthur Virgílio, vou colaborar com o Presidente Garibaldi sendo bastante sucinto, mas eu gostaria apenas de fazer a constatação. Quando o fantasma da derrota ameaça, muda-se o comportamento de forma incrível, surpreendente, inusitada, o nível da campanha cai, e nós ficamos, dessa forma, muito distanciados do eleitor. O eleitor evoluiu, o eleitor amadureceu politicamente.

(Interrupção do som.)

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – É o que se verificou nesta campanha eleitoral: o amadurecimento político, maior conscientização, maior independência do eleitor; o eleitor oferecendo lições às lideranças políticas em todo o País, derrotando populistas, renovando Câmara de Vereadores onde se instalavam propineiros. Enfim, um avanço considerável. Agora, esse comportamento de São Paulo, que baixa o nível, que muda comportamento, que desrespeita o cidadão, é um comportamento que coloca os políticos, no processo eleitoral, muito distanciados do eleitor que avançou. Essa é a constatação. De outro lado, em relação ao Governo do Presidente

Lula, é lastimável que este Governo não reconheça a importância da Oposição quando, responsabilmente, deseja contribuir em momentos cruciais para o País como este que vivemos, no enfrentamento desta crise – que é uma verdadeira hecatombe no sistema financeiro internacional – que vai trazer conseqüências imprevisíveis para o nosso País. Nós temos de fazer a autocrítica. No momento de agredirmos, no momento de sermos contundentes, veementes, de cobrarmos providências do Governo nem sempre estamos à altura do papel de opositores. Mas, no momento de colaborar com o Governo, nós estamos à altura da responsabilidade que assumimos diante da sociedade brasileira. Eu digo isso porque, em determinados momentos, a Oposição tem sido generosa com o Governo Lula – com o Presidente Lula, em especial. Mas, neste momento, quando se trata... Se nós reconhecermos, fizermos a autocrítica de nossa fragilidade em determinadas circunstâncias, nessa hora nós devemos cobrar do Presidente da República o reconhecimento em razão do comportamento responsável das Lideranças do nosso Partido, o PSDB, desde V. Ex^a, que é nosso Líder no Senado Federal, Líder que se notabilizou no País por sua contundência, por sua competência, pela capacidade de refletir aqui os anseios da nossa população, passando pelo Senador Sérgio Guerra, que hoje publica na **Folha de S.Paulo** um artigo memorável; pelo Senador Tasso Jereissati, que há poucos dias, dessa tribuna, fez um pronunciamento longo, permitindo apartes, e que fez um diagnóstico da realidade econômica que estamos vivendo no Brasil. O Presidente da República deveria ter olhos para ver uma Oposição com tal responsabilidade pública.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito bem, Sr. Presidente, encerro, agradecendo os ilustres apanteantes e deixando aqui, numa tentativa de síntese, a proposta ao Presidente da República, ou seja, esse fato eleitoral passou, isso tudo é tolice. Estou aberto e meu partido está aberto para ir ao Presidente discutir a sério e não de maneira subalterna as saídas para a crise do ponto de vista da economia brasileira. Isso é que importa.

Em segundo lugar, uma recomendação muito clara: Presidente, ainda é tempo, afaste-se dos palanques, eles só desgastam a sua imagem. V. Ex^a começou a eleição achando que tinha uma vara de condão e que onde apontasse alguém esse alguém ganharia. Não foi assim. Então recolha-se à boa humildade e afaste-se dos palanques. Esse será o primeiro sinal para nós da Oposição de que V. Ex^a fala a sério quando pensa em união do País, para enfrentarmos o vendaval que ainda está a caminho, não se iluda o Presidente, não se iludam os brasileiros.

(Interrupção do som.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Em terceiro lugar, Sr. Presidente, nós aqui vimos uma tentativa, dois fatos significativos. O Senador Mercadante fez uma bela análise do momento econômico mundial, mas, quando chega ao Brasil, simplesmente desconheceu as reformas estruturais do período Itamar Franco para cá, desconheceu a abertura econômica do seu aliado Fernando Collor, que iniciou a abertura econômica, desconheceu as reformas estruturais, sobretudo no episódio do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

E ele termina, de certa forma, enfeando o seu discurso porque traz o seu discurso para elogiar o que seja a excelência do manejo da crise por parte do Presidente Lula, e não é essa a minha opinião.

Mas veja, Senador Tasso, a outra observação, e, com essa, conluo o meu pronunciamento, conluo a minha fala, pedindo ao Presidente que prorogue o meu tempo por mais um minuto, porque estamos a três segundos do final do tempo.

Aqui tentei falar de economia, e acabamos, de maneira acanhada, falando de baixarias eleitorais. Saio sem saber... Primeiro, percebi que não podemos falar de economia, porque não há um Governo focado na saída econômica para a crise. Segundo, porque estamos diante de setores que acham que vale tudo para ganhar uma eleição. Eu já ganhei eleições, a maioria delas, graças a Deus, e já perdi eleições em raras ocasiões e nunca apelei nos momentos em que se avizinhava a minha derrota eleitoral. Em nenhum momento pensei em fazer mal à família de quem quer que fosse, em nenhum momento pensei em forjar provas contra quem quer que fosse, em nenhum momento forjei dossiê aloprado, em nenhum momento forjei nada parecido com o Dossiê Cayman, com quem mais fosse, porque entendo que há dois papéis a serem cumpridos em uma eleição: o vencedor deve ser generoso na vitória, e aquele que está destinado a perder a eleição...

(Interrupção do som.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – ...deve ser corajoso e altivo na derrota.

Não vale o vencedor pisotear a honra e a personalidade dos vencidos. Isso tem acontecido no País. Não vale o perdedor que não é generoso, que não é grande, que não faz o que fez Albert Gore diante de Bush para preservar a credibilidade da Suprema Corte norte-americana no episódio da primeira eleição do presidente norte-americano.

Perder e ganhar são fatos da vida pública que devem ser encarados com naturalidade por quem não queira fazer mal ao dinheiro público. Muita vontade de chegar ao poder me cheira a corrupção antecipada, porque não

vale a pena se fazer tudo, vender a alma ao diabo para se chegar a uma vitória eleitoral que depois volta como castigo contra aquele que não soube vencer. E volta como castigo contra todo aquele que não souber perder.

Eu venço ou perco uma eleição de acordo com a vontade do meu povo. Eu me submeto sempre à vontade do povo do Amazonas toda vez que me disponho a disputar uma eleição. E é a partir daí que eu faço e refaço os meus posicionamentos, mas perco com dignidade e ganho com altivez e respeito a quem derrotei.

Se isso não é uma máxima adotada por aqueles que hoje governam o País, é bom que repensem: com tudo nas mãos, fizeram 400 prefeituras; o nosso partido, sem nada nas mãos, fez o dobro. O nosso partido continua com candidatos vigorosos a Presidente da República. O nosso partido não está disposto a **profiter**, a lucrar com a crise; o nosso partido está disposto a colaborar com o Presidente da República na saída para a crise. Agora, o nosso partido avisa que o tempo da arrogância cessou, que o tempo da tal invencibilidade não é verdadeiro, que não terão nada parecido com o que imaginavam que tinham e que o povo brasileiro, equitativamente, mostrou que não tinham direito a ter.

(Interrupção do som.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu encerro deplorando a atitude dos irresponsáveis – ou responsáveis, sei lá como é que eu chame – pela campanha da Prefeita Marta Suplicy, porque é incrível que na cidade mais politizada do País, na cidade mais populosa do País, na cidade mais rica do País – e talvez esteja aí a agonia –, na cidade com o maior orçamento do País, na cidade que tem orçamento maior do que o da República Argentina, estejam disputando a eleição nesse nível.

Volto a dizer: não me interessa saber se o Senador Cristovam Buarque é ou não é casado – e eu sei que ele é muito bem casado –; não me interessa saber se o Senador Mão Santa é ou não é casado – e sei que ele é muito bem casado. Isso não me interessa. Interessa-me o comportamento público de quem quer que seja. Quando aponto alguém como corrupto desta tribuna não me refiro ao estado civil de quem quer que seja; eu me refiro ao fato de que alguém é corrupto e merece ser estigmatizado perante a opinião pública, até porque a corrupção deve ser punida por todos aqueles de bom senso e boa-fé em relação ao País.

Mas São Paulo vai falar como o Brasil já falou, e o Brasil vai falar de novo em 2010 para que aqueles...

(Interrupção do som.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – ...que vão disputar a Presidência em 2010 saibam adequar-se às regras da democracia e do respeito à Oposição,

uma Oposição que, apesar de tudo o que já recebeu, apesar de tantos insultos, está disposta a discutir com o Presidente onde ele queira, desde que em bases sérias, para ver de maneira não subalterna qual é a contribuição que pode dar em âmbito de união nacional verdadeira para o Brasil sofrer o menos possível com a crise avassaladora que assola a economia internacional.

Era o que eu tinha a dizer.

Sr. Presidente, muito obrigado pela tolerância. Muito obrigado, meus Pares.

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupado pelo Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente.

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupado pelo Sr. Jayme Campos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Parabéns, Senador Arthur Virgílio.

Sobre a mesa, expediente que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

Of. nº 1.129/08/SGM-P

Brasília, 24 de setembro de 2008

Assunto: Comunica inexatidão formal no texto de anexo dos autógrafos.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência ter sido verificada inexatidão formal nos autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 21 de 2008 (Medida Provisória nº 431, de 2008, do Poder Executivo) que “Dispõe sobre a reestruturação do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, do Plano Especial de Cargos da Cultura, de que trata a Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005, do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, da Carreira de Magistério Superior, de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal, de que trata a Lei nº 10.682, de 28 de maio de 2003, do Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário, de que trata a Lei nº 11.090, de 7 de janeiro de 2005, da Carreira de Perito Federal Agrário, de que trata a Lei nº 10.550, de 13 de novembro de 2002, da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, de que trata a Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário,

de que trata a Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, e a Lei nº 10.883, de 16 de junho 2004, dos Cargos de Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal, Agente de Atividades Agropecuárias, Técnico de Laboratório e Auxiliar de Laboratório do Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de que tratam respectivamente as Leis nºs 11.090, de 7 de janeiro de 2005, e 11.344, de 8 de setembro de 2006, dos Empregos Públicos de Agentes de Combate às Endemias, de que trata a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, da Carreira de Policial Rodoviário Federal, de que trata a Lei nº 9.654, de 2 de junho de 1998, do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, de que trata a Lei nº 11.095, de 13 de janeiro de 2005, da Gratificação de Desempenho de Atividade de Execução e Apoio Técnico à Auditoria no Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde – GDASUS, do Plano de Carreiras e Cargos do Hospital das Forças Armadas – PCCHFA, do Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, e do Plano de Carreira do Ensino Básico Federal; fixa o escalonamento vertical e os valores dos soldos dos militares das Forças Armadas; altera a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público,

a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, a Lei nº 10.484, de 3 de julho de 2002, que dispõe sobre a criação da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnica de Fiscalização Agropecuária – GDATFA, a Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006, a Lei nº 11.507, de 20 de julho de 2007; institui sistemática para avaliação de desempenho dos servidores da administração pública federal direta, autárquica e fundacional; revoga dispositivos da Lei nº 8.445, de 20 de julho de 1992, a Lei nº 9.678, de 3 de julho de 1998, dispositivo da Lei nº 8.460, de 17 de setembro de 1992, a Tabela II do Anexo I da Medida Provisória nº 2215-10, de 31 de agosto de 2001, a Lei nº 11.359, de 19 de outubro de 2006; e dá outras providências”.

Inclua-se no ANEXO XVI a expressão “EFEITOS FINANCEIROS: A PARTIR DE 1º DE MARÇO DE 2008” após a expressão “GRATIFICAÇÃO TEMPORÁRIA DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO SUPERIOR – GTMS”, conforme página em anexo.

Dando conhecimento do fato a Vossa Excelência, solicito substituição, nos autógrafos enviados a essa Casa, da página retificada em duas vias.

Atenciosamente, – **Arlindo Chinaglia**, Presidente.

ANEXO XVI

GRATIFICAÇÃO TEMPORÁRIA

DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO SUPERIOR – GTMS

EFEITOS FINANCEIROS: A PARTIR DE 1º DE MARÇO DE 2008

a) Carreira do Magistério Superior – Valores da GTMS para o Regime de 20 horas semanais

Em R\$						
CLASSE	NÍVEL	GRAD	APERF	ESPEC	MESTR	DOUT
TITULAR	001	1.063,57	1.086,59	1.108,26	1.223,60	1.414,01
ASSOCIADO	004				1.153,61	1.295,01
	003				1.152,77	1.235,85
	002				1.144,95	1.233,32
	001				1.143,29	1.229,31
ADJUNTO	004	1.061,64	1.084,75	1.086,24	1.086,77	1.175,46
	003	1.060,82	1.083,84	1.084,18	1.084,62	1.171,93
	002	1.059,30	1.082,22	1.083,36	1.083,93	1.170,29
	001	1.058,83	1.081,59	1.082,47	1.082,79	1.169,29
ASSISTENTE	004	1.056,77	1.080,99	1.081,84	1.082,36	-
	003	1.055,68	1.079,48	1.080,70	1.081,19	-
	002	1.055,50	1.078,75	1.079,17	1.079,70	-
	001	1.054,70	1.077,32	1.077,80	1.077,96	-
AUXILIAR	004	1.053,18	1.076,40	1.076,68	-	-
	003	1.051,91	1.071,33	1.072,46	-	-
	002	1.049,69	1.069,21	1.071,03	-	-
	001	1.047,89	1.067,51	1.068,01	-	-

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Concedo a palavra ao nobre Senador Cristovam Buarque, Relator da matéria.

V. Ex^a, Senador Cristovam Buarque, fala como Relator da matéria, em que pese esteja inscrito como próximo orador.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, desculpe-me; eu imaginava que V. Ex^a estava me chamando como inscrito para fazer um pronunciamento.

Sobre este assunto, eu quero apenas ler um pequeno documento feito ao Presidente, tentando corrigir um detalhe do relatório da Medida Provisória nº 431, de 2008.

Na qualidade de Relator revisor do Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 2008, proveniente da Medida Provisória nº 431, de 2008, que dispõe sobre a reestruturação de diversos planos de carreira do Poder Executivo, solicito a V. Ex^a sejam adotadas as providências decorrentes da comunicação que recebemos do Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, de 24 de setembro último, por meio da qual ele informa ter ocorrido uma inexatidão formal nos autógrafos das matérias encaminhadas ao Senado Federal.

Para efetuar a correção, foi incluída, no Anexo 16, a expressão “efeitos financeiros”: a partir de 1º de março, após a expressão “gratificação temporária da carreira de magistério superior”, conforme página que consta anexa à comunicação.

Considerando que a matéria foi aprovada, no Senado, sem aquela expressão, objeto da referida inclusão, tendo sido convertida na Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, requeiro, como Relator que fui, seja colhida a manifestação do Plenário e adotadas as providências previstas no art. 325, inciso II, do Regimento Interno do Senado.

É apenas isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Não havendo objeção do Plenário, passa-se à votação da retificação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Será feita a retificação do texto, nos termos do art. 325, inciso II, do Regimento Interno.

Será feita a devida comunicação ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República e à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Concedo a palavra ao ilustre Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) –

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ultimamente, eu tenho vindo aqui falar da crise que nós vivemos, da necessidade de uma reorientação não apenas do sistema financeiro, mas de todo o modelo produtivo brasileiro. Não disse modelo econômico, porque é uma coisa muito mais ampla. Implicaria saber se fechamos ou abrimos a economia – e não há outra forma de se manter aberto –, se deixamos ou não o mercado funcionando – não há outra maneira a não ser deixar o mercado funcionando. Mas o que produzir? Onde incentivar produções novas? É o que eu venho dizendo, para deixar claro que, se nós não fizermos a reorientação do modelo produtivo, a crise atual, mesmo superada, voltará.

Mas hoje, Sr. Presidente, não venho falar disso, nem dessas discussões sobre a eleição em São Paulo; venho falar sobre uma experiência agradável ocorrida ontem, à noite, na entrega do Prêmio Educador Nota 10, promoção anual da Fundação Victor Civita.

Eu, que tanto critico a situação da educação brasileira e não tenho motivo para dizer que ela está melhor, tenho que reconhecer no exercício feito pela Fundação Victor Civita uma grande contribuição para elevar a auto-estima dos professores brasileiros e, ao mesmo tempo, para divulgar boas experiências.

Ontem foram entregues dez prêmios e um prêmio a uma escola. Eu faço questão de aproveitar aqui a oportunidade para divulgar não só o Prêmio Educador Nota Dez, da Fundação Vitor Civita, mas citar os vencedores, como o Prof. Ademir Pereira Júnior, que formulou – e nós vimos lá a experiência dele – formas formidáveis de cálculo mental para as suas crianças na 5ª série, em Maringá, no Colégio Adailde Maria Leite; a professora que foi inclusive a escolhida como a grande vencedora, Andréia Silva Brito, que ensinou, criou uma forma de ensinar poliedros e corpos redondos aos seus alunos da 6ª série, numa escola chamada Carlos Drummond de Andrade, em Presidente Médici, Rondônia; a Prof^a Débora Lisiane Carneiro Tura, que inventou a maneira de utilizar **blog** para ensinar inglês aos seus alunos da 5ª série. Aquilo que nós todos defendemos e que muitos países já estão fazendo, isto é, o ensino do inglês desde a 1ª série, a gente vê lá longe, em Quevedos, no Rio Grande do Sul, com a professora não só fazendo isso, mas utilizando modernos métodos, como o uso do **blog**. Cito, ainda, a Prof^a Elaine Terezinha Matioli Coviello, que é de Pirangi, São Paulo, que deu aulas... A gente viu isso num vídeo, de uma maneira animadora, sobre a resolução de problemas de medidas e cálculos, na prática, para alunos da 3ª série na Escola Joaquim de Abreu Sampaio Vidal; o professor Herivaldo Alves Pereira, de Bertioga, que fez um programa de cooperação das crianças de Bertioga, da 6ª série, com pessoas de Macau, lá longe, na Ásia, sobre a diversidade cultural e

intercâmbio postal na Escola Professora Maria Aparecida Pinto de Abreu Magno, em Bertioga; a professora Inês Prates Galindo, que ensinou uma maneira de renovar, aproveitar, utilizar pilhas com criança no 1º ano, na Escola Básica Profissional Fundação Bradesco, em Marília; o professor Joalton Suruí – e eu tive o prazer de entregar-lhe o prêmio – que inventou uma maneira não apenas de ensinar, mas de escrever a língua do seu povo paiter suruí, que tem uma língua, tem histórias, tem lendas e não tinha como escrever, porque eles não tinham método de escritura. Ele criou a escrita e ensinou a seus alunos do sexto ao nono ano, lá em Cacoal, Rondônia. O professor Jorge Luiz Marques de Moraes fez um belo estudo sobre Ariano Suassuna para alunos da língua portuguesa da oitava série no colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. A professora Luciana do Nascimento Santos ganhou o prêmio por um programa bonito para criança, da educação infantil, sobre as origens africanas num país chamado Brasil, em São Paulo, São Paulo; Maria Helena Klein, professora, fez um programa sobre interação escolar e meio ambiente para os alunos de Geografia da segunda série, na Escola Francisco Lacerda de Aguiar, em Vitória, Espírito Santo.

E finalmente um prêmio para a escola inteira. Quem recebeu foi a professora Adilma de Sousa Oliveira, com um programa sobre formação continuada dos professores na Escola Serafina Carvalho, em Itupiranga, Pará.

Sr. Presidente, eu quero dizer que, desses prêmios, ficou faltando mais um e eu preciso de um minuto para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Eu concedo mais dois minutos a V. Ex^a.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Eu nem vou precisar dos dois minutos – agradeço a generosidade de V. Ex^a.

Faltou um prêmio, aqui, e quero que este Senado o reconheça – faltou um prêmio à própria Fundação Victor Civita. Faltou um prêmio para essa Fundação que há anos vem oferecendo o prêmio “Educador Nota 10” no Brasil. Se tivéssemos outros prêmios como esse, se tivéssemos outras mobilizações como essa, reconhecendo o trabalho de educadores ao longo do Brasil, eu tenho certeza de que não seria suficiente para fazer a revolução que nós precisamos mas seria, sim, um passo para dar auto-estima aos nossos professores, que, amanhã, tem o seu dia sendo comemorado.

Era isso, Sr. Presidente, e agradeço o tempo concedido.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Agradeço as palavras do ilustre Senador Cristovam Buarque.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.211, DE 2008

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam prestadas, pelo Exmº Sr. Ministro de Estado da Fazenda, informações acerca do efetivo cumprimento, por parte da Receita Federal do Brasil, do disposto na Súmula Vinculante nº 8, do Supremo Tribunal Federal, reproduzida a seguir:

São inconstitucionais o parágrafo único do artigo 5º do Decreto-Lei nº 1.569/1977 e os artigos 45 e 46 da Lei nº 8.212/1991, que tratam de prescrição e decadência de crédito tributário.

Sala das Sessões, em 14 de outubro de 2008. – Senador **Flexa Ribeiro**.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.212, DE 2008

Requeiro, nos termos regimentais, que o período do expediente da Sessão Deliberativa do dia 2 de dezembro de 2008 seja dedicado à abertura da IV Semana do Senado Federal de Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência.

Sala das Sessões, 14 de outubro de 2008.

SENADOR **GARIBALDI ALVES FILHO**
 - FLÁVIO ARNS
 - VINCÍCIO DE CARVALHO
 - MINISTRO DA EDUCAÇÃO
 - GIM ARGELLO
 - JOSÉ NEY
 - NUNO DE COSTA

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação e será votado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.213, DE 2008

Requeiro, nos termos do artigo 218 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar à família do Advogado Clemente Mannes, que faleceu, vítima de um derrame cerebral no domingo passado. Fundador do PT na cidade de Jaraguá do Sul – SC, foi Secretário-Geral da Central Única dos Trabalhadores em Santa Catarina.

Sala das Sessões, 14 de outubro de 2008. – Senadora **Idelli Salvatti**.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.214, DE 2008

Senhor Presidente,

Nos termos do disposto no art. 119 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja dispensado o parecer da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) sobre o PLS nº 131, de 2008, em razão de ter sido esgotado o prazo regimental para manifestação da CE e por não se tratar de matéria da competência regimental daquela Comissão, passando-se à apreciação da Comissão seguinte constante do despacho inicial.

Sala das Sessões, 14 de outubro de 2008. – Senador **Expedito Júnior**.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.215, DE 2008

Sr. Presidente,

Tendo sido designado por V. Ex^a para participar, como observador parlamentar, dos trabalhos da 63ª Assembléia Geral das Nações Unidas, requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno, licença para

me ausentar dos trabalhos desta Casa nos dias 7 a 17 de novembro do ano em curso, para atender à mencionada missão.

Comunico, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno, que estarei ausente do País no período de 7 a 17 de novembro de corrente ano.

Sala das Sessões, 14 de outubro de 2008. – Senador **Romeu Tuma**

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação e será votado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.216, DE 2008

Requeiro, nos termos regimentais, que sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 119, de 2006 que, “Institui, na forma do art. 43 da Constituição Federal, a Superintendência do Desenvolvimento Sustentável do Centro-Oeste – SUDECO, estabelece sua composição, natureza jurídica, objetivos, área de competência e instrumentos de ação.”, seja ouvida a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, por estar no âmbito da sua competência.

Sala das Sessões, 14 de outubro de 2008. – Senador **Wellington Salgado**, Presidente da CCT.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do disposto no art. 255, inciso II, alínea **c**, item 4, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.217, DE 2008

Tendo sido designado para participar, como observador parlamentar, dos trabalhos da 63ª Assembléia Geral das Nações Unidas requeiro, nos termos dos art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para me ausentar dos trabalhos desta Casa no período de 30 de outubro a 9 de novembro de 2008, para atender à mencionada missão.

Comunico, nos termos do art. 39, Inciso I, do Regimento Interno, que estarei ausente do País no período de 30 de outubro a 10 de novembro do corrente ano.

Sala das Sessões, 14 de outubro de 2008. – Senador **Demostenes Torres**

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação e será votado oportunamente.

Sobre a mesa, projetos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 381, DE 2008

Trata da divulgação institucional e da propaganda eleitoral em rádio e televisão para as eleições diretas ao Parlamento do Mercado Comum do Sul-Mercosul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Para as eleições diretas que elegerão os representantes brasileiros ao Parlamento do Mercosul, o Tribunal Superior Eleitoral expedirá normas regulando a realização de transmissão, em rádio e televisão, da divulgação dos nomes e da propaganda eleitoral dos candidatos registrados.

Parágrafo único. Os programas de propaganda eleitoral deverão também instruir o eleitor sobre a natureza da entidade, sua função e sua importância.

Art. 2º O Tribunal Superior Eleitoral realizará a divulgação da natureza e finalidade do Parlamento do Mercosul, e da realização de eleições para a escolha dos representantes brasileiros.

Art. 3º Na hipótese de a eleição para o Parlamento do Mercosul ocorrer na mesma data das eleições para Presidente da República, a propaganda eleitoral realizar-se-á mediante o acréscimo de cinco minutos ao tempo a que se refere o art. 47 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que serão distribuídos entre os partidos e coligações mediante a aplicação do critério do mesmo artigo.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Parlamento do Mercosul foi instalado em 14 de dezembro de 2006, e já aprovou importantes medidas, assim como promoveu audiências públicas sobre temas importantes desde a sua criação.

Entretanto, o estabelecimento de critérios de proporcionalidade entre as bancadas dos diversos países que terão participação no órgão ainda não foi regulamentado. O número de parlamentares por país está por ser definido, e convencionou-se que, até 31 de dezembro de 2010, todos os Estados Partes já deverão ter realizado as eleições de seus representantes na entidade, na mesma ocasião e segundo as mesmas regras adotadas para as eleições gerais internas.

Após o registro dos candidatos, é fundamental, para a garantia da boa qualidade dos votos, que o eleitorado seja bem informado acerca dos candidatos e de suas propostas, da mesma forma como acontece nos tempos que antecedem as eleições internas.

É importante, também, que os cidadãos sejam bem esclarecidos a respeito do significado e da relevância do Parlamento para a composição do qual estão exercendo seu direito de voto, para que o referido direito seja exercido de forma consciente e responsável.

No contexto das eleições internas, anseia-se pelo aprimoramento dos critérios de propaganda eleitoral, de forma a deixar o eleitor ciente e bem informado sobre todos os postulantes aos cargos a serem preenchidos. Busca-se, dessa forma, garantir a seriedade do processo eleitoral e a lisura das instituições democráticas, dotando o eleitorado de instruções e informações a respeito de cada um dos concorrentes, seus programas e metas a serem alcançadas.

De igual modo, os candidatos às eleições para o Parlamento do Mercosul precisam ser sobejamente conhecidos do público, pois uma entidade de tão grande importância para a América Latina precisa ser composta de representantes à altura de sua magnitude. Tais representantes terão quatro anos de mandato, tempo suficiente para honrar seus compromissos como também para descumprir as promessas feitas, no caso de agentes inescrupulosos, eleitos sem a devida cautela.

O voto responsável e consciente torna-se impossível sem prévia e devida informação e orientação, que terá, ainda, grande sentido educativo. Frise-se que a existência do Parlamento do Mercosul representa significativo avanço nas instituições democráticas do mundo moderno.

Dessa forma, julgamos necessária a edição de lei que autorize o Tribunal Superior Eleitoral a expedir normas que imponham a obrigatoriedade de transmissão por rádio e televisão de horário eleitoral para as eleições do Parlamento. A norma deverá prever, entre outros aspectos, as formas de compensação fiscal para as empresas de comunicação.

Esperamos de nossos ilustres Pares a aprovação da presente iniciativa, a nosso ver imprescindível para o bom resultado das eleições para o Parlamento do Mercosul.

Sala das Sessões, 14 de outubro de 2008. – Senadora **Marisa Serrano**.

(À Representação Brasileira no Mercosul e à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 382, DE 2008**Dispõe sobre a liberdade de expressão e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Todos são livres para expressar, por qualquer meio de comunicação e assegurado o sigilo de fonte, quaisquer informações, idéias, pensamentos, críticas e opiniões, sem espécie alguma de censura prévia no âmbito administrativo, respondendo, todavia, o autor e o órgão de divulgação pelos excessos ou abusos disso decorrentes, vedado o anonimato.

Art. 2º Em caso de condenação judicial ao pagamento de indenização por danos civis em decorrência de abuso da liberdade de expressão, a sentença que reconhecer o dolo na veiculação da matéria publicada poderá, ante as circunstâncias do caso, até decuplicar o valor da indenização, independentemente de pedido nesse sentido.

Parágrafo único. Em qualquer hipótese de procedência de ação por abuso da liberdade de expressão, a respectiva sentença deverá ser divulgada, às expensas do ofensor, no mesmo veículo de comunicação em que ocorreu o agravo, pelo triplo de vezes da sua ocorrência, podendo o valor da indenização ser liquidado e executado nos próprios autos.

Art. 3º A reprodução de material obtido com autorização judicial, mas em segredo de justiça, constitui abuso do direito de informar, sujeitando-se o infrator aos acréscimos em decorrência da existência de dolo, a que se refere o **caput** do art. 2º, bem como às despesas de publicação da respectiva sentença, no mesmo veículo de comunicação em que se cometeu a ilegalidade, pelo décuplo de vezes de sua ocorrência, podendo o valor da indenização ser liquidado e executado nos próprios autos.

Parágrafo único. No caso de veiculação de material obtido sem autorização judicial, os valores da condenação por danos civis serão multiplicados, obrigatoriamente, por cinquenta, e a sentença publicada por cinquenta vezes a ocorrência da ilegalidade, às expensas do infrator, podendo o valor correspondente ser liquidado e executado nos próprios autos.

Art. 4º O segredo de justiça imposto aos autos de processo de qualquer natureza não poderá durar mais que dez anos do trânsito em julgado da respectiva decisão.

Art. 5º Os crimes contra a honra praticados no âmbito da imprensa processam-se nos termos do Capítulo III da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, só respondendo o agente pelo crime de calúnia.

Art. 6º Na hipótese dos crimes de injúria e de difamação cometidos no âmbito da imprensa, os agentes

só respondem criminalmente caso fique demonstrado que a informação veiculada não atende, a critério fundamentado do juiz, ao interesse público.

Art. 7º A ação de direito de resposta por abuso do exercício da liberdade de expressão deve ser processada e julgada em juízo cível da localidade onde foi veiculada a matéria, do local de sua repercussão, ou no foro do domicílio do autor.

Art. 8º Fica revogada a Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967.

Justificação

A recente decisão do Supremo Tribunal Federal que suspendeu a eficácia de uma série de disposições da Lei de Imprensa (Lei nº 5.250/67) trouxe à tona o debate em torno da aplicação do preceito constitucional da liberdade de expressão e pensamento.

O autêntico Estado de Direito pressupõe que a liberdade de expressão e pensamento não pode sofrer limitações de ordem política, sob qualquer forma de censura prévia, estando em plena consonância com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, o qual, ainda que por liminar, suspendeu a aplicação de uma série de artigos da Lei nº 5.250/67, de que trata a ação de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 130/DF, proposta pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), por intermédio do eminente e sempre combativo Deputado Federal Miro Teixeira. Dentre os vários méritos que tem a referida ação, destaca-se a tentativa de aprimorar o ordenamento jurídico, como de igual forma se faz através da proposição que se encaminha.

Por outro lado, a maior atividade fiscalizadora, investigatória e punitiva desenvolvida pelo Estado-juiz nos últimos tempos não pode afastar, em absoluto, garantias constitucionais fincadas, por exemplo, nos princípios da inocência, do contraditório regular e substancial – e da individualização/dosimetria da pena.

Mas também não pode servir de obstáculo ao exercício de um direito elevado à garantia fundamental, que é a liberdade de trânsito da informação e expressão do pensamento, qualquer que seja seu matiz ideológico, ou sua forma de manifestação, inadmitida a censura prévia.

Deve ser civil e criminalmente responsabilizado, claro, todo aquele que cometer excesso ou abuso, assim entendido toda e qualquer forma de transgressão aos preceitos de ordem legal ou moral; mesmo porque não existe exercício absoluto de direitos.

Nessa toada, percebe-se que o projeto de lei ora proposto tenta simplificar relações que, segundo eminentes juristas, sequer deveriam ser reguladas por lei. Todavia, não nos parece seja essa a tradição legislativa

va existente no Brasil, haja vista que se encontram no nosso ordenamento jurídico grande quantidade de leis, algumas das quais “pegam”, outras nem tanto.

Preocupamo-nos, ao elaborarmos a presente matéria, em distinguir bem a situação em que o dano é considerado pela perspectiva da conduta e dos interesses que porventura possam ocorrer pela malversação de tão fundamental e importante liberdade, de forma que estamos propondo que a responsabilidade civil continue a ser subjetiva nesses casos, a despeito da evolução legislativa que se tem observado ultimamente, fazendo-se supor que tal medida iria de encontro aos avanços e a algumas conquistas fundadas na responsabilidade sem culpa. Entretanto, pensamos não ser este o caso, em se tratando de liberdade de imprensa.

Não se discute – e quanto a isso não parece haver dissensão – a respeito do fundamental papel que a imprensa livre exerce no controle da democracia. Referimo-nos ao jornalista que, naquele momento, ante a um fato (de qualquer natureza), se veja no dilema de decidir entre o dever de informar (respaldado pela liberdade de expressão, que, no nosso entender, é mais dos cidadãos que propriamente das empresas de comunicação) e a preservação da integridade imaterial (moral e de imagem) de quem quer que seja. Nesses casos, deve o profissional da comunicação saber dosar a necessidade de apuração e corroboração da informação, mesmo que seja tentando, minimamente, ouvir “o outro lado”, à vista, sempre, da supremacia do interesse público, que, repetimos, parte da regra que tem de ser veiculada toda e qualquer informação de interesse da coletividade.

Nada além, a propósito, do que já se faz nas redações dos grandes jornais deste País, como também do que já consta de seus respectivos manuais.

Queremos dizer que defendemos uma imprensa livre, mas também responsável. Não correspondendo a notícia à verdade e ao interesse público, e causando dano a particular, deverá ser atribuída uma indenização a quem reclamar perante o Judiciário. Por culpa, nos moldes já hoje praticados. A inovação fica por conta do dolo e da má-fé, apuráveis segundo o livre convencimento motivado do magistrado, por ocasião da prolação da sentença e ante as provas constantes dos autos.

Portanto, a intenção do **caput** do art. 2º deste projeto é criar mecanismo de peso e contrapeso a uma garantia de informação que, por óbvio, não é absoluta, nem nos regimes mais fundamentalistas.

Havendo dolo ou fundada má-fé, constatados, naturalmente, a partir de prova colhida em instrução processual, a malversação desse fundamental direito de

expressão deve merecer severa reprimenda, capaz de inibir práticas desse jaez. Desse modo, propomos que o valor da sentença possa ser até decuplicado, a critério do juiz da causa, independentemente de pedido.

Em caso de divulgação de material, reprodução total ou parcial de elementos de prova obtidos com autorização judicial, em processo que tramitou ou tramita em segredo de justiça, a violação do sigilo constitui infração gravíssima. Daí a razão de a condenação dever ser, necessariamente – ou seja, independentemente de critério avaliativo e tão só pela natureza do caso – multiplicado por dez, como também por dez vezes deverá ser publicada a sentença em razão de cada agravo, já considerada aqui a avaliação do juiz em até decuplicar o valor inicialmente formulado.

Outrossim, é natural que, na hipótese mais grave ainda de veiculação de material obtido sem autorização judicial, os valores em referência aumentem para cinquenta vezes.

O mesmo se diga da publicação integral da decisão judicial (de qualquer esfera) – já salientando que permanece hígido o direito constitucional de resposta (art. 5º, V, CF) – só que, aqui, a quantidade (três vezes) já é apontada como determinada por lei, ao invés de se submeter ao critério do juiz.

A mesma justificativa para aumento dos valores da condenação para o caso de divulgação de material em segredo de justiça ou obtido sem autorização judicial serve para explicar as hipóteses de majoração das vezes de publicação da sentença.

As despesas, por óbvio, correm à conta do ofensor e do órgão responsável pela veiculação.

No âmbito criminal, somente a hipótese da calúnia deverá ser objeto de persecução criminal, não podendo o jornalista trabalhar com o receio de que um deslize, especialmente com base na culpa (imprudência, negligência ou imperícia), possa lhe trazer sanções criminais.

Por tais razões, esperamos contar com o apoio dos ilustres pares para a aprovação dessa matéria.

Sala das Sessões, 14 de outubro de 2008. – Senadora **Serys Slhessarenko**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.099, DE 26 DE SETEMBRO DE 1995

Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

.....

CAPÍTULO III

Dos Juizados Especiais Criminais

Disposições Gerais

Art. 60. O Juizado Especial Criminal, provido por juízes togados ou togados e leigos, tem competência para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo, respeitadas as regras de conexão e continência.

Parágrafo único. Na reunião de processos, perante o juízo comum ou o tribunal do júri, decorrentes da aplicação das regras de conexão e continência, observar-se-ão os institutos da transação penal e da composição dos danos civis.

Art. 61. Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta Lei, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa.

Art. 62. O processo perante o Juizado Especial orientar-se-á pelos critérios da oralidade, informalidade, economia processual e celeridade, objetivando, sempre que possível, a reparação dos danos sofridos pela vítima e a aplicação de pena não privativa de liberdade.

Seção I

Da Competência e dos Atos Processuais

Art. 63. A competência do Juizado será determinada pelo lugar em que foi praticada a infração penal.

Art. 64. Os atos processuais serão públicos e poderão realizar-se em horário noturno e em qualquer dia da semana, conforme dispuserem as normas de organização judiciária.

Art. 65. Os atos processuais serão válidos sempre que preencherem as finalidades para as quais foram realizados, atendidos os critérios indicados no art. 62 desta Lei.

§ 1º Não se pronunciará qualquer nulidade sem que tenha havido prejuízo.

§ 2º A prática de atos processuais em outras comarcas poderá ser solicitada por qualquer meio hábil de comunicação.

§ 3º Serão objeto de registro escrito exclusivamente os atos havidos por essenciais. Os atos realizados em audiência de instrução e julgamento poderão ser gravados em fita magnética ou equivalente.

Art. 66. A citação será pessoal e far-se-á no próprio Juizado, sempre que possível, ou por mandado.

Parágrafo único. Não encontrado o acusado para ser citado, o Juiz encaminhará as peças existentes ao Juízo comum para adoção do procedimento previsto em lei.

Art. 67. A intimação far-se-á por correspondência, com aviso de recebimento pessoal ou, tratando-se de pessoa jurídica ou firma individual, mediante entrega ao encarregado da recepção, que será obrigatoriamente identificado, ou, sendo necessário, por oficial de justiça, independentemente de mandado ou carta precatória, ou ainda por qualquer meio idôneo de comunicação.

Parágrafo único. Dos atos praticados em audiência considerar-se-ão desde logo cientes as partes, os interessados e defensores.

Art. 68. Do ato de intimação do autor do fato e do mandado de citação do acusado, constará a necessidade de seu comparecimento acompanhado de advogado, com a advertência de que, na sua falta, ser-lhe-á designado defensor público.

Seção II

Da Fase Preliminar

Art. 69. A autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência lavrará termo circunstanciado e o encaminhará imediatamente ao Juizado, com o autor do fato e a vítima, providenciando-se as requisições dos exames periciais necessários.

Parágrafo único. Ao autor do fato que, após a lavratura do termo, for imediatamente encaminhado ao juizado ou assumir o compromisso de a ele comparecer, não se imporá prisão em flagrante, nem se exigirá fiança. Em caso de violência doméstica, o juiz poderá determinar, como medida de cautela, seu afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a vítima.

Art. 70. Comparecendo o autor do fato e a vítima, e não sendo possível a realização imediata da audiência preliminar, será designada data próxima, da qual ambos sairão cientes.

Art. 71. Na falta do comparecimento de qualquer dos envolvidos, a Secretaria providenciará sua intimação e, se for o caso, a do responsável civil, na forma dos arts. 67 e 68 desta Lei.

Art. 72. Na audiência preliminar, presente o representante do Ministério Público, o autor do fato e a vítima e, se possível, o responsável civil, acompanhados por seus advogados, o Juiz esclarecerá sobre a possibilidade da composição dos danos e da aceitação da proposta de aplicação imediata de pena não privativa de liberdade.

Art. 73. A conciliação será conduzida pelo Juiz ou por conciliador sob sua orientação.

Parágrafo único. Os conciliadores são auxiliares da Justiça, recrutados, na forma da lei local, preferentemente entre bacharéis em Direito, excluídos os

que exerçam funções na administração da Justiça Criminal.

Art. 74. A composição dos danos civis será reduzida a escrito e, homologada pelo Juiz mediante sentença irrecorrível, terá eficácia de título a ser executado no juízo civil competente.

Parágrafo único. Tratando-se de ação penal de iniciativa privada ou de ação penal pública condicionada à representação, o acordo homologado acarreta a renúncia ao direito de queixa ou representação.

Art. 75. Não obtida a composição dos danos civis, será dada imediatamente ao ofendido a oportunidade de exercer o direito de representação verbal, que será reduzida a termo.

Parágrafo único. O não oferecimento da representação na audiência preliminar não implica decadência do direito, que poderá ser exercido no prazo previsto em lei.

Art. 76. Havendo representação ou tratando-se de crime de ação penal pública incondicionada, não sendo caso de arquivamento, o Ministério Público poderá propor a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multas, a ser especificada na proposta.

§ 1º Nas hipóteses de ser a pena de multa a única aplicável, o Juiz poderá reduzi-la até a metade.

§ 2º Não se admitirá a proposta se ficar comprovado:

I – ter sido o autor da infração condenado, pela prática de crime, à pena privativa de liberdade, por sentença definitiva;

II – ter sido o agente beneficiado anteriormente, no prazo de cinco anos, pela aplicação de pena restritiva ou multa, nos termos deste artigo;

III – não indicarem os antecedentes, a conduta social e a personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias, ser necessária e suficiente a adoção da medida.

§ 3º Aceita a proposta pelo autor da infração e seu defensor, será submetida à apreciação do Juiz.

§ 4º Acolhendo a proposta do Ministério Público aceita pelo autor da infração, o Juiz aplicará a pena restritiva de direitos ou multa, que não importará em reincidência, sendo registrada apenas para impedir novamente o mesmo benefício no prazo de cinco anos.

§ 5º Da sentença prevista no parágrafo anterior caberá a apelação referida no art. 82 desta lei.

§ 6º A imposição da sanção de que trata o § 4º deste artigo não constará de certidão de antecedentes criminais, salvo para os fins previstos no mesmo dispositivo, e não terá efeitos civis, cabendo aos interessados propor ação cabível no juízo cível.

Seção III

Do Procedimento Sumaríssimo

Atr. 77. Na ação penal de iniciativa pública, quando não houver aplicação de pena, pela ausência do autor do fato, ou pela não ocorrência da hipótese prevista no art. 76 desta lei, o Ministério Público oferecerá ao Juiz, de imediato, denúncia oral, se não houver necessidade de diligências imprescindíveis.

§ 1º Para o oferecimento da denúncia, que será elaborada com base no termo de ocorrência referido no art. 69 desta lei, com dispensa do inquérito policial, prescindir-se-á do exame do corpo de delito quando a materialidade do crime estiver aferida por boletim médico ou prova equivalente.

§ 2º Se a complexidade ou circunstâncias do caso não permitirem a formulação da denúncia, o Ministério Público poderá requerer ao Juiz o encaminhamento das peças existentes, na forma do parágrafo único do art. 66 desta lei.

§ 3º Na ação penal de iniciativa do ofendido poderá ser oferecida queixa oral, cabendo ao Juiz verificar se a complexidade e as circunstâncias do caso determinam a adoção das providências previstas no parágrafo único do art. 66 desta lei.

Art. 78. Oferecida a denúncia ou queixa, será reduzida a termo, entregando-se cópia ao acusado, que com ela ficará citado e imediatamente cientificado da designação de dia e hora para a audiência de instrução e julgamento, da qual também tomarão ciência o Ministério Público, o ofendido, o responsável civil e seus advogados.

§ 1º Se o acusado não estiver presente, será citado na forma dos arts. 66 e 68 desta lei e cientificado da data da audiência de instrução e julgamento, devendo a ela trazer suas testemunhas ou apresentar requerimento para intimação, no mínimo cinco dias antes de sua realização.

§ 2º Não estando presentes o ofendido e o responsável civil, serão intimados nos termos do art. 67 desta lei para comparecerem à audiência de instrução e julgamento.

§ 3º As testemunhas arroladas serão intimadas na forma prevista no art. 67 desta lei.

Art. 79. No dia e hora designados para a audiência de instrução e julgamento, se na fase preliminar não tiver havido possibilidade de tentativa de conciliação e de oferecimento de proposta pelo Ministério Público, proceder-se-á nos termos dos arts. 72, 73, 74 e 75 desta lei.

Art. 80. Nenhum ato será adiado, determinando o Juiz, quando imprescindível, a condução coercitiva de quem deva comparecer.

Art. 81. Aberta a audiência, será dada a palavra ao defensor para responder à acusação, após o que o Juiz receberá, ou não, a denúncia ou queixa; havendo recebimento, serão ouvidas a vítima e as testemunhas de acusação e defesa, interrogando-se a seguir o acusado, se presente, passando-se imediatamente aos debates orais e à prolação da sentença.

§1º Todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, podendo o Juiz limitar ou excluir as que considerar excessivas, impertinentes ou protelatórias.

§ 2º De todo o ocorrido na audiência será lavrado termo, assinado pelo Juiz e pelas partes, contendo breve resumo dos fatos relevantes ocorridos em audiência e a sentença.

§ 3º A sentença, dispensado o relatório, mencionará os elementos de convicção do Juiz.

Art. 82. Da decisão de rejeição da denúncia ou queixa e da sentença caberá apelação, que poderá ser julgada por turma composta de três Juizes em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado.

§ 1º A apelação será interposta no prazo de dez dias, contados da ciência da sentença pelo Ministério Público, pelo réu e seu defensor, por petição escrita, da qual constarão as razões e o pedido do recorrente.

§ 2º O recorrido será intimado para oferecer resposta escrita no prazo de dez dias.

§ 3º As partes poderão requerer a transcrição da gravação da fita magnética a que alude o § 3º do art. 65 desta lei.

§ 4º As partes serão intimadas da data da sessão de julgamento pela imprensa.

§ 5º Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão.

Art. 83. Caberão embargos de declaração quando, em sentença ou acórdão, houver obscuridade, contradição, omissão ou dúvida.

§ 1º Os embargos de declaração serão opostos por escrito ou oralmente, no prazo de cinco dias, contados da ciência da decisão.

§ 2º Quando opostos contra sentença, os embargos de declaração suspenderão o prazo para o recurso.

§ 3º Os erros materiais podem ser corrigidos de ofício.

Seção IV Da Execução

Art. 84. Aplicada exclusivamente pena de multa, seu cumprimento far-se-á mediante pagamento na Secretaria do Juizado.

Parágrafo único. Efetuado o pagamento, o Juiz declarará extinta a punibilidade, determinando que a condenação não fique constando dos registros criminais, exceto para fins de requisição judicial.

Art. 85. Não efetuado o pagamento de multa, será feita a conversão em pena privativa da liberdade, ou restritiva de direitos, nos termos previstos em lei.

Art. 86. A execução das penas privativas de liberdade e restritivas de direitos, ou de multa cumulada com estas, será processada perante o órgão competente, nos termos da lei.

Seção V Das Despesas Processuais

Art. 87. Nos casos de homologação do acordo civil e aplicação de pena restritiva de direitos ou multa (arts. 74 e 76, § 4º), as despesas processuais serão reduzidas, conforme dispuser lei estadual.

Seção VI Disposições Finais

Art. 88. Além das hipóteses do Código Penal e da legislação especial, dependerá de representação a ação penal relativa aos crimes de lesões corporais leves e lesões culposas.

Art. 89. Nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, abrangidas ou não por esta Lei, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, por dois a quatro anos, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena (art. 77 do Código Penal).

§ 1º Aceita a proposta pelo acusado e seu defensor, na presença do Juiz, este, recebendo a denúncia, poderá suspender o processo, submetendo o acusado a período de prova, sob as seguintes condições:

I – reparação do dano, salvo impossibilidade de fazê-lo;

II – proibição de freqüentar determinados lugares;

III – proibição de ausentar-se da comarca onde reside, sem autorização do Juiz;

IV – comparecimento pessoal e obrigatório a juízo, mensalmente, para informar e justificar suas atividades.

§ 2º O Juiz poderá especificar outras condições a que fica subordinada a suspensão, desde que adequadas ao fato e à situação pessoal do acusado.

§ 3º A suspensão será revogada se, no curso do prazo, o beneficiário vier a ser processado por outro crime ou não efetuar, sem motivo justificado, a reparação do dano.

§ 4º A suspensão poderá ser revogada se o acusado vier a ser processado, no curso do prazo, por contravenção, ou descumprir qualquer outra condição imposta.

§ 5º Expirado o prazo sem revogação, o Juiz declarará extinta a punibilidade.

§ 6º Não correrá a prescrição durante o prazo de suspensão do processo.

§ 7º Se o acusado não aceitar a proposta prevista neste artigo, o processo prosseguirá em seus ulteriores termos.

Art. 90. As disposições desta Lei não se aplicam aos processos penais cuja instrução já estiver iniciada.

Art. 90-A. As disposições desta Lei não se aplicam no âmbito da Justiça Militar.

Art. 91. Nos casos em que esta Lei passa a exigir representação para a propositura da ação penal pública, o ofendido ou seu representante legal será intimado para oferecê-la no prazo de trinta dias, sob pena de decadência.

Art. 92. Aplicam-se subsidiariamente as disposições dos Códigos Penal e de Processo Penal, no que não forem incompatíveis com esta Lei.

CAPÍTULO IV

Disposições Finais Comuns

Art. 93.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

TÍTULO II

Dos Direitos e Garantias Fundamentais

CAPÍTULO I

Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I –

V – é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

LEI Nº 5.250, DE 9 DE FEVEREIRO DE 1967

Regula a liberdade de manifestação do pensamento e de informação.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 383, DE 2008

Altera o artigo 135, da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, Código Eleitoral, para instituir a criação de sala especial de votação, em cada local de votação, para os eleitores idosos, deficientes e portadores de necessidades especiais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 6º-A, do art. 135 da Lei nº 4.737, de 15-7-1965, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 135.

§ 6º-A Os Tribunais Regionais Eleitorais deverão, a cada eleição, expedir instruções aos Juizes Eleitorais, para orientá-los na escolha dos locais de votação de mais fácil acesso para eleitores idosos, deficientes e portadores de necessidades especiais, determinando a instalação de sala especial de votação, em cada local de votação.

.....”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

A realização das eleições municipais para prefeitos e vereadores nos 5.564 (cinco mil e quinhentos e sessenta e quatro) municípios brasileiros, em 5-10-2008, trouxe à baila, um problema que já atinge grande parte da população brasileira, principalmente nas metrópoles de nosso País.

Trata-se da dificuldade que as pessoas idosas, deficientes e portadoras de necessidades especiais enfrentam no momento em que vão exercer sua soberania popular, por intermédio do sufrágio universal e pelo voto direito e secreto.

Referidos cidadãos enfrentam as mais diversas dificuldades: imensas filas, locais de votação de difícil acesso, atendimento eleitoral inadequado, intempéries, dentre outros obstáculos.

Com a realização de eleições no Brasil a cada dois anos, o sofrimento deles tornou-se constante.

Em virtude das referidas dificuldades, muitos indivíduos daquele importantíssimo segmento social preferem justificar a ausência aos locais de votação e, até mesmo, sujeitar-se ao pagamento da multa de R\$3,50 (três reais e cinquenta centavos), pela não justificativa de seu voto.

Tal prática em nada contribui para o aprimoramento eleitoral brasileiro.

Impõe-se ao Estado brasileiro a obrigação de oferecer melhores condições às pessoas idosas, deficientes e portadoras de necessidades especiais para que possam exercer sua cidadania com um pouco mais de conforto e reduzir os casos de ausência ao pleito eleitoral.

Em outro diapasão, segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, neste ano, a população brasileira atingiu a marca de 189,6 milhões de habitantes, sendo que 24 milhões de brasileiros possuem algum tipo de deficiência.

Cerca de 16,5 milhões possuem deficiência visual, 8 milhões possuem deficiências de locomoção, 5,5 milhões possuem deficiência auditiva, e quase 3 milhões possuem alguma deficiência mental.

Os idosos (maiores de sessenta anos de idade) representam 14,6% de pessoas, ou seja, 27,6 milhões de brasileiros.

Assim, os idosos e deficientes representariam, no Brasil, atualmente, cerca de 52 milhões de pessoas.

Nesse sentido, a presente proposição, que objetiva alterar o § 6º-A, do art. 135 da Lei nº 4.737, de 15-7-1965 (Código Eleitoral), em muito facilitaria o exercício do direito ao voto dos eleitores idosos, deficientes ou portadores de necessidades especiais, pois obrigaria aos Tribunais Regionais Eleitorais dos estados brasileiros à instalação de sala especial de votação, em cada local de votação, para referidas pessoas.

Ante o exposto, solicito aos ilustres pares do Congresso Nacional, votem favoravelmente ao presente projeto, pois alcança mais de 52 milhões de cidadãos brasileiros, que merecem a referida proteção.

Sala das Sessões, 14 de outubro de 2008. – Senador **Romeu Tuma**, PTB-SP.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 4.737, DE 15 DE JULHO DE 1965

Institui o Código Eleitoral.

O Presidente da República, faço saber que sanciono a seguinte Lei, aprovada pelo Congresso Nacional, nos termos do art. 4º, **caput**, do Ato Institucional, de 9 de abril de 1964.

PARTE PRIMEIRA

INTRODUÇÃO

Art. 1º Este Código contém normas destinadas a assegurar a organização e o exercício de direitos políticos, precipuamente os de votar e ser votado.

Parágrafo único. O Tribunal Superior Eleitoral expedirá instruções para sua fiel execução.

TÍTULO IV

Da Votação

CAPÍTULO I

Dos Lugares da Votação

Art. 135. Funcionarão as mesas receptoras, nos lugares designados pelos juizes eleitorais, 60 (sessenta) dias antes da eleição, publicando-se a designação.

§ 1º A publicação deverá conter a seção, com a numeração ordinal e local em que deverá funcionar, com a indicação da rua, número e qualquer outro elemento que facilite a localização pelo eleitor.

§ 2º Dar-se-á preferência aos edifícios públicos, recorrendo-se aos particulares se faltarem aqueles em número e condições adequadas.

§ 3º A propriedade particular será obrigatória e gratuitamente cedida para esse fim.

§ 4º É expressamente vedado uso de propriedade pertencente a candidato, membro do diretório de partido, delegado de partido ou autoridade policial, bem como dos respectivos cônjuges e parentes, consanguíneos ou afins, até o 2º grau, inclusive.

§ 5º Não poderão ser localizadas seções eleitorais em fazenda, sítio ou qualquer propriedade rural privada, mesmo existindo no local, prédio público, incorrendo o juiz nas penas do art. 312, em caso de infringência. (Redação dada pela Lei nº 4.961, de 4-5-1966)

§ 6º Os Tribunais Regionais, nas capitais, e os juizes eleitorais, nas demais zonas, farão ampla divulgação da localização das seções.

§ 6ºA Os Tribunais Regionais Eleitorais deverão, a cada eleição, expedir instruções aos juizes eleitorais, para orientá-los na escolha dos locais de votação de mais fácil acesso para o eleitor deficiente físico. (Incluído pela Lei nº 10.226, de 15 de maio de 2001)

§ 6ºB (VETADO) (Incluído pela Lei nº 10.226, de 15 de maio de 2001)

§ 7º Da designação dos lugares de votação poderá qualquer partido reclamar ao juiz eleitoral, dentro de três dias, a contar da publicação, devendo a decisão ser proferida dentro de quarenta e oito horas. (Incluído pela Lei nº 4.961, de 4-5-1966)

§ 8º Da decisão do juiz eleitoral, caberá recurso para o tribunal regional, interposto dentro de três dias, devendo no mesmo prazo, ser resolvido. (Incluído pela Lei nº 4.961, de 4-5-1966)

§ 9º Esgotados os prazos referidos nos §§ 7º e 8º deste artigo, não mais poderá ser alegada, no processo eleitoral, a proibição contida em seu § 5º (Incluído pela Lei nº 6.336, de 10-6-1976)

Art. 136. Deverão ser instaladas seções nas vilas e povoados, assim como nos estabelecimentos de internação coletiva, inclusive para cegos e nos leprosários onde haja, pelo menos, 50 (cinquenta) eleitores.

Parágrafo único. A mesa receptora designada para qualquer dos estabelecimentos de internação coletiva, deverá funcionar em local indicado pelo respectivo diretório, mesmo critério será adotado para os estabelecimentos especializados para proteção dos cegos.

Art. 137. Até 10 (dez) dias antes da eleição, pelo menos, comunicarão os juizes eleitorais aos chefes das repartições públicas e aos proprietários, arrendatários ou administradores das propriedades particulares, a resolução de que serão os respectivos edifícios, ou parte deles, utilizados para pronunciamento das mesas receptoras.

Art. 138. No local destinado à votação, a mesa ficará em recinto separado do público; ao lado haverá uma cabina indevassável, onde os eleitores, à medida que comparecerem, possam assinalar a sua preferência na cédula.

Parágrafo único. O juiz eleitoral providenciará para que nos edifícios escolhidos, sejam feitas as necessárias adaptações.

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 384, DE 2008

Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais e creditícios às pessoas jurídicas que adquirirem livros técnicos-profissionalizantes relacionados ao respectivo objeto social da empresa e os distribuírem, gratuitamente, ao seu corpo funcional e à comunidade onde a empresa está localizada.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais e creditícios às pessoas jurídicas que adquirirem livros técnicos-profissionalizantes diretamente relacionados ao objeto social da empresa para distribuição gratuita entre o seu corpo funcional ou junto à comunidade onde está sediada, com o escopo

de melhorar a qualificação de seus profissionais e das pessoas daquela comunidade.

Parágrafo único. Para os fins específicos desta lei, considerar-se-ão livros técnicos-profissionalizantes os classificados no *ISBN – International Standart Book Number* – na faixa dos códigos 600 ao 690.

Art. 2º A pessoa jurídica, tributada pelo imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza, poderá deduzir até o máximo de 20% (vinte por cento) do imposto de renda devido, do valor total dos gastos com as doações de livros técnicos-profissionalizantes, na forma de regulamentação específica.

Parágrafo único. O Poder Executivo Federal regulamentará esta lei, no prazo de 60 (sessenta) dias a partir da promulgação.

Art. 3º O Poder Executivo Federal estimará o montante da renúncia fiscal decorrente do disposto nesta lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do artigo 165 da Constituição Federal, o qual acompanhará o projeto de lei orçamentária, cuja apresentação se der após decorridos 60 (sessenta) dias da publicação desta, bem como incluirá a renúncia mencionada nas propostas orçamentárias dos exercícios seguintes, em atendimento ao disposto nos artigos 5º, II, 12 e 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Parágrafo único. As isenções fiscais de que tratam este projeto de lei só terão efeitos no exercício financeiro imediatamente posterior àquele em que for implementado o disposto neste artigo.

Art. 4º Esta lei entra em vigor no primeiro dia do exercício financeiro subsequente ao de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Com o advento da economia de mercado, onde os bens e serviços passaram a ser produzidos e oferecidos em grande escala a um número cada vez maior de consumidores, tornou-se necessário a formação técnica-profissional imediata de mão-de-obra especializada para suprir a necessidades das empresas.

A globalização da economia acentuou ainda mais essa necessidade, requerendo a formação imediata de técnicos e profissionais especializados de nível médio.

No Brasil, atualmente, o ensino técnico-profissionalizante, no âmbito público, está restrito a alguns Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), que ministram cursos profissionalizantes específicos, do ensino médio, em poucas áreas agrícolas e industriais, pois foram transformados em centros de ensino superior.

Também as entidades integrantes do denominado “Sistema S”, quais sejam: SESI, SENAI, SESC, SENAC, SEST, SENAT, SENAR, SESCOOP e SEBRAE, oferecem um grande número de cursos, nas mais diversas áreas profissionalizantes, no entanto, muitos desses cursos são pagos e o número de vaga é bastante limitado, de modo que a população trabalhadora que deseja desenvolver uma profissão-habilidade continua desassistida.

O presente projeto de lei objetiva fornecer às pessoas jurídicas instrumentos para participar da qualificação de seus funcionários e da comunidade de uma maneira geral, por intermédio de cursos profissionalizantes e doação de literatura específica sobre a matéria.

A concessão por parte do poder público federal de incentivo fiscal e crédito às pessoas jurídicas para que promovam a doação de literatura específica, de acordo com a atividade fim dela, deve melhorar a qualificação profissional da mão-de-obra de que ela necessita, desenvolvendo o mercado de trabalho local, com melhoria de renda, aumento da produção e da qualidade dos produtos ofertados, com reflexo no desenvolvimento das empresas de nosso país, razões pelas quais apresento à superior apreciação de meus ilustres e eminentes pares do Congresso Nacional a presente proposição.

Sala das Sessões, 14 de outubro de 2008. – Senador **Romeu Tuma**, PTB-SP.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Seção II

Dos Orçamentos

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

- I – o plano plurianual;
- II – as diretrizes orçamentárias;
- III – os orçamentos anuais.

§ 1º A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

§ 2º A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na

legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

§ 3º O Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

§ 4º Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional.

§ 5º A lei orçamentária anual compreenderá:

I – o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II – o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III – o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

§ 6º O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

Art. 5º O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta lei complementar:

I – conterá, em anexo, demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes do documento de que trata o § 1º do art 4º;

II – será acompanhado do documento a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, bem como das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado;

Art. 12. As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção

para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I – demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II – estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no **caput**, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o **caput** deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica:

I – às alterações das alíquotas dos impostos previstos nos incisos I, II, IV e V do art. 153 da Constituição, na forma do seu § 1º;

II – ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

.....
(*Às Comissões de Educação, Cultura e Esporte, e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.*)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 385, DE 2008

Altera a Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999, que dispõe sobre a compensação financeira entre o regime geral de previdência social e os regimes de previdência dos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos casos de contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadoria, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O **caput** do art. 5º da Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999, passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 5º Os regimes instituidores apresentarão aos regimes de origem os dados relativos aos benefícios em manutenção na data da entrada em vigor desta lei, concedidos a partir da promulgação da Constituição Federal. (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999, disciplina a compensação financeira entre o regime geral de previdência social e os regimes de previdência dos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos casos de contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadoria.

O art. 5º da mencionada lei determinou que os regimes instituidores deveriam apresentar aos regimes de origem os dados relativos aos benefícios em manutenção, concedidos a partir da promulgação da Carta Magna, no prazo de até dezoito meses da data de entrada em vigor da lei.

Ocorre que a complexidade da organização dos regimes previdenciários ainda exige uma grande mobilização dos Municípios. Há, ainda, dificuldades operacionais no âmbito do Ministério da Previdência Social para processar os numerosos pedidos recebidos. O trâmite para se estabelecer convênios de compensação ainda é muito lento. O volume de documentos a serem avaliados é elevado, além do que é grande a dificuldade na obtenção segura dos dados laborais dos segurados e da homologação dos benefícios pelos Tribunais e Conselhos de Contas Estaduais e Municipais.

O prazo concedido pela mencionada lei mostrou-se muito exíguo, especialmente aos pequenos Municípios. Novo prazo foi concedido pelo art. 12 da Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003. Entretanto, pelas mesmas razões expostas, fez-se necessária uma nova prorrogação desse prazo. Esta veio estabelecida pela Lei nº 11.531, de 24 de outubro de 2007, estipulando para maio de 2010 os dados relativos aos benefícios em manutenção em 5 de maio de 1999.

No entanto, como se pode perceber, essa dilatação do prazo não será suficiente para sanar os problemas pertinentes ao processo de compensação. Muito provavelmente serão necessárias novas prorrogações. Trata-se de uma causa que extrapola os mandatos de prefeitos, muitas vezes exigindo soluções de conti-

nuidade o que, na maioria dos casos, é algo de difícil equacionamento.

Por essas razões, entendemos que não se deve estabelecer um prazo para o recebimento do estoque de compensação, conforme dispõe a proposição que submetemos à deliberação do Congresso Nacional.

Sala das Sessões, 14 de outubro de 2008. – Senador **Antonio Carlos Valadares**, PSB/SE.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.796, DE 5 DE MAIO DE 1999

Dispõe sobre a compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes de previdência dos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos casos de contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadoria, e dá outras providências.

Art. 1º A compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes próprios de previdência social dos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na hipótese de contagem recíproca de tempos de contribuição, obedecerá às disposições desta lei.

Art. 5º Os regimes instituidores apresentarão aos regimes de origem, no prazo máximo de trinta e seis meses a contar da data da entrada em vigor desta lei, os dados relativos aos benefícios em manutenção nessa data, concedidos a partir da promulgação da Constituição Federal. (Incluído pela Medida Provisória nº 2187-13, de 2001)

Parágrafo único. A compensação financeira em atraso relativa aos benefícios de que trata este artigo será calculada multiplicando-se a renda mensal obtida para o último mês, de acordo com o procedimento determinado nos arts. 3º e 4º, pelo número de meses em que o benefício foi pago até então.

LEI Nº 10.666, DE 8 DE MAIO DE 2003

Dispõe sobre a concessão da aposentadoria especial ao cooperado de cooperativa de trabalho ou de produção e dá outras providências.

Art. 1º As disposições legais sobre aposentadoria especial do segurado filiado ao Regime Geral de Previdência Social aplicam-se, também, ao cooperado filiado à cooperativa de trabalho e de produção que tra-

balha sujeito a condições especiais que prejudiquem a sua saúde ou a sua integridade física.

(...)

Art. 12. Para fins de compensação financeira entre o regime geral de previdência social e os regimes próprios de previdência social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, os regimes instituidores apresentarão aos regimes de origem, até o mês de maio de 2010, os dados relativos aos benefícios em manutenção em 5 de maio de 1999 concedidos a partir de 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal. (Redação dada pela Lei nº 11.531, de 2007).

LEI Nº 11.531, DE 24 DE OUTUBRO DE 2007

Altera o art. 12 da Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003, tratando do prazo para apresentação de dados para fins de compensação financeira entre o regime geral de previdência social e os regimes próprios de previdência social, e o art. 4º da Lei nº 11.354, de 19 de outubro de 2006; e prorroga o prazo a que se refere o art. 33 da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007.

Art. 1º O art. 12 da Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12. Para fins de compensação financeira entre o regime geral de previdência social e os regimes próprios de previdência social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, os regimes instituidores apresentarão aos regimes de origem, até o mês de maio de 2010, os dados relativos aos benefícios em manutenção em 5 de maio de 1999 concedidos a partir de 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal.” (NR)

(*Às Comissões de Assuntos Econômicos e à de Assuntos Sociais, cabendo à última a decisão terminativa.*)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Sobre a mesa, projeto de resolução que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 55, DE 2008

Altera a redação dos arts. 122 e 355 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), para determinar a divulgação, nos avulsos da Ordem do Dia, de propostas de emenda à Constituição apresentada ao Senado.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O art. 122 do Regimento Interno do Senado Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 122.
.....

§ 2º Nos avulsos da Ordem do Dia será divulgada a existência de proposições em fase de recebimento de emendas, com a indicação da comissão que deverá recebê-las, do prazo e do número de dias transcorridos. (NR)”

Art. 2º O art. 355 do Regimento Interno do Senado Federal passa a vigorar acrescido de parágrafo único, com a seguinte redação:

“Art. 355.

Parágrafo único. Nos avulsos da Ordem do Dia serão divulgadas, durante cinco dias úteis após a sua apresentação, as propostas de emenda à Constituição, com a indicação do número de dias transcorridos. (NR)”

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Ao determinar que seja consignada, nos avulsos da Ordem do Dia, a existência de projetos em fase de recebimento de emendas, com a indicação da comissão que deverá recebê-las, do prazo e do número de dias transcorridos, o § 2º do art. 122 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) permite aos Senadores o conhecimento das proposições, para eventual apresentação de emendas. Mediante alteração do § 2º do art. 122 e de acréscimo de parágrafo único ao art. 355 propõe-se que essa informação também se aplique às Propostas de Emendas à Constituição.

A medida permitirá um melhor conhecimento e acompanhamento da matéria não só pelos membros da CCJ, comissão que examina esse tipo de proposição, como por outros senadores, pois em razão do rito especial de tramitação da PEC, os demais senadores, não membros da CCJ, só podem apresentar emendas quando ela vai para o Plenário, e muitas vezes não as apresentam por não terem tomado conhecimento da matéria com a antecedência necessária para a realização de um estudo mais aprofundado. De igual modo, a

divulgação na forma sugerida por este projeto permitirá outras formas de atuação parlamentar, quer seja debatendo sobre o tema no Plenário do Senado, ou ainda, por exemplo, requerendo tramitação conjunta com outras proposições que tratem sobre o mesmo tema.

Estamos propondo ainda que essa divulgação, no caso de PEC, seja efetuada durante cinco dias úteis após a apresentação da matéria, e não de sua publicação, em razão de atrasos que se verificam nas edições do **Diário do Senado**.

Finalmente, com o apoio das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores para sua aprovação, tal medida certamente virá contribuir para o aperfeiçoamento dos procedimentos Legislativos nesta Casa.

Sala das Sessões, 14 de outubro de 2008. – Senador **Expedito Júnior**.

LEGISLAÇÃO CITADA

REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

.....
Art. 122. Perante as comissões, poderão apresentar emendas:

I – qualquer de seus membros, em todos os casos;

II – qualquer Senador:

a) aos projetos de código;

b) aos projetos de iniciativa do Presidente da República com tramitação urgente (Const., art. 64, § 1º);

c) aos projetos referidos no art. 91.

§ 1º No caso do inciso II, o prazo para a apresentação de emenda contar-se-á a partir da publicação da matéria no **Diário do Senado Federal** sendo de vinte dias úteis para os projetos de Código e de cinco dias úteis para os demais projetos.

§ 2º Nos avulsos da Ordem do Dia consignar-se-á a existência de projetos em fase de recebimento de emendas, com a indicação da comissão que deverá recebê-las, do prazo e do número de dias transcorridos. (NR)

.....
Art. 355. A proposta será lida no Período do Expediente e publicada no **Diário do Senado Federal** e em avulsos, para distribuição aos Senadores. (NR)

.....
O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – A Presidência comunica ao Plenário a abertura de prazo de cinco dias úteis, perante a Mesa, para recebimento de emendas ao **Projeto de Resolução nº 55, de 2008**, lido anteriormente, nos termos do art. 235, II, a, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT)

– A Presidência lembra às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que o Senado Federal está convocado para uma sessão especial a realizar-se amanhã, às 11 horas, destinada a homenagear conjuntamente o Dia da Criança e o Dia do Professor, nos termos dos Requerimentos n^{os} 153, 246 e 1.142, de 2008, do Senador Cristovam Buarque e outros Srs. Senadores.

Lembra, ainda, que usarão da palavra os Líderes ou quem S. Ex^{as} indicarem.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – A Presidência recebeu, do Gabinete do Senador Sérgio Zambiasi, o **Ofício n^o 624/2008**, encaminhando manifestações dos Estados do Rio Grande do Sul e da Bahia, em apoio à **Proposta de Emenda à Constituição n^o 13, de 2003**.

O expediente, juntado ao processado da referida matéria, retorna à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Sobre a mesa, parecer que será lido pelo Sr. 1^o Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

PARECER N^o 1.045, DE 2008

(Comissão Diretora)

Redação do vencido, para o segundo turno, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado n^o 142, de 2005.

A Comissão Diretora apresenta a redação do vencido, para o segundo turno, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado n^o 142, de 2005, que “altera a redação do art. 126, da Lei n^o 9.503, de 23 de setembro de 1997, renumera e altera o seu parágrafo único, passando-o para § 1^o e acrescenta os §§ 2^o, 3^o, 4^o, 5^o, 6^o, 7^o, 8^o e 9^o, instituindo ainda, os artigos 126-A e 126-B”.

Sala de Reuniões da Comissão, 14 de outubro de 2008.

Handwritten signatures of the members of the Commission Directorship, including Jayme Campos (President) and Romeu Tuma (Secretary).

ANEXO AO PARECER N^o 1.045, DE 2008

Redação do vencido, para o segundo turno, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado n^o 142, de 2005. Altera a redação do art. 126, da Lei n^o 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para alterar procedimentos relativos à baixa veicular.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1^o O art. 126 da Lei n^o 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 126. O proprietário de veículo irrecuperável deverá requerer a baixa do registro, no prazo de 60 (sessenta) dias e na forma estabelecida pelo Contran, sendo vedada a remontagem de veículo sobre o mesmo chassi, de forma a manter o registro anterior.

§ 1^o A obrigação de que trata este artigo é da companhia seguradora ou do adquirente do veículo destinado à desmontagem, quando estes sucederem o proprietário, em caráter definitivo.

§ 2^o O Contran definirá os procedimentos para declaração de irrecuperabilidade veicular, inclusive nos casos decorrentes de desgaste natural.

§ 3^o A baixa do veículo deverá ocorrer independentemente do pagamento de impostos, taxas e multas, que serão lançados de acordo com a ocorrência do fato gerador, observados os dados cadastrais pertinentes ao contribuinte.

§ 4^o Estando o veículo pendente de licenciamento por período de pelo menos 5 (cinco) anos, a baixa do registro do veículo poderá ocorrer por iniciativa do órgão executivo de trânsito, assegurado ao proprietário o prazo de 60 (sessenta) dias, contado da notificação, para a regularização do veículo.” (NR)

Art. 2^o Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT)

– O parecer que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício da Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo que será lido pelo Sr. 1^o Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

OF. N° 031/2008-CDR/Presidência

Brasília, 13 de outubro de 2008

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, para os efeitos do art. 118, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, que está prorrogado o prazo para manifestação desta Comissão sobre o Projeto de Lei da Câmara n° 119, de 2006, que “institui, na forma do art. 43 da Constituição Federal, a Superintendência do Desenvolvimento Sustentável do Centro-Oeste – SUDECO, estabelece sua composição, natureza jurídica, objetivos, área de competência e instrumentos de ação”.

Respeitosamente, – Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT)

– O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 15:

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO N° 57, DE 2001 (*Inversão da pauta com aquiescência do Plenário*)

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado n° 57, de 2001 (n° 5.270/2001, naquela Casa), que altera o art. 36 do Decreto-lei n° 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências.

Pareceres sob n°s. 1.345 e 1.346, de 2007, das Comissões

– de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador João Durval, favorável com as adequações redacionais propostas, e

– do Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator *ad hoc*: Senador Renato Casagrande, favorável.

A matéria constou da Ordem do Dia da última sessão deliberativa ordinária, quando teve sua apreensão transferida para hoje.

Discussão do substitutivo, em turno único.

Para discutir, concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PDSB – PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Este projeto é de minha autoria e procura estimular a piscicultura, que é uma atividade econômica geradora de emprego, de renda e de receita pública, neste caso especialmente, com aproveitamento das represas que dão origem à construção de hidrelétricas em nosso País.

O projeto tem por objetivo a preservação da espécie e, especialmente, o aproveitamento para alimentação.

Em nome da economia processual, para que possamos deliberar sobre todas as matérias, e como há consenso sobre este projeto, eu apenas agradeço à Presidência do Senado Federal, que incluiu na pauta no dia de hoje o projeto, e a todos os colegas Senadores pela aprovação do projeto, esperando que a Câmara dos Deputados faça o mesmo e rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Obrigado, Senador Alvaro Dias.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

A Presidência esclarece que, nos termos do art. 287 do Regimento Interno, substitutivo da Câmara ao projeto do Senado será considerado série de emendas e votado, separadamente, por artigos, parágrafos, incisos, alíneas e itens, em correspondência aos do projeto emendado, salvo aprovação de requerimento para votação em globo ou por grupos de dispositivos.

Nesse sentido foi encaminhado requerimento, que será lido pelo Sr. 1º Secretário, em exercício, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 1.218, DE 2008

Requeiro, nos termos do art. 287 do Regimento Interno do Senado Federal, votação, em globo, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado n° 57, de 2001 (n° 5.270/2001, naquela Casa), que altera o art. 36 do Decreto-Lei n° 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências.

Sala das Sessões, 14 de outubro de 2008. – Senador **Alvaro Dias**.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Votação do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado n° 57, de 2001, com as adequações redacionais propostas.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora, para a redação final.

O Sr. Jayme Campos deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Agradeço a aprovação do projeto e, como a Câmara já o apreciou, ele irá à sanção do Presidente da República.

Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final da matéria, que será lido pelo Sr. 1º Secretário, em exercício, Senador Romeu Tuma.

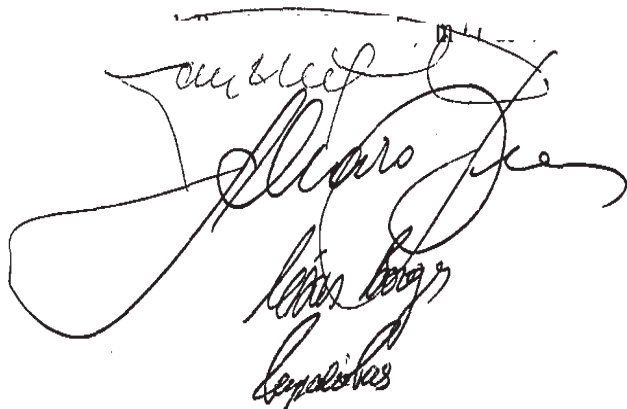
É lido o seguinte:

PARECER Nº 1.046, DE 2008
(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2001 (nº 5.270, de 2001, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2001 (nº 5.270, de 2001, na Câmara dos Deputados), que altera o art. 36 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências, consolidando as adequações redacionais aprovadas pelo Plenário.

Sala de Reuniões da Comissão, 14 de outubro de 2008.



ANEXO AO PARECER Nº 1.046, DE 2008

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2001 (nº 5.270, de 2001, na Câmara dos Deputados).

Altera o art. 36 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, para responsabilizar os proprietários ou concessionários de represas pelo fomento à aqüicultura e ao peixamento do reservatório, com a finalidade de elevar a população da respectiva ictiofauna.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 36 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, renumerando-se o atual parágrafo único para § 1º:

“Art. 36.

§ 2º Constituem responsabilidade dos proprietários ou concessionários de represas, de acordo com determinações do órgão competente, em suas áreas de atuação:

I – o fomento à aqüicultura;

II – o peixamento do reservatório, com a finalidade de elevar a população da respectiva ictiofauna.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, em exercício, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.219, DE 2008

Dispensa de publicação de redação final.

Nos termos do art. 321 do Regimento Interno, requero a dispensa de publicação do Parecer, para imediata discussão e votação da redação final do Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2001 (nº 5.270/2001, na Câmara dos Deputados), que altera o art. 36 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências.

Sala das Sessões, 14 de outubro de 2008. – Senador **Alvaro Dias**.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Votação do requerimento de dispensa de publicação da redação final, para imediata discussão e votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em discussão a redação final.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à sanção.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– **Item 19:**

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 2005
(*Inversão da pauta com aquiescência do Plenário.*)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), *que dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas.*

Pareceres sob nºs 603 e 604, de 2007, das Comissões:

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Magno Malta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, de redação, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, nos termos da Emenda nº 3-CAS (Substitutivo), que oferece.

A matéria constou da Ordem do Dia da última sessão deliberativa ordinária, quando teve sua apreciação transferida para hoje.

Não foram oferecidas emendas à matéria perante a Mesa.

Discussão do projeto e das emendas, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Votação da Emenda nº 3, da CAS, Substitutivo, que tem preferência regimental.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada a Emenda nº 3, Substitutivo, ficam prejudicados o projeto e as Emendas nºs 1 e 2 da Comissão de Constituição e Justiça.

A matéria vai à Comissão Diretora a fim de ser redigido o vencido para turno suplementar.

É o seguinte o substitutivo aprovado:

EMENDA Nº 3 – CAS (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 2005

Institui a Campanha Nacional de Prevenção da Exposição Indevida ao Sol.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituída a Campanha Nacional de Prevenção da Exposição Indevida ao Sol, com os seguintes objetivos:

I – conscientizar o cidadão sobre os riscos e as conseqüências da exposição indevida ao sol;

II – implementar as medidas necessárias para facilitar ou possibilitar o acesso do cidadão ao protetor, bloqueador ou filtro solar.

§ 1º Para fins do disposto no inciso I do **caput**:

I – o Poder Público veiculará, anualmente, nos meios de comunicação, campanha específica durante o período de férias escolares;

II – os fabricantes aporão advertência nas embalagens ou etiquetas de produtos associados à exposição ao sol e na publicidade desses produtos.

§ 2º Para fins do disposto no inciso II do **caput**:

I – por meio de leis específicas para essa finalidade, o Poder Público reduzirá as alíquotas dos tributos que incidem sobre o protetor, o bloqueador e o filtro solar ou isentará os produtos desses tributos;

II – o protetor, bloqueador ou filtro solar integrará o equipamento de proteção individual do trabalhador exposto ao sol, por força de suas atribuições;

III – o protetor, bloqueador ou filtro solar será fornecido, sem ônus, ao portador, usuário do Sistema Unico de Saúde, de doença causada ou agravada pela exposição ao sol.

§ 3º O regulamento estabelecerá os requisitos e as condições para a implementação do disposto nos §§ 1º e 2º.

Art. 2º Esta lei entra em vigor cento e oitenta dias após a data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– **Item 20:**

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005
(*Inversão da pauta com aquiescência do Plenário.*)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), *que modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).*

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

A matéria constou da Ordem do Dia da última sessão deliberativa ordinária, quando teve sua apreciação transferida para hoje.

Não foram oferecidas emendas à matéria perante a Mesa.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.220, DE 2008

Adiamento da discussão para determinado dia.

Nos termos do art. 279, inciso III, do Regimento Interno, requeiro adiamento da discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 118/2005, por 30 dias.

Sala das Sessões, 7 de setembro de 2008. – Senador **Gim Argello**

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Em votação o requerimento de adiamento da discussão da matéria por trinta dias.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria retornará à Ordem do Dia na data aprazada.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – **Item 26:**

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2006

(Inversão da pauta com aquiescência do Plenário.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), *que dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários.*

Parecer favorável, sob nº 926, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Paulo Paim.

A matéria constou da Ordem do Dia da última sessão deliberativa ordinária, quando teve sua apreciação transferida para hoje.

Não foram oferecidas emendas à matéria perante a Mesa.

Discussão do projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2006

(Nº 4.505/2004, na Casa de origem)

Dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica estabelecido nacionalmente, em reconhecimento à categoria profissional, que o dia 26 de outubro será o Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – **Item 27:**

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, DE 2006

(Inversão da pauta com aquiescência do Plenário.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), *que acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos).*

Parecer favorável, sob nº 1.163, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira.

A matéria constou da Ordem do Dia da última sessão deliberativa ordinária, quando teve sua apreciação transferida para hoje.

Não foram oferecidas emendas à matéria perante a Mesa.

Discussão do projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, DE 2006

(Nº 6.248/2005, na Casa de origem)

Acrescenta § 3º-C ao art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei acrescenta § 3º-C ao art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para obrigar os cartórios de registros públicos a fixarem, em locais de fácil leitura e acesso ao público, quadros contendo os valores atualizados das custas e emolumentos.

Art. 2º O art.30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passa a vigor acrescido do seguinte § 3º-C:

“Art. 30.
.....

§ 3º-C. Os cartórios de registros públicos deverão afixar, em local de grande visibilidade, que permite fácil leitura e acesso ao público, quadros contendo tabelas atualizadas das custas e emolumentos, além de informações claras sobre a gratuidade prevista no **caput** deste artigo.” (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– **Item extrapauta:**

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 84, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 84, de 2006 (nº 4.801/2001, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, *que dispõe sobre a aplicação das regras de origem previstas no Acordo sobre Regras de Origem do GATT 1994 e dá outras providências.*

Parecer favorável, sob nº 627, de 2007 da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Garibaldi Alves Filho.

Ao projeto não foram oferecidas emendas perante a Mesa.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.221, DE 2008

Requerimento de adiamento da discussão com reexame de Comissão.

Requeiro, nos termos do art. 279, inc. II do Regimento Interno do Senado Federal, o reexame do Projeto de Lei da Câmara nº 84, de 2006 pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em vista da necessidade superveniente de alteração e correção de engano.

Justificação

A proposição acima relacionada, que “dispõe sobre a aplicação das regras de origem previstas no Acordo sobre Regras de Origem do GATT 1994 e dá outras providências”, foi apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, com parecer favorável prolatado pelo Senador Garibaldi Alves Filho.

Ocorre que se constatou, supervenientemente e em razão de alteração da estrutura administrativa do Estado brasileiro e da harmonização dessas regras diante de outros tratados, a necessidade de correção da proposição com vistas a desburocratizar o processo de importação por meio da alteração do órgão encarregado de certificação da origem.

Assim, é imperioso o reexame da proposição pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para um efetivo aperfeiçoamento da matéria.

Sala das Sessões, 14 de outubro de 2008. – Senador **Antonio Carlos Valadares**, PSB/SE.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Votação do requerimento de adiamento da discussão para reexame da matéria pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria retorna à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para reexame.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – **Item extrapauta:**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução, nº 1, de 2004. Autoria: Senadora Serys Slhessarenko, *que dá o nome de Arquivo Cora Coralina ao Arquivo do Senado Federal.*

Pareceres favoráveis sob nºs 107 e 108, de 2008, das Comissões de Educação, Cultura e Esporte. Relator: Senador Maguito Vilela, e Comissão Diretora. Relator: Senador Efraim Morais.

Discussão do projeto, em turno único. (Pausa.) Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Votação do projeto.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final ao Projeto de Resolução nº 1, de 2004, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 1.047, DE 2008

(Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Resolução nº 1, de 2004.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 1, de 2004, que “dá o nome de Arquivo Cora Coralina, ao Arquivo do Senado Federal”.

Sala de Reuniões da Comissão, 14 de outubro de 2008.

ANEXO AO PARECER Nº 1.047, DE 2008

Redação final do Projeto de Resolução nº 1, de 2004.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº , DE 2008

Dá o nome de “Arquivo Cora Coralina”, ao Arquivo do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º Passa a ser denominado “Arquivo Cora Coralina”, o Arquivo do Senado Federal.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.222, DE 2008

Dispensa de publicação de redação final.

Nos termos do art. 321 do Regimento Interno, requerio a dispensa de publicação do Parecer, para imediata discussão e votação da redação final do Projeto de Resolução nº 1, de 2004, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que dá o nome de Arquivo Cora Coralina ao Arquivo do Senado Federal.

Sala das Sessões, 14 de outubro de 2008. – Senador **Romeu Tuma**.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Votação do requerimento de dispensa de publicação da redação final para imediata discussão e votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação a redação final.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Votação, em globo, dos **Requerimentos nºs 1.157, 1.162 e 1.184, de 2008**, de tramitação conjunta.

Não havendo objeção, a votação será em globo.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

A Secretaria de Ata individualizará as tramitações das proposições.

São os seguintes os itens individualizados:

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO Nº 1.157, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.157, de 2008, do Senador Delcídio Amaral, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 25, de 2005, e*

*207, de 2006, por regularem a mesma matéria.
(Trabalho escravo)*

As matérias passam a tramitar em conjunto e vão ao exame das Comissões de Assuntos Sociais, de Direitos Humanos e Legislação Participativa, de Agricultura e Reforma Agrária e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO Nº 1.162, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.162, de 2008, do Senador Expedito Júnior, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 49 e 140, de 2008, por regularem a mesma matéria. (Estende direito à pensão por morte aos filhos e dependentes até os 24 anos, quando estudantes)*

As matérias passam a tramitar em conjunto e vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, nos termos do art. 49, I do Regimento Interno, à Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO Nº 1.184, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.184, de 2008, do Senador Marco Maciel, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 9, 38 e 61, de 2004, 40 e 253, de 2006, 45, 112, 223 e 739, de 2007, por regularem a mesma matéria.*

Os Projetos passam a tramitar em conjunto e retornam ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Votação, em globo, dos **Requerimentos nºs 1.146, 1.147, 1.148, 1.152, 1.153, 1.154, 1.164, 1.172, 1.181 e 1.182, de 2008**, de audiência de outras Comissões.

Não havendo objeção, a votação será em globo.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

A Secretaria de Ata individualizará as tramitações das proposições.

São os seguintes os itens individualizados:

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO Nº 1.146, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.146, de 2008, da Senadora Ideli Salvatti, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 38, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.*

REQUERIMENTO Nº 1.147, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.147, de 2008, da Senadora Ideli Salvatti, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 38, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.*

REQUERIMENTO Nº 1.148, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.148, de 2008, da Senadora Ideli Salvatti, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 38, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infra-Estrutura.*

A matéria vai às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Econômicos, de Serviços de Infra-Estrutura e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO Nº 1.152, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.152, de 2008, do Senador Neuto de Conto, *solicitando que, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 122, de 1999, que tramita em conjunto com o de nº 233, de 2004, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária (Aproveitamento dos recursos hídricos de trechos dos rios Jurema, Teles Pires e Tapajós exclusivamente para fins de transporte fluvial).*

A matéria vai às Comissões de Agricultura e Reforma Agrária, de Constituição, Justiça e Cidadania, de Serviços de Infra-Estrutura e de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO Nº 1.153, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.153, de 2008, do Senador Tasso Jereissati, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 343, de 2004, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Desenvolvimento Regional e Turismo (Autoriza a exploração de cassinos em Hotéis da Região Amazônica e do Pantanal).*

A matéria vai à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO Nº 1.154, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.154, de 2008, do Senador Leomar Quintanilha, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 104, de 2006, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e de Fiscalização e Controle (Abertura de cadastro em banco de dados de proteção ao crédito deve ser precedida de comunicação ao cadastrado, ao fiador e ao avalista).*

A matéria vai às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e de Fiscalização e Controle, de Assuntos Econômicos e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO Nº 1.164, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.164, de 2008, do Senador Expedito Júnior, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 38, de 2006, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais. (Proteção especial às testemunhas que colaborarem com as investigações das CPI's)*

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais e, nos termos do art. 49, I do Regimento Interno, à de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO Nº 1.172, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.172, de 2008, do Senador Paulo Paim, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Direitos Humanos e Legislação Participativa. (Estabelece a obrigatoriedade de consideração dos antecedentes do agente infrator, relativos a medidas socioeducativas)*

REQUERIMENTO Nº 1.181, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.181, de 2008, do Senador Romero Jucá, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais.*

REQUERIMENTO Nº 1.182, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.182, de 2008, do Senador Romero Jucá, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Direitos Humanos e Legislação Participativa.*

Uma vez que já está instruída pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a matéria vai às Comissões de Assuntos Sociais e de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO Nº 1.158, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.158, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2006-Complementar, dos Projetos de Lei do Senado nºs 129 e 183, de 2003, 7 e 291, de 2005, para retomar sua tramitação individual. (Faculta adesão ao Simples por pessoas jurídicas que especifica)*

Esse projeto faculta a adesão ao Simples por pessoas jurídicas que especifica no projeto.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2006 – Complementar, volta a ter tramitação autônoma e retorna à Comissão de Assuntos Econômicos.

As demais matérias continuam apensadas, voltam a tramitar em caráter terminativo e vão à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, e nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Assuntos Econômicos.

Está encerrada a Ordem do Dia.

São as seguintes as matérias cuja apreciação fica transferida para a sessão deliberativa de amanhã, quarta-feira, dia 15:

1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 130, DE 2008

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição)

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375 do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 2008 (nº 3.452/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre a criação da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais, sobre a criação de cargos de Analista Técnico e de Agente Executivo da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, sobre a transformação de cargos na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, altera o Anexo I da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, para adaptar os quantitativos de cargos da ANVISA, a Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, que dispõe sobre a Carreira de Analista de Infra-Estrutura e sobre o cargo isolado de provimento efetivo de Especialista em Infra-Estrutura Sênior, e altera a Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007, para prever a fórmula de pagamento de cargo em comissão ocupado por militar, e a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003.*

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com

a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de Subemenda que apresenta.

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 5, DE 2005

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que *altera o artigo 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições.*

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 38, DE 2004

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.*

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 50, DE 2006

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.*

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que oferece.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 86, DE 2007

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal* (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, favorável parcialmente, com Subemenda, que apresenta.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 7, DE 2008

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Gim Argello, que *altera os arts 21, 22 e 48 da Constituição Federal, para transferir da União para o Distrito Federal as atribuições e organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal*.

Parecer favorável, sob nº 727, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 20, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador

José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal*.

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 18, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal*.

10

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 2001

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal*.

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 26, DE 2002

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Íris Rezende, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade*

prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.

12

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 90, DE 2003**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no art. 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.*

13

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2004**

(tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao art. 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*

14

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 (dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).*

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Morais, oferecendo a redação do vencido.

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001,

na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. (prescrição em cinco anos de ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele).*

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.*

Parecer favorável, sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.*

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura*

dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998* (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Roberto Saturnino.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943* (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).

Parecer favorável, sob nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho*.

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres-MT e a fronteira com a Venezuela*.

Parecer sob nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator *ad hoc*: Senador Mão Santa, favorável com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

28

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que *acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços*.

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e subemenda que apresenta; e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

29

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 306, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que *acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos*.

30

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.*

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

31

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.*

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

32

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que *acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.*

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos

da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

33

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2008*(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum.)*

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.*

34

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 2008*(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum.)*

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE)* (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).

35

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2008*(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum.)*

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.*

36

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum.)

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.*

37

PARECER Nº 106, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que *sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, à Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa.*

38

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, iniciativa da Senadora Kátia Abreu, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos encontra-se esgotado. (Fixação e ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade).

39

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a dispensa do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos ao Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, uma vez que o prazo naquela Comissão já se encontra esgotado. (Gestão de florestas públicas; institui

o Serviço Florestal Brasileiro na estrutura do Ministério do Meio Ambiente)

40

REQUERIMENTO Nº 1.230, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.230, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando voto de censura ao juiz Edilson Rumbelsperger Rodrigues, da 1ª Vara Criminal e de Menores de Sete Lagoas – MG, pela falta de ética e compromisso moral ao rejeitar pedidos de medidas cautelares contra homens que agrediram ou ameaçaram suas companheiras.

Parecer favorável, sob nº 618, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon.

41

REQUERIMENTO Nº 847, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 847, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de solidariedade ao Senador Eduardo Azeredo, em razão de correspondência por ele recebida, subscrita pelo Sr. Marco Aurélio Garcia, Assessor Especial de Política Externa do Presidente da República, relativa ao pronunciamento do Senador na sessão do Senado no último dia 11 de junho, sobre a mudança de opinião do Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, em relação às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc).

42

REQUERIMENTO Nº 877, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 877, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de congratulação ao governo colombiano, aos familiares e ao povo colombiano pela libertação da ex-senadora e ex-candidata presidencial Ingrid Betancourt, de

onze militares colombianos e três soldados americanos, que estavam em poder das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), e que este acontecimento seja utilizado como marco para o estabelecimento de um processo de paz e resolução pacífica do conflito armado vivenciado pelo país irmão

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Em votação os **Requerimentos nºs 1.215 e 1.217**, de 2008 de autoria, respectivamente, dos Senadores Romeu Tuma e Demóstenes Torres, lidos anteriormente.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Ficam concedidas as licenças solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Volta-se à lista dos oradores.

Como Líder, concedo a palavra ao Senador Renato Casagrande. (Pausa.)

Passamos à relação dos inscritos.

Senador Romeu Tuma, pela Liderança do PTB. Tem V. Ex^a a palavra por 20 minutos.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Presidente, assumo a tribuna primeiramente porque havia um compromisso meu com o Senador Mercadante e com o Senador Suplicy para, conjuntamente, manifestarmos-nos desta tribuna em defesa das reivindicações das autoridades policiais de São Paulo. O Senador Suplicy já o fez – inclusive agradeço a citação do meu nome em seu pronunciamento, a que assisti –, e hoje sou eu que o faço.

Há uma crise muito forte na Polícia de São Paulo e, apesar dos apelos feitos pelos Senadores, pela direção da Associação dos Delegados e de outras entidades policiais, não há manifestação clara do Governo sobre o aumento salarial e melhores condições de trabalho para as polícias paulistas.

Só queria alertar os Srs. Senadores que são membros de outros Estados, Senadora Ideli Salvatti, de que São Paulo paga o penúltimo salário, em termos de valores, para as autoridades policiais, ou seja, dos 27 Estados, São Paulo ocupa a 26^a posição e seria injusto continuar nessa situação.

Faço um apelo à bancada paulista para discutirmos aqui a reivindicação e o apelo ao Sr. Governador José Serra, que conhece profundamente a ação da área de segurança, a sua importância para São Paulo e como poderá, sem dúvida, melhorar a situação da Polícia de São Paulo.

Estava presente o Dr. Sérgio, Presidente da Associação dos Delegados de Polícia de São Paulo, e o Dr. Eduardo Jorge, Presidente da entidade nacional, que vieram juntos apelar aos demais Parlamentares para que interfiram e colaborem a fim de que o Governador discuta com eles e cheguem a um acordo, porque a greve traz graves conseqüências para a população de São Paulo.

Sabemos das dificuldades que o cidadão tem até com a segurança trabalhando por inteiro, dentro dos padrões que preenchem os pré-requisitos de defesa da sociedade. Também sabemos que o crime vem aumentando em todas as partes do País, Senador Paulo Duque. V. Ex^a é testemunha de tudo o que vem acontecendo no Rio de Janeiro, e isso não é diferente em São Paulo, não é diferente no Pará, não é diferente em Estado nenhum. De forma que volto a apelar, inclusive ao Senador Antonio Carlos Júnior, que é um companheiro de todas as horas e lutas Tenho saudades de seu pai, que defendia bravamente a área de segurança pública. Inclusive, quando ele era Governador, tive a oportunidade de estar com ele várias vezes, no seu querido Estado, a Bahia, sempre atendendo a todas as reivindicações que se fizeram necessárias para a boa instalação e o trabalho da Polícia Federal naquele Estado.

De modo que eu agradeço, Sr. Presidente, esta oportunidade.

Voltarei amanhã, mas para analisar outros fatos que estão sendo publicados na imprensa: aumento de determinados crimes, diminuição de outros, só que, até agora, a sociedade brasileira não se sente segura perante a atividade da criminalidade organizada.

Mas não poderia deixar de cumprimentar, Sr. Presidente, o Dr. Fábio, do Siga, que é da Comissão de Orçamento – Senador Suplicy, V. Ex^a que é interessado nessa área orçamentária. Ele foi me colocar a par, para me deixar feliz, que o Programa Siga foi colocado à disposição dos Estados, que, ao usá-lo, poderão cruzar dados entre Estado e União. E os Municípios também poderão receber todas as informações necessárias do Orçamento Federal e dos orçamentos estaduais e, com isso, a população, por intermédio do sistema de informatização, também poderá, sem dúvida nenhuma, colher as informações necessárias.

Como exemplo, Senador Casagrande, no Orçamento – desculpe-me, V. Ex^a não estava e eu acabei usando o seu tempo, mas já vou terminar –, se o cidadão quiser saber o dinheiro destinado para a sua secretaria no Município, ele terá a secretaria e o destino correto da verba encaminhada, ou pelo Estado ou pela União. Assim, a população saberá se há dinheiro para saneamento, para educação, para segurança,

para qualquer atividade que comporte no Orçamento. É a interligação entre os Orçamentos da União, dos Estados e dos Municípios.

Parabéns, Fábio. Espero que continue a desenvolver essa atividade no Siga, importante trabalho em defesa dos interesses da sociedade brasileira.

Muito obrigado, Sr^{as} e Srs Senadores.

Durante o discurso do Sr. Romeu Tuma, o Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Renato Casagrande, Líder do PSB.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores que nos acompanham nesta sessão, em primeiro lugar, quero dar continuidade ao debate sobre a crise econômica que está atingindo o mundo todo e fazer uma correlação dessa crise com a nossa situação aqui na América do Sul, na América Latina.

Estamos acompanhando as dificuldades que o Brasil tem enfrentado na sua relação com alguns países da América do Sul em especial. São as dificuldades com a Venezuela, as dificuldades com a Bolívia e, agora, com o Equador.

É fundamental que reconheçamos que o Brasil tem que manter a sua soberania na relação com esses países. Mas, ao mesmo tempo em que o Brasil mantém a sua soberania, defendendo os interesses econômicos das empresas brasileiras, das empresas públicas brasileiras que atuam nesses países, também deve tomar todo o cuidado para manter um diálogo com os mesmos países. O Brasil é o líder desses países na América Latina e tem de se colocar como tal. Eu sou membro do Parlatino; coordeno o Parlatino no Congresso Nacional, e o papel do Brasil, cada vez mais precisa ser de responsabilidade. O Brasil precisa assumir cada vez mais o seu papel de líder aqui da América Latina, e, para ser líder, tem de estabelecer um diálogo permanente com os demais países.

Temos que avançar politicamente. O nosso sonho, o sonho desse bloco de países é ter maturidade política e igualdade no desenvolvimento econômico para que façamos e tenhamos uma relação de compartilhamento entre nós. Acabamos de assistir, no final de semana, a uma decisão, Senador Jefferson Praia, dos 15 países da União Européia; uma decisão importante que jogou água fria na fervura da crise econômica. Se vai resolver, se vai trazer ou se vai promover o retorno

da confiança no mercado financeiro, dos investidores, ainda não sabemos. Mas com a decisão coordenada dos 15 países da União Européia, vislumbramos a possibilidade de ter de volta essa confiança no mercado financeiro e nos investimentos do nosso País.

Então, que se verifique qual é a importância, verifique o tamanho, a grandiosidade de um bloco político-econômico atuando de forma coordenada, conjunta. É lógico que a União Européia demorou muito tempo para chegar na posição a que chegou, não são todos os assuntos que consegue aglutinar. Há muitas dificuldades. Mas nós aqui na América do Sul, e mais do que na América do Sul, nós aqui na América Latina temos que continuar persistindo.

Por isso, é fundamental vencermos ainda as visões atrasadas na relação política de alguns países. E eu compreendo a situação interna de cada país, compreendo que a visão que esses países menores têm do Brasil é uma visão de um país grande, gigante tentando massacrar um país menor – na visão de quem olha de lá para cá – ou uma visão de quem tem uma política que quer submeter os demais países à sua política. Eu acho que ainda existe essa visão, a gente compreende. Talvez seja a mesma visão que, de vez em quando, a gente tem com relação aos Estados Unidos; os países nossos, o Brasil, com relação aos Estados Unidos.

Mas, mesmo que a gente tenha e compreenda essa visão, sem perder a nossa soberania, sem abrir mão dos interesses do nosso País, nós precisamos, efetivamente, desenvolver um trabalho persistente, para que a maturidade política possa estar presente na América Latina. E que esse bloco de países possa atuar de forma coordenada nos momentos importantes, atuar na área política, atuar na área econômica, para que, com isso, a gente promova também o desenvolvimento igualitário, dando as mesmas oportunidades aos irmãos e irmãs dos demais países da América Latina.

Então, a primeira reflexão que eu faço é de que uma ação coordenada conseguiu apontar uma expectativa, uma esperança de amenizar os efeitos da crise econômica que se abateu sobre o mercado financeiro.

A outra observação com relação à crise, Sr. Presidente, é a necessidade que nós estamos tendo e a visão nova que se tem ou o predomínio de uma visão, de uma tese de que é fundamental ter Estado forte. O Estado precisa ser forte para poder interferir, quando for necessário, na economia, para poder dar oportunidade às pessoas que não têm oportunidade, para atender com políticas sociais, compensatórias, caminhando na direção de uma ação que se sustente, mas

que dê condição; um Estado atuando na direção de dar oportunidade, de amenizar o sofrimento das pessoas, e um Estado forte com capacidade de interferir na economia, como nós estamos vendo agora.

Os neoliberais, neste momento, perderam muito dos seus argumentos, perderam muito da sua força, perderam muito daquilo que predominou na Inglaterra, que agora foi o país que deu início à reestatização dos bancos. Não que esse seja um caminho. Há um caminho agora. Daqui a pouco, os países podem vender as ações desses bancos.

Mas está comprovado que nós não podemos ter um Estado frágil, que a administração pública de qualquer nação deve ter a capacidade de interferir nos destinos de uma política, seja econômica, seja social, para que possamos atender os interesses coletivos.

Então, essa crise também faz com que nós possamos reafirmar a nossa convicção de que nós queremos um Estado forte – não autoritário, forte; não inchado, um Estado forte, que tenha autoridade, que tenha capacidade, que tenha poder de interferir nos destinos de uma nação. Então, é isso que desejamos e queremos.

E continuo, naturalmente, achando, Sr. Presidente, que a forma de nós atuarmos, a forma de nós agirmos numa crise como essa, além das medidas tomadas pelo Governo brasileiro, que são medidas adequadas – a disponibilidade de crédito por meio da diminuição do compulsório, o incentivo às exportações, a entrada do Banco Central vendendo dólar da reserva internacional para poder controlar o preço –, além dessas medidas todas que o Governo está tomando, eu compreendo que a única solução é essa ação coordenada.

O Brasil pode amenizar os efeitos da crise aqui no nosso País, mas o Brasil não resolve, porque a crise não está aqui dentro. Essa é uma crise de confiança internacional, que precisa, efetivamente, dessa ação coordenada. O Ministro da Fazenda, o Presidente do Banco Central, os dois estiveram nos Estados Unidos, nesse final de semana, e estão lá ainda tratando deste assunto, deste tema, e o Brasil tem que trabalhar para que essa ação coordenada possa, de fato, funcionar.

Sr. Presidente, faço, no meu horário de liderança, mais alguns registros. Primeiro, nós terminamos o primeiro turno da eleição, retornamos ao Senado. A Casa retomou seus trabalhos, semana passada, votando matérias. Temos o segundo turno agora no dia 26, e ainda há um ambiente eleitoral predominando na sociedade brasileira e na política brasileira, mas nós estamos num momento de definição de uma pauta, de uma agenda para concluirmos o ano, para concluirmos o ano, para irmos até o final do ano, até o dia 23 de dezembro, que é o período do nosso ano legislativo. Nós temos uma

pauta, nós temos uma pauta natural, normal, que é o Orçamento que está sendo discutido e que terá que ser debatido no Congresso Nacional. Nós temos medidas provisórias que estão tramitando. Temos projetos de lei em regime de urgência. Nós vamos ter ainda estes dias do mês de outubro, vamos ter novembro e vamos ter dezembro. É necessário que saibamos, com clareza, aquilo que nós desejamos votar.

O Governo está dizendo que vai votar a reforma tributária. A reforma tributária está lá na Câmara. Não sei se nós temos ambiente e consenso político para votarmos a reforma tributária. Há um debate com a Oposição sobre o fundo soberano, que eu defendo; e acho importante, independentemente da crise, você ter a capacidade de fazer, de construir uma poupança para momentos de dificuldade. É importante para o País. Então, eu defendo o fundo soberano.

Há a reforma tributária, o fundo soberano.

Nós temos uma matéria que tentamos debater, mas não conseguimos, porque é matéria da reforma política. Nós, aqui nesta Casa, temos alguns projetos tramitando que são importantes, como a Lei do Gás, que está na Comissão de Assuntos Econômicos. Temos a Lei de Licitações, que também está na Comissão de Assuntos Econômicos. Nós temos algumas matérias necessárias e fundamentais para a continuidade da reforma do Estado brasileiro.

Então, uma definição do Colégio de Líderes de uma pauta, para que a gente possa avançar em algumas matérias, eu acho que é fundamental para que a gente possa concluir o ano votando essas matérias. Além daquilo que é do dia-a-dia, além daquilo que tem uma pauta e uma agenda, como é o caso do Orçamento e das MPs, nós temos matérias necessárias e importantes para serem apreciadas.

Nós sabemos das dificuldades que nós temos na hora de discutir o Orçamento.

Discutimos outras matérias, mas devemos, Senador Mão Santa, ainda nos debruçar sobre algumas matérias. Acho necessário que votemos, por exemplo, a Lei de Licitações, uma reformulação na Lei de Licitações. A lei que nós temos hoje é uma lei do passado, uma lei que não possibilita uma agilidade maior da Administração Pública. Aquilo que estamos discutindo aqui também não resolve esse problema, mas o ameniza, promovendo alguma agilidade e mantendo o cuidado com o gasto público e com o uso da máquina pública. Mas é uma lei que dá alguns passos importantes.

Então, há algumas matérias que devíamos debater no Colégio de Líderes e, de fato, apresentar nesta Casa, para que possamos votar essas matérias.

Se não conseguirmos um consenso para uma pauta mínima, vamos ficar só no dia-a-dia, vamos dar

conta do dia-a-dia, mas não vamos avançar qualitativamente numa pauta aqui no Senado.

O Senador Garibaldi Alves assumiu a Presidência do Senado definindo uma pauta. Acho importante a gente avançar um pouco mais nessa pauta nestes próximos meses, nestes próximos dias.

A Câmara não conseguiu ainda votar, por exemplo, a regulamentação das medidas provisórias. Há um debate, a toda hora, a todo momento, com relação ao Governo, mas o Congresso Nacional não faz o seu dever de casa com relação a essa matéria.

A Câmara também tem uma outra matéria importante para ser apreciada, de iniciativa do Senador Capiberibe, que é o Projeto Transparência. Hoje, o Governo Federal publica suas despesas em tempo real, demonstrando suas despesas por meio das novas tecnologias, na rede mundial de computadores. Os Estados e os Municípios precisam fazer a mesma coisa, para que haja um controle da sociedade sobre o gasto da Administração Pública.

Então, temos matérias.

Estou repassando diversos temas que vêm a minha cabeça. Há matérias importantes a serem apreciadas, a serem votadas, e é o que desejamos para que possamos aproveitar o tempo e darmos passos adiante e sairmos do dia-a-dia. O dia-a-dia é importante, mas nós temos que qualificar o trabalho no Congresso Nacional. É por isso que eu faço essa defesa.

E faço um último registro, Sr. Presidente. Hoje, dia 14 de outubro, estamos comemorando o Dia Internacional do Acesso Livre ao Conhecimento Científico. Não obstante, o acesso à informação por parte da comunidade científica e tecnológica tem sido dificultado pelos altos custos das publicações periódicas científicas. Para se ter uma idéia real desse alto custo basta compararmos um carro de alta tecnologia como o Pontiac GC e a assinatura anual de uma revista na área de química fina. Ambos custam US\$17 mil.

Então, nós estamos comemorando hoje o dia de acesso ao conhecimento científico. Quero deixar aqui registrado a importância do conhecimento científico para que possamos desenvolver novas tecnologias, avançarmos na ciências, avançarmos na universalização do conhecimento. Então deixo aqui registrado neste dia um pronunciamento com relação a esse tema.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Jayme Campos.

Peço a compreensão dos Senadores porque, às 19 horas, teremos neste plenário uma sessão do Congresso Nacional.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT. Pronuncia o seguinte discurso.) – Procurarei ser o mais rápido possível, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves, Sr^{as} e Srs. Senadores, o pleito popular é muito mais do que um certame eleitoral; é sim uma bússola política indicando o caminho para os candidatos, os partidos e para as próprias gestões públicas. Essas eleições ainda não foram concluídas, e já podemos subtrair muitas lições delas. A principal é a de que a disputa municipal tem um formato singular e uma dinâmica própria.

Os temas debatidos neste cenário são específicos e dizem respeito aos problemas de cada localidade. Quem projeta a discussão para temas globalizados acaba frustrando seu eleitor. Quem busca apoios políticos longe da esfera programática e ideológica de cada legenda também se afasta do cidadão comum.

Portanto, não adianta a criação de arcos de aliança exóticos, formando coligações artificiais; o eleitor busca coerência e sintonia política em seus representantes.

Neste sentido, considero sensata e coerente a postura da Executiva Nacional de nossa legenda, o Democratas, orientando para coligações com o PSDB no segundo turno destas eleições. É uma composição natural que fortalece a conjugação de esforços nos dois partidos do Congresso Nacional.

Nossas teses são comuns e nossa atuação parlamentar muito próxima. Tanto o PSDB quanto o DEM fazem oposição ao governo central; os Democratas o fazem de forma institucional e construtiva. Contrapomos ao estilo de administração engendrado pelo PT e seus aliados; jamais questionamos a liderança ou a legitimidade do Presidente da República.

Assim como o PSDB, defendemos o povo brasileiro e seus valores éticos e culturais. Formamos, aqui no Congresso, uma trincheira para lutar contra a corrupção, a perfídia e o ataque ao nosso senso moral.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, portanto, é com grata satisfação que anuncio aos meus pares nesta Casa, principalmente aos meus colegas democratas e aos nossos aliados tucanos, que o diretório municipal de nossa sigla na capital mato-grossense definiu-se pelo apoio à reeleição do Prefeito Wilson Santos, PSDB, agora no segundo turno das eleições municipais.

Sinto-me gratificado porque, tanto em Mato Grosso como no restante do País, possuímos mais semelhanças do que diferenças com o Partido da Social Democracia Brasileira. Nossa união de propósitos é legítima e natural.

No primeiro turno, fechamos acordo com o Partido Progressista e levamos o nome do Deputado Es-

tadual Walter Rabello, que obteve excelente votação, mas não conseguiu chegar ao 2º turno. Candidato popular, ele sozinho enfrentou o poder econômico e a máquina pública.

Rabello optou pela neutralidade nesta nova etapa das eleições; e os democratas, que tinham a professora Ana Rita Maciel como vice-Prefeita de sua chapa, preferiram manifestar solidariedade ao Prefeito Wilson Santos, que ninguém pode desconhecer está realizando uma profícua administração na capital mato-grossense.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nos tempos atuais, de tanto controle social e tanta fiscalização, a política deixou de ser o solar dos espertos e passou a ser a casa dos homens sensatos. Vale mais a coerência que a sagacidade; vale mais a sabedoria que a astúcia; vale mais o compromisso que a malícia.

É mais difícil ser coerente do que ser hábil. É mais difícil ser honesto do que ser agradável. É mais difícil manter uma aliança do que buscar novos parceiros. Por isso, alegro-me com o fortalecimento da coligação entre Democratas e PSDB, porque é fruto da coerência, da honestidade e do bom senso.

Para concluir, Sr. Presidente, quero dizer que meu Partido, o Democratas, em Mato Grosso, conseguiu, com certeza – acho que é até um fato inusitado, tendo em vista que enfrentamos a máquina do Governo Federal e a máquina do Governo estadual –, obter um resultado altamente positivo, elegendo 24 Prefeitos, 16 vice-Prefeitos e 205 Vereadores. O Partido do Governo estadual, o PR, mesmo com a máquina do Governo, obteve apenas um resultado pífio, tendo em vista que elegeu somente 32 Prefeitos e menos de 180 Vereadores. Nesse caso, particularmente, o nosso Partido teve, com certeza, um resultado altamente positivo.

Portanto, saio desta tribuna dizendo que o meu Partido, o Democratas, está revigorado e com certeza absoluta de que, em 2010, poderemos eleger o futuro Governador do Estado, um Senador da República, uma grande bancada de Deputados Federais e uma grande bancada de Deputados Estaduais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para constar aqui a minha opinião acerca de um enunciado que foi feito hoje pela Mesa do Senado, presidida por V. Ex^a. O enunciado arrumou uma data para exoneração de parentes no Senado Federal

e isso não resolve o problema da súmula com efeito vinculante.

A súmula com efeito vinculante, como bem sabe V. Ex^a, obriga que em qualquer órgão da Administração Direta e Indireta, independentemente do Poder a que pertença, a pessoa cumpra efetivamente a ordem que tem de cumprir. E o Senado Federal arrumou uma maneira, fez uma interpretação para que a norma fosse cumprida a partir de determinada data. E o que decidiu o Supremo não foi isso. Pegaram uma decisão do Conselho de Justiça muito antiga, que diz respeito a uma norma que existia muito antes da edição da súmula com efeito vinculante, e o Senado simplesmente fechou os olhos para o cumprimento dessa resolução, ou dessa súmula com efeito vinculante. Deu um péssimo exemplo à sociedade brasileira. E o pior: cometeu V. Ex^a ato de improbidade administrativa, porque só pode uma única pessoa exonerar e nomear na Casa, que é o Presidente, respaldado pela Mesa, que também vai responder por improbidade, e mais os Senadores que se negaram a enviar a lista a V. Ex^a.

Então, deixo aqui clara minha posição. Tenho certeza de que o Ministério Público vai tomar posição para processar todos por improbidade, inclusive V. Ex^a, lamentavelmente, que também chegou a externar essa posição que achava que todos iriam ser processados por improbidade. Concordo com V. Ex^a. Lamento apenas que o enunciado tenha sido feito e que nós, Senado da República, tenhamos furtado de cumprir a súmula com efeito vinculante. Como fomos nós mesmos que fizemos a edição dessa súmula, que a aprovamos na reforma do Judiciário, na Emenda nº 45 – e todos estávamos aqui –, nós não temos nem como dizer que não concordamos com essa súmula, até porque a súmula é para ser cumprida. Nós tivemos aqui – eu mesmo – uma proposta de emenda à Constituição engavetada desde o ano de 2003. Engavetada! Votada este ano na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e na gaveta da Mesa desde o início do ano.

Então, lamento profundamente que esse enunciado tenha prevalecido e temo – digo com sinceridade –, temo mesmo que muitos de nós, Senadores, especialmente o Presidente da Casa, venhamos a ser processados por improbidade.

É o registro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu agradeço a V. Ex^a e reitero o apelo aqui.

Hoje, na reunião da Mesa, eu solicitei o apoio dos colegas Senadores que compõem a Mesa Diretora da Casa no sentido de que os Senadores possam enviar as informações. Até agora, 41 Senadores não enviaram as informações. E acho, claro, que é problema da campanha eleitoral. São fatores como esse que levaram

os Senadores a não informar, criando essa situação de constrangimento para todos nós.

Então, eu faria um apelo aos Senadores para que possamos ultimar essas informações e enviá-las, sem perda de tempo, à Presidência, a fim de que nós possamos concluir esse processo, porque, senão, nós teremos de demitir servidores. E, sem a informação dos Senadores, nós poderemos cometer até injustiças, porque são os Senadores – claro – que conhecem melhor as vinculações que são alvo de censura por parte da súmula vinculante.

Eu faço, portanto, este apelo. O Senador Demóstenes disse bem, no sentido de que nós – e eu já disse isso ontem – estamos correndo um risco. O Senado, nós podemos ser alvo de um questionamento por falta de cumprimento dessa súmula, por falta do cumprimento da lei.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, também sobre esse tema, Sr. Presidente.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu acho que V. Ex^a está com muita sensibilidade e muita sabedoria, dirigindo o Poder Legislativo. Eu entendo o Demóstenes, que está ali ao telefone, esse amor que ele tem ao Poder Judiciário, da mesma maneira que eu tenho amor pela ciência médica, à qual dediquei os melhores anos de minha vida.

Mas eu queria dizer aqui que tem de haver esse equilíbrio, harmonia e respeito. Entendo que V. Ex^a aproximou-se desse equilíbrio e engrandeceu esta Casa, ô Garibaldi. E eu sei que a justiça é divina. Quando Deus entregou as leis a Moisés, é negócio de Deus. Quando o Filho de Deus subiu a montanha: “bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça”. Mas atentai bem, aquele que fez essa democracia, o Montesquieu, depois foi refletir sobre as dificuldades e passou 20 anos e escreveu 21 volumes: *Do Espírito das Leis*. Olha, isso aí caiu, eu sei e Deus não ia abandonar aqui essa democracia, que é obra do povo. Então, Ele colocou e acho que ninguém melhor do V. Ex^a neste momento, que tem tido muita tranquilidade e muita sensibilidade. Mas, atentai bem, em *Do Espírito das Leis* deveria ter havido o debate, o diálogo. Eu já fui governador do Estado, também tinha Poder Judiciário e tinha Poder Legislativo. Então, acho que devia ter o encontro – está vendo, ô Garibaldi? –, eu entendo que devia ter tido o encontro, naquelas, dos

eminentes líderes do tripé democrático: V. Ex^a, o Poder Judiciário e o Poder Executivo.

Enfrentei problemas, quando Governador do Estado, porque o Ministério Público todos os dias dizia que iria prender um Secretário meu. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra V. Ex^a.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Viu, Demóstenes? Esse equilíbrio, o Montesquieu, que o inventou, teve dificuldades. Então, eu tive, quando Governador do Estado... (Pausa.)

Entendo – e entendo bem – que deveria ter tido, harmonicamente, o encontro do nosso Presidente, com o do Judiciário e o do Executivo. Fiz isso. É preciso ter harmonia. Eu lembro que, quando governava o Piauí...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Mão Santa, faço um apelo a V. Ex^a, porque ainda há alguns oradores inscritos. Sei que V. Ex^a pode dar uma contribuição muito oportuna para este debate, mas não temos condições, em face da realização da sessão do Congresso dentro de poucos minutos, de debater esse assunto. Considero que esse assunto tem de ser debatido, mas ele não deve ser só debatido. A esta altura, não há mais como debatê-lo. Tem de se cumprir a lei.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Entendo que tinha de ser debatido. *Errare humanum est*, permanecer no erro foi uma violência, sem ter o entendimento de V. Ex^a.

Eu acho... E eu governei Estado e tinha esse entendimento. Faltou. Eu entendo o amor, a dedicação, e o Demóstenes, que considera que a Justiça, como diz o Aristóteles, tem de brilhar mais do que a coroa dos reis, que está mais alta que a do sol. Mas eu acho que tinha de ter esse entendimento. Não é a mesma coisa, não, Demóstenes. Tem o espírito da lei. Não tem uma autoridade judiciária, em virtude, superior a nós.

Eu quero dizer a V. Ex^a que são duas coisas totalmente diferentes. Eu sei que eu sou médico cirurgião, V. Ex^a está se achando jurista. Mas, às vezes, dá certo. Quem mais deu certo foi o médico cirurgião Juscelino. Mas eu queria dizer que é totalmente diferente um deputado estadual, um vereador, um deputado federal, um senador nomear ali um cargo de confiança, que é um mandato totalmente diferente do Poder Judiciário, porque ele é vitalício.

Isso não é emprego. Eu nunca fui vereador, mas convivi, sei como funciona. Fui deputado. É totalmente diferente. E esse deputado...

O Sr. Demóstenes Torres (DEM – GO) – Quando V. Ex^a foi deputado... V. Ex^a me permite?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Esta é a Casa do debate.

O Sr. Demóstenes Torres (DEM – GO) – Quando foi, V. Ex^a, deputado?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Eu?

O Sr. Demóstenes Torres (DEM – GO) – É.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Fui em 1978.

O Sr. Demóstenes Torres (DEM – GO) – Bom, o Congresso fez a norma, Senador. O Congresso fez a norma. Fomos nós que fizemos a norma. Foi o Senado Federal e a Câmara dos Deputados, reunidos numa Assembléia Nacional Constituinte, que editou a norma. O Supremo... Disse bem V. Ex^a: um Ministro do Supremo não é mais autoridade que um Senador da República, mas, por ser o guardião da norma, editou uma súmula com efeito vinculante, que nós criamos e V. Ex^a também criou, porque estava aqui no ano em que foi editada a Emenda nº 45. Então, V. Ex^a votou para que o Supremo tivesse exatamente esse poder. Eu não estou me achando um jurista porque eu não sou.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – É...

O Sr. Demóstenes Torres (DEM – GO) – Não, não sou. O que estou dizendo é que o Supremo editou uma súmula com efeito vinculante. A súmula com efeito vinculante, como diz o nome, vincula a administração direta e indireta dos três Poderes. E foi dito, não para o Senado da República, não para a Câmara Federal, não para o Poder Executivo Federal, mas para toda a administração direta e indireta que não pode haver emprego de parente até o 3º grau em cargo comissionado ou função gratificada. Então, incumbe ao Presidente da Casa interpretar esta norma? A ordem é... Qual é a penalidade? A penalidade não é para V. Ex^a, a penalidade não é para mim. A penalidade é para S. Ex^a, o Presidente da Casa. Se S. Ex^a não fizer a exoneração, se ceder às pressões, qual é a pena? A pena é um processo por improbidade administrativa, que, não tenho dúvida, o Ministério Público vai mover contra o Presidente. Por que isso? Porque não é ele quem nomeia ou quem exonera. A norma nós fizemos, não foi outro Poder que fez, fomos nós mesmos, o Poder Legislativo. “Há, mas não regulamos dessa forma!” Mas nós ficamos fugindo do tema para detalhar do jeito que nós queríamos, e o Supremo entendeu de acordo com inúmeros julgados pelo Brasil afora que era até o 3º inclusive, e não colocou data. Aquela resolução, lá atrás, do Conselho Nacional foi com o único objetivo de achar uma brecha para o Poder Judiciário, que foi o Poder mais nepotista da história do Brasil. Basta lembrar, inclusive, que José Linhares, quando assumiu a Presidência, nomeou os parentes todos, não é verdade? Grande parte dos seus parentes. Muito bem.

Eu não quero discutir isso ou aquilo, a favor ou contra. O problema é que existe uma norma. O que eu estou dizendo ao Presidente da Casa – e eu acho que nisto eu tenho razão – é que quem será processado é ele. Por quê? Quem pode nomear e quem pode exonerar é o Presidente. Eu posso indicar. Assim como quem pode nomear ou exonerar, no Poder Executivo Federal, é o Presidente da República. Um Ministro de Estado não pode; é o Governador de Estado, e, assim por diante. Então, não me oponho ao que pensa V. Ex^a ou que isso criou um constrangimento entre os Poderes. O fato é que uma súmula com efeito vinculante foi feita. Quem é que pode pedir a revisão dessa súmula? O Procurador-Geral da República. Ele vai tomar essa providência ou vai processar o Presidente da Casa porque não cumpriu o que o Presidente disse? Essa que é a questão. Agora, para mim é tranquilo; eu não vou ser processado nem V. Ex^a. E o Presidente da Casa? Ele vai ceder às pressões e vai sofrer um processo de improbidade? Ajuizou ação? Não é, mas será daqui a seis meses chamado de ficha suja. Quem vai ter problema com justiça por cinco, dez, quinze anos, será o Sr. Garibaldi Alves, atualmente, Presidente da Casa. Então, o que eu quero é dar a minha opinião a respeito disso; dar conhecimento ao Presidente da Casa de que, na minha opinião, isso vai acontecer com ele, sem nenhum enfrentamento com V. Ex^a, permita-me dizer, até porque a minha admiração por V. Ex^a é irrestrita.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – A minha também.

Eu queria invocar uma personalidade de real valor, igual ao de V. Ex^a: Montesquieu. Eu acho que o Garibaldi está no espírito da lei. No momento de eleição, de complicações, o que ele está tendo é essa tolerância para essa harmonia. E isso não vai acabar não. No espírito da lei, ele revive fatos como esse. Exemplificando, vamos dizer o que diz *O Espírito das Leis*. Se eu for, agorinha, convidar o meu amigo, Demóstenes, para tomar um vinho com tatu – tatu –, nós vamos preso. Mas, se lá em São Raimundo Nonato, na seca, um caboclo matar um tatu para alimentar um filho dele – o mesmo tatu que está morrendo de fome –, juiz nenhum vai condenar. Isso é o espírito da lei. V. Ex^a eu acho, com sensibilidade, com inteligência, está agindo dentro desse espírito da lei.

O Sr. Demóstenes Torres (DEM – GO) – Eu quero dizer que V. Ex^a interpretou muito bem. Mas nós não estamos nesse espírito de fome para empregar nossos parentes. Convenhamos.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves filho. PMDB – RN) – Eu faço um apelo ao Senador Renato Casagrande...

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Trinta segundos, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – ...para que ele seja breve.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Não. Serei, como sempre, sucinto.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Até porque ele já usou da palavra e há outros oradores inscritos.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Não. São trinta segundos só. Peço desculpas já aos outros oradores.

É só para também encaminhar na mesma direção da preocupação do Senador Demóstenes Torres. Com V. Ex^a, Presidente da Casa, tomamos conhecimento, agora, já à noite, da decisão da Mesa, que se reuniu. Eu acho que a Mesa deve ter feito uma análise jurídica desse processo. Mas também me preocupa porque a súmula do Supremo não prevê essa porta, essa janela. Então, isso, de fato, poderá trazer problemas para o Senado, problemas para V. Ex^a. Então, só para me juntar a essa preocupação do Senador Demóstenes com relação ao nepotismo, no sentido de que a súmula toma uma decisão geral, unificada, sem deixar nenhuma brecha. Parece-me que a decisão, por orientação de alguém, deixa essa possibilidade que nos preocupa. Preocupa-nos especialmente com V. Ex^a, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a e concedo a palavra ao Senador César Borges.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Presidente Garibaldi Alves, apenas comunico que encaminhei à Mesa a informação prestada à Presidência, reiterando que não há nenhum parente meu no meu gabinete. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy.

Concedo a palavra ao Senador César Borges.

Senador, faça-lhe um apelo no sentido de que possamos ter uma oração breve de V. Ex^a, o que será muito lamentado por todos nós, que conhecemos seu brilhantismo.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Mas V. Ex^a saiba que eu terei compreensão com seu apelo, apesar de já estar aqui algumas horas esperando para

poder usar da tribuna e não ter sido possível porque fui sendo ultrapassado por outros que vieram depois da minha inscrição, Sr. Presidente.

Na verdade, quero tratar de uma questão a que me referi há pouco tempo desta tribuna, que é o problema dos municípios brasileiros que foram criados e que precisam ter sua regulamentação através da Lei Complementar que tramita nesta Casa, a 98, de 2002.

Hoje, os Prefeitos desses municípios criados após a Constituição de 1988 estão reunidos na Câmara dos Deputados para aprovar exatamente a Proposta de Emenda à Constituição 495, que está tramitando na Câmara – sob o nº 98 aqui –, que garante a legalização jurídica dos seus processos de emancipação.

O Congresso Nacional não pode abrir mão de suas prerrogativas.

Os Prefeitos desses municípios querem uma solução para a questão. Este é um problema grave, porque, após a Emenda 15, de 1996, não houve a necessária lei complementar para regulamentar a emancipação desses municípios e, a qualquer momento, eles podem voltar à condição de Distritos, até porque o Supremo Tribunal Federal, através do Ministro Gilmar Mendes, deu um prazo – eu espero que esse prazo não seja cumprido nem cobrado.

No início de novembro, volto a repetir, eu discursarei aqui pedindo uma solução para este problema, alertando que há esse prazo, e nós temos que andar rápido.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Permite um aparte, nobre Senador César Borges?

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA) – Permitirei, Senador, apenas vou me apressar para atender aqui um pouco ao Presidente.

No total, estão sob insegurança jurídica 58 municípios brasileiros., sendo que dois desses municípios são baianos: Barrocas e Luís Eduardo Magalhães. Aqui, inclusive, eu tenho o prazer de ter o atual Prefeito e o Prefeito eleito de Luís Eduardo Magalhães, que é um dos maiores municípios da Bahia em termos econômicos e em todos os aspectos; é também um grande município do Brasil e que não pode ter hoje o seu futuro político-administrativo incerto, uma vez que tem Prefeito, Câmara de Vereadores em pleno funcionamento e está se desenvolvendo. Eles estão aqui, o Prefeito atual e o Prefeito eleito.

Pois bem. Na minha condição de Senador pela Bahia, Sr. Presidente, me imponho essa obrigação de defender a preservação desses dois municípios, até porque o Município Luís Eduardo foi criado quando eu era Governador do Estado da Bahia, e lá nós estivemos na emancipação. Então, essa é a minha obrigação.

O PR, partido ao qual pertença, foi vitorioso nesses municípios: nós elegemos 41 Prefeitos na Bahia, foi o quarto maior partido entre as legendas do meu Estado.

Tenho muita satisfação em dizer que tanto lá em Barrocas como em Luís Eduardo Magalhães como também em Barreiras, que é o município-mãe de Luís Eduardo Magalhães, os novos Prefeitos eleitos são do Partido da República, esse Partido que tenho a satisfação de presidir no meu Estado. Lá em Barreiras foi a Deputada Federal Jusmari Oliveira que foi eleita para Prefeita pelo PR. No caso específico do Município Luiz Eduardo, é lá que se concentra a maior participação no PIB do País nós últimos anos entre os municípios que foram criados depois de 1999, quer dizer, foi o município que mais se desenvolveu entre todos aqueles criados após 1999. De modo geral, independentemente da maior ou menor riqueza, esses novos municípios têm proporcionado o progresso em suas regiões e a hipótese de retrocesso causaria um prejuízo incalculável para as suas populações.

Sr. Presidente, a solução cabe a nós, aqui no Senado Federal. Precisamos aprovar, o quanto antes, o PLS nº 98, de 2002. Peço a V. Ex^a que discuta isso com a Lideranças. Acabei de conversar com V. Ex^a que é da mesma opinião, para que esse assunto venha rapidamente ao Plenário – se possível, amanhã, – para que nós possamos aprovar esse projeto de lei complementar...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador César Borges...

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA) – Pois não, Sr. Presidente,

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – ...em absoluto, não se trata de polemizar com V. Ex^a; só quero dar uma informação. Esse Projeto de Lei do Senado de nº 98, de 2002, é Complementar. Sendo Complementar, ele precisa de 41 votos favoráveis para ser aprovado. O autor dele é o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O relator na Comissão de Constituição e Justiça foi o Senador Tasso Jereissati.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA) – Que fez o substitutivo aprovado na CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu estou disposto a incluí-lo na Ordem do Dia, até mesmo de amanhã, se nós tivermos condições de votá-lo. Isso significa que temos de fazer um trabalho de mobilização, para que possamos ter 41 votos favoráveis a esse projeto.

No momento, estou diante apenas de um Líder, que é o Senador Renato Casagrande...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Estou representando a Minoria, o Líder da Minoria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Senador Inácio Arruda é outro Líder.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Sou Vice-Líder...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Devia haver um trabalho dos Líderes para votar amanhã esse projeto.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA) – Eu faço um apelo aos Líderes. Acho que V. Ex^a, melhor que eu, está fazendo esse apelo. É uma situação que requer atenção do Congresso Nacional, em especial do Senado. Não podemos procrastinar, em hipótese nenhuma, a aprovação desse importante projeto.

Pedindo desculpas ao Senador Renan, que eu sei que quer fazer uso da palavra, vou conceder, rapidamente, um aparte ao Senador Flexa e ao Senador Paulo Paim.

Eu pediria que fosse rápido, Senador.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Sr. Presidente, serei bastante rápido. Senador César Borges, pela ausência do Líder, Senador Mário Couto e do Vice-Líder, Senador Heráclito Fortes, eu estou hoje respondendo pela Liderança da Minoria e quero dizer a V. Ex^a e ao nosso nobre Presidente que, se depender da Minoria, estamos prontos para votar. Acho que não há dificuldade nenhuma. V. Ex^a fez um apelo nesse sentido. Temos que cumprir com a nossa obrigação. Estamos aqui para isso, para votar. Mas é importante que o Governo coloque a base dele no plenário para dar *quorum*. V. Ex^a destacou que esse projeto é da maior importância. E se o Congresso não aprová-lo até o final do ano, o Supremo vai legislar, como já disse, sobre a criação de novos municípios, pois há 11 anos não se cria municípios em nosso País. O Senador César Borges fez referência a um projeto de resolução de autoria do Senador Luiz Otávio aprovado aqui no Senado Federal ainda na legislatura passada, que está na Câmara Federal e não foi votado. A aprovação desse projeto soluciona o problema de 57 municípios que foram criados antes do processo de impedimento, inclusive os dois da Bahia – ele fez referência ao Município de Luís Eduardo Magalhães e Barrocas – e o do Pará, Mojuí dos Campos, que foi criado, mas não foi instalado. Nós pensávamos que haveria eleições para Prefeito em 2008, mas lamentavelmente a Câmara Federal não votou o referido projeto, que está lá parado há pelo menos mais de dois anos. Aqui no Senado a tramitação dele foi agilizada. Agora vamos resolver o problema, de uma vez por todas, com a aprovação do projeto cujo Relator foi o Senador Tasso Jereissati.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA) – Obrigado, Senador Flexa.

Então o Presidente já ouviu a voz da Minoria. Senador Paulo Paim, ouço V. Ex^a.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador César Borges, quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento. Há inúmeros municípios no Rio Grande do Sul na mesma situação desses dois da Bahia e desse do Pará. Quero-me somar, embora não esteja aqui o Líder do PT. Com certeza absoluta o Partido dos Trabalhadores e, creio eu, a maioria dos partidos da base do Governo, para não dizer 100%, vão acompanhando V. Ex^a para que esse projeto seja votado amanhã. É um absurdo! No Rio Grande do Sul, alguns municípios estão funcionando normalmente, com Câmara de Vereadores, Prefeitos, inclusive alguns foram reeleitos, e poderão, de uma hora para outra, desaparecer. Seria o absurdo do absurdo! Parabéns a V. Ex^a e parabéns ao Presidente, que pretende colocar a matéria em votação amanhã.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA) – Agradeço ao Senador Paulo Paim.

Presidente, acho que o meu pronunciamento foi aqui coberto de êxito, porque tive grande apoio.

Agradeço a sua compreensão em relação a esse assunto...

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – Senador César Borges, V. Ex^a me permite?

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA) – Pois não, Senador Casildo!

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – Apenas uma coisa, Senador Paim, em Santa Catarina, não é diferente. Vários municípios estão funcionando regularmente. Nem pensar em voltar ao passado, em voltar atrás. E vi há pouco o Senador Eduardo Suplicy, que é Vice-Líder do PT, dizer que se depender dele esse projeto pode ser votado amanhã. Ele mesmo, Senador, pode-se manifestar. É Vice-Líder do PT, que é da Maioria. Sem dúvida alguma, seria interessante apreciarmos votarmos esse projeto amanhã.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA) – Sr. Presidente, fico extremamente satisfeito com essas manifestações. Não podemos deixar os cidadãos desses municípios, que estão funcionando perfeitamente, nesse estado de intranquilidade.

Agradeço muito a compreensão de V. Ex^a e espero que o Senador Renan me perdoe se demorei mais do que devia.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador César Borges e Líderes que foram ouvidos aqui, a matéria já está incluída na Ordem do Dia de amanhã.

Então, o que temos de fazer é mobilizar as Bancadas para tentar votar amanhã, levando-se em consideração que é uma lei complementar e vamos precisar não apenas de 41 Senadores, mas de 41 votos a favor.

Com a palavra o Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, queria, mais uma vez, agradecer a gentileza de V. Ex^a.

Eric Hobsbawm é considerado, Sr. Presidente, um dos maiores historiadores vivos da humanidade. Há poucos dias, numa entrevista reproduzida pelo jornal da Juventude do PMDB, o conceituado estudioso analisou o momento econômico mundial.

Para ele, a crise pode se transformar em uma grande depressão econômica nos Estados Unidos e significa o fracasso da teologia do livre mercado global descontrolado.

O estudioso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, confirma as previsões de que o capitalismo seria substituído por um sistema administrado ou planejado socialmente, ainda que certamente se tenha subestimado os elementos de mercado que sobreviveriam em algum sistema pós-capitalista.

Fiz, Sr. Presidente, essa introdução porque considero que a crise atual tem de ser analisada sob uma perspectiva histórica. São as decisões que tomarmos agora que irão definir o futuro do Brasil.

E este futuro, Sr. Presidente, sob muitos aspectos, depende das responsabilidades do Parlamento e de nossas instituições, inclusive as partidárias.

O Congresso Nacional, que molda a cada dia a democracia brasileira, será mais uma vez o palco dessas decisões.

Não, Sr. Presidente... Mesmo em um sistema presidencialista, não é apenas do Executivo a inteira responsabilidade pelos rumos da Nação, como V. Ex^a bem sabe. É também nossa, de Senadores, de Deputados e de toda a sociedade, essa responsabilidade.

Aliás, em outros cantos do Planeta, é a sociedade que clama, não é de agora, por medidas que melhorem a transparência e a supervisão do sistema financeiro.

Não tenham dúvida, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senado Federal vai fazer a sua parte. Estamos prontos para analisar as matérias que tenham implicação direta nas questões econômicas do País. O Parlamento pode ser crucial para amenizar os efeitos da crise no médio prazo.

Tudo o que o brasileiro quer, Sr. Presidente, é ver a economia crescendo, o nível de emprego e renda aumentando e a pobreza diminuindo.

Vamos debater, exaustivamente, projetos como o da reforma tributária e o que cria o Fundo Soberano Nacional. Além disso, Sr. Presidente Garibaldi, vamos, sim, aprovar a série de medidas para blindar a economia brasileira, além de propor mudanças e outras contribuições.

Nosso esforço diário poderá, de alguma forma, fortalecer o sistema financeiro nacional, que não pode trincar – e, se depender do Senado Federal, não vai trincar.

Para isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, temos de buscar o entendimento em torno de matérias com os Partidos de oposição.

Nosso trabalho independe das decisões norte-americanas, do Banco Central Europeu, de instituições financeiras internacionais. O Brasil, Srs. Senadores, torce para crescer mais e precisa, para isso, de melhorias de ordem econômica.

Não se deve politizar a crise, uma vez que essa é uma questão de interesse nacional. Se houver demora, ou uma resposta inadequada, quem pagará o preço maior é o povo brasileiro. Tudo, Sr. Presidente, poderá traduzir-se em inflação, desemprego e redução do crescimento e isso – tenho certeza – ninguém quer.

Caberá ao PMDB uma função estratégica nesta cruzada. É, em boa parte, de nossa responsabilidade a manutenção da capacidade de ação do Governo naquilo que é crítico, que é vital para o encaminhamento das soluções demandadas, neste momento.

Não é cabível, Sr. Presidente, que a crise nos tire a capacidade de responder, a tempo e a hora, às questões das quais depende, em última instância, o desenvolvimento econômico do País e as iniciativas destinadas à promoção do nosso desenvolvimento social.

A despeito do rugir de uma crise de grandes dimensões – e ela, de fato, apresenta dimensões consideráveis – os fundamentos da economia estão sólidos. Precisamos, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, mantê-los assim.

A principal demonstração de força de nossas instituições será tratar essa crise com todos os instrumentos que nos fornecem a Constituição e as leis, sem prejudicar, com isso, a agenda nacional de desenvolvimento, seja em seus aspectos econômicos, seja em seus aspectos sociais.

O PMDB, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, encara tal postura como uma demonstração, clara e firme, dos seus compromissos com o povo brasileiro. Aliás, a Base Aliada está – toda ela – muito consciente da gravidade do momento em que vivemos, da necessidade de dar à sociedade as respostas que forem

necessárias, de fazer cumprir à plenitude o papel que cabe ao Parlamento em nosso sistema político.

Penso ainda, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ser do mais legítimo interesse da Nação que o Governo possa governar, que as ações que desembaraçam os nós ainda colocados ante a perspectiva de desenvolvimento sejam desatados e que os temas que toquem diretamente o bem-estar dos brasileiros tenham espaço na agenda política nacional.

Partidos como o PMDB são a melhor alternativa de manutenção de uma maioria estável e, dentro do possível, saudável, sadia.

O PMDB, Sr. Presidente, é uma legenda com as maiores Bancadas, com o maior número de prefeitos, vereadores e governadores e com lideranças nacionais fortes. Ainda que o PMDB seja uma federação – e V. Ex^a sabe muito bem disso –, é preciso reconhecer que nós desenvolvemos uma boa fórmula interna de administração de nossas diferenças e de convivência pacífica também, uma salutar convivência entre os diferentes setores do Partido.

À Oposição, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, caberá uma das funções mais nobres da democracia: a contestação. A contestação é natural. Ela é legítima, Sr. Presidente. Na verdade, como significa a origem do nome em latim, cabe ao Governo pôr e à Oposição se contrapor.

Em síntese, este é o papel da Oposição: fiscalização e controle do poder e de oferecer também visões alternativas às do Governo – e isso vale para o dia-a-dia na avaliação crítica da condução das políticas públicas.

Como disse o Ministro Celso Lafer, em nosso País, dada a natureza da fragmentação partidária no Congresso Nacional, não existe uma oposição, mas oposições. E é perfeitamente possível fazer oposição ao governo sem fazer oposição ao País.

O Presidente Lula, Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, é algo novo, mesmo para o Brasil, acostumado a mudanças. Ele assinala a consolidação de uma democracia de inclusão social. Exprime, nesse contexto, a idéia-força de que, em uma efetiva democracia constitucional, os contendores não são inimigos, mas apenas adversários. Estes reconhecem o direito de quem ganhou a eleição de ser governo, e cabe à Situação respeitar e entender o papel das outras forças.

Mas, em uma democracia moderna, o exercício da Oposição não se dá apenas no Congresso. Ela ocorre, de maneira nem sempre saudável, em outras instâncias. É exercida, por exemplo, pela mídia, que, no mundo contemporâneo, estrutura a comunicação política e organiza a agenda da opinião pública.

O Congresso Nacional, Sr. Presidente, está no coração da história brasileira recente, direta ou indiretamente. Jamais deixou de influenciá-la e construí-la, mesmo quando fechado pela ditadura. Nem seu silêncio calou a ausência de liberdade. Berrava a arbitrariedade para o País e para o mundo, desgastava o regime, prejudicava o governo militar...

É, Sr. Presidente, Srs. Senadores, principalmente pelo Parlamento que a democracia respira. O Parlamento é o povo. Em tempos de liberdade, de democracia, ele reflete a sociedade. Tem a cara do Brasil. A boa e a ruim.

O Parlamento, Sr. Presidente, Srs. Senadores, esteve todo o tempo no coração da história recente, no olho do furacão do processo de mudança da sociedade. Como herói na eleição de Tancredo Neves. Como vilão na derrota das Diretas-Já, desejo do povo brasileiro. E como vítima na ditadura militar...

Hoje, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Parlamento exerce na plenitude o papel que lhe cabe no presidencialismo democrático: legisla, fiscaliza, equaciona, concerta normas, decisões e soluções.

E V. Ex^a – eu não posso fazer segredo disso, e aqui no Senado Federal ninguém o faz – tem sido um pilar importante para que tudo isso ocorra no Senado Federal e no Congresso Nacional. Mais do nunca, Sr. Presidente, é também um lugar privilegiado de reflexão, debate e análise das questões nacionais.

A sociedade terá papel de destaque na gestão dessa crise de proporções mundiais. Ela precisa se educar ainda mais para a vida democrática e o exercício da cidadania.

É preciso que a população conheça, e conheça verdadeiramente, o papel do Legislativo e a importância da democracia para sua vida. O prédio do Congresso Nacional é visto hoje como símbolo de crise, e não de solução.

Vamos, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, provar exatamente o contrário, como já fizemos tantas vezes na história do nosso País.

Agradeço a paciência de V. Ex^a. Mais uma vez, agradeço o seu gesto de gentileza e agradeço também o Senado Federal pela paciência, já que tomo mais uma vez seu tempo.

Muito obrigado a todos.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço o Senador Renan Calheiros.

Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo, pela ordem. Espero que V. Ex^a seja breve.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o as-

sunto, lamentavelmente, é um voto de pesar pelo falecimento do ex-Senador da República Alfredo Campos, pelo meu Estado, Minas Gerais, que faleceu ontem. O Senador Pedro Simon já apresentou o voto anteriormente. Eu estava na cidade de São Paulo e só agora posso fazê-lo.

Quero deixar o nosso lamento. Ele foi um dos precursores da luta pela democracia, na época do antigo MDB, e Líder do PMDB e do Governo no Senado, entre 1986 e 1987. Alfredo Campos foi sucessor de Tancredo Neves e, depois, eleito novamente em 1986. Quero, portanto, registrar o voto de pesar.

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, quero fazer outro voto de pesar. Este em relação ao ex-Deputado Federal Gilberto de Andrade Faria, Presidente do Grupo Minasmáquinas e da Rede Alvorada de Comunicação de Minas Gerais, que foi também Diretor Presidente do Banco da Lavoura.

Gilberto Faria era natural de Belo Horizonte, foi Deputado Federal por duas legislaturas, a primeira pelo PSD e a segunda já pela Arena. Todas as duas por Minas Gerais. Foi um participante atento das Comissões de Finanças e Legislação Social e Relações Exteriores da Câmara dos Deputados e estava sempre ligado aos interesses maiores de Minas Gerais, dando continuidade à ação política de seu pai, Clemente Faria, que já tinha sido Deputado Estadual em Minas Gerais e também Deputado Federal.

Além de ter sido Presidente do Banco da Lavoura, ele foi também Presidente, depois da separação do Banco da Lavoura, do Banco Bandeirantes. Tinha uma atuação grande na área da cultura, onde, mesmo antes da Lei Rouanet, ele já fazia uma participação das empresas junto a artistas e à classe cultural como um todo.

Gilberto, portanto, deixou, aos 85 anos, uma lacuna na política mineira. Ele foi casado com Ana Amélia Gonçalves de Faria, com quem teve seis filhos, e depois, em segundas núpcias, casado com Inês Neves de Faria, mãe do nosso Governador de Minas, Aécio Neves, e de Andréia e de Ângela.

Ele deixa, portanto, um legado importante no nosso Estado e, por isso, eu não poderia deixar, aqui, de registrar o voto de pesar pelo falecimento de Gilberto de Faria.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a e, antes de conceder a palavra ao Senador Flávio Arns, eu quero me associar ao voto de pesar, aliás, aos dois votos de pesar: um pelo falecimento do ex-Deputado Federal Gilberto Faria e outro pelo falecimento de um ex-colega nosso, Senador Alfredo Campos, que foi líder do PMDB nesta Casa, foi presidente da Comissão de Constituição e

Justiça. Na qualidade de jurista, ele prestou enorme contribuição aos trabalhos da Comissão de Constituição e Justiça.

Eu fui seu colega aqui quando Senador pela primeira vez e tive a oportunidade de conhecer de perto o trabalho do Senador Alfredo Campos, principalmente no que toca a sua atuação no campo jurídico.

Lamento o falecimento do Senador Alfredo Campos como do ex-Deputado Gilberto Faria. Acredito que os dois deixaram um legado que não será esquecido por aqueles que têm a responsabilidade de continuar o seu trabalho.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns. Depois, ao Senador Demóstenes Torres, que falará como Líder da Minoria.

Faço um apelo porque, na verdade, a Câmara dos Deputados está encerrando os seus trabalhos e logo teremos que iniciar em nosso Plenário uma sessão do Congresso Nacional.

Mas V. Ex^a tem a palavra. Apenas reitero o apelo que estou fazendo a todos os Senadores pela brevidade.

Com a palavra o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero destacar que, na semana passada, aconteceu encontro dos mais interessantes no Congresso Nacional, com a participação de Deputados e Senadores, para discutir o trabalho importante, fundamental, que é desenvolvido pelo Inpe, que é o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.

O Inpe já vem atuando em nosso País, há mais de 40 anos, em áreas estratégicas fundamentais, como ciências espaciais, engenharia espacial, observação da Terra, previsão de tempo e clima, e ainda, no ensino, documentação e programas especiais.

O grande objetivo do Inpe, conforme discutido nesse encontro, é a observação à exploração da Terra, e não dos demais Planetas do sistema solar. Trata-se de um programa, portanto, científico, consistente com as necessidades do País, com benefícios diretos no desenvolvimento do Brasil.

O Inpe – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – desenvolve essencialmente quatro programas, conforme lembrado: o Programa Nacional de Atividades Espaciais, que tem por objetivo a observação da Terra, por meio de satélites; o Programa Ciência, Natureza, e Sociedade, que objetiva a pesquisa, o desenvolvimento, e as operações em previsão de tempo e estudos climáticos; o terceiro programa é a Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico, com ênfase para consolidação do laboratório de plasma para fusão termonuclear controlada; e o quarto

programa é o de Prevenção e Combate a Desmatamentos, Queimadas e Incêndios Florestais.

Portanto, os quatro programas em relação à observação que eu fiz agora há pouco, de observação e de exploração da Terra e não de outros planetas. Quatro programas fundamentais para o conhecimento, para a ciência, para a tecnologia do nosso País.

Quero destacar, também, a parceria que o Brasil possui, através do Inpe, desde 1999, com a República da China, através do Programa Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres. Em 1999, foi lançado o primeiro satélite conjunto dos dois países e que, durante alguns anos, produziu imagens dos territórios brasileiro e chinês. Em 2003, foi lançado o segundo satélite em substituição ao primeiro. Em 2007, já o terceiro satélite. E prevê-se que, até o ano de 2011, estão previstos o lançamento de mais dois satélites.

Uma situação em que o País se beneficia também com trabalho do Inpe é quando necessita obter informações de forma rápida e eficiente acerca de eventos, cuja localização seja de difícil precisão ou acesso, como, por exemplo, ocorrência de desastres naturais ou situações de monitoramento de fronteiras e do mar territorial.

Graças ao programa dos satélites, com lançamento desses vários satélites no decorrer dos anos, o Brasil é hoje o maior distribuidor de imagens de satélites do mundo. Com a política de livre acesso a dados públicos implantada pelos Governos brasileiro e chinês em 2004, o Inpe distribui cerca de 700 imagens, diariamente, a 1,5 mil instituições. Isso é interessante, de forma gratuita, disponível para as empresas e pessoas que necessitem dessas imagens.

A vocação desenvolvimentista que desejamos para o Brasil é a da tecnologia moderna e pacífica, que agrega valor à sociedade e que passa distante do domínio e exploração entre os povos da Terra.

Pode-se dizer, assim, que o Brasil e a China dão exemplo.

O INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – tem o desafio para o século XXI na construção de satélites e tecnologias que produzam dados cada vez mais consistentes e precisos sobre o Planeta Terra, para o desenvolvimento de pesquisas e estudos que abranjam todas as áreas do desenvolvimento de tecnologias aplicáveis às necessidades do Brasil e dos seus parceiros.

E assim, depois de transformar dados em conhecimento, produtos e serviços, toda a sociedade brasileira será beneficiada pelos avanços conquistados.

Queria, Sr. Presidente, por meio deste pronunciamento, destacar o encontro que tivemos no Congresso Nacional, os avanços que o Brasil vem con-

quistando por intermédio de um instituto competente, sério, histórico, de 40 anos, como é o caso do Inpe, a disponibilidade do trabalho do Inpe para a sociedade, a parceria com a China e os grandes avanços que o Brasil pode ter por intermédio do conhecimento, da ciência, da tecnologia.

Daqui para frente, sem dúvida alguma, os países vão depender muito do conhecimento como uma das suas riquezas fundamentais, uma das molas propulsoras para a democracia, para a independência e para o desenvolvimento.

Gostaria, Sr. Presidente, que este pronunciamento fosse dado como lido na íntegra e constasse dos **Anais do Senado**.

Obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR FLÁVIO ARNS.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna no dia de hoje para abordar o importante e fundamental trabalho que o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) vem realizando, em parceria com o Governo Federal, através do Ministério da Ciência e Tecnologia e da Agência Espacial Brasileira.

Considerado atualmente uma referência em Sensoriamento Remoto, Meteorologia, Ciências Espaciais e Atmosféricas, Engenharia e Tecnologia Espacial, o INPE busca há mais de 40 anos contribuir com a gradativa autonomia do País em áreas estratégicas, como ciências espaciais, engenharia espacial, observação da terra, previsão de tempo e clima, e ainda no ensino, documentação e programas especiais.

Podemos afirmar, que a ciência praticada pelo programa espacial brasileiro destina-se a explorar a Terra, e não aos demais planetas do sistema solar. Trata-se de um programa científico consistente com as necessidades do País, com benefícios diretos no desenvolvimento do Brasil.

Com ações distribuídas em quatro programas, o Instituto tem a relevante missão de produzir ciência e tecnologia nas áreas espacial e de ambiente terrestre, além de oferecer produtos e serviços de relevância singular.

O primeiro deles que citarei é o Programa Nacional de Atividades Espaciais, que tem como principal objetivo a observação da Terra por meio de satélites. Segundo especialistas, esta é a maneira mais eficiente e econômica de monitorar uma grande extensão territorial como a do Brasil, de forma sistemática, confiável e independente.

O programa visa ainda o desenvolvimento de ciências atmosféricas e espaciais, o desenvolvimento de tecnologias próprias no ciclo completo de desenvolvimento de satélites para diversas finalidades, e a participação com parceiros internacionais no desenvolvimento de satélites.

Outra iniciativa do INPE é o programa Ciência, Natureza e Sociedade, que objetiva a pesquisa, o desenvolvimento e as operações em previsão de tempo e estudos climáticos. Para um País como o Brasil, que possui uma grande diversidade climática, é essencial uma previsão do tempo de boa qualidade, para o desempenho de inúmeras áreas sociais, atividades econômicas, e principalmente para a agricultura.

Já o programa Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico busca a consolidação do Laboratório de Plasma para Fusão Termonuclear Controlada, que mais especificamente desenvolve produtos e processos inovadores para o setor espacial. Por último, cito o programa Prevenção e Combate a Desmatamentos, Queimadas e Incêndios Florestais, que realiza um importante acompanhamento terrestre de todo o Brasil por meio de imagens de satélite.

Também não poderia deixar de ressaltar a parceria entre Brasil e China, no monitoramento diário por satélites dos amplos recursos naturais e nas vastas regiões remotas que os dois países possuem. Essa parceria iniciou-se em 1999, com o programa denominado Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres (CBERS), que promove integração e cooperação entre os dois países para desenvolver satélites de sensoriamento remoto.

Lançado em 1999, o primeiro satélite CBERS-1 produziu ao longo de quatro anos uma valiosa coleção de imagens dos territórios brasileiro e chinês. Já o segundo satélite, o CBERS-2, foi lançado em 2003, em substituição ao primeiro. Em 2007, totalmente integrado e testado pelo INPE, foi lançado o terceiro satélite, o CBERS-2B. Segundo o acordo firmado entre os dois países, está previsto ainda o lançamento de outros dois satélites até 2011.

Levo ainda à atenção de todos as reais e constantes necessidades que temos de coletar, de forma rotineira e consistente, informações sobre a superfície da Terra, como por exemplo, as mudanças globais, o monitoramento das florestas tropicais e os estudos costeiros, para os quais as imagens de satélite são fundamentais. Considerando as necessidades de mapeamentos cartográficos, as imagens de satélite podem substituir ou complementar os levantamentos aerofotogramétricos.

Outra situação em que o País se beneficia com o trabalho do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

é quando necessita obter informações, de forma rápida e eficiente, acerca de eventos cuja localização e ocorrência sejam de difícil precisão ou acesso, como por exemplo, a ocorrência de desastres naturais, ou situações de monitoramento de fronteiras e do mar territorial.

Graças ao Programa de satélites sino-brasileiro, o Brasil é hoje o maior distribuidor de imagens de satélite do mundo. Com a política de livre acesso a dados públicos implantada pelos governos brasileiro e chinês em 2004, o INPE distribui cerca de 700 imagens diariamente, a 1,5 mil instituições.

A disponibilidade desses dados de forma rápida e eficiente reduz o custo e o tempo dos projetos, permitindo que se desenvolvam novas aplicações de sensoriamento remoto no Brasil.

Mais uma vez enalteço esses importantes avanços tecnológicos em nosso País. Tenho plena convicção de que a pesquisa científica é o caminho para construirmos nosso desenvolvimento social, econômico e ambiental, dos quais estamos bastante necessitados.

A vocação desenvolvimentista que desejamos para o Brasil é a da tecnologia moderna e pacífica, que agrega valor à sociedade, e que passa distante do domínio e exploração entre os povos da Terra. Nesse sentido, Brasil e China dão o exemplo.

Desta forma o Instituto Nacional de Pesquisa Espacial tem como desafio para o século XXI a construção de satélites e tecnologias que produzam dados cada vez mais consistentes e precisos sobre o Planeta Terra, para o desenvolvimento de pesquisas e estudos que abranjam todas as áreas do desenvolvimento de tecnologias aplicáveis às necessidades do Brasil e de seus parceiros.

E assim, depois de transformar dados em conhecimento, produtos e serviços, toda a sociedade brasileira será beneficiada pelos avanços conquistados. Esta coerência entre pesquisa, desenvolvimento e serviços reforçará o papel dessa Instituição, alinhada ao projeto de potência ambiental que temos, sempre visando, em última instância, uma melhor qualidade de vida para todos os brasileiros.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a será atendido.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Comunico à Casa que a sessão do Congresso Nacional foi transferida para as 18h30min de amanhã, com a mesma pauta, votação de créditos extraordinários. Portanto, o Congresso Nacional se reunirá apenas amanhã, Senador Demóstenes, no plenário do Senado Federal, às 18h30.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra, como Líder da Minoria, ao Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO. Pela Liderança do DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, acabou a discussão sobre quem é o maior perdedor das eleições municipais de 5 de outubro. O grande derrotado foi o PT, porque um fracasso não se conta apenas pelos números, no caso, pela quantidade de prefeitos e vereadores que o Partido do Governo empurrou goela abaixo por meio do Bolsa Família.

O PT é o grande fiasco não apenas porque não confirmou nas urnas o que a máquina de publicidade mantida com dinheiro público tenta fazer crer: que Lula é mais popular no Brasil do que Saddam Hussein foi no Iraque. O PT é o grande perdedor por imaginar que elegeria até poste e não conseguiu, até porque muitos dos seus candidatos são piores que os postes, pois há postes com alguma luz. Então, o PT que supôs surfar na popularidade do Presidente da República passou a surfar na lama.

A sujeira petista é tão grande que se esparrama por seus aliados, como provam as atrocidades perpetradas contra Fernando Gabeira, no Rio de Janeiro, e Gilberto Kassab, em São Paulo. São ignomínias indignas de seus autores. O primeiro, o carioca, é um adesista de quinta categoria, que, dias atrás, na CPI dos Correios, xingava o Presidente da República e seu filho e, agora, desculpa-se em troca de vídeos e fotos constrangidas. A segunda é uma política cuja face se revela agora além das intervenções cirúrgicas reparatórias, uma madame que ainda usa o sobrenome do ex-marido, talvez por ser a coisa imaculada que lhe resta.

O rosto da sujeira não tem sobrenome, porque seria injusto envolvê-lo nessa podriqueira, mas tem um nome, Marta. Não o “mamífero carnívoro e digitigrado, de pele muito apreciada”, como os dicionários descrevem o animalzinho. Não. O sinônimo de sujeira hoje é a Marta humana, aliás, a Marta agora desumana, o mamífero carnívoro e herbívoro, cuja pele o eleitor de São Paulo vai apreciar nas urnas. É o nome que, neste começo de segundo turno das eleições municipais, significa nojeira. É Marta, a “Martaxa”, a Marta que, quando Ministra, humilhou o Brasil no escândalo do caos aéreo. Marta que, desesperada pela felicidade do povo de São Paulo com um Prefeito realizador, resolveu mostrar que, sob a crosta daquele capacete de laquê, há uma mente diabólica a serviço do que há de mais sórdido no chiqueiro do **marketing**. Marta, assombrada pelo sucesso de um Prefeito que deu nova cara a São Paulo, apresentou a São Paulo sua

verdadeira cara. Marta, que poderia mostrar-se à altura ao menos dos votos recebidos, mesmo eles rareando, preferiu escapar de perecer de pé, lutando com as armas de honra, e optou pela guerra suja e por armas que só dão tiro no pé.

Marta poderia muito bem perder com dignidade, porque insucesso em eleição nada diz sobre o caráter de quem o sofre. Mas perder apelando, perder regurgitando lama, conta tudo sobre a inconformada das gentes. O próprio Presidente Luiz Inácio Lula da Silva perdeu um sem-número de eleições majoritárias e não consta que tenha mergulhado no ludreiro. A própria Marta perdeu a disputa de sua reeleição à Prefeita e caiu com o queixo trincado, mas sem o mergulhar no atoleiro. Marta foi derrotada por um magistral administrador, José Serra, que a sucedeu e fez um início de mandato tão aplaudido pelos paulistanos que os paulistas o tornaram Governador. O próprio Governador José Serra, depois de eleito o melhor Ministro da Saúde do planeta, não obteve êxito na eleição presidencial de 2002. Serra e Lula sacudiram a poeira e deram a volta por cima. Marta está se sacudindo na lama, esperneando histórica numa decisão sem volta.

Concedo um aparte ao ilustre Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Demóstenes Torres, a forma como V. Ex^a escolheu para criticar um episódio relativo à campanha de São Paulo transcende em muito aquilo que avalio foi um erro da campanha. V. Ex^a resolveu usar termos ofensivos, ofensivos a mim.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Não! A V. Ex^a?! Perdoe-me! Então...

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Pois eu lhe digo que eu assim o senti.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Eu digo, inclusive, que...

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Mas eu digo e digo por quê.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Pois não! A V. Ex^a peço todas as desculpas.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Primeiro, a mim e ao Partido dos Trabalhadores. V. Ex^a começou o discurso dizendo que o Partido dos Trabalhadores foi derrotado, quando V. Ex^a sabe que, nessas eleições, o Partido dos Trabalhadores foi o que mais cresceu em número de prefeitos, 33%. Não precisarei aqui mencionar o quanto decresceu em número de prefeitos o Partido de V. Ex^a. Então, já começa por uma inverdade o seu discurso.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Vou rebater daqui a pouco V. Ex^a.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Depois, sim, é fato que houve uma impropriedade de procedimento na campanha sobre a qual eu, aqui, hoje, por três vezes – V. Ex^a não estava em plenário –, já respondi aos Senadores Papaléo Paes, Arthur Virgílio, Sérgio Guerra e outros que o mencionaram. Então, tive que, por três vezes, dizer que recomendei à campanha de Marta Suplicy que não utilizasse mais aquela pergunta relativa ao estado civil e se tem filhos o candidato Gilberto Kassab, porque isso não é o mais importante. E recomendei fortemente que ela transmita aos eleitores aquilo que tenho a convicção de que é o mais importante. O que ela poderá fazer, tendo, inclusive, sido Prefeita e tendo conhecido tão bem o que é possível ser feito; por ter iniciativas, como os CEUs, que, primeiramente, o Partido a que V. Ex^a pertencia não reconhecia como bons, mas, até por causa das demandas populares na cidade de São Paulo, veio a reconhecer e, finalmente, construí-los, os CEUs, nessa gestão, nem sempre os fazendo de forma tão boa o quanto eram, nem no seu conteúdo e prática. Foi inovadora nos programas sociais, no programa Renda Mínima associado à educação, que continua a existir, junto com o Bolsa Família e outros. É perfeitamente possível se aperfeiçoar esse programa, caminhar na direção daquilo que tenho proposto, a Renda Básica de Cidadania. Ela tomou iniciativas muito importantes, reconhecidas inclusive pelo Prefeito Gilberto Kassab no que diz respeito aos corredores de ônibus, ao bilhete único.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – V. Ex^a está rebatendo o que eu disse ou está fazendo campanha para a Marta Suplicy?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Também, porque V. Ex^a fez um ataque ofensivo a ela.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Merecidamente, e foi essa a intenção mesmo.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a quis como que separá-la e criticá-la porque ela resolveu escolher o meu sobrenome para continuar a tê-lo, mas quero lhe dizer que, quando a Marta resolveu se separar de mim, pediu-me que pudesse continuar com meu nome, pois, tendo se casado comigo quando ela tinha 19 anos, desde dezembro de 1964 até o início de 2001 – portanto, foram mais de 36 anos, além de quatro anos de namoro –, então, ela se distinguiu na sua vida profissional, como psicóloga, psicanalista, como autora de inúmeros livros tão respeitados pela opinião pública brasileira, pela população brasileira. Foi apresentadora do programa “Conversando sobre Sexo”, foi Deputada Federal considerada tão boa que foi indicada pelo Partido para ser candidata ao Governo de São Paulo. Quase ganhou, ficando por cerca de

0,5% dos votos de Mário Covas, que, por isso, foi para o segundo turno **versus** Maluf. Quem dos dois fosse provavelmente teria vencido, como Mário Covas venceu. Então, na época, tanto a Marta quanto eu próprio recebemos a visita de Mário Covas em nossa residência e o apoiamos. Depois, por ela ter ido tão bem naquela campanha de 1998, ela foi escolhida candidata à Prefeita em 2000. Foi eleita, inclusive, com apoio do PSDB, **versus** Paulo Maluf, que foi, então, derrotado. Aí, aconteceu que ela fez uma gestão inovadora muito positiva. Sim, houve a separação. Houve situações que nem sempre, para mim, foram as melhores, que foram objeto inclusive de conseqüências políticas, porque isso naturalmente acaba tendo um efeito sobre a opinião pública. Mas continuo a ter pela Marta... E quero só complementar. Portanto, quando ela se separou, em virtude de ter tido – como é muitas vezes comum – a sua vida profissional com o meu sobrenome, ela pediu a mim que pudesse continuar, claro que eu autorizei, principalmente não apenas por ela ser uma pessoa que comigo compartilhou a minha companhia e foi muito querida por mim e tudo, mas ela é uma pessoa pela qual eu tenho o maior respeito, é a mãe querida de meus filhos. Qualquer coisa que acontece com ela de positivo, então eu acho importante, torço por ela. Inclusive, empenhar-me-ei, como tenho feito, para que ela seja eleita. Esse erro que aconteceu é algo que merece a reflexão. Pessoas do Partido recomendaram que saísse do ar. Já saiu do ar. V. Ex^a tem o direito de fazer a crítica, como outros aqui o fizeram hoje, do PSDB. Mas aqui eu recomendo a V. Ex^a: se é a sua intenção, então, partir para uma fórmula de ofensa, não é... Quer dizer, V. Ex^a está entrando por um caminho que, de um outro lado, condena e resolve aqui partir para a ofensa. Então, recomendo prudência e cuidado. E, por isso, eu me sinto na responsabilidade de muito firmemente dizer que também esse não é o caminho. O caminho para que o candidato do Partido de V. Ex^a vença é ele apresentar uma melhor qualidade de proposições e de ação em relação ao que o PT e a Marta vão apresentar. Mas eu tenho a convicção de que a proposta dela, o procedimento dela será o melhor para a população e vou batalhar por isso.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Senador Suplicy, agradeço a V. Ex^a a intervenção.

Primeiro, V. Ex^a está equivocado quanto ao resultado das eleições. V. Ex^a está dizendo que o PT cresceu em número de Municípios, é verdade. Mas perdeu as eleições. O próprio prestígio que o Presidente da República supunha que tinha para transformar isso em votos foi uma verdadeira surra. Lula foi impiedosamente surrado em São Paulo, foi surrado no Rio de Janeiro, foi surrado em Minas Gerais, onde se construiu uma

aliança espúria para eleger um poste. Ao contrário do que V. Ex^a disse, o PT chegou aos grotões e chegou aos grotões com todos os vícios e fazendo alianças com quem? Os petistas repudiam de público. Toda espécie de aliança, financiamento espúrio, caixa dois, todo desastre que existe em se fazer qualquer tipo de aliança para se manter no poder. Então, não considero a análise de V. Ex^a a mais adequada. Segundo...

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Nesse caso, convém que V. Ex^a, então, explicita e prove, porque não é o conhecimento que eu tenho dos fatos...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Basta V. Ex^a...

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – E com respeito à informação que V. Ex^a também fez no começo, de que haveria inadequação no Programa Bolsa Família, V. Ex^a é consciente de que o Programa Bolsa Família...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – V. Ex^a talvez não tenha entendido meu pronunciamento.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – ...é administrado pelas prefeituras, inclusive prefeituras do Democratas e do PSDB, em todo o Brasil...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Talvez, V. Ex^a possa recorrer às notas taquigráficas, porque V. Ex^a está colocando na minha boca o que eu não disse.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – ... em convênio com o Governo Federal e estão...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Não falei em inadequação; falei em uso eleitoreiro, que é verdadeiro, Senador Eduardo Suplicy. E V. Ex^a não costuma distorcer fatos nem palavras.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Não. Uma coisa é...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Outra coisa, quero dizer a V. Ex^a, para ficar bem claro, que não o ofendi e jamais o ofenderia. V. Ex^a se considerou ofendido por outras razões, e eu não entro em razões de caráter pessoal.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Pela forma como se referiu a Marta, não a mim.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Exatamente.

E a forma como ela, indiretamente, se referiu ao Kassab? Foi uma forma elegante? Foi uma forma altaneira? Foi uma forma, aliás, que mereceu repulsa de V. Ex^a.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Minha recomendação para a campanha foi que não continuassem. E não continuaram!

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Exato.

E é o que eu estou dizendo. Ela fez uma opção. Poderia cair de pé. Poderia cair, ou poderia ganhar.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Pode ainda ganhar. A eleição será dia 26.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Acho difícil!

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – A eleição é dia 26.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Exatamente, mas é praticamente impossível, porque partiu para o caminho do pântano.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – É o que veremos.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – V. Ex^a recomenda proposta, eu recomendo também. Por que ela não fez isso? Talvez V. Ex^a não tenha ouvido. A primeira vez que ela perdeu a eleição, caiu, caiu de pé; agora, partiu para o quê? Partiu para aqueles que estão fazendo a mesma coisa no Rio de Janeiro, atacando Fernando Gabeira gratuitamente. Atacar Kassab em quê? O fato de ele ser solteiro? V. Ex^a hoje também é solteiro.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Eu tenho namorada.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – V. Ex^a está, então, me parece, fazendo coro, não é?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – E mais uma coisa.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Então, quero dizer para V. Ex^a...

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – No que diz respeito ao Fernando Gabeira, quero lhe transmitir que eu próprio o cumprimentei quando ele venceu. Tenho por ele estima, afinidade. Fernando Gabeira, nas diversas ocasiões em que fomos candidatos, ele no Rio e eu em São Paulo, por exemplo, em 1986, quando eu era candidato ao Governo, ele veio a São Paulo para apoiar-me publicamente; veio ao comício, apoiou-me, participou.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – V. Ex^a, então, concorda que os ataques contra Fernando Gabeira são ignominiosos. Não concorda?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Eu tenho o maior respeito por Fernando Gabeira, acho que ele poderá ser um excelente prefeito do Rio de Janeiro.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – E concorda, tenho certeza, que os ataques contra Kassab são ignominiosos. Ou não concorda?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – A referência ao Prefeito Gilberto Kassab tem de ser feita

com respeito ao seu programa, à sua história política e não às questões de natureza pessoal. E também no caso de Fernando Gabeira, sem dúvida.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – É exatamente o que estou pregando.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Condeno os panfletos apócrifos, ofensivos ao Fernando Gabeira.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – E V. Ex^a não pode ter outro comportamento em São Paulo, concorda?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Então, de maneira alguma, concordo com tais procedimentos.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Não podemos pular a fronteira e ter outro posicionamento.

Então, digo a V. Ex^a, para concluir...

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – E, para concluir, quero dizer que, inclusive, convidei Fernando Gabeira e Eduardo Paes para dialogarem sobre aquilo que tenho proposto a todos os candidatos a Prefeito no Brasil, especialmente do meu Partido: a transição do Programa Bolsa Família para a Renda Básica de Cidadania, tema que foi objeto de minha palestra ontem na Escola Nacional de Ciências Estatísticas do IBGE, no Rio de Janeiro.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Perfeitamente.

Senador, para concluir, digo o seguinte: ao partir para a perfídia, Marta marchou definitivamente para o pântano. Mais do que eleição, vai perder o futuro. Mais do que votos, vai ficar sem o direito ao sono dos justos. Se não tivesse decidido pelo pântano, Marta poderia calçar a sandália da humildade, certamente comprada em Paris ou na Daslu, e, em sua próxima autobiografia, se resignar de ter sido derrotada, sim, mas por dois dos melhores Prefeitos da história de São Paulo: Serra, em 2004, e Gilberto Kassab, em 2008.

Assim como a glória de Kassab não vai ser derrotar Marta, mas vencer a baixaria, o enterro de Marta não será a derrota para Kassab, mas a rendição ao esterco.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Demóstenes Torres, o Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente, deixa acadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra ao Senador Suplicy, se quiser, pelo art. 14, por ter sido citado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Em seguida, passarei a palavra ao Senador Jefferson Praia.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Prezado Presidente Paulo Paim, eu não vejo o Senador Jefferson Praia. Por outro lado...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O senhor está inscrito.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Estou inscrito também. Então, aguardo porque eu gostaria de ler o requerimento referente ao prêmio ao Professor de Economia Paul Krugman, que foi laureado com o Nobel. No momento em que V. Ex^a puder me conceder, eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu vou seguir a lista de oradores inscritos:

Senador Casildo Maldaner. (Pausa.)

Senador Jefferson Praia. (Pausa.)

Senador Gilberto Goellner. (Pausa.)

Senador Flexa Ribeiro. (Pausa.)

Senador Eduardo Suplicy. V. Ex^a tem a palavra como orador inscrito.

Em seguida, Senador Augusto Botelho, Senador Romeu Tuma e Senador Magno Malta.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Paulo Paim, eu só queria aproveitar o momento e a sensibilidade de V. Ex^a para anunciar que, neste instante, no **Carpe Diem**, está sendo lançado um livro sobre o Piauí, com ortografia antiga, grafando o título: **Piauhy – das Origens à Nova Capital**.

O livro é escrito por engenheiro de grande valor, nascido em São Raimundo Nonato, Dr. Cid de Castro Dias. Ele foi muito tempo funcionário do Estado, engenheiro, tendo ocupado a Secretaria de Obras. É realmente uma obra que enriquece a história do Brasil e do Piauí.

No livro, ele fala do desbravamento, da colonização, da Casa da Torre, de Domingos Jorge Velho, de Afonso Mafrense, da Batalha do Jenipapo, da Balaiada, de Palmares, de Mandu Ladino, de Oeiras, de Visconde da Parnaíba, de Saraiva e da mudança da capital. Ou seja, ele vai do descobrimento até a fundação de Teresina, que aconteceu em 1858. Por trinta anos, de-

pois da independência do Brasil, foi a capital Oeiras. Essa mudança foi feita pelo baiano Saraiva.

Teresina foi a primeira capital planejada do Brasil. Ela foi fonte de inspiração para Belo Horizonte, Goiânia, Brasília e Palmas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a tem a palavra por dez minutos, mais cinco se necessário.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, quero aqui apresentar um requerimento, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, para inserir em Ata um Voto de Aplauso ao economista estadunidense Paul Robin Krugman, Professor de Economia e Assuntos Internacionais da Universidade de Princeton e colunista do **The New York Times**, por ter sido agraciado com o Prêmio Nobel de Economia em 2008.

A Real Academia Sueca de Ciências concedeu o Prêmio Nobel a Paul Krugman, por sua análise dos padrões do comércio internacional e da localização da atividade econômica.

Conforme diz o jornal **O Estado de S.Paulo** de hoje, “o Nobel de Krugman deve-se aos seus trabalhos sobre ‘a nova teoria de comércio’ e ‘a nova geografia econômica’. Independentemente de orientação ideológica, os economistas são unânimes em afirmar o merecimento do seu Nobel pelas contribuições acadêmicas produzidas naquelas áreas.

Krugman conseguiu explicar por que existe um comércio internacional tão intenso entre países muito parecidos em dotações de recursos, como as nações ricas em geral. Na visão clássica de comércio internacional de David Ricardo, conhecida como “teoria das vantagens comparativas”, o comércio entre o mundo desenvolvido e o subdesenvolvido é bem explicado. Como esses países são diferentemente dotados de recursos, com abundância de capital nos ricos e abundância de matérias-primas e mão-de-obra barata nos pobres, o comércio internacional deixa todos em melhor situação, ao fazer com que cada um produza aquilo que tem condições de fazer melhor: matérias-primas e produtos de baixo valor agregado nos países subdesenvolvidos e produtos mais sofisticados nos desenvolvidos. Isso não explica, porém, por que os países têm entre si um comércio tão volumoso, que, na realidade, ainda representa a maior parte do comércio internacional.

O achado de Krugman foi o de mostrar que uma combinação entre desejo de variedade, por parte dos consumidores, e economias de escala, por parte dos produtores, combinam-se para tornar viável o comércio entre nações desenvolvidas.

Assim, diversos países ricos são sede de empresas de automóveis de luxo, que só se tornam viáveis economicamente se comercializados globalmente. Ao mesmo tempo, preferências variadas entre os consumidores fazem com que os Mercedes alemães, Toyotas japoneses ou Volvos suecos sejam comercializados simultaneamente em vários países”. Inclusive, digamos, na Suécia, adquirindo os automóveis Toyotas do Japão; e os japoneses adquirindo os Volvos suecos.

Krugman nasceu em 1953, em **Long Island**, Nova York; estudou Economia, na Universidade de Yale e, com 24 anos, obteve o título de Doutor em Economia no Instituto de Tecnologia de Massachusetts – MIT.

Lecionou na Universidade de Yale, no próprio MIT e na Universidade de Stanford, antes de ingressar na Universidade de Princeton, em 2000, onde leciona Economia e Assuntos Internacionais.

Entre 1982 e 1983, durante a administração do republicano Ronald Reagan, trabalhou na Casa Branca, como membro do Conselho de Economistas.

Em 1999, Paul Krugman foi contratado pelo jornal **The New York Times** para ser colunista. E escreve, entre outros tópicos, sobre economia, política e desigualdade nos Estados Unidos.

Os seus artigos são quase semanais. Na verdade, semanalmente, nós podemos vê-los publicados, seja no **Jornal do Brasil**, na **Folha de S.Paulo**, em **O Estado de S.Paulo** e nos principais jornais brasileiros.

Krugman é autor ou editor de 20 livros e mais de 200 trabalhos acadêmicos. A sua obra **International Economics: Theory and Policy** (Economia Internacional: Teoria e Política), que se encontra na 7ª edição, é um livro-texto básico para o estudo da economia internacional.

Destaco, também, os seguintes livros: **Fuzzy Math: The Essential Guide to the Bush Tax Plan**, de 2001; **Geography and Trade**, de 1991; **International Economics: Theory and Policy**, 2006; **Peddling Prosperity**, de 1995; **Pop Internationalism**, de 1997; **Principles of Economics**, de 2004; **The Accidental Theorist**, de 1999; **The Age of Diminished Expectations**, de 1997; **The Conscience of a Liberal**, de 2007; **The Great Unraveling: Loosing our Way in the New Century**, de 2004; **The Return of Depression Economics**, de 2000; **The Self-Organizing Economy**, de 1996.

Entre seus textos, estão várias obras para o público leigo, uma vertente de seu trabalho, que, segundo o próprio Krugman, surgiu após ter escrito **The Age of Diminished Expectations** (A Era das Expectativas Reduzidas), em 1989.

Em 1991, a Associação Americana de Economia concedeu a Krugman a Medalha *John Bates Clark*,

prêmio dado a cada dois anos para “o economista com menos de 40 anos que fez uma contribuição significativa para o conhecimento econômico”.

Atualmente, Krugman pesquisa as crises econômicas e as flutuações cambiais na economia internacional e é colaborador freqüente dos periódicos: **Foreign Affairs**, **Harvard Business Review**, **Scientific American**, entre outros.

Este requerimento que apresento também é assinado pelo Senador Aloizio Mercadante, meu companheiro de partido e colega economista, pois todos temos uma grande admiração e respeito pelos trabalhos de Paul Krugman.

Quero aqui assinalar que Paul Krugman, em sua biografia, uma espécie de ensaio que é uma biografia tão interessante, à qual ele deu o nome **Incidentes a respeito de minha carreira**, diz que era o seu objetivo perseguir, procurar a verdade e a beleza, mas, como todos os demais, também tinha por objetivo alcançar o sucesso.

Ontem, pela manhã, quando soube, por um telefonema da Academia de Ciências da Suécia, que havia sido laureado com o Prêmio Nobel, ele apenas escreveu no seu *blog*: “uma coisa interessante ocorreu comigo hoje pela manhã”. E aí, quem quisesse acessar ia diretamente à página da Academia Real de Ciências da Suécia, que então o laureou com o Prêmio Nobel de Economia.

Quero ressaltar, caro Presidente Paulo Paim, que foi justamente Paul Krugman quem, diversas vezes, assinalou, chamando a atenção do próprio Presidente George Walker Bush, nos principais jornais norte-americanos, que ele estava realizando uma política como que a estimular o crescimento, mas de uma maneira em que dava, principalmente aos que tinham e aos que tinham muito, a possibilidade de se enriquecerem cada vez mais, sem se preocupar tanto com as disparidades de renda e de riqueza que, nesse período, se acentuaram na economia mais forte do mundo. E ele assinalou isso com os olhos de quem estava prevendo que poderia acontecer uma crise econômica, como infelizmente veio a ocorrer. Ele também chamou a atenção, criticamente, para o fato de o Presidente George Walker Bush se engajar na Guerra do Iraque, fazendo com que um volume extraordinário de recursos e de energia, que poderia ser utilizado de outra maneira pelo povo e pela economia norte-americana, passasse a ser despendido de maneira extraordinária para o esforço bélico, quando os próprios Estados Unidos produziram lideranças tão fantásticas, constituindo exemplos para todos nós, justamente de líderes como Martin Luther King Jr., que foi uma pessoa que se distinguiu, dentre outras razões e causas, porque

ele sempre propugnou para que houvesse justiça e condições de realização efetiva de solidariedade e de fraternidade entre todos os povos e raças no mundo, e para que isso pudesse ser alcançado não por meio da violência e dos meios bélicos.

V. Ex^a se recorda de que, em 2002, eu fiz um pronunciamento, conclamando o Presidente Bush a evitar – o que depois acabou não fazendo – a utilização dos meios bélicos para a derrubada de Sadam Hussein, até porque, nós mesmos, brasileiros, tínhamos mostrado como, através das grandes manifestações do povo nas ruas, era possível se acabar com uma ditadura militar, no nosso caso, e construir um regime democrático, em que, felizmente, hoje estamos vivendo.

Mais uma vez, por ocasião do 20^o aniversário da nossa Constituição, em 5 de outubro, pudemos realizar eleições livres e democráticas, com relativa tranquilidade, em todo o Brasil, em praticamente todos os Municípios brasileiros – e são poucos os casos em que os contendores estão protestando, como, às vezes, acontece com respeito às eleições em alguns países, em que quase surge uma nova tentativa de golpe, de revolução ou de protestos violentos, quando se verifica que as eleições não se deram de maneira mais democrática e limpa possível.

Então, certamente, agora haverá um interesse muito maior na leitura dos artigos e livros de Paul Krugman, que hoje publica em jornais como a **Folha de S. Paulo**, como o **Jornal do Brasil** e outros, o artigo também publicado no **New York Times**, em que ele ressalta que o Primeiro-Ministro Gordon Brown, do Reino Unido, conseguiu tomar as atitudes muito positivas para enfrentar a crise econômica em seu país e deu um exemplo ao dizer que sim. O Governo do Reino Unido vai adquirir ações de diversos bancos, de alguma forma até nacionalizando, pelo menos, parte de inúmeros bancos privados, para conseguir reverter a crise econômica que estava levando alguns bancos a uma situação de insolvência ou de falta de liquidez, e assim por diante. Tal atitude contribuiu significativamente para reverter as expectativas tão pessimistas que estavam levando as Bolsas de Valores, na Europa, nos Estados Unidos e até no Brasil a uma situação de dificuldade. Sexta-feira e hoje mesmo, o movimento foi bastante positivo.

Assim, Sr. Presidente, aqui concluo dizendo que agradecerá se puder o Senado Federal, além de inserir nos Anais do Senado este voto de congratulações ao economista Paul Krugman, que possa, inclusive, ser encaminhado a ele próprio, na sua universidade, o teor deste requerimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Suplicy, meus cumprimentos pelo pronunciamento, brilhante como sempre. Adianto a V. Ex^a que será atendido, na forma regimental, para que seu requerimento seja encaminhado ao homenageado.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Quem sabe possa, inclusive, o serviço de tradução de o Senado fazer a tradução do requerimento para o inglês, para que o professor Paul Krugman possa recebê-lo em sua língua materna.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Seu pedido será aceito, e a Secretaria da Mesa tomará todas as providências.

Passamos a palavra, como último orador inscrito, ao Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador Suplicy, público que me ouve, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, as mães taquígrafas que estão sentadas aqui, inclusive uma grávida, de cujo feto tenho até procuração para poder lutar a luta contra a pedofilia no Brasil.

E tenho feito, como Presidente dessa CPI da qual V. Ex^a faz parte, Senador Paim, V. Ex^a que é um militante – a grávida está saindo ali, pode filmar – dos direitos humanos...

Senador Paim, desde que essa CPI começou, tem sido uma angústia para mim. Tem sido algo doloroso conviver com o sofrimento imposto a milhões e milhares de crianças por gente que tem muito pouco de doença e muito, muito, absolutamente muito de safadeza, que, em nome do seu prazer pessoal e das suas taras, tem mutilado a honra de crianças neste País; tem mutilado o seu emocional, tem criado lesões profundas que elas levarão para o resto da vida. É o caso de uma criança de cinco anos de idade, raquítica, filha de pobre, que é abusada, que tem os órgãos genitais rasgados por um pedófilo adulto e que faz uma cirurgia urgente, uma cirurgia de períneo de uma mulher que teve vinte filhos, em que lhe é tirado o direito mais tarde de ser mãe porque tiveram que sacar o útero em formação, de criança.

Esse é um caso que aconteceu em um bairro simples de Cachoeiro do Itapemirim, a minha cidade. Milhões de crianças como essas são abusadas todos os dias, em todos os lugares. Mas o que mais me chama a atenção em um processo triste e doloroso como esse é que, quando falo isso, milhares de *e-mails* me chegam e imagino que a única virtude que essa CPI teve, se teve alguma virtude, porque está cumprindo uma obrigação, foi ter tirado as escamas dos olhos da

Nação brasileira, ter acordado o povo brasileiro – que realmente acordou. Acordou.

E a Nação brasileira rejeita, não quer comungar, não quer esconder e ganhou a capacidade da denúncia, ganhou as ruas, com relação à pedofilia.

Estive no seu Estado para ver aquele caso de pedofilia que envolvia aquele campo de nudismo. Ouvi aquele americano, ouvi os brasileiros, ouvi as crianças, e eles contaram que a Justiça brasileira daria um *habeas corpus* a ele, e que foi negado pelo Supremo.

Casos emblemáticos como o de Roraima; casos emblemáticos em São Paulo; Uberaba, Belo Horizonte, em Minas Gerais, nas menores e maiores cidades; em Salvador, nas cidades da Bahia e do Espírito Santo. No Espírito Santo, meu Estado, cada dia é um caso, casos emblemáticos. Pedófilo que coloca um menino de sete anos para assinar um contrato com ele, com cláusulas definidas e libidinosas: beijar na boca todo dia, fazer sexo beijando de língua. Desgraçado! Há muita gente que me manda *e-mail*, dizendo: “Toda vez que o senhor falar, não fale isso, não chame de desgraçado”. Mas é porque não acho outro termo para falar. Desgraçados!

Tenho convivido, neste País, com mães chorando, de canto a canto.

Senador Paim, éramos Deputados Federais, quando eu presidi a CPI do Narcotráfico. CPI perigosa, riscos e mais riscos. Mas não achei nunca na minha vida que eu pudesse ver alguma coisa pior, mas estou vendo: a pedofilia.

Senador Paim, há um mês, fui a Genebra, na Suíça, representando esta Casa no encontro preparatório para o mundial em Hyderabad, na Índia, que é o segundo consumidor de Orkut e que paga com a Google o preço que o Brasil sempre pagou, e outros países, por ela não querer cumprir a lei do País.

Quero ressaltar que, a partir da assinatura do termo de ajuste de conduta no Brasil e a partir da quebra do sigilo do Orkut no Brasil, a Google passou de fato a ser uma parceira. Temos alguns problemas. Quebramos 18.500 álbuns fechados de pedofilia, em que vamos encontrar 7 mil pedófilos. Até agora não me foi entregue, mas me foi dada a garantia de que a receberei nos próximos 30 dias. No **layout** feito pelo Senado, por essa assessoria competente do Prodasen, que eu quero parabenizar, nós vamos começar a abrir esses álbuns, operando com o mundo inteiro, entregando os pedófilos do mundo inteiro. Eu disse isso lá em Genebra. A partir do meu pronunciamento, todas as pessoas de todos os países que se pronunciaram combatendo a pedofilia fizeram referência ao Brasil e ao meu pronunciamento. Achavam maravilhoso o feito de enfrentamento, a quebra desses álbuns fechados.

Temos conosco dados e números de pedófilos do mundo inteiro. O Brasil avançou muito pouco, mas avançou. Eu percebo o interesse da imprensa escrita, falada, televisada, do Ministério Público, da polícia, da classe política, do cidadão anônimo mais simples – percebo isso andando pelas ruas de Salvador, no subúrbio, com meu amigo, o seu amigo, Walter Pinheiro, aliás, é um privilégio andar com esse homem, que é um padrão moral no Brasil. As pessoas que me abordavam sabiam tudo sobre pedofilia, onde dei entrevista, onde falei e o que não falei. Elas sabem tudo, as pessoas acordaram. Aí, você vê o Ministério Público sem estrutura, os Tribunais de Justiça precisando criar varas especiais de combate à pedofilia. No meu Estado, eu tenho a promessa de que serão criadas pelo Presidente do Tribunal as varas especiais e também promotorias especiais de combate à pedofilia. O Dr. Zardini, do meu Estado, com o Conselho de Procurador decidiu que vai criá-las. No Rio de Janeiro já existem. No seu Estado também, aliás, o seu Estado começou o chamado “depoimento sem dano” para ouvir crianças abusadas. O Brasil vai acordando, vai acordando. Os ataques começam a vir de todos os lados, daqueles que acham que eles são doentes e não se pode tratar doente assim. Entre defender a criança e tratar como doente um homem de sessenta, de quarenta, de vinte, de cinqüenta anos de idade, um homem formado, um animal que abusa de uma criança com trinta dias de nascida, com uma mamadeira na mão, prefiro defender a criança. Os ataques vêm de todo lado. Imagino que as pessoas que fazem os ataques, se não os fazem em nome dos pedófilos, são pedófilos.

Há um sonho contido no coração deles para que essa CPI pare – e pare rapidamente. Eu dizia ao Relator, Senador Demóstenes, esse grande companheiro, que relata essa CPI, que conhece as leis, que sabe e que tem sido fator importante para que nós criemos a legislação de combate ao crime cibernético no País, que nós encerraremos a CPI no momento em que as leis estiverem sancionadas pelo Presidente Lula. Não será uma CPI de relatório apresentando propostas e que nada vai acontecer lá adiante.

O artigo 240 e o 241 do ECA foram votados nesta Casa e estão na Câmara. Estive com o Relator hoje, e é preciso – e aí peço a V. Ex^a, que é do PT – que mais uma vez se fale com o Deputado Arlindo Chinaglia para que, assim que as medidas provisórias saírem de pauta após o segundo turno, essa seja a primeira medida a ser votada, porque, no Dia da Criança, domingo, com tanta criança abusada no País, eu olhava para a minha filha de nove anos e dizia: não temos nada para comemorar.

Há um mês, em um programa da Bandeirantes, do Datena, que tem sido companheiro das crianças do Brasil e da família nesta luta, nós lançamos a campanha “Todos contra a Pedofilia”. Essa campanha “Todos contra a Pedofilia”, envolve uma série de pessoas. Nós da CPI, pessoas da sociedade, formadores de opinião, como Marrone, Zezé, Vítor Belfort – campeão mundial de luta livre –, Popó, Datena, Raul Gil, Pastor Silas Malafaia, a cantora Fernanda Brum, a dupla Samuel e Daniel, Edson e Hudson, Gian e Giovani, gente da imprensa lançamos a campanha “Todos contra a Pedofilia”, que não é uma campanha de uma pessoa só; é uma campanha de todos, Senador Paim. Nós queremos vestir o Brasil todo com esta camisa: “Todos contra a Pedofilia”, o que já vai acontecendo em diversos lugares. Estive com um empresário do Paraná no aeroporto. Ele me disse: “Acabei de ver, no programa do Datena, o senhor. Aqui é minha família, meu neto. Queria tirar uma foto com o senhor. Eu sou do Paraná. Dei ordem a meu gerente que fizesse 50 mil camisas desta, pretas, escritas ‘Todos contra a Pedofilia’, para que eu pudesse distribuir para que as pessoas vistam nas escolas, nas ruas, nas igrejas”.

Senador Paim, eu andei neste País, nos últimos meses, dizendo aos homens públicos que, mais do que fazer meio-fio, mais importante do que calçar rua é cuidar de gente. E o diferencial é cuidar de gente! E eu lhes propus uma secretaria chamada de defesa social, uma secretaria de defesa social nos Municípios. Aos homens públicos que estão me vendo nos Municípios, que acabaram de ganhar as eleições, seja para vereador, seja para o que for, digo: o Município menor precisa ter uma secretaria de defesa social, porque gente é mais importante do que cimento.

Fazer rede de esgoto e asfaltar rua é absolutamente importante, mas é obrigação do administrador fazer isso. É obrigação fazer porque há o Fundo de Participação dos Municípios, há dinheiro do Governo do Estado, há dinheiro do Governo Federal, há emendas federais, mas cuidar de gente, se não tiver sensibilidade, ele não cuida. As secretarias de assistência social dos Municípios são tão-somente para fazer programa de distribuição de cesta básica. Uma secretaria de defesa social, Senado Paim, é uma secretaria que vai gerir políticas públicas de prevenção da pedofilia. Quanto custa isso? Absolutamente nada. Vai fazer cartilhas, com informação sobre crime cibernético, crime na Internet, fora dela, crimes individuais, como se defender, como ensinar os filhos, como os professores minimamente podem aprender, para serem distribuídas em escolas, igrejas. Vai manter a sociedade ávida o tempo inteiro e criar políticas para atender crianças abusadas. Uma secretaria que vai dar

apoio efetivo. E que os conselhos tutelares, pelo amor de Deus, sejam formados por pessoas que tenham o sacerdócio no coração e que não sejam cabides de emprego; que sejam formados por gente que tenha a causa da criança e do adolescente no coração. E dar apoio ao Projeto Sentinela, que é muito importante. Uma secretaria que vai municiar, que estará equipada para atender a criança abusada.

Lembro-me de quando estive em Roraima e fui ver uma criança do Projeto Sentinela, de 12 anos, grávida do Procurador do Estado. O Projeto Sentinela não tinha um carro para buscar essa criança, para levar essa criança para fazer exame; crianças de cinco, seis anos abusadas, não tem como. E lá, na Assembleia Legislativa de Roraima, antes de começar a oitava desses abusadores de criança, eu olhei para os deputados que estavam sentados e disse: “Vamos levantar um dinheiro aqui, agora, para comprar um carro para o Projeto Sentinela”. E fiz uma lista. Dei R\$1 mil, e acabei levantando R\$11 mil. Chamei o representante do Ministério Público lá dentro, entreguei-lhe o dinheiro e disse-lhe: “Agora comprem o carro e o entreguem ao Projeto Sentinela”. Não precisava disso.

Quando se faz uma festa numa cidade e se gasta R\$1 milhão, com **shows** e com festa, e a festa acaba, os artistas vão embora, as ruas ficam urinadas, fedidas, com muitos bêbados, muitos drogados, muitas crianças grávidas, muita ocorrência policial. Quanto custa fazer cartilha? Quanto custa manter um carro num projeto dessa natureza? Nada, diante da necessidade e da importância de se cuidar da criança.

Uma secretaria de defesa social que promova, durante um ano, uma semana, um mês, festivais de música que envolvam as escolas, desde as crianças do pré, as crianças das escolas municipais fazendo músicas que falem desse tema; concurso de poesia, para publicar um livro que trate da defesa da criança. Sabe que existe coisa até mais simples para fazer? Premiar o muro mais bonito e mais bem pintado com uma mensagem de defesa da criança. Imaginem uma cidade com todos os muros bem pintados, com mensagens muito bonitas em defesa da criança! O pedófilo pira vendo isso tudo. E isso custa pouco ou nada, ou nada. É só ter criatividade. Faço este apelo aos governantes: criem uma secretaria de defesa social. Dizia isto ao Walter Pinheiro e ao Neucimar, em Vila Velha, no Espírito Santo: “Crie uma secretaria de defesa social”. Façam isso! Façam isso! Isso é o diferencial. A diferença está em cuidar de gente, porque cimento todo mundo tem de comprar.

Nos debates da televisão, vemos os debatedores dizendo quantos metros de esgoto fez, que um fez mais do que outro, que asfaltou não sabe quantas

ruas, mas ninguém fala das crianças, ninguém fala de quem cuidou.

Essas coisas me impressionam muito. E eu tenho dormido impressionado e com dor de cabeça, por tanta coisa, mas feliz porque vejo uma sociedade acordada, vejo os artistas entrando na dança, entrando no trabalho.

Na próxima terça-feira, eu e a minha esposa, lá no Espírito Santo, vamos iniciar um movimento, que já está em Roraima. E eu quero agradecer essas mães de Roraima, maravilhosas que estão se movimentando o tempo todo e que começaram o movimento. Mas eu vou fazê-lo, lá no meu Município, para, de lá, sair para o Brasil. Eu tenho a presença confirmada da Joana Prado e do Vítor Belfort, comigo lá; da cantora Fernanda Brum, da Rayssa, que vão estar comigo lá; e de meu amigo Datena, que deve confirmar sua ida. Nós vamos criar a partir de lá o movimento chamado *Mães contra a Pedofilia*, que é uma cópia do que já acontece em Roraima e que o Brasil todo precisa ter, em cada cidade.

Tem pessoas ociosas em casa, que, se chamadas ao trabalho, elas vêm, estimuladas. Tem gente com tanto dinheiro guardado que não consegue dormir, tem até pesadelo, não sabe onde colocar. Olha, tem tanta criança para ser atendida com seu dinheiro, e esse movimento *Mães contra a Pedofilia*, que vai acontecer na terça-feira, à tarde, do dia 21.

E eu conclamo V. Ex^a que façamos isso no seu Estado maravilhoso do Rio Grande do Sul. Eu conclamo a você que faça no seu Estado. Nós vamos estar à disposição do Brasil inteiro para esse movimento, porque será muito mais do que uma comissão de inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Magno Malta, permita-me dizer que eu já aceito a sua sugestão, e vamos fazer também no Rio Grande do Sul, até porque, na última sexta-feira, eu comuniquei a V. Ex^a, em um pronunciamento que fiz aqui, de que eu tive a alegria de participar de um culto ecumênico, onde rezou-se, orou-se pelos membros da CPI da Pedofilia e, em destaque especial, por V. Ex^a, Senador Magno Malta, pelo brilhante trabalho que está fazendo. E o Brasil todo está torcendo pelo sucesso do seu trabalho.

Quero fazer esse depoimento, que já fiz aqui na sexta-feira passada.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim. Vindo de V. Ex^a a aceitação de que façamos o movimento no Rio Grande do Sul... Vamos fazer juntos! Tenho certeza de que o Brasil vai se movimentar. Vamos ver este Brasil vestido, das crianças aos adultos, dentro dos *shopping centers*, nas feiras livres, nas escolas, com essa camisa preta

onde está escrito em branco: “Todos contra a pedofilia. Pedofilia é Crime. Denuncie”.

E esse movimento de mães que vão ter o que fazer, vão ter como se movimentar no mais delicioso de todos os trabalhos. Vamos detectar tanta coisa ruim em abrigos por aí: crianças sendo guardadas em abrigos para adoção que acabam sendo vítimas de pedofilia. Elas não são adotadas nunca. Se não forem para a adoção internacional não entregam para adoção nacional. Elas fazem 13, 14 anos, saltam o muro, viram drogados, viram prostitutas.

Quando ficam trancadas ficam pior do que Marcola, elas são piores do que Fernandinho Beira-Mar, elas são piores do que Abadia. Esses estão em presídios de segurança máxima porque podem ter vinte advogados. Uma criança presa em um abrigo não tem advogado. Ela é um brinquedo velho, é uma bicicleta ou qualquer coisa que o juiz decide, no dia em que quer, para onde ela vai ou deixa de ir.

Se uma pessoa fica com ela por 60 ou 90 dias, e ela cria amor no coração, a criança chora, tem febre com falta da família, mas o juiz tira dela e manda que vá para uma outra família ou manda que seja devolvida para o abrigo.

Quem pode ter vinte advogados vale mais do que uma criança. Quem está em Bangu I vale mais do que uma criança que está em um abrigo – e algumas crianças são vítimas de pedofilia.

Senador Paulo Paim, fiquei muito feliz. Hoje, saui da minha cota da Gráfica do Senado: **Abuso Sexual Infanto-Juvenil. Algumas informações para os pais ou responsáveis. CPI contra a pedofilia.**

Damos uma série de informações, é uma cartilha simples:

Constituição da República Federativa do Brasil:

Art. 227 – É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação.

E assim vai. Eis o índice, o sumário:

O que é abuso sexual infanto-juvenil?
De que forma pode ocorrer o abuso sexual?

Em que locais pode acontecer o abuso sexual?

Quem são os abusadores?

O que é pedofilia?

Como agem os pedófilos?

Podemos dizer que a pedofilia, pornografia e exploração sexual de crianças e adolescentes, hoje, integram uma rede de crime organizado pela *internet*?

Devo proibir o acesso das crianças à *Internet*?

Como ficam as crianças que sofrem abuso sexual?

O abuso sexual, a pedofilia, a pornografia, a exploração infantil são crimes no Brasil?

O que é a “Lei do Silêncio”?

Qual o comportamento que se espera de um adulto, em relação à criança e ao adolescente?

O que fazer quando a criança ou o adolescente disser que foi abusado sexualmente? Como prevenir o abuso e exploração sexual infantil?

Onde denunciar? A denúncia pode ser anônima.

Eu não tenho nenhum problema que essa cartilha seja usada por empresa, ONG, entidade que queira reproduzir para distribuir. Essa é da minha cota e, certamente, vou distribuir minimamente. Há uma coisa mais concisa que também estamos fazendo, mas, enquanto cota eu tiver como Senador, acho que essa é a publicação mais importante de tudo que já publiquei aqui. E vou distribuir para o Brasil. Essa aqui eu autografo a V. Ex^a: “Ao amigo e amigo Paulo Paim, com carinho e reconhecimento pela sua luta. Em Cristo, Senador Magno Malta.”

A V. Ex^a, que integra essa CPI comigo. Ela está à disposição do Brasil.

As pessoas podem fazer contato e nós estamos dispostos a ir e criar o movimento. Há uma série de pessoas no Brasil dispostas a estar no movimento e criando o movimento. Pessoas que têm posse, que não dependem de que alguém tenha que lhe colocar num hotel, pagar sua passagem. E pessoas que querem pagar o preço em favor das crianças agora. Acho que essa é uma virtude grande de ter acordado o País, volto a dizer.

Nesse processo eleitoral, no meu Estado, em Cachoeiro do Itapemirim, a terra do Roberto Carlos, do Rubem Braga, de Dona Maria, de seu João, de Paulo, de João, dos anônimos, da fábrica de pios, dos funcionários da Itapemirim, dos funcionários da fábrica de bala de coco, daqueles que pescam no rio Itapemirim, dos mais simples, dos moradores do Corte Grande, do Zumbi, das pessoas que moram no centro de Cachoeiro, daqueles que moram no alto.

O Prefeito eleito, Castelione, um jovem simples, da roça, dos movimentos da Igreja Católica, que se elegeu Prefeito agora e fez um compromisso lindo com a sociedade: construir a Secretaria de Defesa Social para enfrentar o abuso de criança no Município.

Nós vamos esperar o Governo Federal? Não podemos. O Governo tem que cumprir sua parte.

O Disque 100, nós precisamos rever. A gente divulga o Disque 1000, e as pessoas correm para o orelhão, quando vêem uma criança abusada e pensam que a resposta vem imediato? Não vem. Não vem.

Nós precisamos ensinar as pessoas a denunciar à Polícia, ao Ministério Público. Um conselho Tutelar forte. Nós precisamos voltar àquela velha história do juiz de paz de antigamente. Pegar pessoas aposentadas de índole boa, da Polícia, colocar nos Conselhos Tutelares, para dar assistência a essas pessoas, no imediato, orientá-las a ir às delegacias – criar isso dentro dessas secretarias por aí.

E foi o compromisso dele, o compromisso de Leonardo, também, lá em Colatina, uma cidade linda, com um pólo industrial maravilhoso, do meu amigo Guelindo Balestrados, a quem eu quero abraçar, que está com um filhinho de quinze anos, com câncer, em São Paulo. Deus há de lhe dar a vitória – e seu amigo Leonardo, que agora é Prefeito, ambos do PT.

Eu tive o prazer de estar comprometido com a Secretaria de Defesa Social em São Mateus, por onde passei. Eu não me comprometi sem que houvesse compromisso de que a Secretaria fosse sair em defesa das crianças em cada município. Vamos cumprir nosso papel.

Então, eu estou muito feliz, Senador Paim, por vir aqui à tribuna. Encerro a minha fala, dizendo que, embora no Dia da Criança tivemos muito pouco ou nada a comemorar, o que se tem a comemorar de fato é uma sociedade que acordou, acordou definitivamente.

Eu estava num programa de televisão na Bahia, na TV Record, e vi um momento de grande emoção, Senador Paim. Eu estava dando entrevista ao vivo e eles me mostrando casos de abusos horríveis, mostrando-me uma menina de 12 anos sendo abusada do lado do fórum, às 10 horas da manhã! Menina viciada em craque, necessitada de inclusão social, Senador Paim, e eu falei, falei, falei. Senador Paim, quando eu cheguei à porta da emissora, as pessoas me cumprimentaram, eu tive uma grande emoção. Lá havia uma mãe grávida, com um buquê de flores para me dar. Ela disse: “Eu vim aqui trazer as flores para o senhor. Eu queria abraçá-lo e queria que o senhor me deixasse tirar uma foto para, quando o meu filho nascer, eu mostrar para ele, quando ele puder entender e dizer que já estive com o senhor.”

Senador Paim, eu saí dali pensando que as pessoas não querem muito de nós. As pessoas querem que nós sintamos a dor delas e elas estão na rua esperando isso, esse gesto. Quando você participa de um processo eleitoral e você, em cada lugar que passa, vê

coisas tão horríveis, de tanta agressão, das pessoas que pelo poder não trocam de chinelo para atacar a honra dos outros, a moral da família; ganhar por ganhar, por ganhar, não importa expor ou colocar na lama sujeira em cima da vida e da honra de pessoas. É o troço mais nojento, mais nefasto que já vi. Enquanto as pessoas precisam de um gesto que homens públicos, governantes, façam em sua direção; e eles pensam que as pessoas precisam é que eles desonrem fulano para que eles possam chegar ao poder, e essa pessoa que ouça a desonra que eles produzem então desista de votar no fulano e vote neles.

E eu presenciei isso com muita tristeza no meu Município de Vila Velha. Vi esse moço, Deputado Neucimar Fraga, Presidente da CPI do Tráfico de Órgãos – como esse rapaz lutou e foi ameaçado –, Presidente da CPI do Tráfico de Armas e do Sistema Carcerário, tudo coisa dura, braba. Lutou, trabalhou. Foi aos Estados Unidos com o Crivella buscar os brasileiros presos, lutou pela causa dos brasileiros, foi aos presídios, se arvorou a ser candidato a prefeito. Tanto impropério, tanta indignidade contra a vida desse moço de Vila Velha que eu nunca pensei que fosse viver para ver. Simplesmente porque é filho de um pedreiro de um bairro pobre da cidade. É como se filho de pobre não pudesse sonhar! É como se filho de pobre não tivesse um lugar em qualquer lugar e tivesse a capacidade de serviço. Enquanto as pessoas não precisam de nada disso. Eles atacaram, atacaram, atacaram, atacaram, atacaram. E as pessoas fizeram com que ele fosse em frente e os seus atacadores ficaram para trás.

Sabe, Senador Paulo Paim e Senador Mão Santa, a pessoa mais simples deste País tem uma parábólica em casa. Não é mais como se escreve num papel e joga na rua e ninguém mais desmente ele. Hoje é tudo muito rápido. As pessoas vêem todo mundo. As pessoas sabem de tudo e de todo o mundo.

Senador Paulo Paim, as pessoas precisam de muito pouco. Um gesto de solidariedade, um gesto de simpatia pela sua causa, pela sua dor, pela sua luta. Ainda que você não tenha a solução imediata, o seu gesto é balsamo, é perfume. O seu gesto é remédio, o seu gesto é lenitivo. Quem sabe a pessoa tem um câncer, mas se você se aproxima do câncer exposto, um câncer feito pelo sol na pele, você diz: “Nada eu posso fazer, mas eu posso colocar um **band-aid** aqui para que o sol não queime esse lugar.” É tudo de que alguém precisa – um gesto seu. E penso que o Movimento Todos contra a Pedofilia, Mães contra a Pedofilia – eu imagino que a sua esposa vai estar junto, as suas filhas estarão juntas, porque as suas filhas amam a Deus. O seu filho Jean vai estar junto e imagino que as mulheres que nos ouvem no Rio Grande do Sul se

preparam para estarem juntas, lá, nesse movimento “Mães Contra a Pedofilia”.

Não vamos aceitar, nós vamos rejeitar veementemente! A CPI pode encerrar o seu prazo, mas nós não sairemos das ruas, porque nós não podemos deixar que esses predadores continuem a lesionar a ética, a moral, os princípios e o emocional das crianças deste País, e, como o crime é transnacional, às crianças do mundo.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Pois não, ouço o aparte de V. Ex^a, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Magno Malta, quis Deus estar presidindo esta sessão o nosso Paim. Olha, Senador Magno Malta, eu quero dar um testemunho do quanto V. Ex^a engrandece o Congresso. Quando eu governava o Piauí, não só no Piauí, mas, em vários Estados brasileiros, tinha o crime organizado. V. Ex^a – eu acho que por desígnios de Deus – conseguiu organizar uma CPI contra o crime organizado. Eu sei que, no Piauí, era assombroso. Era assombroso! Tinha o Coronel Correia Lima, que o comandava. Era velho, porque, para o sujeito chegar a coronel, tem de ter muitos anos. Quero dizer que era enraizado. Eu acho que ele disputava com o do Acre, que tinha aquele...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Hildebrando Pascoal.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – É, Hildebrando. Era violento. Eu quero dizer que têm muitas obras físicas que fizemos quando governamos o Piauí. Criamos 78 cidades, criamos 400 faculdades, eletrificação, mas eu acho esta a mais importante: foi ter tido a coragem de enfrentar o crime organizado. Mas V. Ex^a foi fundamental, com a CPI que V. Ex^a dirigia. E o Piauí se viu, de repente, livre do crime organizado. Aconteceu no meu Governo, mas V. Ex^a foi muito importante. Eu pensava que essa seria a página mais bela da sua vida. De repente, como desígnio de Deus, com a força de Deus, como instrumento de Deus, V. Ex^a entra numa empreitada, que é uma nódoa mais feia ainda. Ela é muito bíblica e V. Ex^a, a santa Dadá o abençoou, porque está escrito “vinde a mim as criancinhas”, que eu aprendi no colo de minha mãe, Terceira Franciscana, que dizia: “Ai daquele que escandalizar uma criança! É melhor amarrar uma pedra no pescoço e se lançar no fundo do mar.” Então o País todo estava escandalizando essas crianças. Eu não vi, mas circula que várias pessoas me perguntam se eu vi o documentário de V. Ex^a. Eu digo, nesses agitos políticos e pouco nós temos nos encontrado, eu digo: “Eu não vi, mas eu vi contar, e ele fez mesmo.” Ele é histórico, obstinado,

perseverante. Essa CPI, acho que é uma das páginas mais belas. Muito se fala do Senado da República, mas V. Ex^a, com a sua obstinação apagou alguns defeitos que possa haver neste Senado. Então venho a aqui, primeiro agradecer a ajuda que V. Ex^a me deu no nosso governo em combater o crime organizado e trazer aqui o testemunho de que tenho andado, os aplausos que V. Ex^a merece. Eu vou dizer o louvor, porque, diante de tantas vitórias que V. Ex^a tem tido na sua vida política, daquele menino, fraco, filho da Dadá, nascido na Bahia e está lá no Espírito Santo – acho que tem muito a ver com o divino Espírito Santo –, V. Ex^a tem escrito uma bela página não só no Senado, mas V. Ex^a tem tornado este País, vamos dizer, uma sociedade mais civilizada, tem-nos afastado da barbárie. Então receba os aplausos, por onde tenho andado, do povo brasileiro pela sua luta histórica.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Senador Mão Santa, recebo com carinho e emocionado o seu aparte. V. Ex^a faz um registro da CPI do Narcotráfico e foi parte importante ao acolher a CPI para fazermos um enfrentamento a Correia Lima e a seus asseclas no Piauí, que tinham ligação de crime organizado, sim, com Hildebrando Pascoal. Era uma rede, com o Zé Gerardo no Maranhão. Era uma rede no Brasil. V. Ex^a foi determinado como Governador, precisava ter coragem para poder afastá-lo e o fez. V. Ex^a faz os registros do seu estado, porque as pessoas estão ávidas como todas, atentas à movimentação que acontece no Brasil neste momento de defesa das crianças. V. Ex^a é um cristão e compreende a necessidade de protegemos as crianças.

Herodes fez um decreto, por ocasião do nascimento de Jesus, para matar todos os pequenos, todas as crianças, por medo de que o reino dele fosse terreno e pudesse perder poder, e penso que esse decreto tenha sido reeditado nessa última dispensação contra as crianças do Brasil.

É preciso que cumpramos um papel de cristão: que conclamemos as igrejas, pastores, padres, líderes, sem cor, sem matiz denominacional, sem matiz de credo. A luta da misericórdia, o exercício sacerdotal, o comportamento samaritano tem que ser de todos nós neste momento.

Ler no jornal e dizer “mais um pedófilo preso” e bater palmas para isso serve, mas o melhor é identificar a criança abusada, a sua família e se dirigir para poder ofertar o ombro e a ajuda necessária. Eu os conclamo no Brasil.

Senador Paim, eu encerro agradecendo a assessoria que tenho na CPI, um corpo, a Polícia Federal, o Ministério Público Federal, Estadual trabalhando dia e

noite. Agora construindo um termo de ajuste de conduta com as teles.

Quero parabenizar todas as teles que vieram aqui e mandaram seus representantes. Quinze representantes das teles assinando um termo de ajuste de conduta para que, quando o sigilo de telefone for quebrado nesta Casa, em qualquer CPI ou em qualquer instância da Justiça, se faça de forma imediata.

Escrevemos um termo de ajuste de conduta que a *Google* assinou. Um termo de conduta que será assinado pela UOL, pela Terra, pelo IG, pelos operadores de *Internet*, construindo a legislação. Não vou dar nomes aqui para não cometer erros, mas os promotores que estão conosco. O Dr. Suiama, na área federal; o nosso querido Dr. Tiago, da Cyfernet; a Dr^a Ana, a Dr^a Catarina, do meu Estado, a Dr^a Carla Sandoval, o Dr. André, o Dr. Sobral, o Dr. Aduato, enfim, todos que estão assessorando esta CPI e trabalhando de maneira dura, eficiente e eficaz.

Quero agradecer essa cartilha, de uma maneira muito especial, ao Dr. Carlos José da Silva, chamado Casé, que é Promotor de Justiça e Curador da Infância e da Juventude, que organizou em Minas Gerais, no Município de Divinópolis, município de gente tão querida. Quero conclamar as mulheres de Divinópolis, a Sandra, a Denise, a Joana, a Sabrina, para que possamos fazer também um movimento. Obrigado ao Dr. Casé por ter ajudado a escrever essa cartilha; à Mônica Cristina de Luca Felício, bacharel em Direito e, mais importante, é mãe; à Neide de Souza Araújo, psicopedagoga; ao Dr. Carlos, Promotor de Justiça em Minas Gerais, conforme eu disse.

Agradeço a esses que me ajudaram na elaboração dessa cartilha, que vou passar às mãos de V. Ex^a e que está à disposição de quem queira reproduzir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Adianto que vou reproduzi-la, com o autógrafo de V. Ex^a. Vou reproduzi-la exatamente por isso.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – É a sua vida pública que me empolga, Senador Paulo Paim.

Quero agradecê-los e também dizer, Senador Paulo Paim, que normalmente, quando chega o final do ano, nos Estados, eles dizem: o Senador fulano faltou tantas sessões, o outro tantas – como se isso fosse uma coisa absolutamente importante –, o outro elaborou tantos projetos; um protocolou tantos, outro protocolou outros tantos.

Ainda que seja a última coisa que eu faça nesta Casa nestes últimos dois anos, ainda que eu tenha dificuldade em participar de qualquer Comissão permanente, ainda que eu tenha dificuldade em participar de Comissão temporária, ainda que eu tenha dificuldade em vir ao plenário me pronunciar nesta

trincheira e tenha que ficar só com esta bandeira, só com esta luta, vou ficar só com ela. Se ficar com esta luta representar a minha não-volta a esta Casa, não voltarei, mas vou ficar com esta luta. Há 30 anos tiro drogados da rua.

A CPI vai encerrar e eu não vou sair da rua. Se eu não voltar ao Parlamento, não sairei da rua. Acho que essa grande campanha de enfrentamento não passa por um momento de CPI, é um momento de vigilância da sociedade, enquanto houver sociedade. E eu serei um vigilante da sociedade, porque, Senador Paim, o que eu tenho visto, o que tem me tirado o sono, o que tem me dado uma angústia do coração é quando vejo um pai desesperado chorar, uma mãe olhar a cena do filho abusado dizendo “Tem que morrer” e você não saber o que falar. “Esse cara tem que morrer”, ninguém tem direito de tirar a vida de ninguém, ninguém tem que incentivar ninguém a matar ninguém, a espancar ninguém na rua. Mas imaginem um pai que olha um filho de três anos de idade sendo estuprado por um monstro? Conviver com isso é coisa muito séria, é coisa muito dura. E quero ser vigilante dessa causa.

Tenho chamado a atenção das minhas três filhas: uma de nove anos, uma de 22 e outra de 23; e tenho a minha esposa. Deus nos deu a bandeira e o ministério do enfrentamento às drogas há 30 anos. Quando elas nasceram, Senador Paim, eu já tinha drogados em casa. Eu tinha 11 colchonetes: um de casal, que era meu e da minha esposa – dormíamos no chão, não tínhamos nada – e mais 10, pois eu tinha 10 drogados tirados de cadeia dentro de casa. Os vizinhos diziam que aquilo era uma irresponsabilidade. Minhas filhas nasceram assim, dentro desse ambiente, mas a nós foi dado o privilégio de conviver com um crime absolutamente bárbaro, mas que vale muito mais a pena, porque além de ser a vida humana, é vida de criança.

Por isso, encerro meu pronunciamento, desculpando-me pelo uso do tempo, que foi excessivo, mas, mais uma vez, conclamando o Brasil, chamando o Brasil: “Juntem-se a nós. Todos contra a pedofilia”. Mães contra a pedofilia, façam um movimento no seu bairro, na sua comunidade, na associação comunitária, na igreja, na sua ONG, no seu prédio, na sua empresa, na sua loja. Nós podemos fornecer o tipo da camisa, como deve ser feita, para estarmos vestidos, fardados da mesma forma, impedindo que as nossas crianças continuem sendo aliciadas, cooptadas e, em seguida, desmoralizadas, arrebitadas na sua carne e absolutamente moídas na sua alma.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Magno Malta, quero dizer que, com

certeza, V. Ex^a voltará. Se depender deste humilde Senador, pode ter certeza de que quero estar a seu lado. Sei que o Espírito Santo e o Brasil reconhecem essa causa, a sua luta, a sua história e a sua vida. O Senado terá V. Ex^a de volta, com certeza absoluta, em 2010. Continue com este trabalho que é um trabalho brilhante. O Brasil todo há de bater palmas de pé pelo trabalho de V. Ex^a.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Obrigado, Senador Paulo Paim.

Quero lembrar que esses assessores que citei são assessores que vieram de fora, mas tenho todos os meus assessores da 4^a Secretaria, os meus assessores do meu gabinete que são eficientes, que amaram e colocaram o coração na causa – está ali o Gláucio –, que sentem o meu sentimento, que vivem a minha vida e que vivem a luta que todos estamos vivendo neste momento que é absolutamente importante para este processo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ao encerrar a sessão, quero fazer uma pequena homenagem ao Deputado Jamil Murad, que foi quem apresentou o projeto original que consagrou o dia 26 de outubro próximo como o Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários, Senador Magno Malta.

Os metroviários deste País, que transportam nosso povo, é uma categoria organizada, uma categoria que, há tempo, aguardava seu dia. E o Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários, a partir da sanção de hoje – tenho certeza da sanção do Presidente Lula –, será o dia 26 de outubro. Tive a alegria de relatar o projeto, a pedido da categoria.

Deputado Jamil Murad, sei que V. Ex^a, neste momento, no seu Estado, está feliz porque seu projeto, que faz uma justa homenagem aos metroviários do Brasil, foi aprovado por unanimidade no dia de hoje. E tive a alegria de ter sido o Relator, já garantindo a sanção junto ao Presidente Lula.

E encerro a presente sessão com alegria, recebendo, aqui, deste lutador, esta cartilha que orienta nosso povo na luta contra o abuso sexual infanto-juvenil.

Parabéns, Senador Magno Malta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.223, DE 2008

Com fulcro no artigo 256, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro retirada definitiva do Projeto de Lei do Senado nº 357, de 2008, que “dispõe sobre a liberdade de expressão e dá outras providências”.

Justificação

Solicito a retirada em virtude de a proposição legislativa estar com a redação contrária à que pretendíamos apresentar, por um lapso, apresentamos o projeto errado.

Desta forma, requeiro a retirada, em definitivo, da citada proposição para reapresentação com, a nova redação.

Sala das Sessões, 14 de outubro de 2008. – **Serys Shlessarenko**, Senadora da República.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência defere o requerimento, nos termos do art. 256 do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.224, DE 2008

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de aplausos, ao economista estadunidense Paul Robin Krugman, professor de economia e assuntos internacionais na Universidade de Princeton e colunista do New York Times, por ter sido agraciado com o Prêmio Nobel de Economia, em 2008.

Justificação

A Real Academia Sueca de Ciências concedeu o prêmio Nobel a Paul Krugman por sua análise dos padrões do comércio internacional e da localização da atividade econômica.

Conforme o Jornal **Estado de S. Paulo**, “o Nobel de Krugman deve-se aos seus trabalhos sobre a “nova teoria de comércio” e “a nova geografia econômica”. Independentemente de orientação ideológica, os economistas são unânimes em afirmar o merecimento do seu Nobel pelas contribuições acadêmicas produzidas naquelas áreas.

Krugman conseguiu explicar por que existe um comércio internacional tão intenso entre países muito parecidos em dotações de recursos, como as nações ricas em geral. Na visão clássica de comércio internacional, de David Ricardo, conhecida como “teoria das vantagens comparativas”, o comércio entre o mundo desenvolvido e o subdesenvolvido é bem explicado. Como esses países são diferentemente dotados de recursos, com abundância de capital nos ricos e abundância de matérias-primas e mão-de-obra barata nos pobres, o comércio internacional deixa todos em melhor situação, ao fazer com que cada um produza aquilo que tem condições de fazer melhor: matérias-primas e produtos de baixo valor agregado, nos países subdesenvolvidos, e produtos mais sofisticados nos

desenvolvidos. Isso não explica, porém, por que os países ricos têm entre si um comércio tão volumoso – na realidade, ainda representa a maior parte do comércio internacional

O achado de Krugman foi o de mostrar que uma combinação entre desejo de variedade, por parte dos consumidores, e economias de escala, por parte dos produtores, combinam-se para tornar viável o comércio entre nações desenvolvidas.

Assim, diversos países ricos são sede de empresas de automóveis de luxo, que só se tornam viáveis economicamente se comercializados globalmente. Ao mesmo tempo, preferências variadas entre os consumidores fazem com que os Mercedes alemães, Toyotas japoneses ou Volvos suecos sejam comercializados simultaneamente em vários países.”

Krugman nasceu em 1953, Long Island, New York, estudou economia na Universidade Yale e, com 24 anos, obteve o título de doutor em economia no Instituto de Tecnologia de Massachusetts – MIT.

Lecionou na Universidade de Yale, no próprio MIT e na Universidade de Stanford antes de ingressar na Universidade de Princeton, em 2000, onde leciona economia e assuntos internacionais.

Entre 1982 e 1983, durante a administração do republicano Ronald Reagan, trabalhou na Casa Branca, como membro do Conselho de Economistas.

Em 1999, Paul Krugman foi contratado pelo jornal americano “The New York Times” para ser colunista. Escreve, entre outros tópicos, sobre economia, política e a desigualdade nos Estados Unidos.

Krugman é autor ou editor de 20 livros, e mais de 200 trabalhos acadêmicos. A sua obra “International Economics: Theory and Policy” (“Economia Internacional: Teoria e Política”), que se encontra na sétima edição, é um livro-texto básico para o estudo da economia internacional. Também destaco os seguintes livros:

Fuzzy Math: The Essential Guide to the Bush Tax Plan (Hardcover Edition, May 4, 2001)

Geography and Trade. (Cambridge, Massachusetts: Leuven University Press and The MIT Press, 1991)

International Economics: Theory and Policy (7th Edition, July 12, 2006)

Peddling Prosperity, (Paperback Edition, April, 1995)

Pop Internationalism (Paperback Edition, February 7, 1997)

Principles of Economics (1st Edition, spring 2004)

The Accidental Theorist (Paperback Edition, April 1, 1999)

The Age of Diminished Expectations (Third Edition Paperback, August 8, 1997)

The Conscience of a Liberal (Hardcover Edition, October 15, 2007)

The Great Unraveling: Losing Our Way in the New Century (Paperback Edition, August, 2004)

The Return of Depression Economics (Paperback Edition, May 15, 2000)

The Self-Organizing Economy (Hardcover Edition, February, 1996)

Entre seus textos, estão várias obras para o público leigo, uma vertente de seu trabalho que, segundo o próprio Krugman, surgiu após ter escrito "**The Age of Diminished Expectations**" ("A Era das Expectativas Reduzidas"), em 1989.

Em 1991, a Associação Americana de Economia concedeu a Krugman, a medalha John Bates Clark, prêmio dado a cada dois anos para "o economista com menos de 40 anos, que fez uma contribuição significativa para o conhecimento econômico".

Atualmente, Krugman pesquisa as crises econômicas e as flutuações cambiais na economia internacional e é colaborador freqüente dos periódicos: **Foreign Affairs, Harvard Business Review, Scientific American**, entre outros.

Sala das Sessões, 14 de outubro 2008. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy** – Senador **Aloizio Mercadante**.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nos termos do art. 222, § 1º, do Regimento Interno, o requerimento será despachado à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.225, DE 2008

Requer Voto de Pesar, pelo falecimento do ex-Senador Alfredo Campos.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal, Senador Garibaldi Alves Filho,

Com fundamento no disposto nos artigos 218 e 219, do Regimento Interno do Senado Federal, requero a Vossa Excelência a inserção em ata, de Voto de Profundo Pesar, pelo falecimento do ex-Senador Alfredo Campos, ocorrido ontem, dia 12 de outubro de 2008.

Justificação

Faleceu no último domingo, em Belo Horizonte, o ex-Senador Alfredo José de Campos Melo Nascimento,

que representou o Estado de Minas Gerais no Senado Federal, em duas oportunidades, ao longo de doze anos. Nascido em Abaeté, no Oeste Mineiro, tinha 66 anos. Seu corpo foi velado no salão Nobre da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, esta tarde. Internado no Hospital São Lucas, em Belo Horizonte, Alfredo Campos morreu de disfunção múltipla dos órgãos.

Alfredo Campos foi um dos mais destacados integrantes do PMDB, ao longo dos anos 80 e 90, tendo inclusive exercido a liderança do governo, no Senado, em 1986, durante a administração José Sarney. Era probo, correto e dotado de aguda percepção política, o que, aliás, é característica dos grandes homens públicos de Minas Gerais, Alfredo Campos tinha o respeito do partido.

Alfredo Campos chegou a Senador em 1983, quando Tancredo Neves foi escolhido para o Governo de Minas Gerais. Para obter seu mandato, Alfredo Campos recorreu ao instituto da sublegenda. Segundo versão da época, Alfredo Campos conseguiu, na convenção do PMDB mineiro, a sublegenda, apesar da posição contrária de Tancredo Neves, que, como todos os líderes da oposição, julgavam o instituto da sublegenda uma anomalia criada pelo regime militar, para manter-se no poder.

Durante a campanha eleitoral, que levou adiante com a ajuda de uns poucos amigos e sem recursos, Alfredo Campos conseguiu angariar o apoio de uma pequena parcela de votos. Foram esses votos que, somados aos de Tancredo Neves, deram ao nosso partido a cadeira no Senado. Naquela ocasião, somavam-se os votos das legendas de um mesmo partido.

Líder do PMDB e do Governo, no Senado, em 1986-1987, Alfredo Campos participou da campanha eleitoral vitoriosa daquele ano, quando nosso partido elegeu quase todos os governadores e um grande número de senadores. Alfredo Campos, inclusive, reelegeu-se. Foi também membro do Conselho da República (1995-1997).

No seu segundo mandato, foi também membro da Assembleia Nacional Constituinte, quando integrou a Comissão de Sistematização e foi suplente da Comissão de Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições, e da Subcomissão da Defesa do Estado, da Sociedade e de Segurança.

Pelos serviços relevantes prestados durante seus anos de vida pública, o advogado Alfredo Campos, formado pela Universidade Federal de Minas Gerais, merece o respeito da Nação.

Sala das Sessões, 14 de outubro de 2008. – Senador **Pedro Simon** – Senador **Eduardo Azevedo**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.226, DE 2008

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal e do art. 215, inciso I, alínea a, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Previdência Social as seguintes informações sobre os débitos previdenciários dos municípios:

1) relação dos municípios que mantêm parcelamento de débito com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), bem como o período da dívida negociada e o indexador utilizado para a correção;

2) relação dos municípios que mantêm parcelamento com o INSS, individualizando aqueles que aderiram ao parcelamento especial da Medida Provisória nº 2.129-8, de 26 de abril de 2001;

3) relação dos municípios que aderiram ao parcelamento especial de que trata a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005;

Justificação

A dívida dos Municípios formada pelos débitos relativos à contribuição social para a seguridade social está regulamentada pela Medida Provisória nº 2.129-8, de 2001, e pela Lei nº 11.196, de 2005. Essas normas utilizam a taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) como fator de correção do débito, adotando-se a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), incidente sobre o período entre o fato gerador da contribuição e a data do parcelamento, para a correção do saldo devedor.

Entretanto, tais regras não foram suficientes para ajustar a situação do passivo previdenciário dos Municípios, situação essa que, ainda foi agravada pela omissão da Fazenda Nacional em adequar melhor o saldo devedor às mutações jurídicas ocorridas entre 2001 e 2008.

Entre essas, notadamente, as decisões de inconstitucionalidade declarada pelo Supremo Tribunal Federal, entre as quais podemos destacar: (a) a suspensão da execução da Lei nº 9.506, de 30 de outubro de 1997 (agentes eletivos); e (b) a declaração de inconstitucionalidade do art. 45 da Lei

nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que obrigaram os municípios a recorrer ao Judiciário na busca da exclusão de valores que não são mais devidos, suportando ônus adicional em razão dos honorários dos profissionais, bem como gerando sucumbência aos cofres da União pela não observância das alterações jurídicas e tributárias.

Ademais, os parcelamentos firmados com o INSS prevêem a retenção do Fundo de Participação dos Municípios para garantir o seu efetivo pagamento e correção do montante do saldo devedor pela SELIC.

Tais informações serão importantes para o acompanhamento das ações do Poder Executivo em face do equilíbrio do pacto federativo e tendo em vista que são os municípios os entes federados por meio dos quais se tornam mais visíveis as ações do Poder Público, as necessidades de suas comunidades, a busca das soluções e, por conseqüência, observam-se os resultados no atendimento direto da sociedade.

Sala das Sessões, 14 de outubro de 2008. – Senador **Sérgio Zambiasi**.

(À Mesa, para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.227, DE 2008

Requeiro, nos termos regimentais, que sobre o PLS/353/2008, que “altera a Lei nº 7.986/89; para instituir abono anual para os beneficiários da pensão vitalícia dos chamados “soldados da borracha” e seus dependentes”, seja ouvida, também, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, além da constante no despacho inicial.

Sala das Sessões, 14 de outubro de 2008. – Senador **Romero Jucá**, Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do art. 255, inciso II, alínea c, XII, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.228, DE 2008

Requeiro, nos termos do inciso II, art. 218 do Regimento Interno, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento, aos 85 anos, do ex-Deputado Federal

Gilberto de Andrade Faria, Presidente do Grupo Minasmáquinas e da Rede Alvorada de Comunicação, de Minas Gerais, ocorrido no dia 1º de outubro deste ano, em Belo Horizonte.

Justificação

Gilberto de Andrade Faria era natural de Belo Horizonte, Minas Gerais, filho de Clemente Soares de Faria e de Jenny de Andrade Faria, ele fundador e controlador do antigo Banco da Lavoura de Minas Gerais. De lá surgiram o Banco Bandeirantes, dirigido por Gilberto Faria até 1998, e o Banco Real, dirigido por seu irmão Aloisio Faria.

Formou-se em advocacia em 1947 pela UMG – Universidade de Minas Gerais, atual UFMG, e elegeu-se Deputado Federal por duas legislaturas, 1963-1967, pelo PSD/MG, e 1967-1971, pela ARENA/MG, participando como membro das Comissões de Finanças, Legislação Social e Relações Exteriores. Com atuação permanente nas Comissões, foi reconhecido por sua defesa dos investimentos em educação e defesa da unidade de Minas. Cobrava providências para a construção de estradas, como a que demandava da Capital ao Triângulo Mineiro, pois elas eram para ele o maior fator de agregação das populações do interior do estado. Assim deu continuidade à atuação política de seu pai que foi Deputado Estadual em Minas Gerais entre 1915 e 1918 e Deputado Federal em 1930.

Empreendedor arrojado, foi Diretor-Presidente do Banco da Lavoura de Minas Gerais S/A e Presidente de várias empresas, da Inconfidência Companhia Nacional de Seguros, da Companhia Mineira de Investimentos e do Consórcio Brasileiro de Administração e Engenharia, do Grupo Minasmáquinas, com várias empresas atuando na importação de veículos e de máquinas pesadas e mais recentemente da Rede Alvorada de Comunicação, atuante em rádio-difusão.

Esportista, torcia pelo Clube Atlético Mineiro. Jogou vôlei pelo Minas Tênis Clube e manteve em seu sítio em Betim o Time do Açude, uma equipe amadora formada por amigos. Foi idealizador e um dos fundadores do Pampulha Iate Clube.

Dedicava-se à Fundação Imaculada de Apoio ao Tuberculoso Pobre, que fôra fundada por sua mãe. Deu grande apoio à cultura mesmo antes da Lei Rouanet, principalmente através da Associação Amigas da Cultura, e particularmente a diversos artistas.

Foi casado com Ana Amélia Gonçalves de Faria, deixando seis filhos, Clemente, Beatriz, Adriana, Gilberto, Luciana, Stela, além de netos e bisnetos.

Em segundas núpcias, foi casado com Inês Maria Neves Faria, mãe do governador de Minas, Aécio Neves, de Andréa e Angela Neves.

Deixa como legado para seus descendentes o sobrenome Faria, sinônimo de trabalho, garra, honestidade, obstinação, empreendedorismo e coragem.

Sala das Sessões, 14 de outubro de 2008. –
Eduardo Azeredo.

REQUERIMENTO Nº 1.229, DE 2008

Requeiro, nos termos do inciso II, art. 218 do Regimento Interno, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento, aos 66 anos, do ex-Senador da República Alfredo Campos, ocorrido no dia 12 de outubro deste ano, em Belo Horizonte.

Justificação

Alfredo José de Campos Melo era natural de Abaeté, Minas Gerais, pecuarista, filho do advogado José de Campos Melo e Alda da Cunha de Campos Melo.

Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), foi Diretor da Fundação Mineira de Educação e Cultura de Contagem – FUMEC.

Iniciou sua atividade política em 1966 ingressando no movimento estudantil por meio do Centro Acadêmico Afonso Pena da Faculdade Direito da UFMG. Pertencia aos quadros da União Democrática Nacional – UDN e foi Oficial de Gabinete de Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais.

Em novembro de 1978 foi eleito suplente de Senador na chapa encabeçada por Tancredo Neves e em 1983 assumiu seu primeiro mandato como Senador da República até 1987.

No segundo mandato de Senador, de 1987 a 1995, foi membro da Assembléia Nacional Constituinte, quando integrou a Comissão de Sistematização e foi suplente da Comissão de Organização Eleitoral Partidária e Garantia das Instituições e da Subcomissão da Defesa do Estado, da Sociedade e da Segurança.

No Senado, foi líder do PMDB e líder do governo entre 1986 e 1987. Foi membro do Conselho da República de 1995 a 1997.

Atualmente, Alfredo Campos administrava o Grupo Sirius, em Belo Horizonte do qual era sócio-fundador.

Deixa a esposa Aparecida Pinto de Campos Melo e os filhos, Bruno de Campos e Flávio de Campos.

Sala das Sessões, 14 de outubro de 2008. –
Eduardo Azeredo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência encaminhará os votos de pesar solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, pareceres que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 1.048, DE 2008

Da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o Ofício nº S/16, de 2008 (nº 17.747/2008, na origem), do Ministro de Estado do Controle e da Transparência, que encaminha ao Senado Federal, em disco compacto, cópias dos Relatórios de Fiscalização, contendo os resultados das ações empreendidas nos Municípios sorteados na 25ª Etapa do Programa de Fiscalização a Partir de Sorteios Públicos.

Relator *ad hoc*: Senador **Valdir Raupp**

I – Relatório

O ofício encaminha ao Senado Federal, em disco compacto, relatórios com os resultados das fiscalizações realizadas pela Controladoria-Geral da União nos Municípios sorteados na 25ª Etapa do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos.

Segundo o ofício, os relatórios destinam-se aos Órgãos da Administração Federal gestores das ações fiscalizadas, bem como ao Tribunal de Contas da União e, de acordo com os eventos apurados, à Câmara Municipal, ao Tribunal de Contas do Estado, ao Ministério Público Federal e do Estado, à Polícia Federal e à Advocacia-Geral da União, para as providências cabíveis no âmbito das respectivas atribuições.

II – Análise

O referido Programa foi instituído por meio da Portaria nº 247, de 20 de junho de 2003, do Ministro de Estado do Controle e da Transparência. Consistiu em mais uma forma de atuação da Secretaria Federal de Controle Interno, órgão da Controladoria-Geral da União, dentre suas atribuições de avaliar a execução de programas federais.

Pelas regras do Programa, sessenta Municípios com até quinhentos mil habitantes são escolhidos mensalmente por meio de sorteio público na Caixa Econômica Federal. Em seguida, certas ações financiadas com recursos públicos federais são alvo de fiscalização especial. Os auditores examinam contas e documentos, inspecionam os serviços e as obras em andamento e contatam conselhos comunitários e outras entidades organizadas.

O 25º Sorteio, objeto do presente ofício, foi realizado no dia 9 de outubro de 2007. Os sessenta municípios sorteados constam da lista abaixo:

1º Xapuri (AC)	21º Amontada (CE)	41º Lagoa Real (BA)
2º Teixeiraópolis (RO)	22º Nova Russas (CE)	42º Camamu (BA)
3º Carreiro da Várzea (AM)	23º Barroquinha (CE)	43º Tanque Novo (BA)
4º Santana do São Francisco (SE)	24º Primeira Cruz (MA)	44º Iraquara (BA)
5º Areal (RJ)	25º Carutapera (MA)	45º São Jerônimo (RS)
6º Água Clara (MS)	26º Imperatriz (MA)	46º Centenário (RS)
7º Colatina (ES)	27º Angical do Piauí (PI)	47º Manoel Viana (RS)
8º Pindoba (AL)	28º Campo Largo do Piauí (PI)	48º Candelária (RS)
9º Coqueiro Seco (AL)	29º Canavieira (PI)	49º Ribeira (SP)
10º Porto Alegre do Tocantins (TO)	30º Araruna (PB)	50º Aramina (SP)
11º São Geraldo do Araguaia (PA)	31º Itabaiana (PB)	51º Cunha (SP)
12º Marabá (PA)	32º Brejo do Cruz (PB)	52º Parisi (SP)
13º São Félix do Xingu (PA)	33º Cromínia (GO)	53º Jardinópolis (SP)
14º Matupá (MT)	34º Araguapaz (GO)	54º Raposos (MG)
15º São Fernando (RN)	35º Descanso (SC)	55º Chapada Gaúcha (MG)
16º Baía Formosa (RN)	36º Piratuba (SC)	56º Machado (MG)
17º Presidente Juscelino (RN)	37º Boa Esperança do Iguaçu (PR)	57º Alagoa (MG)
18º São Caetano (PE)	38º Príncipe de Maio (PR)	58º Pousos Alegre (MG)
19º Sairé (PE)	39º Santa Cecília do Pavão (PR)	59º Nova Lima (MG)
20º Capoeiras (PE)	40º Érico Cardoso (BA)	60º Heliadora (MG)

Nas localidades com mais de vinte mil habitantes foram inspecionadas as seguintes áreas: Educação, Saúde, Assistência Social, Habitação, Saneamento e Urbanismo. Nos Municípios com mais de cem mil habitantes, as áreas alcançadas foram Educação, Habitação, Saneamento e Urbanismo. Em cada um dos sessenta Relatórios, constam inicialmente os Ministérios, programas e ações fiscalizados. Em seguida, listam-se as constatações que apontam para o possível descumprimento de dispositivos legais e contratuais.

Como visto anteriormente, os relatórios gerados são automaticamente encaminhados aos Órgãos envolvidos para as providências cabíveis, sem prejuízo evidentemente de qualquer iniciativa que algum Senador deseje empreender em relação aos eventos apurados na fiscalização.

III – Voto

Diante do exposto, opinamos pelo conhecimento da Comissão e arquivamento da presente matéria. Sala da Comissão, 7 de outubro de 2008.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

PROPOSIÇÃO: DEB Nº 16 DE dez 8

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 07 10 2008, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE : <i>R. Quintanilha</i> (SEN. DEM. B. QUINTANILHA)	
RELATOR : <i>[assinatura]</i> (SEN. PSDB PRAIA) "AD HOC"	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
RENATO CASAGRANDE-PSB <i>[assinatura]</i>	FLÁVIO ARNS-PT
MARINA SILVA-PT <i>[assinatura]</i>	AUGUSTO BOTELHO-PT
FÁTIMA CLEIDE-PT	SERYS SLHESARENKO-PT
CÉSAR BORGES-PR <i>[assinatura]</i>	INÁCIO ARRUDA-PC do B
	EXPEDITO JÚNIOR-PR
Maioria (PMDB)	
LEOMAR QUINTANILHA	ROMERO JUCÁ
WELLINGTON SALGADO	GILVAM BORGES
VALDIR RAUPP	ALMEIDA LIMA
VALTER PEREIRA	GERALDO MESQUITA
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
ELISEU RESENDE-DEM <i>[assinatura]</i>	ADELMIR SANTANA-DEM <i>[assinatura]</i>
HERÁCLITO FORTES-DEM	VAGO
GILBERTO GOELLNER-DEM <i>[assinatura]</i>	VAGO
JOSÉ AGRIPINO-DEM	RAIMUNDO COLOMBO-DEM
CÍCERO LUCENA-PSDB	PAPALÉO PAES-PSDB
MARISA SERRANO-PSDB <i>[assinatura]</i>	FLEXA RIBEIRO-PSDB <i>[assinatura]</i>
MARCONI PERILLO-PSDB	ARTHUR VIRGÍLIO-PSDB <i>[assinatura]</i>
PTB	
GIM ARGELLO	
PDT	
JEFFERSON PRAIA	VAGO

PARECER Nº 1.049, DE 2008

Da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 46, de 2008 (nº 1.039/2008, na origem), do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão nº 1.589/2008, proferido nos autos do processo TC 004.486/2004-4, que julgou irregulares as contas do Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária – ITERRA.

Relator *ad hoc*: Senador **Flexa Ribeiro**

I – Relatório

Vem a esta Comissão o Aviso nº 46, de 2008, conforme ementa acima. A matéria foi juntada ao processado do Aviso nº 21, de 2007 (Aviso nº 919-Seses-TCU-Plenário, de 27-6-2007, na origem), pelo qual o Tribunal de Contas da União (TCU) encaminhou cópia do Acórdão nº 1.257/2007-TCU-Plenário, proferido nos autos do processo TC 004.486/2006-4, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referentes ao Acórdão nº 214/2007-Plenário, que julgou irregulares as contas do Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária – ITERRA.

O TCU encaminhou essa documentação ao Senado Federal para que tomasse conhecimento, seguindo o procedimento que vem sendo adotado por aquela Corte de Contas de enviar cópia de seus julgamentos a esta Casa.

O Aviso nº 21, de 2007, chegou ao Senado Federal no dia 28 de junho do mesmo ano, sendo encaminhado, em 6 de julho, à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. A matéria foi distribuída ao Senador Jonas Pinheiro no dia 7 de agosto subsequente. Em 18 de setembro, a comissão aprovou relatório opinando pela tomada de conhecimento e posterior arquivamento da matéria. Em 19 de novembro de 2007, a matéria foi arquivada.

O Aviso nº 46, de 2008, chegou à CMA no dia 21 de agosto do corrente ano, tendo sido distribuído a este Relator no dia 26 subsequente.

II – Análise

O Acórdão nº 1.257/2007-TCU-Plenário re-feria-se ao julgamento de embargos declaratórios interpostos pela Senhora Elisabeth Galvão contra o Acórdão nº 214/2007-Plenário, que julgou irregulares as contas do Iterra e também aplicou multa à recorrente.

Os Ministros da Corte de Contas, reunidos em sessão plenária, ante as razões expostas pelo Relator, decidiram:

1. conhecer dos embargos declaratórios interpostos;
2. julgá-los parcialmente procedentes, para fins de modificar a decisão recorrida, apenas alterando o valor da multa fixada, para R\$ 1.500 (um mil e quinhentos reais);
3. encaminhar os autos à Secretaria de Recursos para que proceda ao exame de admissibilidade do recurso de reconsideração interposto pelo Iterra.

O Acórdão nº 1.589/2008-TCU-Plenário refere-se exatamente aos recursos de reconsideração interpostos pelo Iterra e pela Sra. Elisabeth Galvão, objetivando rever o Acórdão nº 214/2007, alterado, por inexactidão material, pelo Acórdão nº 915/2007.

Neste julgamento, decidiram os Ministros do TCU, em sessão plenária:

1. conhecer dos recursos de reconsideração interpostos para, no mérito, dar a eles provimento, tornando insubsistente o Acórdão nº 214/2007;
2. julgar regulares, com ressalvas, as contas do Iterra, dando-se quitação; e
3. dar ciência da deliberação, relatório e voto aos recorrentes.

III – Voto

Com base no exposto, opino que a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle tome conhecimento do Aviso nº 46, de 2008, juntado ao processado do Aviso nº 21, de 2007, e delibere pelo seu encaminhamento ao arquivo, bem como o envio do Relatório à CPI das ONG.

Sala da Comissão, 7 de outubro de 2008.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

PROPOSIÇÃO: AVS Nº 46 DE 2008

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 07/10/2008, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE : <i>L. Quintanilha</i> (SEN. LEOMAR QUINTANILHA)	
RELATOR : "AD HOC" <i>Flexa Ribeiro</i> (SEN. FLEXA RIBEIRO)	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
RENATO CASAGRANDE-PSB <i>Renato Casagrande</i>	FLÁVIO ARNS-PT
MARINA SILVA-PT <i>Marina Silva</i>	AUGUSTO BOTELHO-PT
FÁTIMA CLEIDE-PT	SERYS SLHESSARENKO-PT
CÉSAR BORGES-PR <i>César Borges</i>	INÁCIO ARRUDA-PC do B
	EXPEDITO JÚNIOR-PR
Maioria (PMDB)	
LEOMAR QUINTANILHA	ROMERO JUCÁ
WELLINGTON SALGADO	GILVAM BORGES
VALDIR RAUPP <i>Valdir Raupp</i>	ALMEIDA LIMA
VALTER PEREIRA <i>Valter Pereira</i>	GERALDO MESQUITA
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
ELISEU RESENDE-DEM <i>Eliseu Resende</i>	ADELMIR SANTANA-DEM <i>Adelmir Santana</i>
HERÁCLITO FORTES-DEM	VAGO
GILBERTO GOELLNER-DEM	VAGO
JOSÉ AGRIPINO-DEM	RAIMUNDO COLOMBO-DEM
CÍCERO LUCENA-PSDB	PAPALÉO PAES-PSDB
MARISA SERRANO-PSDB <i>Marisa Serrano</i>	FLEXA RIBEIRO-PSDB
MARCONI PERILLO-PSDB	ARTHUR VIRGÍLIO-PSDB
PTB	
GIM ARGELLO	
PDT	
JEFFERSON PRAIA	VAGO

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – As solicitações constantes dos **Pareceres nºs 1.048 e 1.049, de 2008**, lidos anteriormente, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o **Ofício nº S/16, de 2008, e Aviso nº 46, de 2008**, serão providenciadas pela Secretaria-Geral da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os Srs. Senadores Papaléo Paes, Alvaro Dias, Sérgio Guerra, Flexa Ribeiro, João Tenório, Romero Jucá, Efraim Morais e Antonio Carlos Valadares enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I, § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para fa-

zer o registro da matéria intitulada “Ministério Público acusa Matilde de improbidade”, publicada pelo jornal **O Estado de S.Paulo**, em sua edição de 8 de agosto do corrente.

A matéria destaca que a ação pede que a ex-Ministra da Igualdade Racial devolva R\$160.707,96 aos cofres públicos por uso indevido do cartão corporativo do Governo federal.

Sr. Presidente, para que conste dos **Anais do Senado**, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Ministério Público acusa Matilde de improbidade

Ação pede que ex-ministra da Igualdade Racial devolva R\$ 160.707,96 aos cofres públicos por uso indevido do cartão corporativo do governo federal

Roberto Almeida

A ex-ministra da Secretaria da Igualdade Racial, Matilde Ribeiro, envolvida no escândalo dos cartões corporativos, foi acusada de improbidade administrativa em ação proposta ontem pelo Ministério Público Federal. Ela teria utilizado o cartão indevidamente entre dezembro de 2006 e dezembro de 2007, quando alugou carros e se hospedou em hotéis sem licitação, como revelou o Estado em janeiro deste ano. A ação pede também que Matilde devolva R\$ 160.707,96 aos cofres públicos.

As despesas de Matilde chamaram a atenção pelo valor. Eram sete vezes maiores que as do segundo colocado na lista, o secretário especial de Aquicultura e Pesca, Altemir Gregolin. Por mês, a ex-ministra gastou R\$ 14,3 mil em média, mais do que seu salário mensal, de R\$ 10,7 mil. Foi contabilizado também um gasto de R\$ 461,16 em um free shop. No dia 29 de janeiro, ela alegou que “não houve desvio de conduta”, mas menos de uma semana depois admitiu o erro e pediu demissão do cargo. Lideranças do movimento negro ligaram a queda a preconceito.

No entanto, a procuradora Ana Carolina Alves Araújo Roman, autora do processo, é taxativa. “Ficou comprovado que a ré (Matilde), contra a lei, utilizou-se de seu cartão para custear despesas com locação de veículos e com hospedagem que não podem ser consideradas como eventuais, nem excepcionais, já que eram despesas recorrentes e efetuadas nos mesmos estabelecimentos”, asseverou.

A constatação da procuradora tem como princípio a quantidade e a qualidade dos gastos de Matilde à frente da pasta. Ela despendeu R\$ 127.703,26

com locação de veículos – 94% do valor em uma única empresa. Segundo a ação, os números demonstram que o uso do cartão, nesse caso, não pode ser considerado eventual ou imprudente, exigindo assim processo licitatório.

Além das despesas com veículos, Matilde também responderá pelos gastos de R\$ 37 mil com hospedagem. A procuradora sublinha, apesar de a Controladoria Geral da União (CGU) ter avaliado os gastos como “corretos”, que a ex-ministra tinha como destino praticamente as mesmas cidades (São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador), e se hospedava praticamente nos mesmos estabelecimentos com sua equipe ministerial. Já que Matilde frequentava os mesmos hotéis nas mesmas cidades, era “cristalina” a necessidade de realizar licitação antes de usar o cartão corporativo, argumenta a procuradora.

“Os gastos apresentados com hospedagem foram pagos indevidamente, já que um certa- mente poderia revelar proposta mais eficaz”, destaca o processo. “Não se pode esquecer que o abuso dos gastos no cartão corporativo da ex-ministra representa utilização imoral de dinheiro público.”

Hoje, a pasta da Igualdade Racial é dirigida pelo ex-deputado Edson Santos (PT-RJ), que assumiu em fevereiro. Na ocasião, ele disse que realizaria as licitações que Matilde não fez antes de usar o cartão corporativo e que o utilizaria de acordo com as normas estabelecidas pelo governo.

A ação por improbidade e ressarcimento ao erário contra Matilde será julgada pela 16ª Vara da Justiça Federal, no Distrito Federal. ■

O SR ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem a apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do editorial intitulado, “A resistência à MP da Pesca”, publicado pelo jornal **O Estado de S.Paulo**, em sua edição de 13 de maio de 2008.

O editorial critica a criação do Ministério da Pesca, criado por medida provisória e que agora deve ser derrubada por maioria no Congresso:

Bombardeada pelo presidente petista da Câmara, Arlindo Chinaglia e, com escassas chances de passar no Senado, uma das mais descabidas medidas provisórias (MPs) já baixadas pelo presidente Lula a que transforma a Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca em Ministério, assinada em fins de julho deverá ser retirada pelo Planalto, para voltar mais adiante

ao Congresso sob a forma de projeto de lei. A rigor, a nova Pasta é de todo dispensável, qualquer que seja o procedimento adotado para a sua criação. Mas, ao escolher impensadamente o atalho da MP, o presidente levantou fortes resistências no Legislativo.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos **Anais do Senado Federal**.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A resistência à MP da Pesca

Bombardeada pelo presidente petista da Câmara, Arlindo Chinaglia, e com escassas chances de passar no Senado, uma das mais descabidas medidas provisórias (MPs) já baixadas pelo presidente Lula – a que transforma a Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca em Ministério, assinada em fins de julho – deverá ser retirada pelo Planalto, para voltar mais adiante ao Congresso sob a forma de projeto de lei. A rigor, como já se demonstrou neste espaço, a nova Pasta é de todo dispensável, qualquer que seja o procedimento adotado para a sua criação. Mas, ao escolher impensadamente o atalho da MP, o presidente levantou fortes resistências no Legislativo – ou um “mal-entendido”, no delicado eufemismo do articulador político do governo, o ministro das Relações Institucionais, José Múcio Monteiro.

A reação mais veemente talvez tenha surpreendido o Planalto, por ter vindo de onde veio e pelos termos com que se manifestou. De fato, em pelo menos uma reunião com o colegiado de líderes da Câmara, o deputado Chinaglia, ao que vazou, usou palavras como “acinte” e “achincalhe” para qualificar a iniciativa da MP. É possível que a contumácia traduza a frustração do parlamentar por não terem sido levadas em conta as suas objeções, quando consultado pelos assessores presidenciais sobre a melhor maneira de encaminhar o *upgrade* da Secretaria da Pesca. Talvez se relacione ainda com rivalidades internas no PT, onde não faltou quem resmungasse que a promoção do secretário Altemir Gregolin a ministro era um prêmio despropositado à seção catarinense do partido, a que ele pertence.

De todo modo, o titular da Câmara ecoou a sensação dominante no Congresso de que Lula foi longe demais ao recorrer a uma medida provisória para alterar a posição hierárquica na administração federal de um órgão que já existe há quase seis anos – e que, de resto, tem sido um zero à esquerda na configuração política do governo. Não à toa – a julgar pela qualidade dos argumentos de Gregolin para justificar a MP. Ele invocou “a relevância do tema e a urgência, no sentido de que há necessidade de aumentar a produção

de alimentos”, como disse a um cético interlocutor, o dirigente do Senado, Garibaldi Alves, do PMDB. Garibaldi, a propósito, comparou irônicamente a desenvoltura do presidente em abusar das MPs a um recorde olímpico. “Ele, que foi para a China, precisava levar esse recorde”, criticou.

Ao ignorar o Congresso na decisão de abrir lugar para a Pesca no seu congestionado escalão ministerial, Lula provocou um clima de animosidade que o próprio líder do governo no Senado, Romero Jucá, do PMDB, admite com todas as letras. “Melhor teria sido se a matéria tivesse chegado aqui na forma de projeto de lei”, pondera. “Poderíamos ter feito um acordo de líderes para que tramitasse em regime de urgência constitucional”, o que daria à proposta prioridade para votação. Naturalmente, ainda é tempo de remediar o estrago, sobretudo se o governo fizer as expressões corporais adequadas às expectativas da sua base parlamentar sobre a partilha dos 295 cargos de confiança, preenchidos sem concurso, que deverão forrar o futuro Ministério. O seu orçamento, na casa de R\$ 500 milhões, será simplesmente o dobro do que toca à Secretaria.

O ministro José Múcio disse que “o que for confortável para ele (Chinaglia) nós faremos”, a fim de assegurar o que chama de “produto final” – a criação da Pasta. O problema é que, no momento, a prioridade da Câmara é outra – a votação do projeto de emenda constitucional que regulamenta a tramitação das medidas provisórias. No modelo atual, o prazo máximo de validade de uma MP é de 120 dias. Mas, se não for votada em 45 dias, passa a trancar a pauta da Casa em que estiver. A regra cerceia drasticamente a capacidade do Legislativo de votar propostas próprias. Entre outras mudanças, os congressistas querem acabar com o trancamento da agenda de votações e restringir o uso de MPs sobre matérias orçamentárias.

Mais importante ainda é a função que passariam a ter as Comissões de Constituição e Justiça da Câmara e do Senado, em rodízio, de julgar se cada nova medida provisória atende aos requisitos de relevância e urgência – o que o governo pretendeu, escandalosamente, que fosse o caso da MP da Pesca.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna no dia de hoje para registrar a matéria intitulada “O calote do Professor Delúbio”, publicada pela revista **IstoÉ**, em sua edição de 25 de junho de 2008.

A reportagem destaca que o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares não cumpre decisão judicial e deixa de devolver R\$164,6 mil ao Governo de Goiás, continuando empregado, mesmo sem trabalhar.

Em maio de 2007 Delúbio foi condenado a devolver o valor acima citado ao Governo goiano, valor este recebido de forma irregular como professor contratado

pela Secretaria de Educação. Segundo a matéria, o ex-tesoureiro petista recebia os salários todos os meses, mas não punha os pés na sala de aula.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos **Anais do Senado Federal**.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O calote do professor DELÚBIO

Ex-tesoureiro do PT não cumpre decisão judicial, deixa de devolver R\$ 164,6 mil ao governo de Goiás e continua empregado, mesmo sem trabalhar

SÉRGIO PARDELLAS

O ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares, um dos principais protagonistas do escândalo do mensalão, está novamente na alça de mira do Ministério Público. Desta vez, ele é acusado de desacatar uma decisão judicial e promover um calote contra o Estado de Goiás. Em maio de 2007, Delúbio foi condenado a devolver R\$ 164,6 mil ao governo goiano, mas até agora, passado mais de um ano, não pagou nenhum centavo. O valor se refere aos salários que Delúbio recebeu, segundo a Justiça, de forma irregular, como professor contratado pela Secretaria de Educação. O ex-tesoureiro petista recebia os salários todos os meses, mas não punha os pés na sala de aula. Delúbio foi contratado pelo governo de Goiás em 1974, mas se licenciou diversas vezes sob o argumento de atuar no Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado (Sintego). Na sentença condenatória, o juiz Ari Ferreira de Queiroz, da 3ª Vara da Fazenda Pública de Goiânia, entendeu que, nos períodos de licença, Delúbio na verdade residia em São Paulo, trabalhava para o PT e não prestava serviços ao sindicato.

Além de não devolver o dinheiro recebido irregularmente, **Delúbio continua como funcionário público do Estado de Goiás e permanece longe das salas de aula.** “Não é possível que Delúbio, mesmo condenado, não tenha sido demitido”, diz o promotor de Defesa do Patrimônio Público de Goiás, Fernando Aurvalle Krebs. O promotor entende que possa haver conivência do governo estadual tanto no calote como na permanência de Delúbio nos quadros do funcionalismo. Para investigar isso, foi aberto um novo inquérito civil público. Ouvido durante essa nova investigação, o chefe da Casa Civil de Goiás, Ivan Soares de Gouvêa, disse que o procedimento adminis-

“Não é possível que Delúbio, mesmo condenado, não tenha sido demitido”

Fernando Krebs, promotor

trativo disciplinar contra Delúbio depende de parecer favorável da Procuradoria-Geral do Estado. “A Procuradoria nos comunicou que está fazendo um reexame do processo”, disse à ISTOÉ a subchefe da Casa Civil, Avenilma de Lourenço Freitas. O problema é que um procedimento administrativo não pode se sobrepor a uma decisão judicial. Ainda que as medidas internas do governo possam retardar a demissão de Delúbio, elas jamais poderiam impedir o cumprimento da pena imposta: a devolução dos R\$ 164,5 mil recebidos ilegalmente.

Para o Ministério Público, os movimentos do petista contra a sua exoneração ocorrem porque ele planeja candidatar-se a deputado federal em 2010. “Sua exoneração a bem do serviço público poderá ser explorada negativamente numa futura campanha política”, diz o promotor Krebs. Tanto o ex-tesoureiro do PT quanto seus advogados foram procurados por ISTOÉ, mas não foram encontrados.

Apesar de sua expulsão do PT, Delúbio prepara paulatinamente seu retorno à política. Em abril, ele participou ativamente na articulação que resultou na aliança entre o PT e o PMDB para as próximas eleições municipais em Goiânia. Na festa

de comemoração pela aliança, realizada em uma chácara na região metropolitana, Delúbio fez discurso de candidato para o grupo de cerca de 200 convidados. ■

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Oposição decide CPI da Varig em agosto”, publicada no jornal **O Estado de S.Paulo**, em sua edição de 10 de julho de 2008.

A matéria destaca que municiados por dados em poder da Comissão de Infra-Estrutura do Senado, os dois maiores partidos de oposição, DEM e PSDB, decidirão em agosto sobre a criação de uma CPI da Casa para investigar denúncias de que o Governo teria pressionado a Agência Nacional de Aviação Civil

(ANAC) para facilitar a venda da Varig ao fundo americano Matlin Patterson.

Sr. Presidente, para concluir, requiro que a referida matéria passe a integrar os **Anais do Senado Federal**.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Oposição decide CPI da Varig em agosto

Parlamentares do DEM e do PSDB vão esperar análise de informações

Rosa Costa

BRASILIA

Municiados por dados em poder da Comissão de Infra-Estrutura do Senado, os dois maiores partidos da oposição, DEM e PSDB, decidirão em agosto sobre a criação de uma CPI da Casa para investigar denúncias de que o governo teria pressionado a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) para facilitar a venda da Varig ao fundo americano Matlin Patterson.

O presidente da comissão, senador Marconi Perillo (PSDB-GO), informou que, este mês, as informações serão examinadas por uma equipe técnica designada pelos partidos para avaliar pontos que precisam ser esclarecidos. A posição cautelosa, segundo o presidente do PSDB, senador Sérgio Guerra (PE), foi adotada em reunião dos líderes com o presidente do Democratas, deputado Rodrigo Mala (RJ), e ele próprio.

O senador previu que a organização das informações vai mostrar se há ou não base concreta para uma investigação.

Segundo ele, a posição do partido, antes contrária a uma investigação parlamentar da transação, evoluiu “porque estão aparecendo dados novos que precisam ser destrinchados”.

Ontem foi a vez de a comissão ouvir o depoimento do presidente da Associação dos Pilotos da Varig, comandante Elnio Borges Malheiros. Segundo ele, a venda para a VarigLog, controlada pelo fundo Matlin Patterson com três sócios brasileiros, “foi uma fraude”.

O comandante afirmou que os três sócios brasileiros – Marco Antonio Audi, Luiz Gallo e Marcos Haftel – eram apenas testas-de-ferro. Ironizando, ele chamou a operação de “entrega graciosa de uma empresa brasileira a um grupo estrangeiro”. Para Malheiros, até hoje “ninguém sabe quem são os autênticos donos da Varig e quem está atrás do fundo americano”.

Representante da entidade denominada Trabalhadores do Grupo Varig (TGV), o comandante Malheiros chamou ainda de “calote” o não pagamento de direitos trabalhistas, como salá-

rios e indenizações, aos ex-trabalhadores da empresa. De um total de 10.500 empregados, apenas 850 deles foram aproveitados pela chamada nova Varig, controlada pela Gol.

Para presidente da Associação dos Pilotos, venda ‘foi uma fraude’

Elnio Borges Malheiros classificou ainda de “infelizes” as intervenções do governo no processo de venda da Varig. Na sua opinião, em vez de ajudar a empresa a se recuperar, o Planalto “apenas abriu caminho para a realização de um bom negócio”.

O senador José Agripino (DEM-RN) lembrou que a Varig foi vendida por US\$ 24 milhões e, oito meses depois, revendida à Gol por US\$ 320 milhões. Para o comandante, os dados reforçam a tese de que o plano de recuperação da Varig não passou de uma “farsa”. ●

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Um passo acima”, publicada pela revista **Veja**, em sua edição de 28 de maio de 2008.

A matéria destaca que ex-Secretário confirma que dossiê era mesmo dossiê e que foi produzido na Casa Civil.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os **Anais do Senado Federal**.

Era o que eu tinha a dizer.
Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO TENÓRIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Um passo acima

Ex-secretário confirma que dossiê era mesmo dossiê e que foi produzido na Casa Civil

Havia uma grande expectativa na semana passada em torno do depoimento do ex-secretário de Controle Interno da Presidência da República José Aparecido Nunes Pires. Apontado como o responsável pelo vazamento do dossiê montado no Palácio do Planalto com informações sobre as despesas do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, Aparecido não falou tudo que sabia, mas balizou o caminho para que a Polícia Federal chegue ao que efetivamente interessa: os mentores do documento usado ilegalmente para chantagear, intimidar e constranger a oposição. O ex-secretário disse que recebeu o dossiê de um servidor que participou do grupo encarregado de produzi-lo. Portanto, confirmou a existência oficial do documento, algo que o governo insistia em negar. Aparecido também apontou o secretário de Administração da Presidência, Norberto Temóteo, como uma espécie de coordenador do trabalho. Deixou claro, assim, que o material foi confeccionado na Casa Civil, onde funciona a secretaria, de modo organizado e com o uso da estrutura funcional do Palácio. Basta à Polícia Federal perguntar a Norberto Temóteo, um servidor subordinado à ministra Dilma Rousseff, de quem partiu a ordem para fazer o dossiê e o caso estará oficialmente esclarecido. Extra-oficialmente, não há nenhuma dúvida, mesmo tendo Aparecido se negado a revelar a identidade do chefe, informação que ele repassou a pelo menos três pessoas.

O depoimento da semana passada também foi vital para mostrar os verdadeiros propósitos do dossiê. Está demonstrado que o e-mail contendo o documento visava mesmo a mandar um recado à oposição. A mensagem saiu do computador de Aparecido no Palácio do Planalto e chegou ao Congresso no dia 20 de fevereiro — pouco mais de uma semana depois do início dos trabalhos dos servidores que vasculhavam as contas do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, de sua família e de seus principais auxiliares. No entanto, muito antes disso, os jornais já publicavam informações sobre a existência do dossiê e detalhes sobre a suposta “munição” que o governo armazenava para atacar a oposição, caso fosse instalada a CPI dos Cartões Corporativos, que se propunha a investigar as despesas do presidente Lula. Diante dessa cronologia, ficam evidentes as motivações do grupo que deu a ordem para fazer o dossiê. O problema é que o documento era para ficar guardado. Aparecido, ao repassar uma cópia do dossiê a um amigo do Senado, sabe-se lá por que motivos, o que pouco importa a essa altura, acabou revelando o método perverso de fazer política que está incrustado nos genes de muitos petistas. Mas ainda faltam nomes. O secretário Temóteo mandou dizer que, por enquanto, não vai falar sobre o assunto. ■

Alexandre Oltramari

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tem sido tema recorrente, no Brasil e no mundo, a crise de alimentos, causa primordial, segundo os especialistas, da inflação que tem se manifestado tanto nas economias de países desenvolvidos, quanto nas dos países em desenvolvimento.

Ela também tem servido mundo afora de argumento àqueles que combatem os biocombustíveis, não importando muito a veracidade do que se diz a respeito. O que conta é ter um pretexto verossímil, ainda que absolutamente infundado, ao menos no que se refere à produção desses combustíveis no Brasil.

O Presidente Lula, de modo feliz, tem se manifestado com veemência sobre a questão, no Brasil e nos fóruns internacionais, e, mais do que isso, tomado providências concretas para uma atuação assertiva e eficaz no tratamento desses assuntos. Na semana retrasada, lançou, em Curitiba, junto com o Ministro Reinhold Stephanes, da Agricultura, o Plano Agrícola e Pecuário 2008/2009, mais conhecido como Plano de Safra 2008/2009.

O volume de crédito previsto para aquela safra é de setenta e oito bilhões de reais, um incremento de R\$8 bilhões em relação à safra 2007/2008. Serão destinados R\$65 bilhões à agricultura empresarial e R\$13 bilhões à agricultura familiar. Seis desses R\$13 bilhões estão reservados a uma nova linha de crédito, lançada pelo Presidente da República, também na semana retrasada, com o Ministro Guilherme Cassel, do Desenvolvimento Agrário, como parte integrante do Programa Mais Alimentos.

O Programa Mais Alimentos tem como objetivo expandir a oferta de alimentos por meio do aumento da produtividade da agricultura familiar. A meta é ampliar a produção da agricultura familiar em dezoito milhões e meio de toneladas até 2010.

Para tanto, até aquele ano, o volume de crédito deverá chegar a R\$25 bilhões. Com isso, estima-se que cerca de um milhão de produtores familiares sejam beneficiados com a compra de 60 mil tratores e 300 mil máquinas e implementos agrícolas, obedecido um limite de crédito de R\$100 mil por produtor.

A produção familiar já responde, aliás, por boa parte dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros. Dela saem, por exemplo, 67% da produção de feijão, 89% da produção de mandioca, 60% da produção de suínos e 56% da produção de leite. Cerca de 150 itens da produção em bases familiares fazem parte do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA), o que representa 25% desse índice. Aumentar a oferta desses produtos contribui, sem dúvida, para o controle da inflação e para mostrar ao mundo que a produção

de alimentos, pelo menos no caso do Brasil, nada tem a ver com a produção de biocombustíveis.

No conjunto, a expansão da oferta de crédito, do seguro rural e, principalmente, a manutenção da taxa anual de juros para essa atividade em 6,75%, no Plano de Safra 2008/2009, deverão ser capazes de aumentar a produção brasileira de grãos em 5% na safra daquele período.

Isso nos dá uma condição excepcional no cenário internacional, colocando-nos em posição de atender boa parte do consumo mundial de alimentos. Na opinião de autoridades do setor agrícola, ao lado da Argentina, o Brasil é o único País capaz de produzir alimentos para o mercado interno e ainda abastecer o mercado internacional, cujos estoques estão extremamente baixos atualmente.

Além disso, o Ministério da Agricultura, por determinação do Presidente Lula, formará estoques reguladores de arroz e milho para reduzir o impacto do aumento dos preços desses produtos no bolso do consumidor brasileiro. Para tanto, conforme orientação do Presidente, no ano que vem, esses grãos serão adquiridos ao preço mínimo, na safra, para abastecer o mercado na entressafra.

De acordo com o Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, está sendo negociada com o Ministério da Fazenda dotação orçamentária no valor de R\$3,8 bilhões para a compra de arroz e milho por meio do mecanismo de Aquisição do Governo Federal (AGF).

Como se vê, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Governo Federal está desenvolvendo uma ação importante e eficaz para alcançar múltiplos resultados, a saber: baratear os alimentos, conter a inflação, aproveitar a janela de oportunidade que se abre no mercado internacional de alimentos e, ainda, de quebra, responder ao falso dilema entre a produção de alimentos e a de biocombustíveis, tão caro aos inimigos do nosso etanol.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com preocupação que me associo às sucessivas manifestações já feitas desta tribuna por praticamente todos os que a ocuparam desde que veio à tona a mega-crise financeira norte-americana – crise que, diga-se, já não é apenas daquele país.

É de todos, na medida em que a economia globalizada faz com que seus efeitos se espalhem quase instantaneamente por todo o mundo.

Quero, antes de mais nada, dizer que, neste momento, não há oposição ou governo. Há o interesse na-

cional – e, de minha parte, estou determinado a apoiar todas as iniciativas que meu partido julgar necessárias à defesa da economia e do povo brasileiro.

Digo sempre – e hoje repito – que fazemos oposição ao Governo, não ao País. O DEM tem plena consciência da gravidade deste momento e não fará nada para o agravar. Muito pelo contrário.

Dito isso, quero comentar o comportamento do Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, diante da crise. Não creio que tentar minimizá-la com palavras seja o melhor caminho.

Não tenho dúvida de que é preciso evitar o pânico e o alarmismo, mas igualmente é preciso manter a sociedade alerta e bem-informada. Somente assim, ela poderá dar a sua indispensável contribuição, agindo em consonância com o momento. Não é, porém, o que temos visto.

Ao afirmar que a crise “é uma marola” e que não chegará aqui – declarações iniciais de sua Excelência –, prestou um desserviço à causa.

A crise não é uma marola – e já chegou aqui, haja vista as medidas tomadas pelo Banco Central, de injetar dinheiro no mercado para salvar os pequenos bancos e garantir liquidez aos grandes.

Felizmente, a economia brasileira apresenta fundamentos sólidos, fruto da continuidade dada ao Plano Real. Hoje, vemos que o tão criticado Proer, que mereceu do PT os ataques mais selvagens, ao tempo do governo Fernando Henrique, foi medida sábia, que hoje o governo Lula, com bom senso, resolveu reeditar, na mesma linha em que hoje agem os governos norte-americano e dos países da União Européia.

Não se trata de estatizar ou salvar bancos, como alguns apregoam levianamente, mas de garantir os correntistas e poupadores.

Não se trata também de abrir mão dos fundamentos do sistema capitalista. O Estado (e é para isso que ele existe entrou em cena, lá como cá, para cumprir a função de regular o mercado, cujo desequilíbrio deve-se não ao sistema, mas ao mau uso – péssimo uso, diga-se – que dele fizeram.

Uma coisa é o sistema capitalista, o regime de livre mercado. Outra é a fraude, a trapaça, que corrompem qualquer tipo de modelo que se conceba.

E a crise que aí está decorre do mau uso que se fez da economia de mercado – e da demora do Estado norte-americano de tomar providências.

Voltemos ao Brasil. Ao declarar que o brasileiro terá um (as) “natal extraordinário” e incentivar o público a consumir, como se nada tivesse mudado, o presidente Lula trata a crise com a retórica dos palanques. E isso é uma temeridade.

Crise requer sobriedade, austeridade e, sobretudo, compromisso com a verdade. Não se sai da crise com a tática do avestruz, que, diante do perigo, enterra a cabeça na areia.

Precisamos encará-la com serenidade, mas com determinação, sem deixar de tomar as medidas necessárias.

Lembro-me da crise cambial de 1998, em plena campanha sucessória, que obrigou o presidente Fernando Henrique a tomar medidas amargas, que poderiam ter comprometido sua reeleição.

Ele, porém, não deixou de implementá-las e a sociedade brasileira reconheceu a seriedade de seu procedimento, reelegendo-o.

O povo brasileiro, que acaba de atribuir índices elevados de popularidade ao presidente Lula, não deixará de apoiá-lo, ainda que ao custo de eventuais perdas, se ele se posicionar com firmeza e coragem diante dos desafios que o momento impõe.

É nas horas difíceis que o perfil do estadista se apresenta. O presidente Lula está tendo a oportunidade de mostrá-lo. Entrar para a história como bom governante em momento de euforia econômica mundial é fácil. O difícil é confirmar essa competência nas horas graves – horas como esta, em que o comportamento da economia brasileira terá peso no cenário internacional.

O Brasil é hoje um país que influi, que pode contribuir no equacionamento da crise. Deixou de ser meramente periférico. É o que os economistas chamam de **player** (pronúncia plêier) no cenário mundial. Terá mais importância ainda no desdobramento da crise, quando sua pujança em matéria de recursos naturais poderá fazer grande diferença.

Crise, como todos estamos cansados de saber, é hora de risco, mas também de oportunidades. E esta nos oferece a chance de mostrar ao mundo os méritos que efetivamente temos, pela seriedade com que temos tratado nossa economia já há alguns governos, incluindo este.

Não se pode tirar o mérito do governo Lula de ter enfrentado a resistência de seu próprio partido e mantido o modelo econômico que tanto combatera no governo anterior.

A própria escolha do presidente do Banco Central, o Dr. Henrique Meirelles, recrutado nas fileiras do PSDB, foi uma demonstração desse bom senso, que se mostrou fundamental para que o país possa agora tratar dos efeitos desta hecatômica crise financeira mundial sem alarmes e sem fragilidades maiores.

Esse reconhecimento que fazemos ao Presidente Lula precisa, no entanto, ser estendido por ele ao

governo anterior, tantas vezes exposto pelo PT como bode expiatório de todas as mazelas do País.

Há um momento em que as fronteiras de governo e oposição desaparecem: é exatamente quando um interesse maior – o interesse do país, sua sobrevivência econômica – está em pauta. Nessa hora, não se pode tratar a realidade com a lógica e coreografia dos palanques.

É a hora da verdade, a reclamar providências práticas e consistentes, que exigem a adesão geral de todos os agentes políticos.

Estamos num momento assim. O País terá que rever procedimentos econômicos, terá que rever sua própria cultura econômica. Os gastos públicos terão que ser revistos e enxugados.

Reformas sempre adiadas – e mais uma vez falamos em reforma tributária e fiscal – terão que ser recolocadas em pauta. E, para que não se perca mais uma oportunidade, esperamos que o governo Lula se disponha a negociá-las com a oposição, sem a pretensão de impô-las por meio de construção fisiológica de maiorias no Congresso.

Neste momento, isso não funcionará. Pode até permitir que o governo aprove o que quiser, mas, com certeza não produzirá a adesão do País – e, portanto, não obterá êxito.

O apelo que faço ao Presidente da República é no sentido de que assumo outro discurso em relação à atual conjuntura. Se o alarmismo é nefasto, tão ou mais nefasto ainda é a euforia descabida, irreal.

O consumismo, neste momento, é predatório. Terá de ser evitado. O crédito já está em retração, o juro e o câmbio em alta, as bolsas em queda.

Para evitar uma recessão, é necessária sobriedade, austeridade. Tenho fé em que o Brasil tem condições de superar o presente desafio. Basta confiar em si mesmo e não insistir em fingir que a crise não é com ele.

Por isso, reitero: nada de palanques, Sr. Presidente. A oposição estará a seu lado em tudo o que disser respeito ao interesse nacional, sem politiquice, sem fanfarronadas, sem demagogia.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no último dia 5 de outubro comemoramos 20 anos de promulgação da Constituição Federal brasileira. A nossa conhecida Constituição cidadã. Ela é a nossa Carta Política que possibilitou a mudança do regime de força militar para a democracia. E não é só: a Constituição Federal brasileira, em 1988, sintetizou a realidade invisível e desejada de milhões de brasileiros.

Muitos criticam a Constituição de 1988 por ser um texto longo, detalhista, muito cheio de especificidades, quando a rigor, deveria seguir a linha clássica de uma constituição enxuta, fixando os direitos individuais. Ocorre que é preciso contextualizar o que foi a nossa Constituição cidadã: ela não é apenas uma síntese de idéias, de projetos, de futuro esperado. Mais do que isso, a nossa constituição é uma estratégia de desenvolvimento civilizador.

Ora, Sr^{as} e Srs. Senadores, o objetivo de uma estratégia de desenvolvimento deve ser a construção de uma sociedade democrática e também tecnologicamente avançada e ambientalmente planejada, com justa distribuição de renda e da riqueza, com igualdade de oportunidades e com um sistema de seguridade social de qualidade e de caráter universal. Portanto, não creio que a Constituição brasileira deveria seguir a linha tradicional, mas pelo contrário, o Estado democrático e social de direito, também chamado de bem-estar social, é a maior conquista da civilização ocidental ao longo do século XX. Assim, felicito o povo brasileiro por ter posto em seu pacto político a diretriz clara de como quer a atuação do seu Estado e como espera formatar, cotidianamente, a sociedade.

E no dia em que se comemorou os 20 anos da nossa Constituição, realizou-se no País inteiro eleições para escolha de prefeitos e vereadores, movimentando os 5 mil e 568 municípios brasileiros. Foram ao todo 127,4 milhões de eleitores votando em aproximadamente 400 mil candidatos.

Creio, Sr^{as} e Srs. Senadores, que foi uma festa cívica! E nada melhor do que comemorar os 20 anos da Constituição cidadã do que uma festa da democracia.

Agora, não posso deixar de registrar uma preocupação: nossa vitoriosa festa cívica contou com o reforço de segurança por meio de soldados das forças armadas em 302 cidades de 12 estados brasileiros. E acho que essa situação não pode simbolizar o cenário de uma constituição que não entregou o que prometeu. Muito pelo contrário, essa situação representa uma necessidade de retorno ao simbolismo da Constituição Federal de 1988. Ou seja, a sua estratégia de desenvolvimento para o Brasil.

Sr. Presidente, a democracia formal está consolidada no Brasil. Não há espaço no seio da sociedade brasileira para golpes e movimentos contra a ordem democrática estabelecida. Contudo, a sociedade brasileira não tolera mais a realidade de um país não-desenvolvido, onde o cidadão comum vota e não tem qualidade de vida. Não fosse a direção dada pelo Governo Lula, muitos brasileiros sequer teriam condições básicas de sobrevivência. E muito embora o nosso go-

verno esteja atuando, inaugurando obras e tentando fazer o melhor, isto ainda é pouco.

Portanto, a coincidência do aniversário da nossa Constituição cidadã com o dia das eleições municipais nos leva a pensar sobre a necessidade da estratégia de desenvolvimento para o Brasil, prevista na Constituição Federal. Assim, em primeiro lugar, é preciso identificar no texto constitucional para onde se quer levar a sociedade, e acho que esse texto é claro ao afirmar que são objetivos da República brasileira: constituir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

O segundo ponto é identificar qual a trajetória política, jurídica, econômica e social para cumprir com aqueles objetivos. Neste caso, novamente vejo que o Texto constitucional aponta, de modo muito evidente, para o caminho que se faz por meio das políticas sociais, fazendo justiça social, por um lado, e auxiliando o desenvolvimento do Brasil, pelo outro lado.

Assim, não podemos deixar a realidade derrotar a Constituição cidadã. Temos que viabilizar as ações das políticas educacionais, das políticas ambientais e das políticas de redução das desigualdades de renda e de riqueza. Ora, é que a estratégia de desenvolvimento, para ser factível contra a realidade nua e crua, deve estimular o compromisso e o pacto da sociedade. E é por isso que a Constituição brasileira de 1988 é acima de tudo um pacto político, de maneira que seus instrumentos jurídicos e econômicos, seus objetivos fiscais, as metas, os desafios, os riscos, os mecanismos macroeconômicos não são meras promessas ou carta de intenção. Como disse anteriormente, eles são o símbolo da realidade desejada de milhões de brasileiros e, por isso mesmo, devem compor o sentimento de orgulho do brasileiro em querer transformar a sua realidade.

Sr^{as}. e Srs. Senadores, as diretrizes da nossa Constituição cidadã devem atingir não só a cabeça, mas de modo especial o coração dos brasileiros, isto é, suas aspirações e esperanças. Serão nelas que a sociedade brasileira define a sua identidade e objetivo, organiza o seu passado e presente, para viabilizar o seu futuro, que, creio, será grande.

Viva o povo brasileiro! Viva a Constituição cidadã!

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 130, DE 2008

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição)

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 2008 (nº 3.452/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre a criação da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais, sobre a criação de cargos de Analista Técnico e de Agente Executivo da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, sobre a transformação de cargos na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, altera o Anexo I da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, para adaptar os quantitativos de cargos da ANVISA, a Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, que dispõe sobre a Carreira de Analista de Infra-Estrutura e sobre o cargo isolado de provimento efetivo de Especialista em Infra-Estrutura Sênior, e altera a Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007, para prever a fórmula de pagamento de cargo em comissão ocupado por militar, e a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003.*

Dependendo de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

(Sobrestando a pauta a partir de 17/10/2008)

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 48, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

3

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 5, DE 2005**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que *altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições.*

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

4

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 38, DE 2004**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.*

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

5

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 50, DE 2006**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar.*

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º

pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que oferece.

6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 86, DE 2007**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).*

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, favorável parcialmente, com Subemenda, que apresenta.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 7, DE 2008**

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Gim Argello, que *altera os arts. 21, 22 e 48 da Constituição Federal, para transferir da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.*

Parecer favorável, sob nº 727, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 20, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal,*

reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 18, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.*

10

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 3, DE 2001**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

11

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 26, DE 2002**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Cons-

tituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.*

12

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 90, DE 2003**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.*

13

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2004**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*

14

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).*

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Morais, oferecendo a redação do vencido.

15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele).*

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.*

Parecer favorável sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.*

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que *altera o § 2º do art.*

12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).*

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Roberto Saturnino.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).*

Parecer favorável sob o nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Eduardo Suplicy .

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.*

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador

Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela.*

Parecer sob o nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator *ad hoc*: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

23

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que *acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços.*

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e subemenda que apresenta, e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

24

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 306, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que *acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Con-*

sumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.

25

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.*

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

26

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.*

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda que oferece.

27

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que *acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de*

qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

28

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.

29

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).

30

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento

da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.

31

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.

32

PARECER Nº 106, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, à Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa.

33

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. (Fixação e ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.)

34

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a dispensa do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos ao Projeto

de Lei do Senado nº 312, de 2007, uma vez que o prazo naquela Comissão já se encontra esgotado. (Gestão de florestas públicas; institui o Serviço Florestal Brasileiro na estrutura do Ministério do Meio Ambiente)

35

REQUERIMENTO Nº 1230, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.230, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando voto de censura ao juiz Edilson Rumbelsperger Rodrigues, da 1ª Vara Criminal e de Menores de Sete Lagoas – MG, pela falta de ética e compromisso moral ao rejeitar pedidos de medidas cautelares contra homens que agrediram ou ameaçaram suas companheiras.

Parecer favorável, sob nº 618, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon.

36

REQUERIMENTO Nº 847, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 847, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de solidariedade ao Senador Eduardo Azeredo, em razão de correspondên-

cia por ele recebida, subscrita pelo Sr. Marco Aurélio Garcia, Assessor Especial de Política Externa do Presidente da República, relativa ao pronunciamento do Senador na sessão do Senado no último dia 11 de junho, sobre a mudança de opinião do Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, em relação às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc).

37

REQUERIMENTO Nº 877, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 877, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de congratulação ao governo colombiano, aos familiares e ao povo colombiano pela libertação da ex-senadora e ex-candidata presidencial Ingrid Betancourt, de onze militares colombianos e três soldados americanos, que estavam em poder das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), e que este acontecimento seja utilizado como marco para o estabelecimento de um processo de paz e resolução pacífica do conflito armado vivenciado pelo país irmão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 21 horas e 9 minutos.)

Ata da 190ª Sessão Especial, em 15 de outubro de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência do Sr. Mão Santa

(Inicia-se a sessão às 12 horas e 2 minutos, e encerra-se às 14 horas e 16 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente Sessão Especial destina-se a comemorar o Dia da Criança, com o objetivo de se discutir e encontrar meios para a inclusão social das crianças do nosso País, e o Dia do Professor, nos termos dos **Requerimentos nºs 153, 246 e 1.142, de 2008**, do Senador Cristovam Buarque e outras Sr^{as} e Srs. Senadores.

É com satisfação que anuncio a presença de alunos do Centro de Ensino Fundamental de Arapoanga, Planaltina, e do Centro de Ensino Fundamental 619 de Samambaia, Distrito Federal.

Convido a todos para, de pé, ouvirmos o Hino Nacional Brasileiro, que será cantado por Andressa Nunes.

(Execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Peço que os meus aplausos como Presidente, neste momento, se somem aos aplausos de vocês em homenagem a essa grande artista, cantora, representante do melhor do nosso Brasil, da criança brasileira, Andressa Nunes. (Palmas.)

Convido as crianças Ana Paula Lopes Almeida, Augusto Paulino dos Santos, Taina Micaela, Michael Alves, Jilvaneide Vieira, Erick Chaves, Dhuliana Cavalcante, Frederico Miranda, Jonas Beirão e Iara Lopes Gomes para prodecerem à leitura dos dez artigos da Declaração dos Direitos da Criança.

A SRA. ANA PAULA LOPES ALMEIDA – I Princípio. Todas as crianças são credoras destes direitos, sem distinção de raça, cor, sexo, língua e religião, condição social ou nacionalidade, quer sua ou de sua família.

O SR. AUGUSTO PAULINO DOS SANTOS – 2º Princípio – A criança tem o direito de ser compreendida e protegida, e devem ter oportunidades para seu desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual

e social, de forma sadia e normal e em condições de liberdade e dignidade. As leis devem levar em conta os melhores interesses da criança.

A SRA. TAINA MICAELA – 3º Princípio – Toda criança tem direito a um nome e a uma nacionalidade.

O SR. MICHAEL ALVES – 4º Princípio – A criança tem direito a crescer e criar-se com saúde, alimentação, habitação, recreação e assistência médica adequadas, e à mãe devem ser proporcionados cuidados e proteção especiais, incluindo cuidados médicos antes e depois do parto.

A SRA. JILVANEIDE VIEIRA – 5º Princípio – A criança incapacitada física ou mentalmente tem direito à educação e cuidados especiais.

O SR. ERICK CHAVES – 6º Princípio – A criança tem direito ao amor e à compreensão e deve crescer, sempre que possível, sob a proteção dos pais, num ambiente de afeto e de segurança moral e material, para desenvolver a sua personalidade. A sociedade e as autoridades públicas devem propiciar cuidados especiais às crianças sem família e àquelas que carecem de meios adequados de subsistência. É desejável a prestação de ajuda oficial e de outra natureza em prol da manutenção dos filhos de famílias numerosas.

A SRA. DHULIANA CAVALCANTE OLIVEIRA – 7º Princípio – A criança tem direito à educação, para desenvolver suas aptidões, sua capacidade para emitir juízo, seus sentimentos e seu senso de responsabilidade moral e social. Os melhores interesses da criança serão a diretriz a nortear os responsáveis pela sua educação e orientação; esta responsabilidade cabe, em primeiro lugar, aos pais. A criança terá ampla oportunidade para brincar e divertir-se, visando os propósitos mesmos da sua educação; a sociedade e as autoridades públicas empenhar-se-ão em promover o gozo deste direito.

O SR. FREDERICO MIRANDA – 8º Princípio – A criança, em quaisquer circunstâncias, deve estar entre os primeiros a receber proteção e socorro.

O SR. JONAS BEIRÃO – 9º Princípio – A criança gozará proteção contra quaisquer formas de negligên-

cia, abandono, crueldade e exploração. Não deve trabalhar, quando isto atrapalhar a sua educação, o seu desenvolvimento e a sua saúde mental ou moral.

A SRA. IARA LOPES GOMES – 10º Princípio –

A criança deve ser criada num ambiente de compreensão, de tolerância, de amizade entre os povos, de paz e de fraternidade universal e em plena consciência que seu esforço e aptidão devem ser postos a serviço de seus semelhantes.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –

Convidamos para compor a Mesa, nesta sessão em homenagem às crianças do Brasil, os Senadores aqui presentes: Cristovam Buarque, Jefferson Praia, Leomar Quintanilha e, representando todas as crianças, convido a Senadora Marisa Serrano, encantadora Senadora e professora.

Dando continuidade a esta solenidade, concedemos a palavra ao Senador Cristovam Buarque, primeiro subscritor do requerimento desta sessão.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Bom dia a cada uma e a cada um de vocês.

Cumprimento o Senador Mão Santa, que preside esta sessão, e, por meio dele, todos os demais Senadores e autoridades aqui presentes. Cumprimento os senhores embaixadores que aqui estão e especialmente os professores e as crianças que vieram de suas escolas e de suas casas, para estarem conosco neste dia em que queremos prestar homenagem dupla aos professores e às crianças.

Quem já me ouviu falar aqui sabe que não costumo ler discurso. Acho que muitas vezes a leitura tira a ênfase, o impacto. Mas hoje decidi ler dois textos: um que fiz no passado e um recente. O do passado é um texto sobre crianças, e o recente é uma carta que enviei aos professores do Distrito Federal, que, se não receberam ainda, receberão.

Eu leio, porque gostaria que as pessoas que nos estão assistindo pela televisão pudessem tomar conhecimento dessas mensagens.

A primeira é um artigo que chamei de *Os Nomes da Criança*, que começa, lembrando que, entre os esquimós, Senador Mão Santa, existem muitas palavras para dizer “neve”. Para nós, “neve” é neve, mas para os esquimós não pode ser, porque, se eles pisarem numa neve sem substância, afundam! Eles têm que ter uma palavra para denominar a neve que afunda e outra para a neve sólida. Para nós, não há diferença.

Os homens, os povos das florestas também têm mais de um nome para dizer “mato”. Para nós, da cidade, “mato” é mato. Para uma pessoa da floresta, cada mato tem um nome próprio, porque há alguns que, se furarem, matam. Há alguns que, se forem comidos,

matam a fome, e outros, que envenenam. Eles têm de saber os nomes diferentes de cada mato.

Os povos que vivem nos desertos também têm palavras diferentes para dizer aquilo que chamamos de areia. Se eles não prestarem atenção e não souberem que aquela areia é a que o vento leva, podem morrer, porque o vento vai criar uma tempestade.

Pois bem, no Brasil, Senadora Marisa, para proteger-se do meio ambiente, o mundo brasileiro criou palavras diferentes, para dizer uma coisa tão simples, que é “criança”. A cultura evolui conforme o número de palavras que se tem para dizer uma só coisa. Os esquimós têm uma alta cultura no que se refere à neve; as pessoas das matas, para o que significa “árvore”; as pessoas do deserto, para o que significa “areia”.

O Brasil tem uma alta cultura para dizer “criança” – porque a gente sabe que no Brasil criança não é uma só coisa. Por exemplo, para poder andar com segurança nas ruas, os brasileiros têm maneiras diferentes de dizer “criança”, para saber se podem ficar perto ou longe delas. Não se trata de sinônimos, como antigamente, para indicar a mesma coisa, ou seja, “menino”, “guri”, “pirralho”. Isso são sinônimos. Não. Trata-se agora de que cada nome indica uma sutil diferença no tipo de criança.

O português falado no Brasil é hoje o mais rico e o mais imoral dos idiomas do mundo, no que se refere à definição de criança. É um rico vocabulário que mostra a degradação moral de uma sociedade que trata suas crianças como se não fossem apenas crianças.

Por exemplo, “menino-de-rua”. Nós tivemos que inventar essa conceituação, de “menino-de-rua”, diferente de “criança”. É uma criança diferente, chamada de “menino-de-rua”. “Menino-de-rua” significa aquele que fica na rua, em lugar de estar na escola, em casa, brincando ou estudando, mas às vezes tem até uma casa aonde ir. Por isso, existe uma sutileza para diferenciar “menino-de-rua” de “menino na rua”. O “menino na rua” é o que tem uma casa para ir de noite; o “menino-de-rua” é aquele que não tem uma casa onde ficar.

Ao vê-los, esses “meninos de rua” ou “na rua”, um habitante das nossas cidades os distingue das demais crianças que ali estão passando. Ele sabe a criança que é de rua e a que não é de rua, da mesma maneira que um esquimó sabe uma neve sólida, onde pode pisar, e uma neve tênue, onde não pode pisar.

Flanelinha, outra maneira de dizer criança, um tipo de criança.

“Flanelinha é aquele que, nos estacionamentos ou nas esquinas, dribla os carros dos ricos, carregando um frasco de água em uma mão e um pedaço de pano na outra, na tarefa de convencer o motorista a

dar-lhe uma esmola, em troca da rápida limpeza no vidro do veículo.”

Criamos um outro tipo de criança, chamada flanelinha, que são diferentes dos esquineiros, que tentam vender algum produto ou apenas pedem esmolas aos passageiros dos carros, ou dos meninos-de-água-na-boca, milhares de pobres que carregam uma pequena caixa com chocolate que eles não podem comer, porque eles têm de vendê-la para terem o direito de, depois, comerem um pão. Meninos-com-água-na-boca.

Não vou ler aqui, até porque fica duro ver a quantidade de palavras que temos hoje, no Brasil, para nos referir às meninas e aos meninos explorados sexualmente. Há, pelo menos, oito ou dez palavras para dizer, de acordo com onde está, de acordo com o quanto cobra, de acordo com o cliente que recebe. Vou pular essa parte que coloquei no artigo, mas vou dizer outras palavras:

Delinqüente, infrator, avião, pivete, trombadinha, menor, pixote. Só aqui são sete palavras para o conjunto de relação das nossas crianças com o crime. Cada qual dessas palavras tem uma maldita sutileza conforme o artigo do Código Penal em que cabe, o crime que comete, a maneira como abordam suas vítimas, o crime ao qual se dedica...

Podem também, no lugar de crianças, serem chamadas de *boys*, engraxates, meninos-do-lixo, recicladores-infantis, de acordo com o trabalho que eles fazem em de estarem na escola.

Ainda há os filhos-da-safra, para indicar crianças deixadas para trás, por pais que emigram todos os anos em busca de trabalho, nos lugares onde há emprego para bóias-frias, nome que indica – filhos-da-safra – essa riqueza cultural do sutil vocabulário da realidade social brasileira.

E o que dizer de uma outra palavra, pagãos-civis, vivendo sem registro que lhes indique a cidadania de suas curtas passagens pelo mundo, em um País que lhes nega não apenas o nome de criança, mas também a existência legal? Pagãos-civis!

E creio que, como resumo de todos esses tristes verbetes, há um outro que é criança-triste. Não a tristeza que nasce de um brinquedo quebrado, de uma palmada ou reprimenda recebida, ou mesmo da perda de um ente querido. No Brasil há um tipo de criança que não apenas fica ou está triste, mas nasce e vive triste. Seu primeiro choro mais parece um lamento pelo futuro que ainda não prevê do que um respiro no novo ar em que vai viver, quando pela primeira vez recebe o oxigênio em seus diminutos pulmões.

Criança-triste como substantivo, não como adjetivo, como um estado permanente de vida. Essa talvez seja a maior das vergonhas do vocabulário da realidade

social brasileira, assim como a maior vergonha da realidade política é a falta de tristeza no coração de nós, líderes e autoridades, diante da tristeza das crianças brasileiras com as sutis diversidades refletidas no vocabulário que indica os nomes da criança.

Não são os nomes das crianças; são os nomes da criança, do ente criança. Esse ente criança tem diversos nomes, porque elas são diferentes.

A sociedade brasileira, em uma maldita apartação, foi obrigada a criar palavras que distinguem cada criança conforme sua classe, sua função, sua casta, seu crime. Essa cultura brasileira, medida pela riqueza de seu vocabulário, enriqueceu perversamente ao aumentar as palavras que indicam uma coisa chamada criança. Um dia, essa cultura vai se enriquecer criando nomes para os Presidentes, Governadores, Prefeitos, políticos em geral que não sofrem, que não ficam tristes, que não percebem a vergonha trágica de nosso vocabulário. Mas ainda não existe essa maneira de diferenciar a nós, os políticos.

Quem sabe não será preciso que um dia chegue ao Governo uma das crianças-tristes de hoje, para que o Brasil torne arcaicas as palavras que hoje enriquecem o triste vocabulário brasileiro e construamos um dicionário onde criança... seja apenas criança.

Este é um desafio, e esse desafio só será cumprido pelos professores, obviamente passando por nós, Senadores, ao regulamentarmos e ao agirmos para que haja uma boa escola.

Por isso, leio o segundo trecho, que é para os professores. Começo lembrando que a História do Brasil registra três datas marcantes. Temos muitos feriados, mas há três especiais – o 7 de setembro, o 13 de maio e o 15 de novembro –, mas comemoramos essas datas sem percebermos que a Independência não foi completada, que a Abolição não foi completada e que a República não está completada.

Afinal de contas, que Independência é essa que é tão vulnerável a qualquer aspecto que acontece lá fora? Que Independência é essa onde estou falando no microfone, cuja maior parte dos componentes são importados?

Nós não somos independentes, nem somos uma República.

Que República é essa em que existe uma escola para uns diferente da escola dos outros, em que existe escola para ricos e escola para pobres, em que existem escolas de cidades grandes e escolas de cidades pequenas, em que existem até mesmo escolas para os filhos dos eleitos diferentes das escolas para os filhos dos eleitores? Não é uma República.

E que Abolição é essa em que dissemos aos escravos: “Vocês não são mais escravos. Podem ir para

a miséria nas cidades. Não tem mais trabalho forçado para vocês. Vocês podem ficar desempregados. Não têm mais que viver na senzala. Podem ficar morando na rua. Não têm mais que comer o resto da casa grande. Podem ficar com fome.” Isso não é uma Abolição completa, e essa Abolição não é completa, porque o caminho para completá-la é a escola.

Um príncipe, D. Pedro I, uma princesa, Dona Isabel, um marechal, Deodoro da Fonseca, eles ficaram conhecidos pelas viradas da História, mas só os professores vão completar aquilo que eles começaram. E isso não aconteceu ainda, porque, ao negar escola de qualidade para todos, o Brasil continuou semi-independente, com a escravidão disfarçada e uma pseudo-república.

Nós não teremos Independência sem uma população educada, capaz de desenvolver o conhecimento que a sociedade moderna exige; não há Abolição plena se a educação não chega a todos; não é República um país em que a escola do filho do rico é diferente da escola do filho do pobre.

Só a escola de qualidade para todos será capaz de fazer com que aquelas três datas que eu citei possam merecer toda a dimensão que deveriam ter.

E a escola é sobretudo o professor: um país não se completa se o professor não for a categoria mais bem preparada, mais dedicada e com os melhores salários. Não tem como construir um país onde os professores não sejam os mais bem remunerados, os mais dedicados e os mais qualificados. E, lamentavelmente, esse não é o caso do Brasil ainda. Só agora, 500 anos de história depois, quase 200 anos de Independência, 120 anos de Abolição e República, conseguimos um Piso Nacional para o Salário do Professor. Mesmo assim, é um piso que equivale a 10% do piso salarial de outras categorias do setor público.

Ainda não somos escolhidos, os professores, e tratados como se fôssemos a elite dos profissionais brasileiros, nem recebemos as condições que nos permitem plena dedicação ao desempenho de nossas funções. Por isso, o Brasil precisa colocar o 15 de outubro como a data-mãe de todas as outras datas históricas, como o Dia do Construtor do Futuro, que é o professor. Só quando o 15 de outubro for uma grande data, é que 7 de setembro, 13 de maio e 15 de novembro vão merecer de fato a dimensão que deveriam ter, de datas simbólicas da Independência, da Abolição e da Proclamação da República.

Mas, para que isso aconteça, os professores têm um papel importante: além de educadores, eles devem ser também educacionistas. Além do trabalho profissional dentro da sala de aula, eles precisam lutar politicamente nas ruas e nas urnas pelo educacio-

nismo. O educacionismo é uma sociedade na qual o filho do trabalhador estude na mesma escola do filho do patrão; o filho do eleito, na mesma escola do filho do eleitor; todos estudando com o máximo de qualidade, algo que os tempos atuais exigem. Sem sair da sala de aula, é preciso que entremos na política para defender uma revolução no Brasil. E a única revolução possível hoje, libertária, eficiente e igualitária, é a revolução pela educação, a revolução de termos todos os sessenta milhões de alunos, os dois milhões de professores, as quase duzentas mil escolas públicas com a mesma qualidade, não importando a cidade ou a renda da família do aluno, todas com professores bem-remunerados, dedicados e qualificados, em edifícios bonitos e bem-equipados.

A revolução atual não está mais, como se dizia no passado, em transferir o capital das mãos dos capitalistas para as mãos dos trabalhadores. A revolução está em levar os filhos dos trabalhadores para a mesma escola dos filhos dos capitalistas. Por isso, a revolução passa pelas mãos dos professores.

Neste 15 de outubro, quero não apenas prestar uma homenagem a vocês, professores como eu quero pedir que reflitam sobre a importância de cada professor, sobre a responsabilidade de cada professor, sobre o compromisso de cada professor de lutar pela revolução no Brasil, mas uma revolução educacionista. Não mais na economia, não mais na propriedade das coisas materiais, não mais na igualdade dos bens de consumo: trata-se agora da revolução na igualdade do acesso ao conhecimento. Que sejamos diferentes e desiguais pelo talento, pela persistência, e não pelo lugar onde nascemos, não pela família de onde viemos. Eu peço que não esmoreçam nem se acomodem e que tenham a mesma dedicação na sala de aula de sua escola e na luta pela educação de todo o Brasil.

É isso que eu venho aqui pedir, quando deveria apenas homenagear, mas a homenagem ficaria tão incompleta quanto a Independência, quanto a República e quanto a Abolição se ela não viesse acompanhada deste pedido: sejam educadores e sejam também educacionistas.

Sejam bons professores e professoras, mas sejam também lutadores por uma revolução: a escola igual para todos, o filho do trabalhador na mesma escola do filho do patrão. Essa é a revolução de que precisamos. Que este 15 de outubro sirva como um momento para refletirmos a possibilidade, a necessidade de que isso seja feito e o nosso compromisso de levarmos essa luta adiante.

Parabéns a vocês, mas vocês têm muito ainda o que fazer por este País, na sala de aula e nas ruas.

Um grande abraço para cada uma e para cada um de vocês, construtores do futuro. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Está escrito no Livro de Deus que a árvore boa dá bons frutos. Esta é a boa árvore boa do Senador e Professor Cristovam Buarque. Ninguém mais do que S. Ex^a interpreta os sentimentos das cores da nossa Bandeira, e S. Ex^a teve e tem um sonho: ver nela escrito “Educação e Progresso”.

Dando continuidade a esta solenidade, que também é um bom fruto do nosso Senador Cristovam Buarque, concedemos a palavra ao Senador José Nery, Líder do PSOL que representa o Estado do Pará.

No dia em que o Senado homenageia a bravura dos professores, aproveitaria também para homenagear a brilhante Senadora Heloísa Helena, presidente do seu partido e professora. O povo a aplaudiu elegendando-a vereadora da capital de seu Estado.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, ilustres convidados, professores, professoras, nossas crianças e adolescentes que nos honram com sua presença no plenário do Senado Federal, em primeiro lugar, quero parabenizar o Senador Cristovam Buarque pela brilhante iniciativa de homenagear os professores e as crianças simultaneamente.

Percebemos no pronunciamento há pouco feito aqui pelo Senador Cristovam Buarque, ao falar do Brasil, da educação, das crianças e de futuro, em cada palavra e em cada gesto, a convicção quanto ao que era dito, porque dito não por dizer, mas dito por fazer, porque o Senador Cristovam Buarque foi professor, reitor da UnB e Governador do Distrito Federal. Portanto, sem dúvida, tudo o que disse aqui não foi por dizer, foi por fazer.

O Senador Cristovam Buarque, tendo tido a oportunidade de dirigir uma universidade e governar o Distrito Federal, foi capaz de implementar aqui as políticas públicas mais essenciais à construção desse futuro diferente. Aqui nasceu a Bolsa-Escola; foi no Distrito Federal que ela nasceu.

Não ouvi todo o discurso do Senador Cristovam Buarque, mas, provavelmente, ele não fez referência à Bolsa-Escola, que muitos governos estaduais e municipais adotaram e que o Governo Federal adotou sob a forma de Bolsa-Família com características diferenciadas em relação ao projeto concebido e implementado aqui no Distrito Federal. Talvez o Professor, Senador e Governador Cristovam Buarque não tenha dito aqui, mas a Bolsa-Escola, que nasceu aqui no Distrito Federal, desde aquele primeiro momento, em 1995, foi

uma importante declaração do seu compromisso com o futuro deste País.

A homenagem é para todos os professores, todas as professoras, todos os educadores e todas as crianças do Brasil, mas, neste meu início de pronunciamento, tenho certeza de que conto com a concordância dos meus pares, de todas as Senadoras e de todos os Senadores, quando digo que, neste momento, aqui homenageamos, de verdade, o grande professor e educador Cristovam Buarque.

(Palmas.)

A educação é a base mais sólida para qualquer modelo de desenvolvimento que se pretenda sustentável. Infelizmente, o nosso País ainda não enfrentou de forma decidida esse desafio. Nosso País cresceu, o produto interno bruto aumentou, nossa população se multiplicou, mas nossos indicadores educacionais não acompanharam esse crescimento. E o motivo é claro: a educação não é o principal vetor do nosso desenvolvimento.

Em 2001, o Congresso Nacional aprovou o Plano Nacional de Educação, definindo diretrizes e metas para dar um salto de qualidade na área educacional. Entre as metas, destaco a universalização do ensino fundamental, o aumento expressivo da cobertura da educação infantil e do ensino médio e a elevação dos indicadores de qualidade.

Os dados divulgados pelo IBGE relativamente à última Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar (PNAD), realizada no ano de 2007, mostram que ainda temos um longo caminho a percorrer. Ainda temos milhões de crianças fora da escola na educação infantil, mais de catorze milhões de analfabetos e dificuldades imensas de acesso de nossa juventude ao ensino médio, especialmente o profissionalizante.

Mas talvez o aspecto mais preocupante dos indicadores educacionais seja aquele relativo à aprendizagem de nossas crianças. De nada vale garantir o acesso à escola e depois não propiciar o sucesso, ou seja, o direito de aprender corretamente. Nesse quesito, o nosso País está muito atrasado. As notas aferidas pelo Ideb são alarmantes: nossas crianças chegam à antiga quarta série do Ensino Fundamental sem ler corretamente e com enorme dificuldade em matemática.

Início meu pronunciamento com esses dados para falar da importância decisiva dos professores para a superação desse quadro. Não é possível pensar em educação de qualidade sem investimento maciço nos profissionais de educação, especialmente nos professores.

Recentemente esta Casa aprovou a lei que cria o Piso Salarial Nacional para os profissionais do Ma-

gistério. Foi um passo importante. O valor está muito aquém do que os professores merecem e do que o nosso País pode pagar. E a sua implantação gradual também frustrou as expectativas depositadas nessa lei. Preocupo-me com a reação de muitos gestores que se posicionam pelo não cumprimento da lei, o que considero um verdadeiro absurdo. Aliás, quero aproveitar para recordar aos Srs. Prefeitos, eleitos ou reeleitos no último dia 5 de outubro, que eles terão até 31 de dezembro de 2009 para enviar às respectivas Câmaras Municipais e ali aprovar os novos planos de carreira, instrumento essencial para a valorização do Magistério. É bom dizer que essa regra vale também para os nossos Governadores de Estado.

Recentemente, o MEC disponibilizou para análise da sociedade uma minuta de decreto instituindo o Sistema Nacional Público de Formação de Professores. É uma idéia muito interessante, principalmente diante do dado de que apenas 15% dos professores concluem seus estudos em instituições públicas e muitos nem conseguem completar um curso de nível superior.

Senador Cristovam Buarque, Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, não sou membro da Comissão de Educação do Senado, mas elaborei um requerimento para que a referida Comissão realize uma audiência pública sobre a idéia de criação desse sistema público de formação de professores. E é claro que, como não posso apresentar o requerimento diretamente, podendo ser apenas o seu co-autor, solicito ao Senador Cristovam Buarque que seja o primeiro subscritor desse requerimento, o qual, tenho certeza, muitos Senadores também terão a satisfação de subscrever.

Assim, ao apresentar o requerimento e pedir sua aprovação na Comissão de Educação, tenho a convicção de que será uma forma de o Senado Federal ouvir a posição do Governo, dos especialistas e dos gestores estaduais e municipais no sentido de propor sugestões que aperfeiçoem o decreto a ser assinado pelo Senhor Presidente da República.

Queria deixar registrado, nesta oportunidade, que precisamos alterar os rumos da política econômica para que a educação brasileira possua recursos suficientes para dar um salto para o futuro.

É verdade que aprovamos o Fundeb no final de 2006 e sua regulamentação no ano de 2007, mas também é verdade que não podemos acreditar que nosso País só tem condições de investir nas suas crianças menos de R\$95,00 por mês. É muito pouco! Basta que façamos a conta do que a atual crise financeira está consumindo de nossas reservas, dos recursos direcionados pelo superávit primário para chegarmos à conclusão de que o que foi alocado pela União no Fundeb é uma

gota no oceano dos recursos alocados para salvar os banqueiros e os especuladores de plantão.

Espero que daqui a dez anos, quando estivermos homenageando os professores e professoras e refletindo sobre o futuro de nossas crianças, seja possível anunciar melhores indicadores educacionais e termos mais motivos para comemorar essas duas datas tão importantes.

Quero homenagear os sindicalistas ligados à área da Educação nos diversos níveis de ensino, tanto em nível municipal como estadual e nacional, que em nosso País são os grandes aliados na luta pela valorização do Magistério, pela valorização da educação e pela valorização das nossas crianças.

Quero homenagear todos os dirigentes e sindicalistas do Sindicato dos Trabalhadores em Educação, e faço referência, em particular, ao Sintep (Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará) e ao Sinpro (Sindicato dos Professores), mas não posso, como disse, esquecer de homenagear a todos e todas que se dedicam, além da luta sindical, à busca de condições de fortalecimento das políticas educacionais em nosso País.

Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores convidados, falando em educação, vou relatar rapidamente a visita que fiz ao Município de Igarapé-Açu, no Estado do Pará.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Queremos homenagear também as crianças, porque têm muitos oradores inscritos e elas têm fome.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Se V. Ex^a seguir esse raciocínio, tenho certeza de que futuramente não irá me imitar; também falará menos, Senador Mão Santa.

Sr. Presidente Mão Santa, sei que V. Ex^a é sempre condescendente com os seus Pares. Tenho certeza que vai permitir que eu conclua o pronunciamento. Mas muito obrigado a V. Ex^a, porque, de antemão, sei que vai nos conceder o tempo de mais, pelo menos, cinco minutos.

Como eu dizia, estive recentemente no Município de Igarapé-Açu, no Estado do Pará, e segundo os dados do Ideb, em 2007, a nota desse Município foi de apenas 2,9 numa escala que vai de zero a dez. A nota do Brasil foi de 4,2 e da rede municipal...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Em um minuto Cristo fez o Pai-Nosso.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Mas V. Ex^a não segue quando fala também desta tribuna, por isso peço isonomia.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Cinquenta e seis palavras e nós saímos daqui ao céu.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Peço isonomia.

Em 2006, aquele Município possuía 55 escolas municipais, sendo 46 na zona rural. A formação dos professores é sintomática: somente 11% possuem nível superior, e a distorção idade/série é de quase 50%. Tive oportunidade de visitar uma escola na zona rural daquele Município chamada Escola Boa Esperança, e ela é simbólica nas dificuldades enfrentada pelos professores e pelas crianças brasileiras.

A escola funciona numa casa de taipa, porque a anterior ficava em um pequeno barracão que desabou. Na verdade, naquele local nunca existiu escola; era um local improvisado. Ela funciona na casa de um morador, o Sr. Carlos Antônio, e tem mais ou menos 4m². As carteiras são amontoadas, não há iluminação adequada, as crianças não recebem merenda escolar e, quando a recebem, dá para apenas uma semana. Não há merendeira, não há profissional para fazer a merenda, é a família das crianças que a fazem, para que possam ter o direito à alimentação escolar, quando isso é possível. O acesso é muito difícil, pega-se estrada, atravessa-se córrego, Igarapé para chegar à escola. Essa escola nunca foi visitada pelo Prefeito, pelo Secretário de Educação e, segundo disseram, nem por Vereadores – nem em campanha.

Talvez seja uma das escolas mais pobres do País, mas pudemos perceber ali o gesto de uma família que cedeu a própria casa, Senador Mão Santa, para ser a sede da escola – e o Município não paga aluguel.

Se não me engano, a cobertura da casa é de palha, não tenho muita certeza disso, mas é um ambiente absolutamente insalubre; não é o local mais apropriado para uma escola. Todavia, a generosidade daquela família permitiu que ali funcionasse uma escola. Eu diria que aquele pai e aquela mãe são os maiores educadores que nós temos naquela comunidade.

Por isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu disse àquelas crianças, àqueles professores e àqueles pais ali reunidos que o Brasil ia tomar conhecimento daquela tragédia.

Nesse sentido, Senador Cristovam Buarque, quero fazer um convite a V. Ex^a, como Presidente da Comissão de Educação do Senado Federal, para que V. Ex^a e, quem sabe, uma equipe de Senadores possam fazer uma visita àquela comunidade, que talvez tenha uma das escolas mais pobres do País. Com esse gesto, poderemos incentivar e estimular que outros professores, outras crianças e outras comunidades também denunciem a tragédia de escolas como aquela. Uma

das autoridades municipais de Igarapé-Açu, o Prefeito que disputou a reeleição, declarou um patrimônio de R\$25 milhões, sendo que a cerca de quinze quilômetros da sede do Município está talvez uma das piores escolas do nosso País.

Então, acho que deveríamos fazer uma visita pedagógica àquela escola, Senador Cristovam Buarque, para que aquele exemplo de uma comunidade que exigiu seu direito passe a ser exemplo para outras tantas que sofram igual constrangimento.

Quero reproduzir as palavras do Sr. Carlos Antonio, proprietário da casa-escola, que disse uma frase da qual não posso me esquecer: “Tudo aqui é do coração do povo”.

Naquela comunidade, Senador Tuma, não tem estrada adequada, não tem escola, não tem energia elétrica. Falta tudo, falta incentivo à produção, não tem ninguém lá financiado pelo Pronaf ou por outros programas de geração de renda.

Então, a frase “tudo aqui é do coração do povo” expressa bem aquela realidade e a luta daquele povo, à qual nos somamos e com a qual nos solidarizamos.

Quero, por fim, homenagear o heroísmo dos professores brasileiros, homenageando dois professores daquela localidade: Marcelo e Éderson. Eles continuam trabalhando em condições desumanas e são símbolo de resistência e perseverança.

Muito obrigado.
(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos para usar da palavra, de acordo com a orientação da Secretaria-Geral, o Senador Sérgio Zambiasi, Vice-Líder do PTB, enquanto aguardamos a comunicação do Senador Aloizio Mercadante sobre a transferência da sua inscrição à Líder Ideli Salvatti.

Com a palavra o Senador Sérgio Zambiasi, que representa o Partido Trabalhista Brasileiro.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, farei um pronunciamento muito rápido, muito objetivo, até respeitando essa gurizada que está aqui no plenário desde as 10 horas e 30 minutos. Já estamos submetendo essa turminha a um certo sacrifício.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Sérgio Zambiasi, o dez que lhe dei foi a nota de V. Ex^a; não quer dizer que seja o tempo de dez minutos.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Não quero utilizar dez minutos, Sr. Presidente.

Inicialmente quero saudar todos os colegas que são professores. Estou vendo a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cristovam, que fez um maravilhoso

pronunciamento. Fiquei muito impressionado com a pontualidade e a objetividade dos temas abordados. Ao mesmo tempo, Senador Cristovam, ainda percebo o quanto é difícil alguém, na vida pública, direcionando a sua atuação para a educação, encontrar um espaço na vida política. Li um estudo, antes das eleições, segundo o qual dificilmente um Prefeito que investe tudo em educação se reelege. Vivi uma experiência dessa no meu Estado, onde um amigo orientou sua administração com prioridade para educação e não foi reeleito. Está comprovada, portanto, a tese. Ainda falta muito para alcançarmos essa conscientização.

Parabéns por tua luta, parabéns pela iniciativa. O Brasil te entende, te reconhece e te aplaude, Cristovam. Aqui, realmente temos de reconhecer e nos somarmos a essa luta pela educação, pelos professores, pelos vocacionados, porque ser professor é uma vocação, sem dúvida nenhuma. Temos que fazer com que essa vocação seja minimamente reconhecida em termos de remuneração, em termos de qualidade de vida, para que o professor e a professora se sintam mais estimulados dentro desse processo, que é uma extensão da família – a sala de aula deve ser uma extensão do lar, da família –, e para que se sintam mais protegidos.

Vejo a professora Senadora Ideli Salvatti, que representa bem essa classe; estava há pouco aqui a Senadora Fátima Cleide, que é professora também; há mais colegas aqui que são professores, como os Senadores José Nery, Jefferson Praia, professor lá de Manaus; o Senador Tuma assinala que a esposa dele é professora e que ele foi professor também. Nossa, temos inúmeros colegas professores! Portanto, temos algumas obrigações aqui.

Acho que deveríamos, em um momento como este, em que se celebra de forma conjunta o Dia do Professor e o Dia da Criança, como disse nesta manhã o Senador Cristovam fazer uma força-tarefa sobre alguns temas aqui no Congresso. E talvez tenhamos que, nas nossas comissões, fazer uma força-tarefa em relação a alguns projetos que tratem da educação e da criança, para que possamos produzir efetivamente – aliás, vim à tribuna para isto, especialmente para trazer esta proposta à consideração do Plenário – de maneira que seja dado regime de urgência a todas as proposições que tramitam na Casa e que contemplem a questão da criança, do menor, do adolescente e da educação.

Essa força-tarefa a que V. Ex^a se referiu hoje na Comissão de Educação é necessária, fundamental. Seria um gesto do Congresso. Fizemos isso em relação à segurança pública. Naquela oportunidade, não foi uma força-tarefa, mas foi um esforço concentrado pela aprovação de alguns projetos, dando uma demonstração

de que o Congresso brasileiro preocupa-se, sim, com a questão da segurança pública. Seria um movimento do Congresso para a sociedade, um reconhecimento, dizendo: sim, nós estamos preocupados; sim, nós temos projetos; sim, nós temos propostas. Elas estão aqui e queremos aprová-las para que o Presidente Lula possa sancioná-las, a fim de que logo entrem em vigor, melhorando as condições da educação, melhorando as condições do educador e melhorando as condições, por conseqüência, da família brasileira. Basicamente, é esta minha intenção.

Prometi que seria objetivo nesta tribuna, sem submeter a todos ao sacrifício de um longo discurso. Eu havia preparado, inclusive, uma manifestação mais longa, porém, entendo que, se nós sairmos daqui, Senador Cristovam e Sr. Presidente, com este compromisso, nós já teremos avançado muito neste dia em que comemoramos o Dia da Criança, com o objetivo de se discutir e encontrar meios para a inclusão social das crianças em nosso País e, também, para celebrarmos o Dia do Professor.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Temos, como iniciativa associada à realização desta sessão especial, uma Mostra de Livros Infantis e Infanto-juvenis, realizada em parceria com a Academia Taguatinguense de Letras, o Sindicato dos Escritores do Distrito Federal e o Movimento Internacional Cultural Abrace. Convido todos a visitarem, após a sessão, essa Mostra de Livros Infantis e Infanto-juvenis, onde autores brasilienses e também os que vivem em Brasília exibem suas obras para comemorar o Dia da Criança e o Dia do Professor.

A Mostra encontra-se no espaço “Senado Galeria”, onde ficará hoje e amanhã aberta à visitaçã, de 9 às 18 horas. São 30 obras expostas, com uma pequena biografia de seus autores e resumo das obras.

Espero que aproveitem essa iniciativa.

Continuando a sessão, vamos convidar para usar da palavra, representando a Liderança do apoio ao Governo, a Senadora Ideli Salvatti, que também é professora e homenageada.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Cumprimento o Sr. Presidente, as Sr^{as} e os Srs. Senadores e, de forma muito especial, as nossas crianças, bem como os professores e professoras, particularmente os presentes neste plenário, nesta sessão que, além de homenagear aqueles que cuidam e tratam do futuro do nosso País, tem um tema, Senador Cristovam, muito pertinente e relevante: a questão da inclusão social das crianças do nosso País.

Nós temos acompanhado, de forma muito atenta, o resultado das políticas públicas de inclusão social. Nós temos evoluído e muito. Os resultados estão aí, apresentando-se com a inclusão, com a mobilidade social, com milhões de brasileiros saindo das classes D e E e incorporando-se à classe C, melhorando a renda. Mas todos os estudos – frise-se: todos os estudos – que tratam das políticas públicas de inclusão social demonstram, de forma inequívoca, que é mais fácil fazer a inclusão do idoso, do adulto do que da criança.

Se pegarmos o perfil, por idade, das pessoas que estão na extrema pobreza, na miséria, o maior volume é exatamente de crianças. Portanto, temos que continuar reforçando as políticas públicas de inclusão, mas a mera recuperação do salário mínimo, da geração de emprego, da recuperação de renda não é suficiente para fazermos a inclusão dos milhões de crianças do nosso País que estão exatamente colocadas nas faixas de menor renda.

Por isso, considero corretíssimo quando o Senador Zambiasi propõe que tenhamos prioridade, que adotemos o regime de urgência para os projetos que tratam desse assunto.

É muito interessante – e não poderia deixar de citar isso aqui – a reação quando o Congresso aprovou – e ainda é opcional, não é obrigatório – a licença-maternidade de quatro para seis meses. Houve manifestação de setores empresariais do nosso Brasil: “Ah! mas isso vai ter um custo! Mas isso vai nos acumular ainda mais despesas e tal”, como se tratar bem e dar a melhor condição para os primeiros meses, que são tão importantes na formação física, mental e psicológica das nossas crianças, tendo o acompanhamento direto da mãe por um período maior, como se isso pudesse ser considerado como custo. Isso é o melhor investimento que podemos fazer, preparando bem, dando a estrutura física, emocional e mental para as futuras gerações, permitindo que a mãe esteja num contato maior, por mais tempo, com a criança após o nascimento.

Por isso, entendo que é de fundamental importância esta sessão especial. O tema – a inclusão social das crianças do nosso País – é muito importante porque precisamos ter políticas focadas, muito específicas, muito especiais para revertermos a exclusão, o que é muito mais difícil, até porque, efetivamente, o maior volume de indivíduos na condição de menor renda são crianças. Portanto, tem que haver uma política muito especial para isso, que obviamente passa pelas políticas de inclusão das famílias, mas temos que ter um foco especial, específico para as crianças.

E, por último, para não me estender... Até porque fizemos a sessão e não nos preocupamos com

a merenda, não é, Senador Cristovam? A gurizada está aí desde às 10h30min e não teve merendinha ainda na sessão, o que deveríamos ter providenciado, obviamente. Mas quero dizer, como professora, que nós estamos ainda comemorando, e muito – e vamos comemorar ainda mais a partir de 1º de janeiro –, se, em todo o Brasil, nenhum Governador, nenhum Prefeito deixar de cumprir a lei do piso. A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação está com mobilização nacional marcada para amanhã. Para nós é muito importante que estejamos muito atentos, muito vigilantes nessa luta histórica pela instituição do piso nacional, até porque, Senador Cristovam, aquela nossa meta de nacionalizar a educação... A educação tem que ser uma política nacional. Gosto muito daquele exemplo que V. Ex^a usa: se a agência do Banco do Brasil é igual em todo e qualquer canto do País, a escola brasileira também tem que ser igual em qualidade, em condição de atendimento.

Por isso, nós, como professores, estamos comemorando e estamos muito vigilantes para que o piso efetivamente entre em vigor a partir do dia 1º de janeiro.

Parabéns a todos nós, parabéns a todos aqueles que dedicam a sua vida à educação, à preparação das novas gerações, e o nosso carinho muito especial para todas as crianças brasileiras nesta sessão de homenagem!

Muito obrigada.
(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos para usar da palavra o Senador Leomar Quintanilha, do PMDB do Estado do Tocantins.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente desta sessão especial, Senador Mão Santa, caros colegas Senadores e Senadoras, queridas crianças do Centro Educacional Arapoanga, de Planaltina, e da Escola 619, de Samambaia, do DF, queridos professores, senhores e senhoras, é certamente, Senador Cristovam Buarque, um dia para o Senado festejar, porque seguramente esta é uma das sessões mais importantes que o Senado pode realizar, exatamente pelo foco, exatamente pelo objeto da sessão, que é de homenagear as nossas crianças e homenagear os nossos professores. Aliás, V. Ex^a já conquistou, dentre seus pares, um respeito muito grande, uma admiração muito maior exatamente por desfraldar, como prioridade da atividade parlamentar, a defesa da educação brasileira.

Não há como se comentar no Senado, em foro de discussão, em debate, temas mais importantes, que envolvem a sociedade, que dizem respeito ao ser

humano, que dizem respeito ao homem e à mulher, que constroem a grandeza do Brasil, sem questionar, sem discutir a educação. E V. Ex^a aborda esse tema com muito brilho, com muita experiência e com muita propriedade. Por isso, merece nossos elogios, nossas homenagens. Quando, hoje, homenageamos nossos professores, destacamos, sem sombra de dúvida, o educador, o educacionista, o nosso colega, para satisfação e orgulho nosso, Senador Cristovam Buarque.

Eu comentava, há pouco, com algumas crianças que estão aqui presentes, que somos investidos de uma função relevante para o País. Somos 81 Senadores, representantes dos Estados brasileiros, e aqui discutimos questões relacionadas a cada cidadão, inclusive às crianças, muitas vezes sem termos tido oportunidade de ouvir a opinião, o sentimento das crianças e dos adolescentes. Tomamos decisões sobre o que entendemos ser o melhor para a criança e para o adolescente. Talvez a experiência de pai nos confira alguma condição, por meio da convivência com a criança e com o adolescente, para traduzirmos o sentimento da nossa criança, da criança e do adolescente brasileiro, em relação àquilo que eles acham que é significativo e importante para sua vida.

Conversei brevemente com algumas crianças. Comprometi-me com elas no sentido de ouvir delas o que pensam sobre sua escola, sobre seu convívio com a família, sobre seu convívio com a comunidade. Pedi que nos transmitissem isso, porque estamos aqui imbuídos do dever e da obrigação de normatizar, de transformar em lei, em obrigação, aquilo que é importante na relação da criança com os demais membros da sociedade.

O Senador Cristovam falou aqui com muita propriedade sobre esta grandiosa Pátria, este gigantesco Brasil, tão amado, mas de tantos contrastes, que ainda penalizam muitas – satisfazem algumas e penalizam muitas – crianças. S. Ex^a comparou a criança bem protegida com a abandonada, o que nos remete à reflexão do nosso compromisso e da nossa responsabilidade para com a criança brasileira.

Seguramente, precisamos realmente nos dedicar muito mais. Defendo uma tese parecida com a do Senador Cristovam Buarque com relação à criança; e o faço com relação ao cidadão, ao lembrar que o Estado brasileiro deve ter a responsabilidade de estabelecer um programa de proteção ao cidadão exatamente durante sua fase de formação, que vai de 0 aos 18 anos de idade. É nessa fase que ocorrem as maiores mutações do cidadão, do ser humano. É quando experimentam as grandes transformações, de 0 a 18 anos. É o período em que o cidadão precisa de orientação, de apoio, para que possa, efetivamente,

dar prosseguimento ao curso da sua vida da melhor forma possível, aproveitando nesse período de 0 a 18 anos as melhores orientações que poderiam receber da sua família, da sua escola e do Estado brasileiro. Entendo que esse colchão de proteção ao cidadão precisa ser discutido, para que o Estado brasileiro assumira sua responsabilidade em todo esse período e para que não continuemos a ver os desastres, as situações perversas que agridem a dignidade humana, como tantas crianças ao abandono, ao relento, nesse nosso gigantesco, próspero e rico Brasil.

Portanto, é com muita alegria que empresto minha modesta contribuição a esta homenagem que o Senado brasileiro faz às nossas crianças, ao futuro deste nosso grandioso País; e o faz concomitantemente com a homenagem ao professor.

Eu gostaria de dizer, meu caro, querido educador, educacionista, colega Cristovam Buarque, Marisa Serrano, senhores professores aqui presentes, que não consigo pensar em educação sem lembrar imediatamente na minha mãe. Acho que, se há um sentimento muito forte e muito profundo em qualquer um de nós, é exatamente a ligação que cada um de nós tem com sua mãe. O pai é importante, os irmãos, todos os parentes são importantes para todos nós, mas a ligação mais forte que cada um de nós tem é com sua mãe.

E não consigo me lembrar da minha mãe com muita saudade – porque Deus já a levou – sem lembrar da educadora emérita do ensino fundamental que conheci. Ela dedicou sua vida inteira a investir na inteligência, a investir na formação do caráter, a investir na capacitação das novas gerações com a intensidade que só fazem aqueles que têm vocação para ensinar, aqueles que têm vocação para educar. E isto é parte da idiossincrasia das pessoas: ter vocação para fazer aquilo que fazem. E só se faz bem feito, só se faz colhendo bons resultados e bons frutos quando há paixão, quando há amor naquilo que se faz. Por isso, eu me lembro com muita saudade da minha querida mãe, da Professora Lili, porque ela fazia educação por vocação, com muito amor, com muito carinho, com responsabilidade. Ela queria ver a criança que está recebendo suas informações, suas orientações bem encaminhada, para desenvolver-se de forma feliz na sua vida futura.

Por isso, meus queridos e eméritos professores, quero render minha mais profunda e respeitosa homenagem aqui, hoje, nesta sessão do Senado, a essa categoria profissional. Qualquer nação, qualquer povo que quer se desenvolver sabe da sua importância, do seu significado. O próprio professor sabe da sua importância e do seu significado, porque ele se dedica por inteiro à função, pois reconhece a importância da

sua atuação na formação das novas gerações, e menos pelo salário que recebe.

Aliás, o Brasil precisa, para crescer, para amadurecer, para tornar-se uma Nação grande, eliminar uma diferença muito grande que ele estabelece nas suas categorias profissionais. No meu entendimento, é o educador, é o professor o profissional de primeira categoria, e não outras categorias...

(Interrupção do som.)

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO) – ... profissionais que aqui o Brasil elege, começando pela remuneração e pelas condições de trabalho. Nota-se que o Brasil elege como prioritárias outras categorias profissionais, mas não é esse meu entendimento. Vou ficar muito feliz o dia em que o Brasil, no mínimo, nivelar as categorias profissionais, elegendo o professor como o profissional de primeira categoria nessa nossa querida Nação brasileira.

Meus parabéns, meus queridos professores. Meus parabéns, minhas queridas crianças. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O Senador Leomar Quintanilha teve o privilégio – li num livro de Juscelino – de ter a mãe professora. Assim como a mãe de Juscelino lhe ensinou a disciplina, o Leomar foi disciplinado em dez minutos. Nota 10 pra ele!

Convidamos para usar da palavra o Senador Jefferson Praia. Ele representa o Estado do Amazonas e o Partido Democrático Trabalhista, do extinto Leonel Brizola.

Aqui, ele nos faz recordar um dos Senadores que mais simbolizaram a ética, num momento difícil da democracia: Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PRAIA (PDT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, professores, crianças, professores do Colégio Militar, crianças do Centro de Ensino Fundamental Arapoanga, estamos, aqui, prestigiando essa iniciativa do nosso querido Senador Cristovam Buarque, uma pessoa que vem lutando há muito tempo pela educação e tem sua vida voltada para a educação.

Não se preocupem com este monte de folhas. Eu acho que, quando chega um de nós aqui, eles devem dizer: “Olha aquele, já vem com umas dez páginas. É mais meia hora.” Não vou fazer isso. Eu gostaria apenas, primeiramente, de lembrar um grande mestre que tive na minha vida, um mestre na Economia e, também, um mestre na política, citado agora pelo nosso Presidente, Senador Mão Santa, que foi o ilustre Senador Jefferson Péres, aquele que eu sucedi há pouco mais de três meses. Estou me empenhando ao máximo para que possamos fazer um trabalho em prol

da nossa população, especialmente da população da Amazônia.

Eu entendo que a questão da educação é primordial, nós sabemos disso, e ouço muitos discursos, mas acredito que, nas questões práticas, nas ações, nós deixamos a desejar. Muitas vezes, percebemos a lentidão do Congresso em relação às questões de educação e a lentidão dos Governos Estaduais e Federal, também, em relação à educação.

Muitos políticos, como falou muito bem o nosso Senador Zambiasi, só fazem aquilo que o povo quer. O povo percebe a importância da educação, mas, na hora em que o político faz algo pela educação, não consegue ser reeleito. Aí, aqueles que querem ser sempre reeleitos acabam investindo em outras áreas, deixando a educação de lado.

Nós sabemos que este só será um grande País quando tiver crianças, adolescentes, jovens e adultos bem formados, bem-educados, que possam contribuir para com o desenvolvimento do Brasil.

Quero, finalizando, parabenizar todos vocês, professoras e professores que estão aqui, professoras do Colégio Militar e das demais escolas aqui presentes, e quero parabenizar aquelas professoras e professores da Amazônia.

Senador Mão Santa, no meio da floresta!

Vocês não sabem o que é ser um professor ou uma professora da Amazônia, no meio da floresta, muitas vezes tendo que ir de barquinho com os alunos, por uma hora, para uma escola muito simples. Às vezes, a sala de aula tem só um ambiente e todo mundo fica junto ali dentro, mas o professor vai até lá para se dedicar a educar as crianças da Amazônia.

Quero, portanto, nesta sessão, parabenizar todas as professoras e professores da minha querida Amazônia pelo seu desempenho, pela sua dedicação, e, dessa forma, parabenizar todos os professores, também, que dedicam a sua vida, a sua alma em prol da educação, como os professores que estão aqui.

Parabenizo meus colegas Senadores professoras e professores, porque entendo que ser um educador é uma grande missão.

O maior prazer da professora e do professor não é o contracheque – e nós sabemos da importância do contracheque –, que, para alguns, é um atestado de miséria. É isso o que dizemos, não é mesmo? Eu sou professor, também, da Universidade Federal do Amazonas, do Departamento de Economia, e alguns companheiros meus dizem: “Olha, vou receber o meu atestado, lá.” Isso mostra o quanto nós precisamos valorizar os professores com uma boa remuneração, para que possamos ter, cada vez mais, uma educação melhor.

Parabenizo as crianças que estão aqui.

Eu gostaria de dizer a vocês e, principalmente, às crianças da Amazônia que eu, recentemente, apresentei um projeto a esta Casa que estabelece para os ensinamentos fundamental e médio um maior conteúdo sobre a Amazônia.

Eu sei que aqui estão crianças de Brasília, mas lá há uma região para a qual o mundo inteiro tem os olhos voltados, uma região fantástica que é nossa, dos brasileiros. Eu quero, com esse projeto, fazer com que as nossas crianças, os nossos jovens percebam aquela região sob os seus mais diversos aspectos – aspectos histórico, cultural, geográfico, social e político –, para que, com isso, possamos amar muito mais a Amazônia.

Parabéns a todos.

Senador Cristovam Buarque, V. Ex^a tem sido um dos grandes lutadores pela educação. V. Ex^a tem na alma a educação, o que serve de estímulo a todos nós que somos companheiros de V. Ex^a neste Parlamento.

Muito obrigado. Contem com o meu apoio, contem com o meu trabalho no sentido de transformarmos o discurso em ações, em coisas concretas, porque é disso que o Brasil precisa.

Muito obrigado. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra à Senadora Marisa Serrano, que representa o Mato Grosso do Sul e o Democratas.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Democratas, não.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Ela é professora.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Bom dia a todos.

O Senador Mão Santa disse, aqui, que venho de Mato Grosso do Sul, mas o meu Partido – é muita honra ser do Democratas – é o PSDB. Sou socialdemocrata.

Quero falar a todos da alegria de estarmos aqui, numa cerimônia capitaneada por uma pessoa que estimo muito, que é o Senador Cristovam.

O Senador Cristovam tem, nesta Casa, se dedicado muito. E oxalá o povo de Brasília pense bem, pois nós não podemos ficar nunca sem o brilho, a tenacidade e a luta que o Cristovam tem encenado nesta Casa e neste País. Nós dependemos muito de que o povo de Brasília esteja ao seu lado nessa sua caminhada, porque o Brasil todo está, tenho certeza.

Eu vim de Mato Grosso do Sul, e o Senador Jefferson Praia falou das pessoas da Amazônia. O Senador Valter Pereira também é de Mato Grosso do Sul. As nossas crianças conhecem muito mais de Ge-

ografia do que eu, provavelmente, e sabem onde fica Mato Grosso do Sul.

O meu Estado, também como o Senador Jefferson Praia disse aqui, é um Estado diferente. Ele tem uma área lindíssima, chamada Pantanal, uma região de grandes baías, de grandes lagos e que, nesta época do ano, fica lindíssima e cheia de pássaros. Eles fazem aqueles ninhos em árvores que são berçários de pássaros, que ficam cobertinhas de pássaros nessa época do ano. Belíssimo!

Oxalá as crianças de Brasília possam ser levadas pelos professores, um dia, para visitar o nosso Pantanal.

Ela também é uma região diferente. Lá, há professores que não só trabalham no Pantanal, mas também na fronteira do Brasil com a Bolívia e com o Paraguai. O trabalho do professor de lá é diferente do trabalho do professor de Brasília. Lá, ele tem uma outra cultura interagindo, todos os dias, na sala de aula, e tem o guarani sendo falado por muitas crianças, além dos nossos índios que habitam aquela região.

Eu quis, com isso, dizer como o nosso País é grande, como ele é diversificado e como nós, aqui, temos de olhar não só para o centro do País, mas também para as diversidades que encontramos em cada região do nosso imenso País.

Quero dizer às crianças que estão aqui que tenho uma preocupação. Preocupa-me que as nossas crianças não tenham, aqui em Brasília e em nenhuma região do País, os equipamentos de lazer que deveriam ter – para o lazer com segurança. Onde estão os nossos equipamentos de lazer? Não os vejo. Não vejo as pracinhas, as praças em que nossas crianças possam brincar. Não vejo as trilhas que as crianças possam percorrer. Não vejo o lugar das caminhadas das nossas crianças.

Isso é preciso, mas também é preciso que pensemos nos equipamentos esportivos. Ontem, falamos disso. É difícil as escolas terem equipamentos esportivos suficientes para as nossas crianças, não só uma quadra coberta, que geralmente nossas escolas não têm, mas também equipamentos para judô e equipamentos para tantas outras atividades esportivas que nossas crianças querem fazer. Às vezes, nem uma bola as nossas escolas têm.

E os equipamentos culturais então, o que dizer, não só das nossas bibliotecas?

Mas eu gostaria que nossas crianças tivessem, sim, condições de trabalhar a música, que elas tanto amam, que elas tivessem a dança como o local para que elas possam exercitar seu corpo, por meio também da música e da dança. Mas também o teatro, que nem se fala! Também não há equipamentos na escola. Anti-

gamente, algumas escolas ainda tinham um pequeno palquinho para as crianças. Hoje, nem isso tem. O teatro ficou relegado ao esquecimento também.

Mas o que pensar aí do acompanhamento das nossas TVs? Se nossas crianças hoje não têm parquinho, trilha, teatro, música, esporte. Ah! Onde ficam nossas crianças? Na frente da TV. E não estamos, talvez, acompanhando muito todos os programas de TV a que nossas crianças assistem.

Portanto, é uma gama de problemas que temos que resolver.

Esta Casa pode ajudar? Pode.

Mas quero pedir aqui às nossas crianças que escrevam para os nossos Senadores, escrevam para os nossos Deputados. Não precisa ser apenas para os de Brasília. Penso que nossas professoras e professores tinham que fazer um mutirão. Em cada escola de Brasília, em cada escola deste País, aqueles que estão nos vendo e ouvindo através da TV Senado, que escrevam para os nossos Deputados e Senadores, expondo suas sugestões de mudança. Eu fui à Caixa Econômica falar com a Dr^a Maria Fernanda, uma mulher que, pela primeira vez na história da Caixa Econômica, preside a Caixa, para pedir a ela que nos ajude no projeto que tenho aqui no sentido de que, em cada conjunto habitacional cujas verbas a Caixa intermédia, tivesse pelo menos uma creche para atender a nossas crianças, como obrigatoriedade, e equipamento esportivo completo para atendê-las e atender à população que ali habita. É uma dificuldade! Não consegui sucesso até hoje. Vou continuar brigando, mas, quem sabe, se nossas escolas, no Brasil inteiro, mostrasse ao Congresso Nacional, mostrasse às Assembléias Legislativas dos seus Estados, mostrasse às Câmaras de Vereadores dos seus Estados, mostrasse do que a cidade precisa para que nossas crianças tenham uma vida melhor. Aí, então, eu acho que, com essa pressão – esse exército brigando –, nós teríamos mais sucesso em nossas empreitadas.

Quero dizer aos nossos queridos professores e professoras que vale a pena continuarmos lutando. Há um orgulho enorme de ser professora e há orgulho de lutar pela educação de nosso País.

Com todas as dificuldades, vamos continuar brigando por aquilo em que acreditamos: um País melhor, um povo mais educado e mais culto, e um País que possa socializar, para todos, a cultura e a educação. Essa tem que ser nossa briga, e não vai ser ingloria, não, porque nós vamos ver um País cada vez melhor, se continuarmos acreditando na luta que empreendemos e pela qual existimos.

Pelo menos, minha parte é essa. Tenho certeza de que a dos educadores aqui, também.

Deixo aqui um abraço enorme às crianças não só de Brasília, mas às crianças de todo o Brasil que estão nos ouvindo. Um abraço enorme aos professores e professoras que continuam, nos mais recônditos rincões de nossa Pátria, acreditando no seu mister. Que Deus nos ouça sempre! Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Os nossos aplausos e cumprimentos. Se eu errei a sigla partidária, corrijo agora. Esta Senadora, mulher, justifica aquilo que o mundo civilizado pratica: não chama nem os poderosos, não chama os ricos, os milionários, os empresários, os banqueiros de mestre. Só uma classe a sociedade civilizada chama de mestre, igual a Cristo: os professores. Isso acontece graças a professores como o Cristovam e a Marisa que simbolizam os mestres, homem e mulher que engrandecem e dão esperança ainda a este País.

Convidamos para usar da palavra o Senador Romeu Tuma. Ele é do Partido Trabalhista Brasileiro, representa o grandioso Estado de São Paulo e teve a felicidade de casar com uma professora.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Querido Presidente Mão Santa, Prof. Marisa, educador Cristovam Buarque e exemplo permanente para os membros desta Casa e para todos que o conhecem – realmente as homenagens que estão sendo prestadas às crianças e aos professores são extensivas a ele. Isso porque ele conseguiu colocar na agenda do País a educação como um dos princípios mais importantes da formação da nossa sociedade.

A primeira coisa seria atender às professoras do Colégio Militar que me passaram um folheto, Senadora Marisa, para serem incluídas na Medida Provisória nº 431. É isso? Medida Provisória nº 441 com 431, que dispõem sobre a reestruturação de carreira de várias categorias. Os professores do ensino militar não foram incorporados. Sei que aqui há emendas do Senador Cristovam Buarque, a primeira que é citada aqui. depois, do Senador José Sarney, que já havia baixado um decreto-lei quando Presidente; a do Senador Romero Jucá; a da Deputada Maria Helena e a da Deputada Marinha Raupp.

Acredito, Senador, tendo em vista V. Ex^a liderar as emendas – e sou solidário a elas – que é importante que, na discussão da medida provisória, possamos incorporar as emendas solicitadas neste projeto.

Interessante, Senadora Marisa, conversando com o Senador Mão Santa, ele me fez lembrar um samba que dá saudades: “Vestida de azul e branco, a linda normalista”. E essa é uma história de muita gente desta Casa e faz parte da minha.

Hoje pela manhã, a primeira coisa que fiz foi cumprimentar a minha esposa por ser professora e porque eu sei o caminho que ela, como tantas outras, percorreu na sua formação, no seu aprendizado profissional dentro da sala de aula, ingressando na escola rural, posteriormente no setor urbano, com a soma de pontos, que era o sistema antigo.

Ela me pediu hoje, Senadora Marisa, para que eu não a citasse nem contasse a história do sacrifício que fazia, porque ficava muito chato. Mas sinto emoção, porque minha mulher teve a alegria de alfabetizar, dentro da sala de aula, meus quatro filhos, de quem tenho muito orgulho porque todos são formados na universidade. E ela conseguiu – e quis fazê-lo por um prazer de ordem pessoal – no grupo escolar, alfabetizar cada um dos filhos no primeiro ano do primeiro grau. Trata-se de uma coisa tão gostosa de lembrarmos, e acho que é uma homenagem que não podemos deixar de prestar todos os dias aos professores, não só no dia 15 de outubro.

V. Ex^a teve a virtude de trazer hoje à nossa discussão essa homenagem que é feita ao professor, e o Senador Jefferson Praia, que vive nas praias do rio Negro, não nas praias do Guarujá, fez referência às dificuldades de o professor ensinar na selva Amazônica.

Visitei, quando delegado de polícia, vários pelotões de fronteira. O tenente, saindo da academia, às vezes, recebe como primeira missão comandar esse pelotão. Às vezes, casado, leva a esposa, Senador Augusto Botelho, e ela arregimenta as crianças, os caboclos da floresta e as comunidades indígenas e os leva para uma sala de aula improvisada dentro do pelotão, do quartel que ali existe, e lá vão ser alfabetizados por essa professora que deixou a cidade grande para acompanhar seu marido dentro da floresta Amazônica e trazer uma realização pessoal que é a vocação de ensinar as crianças que, muitas vezes, não têm acesso ao ensino, como reportou o pelo Senador José Nery, no caso que ele aqui descreveu.

Portanto, temos que homenagear sempre as professoras. E sempre perguntar, Senador Mão Santa, quem foi sua primeira professora. Todo mundo lembrava; hoje não lembra mais, porque a violência está tomando conta da sala de aula. Hoje, se a professora chama a atenção do aluno, ele, vivendo em uma comunidade de violência, às vezes passa a agredir a professora, acovardando-a, fazendo com que ela não mais volte à sala de aula com medo da represália dos alunos por chamar sua atenção ou querer educá-los perfeitamente.

Sei que às vezes é difícil concluirmos alguma coisa que possa trazer um benefício. Apresentei a pro-

posta de criar a presença de um psicólogo nas escolas, Senadora – ou nas delegacias –, dentro de cada unidade escolar, para acompanhar de perto crianças que têm dificuldade de acompanhar a classe ou, pela violência, tentam impor à professora ou ao professor a sua vontade. A assistência de um psicólogo – provavelmente uma psicóloga – poderá colaborar para a sua formação profissional.

Quando pequenos, no catecismo, aprendemos que Jesus disse: “Deixai vir a mim as crianças, que é delas o Reino dos Céus!”.

E hoje, depois de ter passado cinquenta anos na Polícia, vejo quantas crianças vivem o inferno aqui na Terra. Quantas!

Como vice-Presidente da CPI da Pedofilia, pior fiquei na agonia de ver o sofrimento dessas crianças, que não têm o respaldo, a proteção que deveriam ter, com abuso às vezes de políticos, de governadores, de prefeitos. A cada dia, recebemos denúncias de abuso de crianças de meses ou de um ano de idade por pedófilos que não têm respeito e não acreditam em Deus. Provavelmente não são seres humanos.

Não é uma questão para ser abordada agora. Como disse a Senadora Marisa Serrano, essas crianças gostariam de brincar de roda, de ter um campo de futebol, uma quadra de basquete, e tantas outras coisas que poderiam segurá-las na escola, educando-as e trazendo-as para um futuro melhor.

Ontem, o Senador Cristovam Buarque convidou alguns atletas que prestam serviços sociais à sociedade. Lembrei-me de dois: a Magic Paula, do basquete, com quem certa vez recebi uma homenagem em São Carlos, e o Graef, iatista de primeira grandeza que teve a infelicidade de perder uma das pernas, mas não desistiu de prestar um serviço à sociedade. Em São Paulo, na Praia Grande, ele tem uma escola de iatismo para crianças, que constroem seus barquinhos. Juro que um dia fui lá com ele e fiquei com vontade de andar em um barquinho, mas fiquei com medo de cair. A Paula também tem sua escola. Ela presta serviços gratuitos e muitas vezes luta com dificuldade, buscando apoio para a realização do seu sonho.

V. Ex^a teria que formar um exército aqui dentro, e brigar para conseguir suas reivindicações, que são realmente necessárias para a formação dessa comunidade brasileira tão importante.

Senador Cristovam, assim como V. Ex^a colocou na agenda nacional a importância da educação, a Senadora Marisa também terá a importância da formação do cidadão por meio do esporte e da presença permanente na escola.

Sr. Presidente, eles não comeram o lanche, e até eu estou com fome agora.

Desculpem-me, mas quero deixar o meu abraço e meus cumprimentos aos professores pelo trabalho, pelo sacrifício. Nós sabemos que o piso do professor, de R\$950,00, não representa o ideal e o que seria correto pagar ao professor para a dedicação exclusiva a uma escola só, mas muitos prefeitos e governadores reclamaram. O Governo tem que ter um fundo para auxiliar os Municípios que não têm essa capacidade, mas jamais deixar de pagar esse salário mínimo, que não representa o ideal para os professores, pelo sacrifício, pelo trabalho, pela dedicação e a importância da vocação, a fim de que continuem exercendo essa atividade tão importante na formação das crianças e dos jovens de hoje.

Parabéns! Que Deus os abençoe. Que sigam o caminho correto que os professores ensinarem, e que os professores tenham as bênçãos de Deus para continuarem seu brilhante trabalho. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após os aplausos de todos ao pronunciamento do nosso Senador Romeu Tuma, convidamos para usar da palavra o Senador Augusto Botelho, que representa o Estado de Roraima e é do Partido dos Trabalhadores.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, crianças aqui presentes, professoras e professores, serei rápido.

Sr. Presidente, peço que meu discurso seja dado como lido. Vou apenas prestar uma homenagem a todos os professores do Brasil, especialmente aos que ensinam nas escolas do meu Estado, onde uma professora ensina a várias séries na mesma sala. Eles não nos verão falando aqui, porque, geralmente, nessas escolas não há luz elétrica, muito menos uma televisão ou uma parabólica, que é o que pega lá.

Gostaria de homenagear esses professores em nome da minha professora Cidalina Tomé, que foi minha professora no Ensino Fundamental, e o Padre Bindo, que foi meu professor de canto orfeônico, aproveitando para parabenizar o Senado, porque reintroduziu na LDB o ensino da música nas escolas.

Faço também uma reflexão rápida. Eu nunca tinha convivido com um professor. Meu pai era médico e minha mãe enfermeira – ainda é enfermeira, está viva. Quando terminei o Ensino Fundamental, que seria o Ginásio na época, em Roraima não havia 2º Grau. Então, fui estudar no Espírito Santo, na casa da minha avó. Sempre respeitei meus professores e considerava o trabalho deles importante. E foi lá, convivendo com minha madrinha e minha tia Eny, que é professora primária, que fui ver o trabalho que o professor tem para

conduzir uma aula, o tempo que passa em casa corrigindo os trabalhos das crianças, o tempo que passa elaborando as provas, as aulas, tudo. Foi aí que vi que só pode ser professor quem tiver vocação, quem realmente amar a sua profissão. Meus parabéns a todos os professores e a todas as crianças do Brasil.

Sei que estão todos com fome, alguns já cochilando.

Senador Mão Santa, muito obrigado pela oportunidade, e peço que V. Ex^a considere meu discurso como lido.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR AUGUSTO BOTELHO

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, o dia consagrado aos professores brasileiros, que se comemora neste 15 de outubro, é ocasião mais que propícia para que reflitamos sobre a Nação que estamos construindo. Afinal, as condições históricas que caracterizam e singularizam a civilização contemporânea conferem à educação – logo, aos seus principais artífices, os mestres – extraordinária importância. A ela cabe, entre outras responsabilidades, a produção do saber indispensável à evolução da Humanidade, a transmissão do conhecimento às gerações que se sucedem e levar as pessoas, notadamente as mais jovens, a compreender o sentido das regras da em vida em sociedade.

Por tudo isso, Sr. Presidente, os professores que atuam nos mais diversos níveis da escolaridade merecem o respeito, a admiração e a reverência que ora lhes prestamos. Mais: sabemos que alguns aspectos marcantes da sociedade contemporânea, os quais poderiam ser sintetizados na perda das grandes referências e na fragmentação que pulveriza o próprio indivíduo, acabam por transferir à escola – portanto, ao professor – tarefas de extraordinária magnitude, antes reservadas às próprias famílias. Chegamos a um ponto em que atuar no magistério requer bem mais que preparação específica, domínio das técnicas pedagógicas e presença vigorosa em sala de aula. Exige-se hoje em dia, do professor, que ele seja também pai, psicólogo e orientador para a vida.

Quero assinalar, ainda, que estamos longe de atingir o ponto de equilíbrio na educação brasileira. A despeito das conquistas já efetivadas, das quais a universalização do acesso ao ensino fundamental é a ponta mais visível, ainda não logramos oferecer à sociedade brasileira, sobretudo no que concerne aos milhões que freqüentam a rede pública de ensino, seja municipal ou estadual, a educação básica de qualida-

de que todos merecem e que a realidade contemporânea exige.

Nessa perspectiva, Sr. Presidente, além do justo reconhecimento ao trabalho dos docentes em nosso País, que faço questão de reiterar neste momento, é preciso ir além. Há que reconhecer, em primeiro lugar, o caráter de atividade profissional do magistério. A velha idéia que identifica na docência não mais que mero sacerdócio não se sustenta. Ser professor, para além da óbvia vocação – que implica desprendimento, sentido de doação e sensibilidade para aceitar e compreender as diferenças –, significa abraçar uma profissão, preparar-se para isso e exercê-la com zelo e proficiência. Assim, é absolutamente indispensável que sejam oferecidas a esse profissional as condições essenciais ao seu trabalho e uma remuneração condigna.

Registro, com satisfação, o recente anúncio feito pelo Ministro Fernando Haddad acerca do lançamento de um amplo programa de dimensão nacional voltado para a formação dos professores. Bela e inteligente decisão do Governo do Presidente Lula! Afinal, estamos todos de acordo quanto às deficiências hoje presentes na formação inicial de nossos mestres. Seja pela omissão das grandes universidades públicas, seja pelas limitações das pequenas instituições isoladas de ensino superior, o certo é que os cursos de licenciatura, salvo as exceções que apenas confirmam a regra, não estão conseguindo responder à altura o desafio de formar pessoal adequadamente preparado para atuar em sala de aula.

Fico ainda mais feliz por verificar que a proposta do Ministério da Educação não se restringe à formação inicial dos professores. Ela também envolve a formação continuada, em serviço, dos docentes em atividade. Num mundo tão dinâmico quanto o atual, em que novos conhecimentos praticamente são desvelados da noite para o dia, não estimular o professor a acompanhar a marcha do tempo, jamais parando de estudar, é medida contraproducente, socialmente absurda e moralmente reprovável.

Penso, inclusive, Sr. Presidente, ser essa atitude uma louvável iniciativa do Governo Lula, no sentido de levar a União assumir responsabilidades maiores na condução da educação básica no Brasil. Conquanto correta, a estratégia de descentralização do sistema acabou por jogar nos ombros já financeiramente combalidos de Estados e Municípios uma carga de despesa incompatível com sua capacidade de arrecadação. Ao separar recursos orçamentários federais para melhorar e expandir os mecanismos de formação docente, a União dá mostras de comprometimento com a melhoria dos padrões de qualidade da educação no País.

Vencer a batalha da qualidade do ensino é desafio a que todos nós devemos nos sujeitar. Os indicadores de que dispomos na atualidade, incluindo avaliações internas e externas, apontam para graves deficiências no conjunto do sistema. A rigor, não são muito significativas as diferenças de desempenho entre as regiões brasileiras. A propósito, tive o cuidado de examinar os números oferecidos pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, o SAEB, bem como os da Prova Brasil, aplicada entre os matriculados no ensino fundamental, e verifiquei que o desempenho dos estudantes de Roraima não foge ao que é mostrado pela média nacional. Aliás, há casos em que a nota obtida em Roraima ultrapassa a meta estipulada para 2009.

Ao encerrar, Sr. Presidente, renovo meus cumprimentos aos professores de Roraima e do Brasil. Hipoteco-lhes integral solidariedade na luta pela dignificação de sua profissão. Sugiro, por fim, que esta Casa, notadamente por meio de sua Comissão de Educação, acompanhe atentamente as ações federais voltadas para a valorização do magistério. Que faça sugestões. Que cobre os resultados. É assim que estaremos dando nossa contribuição para que o Brasil alcance o objetivo maior de contar com uma educação de qualidade para todos, sem nenhuma forma de exclusão.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a será atendido, de acordo com o Regimento.

Nossa Secretária-Geral anuncia que, depois de encerrada a sessão – que já se encaminha para o encerramento, pois só temos mais um orador inscrito –, haverá um lanche. Nossa Secretária-Geral, a Dr^a Cláudia Lyra, não se esquece.

Como último orador inscrito, convidamos para usar da palavra o Senador Inácio Arruda. S. Ex^a representa o PCdoB do Estado do Ceará, que tem a felicidade de ser vizinho do Piauí. Na Geografia – vocês se recordam, não é? –, temos, entre o Ceará e o Maranhão, o Piauí no meio. A **Bíblia** diz que a sabedoria e a virtude estão no meio – e é o Piauí.

V. Ex^a pode usar da palavra.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Agradeço as palavras do Senador Mão Santa. Da mesma forma que S. Ex^a, eu contei o Piauí e o Rio Grande do Norte, e nós ficamos no meio, o Ceará.

Senador Mão Santa, primeiro vou dizer que sou do Partido Comunista do Brasil, o PCdoB. E as homenagens que hoje são feitas vêm pelas mãos de uma das pessoas mais dedicadas à causa da educação e à causa humana, o Senador Cristovam Buarque. E dois homenageados que se unem e são muito ligadas: as crianças e os professores. Você veja que o

pronunciamento dos Senadores e Senadoras sempre se remetem à sua vida como crianças – não é verdade, Senador Augusto? –, ao homenagear, às vezes, a primeira professora.

Eu conversava com o Professor Cristovam, Senador da República, lembrando exatamente isso, a primeira escola em que ingressei. À época, não se ingressava na escola com um ano e meio, três anos ou quatro anos de idade. Normalmente se entrava na escola com sete, oito, nove anos de idade. E ali encontrei um professor, que hoje já está quase com 70 anos, José Duarte Pinheiro, o Zequinha, lá num bairro muito pobre da periferia de Fortaleza, chamado Dias Macedo. Mas a vida inteira dele foi dedicada à educação, quase exclusivamente; ele não fez outra coisa na vida, senão se dedicar a formar as pessoas, a cuidar das pessoas, a fazer com que elas compreendessem o que era a sua comunidade, o seu bairro, o seu Estado.

Muitas vezes se falava da nossa região. Aqui ouvimos falar do Amazonas, daquela floresta imensa, com salas de aulas no meio daquela mata; de um professor dedicado, ali, a cuidar das crianças no meio daquela selva enorme. Ou no Pantanal, da Senadora Marisa Serrano, que se pronunciou, há pouco.

Lá falamos muito das secas, do semi-árido, do bioma que é chamado de caatinga e que é único no mundo. Esse bioma só existe no Brasil. Está lá naquela região.

Então, são os professores que nos vão ensinando, que nos vão dizendo. A música, a arte, a cultura... Nós ouvíamos muito as letras cantadas, porque, na nossa escolinha, havia também aulas de música. E as principais músicas eram as cantadas por Luiz Gonzaga, que falavam do Nordeste; que falavam do meio ambiente; que falavam da seca; que falavam da época da chuva; que falavam da luta do povo, do seu cotidiano, da sua vida. Isso estava ali dentro da escola, nas letras do Humberto Teixeira, cantadas pelo Luiz Gonzaga, que eram verdadeiras peças que se apresentavam ali para nós.

E, hoje, ao discutir esse tema – porque o Senador fez bem, não é só uma homenagem, é homenagem com discussão. À época que cheguei à escola para estudar, a educação no Brasil e a escola eram para pouquíssimas pessoas. Poucas pessoas tinham acesso à escola. Só nos anos 70 e início dos anos 80, buscou-se universalizar a educação no Brasil. É muito recente, muito recente. Até os anos 60, a escola era para poucos. Poucos tinham oportunidade de ir a uma escola. E, praticamente, os professores tinham dedicação exclusiva, porque havia pouca gente para cuidar. E o professor era dedicado só àquela turma, só àquela escola. O professor não ficava saltitando – de manhã

numa escola municipal, à tarde numa estadual, à noite numa particular e, nos finais de semana, ainda em algum cursinho preparatório para concurso público ou para vestibular para as universidades. Esse professor estava, na situação de hoje, inviabilizado. Ele é uma pessoa inviabilizada; não tem como se dedicar exclusivamente àquela escola. É um esforço atual.

Quando aprovamos, por iniciativa do Senador Cristovam Buarque, o piso salarial... E muitos podem dizer que é pouco, alguns Governadores dizem que é muito, os Prefeitos dizem que é muito, nós dizemos que é pouco, os professores também dizem que é pouco; é pouco mesmo, porque não dá para ter uma vida digna e ser o responsável por educar as pessoas com aquele salário. Mas quando fizemos aquilo, ou seja, quando tomamos essa medida importantíssima, vi duas cenas assim espetaculares: primeiro, Senador Cristovam Buarque, foi a aprovação da matéria aqui no Congresso Nacional; depois, a sanção da lei. Vi o abraço emocionado do Presidente da República em V. Ex^a, porque era a sua causa. O Presidente da República não teve essa oportunidade. Ele sabe o que é haver a garantia de que os professores terão um recurso mínimo para cuidar das crianças brasileiras e oferecer mais e melhores oportunidades ao nosso povo.

Quando aquilo aconteceu, dissemos: “Precisamos agora tomar outras medidas”. Quem sabe, num esforço grandioso do povo brasileiro, o Congresso Nacional e o Presidente da República possam adotar outra medida. Se hoje há piso salarial nacional para os professores; quem sabe não possamos alcançar a dedicação exclusiva. O professor só vai dar aula naquela escola; não poderá dar aula numa escola do Município, depois em outra do Estado, depois em outra particular e em mais uma particular. Não. Ele só vai dar aula naquela escola, com dedicação total.

Eu disse, na Comissão de Assuntos Sociais, que tive esta sorte: estudei numa escola pública em que os professores lecionavam em regime de dedicação exclusiva, no ensino que é hoje o fundamental. Depois, fui para o que hoje é o Centro Federal de Educação Tecnológica, onde os professores tinham dedicação exclusiva. E, quando cheguei à universidade, porque era uma universidade federal, também os professores tinham dedicação exclusiva. Então, pude ter este cuidado: sair de lá, de um bairro bem pobre, mas ter a oportunidade de estudar com professores que estavam dedicados exclusivamente a tratar daquilo que interessava àquela turma.

Então, acho que hoje é o passo seguinte que devemos dar. E devemos aproveitar a oportunidade, mesmo diante dessa crise imensa que vive o mundo. Os países mais desenvolvidos estão numa crise pro-

funda, mas países como o nosso têm grandes oportunidades; nós temos grandes oportunidades no Brasil de dar passos mais alargados.

Mesmo com essa situação de dificuldade da educação, eu que me formei numa escola técnica, que tenho um curso de formação técnica, sei a importância de se ter uma escola fundamental e, depois, de se formar, de ter uma profissão na vida.

Neste curto período de oito anos, o atual Presidente da República criou mais escolas técnicas do que em 100 anos. Desde a criação da primeira escola técnica do Brasil, em 1909, até o ano de 2002, foram criadas 100 escolas técnicas, e, no atual Governo, já foram criadas mais de 200 escolas técnicas federais, expandindo-se a rede de formação técnica para o interior do Brasil.

Então, podemos somar ao piso salarial dos professores, a construção e a compra de equipamentos das novas escolas técnicas federais e a expansão das universidades. Em função dos salários míseros que se recebem no Brasil, não se queria ir para o interior. Então, as universidades estão sendo expandidas para o interior do nosso País. Acho que é uma vitória que conseguimos, e temos de pressionar as autoridades econômicas para manterem o País no ritmo do crescimento, do desenvolvimento, porque é isso que tem dado a oportunidade de melhorarmos os salários dos professores, de aumentarmos o número de escolas de ensino fundamental, de formação técnica e de expandirmos a universidade.

Escuto, muitas vezes, a mídia, principalmente a brasileira, dizer o seguinte: “O Governo precisa acabar com a ganância, está gastando muito”. Ora, mas está gastando em quê? É para a educação o gasto? É para a saúde pública o gasto?

Não podemos aceitar este discurso de que aumentar o salário dos professores, o número de escolas técnicas e de universidades significa ganância. Isso não é ganância, não; isso é estar, mesmo no momento de crise, investindo numa saída melhor para o povo brasileiro. Não devemos aceitar nunca que se faça esse discurso de ganância do Brasil, para cortar os recursos orçamentários, exatamente naquilo que mais interessa à cidadania do nosso povo.

O Sr. Renato Casagrande (Bloco/PSB – ES) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PcdoB – CE) – Meu caro Senador Casagrande, a quem dou o aparte.

E já concluo a minha fala, para que V. Ex^a feche esta brilhante sessão de homenagem aos professores e às crianças do nosso País.

O Sr. Renato Casagrande (Bloco/PSB – ES) – Obrigado, Senador. Quero agradecer e parabenizá-lo, Inácio Arruda, pelo seu pronunciamento. Estou pedindo um aparte a V. Ex^a nesta sessão – e parabeno o Senador Cristovam Buarque pela iniciativa –, porque não quero assumir a tribuna e fazer um pronunciamento, porque as crianças e os professores já estão cansados desta sessão longa. Mas não poderia deixar de trazer o abraço do Partido Socialista Brasileiro às crianças aqui presentes, aos alunos, aos professores, aos Senadores e Senadoras, bem como de concordar com o seu pronunciamento e de dizer que ontem estávamos debatendo, na Comissão de Educação, as políticas na área de esporte. Nós constatamos, verificamos – e vamos continuar este debate com o Ministro do Esporte, que é do Partido de V. Ex^a, o PcdoB – que precisamos incentivar, cada vez mais, projetos de esporte de base. Isso começa na escola. Há necessidade de se ampliarem cada vez mais os investimentos, mas mais do que os investimentos. Às vezes, não falta dinheiro; falta projeto, falta motivação, falta incentivo, falta mobilização. Não só o Governo Federal, mas especialmente os Estados e os Municípios precisam dedicar-se ao trabalho de incentivo e de valorização do professor e dos profissionais da área de educação e, ao mesmo tempo, entender que a escola não substitui o pai e a mãe de uma criança. A educação em casa é fundamental, mas a escola complementa, e muito, a formação dos jovens. Esta sessão solene de homenagem às crianças e aos professores no Dia do Professor é uma homenagem boa que o Senado presta a todos os que estão presentes e àqueles que não puderam vir a esta sessão. Deixo o meu abraço e o abraço do meu Partido para as crianças e para os professores que estão hoje conosco e também para os que estão acompanhando pela TV Senado esta sessão solene. Obrigado, Senador.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sou eu quem agradeço a V. Ex^a.

Sr. Presidente, encerro o meu pronunciamento, primeiro agradecendo a oportunidade que me é dada pela iniciativa do Senador Cristovam, que, ao lado de V. Ex^a e de outros Senadores, simboliza a presença de Senadoras e Senadores que pensam o Brasil, que pensam o nosso País e, assim fazendo, evidentemente pensam o nosso futuro.

Parabéns a todos!

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Cristovam Buarque, brasileiras e brasileiros, quis Deus que eu presidisse esta sessão histórica. Este Senado da República tem 183 anos e escreveu as mais belas páginas da democracia do Brasil. Foi

fechado algumas vezes – é verdade –, mas quis Deus também eu estivesse ao lado do piauiense que presidiu com muita grandeza esta Casa, quando, pelos idos de 1976, o Parlamento, discutindo uma reforma do Judiciário, o regime militar e os canhões a fecharam. Eu estava ao lado daquele democrata, Petrônio Portella, que enriquece a democracia no Brasil e a história do Piauí. A imprensa foi entrevistá-lo. Professor Cristovam Buarque, ele disse apenas uma frase – aí aprendi que autoridade é moral: “Este é o dia mais triste da minha vida”. Senador Casagrande, eu estava ao lado. E essa força moral fez com que os militares recuassem e fosse reaberto o Parlamento.

E hoje sei que a história é bela. Aqui jogaram flores em Senadores, como Rui Barbosa, que fizeram a lei sancionada pela Princesa Isabel.

Mas hoje é um dia bonito. Árvore boa dá bons frutos, fruto do professor Cristovam Buarque, que se iguala aos grandes Senadores que viram na educação a esperança de dias melhores, como João Calmon, Pedro Calmon, como Darcy Ribeiro.

Eu queria fazer uma reflexão, ao passo que agradeço porque presidi esta importante sessão na história: Padre Antonio Vieira, que viveu lá no nosso Nordeste – ele saía da Fortaleza, do Arruda, ao São Luís, lá do Presidente Sarney, passava pelo meu Piauí –, dizia que o exemplo arrasta.

Então, o Senado da República dá exemplo a todo o País para homenagearem os professores e as crianças.

E eu faria minhas, em nome do Senado da República, as palavras daquele poeta, um dos criadores da Academia Brasileira de Letras ao lado de Machado de Assis: Olavo Bilac.

Atentai bem ao que ele dizia, crianças, no poema “A Pátria”:

Ama, com fé e orgulho, a terra em que nasceste!

Criança! não verás nenhum país como este!

Olha que céu! que mar! que rios! que floresta!

A Natureza, aqui, perpetuamente em festa,

É um seio de mãe a transbordar carinhos.

Vê que vida há no chão! vê que vida há nos ninhos,

Que se balançam no ar, entre os ramos inquietos!

Vê que luz, que calor, que multidão de insetos!

Vê que grande extensão de matas, onde impera

Fecunda e luminosa, a eterna primavera!

Boa terra! jamais negou a quem trabalha

O pão que mata a fome, o teto que agasalha...

Quem com o seu suor a fecunda e ume-dece,

Vê pago o seu esforço, e é feliz, e enriquece!

Criança! não verás país nenhum como este:

Imita na grandeza a terra em que nasceste!

Nosso Bilac viveu de 1865 a 1918.

E, hoje, nós vimos a tristeza. Eu vi um Senador acostumado a enfrentar a violência, Romeu Tuma, chorar pelas violências que tem visto neste Brasil, sintetizada pela pedofilia.

Atentai bem! Nós nos orgulhamos de fazer parte deste Senado. Como o maior dos Senadores da história do mundo dizia “O Senado e o povo de Roma...”, eu posso dizer: o Senado e o povo do Brasil, juntos, construindo aquela Pátria sonhada por Olavo Bilac.

Eu traria exemplos a todos os nossos jovens e crianças, o exemplo maior de brasileiros. Ele passou aqui, ele tinha que passar aqui. D. Pedro II deixava coroa e cetro para adentrar e igualar-se aos Senadores e sonhara ser Senador. Juscelino, na sua vida de político – de tumultos, percalços, glórias e sofrimentos – nos deixou um exemplo. Ele foi tirado bem dali, cassado, humilhado, mas fez renascer, como mártir, essa redemocratização que nós vivemos.

Eu fui buscar, para homenagear as crianças, a maior criança do Brasil, que foi Juscelino Kubitschek, uma esperança a todos. Menino pobre, órfão aos três anos, viu seu pai passar morto de tuberculose. Não podia morar na mesma casa.

Então, o que ele disse aqui, sintetizando, em homenagem à professora, porque ele dedica à sua mãe, que simboliza o exemplo maior de professora que hoje nós homenageamos.

E colho essas palavras nesse livro daquele que foi Seu Cirineu, Affonso Heliodoro, que viveu a vida política com ele... Atentai bem, Senador Cristovam, Juscelino disse aqui – e faço minhas as suas palavras:

Diamantina teve ouro, teve diamante e acabou-se, mas não se acabou aquilo que era mais importante, a gente, a gente minei-

ra, simbolizada pela grandeza da gente de Diamantina”.

Apesar do aspecto alegre e folgazão do diamantinense, ele sempre deu valor ao trabalho. Aprendeu a lidar com as dificuldades no labor das catas e lavras, de onde tirava seu sustento ou sua riqueza. Depois provou os rigores de outros trabalhos para sobreviver com decência à pobreza que assolava sua cidade. Lá ninguém vivia à-toa.

Atentai bem, tem muita gente vivendo à toa neste Brasil.

Nem mesmo os tipos populares, ninguém vivia à-toa, buscava um trabalho.

Em Diamantina, quem não se dedicava aos estudos, trabalhava. Aos meninos mais pobres, era usual o aprendizado de algum ofício. E foi nesse ambiente de trabalho, de fé religiosa, de preocupação com o saber, que Juscelino viu passar os seus primeiros anos de vida.

Em “Dona Júlia – a mãe”, a homenagem dele à professora. Como foi dito aí, eu fui alfabetizado no colo de minha mãe. Como era costume da geração do Arruda, fui ao Colégio Nossa Senhora das Graças, onde os meus filhos todos se educaram por uma irmã Carmosina.

Olhem o que disse Juscelino Kubitschek, o maior de todos os brasileiros: *“Na verdade, tudo o que sou, como cidadão, como brasileiro, como homem público, à minha mãe devo”*.

E o que ela ensinou a Juscelino? Ao responder, presenteio, em nome do Senado, todas as crianças do Brasil: dar valor ao trabalho e desprezar a ociosidade.

O severo pragmatismo orientava seus atos. Houve uma época em que a mãe e professora trabalhava até dezesseis horas por dia, além dos trabalhos rotineiros do lar: cozinhar, lavar e costurar. Assim foi a Mestra Júlia de tantas gerações, que Juscelino assim definiu: *“Bondade, ternura, firmeza e disciplina, e eis os traços marcantes do caráter de minha mãe. É indispensável combiná-los para recompor, com exatidão, sua verdadeira personalidade”*.

Dona Júlia, viúva e professora, pobre, criou seus filhos como as velhas mães mineiras: trabalho, respeito a Deus e vontade de contribuir, sempre servindo, de qualquer forma, a seus semelhantes. Esses princípios nortearam a vida de Juscelino Kubitschek.

Juscelino foi sempre um madrugador e, por isso, seus dias eram grandes. Havia sempre tempo para uma nova tarefa, mas um trabalho começado devia ser terminado. Isso a sua mãe e professora ensinava.

A formação cristã de Juscelino completou-se em casa, na escola e na Igreja. De dona Júlia, herdou a coragem, a determinação, a energia, o sentimento de dever e as reservas típicas da raça eslava. Do pai, ele herdou a alegria, o gosto de servir ao próximo e a alegria.

Esta é a homenagem que, neste instante, fazemos a todas professoras, revivendo a mãe de Juscelino Kubitschek, professora, e a todas as crianças, revivendo o maior dos brasileiros, criança órfã e pobre que foi buscar no saber um caminho.

O Senador Suplicy, como não poderia deixar de ser, quer prestar uma homenagem, mas eu estou procurando aqui a homenagem maior. É um retrato, Suplicy, que mostra um momento em que ele beija sua mãe. Antes de ceder a palavra a V. Ex^a, que representa com grandeza o Estado de São Paulo, eu terminaria com a homenagem do maior brasileiro, que foi criança pobre que percorreu caminhos difíceis antes de chegar a ser médico e Presidente da República: o beijo que ele dá e a gratidão que ele mostra por sua mãe, D. Júlia.

Com a palavra, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Mão Santa, quero aqui me solidarizar com a iniciativa do Professor Cristovam Buarque de saudar todos os professores e todas as crianças neste dia. Como professor da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo, quero aqui dizer a todas as crianças, a todos os estudantes e a todos os professores como é importante que estejamos sempre a estimulá-los a buscar, sobretudo, a ética, a verdade e a realização da justiça.

Anteontem, o professor que ganhou o Prêmio Nobel de Economia, Paul Krugman, divulgou alguma coisa sobre a sua vida e falou de seus ideais como professor: sempre procurar a verdade, a beleza e, obviamente, o sucesso em sua vida.

Na conclusão, gostaria de saudar aqui uma experiência muito simples, mas muito positiva.

Em Taboão da Serra, o Secretário de Educação César Calegari, que foi Deputado Estadual, tomou a iniciativa de fazer com que todos os professores da rede pública passassem a fazer uma visita, pelo menos uma vez ao ano, a cada uma das residências para saber como as crianças estavam, em que ambiente viviam, dialogando com seus pais e com as crianças.

Isso resultou num aumento muito significativo da participação das crianças nas escolas. A vista dos professores, em média por cinqüenta minutos, às residências das crianças, seus alunos, despertou um enorme interesse nas próprias crianças, fez com que tivessem um melhor aproveitamento na escola.

Registro, portanto, essa experiência de integração da escola com a família, que, inclusive, foi premiada por ter conseguido elevar o grau de aproveitamento e as notas dos alunos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Para encerrar esta sessão, eu pediria que os meus aplausos se somassem aos vossos aplausos em homenagem às crianças e aos professores do nosso Brasil.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Os Srs. Senadores Valdir Raupp e Flexa Ribeiro enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o Inciso I e §2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, o registro do Dia do Professor merece, ao mesmo tempo, momentos de reflexão e júbilo de nossa parte.

Na data em que celebramos e parabenizamos aqueles que têm como ofício o ensino e a formação dos cidadãos do amanhã, não podemos deixar de sublinhar o esforço e o desprendimento desses profissionais cuja relevância para a Nação transcende nossa capacidade de expressão.

Ser professor é abraçar o mundo, é dedicar-se à construção de valores e conceitos, é influenciar decisivamente no futuro de gerações.

Afinal, Sr. Presidente, meus nobres Colegas, quem ensina não repassa somente conhecimento – transmite, sobretudo, princípios de vida, de afirmação da cidadania, de dignidade humana.

Infelizmente, contudo, é forçoso reconhecer que, em nosso País, o ofício de professor nem sempre é tratado com a devida deferência e valorização.

E refiro-me, aqui, não somente à remuneração, aos salários nominais. Falo sobre o **status**, sobre a reverência que devemos ter pela figura do mestre, pelo guia intelectual que está representado em sua imagem como símbolo supremo de sabedoria e proficiência.

O título de Professor, Sr^{as} e Srs. Senadores, deveria ser suficiente para honrar quem o ostenta com um tratamento absolutamente diferenciado e respeitoso. Deveria se situar, sempre, no lugar mais alto no panteão de nossas figuras ilustres, no topo do presépio social.

Como já nos ensinaram grandes educadores deste País, valorizar o professor não significa a concessão, simples e meramente, de aumentos salariais. Não que não seja importante fazê-lo, mas tal medida

deve estar inserida dentro de um processo muito mais amplo de reafirmação da importância do professor em nossa sociedade.

Nesse sentido, Sr. Presidente, para que possamos progredir verdadeiramente como Nação, precisamos incentivar as melhores cabeças, os maiores talentos intelectuais, os mais virtuosos oradores de nosso País para a carreira docente, para a grandiosa missão do magistério.

Meus caríssimos Colegas, tenho certeza de que todos desta Casa comungam desse sentimento. E posso garantir que envidaremos todos os esforços para que essa categoria profissional seja cada dia mais valorizada, respeitada e, sobretudo, ambicionada pelos jovens talentosos do nosso Brasil.

Viva o professor brasileiro!

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores: estamos comemorando hoje, nesta sessão especial, realizada por iniciativa dos nossos colegas Cristovam Buarque, Patrícia Saboya, Rosalba Ciarlini, Cícero Lucena e Marconi Perillo, o Dia da Criança e o Dia do Professor.

Feliz conjunção essa, que a proximidade das datas comemorativas enseja! Nada mais próprio e mais adequado que comemorar, num único momento, os Dias da Criança e do Professor. Crianças e professores são feitos uns para os outros. Não é possível imaginar crianças sem professores – ainda que em nosso País muitas ainda não os tenham – e, muito menos, professores sem crianças. É esse par fundamental que forja uma nação!

Eu poderia discorrer longamente aqui sobre a criação dessas datas, desde a iniciativa de D. Pedro I, que, em 15 de outubro de 1827, outorgou uma Lei Geral do Ensino Elementar extremamente avançada para a época.

Prefiro falar, no entanto, sobre o futuro das crianças do Brasil e sobre o que ainda precisamos fazer neste País para que os mestres possam cumprir o seu papel com eficiência, orgulho e dignidade. É que, quero enfatizar, uma nação é construída nas escolas por professores e crianças!

Mas, para nossa vergonha, ainda precisamos ter, em pleno século XXI, um Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil! Segundo levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, como bem sabe a Senadora Patrícia Saboya, que tem se dedicado muito a essa questão, cerca de três milhões de crianças, entre cinco e quinze anos de idade, ainda trabalham no Brasil.

Que futuro se reserva para essas crianças? E que futuro se espera para o País, se é verdade que o futuro de uma nação repousa sobre o futuro das crianças? Uma das respostas pode ser encontrada na falta de profissionais qualificados para fazer frente aos avanços tecnológicos do mercado de trabalho dos dias atuais.

Que perversidade! Quanta inversão de valores! Colocamos as nossas crianças para trabalhar na idade em que elas deveriam estar nas escolas, preparando-se adequadamente para se tornarem cidadãos e profissionais aptos a ganhar a vida dignamente quando adultos.

Mudar esse quadro é tarefa longa e árdua. Em primeiro lugar, é preciso que os Governos federal, estaduais e municipais elejam a educação como prioridade absoluta. Só a educação nos resgatará da miséria e da ignorância que ainda existem neste País! Só a educação nos tornará um povo forte e capaz de conduzir o nosso próprio destino!

É imperioso investir recursos de maneira ordenada tanto na formação, no aperfeiçoamento e na remuneração dos professores, quanto na transformação das escolas de todo o Brasil em ambientes propícios à aprendizagem e à formação da cidadania.

É fundamental transformar os currículos escolares e as escolas, para dar a jovens e crianças uma formação moderna, consentânea com o mundo de hoje. É imperativo prepará-los para a cidadania e para o mercado de trabalho, ensinando-lhes os valores da civilização e dando-lhes as ferramentas intelectuais necessárias para que se tornem profissionais conscientes e capazes nas suas respectivas atividades.

Essa é a experiência dos países civilizados, esses foram os mecanismos que levaram alguns deles à liderança mundial hoje e em todos os tempos! Não há outro caminho, Senhor Presidente, Senhoras Senadoras, Senhores Senadores! Não avançaremos sem um sistema educacional de qualidade, com professores aptos, motivados e bem remunerados, capazes de dar às nossas crianças a formação de que necessitam.

E se a tarefa é longa e árdua, é preciso encetá-la o quanto antes, sob pena de perdermos o passo da História. O Brasil está, hoje, entre as dez nações economicamente mais importantes do mundo, o que não é pouca coisa. Contudo, ainda temos graves problemas a resolver e muito que fazer se desejamos continuar no patamar a que nos alçamos, ou, mais ainda, caminhar na direção da liderança mundial, ocupando o lugar que formos capazes de alcançar.

O conhecimento sempre foi a maior riqueza da humanidade. E ele começa sempre a ser construído nas escolas elementares. Os americanos entendem muito bem essa questão. Quando, em plena Guerra Fria, os soviéticos foram pioneiramente ao espaço, vencendo momentaneamente a corrida espacial, eles empreenderam imediatamente uma grande reforma de todo o seu sistema educacional, para poderem seguir na disputa da liderança mundial nesse e em todos os outros campos.

Nós precisamos compreender essa verdade universal em toda a sua extensão. Precisamos saber nos preparar para os desafios que certamente teremos que enfrentar se desejarmos ser uma grande nação. Precisamos entender de uma vez por todas que a educação é o caminho real para a prosperidade e para o bem-estar da população brasileira.

Desejo concluir esta fala dirigindo uma saudação especial às crianças e aos professores de todo o Brasil. Às crianças e aos mestres, desejo agradecer. Às crianças, pela alegria e pelos sorrisos com que permanentemente reavivam as nossas esperanças na vida e no ser humano. Aos mestres, a minha gratidão eterna pela sagrada missão, que cumprem diuturnamente, de transmitir o conhecimento e os valores da civilização.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –
Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 14 horas e 17 minutos.)

Ata da 191ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 15 de outubro de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Garibaldi Alves Filho, Alvaro Dias e Antonio Carlos Valadares

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 19 minutos, e encerra-se às 21 horas e 23 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 15/10/2008 07:24:13 até 15/10/2008 21:27:03

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PTB	AL	ADA MELLO	X	X	PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	X
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X	X	PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	X
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X		Bloco-PT	MT	SÉRY S LHESSARENKO	X	X
Bloco-PT	SP	ALOÍZIO MERCADANTE	X		PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	X	Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	X
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X	X	PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	X	PSC	SE	VIRGINIO DE CARVALHO	X	X
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	X	PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAS		
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	X					
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	X	X					
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	X	X					
PSDB	PB	CICERO LUCENA	X						
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X						
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL	X	X					
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X						
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	X					
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLYCY	X	X					
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	X						
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X						
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	X	X					
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X						
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	X					
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	X					
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X						
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X						
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	X	X					
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	X					
PTB	DF	GIM ARGELLO	X	X					
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X						
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	X					
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X						
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	X					
PDT	AM	JEFFERSON PRAIA	X	X					
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X						
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	X					
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	X					
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	X					
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X	X					
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X						
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	X					
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	X	X					
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	X					
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	X						
PMDB	PJ	MÃO SANTA	X	X					
DEM	TO	MARCO ANTÔNIO COSTA	X	X					
DEM	PE	MARCO MACIEL	X	X					
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X	X					
PT	AC	MARINA SILVA	X	X					
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	X					
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X	X					
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X	X					
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	X					
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X						
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X	X					
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	X					
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X						
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	X					
PMDB	RR	ROMERO JUCA	X						
PTB	SP	ROMEU TUMA	X	X					
PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	X	X					

Compareceram: 68 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Inscreva-me para falar pela Liderança da Minoria, por obséquio.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex^a fica inscrito para falar em primeiro lugar entre as lideranças.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Renato Casagrande.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço minha inscrição para uma comunicação inadiável, Sr. Presidente.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Também gostaria de ser inscrito para fazer uma comunicação inadiável, se for possível.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Para uma comunicação inadiável, o Senador Renato Casagrande será o primeiro, e o Senador Mão Santa, o segundo.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Já posso falar, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Está com a palavra o Senador João Pedro, a menos que faça uma permuta com V. Ex^a. S. Ex^a é o primeiro orador inscrito; depois, V. Ex^a.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – S. Ex^a fala e eu depois?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Exato.

O Senador João Pedro dispõe de dez minutos para o seu pronunciamento.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – O Senador João Pedro pode fazer uma permuta?

Falo em um minuto, Senador João Pedro, para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Se o Senador concordar, não há problema.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Falarei daqui mesmo. É só um minuto, para o registro de um assunto.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Então, V. Ex^a tem a palavra, Senador Renato Casagrande.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Acho importante o Senador Mário Couto estar presente e ouvir.

Eu recebi hoje, Senador Mário Couto, uma ligação do Prefeito Bersajones Moura, de Novo Repartimento, no sudeste/sul do Pará, que estava muito angustiado e amedrontado. Na verdade, está querendo providências. Inclusive, liguei para a Governadora Ana Júlia, do Pará, que já tomou as providências: encaminhou para o Município de Novo Repartimento investigadores e delegados da capital.

Lá, no domingo à noite, foi assassinado o Sr. Antônio Martins, coordenador da campanha de reeleição do Bersajones Moura, companheiro do PSB. E ele também, Prefeito reeleito, está ameaçado de morte. Então, no Município de Novo Repartimento, no Pará, estamos numa situação de total intranquilidade e insegurança.

Conversei com o Deputado Estadual, do PSB do Pará, Cássio Andrade, Líder da Bancada do PSB na Assembléia Legislativa, que encaminhou, com diversas assinaturas de parlamentares estaduais, um manifesto ao Ministro da Justiça Tarso Genro, que, por sua vez, fez um pronunciamento com relação à execução do líder socialista, o Sr. Antônio Martins.

Então, a situação em Novo Repartimento é de muita insegurança. A Governadora já tomou as providências. O Ministro da Justiça já foi comunicado. O Secretário de Segurança está atendendo ao Prefeito reeleito e atual Prefeito Bersajones Moura. Mas é inconcebível que, na época em que estamos hoje, num Brasil moderno, tenhamos que conviver com esse tipo de prática de homicídio, de assassinato e extermínio por questões políticas, seguramente por questões políticas. Todos os indícios apontam para questões políticas. Lá no Município há uma lista de 15 nomes que já foi divulgada.

Antônio Martins foi assassinado agora no domingo e a notícia que corre na cidade, de 52 mil habitantes, é de que isso deve continuar. Esse tipo de intimidação, e mais do que intimidação, esse tipo de prática ultrapassada, nós, definitivamente, não podemos aceitar.

Então, quero registrar no Senado a minha ligação para a Governadora, que já tomou as providências, e o meu contato com o Líder do PSB na Assembléia Legislativa. Mas também quero deixar registrado, aqui,

no Senado, a preocupação com relação à situação de insegurança em que vive o Município de Novo Repartimento. Portanto, que o Governo Estadual e o Federal tomem as providências necessárias.

Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Senador João Pedro.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra, o Senador João Pedro, por dez minutos. Depois, o Senador Mário Couto.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero me associar ao Senador Renato Casagrande acerca desta denúncia gravíssima sobre o óbito, o assassinato de uma pessoa, o coordenador da campanha no Município de Novo Repartimento. Espero que a nossa querida Governadora Ana Júlia, do Estado do Pará, tome as providências. Não podemos aceitar calados esse comportamento de querer resolver uma eleição, que é resultado da escolha da sociedade, com a intimidação, com a tentativa de assassinato. É inconcebível isso!

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nesses últimos dias, o Senado tem-se manifestado acerca da crise internacional que abala todos os países, crise que começou no setor imobiliário norte-americano, passando para o setor financeiro e, conseqüentemente, para todos os setores da economia. Vou registrar aqui, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a minha opinião sobre esse quadro, essa situação.

Estamos cientes de que o mundo vive momentos de turbulência e de que seus efeitos irão atingir todos os países, embora em magnitudes diferenciadas. Os especialistas – e aqui, nesta Casa, temos alguns dos mais respeitados neste País – apontam que o pânico gerado pela crise de crédito nos Estados Unidos causa insegurança e incertezas na economia globalizada, cujo resultado imediato é uma retração na oferta de dinheiro. Sem dinheiro em circulação, a economia não anda. E economia parada não sustenta empregos, não sustenta a produção e não alimenta o consumo. Esse quadro de estagnação é aterrador!

O cenário de pânico, entretanto, não ajuda em nada. Ele expressa uma situação de medo desmedido que foge ao controle racional. Infelizmente, o mundo se acha preso a esse fenômeno neste momento. E nem as maiores economias, como a dos Estados Unidos e a da Comunidade Européia, conseguem desentupir as veias do mercado mundial com a injeção de dinheiro nas instituições financeiras que quebraram ou estão na iminência de quebrar.

A economia brasileira, certamente, não está livre dos impactos imediatos dessa crise. Afinal, as transações financeiras e comerciais nunca estiveram

tão globalizadas quanto agora, graças à transferência imediata de dados e informações por intermédio da rede mundial de computadores. A velocidade é o fator singular desse fenômeno nos dias de hoje, se levarmos em consideração que a sua versão anterior, igualmente aterradora, ocorreu em 1929.

É até compreensível que o pânico se alastre e contamine de incertezas sociedades pelo mundo afora. Não poderia ser diferente. Há um bombardeio de informações no ar, a maioria delas de conteúdo pessimista. O momento é de perigo para a estabilidade socioeconômica do mundo, mas devemos encará-lo com bom senso e determinação de que atravessaremos com segurança esse mar de incertezas.

Trago essa preocupação a esta tribuna porque nós, Senadores, temos responsabilidade na condução do País, e, por isso, devemos estar atentos ao jogo dos que se beneficiam do clima apocalíptico do momento. E eles existem! Eles transitam tanto na política quanto na economia. Lembremo-nos, pois, do pós-1929, que estimulou a Segunda Guerra Mundial e os regimes totalitários, que remeteram a humanidade à barbárie. É evidente que a crise de 1929 também gerou o estado do bem-estar social, experiência que, de certo modo, fez o capitalismo rever seus próprios fundamentos, ainda que momentaneamente.

O momento exige de todos nós cautela e bom senso. O pânico, irmão siamês da desordem, não pode contaminar os homens e mulheres das instituições responsáveis pela promoção do bem-estar do País.

Ora, é verdade que o mundo está em crise e que sua duração e desdobramentos não podem ser mensurados. Mas é igualmente verdade que o Brasil, o nosso querido País, está mais preparado do que antes para enfrentar turbulências econômico-financeiras de grande magnitude. Precisamos de muito cuidado para que a nossa preocupação não vire pânico, para que tomemos medidas de bom senso e na hora exata. O tumulto e o atabalhoamento não nos interessam.

A minha voz roga pela cautela, Sr^{as} e Srs. Senadores, porque o Governo, suas instituições e a sociedade brasileira colhem, neste momento, os frutos do dever de casa cumprido.

O País resiste à crise, e creio que passará por ela sem comprometer os ganhos de qualidade de vida dos brasileiros, porque conquistou, entre tantos fatores positivos, o controle da inflação, crescimento econômico sustentado, crescimento da renda da população antes excluída e promoveu a migração de um enorme contingente para a classe média. Isso me leva a acreditar que temos um mercado interno vigoroso para fazer a economia rodar com certa segurança, mesmo sob impacto da crise internacional.

Ao contrário do cenário que possuía nas crises internacionais anteriores, o Brasil é um País de economia diversificada e com maior potencial de infraestrutura para assegurar os investimentos internos e atrair investimentos estrangeiros. A crise é fato, e dela devemos cuidar com seriedade e determinação, mas ela não pode consumir todas as nossas energias. Precisamos compreender este momento também como um sinalizador do futuro. Afinal, quem perceber melhor o ambiente do pós-crise, meu companheiro Senador Paulo Paim, terá mais possibilidade de passar pela turbulência sem ser destruído e, assim, manter-se em crescimento. Creio que esse será o caso do nosso País. E a nossa vitalidade não vem do acaso.

Não dá para desconsiderar que o Brasil possui tecnologias e áreas disponíveis para produzir alimentos – carnes, grãos – e biocombustíveis, enquanto a produção petrolífera está em franca expansão. O mais importante desse quadro é que o Brasil produz hoje com eficiência tecnológica, sejam alimentos, seja petróleo, seja bioenergia e seus derivados. De igual modo, temos um parque industrial e um setor de serviços competitivos. Isso é resultado de investimento em capital intelectual e em pesquisa.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – V. Ex^{as} sabem, no entanto, que todos esses fatores positivos estariam subtraídos se não tivéssemos reconquistado a democracia e atingido a maturidade democrática. Esse crédito é do povo brasileiro, que lutou de modo renhido para restabelecer o governo do povo, pelo povo e para o povo.

Nessa situação, somos, no meio desse furacão, um país confiável interna e externamente. E a confiança é o principal ativo dos que detêm capital. A fuga de capitais decorre, certamente, do pânico e da incerteza generalizada pelo estouro da crise, mas logo, logo, os países que fizeram o dever de casa, como o Brasil, vão ver a economia real se sobrepor à economia virtual.

(Interrupção do som.)

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – O Brasil não está imune à crise, mas os fundamentos da sua economia lhe proporcionam uma resistência mais robusta em relação às economias contaminadas pelo descrédito e pela desconfiança.

Sr. Presidente, mais dois minutos e encerro minha reflexão sobre a crise.

Acredito que o Senado se manterá atento aos movimentos da economia e às medidas que serão necessárias para protegê-la dos impactos da crise financeira internacional. Esta Casa deve se manter criteriosa, responsável e mais célere do que nunca para impedir,

por exemplo, um colapso no crédito, que afetaria em cheio o setor produtivo, ou o retorno da inflação. Vejo que o Banco Central age firme e rápido para conter os impactos da crise sobre a liquidez do mercado interno. As autoridades monetárias precisam contar, quantas vezes forem necessárias, com o bom senso e com o caráter republicano do Congresso.

Outra questão importante nesse cenário, Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras, é a mudança pela qual o sistema financeiro internacional precisa passar. Está mais do que provado: o mercado precisa de regulação pelo Estado, ainda que esse nível de acompanhamento dependa da definição de um tamanho. A crise atual e as anteriores deslegitimaram as deduções de certo neoliberalismo econômico que se esvai como remédio aos males da humanidade, assim como se derretem as instituições financeiras erguidas sobre fundações em terreno de areia movediça.

A regulação é necessária, principalmente para punir, de modo exemplar, os que tornam o risco inerente ao capitalismo ainda mais arriscado. Não somente por isso, mas, sobretudo, porque as crises são mais devastadoras sobre as populações de países pobres. A atual crise, por exemplo, tem origem e rastro, e seus responsáveis podem ser localizados, julgados e apenados, para que o próprio sistema retome sua credibilidade.

A regulação do sistema financeiro deve ser tarefa multilateral, para que o mundo reduza as possibilidades de crises profundas e longas e de impactos devastadores sobre a humanidade, como os decorrentes da quebradeira de 1929, que também começou nos Estados Unidos.

Certamente, em razão disso, na década de 1930, o mundo mergulhou em tensões políticas e sociais e retrocedeu à barbárie da guerra na década seguinte.

O Brasil não estava fora desse cenário, Srs. Senadores.

Repito, é para evitar esses dissabores que precisamos ter calma e cautela nesse ambiente de pânico.

Mas alguém pode dizer, para finalizar: é o discurso do Senador João Pedro, do Senador do PT. É providencial ler, nas páginas amarelas da revista *Veja*, o que diz o Ministro da Indústria e Comércio dos Estados Unidos acerca do país, acerca dos países que formam o BRIC.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, encerro dizendo da minha confiança no Governo do Presidente Lula, da minha confiança em várias instituições que cresceram com o Brasil, amadureceram no sentido de nós enfrentarmos a crise e apontarmos soluções, principalmente para estarmos ao lado da imensa popula-

ção pobre deste País e da população pobre em nível internacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Concedo a palavra pela ordem ao Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a minha inscrição para falar pela Liderança do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– V. Ex^a fica inscrito em segundo lugar.

Com a palavra o Senador Mário Couto, pela Liderança da Minoria, e, depois, o Senador Paulo Paim como orador inscrito, por permuta com o Senador César Borges.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero começar a minha fala, mostrando a minha preocupação com a situação dos aposentados deste País.

Combinei com o Senador Paulo Paim que, de acordo com a decisão da Comissão Parlamentar de Proteção aos Aposentados, começaremos a defesa dos aposentados a partir do término das eleições do segundo turno, ou seja, a partir do dia 26 deste mês.

Teremos, então, uma convocação geral, Senador Paulo Paim – e devo dizer-lhe que já temos o apoio do DEM, conseguido através do seu Líder, Senador José Agripino; com certeza o do meu Partido, o PSDB, e o de todos aqueles Senadores que já assinaram aquele documento, inclusive V. Ex^a, Sr. Presidente –, para que, a partir do dia 26 deste mês, comecemos a primeira etapa, que é não votar mais projetos de interesse do Governo até que a Câmara possa resolver a votação dos projetos de V. Ex^a, Senador Paulo Paim.

Se essa etapa não der resultado, estaremos, então, fazendo vigília nesta Casa, uma vigília programada. Se ainda assim, a vigília não der resultado, vamos convocar então os aposentados de todo este País para fazer uma grande marcha em direção ao Palácio do Planalto.

Esta é a proposta na qual foi batido o martelo em nossa reunião e que já tem, obviamente, o acordo de vários Senadores. Posso garantir que já somos a maioria nesta Casa. Não queremos tumultuar, Senador Paulo Paim, não queremos dificultar o Governo, não queremos dificultar nenhuma ação do Governo nesta Casa; mas nós queremos, definitivamente, resolver os problemas dos aposentados deste País.

Nós estamos cansados, Senador – eu, V. Ex^a, o Senador Alvaro Dias e uma série de Senadores –, de, quase todos os dias – senão todos os dias –, estarmos nesta tribuna para defender a situação dos aposenta-

dos. O País está bem. O País, diante de uma crise poderosa como esta, ainda não sentiu realmente a crise. O País tem saldo. Estamos cansados de ouvir que não dá: “não dá porque o INSS tem déficit”. Desde criança que escuto isso, Senador. Então, agora, basta! Chega! Ou se resolve de uma vez ou, então, vamos fazer o que nós combinamos e vamos mostrar, Senador Mão Santa, que este Senado tem a responsabilidade, tem o dever, tem a consciência de que os aposentados e aposentadas, os pensionistas deste País vivem uma crise de miséria muito grande, e que ninguém, absolutamente ninguém, olha por eles.

Quantas vezes já chamamos a atenção de Ministros, do Presidente da República? E não sei por quê – há coisas que não entendo neste País –, não consigo entender por que o Presidente Lula ainda não chamou os líderes desta Casa e da Câmara para sentarem com ele e com os Ministros e debater a questão com a classe dos aposentados. Eu não entendo por quê! Eu não consigo entender, Senador Paulo Paim. E os pobres, desgraçados, famintos, sendo aí... Não acho nem palavras mais, Senador, para dizer da miséria em que vivem os aposentados deste País, sem condições de comprar o mínimo necessário para dar conta da sua saúde, que, a partir dos 60 anos, todos sabem que exige gastos mais constantes, porque é mais inseguro o passar de cada um desses cidadãos ou cidadãs. Por que o Presidente Lula não se sensibiliza com essa classe? Haja massacre nela, Senador! A partir do dia 26, a Nação verá!

Mas, Senador Presidente, ainda há pouco, o Senador Casagrande, do PSB, que me antecedeu, em um aparte, falava da violência no Estado do Pará. Eu não tenho a menor dúvida, Nação brasileira, a menor dúvida de que o Estado mais violento deste País é o Estado do Pará! Nenhuma dúvida!

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, mais dois minutinhos, porque eu gostaria de focar um assunto importantíssimo para que a Nação tome conhecimento.

O Pará, tenho certeza absoluta, vive hoje momentos de insegurança na sua totalidade, nos seus 143 Municípios, na sua capital. A capital do Pará é a mais violenta do Brasil!

Olhem aqui, no dia 30 de agosto... Se a TV Senado puder, mostre este jornal para a Nação. Se a Governadora do meu Estado... E torno a dizer que, quando faço crítica à Governadora, é para o bem da Governadora do meu Estado. Eu não desejo o mal da Governadora. Eu não desejo o mal do meu Estado, eu quero o bem do meu Estado. Mas olhem aqui: em agosto, este jornal

do Estado do Pará, um dos jornais de grande circulação, já dizia o seguinte: “Campanha movida a bala”. Daí até o término das eleições, candidatos a Prefeitos, Prefeitos, Vereadores, candidatos a Vereadores, todos morreram. E quantos morreram?! Coordenadores de campanha. Bala, bala mesmo. E que providência se tomou para amenizar essa situação?

Ainda agora vi, Senador Mão Santa, V. Ex^a presidir uma sessão em homenagem às crianças deste meu País. Olhem aqui, olha aqui, Brasil, olhem o meu Estado como está: uma criança de 10 anos de idade... Dez anos de idade! Olhem como está o meu Estado! Dez anos de idade! Olhem, Senadores: uma criança jogada na rua, morta. Vísceras para fora. Retirada da sua casa, onde brincava com seus irmãos. Foi servida por um bandido, que, de tanto se servir da criança, tirou suas vísceras.

Não é o único caso, Brasil. Eu tenho mostrado aqui, desta tribuna, sistematicamente, a violência no meu Estado.

Nada, absolutamente nada, Senador, absolutamente nada de providências são tomadas! E o crime se alastra, o crime arrasa, o crime destrói, o crime dá medo!

Nenhum cidadão paraense hoje tem coragem de andar tranqüilamente nas ruas do Pará, seja na sua cidade, seja na capital paraense! Nenhum cidadão paraense tem coragem!

Eu vou ler aqui, Senador Mão Santa, a carta de um cidadão, já não agüentando mais a violência no Estado do Pará.

O que dói, o que eu sinto, esta angústia que me vem no coração é por nenhuma providência ser tomada. Era preciso um Governador que tivesse pulso, que pudesse calçar umas botas e fosse para a rua, fazer com que aqueles bandidos soubessem respeitar os paraenses. Eles tomaram conta...

(Interrupção do som.)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – ...do meu Estado diante da fraqueza das providências. Não há providências, não há determinação.

“Esta carta destina-se aos bandidos que assaltaram minha residência”. Veja, Senador Expedito – a rouquidão ainda é da campanha –, um cidadão, de tanto sofrer, um cidadão que vê seu Estado arrasado, tipo guerra.

Senador, hoje a pergunta no meu Estado é a seguinte: “Quem ainda não foi assaltado?” Senador, o caso desta menina de 10 anos de idade é bem mais forte do que o caso daquela menina de 12 anos de idade, que, há poucos meses, foi colocada numa cadeia – já vou terminar. Isso já está errado, porque não pode-

riam prender uma menina de 12 anos. Colocaram-na numa cadeia, no meio dos bandidos. Errado de novo. Os bandidos se serviram dessa criança, queimaram esta criança com cigarro. Essa criança, aos gritos, tentou chamar a atenção, para alguém vê-la presa, no meio dos bandidos, que se serviam dela todo dia. Essa criança sofreu como nunca!

O que aconteceu? Quem foi punido? Ah, a criança era pobre! Por isso, não havia quem falasse por ela. Abafaram tudo.

Nada aconteceu com ninguém. A família não tinha condições de pagar...

(Interrupção do som.)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – ...um advogado.

Com esta é a mesma coisa: nada vai acontecer. E não é a primeira vez. Em várias cidades do Estado do Pará, o povo já se revoltou com casos semelhantes: queimaram câmara, fórum, prefeitura, em várias cidades do meu Estado. Parece mentira, mas é verdade.

E a Governadora ainda diz que tenho ódio dela. Não tenho, Governadora. Não tenho! Eu quero é o bem-estar do meu Estado; quero segurança para o meu Estado, Governadora! A senhora prometeu isso na sua campanha. Faça isso, Governadora!

Leio:

Esta carta destina-se aos bandidos que assaltaram minha residência [vejam aonde chegamos; vejam a revolta].

No dia 26 de julho passado, os senhores assaltaram a minha residência [está-se referindo aos bandidos], fazendo toda minha família de refém, trancando-nos em um dos quartos da casa. Ato contínuo, roubaram tudo o que puderam e coube em meu carro, que também foi roubado. Foram os mais diversos objetos, tais como televisores de 29 polegadas, forno microondas, DVDs, celulares, ventiladores, jóias, decodificador de sinais, luminárias, lupa eletrônica, relógios e até um sapato velho, isso sem falar nos objetos que no momento não lembro.

Ilustríssimos senhores bandidos, apesar do enorme prejuízo e dificuldade que os senhores me causaram, quero lhes avisar que já consegui comprar novamente o que os senhores roubaram.

A inércia da Polícia Civil neste caso específico é tão grande quanto a audácia dos senhores. Só consegui recuperar o carro, depenado, é claro, isto graças à competência da

gloriosa Polícia Militar. Outros objetos meus, não vi mais nenhum.

Mas, ilustríssimos senhores bandidos, quero lhes dizer que meu endereço é o mesmo, não mudei e que aguardo ansioso a visita ilustre dos senhores, covardes e desgraçados, com uma condição, agora estou preparado. Vocês entrarão andando, mas dificilmente sairão vivos. Em minha casa quem manda sou eu, nela eu sou a Polícia, a Justiça, os Direitos Humanos e o Estatuto da Criança e do Adolescente, lá não metem o bedelho. Já que o Estado não tem interesse em acabar com a bandidagem, eu procurarei dar o meu jeito.

Assim, ilustríssimos senhores bandidos, estou ansioso aguardando sua ilustre visita.

Sérgio S. Castro.

Bancário e acadêmico de Direito.

Ananindeua (PA)”.
 Vejamos a revolta de um cidadão paraense!

Esse é o meu Estado, esse é o espelho do meu Estado hoje; o Estado que amo, o Estado em que vivo, o Estado em que nasci, o Estado abandonado, o Estado desprezado. O interior do meu Estado às vezes não tem delegacia, às vezes não tem Polícia Militar. É salve-se quem puder!

Presidente Lula, ouça deste humilde Senador: quantas vezes já vim falar da segurança do meu Estado? Ó Presidente, ajude a Governadora Ana Júlia! A Governadora sempre disse que era amiga de Vossa Excelência. A Governadora – infelizmente, Presidente Lula, infelizmente! – tem um jeito diferente de humildade. Infelizmente! A Governadora nem sequer procurou os Senadores do Estado do Pará.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Já vou terminar, Sr. Presidente. Sempre dissemos aqui que estamos à disposição dela, porque, juntos, poderíamos ir ao Presidente da República, solicitar a ele – o Senador Nery, o Senador Flexa e eu – que defendêssemos o nosso Estado dos bandidos.

Pelo que se vê, a situação cada dia piora mais; pelo que se vê, a situação, trazida pelo Senador Renato Casagrande, é uma constante no nosso Estado. Não assusta mais ninguém. Acabou o Senador de falar, e mostrei a ele que, no dia 31 de agosto, os jornais publicavam que a campanha no Estado do Pará estava sendo movida a bala. E, depois disso,...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – ...quantos tombaram! Encerro, Sr. Presidente.

Desço desta tribuna, mais uma vez, dizendo que os Senadores do Pará – falo em meu nome e no do companheiro Flexa Ribeiro – estão à disposição da Governadora, mais uma vez – quero dizer que minha humildade permite fazer isso –, para que, juntos, Governadora, possamos ir ao Presidente, para tentar ajudá-la. É só isto o que queremos: a tranqüilidade da população paraense.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Mário Couto, o Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Valadares, suplente de Secretário.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de saber se ainda é possível fazer inscrição para comunicação inadiável?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Se V. Ex^a se inscrever, seria o quarto, na suplência, a não ser, que V. Ex^a peça a palavra em nome do seu Partido.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Não, eu gostaria de verificar, então, se há alguém inscrito pela liderança do meu Partido, pelo PR?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Não.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Sr. Presidente, então, eu gostaria de me inscrever como líder e não preciso oficiar à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Então, aguardamos.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) Não, não precisa. Sou Vice-Líder. O Líder não estando presente, já passo a ter o direito.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – V. Ex^a deseja falar logo, de imediato, ou vai aguardar a alternância?

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Não. Pode chamar o que está inscrito. Falarei em seguida, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, próximo orador inscrito. Em seguida, V. Ex^a, como Líder.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu pretendia falar pela manhã sobre a situação dos professores. Como a sessão iniciou-se às 11 horas, já eram 14:30 horas e as crianças não tinham almoçado, eu deixei o meu pronunciamento para a parte da tarde.

Quero cumprimentar, primeiro, o Senador Cristovam pela brilhante iniciativa, juntamente com outros Senadores e o Senador Mão Santa, que presidiu a sessão durante todo o período, e deixar um abraço carinhoso, respeitoso, solidário e afetuoso a Andressa Nunes – calculo eu, pela sua estatura, que ela deva ter em torno de 12 anos –, que cantou de forma brilhante, com emoção, com sentimento e com patriotismo, o nosso Hino Nacional.

Quero dizer, senhoras e senhores, que a grande homenagem feita, pela manhã, às crianças e aos professores com certeza haverá de repercutir em todo o País. Como, na última sexta-feira, eu fiz uma homenagem ao dia 12, domingo passado, a data das crianças, falarei um pouco sobre a jornada, a caminhada dos professores.

Quando a gente lembra esse tema, Senadora Fátima, que é uma especialista na área, muitos falam: “Mas o que dizer, ainda, sobre os professores? O que dizer que não foi dito?”

Muitas já foram as expressões usadas: a educação é a espinha dorsal, é o cerne, o vértice, a coluna central, e tantas outras com que poderíamos dimensionar a importância da educação e dos mestres, os professores.

Senhoras e senhores, o que, exatamente, faz com que a visão se estreite quando nos reportamos àqueles que são os condutores do conhecimento?

Os professores são uma extensão de tudo aquilo que sonhamos nos nossos lares. Eles fazem um trabalho conjugado pelo bem da formação das nossas crianças, dos nossos jovens, dos nossos adultos e, por que não dizer, dos nossos idosos. Quantos são os idosos que ainda são analfabetos?

São eles que ensinam a unir as letras e, assim, formar as palavras. Ensinam a lidar com os números, instruem sobre as revoluções, a história do mundo, os grandes tratados de paz, instruem sobre a fauna, a flora, ensinam tudo sobre o ecossistema, o meio ambiente, sobre a dinâmica, a eletricidade, a tabela periódica e, por que não dizer, sobre as artes, a cultura, a pintura, a escultura, a literatura, a música, enfim, sobre todos os temas que formarão a base de nosso universo de conhecimento.

No entanto, é lamentável ver os educadores expostos à violência em muitas escolas, como nos casos que observei aqui, em Brasília. Ela tem levado inúmeros professores a se afastar das salas de aula, porque sofrem ameaças, muitas vezes de morte, o que vira um pesadelo.

Os professores, no tempo em que eu freqüentava a escola, eram mestres respeitados. A palavra deles tinha um valor que não dá para dimensionar aqui. Não

sei como chegamos a esse nível de desrespeito aos nossos mestres. Não entendo como um aluno pode apontar o dedo para o rosto de um professor, pode esfaquear, esbofetear e humilhar um mestre.

Alguns dizem: “Ah, isso faz parte dos novos tempos”. Novos tempos coisa nenhuma! Isso me parece bem mais a volta ao primitivo e não o moderno.

Enfim, professores, eu sei que a profissão de vocês, no meu tempo de escola, era um sonho a ser conquistado. Pois hoje, para muitos, parece um pesadelo.

É claro que a escola deve ser interativa, mas respeito a condição primordial em qualquer relação que se queira estabelecer, conforme bem demonstram as palavras dos líderes do Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul, Cpers/Sindicato: os trabalhadores em educação têm um papel fundamental com a função social da escola, com a aprendizagem de todos, com a construção de sujeitos sociais, históricos, autônomos, críticos e criativos, cidadãos plenos, identificados com os valores éticos e voltados à construção de um projeto social solidário.

Sr. Presidente, acho um pouco estranho que, sabedores disso, de como é o exato entendimento do papel fundamental que a educação exerce, muitos se mostrem contrários ou indiferentes à valorização do profissional que se dedica a essa grande arte, a arte de educar.

Historicamente, os trabalhadores em educação, em todas as redes de ensino, lutam pela valorização de sua carreira, pelas condições de trabalho, pela formação inicial e continuada, por uma política salarial digna e pela contratação de mais professores, pois se vêem, hoje, turmas lotadas de alunos, em número muito superior àquilo que poderíamos dizer que seja razoável para o bom aprendizado.

A pesquisa “Informações Municipais”, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE –, coletou dados sobre a educação, conforme veiculado.

O levantamento feito em 2006 demonstrou que menos de um terço dos Municípios brasileiros mencionou que a contratação de professores estava entre as cinco principais medidas adotadas na área de educação. Mais de 85% dos Municípios informaram que a capacitação de professores foi uma das cinco medidas lembradas.

A Região Sudeste foi a responsável por mais de 45% do total de gastos, nos Municípios, em educação; a Região Nordeste, em segundo lugar, 25%, seguida pela Sul, com pouco mais de 16%; Região Centro-Oeste, com 7,4%; e Região Norte, com 6,5%.

Senhores e senhoras, fiquei preocupado ao saber que educadores da reforma agrária, por exemplo,

lá no Rio Grande do Sul, de escolas itinerantes, que ensinam em acampamentos os sem-teto, os sem-terra, tiveram de fazer um jejum de protesto contra o atraso do pagamento e a falta de material didático e merenda escolar.

As escolas itinerantes foram criadas no Rio Grande do Sul há 12 anos, e elas são reconhecidas pelo Conselho Estadual de Educação. Do mesmo modo que as demais escolas públicas, elas têm o seu financiamento vinculado ao Governo do Estado. É muito bom que essa questão seja resolvida, porque, além de o salário dos professores não ser o ideal, o justo, é inadmissível que eles fiquem sem pagamento. Espero que as outras demandas dessa categoria tão importante para todos nós sejam atendidas.

Existem reclamações no meu Estado, por exemplo, pelo descumprimento da Lei Federal nº 11.301/2006, que estende aos diretores, vice-diretores e professores de setores tais como bibliotecas, supervisão e orientação educacional, nas escolas públicas do Estado, o direito de se beneficiarem da referida Lei em matéria de aposentadoria. O governo gaúcho, infelizmente, recusa-se a cumpri-la, alegando que essa lei é inconstitucional, mas é importante salientar que a lei federal deve ser estendida a todos os Estados da Federação. Inúmeros Estados estão garantindo a aposentadoria especial para esses professores.

Também no Rio Grande do Sul nos preocupa – muito – a ameaça que paira sobre o CPERS, sindicato, para que todos os seus diretores ou, pelo menos, a maioria, sejam devolvidos à escola base. O CPERS propõe pagar os salários dos professores que ficam à disposição da entidade, nem assim está sendo aceito.

Essa liberação tem como base o direito da liberdade e autonomia, consagrada na Constituição brasileira, na Constituição estadual e na própria Declaração Universal dos Direitos Humanos que, neste ano, completa 60 anos.

A alegação que vem sendo dada é de que é preciso ter mais professores na sala de aula. Pois bem, isso não é o problema. O CPERS, sindicato, pagaria os líderes sindicais, e outros poderiam ser contratados.

Faço aqui o que não quero fazer, Sr. Presidente. Não é nenhum ataque pessoal a esse ou aquele governante.

Então, faço um apelo ao Governo do Rio Grande do Sul de que seja sensível e estabeleça uma mesa de negociação com o CPERS/Sindicato, atendendo às reivindicações da categoria.

Educar exige, como nós sabemos, muita responsabilidade e compromisso. Exige, também, que os professores possam se qualificar, coisa da qual eles são cobrados. Mas como se qualificar se a maioria

deles não tem tempo e, além do mais, precisa de trabalho extra como vender roupa, jóias para completar sua renda?

Os educadores merecem que toda sua dedicação encontre eco na sociedade e nos governantes.

Nesse contexto, é importante salientar, primeiro, a votação, nesta Casa (Senado e Câmara) do piso nacional dos professores. Nós lamentamos que alguns Estados ainda não queiram cumprir o piso nacional aqui aprovado.

Sr. Presidente, a proposta orçamentária para 2009 prevê um aumento de 17.1% nos gastos sociais para a educação.

Em números absolutos, o chamado orçamento social reservou R\$456 bilhões para o próximo ano, contra R\$389 bilhões do ano anterior. É um pequeno avanço. Isso é importante. O orçamento social corresponde a 14.3% do Produto Interno Bruto de 2009 que o Executivo estima em torno de R\$3, 2 trilhões. É claro que esses números poderão mudar durante a tramitação do projeto aqui na Casa. Mas só de sabermos que a educação vai ter um espaço maior nesse processo, será uma ampliação de 31.6% nos recursos para a educação profissional, ficamos animados.

Isso está de acordo com a política do Ministério da Educação que tenciona reforçar os centros federais de educação tecnológica (Cefets).

Um avanço importante foi a Lei 11.738. aprovada por este Congresso, como eu dizia antes, e sancionada pelo Presidente Lula, que estabeleceu o piso de R\$950,00 para a jornada de até 40 horas semanais.

Sr. Presidente, eu quero terminar o meu pronunciamento. Ele é longo e sei que o tempo já não permite, somente dizendo aos Srs. e Sr^{as} que eu não tenho nenhuma dúvida de que o Governo Federal está fazendo um esforço gigantesco para valorizar a educação em todos os níveis, tanto o ensino básico, como o ensino técnico, como o ensino superior.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Paim...

O SR. PAULO PAIM ((Bloco/PT – RS) – Vamos, em seguida, passar a V. Ex^a, devido ao tempo que eu estou aqui, já extrapolando, Senador Mão Santa, mas ainda queria dizer que estou convencido de que haveremos de avançar no campo da educação.

Quero só dar um exemplo. Fiquei muito feliz quando fiquei sabendo que, recentemente, cerca de 80 índios se formaram em nível superior e passaram a dar aulas nas suas correspondentes tribos, em todos os níveis. Isso significa um avanço no corte da diversidade.

Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Paim, V. Ex^a, como um parlamentar brilhante, volta a ho-

menagear os professores. Na sessão anterior, não falei, porque estava presidindo. Mas eu queria dizer que a mazela do País é totalmente a educação. Não merecíamos citar, Presidente Antonio Carlos Valadares, Primeiro Mundo, pois bem aí, na Argentina e no Chile, se chega à universidade, ao final da universidade, mais de 20% da população. No Brasil, temos 8%. Então, esse quadro vale por dez mil palavras. Mas, Paim, eu queria dizer que nós temos que refletir. Os salários das classes privilegiadas – e V. Ex^a sabe que existe aqui – no Brasil. E os professores? É uma vergonha e uma nódua. Há classes privilegiadas que ganham mais de cem salários dos professores, como se eles tivessem cem estômagos e o professor um estômago. Mas eu queria dizer, Paim, e por isso que essa Casa é importante, quando eu prefeito da minha cidade fui convidado – lá tem uma fábrica da Merck Sharp&Dohme, da Alemanha – a visitá-la e fui. E fui recepcionado por um diretor químico, e interessante, da Merck Sharp&Dohme, uma poderosa multinacional de medicamento.

Olha, Paim, quando eu vi esse diretor: Dr. Basedow. De vez em quando, ele dizia: “Professor Basedow”. Quando ele queria marcar um restaurante, quando ele tinha um problema no trânsito, ele: “Professor Basedow”. Parecia ser uma palavra mágica: “Professor Basedow”. Nós estávamos sentados, então, na melhor fila do teatro. Era uma palavra mágica. E eu, da minha maneira, disse: “Vem cá, não é...”

(Interrupção do som.)

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – ...diretor químico da Merck Sharp&Dohme, poderosa, rica?”. Ele disse: “Eu sou, mas acontece que, na Alemanha, o título mais honroso é de professor. E antes de ser diretor químico da Merck Sharp&Dohme, eu era professor da universidade alemã, Heidelberg, e, para usar esse título, passei dez anos como professor, depois que entrei na Merck. Sou diretor químico, sou rico, mas o título honroso é professor. Tenho que toda semana dar uma aula para poder usar o título de professor”. Essa é a diferença. Ele, milionário, poderoso, diretor da maior, mas era professor de Heidelberg. Ele transitava na Alemanha e na Europa e recebia mais homenagem do que o dinheiro, e isso é o que está faltando no nosso Brasil. Então, que esse dia – e aproveito o pronunciamento de V. Ex^a para uma reflexão do respeito na Alemanha. Daí a Alemanha que sofreu dois reveses em guerras mundiais e ela é poderosa e rica porque prestigia e homenageia e paga bem os seus professores.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Mão Santa, V. Ex^a me deu a oportunidade para eu terminar o pronunciamento com a letra – e vou fazer só

um pedacinho dessa letra, não vou cantar a música. (Pausa)

Eu estou pedindo ao meu Presidente se pudesse me dar um minuto somente eu termino. Se V. Ex^a me der um minuto eu termino, Presidente.

Senador Valadares, se me der mais um minuto eu termino.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Está dado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Mão Santa, diz a música “*Los Hermanos*”:

Eu tenho tantos irmãos
Que não os posso contar
No vale, na montanha,
No pampa e no mar.

Cada qual com seus trabalhos,
Com seus sonhos cada qual,
Com a esperança adiante,
Com suas recordações atrás

Eu tenho tantos irmãos
Que não os posso contar

Por isso que eu professor entendo que a minha forma de lutar é educar, porque o sonho de um povo que eu possa alcançar está configurado na palavra libertar.

Os professores, num evento que eu estive, cantaram essa música e terminaram dizendo que “*a única forma de libertar um povo é educar*”. Por isso que os mestres dedicam a sua vida a educar.

Viva os professores!
Viva a educação!
Viva a liberdade!

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apinhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu fiz questão de vir a esta tribuna hoje, quando comemoramos mais um Dia do Professor, para falar um pouco sobre a realidade que esses profissionais vivem nos dias de hoje.

Ao abordarmos esse tema certamente muitos pensarão: a educação, o que ainda não foi dito ou não se sabe sobre a educação?

Muitas já foram as expressões usadas em relação a ela: espinha dorsal, cerne, vértice, coluna central e tantas outras que tentam dimensionar o papel da educação na construção da cidadania plena.

Certo, nós sabemos de tudo isso, MAS o quê exatamente faz com que a visão se estreite quando nos reportamos àqueles que são os condutores do conhecimento?

Os professores são uma extensão da família e com ela fazem um trabalho conjugado pelo bem da formação das nossas crianças e dos nossos jovens.

São eles que ensinam a unir as letras e assim formar as palavras, ensinam a lidar com os números, instruem sobre as Revoluções Históricas no mundo e os Grandes tratados de Paz, instruem acerca da fauna e da flora, ensinam também sobre ecossistema, sobre dinâmica e eletricidade, tabela periódica, e ainda sobre pintura, escultura, literatura, música, enfim, sobre os mais diversos temas que formarão a base do nosso universo de conhecimentos.

É lamentável ver os educadores expostos à problemas como violência por parte de alunos, por exemplo. Ela tem levado inúmeros professores a se afastarem das salas de aula pois sofrem todo tipo de ameaças e muitas vezes as ameaças se tornam reais, um verdadeiro pesadelo.

Os professores, no tempo em que eu freqüentava a escola, eram mestres respeitados, sua palavra tinha valor.

Não sei como chegamos a este nível de desrespeito. Não entendo como um aluno pode apontar o dedo no rosto de um professor, pode esfaqueá-lo, esbofeteá-lo, humilhá-lo?

Se esse é considerado um comportamento típico de “tempos mais modernos”, devo lhes dizer que ele me parece bem mais primitivo que moderno.

Eu sei que a profissão de vocês professores, no meu tempo de escola, era um sonho a ser conquistado, pois hoje parece mais um sonho que virou pesadelo.

É claro que a escola deve ser interativa, mas respeito é condição primordial em qualquer relação que se queira estabelecer.

Conforme bem demonstram as palavras do Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul/Sindicato: os trabalhadores em educação tem um papel fundamental com a função social da escola, com a aprendizagem de todos, com a construção de sujeitos sociais históricos, autônomos, críticos e criativos, cidadãos plenos, identificados com os valores éticos, voltados à construção de um projeto social solidário.

Eu acho muito estranho que sabedores disso, com o exato entendimento do papel fundamental que a educação exerce, muitos se mostrem contrários ou indiferentes à valorização do profissional que se dedica a esta grande arte, que é educar.

Historicamente os trabalhadores em educação, em todas as redes de ensino, lutam pela valorização de sua carreira, pelas condições de trabalho, formação inicial e continuada, por uma política salarial digna, pela contratação de mais professores, pois o que se vê hoje são turmas abarrotadas de alunos, em um

número muito superior ao aconselhável para o bom aprendizado.

A pesquisa de Informações Municipais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) coletou dados sobre educação. Conforme veiculado na imprensa, “o levantamento, feito em 2006, demonstrou que menos de um terço dos municípios brasileiros mencionou que a contratação de professores estava entre as cinco principais medidas adotadas na área de educação. Mas 85% dos municípios informaram que a capacitação de professores foi uma das cinco principais medidas adotadas.

A Região Sudeste foi responsável por mais de 44% do total dos gastos municipais com a educação. A Região Nordeste ficou em segundo lugar, com quase 25%, seguida pela Sul, com pouco mais de 16%. A Região Centro-Oeste com 7,4% e a Norte, com 6,5%, foram as que tiveram os menores gastos com educação”

Sr^{as} e Srs. Senadores, fiquei apreensivo ao saber que educadores de reforma agrária, ou seja professores de escolas itinerantes do Rio Grande do Sul, que ensinam em acampamentos de sem-terra, fizeram um jejum em protesto contra atraso nos pagamentos e falta de materiais didáticos e merenda escolar.

As escolas itinerantes foram criadas no Rio Grande do Sul há doze anos e elas são reconhecidas pelo Conselho Estadual de Educação.

Do mesmo modo que as demais escolas públicas, elas tem o seu funcionamento vinculado ao Governo do Estado.

É muito bom que esta questão tenha sido resolvida porque além dos salários dos professores não serem os ideais, os justos, é inadmissível que eles fiquem sem pagamento. Espero que as outras demandas desses professores também sejam atendidas.

Existem reclamações no Rio Grande do Sul também, pelo descumprimento da Lei Federal N° 11.301/2006, que estende aos diretores, vice-diretores e professores de setores, tais como: Biblioteca, Supervisão, Orientação Educacional, nas escolas públicas do Estado, o direito de beneficiarem-se com a referida Lei em sua aposentadoria.

O governo gaúcho recusa-se a cumpri-la, alegando a inconstitucionalidade da mesma, mas é importante salientar que a lei federal deve ser estendida a todos os estados da Federação.

É no Rio Grande do Sul também que paira a ameaça em suspender a liberação dos dirigentes sindicais do CPERS nos núcleos regionais.

Esta liberação tem como base o direito de liberdade de organização consagrado na Constituição

Brasileira, na Constituição Estadual e na própria Declaração Universal dos Direitos Humanos.

A alegação que vem sendo dada é de que é preciso ter mais professores em sala de aula. Ora, pois já não é sem tempo que se contratem mais professores e que se pague a eles salários dignos.

Faço aqui um apelo ao Governo do meu Estado para que se torne mais sensível às justas reivindicações da categoria.

Sr. Presidente, educar exige muita responsabilidade e comprometimento e exige também que os professores possam se qualificar, coisa da qual eles são muito cobrados.

Mas, como se qualificar se a maioria deles não tem tempo e além do mais precisa de trabalhos extras como vender roupas, jóias, para complementar sua renda?

Os educadores merecem que toda sua dedicação encontre eco nos Governos e na sociedade.

Nesse contexto é importante salientar os esforços que o Governo Federal tem feito para melhorar a qualidade de ensino no Brasil e também o fato de que ele tem voltado seu olhar para os educadores.

Segundo publicado na imprensa, “a proposta orçamentária para 2009 prevê um aumento de 17,1% nos gastos sociais e irá privilegiar a educação.

Em números absolutos, o chamado orçamento social reservou R\$ 456,3 bilhões para o próximo ano, contra R\$ 389,8 bilhões autorizados para 2008. Os maiores aumentos previstos estão nas áreas de educação e cultura, e saneamento e habitação – 34,8% e 31,2%, respectivamente.

O orçamento social corresponde a 14,3% do Produto Interno Bruto (PIB) de 2009, que o Executivo estimou em R\$ 3,19 trilhões”

É claro que esses números poderão mudar durante a tramitação da proposta orçamentária no Congresso. Mas só de sabermos que a educação vai ter ênfase neste processo já podemos nos alegrar. Será uma ampliação de 31,6% nos recursos para a educação profissional.

Isso está de acordo com a política do Ministério da Educação que tenciona reforçar os centros federais de educação tecnológica (Cefets).

Um avanço importante é a Lei 11.738, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente Lula, que estabeleceu o piso de R\$ 950,00 para jornada de até 40 horas semanais.

Ela reza também, que 1/3 da jornada – 33% da carga horária – será reservada para atividades extra-classe e que gratificações e abonos não podem ser computados na composição do Piso, garantindo desta

forma a manutenção do poder aquisitivo dos benefícios para os aposentados.

Dados do Ministério da Educação demonstram que o Piso beneficiará cerca de 60% dos trabalhadores em educação, além de amenizar as disparidades existentes no país com relação ao salário dos educadores, cujas variações chegam a até 400%.

A Confederação Nacional de Trabalhadores em Educação (CNTE) realizou no dia 16 de setembro, o Dia Nacional de Mobilização, com paralisação, sob o lema: “O piso é lei, faça valer!”

A campanha vai se estender até o mês de dezembro com várias ações. No dia 16 de outubro, os professores irão aproveitar o Dia do Professor para promover atividades. No dia 16 de novembro, haverá entrega de panfletos em feiras. E, no dia 16 de dezembro, será a vez das mobilizações nos estados.

A mobilização se estenderá a outras ações. Eles pretendem se organizar em caravanas até aqui para pressionar o Congresso Nacional contra projetos de lei que possam propor alteração da legislação do piso.

Também serão realizadas audiências públicas em Câmaras de Vereadores e Assembléias Legislativas para debater a implantação do Piso nacional, o que deve ocorrer após as eleições municipais.

Eu faço questão de renovar meu total apoio à luta que os professores estão empreendendo em favor do piso nacional. É uma questão de justiça, de um avanço esperado há muito e retroceder seria negar aos nossos educadores seus mais legítimos direitos.

Outra ótima iniciativa do Governo Federal veio através do Decreto 6504, que instituiu, em julho deste ano, o Projeto Computador Portátil para Professores, no âmbito do Programa de Inclusão Digital.

O projeto é destinado aos cerca de 3,4 milhões de professores do ensino básico ao universitário.

Mediante este Projeto fica liberada a compra de computadores portáteis em condições facilitadas. Para atender o maior número de professores, o pagamento também poderá ser parcelado em até dois anos nos bancos credenciados, com taxas de juros bastante acessíveis.

Da mesma forma, o Governo Federal, através do Ministério da Educação, lançou o Portal do Professor e o Banco Internacional de Objetos Educacionais.

Eles são importantes instrumentos de auxílio ao trabalho dos professores e ao processo de formação.

A proposta do Ministério da Educação é inserir os professores, porque muitos deles estão longe dos grandes centros, afastados do ambiente das novas tecnologias.

Com o conteúdo do portal, que inclui sugestões de aulas de acordo com o currículo de cada disciplina

e recursos como vídeos, fotos, mapas, áudio e textos, o professor terá meios de preparar melhor sua aula.

Com o Banco Internacional de Objetos Educacionais os professores terão acesso rápido e gratuito a vídeos, animações, jogos, textos, áudios e softwares educacionais.

Todas essas medidas que o Governo vem tomando são muito importantes para um país que quer melhorar o nível educacional de sua gente.

Sr^{as.} e Srs. Senadores, para finalizar gostaria de falar sobre uma notícia que recebi com imensa alegria: oitenta e um professores índios receberam no dia 13, em cerimônia realizada em São Paulo, o diploma de graduação em Pedagogia.

A Secretaria de Educação informou tratar-se da primeira turma só de indígenas já formada por uma escola de ensino superior do país.

Todos esses formandos já trabalham em escolas instaladas em alguma das 30 tribos existentes no estado, ministrando aulas para alunos até da 4ª série do ensino fundamental.

Eu fico muito gratificado com isso pois é a igualdade de oportunidades acontecendo no nosso País.

Meus parabéns a esses professores e também a todos os demais pela passagem do seu Dia e eu peço a vocês que continuem lutando pelo ideal da educação, continuem acreditando no que fazem pois o trabalho de vocês pode definir uma caminhada.

Nas mãos de vocês está o futuro de uma grande parcela da nossa população. Muito obrigado por vocês continuarem nas salas de aula. Faço esta homenagem, com grande honra, a vocês que são verdadeiros heróis.

Obrigado por tanta tenacidade e grandeza de coração!

Deixo como homenagem a vocês a música “Los Hermanos” de Atualpa e Yupanki:

Eu tenho tantos irmãos
Que não os posso contar
No vale, na montanha,
No pampa e no mar.

Cada qual com seus trabalhos,
Com seus sonhos cada qual,
Com a esperança adiante,
Com suas recordações atrás

Eu tenho tantos irmãos
Que não os posso contar

Gente de mão calorosa
Pela força da amizade
Com uma oração para rezar
Com um canto para chorar...

...Eu tenho tantos irmãos
Que não os posso cantar
E uma irmã muito formosa
Que se chama liberdade.

(Dedico minha vida à educação
que é a verdadeira revolução
para o nosso povo ajudar)

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Pela ordem, tem a palavra a Senadora Fátima Cleide.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, é apenas para solicitar a minha inscrição para falar pela Liderança do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – V. Ex^a vai falar pela Liderança do PT oportunamente. Já está inscrita.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Mão Santa, V. Ex^a é o próximo orador inscrito para falar, de acordo com o requerimento feito por V. Ex^a, para uma comunicação inadiável, por cinco minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, solicito que seja considerado como lido na íntegra o meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Com a palavra o Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Senador Antonio Carlos Valadares, que preside esta sessão, Parlamentares presentes, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo Sistema de Comunicação do Senado, eu entendo que a esperança é a última que pode morrer.

Aliás, o Apóstolo Paulo, o Sérgio Guerra, disse: “Fé, esperança e caridade”. Estou com medo porque a esperança do meu povo, o povo do Piauí, está morrendo. Eu tive essa esperança em 1994. Votei no Partido dos Trabalhadores, votei no Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, votei no Governador do Estado.

Mas eu quero dizer que faz seis anos, e eu vejo o meu Nordeste, o Nordeste ali do Guerra... Ô Guerra, ô Líder e Presidente Guerra, o nosso Nordeste trans-

formou-se numa “Venezuelazinha”. Não tem nada de concreto. Eu falo pelo meu Piauí.

Agora, que tem essa tal de Bolsa-Família, isso tem. Nós somos campeões da Bolsa-Família. Estávamos disputando com o Maranhão, mas acho que já passamos. E não sou contra não. Não sou contra porque... Fé, esperança e caridade. Caridade – o Apóstolo Paulo. Fé, esperança, que já está morrendo, e caridade. Caridade é importante. É um ato de caridade? É. Mas que vai resolver, não vai.

Tenho minhas crenças, ô Guerra. Como homem do Nordeste, creio em Deus, que é amor... Ô Antonio Carlos Valadares, e o que disse Deus? “Comerás o pão com o suor do teu rosto”. É uma mensagem muito clara, que é o trabalho. É uma mensagem de Deus para os governantes. E vem o Apóstolo Paulo, atentai bem, Guerra: “Quem não trabalha não merece ganhar para comer”.

Tenho crença nesses homens, tenho crença justamente nisso, nesses valores.

E o que vejo? Vejo, no Nordeste... Há pouco estava lendo o livro sobre Juscelino. Que exemplo, Guerra. Em Diamantina, acabou o ouro, acabou o diamante, mas ele dá o testemunho de que nunca viu seu povo à toa. O povo do Nordeste está à toa, mais da metade do Piauí, é essa Bolsa-Família. É uma caridade. Vamos transformar essa caridade em prosperidade. E nós estamos aqui para isso, essa é a verdade.

Eu sei como fazê-lo. Eu fui prefeitinho e Governador de Estado. O Presidente da República tem sua luta e história, mas nós também temos. Eu sei como resolver isso. Ô Guerra, transforma isso e dá para os prefeitos, para eles darem até mais. Então, o prefeito está próximo. Se a pessoa beneficiada é forte, vai ser vigia de um grupo, vai ser jardineiro de uma praça. A minha cidade, que é a maior do Piauí, não tem mais nenhuma praça, nenhum jardim, não tem mais vigia. Coloca para trabalhar. Se ela tem dom de culinária, vai fazer merenda escolar. O trabalho dignifica, o trabalho engrandece.

Eu estou preocupado, Guerra. Mas muito. A ignorância é audaciosa, o povo está à toa. Juscelino disse que não tinha ninguém na sua cidade que não estivesse estudando ou trabalhando. Até aquelas figuras folclóricas típicas...

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – ...na memória dele, ele cita que tinham trabalho. Esse negócio de ficar à toa... Guerra, atentai bem!

Contra tudo no mundo, eu acredito no estudo que leva à sabedoria, eu acredito no trabalho que faz a riqueza.

Hoje, uma mulher interiorana do Norte e do Nordeste, ao parir, ganha quatro salários mínimos. Vou contar um quadro. Guerra, eu, médico-cirurgião, encontrei agora em uma fazenda uma mulher: “Olha, eu vou te encaminhar para o Dr. Francisco Pires fazer uma cesárea e ligar tua trompa”. Sabe o que ela disse? “Senador, essa televisão foi este menino aqui; este da barriga eu vou parir e comprar uma moto para o meu marido”. É isso.

Que é do planejamento familiar?...

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Cadê a paternidade responsável e a maternidade? Essa é a inversão.

O Nordeste está aí. É uma “Venezuelazinha” já, e aumenta. Pode botar: se no Piauí tinha 50,09%, aumentou para 60% a 80%.

Essas pessoas são boas. São vítimas, precisam dessa caridade. Eu não estou preocupado com elas. Eu estou preocupado é com os que estão nascendo... Daqui a dez, doze anos...

Será que vai aparecer na nossa geração um Bilal que diz, Antonio Carlos Valadares: “Criança! Não verás nenhum país como este!”? Será que nós podemos dizer? As crianças aí estão engolindo fogo nos sinais luminosos. Há crianças dormindo debaixo da ponte.

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – As crianças sofrendo pedofilia. Eu não estou preocupado com os que estão recebendo a caridade, Guerra, mas estou preocupado com o exemplo. Padre Antônio Vieira dizia que o exemplo arrasta. Veja o exemplo que essas crianças estão vendo dos pais.

Juscelino disse que não tinha mais ouro, que não tinha diamante, mas não tinha ociosidade em Diamantina. Estavam estudando ou trabalhando. Até as figuras folclóricas, viu, Antonio Carlos Valadares.

Isso está errado.

Com a palavra esse grande líder do nosso Nordeste, que foi glorioso em batalhas, e hoje está humilhado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Pelo Regimento, o nobre Senador Sérgio Guerra não pode falar...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Mas o coração de V. Ex^a, a sensibilidade...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Mão Santa, V. Ex^a está falando para uma comunicação inadiável.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Eu estou. Mas acontece que tem o espírito da lei.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Inclusive, o tempo de V. Ex^a já está esgotado. Já foram concedidos três minutos, ultrapassando, portanto, o tempo regulamentar. Se eu conceder a palavra ao Senador Sérgio Guerra, vou cometer uma infração e serei cobrado pelos nossos colegas.

Certamente, ganharíamos muito em termos de conhecimento e de sabedoria com o aparte, mas peço desculpas ao nobre Senador Sérgio Guerra por não permitir que ocupe o microfone em atendimento a um aparte ao Senador Mão Santa. Para nós seria uma grande honra, um grande privilégio ouvir V. Ex^a.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sim. Mas o que eu queria dizer é o seguinte, Sérgio Guerra: Deus escreve certo por linhas tortas. V. Ex^a está aí e tem um grande compromisso com o Nordeste. Atentai bem!

Então, venho aqui e abro o Livro de Deus, que diz: “Pedi e dar-se-vos-á”. Eu sei. Cheguei aqui, estudando e trabalhando, trabalhando e estudando. Eu estou preparado. Ó Antonio Carlos Valadares, então eu queria obras para o Piauí.

Ao Luiz Inácio: aqueles cegos, aqueles que não têm visão e não têm futuro. Essas coisas só dão certo se houver sensibilidade política. O Luiz Inácio tem – responsabilidade e visão de futuro. Então, venho pedir ao Luiz Inácio que leve obras, que dê ao Piauí obras.

Nós temos um porto que foi iniciado por Eptácio Pessoa, vai fazer um século! Com poucos milhões de dólares... isso dá. Um porto, um bem nunca vem só. Consolidar lá a ZPE, a ferrovia. Vi Luiz Inácio, há dois anos, em campanha, dizer que, com 60 dias, ela funcionaria até o litoral e, com quatro meses, ao centro do Estado, a Teresina: não trocaram um dormente.

Shakespeare dizia: “palavras, palavras, palavras”. E eu digo: mentiras, mentiras e mentiras. Sou mais burro, porque só falo em mentir. Aeroporto internacional, em todo jornal tem: um é na minha cidade. Ora, São Paulo só tem um. O Piauí vai ter dois?! Na minha cidade não tem mais nem teco-teco. Está nos jornais. Lá em São Raimundo Nonato, pode haver jumento na pista, uma hora dessas. Então, é mentira e mentira. Vamos colocar o porto. Vamos terminar. Vamos terminar a ferrovia. A ZPE prometida, o aeroporto internacional.

Hidroelétrica...

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Aí, a generosidade. Hidroelétrica: iniciou o sonho Juscelino, Castello Branco terminou com César Cals; falta uma eclusa que possibilitaria a navegação do rio Parnaíba. Eles prometem cinco! Ora, se não terminam uma?! Está nas páginas dos jornais de toda a imprensa: cinco hidroelétricas.

Então, Shakespeare dizia: “palavras, palavras, palavras” – Hamlet. Aqui é pior: mentira, mentira, mentira. Essa é a verdade. E eu diria, como Cristo: “Então, viemos aqui, pedir”. Botei todas as emendas e todos os recursos nesse porto – Porto de Luiz Correia, no Piauí –, quase R\$20 milhões, para dar início. Então, vimos pedir. Quando vi um Deputado...

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Só um minuto, para terminar. O Pai-Nosso foi feito em um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – V. Ex^a terá um minuto.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Em um minuto, Cristo ensinou o Pai-Nosso, e a gente sai daqui aos Céus. Então, vou aproveitar um minuto, para pedir ao Luiz Inácio ao menos o Porto de Luiz Correia.

Eu vi um Deputado Federal dizer que a vida era um naufrágio. Então, ele aceitaria, mas faria o esforço – José Alves de Abreu – de voltar à tona e ver as luzes do Porto de Luiz Correia. Então, queríamos pelo menos que se levasse, de tanta e tanta bolsa, uma obra de estrutura que desse riqueza ao Piauí: o nosso porto, que se iniciou com Eptácio Pessoa, mas que está paralisado.

E, aí sim, viríamos aqui, representando a grandeza do povo do Piauí, para agradecer ao Presidente da República, porque, até agora, eles nos têm levado à infelicidade.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Marco Maciel, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobre Senador Antonio Carlos Valadares, Sr^{as} e Srs. Senadores, Gilberto Freire, em seu livro intitulado *Quase Política*, relata basicamente o período em que viveu no Rio de Janeiro e exerceu o mandato de Deputado Federal por Pernambuco.

Nesse livro, ele se refere a um jornalista que escrevia sob o pseudônimo de Pedro Dantas. Na realidade, o nome dele era Prudente de Moraes Neto, vez que, neto do Presidente da República Prudente de Moraes, se escondia sob esse pseudônimo. Num dos seus artigos, o jornalista fez observações que considero atuais e foram registradas pelo mestre Gilberto Freire:

[...] parlamento não é fábrica que deva recomendar-se pelo número de projetos que elabore ou pela rapidez com que os produza. Isto fica para as fábricas de doce, de sabão, de tecido, de sapato ou de chapéu. Nem pelo número de projetos que apresente e defenda em eloqüentes discursos

Às vezes, a maior virtude de um parlamento está precisamente no número de projetos que elimina ou que depura, que corrige ou que substitui, depois de estudo quanto possível minucioso dos assuntos.

A expressão “parlamento não é fábrica” realmente deve nos levar à reflexão, mesmo porque sabemos que a sociedade deseja boas leis e não muitas leis.

Há uma parêmia latina que diz: **Corruptissima republica plurimae leges**. Traduzindo, de forma muito precária, eu diria que é mais ou menos: a multiplicidade de leis corrompe os costumes. Quer dizer, fica difícil para o cidadão cumprir muitas leis – leis às vezes criadas sem uma percuciente apreciação do tema, sem um debate mais acurado, sem uma preparação mais adequada, para que representem, de fato, algo essencial à vida social.

Faço essas observações, para dizer que o constituinte de 1988 teve o cuidado, extremamente correto, de admitir o instituto da consolidação das leis.

Em que consiste isso? Em permitir que se consolidem diferentes diplomas legais num só texto.

A Lei Complementar nº 95, sancionada pelo Presidente da República Fernando Henrique Cardoso e, posteriormente, o Decreto nº 2.954, de 1999, pormenorizaram as normas de elaboração e redação dos atos normativos de competência dos órgãos do Poder Executivo, neles incluídos os projetos de lei de consolidação, que tramitarão no Congresso Nacional e que, merecendo aprovação se converterão em leis de consolidação.

Valho-me, a propósito, para essas considerações, do artigo, esta semana, no jornal **Correio Braziliense**, de autoria do Ministro do Superior Tribunal do Trabalho Ives Gandra Martins Filho, filho do grande jurista Ives Gandra Martins.

Sr. Presidente, gostaria de dizer que, ao tempo em que fui Deputado Federal – e tive ocasião de sê-lo em duas oportunidades, em duas legislaturas –, também expressei minha preocupação com o assunto “consolidação das leis”. Cheguei a apresentar um projeto de lei sobre o tema. Outro colega da Câmara, o Deputado Federal por São Paulo Henrique Turner, já falecido, tinha projeto semelhante ao meu, com o mesmo objetivo de consolidar leis e reduzir-lhes o número com que nos deparamos a todo momento.

E o que diz o Ives Gandra Martins Filho?

As inovações da Constituição de 1988, a partir da Lei Complementar nº 95/98, trouxeram conquistas muito importantes para nosso sistema legal, como a adoção da sistemática alemã de inserção de novos dispositivos nas leis vigentes, sem remuneração dos dispositivos seguintes, através da colocação de letra após o número do artigo (ex: art. 896-A da CLT, Con-

solidação das Leis do Trabalho), dando-se preferência às denominadas leis-agulha (que apenas insere no tecido da matriz dispositivos novos), em vez de se editar lei extravagante sobre o assunto [ou seja, uma lei especificamente sobre esse assunto].

Outra conquista que Ives Gandra expressa em seu artigo diz respeito à vedação à expressão genérica no fim do diploma legal: “revogam-se as disposições em contrário”, o que dá azo a discussões sobre a compatibilidade entre a lei nova e as já existentes. Isso está regulamentado em decreto.

Devo agora, Sr. Presidente, fazer algumas considerações sobre o programa de consolidação das leis.

A Câmara Federal está no bom caminho quando revela um desejo de trabalhar nessa questão. Eu mencionaria que o Deputado Cândido Vacarezza, do PT de São Paulo, se esforça no sentido de fazer uma consolidação da legislação trabalhista, da conhecida CLT.

Com isso, a meu ver – e subscrevo as palavras de Ives Gandra –, se concorre para “*propiciar a democratização do acesso à legislação*”. Geralmente o cidadão não tem conhecimento da lei.

É certo que a Lei de Introdução ao Código Civil, de 1916, dizia que ninguém pode deixar de cumprir a lei alegando que não a conhece. Mas, muitas vezes, o cidadão não conhece a lei e não está habilitado a interpretá-la. Isso se aplica não só ao cidadão comum, pois, chega o próprio magistrado a ter dificuldade em prolatar sua sentença, seu despacho, em função do grande número de leis, de um chorrilho de leis a que deve estar atento.

Então, com a consolidação das leis, o cidadão passará, primeiro, a conhecer a lei e, segundo, a ter condições de cumpri-la adequadamente. Esse processo de consolidação faz termos a consequência positiva de simplificar a quantidade de leis.

O excesso de leis [aí cito novamente Ives Gandra Filho] (...) torna muitas vezes difícil saber quais são as leis vigentes ou não, mormente quando seus comandos são, muitas vezes, contraditórios ou repetitivos.

A linguagem hermética, fechada, e pouco clara com que são redigidos muitos diplomas legais, leva também a controvérsias sobre qual comando ou dispositivo legal está efetivamente em vigor.

O programa de consolidação da legislação federal precisa ser executado com o maior empenho possível. Sei que a Câmara dos Deputados está – tenho acompanhado um pouco à distância esses trabalhos – interessada nessa questão e presta um bom serviço nesse campo.

O mesmo devemos fazer no Senado Federal. Sobre esse assunto, Sr. Presidente, nobre Senador Antonio Carlos Valadares, V. Ex^a que é membro da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sabe que ali nos deparamos com matérias que deveriam ter merecido uma prévia análise para dar o tratamento adequado a projetos afins ou conexos. E assim conseguirmos reduzir a quantidade de leis no Brasil.

É bom lembrar que, quando se fala em consolidação das leis, devemos ter a consciência de sermos fiéis ao texto consolidado. Esse texto deve estar compatível com as normas vigentes e também – considero isso importante –, ensejar que daí brote uma boa consolidação.

Sr. Presidente, estamos finalizando um trabalho na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que vai permitir que possamos apreciar mais projetos e, ao mesmo tempo, fazer com que esses projetos mereçam um tratamento que os leve a uma consolidação.

Acredito que cerca de 40 requerimentos já foram despachados com o objetivo de que projetos afins ou conexos tenham o mesmo Relator. Em vez de elaborarmos três ou quatro projetos de lei, possamos reduzir a um só, dando uma economia processual aos trabalhos da Comissão e ensejando que simplifiquemos o nosso ordenamento jurídico.

Convivemos com uma pletera de leis que dificulta a sociedade a entender exatamente a lei e, sobretudo, cumpri-la.

Concluo minhas palavras, Sr. Presidente, dizendo que trago essa questão ao Plenário com dois objetivos: para que possamos refletir um pouco sobre a consolidação das leis, a partir inclusive do artigo do Ministro Ives Gandra Martins Filho, intitulado “A Consolidação da Legislação Federal e a CLT”; e, por outro lado, possamos, no Senado Federal trabalhar direcionados para fazer boas leis e não muitas leis. Mais do que isso, produzamos leis que sejam percebidas adequadamente pelo cidadão e venham a ser aplicadas em toda a sua extensão.

Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente, o espaço de tempo que me concedeu.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senadora Ideli, é V. Ex^a pela Liderança?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Não, como oradora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Ah! como oradora? Não, porque o próximo orador inscrito, na realidade, que fez uma permuta com o Senador Paulo Paim, é o Senador César Borges, que está aqui ao nosso lado.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA) – V. Ex^a quer falar agora?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – É que sou a próxima oradora...

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA) – Depois eu falo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Por permuta com o Senador César Borges, V. Ex^a tem a palavra.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Senador César Borges. É que não estava anotada a permuta ali.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – É a elegância do Senador César Borges.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Eu lhe agradeço.

Senadores e Senadoras, ontem, entre outros, um dos temas que tomou conta do plenário, Senadora Serys, foram as avaliações, as análises, os questionamentos a respeito da gravidade da crise econômica que se abate sobre todo o mundo, crise que tem repercussões, obviamente, em nosso País. Gostaria de dar continuidade a discussão dessa questão, que, do meu ponto de vista, a todos nós preocupa.

Estamos todos muito atentos, acompanhando não só o que está acontecendo, mas também as medidas que o Presidente Lula vem adotando. Ontem, inclusive, tive oportunidade de, na tribuna, realçar a forma muito pronta com que o Presidente adotou a medida de alteração do Fundo da Marinha Mercante, numa alavancagem de financiamento da indústria naval importantíssima para o próximo período: nada mais nada menos do que R\$10 bilhões serão investidos na construção de inúmeros navios, navios esses importantíssimos para retomarmos um papel que o Brasil já teve – nós já fomos a segunda maior indústria naval do mundo, mas infelizmente perdemos essa condição; estamos, agora, retomando-a.

Todos nós sabemos que não se constrói navio com pouco dinheiro, é necessário um financiamento pesado. A construção de um petroleiro como o que a Petrobras encomendou agora leva de dois a três anos para ficar pronto e emprega muita gente – de mil e quinhentos a dois mil funcionários.

Portanto, é um investimento extremamente importante, porque continua gerando emprego, continua demandando, continua aquecendo a economia e distribuindo renda. Então, eu acho que a medida adotada pelo Presidente Lula, de alavancar o Fundo da Marinha Mercante e aprovar a ampliação dos recursos para financiar a indústria naval, foi corretíssima.

Agora eu gostaria de tratar de outras medidas adotadas pelo Governo que, do meu ponto de vista, também estão corretíssimas. Refiro-me à redução do compulsório e à autorização da realização do redesconto. Ou seja, permitir que bancos que estão em melhores condições possam comprar as carteiras de crédito dos bancos menores ou, na impossibilidade dessa operação ser feita entre bancos, ser feita com o Banco Central. Aliás, a medida provisória que o Presidente Lula assinou na segunda-feira da semana passada foi com esse intuito, no sentido de permitir que os bancos continuem tendo recursos para emprestar, para financiar, para manter a economia em desenvolvimento, crescendo, como até agora nós conseguimos manter.

Foi muito acertada a decisão de baixar o compulsório, ou seja, diminuir o volume de recursos que ficam retidos no Banco Central, permitindo que todas as instituições bancárias tenham um volume maior para emprestar e, ainda, de permitir que os bancos que queiram aumentar a sua disponibilidade de recursos possam vender suas carteiras para outros bancos ou para o Banco Central. São duas medidas corretíssimas, acertadas.

Qual é o problema então? Trata-se de algo cujos sinais já havíamos detectado e que, infelizmente, já está acontecendo. É que os bancos, com a redução do compulsório e com a possibilidade de fazer o redesconto, passam a ter um volume maior de recursos disponíveis, mas, em vez de emprestar esses recursos oriundos da diminuição do compulsório e do redesconto, em vez de colocar esse dinheiro para circular na economia e gerar investimentos, Senadora Serys, com ele estão comprando títulos do Tesouro Nacional que oferecem rendimentos de 14,75% ao ano. Os sessenta bilhões de reais oriundos das medidas adotadas pelo Banco Central, em vez de irem para a economia, estão indo resolver a rentabilidade dos bancos.

Não podemos admitir esse procedimento. Alguns economistas, inclusive, já o estão chamando de empocamento de dinheiro, ou seja, o dinheiro é disponibilizado para o sistema financeiro, que, em vez de repassar o dinheiro para a economia, para o investimento, para a continuidade dos negócios – seja do crédito individual, seja do crédito comercial ou industrial –, empoca o dinheiro.

Ou seja, eles pegam os recursos disponibilizados pelo Banco Central e os utilizam para seu próprio proveito, para fazer aplicações de seu interesse – para o bolso deles, como está aqui muito bem observando a Senadora Serys.

Portanto, diminuir o compulsório sem resolver o problema da liquidez e da falta de crédito no País não interessa ao Brasil, é uma atitude contrária aos

interesses da Nação brasileira. Assim, as palavras do Presidente Lula devem ser levadas até as últimas conseqüências, ou seja, se o que está sendo feito para permitir a liquidez, a fluidez da economia, o crédito, o financiamento, não for acatado pelos bancos, que se reduza, que se retome, que volte o dinheiro a ficar no Banco Central. Nós não podemos permitir que as nossas reservas, tão suadas, tão dificilmente obtidas, construídas com o sacrifício de todo o povo brasileiro, sejam literalmente torradas sem que seja resolvido o problema da sociedade brasileira, da economia brasileira. Não podemos permitir que essas reservas sejam exclusivamente utilizadas para resolver o problema da lucratividade, da rentabilidade dos banqueiros, das direções e dos proprietários dos bancos.

O Presidente Lula, mostrando-se muito atento em sua viagem internacional, colocou que ninguém pode dizer que está faltando dinheiro no Brasil, já que medidas – redução do compulsório e permissão da venda das carteiras de créditos – foram adotadas prontamente.

O Presidente Lula já colocou também, de forma muito clara, que deverão ser punidos os bancos que não emprestarem o dinheiro que o Banco Central disponibilizou, que não podemos torrar nossas reservas inutilmente.

Aliás, Henry Paulson, Secretário do Tesouro dos Estados Unidos, foi muito contundente quando disse: “Vou estatizar vocês, em parte, por algum tempo; vou colocar dinheiro no caixa de vocês, mas vocês vão ter de emprestar esse dinheiro”. Foram tomadas medidas de muito impacto, estatizantes mesmo. A gente fica pasma, estranha que, com tanto neoliberalismo, com tantas receitas de Estado mínimo, Senadora Fátima, a gente esteja vendo agora as principais economias torrando trilhões para manter, para salvar a economia da especulação, do verdadeiro cassino financeiro que está aí – e todos sabem quais serão as conseqüências se isso não for feito. Com essa sua fala, Henry Paulson se refere a algo que tem de acontecer, obrigatoriamente, nos Estados Unidos, na União Européia e, principalmente, aqui no Brasil, onde nós não tivemos os gravíssimos problemas de falta de fiscalização e de controle do sistema financeiro, como aconteceu nos Estados Unidos e em vários outros países.

Essas medidas são, portanto, muito importantes. Vamos aguardar que elas sejam tomadas de forma ampla, geral e irrestrita para com todos os bancos. O Banco do Brasil, a propósito, está dando o exemplo neste momento.

O Banco do Brasil está aproveitando a questão da diminuição do compulsório – para este Banco isso significa uma quantia de R\$11,4 bilhões, recur-

tos que estão disponibilizados a mais, adicionados à possibilidade, à potencialidade do Banco do Brasil de emprestar, fazer empréstimos com a flexibilização do recolhimento do compulsório – e ampliando de forma efetiva, até porque é muito interessante este dado: a taxa média de inadimplência tem se mantido baixa no Brasil, na casa de 3,3% nos atrasos superiores a 90 dias. Portanto, mesmo com toda a insegurança, com toda a crise, com toda a situação instável que o mundo vem passando, a taxa de inadimplência no Brasil continua muito baixa. Não há nenhuma explicação para banco algum pegar o recurso do compulsório, Senador César Borges – já vou lhe conceder o aparte –, e não emprestar, não colocar na economia.

Ouçó com muito prazer V. Ex^a.

O Sr. César Borges (Bloco/PR – BA) – Senadora Ideli Salvatti, V. Ex^a trata de um tema com o qual esta Casa toda se preocupa e que tem sido aqui, sem sombra de dúvida, um momento atualíssimo desta discussão que temos de fazer, até porque o Governo vai encaminhar medidas para cá e nós temos de estar atentos. Parece-me que toda Casa já se pronunciou no sentido de que estará disposta a colaborar para que esta crise não tenha efeito mais danoso sobre a nossa economia. Não tenho dúvidas de que as medidas que foram tomadas são corretas. Eu apenas faria a ressalva de que não podemos minimizar essa crise, porque ela é grave. Não interessa de onde ela veio, se começou nos Estados Unidos, se passou pela Europa, o importante é que ela é grave. E as autoridades monetárias brasileiras, para que a economia brasileira não sinta um impacto maior, têm que tomar essas medidas se antecipando aos efeitos perversos. Acho que todas as medidas tomadas até agora foram corretas. Se outras forem necessárias, até aportar recursos, como está sendo feito na Europa e nos Estados Unidos, capitalizando bancos para que não haja problema no sistema bancário, que sejam tomadas, porque o importante é manter a economia gerando emprego e renda e o País crescendo. Mas não tenho dúvida de que as medidas tomadas com relação ao compulsório e a carteiras dos bancos menores têm sido corretíssimas. Até em relação ao Banco Central e o dólar, para que o dólar não impacte a inflação brasileira. Se há reserva, é para ser utilizada exatamente neste momento, sem deixar o impacto inflacionário para após a reserva. Mas parabênizo o discurso de V. Ex^a e as medidas adotadas pelo Governo.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço, Senador César Borges. E volto a reforçar que a crise é gravíssima. Ninguém tem dúvida. A economia brasileira estava bem preparada para enfrentá-la. Não só bem preparada como as medidas adotadas estão

sendo muito prontas e decisivas para que não tenhamos conseqüências maiores aqui no Brasil.

Agora, é inadmissível que em um momento como este, quando o Governo está cumprindo com sua parte e fazendo sua tarefa de forma correta, os bancos aproveitem as medidas como a redução do compulsório e o redesconto para fazer o aumento da sua rentabilidade e não colocar esse recurso disponível para o mercado. Medidas de punição aos bancos terão que ser tomadas. Até porque estou usando como exemplo o Banco do Brasil, porque o referido Banco está aproveitando estes mais de R\$11 bilhões, que é a redução do compulsório, e ampliando a sua potencialidade de financiamento, já que confirma que a taxa de inadimplência continua baixíssima, portanto sem risco. Inclusive, as declarações do Vice-Presidente do Banco do Brasil, Aldo Luiz Mendes, são categóricas: o Banco do Brasil poderia emprestar, além do que já vem emprestando, mais de R\$40 bilhões, sem comprometer o Índice de Basiléia, que é aquele índice que mede a solvência do banco, exatamente a capacidade de um banco em promover o financiamento.

Por isso, para nós, é muito importante estarmos monitorando. Se for possível, ainda quero passar a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, rapidamente, para poder concluir, porque, Senador Suplicy, não tenho nenhuma dúvida, esse é o tema da hora.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Prezada Senadora Ideli Salvatti, quero cumprimentá-la pela análise que está fazendo sobre as medidas positivas que o Governo do Presidente Lula, em especial os Ministros Guido Mantega e Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central, estão tomando. É possível até que V. Ex^a tenha mencionado, mas, como eu estava em outra atividade, não pude ouvir, mas, tendo em conta que o Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, o Senador Aloizio Mercadante, ter-me pedido para transmitir a todos os Senadores aqui em plenário que o Ministro Guido Mantega havia dito que, na próxima terça-feira, ele poderia vir junto com o Ministro Presidente do Banco Central Henrique Meirelles. Inclusive, já transmiti ao Senador Tasso Jereissati, que foi um dos que solicitou a presença de ambos e avaliou que seria melhor que ambos estivessem juntos na audiência pública. Assim, Sr. Presidente, aproveito a oportunidade em que a Senadora Ideli Salvatti está analisando as medidas econômicas para, em nome do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Aloizio Mercadante, convidar a todas as Sr^{as} e Srs. Senadores para a audiência pública, na próxima terça-feira, na CAE, com o propósito de analisar, ouvir e debater a política econômica e medidas, tais como a medida provisória que V. Ex^a mencionou,

a fim de resolver o problema de liquidez do Sistema Financeiro, e todas as demais medidas preventivas, em que pese esse verdadeiro *tsunami* internacional, para que o Brasil possa caminhar bem. Aproveitei a oportunidade porque avalei oportuno transmitir esse convite a todos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Senador Eduardo Suplicy, agradeço. Com a mudança de quinta para terça-feira, vai ser impossível a minha presença. Portanto, gostaria de delegar poderes a V. Ex^a para fazer essa cobrança pública tanto ao Dr. Meirelles quanto ao Ministro Guido Mantega. Que seja cumprido aquilo que o Presidente Lula falou de Nova Delhi, ou seja, banco que se está beneficiando da redução do compulsório e do redesconto e que não disponibilizar esses recursos para o financiamento da economia brasileira, que esses bancos sejam punidos e que o recurso do compulsório e do redesconto volte ao Banco Central; que não torremos as nossas reservas para aumentar a rentabilidade de banco, porque as reservas do povo brasileiro são para manter a economia funcionando, o País crescendo, gerando emprego e distribuindo renda, e não para aumentar rentabilidade de banco.

Era isso, Senador Eduardo Suplicy, agradecendo o seu aparte e lhe delegando poderes para que, em meu nome, possa fazer essa cobrança de forma muito efetiva ao Ministro Guido Mantega e ao Presidente do Banco Central.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Assim o farei.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente, e peço desculpas por ter passado alguns minutinhos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias, próximo orador inscrito, pela Liderança do PDT.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje o Plenário se reuniu de manhã, os Senadores se reuniram neste plenário para comemorar o Dia da Criança, mas esta semana nós temos várias comemorações. Temos também o Dia do Professor.

Acredito que os professores não gostariam de ter como homenagem um discurso sem uma proposta concreta de valorização do seu papel perante a sociedade.

O objetivo que me traz à tribuna é dizer aos professores do Brasil que tive muita honra de ser o Relator do projeto de lei que fixou em R\$950,00 o piso salarial e, mais do que isso, garantiu a hora-atividade para os professores. relatei esse projeto, e o Presidente Lula

foi muito importante, juntamente com o Ministro da Educação, para garantir esse direito aos professores.

Em algumas regiões do País aonde eu fui, em algumas cidades do Paraná, os professores diziam: “Isso está abaixo do que nós já recebemos”. Para algumas cidades pode ser que isso seja correto, mas aquele projeto, aquela decisão que o Congresso Nacional tomou – e que eu tive a honra de ser o Relator – beneficiou pelo menos 1,5 milhão de professores no Brasil que não tinham um salário igual ao teto.

É uma pena que alguns Secretários de Fazenda e alguns Governadores se reuniram em Porto Alegre para dizer: “Se dermos isso, vai quebrar Município, vai quebrar Estado”.

Pelo amor de Deus, quem não tiver capacidade para cumprir o piso salarial para os professores não pode ser Prefeito, não pode ser Governador! É vergonhoso ter que ouvir de Governador e de Secretário de Fazenda que vai quebrar Município, que vai quebrar Estado, se cumprirmos o piso salarial de R\$950,00. É o mínimo, é o piso, é a garantia de que ninguém vai receber menos do que isso, para exercer um papel tão nobre, tão importante perante a sociedade brasileira.

Mas também apresentei um projeto – e quero que os Senadores prestem atenção – do qual é Relator o Senador Casildo Maldaner.

Às vezes, o Senador recebe um estudo técnico da Consultoria e desiste logo do projeto, porque o estudo diz que ele é inconstitucional. Vamos analisar o que é inconstitucional, Professora Fátima Cleide, para ver se a gente coloca esse projeto dentro da constitucionalidade. Defendo sempre a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei Complementar nº 101. Ajudei aprovar aqui, em 2000, essa lei e briguei muito para que ela fosse aprovada, para colocar um limite nos gastos públicos do País. E a Lei de Responsabilidade Fiscal foi, está sendo e será sempre muito importante.

Mas vejam o interessante: aprovamos o Fundeb aqui, Professor Flávio Arns. E o que diz o Fundeb? Que 60% dos recursos do Fundeb têm de ser destinados à remuneração dos professores. O Senador Tasso Jereissati está olhando para mim, porque falei da Lei de Responsabilidade Fiscal. Não quero, de jeito nenhum, quebrar a Lei de Responsabilidade Fiscal; quero que ela seja mantida e cumprida. Mas o que estou propondo – se for absurdo, não vai ser aprovado e, se for bom, vai ser aprovado – é o seguinte: que os recursos do Fundeb não sejam contabilizados como receita líquida que está sendo repassada para os Estados e para os Municípios. Sabe por quê? Porque há casos em que está sobrando, Senador Casildo – V. Ex^a é o Relator –, dinheiro do Fundeb, porque não dá para o Prefeito ou para o Governador aplicar naquilo

que ele deseja. Ele tem de aplicar 60% no salário dos professores, mas não pode ultrapassar, no caso dos Municípios, 54% de despesas com pessoal; os Estados não podem ultrapassar 50% de despesas com pessoal; e a União, 45%.

Se não tirarmos o Fundeb da conta...

(Interrupção do som.)

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – ...desse dinheiro que é contabilizado como receita líquida para efeito de cálculo do que pode ser gasto ou não com pessoal, estaremos impedindo que, mesmo querendo, mesmo tendo condições – porque tem os recursos, porque às vezes não tem outra aplicação –, o Prefeito conceda o chamado aumento salarial. Os professores, sempre que me encontram, dizem: não é aumentar o salário que significa valorizar o professor. Mas também é aumentar o salário. Não é só aumentar o salário. Mas a remuneração dos professores pode melhorar – e muito – o ensino básico público.

Se retirarmos os recursos do Fundeb dessa conta que é feita do cálculo para a Lei de Responsabilidade Fiscal, tirando isso fora, aí sim, os recursos do Fundeb poderão ser utilizados para construir salas de aula, equipar salas de aula, aperfeiçoar e qualificar professores e para pagar o salário dos professores.

Se os professores estão ganhando um salário que consideram injusto e o Prefeito daquela cidade quer atender o pleito dos professores, hoje ele não tem instrumentos, porque a Lei de Responsabilidade Fiscal impõe limite e os recursos do Fundeb também têm o seu limite. Agora, se retirarmos os recursos do Fundeb dessa conta, o que vai acontecer? Se for necessário e justo, o Prefeito e o Governador poderão utilizar aquele recurso do Fundeb para pagar melhor os professores.

Não sei se a Senadora Fátima Cleide está entendendo minha proposta. Está entendendo, sim, porque é professora.

Aí é o seguinte: se não tirarmos, vamos continuar de que forma? Vamos continuar vendo os professores com salários baixos e sobrando dinheiro do Fundeb, que não tem uma aplicação para ser feita. Isso está acontecendo? Isso está acontecendo. Se criamos a lei, por que não podemos corrigi-la, se, na sua aplicação, ela está trazendo problemas? Ela está trazendo problemas, porque os Municípios já não sabem mais o que fazer. Salários achatados, recursos disponíveis, mas sem poder aumentar o salário.

A aprovação desse projeto seria uma grande homenagem aos professores do Brasil.

Estou falando como Líder, mas, se o Presidente me permitir, eu gostaria de conceder um aparte à Senadora Fátima Cleide.

A Srª Fátima Cleide (Bloco/PT – RO) – Muito rapidamente, Senador Osmar Dias. Quero apenas parabenizá-lo pela compreensão do processo. Em primeiro lugar, quero dizer que compreendo seu projeto e desejo inclusive registrar meus aplausos à iniciativa, até porque, na discussão do Fundeb, quando fui Relatora aqui no Senado Federal, não sei se V. Exª lembra, no final das discussões, apareceu um conjunto de Governadores aqui. Nós garantimos essa proposta da retirada dos recursos do Fundeb da receita líquida no relatório, e os Governadores vieram aqui para nos pressionar a mantê-los. Então, parabênizo V. Exª pelo discurso, pelo pronunciamento e, mais ainda, por essa iniciativa, porque ela resgata aquilo que a gente buscou deixar garantido na lei que regulamentou o Fundeb aqui no Senado Federal. Meus parabéns, Senador Osmar Dias, pelo espírito educador que V. Exª demonstra ter com a apresentação desse projeto!

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Senadora Fátima Cleide, eu me lembro, sim. E, por isso, provoqueei V. Exª várias vezes e fiz questão do seu aparte. Apresentei o Projeto de Lei do Senado nº 265, de 2008, uma lei complementar, que vai precisar de 41 votos bons.

Mas o Senador Casildo está com dificuldade de apresentar seu parecer, exatamente porque há essa pressão dos Governadores. Parece que todas as vezes que falamos nisso aqui estamos sendo irresponsáveis. Eu não estou sendo irresponsável, porque, no momento em que a Lei de Responsabilidade Fiscal foi votada neste Senado, fui um dos seus maiores defensores. Defendi a Lei de Responsabilidade Fiscal e continuo defendendo-a. Mas, se não fizermos ajustes para tornar possível determinadas políticas públicas, nós vamos ter uma lei muito boa, mas que pode trazer problemas para um setor tão importante quanto a educação.

Então, já conversei com o Senador Casildo, que está fazendo um esforço grande para dar um parecer favorável. Nós vamos tentar tirar esse problema de ilegalidade ou de inconstitucionalidade – o que for –, porque é uma proposta boa, que V. Exª, Senadora Fátima Cleide, já havia apresentado. Eu aproveitei para apresentar em forma de projeto e acredito que a aprovação dele seria uma grande homenagem aos professores, aos educadores, aos profissionais da educação deste País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador César Borges. (Pausa.)

Senador Neuto De Conto. (Pausa.)

Por permuta com o Senador Neuto De Conto, concedo a palavra ao Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres colegas, pretendo reapresentar hoje, nesta Casa, um projeto que, na legislatura passada, tramitava nesta Casa e, por alguns princípios, por algumas incongruências, não teve seqüência. Até por levantamento de dispositivo constitucional, ou que o valha, não teve seguimento.

Mas, hoje, depois de analisarmos com a assessoria técnica, inclusive da Casa, chegamos a um denominador comum: ao entendimento, Sr. Presidente, nobres colegas, da possibilidade de tratarmos desse tema. É em razão disso que volto para reapresentar essa proposta. A ementa diz o seguinte: “Institui a Contribuição Social...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Por favor, vamos aumentar o volume do microfone.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC) – Sr. Presidente, a ementa diz o seguinte: “Institui a Contribuição Social para a Defesa Civil (CSDEC), transforma o Fundo Especial para Calamidades (Funcap) em Fundo Nacional para a Defesa Civil (Fundec) e dá outras providências”.

Qual é a idéia, Sr. Presidente? É a de reapresentarmos uma proposta, dentro de novos patamares, para que instituamos no Brasil um fundo para calamidades, um Fundo para a Defesa Civil no Brasil.

Vou ler, Sr. Presidente, a justificativa do projeto, sem me demorar na parte técnica. Se for necessário e se sobrar tempo, analisaremos mais minuciosamente.

Justificação para criarmos um Fundo Nacional de Defesa Civil. Quais são as razões?

O rápido adensamento dos aglomerados urbanos tende a provocar a degradação do meio ambiente, em função das dificuldades de ordenamento da ocupação do espaço urbano, aumentando muito mais a probabilidade de desastres. A explosão demográfica e o vertiginoso processo de urbanização experimentados pelo Brasil levaram à formação de áreas de extremo risco de calamidade em praticamente todas as zonas metropolitanas das médias e grandes cidades brasileiras.

Nesse contexto, é vital para a sociedade dispor de um sistema de Defesa Civil eficiente e organizado, dotado de recursos humanos – suficientes e bem-treinados –, da infra-estrutura – instalações e equipamentos – e dos recursos financeiros necessários ao seu adequado funcionamento.

O Brasil dispõe de um Conselho Nacional de Defesa Civil (Condec) e de um bem-estruturado Sistema Nacional de Defesa Civil (Sindec), ambos regulados

pelo Decreto nº 5.376, de 2005. De acordo com esse decreto, Sr. Presidente, as ações de defesa civil objetivam, fundamentalmente, a redução dos desastres, e compreendem a prevenção, a preparação para emergências e desastres e a resposta a eles, bem como a reconstrução e a recuperação das regiões afetadas.

Por sua vez, o Fundo Especial para Calamidades Públicas destina-se a financiar as ações de socorro, de assistência à população e de reabilitação de áreas atingidas.

Há, portanto, uma clara lacuna no que se refere às ações de prevenção de desastres e de preparação para emergências e desastres. Tais ações ficam à mercê de dotações orçamentárias que, além de historicamente pífiás, estão sujeitas a constante contingenciamento.

Propomos, Sr. Presidente e nobres colegas, a reformulação do Fundo, de modo a preencher essa incômoda lacuna referente à provisão de verbas para as ações de defesa civil, da forma como são concebidas modernamente. Mas de nada adiantaria apenas modificar a denominação do Fundo e manter o atual aporte de recursos. O rateio do mesmo montante também para ações de prevenção e preparação apenas reduziria os recursos destinados à resposta aos desastres e à reconstrução e recuperação das regiões afetadas.

O incremento dos recursos destinados ao novo fundo, agora denominado Fundo Nacional para a Defesa Civil (FUNDEC), advirá da criação de uma Contribuição Social para a Defesa Civil (CSDEC), a incidir sobre operações de seguros privados de coisas, pessoas, bens, responsabilidades, obrigações, direitos e garantias contratados ou cujos sinistros devam ser liquidados no País.

A relação entre os temas é simples. Quanto mais eficiente a prevenção de acidentes, por meio da estruturação ainda mais adequada dos órgãos de defesa civil, menores serão os efeitos dos desastres e, portanto, menores as perdas de vidas humanas e os prejuízos materiais. Nessas condições, menores serão os riscos assumidos pelas empresas seguradoras e, desse modo, maiores os seus lucros, ou – o que seria mais desejável – menores os valores dos prêmios, o que aumentaria a procura pela contratação de seguros.

Dessa maneira, Sr. Presidente, nobres colegas, ganha a população – em especial, a mais carente, moradora de áreas de risco – e ganham as empresas de seguros. Além disso, o consumidor de seguros não é demasiadamente onerado, uma vez que a alíquota preconizada para a CSDEC é de apenas 1% do valor do prêmio a ser pago. Apenas 1%.

As Contribuições Sociais foram concebidas na Constituição Federal de 1988 – festejada nos seus 20 anos agora – como uma forma de garantir, além da eficácia normativa e processual, os recursos materiais necessários à efetivação dos direitos sociais. Com efeito, a segurança figura entre esses direitos, elencados no art. 6º do texto constitucional. E, de acordo com o art. 144, inciso V, §5º, as atividades de defesa civil, a serem desenvolvidas pelos bombeiros, integram o conceito de segurança pública.

Destinadas a preservar a vida, a incolumidade física e a saúde das pessoas, em especial as mais carentes, as ações de defesa civil devem ser financiadas mediante a contribuição social de toda a sociedade. Registre-se que, conforme o art. 21, XVIII, da Lei Maior, figura entre as competências da União “planejar e promover a defesa permanente contra calamidades públicas, especialmente as secas e inundações”. Além disso, compete privativamente à União legislar sobre defesa civil (art. 22, XXVIII).

Em função disso, oferecemos à consideração de nossos pares o presente Projeto de Lei Complementar. Acreditamos tratar-se de uma importante iniciativa do Senado Federal no sentido de promover a segurança à população, em especial dos brasileiros que vivem em zonas de risco, por meio de ações anteriores e posteriores a ocorrência de desastres. Mais que simples manifestação de solidariedade humana, a prevenção de desastres e o socorro à população constituem função essencial do Estado moderno.

Sr. Presidente, nobres Colegas, a presente proposta, o presente PLS propõe resolvermos e sermos mais previdentes quanto às calamidades, porque, hoje, no Brasil, sabemos quando é o Natal, sabemos quando é o primeiro dia do ano, todos os anos. Também, todos os anos as calamidades acontecem. E o que ocorre? Senti na pele, quando Governador do meu Estado de Santa Catarina: calamidades ocorreram e aconteceu de eu interrogar, muitas vezes, à noite, à Defesa Civil do meu Estado se havia recursos. Não há preparação para isso. No Orçamento também não, porque não se sabe de antemão.

E, aí, o que se faz? Os Municípios decretam calamidade pública ou coisa que o valha; a Defesa Civil do Estado recolhe as propostas e faz o levantamento; a Defesa Civil do Estado envia esses dados à Defesa Civil Nacional. Como a Defesa Civil Nacional não tem o Orçamento da Integração Nacional, o que ocorre, daí? As informações e propostas são encaminhadas à Casa Civil da Presidência da República, onde se elabora uma proposta de medida provisória. Manda-se essa proposta ao Congresso Nacional, onde ela tramita de meio ano a oito meses. Isso ocorreu: o posto

de saúde caiu, a pinguela ruiu, a coisa aconteceu. Aí não tem mais jeito.

Temos que ser mais previdentes. Então, essa proposta de projeto, Sr. Presidente, resumindo, prevê que, de todo seguro que fizermos no Brasil, de todo seguro de carro, por exemplo, que se fizer lá em Itaipiranga, em Santa Catarina, que faz divisa com o Rio Grande do Sul – e os Prefeitos eleitos de Cruz Alta e de Erebangó estão aqui neste plenário agora, ambos gaúchos –, de todo seguro de automóvel que se fizer, 1% do prêmio vai para a Defesa Civil Nacional, sendo que 1/3 desses recursos vai para a Defesa Civil do Estado respectivo. E o outro terço, para completar o inteiro, Sr. Presidente, vai para o município cuja Defesa Civil está organizada. Ou seja, 1/3 vai para o município de origem em que a defesa civil estiver organizada. Se acontecer um desastre, uma calamidade, um vendaval, por exemplo, a cidade disporá de um recurso na hora, porque a Defesa Civil organizada estará cuidando disso. O indivíduo é motivado até a fazer o seguro, porque uma parte volta para o seu município. Se o seguro for maior, o Estado estará preparado, porque sua Defesa Civil estará organizada. Se ainda assim faltar, a Defesa Civil Nacional organizada estará preparada. Aí, nós podemos atender às demandas com mais rapidez. Essa é a proposta, Sr. Presidente e nobres colegas. Por isso, deixo a proposta. Estou fazendo-a chegar à Mesa, e espero que a tramitação tenha seqüência, espero a concordância dos nobres colegas.

(Interrupção do som.)

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC) – Sr. Presidente, um pouco mais de tolerância.

Senador Valadares, a tolerância de V. Ex^a é com as calamidades que acontecem no Brasil. É por isso que eu concludo, fazendo, novamente, um apelo. E apresentando à Casa essa proposta, que sei que será de grande relevância para todos nós no Brasil.

Era essa a proposta e era o que eu queria dizer, Sr. Presidente e nobres colegas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Alvaro Dias, para uma comunicação inadiável, concedo a palavra a V. Ex^a, por cinco minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Antonio Carlos Valadares, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, a Oposição tem enfatizado a sua postura de responsabilidade pública diante da crise em diversos pronunciamentos desta tribuna do Senado Federal.

A par da crítica que estamos formulando reiteradamente porque o Governo, a meu ver demonstrando excesso de confiança ou irresponsabilidade, não assumiu uma postura de rigor em relação à grandeza da crise que atormenta o mundo, no dia de hoje o pessimismo está de volta com turbulências no sistema financeiro internacional.

Nosso Governo timidamente encaminha ao Congresso Nacional uma medida provisória como se por si só fosse capaz de resolver todos os nossos problemas, tranquilizando a Nação brasileira. É evidente que a Oposição deseja aprovar todas as medidas legislativas necessárias para que o Governo tenha os mecanismos indispensáveis para o enfrentamento da crise.

Por isso pretendemos melhorar a medida provisória, que chegou já ao Congresso Nacional, com a apresentação de algumas emendas que consideramos indispensáveis. A primeira delas tem por objetivo preservar ou resguardar os interesses e direitos dos correntistas das instituições financeiras que serão beneficiadas pela Medida Provisória 442.

O Governo transferiu ao Banco Central poderes excepcionais e não procurou adotar mecanismos de proteção aos brasileiros. É evidente que queremos a salvação de bancos ameaçados, mas não podemos, de forma alguma, permitir que os brasileiros, correntistas, aplicadores, corram o risco de sofrer prejuízos que poderão se tornar irreversíveis. Este País já viveu esse drama.

Uma outra emenda procura resguardar o Banco Central. Resguardar o Banco Central de aceitar moedas podres como garantia das operações de redesconto. Esse cuidado foi adotado na Medida Provisória nº 1.182, de 95, do Governo Fernando Henrique Cardoso, que criou o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional, o chamado Proer. O Governo Lula copia instrumentos adotados no Proer de Fernando Henrique Cardoso, mas copia mal. Não adota os mecanismos de proteção que aquela medida provisória adotou.

Uma outra medida provisória procura evitar que ocorra a estatização de instituições financeiras pelo Banco Central. A estatização é uma possibilidade, pois essa medida provisória permite que sejam oferecidas ações da instituição financeira – ações ordinárias – como garantia das operações de empréstimo.

Caso os empréstimos não sejam pagos, e as garantias em ações da instituição executadas, tem-se a possibilidade de o Banco Central, de o Governo, portanto, tornar-se acionista majoritário dessas instituições financeiras. O que pretendemos com essa emenda é exatamente evitar a estatização de bancos.

E, por último, Sr. Presidente, uma emenda que procura preservar este patrimônio do trabalhador brasileiro, que é o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. O Governo do Presidente Lula, que foi operário, Senador Mão Santa, não teve esse cuidado. Abrir mão da exigência de regularidade dos banqueiros no recolhimento do FGTS para poderem se beneficiar...

(Interrupção do som.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – ...dessa medida provisória que institui o Proer do Lula é negar aos trabalhadores aquilo que foi conseguido a duras penas. Além disso, percebe-se no texto que, até para confiar, o atual Governo é ruim. Não há como admitir colocar-se nas costas dos trabalhadores brasileiros mais essa fatura para salvar instituições financeiras em perigo, em razão da crise financeira que assola os principais países do mundo.

Portanto, Sr. Presidente, são propostas que estamos apresentando – eu sei que outros colegas Senadores também o fizeram; o Senador Tasso Jereissati também apresentou uma proposta de emenda – com esse cuidado. Resumindo: a preservação dos direitos dos brasileiros, correntistas, depositantes, aplicadores, mas também preservando o interesse público, com a preservação do dinheiro público aplicado, impedindo que o Banco Central seja depositário de moedas podres no momento de efetuar operações de redesconto pelos bancos beneficiados com esta medida provisória.

Portanto, Sr. Presidente, a Oposição está disposta a colaborar, quer colaborar, é nossa responsabilidade dar suporte ao Governo aprovando rapidamente medidas legislativas para o enfrentamento desta crise. Mas queremos também que o Governo nos ouça.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Sr. Presidente, pela Liderança do PSDB, eu solicito a minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – V. Ex^a está inscrita. Eu gostaria que providenciasse o requerimento do Partido de V. Ex^a.

O próximo orador inscrito é o Senador Neuto De Conto, que permutou com o Senador Casildo Maldaner.

O SR. NEUTO DE CONTO (PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srs. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o final da semana foi recheado de reuniões importantes nos Estados Unidos e na chamada Zona do Euro. Em Washington, a Assembléia Anual do Fundo Monetário Internacional, FMI, e do Banco Mundial contou com representantes da área econômica de mais de cem países. Separadamente, também em Washington, dois outros encontros

de grande repercussão foram realizados: o do G-7 e o do G-20, do qual faz parte o Brasil.

Na França, os representantes dos 15 países da União Européia do G-15, que têm o euro como moeda, firmaram, no final da segunda-feira, um pacto para salvar o sistema bancário da bancarrota.

O Presidente francês, Nicolas Sarkozy, que foi o anfitrião, afirmou que a decisão não representa nenhum presente para os bancos, e sim uma medida de emergência para ajudar o mundo a sair da crise.

O pacote europeu foi aprovado com 14 itens e envolve a soma de 1 trilhão e 700 bilhões de euros, cerca de 2 trilhões e 200 bilhões de dólares. O ponto mais importante é o que garante os créditos interbancários até 31 de dezembro de 2009.

Logo na abertura da plenária do FMI, o Diretor-Gerente da entidade, o alemão Dominique Strauss-Kahn, que esteve de mau humor durante toda a semana, declarou que o encontro era uma grande oportunidade para se discutirem “as intensas preocupações sobre o resgate de algumas das maiores instituições financeiras dos Estados Unidos e da Europa que empurraram o sistema financeiro global para perto do derretimento sistêmico”. Segundo ele, se, ao final dos debates, os participantes conseguissem apontar um caminho viável para uma nova estratégia econômica mundial, a reunião deveria ser vista como um grande sucesso, porque a economia mundial estaria entrando em recessão e não poderia mais esperar.

Não muito longe dali, pouco antes do início da abertura da reunião do FMI e logo depois de se reunir com os Ministros das Finanças do G-7 – grupo formado pelas sete economias mais desenvolvidas, Estados Unidos, Canadá, Japão, França, Itália, Alemanha e Reino Unido –, o Presidente George W. Bush, em tom de desespero, fazia mais um discurso nos jardins da Casa Branca. Sem muito brilho, como de costume, e amargando o pior momento de sua interminável gestão, o Presidente americano procurava mais uma vez alertar todos os países sobre a dimensão da crise, que já se alastrou de maneira incontrolável pelos quatro cantos do mundo.

É importante destacar, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que o Presidente Bush, hoje completamente desgastado perante a opinião pública norte-americana, poderia ter evitado as consequências globais dessa crise, mas perdeu a grande oportunidade. Ao ser anunciada há pouco mais de seis meses, ela já vinha sendo nutrida há muito tempo pela desorganização do Sistema Financeiro Internacional, pela especulação desvairada, pelo consumo compulsivo e pela falta de responsabilidade dos governos dos países ricos. O detonador foi o anúncio da quebraadeira das carteiras

hipotecárias das principais instituições bancárias americanas. Na ocasião, o Presidente americano relegou a questão a um segundo plano. Não tomou as providências necessárias, subestimou a gravidade do problema e contribuiu para espalhar as turbulências.

Agora, o principal articulador do Governo americano para a crise, Sr. Henry Paulson, Secretário do Tesouro dos Estados Unidos, em uma verdadeira maratona, correu às pressas em busca de apoio internacional. Durante toda a semana passada, o Brasil foi alvo desse assédio quando lhe foi solicitada uma interferência para a realização de uma reunião do G-20, como de fato aconteceu no final de semana, como fiz alusão no início deste discurso. A pauta das discussões desse grupo incluiu as questões de liquidez, proteção ao capital dos investidores, respostas macroeconômicas para garantir o bom funcionamento da economia global, ambiente regulatório e reformas de longo alcance para modernizar a estrutura financeira mundial e combater outras fragilidades do sistema.

Em meio a todo esse esforço empreendido pelo articulador americano, o que nos chama mesmo a atenção é a generosidade repentina dos Estados Unidos em relação ao futuro do comércio internacional. Segundo ele, daqui para frente, os Estados Unidos estão dispostos a combater o protecionismo. Afirma que: “Grande parte da força de nossa economia se baseia em sua abertura ao comércio internacional e ao investimento. Os Estados Unidos continuarão comprometidos com as resistências às pressões protecionistas”. Ora, essa declaração americana, em meio à profunda crise que estamos atravessando, no final do mandato do Presidente Bush e após tantos e tantos clamores feitos na rodada de Doha, merece no mínimo ser entendida como uma piada de mau gosto.

Em nenhum momento, Sr. Presidente, Srs. Senadores, os Estados Unidos deram ouvidos aos apelos feitos pelos países em desenvolvimento, que estão cansados de pedir a diminuição dos pesados subsídios agrícolas que são concedidos aos seus agricultores e a redução da salgada taxa de *commodities* em seus portos de desembarque. Aliás, não é necessário dizer que os Estados Unidos e a União Européia são os maiores responsáveis pelo fracasso da última negociação da rodada de Doha, que se realizou há mais ou menos três meses.

Durante o conclave do G-20, o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, aproveitou o seu tempo para responsabilizar os países ricos pelo péssimo momento econômico que o mundo atravessa e para criticar o FMI. Na opinião do Ministro, a economia mundial é vítima da especulação intensa e desordenada dos mercados

financeiros, de supervisão inadequada e de mecanismos deficientes de resolução de crises.

Para ele, a ausência desses instrumentos de política econômica levou todos os países a sofrer amargamente com a pior debacle já vista desde a crise de 1929. O Ministro Mantega admitiu que os países em desenvolvimento estão sendo crescentemente afetados pela reviravolta dos mercados. No entanto, esqueceu-se de estender seus comentários às dificuldades que a economia brasileira já está enfrentando e às perspectivas sombrias que teremos de enfrentar em 2009.

Os especialistas já contam com redução da atividade econômica...

(Interrupção do som.)

O SR. NEUTO DE CONTO (PMDB – SC) – Os especialistas já contam com redução da atividade econômica no próximo ano, taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de no máximo 2,5%, queda no nível das exportações, diminuição dos investimentos internos e da entrada de capitais externos, aumento do preço dos insumos industriais e agrícolas, aumento das taxas de juros, aumento da taxa de desemprego e ameaça de volta da inflação. Em relação à desvalorização do real, acreditam que o dólar poderá estacionar entre R\$2,00 e R\$2,20. Porém, entendem que, se o dólar continuar subindo acima desse patamar, a moeda americana causará um estrago monumental nas bases econômicas do País.

(Interrupção do som.)

O SR. NEUTO DE CONTO (PMDB – SC) – Em menos de um mês, o Banco Central recorreu ao cofre das nossas reservas internacionais, de pouco mais de US\$200 bilhões, e sacou R\$160 bilhões para socorrer o Sistema Financeiro Nacional (SFN), para suprir a falta de dinheiro no mercado e para garantir as instituições de pequeno porte. Segundo o jornal *Valor Econômico*, a grande questão a ser levantada é a seguinte: até onde o Banco Central pode usar as reservas de US\$208 bilhões para equilibrar o mercado e minimizar os estragos da crise mundial? De acordo com o mesmo jornal, o limite para gastos seria de US\$20 bilhões.

(Interrupção do som.)

O SR. NEUTO DE CONTO (PMDB – SC) – O consumidor brasileiro também já está sofrendo com o aumento das taxas de juros para empréstimos, com as dificuldades de obter esses créditos, com a retração do mercado de carros novos, com a alta dos produtos do consumo diário nas prateleiras dos supermercados, com o sobe-e-desce da Bolsa de Valores e com a cotação do dólar, que fechou a noite de segunda-feira em R\$2,15.

Nobres Sr^{as} e Srs. Senadores, a primeira lição que se pode aprender com essa crise é que os mercados não podem mais funcionar de maneira anárquica, a especulação absurda não pode mais ser tolerada, o consumo compulsivo não pode mais ser permitido, os governos não podem mais ser negligentes, e os Estados Unidos não decidem mais nada sozinhos. Certamente a crise está revelando novos atores no cenário internacional de poder. De um lado, os tradicionais, os Estados Unidos e a União Européia, e do outro, os novos atores, os chamados BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China), que poderão ser as novas grandes potências econômicas e industriais neste século XXI.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente e Srs. Senadores.

Agradeço pela tolerância do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Concedo a palavra à Senadora Fátima Cleide, pela Liderança do PT.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Pela Liderança do PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, muito já foi falado no dia de hoje, principalmente na sessão solene, da qual não tive oportunidade de participar, e hoje à tarde, vários oradores que me antecederam também já puderam fazer suas homenagens com relação ao Dia do Professor.

Como professora, como educadora, como funcionária de escola, não poderia, Sr. Presidente, deixar passar em branco esta data sem também trazer aqui a este Plenário, a esta tribuna, algumas reflexões. Alegro-me o fato de muitos dos que me antecederam terem colocado também as suas contribuições e as suas reflexões na mesma linha.

Aqui, todos temos um consenso de que a educação é um instrumento de cidadania, de liberdade e, portanto, a necessidade da educação é consenso entre todos nós.

Falamos em educação, exigimos educação, lembremos a importância da educação para a evolução material e espiritual de seres humanos.

A educação é a grande esperança de construção de uma nova sociedade, fruto de uma nova humanidade, mais justa, mais fraterna.

É ainda a esperança de uma sociedade que saiba respeitar os direitos humanos e ambientais.

Essa educação deve ser a pauta nacional, para permitir que cada brasileiro e que cada brasileira tenham igualdade de oportunidades, um direito básico de cidadania!

A redução da taxa de analfabetismo na faixa etária de 15 anos ou mais, conforme os resultados da Pnad 2007, divulgados pelo IPEA, no dia ontem, são

uma pequena conquista ainda, infelizmente, dessa caminhada.

A queda de 0,4%, em relação a 2006, fez recuar esse índice para 10%.

Analisando, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a série histórica, constatamos que, nos últimos 14 anos, a taxa de analfabetismo reduziu-se em 7,2 pontos percentuais, com uma média anual de redução de cerca de 0,5 pontos percentuais.

Houve, também, uma ligeira ampliação do número médio de anos de estudo da população de 15 anos ou mais, sendo que a média nacional atingiu 7,3 anos, aquém ainda dos 8 anos de estudos estabelecidos como escolarização mínima na Constituição Federal.

Nesse quesito, é terrível a diferença entre a população negra, com uma média nacional de 6,4 anos de escolaridade, e a população branca, com 8,2 anos de escolaridade.

Somente com a educação, a diversidade humana irá se manifestar em plenitude.

É importante salientar que o número médio de anos de estudo sofre com a incidência do elevado analfabetismo entre adultos e idosos, sendo que, quanto maior for a idade, menor é a média de anos de estudo, conseqüência evidente dos anos de descaso com a educação pública.

Essa situação exige um amplo e decidido investimento em Educação para Jovens e Adultos.

O hiato educacional, ou seja, o indicador que mede a quantidade de anos de estudos que, em média, faltam aos brasileiros que estão abaixo da meta da educação obrigatória por faixa etária, mostra um decréscimo, sendo que, para a população com mais de 30 anos, o hiato caiu de 5,6 anos para 5,1 anos – muito abaixo da meta, portanto –, enquanto para a população de 15 a 17 anos, ela passou de 4 para 2,8, números que revelam a dificuldade da população adulta em participar de programas educacionais e da elevada evasão e repetência no período escolar.

Uma boa notícia encontrada nos indicadores do Pnad são os avanços em relação a 2006 na taxa de escolarização por faixas etárias.

A faixa de 0 a 3 anos teve o maior incremento absoluto (1,7 p.p.), de modo que a taxa de escolarização nessa faixa etária ampliou-se para 17,1%. Para as crianças de 4 a 6 anos, continua a ampliação da escolarização (1,6 p.p.) em relação a 2006. Nesse caso, é plausível supor que esse aumento esteja relacionado com a mudança no quadro legal, que este Congresso tanto contribuiu para que ocorresse e que ampliou o ensino fundamental para nove anos, com início aos seis anos de idade, e especialmente com o incremento dos recursos financeiros por meio do Fundo de Manu-

tenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, que hoje atende, inclusive, ao ensino infantil.

Na população de 7 a 14 anos, houve pequeno decréscimo de 0,1 p.p., o que fez com que a média nacional atingisse 97,6%. Considerando que, nesse caso, o índice já se aproxima da universalização, a tendência futura será de pouca variação.

Entre os jovens de 15 a 17 anos, também houve decréscimo de 0,1 p.p. Nessa faixa, observa-se uma grande oscilação do indicador durante o decorrer dos anos, com movimentos de pequenas quedas e subidas.

A educação, Sr. Presidente, é uma atividade social realizada sempre coletivamente. Esse fazer coletivo reúne – e assim deve ser – a família e a escola.

Os avanços conquistados nestes últimos anos são conseqüência do envolvimento da sociedade, da família com a escola.

É principalmente na escola que iremos encontrar o professor e a professora, que, por muitos anos, acompanharão cada um dos alunos e terão influência nas decisões da vida de cada um.

E, por isso, muitos foram lembrados aqui, no dia de hoje, inclusive nominalmente.

Em todo o Brasil, os professores lutam pela adoção imediata do Piso Salarial Profissional Nacional, uma conquista da sociedade brasileira que foi devidamente acatada por este Congresso Nacional e pelo Governo Federal, pelo Presidente Lula, que transformou em lei o Piso Salarial Profissional Nacional. Como diz a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – faço minhas suas palavras:

“A verdadeira homenagem que podemos prestar aos educadores é a valorização e o investimento em qualificação e profissionalização. Educação de qualidade se faz com investimentos nos profissionais da área. Não dá para aceitar o discurso de governantes que se dizem defensores da educação e barram o piso sob a alegação de que não há recursos para bancá-lo”.

Aqui já foram, inclusive nesta tarde, relatadas pelo Senador Paulo Paim e pelo Senador Osmar Dias, as dificuldades que estão sendo encontradas em diversos Estados brasileiros para a negociação da inicialização do pagamento do piso a partir de janeiro de 2009 – não é nem agora.

O Piso Salarial Nacional, Srs. Senadores, é a peça-chave no processo de construção do ensino de qualidade no Brasil.

Neste dia 15 de outubro, ao comemorarmos o Dia do Professor, quero homenagear estes profissionais da educação, pela dedicação cotidiana, mesmo sob situações adversas: os professores das aldeias

índigenas, onde muitas vezes faltam as condições mínimas de infra-estrutura, que, apesar disso, buscam levar a descoberta do mundo para as crianças de sua etnia, para somar conhecimentos e compartilhar culturas sem perder a identidade; os professores das comunidades ribeirinhas, dos beiradões do Brasil, que superam as dificuldades com garra e criatividade; os professores das periferias, que sofrem junto com seus alunos a violência da sociedade, fruto do preconceito e do descaso; os professores das séries iniciais, que muitas vezes são a única referência estruturada no universo infantil, que sofrem com famílias desfeitas ou em situação de risco; os professores da educação básica, que despertam nos jovens a curiosidade na busca pelo conhecimento; os professores da educação profissional e tecnológica, que formam profissionais das mais diversas áreas, preparando-os para o mercado de trabalho; os professores universitários, mestres e doutores, que orientam os jovens no mundo da ciência e da razão.

Homenageio esses e tantos outros que não pude citar e que fazem da educação uma realidade e caminhem passo-a-passo rumo ao Brasil que todos buscamos, Sr. Presidente.

Precisamos reconhecer a importância do professor para podermos investir em educação.

Espero, Sr. Presidente, que, nos outros 364 dias do ano, os profissionais da educação sejam lembrados e recebam o tratamento digno que merecem, principalmente por parte desta Casa. Afinal, educação não pode ser apenas discurso.

Hoje mesmo somos todos nós chamados a legislar cada dia um pouco mais, inovando, como fez recentemente o Senador Osmar Dias, ao propor que os recursos do Fundeb não sejam incluídos na receita líquida dos Estados. Não podemos nós aqui nos curvamos à vontade única de Governadores, de governantes que, na hora de fazer a campanha política...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Vou conceder mais um minuto a V. Ex^a.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Falam tanto na importância da educação, mas, no dia-a-dia, agem como sempre agiu a elite branca deste País: com desdém, quando se trata de inovar na valorização daqueles que fazem a educação no dia-a-dia.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem) – Na condição de Líder da Minoria, eu gostaria de consultar V. Ex^a se hoje haverá Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Até o presente momento, não recebi nenhum comunicado da Presidência.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Ficou acertado entre as lideranças que a Ordem do Dia seria...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Agora mesmo a nossa Assessoria vai entrar em contato com o Senador Garibaldi para dar a informação a V. Ex^a e à Casa se teremos Ordem do Dia.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Enquanto isso não acontece, vamos concedendo a palavra aos oradores inscritos.

Senador César Borges, por dez minutos, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, venho a esta tribuna manifestar a minha preocupação, Sr. Presidente, com o reduzido número de registro de arma de fogo no País.

O jornal **Folha de S. Paulo** de ontem traz matéria que atesta que, um mês depois de o Ministério da Justiça lançar campanha publicitária de R\$6 milhões para estimular o registro de arma de fogo, a Polícia Federal contabilizou o registro de apenas 5.602 armas e o cadastramento de outras 12.706. Muito pouco, Sr. Presidente.

Aqui está o ex-Presidente desta Casa Renan Calheiros, que foi um dos idealizadores do chamado Estatuto do Desarmamento, que, lamentavelmente, na prática, na sua aplicação, não tem alcançado aquilo que se imaginava, porque tem que haver vontade política, recursos para aplicação.

Nós fizemos a nossa parte, o Legislativo, mas quem faz a aplicação da lei é o Executivo, é o Judiciário.

O problema, Sr. Presidente, é que o prazo para registro de arma na Polícia Federal já se esgotou por duas vezes desde a sanção do Estatuto do Desarmamento em 2003, e atualmente esse registro deve ser efetuado até o dia 1º de janeiro de 2009. Ou seja, leniência e morosidade para efetivar as punições que estão previstas no Estatuto do Desarmamento no tocante ao

porte de armas ilegais: criminalização do porte e detenção de um a três anos, além da multa.

Veja bem, Sr. Presidente, é a arma ilegal. Ninguém está falando daquela arma que está registrada, que está legalizada. Não é nem o desarmamento do cidadão; é a arma ilegal. E a arma ilegal está, na sua grande maioria, na mão dos criminosos. E a violência em todo o País, lamentavelmente, só tem feito aumentar nos últimos anos, em especial, nos grandes centros urbanos.

Sr. Presidente, as conseqüências para a população são extremamente nefastas. Todos os dias, cem brasileiros perdem a vida por causa de uma arma de fogo. São 19 mortes por ano, para cada grupo de 100 mil habitantes. No Brasil, as armas de fogo matam mais do que doenças respiratórias, cardiovasculares, câncer, Aids e acidentes de trânsito.

O elevado número de armas em circulação, somado ao pouco controle sobre quem vende, quem compra, e como elas são utilizadas, e a uma cultura que valoriza a arma como instrumento de poder e defesa, contribui, lamentavelmente, para essa tragédia cotidiana. Segundo pesquisa da ONG Viva Rio, existem cerca de 8,4 milhões de armas ilegais no País.

O Estatuto do Desarmamento representou importante avanço sobre o uso indiscriminado de arma de fogo, e os resultados foram sentidos. De acordo com dados do Ministério da Saúde, o número de mortes provocadas por essas armas reduziu-se mais de 10% entre os anos de 2003 e 2006. No entanto, a aprovação do Estatuto do Desarmamento, esse dispositivo legal, não foi suficiente para poupar os milhares de vítimas que a cada ano se acumulam, gerando perdas irreparáveis para as suas famílias.

É preciso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, atuar em várias frentes. Primeiro, é necessário intensificar as campanhas publicitárias, os instrumentos educacionais que alertam sobre os riscos e as conseqüências do uso de armas de fogo. Um bom referencial é a grande variedade de mecanismos de combate, por exemplo, ao cigarro, ao tabagismo, que hoje o País utiliza de forma intensa e que tem tido excelentes resultados, poupando milhares de vidas de brasileiros. Nós também conseguimos, no Brasil, praticamente debelar a poliomielite, o sarampo e outras doenças com campanhas de vacinação duradouras e persistentes. Portanto, se fizermos de forma idêntica e aplicarmos recursos idênticos, o País vai reduzir também a demanda por arma de fogo e poupar muitas vidas de brasileiros, principalmente da nossa juventude, pois a incidência se dá principalmente nos jovens de 18 a 24 anos.

Por outro lado, também é preciso agir no âmbito da oferta, fazendo o combate ao contrabando. É

preciso fiscalizar a produção, a venda, a exportação, a importação de armas e de munições para que não haja desvios. Além disso, é preciso efetuar o controle de estoques, que pode ser eficaz com a destruição dos excedentes de armas e com o impetuoso programa de entrega voluntária e mesmo de fiscalização, para que o Governo possa, somando esforços dos entes federativos – Governo Federal, Governos Estaduais e até Municipais – fazer a verificação de quem está circulando com arma ilegal, arma que não foi registrada e que normalmente – volto a repetir – não é usada pelo cidadão de bem. O cidadão de bem quer sua autodefesa, tem sua arma registrada, tem seu porte de arma. É diferente de quem tem arma ilegal. Normalmente, está na mão da criminalidade. E, pelo Estatuto do Desarmamento, a pessoa pode ser criminalizada imediatamente pelo uso da arma de forma ilegal, sem registro, sem porte.

Por outro, também é preciso agir pelo lado da oferta. Nesse sentido, defendo que a campanha do Governo Federal seja sempre uma campanha de fiscalização, de recolhimento de armas ilegais, que a campanha não deixe a ilegalidade fazer mais vítimas, seja prorrogada e seja intensificada.

Além disso, é preciso retomar os exemplos bem-sucedidos feitos pela própria propaganda oficial, que mostrou que o destino das munições, das armas sempre vai de encontro às vidas humanas, não vai em salvamento de vidas humanas, mas sim em perdas de vidas humanas. E são pais de família, são filhos, são jovens, são arrimos de família. São perdas irreparáveis. Uma vida humana não é recuperada nunca mais. Muitas vezes, perde-se uma vida humana por um motivo fútil. Há uma estatística de que os homicídios por arma de fogo se dão no final de semana, aos sábados, aos domingos, porque, às vezes, a população está no seu lazer, desprotegida da criminalidade que está armada, e há uma incidência maior do homicídio por arma de fogo.

Diante do número de vítimas e do problema social que é gerado, advogo, Sr. Presidente, que o Governo Federal, pelo Ministério da Justiça, deve e pode alocar mais recursos para as campanhas educativas e mesmo para as indenizações, para compensar a entrega das armas ilegais. Desde 2004, essas indenizações somaram apenas R\$ 41 milhões, o que é muito pouco, com uma média anual de pouco mais de R\$ 8 milhões.

Portanto, Sr. Presidente, o controle do uso de armas passa pelo fortalecimento do Estatuto do Desarmamento, impedindo, inclusive, Sr. Presidente, a proliferação de agentes públicos ou privados que possam ter acesso ao porte de armas. É estranha a quantidade de agentes públicos hoje que querem ter

o porte de arma. São pessoas que nunca o tiveram, mas hoje todos querem andar armados. Chego a dizer, Sr. Presidente, que querem transformar o Estatuto do Desarmamento em “Estatuto do Armamento” e que parece que a saída para combater a violência no País seria todos andarem armados. Pelo amor de Deus, isso não é saída! Não pode ser! A segurança é um direito do cidadão e um dever do Estado.

O Estado tem que investir para combater a violência, que está muito na arma de fogo que tira a vida humana.

Portanto, Sr. Presidente, reafirmo essa minha posição. Estive nesta tribuna no dia 24 de setembro e fiz um pronunciamento da mesma forma que faço hoje, porque fui o Relator do Estatuto do Desarmamento. Vi uma aprovação belíssima nesta Casa e na Câmara dos Deputados; praticamente por unanimidade, Senador Jefferson Praia, foi aprovado o Estatuto do Desarmamento. Mas a implementação não depende do legislador. Fizemos a nossa parte; era uma aspiração da sociedade nacional. Depois a coisa cai no esquecimento, não há a devida aplicação da legislação. E, então, o que nós temos? A sociedade de sobressalto e as mortes dos nossos jovens, dos nossos filhos, dos arrimos de família.

O Senador Sérgio Zambiasi quer usar da palavra. Com muito prazer, concedo um aparte.

O Sr. Sérgio Zambiasi (PTB – RS) – Senador César Borges, comungo com V. Ex^a da preocupação em relação ao problema das armas. Porém, o problema das armas ilegais.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA) – É disso que estamos tratando.

O Sr. Sérgio Zambiasi (PTB – RS) – O problema do contrabando, Senador César Borges. Eu pertenço a um Estado fronteiriço. O Rio Grande do Sul faz fronteira com o Uruguai e com a Argentina. Semanalmente, a polícia apreende contrabandos que vêm daquelas regiões. Piores são as outras fronteiras, com o Paraguai e a Bolívia. Eu estou chamando a atenção para que possamos discutir com mais intensidade os nossos problemas de fronteira. O Brasil possui 15.600Km de fronteira com 10 países sul-americanos. A fiscalização, por mais que a Polícia Federal e o Exército se esforcem, não é suficiente para conter especialmente o contrabando de armas e de drogas, porque uma coisa está ligada à outra. A droga vendida lá nos morros do Rio ou nos morros de Porto Alegre é a que entra pelas nossas fronteiras. Boa parte das armas usadas pelos bandidos, seja das periferias da capital gaúcha ou da capital baiana ou do Rio de Janeiro, também entra nos contrabandos das fronteiras. Então, penso que temos de encontrar medidas para combater este

que é um dos mais graves e sérios problemas, o problema das nossas fronteiras, que, por mais esforço que a nossa Polícia Federal ou o próprio Exército faça, ainda assim há verdadeiras vastidões disponíveis para o contrabando, permitindo que esse problema avance. A Senadora Marisa Serrano e eu propusemos no Parlamento do Mercosul e na Comissão Mista do Mercosul do Congresso Nacional um amplo estudo sobre a questão de fronteiras. E, enquanto não trouxermos para este Plenário, para o Plenário do Congresso, para a pauta do Governo Federal, do Executivo, a questão de fronteiras, vamos ficar com esse problema latente, seja das drogas ou das armas, porque, como disse, os que mexem com as armas são os que mexem com as drogas, e vice-versa, e infelizmente o problema se acentua. Vemos pessoas inocentes morrendo todos os dias, crianças vítimas das ditas balas perdidas e por aí vai. Esse é um tema que tem de ser trabalhado em plenário constantemente, para que tenhamos a questão na Ordem do Dia, de maneira que nós, Parlamentares, nos conscientizemos ainda mais, e o Governo e o Executivo também. Cumprimento V. Ex^a, mais uma vez, pelo pronunciamento, porque ele traz a questão para a Ordem do Dia, o que é muito importante.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA) – Agradeço pelo aparte de V. Ex^a, Senador Sérgio Zambiasi, que vem ao encontro do meu pronunciamento. Estamos tratando aqui exatamente das armas ilegais, até porque, se a arma é comercializada legalmente, ela terá de passar por um protocolo, por uma burocracia, pelo registro, o que vai exigir uma série de documentos de comprovação de idoneidade de quem vai usá-la.

Houve um referendo e a população disse que a comercialização deve persistir, mas a comercialização da arma legal. Estamos tratando da arma ilegal. Essa arma está, em sua grande maioria, de posse de marginais e, como disse V. Ex^a, vem por contrabando. Onde há droga, há arma e vice-versa. É preciso que o aparato policial brasileiro, seja ele federal, estadual e, eventualmente, municipal, das guardas municipais, possa dar segurança à nossa população.

É isso que nós estamos pedindo. Votamos aqui, inclusive, uma permissão constitucional para que as Forças Armadas pudessem participar de operações nas fronteiras de combate à criminalidade, ao crime organizado, ao contrabando de armas, de drogas. Mas, lamentavelmente, essas coisas são faladas, são conversadas, volta-se ao Estatuto do Desarmamento. Então o avanço é lento e, enquanto o avanço é lento, são milhares de vidas perdidas, de jovens, de cidadãos brasileiros.

É esse o meu pronunciamento, Sr. Presidente. E o encerro, dizendo que é preciso regular rigorosamente

a circulação de armas de fogo, que deve estar sempre atrelada ao desestímulo do uso por parte da população, em especial o uso ilegal. E há hoje um diploma legal, que é o Estatuto do Desarmamento.

Se não for colocado em prática, não será por culpa do Parlamento, mas porque faltou vontade política do Executivo ou do Judiciário.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. César Borges, o Sr. Antonio Carlos Valadares, suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente.

Durante o discurso do Sr. César Borges, o Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Renan Calheiros, que falará na qualidade de Líder do PMDB.

Após a palavra do Senador Renan Calheiros, iniciaremos a Ordem do Dia.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Pela Liderança do PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, educar é um trabalho de grande impacto social, com repercussão direta no desenvolvimento do País. Seria impensável uma nação sem escolas, sem estudo e sem professores.

Neste 15 de outubro, é comemorado o Dia do Professor. Foi nesta data, em 1827, dia consagrado à educadora Santa Teresa D'Ávila, que Dom Pedro I baixou um decreto imperial, criando o Ensino Elementar no Brasil, mas, somente em 14 de outubro de 1963, a data foi oficializada nacionalmente como feriado escolar.

E o que diz, Sr. Presidente, a lei a respeito da atividade docente? A Constituição Federal é clara:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: (...)

V – valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos [aos das redes públicas]; (...)

Daí vem a pergunta: Como pôr em prática esses princípios ou, em outras palavras, como valorizar os profissionais de ensino?

Um salário justo, Sr^{as} e Srs. Senadores, é uma expectativa legítima, um plano de carreira também o é.

Mas não basta a remuneração para o desenvolvimento pleno do professor. Há necessidade de se prover o profissional de estrutura física, tecnológica e intelectual para o melhor desempenho em sala de aula.

Como item prioritário, está o investimento na formação e capacitação contínuas para o trabalho.

Essa é a recomendação internacional da Unesco, órgão das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, desde o ano de 2000.

Aqui no Brasil, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, podemos analisar a educação sob a óptica da “Síntese dos Indicadores Sociais 2008”, do IBGE.

O levantamento aponta que a taxa de analfabetismo das pessoas com mais de 15 anos caiu de 14,7 para 10%. Mas persiste, Sr^{as} e Srs. Senadores, um elevado número de pessoas que não sabem ler ou escrever: mais de 14 milhões de analfabetos. Destes, nove milhões eram negros e pardos e mais da metade residia no Nordeste.

Melhorou, Sr. Presidente, nesse período o percentual de estudantes que cursavam nível médio na idade adequada, de 15 a 17 anos, passando de 26,6% para 44,5%.

A pesquisa mostra que o alto índice de frequência à escola nem sempre se traduz em qualidade de aprendizado. Em 2007, pouco mais de 2 milhões de crianças, de 7 a 14 anos de idade, freqüentavam escola e não sabiam ler e escrever.

A síntese revelou que, nesses dez anos, subiu de 53,6% para 57,1% o percentual de mulheres entre os universitários.

Em Alagoas, Sr. Presidente, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, também do IBGE, detectou avanços.

Em 2007, o Estado foi o que obteve a maior alta percentual no que diz respeito à taxa de escolarização entre crianças de 4 a 5 anos, pulando de 61,8% para 69,3%, com um total de 78 mil crianças na escola. Tenho acompanhado este tema com extrema atenção, aqui no Senado Federal.

Neste ano, o Congresso Nacional aprovou e o Presidente da República sancionou, em julho passado, a lei que estabelece o Piso Nacional dos Professores. Esta, Sr. Presidente, era uma antiga bandeira das entidades representativas dos trabalhadores em educação. Sua implantação tem sofrido resistências em algumas regiões do País, porque alguns Estados e Municípios querem flexibilizar a interpretação da nova lei.

Sabemos que nosso País tem diferenças extremas entre as regiões mais ricas e mais pobres, mas não podemos colocar em risco uma conquista histórica e democrática como o piso salarial dos professores.

Acabamos de passar por eleições municipais. E é extremamente oportuno que vereadores e prefeitos eleitos, ou reeleitos, assumam este compromisso: um ensino público de qualidade.

É preciso a educação estar na pauta de prioridades dos Municípios brasileiros.

Os eleitos têm que assumir seus cargos com responsabilidade e dar um salto na educação, porque simplesmente não existe outro caminho para o Brasil.

É necessário respeitar os direitos dos educadores. Por isso, Sr. Presidente, os eleitos devem começar a implantar o piso salarial o mais rapidamente possível e oferecer escolas com boa infra-estrutura, na quais o educador tenha melhores condições de ensinar e o aluno, de aprender também.

Trago, Sr. Presidente, este assunto a esta tribuna com a mesma sinceridade, com a mesma legitimidade com que o levei para todos os palanques que freqüentei nas campanhas municipais.

Alagoas, o Estado que tenho a honra de representar no Senado Federal, tem passado por momentos difíceis, todos sabem, como todos os Estados do Nordeste. Enfrentamos uma greve de professores, e as reivindicações da categoria eram sempre muito justas. Acompanhei de perto todo o processo de negociação da luta pela isonomia salarial dos professores alagoanos e colaborei modestamente com a sua implantação.

Já em Brasília, Sr. Presidente – e já encerro –, conversei em diversas oportunidades com o Presidente da República, com o Ministro da Educação, Fernando Haddad, e com a Ministra Dilma Rouseff.

Aliás, por falar em Ministro da Educação, S. Ex^a revolucionado verdadeiramente o ensino no País. As reformas que ele tem implantado em todos os níveis, em todas as esferas públicas surtem efeito a cada dia e estão expressas nos números positivos da educação nacional.

Mantivemos também contatos com os sindicatos, com os trabalhadores, com o Governador de Alagoas, Teotônio Vilela Filho, e com o Arcebispo Metropolitano de Maceió, Dom Antônio Muniz.

Merece aqui uma homenagem especial – já estou encerrando, para facilitar o trabalho de V. Ex^a – a professora Lenilda, que foi candidata ao Governo do Estado e é um verdadeiro símbolo alagoano desta luta pela isonomia salarial dos professores.

Em nosso Estado, Sr. Presidente, felizmente, temos o que comemorar. Alagoas tem o terceiro maior piso salarial do Nordeste.

O valor do novo piso salarial nacional será de R\$950,00, passará a valer a partir de janeiro de 2009 e deverá estar completamente ajustado em todo território nacional até 2010.

Um levantamento feito por entidades de professores mostrou que, em pelo menos 12 Estados, os professores recebem menos de R\$950,00. E existem, no Brasil, mais de 5 mil pisos salariais diferentes para diversas categorias, variando entre R\$315,00 e R\$1,4 mil.

Sr. Presidente, se o Município comprovar que gastou 25% do orçamento em educação e, ainda assim, o custo não for coberto, o Governo Federal tem de entrar com um recurso complementar.

O piso será corrigido também anualmente em, no mínimo, 10%, na mesma base de cálculos do Fundeb, que estabelece o valor por aluno.

O Ministério da Educação vai fazer uma regulamentação administrativa baseada na receita municipal e informará às prefeituras.

O Sr. Leomar Quintanilha (PMDB – TO) – Senador Renan, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Concederei já o aparte a V. Ex^a, Senador Leomar, com muita satisfação. Estou só querendo avançar um pouquinho e depois darei um aparte, com satisfação, a V. Ex^a, porque o Senador Garibaldi está pedindo que eu me apresse.

Mas eu apressarei e ouvirei, com muita satisfação, recolherei com muita satisfação os argumentos de V. Ex^a que muito engrandecerão meu discurso. Já darei o aparte a V. Ex^a.

Como vimos, Alagoas tem evoluído muito, pode evoluir mais e haverá de evoluir mais. A educação alagoana segue dando sinais de recuperação. Aliás, boa parte desse resultado, Sr. Presidente e Srs. Senadores, se deve ao modesto trabalho do PMDB na Secretaria de Educação do Estado de Alagoas.

Eu já disse aqui da tribuna – e quero repetir – que o Secretário Fábio Farias obteve avanços importantes na Secretaria. Conseguiu reduzir os custos, fazendo economia de 40% em 2007 com relação a 2006. Por causa disso, como dizíamos, sobrou dinheiro em caixa para consolidarmos a isonomia salarial dos professores alagoanos, o que permitiu estabelecer um cronograma de aumentos graduais.

O Governo Federal estabeleceu um plano de metas, que foi antecipado pelo então Secretário, de 2010 para 2007. Treinou professores de séries iniciais, criou a Superintendência Institucional, o que favoreceu

a relação com o MEC, e, com o apoio do governador, trabalhou intensamente para atrair investimentos.

Os investimentos são os seguintes, Sr. Presidente: além dos Cefets de Maceió, da Escola Técnica de Satuba e das unidades de Marechal Deodoro e Palmeiras dos Índios, novos centros serão construídos, como as unidades de Arapiraca, Maragogi, Penedo, Piranhas e de Murici.

Há, ainda, o **campus** da Universidade Federal em Arapiraca, inaugurado pelo Presidente Lula, que atende hoje, em pouquíssimo tempo depois de inaugurado, a mais de 1.700 alunos. Na oportunidade, o Presidente da República inaugurou em Alagoas também os **campi** de Palmeira dos Índios, de Viçosa e de Penedo.

Uma das maiores conquistas dos alagoanos será a construção de dez novas escolas de segundo grau: três em Arapiraca, uma em Murici, uma em Pariconha; duas em Maceió, uma delas em Guaxuma e outra no bairro do Novo Mundo.

Além dessas três escolas, teremos mais três escolas indígenas: duas em São Sebastião e uma escola também no Município de Traipu.

Como se vê, Sr. Presidente, muito já foi feito, mas ainda há muito por fazer. O Governo do Estado tem compromisso com esses resultados. Afinal, como disse o grande educador, com quem tive a honra de conviver neste Senado Federal, Senador Darcy Ribeiro, só há duas situações nesta vida: se resignar ou se indignar. E não se deve, Srs. Senadores, se resignar nunca. Vamos fazer de nossa indignação a mola mestra das mudanças no ensino nacional e proporcionar aos nossos filhos um futuro melhor, bem melhor.

Encerrando, Sr. Presidente, queria comunicar a V. Ex^a e à Casa que o Senado Federal aprovou hoje na Comissão de Assuntos Sociais um projeto de lei, de minha autoria, que institui programas de assistência psicossocial a policiais civis e militares, bombeiros, policiais federais, seus dependentes e companheiras. Agora, Sr. Presidente, o texto será examinado em decisão terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, depois, vai à Câmara dos Deputados. Essa será, sem dúvida, uma importante conquista dos profissionais de segurança pública, que, em função de sua atividade, estão submetidos a constante estresse. Muitos deles, inclusive, se tornam dependentes químicos.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Mantivemos também contato com os sindicatos e com os trabalhadores. Vou pessoalmente levar essa idéia ao Presidente Lula. Como essa conquista dos profes-

sionais de segurança pública não pode esperar, vou conversar com o Presidente da República para que Sua Excelência estude a possibilidade de implantar esse programa psicossocial por meio de uma medida provisória, porque o projeto, uma vez aprovado no Senado Federal, irá para a vala comum da Câmara dos Deputados, onde, infelizmente, não anda. Precisamos desse serviço psicossocial para os nossos policiais urgentemente, e, como disse, não se pode esperar.

Já encerrarei, mas quero, rapidamente, ouvir o nosso amigo Leomar, com muita satisfação.

Mais uma vez agradeço a V. Ex^a pela gentileza e a pela paciência que tem para com este seu liderado.

O Sr. Leomar Quintanilha (PMDB – TO) – Senador Renan, até para colaborar com a Mesa, serei muito breve no meu aparte. Congratulo-me com V. Ex^a pela justa e oportuna homenagem que presta aos professores brasileiros. Se há uma categoria profissional que merece a admiração e o respeito de todos nós são os nossos professores, que estão mais na atividade por vocação, por entenderem a importância e o significado da sua participação no processo de formação das nossas novas gerações do que pela resposta financeira e pelas condições de trabalho que lhes são oferecidas. Portanto, creio que o Brasil realmente só fará parte dos países do Primeiro Mundo quando reconhecer que a educação efetivamente é a prioridade número um do Estado brasileiro. Portanto, quero congratular-me com V. Ex^a e, ao mesmo tempo, transmitir o meu grande abraço aos professores do Brasil.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Agradeço muito a V. Ex^a que, com seu aparte, colabora demais para o êxito dessa nossa intervenção, desse nosso pronunciamento. E V. Ex^a fala, neste momento, com os argumentos que sintetiza, pelo Senado Federal. É muito importante mesmo, V. Ex^a tem razão, que nós prestemos essa homenagem aos professores brasileiros.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr^s e Srs. Senadores, eu faria um apelo para que todos comparecessem ao plenário porque nós precisamos votar o projeto de autoria do ilustre Senador Mozarildo Cavalcanti, a respeito do problema de criação e incorporação de Municípios, porque, como já é do conhecimento dos Srs. Senadores, 47 Municípios foram criados e precisam que sua criação seja consolidada pelo Projeto de Lei nº 48, de 2002.

Para votar esse projeto é necessário o voto favorável de 41 Senadores e Senadoras. No painel consta a presença de 60 Senadoras e Senadores, mas pre-

cisamos que isso se reflita aqui no plenário. Então, eu faço um apelo, porque é necessário aprovarmos esse Projeto de Lei Complementar.

Enquanto aguardamos a presença dos Líderes partidários e dos demais Senadores, eu concedo a palavra ao Senador Jefferson Praia.

O SR. JEFFERSON PRAIA (PDT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a atual crise financeira internacional já é definida pelos economistas como um colapso global da confiança nos mercados.

Por isso, mais do que nunca, é reconfortador e honroso para o Amazonas e para o Brasil receber a ótima notícia de que um dos maiores gigantes das indústrias do mundo, o conglomerado japonês Kawasaki investirá o equivalente a US\$40 milhões, para a instalação de uma fábrica de motocicletas no Pólo Industrial de Manaus, proporcionando 450 novos postos de trabalho. Trata-se de uma demonstração de confiança no futuro da capital amazonense e na economia, Sr. Presidente, do nosso país.

A fábrica, anuncia a matriz da empresa, faz parte da estratégia da Kawasaki de trazer para o Brasil sua divisão de produtos de consumo e maquinário, e a previsão é de que a produção local se inicie já no próximo ano.

A presente crise mundial não altera os planos do grupo nipônico para o Brasil que incluem fazer dessa unidade do PIM, uma plataforma de exportação para a América Latina e outras regiões.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sempre faço questão de enaltecer os impactos econômicos, sociais e ambientais positivos do PIM – Pólo Industrial de Manaus para os manauaras, para os amazonenses e para todos os brasileiros.

Criada há 41 anos, a Zona Franca de Manaus possibilitou e possibilita uma alternativa de prosperidade, de trabalho, de dignidade, integração à nossa população e, ainda, contribui para manter quase intacta a cobertura florestal original do Amazonas.

Somente, no ano passado, mais de 500 empresas instaladas no PIM faturaram o equivalente a US\$26 bilhões e geraram 105 mil novos empregos diretos, além de exportarem US\$11,1 bilhões, investirem US\$7 bilhões e arrecadarem para os cofres públicos R\$12,5 bilhões em tributos.

Se o PIM não existisse, aquela população fatalmente se teria voltado para a exploração predatória dos recursos da floresta em busca de uma sobrevivência precária e no limite insustentável, como comprova o bem documentado estudo “Impacto Virtuoso do Pólo

Industrial de Manaus sobre a Proteção da Floresta Amazônica: Discurso ou Fato?”, dos Professores Alexandre Rivas, José Mota, José Alberto da Costa Machado, a que já tive oportunidade de me referir aqui. Esse estudo, Sr. Presidente, comprova que o Pólo Industrial de Manaus contribuiu para que o Estado do Amazonas tivesse até hoje 98% dos recursos naturais preservados.

Em vista de todos esses benefícios, considero, portanto, tenham sido mais que justificáveis as duas prorrogações do regime de incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus, verificada a primeira em 1988, quando da promulgação da Constituição Federal, estendendo sua vigência por mais 25 anos, e a segunda em 2003, prorrogando esse horizonte temporal por outros dez anos. Afinal, o amadurecimento das alternativas econômicas e institucionais que mantenham e fortaleçam a viabilidade do pólo para quando, mais cedo ou mais tarde, chegar o momento inevitável em que esses incentivos terão fim, esse amadurecimento – repito – precisa de tempo para se concretizar.

A longo prazo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estou convicto de que a solução definitiva e politicamente palatável para o conjunto da Federação dependerá da inserção do modelo do Pim em uma estratégia nacional de desenvolvimento, que compatibilize os valores do crescimento econômico, da equidade social, da preservação do meio ambiente e da plena incorporação da Amazônia ao espaço geopolítico da soberania nacional.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permite-me um aparte, Senador?

O SR. JEFFERSON PRAIA (PDT – AM) – Pois não, Senador Arthur Virgílio. É um prazer ouvi-lo.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Estou quebrando um pouco o Regimento, uma vez que V. Ex^a já estava se despedindo da tribuna, mas, eu me apressei a vir a plenário para aparteá-lo, para fazer o registro que é também o registro do Senador Jereissati, que estava aqui, ao meu lado: V. Ex^a causa nos seus colegas a melhor impressão, pelo seu conhecimento de política econômica regional, pela sua postura – dizia-me, ainda há pouco, o Senador Jereissati –, pela sua simpatia, pelo trato cordial com seus colegas.

O SR. JEFFERSON PRAIA (PDT – AM) – Obrigado, Senador.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Eu fico muito feliz, porque V. Ex^a, com a responsabilidade de substituir, como substituí, o Senador Jefferson Péres, que deixou uma herança tão bonita para todos nós, vai se saindo muito bem na missão. Mais: V. Ex^a será um

grande aliado com quem contaremos nós, da Banca do Amazonas, tanto na Câmara quanto no Senado, para colocarmos na cabeça do Brasil a importância ecológica para a soberania nacional de se preservar e ampliar a pujança do Pólo Industrial de Manaus. V. Ex^a hoje fez um pronunciamento curto, mas que bem revela o tamanho – aí é o inverso: pronunciamento curto *versus* mandato grande – do mandato que V. Ex^a vai dignificar nesta Casa.

O SR. JEFFERSON PRAIA (PDT – AM) – Muito obrigado, Senador Arthur Virgílio. Acolho o aparte de V. Ex^a, que serve para mim como um grande estímulo para continuarmos defendendo a nossa terra. V. Ex^a sabe que, por estudos recentes – antes, alguns apenas falavam como algo duvidoso –, reconhece-se que o Pólo Industrial de Manaus contribuiu e continua contribuindo para a preservação do meio ambiente no nosso Estado. Essa é uma informação importantíssima para refletirmos sobre a importância daquele modelo para a Amazônia, pois, se temos no Estado do Amazonas hoje 98% de áreas preservadas e conservadas, isso foi graças ao Pólo Industrial de Manaus.

Então precisamos refletir bem, porque essa não é a realidade dos demais Estados da Amazônia, infelizmente. Nós temos aqui os nossos irmãos do Pará, os nossos irmãos de Roraima e os nossos irmãos de Rondônia, que, infelizmente, não tiveram um modelo como o que nós tivemos – e tivemos a sorte de tê-lo há 41 anos. Conseguimos, assim, ter essa grande biodiversidade não aproveitada, que é a biodiversidade do Amazonas, e, conseqüentemente, da Amazônia.

Muito obrigado pelo aparte. Foi um prazer ouvi-lo e às contribuições que V. Ex^a deu ao nosso pronunciamento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes de mais nada, convoco todos os Senadores do PSDB presentes à Casa no dia de hoje a comparecerem ao plenário, porque nós estamos nos preparando para votar importante matéria referente à questão municipalista, que exigirá 41 votos “Sim” para a sua aprovação. E precisamos fazer esse teste, mais do que vendo a presença no painel, vendo a presença física dos colegas. Portanto, convoco todos os Senadores tucanos a comparecerem – há um número muito sig-

nificativo no plenário, mas peço que venham todos os presentes à Casa.

Ainda, Sr. Presidente, encaminho à Mesa voto de aplauso à acadêmica amazonense Carmen Novoa Silva, assinado por mim e pelo Senador Jefferson Praia, para ver organizado e dado à publicação o livro **Andrômaca**, obra póstuma do grande escritor amazonense Pericles Moraes. Trata-se de figura da melhor qualidade intelectual e que a todos nos orgulha.

E, junto com esse voto de aplauso, encaminho para publicação pronunciamento em que homenageio tanto Pericles Moraes quanto a acadêmica Carmen Novoa.

E ainda, Sr. Presidente, voto de pesar pelo falecimento do amazonense Raimundo Pedrosa, pai de queridos amigos meus: Célio, Silvio, Sidney, Silas, Sales, Sandra e Sirlene, sendo o Sidney e o Silvio vitoriosos empresários no ramo de supermercados na minha terra e, repito, figuras muito queridas.

E ainda, Sr. Presidente, voto de aplauso, e aí é com muita alegria que o faço, ao lutador, atleta e empresário Ricardo Libório pelo êxito alcançado por sua academia nos Estados Unidos, American Top Team – ATT, que é a maior daquele grande país, e é gerenciada e tocada exclusivamente por brasileiros. Esse cidadão foi campeão mundial de jiu-jitsu e considerado pelo grande mestre Carlson Gracie o seu melhor e mais técnico aluno de todos os que teve; além do mais, revelou ser um empresário de muito tino, que vai vencendo num país como os Estados Unidos, gerando empregos, às dezenas, às centenas, e honrando o nosso esporte lá fora.

Portanto, requeiro este voto de aplauso junto com o voto de aplauso a Carmen Novoa da Silva e o voto de pesar pelo falecimento do Sr. Raimundo Pedrosa, figura tão querida, além dos pronunciamentos em que homenageio Carmen Novoa e o grande escrito amazonense Pericles Moraes, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, registro, com muito prazer, o recebimento de correspondência que recebi da acadêmica amazonense Carmen Novoa Silva, encaminhando-me um exemplar do livro **Andrômaca** (*Do meu livro de memórias*).

Trata-se de obra póstuma de um dos maiores intelectuais que o Amazonas já teve, Péricles Moraes, falecido em 1956. Preparando seu livro de memórias, ele começara, talvez numa premonição, pelo último capítulo, dedicado à sua esposa e grande companheira Andrômaca. Falei em premonição, porque das projetadas memórias, só conseguiu deixar a homenagem à esposa. A morte interrompeu o trabalho.

Há pouco tempo, um amigo fraterno meu e da acadêmica Carmen, João Albino Pereira, amazonense residente no Rio de Janeiro, conseguiu o material deixado por Péricles Moraes e o enviou à Carmen. Ela o organizou e fez publicar o livro, lançado, em abril, em sessão solene da Academia Amazonense de Letras, realizada para a entrega da Medalha de Mérito Cultural que traz justamente o nome de Pericles Moraes.

O Prof. Pericles Moraes foi figura de destaque na vida intelectual amazonense. E não apenas na vida intelectual. Teve participação também na vida pública. Foi, em 1926, prefeito de Coari e Parintins; em 1932 integrou o Conselho Consultivo do Governo estadual e foi Secretário-Geral do Estado em dois governos.

Na obra póstuma, Pericles Moraes destaca o relevante papel que sua esposa, Andrômaca, desempenhou em sua atividade literária. Ela tinha, como ele, amor às letras e foi incansável companheira de estudos.

Registro aqui os parabéns à acadêmica Carmen, por haver organizado essa obra póstuma e agradecimentos pela gentileza de ter-me agraciado com um exemplar. Pela sua contribuição à cultura do Amazonas, estou encaminhando à mesa requerimento de voto de aplauso.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra pela ordem ao Senador Antonio Carlos Júnior; em seguida, concederei a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, encaminhei à Mesa requerimento de informações dirigido ao Presidente do Superior Tribunal do Trabalho, ao Ministro do Trabalho e Emprego e ao Presidente do Banco Central, solicitando esclarecimento sobre os seguintes pontos:

– há mais de quinze dias os bancários estão em greve e não se vislumbra nenhuma solução;

– essa greve tem trazido graves transtornos à população brasileira com a impossibilidade de pagamento de compromissos, o que lhe imporá multa e juros de mora; e

– não há perspectiva, até o momento, para uma solução dessa grave crise.

Que medidas estão em andamento em relação ao movimento de greve?

Procede a informação de que os bancários não estão cumprindo a lei de greve, ou seja, mantendo 30% dos servidores em atividade?

Esses requerimentos foram enviados à Mesa para respectivo envio às autoridades competentes.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que registre nos Anais do Senado Federal artigo de Márcio Braga, publicado no Jornal **O Globo**, do último domingo, sob o título Verbas públicas não chegam aos atletas.

Faço isso, Sr. Presidente, porque Márcio Braga pede ao Congresso Nacional e ao Poder Executivo providências a respeito desse assunto.

Ele alega que nunca houve tanto dinheiro público injetado em um ciclo olímpico. Foram cerca de setecentos milhões nos últimos quatro anos.

A melhor campanha brasileira da história, que foi em Atenas, em 2004, com cinco medalhas de ouro, demandou muito menos: cerca de R\$280 milhões.

O artigo do Presidente do Flamengo, Marcio Braga, faz um diagnóstico da situação do esporte olímpico no Brasil. Chama atenção para o esforço dos clubes, sem a necessária contrapartida do Poder Público, apesar de o Poder Público contar com vultosas importâncias para aplicação no esporte olímpico do País.

O Sr. Marcio Braga chega até a sugerir uma comissão parlamentar de inquérito, mas temos notícia de que já há essa solicitação na Câmara dos Deputados.

Por essa razão, Sr. Presidente, apenas faço o registro. Peço a V. Ex^a que autorize a publicação desse artigo e cumprimento Márcio Braga pela qualidade do texto que publicou no jornal **O Globo**, no último domingo.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Verbas públicas não chegam aos atletas

Artigo de Marcio **Braga** publicado no jornal O Globo 12/outubro (pg7)

Está esculpida na entrada do Museu Olímpico, na Suíça, uma frase de Juan Antonio Samaranch que resume o espírito olímpico: "O importante é o atleta!". Samaranch, veterano líder do esporte mundial, é hoje o presidente de honra do Comitê Olímpico Internacional (COI).

Esse lema norteia a política esportiva dos países que se destacam nas principais competições esportivas mundiais. Não é o caso do Brasil, lamentavelmente. Nossos resultados nos Jogos de Pequim foram mais modestos que os alcançados no torneio anterior, embora os recursos financeiros à disposição do Comitê Olímpico Brasileiro (**COB**) tenham aumentado consideravelmente.

Nunca houve tanto dinheiro público injetado em um ciclo olímpico: foram cerca de R\$700 milhões nos últimos quatro anos. A melhor campanha brasileira da História, Atenas-2004, com cinco medalhas de ouro, demandou muito menos: cerca de R\$280 milhões.

Uma explicação para esse paradoxo é o distanciamento cada vez maior do nosso Comitê Olímpico dessa filosofia que privilegia o atleta em vez do poder burocrático. O dinheiro é imprescindível e os investimentos públicos e privados no esporte devem continuar crescendo no país. Mas também é *imprescindível que se assegure que os recursos serão usados efetivamente na formação e no treinamento do atleta. E é preciso que haja confiança no trabalho dos dirigentes esportivos.*

O recente episódio da reeleição do atual presidente do **COB** não contribuiu em nada para aumentar a confiança em nossa entidade esportiva maior por parte da sociedade, das empresas investidoras e mesmo das autoridades esportivas internacionais. A convocação às pressas de uma assembléia geral dessa importância não condiz com os princípios éticos que deveriam nortear a administração de uma entidade responsável pela gestão de vultosos recursos públicos e questões importantes como a candidatura do Brasil às Olimpíadas de 2016.

Toda eleição deve respeitar o espírito democrático e o movimento olímpico deve ser um exemplo, por ter sua inspiração na Grécia Antiga, berço da democracia. Embora apenas a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) tenha manifestado o seu protesto contra a forma obscura da reeleição no **COB**, todas as demais entidades do esporte brasileiro perdem com isso. O dano à reputação do nosso Comitê Olímpico significa desgaste para a confiança de todos os que estão envolvidos na causa do esporte.

Além do mais, é preciso oxigenar o movimento olímpico brasileiro para que sejam introduzidas mudanças que tornem mais democráticas as decisões, desonerem o custo administrativo das entidades e façam com que os recursos financeiros alcancem efetivamente os atletas.

Enquanto as verbas públicas não alcançarem os atletas e as entidades formadoras, não haverá condições para realizar um trabalho consistente de formação esportiva.

Hoje, a formação dos atletas ocorre apesar do **COB** e não promovida por ele. O Clube de Regatas do Flamengo, por exemplo, investe recursos próprios na formação de atletas olímpicos e não recebe um tostão dos recursos públicos administrados pelo **COB**. O Flamengo tem tradição na formação esportiva em diversas modalidades, como ginástica, remo, basquete, judô, natação, nado sincronizado, waterpolo, entre outras. Temos contribuído com representantes de destaque nas delegações olímpicas do país. No último Pan, o Flamengo participou com 23 atletas, que conquistaram várias medalhas. Se fosse um país, ocuparia o 14º lugar no ranking dos jogos.

O esforço do Flamengo para formar e treinar esses e milhares de outros atletas é mantido com recursos na nossa principal fonte de renda, que é o futebol profissional. Como o Flamengo, outros clubes (Pinheiros - SP, Minas Tênis - MG, Sogipa - RN etc.) também investem nos seus atletas recursos próprios, seja do futebol ou de outras fontes. Além de não serem contemplados com o dinheiro gerido pelo **COB**, os clubes são penalizados porque seus atletas não podem usar as marcas dos patrocinadores nas competições oficiais. Este modelo restringe oportunidades de mercado para os clubes e atletas que disputam suas principais competições com o uniforme do **COB**, sem qualquer marca do clube ou patrocinadores.

Além de atletas e entidades formadoras, em sua maioria clubes, é fundamental trabalhar o esporte na escola, voltado para o desenvolvimento integral da pessoa humana, priorizando os recursos públicos ao desporto educacional, como estabelece a Constituição.

*O governo federal e o Congresso Nacional precisam discutir esse tema de forma mais ampla, com atletas, clubes e entidades de administração esportiva. A hora é agora! Um novo ciclo olímpico se inicia e não se pode cometer os mesmos erros. É preciso acompanhar com mais rigor a administração dos recursos públicos destinados ao **COB** e estabelecer uma política nacional para o Esporte.*

Ao mesmo tempo, a CBF, como única entidade membro da Assembléia Geral do **COB** que é independente de recursos públicos, tem a responsabilidade de reagir ao autoritarismo com que foi tratado o movimento olímpico nesta última eleição e participar da discussão sobre a aplicação dos recursos destinados à formação dos atletas olímpicos, para que os clubes poliesportivos possam continuar participando das demais modalidades sem onerar o seu principal esporte.

MARCIO **BRAGA** é presidente do Flamengo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, pela ordem também.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, também quero pedir a inserção nos Anais desta Casa de um artigo publicado ontem, do nosso Presidente do PSDB, Senador Sérgio Guerra, no qual ele faz uma análise lúcida sobre a crise internacional, que teve origem na economia norte-americana e que atinge o Brasil, sem dúvida alguma.

O Governo Federal, durante o primeiro momento, menosprezou o risco que o Brasil corria, mas agora se vê que atinge o Brasil, sim.

Esse artigo do nosso colega Sérgio Guerra mereceu ser inserido nos **Anais** desta Casa pela importância que tem na análise e no alerta que faz.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO AZEREDO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno)

Uma crise (inter) nacional

SÉRGIO GUERRA

VIVEMOS UM momento de angústia com o impacto da crise financeira internacional sobre o Brasil. Na crise, a queda da Bolsa brasileira em dólares só encontra paralelo na russa. A desvalorização do real equivaleu a mais de seis vezes a média das economias emergentes.

O governo brasileiro reagiu tarde e mal à crise. O Banco Central levou dias contemplando o mercado em pânico. Depois, começou a torrar dólares de reservas para tentar segurar o câmbio e assumir riscos da desvalorização cambial. Procura até uma justificativa para a nova escalada dos juros, os maiores do planeta, quando o razoável seria reduzi-los, como os bancos centrais pelo mundo afóra estão fazendo.

Uma medida provisória, o Proer do presidente Lula, deu ao Banco Central capacidade inédita de adquirir bancos em dificuldades. É claro que algo de errado aconteceu na supervisão bancária até agora. Mas a medida provisória não delineia um programa ordenado de reestruturação bancária. Aprender com a experiência bem-sucedida do governo Fernando Henrique ajudaria a minimizar o risco de má gestão dos recursos públicos em programas desse tipo.

Era óbvio que a crise se espalharia a partir do colapso do sistema de financiamento residencial americano.

Mas, justamente nos últimos meses, o governo detonou dois sustentáculos da estabilidade, começando pela política deliberada do Banco Central de continuar valorizando o real, acelerando vertiginosamente as importações, freando as exportações e ajudando a disparar as remessas de lucros. Por isso, houve crescimento rápido do déficit em transações correntes, apesar das relações de troca altamente favoráveis ao Brasil.

Agora, depois da farra cambial, o que ocorrerá diante do declínio dos preços de nossas commodities?

Segundo, o quadro fiscal tende a se deteriorar no curto prazo, justamente quando os efeitos da crise passarão para o lado real da economia.

Seria preciso manter o crescimento das receitas reais da União num impossível 9% ao ano para absorver a expansão irresponsável dos gastos de custeio e pessoal da máquina federal e manter o superávit primário.

Porque o governo Lula não quis ou não soube, quando teve chance, conter a escalada dos juros e a apreciação insustentável do real, temos agora de

Lula perdeu a chance de preparar o Brasil para a crise. E o país depende agora de duas habilidades que seu governo ainda não mostrou

arcar com as consequências de uma maxidesvalorização cambial e de uma ameaça de crise financeira.

Ao mesmo tempo, de forma curiosa, procura tripudiar sobre os exportadores que sofreram perdas devido à interrupção das linhas de financiamento externo.

Mas foi o próprio Banco Central, com sua política monetária, que induziu os exportadores a especular no câmbio futuro, para que ficassem quietos e compensassem no ganho financeiro o prejuízo causado pelo câmbio supervalorizado.

O esquema era simples: o exportador antecipava a receita de suas vendas tomando empréstimos em dólares, convertendo-os em reais e desfrutando das maiores taxas de juro do mundo; ganhavam também na liquidação dos empréstimos em dólares, pois compravam os dólares com reais mais valorizados. Essa foi a Bolsa-Cassino "made in" PT.

E a farra fiscal dos últimos anos? O governo foi sócio preferencial dos bancos na temporada de lucros gordos. Mais de um terço do aumento da arrecadação da União neste ano veio do setor financeiro.

A crise, diminuindo a lucratividade e o movimento do setor, comprometerá o desempenho da Receita Federal, antes mesmo de espalhar prejuízos na economia real.

Outra parcela importante do aumento da arrecadação veio do setor automobilístico, cujas vendas a crédito cresceram muito alavancadas pela extensão dos prazos de pagamento e agora sente o repuxo de uma espécie de "subprime" caboclo.

Enfrentar a retração da receita exige rever decisões que impõem aumentos da despesa nos próximos anos, extrapolando o atual mandato presidencial, além de reduzir o gasto na proposta orçamentária para 2009, contingenciar preventivamente dotações do Orçamento em curso e revogar restos a pagar ainda em aberto de exercícios anteriores.

O governo perdeu a chance de preparar o Brasil para a crise. Num aspecto, estamos piores do que a própria Argentina, que não tem déficit na conta corrente do balanço de pagamentos nem déficit fiscal.

"A crise é do Bush, não é minha". "Aqui, se a crise chegar, vai ser uma marolinha". O talento do presidente Lula para se esquivar de responsabilidades é conhecido. Mas o país depende agora de duas habilidades que seu governo ainda não mostrou: firmeza e competência para tomar decisões difíceis e capacidade de negociação transparente e baseada no interesse nacional.

SÉRGIO GUERRA, economista, é senador da República pelo PSDB-PE e presidente nacional do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.230, DE 2008

Senhor Presidente,

Em aditamento ao Requerimento nº 747, de 2008, requeremos seja fixada, para o período do Expediente da sessão de 4 de novembro próximo, a homenagem pela passagem do 400º aniversário de nascimento do Padre Antônio Vieira.

Sala das Sessões, em 15 de outubro de 2008

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação e será apreciado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.231, DE 2008

Solicita Informações ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Banco Central sobre quais medidas estão sendo tomadas em relação à greve dos bancários.

Requeiro, na forma do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado ao Senhor Presidente do Banco Central pedido de informações no sentido de se obter os seguintes esclarecimentos em relação à greve dos bancários, tendo em vista que:

- há mais de quinze dias os bancários estão em greve e não se vislumbra nenhuma solução;
- essa greve tem trazido graves transtornos à população brasileira com a impossibilidade de pagamento dos seus débitos, o que lhe imporá multa e juros de mora; e

- não há perspectiva, até o momento, para uma solução desta grave crise.

Que medidas estão em andamento com relação ao movimento da greve?

Procede a informação que os bancários não estão cumprindo a lei de greve, ou seja, mantendo 30% dos servidores em atividade?

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2008. – **Antonio Carlos Junior**, Senador.

(À Mesa, para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 1.232, DE 2008

Solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro do Trabalho e Emprego sobre quais medidas estão sendo tomadas em relação à greve dos bancários.

Requeiro, na forma do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado ao Senhor Ministro do Trabalho e Emprego pedido de informações, no sentido de se obter os seguintes esclarecimentos em relação à greve dos bancários, tendo em vista que:

- há mais de quinze dias os bancários estão em greve e não se vislumbra nenhuma solução;
- essa greve tem trazido graves transtornos à população brasileira com a impossibilidade de pagamento dos seus débitos, o que lhe imporá multa e juros de mora; e
- não há perspectiva, até o momento, para uma solução desta grave crise.

Que medidas estão em andamento com relação ao movimento da greve?

Procede a informação que os bancários não estão cumprindo a lei de greve, ou seja, mantendo 30% dos servidores em atividade?

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2008. –

Antonio Carlos Junior, Senador.

(À Mesa, para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.233, DE 2008

Requeiro, nos termos do art. 258, do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto das PEC nºs 3/2007, 11/2007, 14/2004, 21/2004/25/2008, 31/2004, 32/2004, 35/2004, 45/2004/, 56/2004, 58/2007, 69/2003, 71/2003, 76/2007, 78/2007 por versarem sobre a mesma matéria.

Sala das Sessões, 9 de setembro de 2008. – Senador **Marco Maciel**.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.234, DE 2008

Nos termos regimentais e do inciso IV do art. 71 da Constituição Federal, solicito seja o presente requerimento encaminhado ao Tribunal de Contas da União para a realização de auditoria nas aplicações de recursos de doações e patrocínios com incentivos fiscais, destinados a fomentar o desporto, conforme disposto na Lei nº 11.438/2006, com vistas a verificar:

1) se os projetos aprovados atendem ao requisito de promover a inclusão social, conforme estipula o § 1º do art. 2º da Lei;

2) se os projetos que tiveram recursos captados foram efetivamente executados, acompanhados e avaliados pelo Ministério, conforme estipula o § 2º do art. 5º da lei, bem como se ocorreram os desvios e infrações previstas no art. 10 da lei;

3) se as prestações de contas apresentadas ao Ministério (art. 7º) contêm elementos suficientes para comprovar a execução física e financeira dos projetos.

Justificação

O **site** do Ministério do Esporte revela um valor total de projetos aprovados de R\$168 milhões, dos quais materializou-se a captação de recursos no valor de R\$64 milhões em 2007 e 2008.

Ao conceder incentivos fiscais para fomento de atividades desportivas, a lei estabeleceu o requisito de que os projetos fossem preferencialmente destinados a comunidades de vulnerabilidade social, de maneira a promover a inclusão social. Entretanto, esse requisito foi ignorado em pelo menos a metade dos projetos aprovados pelo Ministério do Esporte nos exercícios de 2007 e 2008, vez que os recursos destinam-se a esportes de elite, tais como hipismo, tênis, golfe, tiro, motociclismo e até mesmo beisebol e badminton.

Há sinais de que o Ministério limita-se a cancelar os projetos apresentados pelos interessados, inexistindo critérios voltados para preservar os interesses sociais, que justificam a renúncia fiscal.

Via de regra, os projetos são executados por entidades sem fins lucrativos, alguns dos quais de valores exagerados, tais como:

a) os R\$20 milhões aprovados para a CBDU – Confederação Brasileira do Desporto Universitário, para a realização de campeonatos estaduais, regionais e finais de basquete, vôlei, futsal e handebol;

b) a natação oferecida a 340 crianças de 6 a 12 anos de Ipatinga e Coronel Fabriciano em 2008, cujo projeto captou R\$1 milhão para a Associação Esportiva e Recreativa – USIPA;

c) projeto do Clube Atlético Mineiro, que captou R\$3,9 milhões para atender a 200 jovens.

Há projetos injustificáveis perante o espírito da lei, como aqueles que captaram vultosos recursos o São Paulo Futebol Clube, destinados à construção de alojamentos para atletas no valor de R\$6,7 milhões, à construção de arquibancadas e estacionamento no

valor de R\$4,3 milhões e um complexo médico no valor de R\$1,7 milhões.

Considerando a falta de controle sobre os recursos destinados a ONG já constatada pela CPI em curso no Senado, é lícito suspeitar que o mesmo ocorra com os recursos aplicados com incentivos fiscais, o que justifica a solicitação ao TCU para verificar a qualidade da fiscalização, acompanhamento e avaliação dos projetos por parte do Ministério dos Esportes.

Em função do exposto, é pertinente que o TCU examine esses aspectos com o propósito de verificar a extensão das distorções no cumprimento da Lei nº 11.438/2006.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2008. – Senador **Alvaro Dias**

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.235, DE 2008

Requeremos, nos termos do art. 199 do Regimento Interno, a realização de Sessão Especial, no dia 11 de novembro de 2008, em homenagem aos 40 anos de criação do Teatro Experimental do Sesc do Amazonas – TSESC.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2008. – Senador **Ademir Santana** – Senador **Gim Argello** – Senador **Cristovam Buarque** – Senador **César Borges** – Senador **João Pedro** – Senador **Jayme Campos**.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação e será votado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.236, DE 2008

Requer Voto de Aplauso para o poeta manauense Luiz Bacelar, por ocasião do seu aniversário de 80 anos, ocorrido no último dia 4 de setembro.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, Voto de Aplauso para o poeta manauense Luiz Bacelar, por ocasião do seu aniversário de 80 anos, ocorrido no último dia 4 de setembro.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado.

Justificação

Luiz Bacelar é um dos mais importantes escritores da literatura produzida no Amazonas. Sua obra retrata, com maestria, temas e motivos da cultura popular e do folclore da região.

Membro da Academia Amazonense de Letras, Luiz Bacelar é um dos estudiosos do patrimônio artístico e cultural da cidade de Manaus, onde vive e trabalha.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Presidência encaminhará o voto solicitado. O requerimento lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.237, DE 2008

Requer Voto de Lembrança para os discursos proferidos na Câmara dos Deputados pelo ex-Deputado Márcio Moreira Alves, em 2 e 3 de setembro de 1968, contra a invasão militar da Universidade de Brasília.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos **Anais** do Senado, Voto de Lembrança para os discursos proferidos na Câmara dos Deputados pelo ex-Deputado Márcio Moreira Alves, em 2 e 3 de setembro de 1968, contra a invasão militar da Universidade de Brasília.

Justificação

Em 29 de agosto de 1968, a Universidade de Brasília foi invadida pelos militares como parte de uma reação militar aos movimentos estudantis que lutavam por uma abertura do regime. Cerca de 500 alunos ficaram sob o cerco da polícia durante a invasão que, sob muita tensão, se estendeu por toda a manhã.

Poucos dias depois, em 2 de setembro, o então Deputado Márcio Moreira Alves subiu à Tribuna para criticar a invasão e, no dia seguinte, voltou à mesma Tribuna para conclamar os pais a não deixarem seus filhos assistir ou participar dos festejos da semana da pátria, como forma de protestar contra o regime militar instaurado no País.

Os historiadores brasileiros concordam que o discurso de Márcio Moreira Alves foi o pretexto que os militares precisavam para endurecer o regime; enfim, foi a “gota d’água” para a realização de um projeto que se pretendia ser de longa duração e que passava pelo aumento da repressão.

E foi assim que, em 13 de dezembro de 1968, o então Presidente Costa e Silva editou o Ato Institucional nº 5, o mais radical dos atos desde o golpe de 1964, que autorizava o Presidente da República, entre outras arbitrariedades, a decretar o recesso do Congresso Nacional, a cassar o mandato de parlamentares e a suspender os direitos políticos de qualquer cidadão.

Portanto, o Voto de Lembrança que ora proponho tem como objetivo marcar, de forma definitiva na história da política brasileira, esse importante momento de resistência à ditadura.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O requerimento lido vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.238, de 2008

Requer voto de Pesar pelo falecimento do desembargador do Tribunal de Justiça do Amazonas AFFIMAR CABO VERDE, ocorrido no último dia 31 de agosto deste ano.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos **Anais** do Senado, Voto de Pesar pelo falecimento do desembargador do Tribunal de Justiça do Amazonas AFFIMAR CABO VERDE, ocorrido no último dia 31 de agosto deste ano.

Requeiro, também, que o voto de Pesar seja levado ao conhecimento da família.

Justificação

O Desembargador Affimar Cabo Verde foi um profissional totalmente dedicado à Magistratura. Juiz

respeitado, seu desaparecimento é uma grande perda não só para o Judiciário, mas para todo o Estado.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 1.239, DE 2008

Requer Voto de Aplauso à acadêmica amazonense CARMEN NOVOA SILVA, por haver organizado e dado à publicação o livro Andrômaca (Do meu livro de memórias), obra póstuma do escritor PERICLES MORAES.

REQUEIRO, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos **Anais** do Senado, Voto de Aplauso à acadêmica amazonense CARMEN NOVOA SILVA, por haver organizado e dado à publicação o livro póstumo do grande escritor PERICLES MORAES: **Andrômaca (Do meu livro de memórias)**.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento da homenageada e da Diretoria da Academia Amazonense de Letras.

Justificação

A acadêmica amazonense Carmen Novoa Silva recebeu das mãos do seu amigo e nosso amigo João Albino Pereira uma preciosidade: escritos inéditos de uma das figuras mais proeminentes da intelectualidade amazonense de sua época: o professor Péricles Moraes, que nasceu em Manaus, em 1882 e faleceu em 1956. Pretendendo escrever suas memórias, ele começara, curiosamente, e talvez premonitoriamente, pelo último capítulo, dedicado à sua esposa Andrômaca. A morte chegou antes. Das projetadas memórias ficou então o que para ele certamente era o mais importante: a homenagem à esposa. Carmen Novoa Silva organizou esse material sob o título de **Andrômaca (Do meu livro de memórias)**, lançado, em abril deste ano de 2008, em sessão solene da Academia Amazonense de Letras, realizada para a outorga da Medalha de Mérito Cultural que traz justamente o nome de Péricles Moraes; Por mais essa contribuição à vida cultural do Amazonas, a acadêmica Carmen Novoa Silva faz jus ao Voto de Aplauso que estou propondo.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 1.240/2008

Requer Voto de Pesar pelo falecimento do amazonense RAIMUNDO PEDROSA, ocorrido em Manaus, dia 24 de setembro de 2008.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inscrição em ata, de Voto de Pesar pelo falecimento do senhor RAIMUNDO PEDROSA, ocorrido no dia 24 de setembro de 2008, em Manaus.

Requeiro, também, que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da família do empresário.

Justificação

O Voto de pesar que ora requeiro justifica-se. O Sr. Raimundo Pedrosa, era pessoa muito estimada no meu Estado. Ele é pai do empresário Sidney Pedrosa, do ramo de supermercados. Casado com a Sr^a Lídia de Queiroz Pedrosa, ele deixa sete filhos: Célio, Silvio, Sidney, Silas, Sales, Sandra e Sirlene.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 61, de 2008** (nº 1.481/2008, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 2.201/2008, proferido nos autos do processo TC 028.729/2006-0, bem como do Relatório e Voto que o fundamentaram, visando conhecer e avaliar os motivos que levaram o Poder Executivo a realizar, sob pretexto de fomentar as exportações, transferências de recursos federais aos Estados e Municípios.

A matéria vai às Comissões de Assuntos Econômicos, de Assuntos Sociais e de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Presidência lembra às Senhoras e aos Senhores Senadores que o Período do Expediente da Sessão do dia 16 de outubro de 2008, quinta-feira, será destinado a comemorar o bicentenário do Banco do Brasil, primeira instituição financeira do País, criada em 12 de outubro de 1808, pelo Rei Dom João VI, nos termos do **Requerimento nº 886**, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho e outros Senhores Senadores.

Lembra, ainda, que usarão da palavra os Líderes ou quem Suas Excelências indicarem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 386, DE 2008

Altera o art. 7º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, para modificar os requisitos de recrutamento dos conciliadores e juízes leigos dos Juizados Especiais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 7º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º Os conciliadores e juízes leigos são auxiliares da Justiça, recrutados entre bacharéis em Direito devidamente capacitados por tribunais, academias judiciais ou escolas da magistratura, conforme dispuserem as normas de organização judiciária locais, garantida a participação da Ordem dos Advogados do Brasil e do Ministério Público no processo de seleção.

..... (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A figura dos juízes leigos foi instituída pela Constituição Federal de 1988, para atuação nos Juizados Especiais e com competência para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo, mediante os procedimentos oral e sumariíssimo” (art. 98, I).

Posteriormente, a Lei nº 9.099, de 1995, expressamente considerou os juízes leigos “auxiliares da Justiça” – mesma condição que, a propósito, outorgou aos conciliadores – atribuindo-lhes funções para movimentar ações cíveis e criminais, sempre sob a supervisão do juiz togado (arts. 7º, 21, 22, **caput**, 24, § 2º, 37, 40 e 60).

Os Juizados Especiais constituem uma das mais democráticas instituições judiciais do Estado brasileiro, razão pela qual seu funcionamento precisa ser compreendido e potencializado pelos operadores do Direito.

Nesse contexto, o juiz leigo representa a consolidação da participação popular na administração da Justiça, na medida em que a própria lei lhe confere funções determinadas, a fim de que atue como coadjuvante do magistrado togado, desempenhado atividades-fim quando realiza e conduz audiências, prepara o processo, promove a conciliação etc.

Com freqüência, fala-se na demora do Judiciário em solucionar, definitivamente, as inúmeras questões

que lhe são submetidas pelas partes, imputando-se tal fato a diversas razões subjacentes, dentre as quais se podem destacar condições materiais, como o excessivo número de processos e a quantidade insuficiente de magistrados e de serventuários, bem como condições relacionadas ao processo mesmo, como o excesso de formalismo da legislação processual e a previsão, consubstanciada em lei, de vários recursos dirigidos a diversas instâncias de julgamento.

Por mais que se faça, não há estrutura apta a suportar, por exemplo, a propositura de cem mil ações no último dia do prazo prescricional estabelecido para a reivindicação de algum direito ou, ainda, milhares de pedidos contra fornecedoras de energia elétrica, companhias telefônicas ou bancos.

Notadamente, a quantidade de processos judiciais, que cresce em proporções geométricas, tem exigido grande esforço dos tribunais, para que estes possam fazer frente a um sem-número de demandas que lhes têm sido constantemente endereçadas.

Apesar das diversas iniciativas e ações administrativas implementadas por muitos dos órgãos do Poder Judiciário para abrandar o problema, há, ainda, imensa dificuldade para imprimir concretude ao postulado inscrito no art. 5º, LXVIII, da Carta Magna, que garante às partes a razoável duração do processo. Diante disso, cremos necessário associar a esses esforços alterações legislativas pontuais, tendentes a solucionar ou, ao menos, atenuar essa grave situação.

Como acentua Roberto Portugal Bacellar, em monografia sobre o assunto, “um dos problemas que prejudicam a celeridade da Justiça reside, principalmente, no número insuficiente de magistrados e, portanto, no abarrotamento de suas pautas. O ideal seria um número três vezes maior de juízes do que o atual; entretanto, já se disse com propriedade que desejar só o ótimo é impedir que o bom se realize”. (**Juizados Especiais – A nova mediação paraprocessual**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004. pp. 71-72). Nesse diapasão, as soluções alternativas de conflitos constituem via segura para diminuir o número de ajuizamento de ações.

Em vista de tudo isso, os juízes leigos, assim como os conciliadores, são instrumentos que foram inseridos no sistema com o fito de catalisar, com eficácia, a prestação jurisdicional.

Não obstante, e embora os tribunais tenham logrado êxito em arregimentar e capacitar conciliadores para atuar à frente dos Juizados Especiais, sendo várias as iniciativas deflagradas com esse intuito (recentemente, por sinal, houve promoção nesse sentido, realizada pela

Comissão de Juizados Especiais no Conselho Nacional de Justiça), há uma quantidade pouco significativa de profissionais envolvidos com essas atividades permitidas pela Lei nº 9.099, de 1995.

São poucos os estados que possuem juízes leigos atuando efetivamente, a despeito do alto grau de eficiência não raro constatado nesses profissionais, justificando-se, por isso, a necessidade de modificação dos requisitos atualmente estabelecidos para seu recrutamento, ampliando, nesse passo, a utilização dessa importante ferramenta.

A atual redação do **caput** do art. 7º da Lei nº 9.099, de 1995, requer daqueles que se disponham a atuar como juiz leigo experiência profissional de mais de cinco anos na advocacia. Essa condição tem dificultado o recrutamento desses auxiliares, até porque, em regra, ao longo de cinco anos de efetivo exercício da profissão o causídico já se encontra estabelecido no mercado de trabalho.

Diante de tudo quanto exposto, alvitramos, com a presente proposição, a possibilidade de que bacharéis em Direito sejam admitidos a atuar não apenas como conciliadores, mas também como juízes leigos, e independentemente de tempo de exercício de atividades jurídicas. Além das virtudes já aduzidas, essa proposta tem o condão de prontificar aos recém-graduados importante módulo na capacitação para o exercício de atividades jurídicas, enquanto aguardam admissão nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil ou se preparam para prestar concursos públicos.

Poder-se-á, inclusive, viabilizar o suprimento da experiência exigida para a aprovação em certos concursos para carreiras públicas, cabendo aos tribunais, academias judiciais e escolas da magistratura oferecer cursos de capacitação teórica mínima para o treinamento de bacharéis interessados, de acordo com a regulamentação definida em normas de organização judiciária locais.

A fim de garantir plena integração de todas as instituições compostas por operadores de Direito que militam diretamente na distribuição de tutela jurisdicional, garante-se a participação da Ordem dos Advogados do Brasil e do Ministério Público no processo de seleção dos juízes leigos e dos conciliadores, de modo que todos possam colaborar, com sua experiência, para a capacitação dos candidatos.

São esses os motivos pelos quais submetemos esta proposição ao exame dos ilustres membros do augusto Congresso Nacional.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2008. –
Senadora **Ideli Salvatti**.

LEI Nº 9.099, DE 26 DE SETEMBRO DE 1995.

Art. 7º Os conciliadores e Juizes leigos são auxiliares da Justiça, recrutados, os primeiros, preferentemente, entre os bacharéis em Direito, e os segundos, entre advogados com mais de cinco anos de experiência.

Seção VIII**Da Conciliação e do Juízo Arbitral**

Art. 21. Aberta a sessão, o Juiz togado ou leigo esclarecerá as partes presentes sobre as vantagens da conciliação, mostrando-lhes os riscos e as conseqüências do litígio, especialmente quanto ao disposto no § 3º do art. 3º desta Lei.

Art. 22. A conciliação será conduzida pelo Juiz togado ou leigo ou por conciliador sob sua orientação.

Parágrafo único. Obtida a conciliação, esta será reduzida a escrito e homologada pelo Juiz togado, mediante sentença com eficácia de título executivo.

Art. 23. Não comparecendo o demandado, o Juiz togado proferirá sentença.

Art. 24. Não obtida a conciliação, as partes poderão optar, de comum acordo, pelo juízo arbitral, na forma prevista nesta Lei.

§ 1º O juízo arbitral considerar-se-á instaurado, independentemente de termo de compromisso, com a escolha do árbitro pelas partes. Se este não estiver presente, o Juiz convocá-lo-á e designará, de imediato, a data para a audiência de instrução.

§ 2º O árbitro será escolhido dentre os juizes leigos.

Art. 37. A instrução poderá ser dirigida por Juiz leigo, sob a supervisão de Juiz togado.

Art. 40. O Juiz leigo que tiver dirigido a instrução proferirá sua decisão e imediatamente a submeterá ao Juiz togado, que poderá homologá-la, proferir outra em substituição ou, antes de se manifestar, determinar a realização de atos probatórios indispensáveis.

Capítulo III**Dos Juizados Especiais Criminais****Disposições Gerais**

~~Art. 60. O Juizado Especial Criminal, provido por Juizes togados ou togados e leigos, tem competência para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo. (Vide Lei nº 10.259, de 2001)~~

Art. 60. O Juizado Especial Criminal, provido por juizes togados ou togados e leigos, tem competência para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo, respeitadas as regras de conexão e continência. (Redação dada pela Lei nº 11.313, de 2006)

Parágrafo único. Na reunião de processos, perante o juízo comum ou o tribunal do júri, decorrentes da aplicação das regras de conexão e continência, observar-se-ão os institutos da transação penal e da composição dos danos civis. (Incluído pela Lei nº 11.313, de 2006)

~~Art. 61. Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta Lei, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não-~~

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 387, DE 2008**Altera a redação do caput do artigo 193 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, a fim de consolidar perigosa a atividade profissional que implique a situação de risco de vida, perigo iminente de acidente ou violência física.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O **caput** do artigo 193 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 193. São consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho, aquelas que, por sua natureza ou método de trabalho, impliquem contato permanente com inflamáveis ou explosivos em condições de risco acentuado ou exposição à situação de risco de vida, perigo iminente de acidente ou violência física.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor 60 dias após a data de sua publicação.

Justificação

A segurança pública tem sido um dos grandes desafios do Estado, para suprir essa carência, cada vez mais às empresas utilizam-se de empresas particulares na defesa do patrimônio público e privado.

Trabalhadores como salva-vidas, vigilantes/vigias e seguranças privados estão sujeitos cotidianamente a perigo de vida e à violência física, principalmente por ser a figura jurídica do garante, ou seja, o que tem o dever legal de agir em situações de perigo.

Estas atividades profissionais, bem como as correlatas, não fazem parte do rol das perigosas descritas no artigo 193, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

A Previdência Social, já entende que a atividade de perigo, como a de vigilante, é merecedora de aposentadoria especial:

“Pessoa contratada por empresas especializadas em vigilância ou transportes de valores ou pelo próprio estabelecimento financeiro, habilitada e adequadamente preparada, em curso de vigilante para impedir ou inibir ação criminosa que tem por obrigação funcional proteger o patrimônio de terceiros contra roubos, depredações e outros atos de violência, estando devidamente autorizado a portar e utilizar-se de arma de fogo no exercício da atividade de que trata este subitem, ficando em decorrência sua integridade física exposta a risco habitual e permanente.”

O princípio para a aprovação deste projeto é o mesmo, o risco de violência e a constante exposição da vida em prol de terceiros.

Os valores do adicional de periculosidade, jamais serão capazes de repor o bem maior do trabalhador que rotineiramente está a exposição, que é a vida, mas serve de incentivo e de valorização destes importantes profissionais.

Consideramos da maior relevância a presente proposição por este motivo pedimos o apoio de nossos pares.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2008. – Senador **Paulo Paim**.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

Vide texto compilado**Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.**

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, Decreta:

.....
Art. 193. São consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem o contato permanente com inflamáveis ou explosivos em condições de risco acentuado. (Redação dada pela Lei nº 6.514, de 22-12-1977.)

§ 1º O trabalho em condições de periculosidade assegura ao empregado um adicional de 30% (trinta por cento) sobre o salário sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa. (Incluído pela Lei nº 6.514, de 22-12-1977.)

§ 2º O empregado poderá optar pelo adicional de insalubridade que porventura lhe seja devido. (Incluído pela Lei nº 6.514, de 22-12-1977.)

.....

(À Comissão de Assuntos Sociais – decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 388, DE 2008-COMPLEMENTAR

Institui a Contribuição Social para a Defesa Civil(CSDEC), transforma o Fundo Especial para Calamidades (FUNCAP) em Fundo Nacional para a Defesa Civil (FUNDEC), e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituída a Contribuição Social para a Defesa Civil – CSDEC, que incidirá sobre operações de seguros privados de coisas, pessoas, bens, responsabilidades, obrigações, direitos e garantias contratados ou cujos sinistros devam ser liquidados no País.

§ 1º A CSDEC não incide nas operações de resseguro e retrocessão.

§ 2º São isentas da CSDEC as operações de seguros:

I – vinculados à produção agrícola e ao financiamento de bens ou atividades rurais;

II – vinculados ao financiamento ou às operações de exportações de bens e serviços para o exterior;

III – contratados por pessoa jurídica de direito público.

§ 3º A alíquota da CSDEC é de um por cento sobre o valor do prêmio do seguro contratado.

§ 4º O fato gerador da obrigação de contribuir é a ocorrência de qualquer evento definido em lei ou em contrato que signifique e aperfeiçoamento do contrato de seguro ou, na ausência de definição, o pagamento ou a colocação à disposição da sociedade seguradora do valor do prêmio ou de sua parcela.

§ 5º O segurado ou o contratante do seguro é o responsável pelo pagamento da CSDEC.

§ 6º As sociedades seguradoras são responsáveis pela cobrança, retenção e recolhimento da CSDEC.

Art. 2º A falta de lançamento ou de recolhimento da CSDEC sujeitará as sociedades seguradoras às seguintes penas:

I – proibição de contratar com a Administração Pública, enquanto persistirem as condições previstas no **caput**;

II – multa diária de duas vezes o valor devido.

Art. 3º O Fundo Especial para Calamidades Públicas (FUNCAP), instituído pelo Decreto-Lei nº 950, de 13 de outubro de 1969, e ratificado pelo Decreto Legislativo nº 66, de 18 de dezembro de 1990, passa a denominar-se Fundo Nacional para a Defesa Civil (FUNDEC).

Art. 4º O Fundec será gerido pelo órgão responsável pela condução da Política Nacional de Defesa Civil.

Art. 5º O produto da arrecadação da CSDEC será integralmente revertido ao Fundec, no qual será escriturado em conta distinta das demais receitas e despesas.

Parágrafo único. O regulamento definirá instrumentos que facilitem a fiscalização do emprego dos recursos advindos da CSDEC por representantes indicados pelo setor de seguros privados.

Art. 6º Os recursos da conta mencionada no art. 5º serão empregados segundo planos de aplicação especiais, em consonância com os planos e programas globais e setoriais aprovados pelo órgão superior do Sistema Nacional de Defesa Civil, objetivando a realização de campanhas educativas, a promoção de ações de Defesa Civil e a resposta a calamidades públicas.

§ 1º Somente serão contemplados com recursos do Fundec os órgãos de Defesa Civil integrantes do Sistema Nacional de Defesa Civil.

§ 2º Os recursos do Fundec não poderão ser utilizados para despesas de manutenção administrativa do órgão gestor ou de qualquer outro órgão ou entidade da Administração Pública, permitida a aquisição ou locação de equipamentos e bens necessários ao cumprimento das finalidades do Fundo.

§ 3º Os recursos do Fundec terão a seguinte destinação, mediante repasse mensal em conta específica:

I – 33,4% para o órgão federal de Defesa Civil;

II – 33,3% para os órgãos estaduais de Defesa Civil, distribuídos em função dos padrões históricos de distribuição geográfica dos desastres, apurados anualmente;

III – 33,3% para os órgãos municipais de Defesa Civil, distribuídos em função dos riscos a que estão submetidas as populações de áreas de risco, apurados anualmente.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do dia primeiro de janeiro do ano subsequente.

Justificação

O rápido adensamento dos aglomerados humanos tende a provocar a degradação do meio ambiente, em função das dificuldades de ordenamento da ocupação do espaço urbano, aumentando muito a probabilidade de desastres. A explosão demográfica e o vertiginoso processo de urbanização experimentados pelo Brasil levaram à formação de áreas de extremo risco de calamidade em praticamente todas as zonas metropolitanas das médias e grandes cidades brasileiras.

Nesse contexto, é vital para a sociedade dispor de um sistema de Defesa Civil eficiente e organizado, dotado dos recursos humanos -suficientes e bem trei-

nados, da infra-estrutura instalações e equipamentos – e dos recursos financeiros necessários ao seu adequado funcionamento.

O Brasil dispõe de um Conselho Nacional de Defesa Civil (CONDEC) e de um bem estruturado Sistema Nacional de Defesa Civil (SIINDEC), ambos regulados pelo Decreto nº 5.376, de 17 de fevereiro de 2005. De acordo com esse decreto, as ações de defesa civil objetivam, fundamentalmente, a redução dos desastres, e compreendem a prevenção, a preparação para emergências e desastres e a resposta a eles, bem como a reconstrução e a recuperação das regiões afetadas.

Por sua vez, o Fundo Especial para Calamidades Públicas (FUNCAP) – criado pelo Decreto-Lei nº 950, de 13 de outubro de 1969, ratificado pelo Decreto Legislativo nº 66, de 1º de dezembro de 1990 e regulamentado pelo Decreto nº 1.080, de 8 de março de 1994 – destina-se a financiar as ações de socorro, de assistência à população e de reabilitação de áreas atingidas.

Há, portanto, uma clara lacuna no que se refere às ações de prevenção de desastres e de preparação para emergências e desastres. Tais ações ficam à mercê de dotações orçamentárias que, além de historicamente pífiyas, estão sujeitas a constante contingenciamento.

Propomos a reformulação do Funcap, de modo a preencher essa incômoda lacuna referente à provisão de verbas para as ações de defesa civil, da forma como são concebidas modernamente. Mas de nada adiantaria apenas modificar a denominação do Fundo e manter o atual aporte de recursos. O rateio do mesmo montante também para ações de prevenção e preparação apenas reduziria os recursos destinados à resposta aos desastres e à reconstrução e recuperação das regiões afetadas.

O incremento dos recursos destinados ao novo Fundo, agora denominado Fundo Nacional para a Defesa Civil (FUNDEC), advirá da criação de uma Contribuição Social para a Defesa Civil (CSDEC), a incidir sobre operações de seguros privados de coisas, pessoas, bens, responsabilidades, obrigações, direitos e garantias contratados ou cujos sinistros devam ser liquidados no País.

A relação entre os temas é simples. Quanto mais eficiente a prevenção de acidentes, por meio

da estruturação, ainda mais adequada dos órgãos de defesa civil, menores serão os efeitos dos desastres e, portanto, menores as perdas de vidas humanas e os prejuízos materiais. Nessas condições, menores serão os riscos assumidos pelas empresas seguradoras e, desse modo, maiores os seus lucros, ou – o que seria mais desejável – menores os valores dos prêmios, o que, aumentaria a procura pela contratação de seguros.

Dessa maneira, ganha a população – em especial a mais carente, moradora de áreas de risco – e ganham as empresas de seguros. Além disso, o consumidor de seguros não é demasiadamente onerado, uma vez que a alíquota preconizada para a CSDEC é de apenas um por cento do valor do prêmio a ser pago.

As Contribuições Sociais foram concebidas na Constituição Federal de 1988 como uma forma de garantir – além da eficácia normativa e processual – os recursos materiais necessários à efetivação dos direitos sociais. Com efeito, a segurança figura entre esses direitos, elencados no art. 6º do texto constitucional. E, de acordo com o art. 144, 1º e § 5º, as atividades de defesa civil, a serem desenvolvidas pelos bombeiros, integram o conceito de segurança pública.

Destinadas a preservar a vida, a incolumidade física e a saúde das pessoas, em especial as mais carentes, as ações de defesa civil devem ser financiadas mediante a contribuição de toda a sociedade. Registre-se que, conforme o art. 21, XVIII, da, Lei Maior, figura entre as competências da União “planejar e promover a defesa permanente contra calamidades públicas, especialmente as secas e inundações”. Além disso, compete privativamente à União legislar sobre defesa civil (art. 22, XXVIII).

Em função disso, oferecemos à consideração de nossos pares o presente Projeto de Lei Complementar. Acreditamos tratar-se de uma importante iniciativa do Senado Federal no sentido de promover a segurança da população, em especial dos brasileiros que vivem em zonas de risco, por meio de ações anteriores e posteriores à ocorrência de desastres. Mais que simples manifestação de solidariedade humana, a prevenção de desastres e o socorro à população constituem função essencial do Estado moderno.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2008. – Senador **Casildo Maldoner**.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 950, DE 13 DE OUTUBRO DE 1969.

Institui no Ministério do Interior o Fundo Especial para Calamidades Públicas (FUNCAP) e dá outras providências.

OS MINISTROS DA MARINHA DE GUERRA, DO EXÉRCITO E DA AERONÁUTICA MILITAR, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968,

DECRETAM:

Art 1º Fica instituído no Ministério do Interior o Fundo Especial para Calamidades Públicas (FUNCAP), como um dos instrumentos de execução do programa previsto no artigo 8º, item XII, da Constituição Federal.

Art 2º Constituem recursos do FUNCAP:

- a) as dotações orçamentárias da União e os créditos adicionais que lhe forem atribuídos;
- b) os auxílios, subvenções, contribuições de entidades públicas ou privadas, nacionais, internacionais ou estrangeiras, destinadas à assistência a populações atingidas em caso de calamidade pública;
- c) os saldos dos créditos extraordinários abertos para calamidade pública não aplicados e ainda disponíveis;
- d) outros recursos eventuais.

Art 3º Os recursos a que se refere o artigo anterior serão depositados em conta especial, no Banco do Brasil S.A.

Parágrafo único. A rede de bancos oficiais e privados poderá, ser utilizada para recebimento de auxílios e donativos, que serão transferidos até o fim de cada mês à conta especial.

Art 4º Incumbe a uma Junta Deliberativa, composta por representantes do Ministério do Interior, da Fazenda e do Planejamento e Coordenação Geral, presidida pelo primeiro e indicados pelos respectivos Ministros, programar a aplicação dos recursos financeiros, segundo o Plano Nacional de Defesa Permanente contra as Calamidades Públicas e aprovar a proposta do orçamento anual do FUNCAP.

Art 5º O Poder Executivo estabelecerá, através do Plano Nacional de Defesa Permanente contra as Calamidades, as diretrizes para aplicação do FUNCAP, especialmente para:

- a) assistência imediata às populações atingidas por calamidades públicas, cujo estado venha a ser declarado em decreto pelo Governo Federal;
- b) reembolso de despesas de entidades públicas ou privadas prestadoras de serviços e socorros realizados nos termos deste diploma legal.

Art 6º O regulamento do presente Decreto-lei, disciplinando o mecanismo e condições de sua utilização, será expedido dentro do prazo de noventa dias.

Art 7º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD
AURÉLIO DE LYRA TAVARES
MÁRCIO DE SOUZA E MELLO
José Costa Cavalcanti

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 17.10.1969

Constituição Federal

Art. 21. Compete à União:

- I - manter relações com Estados estrangeiros e participar de organizações internacionais;
- II - declarar a guerra e celebrar a paz;
- III - assegurar a defesa nacional;
- IV - permitir, nos casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente;
- V - decretar o estado de sítio, o estado de defesa e a intervenção federal;
- VI - autorizar e fiscalizar a produção e o comércio de material bélico;
- VII - emitir moeda;
- VIII - administrar as reservas cambiais do País e fiscalizar as operações de natureza financeira, especialmente as de crédito, câmbio e capitalização, bem como as de seguros e de previdência privada;
- IX - elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social;
- X - manter o serviço postal e o correio aéreo nacional;
- XI - ~~explorar, diretamente ou mediante concessão a empresas sob controle acionário estatal, os serviços telefônicos, telegráficos, de transmissão de dados e demais serviços públicos de telecomunicações, assegurada a prestação de serviços de informações por entidades de direito privado através da rede pública de telecomunicações explorada pela União.~~
XI - explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de telecomunicações, nos termos da lei, que disporá sobre a organização dos serviços, a criação de um órgão regulador e outros aspectos institucionais; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 8, de 15/08/95:)
- XII - explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão:
 - a) ~~os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens e demais serviços de telecomunicações;~~
a) os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 8, de 15/08/95:)
 - b) os serviços e instalações de energia elétrica e o aproveitamento energético dos cursos de água, em articulação com os Estados onde se situam os potenciais hidroenergéticos;
 - c) a navegação aérea, aeroespacial e a infra-estrutura aeroportuária;
 - d) os serviços de transporte ferroviário e aquaviário entre portos brasileiros e fronteiras nacionais, ou que transponham os limites de Estado ou Território;
 - e) os serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros;
 - f) os portos marítimos, fluviais e lacustres;
- XIII - organizar e manter o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios;

~~XIV - organizar e manter a polícia federal, a polícia rodoviária e a ferroviária federais, bem como a polícia civil, a polícia militar e o corpo de bombeiros militar do Distrito Federal e dos Territórios;~~

XIV - organizar e manter a polícia civil, a polícia militar e o corpo de bombeiros militar do Distrito Federal, bem como prestar assistência financeira ao Distrito Federal para a execução de serviços públicos, por meio de fundo próprio;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XV - organizar e manter os serviços oficiais de estatística, geografia, geologia e cartografia de âmbito nacional;

XVI - exercer a classificação, para efeito indicativo, de diversões públicas e de programas de rádio e televisão;

XVII - conceder anistia;

XVIII - planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações;

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

II - desapropriação;

III - requisições civis e militares, em caso de iminente perigo e em tempo de guerra;

IV - águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão;

V - serviço postal;

VI - sistema monetário e de medidas, títulos e garantias dos metais;

VII - política de crédito, câmbio, seguros e transferência de valores;

VIII - comércio exterior e interestadual;

IX - diretrizes da política nacional de transportes;

X - regime dos portos, navegação lacustre, fluvial, marítima, aérea e aeroespacial;

XI - trânsito e transporte;

XII - jazidas, minas, outros recursos minerais e metalurgia;

XIII - nacionalidade, cidadania e naturalização;

XIV - populações indígenas;

XV - emigração e imigração, entrada, extradição e expulsão de estrangeiros;

XVI - organização do sistema nacional de emprego e condições para o exercício de profissões;

XVII - organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios, bem como organização administrativa destes;

XVIII - sistema estatístico, sistema cartográfico e de geologia nacionais;

XIX - sistemas de poupança, captação e garantia da poupança popular;

XX - sistemas de consórcios e sorteios;

XXI - normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação e mobilização das polícias militares e corpos de bombeiros militares;

XXII - competência da polícia federal e das polícias rodoviária e ferroviária federais;

XXIII - seguridade social;

XXIV - diretrizes e bases da educação nacional;

XXV - registros públicos;

XXVI - atividades nucleares de qualquer natureza;

~~XXVII - normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para a administração pública, direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, nas diversas esferas de governo, e empresas sob seu controle;~~

XXVII - normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, obedecido o disposto no art. 37, XXI, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do art. 173, § 1º, III; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XXVIII - defesa territorial, defesa aeroespacial, defesa marítima, defesa civil e mobilização nacional;

CAPÍTULO III DA SEGURANÇA PÚBLICA

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I - polícia federal;

II - polícia rodoviária federal;

III - polícia ferroviária federal;

IV - polícias civis;

V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

~~§ 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, estruturado em carreira, destina-se a:~~

§ 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;

II - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;

~~III - exercer as funções de polícia marítima, aérea e de fronteiras;~~

III - exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

IV - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

~~§ 2º A polícia rodoviária federal, órgão permanente, estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais.~~

~~§ 3º A polícia ferroviária federal, órgão permanente, estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das ferrovias federais.~~

§ 2º A polícia rodoviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 3º A polícia ferroviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das ferrovias federais. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 4º - às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

§ 5º - às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

DI C 66/1990 (DECRETO LEGISLATIVO) 18/12/1990	
Situação:	NÃO CONSTA REVOGAÇÃO EXPRESSA
Chefe de Governo:	FERNANDO COLLOR
Origem:	LEGISLATIVO
Fonte:	21/12/1990
Link:	Texto integral não disponível
Ementa:	RATIFICA, NOS TERMOS DO ART. 36 DO ATO DAS DISPOSICOES CONSTITUCIONAIS TRANSIT ORIAS, OS FUNDOS QUE MENCIONA. - ADCT. CONSTITUICAO/88. - FUNDO FEDERAL AGROPECUARIO (FFAP) - LDL 8, DE 11/10/1962 - FUNDO GERAL DO CACAU (FUNGECAU), DEC. 86179, 06/07/1981 - FUNDO DE ELETRIFICACAO RURAL DE COOPERATIVAS (FUER) - DEC. 67052, 13/08/1970 ; - FUNDO NACIONAL DE COOPERATIVISMO (FUNACOOOP), DEL 59, 21/11/1966; E 22/11/1985; - FUNDO ESPECIAL PARA CALAMIDADES PUBLICAS (FUNCAP), DEL 950, DE 13/10/1969.
Referenda:	CONSTITUICAO - 1988
Alteração:	
Correlação:	
Interpretação:	
Veto:	
Assunto:	
Classificação de Direito:	
Observação:	

(Às Comissões de Assuntos Sociais, e de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. Nº 099/08-GLDEM

Brasília, 15 de outubro de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Marco Maciel para compor a Comissão Temporária para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

Cordialmente, – Senador **José Agripino**, Líder do Democratas no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Presidência designa o Sr. Senador Marco Maciel para compor a Comissão Temporária para reforma do Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do ofício que acaba de ser lido.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

Vamos iniciar agora a Ordem do Dia, mas antes quero agradecer a compreensão da Senadora Marisa Serrano, que era a oradora inscrita para falar no horário das Lideranças; agradecer também a compreensão do Senador Gilberto Goellner e ainda do Senador Sérgio Zambiasi. Esses oradores ficarão para depois da Ordem do Dia, já que ela vai ser breve. Não vamos ter uma Ordem do Dia prolongada.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 7:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 7, DE 2008

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2008, tendo como primeiro signatário o senador Gim

Argello, que altera os arts. 21,22 e 48 da Constituição Federal, para transferir da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.

Parecer favorável, sob nº 727, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

A matéria constou da Ordem Dia da última sessão deliberativa ordinária, quando teve a sua apreciação transferida para hoje.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do art. 358 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante cinco sessões deliberativas ordinárias consecutivas, em fase de discussão em primeiro turno, quando poderão ser oferecidas emendas assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado.

Quarta sessão de discussão em primeiro turno.

Em discussão a proposta. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, a matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa, para prosseguimento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Projeto de Lei do Senado nº 98, de 2002 – Complementar, tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 503, de 2003, 60 e 96, de 2008.

Sobre a mesa, requerimento de urgência que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.241, DE 2008 (REQUERIMENTO Nº 16, DE 2008-CCJ)

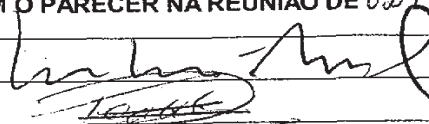
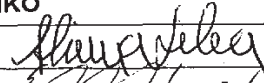
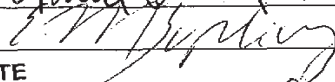
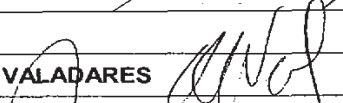
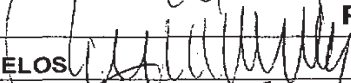
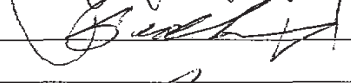
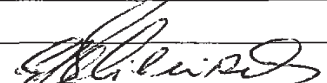
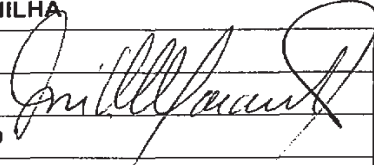
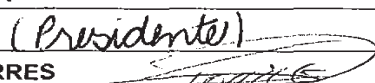
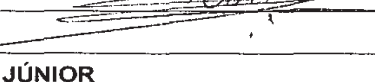
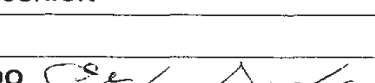
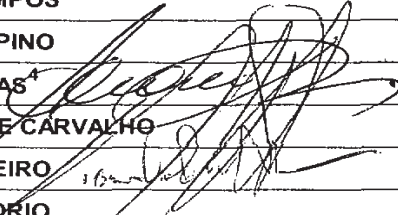
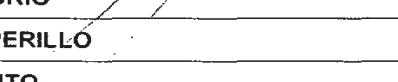
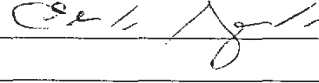
Nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência para o PLS nº 98, de 2002 – Complementar.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2008. – Senador **Tasso Jereissati**.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: ^{Requerimento de URGÊNCIA no} PLS Nº 98 DE 2002

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 02/07/2008, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: 	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)²	
SERYS SLHESSARENKO	1. JOÃO RIBEIRO
MARINA SILVA 	2. INÁCIO ARRUDA
EDUARDO SUPLICY 	3. CÉSAR BORGES
ALOIZIO MERCADANTE	4. MARCELO CRIVELLA
IDELI SALVATTI	5. MAGNO MALTA
ANTONIO CARLOS VALADARES 	6. JOSÉ NERY (PSOL) ³
PMDB	
JARBAS VASCONCELOS 	1. ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON 	2. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	3. LEOMAR QUINTANILHA
ALMEIDA LIMA	4. VALDIR RAUPP
VALTER PEREIRA 	5. JOSÉ MARANHÃO 
GEOVANI BORGES ⁶	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
ADELMIR SANTANA	1. ELISEU RESENDE
MARCO MACIEL ¹ (Presidente) 	2. JAYME CAMPOS
DEMÓSTENES TORRES 	3. JOSÉ AGRIPINO
KÁTIA ABREU 	4. ALVARO DIAS 
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5. VIRGINIO DE CARVALHO
ARTHUR VIRGÍLIO	6. FLEXA RIBEIRO 
EDUARDO AZEREDO 	7. JOÃO TENÓRIO
LÚCIA VÂNIA	8. MARCONI PERILLO
TASSO JEREISSATI	9. MÁRIO COUTO
PTB⁵	
EPITÁCIO CAFETEIRA	1. MOZARILDO CAVALCANTI
PDT	
OSMAR DIAS	1. CRISTOVAM BUARQUE

Atualizada em: 04/06/2008

¹ Eleito Presidente da Comissão em 08/08/2007;

² O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22/11/2007 (DSF de 28/11/07);

³ Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo;

⁴ Vaga cedida pelo Democratas;

⁵ Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008;

⁶ Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em votação o requerimento. (Pausa.)

Quero esclarecer que o Relator dessa matéria na Comissão de Justiça foi o Senador Tasso Jereissati.

V. Ex^a pede a palavra, Senador Tasso Jereissati?

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, este projeto foi motivo de tensa discussão e negociação na Comissão de Constituição e Justiça e colocado em regime de urgência em face de existir um prazo estabelecido pelo Supremo Tribunal Federal em relação à regulamentação, à legislação da criação de novos Municípios. Se esse projeto não for votado dentro do prazo determinado pelo Supremo Tribunal Federal, teremos como consequência um vazio na lei, em que vai vigorar a determinação do Supremo, fazendo com que vários Municípios brasileiros desapareçam em função de não estarem de acordo com a legislação em vigor à época da votação no Supremo Tribunal Federal.

Desta maneira, fizemos uma discussão ampla, dentro do Senado, estabelecendo critérios bastante claros, bastante definidos, que dá a oportunidade de criação de novos Municípios, desde que eles provem, depois de um plebiscito, que tenham condições econômicas, condições estruturais, condições sociais e condições ambientais, para que venham a adquirir sua autonomia.

Por essa razão é que foi colocada a necessidade de se votar isto imediatamente. Há várias emendas acolhidas, do Senador Valter Pereira e de outros Senadores que participaram ativamente dessa discussão, e esclareço a todos os nossos colegas Senadores da necessidade de que este projeto seja votado hoje.

Apenas lembro que a matéria ainda precisa ir à Câmara e atender ao prazo do Supremo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, não é sobre a matéria... Não é sobre a matéria, Sr. Presidente. Em seguida...

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sobre a matéria, Presidente Garibaldi.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sobre a matéria, fala o Senador Tião Viana. Depois, o Senador Eduardo Azeredo.

Lembro que está em votação um requerimento de urgência.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero apenas me associar às palavras do

Senador Tasso Jereissati. Essa matéria é um desafio ao Senado para cumprir sua agenda, independente das dificuldades que a política impõe à atividade legislativa normal. Eu sei que V. Ex^a está devidamente empenhado na decisão que a Casa toma sobre essa matéria. Chegamos ao ponto de o Supremo Federal estabelecer prazo – o que não é normal nas relações de Estado. Eu entendo que o Supremo Federal podia ter dialogado com o Parlamento brasileiro, ter tratado dessa questão, sensibilizando... Nós poderíamos ter assumido a responsabilidade que temos de votar uma matéria dessa importância para o Brasil, separando o oportunismo eleitoral, o oportunismo inconseqüente para a criação de municípios do que é a sensatez da criação de municípios que precisam da consideração para o bem de sua comunidade. No entanto, eu vejo que nós temos tido, historicamente, a resistência de governos, através dos órgãos de planejamento e financeiros, dos órgãos de finanças, para que esta matéria não seja votada. É uma matéria de interesse da sociedade, da comunidade. As regras devem ser justas, têm de ser maduras, não podem ser de oportunismo eleitoral. Acho que está nas mãos de V. Ex^a, do Plenário, a resposta técnica, legislativa, para um desafio que se impõe a todos nós.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, Senador Eduardo Azeredo e, em seguida, Senador Valter Pereira.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, este assunto já vem sendo discutido há muito tempo, já esteve em pauta aqui, também uma proposta de emenda constitucional do Senador Sérgio Zambiasi sobre essa questão porque, ao ser aprovada a PEC nº 15, tivemos praticamente inviabilizada a criação de qualquer novo município no Brasil. E o Brasil é um País que cresce, tem áreas ainda que estão em desenvolvimento e portanto não há que se ter a rigidez.

Por outro lado, não podemos permitir o que aconteceu no passado, quando houve um abuso muito grande e municípios foram criados sem a mínima condição de viabilidade. Portanto o que temos que buscar é um meio termo, que devolva aos Estados, já que o Brasil é uma República Federativa, a prerrogativa de poderem fazer uma legislação estadual que possibilite a criação de novos municípios, mas respeitando critérios mínimos nacionais, que é o que o projeto propõe, aprovado que foi na Comissão de Constituição e Justiça.

Eu ainda considero que o número de habitantes está um pouco elevado, mas, de qualquer maneira, é fundamental aprovarmos já inclusive porque o projeto,

além de fazer essa regulamentação, também viabiliza municípios que foram criados na vacância de uma lei que estivesse complementando a PEC nº 15. Portanto são 50 e poucos municípios que estão ameaçados de deixar de existir, quando eles foram criados dentro de uma análise de uma interpretação de que a PEC não estaria ainda em funcionamento pela ausência da sua lei complementar.

Portanto é importante que aprovemos a matéria e também em regime de urgência.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Valter Pereira.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a urgência urgentíssima desse projeto decorre não só da orientação do Supremo Tribunal Federal, que, na verdade, tem até caráter mandamental, como também da situação de fato que vivem os Municípios que foram criados ou os distritos que estão em fase de criação. Há numerosos casos em que todas as medidas preliminares para a criação dos Municípios já foram adotadas e cujas populações inclusive expressaram sua vontade por meio da realização de plebiscito, como é o caso de Paraíso das Águas, no meu Estado.

Em função disso, eu e a Senadora Marisa Serrano subscrevemos uma emenda, considerando que estamos em turno suplementar, o que é admissível pelo Regimento. Conversamos longamente e negociamos com o ilustre Relator Tasso Jereissati sobre o texto dessa emenda. Essa emenda procura respeitar, procura garantir aqueles casos em que medidas foram adotadas e providências foram tomadas, como, por exemplo, a realização de plebiscito e a implantação, em alguns casos, de Municípios.

E o Senador Jereissati foi muito objetivo ao aceitar essa emenda, dando inclusive um prazo para que, caso não haja o cumprimento integral de todas as exigências, se cumpram essas exigências ao longo de quatro anos.

Então, eu acho que o projeto está inteiramente acabado, está pronto para ser votado, daí por que a urgência da sua aprovação, da sua votação.

Quero registrar a presença de um Vereador de Paraíso das Águas, que foi líder do movimento em favor da emancipação na memorável campanha realizada em favor da emancipação e para que o plebiscito desse a sua manifestação no caso de Paraíso das Águas. Registro a presença do Vereador Ivan, mais conhecido lá no Município como Vereador “Xixi”. O Vereador está aqui presente, “linkado” ao seu distrito, cuja população

está ansiosa, acompanhando esta sessão hoje. E ele está aqui também acompanhado de duas outras lideranças do Município, que são o Fernando Brito e o Jair Boschetti, que estão representando aquele distrito, que só aguarda a votação deste projeto para que seja elevado à condição de Município.

É o caso também do Município de Figueirão, que terá um prazo de quatro anos para ajustar-se às condições que foram estabelecidas pela redação dada pelo Senador Tasso Jereissati.

Portanto, Sr. Presidente, vamos hoje ver se nós desencahamos este projeto, que é muito importante para muitos Municípios brasileiros.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Votação do requerimento de urgência.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu pediria só que fosse distribuído o substitutivo. O que foi distribuído para nós foi apenas o projeto original, e há o substitutivo aprovado na CCJ, que não é de conhecimento dos Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Já está sendo providenciado.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Inclusive a emenda. A emenda a que me referi está na mesa, em poder de V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E a emenda também.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Eu gostaria que ela fosse relatada pelo Senador Tasso Jereissati.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A emenda também vai ser distribuída.

Em votação o requerimento. (Pausa.)

É sobre o requerimento?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – É sobre o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – É para parabenizar a Presidência por cumprir aquilo que disse. Ontem, no plenário, V. Ex^a disse que, se houvesse quórum, hoje nós votaríamos o projeto que vai permitir a criação de novos Municípios no Brasil, cujo parecer é do Senador Tasso Jereissati.

Eu sou a favor do requerimento de urgência, e vamos votar o projeto e aprová-lo, para encaminhamento à Câmara, porque nós temos de, até o final deste exercício, ter resolvida a legislação que permita

a retomada com critérios, não da forma como era feita no passado, a criação de novos Municípios. Parabéns ao Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, parabenizar V. Ex^a, porque ontem, em um pronunciamento meu, V. Ex^a disse que só dependia de um acordo de Líderes do Plenário.

V. Ex^a cumpre exatamente a sua palavra, trazendo à votação hoje o Projeto de Lei do Senado nº 98, que é o complementar. Neste momento, espero que todos os Senadores que acusaram a presença no painel possam se fazer presentes, porque nós precisamos de 41 votos “Sim” ao projeto para vê-lo aprovado. São 41 votos. Então, não é preciso apenas ter o nome no painel. É preciso estar presente, aqui, em plenário.

Mas parableno V. Ex^a, que atendeu a um pleito de 58 Municípios brasileiros que estão em pleno funcionamento, com suas instituições, Prefeitura, Câmara de Vereadores, Secretarias Municipais, ou seja, atendendo à sua população. No caso particular da Bahia, Sr. Presidente, dois grandes Municípios: Luís Eduardo Magalhães e Barrocas, sendo que, particularmente, Luís Eduardo Magalhães é, sem sombra de dúvida, um dos Municípios que mais se desenvolve, senão o que mais se desenvolve no Estado e, também, no País. E não poderia, de forma alguma, estar sujeito a um retrocesso para que voltasse à condição anterior. Isso seria inaceitável em qualquer hipótese, Sr. Presidente.

Portanto, neste momento, faço um apelo aos Srs. Senadores: que votem “Sim” ao projeto, que estejam presentes no plenário. E a Bahia estará extremamente grata ao Senado por ter cumprido o seu papel e, também, 58 Municípios brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nós temos 33 Srs. Senadores em plenário.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Sr. Presidente, eu quero discutir o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Renato Casagrande, V. Ex^a quer discutir? Então, é numa fase posterior.

Lembro que nós temos no plenário 33 Sr^{as} e Srs. Senadores. Portanto, precisamos contar ainda com a presença de mais Senadores e Senadoras.

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Júnior.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, também venho

aqui apoiar a votação do Projeto de Lei do Senado Complementar nº 98, que trata da regularização de 58 Municípios brasileiros, dois inclusive no Estado da Bahia, e que também normatiza a criação de novos Municípios.

É da maior importância este projeto que foi relatado pelo Senador Tasso Jereissati na CCJ, e nós apelamos aos Srs. Senadores presentes à Casa que venham a Plenário para nós o votarmos, pois temos prazo exíguo para aprová-lo, não só no Senado, como na Câmara. Até novembro, nós temos de aprovar este projeto, para que não desapareçam Municípios importantes, inclusive o Município de Luís Eduardo, na Bahia, de grande crescimento econômico e, hoje, com agronegócio da maior importância. Portanto, nós precisamos aprovar com urgência este projeto.

Então, apelamos aos Srs. Senadores e agradecemos à Presidência da Casa, V. Ex^a, que se dispôs a submeter à votação desde que – claro – os Senadores estejam presentes. Então, é necessária a presença de todos para que nós votemos este projeto hoje ainda.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino, Líder do Democratas.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu acho que temos a oportunidade de apalinar um assunto que, de qualquer maneira, não está resolvido: a questão da criação de Municípios novos.

Há muitos Municípios criados, há Municípios em processo de criação e há uma expectativa de criação de novos Municípios.

Eu acho que é oportuno que esse projeto de lei complementar, cujo Relator, Senador Tasso Jereissati, esmerou-se em apresentar um relatório que reputo consistente, seja apreciado e votado logo. O quórum pode até estar baixo, é uma questão de fazermos uma avaliação. Eu votarei e votarei a favor.

Há um claro posicionamento do Relator, com o qual concordo, com relação aos Municípios que foram criados, aos Municípios em processo de transição para criação e a Municípios que venham a ser criados.

Para os Municípios criados, estabelece-se uma espécie de definição: aceita-se. Para os que estão em processo de transição para criação, estabelecem-se normas e exigências a serem cumpridas. Para aqueles cujo plebiscito já tenha sido realizado – o plebiscito não significa dizer que o Município está automaticamente criado –, eles vão se submeter a uma série de regras, tudo no intuito de fazer a criação de Municípios com regras de responsabilidade, objetivando o interesse coletivo, o interesse de quem mora no Município, o in-

teresse do Estado. Igualmente com relação à expectativa para criação de Municípios novos, que devem ter uma infra-estrutura mínima, devem ter uma população mínima, devem ter uma renda pública mínima. Do contrário, apenas vão-se dividir cotas de Fundo de Participação e distribuir pobreza. E distribuir pobreza. É bom isso? Acho que não é bom.

Acho que bom é o relatório do Senador Tasso Jereissati, que estabelece normas para os processos em transição de criação de Municípios e estabelece normas claras com relação à criação de futuros Municípios.

A minha opinião é a de que está na hora de votar. Esta matéria há muito tempo vem em discussão. Acho que o relatório é bom, o projeto de lei é consistente, e o meu voto será favorável.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Líder da Minoria, Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Garibaldi Alves, enquanto aguardamos o quórum, quero parabenizar também V. Ex^a. V. Ex^a é conhecedor, tem conhecimento de que há muito tempo vários povoados – vamos chamar assim – estão aguardando a votação deste projeto, procurando a sua independência. É lógico que este projeto vai mostrar a cada um deles o que eles têm que ter para poder se emancipar: viabilidade econômica, uma série de exigências; e aqueles que se enquadrem nessas exigências serão emancipados.

Só no meu Estado, Senador, vários estão esperando este momento, o momento desta votação. Esta matéria, há muito tempo, está aqui neste plenário aguardando votação. E quantos de nós Senadores já observamos a necessidade de votar esse processo de emancipação? Logicamente, sem contar aqueles cinquenta e poucos Municípios que estão esperando essa lei para se tornarem legais.

Então, Senador Presidente, quero, nesta tarde, dizer da minha alegria, da minha satisfação de poder votar este projeto, sabendo que, no meu Brasil e no meu Estado, principalmente no Estado do Pará, várias povoações querem a sua independência, porque sabem que têm condição de se tornarem Município e de se tornarem economicamente viável.

Por isso, quero aqui, nesta tarde, parabenizar o Senado Federal pela votação daqui a pouco deste projeto que trará a cada habitante daqueles que querem se emancipar uma imensa satisfação de poder se tornar um Município independente, ter vida própria e viabilidade econômica de crescimento.

O Senado está de parabéns na tarde de hoje.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, o Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a relatoria do Senador Tasso Jereissati, como sempre, foi segura, conseqüente e competente e dá a resposta final para uma demanda muito antiga que assombrava o Congresso Nacional.

Afinal de contas, por aí, nós consolidamos e salvaguardamos os Municípios já existentes e, ao mesmo tempo, terminamos com a farra da criação de Municípios inviáveis doravante. Eu vejo que é meritório o que se tem a discutir e a votar. Por isso, reitero a solicitação de que os Senadores do PSDB compareçam ao plenário para ajudarmos, com nossa bancada, a oferecer quórum real para a aprovação de uma matéria que exige 41 Senadores votando “sim”, e não 41 Senadores presentes para deliberação, mas, sim, 41 Senadores votando a favor da propositura.

E o PSDB, portanto, se coloca unanimemente a favor de matéria relevante e, repito, muito bem relatada pelo Senador Tasso Jereissati e, mais ainda, em muito boa hora votada e, se Deus quiser, aprovada pelo Senado da República, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em votação o requerimento de urgência.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – **Item extrapauta:**

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 98, DE 2002 – COMPLEMENTAR**

*(Tramitando em conjunto com os
Projetos de Lei do Senado nºs 503, de 2003;
60 e 96, de 2008.)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 98, de 2002 – Complementar, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que *regulamenta o procedimento para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento dos Municípios e dá outras providências (art. 18, § 4º, da Constituição Federal)*.

Pareceres sob os nºs 673 e 968, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, 1º pronunciamento (sobre os Projetos): favo-

rável ao Projeto de Lei do Senado nº 98, de 2002-Complementar, nos termos da Emenda nº 01-CCJ (Substitutivo), que oferece, e pela prejudicialidade das demais matérias que tramitam em conjunto; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nºs 2 a 5, de Plenário): favorável parcialmente às Emendas nºs 3 e 4, consolidadas na Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), e pela rejeição das Emendas nºs 2 e 5.

Discussão dos projetos e das emendas, em turno único.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.242, DE 2008

Requeiro, nos termos regimentais o desapensamento do PLS nº 503/2003, de autoria do Senador Sibá Machado, que “dispõe sobre o procedimento para criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios, regulamentando o § 4º do art. 18 da Constituição Federal e dá outras providências”, a fim de que tenha curso próprio.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2008. – Senador **Romero Jucá**.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em votação o requerimento de desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 503, de 2003.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O Projeto de Lei do Senado nº 503, de 2003, fica desapensado das demais matérias e vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Em discussão os Projetos de Lei do Senado nºs 98, de 2002, nºs 60 e 96, de 2008, e as emendas, em turno único.

Concedo a palavra, para discutir a matéria, ao Senador Renato Casagrande.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Para discutir. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, naturalmente nós estamos acompanhando a instabilidade que alguns Municípios estão vivenciando, porque foram, na prática, emancipados, elegeram prefeitos, elegeram vereadores, constituíram sua administração, estão trabalhando há alguns anos. O Supremo deu um prazo para que o Congresso possa estabelecer os critérios das emancipações dos Municípios. Têm toda a minha sensibilidade esses municípios que estão com essas dificuldades. Lá no meu Estado tem um Município, Governador Lindenberg, cujo Prefeito esteve aqui ontem e está aqui hoje, acompanhando essa situação; a população está apreensiva,

porque há muito tempo, há alguns anos, eles estão com autonomia administrativa e financeira.

Eu, na verdade, vim à tribuna para que nós possamos, com a minha provocação, esclarecer alguns assuntos. Nós tivemos, no passado, uma febre de emancipações de Municípios. Uma febre! Municípios que não tinham viabilidade foram emancipados; tivemos lideranças políticas que faziam política em busca de poder por meio das emancipações. Depois, com a legislação, ou com a definição constitucional, isso se encerrou. A minha única preocupação é que possamos de novo abrir essa janela, abrir essa porta, para que a gente volte à febre das emancipações dos Municípios, porque nós estamos com isso represado há muitos anos. Não podemos tornar àquela mesma prática que tínhamos no passado.

Estou aqui lendo o parecer do Senador Tasso. Esse projeto saiu da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, veio para cá pela urgência com relação aos Municípios que precisam ser regularizados. Estou aqui lendo, discutindo, para que a gente possa tirar as dúvidas e votar daqui a pouco.

O art. 5º do relatório de V. Ex^a, Senador Tasso, diz o seguinte: “É vedada a criação, incorporação, fusão, desmembramento de Municípios, quando implicarem inviabilidade dos Municípios preexistentes”.

Quem vai definir essa inviabilidade dos Municípios preexistentes? Isso está dito mais à frente, em seu relatório, dessa definição de inviabilidade?

Farei alguns questionamentos e, depois, acho que podemos estabelecer aqui o debate.

O art. 14 trata dos critérios de criação dos Municípios: nunca a população inferior a cinco mil habitantes na Região Norte. Na Região Norte do País, a população da área que quer ser desmembrada, que quer se emancipar, nunca inferior a cinco mil habitantes. Na Região Centro-Oeste e Nordeste, nunca inferior a 10 mil habitantes. Nas Regiões Sul e Sudeste – aí os Senadores de cada região vão fazendo seus cálculos e vendo quais são as situações –, nunca inferior a 15 mil habitantes.

Há o segundo critério: eleitorado inferior a 50% da população – nunca com eleitorado inferior a 50% da população da região que quer se emancipar –; que não disponha de núcleo urbano já constituído, dotado de infra-estrutura, edificações e equipamentos compatíveis com a condição de Município – também não há uma definição sobre o que é um núcleo urbano constituído. Isso depende do critério, da avaliação de cada região, de cada local –; com área urbana situada em reserva indígena; e assim por diante.

Aqui tem também, no art. 15, a questão da viabilidade do Município que vai se emancipar, se ele tem

viabilidade econômica e financeira. Acho que eu não estava no momento da apresentação do relatório de V. Ex^a. A grande dificuldade que tivemos no passado foi de fato a viabilidade econômica e financeira dos Municípios emancipados e a inviabilidade dos Municípios preexistentes.

Aqui está mais claro, pelo que vi, a forma de calcular a viabilidade dos Municípios que serão criados.

Sr. Presidente, acho que o Senador Tasso poderia nos responder como se calcularia essa questão da inviabilidade dos Municípios preexistentes. Se for possível falar sobre isso, Senador, eu gostaria de ouvir.

Senador Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Senador Casagrande, a sua dúvida básica é esta sobre a viabilidade do Município que fica, do restante do Município. Concordo com V. Ex^a que isso pode ficar mais claro, pode ter uma redação mais específica. Mas, no meu entendimento, está subentendido aqui que um Município novo, para ser criado, precisa de tais e tais pré-requisitos, como o pré-requisito populacional, pré-requisito econômico, que são definidos: número de imóveis, arrecadação própria, infra-estrutura própria, etc. Evidentemente, o Município que fica, que será o que sobra da criação do novo Município, não poderá ter condições inferiores a essa.

Mais adiante, fica estabelecido que será a Assembleia Legislativa, acompanhada dos órgãos de fiscalização, Secretaria da Receita do Estado, Tribunal de Contas do Estado, que fará a avaliação desses pré-requisitos.

Portanto, concordo com V. Ex^a que se pode deixar mais explicitados quais são os pré-requisitos. A meu ver, são os mesmos que viabilizariam a criação do novo Município. Se o novo Município não pode começar a existir com menos do que aquelas condições, evidentemente, o Município que fica não pode ter também condições inferiores àquela.

Mas estou de acordo que podemos explicitar melhor.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Talvez pudéssemos, então, neste debate...

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Pela ordem, não; um aparte, por favor. Só para colaborar com V. Ex^a e com o Relator.

O próprio Relator diz aqui o seguinte – olhe na página 21 do relatório. artº 8º...

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – “A aprovação do requerimento de fusão e incorporação...”

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Aliás, art. 9º: “A Assembleia Legislativa, após homologação do Estudo de Viabilidade Municipal, nos termos desta lei, para criação, incorporação, fusão e desmembramento de Município...”

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Este não é o art. 9º, não, Senador.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Aqui está artº 9º, página 21.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Não deve ser o relatório. O relatório final do Senador Tasso Jereissati está na última parte.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Está aqui no título “Da Análise”. É o projeto mesmo! É na página 21.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Não, mas o Senador Tasso alterou o projeto.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Ah, eu estou com a redação anterior.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Pegue a redação final do Senador Tasso, porque acho que é importante.

O prazo que nós temos para esses Municípios se encerra agora, no final do ano, não é isso? Encerra-se em novembro.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – No final de novembro. E lembro que precisa ir à Câmara.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Talvez nós precisássemos – se V. Ex^a pudesse acatar – de um órgão que pudesse ser responsável por declarar a viabilidade de um Município preexistente; colocar uma responsabilidade nisso. Ou que ele não ficasse com menos de 70% da arrecadação do Município. Tem de ter um critério de amarração para não inviabilizarmos os Municípios preexistentes.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Só para seu conhecimento. Parágrafo 7º do art. 13: “Não será permitida a criação de Municípios se a medida resultar para o Município preexistente na perda dos requisitos estabelecidos no *caput* deste artigo”. Mas concordo com V. Ex^a que isso pode ficar mais claro, mais explicitado, quais são as...

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Mas V. Ex^a tem condições regimentais de fazer alguma alteração nessa fase?

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Tenho impressão de que aqui é basicamente de redação, não? Basicamente de redação.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Tem o turno suplementar, a Assessoria da Mesa está aqui...

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – O §7º, isso não lhe satisfaz? Leio o § 7º: “Não será per-

mitida a criação de Municípios se a medida resultar para o Município preexistente na perda dos requisitos estabelecidos no *caput* deste artigo”.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Vamos fazer o seguinte, vamos votar e vamos discutir isso em turno suplementar, para ver se a gente consegue...

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Senador Casagrande, para colaborar com V. Ex^a. Realmente, eu tinha me reportado à página 21, que era outro dispositivo, mas aqui, se V. Ex^a olhar na página 70, o art. 15, V. Ex^a vai ler o seguinte: “Recebido o requerimento, a Assembléia Legislativa fará proceder no prazo de 180 dias estudo de viabilidade municipal do Município que se pretenda criar e a área remanescente do Município preexistente, que deverão demonstrar, obrigatoriamente, a viabilidade econômico-financeira, a viabilidade político-administrativa, a sustentabilidade sócio-ambiental”. Portanto, acredito que não há necessidade de explicitar mais, Senador Tasso Jereissati. V. Ex^a colocou aqui, de forma bastante clara, que é uma competência da assembléia e definiu inclusive quais os critérios. Acho que está resolvida a questão suscitada por V. Ex^a.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – O art. 15 começa a esclarecer as coisas.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Exatamente, é verdade.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Então, eu vou parar o debate e conversar um pouco com o Relator, independentemente de darmos seqüência, porque temos o turno suplementar para que possamos votar.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares, inscrito para discutir a matéria.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Sr. Presidente, solicito a minha inscrição para discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Sérgio Zambiasi está inscrito.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é uma matéria muito importante que temos de votar hoje, se possível, tendo em vista que é uma preocupação e, sobretudo, uma inquietação de todos os Municípios envolvidos no assunto. Hoje recebi treze Prefeitos de

Mato Grosso, cujos Municípios se encontram nessa situação preocupante.

Neste caso, o projeto do Senador Tasso Jereissati é perfeito. Fizemos duas emendas, tendo em vista que, em princípio, havia uma preocupação muito grande, particularmente em relação ao nosso Estado. Mas foram contempladas todas as regiões do Brasil, quando o Senador Renato Casagrande diz que, para criar Municípios nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste – e no Mato Grosso – fica contemplado o número de cinco mil habitantes; a Região Nordeste, com sete mil habitantes; e as Regiões Sul e Sudeste, com dez mil habitantes. Acho que são números satisfatórios.

Acima de tudo, na relatoria do Senador Tasso Jereissati, está claro e evidente que todos os mecanismos e instrumentos para aprovação e criação de Municípios estão tomados, principalmente quando é um desejo e um clamor das Assembléias Legislativas ter a competência de que seriam suficientes para a criação de Municípios.

Então, eu acho fundamental aprovarmos esta matéria, na medida em que ela vai ser encaminhada ainda à Câmara dos Deputados para ser aprovada e, depois, promulgada pelo Presidente da República.

Portanto, eu quero, aqui, mostrar a minha preocupação, tendo em vista que, hoje, há uma inquietação muito grande nas três cidades mato-grossenses, que esperam que o Senado Federal aprove o Projeto de Lei nº 98, de 2008.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Sérgio Zambiasi. Em seguida, falará o Senador Flexa Ribeiro e, depois, o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna para, primeiro, dizer que sou plenamente favorável a todos os projetos que tratem de emancipações. Eu tenho um princípio emancipacionista. Porém, eu quero trazer, aqui, uma preocupação, especialmente em relação à Região Sul do Brasil.

O Senador Tasso Jereissati, quando faz o relatório, estabelece números mínimos de população para cada região: cinco mil habitantes nas Regiões Norte e Centro-Oeste; sete mil habitantes na Região Nordeste e dez mil habitantes nas Regiões Sul e Sudeste.

Bom, eu faço um olhar para o Rio Grande do Sul. O meu Estado possui 496 Municípios. Trezentos e sessenta e um Municípios gaúchos, Sr. Presidente, têm menos de dez mil habitantes e não têm nenhum problema de desenvolvimento nem de administração.

Aliás, eu tenho um estudo realizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, destacando o progresso e o desenvolvimento desses pequenos Municípios.

Tem um outro aspecto que deve ser observado. Se a questão, Senador Tasso, é regionalizar, então, o Rio Grande do Sul tem duas metades muito claras. A metade norte do Rio Grande do Sul é a que mais possui Municípios e aquela dita mais desenvolvida. A metade norte possui cerca de 380 Municípios contra 100, ou menos de 100, da metade sul. Na metade norte, as distâncias entre um Município e outro, muitas vezes, não ultrapassam cinco ou dez quilômetros, e não tem nenhum problema de desenvolvimento. Muito pelo contrário.

Eu costumo chamar a atenção, inclusive, para os mapas de desenvolvimento. É só a gente visualizar os nossos Estados, visualizar o mapa de cada Estado. Onde há mais Municípios, maior desenvolvimento; onde há menos Municípios, menos chance de desenvolvimento. Isso é muito evidente. Basta que a gente projete um olhar sobre o mapa de cada Estado, e vamos ter essa percepção bastante clara.

O meu temor, Senador Tasso, é que, estabelecendo esse limite de dez mil habitantes para as Regiões Sul e Sudeste, nós vamos criar um impasse lá na Câmara. Nós estamos resolvendo, de um lado, um problema sério. Nós temos 29 Municípios, no Rio Grande do Sul, que estão na berlinda.

Aliás, em dezembro do ano passado, eu fiz o primeiro pronunciamento alertando aqui sobre esta questão constitucional, de Adin. Na retomada dos trabalhos, este ano, eu voltei a falar aqui sobre esse mesmo problema. Eu já fiz três ou quatro pronunciamentos a respeito. Felizmente, a Casa acordou para a gravidade do problema.

Eu tenho como exemplo do problema que se cria o Estado do Rio de Janeiro: a cidade carioca de Mesquita possui mais de 150 mil habitantes, mas pode voltar a ser um distrito se nós não resolvermos esse problema aqui.

Então, eu gostaria de pedir compreensão ao Senador Tasso e a Casa, para que o Relator pudesse apresentar uma emenda em plenário, uniformizando o número de habitantes em nível de Brasil. Que sejam cinco mil, seis mil, sete mil, mas que seja para todo o Brasil. Não trabalhando essas desigualdades regionais. Isso é tornar o Brasil desigual. É impedir que uma metade sul do Rio Grande do Sul, por exemplo, com Municípios prontos para serem emancipados com seis, sete, oito, nove mil habitantes não possam se emanci-

par. Eu tenho dúvidas se a Câmara vai acatar. Nessas condições, ela poderá fazer uma mudança e remeter novamente para o Senado.

De outra parte, Presidente, a Câmara, ontem, reuniu-se com a Confederação Nacional dos Municípios do Brasil. Foi criada uma comissão especial da Câmara dos Deputados para discutir e aprovar a PEC nº 495, de 2006, do Senador Luiz Otávio, que, em princípio, tratava, exclusivamente, destes 57 Municípios brasileiros que estão nessa situação de dificuldade em relação à lei. A Câmara detectou que a PEC apresentada pelo Senador Luiz Otávio tem um problema de constitucionalidade que está sendo corrigido por uma emenda...

(Interrupção do som.)

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Sr. Presidente, apresentada e aprovada essa emenda, a PEC volta ao Senado, e nós podemos também corrigir. Nada impede de votarmos este projeto de lei complementar. Acho que nós precisamos definitivamente resolver essa questão.

Eu mesmo apresentei a PEC 13, de 2003, de iniciativa das Assembléias, que trata do mesmo assunto. Agora eu peço a sensibilidade da Casa para que não se trabalhe essa discriminação regional, porque fatalmente nós vamos enfrentar um problema na Câmara e o projeto voltará aqui para o Senado.

Então, o que eu peço a Casa é que nós tornemos as regiões próximas umas das outras pelo menos, próximos umas das outras. Cinco mil para a região...

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senador Zambiasi...

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Pois não, Senador Tasso.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Eu gostaria de dizer, apenas para correção – eu estou ouvindo todos os seus argumentos, já ouvi todos os seus argumentos com bastante atenção –, que respeito profundamente o seu conhecimento do Estado, os estudos que foram feitos no Estado do Rio Grande do Sul. No entanto, eu acho que não é bem o termo, não existe a palavra discriminação, porque ela pode tomar outra conotação. Eu quero dizer que isso foi bastante discutido por representantes de todas as regiões, sem querer privilegiar nenhuma região, apenas olhando a realidade geopolítica de cada uma delas. Evidentemente, Senador Zambiasi, que a região Amazônica ou o Centro-Oeste têm características demográficas, econômicas e políticas completamente diferentes daquelas do Rio Grande do Sul. Só para dar um exemplo, o Rio de Janeiro é um Estado densamente povoado, pequeno

geograficamente, e muito denso. Essas características são completamente diferentes daquelas da região Amazônica, onde, com frequência, acontece o que o Senador Flexa me falava, trazendo como exemplo, na discussão, um Município no Estado do Pará, em que o distrito distava mil quilômetros da sede do Município. Evidentemente, é uma realidade com infra-estrutura zero e com acesso à sede do Município precaríssimo. Já no Rio Grande do Sul, um Estado populacionalmente denso, em que o desenvolvimento e a infra-estrutura seriam muito maiores, o pré-requisito seria diferente do pré-requisito lá. Não se trata de discriminar, sobretudo porque não colocamos Rio Grande do Sul. Estamos falando aqui de Sul e Sudeste. Por quê? Porque Sul e Sudeste têm características geoconômicas, políticas e demográficas completamente diferentes das do Norte do País, que, por sua vez, são muito diferentes das do Nordeste brasileiro. É isso. Então, não leve para esse lado, pelo amor de Deus. Longe de mim ou de qualquer um de nós, uma discriminação desse tipo.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Senador Tasso, retiro a palavra discriminação, mas acho que vamos criar uma grande dificuldade para uma região do Estado que, guardadas as proporções, também tem suas diferenças. O Rio Grande do Sul tem sua metade norte com 70% dos Municípios e a metade sul, geograficamente do mesmo tamanho, a metade, com 30% dos Municípios do Estado. Vamos continuar com essas diferenças regionais.

Peço a sensibilidade do Plenário para que reduza e ofereça oportunidade para que algumas regiões do sul do meu Estado.... Acredito que não seja diferente com São Paulo, com Paraná, com Santa Catarina – não conheço outros Estados, eu não poderia falar a respeito. Eu conheço o meu Estado, talvez não o suficiente ainda, mas sei das dificuldades de algumas das nossas regiões. Então, que igualasse à Região Nordeste, que o Sul tivesse o mesmo número da Região Nordeste, que se privilegiasse as Regiões Norte e as Regiões Centro-Oeste.

Eu conheço a questão da Lagoa do Céu, se não me engano. É um distrito de Altamira, do qual falei no meu primeiro pronunciamento aqui, porque eu recebi uma comissão lá do seu Estado, do Pará, e fiquei impressionado. O Prefeito leva seis dias para chegar lá. Acho que nós temos que avançar.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador Zambiasi, o distrito Castelo de Sonhos, fica a 1.050Km da sede do Município de Altamira. E esse distrito tem mais de 15 mil habitantes.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Perfeitamente. Eu estudei do seu município.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – E sem estrada, sem infra-estrutura nenhuma.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Eu ouvi os depoimentos das pessoas. Não conheço o local, mas conheço os depoimentos e solidarizei-me com o trabalho e já conversamos sobre esse assunto, inclusive.

O que eu proponho é uma emenda de plenário para que nós tenhamos, no mínimo, um processo de igualdade regional e maior possibilidade de o projeto passar na Câmara sem que as bancadas do Sul possam levantar essa questão.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Zambiasi?

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Pois não.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Senador, a Emenda de Plenário que V. Ex^a está propondo muda em que termos esse inciso que trata da população?

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Estou tentando sensibilizar o Relator para que possa apresentar essa emenda, reduzindo de 10 mil habitantes para, pelo menos, 7 mil no Sul, de maneira que as Regiões Sul e Sudeste possam emancipar com 7 mil habitantes, o que considero ainda muito.

Vou repetir: 361 Municípios do meu Estado têm menos de 10 mil habitantes. Não têm nenhum problema administrativo, geram emprego, renda, inclusão social, evitam migrações para as regiões maiores. Um Município, quando se emancipa, é um freio imediato a migrações para bolsões de miséria de regiões metropolitanas. Qualquer estudo sociológico e socioeconômico comprova que as migrações partem especialmente dessas regiões, que acabam, por falta da presença da mão do Estado, da mão do Governo Municipal, reduzindo a chance de desenvolvimento, e as pessoas acabam migrando para outros centros. É uma forma, inclusive, de frear as migrações dessas regiões.

Espero que o Plenário possa debater essa possibilidade, e o Relator alterar, reduzir esse número, para que possa transitar melhor a fim de que possamos aprovar com toda a tranquilidade aqui e possamos defender, inclusive, na Câmara, esse projeto que considero de extrema importância.

Agradeço a compreensão! Presidente, sei que estendi no horário, mas é importante que realmente possamos trazer ao plenário essa discussão, para fazermos uma reflexão da importância do momento. Não estamos resolvendo o problema dos 57 Municípios. Se fosse um projeto único, exclusivo sobre ele, era assunto

pacífico. Porém, estamos trazendo também a questão das emancipações aqui, e, ao misturarmos os temas, acabamos, de alguma maneira, criando algum tipo de problema ali na frente. Então, esse é o meu alerta.

A urgência neste momento deve-se a esses 57 Municípios, dos quais 29 são do Rio Grande do Sul, Senador Renato Casagrande.

Agradeço a compreensão de todos.

Muito obrigado.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu inscrevo V. Ex^a e peço a sua compreensão porque estamos chamando pela ordem.

Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, que vai dispor de cinco minutos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – V. Ex^a, como sempre, definindo o prazo curto para um pronunciamento de tal importância no dia de hoje, em que nós voltamos a legislar sobre um fato da maior importância: a possibilidade de criar Municípios que sejam factíveis, tanto econômica como socialmente no nosso País.

Quero, Senador Garibaldi Alves, voltar a parabenizá-lo, porque, na sessão de ontem, quando discutíamos a questão levantada pelo Senador César Borges, de outro projeto aprovado aqui no Senado e que não tramita na Câmara, que resolveria a situação de 57 Municípios, inclusive dois municípios da Bahia.

Um deles é o Município de Luís Eduardo e um Município do oeste do Pará, Mojuí dos Campos, que lamentavelmente está parado. Nós vamos resolver agora, mas lamentavelmente em Mojuí dos Campos ainda não houve eleição de Prefeito. O da Bahia já tem um Prefeito que está deixando o cargo e um Prefeito eleito agora para assumir no dia 1º de janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Flexa Ribeiro, no Rio Grande do Norte, há um Município nessa situação. É o Município de Jundiá.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Na mesma condição, mas está instalado? Já tem Prefeito eleito?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sim. O Prefeito atual vai entregar a prefeitura ao que foi eleito agora.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Se o Ministro Minc estivesse aqui, Senador Garibaldi, diria que era um Município pirata, porque, na realidade, ele acaba não existindo. Quero aqui parabenizar o Senador

Tasso Jereissati pelo parecer que S. Ex^a fez na CCJ e que traz ao plenário hoje.

O Senador Tasso Jereissati teve a competência, reconhecida por todos nós, de juntar diversos projetos que tratavam do mesmo tema – a criação de novos Municípios – e fazer um substitutivo. Com a sua competência, S. Ex^a examinou todos os detalhes, contemplou as propostas de cada um desses projetos, enriqueceu cada um deles e fez um substitutivo e melhorou, com certeza absoluta, o projeto original.

Eu próprio apresentei o Projeto nº 60, de 2008, que já trazia a idéia da regionalização para a criação de novos Municípios, regionalização tendo em vista o número de habitantes, que foi aqui discutido pelo Senador Zambiasi e pelo Senador Valter Pereira.

Senador Valter Pereira, no projeto que apresentei e cuja idéia o Relator acolheu e melhorou, porque reduziu as exigências, eu propunha que, para se criarem Municípios no Norte do País, esses novos Municípios precisariam ter 5 mil habitantes e 200 unidades habitacionais, centro urbano de 200 casas; para a Região Centro-Oeste seriam 10 mil habitantes e centro urbano de 400 casas; para a Região Nordeste, 15 mil habitantes e 600 unidades no centro urbano; para a Região Sul 20 mil habitantes e centro urbano de 800 casas; para a Região Sudeste 25 mil habitantes e centro urbano de mil casas.

O Senador Tasso Jereissati manteve a regionalização, porque não se trata, como disse o Senador Zambiasi, de discriminar; pelo contrário, ele está indo ao encontro do que diz a Constituição, que é diminuir as desigualdades regionais. Então, hoje nós já não podemos retornar. Por que nós estamos há 11 anos impedidos de criar novos Municípios? Porque no passado foram criados Municípios sem nenhuma lógica, sem nenhum critério. Por quê? Porque antigamente, Senador Valadares, quando se criava um novo Município em Sergipe, por exemplo, ele entrava na divisão do bolo do FPM da União, hoje não. Hoje cada Estado tem o seu percentual no FPM e, quando se cria novo Município, ele entra apenas na divisão do bolo do Estado. Se o Estado criar mais Municípios, ele não vai tirar os recursos de outro Estado para si; ele vai ter que dividir o seu próprio bolo, ou seja, se continuar criando Municípios sem condições econômicas de sustentação, criará pólos de miséria, só para ter prefeitos, vice-prefeitos, câmara de vereadores. Não é este o caso.

Então o Senador Tasso Jereissati está de parabéns!

Quero louvar aqui o parecer de S. Ex^a. Sou favorável à aprovação da forma como encaminhada ao plenário e fico feliz por votarmos este projeto hoje.

O Estado do Pará, que é o segundo maior Estado em dimensão territorial do nosso País – 1,25 milhão Km², tem 143 Municípios. Minas Gerais, do meu nobre colega Eduardo Azeredo tem mais de 800 Municípios. Sergipe tem 75 – me diz aqui o Senador Valadares. Mas nem por isso vamos sair criando, no Pará, Municípios inviáveis economicamente, que não tenham condições de auto-sustentação. Então é plausível que haja critérios técnicos que serão aprovados pelas Assembléias Legislativas para que se possam criar novos Municípios.

Finalizando, quero saudar o projeto e dizer ao meu amigo do Pará que, tão logo o projeto seja aprovado pela Câmara e sancionado pelo Executivo, teremos oportunidade de retomar a criação de Municípios. E os amigos de Mojuí dos Campos, de Moraes Almeida, em Itaituba, de Castelo de Sonhos, de Altamira, que estiveram conosco aqui, vão ter a certeza de que vão passar do sonho à realidade, transformando distritos em Municípios. Todos esses distritos têm mais de 15 mil, 20 mil habitantes. Não só eles, mas outros, no Estado do Pará, terão condições de se adequar à proposta do Senador Tasso Jereissati, a que somos favoráveis.

Parabéns ao Senado Federal por aprovar hoje, com certeza absoluta, o projeto que vai possibilitar, depois de 11 anos, a retomada da criação de novos Municípios.

Quero, ao terminar, Senador Mário Couto, fazer uma justa homenagem ao ex-Deputado Federal Nicias Ribeiro, que não conseguiu ser reeleito. Ele foi um lutador no Estado do Pará, onde é conhecido como o “pai dos Municípios”, pela criação, Senador José Nery, de quase todos os Municípios ao longo da Transamazônica e da Santarém–Cuiabá.

(Interrupção do som.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Ele me deu subsídios para que eu pudesse apresentar o projeto que apresentei e que serviu para o Senador Tasso Jereissati propor o substitutivo que, como eu disse, melhorou, enriqueceu todos os projetos que foram apensados e aproveitados no parecer do Senador Tasso Jereissati.

Então, minhas homenagens aqui ao Deputado Nicias Ribeiro, que, tenho certeza absoluta, terá hoje uma notícia que o deixará muito feliz, porque, a partir da sanção deste projeto pelo Presidente da República,

poderemos voltar a criar Municípios para desenvolver este nosso País e o meu querido Estado do Pará.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia, aniversariante do dia. Goiás está em festa e o Brasil também.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Valter Pereira.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Além de me associar aqui aos cumprimentos que V. Ex^a faz, também em nome da Mesa, à ilustre Senadora Lúcia Vânia, diga-se de passagem merecidos, porque V. Ex^a está homenageando uma mulher que muito dignifica o Senado da República, gostaria de indagar se V. Ex^a está chamando os inscritos pela ordem ou se está chamando os inscritos para discutir a matéria. Estou inscrito para discutir a matéria e quero usar da palavra nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a está inscrito, mas, a prioridade é da aniversariante.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Perfeitamente. Concordo com V. Ex^a, com todas as homenagens.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, gostaria, em rápidas palavras, de agradecer e homenagear aqui o Senador Tasso Jereissati por este projeto. Trata-se de um projeto que vem regulamentar um substitutivo da Constituição e que, sem dúvida nenhuma, traz um grande alento para os Municípios.

Com este projeto, o meu Estado, Goiás, vai ser beneficiado com três Municípios que estão em uma fase de indefinição: os Municípios de Gameleira, Campo Limpo e Lagoa Santa.

Este projeto, além de regulamentar a situação dos Municípios que foram criados, mas estão pendentes dessa regulamentação, também atende aqueles que estão em fase de transição e atende aqueles que ainda serão criados. Portanto, é um projeto completo, é um projeto que vem, sem dúvida nenhuma, ao encontro do desejo dos Srs. Prefeitos.

Cumprimento V. Ex^a, também, pela agilidade com que colocou este projeto em votação.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu gostaria de dizer aos Srs. Senadores que nós vamos prosseguir com a discussão. Mas, a esta altura, nós estamos temendo a falta de **quorum** para a votação. Se os Senadores e Senadoras concordam, nós poderíamos fazer a discussão hoje e deixar para votar em uma outra sessão. Mas é temerário a esta altura.

Consulto os Srs. Líderes.

O Líder José Agripino foi quem me trouxe essa preocupação. E eu gostaria de ouvir todos os Líderes; depois, continuaremos com a discussão.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para manifestar minha opinião.

Como externei a V. Ex^a, Sr. Presidente, o **quorum** está baixo e não há unanimidade em torno da proposta. Eu, pessoalmente, acho a proposta boa. No nosso Estado, por exemplo, o Município de Jundiá terá sua situação regularizada com a aprovação deste projeto. Não é apenas por Jundiá, mas pelos jundiás do Brasil inteiro, que estão pendurados em uma pendência.

Este projeto tem o mérito de regularizar situações de Municípios que já estão com prefeitos eleitos, câmara de vereadores eleitos, com processo completado e, agora, vai disciplinar aqueles que estão em processo de transição e vai estabelecer regras para a criação de novos Municípios. Mas há dúvidas, o **quorum** está baixo e a sugestão que deixo com V. Ex^a é de prosseguirmos a discussão, encerrarmos a discussão e, numa próxima reunião, com o **quorum** alto, colocar em votação a matéria, que pode ser recuperada no seu mérito pelo Relator.

Dessa forma, iremos a voto para, com o **quorum** alto, vermos se há ou não 41 votos a favor. É a sugestão que dou a V. Ex^a: encerra o processo de discussão e deixa a votação para a próxima sessão com o **quorum** alto.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Consulto as demais Lideranças e o Relator da matéria se estão de acordo com a sugestão feita pelo Líder do Democratas, Senador José Agripino.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Pelo PMDB, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quem fala pelo PMDB?

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Eu.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Valter Pereira.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – V. Ex^a está precisando trocar os óculos. V. Ex^a me procurou na esquerda, na direita e esqueceu de olhar para o centro.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas V. Ex^a é um homem de centro.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – É. Exatamente. O PMDB está no centro e V. Ex^a não olhou para o centro. V. Ex^a anda muito inclinado para a esquerda ultimamente.

Mas, Sr. Presidente, o PMDB entende a necessidade urgente de aprovação deste projeto, mas entende também os riscos a que estamos expostos se ele for colocado em votação com um **quorum** tão baixo, como está se verificando nesta sessão. De sorte que concordamos com essa cautela.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Osmar Dias, Líder do PDT.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu também acho que é evidente a falta de **quorum** para votar uma matéria que exige 41 votos.

Pela importância daquilo que está sendo discutido e para não perdermos a oportunidade de votarmos e de aprovarmos este projeto, acredito que V. Ex^a deveria proceder desta forma: concluir a discussão do projeto e colocá-lo em votação em uma oportunidade em que tenhamos **quorum** garantido.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Renato Casagrande, Líder do PSB.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, também concordo. Acho que isso nos dá mais tempo para refletir os pontos do projeto. Concordo plenamente. De fato, neste horário, não sabemos quantos Parlamentares há no plenário.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Líder do PTB, Sérgio Zambiasi.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – O PTB acompanha os demais Líderes em plenário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra a Senadora Marisa Serrano.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Quero levantar uma questão sobre o adiamento desta votação. Semana que vem precisamos ter **quorum** na Casa. Haverá segundo turno das eleições em várias cidades importantes dos nossos Estados, e fico temerosa de que não haja **quorum** suficiente para votar esta proposta, que é fundamental.

O meu Estado, Mato Grosso do Sul, tem uma cidade, Figueirão, que está nessa situação. Imagino como é que devem estar o Prefeito eleito, os funcionários, a cidade toda, nessa angústia de não saber se volta a ser distrito. Nesse caso, o que nós faríamos com todos aqueles que habitam essa cidade, que já se estruturou como cidade?

Tenho os meus receios de que, na próxima semana, não haja **quorum**. E, como não é terminativo aqui, mas volta para a Câmara dos Deputados, fico preocupada de que um mês talvez seja pouco para toda essa tramitação, haja vista o quanto nós já demoramos para votar esta proposta aqui no nosso plenário.

Era essa a minha preocupação que eu queria externar a V. Ex^a, além de dizer que este é o momento certo, se todos acorrerem, se os 66 que estão em Brasília estiveram aqui aptos a votar.

É um pedido que faço e uma angústia que exponho aqui para todos aqueles que trabalham e que lutam para que esta questão seja definitivamente sanada.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, com a palavra o Senador Flexa Ribeiro, que acaba de falar, mas vai falar de novo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Falei a V. Ex^a que V. Ex^a não pode, como bem disse a Senadora Marisa Serrano, deixar de colocar em votação este projeto hoje.

Vamos fazer uma verificação de **quorum**. Vamos ver um destaque qualquer que tenha no projeto e vamos verificar o **quorum**, porque, na próxima semana, V. Ex^a sabe que não haverá **quorum** para votar. E já foi definido, Senador Garibaldi Alves, que, se o Legislativo não legislar sobre este tema até o final do ano, o Supremo vai fazê-lo. Então, é responsabilidade nossa, é compromisso nosso, do Legislativo. Nós temos, sim, de aproveitar. Nós temos **quorum** na Casa. A matéria é relevante. Vamos votar.

Se há dúvida com relação ao **quorum**, vamos fazer uma verificação em um destaque que haja para

o projeto, para que se possa ter essa confirmação do **quorum**. Agora, deixar de votar hoje não é da conduta de V. Ex^a, que disse ontem que, havendo **quorum**, votaria hoje. Nós temos **quorum**. Vamos votar.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, o Senador Líder do PSol. Depois, o Senador Alvaro Dias.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ouvindo os Líderes, eu tenderia a concordar também com o adiamento da votação para o dia 28 de outubro, que é quando teremos, certamente, **quorum** aqui para votar. Porém, diante da impossibilidade de esse adiamento prejudicar o cumprimento da nossa definição, nossa decisão de aprovar um projeto tão importante quanto este, eu solicitaria a V. Ex^a consultar, de fato, todos os Líderes para verificarmos se temos, aqui, neste momento, ainda presentes 41 Senadores que se disponham a votar e aprovar o presente projeto de lei.

Portanto, creio que o mais acertado, o mais oportuno, é votarmos logo após o encerramento da discussão.

Muito obrigado.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu creio que, se V. Ex^a abrisse, neste momento, o painel nós teríamos **quorum**. Se V. Ex^a concordasse em abrir o painel ao tempo em que os oradores usem da tribuna, se desejarem, eu imagino que nós teríamos o **quorum** suficiente para deliberarmos sobre a matéria. Se V. Ex^a entender que há risco, aí, sim, poderá fazer uma verificação de **quorum** antes de submeter à deliberação. Se V. Ex^a aguardar, evidentemente, os oradores que subirão à tribuna, obviamente o plenário sofrerá um esvaziamento maior e nós não teremos **quorum**.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

A partir da palavra do Senador Osmar Dias, vamos decidir sobre a matéria.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu tenho uma sugestão: há um requerimento pedindo o adiamento da matéria. V. Ex^a vai colocar esse requerimento em votação no plenário, não é isso? E nós vamos pedir votação nominal para o requerimento que pede adiamento. Aí nós vamos encontrar a resposta se há **quorum** ou não. Se todo mundo concordar.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Mas V. Ex^a tem que fazer isso imediatamente. Se for dar a palavra a oradores...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu vou encerrar a discussão sobre a matéria e colocar em votação o requerimento.

Sobre a mesa, requerimento, solicitando adiamento da discussão, nos termos do art. 279, inciso III, do Regimento Interno, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Antonio Carlos Valadares.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.243, DE 2008

Adiamento da discussão para determinado dia.

Nos termos do art. 279, inciso III, do Regimento Interno, requeiro adiamento da discussão do Projeto de Lei do Senado nº 98/02 – Complementar, a fim de ser feita na sessão de 12 de novembro de 2008.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2008. – Senador **Flexa Ribeiro**.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Pela ordem, Sr. Presidente. V. Ex^a não precisa necessariamente encerrar a discussão da matéria. V. Ex^a pode submeter à votação de imediato...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a tem razão.

O requerimento é de adiamento da discussão. Em votação...

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, peço votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A votação, de acordo com a solicitação do Senador Osmar Dias, será nominal.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Explique a votação, Sr. Presidente. Quem não concorda com o requerimento vota “não”. É isso? Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quem aprova o requerimento vota “sim”.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, quem quer votar o projeto hoje vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quem quer votar o projeto hoje vota “não”.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – O pedido de adiamento da discussão já está sobre a mesa, com a minha assinatura e a do Senador Osmar Dias.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – “Não” vota o projeto hoje; “sim” adia. Está esclarecida a votação como deverá ser?

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Votação nominal, Sr. Presidente.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – ... que a votação fosse nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Rejeitado.

Rejeitado o requerimento, passa-se à votação nominal.

Vamos abrir o painel.

Os Senadores que pedem a verificação, por favor, temos de identificá-los agora. (Pausa.) Senadores Valter Pereira, Antonio Carlos Júnior, José Agripino, Lúcia Vânia. (Pausa.)

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – O PMDB recomenda o voto “não”.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para colaborar com o processo de votação, eu recomendo aos meus companheiros que dêem presença e votem “não”. É nosso desejo votar, mas votar com **quorum** e com segurança de que a matéria será aprovada. Então, votar “não” significa dizer que queremos votar “sim”, desde que haja **quorum**.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Sr. Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, o PSDB recomenda o voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O PSDB recomenda o voto “não”.

O DEM recomenda o voto “não”.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – A Minoria recomenda o voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Minoria recomenda o voto “não”.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – O PSDB vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O PSDB recomenda o voto “não”.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Senador Eduardo Suplicy recomenda o quê?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – O voto “não é a favor do adiamento, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – “Não” é para votar hoje. “Não” possibilita a votação hoje; o “sim” adia.

A sessão será prorrogada neste instante até às 20 horas.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, então o PT vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Tião Viana. (Pausa.)

Senador Renan Calheiros. (Pausa.)

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – É para solicitar aos Senadores do PT que se encontram em seus gabinetes que venham votar.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

Os Líderes poderão fazer uma nova convocação.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Valter Pereira, Líder em exercício do PMDB.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Só para respaldar aqui o apelo do Senador Augusto Botelho.

Realmente, já estávamos sentindo a ausência do PT. Só dois Senadores do PT, se não me engano, estão presentes, e o compromisso do PT com a federação é um compromisso muito arraigado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a, por favor, informe adequadamente que há, pelo menos, quatro e, portanto, se V. Ex^a... Já são cinco.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Já são cinco.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Já são cinco.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Então, o PT está resgatando o seu compromisso com a federação. Isso que é importante.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – E V. Ex^a poderá fazer o mesmo...

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Chegou aqui a Senadora Serys.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – De tal maneira que V. Ex^a poderá, então... Senador Valter Pereira, quem sabe queira fazer a contagem do número de Senadores do PMDB então.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Os Senadores do PMDB que têm compromisso com a federação estão aqui; do PT também.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Por quê? Os outros não têm?

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Têm também. Têm também.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu queria consultar o Senador Suplicy, saber da Líder do PT, Senadora Ideli, que estava hoje tão ativa nas comissões, pois não sei se ela viajou, se ela não quer vir ao plenário...

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Está trabalhando no segundo turno, lá em Santa Catarina, Senador. Eu não sou do PT, mas posso responder.

Sr. Presidente, o PR, dos quatro Parlamentares, tem três em plenário. Portanto, é um Partido que está amplamente majoritário aqui, cumprindo o seu compromisso com a federação. Se os outros Partidos fizerem a mesma coisa, nós teremos o quórum.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vamos abrir o painel.

A Senadora Marina Silva...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – O Senador Arthur Virgílio está chegando.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Veja que o apelo à federação funciona, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu quero inclusive fazer um apelo aos Senadores. Eu acho que o apelo é muito óbvio. Depois desta

votação, faremos imediatamente a outra. É claro, não teremos mais discussão.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, V. Ex^a.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós estamos acompanhando com interesse este projeto. Inclusive votei pelo não adiamento da sessão, porque o meu voto será favorável a este projeto, na minha opinião, oportuno, sensato, de iniciativa do Senador Mozarildo Cavalcanti e muito bem relatado pelo nosso querido Senador Tasso Jereissati.

No caso específico de Goiás, vamos resolver quatro situações importantes. Nós vamos definitivamente criar e confirmar a criação de quatro Municípios que já estão muito bem estruturados: Gameleira de Goiás, Ipiranga, Lagoa Santa e Campo Limpo de Goiás. Todos esses Municípios já estão com infra-estrutura muito bem definida, e o processo de emancipação foi importante para que pudéssemos chegar a esse ponto.

De modo que, em nome dessas populações e considerando extremamente justo que esses quatro Municípios permaneçam Municípios é que estamos aqui, ao lado da Senadora Lúcia Vânia, do Senador Demóstenes, votando favoravelmente a este projeto que vai, definitivamente, consolidar a criação dos Municípios Campo Limpo, Gameleira, Ipiranga e Lagoa Santa de Goiás.

Muito obrigado.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Pela ordem.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT–PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o objetivo desta votação era verificar se tínhamos quórum para votar a outra matéria. Já temos número suficiente. Acho que todos concordam que nós podemos votar a outra matéria.

Por isso, peço a apuração dos votos para partirmos para a outra votação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas há o apelo de Senadores que ainda estão nos gabinetes e que estão correndo, no bom sentido, para votar. Pediram apenas cinco minutos. Então, vamos aguardar apenas cinco minutos.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Então, dê-me a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Renato Casagrande.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Esses Senadores estão correndo muito devagar, mas tudo bem.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Eles vão votar na outra. Não precisa tanta...

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, aproveito, então, a oportunidade para dizer que o Governador Paulo Hartung, do Espírito Santo, teve uma reunião com a Ministra Dilma agora. Acompanhei o Governador na audiência, e a Ministra Dilma tomou a decisão de fazer um investimento importante no Estado do Espírito Santo, que é a dragagem do Porto de Vitória.

O Porto de Vitória é um porto com calado, profundidade pequena. Já foi feita uma dragagem, tem de ser complementada essa dragagem, e a idéia é elevar esse canal para 14 metros, para que o Porto de Vitória possa receber navios de maior porte.

Assim, fizemos um acordo em que o Governo Federal, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento, vai entrar com R\$ 55 milhões e o Governo do Estado vai entrar com R\$ 40 milhões. São R\$ 95 milhões em uma obra importante para nosso Estado do Espírito Santo.

Além disso, Sr. Presidente, há uma outra obra do PAC no Porto de Vitória, que é a ampliação do cais do Porto de Vitória, para que mais movimentação de carga seja feita nessa área do cais, num valor em torno de R\$ 70 milhões, e mais essa obra agora no valor de R\$ 95 milhões.

Portanto, quero saudar a decisão do Governo Federal, que fará mais um investimento importante no Estado do Espírito Santo; saudar a decisão do Governador Paulo Hartung, do Governo do Estado, de ser parceiro nessa obra, porque a área portuária hoje obstrui o desenvolvimento do Estado pela necessidade de investimentos. Portanto, esses investimentos acabam flexibilizando e dando condições para que o Brasil possa aumentar um pouco mais a importação e exportação para outros países.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vamos abrir o painel, atendendo ao apelo do Senador Valter Pereira.

(Procede-se à apuração.)

VOTAÇÃO NOMINAL

REQUERIMENTO Nº 1.243, DE 2008

Num.Sessão: 1
Data Sessão: 15/10/2008

Num.Votação: 1
Hora Sessão: 14:00:00

Abertura: 15/10/2008 19:24:58
Encerramento: 15/10/2008 19:40:13

Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	NÃO				
PSDB	PR	ALVARO DIAS	NÃO				
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	NÃO				
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	NÃO				
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	NÃO				
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	NÃO				
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	NÃO				
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	NÃO				
Bloco-P	SP	EDUARDO SUPLYCY	NÃO				
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	NÃO				
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	NÃO				
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	NÃO				
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	NÃO				
PMDB	AP	GILVAM BORGES	NÃO				
PTB	DF	GIM ARGELLO	NÃO				
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	NÃO				
DEM	MT	JAYME CAMPOS	NÃO				
PDT	AM	JEFFERSON PRAIA	NÃO				
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	NÃO				
DEM	RN	JOSE AGRIPINO	NÃO				
PMDB	PB	JOSE MARANHÃO	NÃO				
P-SOL	PA	JOSE NERY	NÃO				
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	SIM				
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	NÃO				
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	NÃO				
PMDB	PI	MÃO SANTA	NÃO				
DEM	TO	MARCO ANTÔNIO COSTA	NÃO				
DEM	PE	MARCO MACIEL	NÃO				
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	NÃO				
PT	AC	MARINA SILVA	NÃO				
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	NÃO				
PSDB	MS	MARISA SERRANO	NÃO				
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	NÃO				
PDT	PR	OSMAR DIAS	NÃO				
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	NÃO				
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	NÃO				
PTB	SP	ROMEU TUMA	NÃO				
PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	NÃO				
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	NÃO				
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIAS	NÃO				
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	NÃO				
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	NÃO				
Bloco-PT	AC	TÃO VIANA	NÃO				
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	NÃO				
PSC	SE	VIRGINIO DE CARVALHO	NÃO				

Primeiro-Secretário

Presidente: GARIBALDI ALVES FILHO

Votos SIM : 01
Votos NÃO : 44 Total : 45
Votos ABST. : 00

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Votou SIM 1 Sr. Senador; e, NÃO, 44.

Não houve abstenção

Total: 45 votos.

O requerimento foi rejeitado.

Continua a discussão, que será encerrada neste momento.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

Concordo em votar, Sr. Presidente, só gostaria de falar pela ordem. Quero submeter à consideração de V. Ex^a. Sr. Presidente, a seguinte questão de ordem. Há uma emenda de minha autoria, emenda de Plenário, nos seguintes termos:

Art. 31. Ficam convalidados os atos de criação, incorporação, fusão, desmembramento e instalação dos municípios cuja realização haja ocorrido entre 13 de setembro de 1996 e 31 de dezembro de 2007, desde que se encontrem no pleno gozo de sua autonomia municipal, com Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores, eleitos e empossados.

§ 1º Ficam convalidados todos os atos da administração praticados no regular exercício de seus mandatos e atribuições.

§ 2º Ficam convalidados os plebiscitos para criação de município realizados no período estabelecido no **caput**, desde que se comprove sua viabilidade, nos termos dos incisos I, II e III do § 1º e os §§ 2º a 7º do art. 13, e observados, no que couber, os demais procedimentos previstos nesta Lei.

§ 3º Nos quatro anos que se seguirem à publicação desta Lei, o Município que não se enquadre na situação referida no **caput**, poderá adotar procedimentos para se enquadrar nas disposições desta Lei, ou retornar ao estado anterior, mediante ato aprovado pelas Câmaras Municipais dos municípios envolvidos, submetido à apreciação da Assembléia Legislativa estadual.

A questão que formulo a V. Ex^a é a seguinte: esta emenda já está conversada, apalavrada com o ilustre Relator Tasso Jereissati, para que se aproveitem os atos praticados. Acontece que nós estamos com o **quorum** apertado. Foram 45 votos apurados. Isso significa que, se for votado, primeiro, o projeto e, depois, a emenda, há o risco de não passar essa emenda. E essa emenda é fundamental para aqueles municípios que estão na fase de consolidação.

Então, a questão de ordem que formulo a V. Ex^a é para que o Relator já formalize sua manifestação – seu parecer – sobre esta emenda, para que se vote tudo junto.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Valter Pereira, V. Ex^a será atendido, mas na votação do turno suplementar. Nós vamos ter três votações ainda. Eu faço um apelo aos Senadores e Senadoras, porque, na verdade, nós vamos ter quatro votações. Houve essa, que foi uma votação preliminar, e vamos ter mais três.

Com a palavra, o Relator.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO) – Pela ordem, Presidente. Pela ordem, Presidente.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Presidente, queria fazer um apelo para que coloque em votação.

E o Senador Valter Pereira que não se avexe que será contemplado. Mas vamos colocar em votação.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, o Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Só para corrigir, na votação anterior, Sr. Presidente, o meu voto é “não”, para prevalecer a unanimidade.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a será atendido.

Encerrada a discussão.

Os oradores que estão inscritos poderão falar durante a votação.

Vamos abrir o painel.

Em votação.

(Procede-se à votação.)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem.) – A votação agora é “sim”. Não é isso, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agora é “sim”.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – O PMDB recomenda o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O PMDB recomenda o voto “sim”.

Vamos abrir o painel. Depois, virão as recomendações.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para encaminhar a votação.

O Democratas vota “sim”.

Peço o comparecimento dos companheiros no plenário, e o voto recomendado pela Liderança é o voto “sim”, a favor do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Democratas vota “sim”.

Com a palavra, o Senador Arthur Virgílio.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – A Minoria recomenda o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Líder da Minoria, Senador Mário Couto, recomenda o voto “sim”.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – O PDT vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Líder do PDT, Senador Osmar Dias, recomenda o voto “sim”.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Sr. Presidente.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Pela Liderança do PSDB, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O PTB recomenda o voto “sim”, de acordo com a palavra do Senador Sérgio Zambiasi.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Perfeito, Presidente. O PTB recomenda voto “sim”.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Presidente, o PSOL vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O PSOL vota “sim”.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para encaminhar votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSDB vota, e vota entusiasmadamente, por ter sido do Senador Tasso Jereissati a relatoria desta matéria. O PSDB recomenda o voto “sim”, por entender que é inadiável a aprovação de algo que vai regular, disciplinar e moralizar a forma de criar Municípios, garantindo os que já existem e, ao mesmo tempo, terminando com uma certa “farra do boi”. Daqui para frente, com regras muito nítidas e morais, teremos ou não teremos Municípios novos, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O PSDB, de acordo com o Líder Arthur Virgílio, vota “sim”.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Sr. Presidente, pelo PR.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Senador Expedito Júnior.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Sr. Presidente, quero encaminhar o voto pelo Partido da República.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Partido da República vota...

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que nós já deveríamos estar votando a PEC nº 13, do Senador Sérgio Zambiasi. Isso não foi possível, e, acredito, estamos fazendo o dever de casa, dando possibilidade de os Municípios poderem ter a sua independência financeira, a sua independência administrativa, regularizando os Municípios que já foram criados.

Dessa maneira, o PR encaminha o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O PR encaminha o voto “sim”, de acordo com a palavra do Líder Expedito Júnior.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Renato Casagrande, Líder do PSB.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – O PSB também encaminha o voto “sim” ao relatório do Senador Tasso Jereissati, com toda a certeza e com a segurança com relação à necessidade da regularização dos Municípios que já estão com a sua independência administrativa e financeira, mas com as preocupações de quem já viu muitos Municípios serem emancipados sem terem as condições, confiando que os critérios adotados coloquem ordem na casa com relação às emancipações dos novos Municípios.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O PSB, de acordo com a palavra do Líder Renato Casagrande, vota com o Relator, Senador Tasso Jereissati: “sim”.

Com a palavra, o Senador Antonio Carlos Valadares.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

Após a palavra do Senador, eu gostaria de usar a palavra brevemente, por favor.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, os Municípios, no Brasil e em todo o mundo, sempre representaram um instrumento de descentralização política e, em alguns países, uma forma de o povo se contrapor ao regime central ou fazer uma compensação entre aqueles que vivem nas comunas, nos Municípios, e aqueles que

detinham o poder muitas vezes de forma totalitária, como aconteceu na Alemanha e, de certa forma, nos Estados Unidos, onde havia, naturalmente, um avanço cada vez maior do poder da União.

Agora, Sr. Presidente, no Brasil, os Municípios sempre tiveram uma posição desfavorável, porque nós não tínhamos uma Federação, por exemplo, igual à dos Estados Unidos, nem uma pulverização dos municípios, como houve na Alemanha. Lá nós temos mais Municípios, cinco vezes mais do que no Brasil; nos Estados Unidos, umas sete vezes mais do que no Brasil; na França, igualmente. Enfim, nos Estados ou nas Nações muito desenvolvidas, há uma proliferação de Municípios, mas lá há uma organização administrativa, política, econômica e social que dá sustentabilidade ao funcionamento democrático das comunas, dos municípios, inclusive com a participação intensa na soberania de cada um desses países a que me referi.

No Brasil já existem mais de 5.500 Municípios. É um país com dimensões continentais, há Estados com populações rarefeitas ainda, como Amazonas, Pará, Mato Grosso, que ainda precisam de uma divisão territorial adequada para que o desenvolvimento chegue ao interior, à zona rural, e essas populações possam obter os frutos da riqueza produzida em cada Estado do nosso País.

Portanto, eu acho que a criação de Municípios no Brasil, com as devidas cautelas, deverá continuar acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Antonio Carlos Valadares, peço licença só para solicitar ao Senador Eduardo Suplicy que exerça o seu direito de voto.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Agora de forma mais rígida, porque as regras estabelecidas no Substitutivo do Senador Tasso Jereissati consubstanciam a seriedade, a prevalência de determinados fatores e determinadas exigências, como as condições socioeconômicas, a população, a organização administrativa, que devem comandar a criação dos Municípios.

Na verdade, há uma regra com a qual fico um tanto quanto preocupado. É que, nas regiões Centro-Oeste e Nordeste, para a criação de Municípios há uma exigência de pelo menos dez mil habitantes; mas que o eleitorado seja igual ou superior a 50% de sua população. Se nós considerarmos que o Município é um ente criado para desenvolver aquela unidade administrativa, ou aquela unidade política, há uma certa diferenciação ao compararmos Municípios com a

mesma população e com o mesmo eleitorado no Sul do País, onde há um sistema educacional mais forte, com um potencial capaz de propiciar a criação de Municípios; ao passo que no Nordeste a situação social é totalmente desfavorável em comparação com a região centro-sul, em termos de educação, de condições socioeconômicas.

Por isso, eu acho que deveria ser reestudada essa questão. Como essa matéria vai passar ainda na Câmara dos Deputados, tenho certeza de que lá este problema vai ser fruto de muito debate.

E, por último, Sr. Presidente, não poderíamos deixar de fazer uma homenagem aos autores, não só o Relator, que se dispôs a estudar a matéria com afinco e apresentou um relatório que significa, acima de tudo, respeito à cidadania do Brasil, com também ao contribuinte do Brasil, de vez que haverá um cabedal de exigências que não vai, de forma nenhuma, permitir a proliferação sem limitação de municípios. Quero homenagear o Senador Mozarildo Cavalcanti, o primeiro autor – a proposta dele era a de nº 98, de 2002 –, o Senador Flexa Ribeiro – a proposta dele era a de nº 60, de 2008 –, e o Senador Sibá Machado, nº96, de 2008. A esses Senadores que estudaram esta matéria...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o Senador Sérgio Zambiasi.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – O Zambiasi também. Sr; Presidente, foi a Assessoria, desculpe-me, Senador Sérgio Zambiasi, V. Ex^a, que realmente é um homem municipalista, que cuida do interesse dos Municípios do Rio Grande do Sul e do Brasil, merece também as nossas homenagens. Eu não sei o número do projeto de V. Ex^a, porque não me foi...

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Foi a PEC nº13. Sou apenas o primeiro signatário. Essa PEC é de origem das Assembléias Legislativas, com as assinaturas recolhidas em 2002. Então Deputado Estadual, Presidente da Assembléia gaúcha, colegas do Brasil inteiro me designaram como responsável, quando eleito nesta Casa, pela apresentação desta PEC que tramita até agora, aqui. Obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Meus parabéns e minhas homenagens a V. Ex^a.

Voto favorável.

Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vamos abrir o painel. Em seguida, falará a Senadora Serys Slhessarenko.

(Procede-se à apuração.)

VOTAÇÃO NOMINAL

EMENDA Nº 6-CCJ (SUBSTITUTIVO) AO PLS Nº 98, DE 2002 - COMPLEMENTAR

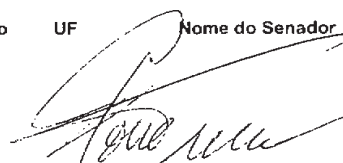
REGULAMENTA O PROCEDIMENTO PARA A CRIAÇÃO, A INCORPORAÇÃO, A FUSÃO E O DESMEMBRAMENTO DE MUNICÍPIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS (ART. 18, § 4º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL) (TURNO ÚNICO)

Num. Sessão: 1
Data Sessão: 15/10/2008

Num. Votação: 2
Hora Sessão: 14:00:00

Abertura: 15/10/2008 19:45:15
Encerramento: 15/10/2008 19:56:30

Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PTB	AL	ADA MELLO	SIM				
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	SIM				
PSDB	PR	ALVARO DIAS	SIM				
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	SIM				
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SIM				
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	SIM				
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	SIM				
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	SIM				
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	SIM				
PSDB	MG	EDUARDO AZÉREDO	SIM				
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLYCY	SIM				
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	SIM				
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	SIM				
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	SIM				
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	SIM				
PMDB	AP	GILVAM BORGES	SIM				
PTB	DF	GIM ARGELLO	SIM				
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	SIM				
DEM	MT	JAYMÉ CAMPOS	SIM				
PDT	AM	JEFFERSON PRAIA	SIM				
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	SIM				
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	SIM				
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	NÃO				
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	SIM				
PMDB	TO	LÉOMAR QUINTANILHA	SIM				
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	SIM				
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	SIM				
PMDB	PI	MÃO SANTA	SIM				
DEM	TO	MARCO ANTÔNIO COSTA	SIM				
DEM	PE	MARCO MACIEL	SIM				
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	SIM				
PT	AC	MARINA SILVA	SIM				
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	NÃO				
PSDB	MS	MARISA SERRANO	SIM				
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	SIM				
PDT	PR	OSMAR DIAS	SIM				
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	SIM				
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	SIM				
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	SIM				
PTB	SP	ROMEU TUMA	SIM				
PMDB	MA	ROSÉANA SARNEY	SIM				
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	SIM				
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	SIM				
Bloco-PT	MT	SÉRY'S SLHESSARENKO	SIM				
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	SIM				
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	SIM				
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	SIM				
PSC	SE	VIRGINIO DE CARVALHO	SIM				



Primeiro-Secretário

Presidente: GARIBALDI ALVES FILHO

Votos SIM : 46
Votos NÃO : 02 Total : 48
Votos ABST. : 00

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Votaram SIM 46; NÃO, 2.

Não houve abstenção.

Total: 48 votos. (Palmas.)

Aprovada.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, quero retificar o meu voto: votei “sim”. O painel está errado, eu votei “sim”.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a votou “sim” e isso vai constar da Ata dos nossos trabalhos.

Aprovada a Emenda nº 6, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Substitutivo), ficam prejudicados o projeto, as demais emendas a ele apresentadas e as matérias que tramitam em conjunto.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação do vencido para o turno suplementar.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação do vencido para o turno suplementar, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Antonio Carlos Valadares.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 1.050, DE 2008
(Comissão Diretora)

Redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 98, de 2002 – Complementar.

A Comissão Diretora apresenta a redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 98, de 2002 – Complementar, que regulamenta o procedimento para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios e dá outras providências (art. 18, § 4º da Constituição Federal).

Sala de Reuniões da Comissão, 15 de outubro de 2008. – Senador **Garibaldi Alves** – Senador **Fleixa Ribeiro** – Senador **César Borges** – Senador **Alvaro Dias**.

ANEXO AO PARECER Nº 1.050, DE 2008

Redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 98, de 2002 – Complementar.

Dispõe sobre o procedimento para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios, para regulamentar o § 4º do art. 18 da Constituição Federal.

O Congresso Nacional decreta:

CAPÍTULO I

Das Disposições Gerais

Art. 1º Esta Lei Complementar dispõe sobre a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios, nos termos do § 4º do art. 18 da Constituição Federal.

Art. 2º A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios dependerão da realização de Estudo de Viabilidade Municipal e de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos municípios envolvidos, e far-se-ão por lei estadual, obedecidos os procedimentos, prazos e condições estabelecidas por esta Lei Complementar.

Art. 3º A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios preservarão a continuidade territorial e a unidade histórico-cultural do ambiente urbano.

Art. 4º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I – criação: a emancipação de área integrante de um ou mais municípios pré-existentes, originando um novo município com personalidade jurídica própria;

II – incorporação: a completa integração de um Município a outro pré-existente, perdendo o município integrado sua personalidade jurídica, prevalecendo a do município incorporador;

III – fusão: a completa integração de dois ou mais municípios pré-existentes, originando um novo município com personalidade jurídica própria;

IV – desmembramento: a separação de área de um município pré-existente, para integrar-se a um outro município também pré-existente, prevalecendo a personalidade jurídica do município a que se integrar;

V – municípios envolvidos: aqueles que sofrerem alteração em sua área geográfica, decorrente de criação, incorporação, fusão ou desmembramento.

Art. 5º É vedada a criação, incorporação, fusão e o desmembramento de municípios quando implicarem inviabilidade dos municípios pré-existentes.

Art. 6º O procedimento para criação, incorporação, fusão e o desmembramento de município será realizado no período compreendido entre a posse dos prefeitos e vice-prefeitos, na forma do inciso III do art. 29 da Constituição Federal, e o último dia do ano anterior ao da realização de eleições municipais.

§ 1º Os atos iniciados e não encerrados no período a que se refere o **caput** ficam automaticamente sobrestados, devendo ser reiniciados após a posse dos prefeitos e vice-prefeitos.

§ 2º São nulos os atos realizados fora do período de que trata o **caput**.

Art. 7º Os procedimentos para a criação, incorporação, fusão e o desmembramento de municípios se iniciarão mediante requerimento subscrito por elei-

tores residentes nas áreas envolvidas, nos termos e condições estabelecidos nesta lei.

Art. 8º Os estudos de viabilidade municipal para criação, fusão, incorporação e desmembramento de municípios deverão ser conclusivos quanto à viabilidade ou não e observarão o atendimento dos requisitos de viabilidade e procedimentos estabelecidos nesta lei.

Art. 9º A Assembléia Legislativa Estadual após a homologação do Estudo de Viabilidade Municipal, nos termos desta Lei, para criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios, autorizará a realização de plebiscito nos municípios envolvidos.

§ 1º A Assembléia Legislativa Estadual solicitará ao Tribunal Regional Eleitoral a realização do plebiscito, que ocorrerá, preferencialmente, em conjunto com as eleições federais e estaduais imediatamente subseqüentes à edição do ato legislativo que o autorizar, observado o que dispõe a Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998.

§ 2º Rejeitada em plebiscito a criação, incorporação, fusão e o desmembramento de município, é vedada a realização de novo plebiscito sobre o mesmo tema no prazo de 10 (dez) anos.

Art. 10. Aprovada em plebiscito a criação, incorporação, fusão e o desmembramento de município, a Assembléia Legislativa Estadual, na forma de seu regimento interno, votará o respectivo projeto de lei, definindo entre outros aspectos:

I – nome, sede, limites e confrontações geográficas dos municípios envolvidos;

II – forma de sucessão e repartição de bens, direitos e obrigações dos municípios envolvidos;

III – forma de absorção e aproveitamento de funcionários públicos, assegurados os direitos e garantias adquiridas ao tempo da transformação.

CAPÍTULO II

Da Criação

Art. 11. O requerimento para criação de municípios deverá ser subscrito por, no mínimo, 10% (dez por cento) dos eleitores residentes na área geográfica que se pretenda emancipar para originar novo município, dirigido à Assembléia Legislativa Estadual.

Art. 12. Recebido o requerimento, a Assembléia Legislativa Estadual, após verificada a sua regularidade, providenciará a elaboração, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, do Estudo de Viabilidade do Município a ser criado e da área remanescente do município pré-existente.

Art. 13. O Estudo de Viabilidade Municipal tem por finalidade o exame e a comprovação da existência das condições que permitam a consolidação e desenvolvimento dos municípios envolvidos, e deverá comprovar,

preliminarmente, em relação ao município a ser criado, se foram atendidos os seguintes requisitos:

I – população igual ou superior a:

a) 5.000 (cinco mil) habitantes nas regiões Norte e Centro-Oeste;

b) 7.000 (sete mil) habitantes nas regiões Nordeste;

c) 10.000 (dez mil) habitantes nas regiões Sul e Sudeste;

II – eleitorado igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) de sua população;

III – existência de núcleo urbano já constituído, dotado de infra-estrutura, edificações e equipamentos compatíveis com a condição de município;

IV – número de imóveis, na sede do aglomerado urbano que sediará o novo município, superior à média de imóveis de 10% (dez por cento) dos municípios do Estado, considerados em ordem decrescente os de menor população;

V – arrecadação estimada superior à média de 10% (dez por cento) dos municípios do Estado, considerados em ordem decrescente os de menor população;

VI – área urbana não situada em reserva indígena, área de preservação ambiental ou área pertencente à União, suas autarquias e fundações;

VII – continuidade territorial.

§ 1º Atendidos os requisitos estabelecidos no **caput**, dar-se-á prosseguimento ao Estudo de Viabilidade Municipal que deverá abordar os seguintes aspectos:

I – viabilidade econômico-financeira;

II – viabilidade político-administrativa;

III – viabilidade sócio-ambiental e urbana.

§ 2º A viabilidade econômico-financeira deverá ser demonstrada a partir das seguintes informações:

I – receita fiscal, atestada pelo órgão fazendário estadual, com base na arrecadação do ano anterior ao da realização do estudo e considerando apenas os agentes econômicos já instalados;

II – receitas provenientes de transferências federais e estaduais, com base nas transferências do ano anterior ao da realização do estudo, atestadas pela Secretaria do Tesouro Nacional e pelo órgão fazendário estadual, respectivamente;

III – estimativa das despesas com pessoal, custeio e investimento, assim como com a prestação dos serviços públicos de interesse local, especialmente a parcela dos serviços de educação e saúde a cargo dos municípios envolvidos;

IV – indicação, diante das estimativas de receitas e despesas, da possibilidade do cumprimento

dos dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

§ 3º A viabilidade político-administrativa deverá ser demonstrada a partir do levantamento da quantidade de funcionários, bens imóveis, instalações, veículos e equipamentos necessários ao funcionamento e manutenção dos respectivos Poderes Executivo e Legislativo municipais.

§ 4º A viabilidade sócio-ambiental e urbana deverá ser demonstrada a partir do levantamento dos passivos e potenciais impactos ambientais, a partir das seguintes informações e estimativas:

I – novos limites do município a ser criado e da área remanescente;

II – levantamento da quantidade e tipologia das edificações existentes nas áreas urbanas;

III – levantamento das redes de abastecimento de água e cobertura sanitária;

IV – eventual crescimento demográfico;

V – eventual crescimento da produção de resíduos sólidos e efluentes;

VI – identificação do percentual da área ocupada por áreas protegidas ou de destinação específica, tais como unidades de conservação, áreas indígenas, quilombolas ou militares.

§ 5º Os dados demográficos constantes dos Estudos de Viabilidade Municipal serão considerados em relação ao último levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

§ 6º Os demais dados constantes dos Estudos de Viabilidade Municipal deverão ser fornecidos pelos órgãos municipais, estaduais e federais de Planejamento, Fazenda, Estatística e Meio-Ambiente, além de outros cuja competência ou área de atuação demandem sua participação.

§ 7º Não será permitida a criação de município se a medida resultar, para o município pré-existente, na perda dos requisitos estabelecidos no **caput**.

Art. 14. Os Estudos de Viabilidade Municipal serão publicados no órgão de imprensa oficial do Estado, a partir do que se abrirá prazo de 60 (sessenta) dias para sua impugnação, por qualquer interessado, pessoa física ou jurídica, perante a Assembléia Legislativa Estadual.

§ 1º O sítio na internet da Assembléia Legislativa disponibilizará os Estudos de Viabilidade Municipal para conhecimento público, durante o prazo previsto no **caput**.

§ 2º Será realizada pelo menos uma audiência pública em cada um dos núcleos urbanos envolvidos no processo, durante o prazo previsto no **caput**.

Art. 15. Encerrado o prazo do **caput**, a Assembléia Legislativa deliberará sobre os estudos e suas impug-

nações, na forma de seu regimento interno, devendo decidir pela impugnação ou homologação.

Art. 16. Homologado o Estudo a que se refere o art. 13, comprovando a viabilidade, a Assembléia Legislativa autorizará a realização de plebiscito em consulta à totalidade da população do município pré-existente, inclusive da área a ser emancipada, observado o que dispõe o art. 9º

Art. 17. Aprovada em plebiscito a criação, a Assembléia Legislativa votará a lei respectiva, nos termos do art. 10.

Art. 18. Aprovada a lei estadual de criação do município, a eleição do prefeito, vice-prefeito e vereadores do novo município realizar-se-á na eleição municipal imediatamente subsequente, nos termos dos incisos I e II do art. 29 da Constituição Federal, e a instalação do novo município se dará com a posse do prefeito e vice-prefeito eleitos, observado o que dispõe o inciso III do art. 29 da Constituição Federal.

Art. 19. Enquanto não forem eleitos e empossados o prefeito, o vice-prefeito e os vereadores, nem editadas normas próprias, o município objeto de criação será regido e administrado pelas normas e autoridades do município de origem, observado o que dispõe o **caput** do art. 29 da Constituição Federal.

CAPÍTULO III

Da Incorporação e da Fusão

Art. 20. O requerimento para incorporação ou fusão de municípios deverá ser subscrito por, no mínimo, 10% (dez por cento) dos eleitores residentes em cada um dos Municípios que se pretenda fundir ou incorporar um ao outro, e será dirigido à Assembléia Legislativa Estadual.

Art. 21. Recebido o requerimento, a Assembléia Legislativa Estadual, após verificar a sua regularidade, promoverá o Estudo de Viabilidade Municipal para verificar o atendimento dos requisitos estabelecidos no **caput** do art. 13, e, comprovado o seu atendimento, providenciará o prosseguimento do estudo aplicando, no que couber, as disposições dos arts. 13 a 15.

Art. 22. Homologado o Estudo de Viabilidade Municipal, a Assembléia Legislativa Estadual, observado o que dispõem os arts. 9º e 16, editará ato legislativo autorizando a realização do plebiscito, para consulta às populações dos municípios envolvidos.

Art. 23. Aprovado em plebiscito a incorporação ou fusão, a Assembléia Legislativa Estadual votará a lei respectiva, nos termos do art. 10.

Art. 24. A incorporação ou fusão de municípios se completa com a publicação da lei estadual que a aprovar.

§ 1º A partir da data da lei estadual que aprovar a incorporação, o município incorporado passa a ser administrado pelas autoridades e se reger pelas normas do município ao qual foi incorporado.

§ 2º Nos casos de fusão, os municípios fundidos passam a ser administrados pelas autoridades e ser regidos pelas normas do município mais populoso.

Art. 25. Aprovada em lei estadual a incorporação ou fusão de município, a eleição do prefeito, vice-prefeito e vereadores do novo município realizar-se-á na eleição municipal imediatamente subsequente, nos termos dos incisos I e II do art. 29 da Constituição Federal, e a instalação do novo município se dará com a posse do prefeito e vice-prefeito eleitos, observado o que dispõe o inciso III do art. 29 da Constituição Federal.

CAPÍTULO IV Do Desmembramento

Art. 26. O requerimento para desmembramento de municípios deverá ser subscrito por, no mínimo, 10% (dez por cento) dos eleitores residentes na área a ser desmembrada e será dirigido à Assembléia Legislativa do respectivo Estado.

Art. 27. Recebido o requerimento, a Assembléia Legislativa Estadual, após verificar a sua regularidade, promoverá o Estudo de Viabilidade Municipal para verificar o atendimento dos requisitos estabelecidos no **caput** do ad. 13, tanto em relação à área a ser desmembrada quanto à área remanescente do município a ser desmembrado, e, comprovado o seu atendimento, providenciará o prosseguimento do Estudo aplicando, no que couber, as disposições dos arts. 13 a 15.

Art. 28. Homologado o Estudo de Viabilidade Municipal, a Assembléia Legislativa Estadual, observado o que dispõem os arts. 9º e 16, editará ato Legislativo autorizando a realização de plebiscito para consulta às populações dos municípios envolvidos.

Art. 29. Aprovado em plebiscito o desmembramento, a Assembléia Legislativa Estadual votará a lei respectiva, nos termos do art. 10.

Art. 30. O desmembramento de município se completa com a publicação da lei estadual que o aprovar.

Parágrafo único. A partir da data da lei estadual que aprovar o desmembramento, a área desmembrada passa a ser administrada pelas autoridades e ser regida pelas normas do município ao qual foi integrada.

CAPÍTULO V Das Disposições Transitórias e Finais

Art. 31. Ficam convalidados os atos de criação, incorporação, fusão, desmembramento e instalação dos municípios cuja realização haja ocorrido entre 13 de setembro de 1996 e 31 de dezembro de 2007, des-

de que se encontrem no pleno gozo de sua autonomia municipal, com Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores, eleitos e empossados.

§ 1º Ficam igualmente convalidados todos os atos da administração praticados no regular exercício de seus mandatos e atribuições.

§ 2º Nos 4 (quatro) anos que se seguirem à publicação desta lei, o município que não se enquadre na situação referida no **caput** poderá adotar procedimentos para se enquadrar nas disposições desta lei, ou retornar ao estado anterior, mediante ato aprovado pelas Câmaras Municipais dos municípios envolvidos, submetido à apreciação da Assembléia Legislativa estadual.

Art. 32. São nulos de pleno direito os atos praticados em desconformidade com esta lei.

Art. 33. Esta lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Estando a matéria em regime de urgência, passa-se à imediata apreciação da matéria em turno suplementar. Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão em turno suplementar.

Sobre a mesa, emenda que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Antonio Carlos Valadares.

É lida a seguinte:

EMENDA Nº 1-PLEN
(Ao PLS nº 98, de 2002 – Complementar)

Dê-se ao art. 31 do PLS nº 98, de 2002—Complementar, a seguinte redação:

“Art. 31. Ficam convalidados os atos de criação, incorporação, fusão, desmembramento e instalação dos municípios cuja realização haja ocorrido entre 13 de setembro de 1996 e 31 de dezembro de 2007, desde que se encontrem no pleno gozo de sua autonomia municipal, com prefeitos, vice-prefeitos e vereadores, eleitos e empossados.

§ 1º Ficam convalidados todos os atos da administração praticados no regular exercício de seus mandatos e atribuições.

§ 2º Ficam convalidados os plebiscitos para criação de município realizados no período estabelecido no **caput**, desde que se comprove a sua viabilidade, nos termos dos incisos I, II e III do § 1º e os §§ 2º a 7º do art. 13, e observados, no que couber, os demais procedimentos previstos nesta lei.

§ 3º Nos quatro anos que se seguirem à publicação desta lei, o município que não se enquadre na situação referida no **caput**,

poderá adotar procedimentos para se enquadrar nas disposições desta lei, ou retornar ao estado anterior, mediante ato aprovado pelas Câmaras Municipais dos municípios envolvidos, submetido à apreciação da Assembléia Legislativa estadual.”

Justificação

Durante o período decorrido entre a promulgação da Emenda à Constituição nº 15, em 12 de setembro de 1996 e a promulgação da lei que a regulamenta, cujo relatório ora apreciamos, ocorreram alguns poucos casos de criação de municípios, ou de outra alteração no estatuto jurídico de algum desses entes.

A emenda que ora apresentamos, portanto, apenas busca o aperfeiçoamento de medida que já consta do Substitutivo, e tem o mesmo sentido da Lei nº 10.512, de 2002, que assegurou a instalação de municípios que, à época da promulgação da Emenda nº 15, em 1996, e nos anos subseqüentes, já haviam sido criados conforme a norma vigente ou se encontravam em avançado processo quanto à sua criação.

Do mesmo modo, aqueles novos entes municipais, cujos processos de criação se encontram avançados, tendo alcançado e superado o momento da realização da consulta popular, mediante plebiscito, devem ter a finalização desses processos autorizada pela nova lei.

A medida que ora propomos, então, harmoniza-se com o espírito e a forma da proposição que examinamos e corresponde à tradição legislativa brasileira a esse respeito.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2008. – Senador **Valter Pereira** – Senadora **Marisa Serrano**.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Tasso Jereissati, relator da matéria, para proferir parecer sobre a emenda.

PARECER Nº 1.051, DE 2008 – PLEN

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Garibaldi Alves Filho, a emenda oferecida ao Projeto de Lei do Senado nº 98 – Complementar, pelo Senador Valter Pereira e pela Senadora Marisa Serrano, dignos representantes de Mato Grosso do Sul, pretende ampliar os casos de convalidação de atos relativos à criação de Municípios regulados, especificamente no art. 31 do Substituto ao referido PLS aprovado e consolidado nos termos do nosso parecer nº 968.

A emenda foi previamente discutida quando o projeto tramitava na CCJ, mas não chegou a ser apreciada por terem vencido os prazos regimentais. A emenda reproduz o texto do art. 31 do substitutivo aprovado na

CCJ e acrescenta §2º, renumerando o §2º para §3º ao referido art. 31, com a seguinte redação:

Ficam convalidados os plebiscitos para a criação de municípios realizados nos períodos estabelecidos no caput, de 13 de setembro de 1996 e 31 de dezembro de 2007, desde que se comprove a sua viabilidade nos termos dos incisos I, II e III do §1º e dos §§2º a 7º do art. 13, e observados no que couber os demais procedimentos previstos nesta lei.

A emenda está compatível com as normas estabelecidas no substitutivo, propondo a convalidação dos plebiscitos já realizados, porém condicionando à comprovação da viabilidade da criação do município, por meio de estudo da viabilidade específico, que é uma das condições fundamentais exigidas pelos artigos do §4º do art. 18 da Constituição Federal.

Nosso parecer, portanto, é pela aprovação da Emenda. Gostaria de também de propor a emenda de redação no art. 15: onde estava escrito “encerrado o prazo do **caput**”, leia-se, coloque-se “encerrado o prazo do art. 14”.

É o seguinte o parecer na íntegra:

PARECER Nº, DE 2008-PLEN

A Emenda oferecida ao PLS nº 98, de 2002 – Complementar, pelo Senador Valter Pereira e Senadora Marisa Serrano, dignos representantes de Mato Grosso do Sul, pretende ampliar os casos de convalidação de atos relativos à criação de municípios, regulado especificamente ao art. 31, do Substitutivo ao referido PLS, aprovado e consolidado nos termos do nosso Parecer nº 968, de 2008, da CCJ.

A Emenda foi previamente discutida quando o Projeto tramitava na CCJ, mas não chegou a ser apreciada por terem vencidos os prazos regimentais. A Emenda reproduz o texto do art. 31, do Substitutivo ao PLS aprovado na CCJ, e acrescenta um § 2º, renumerando o § 2º para § 3º, ao referido art. 31, com a seguinte redação:

“§ 2º Ficam convalidados os plebiscitos para criação de município realizados no período estabelecido no **caput** (de 13 de setembro de 1996 e 31 de dezembro de 2007), desde que se comprove a sua viabilidade, nos termos dos incisos I, II e III, do § 1º e dos §§ 2º a 7º do art. 13, e observados, no que couber, os demais procedimentos previstos nesta lei.”

A Emenda está compatível com as normas estabelecidas no Substitutivo, propondo a convalidação dos plebiscitos já realizados, porém condicionado à comprovação da viabilidade da criação do município através do estudo de viabilidade específico, que é urna

das condições fundamentais exigidas pelas disposições do § 4º, do art. 18, da Constituição Federal.

Nosso parecer é pela aprovação da Emenda.
Sala das Sessões, – Senador **Tasso Jereissati**.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Senador Tasso Jereissati, Relator da matéria, conclui pela aprovação da emenda, mas apresenta uma emenda de redação, emenda essa que será lida... Aliás, já foi apresentada.

É a seguinte a Emenda de redação:

EMENDA DE REDAÇÃO Nº 2 – RELATOR
(Ao PLS nº 98, de 2002 – Complementar
– Substitutivo)

No art. 15 do Substitutivo ao PLS nº 98, de 2002-Complementar, onde se lê “Encerrado o prazo do **ca-put**....” leia-se “Encerrado o prazo do art. 14....”

Justificação

A presente emenda tem como objetivo corrigir erro de redação verificado o constatado no referido art.

Sala das Sessões, – Senador **Tasso Jereissati**

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo e da emenda. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerrada a discussão, passa-se à votação em turno suplementar do substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 98, de 2002, Complementar, sem prejuízo das emendas.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores, vamos abrir o painel para que V. Ex^{as} possam votar. (Pausa.)

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra à Senadora Serys Slhessarenko.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Sr. Presidente, pela ordem, só para orientar a bancada do PMDB para votar “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O PMDB vota “sim”.

Com a palavra a Senadora Serys Slhessarenko.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente. Sr^{as} e Srs. Senadores, acredito que este é um momento importante para muitos Municípios...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senadora Serys, permita-me uma interrupção à palavra de V. Ex^a, é que preciso prorrogar a sessão para às 21 horas.

V. Ex^a volta com a palavra.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Obrigada.

Quero dizer que é um momento importante, porque a ansiedade e as dificuldades enfrentadas por esses Municípios, que estavam com a necessidade de regularização, eram muito grandes.

Senadores, vários que tiveram oportunidade de apresentar proposições nesse sentido, e o Senador Sérgio Zambiasi colocaram muito bem que faz um tempo considerável que há essa luta pelos Municípios do Brasil inteiro.

Eu participei da mobilização em muitos momentos, com representantes de Municípios de todos aqueles Estados onde existiam – existiam, porque já é passado. Acabou de ser aprovado, pelo menos, na primeira votação.

E eu quero aqui rapidamente, Sr. Presidente, saudar e tranquilizar os nossos Municípios de Mato Grosso, do Brasil todo, aqueles que tinham problema, mas especialmente os Municípios do meu Estado de Mato Grosso: Município de Itanhanga, Município de Ipiranga do Norte, Município de Vale de São Domingos, Santa Rita do Trivelato, Santa Cruz do Xingu, Nova Nazaré, Conquista d’Oeste, Serra Nova Dourada, Novo Santo Antônio, Bom Jesus do Araguaia, Nova Santa Helena, Colniza, Santo Antônio do Leste, Rondolândia e Curvelândia.

O nosso Estado de Mato Grosso tinha quinze Municípios nessa situação, afora tantos outros que poderão, daqui para frente, entrar em discussão, com os critérios advindos dessa nova proposição. Nesses quinze Municípios, que nós inclusive percorremos agora, por ocasião das eleições municipais, a grande preocupação era a disputa pelas prefeituras desses pequenos Municípios, existindo aquela ansiedade, a insegurança de como estariam realmente nos próximos tempos.

Felizmente, essa votação está acontecendo e aqui a gente sabe que só temos que parabenizar toda a população de cada um desses Municípios, no caso específico do meu Estado de Mato Grosso. É a população que queria, que buscava, era o Município que já estava organizado e que agora terá tranquilidade para continuar a busca e a conquista do seu desenvolvimento. Aliás, em Mato Grosso, desenvolvimento econômico com sustentabilidade ambiental, já que lá, infelizmente, em muitos Municípios nós temos situações difíceis com relação à questão ambiental. Mas essa questão está sendo superada e esses Municípios vão agora poder buscar o seu desenvolvimento econômico com tranquilidade.

Muito obrigada.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Pela ordem, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Na votação passada, 48 Senadores e Senadoras votaram; agora, somente 45...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) – Vamos abrir o painel. Vamos confiar no compromisso com os Municípios do Senado Federal.

Senador Augusto Botelho, já votou?

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT–RR) – Votei.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB–RN) – Então vamos abrir o painel.

(*Procede-se à apuração.*)

VOTAÇÃO NOMINAL

SUBSTITUTIVO AO PLS Nº 98, DE 2002 - COMPLEMENTAR (TURNO SUPLEMENTAR)

Num.Sessão: 1
Data Sessãõ: 15/10/2008

Num.Votação: 3
Hora Sessão: 14:00:00

Abertura: 15/10/2008 20:02:47
Encerramento: 15/10/2008 20:08:09

Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
DEM	DF	ADELWIR SANTANA	SIM				
PSDB	PR	ALVARO DIAS	SIM				
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	SIM				
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SIM				
PSDB	AM	ARTHUR VIRGILIO	SIM				
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	SIM				
PMDB	SC	CASILDO MALKANER	SIM				
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	SIM				
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	SIM				
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	SIM				
Bloco-PR	RC	EXPEDITO JÚNIOR	SIM				
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	SIM				
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	SIM				
PMDB	AP	GILVAM BORGES	SIM				
PTB	DF	GIM ARGELLO	SIM				
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	SIM				
DEM	MT	JAYME CAMPOS	SIM				
PDT	AM	JEFFERSON PRAIA	SIM				
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	SIM				
DEM	RN	JOSE AGRIPINO	SIM				
PMDB	PB	JOSE MARANHÃO	SIM				
P-SOL	PA	JOSE NERY	SIM				
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	SIM				
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	SIM				
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	SIM				
PMDB	PI	MÃO SANTA	SIM				
DEM	TO	MARCO ANTÔNIO COSTA	SIM				
DEM	PE	MARCO MACIEL	SIM				
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	SIM				
PTB	AC	MARINA SILVA	SIM				
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	SIM				
PSDB	MS	MARISA SERRANO	SIM				
PMDB	SC	NEUZO DE CONTO	SIM				
PDT	PR	OSMAR DIAS	SIM				
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	SIM				
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	SIM				
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	SIM				
PTB	SP	ROMEU TUMA	SIM				
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	SIM				
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	SIM				
Bloco-PT	MT	SÉRY SLESARENKO	SIM				
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	SIM				
Bloco-PT	AC	TIAO VIANA	SIM				
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	SIM				
PSB	SE	VIRGINIO DE CARVALHO	SIM				

Presidente: GARIBALDI ALVES FILHO

Votos SIM : 45
Votos NÃO : 00 Total : 45
Votos ABST. : 00

[Assinatura]
Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB–RN) – Votaram SIM 45 Srs. Senadores; e, NÃO, zero.

Nenhuma abstenção.

Total: 45 votos.

Vamos a uma nova votação nominal.

O SR. GILBERTO GOELLNER (DEM – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB–RN) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Gilberto Goellner.

O SR. GILBERTO GOELLNER (DEM – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Para constar o meu voto “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a votou “Sim” e o registro será feito na Ata dos nossos trabalhos.

Passa-se à votação das emendas de parecer favorável do Relator, Senador Tasso Jereissati.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Os Líderes já podem recomendar como votação as suas bancadas.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Sr. Presidente, a Liderança do PMDB orienta sua Banca para votar “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Bancada do PMDB vota “sim”, segundo o Líder Valter Pereira.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, a Minoria recomenda o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Líder da Minoria, Mário Couto, recomenda o voto “sim”.

Senador Renato Casagrande, Líder do PSB.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – O PSB já se manifestou, vai votar “sim” à matéria.

O PSB, pelo menos do meu Estado, quer parabenizar todos os Municípios que estavam pendentes da legalização, da regulamentação. Em especial, como capixaba, transmito um abraço à população de Governador Lindenberg, um Município próspero, importante, que está dependendo dessa regulamentação.

Portanto, transmito meu abraço ao Prefeito Aterval, à Câmara de Vereadores, às lideranças de lá e à população de Governador Lindenberg.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

Antes, quero fazer um apelo às Senadoras e aos Senadores, para que possam responder a um ofício enviado pela Presidência da Mesa a respeito do cumprimento da Súmula nº 13 do Supremo Tribunal Federal, porque é essencial que tenhamos essa providência.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, pela ordem, o Líder do PSOL.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Garibaldi Alves, ontem, a Mesa se reuniu e acolheu a súmula vinculante do STF, e não poderia ser diferente.

Aliás, todos os entes federados, os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, deveriam, sim, há muito, ter cumprido o que está expresso na Constituição brasileira.

Sr. Presidente, eu queria fazer uma referência ao Enunciado nº 13, também acolhido pela Mesa, que tenta salvaguardar o direito de servidores que foram nomeados, parentes de Senadores, antes da eleição dos Srs. Senadores. Quero dizer a V. Ex^a, e me parece que houve uma consulta da Mesa inclusive à Procuradoria-Geral da República, que, para mim, sinceramente, considero uma consulta inócua. Por quê? Achar que tratar esse tema, essa questão e considerá-la como direito adquirido é um grande equívoco.

Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a que não prolongue essa agonia no Senado. Para que ficar adiando uma decisão que o Supremo já interpretou, decidi e para a qual não cabe mais recurso algum?

Portanto, cabe a V. Ex^a tomar a decisão de demitir aqueles que, por ventura, não tenham cumprido essa decisão do Supremo, que, na verdade, antes de ser uma decisão do Supremo, é uma decisão da Constituição brasileira e que vem sendo sistematicamente desrespeitada nos últimos vinte anos.

É o apelo que faço a V. Ex^a.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Faço, de novo, um apelo aos Srs. e Sr^{as} Senadoras para que possamos votar a matéria. Eu peço até aos Srs. Senadores que não levem em consideração a minha palavra, do ponto de vista de que eu queria iniciar um debate aqui sobre isso. Na verdade, eu estou querendo é votar essa matéria. Eu já estou vendo que o **quorum** começa a cair, e nós precisamos votá-la. É a última votação. Então, vamos deixar todos os outros debates para depois da votação.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sobre o tema, que eu...

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Mas, Sr. Presidente, enquanto não se atinge o *quorum*... Então, permita que os Senadores...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não, não, eu permito...

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, V. Ex^a chegou a me dar a palavra. E, depois, a palavra... V. Ex^a me deu a palavra.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Nem para encaminhar, Sr. Presidente?

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, V. Ex^a me deu a palavra e, depois, o Senador Nery pediu a palavra. Eu, como bom mineiro, esperei.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Está bom. Eu quero só, Sr. Presidente, insistir que, enquanto nossos colegas do PSDB votam, fique bem claro o seguinte: ninguém está aqui, nós não estamos aprovando nenhuma farragem de Municípios. Ninguém está querendo que volte a acontecer o que aconteceu no passado, em que Municípios, sem condição, foram criados. O que estamos aprovando é uma regra rígida para que os Estados possam analisar o desenvolvimento de novas regiões, nas quais acabam surgindo uma nova aglomeração urbana, um novo distrito e um Município novo. É, na verdade, um novo eixo de desenvolvimento, um novo eixo de progresso. A experiência mostra isso.

Existem críticas que são válidas de que um novo Município gera novas despesas públicas. Mas é importante lembrar que hoje existe a Lei de Responsa-

bilidade Fiscal, é importante lembrar que hoje não se pode gastar mais do que 8% da receita com a Câmara Municipal, é importante lembrar que hoje não há um risco dessa forma.

Então, ao fazer a aprovação deste projeto de lei, deste projeto complementar, estamos, na verdade, devolvendo aos Estados uma prerrogativa federativa para que, dentro de regras mínimas, se analise a possibilidade ou não de criação de um novo Município. Não podemos ficar como estamos hoje, pois, desde 1995, está proibida no Brasil a criação de qualquer Município, ainda que ele seja grande, numa região nova do Centro-Oeste, do Norte ou mesmo em regiões já consolidadas como no Sul, Sudeste e Nordeste.

Portanto, que fique bem claro: estamos exatamente fazendo uma regra rígida, estamos fazendo um projeto que vai moralizar a criação de novos Municípios no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Mão Santa, V. Ex^a deve exercer o seu direito de voto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Presidente Garibaldi, sobre o assunto, sobre a matéria em votação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Mário Couto; em seguida, o Senador Delcídio Amaral.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – V. Ex^a vai abrir o painel ou posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não. V. Ex^a pode falar.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Primeiramente eu quero parabenizar a Casa no dia de hoje, dizendo que, se pudéssemos o tempo todo legislar como estamos legislando hoje, traríamos benefício ao nosso País.

Infelizmente, as medidas provisórias trancam a pauta e não deixam os Senadores legislar. Quero deixar essa reflexão na noite de hoje, Sr. Presidente. Que V. Ex^a continue se esforçando. Sou testemunha do esforço de V. Ex^a no sentido de breçar as medidas provisórias, de diminuir o número de medidas provisórias que deixam os Parlamentares sem poder legislar neste Senado. Quero deixar essa reflexão, pedindo

a V. Ex^a que não perca a motivação de sempre estar atento a esse problema das medidas provisórias. Tenho certeza de que V. Ex^a vai conseguir. V. Ex^a já diminuiu, e nós vamos conseguir aquilo que V. Ex^a e todos nós desejamos, que é trabalhar.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Sr. Presidente, esse é o último turno?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Já vou entrar no tema, Senador Valter.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – A minha angústia decorre do fato de que alguns já estão se despedindo.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Já vou falar. V. Ex^a fala tanto. Eu falo tão pouco e, quando falo, V. Ex^a não quer me deixar falar.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – V. Ex^a e o Senador Flexa Ribeiro são realmente muito modestos e muito econômicos com essa tribuna. Só Deus pode testemunhar.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Até pensei um dia em votar em V. Ex^a para Presidente. Já não penso mais. V. Ex^a é muito rígido.

Quero aqui fazer a mesma coisa que um Senador fez há poucos minutos. Não me recordo quem foi, mas acho que foi o Senador Casagrande, que parabenizou aqueles Municípios, aquelas vilas que têm condições de se tornar independentes e que, há muitos e muitos anos, esperam. Hoje, o Senado Federal diz que agora vão poder se tornar independentes, vão poder ser município e se desenvolver.

No caso do Pará – vou falar dos que eu estou me lembrando agora, dos que há muito tempo esperam –, Mojuí dos Campos, em Santarém; Castelo dos Sonhos, em Altamira; Moraes Almeida, em Itaituba, Senador Flexa.

Eu quero, em meu nome e em nome do Senador Flexa Ribeiro e do Senador José Nery, Senadores paraenses, parabenizar esta Casa e dizer que o Pará, com certeza, está aplaudindo a votação desta Casa na noite de hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Mário Couto.

Eu quero fazer algumas comunicações aos Senadores e às Senadoras.

Estava convocada uma sessão amanhã em homenagem aos 200 anos do Banco do Brasil. Essa

solenidade, entretanto, foi adiada. Não será realizada amanhã à tarde.

Está cancelada a sessão do Congresso Nacional que estava marcada para hoje no plenário do Senado Federal.

Amanhã, dia 16, haverá sessão deliberativa. Entretanto, na próxima semana, não haverá sessões deliberativas; haverá sessões não-deliberativas.

A próxima sessão deliberativa está marcada para terça-feira, dia 28 de outubro. Essa decisão foi tomada pela Presidência, de comum acordo com as Lideranças, que fizeram essa solicitação, tendo em vista a realização do segundo turno em 27...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Em 26.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em 26... Não, eu estou querendo dizer o número de Municípios. Em 27 Municípios, se não me engano. Agora, na próxima terça-feira, retomaremos...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, ainda haverá uma votação nominal?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não haverá mais.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu pediria a compreensão do Senador Delcídio. Logo, darei a palavra a V. Ex^a. É apenas para uma última comunicação: na terça-feira, dia 21, haverá um debate na Comissão de Assuntos Econômicos sobre a crise do sistema financeiro internacional. Repito: na terça-feira, dia 21, às 10h da manhã, com a presença do Ministro Guido Mantega e do Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles.

Com a palavra o Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só gostaria de confirmar o meu voto “sim” nas duas votações anteriores, porque eu estava na Comissão de Orçamento e não pude estar presente.

Sr. Presidente, com relação à matéria que votamos hoje – nós votamos “sim”, a Bancada de Mato Grosso do Sul marcou presença e trabalhou pela apro-

vação desse projeto –, eu não poderia deixar de destacar o trabalho do Senador Eduardo Azeredo, que é extremamente determinado. Eu tenho absoluta convicção de que ele está convencido da importância desse projeto para o desenvolvimento do nosso País. S. Ex^a é um homem dinâmico, um homem eficiente, um homem que tem uma visão de Estado, uma visão de País, e eu não poderia deixar de destacar o trabalho dele, principalmente no convencimento dos seus companheiros, Senadores e Senadoras.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Sr. Presidente, peça a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Tem a palavra, pela ordem, o Senador Expedito Júnior.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é só para cumprimentar V. Ex^a e todos os Senadores desta Casa, porque hoje nós conseguimos, enfim, dar oportunidade, como disse aqui o Senador Mário Couto, àqueles vilarejos, àqueles distritos, às vezes maiores do que alguns Municípios que já existem nos nossos Estados – porque acontece isso no Estado de Rondônia, como eu já disse aqui, de buscarem as suas independências.

Eu gostaria de registrar aqui, em rápidas palavras, que o Distrito de Nova Califórnia, o Distrito de Extrema, o Distrito de Vista Alegre do Abunã, o Distrito de São Domingos, o Município de Costa Marques, o Município de Tarilândia, entre tantos outros, com certeza, são maiores que alguns Municípios já criados.

Então, eu gostaria de parabenizar V. Ex^a, Sr. Presidente, por essa determinação de fazer com que a Casa vote matéria tão importante. Há uma PEC para ser votada, que é a PEC da transposição dos servidores públicos do meu Estado. Eu sei o quanto V. Ex^a já me ajudou nisso, já tentou buscar o entendimento, o diálogo com a Câmara dos Deputado. Já foi votada pelo Senado, já foi votada pela Comissão Especial criada na Câmara dos Deputados e só está esperando a vontade política, a determinação do Presidente daquela Casa de colocar essa PEC para ser votada, resgatando uma injustiça que fazem com os ex-Territórios, aliás, com o ex-Território de Rondônia, pois os demais ex-Territórios já foram atendidos.

Eu pediria, para finalizar, mais uma vez, o apoio de V. Ex^a, que poderia falar com o Presidente da Câmara dos Deputados para que vote essa PEC e faça justiça aos servidores do meu Estado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves filho. PMDB – RN) – Vamos abrir o painel para registrar o último resultado.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador José Maranhão.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer aqui um registro: na votação anterior, digitei equivocadamente na votação o voto “não”, quando deveria ter sido “sim”, aliás, foi o contrário: deveria ser “não” e votei “sim”.

Eu não quero caluniar o sistema, como sói acontecer aqui em muitas e muitas votações. De maneira que peço a V. Ex^a que registre esse equívoco, porque foi realmente um equívoco meu; não foi um erro do sistema. Aqui, já se tornou um lugar-comum dizer: “o sistema digitou errado”. Não. Quem digita errado é quem realmente põe o dedo na tecla errada. Nesse caso, confesso que fui eu próprio que me equivoquei nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador José Maranhão, V. Ex^a será atendido. O seu voto será registrado “sim” ao projeto do Senador Mozarildo Cavalcanti, relatado pelo Senador Tasso Jereissati.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Garibaldi.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, muito rapidamente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a permite que eu abra o painel? Em seguida, darei a palavra a V. Ex^a.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA) – Com muito prazer, Sr. Presidente.

(Procede-se à apuração.)

VOTAÇÃO NOMINAL

EMENDAS NºS 1 E 2- PLEN AO PLS Nº 98, DE 2002 - COMPLEMENTAR (T. SUPL.)

Núm. Sessão: 1
Data Sessão: 15/10/2008

Num. Votação: 4
Hora Sessão: 14:00:00

Abertura: 15/10/2008 20:09:22
Encerramento: 15/10/2008 20:28:41

Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	SIM				
PSDB	PR	ALVARO DIAS	SIM				
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	SIM				
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SIM				
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	SIM				
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	SIM				
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	SIM				
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL	SIM				
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	SIM				
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	SIM				
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	SIM				
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	SIM				
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	SIM				
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	SIM				
PMDB	AP	GILVAM BORGES	SIM				
PTB	DF	GIM ARGELLO	SIM				
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	SIM				
DEM	MT	JAYME CAMPOS	SIM				
PDT	AM	JEFFERSON PRAIA	SIM				
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	SIM				
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	SIM				
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	SIM				
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	SIM				
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	SIM				
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	SIM				
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	SIM				
PMDB	PI	MÃO SANTA	SIM				
DEM	TO	MARCO ANTÔNIO COSTA	SIM				
DEM	PE	MARCO MACIEL	SIM				
PT	AC	MARINA SILVA	SIM				
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	SIM				
PSDB	MS	MARISA SERRANO	SIM				
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	SIM				
PDT	PR	OSMAR DIAS	SIM				
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	SIM				
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	SIM				
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	SIM				
PTB	SP	ROMEU TUMA	SIM				
PSDB	PE	SERGIO GUÉRRER	SIM				
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIAS	SIM				
Bloco-PT	MT	SERYS SLHÉSSARENKO	SIM				
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	SIM				
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	SIM				
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	SIM				
PSC	SE	VIRGINIO DE CARVALHO	SIM				

Primeiro-Secretário

Presidente: GARIBALDI ALVES FILHO

Votos SIM : 45
Votos NÃO : 00 Total : 45
Votos ABST. : 00

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Votaram SIM 45 Srs. Senadores; e, NÃO, nenhum.

Total: 45 votos. (Palmas.)

Aprovadas as Emendas nº 1 e 2 de Plenário ao PLS nº 98/2002, Complementar.

Com a palavra o Senador César Borges; depois, faremos a leitura do parecer da Comissão Diretora.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas parabenizá-lo pela condução dos trabalhos.

Ontem tínhamos a preocupação de que essa votação pudesse se tornar uma realidade. Havia uma preocupação muito grande com relação à ansiedade dos nossos concidadãos desses Municípios que estavam pendentes dessa decisão. O Senado cumpriu o seu papel. V. Ex^a colocou em votação. Houve uma decisão muito sensata de se testar o **quorum**. O **quorum** estava baixo, mas conseguimos aqui uma unanimidade em relação ao projeto – 45 Srs. Senadores estão aqui marcando a história. Acredito que, se muitos tivessem a possibilidade de saber que haveria esta votação, seria aqui quase unanimidade no Senado. Estaríamos também votando favorável a este projeto. Vamos continuar acompanhando o encaminhamento desta nossa proposta – do Senado Federal – na Câmara dos Deputados, para que a Câmara possa entender que é fundamental a aprovação rápida deste projeto.

Encerro, Sr. Presidente, parabenizando, em nome de V. Ex^a, todo o Senado brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço, Senador César Borges.

Com a palavra o Senador Mão Santa, em seguida, o Senador Valter Pereira, depois o Senador Jayme Campos.

Perdoem-me. Estou tão desejoso de dar a palavra a V. Ex^{as} que me esqueci que temos aqui a leitura do Parecer da Comissão Diretora e Redação Final.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves. PMDB – RN) – Sobre a mesa, parecer, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Antonio Carlos Valadares.

É lido o seguinte:

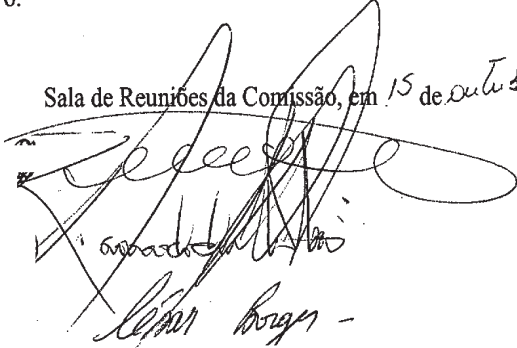
PARECER Nº 1.052, DE 2008

(Comissão Diretora)

Redação final do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 98, de 2002 - Complementar.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 98, de 2002 - Complementar, que regulamenta o procedimento para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios, e dá outras providências (art. 18, § 4º da Constituição Federal), consolidando as Emendas aprovadas pelo Plenário.

Sala de Reuniões da Comissão, em 15 de Outubro de 2008.



ÁLVARO DIAS

ANEXO AO PARECER Nº 1.052, DE 2008

Redação final do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 98, de 2002 - Complementar.

Dispõe sobre o procedimento para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios, para regulamentar o § 4º do art. 18, da Constituição Federal.

O Congresso Nacional decreta:

CAPÍTULO I

Das Disposições Gerais

Art. 1º Esta lei complementar dispõe sobre a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, nos termos do § 4º do art. 18 da Constituição Federal.

Art. 2º A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios dependerão da realização de Estudo de Viabilidade Municipal e de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos municípios envolvidos, e far-se-ão por lei estadual, obedecidos os procedimentos, prazos e condições estabelecidas por esta lei complementar.

Art. 3º A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios preservarão a continuidade territorial e a unidade histórico-cultural do ambiente urbano.

Art. 4º Para os efeitos desta lei, considera-se:

I – criação: a emancipação de área integrante de um ou mais municípios pré-existentes, originando um novo município com personalidade jurídica própria;

II – incorporação: a completa integração de um município a outro pré-existente, perdendo o município integrado sua personalidade jurídica, prevalecendo a do município incorporador;

III – fusão: a completa integração de dois ou mais municípios pré-existentes, originando um novo município com personalidade jurídica própria;

IV – desmembramento: a separação de área de um município pré-existente, para integrar-se a um outro município também pré-existente, prevalecendo a personalidade jurídica do município a que se integrar;

V – municípios envolvidos: aqueles que sofrerem alteração em sua área geográfica, decorrente de criação, incorporação, fusão ou desmembramento.

Art. 5º É vedada a criação, incorporação, fusão e o desmembramento de Municípios quando implicarem em inviabilidade dos Municípios pré-existentes.

Art. 6º O procedimento para criação, incorporação, fusão e o desmembramento de Município será realizado no período compreendido entre a posse dos Prefeitos e Vice-Prefeitos, na forma do inciso III do Art. 29 da Constituição Federal, e o último dia do ano anterior ao da realização de eleições municipais.

§ 1º Os atos iniciados e não encenados no período a que se refere o caput ficam automaticamente sobrestados, devendo ser reiniciados após a posse dos Prefeitos e Vice-Prefeitos.

§ 2º São nulos os atos realizados fora do período de que trata o **caput**.

§ 7º Os procedimentos para a criação, incorporação, fusão e o desmembramento de Municípios se iniciarão mediante requerimento subscrito por eleitores residentes nas áreas envolvidas, nos termos e condições estabelecidos nesta Lei.

Art. 8º Os Estudos de Viabilidade Municipal para criação, fusão, incorporação e desmembramento de Municípios deverão ser conclusivos quanto à viabilidade ou não e observarão o atendimento dos requisitos de viabilidade e procedimentos estabelecidos nesta Lei.

Art. 9º A Assembléia Legislativa Estadual após a homologação do Estudo de Viabilidade Municipal, nos termos desta Lei, para criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios, autorizará a realização de plebiscito nos Municípios envolvidos.

§ 1º A Assembléia Legislativa Estadual solicitará ao Tribunal Regional Eleitoral a realização do plebiscito, que ocorrerá, preferencialmente, em conjunto com as eleições federais e estaduais imediatamente subsequentes à edição do ato legislativo que o auto-

rizar, observado o que dispõe a Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998.

§ 2º Rejeitada em plebiscito a criação, incorporação, fusão e o desmembramento de Município, é vedada a realização de novo plebiscito sobre o mesmo tema no prazo de 10 (dez) anos.

Art. 10. Aprovada em plebiscito a criação, incorporação, fusão e o desmembramento de Município, a Assembléia Legislativa Estadual, na forma de seu regimento interno, votará o respectivo projeto de lei, definindo entre outros aspectos:

I – nome, sede, limites e confrontações geográficas dos Municípios envolvidos;

II – forma de sucessão e repartição de bens, direitos e obrigações dos Municípios envolvidos;

III – forma de absorção e aproveitamento de funcionários públicos, assegurados os direitos e garantias adquiridas ao tempo da transformação.

CAPÍTULO II

Da Criação

Art. 11. O requerimento para criação de Municípios deverá ser subscrito por, no mínimo, 10% (dez por cento) dos eleitores residentes na área geográfica que se pretenda emancipar para originar novo Município, dirigido à Assembléia Legislativa Estadual.

Art. 12. Recebido o requerimento, a Assembléia Legislativa Estadual, após verificada a sua regularidade, providenciará a elaboração, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, Estudo de Viabilidade do Município a ser criado e da área remanescente do Município pré-existente.

Art. 13. O Estudo de Viabilidade Municipal tem por finalidade o exame e a comprovação da existência das condições que permitam a consolidação e desenvolvimento dos Municípios envolvidos, e deverá comprovar, preliminarmente, em relação ao Município a ser criado, se foram atendidos os seguintes requisitos:

I – população igual ou superior a:

a) 5.000 (cinco mil) habitantes nas Regiões Norte e Centro-Oeste;

b) 7.000 (sete mil) habitantes nas Regiões Nordeste;

c) 10.000 (dez mil) habitantes nas Regiões Sul e Sudeste;

II – eleitorado igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) de sua população;

III – existência de núcleo urbano já constituído, dotado de infra-estrutura, edificações e equipamentos compatíveis com a condição de Município;

IV – número de imóveis, na sede do aglomerado urbano que sediará o novo Município, superior à média

de imóveis de 10% (dez por cento) dos Municípios do Estado, considerados em ordem decrescente os de menor população;

V – arrecadação estimada superior à média de 10% (dez por cento) dos Municípios do Estado, considerados em ordem decrescente os de menor população;

VI – área urbana não situada em reserva indígena, área de preservação ambiental ou área pertencente à União, suas autarquias e fundações;

VII – continuidade territorial.

§ 1º os requisitos estabelecidos no **caput**, dar-se-á prosseguimento ao Estudo de Viabilidade Municipal que deverá abordar os seguintes aspectos:

I – viabilidade econômico-financeira;

II – viabilidade político-administrativa;

III – viabilidade sócio-ambiental e urbana.

§ 2º A viabilidade econômico-financeira deverá ser demonstrada a partir das seguintes informações:

I – receita fiscal, atestada pelo órgão fazendário estadual, com base na arrecadação do ano anterior ao da realização do estudo e considerando apenas os agentes econômicos já instalados;

II – receitas provenientes de transferências federais e estaduais, com base nas transferências do ano anterior ao da realização do estudo, atestadas pela Secretaria do Tesouro Nacional e pelo órgão fazendário estadual, respectivamente;

III – estimativa das despesas com pessoal, custeio e investimento, assim como com a prestação dos serviços públicos de interesse local, especialmente a parcela dos serviços de educação e saúde a cargo dos Municípios envolvidos;

IV – indicação, diante das estimativas de receitas e despesas, da possibilidade do cumprimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

§ 3º A viabilidade político-administrativa deverá ser demonstrada a partir do levantamento da quantidade de funcionários, bens imóveis, instalações, veículos e equipamentos necessários ao funcionamento e manutenção dos respectivos Poderes Executivo e Legislativo municipais.

§ 4º A viabilidade sócio-ambiental e urbana deverá ser demonstrada a partir do levantamento dos passivos e potenciais impactos ambientais, a partir das seguintes informações e estimativas:

I – novos limites do município a ser criado e da área remanescente;

II – levantamento da quantidade e tipologia das edificações existentes nas áreas urbanas;

III – levantamento das redes de abastecimento de água e cobertura sanitária;

IV – eventual crescimento demográfico;

V – eventual crescimento da produção de resíduos sólidos e efluentes;

VI – identificação do percentual da área ocupada por áreas protegidas ou de destinação específica, tais como unidades de conservação, áreas indígenas, quilombolas ou militares.

§ 5º Os dados demográficos constantes dos Estudos de Viabilidade Municipal serão considerados em relação ao último levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

§ 6º Os demais dados constantes dos Estudos de Viabilidade Municipal deverão ser fornecidos pelos órgãos municipais, estaduais e federais de planejamento, fazenda, estatística e meio-ambiente, além de outros cuja competência ou área de atuação demandem sua participação.

§ 7º Não será permitida a criação de município se a medida resultar, para o município pré-existente, na perda dos requisitos estabelecidos no **caput**.

Art. 14. Os Estudos de Viabilidade Municipal serão publicados no órgão de imprensa oficial do Estado, a partir do que se abrirá prazo de 60 (sessenta) dias para sua impugnação, por qualquer interessado, pessoa física ou jurídica, perante a Assembléia Legislativa Estadual.

§ 1º O sítio na internet da Assembléia Legislativa disponibilizará os Estudos de Viabilidade Municipal para conhecimento público, durante o prazo previsto no **caput**.

§ 2º Será realizada pelo menos uma audiência pública em cada um dos núcleos urbanos envolvidos no processo, durante o prazo previsto no **caput**.

Art. 15. Encerrado o prazo do art. 14, a Assembléia Legislativa deliberará sobre os Estudos e suas impugnações, na forma de seu regimento interno, devendo decidir pela impugnação ou homologação.

Art. 16. Homologado o Estudo a que se refere o art. 13, comprovando a viabilidade, a Assembléia Legislativa autorizará a realização de plebiscito em consulta à totalidade da população do município pré-existente, inclusive da área a ser emancipada, observado o que dispõe o art. 9º

Art. 17. Aprovada em plebiscito a criação, a Assembléia Legislativa votará a lei respectiva, nos termos do art. 10.

Art. 18. Aprovada a lei estadual de criação do município, a eleição do prefeito, vice-prefeito e vereadores do novo município realizar-se-á na eleição municipal imediatamente subsequente, nos termos dos incisos I e II do art. 29 da Constituição Federal, e a instalação

do novo município se dará com a posse do prefeito e vice-prefeito eleitos, observado o que dispõe o inciso III do art. 29 da Constituição Federal.

Art. 19. Enquanto não forem eleitos e empossados o prefeito, o vice-prefeito e os vereadores, nem editadas normas próprias, o município objeto de criação será regido e administrado pelas normas e autoridades do município de origem, observado o que dispõe o **caput** do art. 29 da Constituição Federal.

CAPÍTULO III

Da Incorporação e da Fusão

Art. 20. O requerimento para incorporação ou fusão de municípios deverá ser subscrito por, no mínimo, 10% (dez por cento) dos eleitores residentes em cada um dos municípios que se pretenda fundir ou incorporar um ao outro, e será dirigido à Assembléia Legislativa Estadual.

Art. 21. Recebido o requerimento, a Assembléia Legislativa Estadual, após verificar a sua regularidade, promoverá o Estudo de Viabilidade Municipal para verificar o atendimento dos requisitos estabelecidos no **caput** do art. 13, e, comprovado o seu atendimento, providenciará o prosseguimento do Estudo aplicando, no que couber, as disposições dos arts. 13 a 15.

Art. 22. Homologado o Estudo de Viabilidade Municipal, a Assembléia Legislativa Estadual, observado o que dispõem os arts. 9º e 16, editará ato legislativo autorizando a realização do plebiscito, para consulta às populações dos municípios envolvidos.

Art. 23. Aprovado em plebiscito a incorporação ou fusão, a Assembléia Legislativa Estadual votará a lei respectiva, nos termos do art. 10.

Art. 24. A incorporação ou fusão de municípios se completa com a publicação da lei estadual que a aprovar.

§ 1º A partir da data da lei estadual que aprovar a incorporação, o município incorporado passa a ser administrado pelas autoridades e se reger pelas normas do município ao qual foi incorporado.

§ 2º Nos casos de fusão, os Municípios fundidos passam a ser administrados pelas autoridades e se regidos pelas normas do município mais populoso.

Art. 25. Aprovada em lei estadual a incorporação ou fusão de município, a eleição do prefeito, vice-prefeito e vereadores do novo município realizar-se-á na eleição municipal imediatamente subsequente, nos termos dos incisos I e II do art. 29 da Constituição Federal, e a instalação do novo município se dará com a posse do prefeito e vice-prefeito eleitos, observado o que dispõe o inciso III do art. 29 da Constituição Federal.

CAPÍTULO IV

Do Desmembramento

Art. 26. O requerimento para desmembramento de municípios deverá ser subscrito por, no mínimo, 10% (dez por cento) dos eleitores residentes na área a ser desmembrada e será dirigido à Assembléia Legislativa do respectivo estado.

Art. 27. Recebido o requerimento, a Assembléia Legislativa Estadual, após verificar a sua regularidade, promoverá o Estudo de Viabilidade Municipal para verificar o atendimento dos requisitos estabelecidos no **caput** do art. 13, tanto em relação à área a ser desmembrada quanto à área remanescente do município a ser desmembrado, e, comprovado o seu atendimento, providenciará o prosseguimento do Estudo aplicando, no que couber, as disposições dos arts. 13 a 15.

Art. 28. Homologado o Estudo de Viabilidade Municipal, a Assembléia Legislativa Estadual, observado o que dispõem os arts. 9º e 16, editará ato Legislativo autorizando a realização de plebiscito para consulta às populações dos municípios envolvidos.

Art. 29. Aprovado em plebiscito o desmembramento, a Assembléia Legislativa Estadual votará a lei respectiva, nos termos do art. 10.

Art. 30. O desmembramento de município se completa com a publicação da lei estadual que o aprovar.

Parágrafo único. A partir da data da lei estadual que aprovar o desmembramento, a área desmembrada passa a ser administrada pelas autoridades e ser regida pelas normas do município ao qual foi integrada.

CAPÍTULO V

Das Disposições Transitórias e Finais

Art. 31. Ficam convalidados os atos de criação, incorporação, fusão, desmembramento e instalação dos municípios cuja realização haja ocorrido entre 13 de setembro de 1996 e 31 de dezembro de 2007, desde que se encontrem no pleno gozo de sua autonomia municipal, com prefeitos, vice-prefeitos e vereadores, eleitos e empossados.

§ 1º Ficam convalidados todos os atos da administração praticados no regular exercício de seus mandatos e atribuições.

§ 2º Ficam convalidados os plebiscitos para criação de município realizados no período estabelecido no **caput**, desde que se comprove a sua viabilidade, nos termos dos incisos I, II e III do § 1º e dos §§ 2º a 7º do art. 13, e observados, no que couber, os demais procedimentos previstos nesta Lei.

§ 3º Nos quatro anos que se seguirem à publicação desta Lei, o município que não se enquadre na

situação referida no **caput** poderá adotar procedimentos para se enquadrar nas disposições desta Lei, ou retornar ao estado anterior, mediante ato aprovado pelas Câmaras Municipais dos municípios envolvidos, submetido à apreciação da Assembléia Legislativa Estadual.

Art. 32. São nulos de pleno direito os atos praticados em desconformidade com esta Lei.

Art. 33. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em discussão a redação final. (Pausa.)

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Declaro encerrada a Ordem do Dia.

São os seguintes os itens transferidos para a sessão deliberativa ordinária de amanhã, quinta-feira, dia 16:

1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 130, DE 2008

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição)

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do rt. 375 do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 2008 (nº 3.452/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre a criação da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais, sobre a criação de cargos de Analista Técnico e de Agente Executivo da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, sobre a transformação de cargos na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, altera o Anexo I da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, para adaptar os quantitativos de cargos da ANVISA, a Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, que dispõe sobre a Carreira de Analista de Infra-Estrutura e sobre o cargo isolado de provimento efetivo de Especialista em Infra-Estrutura Sênior, e altera a Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007, para prever a fórmula de pagamento de cargo em comissão ocupado por militar, e a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003.*

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de Subemenda que apresenta.

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 5, DE 2005

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que *altera o artigo 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições.*

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 38, DE 2004

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.*

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

5

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 50, DE 2006**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.*

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que oferece.

6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 86, DE 2007**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal* (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, favorável parcialmente, com Subemenda, que apresenta.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 20, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 18, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.*

10

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 3, DE 2001**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

11

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 26, DE 2002**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Íris Rezende, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.*

12

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 90, DE 2003**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no art. 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.*

13

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2004**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao art. 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*

14

**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI
DA CÂMARA Nº 6, DE 2003**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971* (dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Morais, oferecendo a redação do vencido.

15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.* (prescrição em cinco anos de ação de prestação

de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele).

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.*

Parecer favorável, sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.*

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde* (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003,

na Casa de origem), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998* (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Roberto Saturnino.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943* (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).

Parecer favorável, sob nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho*.

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres-MT e a fronteira com a Venezuela*.

Parecer sob nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator *ad hoc*: Senador Mão Santa, favorável com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

23

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que *acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços*.

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e subemenda que apresenta; e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

24

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 306, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que *acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos*.

25

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências*.

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns,

favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

26

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

27

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

28

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum.)

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.

29

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum.)

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).

30

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum.)

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.

31

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum.)

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.

32

PARECER Nº 106, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, à Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa.

33

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, iniciativa da Senadora Kátia Abreu, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos encontra-se esgotado. (Fixação e ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade).

34

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a dispensa do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos ao Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, uma vez que o prazo naquela Comissão já se encontra esgotado. (Gestão de florestas públicas; institui o Serviço Florestal Brasileiro na estrutura do Ministério do Meio Ambiente)

35

REQUERIMENTO Nº 1.230, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.230, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando voto de censura ao juiz Edilson Rumbelsperger Rodrigues, da 1ª Vara Criminal e de Menores de Sete Lagoas – MG, pela falta de ética e compromisso moral ao rejeitar pedidos de medidas cautelares contra homens que agrediram ou ameaçaram suas companheiras.

Parecer favorável, sob nº 618, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon.

36

REQUERIMENTO Nº 847, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 847, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de solidariedade ao Senador Eduardo Azeredo, em razão de correspondência por ele recebida, subscrita pelo Sr. Marco Aurélio Garcia, Assessor Especial de Política Externa do Presidente da República, relativa

ao pronunciamento do Senador na sessão do Senado no último dia 11 de junho, sobre a mudança de opinião do Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, em relação às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC).

37

REQUERIMENTO Nº 877, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 877, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de congratulação ao governo colombiano, aos familiares e ao povo colombiano pela libertação da ex-senadora e ex-candidata presidencial Ingrid Betancourt, de onze militares colombianos e três soldados americanos, que estavam em poder das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), e que este acontecimento seja utilizado como marco para o estabelecimento de um processo de paz e resolução pacífica do conflito armado vivenciado pelo país irmão.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Garibaldi Alves, só queria cumprimentá-lo. Eu realmente já disse que V. Exª foi ungido por Deus. V. Exª, Garibaldi, entrou nessa Presidência num momento de dificuldades e combateu o bom combate, “navegar é preciso”, e V. Exª navegou com sabedoria. E, hoje, oferece à Nação um dos projetos de lei mais interessantes, que é o renascer de novos Municípios.

E queria aqui dar o meu testemunho, ô Garibaldi, de que, quando governei o Estado do Piauí, Deus me permitiu fazer nascer 78 novos Municípios, o que é um fato inédito. Mas isso não foi uma luz minha, não. Foi do Governador que nos antecedeu, que foi Senador da República, Freitas Neto. Eu era Prefeito da minha cidade. Ele começou. Havia 115 Municípios, ele criou 30, ficaram 145. E, quando comecei a governar o Piauí, fiquei encantado com esse projeto e dei continuidade a ele. De repente, nasceram 78 novas cidades no Estado do Piauí.

Atentai bem, Senador Casildo Maldaner, “o essencial é invisível aos olhos”, dizia Antoine de Saint-Exupéry. Além daquilo que você vê em uma nova cidade – as avenidas iluminadas, a praça para namorar, o mercado para comercializar, a escola para aprender, a cadeia para pôr ordem –, o mais importante é transformar aqueles homens de campo em líderes.

Há o aparecimento de um chamamento para a responsabilidade administrativa e surgem os Vereadores, os Vice-Prefeitos e os Prefeitos. Iria dar um exemplo; um quadro vale por dez mil palavras.

Presidente Garibaldi Alves, em uma das cidades pequeninhas que criei, Jatobá, apareceu um Prefeito, João Félix. Foi reeleito. E foi tão bom que foi Prefeito da cidade-mãe, Campo Maior, onde se deu a Batalha do Jenipapo, que garantiu esta unidade no Brasil. E foi reeleito.

Em outro Município, o de Joca Marques, pequeninho, uma mulher, uma bela mulher foi Prefeita, reeleita e, aí, passou para a cidade-mãe, Luzilândia, e lá conseguiu se reeleger também.

Então, além disso, transformamos aqueles homens do campo em verdadeiros líderes. E V. Ex^a tem tido tanto sucesso, que não duvido nada que aqui baixe o Divino Espírito Santo e a gente consiga fazer uma emenda, uma lei para que V. Ex^a possa ser reeleito.

Mas eu lembraria, Senador Garibaldi Alves – está aqui o nosso Jayme Campos –, a criação de Estados. Está aí muito palpável. Tocantins, além dos minérios, da pecuária e da agricultura, hoje é o maior centro de universidade a distância. Lá existe uma universidade, a EADCON – ficou próxima de Brasília –, que de lá vai Brasil afora, para o interior, a universidade à distância. E Mato Grosso do Sul – está aqui a grandeza dos que representam essa pujança. Então é hora, Garibaldi, de reanalisarmos aqueles projetos de aparecer novos Estados. O bom exemplo é que Mato Grosso do Sul e Tocantins enriqueceram o Brasil. Os Estados Unidos, que estão aí, com uma área geográfica quase como a nossa, têm 50 Estados; o México é menos da metade do Brasil e tem 35 Estados. Então, é hora.

Depois do êxito dessa integração municipal, V. Ex^a, que tem conquistas através de conquistas, deve fazer renascer esses projetos. E o Piauí quer se dividir, quer que seja criado, no sul do Estado, Gurguéia, um novo Estado.

Nós confiamos que, ainda neste seu mandato – confiando ainda que o Divino Espírito Santo baixe nesta Casa e que V. Ex^a possa ser reeleito –, V. Ex^a consiga a votação da criação dos novos Estados, entre eles o Estado do Gurguéia.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, o Senador Valter Pereira, em seguida, o Senador Gilberto Goellner.

Senador Delcídio, ainda quer usar da palavra?

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sim, se possível.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, após as palavras do Senador Valter, pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Então vamos ter agora o Senador Valter Pereira. Dê-me só um minuto, Senador Valter Pereira, para eu definir a lista de oradores: o Senador Gilberto, que já está inscrito há muito tempo, o Senador Jayme Campos e o Senador Augusto Botelho. Não, Delcídio Amaral. Ele estava inscrito. Se fôssemos obedecer à ordem daquele livro ali que não está sendo muito respeitada...

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Quer dizer, eu estou em último lugar, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a deveria obedecer ao Evangelho: os últimos serão os primeiros.

Com a palavra o Senador Valter Pereira.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Constituição de 88 trouxe uma função essencial ao Senado da República. Deu-lhe o caráter, deu-lhe a função de representar a Federação, incluindo no princípio federativo o Município. Hoje, nesta memorável sessão, nós estamos na verdade cumprindo essa destinação constitucional de representar o Município brasileiro, que é a **celula mater**, que é onde o cidadão efetivamente mora, vive, cresce. Enfim, o Senado cumpriu hoje com a sua missão, não só porque o Supremo deu um prazo para que resolvesse essa questão em caráter definitivo, como também porque havia uma necessidade premente que todos aqui nesta Casa já tinham proclamado, já tinham reconhecido.

Veja, Sr. Presidente, faço questão hoje de fazer um ligeiro comentário sobre esta votação, porque, nas últimas semanas, eu li alguns comentários maldosos sobre esta votação. Li algumas análises equivocadas e distorcidas sobre a natureza e sobre a finalidade desta votação. E nós precisamos resgatar a verdade.

Em primeiro lugar, o projeto que aprovamos hoje dá à criação do Município um norte, que estabelece critérios, que define condições. Veja aqui, por exemplo, os arts. 12 e 13: “Recebido o requerimento a Assembléia Legislativa estadual, após verificada a sua regularidade, providenciará a elaboração no prazo de 180 dias do estudo de viabilidade do Município a ser criado e da área remanescente do Município preexistente.”

Então, veja V. Ex^a a seriedade que se está dando a esse assunto.

A Assembléia Legislativa não perdeu a sua função, não perdeu a sua competência. Ela vai continuar se manifestando, vai continuar exercendo a sua autonomia no Estado, porém vai ter que seguir um requisito, que é o da viabilidade. E essa viabilidade está representada pelo número de habitantes de cada uma das regiões. Essa viabilidade está representada também pelo número de eleitores, pelo número de imóveis, pela

arrecadação que o Município tem e pela área urbana que realmente ele pode exibir.

Então, Sr. Presidente, hoje há critérios. A partir de hoje, haverá obviamente...hoje se prevalecer a decisão do Senado na outra votação que vai ocorrer na Câmara dos Deputados, porque o que aprovamos hoje ainda depende da votação da Câmara dos Deputados. Mas aqui cumprimos uma missão sem ferir a autonomia da Assembléia Legislativa, sem ferir a autonomia do Estado, sem ferir a vontade soberana dos munícipes e, sobretudo, sem fazer demagogia. Aí é que vai a minha crítica. Aqui nós não estamos aprovando um projeto que vai dar uma licenciabilidade escancarada para se criar Município a bel-prazer do político. Na verdade, haverá critério e esse projeto aqui foi relatado depois de um diálogo muito grande, de um debate muito profundo que foi estabelecido na CCJ e neste plenário..

De sorte que hoje é um dia de grandeza para o Senado Federal, é um dia onde ele exerce essa sua função, esse seu poder de atender às demandas sentidas do Municípios.

Vou dar um exemplo a V. Ex^a para que entenda a importância. Aqui, hoje, fiz registro de uma delegação do futuro Município de Paraíso das Águas. Lá foi realizado um plebiscito. Esse plebiscito teve 96% dos votos válidos. Foi criado pela Lei Estadual nº 2.679, mas não foi instalado ainda. O Município, Sr. Presidente, que foi criado e que está ainda na condição de distrito, dista de Água Clara 220 km; dista de Costa Rica 62 km; dista de Chapadão do Sul 54 km. Já tem escola municipal para 350 alunos e uma escola estadual para 500 alunos. O Município tem 100% de drenagem, 100% de pavimentação, tem cinco usinas hidrelétricas, cinco PCHs: três em funcionamento e duas em construção. É um distrito que tem uma renda capaz de garantir a viabilidade do Município.

E, distante da sede é claro que, dificilmente, seria atendido, convenientemente, se permanecesse na condição de distrito.

E o mesmo acontece com o Município de Figueirão, distante 150 km da sede e que não é servido por estrada pavimentada e que vive a mercê da própria sorte. Portanto, com esta votação de hoje, nós estamos, na verdade, convalidando o Município de Figueirão, que já elegeu Prefeita; e o Município de Paraíso das Águas, que, certamente, a partir de agora, já vai ser consolidado como Município, vai ser convocada a eleição, obviamente, dependendo da outra votação que vai ocorrer na Câmara dos Deputados.

A delegação de Paraíso das Águas, comandada aqui pelo Vereador Xixi, o nosso Ivan, a quem quero cumprimentar e pedir que leve o abraço do Senador Valter Pereira, da Senadora Marisa Serrano, que, certamente, ao subscrever a emenda conosco teve um

engajamento firme, e o Senador Delcídio, que chegou aqui e fez questão de fazer registro de seu voto em favor da criação do Município, Levem o abraço do Senado, que foi sensível a esta causa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Gilberto Goellner e, em seguida, ao Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só gostaria de fazer um registro, até porque o Senador Gilberto Goellner está indo para a tribuna. Eu só gostaria de registrar a presença dos ilustres representantes do Paraíso das Águas: o Ivan Pereira, nosso popular Vereador Xixi, o nosso Fernando Brito, o nosso Jair Boschetti.

E, ao mesmo tempo, cumprimentar toda a população de Paraíso das Águas pela vitória, pela aprovação, por 45 votos a zero, de um projeto em que eles trabalharam intensamente, não pouparam esforços aqui no Senado Federal no sentido de viabilizar a aprovação desse projeto. E é importante registrar que são os únicos representantes dos Municípios nesta sessão.

Portanto, quero, em nome do Vereador Xixi, nosso Ivan Pereira; do Fernando Brito; do Jair Boschetti, cumprimentar toda a população de Paraíso das Águas e desejar que Deus os ilumine, os abençoe sempre nessa caminhada e principalmente nesse novo tempo que toda a população de Paraíso das Águas esperava e, mais do que nunca, merece daqui para frente.

Muito obrigado, Sr. Presidente, obrigado, Senador Gilberto Goellner, pela oportunidade de aqui me pronunciar.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Gilberto Goellner.

O SR. GILBERTO GOELLNER (DEM – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, já estávamos inscritos antes da Ordem do Dia, mas vejo que, por todo o esforço feito no dia e na noite de hoje, merecem aplausos os Senadores que participaram da regularização, da fusão, do desmembramento e da regularização dos novos Municípios brasileiros, os quais tanto esperavam por isso e até recorriam a leis estaduais para regularizar sua formação.

O que me traz à tribuna, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, são as medidas urgentes, emergenciais, para socorrer os produtores rurais em face da crise financeira internacional.

Os agricultores brasileiros da Região Centro-Sul estão se preparando para plantar a nova safra, num cenário que já era complicado devido à precária situação financeira de cada um deles, mas que, agora, se torna imprevisível devido à crise financeira internacional.

Essa crise coloca uma série de dificuldades diante dos produtores rurais: primeiro, a escassez de crédito oficial e do concedido pelas **tradings**, as compradoras, as fornecedoras de insumos; elevação abrupta do dólar frente ao real, o que eleva o preço dos insumos, como fertilizantes e defensivos agrícolas, justamente quando os produtores rurais precisam adquiri-los, e cujo preço é atrelado à cotação do dólar.

A elevação do preço dos insumos faz com que o custeio da nova safra passe a exigir um montante de recursos muito maior do que o despendido nas safras anteriores, o que, por si só, já consumiria todos os recursos dos produtores.

Neste momento, os produtores estão totalmente descapitalizados e não têm condições nem de adquirir novos insumos, nem de quitar as parcelas dos financiamentos que estão vencendo.

Sr. Presidente, a elevação das cotações das **commodities** agrícolas, recentemente, trouxe otimismo a muitos produtores, e estes esperavam que, com os preços mais elevados, pudessem cobrir os custos decorrentes da elevação dos insumos adquiridos internacionalmente, garantindo, assim, a rentabilidade das explorações agropecuárias.

Acontece que o mercado reverteu-se, começou a cair, e foi deflagrada também uma grande crise financeira internacional ao mesmo tempo.

Assim, Sr. Presidente, prenuncia-se que, mais uma vez, vai repetir-se a situação que já aconteceu anteriormente: justamente quando os produtores precisam comprar os insumos, como agora, o dólar se eleva, aumentando os seus custos em real; e, paradoxalmente, quando os produtores rurais colhem a safra e necessitam vender a sua produção, a cotação do dólar cai, inviabilizando completamente as atividades agrícolas.

A redução da oferta de crédito rural na ocasião do plantio é motivada pela menor oferta de recursos públicos e de bancos privados – é o que está acontecendo agora – e também devido à lentidão da renegociação das dívidas rurais aprovada recentemente aqui, no Senado Federal.

Essa renegociação vem complicar ainda mais o nebuloso cenário enfrentado pelos produtores rurais, porque, tendo vindo no momento em que eles se preparavam para plantar a nova safra, deixou-os acuada: como pagar as parcelas anteriormente devidas, justamente quando necessitam desses recursos para viabilizar a safra? Essa é a grande questão.

Com o fechamento da oferta de novos financiamentos, os produtores não têm outra opção a não ser utilizar esses recursos para custear a própria safra. Então, os produtores enfrentam o dilema: ou pagam as suas dívidas anteriores e não conseguem custear a sua safra,

ou custeiam a sua safra, deixando de pagar as parcelas que estão vencendo, tornando-se assim inadimplentes, sujeitos a ter o seu nome lançado no Serasa, no Cadin, o que fechará, de uma vez, o seu acesso a novos financiamentos, imobilizando-os, portanto, financeiramente.

Muitos produtores, no desespero, estão optando, então, por reduzir o nível tecnológico de suas lavouras para minimizar e diminuir os custos, uma opção extremamente questionável, pois, assim agindo, estarão aumentando o risco de terem uma queda desproporcional na produtividade física e, por conseguinte, na lucratividade de sua safra.

Porém, Sr. Presidente, na atual situação, muitos produtores não têm mesmo outra opção, porque eles não podem mais reduzir a área plantada, pois os compromissos gerais já foram programados.

Em Mato Grosso, estudos mostram que, para o plantio da nova safra de soja, de algodão, de milho, de feijão, de arroz, será necessário um aporte de recursos, ainda agora, de R\$2,8 bilhões, já que os custos com essa atual safra estão 43% mais elevados em relação à safra do ano passado.

Isso vem na mesma ocasião em que os produtores rurais daquele Estado têm de desembolsar cerca de R\$1 bilhão para quitar as parcelas de financiamentos anteriores, oriundos, então, dessa renegociação de dívidas que foi aprovada aqui no Senado.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é o dilema que já citei: pagar e parar, ou ficar inadimplente e plantar a nova safra?

O Governo Federal suplementou a dotação dos recursos para os financiamentos rurais. São medidas emergenciais que já aconteceram nessa última semana, mas essa iniciativa não amenizará as dificuldades dos produtores mato-grossenses, do Centro-Oeste e do País, pois a participação dos recursos públicos no custeio da safra, só no Mato Grosso, é da ordem de 10% a 12%. A participação mais elevada nos financiamentos vinha sendo feita pelas **tradings**, que financiavam entre 60% a 70% desse custeio.

Uma das maiores dificuldades é com as *tradings*, pois elas não estão conseguindo captar recursos externos nem aqui dentro do País, para financiar as operações e o custeio da safra dos produtores.

Nesse contexto, Sr. Presidente, venho a esta tribuna para fazer dois apelos ao Ministro da Fazenda e ao Presidente Lula.

O primeiro é que seja prorrogado o prazo para o pagamento das parcelas de crédito rural que têm o seu vencimento previsto para hoje, dia 15 de outubro. O segundo é que se viabilizem medidas para repassar recursos às **tradings**, a fim de que essas empresas tenham condições de repassar esses recursos

imediatamente aos produtores que queiram plantar e constituir as suas lavouras. E fazer com que todo o encaminhamento de recursos aos bancos privados e oficiais, como o aumento da exigibilidade bancária de 25% para 30%, que foi feito no dia de hoje e que vai vigorar apenas a partir do mês de novembro, dos depósitos à vista dos bancos, seja realmente fiscalizado e administrado pelos órgãos competentes, para que esses recursos cheguem efetivamente à mão dos tomadores, dos produtores rurais deste País.

São medidas urgentes que, sem dúvida, darão um alento aos produtores rurais e ainda evitarão uma frustração de safra futura. Se isso ocorrer, certamente elevará ainda mais a crise no campo brasileiro, acarretando menos oferta de alimentos à população e deixando de contribuir, como já vinha ocorrendo, com o fantástico superávit de exportação da balança comercial brasileira. É isso que nós tememos. Nós tememos pelo pior, devido à queda das **commodities**. O dólar vai-se estabilizar num preço menor, e a dificuldade que os produtores terão hoje de se credenciar perante os bancos para tomar crédito... A maior dificuldade está sendo esta: efetividade do plano de safra brasileiro vir a ser frustrada pela nova situação da crise financeira internacional.

Agradeço a oportunidade, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, e espero que novas medidas de auxílio, com mais fiscalização e controle, façam parte das medidas governamentais e que realmente se dê auxílio efetivo aos produtores rurais, que são os heróis que, durante mais de dez anos, estão contribuindo para o superávit da balança comercial brasileira e têm feito com que o Brasil hoje se encontre numa condição confortável, com depósitos no exterior, com reservas cambiais. Essa atividade agrícola contribuiu com mais de 35% desse superávit comercial só nos últimos cinco anos.

Então, já que os outros países estão salvando bancos que especularam, no Brasil vejo que o Governo brasileiro vai precisar ajudar a produção, tanto a agrícola como a industrial, para que essa economia não deixe de fluir.

Sr. Senador do Estado de Roraima, eu gostaria de ouvir a sua opinião balizada, porque lá o senhor também tem problemas sérios.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Senador, eu gostaria só de parabenizar V. Ex^a, porque está trazendo aqui um assunto importante. Do meu ponto de vista – V. Ex^a expõe bem –, não adianta fazer salvação somente dos bancos. Se o Governo não tomar uma atitude para que a próxima safra seja plantada, não vai adiantar salvar os bancos, porque quem é responsável pelo superávit nacional, 30%, 35%, quase 40%, é a produção agrícola. Então, V. Ex^a está chamando atenção para um fato, e tenho certeza de que o Governo o ouvirá,

para impedir que haja uma quebra na safra do próximo ano. Parabéns pelo pronunciamento de V. Ex^a!

O SR. GILBERTO GOELLNER (DEM – MT) – Obrigado, Sr. Senador.

Senador Jayme Campos.

O Sr. Jayme Campos (DEM – MT) – Caro Senador Gilberto, é muito oportuno o pronunciamento de V. Ex^a quando mostra sua preocupação com a nossa safra 2008/2009. Na verdade, nós precisamos ter um governo que, certamente, tenha compromisso com o agronegócio brasileiro. Nesse caso, particularmente, o Mato Grosso, que é um Estado produtor, um Estado que tem contribuído sobremaneira com a grande produção nacional, sendo o maior produtor de soja, o maior produtor de algodão – temos o maior rebanho bovino deste País –, nós precisamos ter a participação efetiva da instituição de crédito nacional. Espero que o Governo reveja sua posição. No dia de ontem, parece-me que o Banco do Brasil liberou mais R\$5 bilhões de crédito agrícola para a nossa agricultura. Imagino que a nossa agricultura tem contribuído sobremaneira com a balança comercial. Como bem disse o Senador Augusto Botelho, parece que representa de 33% a 36% da nossa balança comercial. Então, nada mais justo que tenhamos uma política que, certamente, possa contemplar aqueles que produzem, aqueles que geram riqueza, que geram emprego, que fazem uma melhor distribuição de renda do Brasil. De tal forma que eu quero aqui cumprimentar V. Ex^a, pois todos os dias tenho visto a sua luta incessante na defesa dos interesses daqueles que constroem a Nação brasileira por intermédio de uma grande produção agrícola. Parabéns, Senador Gilberto!

O SR. GILBERTO GOELLNER (DEM – MT) – Senador Delcídio.

O Sr. Delcídio Amaral (Bloco/PT – MS) – Meu caro Senador Gilberto Goellner, não poderia deixar de destacar mais esse discurso de V. Ex^a, que trata de um tema tão importante para o País, que é o agronegócio. O Estado de V. Ex^a, como o meu Estado, tem no agronegócio o seu principal segmento econômico, não deixando de considerar os outros segmentos econômicos, tanto de Mato Grosso quanto de Mato Grosso do Sul, mas o agronegócio é preponderante nos nossos dois Estados. E V. Ex^a, mais uma vez, traz este tema para discussão aqui no Senado Federal, um tema que é importantíssimo para o País, para o nosso futuro, para a nossa gente. Nós estamos diante de uma crise internacional que, sem dúvida nenhuma, impactará a nossa economia, e o quadro exige uma atenção especialíssima do Governo Federal, de todos nós Senadores, Senadoras, Deputadas Federais, Deputados Federais, no sentido de zelar pela maior vocação que o nosso País tem, que é o agronegócio – a agricultura, a pecuária, a agregação

de valor à nossa produção primária. E precisamos ficar muito atentos. Ontem, o Governo liberou R\$4 bilhões, uma medida importante, mas temos todo um conjunto de medidas que devem ser adotadas, especialmente para preservar o agronegócio.

Independentemente dessa questão da crise e das atitudes, dos desdobramentos, a agricultura não pode perder tempo, porque ela tem toda uma sazonalidade que deve ser respeitada e que é intrínseca e específica da nossa agricultura. É muito pertinente a preocupação de V. Ex^a. O agronegócio hoje tem um papel fundamental para o País. Temos produtores extremamente competentes e eficientes, que deram a resposta que a população e todos nós brasileiros esperávamos no agronegócio, que muitas vezes vêm prejudicada a sua produtividade, a sua eficiência em função da logística, da infra-estrutura, que, hoje, no meu ponto de vista, é o maior desafio brasileiro para garantir a competitividade dos nossos produtos, que, mesmo com essas dificuldades, vão para o exterior, têm competitividade, contribuem na produção de alimentos, contribuem com a agroenergia, que é outro grande potencial do nosso País, porque temos tecnologia também e vamos ter uma presença marcante nessa área de agroenergia. E, a despeito de todas essas dificuldades, sem dúvida nenhuma, contribuimos com a produção de energia, a produção de alimentos, sem colocar nenhum risco à segurança alimentar do mundo, porque a nossa tecnologia é de ponta no caso da agroenergia. Ao contrário, por exemplo, do etanol, que sai do milho, que mexe na cadeia alimentar. Ao contrário dos subsídios europeus, que criam preços artificiais e desestimulam quem produz, por causa dos preços artificiais e dos subsídios que adotam. Portanto, nós não aceitamos, e é inadmissível essa conotação de que o Brasil prejudica a produção de alimentos. Muito pelo contrário. Nós aumentamos, cada vez mais, a produção de alimentos e aumentamos também, cada vez mais, a produção especialmente de etanol, de biocombustíveis como um todo, principalmente em função da aplicação do Brasil voltada para a agroenergia, que, não tenham dúvida, é o grande futuro do nosso País. Eu quero registrar, porque é muito importante o discurso de V. Ex^a na noite de hoje, mais duas questões: a Embrapa, o papel da Embrapa para o agronegócio. Ou seja, além das questões associadas ao plantio, ao financiamento, às dívidas, quer dizer, à tranquilidade que o produtor precisa ter, nós temos que investir em tecnologia, e a Embrapa tem um papel fundamental, com seus técnicos competentes. A Embrapa é uma ilha de excelência. Quero também falar sobre um outro assunto também vital para nós: insumos. V. Ex^a falou logo no início do discurso. Nós não podemos mais depender de insumos que quase na sua totalidade,

são 70%, 75%, nós importamos e que estão na mão de poucas empresas. Portanto, nós precisamos investir em pesquisa, nós temos que explorar nossas riquezas minerais nessa área de fertilizantes, até porque, com a alta do petróleo – agora houve uma redução, mas os níveis, os patamares são elevados –, esses insumos dependem também do petróleo. Conseqüentemente, subindo o preço do petróleo, esses insumos também terão seus preços...

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Aviltados.

O Sr. Delcídio Amaral (Bloco/PT – MS) – ...majorados. Essa é a expressão mais adequada. Portanto, nós estamos aí diante de questões de absoluta importância para a consolidação do agronegócio no Brasil. Nós todos temos que ficar atentos, porque isso impacta diretamente não só o dia-a-dia dos nossos Estados, mas o dia-a-dia do Brasil. A grande vocação brasileira é o agronegócio. Nós não podemos brincar. Nós temos que ser rigorosos e, mais do que nunca, dar a tranquilidade que os produtores precisam – e eu digo os pequenos, os médios, os grandes –, as indústrias que agregam valor à nossa produção primária, para que realmente o Brasil se consolide como uma posição, como um país de ponta, especialmente naquilo que vai ser essencial para o mundo: produção de alimentos e energia. Parabéns pelo discurso de V. Ex^a.

O SR. GILBERTO GOELLNER (DEM – MT) – Eu agradeço a intervenção, Senador Augusto Botelho, Senador Jayme Campos, Senador Delcídio Amaral.

Realmente estamos todos afinados pela preservação da produção, da sustentabilidade, da segurança alimentar do Brasil e da continuidade das exportações brasileiras, que também fazem falta para o mundo todo.

Nesse sentido é que eu conclamo novamente o Governo brasileiro a rever e ampliar todo e qualquer auxílio, para que essa nobre atividade que é produzir alimentos para o Brasil e para o mundo não seja aniquilada, como ocorreu com muitas outras atividades aqui no País, que, por força de concorrências internacionais, tiveram que se mudar do País, principalmente a indústria brasileira.

Agradeço ao Presidente o exagerado tempo que nos concedeu; mas, devido à importância do tema, tenho certeza de que o Brasil agradece, porque sabe que aqui na Casa há representantes afinados na defesa da agropecuária brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB–RN) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Serei breve, Sr. Presidente. Só quero manifestar a minha alegria e o meu contentamento de hoje aprovarmos o PLS nº 98, porque certamente voltamos a dar segurança jurídica aos Municípios brasileiros que viviam até então nessa intranqüilidade.

Entendia e entendo que seria uma retrocesso na vida das pessoas que ali moram. No caso particular de Mato Grosso, nós resgatamos a dignidade das pessoas que moram em quinze Municípios daquele Estado. Além de darmos a segurança jurídica a essas comunidade, nós fizemos, com certeza, justiça, dando aos Estados, por meio de suas Assembléias Legislativas, autonomia para a criação de novos municípios – certamente eles estão preparados para isso – e, acima de tudo, respeitando as novas regras aprovadas nesse novo PLS.

Senador Garibaldi Alves, em momentos como este no Congresso Nacional é que certamente nós mostramos a altivez de todos nós Congressistas. Acima de tudo, mostramos a responsabilidade que esta Casa tem diante dos problemas que enfrentamos no cotidiano de cada cidadão brasileiro.

A todos nós, que estamos muito felizes, parabéns. Sobretudo a V. Ex^a, que hoje, com muita galhardia e competência, colocou esse projeto para que fosse votado.

Todos nós de Mato Grosso, ou seja, dos 15 Municípios de Mato Grosso, estamos muito felizes e satisfeitos. Temos certeza de que continuaremos sendo a célula máxima deste imenso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Jayme Campos.

Concedo a palavra ao último orador inscrito, Senador Augusto Botelho. Na verdade, ele não era o último, mas terminou sendo.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente, vou ser breve.

Sr. Presidente Garibaldi Alves, Sr^{as} e Srs. Senadores, no próximo sábado, dia 18 de outubro, será comemorado o Dia do Médico. Aproveito para fazer, da tribuna, uma justa homenagem aos médicos e médicas de todo o Brasil, especialmente de Roraima, afinal o médico está entre os profissionais mais importantes da atualidade.

Vários Senadores, como eu, são médicos e conhecem os desafios da profissão. Os médicos são responsáveis não só pela saúde física, mas também pela saúde mental das pessoas. Além disso, no Brasil, por força da nossa história, a função do médico teve que ultrapassar os limites da medicina para ocupar os espaços na política brasileira. Os médicos brasileiros

também tiveram de se preocupar com o corpo social e o corpo político do nosso País.

Esse é o papel que represento hoje no Senado Federal. Sou médico, mas estou Senador. Eu e vários outros Senadores que, além de exercer a medicina, representamos nossos Estados e defendemos os direitos do povo brasileiro.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero aproveitar a oportunidade do tema para fazer um elogio ao nosso Ministro da Saúde, José Gomes Temporão. Recente relatório sobre atenção primária da Organização Mundial de Saúde (OMS) elogiou o Programa Saúde da Família do Governo Federal e recomendou a sua adoção como ação bem-sucedida na área. Os resultados alcançados pelo Programa no Brasil, segundo a OMS, projetaram o modelo como destaque internacional e referência na promoção da saúde.

Em 15 anos de programa, os indicadores de saúde tiveram melhora expressiva. Contribui, por exemplo, para a queda da mortalidade infantil em 50% e para o aumento do percentual das mulheres que fazem o pré-natal nos três primeiros meses, que cresceu de 62,4%, em 2000, para 77,1% em 2006. Além disso, nas áreas de maior cobertura, permitiu a diminuição de atendimentos hospitalares. Somente para casos de AVC (Acidentes Vasculares Cerebrais), entre 1998 e 2004, houve uma redução de 28% no número de internações, onde o Programa Saúde da Família cobre mais de 70% da população.

Atualmente, mais da metade da população brasileira é coberta pelas equipes de Saúde da Família. Na atenção básica, já é possível atender até 80% das necessidades em saúde da população e fazer uma ampla promoção da saúde.

Parabéns aos médicos e médicas do Brasil, especialmente aos médicos de Roraima, e parabéns ao Ministro Temporão pelo ótimo trabalho que tem feito à frente do Ministério da Saúde.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

Quero registrar aqui a chegada do Senador Wellington Salgado e dizer também do meu sentimento de gratificação diante de tudo o que aconteceu hoje, aqui, na votação desse Projeto de Lei Complementar nº 68, que diz respeito ao procedimento para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios, regulamentando, assim, o § 4º do art. 18 da Constituição Federal.

Na verdade, após vinte anos de vigência de nossa Constituição de 88, ainda temos muita coisa para regulamentar. Hoje, graças ao trabalho do Senador Mozarildo, do Senador Sérgio Zambiasi – e desculpem-me outros

autores de projetos, porque posso estar cometendo uma omissão –, sobretudo, graças ao trabalho do Senador Tasso Jereissati, tivemos a votação e a aprovação desse projeto que veio representar uma verdadeira tábua de salvação para Municípios do Brasil que, se não fosse essa regulamentação, estariam fadados a desaparecer.

E o Senado entendeu, então, de votar esse projeto, que agora vai para a Câmara dos Deputados, projeto esse que atende a um prazo dado pelo Supremo Tribunal Federal, que, a partir de novembro do ano passado, deu dez meses para que pudéssemos concluir esse trabalho de consolidação.

Portanto, encerro nossos trabalhos no dia de hoje fazendo este registro. É preciso compreender que a criação de Municípios no Brasil sofreu distorções enormes; houve aquilo que se chamou de uma verdadeira farra na criação de Municípios, coisa que não acontecerá mais se a Câmara aprovar esse projeto, que foi relatado pelo Senador Tasso Jereissati e de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti.

É preciso assinalar que não há mais a possibilidade de acontecer o que aconteceu com relação à criação de Municípios, pois agora os critérios são muito rígidos: critérios de população, critérios de viabilidade econômica, plebiscito a ser realizado. Tudo isso constitui verdadeiras barreiras para que não tenhamos a proliferação ou a criação de Municípios. Os critérios são muito rígidos: critérios de população, critérios de viabilidade econômica, plebiscito a ser realizado. Tudo isso constitui verdadeiras barreiras para que não tenhamos a proliferação ou a criação de Municípios.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.244, DE 2008

Requer Voto de Aplauso ao lutador e empresário Ricardo Libório, pelo êxito alcançado pela academia que montou nos Estados Unidos da América.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos **Anais** do Senado, Voto de Aplauso ao Lutador e empresário Ricardo Libório, pelo êxito alcançado pela academia que montou nos Estados Unidos da América a American Top-Team-ATT.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado.

Justificação

Ricardo Libório, campeão mundial de Jiu-jitsu, é uma lenda no mundo da MMA, Mixed Martial Arts.

Considerado por Carlson Gracie seu mais técnico aluno e o maior treinador de todos os tempos, ele, hoje, é também empresário vitorioso. Montou, nos Estados Unidos da América uma academia **American Top Team** formada principalmente por brasileiros. Conta com a estrutura de primeiro mundo, como ele mesmo fez questão de ressaltar. Ela esta instalada em área de aproximadamente seis mil metros quadrados, tendo dois ringues, dois tatames grandes um octagon oficial, sala de musculação – tudo voltado para a luta. Não é apenas uma academia, segundo Ricardo Libório, pois incorporou outras variáveis do negocio, inclusive venda de roupas e acessórios. Está com 150 crianças – que vão da escola para lá – e 750 alunos, que aprendem vários tipos de lutas. Ricardo Libório gera emprego para brasileiros e age com absoluto profissionalismo, sendo assim, digno representante do Brasil lá fora, razão pela qual faz jus à homenagem que ora proponho.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Presidência encaminhará o voto de aplauso solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.245, DE 2008

Requeiro, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei do Senado nº 337, de 2008 que, “Altera o art. 7º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para instituir a rastreabilidade de agrotóxicos”, seja ouvida a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática por estar no âmbito da sua competência.

Sala das Sessões 15 de outubro de 2008. – Senador **Wellington Salgado de Oliveira**.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 1.053, DE 2008

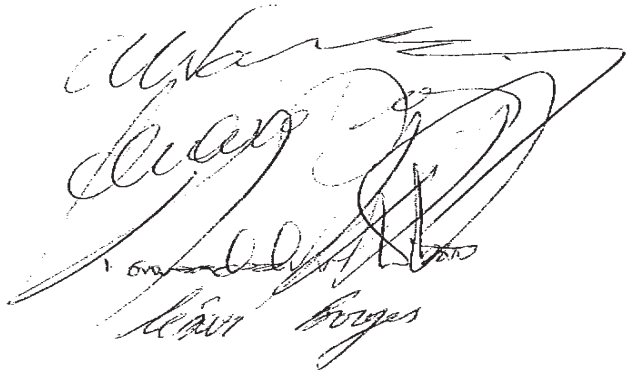
(Comissão Diretora)

Redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796, de 2004, na Casa de origem).

A Comissão Diretora apresenta a redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo do

Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796, de 2004, na Casa de origem), que dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá outras providências correlatas.

Sala de Reuniões da Comissão, 15 de outubro de 2008.



ANEXO AO PARECER Nº 1.053, DE 2008

Redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796, de 2004, na Casa de origem).

Institui a Campanha Nacional de Prevenção da Exposição Indevida ao Sol.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É instituída a Campanha Nacional de Prevenção da Exposição Indevida ao Sol, com os seguintes objetivos:

I – conscientizar o cidadão sobre os riscos e as conseqüências da exposição indevida ao sol;

II – implementar as medidas necessárias para facilitar ou possibilitar o acesso do cidadão ao protetor, bloqueador ou filtro solar.

§ 1º Para fins do disposto no inciso I do **caput**:

I – o Poder Público veiculará, anualmente, nos meios de comunicação, campanha específica durante o período de férias escolares;

II – os fabricantes aporão advertência nas embalagens ou etiquetas de produtos associados à exposição ao sol e na publicidade desses produtos.

§ 2º Para fins do disposto no inciso II do **caput**:

I – por meio de leis específicas para essa finalidade, o Poder Público reduzirá as alíquotas dos tributos que incidem sobre o protetor, o bloqueador e o filtro solar ou isentará os produtos desses tributos;

II – o protetor, bloqueador ou filtro solar integrará o equipamento de proteção individual do trabalhador exposto ao sol por força de suas atribuições;

III – o protetor, bloqueador ou filtro solar será fornecido sem ônus ao portador, usuário do Sistema Único de Saúde, de doença causada ou agravada pela exposição ao sol.

§ 3º O regulamento estabelecerá os requisitos e as condições para a implementação do disposto nos §§ 1º e 2º.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor 180 (cento e oitenta) dias após a data de sua publicação.

PARECER Nº 1.054, DE 2008

Da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2008 (nº 4.572/2004, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres.

Relator: Senador Romeu Tuma

I – Relatório

O Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2008 (PL nº 4.572, de 2004, na origem), de autoria do Deputado Federal Sarney Filho, institui o Dia Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres, a ser celebrado anualmente no dia 14 de outubro, conforme determina seu art. 1º.

A proposição foi distribuída, tão-só, a esta Comissão, para decidir em caráter terminativo, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Destaca-se, por fim, que não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

II – Análise

Tendo em vista a competência terminativa desta Comissão, cumpre ressaltar, de início, que não há reparos a serem feitos ao projeto no que concerne à constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade.

No mérito, a proposição visa abrir espaço no calendário brasileiro de efemérides para destacar a importância do Combate ao Tráfico de Animais Silvestres, conduta que infelizmente ainda conta com alguma aceitação social em nosso País.

O projeto é conveniente e oportuno. Como bem destacou o Deputado Sarney Filho na justificção: “Estima-se que, de cada dez animais traficados, apenas um chega ao seu destino final. Os outros nove acabam morrendo no momento da captura ou durante o transporte. Todos os animais traficados sofrem no esquema montado pelos traficantes, o qual inclui como práticas: desde anestesiá-los para que pareçam dóceis e mansos, até furar os olhos das aves para não enxergarem a luz do sol e não cantarem, evitando chamar a atenção da fiscalização”.

Assim, o “combate ao tráfico de animais passa necessariamente por uma conscientização da socie-

dade e dos órgãos ambientais sobre o dano ecológico e social provocado por essa atividade criminosa. Com essa perspectiva, a criação do Dia Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres, no dia 15 de outubro, oferecerá à sociedade brasileira a oportunidade e o estímulo para o debate dos problemas e a busca de soluções relacionadas a esse crime, que tem colocado diversas espécies de animais em vias de desaparecer para sempre da natureza. A data escolhida marca outubro como o mês efetivamente

dedicado aos animais. Deve ser lembrado que 4 de outubro é o Dia Mundial dos Animais, a mesma data em que se festeja o Dia de São Francisco de Assis, o protetor dos animais

III – Voto

Do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2008, que institui o Dia Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres.

Sala da Comissão, 7 de outubro de 2008.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ASSINAM O PARECER AO PLC Nº 006/08 NA REUNIÃO DE 07/10/08
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:	<i>Arns</i> (SEN. CRISTOVAM BUARQUE)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
FLÁVIO ARNS	1- PATRÍCIA SABOYA GOMES
AUGUSTO BOTELHO	2- JOÃO PEDRO
FÁTIMA CLEIDE	3- MARINA SILVA
PAULO PAIM	4- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
IDELI SALVATTI	5- FRANCISCO DORNELLES
INÁCIO ARRUDA	6- MARCELO CRIVELLA
RENATO CASAGRANDE	7- MAGNO MALTA
JOÃO RIBEIRO	8- JOÃO VICENTE CLAUDINO
PMDB	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- ROMERO JUCÁ
GILVAM BORGES	2- LEOMAR QUINTANILHA
MÃO SANTA	3- PEDRO SIMON
VALDIR RAUPP	4- VALTER PEREIRA
PAULO DUQUE	5- JARBAS VASCONCELOS
LOBÃO FILHO	6- CASILDO MALDANER
GERSON CAMATA	7- NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	
(VAGO)	1- ADELMIER SANTANA
HERÁCLITO FORTES	2- (VAGO)
VIRGINIO DE CARVALHO	3- GILBERTO GOELLNER
MARCO MACIEL	4- JOSÉ AGRIPINO
(VAGO)	5- MARCO ANTÔNIO COSTA
ROSALBA CIARLINI	6- ROMEU TUMA
MARCONI PERILLO	RELATOR
MARISA SERRANO	7- CICERO LUCENA
PAPALÉO PAES	8- EDUARDO AZEREDO
FLEXA RIBEIRO	9- SÉRGIO GUERRA
	10- LÚCIA VÂNIA
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	1-(VAGO)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE	1- (VAGO)

PARECER Nº 1.055, DE 2008

Da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 66 de 2008, (nº 1.356/2007, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional da Associação Cristã de Moços.

Relator: Senador **Flávio Arns**

I – Relatório

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 66, de 2008, de autoria do Deputado Germano Bonow, estabelece que o Dia Nacional da Associação Cristã de Moços (ACM) seja celebrado, anualmente, em 20 de julho.

Em sua justificação, o autor defende a homenagem como reconhecimento pelos serviços prestados pela ACM, em especial às comunidades mais carentes do País. O autor esclarece ainda que a data de 20 de julho corresponde ao dia em que, em 1903, foi criada a Federação Brasileira das ACM, marcando a abrangência nacional da atuação da Entidade no Brasil.

Na Câmara dos Deputados, o PLC nº 66, de 2008, identificado como PL nº 1.356, de 2007, foi apreciado pela Comissão de Educação e Cultura e pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. No Senado Federal, após ser apreciado pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, o projeto de lei segue para decisão do Plenário.

II – Análise

Sem dúvida não se pode negar a importância do trabalho que a Associação Cristã de Moços realiza em todo o mundo. A ACM é uma instituição educacional, assistencial e filantrópica, sem fins lucrativos, que con-

grega pessoas sem distinção de raça, posição social, crença religiosa, política ou de qualquer natureza.

No mundo, atualmente, a entidade conta com cerca de 45 milhões de associados, em 124 federações nacionais afiliadas à Aliança Mundial das ACM.

Aberta a todos, a ACM foi responsável pela criação e difusão de diversas modalidades esportivas. Fundadora da Cruz Vermelha Internacional e protagonista em diversas ações humanitárias ao longo do último século, a entidade já teve dois de seus líderes agraciados com o Prêmio Nobel da Paz.

No Brasil, da mesma forma, a atuação da ACM tem sido de grande relevância. Presente no País desde 1893, a entidade tem-se revelado uma grande aliada no desenvolvimento educacional, esportivo, social e cultural do nosso povo. Sempre atendendo indistintamente a quem procura por seus serviços, a ACM proporciona oportunidades que transformam a vida de muitos de nossos jovens.

Com ênfase no contato social, a ACM adota uma abordagem multidisciplinar, visando ao desenvolvimento espiritual, intelectual e físico, especialmente dos jovens das comunidades mais carentes. Sua contribuição tem sido fundamental para o processo de inclusão social e para o resgate da cidadania de muitos brasileiros.

Por essa razão é justa e meritória a instituição de uma data nacional para homenagear essa Associação tão importante para o nosso povo.

No que tange aos aspectos de constitucionalidade, de juridicidade e de técnica legislativa, não há reparos a fazer ao PLC nº 66, de 2008.

III – Voto

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2008.

Sala da Comissão, 7 de outubro de 2008.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ASSINAM O PARECER AO PLC Nº 066/08 NA REUNIÃO DE 07/10/08
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: *Crístovam Buarque* (SEN. CRISTOVAM BUARQUE)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)

FLÁVIO ARNS RELATOR <i>Flávio Arns</i>	1- PATRÍCIA SABOYA GOMES
AUGUSTO BOTELHO <i>Augusto Botelho</i>	2- JOÃO PEDRO
FÁTIMA CLEIDE <i>Fátima Cleide</i>	3- MARINA SILVA
PAULO PAIM <i>Paulo Paim</i>	4- ANTÔNIO CARLOS VALADARES <i>Antônio Carlos Valadares</i>
IDELI SALVATTI <i>Ideli Salvatti</i>	5- FRANCISCO DORNELLES
INÁCIO ARRUDA <i>Inácio Arruda</i>	6- MARCELO CRIVELLA
RENATO CASAGRANDE <i>Renato Casagrande</i>	7- MAGNO MALTA
JOÃO RIBEIRO <i>João Ribeiro</i>	8- JOÃO VICENTE CLAUDINO

PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- ROMERO JUCÁ
GILVAM BORGES	2- LEOMAR QUINTANILHA <i>L. Quintanilha</i>
MÃO SANTA	3- PEDRO SIMON
VALDIR RAUPP <i>Valdir Raupp</i>	4- VALTER PEREIRA <i>Valter Pereira</i>
PAULO DUQUE <i>Paulo Duque</i>	5- JARBAS VASCONCELOS
LOBÃO FILHO	6- CASILDO MALDANER
GERSON CAMATA	7- NEUTO DE CONTO <i>Neuto de Conto</i>

BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)

(VAGO)	1- ADELMIR SANTANA
HERÁCLITO FORTES	2- (VAGO)
VIRGINIO DE CARVALHO <i>Virgínio de Carvalho</i>	3- GILBERTO GOELLNER
MARCO MACIEL <i>Marco Maciel</i>	4- JOSÉ AGRIPINO
(VAGO)	5- MARCO ANTÔNIO COSTA <i>Marco Antônio Costa</i>
RÓSALBA CIARLINI	6- ROMEU TUMA <i>Romeu Tuma</i>
MARCONI PERILLO <i>Marconi Perillo</i>	7- CICERO LUCENA
MARISA SERRANO <i>Marisa Serrano</i>	8- EDUARDO AZEREDO <i>Eduardo Azeredo</i>
PAPALÉO PAES <i>Papaléo Paes</i>	9- SÉRGIO GUERRA
FLEXA RIBEIRO <i>Flexa Ribeiro</i>	10- LÚCIA VÂNIA

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI	1-(VAGO)
-----------------	----------

PDT

CRISTOVAM BUARQUE	1- (VAGO)
-------------------	-----------

PARECER Nº 1.056, DE 2008

Da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 77, de 2008 (nº 7.606, de 2006, na Casa de origem), que estabelece o dia 3 de maio como o Dia Nacional das Televisões e Rádios Comunitárias.

Relator: Senador **Flexa Ribeiro**

I – Relatório

Nos termos do que dispõe o inciso II do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação, Cultura e Esporte opinar relativamente a matérias que versem sobre datas comemorativas, objeto do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 77, de 2008.

De autoria do Deputado Chico Alencar, a proposição tramitou conclusivamente pelas Comissões de Educação e Cultura e de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados, recebendo de ambas parecer favorável a sua aprovação.

Seu cerne e único objetivo é o de instituir o referido dia 3 de maio como a data comemorativa das emissoras comunitárias de rádio e televisão.

O Presidente do Senado optou por submeter a matéria ao Plenário, para que sobre ela delibere, ao invés de atribuir competência terminativa a esta Comissão, o que lhe é facultado, ouvidas as lideranças, pelo disposto no inciso X do art. 48, em associação com o art. 91, § 1º, inciso IV, ambos do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

O projeto não recebeu emenda.

II – Análise

O dia 3 de maio é dedicado internacionalmente às liberdades de imprensa e de expressão, conforme definido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

O autor da iniciativa valeu-se da referida data para instituir no Brasil o dia comemorativo das emissoras de rádio e de televisão comunitárias, por elas se desapegarem dos cânones que caracterizam os demais veículos de comunicação, dependentes diretos dos patrocinadores, públicos ou privados, e por eles condicionados na composição de seus conteúdos.

As rádios e televisões comunitárias, ao contrário, se fundamentam no interesse público, na aproximação com a sociedade a seu redor, na luta pela defesa dos anseios populares, na veiculação de programação cultural vinculada à realidade e ao gosto das pessoas a quem se dirigem.

São, em suma, a representação da vontade popular, da liberdade de expressão e da legitimidade de sua proposta.

A homenagem se torna, assim, meritória sob todos os aspectos, em que pese sua existência representar intransponível confronto com os interesses das emissoras comerciais, suas adversárias mais evidentes.

Quanto ao mérito da iniciativa, portanto, nada há a reparar.

Da mesma forma, inexistem óbices de natureza constitucional, jurídica, regimental ou de formulação legislativa.

III – Voto

Por todo o exposto, o parecer é favorável à aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 77, de 2008.

Sala da Comissão, 7 de outubro de 2008.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ASSINAM O PARECER AO PLC Nº 077/08 NA REUNIÃO DE 07/10/08
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: *Cristovam Buarque* (SEN. CRISTOVAM BUARQUE)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)

FLÁVIO ARNS	1- PATRÍCIA SABOYA GOMES
AUGUSTO BOTELHO	2- JOÃO PEDRO
FÁTIMA CLEIDE	3- MARINA SILVA
PAULO PAIM	4- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
IDELI SALVATTI	5- FRANCISCO DORNELLES
INÁCIO ARRUDA	6- MARCELO CRIVELLA
RENATO CASAGRANDE	7- MAGNO MALTA
JOÃO RIBEIRO	8- JOÃO VICENTE CLAUDINO

PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- ROMERO JUCÁ
GILVAM BORGES	2- LEOMAR QUINTANILHA
MÃO SANTA	3- PEDRO SIMON
VALDIR RAUPP	4- VALTER PEREIRA
PAULO DUQUE	5- JARBAS VASCONCELOS
LOBÃO FILHO	6- CASILDO MALDANER
GERSON CAMATA	7- NEUTO DE CONTO

BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)

(VAGO)	1- ADELMIR SANTANA
HERÁCLITO FORTES	2- (VAGO)
VIRGINIO DE CARVALHO	3- GILBERTO GOELLNER
MARCO MACIEL	4- JOSÉ AGRIPINO
(VAGO)	5- MARCO ANTÔNIO COSTA
ROSALBA CIARLINI	6- ROMEU TUMA
MARCONI PERILLO	7- CICERO LUCENA
MARISA SERRANO	8- EDUARDO AZEREDO
PAPALÉO PAES	9- SÉRGIO GUERRA
FLEXA RIBEIRO	10- LÚCIA VÂNIA
RELATOR	

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI 1-(VAGO)

PDT

CRISTOVAM BUARQUE 1- (VAGO)

PARECER N° 1.057, DE 2008

Da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei da Câmara n° 124, de 2008 n° 6.575/2006, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional do Rotaractiano.

Relator: Senador **Eduardo Azeredo**

I – Relatório

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) n° 124, de 2008, versa sobre a instituição do dia 13 de março como marco nacional comemorativo do rotaractiano, e foi distribuído à apreciação técnica da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Não foram oferecidas emendas à proposição

II – Análise

Embora lhe fosse facultado, pelo disposto no art. 91, § 1º, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), conferir competência de decisão terminativa da matéria por comissão, pois que na origem a proposição recebeu esse tratamento, o Presidente do Senado Federal optou por também ouvir o Plenário.

Por sua vez, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), nos termos do art. 102 do RISF, é competente para opinar sobre proposições que tratem de datas comemorativas, como é o caso deste projeto de lei.

Rotaractiano; segundo orienta a justificção da proposta, é o jovem de ambos os sexos, entre 18 e 30 anos, participante do chamado Rotaract, programa criado, desenvolvido e patrocinado pelo Rotary Club International, e destinado à inserção de pessoas dessa faixa etária em projetos sociais destinados à criação de um “mundo melhor”.

Para o atingimento desse objetivo, considera-se não apenas a necessidade de desenvolvimento pessoal do rotaractiano, como também sua vontade e disposição para socorrer carências físicas e sociais de membros de sua própria comunidade, com o objetivo maior de promover um relacionamento fraterno entre os povos, por meio do fortalecimento de laços de amizade e da disponibilidade para a prestação de serviços, gênese

da matriz operacional dos clubes de serviço, como é o caso específico do Rotary.

Nos anos 60, vários clubes Rotary começaram a incentivar grupos de universitários para o trabalho filantrópico, no âmbito de uma atividade denominada Avenida dos Serviços à Comunidade.

Em face da importância dessa atividade, o conselho diretor e o presidente do Rotary Club International para o biênio 1967-1968, Luther Hodges, criaram o Rotaract, como um dos programas oficiais da instituição. O primeiro clube a ser admitido foi o de North Charlotte, na Carolina do Norte, EUA.

Conquanto não conste nem do articulado do projeto nem de sua justificção, a designação do dia 13 de março como data nacional do rotaractiano coincide com o do lançamento oficial do Rotaract, em 1968.

Justa e meritória, a iniciativa servirá não apenas como homenagem, mas também para fins de divulgação do programa e incentivo a outros jovens dispostos a ir ao encontro do bem comum.

No entanto, para possibilitar o fiel cumprimento ao dispositivo regimental que trata da justificção de proposições, conforme inscrito no parágrafo único do art. 238 do RISF, e não havendo meios de alterar a justificativa que acompanha o projeto, proponho uma emenda destinada a esclarecer sobre a escolha da data em que se prestará o tributo ao rotaractiano.

III – Voto

Ante o exposto, o voto é favorável ao prosseguimento da tramitação do Projeto de Lei da Câmara n° 124, de 2008 com a seguinte emenda:

EMENDA N° 1 – CE

Dê-se ao art. 1º do PLC n° 124, de 2008, a seguinte redação:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional do Rotaractiano, a ser comemorado no dia 13 de março, data do lançamento internacional do programa Rotaract.

Sala da Comissão, 7 de outubro 2008.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ASSINAM O PARECER AO PLC Nº 124/08 NA REUNIÃO DE 07/10/08
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:	<i>Luiz A</i>	SEN: CRISTOVAM BUARQUE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)		
FLÁVIO ARNS	<i>[Signature]</i>	1- PATRÍCIA SABOYA GOMES
AUGUSTO BOTELHO	<i>[Signature]</i>	2- JOÃO PEDRO
FÁTIMA CLEIDE	<i>[Signature]</i>	3- MARINA SILVA
PAULO PAIM		4- ANTÔNIO CARLOS VALADARES <i>[Signature]</i>
IDELI SALVATTI		5- FRANCISCO DORNELLES
INÁCIO ARRUDA		6- MARCELO CRIVELLA
RENATO CASAGRANDE	<i>[Signature]</i>	7- MAGNO MALTA
JOÃO RIBEIRO	<i>[Signature]</i>	8- JOÃO VICENTE CLAUDINO
PMDB		
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA		1- ROMERO JUCÁ
GILVAM BORGES		2- LEOMAR QUINTANILHA <i>[Signature]</i>
MÃO SANTA		3- PEDRO SIMON
VALDIR RAUPP	<i>[Signature]</i>	4- VALTER PEREIRA <i>[Signature]</i>
PAULO DUQUE	<i>[Signature]</i>	5- JARBAS VASCONCELOS
LOBÃO FILHO		6- CASILDO MALDANER
GERSON CAMATA		7- NEUTO DE CONTO <i>[Signature]</i>
BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)		
(VAGO)		1- ADELMIR SANTANA
HERÁCLITO FORTES		2- (VAGO)
VIRGINIO DE CARVALHO	<i>[Signature]</i>	3- GILBERTO GOELLNER
MARCO MACIEL	<i>[Signature]</i>	4- JOSÉ AGRIPINO
(VAGO)		5- MARCO ANTÔNIO COSTA <i>[Signature]</i>
ROSALBA CIARLINI		6- ROMEU TUMA
MARCONI PERILLO		7- CICERO LUCENA
MARISA SERRANO	<i>[Signature]</i>	8- EDUARDO AZEREDO
PAPALÉO PAES		RELATOR <i>[Signature]</i>
FLEXA RIBEIRO	<i>[Signature]</i>	9- SÉRGIO GUERRA
		10- LÚCIA VÂNIA
PTB		
SÉRGIO ZAMBIASI		1-(VAGO)
PDT		
CRISTOVAM BUARQUE	<i>Luiz A</i>	1- (VAGO)

PARECER Nº 1.058, DE 2008

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 336, de 2007, de autoria do Senador Papaleo Paes, que altera o caput do art. 53 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para substituir a expressão “fins não econômicos” por “fins não lucrativos”.

Relator: Senador **Marco Antônio Costa**

I – Relatório

Esta Comissão examina o Projeto de Lei do Senado nº 336, de 2007, de autoria do Senador Papaléo Paes, que altera o **caput** do art. 53 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para substituir a expressão “fins não econômicos” por “fins não lucrativos”, sob a justificação de que é dúbia, imprópria e controversa a atual redação do dispositivo, de cuja aplicação resultaria, para as associações, impedimento de exercer qualquer atividade econômica, ainda que destinada à própria manutenção.

II – Análise

O PLS nº 336, de 2007, não apresenta vício de ordem regimental, o que torna admissível a sua análise, com base no art. 101, incisos I e II, alínea **d**, do Regimento Interno desta Casa (RISF), que outorga à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania competência para opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade dos temas que lhe são submetidos e, no mérito, sobre direito civil, no qual se enquadra o da proposição.

À União compete legislar privativamente sobre direito civil, a teor do disposto no art. 22, inciso I, da Constituição Federal (CF), área integrante do rol das atribuições do Congresso Nacional, conforme prevê o **caput** do art. 48 da Carta Magna, que, dessarte, confere livre iniciativa aos Deputados e Senadores para sobre ela dispor, do que resultam atendidos os requisitos formais e materiais de constitucionalidade.

O projeto atende ao crivo de juridicidade, porquanto a edição de lei ordinária é, neste caso, o meio adequado ao objetivo pretendido; a matéria, se aprovada, inovará a ordem jurídica; está presente o atributo da generalidade; é dotado de potencial conectividade; e revela-se compatível com os princípios gerais do direito.

No que respeita à técnica legislativa, a proposição responde satisfatoriamente ao crivo da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 (alterada pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril 2001), que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, nos termos do parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal.

No mérito, o PLS nº 336, de 2007, destina-se a aprimorar o texto do art. 53 do Código Civil, que impede as associações de exercerem atividades de natureza econômica. Essa limitação acaba por exigir a freqüente intervenção do Poder Judiciário para dirimir questões relativas aos contratos sociais das associações, condição nada recomendável, pois decorre do texto legal, que deveria ser claro e dispensar interpretações conflitantes.

Demais disso, é impossível excluir fatores econômicos da atividade humana. Até mesmo o indivíduo alienado da sociedade, o ermitão convicto e o misantropo irremediável sempre dependerão de uma caixa de fósforos, de um simples anzol ou de vestimentas – fabricados pela sociedade e alocados pela via econômica.

Enfim, não há sinônimo nas expressões “atividade econômica” e “fins econômicos”, razão pela qual se conclui que a redação do caput do art. 53 do Código Civil distorce o escopo de vedar atividades lucrativas às associações e, ao fazê-lo, também ofende o direito de instituições dessa natureza, o que as tem feito buscar, no Judiciário, interpretação menos draconiana do dispositivo, pois, ainda que não tenham fins econômicos, inexoravelmente, para existir, as associações têm de exercer atividade econômica.

Em suma, é questionável a utilização da locução “fins econômicos” na expressão do art. 53 do Código Civil. Se a pretensão é evitar que associações obtenham lucro de natureza financeira, então que se lhes vede a “atividade lucrativa”, e não a “atividade econômica”. Do contrário, estarão proibidas de alienar o próprio patrimônio, ainda que inservível, ou – se levada ao extremo à letra do artigo – impedidas até de adquirir patrimônio, pois comprar também é “atividade econômica”.

III – Voto

Diante das razões expendidas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 336, de 2007.

Sala da Comissão, 8 de outubro.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 336 DE 2007

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 08/10/2008, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>[Assinatura]</i>	
RELATOR: <i>Sen Marco Antônio Costa</i>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)²	
SERYS SLHESSARENKO	1. INACIO ARRUDA
MARINA SILVA	2. FRANCISCO DORNELLES
EDUARDO SUPLYCY <i>[Assinatura]</i>	3. CÉSAR BORGES
ALOIZIO MERCADANTE	4. EXPEDITO JÚNIOR
IDELI SALVATTI	5. MAGNO MALTA
ANTONIO CARLOS VALADARES <i>[Assinatura]</i>	6. JOSÉ NERY (PSOL) ³
PMDB	
JARBAS VASCONCELOS <i>[Assinatura]</i>	1. ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON <i>[Assinatura]</i>	2. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ <i>[Assinatura]</i>	3. LEOMAR QUINTANILHA
ALMEIDA LIMA	4. VALDIR RAUPP
VALTER PEREIRA <i>[Assinatura]</i>	5. JOSÉ MARANHÃO
GILVAM BORGES	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
ADELMIR SANTANA	1. ELISEU RESENDE
MARCO MACIEL ¹ <i>(Presidente)</i>	2. JAYME CAMPOS
DEMÓSTENES TORRES <i>[Assinatura]</i>	3. JOSÉ AGRIPINO
MARCO ANTÔNIO COSTA ⁶ <i>(Relator)</i>	4. ALVARO DIAS ⁴
ANTONIO CARLOS JÚNIOR <i>[Assinatura]</i>	5. VIRGINIO DE CARVALHO
ARTHUR VIRGÍLIO <i>[Assinatura]</i>	6. FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO <i>[Assinatura]</i>	7. JOÃO TENÓRIO
LÚCIA VÂNIA <i>[Assinatura]</i>	8. MARCONI PERILLO
TASSO JEREISSATI <i>[Assinatura]</i>	9. MÁRIO COUTO
PTB⁵	
EPITÁCIO CAFETEIRA <i>[Assinatura]</i>	1. MOZARILDO CAVALCANTI
PDT	
OSMAR DIAS	1. CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 336, DE 2007

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PSC, PSDB, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PSC, PSDB, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERYS SILHESSARENKO					1 - INACIO ARRUDA				
MARINA SILVA					2 - FRANCISCO DORNELLES				
EDUARDO SUPLYCI	X				3 - CESAR BORGES				
ALOIZIO MERCADANTE					4 - EXPEDITO JUNIOR				
IDELI SALVATTI	X				5 - MAGNO MALTA				
ANTONIO CARLOS VALADARES					6 - JOSÉ NERY (PSOL)				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JARBAS VASCONCELOS	X				1 - ROSEANA SARNEY				
PEDRO SIMON					2 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA				
ROMERO JUCA	X				3 - LEOMAR QUINTANILHA				
ALMEIDA LIMA	X				4 - VALDIR RAUPE				
VALTER PEREIRA	X				5 - JOSÉ MARANHÃO				
GILVAM BORGES					6 - NEUTO DE CONTO				
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ADELMIR SANTANA					1 - ELISEU RESENDE				
MARCO MACIEL <i>Presidente</i>					2 - HAYME CAMPOS				
DEMÓSTENES TORRES	X				3 - JOSÉ AGRIPINO				
MARCO ANTÔNIO COSTA <i>(Relator)</i>	X				4 - ALVARO DIAS				
ANTONIO CARLOS JUNIOR	X				5 - VIRGINIO DE CARVALHO				
ARTHUR VIRGÍLIO					6 - FLEXA RIBEIRO				
EDUARDO AZEREDO	X				7 - JOAO TENORIO				
LÚCIA VANIA	X				8 - MARCONI PERILLO				
TASSO JEREISSATI	X				9 - MÁRIO COUTO				
TITULAR - PEB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PEB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EPITÁCIO CAFETEIRA	X				1 - MOZARILDO CAVALCANTI				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					1 - CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 13 SIM: 12 NÃO: 1 ABSTENÇÃO: 1 AUTOR: *Marco Maciel* PRESIDENTE

SALA DAS REUNIÕES, EM 08 / 10 / 2008

Senador MARCO MACIEL
Presidente

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, do RISF)

D:\ACC\2007\Reuniao\Votacao nominal.doc (atualizado em 26/08/2008)

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 22. Compete privativamente á união legislar sobre:

I – Direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

.....
Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da Republica, não exigida esta para o especificado nos arts. 49,51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre.

.....
Art. 59. O processo legislativo compreende a elaboração de:

- I – emendas à Constituição;
- II – leis complementares;
- III – leis ordinárias;
- IV – leis delegadas;
- V – medidas provisórias;
- VI – decretos legislativos
- VII – Resoluções;

Parágrafo Único. Lei complementar disporá sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

LEI COMPLEMENTAR
Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

LEI COMPLEMENTAR
Nº 107, DE 26 DE ABRIL DE 2001

Altera a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Ofício nº 125/08-PRESIDENCIA/CCJ

Brasília, 8 de outubro de 2008

Assunto : decisão terminativa

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no art. 91, § 2º do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que em reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 336, de 2007, que “Altera o **caput** do art. 53 da Lei nº 10.406, de janeiro de 2002 (Código Civil), para substituir a expressão ‘fins não econômicos’ por ‘fins lucrativos’”, de autoria do Senador Papaleo Paes.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, Senador **Marco Maciel**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, ofício do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 125/08-Presidência/CCJ

Brasília, 8 de outubro de 2008

Assunto: decisão terminativa

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 336, de 2007, que “Altera o **caput** do art. 53 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para substituir a expressão “fins não econômicos” por “fins lucrativos”, de autoria do Senador Papaléo Paes.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, Senador **Marco Maciel**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com referência ao expediente lido, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, nos termos do art. 91, §§3º a 5º, do Regimento Interno, por um décimo da composição da Casa, para que o **Projeto de Lei do Senado nº 336, de 2007**, seja apreciado pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Foram lidos anteriormente os **Pareceres nºs 1.054 a 1.057, de 2008**, das Comissões de Educação, Cultura e Esporte, sobre as seguintes matérias:

- **Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2008** (nº 4.572/2004, na Casa de origem), que institui o *Dia Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres*;
- **Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2008** (nº 1.356/2007, na Casa de origem), que institui o *Dia Nacional da Associação Cristã de Moços*;
- **Projeto de Lei da Câmara nº 77, de 2008** (nº 7.606/2006, na Casa de origem), que estabelece o dia 3 de maio como o *Dia Nacional das Televisões e Rádios Comunitárias*; e
- **Projeto de Lei da Câmara nº 124, de 2008** (nº 6.575/2006, na Casa de origem), que institui o *Dia Nacional do Rotaractiano*.

As matérias ficarão perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, d, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Gerson Camata, Papaléo Paes, Alvaro Dias, Sérgio Guerra, Flexa Ribeiro, João Tenório e Romero Jucá enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, festejamos hoje o Dia do Professor – aquele profissional que, na visão do grande psicólogo e filósofo suíço Jean Piaget, “não é o que ensina, mas o que desperta no aluno a vontade de aprender”. Na verdade, o professor é muito mais que um transmissor de conhecimentos. Ele, como a família, é fundamental para a formação da criança. É um modelo, uma referência, alguém de quem guardaremos a lembrança pelo resto de nossas vidas.

Quem, entre nós, não se recorda de algum professor da sua infância? Quem não tem marcas profundas deixadas pelos docentes que passaram pela fase inicial de sua existência? São lembranças afetivas, mas também lições de vida. Eles nos legaram muito mais que a tabuada decorada com tanto esforço. Foram os guias que descortinaram um novo mundo, abriram nossos olhos para as possibilidades que ele oferecia, e mostraram que, apesar de hostil e difícil, havia nele um lugar para nós.

Celebramos hoje, portanto, o dia dedicado a quem nos inspirou e fez com que nos descobríssemos. Passaram-se 181 anos desde 15 de outubro de 1827, quando o imperador dom Pedro I – aproveitando o dia dedicado à educadora Santa Teresa d’Ávila – baixou decreto determinando a criação das “escolas de primeiras letras que forem necessárias em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos”.

O decreto estabelecia um currículo básico: “Os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática de língua nacional, e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil”.

O Dia do Professor, contudo, só foi comemorado pela primeira vez, e de forma extra-oficial, em 15 de outubro de 1947, quando um grupo de mestres paulistas lançou a idéia, que acabou sendo oficializada por decreto federal em outubro de 1963.

Nos 45 anos transcorridos entre a assinatura do decreto e os dias de hoje, muita coisa mudou no ensino, em nosso país e no mundo. Surgiram novos recursos para a prática pedagógica, mudou a forma como os professores lidam com os conteúdos, as fontes de informação multiplicaram-se. Além disso, a escola assumiu um papel ainda mais importante na formação da criança, e com ela o professor, devido às mudanças que ocorreram na estrutura familiar. As mulheres incorporaram-se ao mercado de trabalho, a vida nas grandes metrópoles deixou cada vez menos tempo disponível para o convívio entre pais e filhos, os casamentos são menos estáveis, o que faz aumentar o número de crianças vivendo com apenas um dos pais.

Um professor do ensino fundamental tem diante de si, hoje em dia, uma responsabilidade que se pode qualificar, sem exagero, de colossal. Cabe a ele responsabilizar-se – em medida muito maior que seus colegas de décadas atrás – por crianças que adquirirão, por seu intermédio, uma concepção do mundo capaz de guiá-las pelo restante de suas vidas.

É por isso que não creio que exista missão mais digna, e também missão mais difícil e repleta de percalços que a do educador. Ele é a âncora, o espelho, o grande inspirador. É ele quem insere a criança no convívio com os outros, quem ensina os limites e nos incentiva a explorar as imensas possibilidades oferecidas pelo mundo exterior.

Temos ainda um longo caminho a percorrer em matéria de aperfeiçoamento do sistema de ensino brasileiro. Precisamos investir mais na formação de

docentes, com estímulo contínuo à qualificação, garantindo que os professores ganhem novos conhecimentos a cada dia.

Precisamos reconhecer a categoria como essencial ao País, pois o professor é o mais importante entre os fatores que determinam a qualidade da escola. Não faltam mestres que, mesmo enfrentando adversidades, concebem projetos inovadores de ensino, nas mais diversas disciplinas. Eles necessitam de incentivo e recursos, e suas idéias devem ser difundidas, aproveitadas, copiadas.

“Dar aula não é nada simples. Talvez seja a atividade mais sofisticada que a espécie humana já concebeu”. A afirmação é do ministro da Educação, Fernando Haddad, em entrevista recente a uma revista. Para completá-la, eu diria que dar aulas é talvez a tarefa mais essencial para o desenvolvimento de uma nação. Sem educação de qualidade, nenhum país avança. É por isso que, no dia de hoje, os professores são merecedores do aplauso e do reconhecimento de todos nós.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs.

O presidente e o cigarro

Boris casou-se com uma irmã mais velha da minha mãe, daí ter-se tornado Tio Boris. Meus pais sempre lembravam que ele era apenas um “tio de respeito”, não um tio autêntico. Ao contrário dos parentes legítimos obcecados pelo trabalho e espartanos nos hábitos, ele era chegado a comidas diferentes, a uma cevejinha, a um jogo de pôquer. E mais: fumava muito. *Cigarro sem filtro, é claro. É sempre fiel à marca, Continental, então preferência nacional, como dizia a propaganda.*

Bigode tipo mexicano caindo pelos lados da boca, pernas finas, ventre pronunciado, fala lenta, *sotaque italiano do Bom Retiro “de baixo”*, meu tio tinha, no bairro em que morava, uma oficina mecânica especializada em conserto de máquinas de confecção de malhas. Quando uma quebrava em plena estação, os malharistas (judeus, gregos, árabes, os coreanos ainda não tinham chegado) pagavam qualquer coisa desde que pudessem contar com a máquina de volta. A oficina cresceu, Tio Boris arranhou um sócio, contratou meia dúzia de funcionários, alugou um espaço em plena Rua da Graça, no meio das malharias.

Os negócios iam bem e, embora a graxa não saísse totalmente de suas unhas, eu identificava cada vez menos o cheiro do óleo solúvel, usado na usinagem das peças metálicas, no corpo do meu tio. Agora, ele já encontrava mais tempo para conquistar clientes no café da esquina, deixando o sócio e os funcionários cuidando do dia-a-dia da oficina. Tio Boris tomava muito café. E fumava muito, cada vez mais.

Quando os médicos diagnosticaram o câncer no pulmão, não havia mais muito a fazer. Como eles diziam, era abrir e fechar. Avisado pelas primas, fui visitá-lo. Ele estava reduzido à metade e mal falava. Como nos filmes, pediu para que eu me aproximasse e balbuciou: “Foi o cigarro, Jaime, foi o cigarro. Para mim é tarde, mas você deve parar de fumar”. Ao sair para a rua, me deparei com um garoto de 14 ou 15 anos que me pediu um cigarro. Eu tirei o maço do bolso da camisa, mais de metade dos cigarros estavam lá. Torci maço e cigarro com as duas mãos e detonei tudo, antes de jogar no lixo. O garoto xingou minha mãe, mas não me importei. Tio Boris morreu alguns dias depois. Eu nunca mais fumei.

João Tortello era o professor de português do velho *Estadão*, o Colégio Estadual Júlio Prestes de Albuquerque, de Sorocaba. Fala mansa, os erres cuidadosamente pronunciados, e uma atípica preocupação com a gramática, faziam do Tortello uma figura agradável. Mas ele era bem mais que isso. Exigia que escrevêssemos com vocabulário ampliado e brincava ensinando uma palavra nova por aula. E falava-nos da maravilha que era ler.

Naquela época, eu lia tudo que me caía nas mãos. Todo o Érico Veríssimo, todo o Jorge Amado, todos os russos disponíveis, agora os franceses, depois os grandes novelistas americanos. Ah, tinha ainda o *José Lins do Rego* e os contos de Kafka. E os de Edgar Poe. Minha casa não tinha televisão, a internet não existia e cinema apenas uma vez por semana. Restava a leitura. Tortello sempre me deu uma

atenção especial. E ficou espantado quando descobriu que eu não gostava de Machado de Assis. “Mas, Pinsky, você ainda não gosta de Machado?”, ele me perguntava a cada santa aula. Do alto da auto-suficiência típica dos 15 anos, eu respondia que não gostava e nunca iria gostar. De fato, a leitura de um dos livros românticos de Machado me deu a impressão de que se tratava de um José de Alencar carioca e eu me recusava a ter contato com o Machado realista.

Tortello não esmorecia. Corrigia respeitosamente minhas redações, mas insistia para que eu conhecesse algum livro do grande Machado. O primeiro acabou sendo *O memorial de Aires*, que me deixou fascinado. A fina ironia, a *falsa simplicidade da linguagem*, os personagens magistralmente pincelados, os acontecimentos se sucedendo com a necessária lógica inesperada me conquistaram. Tenho sempre um Machado por perto, para compensar os textos mal escritos que minha profissão me obriga a ler.

Tortello nunca fez o elogio da ignorância: Para ele a cultura era um direito de todos. Ciente de sua responsabilidade ele forjou gerações e, quando encontro meus ex-colegas (vários deles em Brasília, por sinal), conversamos sobre o que é ser professor, de fato. Teria sido muito fácil para ele desistir de mim.

Meu Tio Boris, embora próximo da morte, assumiu a responsabilidade que tinha diante de um sobrinho. Teria sido muito fácil para ele dizer que fumava quanto desejasse, na própria sala, como o presidente. Ambos conheciam a importância do exemplo.

Meu Tio Boris, embora próximo da morte, assumiu a responsabilidade que tinha diante de um sobrinho. Teria sido muito fácil para ele dizer que fumava quanto desejasse, na própria sala, como o presidente. Ambos conheciam a importância do exemplo.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada, “A UNE domesticada”, publicada pela revista **IstoÉ**, em sua edição de 20 de agosto de 2008.

A matéria destaca que aliada do governo, a UNE, União Nacional dos Estudantes, entidade que combateu a ditadura e que sempre foi oposição a todos os Governos, vai ganhar indenização para construir uma sede e com repasses de R\$8,8 milhões em cinco anos, deixa se der independente e se torna uma entidade satélite do Governo.

Sr. Presidente, requiero que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos **Anais do Senado Federal**.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR.SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A UNE domesticada

Aliada do governo, a entidade que combateu a ditadura vai ganhar indenização para reconstruir sede

Mariana Sanches

A União Nacional dos Estudantes (UNE) tem um passado de destaque na política. Ajudou a garantir a posse do presidente João Goulart, em 1961, e a derrubar Fernando Collor, 30 anos depois. Seus líderes foram perseguidos e sua sede, no Rio de Janeiro, foi incendiada em 1º de abril de 1964, num dos primeiros atos repressivos do regime militar. Em 1980, o governo do último presidente militar, João Figueiredo, mandou demolir o que restara do prédio. Hoje, os tempos são outros. Um edifício de 13 andares com museu, biblioteca, cinema e teatro, projetado por Oscar Niemeyer, deverá ser construído como nova sede da UNE. Ao contrário dos safanões do passado, a mão amiga do governo federal pode afagar a entidade com os R\$ 30 milhões do custo da obra.

Na semana passada, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou um projeto de lei que reconhece a responsabilidade do Estado na destruição do prédio que existia na Praia do Flamengo e sugere uma indenização para a UNE reconstruir sua sede. O valor não foi estipulado no texto. “A UNE, por tudo que fez neste país e significou na luta pela democracia, jamais deveria ter sido destruída”, afirmou o presidente Lula.

Assim como o governo petista, a UNE mudou nos últimos anos. Sua atividade mais visível não são os protestos, mas a confecção e venda de carteirinhas que garantem aos estudantes a meia-entrada em cinemas, teatros e shows. Comandada há 28 anos pelo Partido Comunista do

Brasil (PCdoB), ela tem servido como trampolim para seus dirigentes chegarem à política (*leia o quadro abaixo*). “O PCdoB decide as diretrizes e a UNE adota posturas passivas diante do governo porque o PCdoB é governista”, diz Vinicius Almeida, diretor da UNE ligado ao P-SOL. A entidade é acusada de ser omissa nas 15 últimas invasões de reitorias de universidades públicas.

De acordo com um levantamento realizado pela ONG Contas Abertas, a UNE recebeu R\$ 8,8 milhões do governo federal nos últimos cinco anos, em comparação a R\$ 1,1 milhão nos oito anos do governo FHC. “O repasse de recursos cria uma entidade dependente do governo”, afirma o historiador José Luis Sanfelice, da Universidade de Campinas (Unicamp). Segundo ele, a UNE hoje é parecida com a de 1937, quando foi criada e era subsidiada pelo governo Getúlio Vargas. “Continuamos tão independentes quanto antes”, afirma a presidente da UNE, Lúcia Stumpf. “A diferença é que agora há diálogo com o governo, o presidente nos recebe, algo que só aconteceu no governo João Goulart.” ♦

Trampolim eleitoral Os últimos sete presidentes da UNE acabaram na política partidária

1992/93	1993/95	1995/97	1997/99	1999/01	2001/03	2003/06
LINDBERG FÁRIAS	FERNANDO GUSMÃO	ORLANDO SILVA	RICARDO CAPELLI	WADSON RIBEIRO	FELIPE MAIA	GUSTAVO PETTA
Ex-deputado pelo PCdoB, é prefeito de Nova Iguaçu (RJ) pelo PT	Deputado estadual pelo PCdoB no Rio de Janeiro	Ministro dos Esportes, filiado ao PCdoB	Candidato a vereador pelo PCdoB no Rio de Janeiro	Secretário-executivo do Ministério dos Esportes, filiado ao PCdoB	Membro da direção nacional do PCdoB	Candidato a vereador em São Paulo pelo PCdoB

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna no dia de hoje para registrar a matéria intitulada “MINC e o lixão da Paciência”, publicada pela revista **IstoÉ**, em sua edição de 25 de junho de 2008.

A reportagem destaca que o Ministério Público questiona a licença ambiental concedida pela Secretaria do Ambiente do Rio de Janeiro, para a construção de um aterro sanitário no bairro de Paciência, próximo ao aeroporto de Jacarepaguá e a menos de dez quilômetros da Base Aérea de Santa Cruz, numa área de preservação ambiental e de segurança aeroportuária. Segundo a matéria, o então secretário de Meio Am-

biente do município e atual ministro da pasta, Carlos Minc, ignorou relatórios relativos à segurança de vôos ao conceder a licença.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos **Anais do Senado Federal**.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

BRASIL

Ministério Público questiona licença ambiental para construir um aterro sanitário em área de preservação. A autorização foi dada quando o ministro ocupava a Secretaria do Meio Ambiente do Rio de Janeiro. Mino Pedrosa

MINC

E o Lixão da Paciência

O geógrafo Carlos Minc Baumfeld assumiu o Ministério do Meio Ambiente com uma missão muito bem definida pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva: para que o País realize as necessárias obras de infra-estrutura, é preciso acelerar os processos de concessões de licenças ambientais, sem, contudo, prejudicar a preservação ecológica. A principal credencial de Minc para essa missão é a sua atuação à frente da Secretaria de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro, entre 2006 e maio último, quando mudou-se para Brasília. No governo estadual, Minc construiu a imagem de alguém capaz de agir com independência e dar celeridade à burocracia sem criar conflitos com os movimentos ambientalistas, dos quais ele é originário. Mas um processo conduzido pela Procuradoria da República e pelo Ministério Público do Rio de Janeiro questiona pelo menos uma das concessões ambientais liberadas pela Secretaria do Ambiente do Rio. Trata-se da permissão para a construção de um aterro sanitário, localizado no bairro de Paciência, próximo ao aeroporto de Jacarepaguá e a menos de dez quilômetros da Base Aérea de Santa Cruz, numa área de preservação ambiental e de segurança aeroportuária.

O projeto teve início em 2003, com o apoio do deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ). Para a construção do aterro o prefeito do Rio, Cesar Maia – pai do deputado –, abriu licitação pública e, em maio daquele ano, através de um decreto, alterou o zoneamento da região. Mesmo assim, para que a obra fosse concretizada, era preciso a licença ambiental do governo estadual. Os técnicos do Estado, porém, não a concederam. Entenderam que um lixão naquela região não só colocaria em risco o meio ambiente como poderia prejudicar a segurança da navegação aérea.

CERTIFICO que na 34ª Sessão Ordinária, ocorrida em 29/05/2006, presidida pelo Excelentíssimo Senhor Conselheiro THIERS VIANNA MONTEBELLO, o Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, ao conhecer a matéria, decidiu, por unanimidade, nos termos do voto do Relator, Excelentíssimo Senhor Conselheiro NESTOR GUMARÃES MARTINS DA ROCHA, pela SUSTANÇAÇÃO DO CONTRATO SOLICITADA À CMRJ, com remessa dos autos à mesma. Votaram os Senhores Conselheiros JAIR LINS

Elizabeth Maria de Souza
Secretária das Sessões
Matrícula 40/900242 - TCMRJ

DECRETO Nº 27508 DE 09 MARÇO DE 2007.

Anula procedimento licitatório realizado municipalmente.

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e,

DECRETA

Art. 1.º A licitação relativa ao novo aterro sanitário - Centro de Implantação de Resíduos Sólidos - CIRS, fica anulada definitivamente.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Rio de Janeiro, 9 de março de 2007 - 443.ª ano da fundação da Cidade.
CESAR MAIA



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro Regional de Apoio Administrativo e Institucional do Ministério Público
Núcleo Juiz de Caxias

1.ª Promotoria do Aterro de Tenda Coletiva - Núcleo Especial de Caxias

O encerramento das atividades do aterro de gramacho e o início das atividades de operação do novo aterro representam um impacto sócio ambiental grave que deveriam ter sido previstos, tanto pelo órgão técnico, quanto pelo órgão licenciador.

Duque de Caxias, 14 de abril de 2008.

MARGLIS CAVALCANTE PEREIRA LEAL
Promotor de Justiça
Mat. 1.813

OBRA EMBARGADA Em maio de 2006 o TCM do Rio de Janeiro votou pela sustação do contrato. O prefeito anulou a licitação e, em abril de 2008, o Ministério Público sustentou que a obra ameaça o meio ambiente

Mesmo assim, Cesar Maia deu sinal verde para o começo das obras e o aterro sanitário, conhecido como o “lixão de Paciência”, virou alvo de uma enorme confusão jurídica, que levou a Prefeitura do Rio a cancelar a licitação, em maio do ano passado. Mas graças a um emaranhado de recursos judiciais e de laudos técnicos contraditórios, as obras continuaram, embora em ritmo menor.

Apesar de a Justiça ainda não haver se manifestado sobre os pareceres contraditórios emitidos tanto por técnicos da Fundação Estadual de Engenharia e Meio Ambiente (Feema) quanto do Ibama, em 27 de maio deste ano, dia em que Minc deixou o governo estadual, a Secretaria de Estado do Ambiente concedeu a licença ambiental. Com isso, o caso ganhou uma nova polêmica jurídica e provocou a reação tanto de entidades ambientalistas como do Ministério Público. A decisão da Secretaria serviu de argumento para que as obras prosseguissem com a Júlio Simões Transportes e Serviços Ltda., empresa que venceu a licitação em 2003 e que detém 12 dos 14 contratos da Companhia Municipal de Limpeza Urbana do Rio de Janeiro (Comlurb), no valor de R\$ 671,7 milhões. O problema é que a licitação para a construção do aterro sanitário foi anulada pela prefeitura, depois de determinação nesse sentido feita por unani-

midade em 31 de maio de 2006 pelo Tribunal de Contas do Rio de Janeiro. “Não me envolvo nas licitações da prefeitura e no caso do aterro sanitário fui procurado por alguém que perdeu a licitação, mas disse que não iria interferir”, afirmou o deputado Rodrigo Maia à ISTOÉ na quinta-feira 19.

Se chegar a ser finalizado, o lixão de Paciência poderá ser o maior da América Latina, com 3,6 mil metros quadrados e capacidade para receber 90 milhões de toneladas de lixo. De fato, o Rio de Janeiro, assim como todos os grandes centros urbanos, precisa de aterros sanitários. Mas nesse caso, além do problema ambiental, o Ministério Público alerta para o fato de que Secretaria, comandada por Minc até o final de maio último, ignorou relatórios relativos à segurança de vôos ao conceder a licença. Por estar próximo à Base Aérea de Santa Cruz e ao Aeroporto de Jacarepaguá, a área onde está em construção o aterro é considerada Área de Segurança Aeroportuária (ASA). **A resolução número 004/95, do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), proíbe terminantemente atividades de natureza perigosa nas ASAs.** Os aterros sanitários são enquadrados como atividade de natureza perigosa por seu potencial para tor-

nar-se foco de pássaros, ameaçando a segurança da navegação aérea. Também nesse sentido, o lixão de Paciência é alvo de divergências. No processo, há relatórios contraditórios quanto ao risco que o aterro poderá trazer para a aviação. No entanto, em abril deste ano, a procuradora da República Ana Pádlha Luciano de Almeida emitiu parecer em que afirma que devem, sim, ser considerados os estudos que vetam a instalação do lixão no bairro de Paciência, em razão dos perigos que ele possa trazer à aviação, como já se manifestara antes o Ministério Público do Rio.

Na quinta-feira 19, o ministro Minc foi procurado pela reportagem de ISTOÉ, mas não respondeu às ligações, apesar dos recados deixados com o assessor Ronie Lima. Informou apenas que estava com a agenda lotada e que falaria posteriormente. Até o final dessa edição, ele não havia dado retorno, embora no mesmo dia tenha respondido por e-mail a um outro assunto abordado na revista sobre a preservação da Amazônia (leia reportagem na pág. 42). ■

PERIGO PARA OS AVIÕES
A Procuradoria da República alerta que o local em que se pretende instalar o aterro é uma Área de Segurança Aeroportuária, na qual são proibidas atividades perigosas




MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro

pedir a segurança do espaço aéreo, especificamente, a proteção das Áreas de Segurança Aeroportuárias – ASA de qualquer aeroporto no Estado do Rio de Janeiro. Nestes termos, objetiva, definitivamente, a declaração da vedação legal de instalação do empreendimento CTR-RIO no imóvel referido ou em qualquer outro local que desobedeça a distância mínima definida em lei em relação a qualquer aeroporto no Estado do Rio de Janeiro.



ANA PADILHA LUCIANO DE ALMEIDA
Procuradora da República

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Carvalho prometeu a petista ajudar Dantas”, publicada no jornal **O Estado de S.Paulo**, em sua edição de 10 de julho de 2008.

A matéria destaca que, em telefonema, o chefe de gabinete da Presidência garantiu apoio a Greenhalgh em sua missão de obter acesso às investigações da PF feitas contra Daniel Dantas, cliente do próprio Greenhalgh.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os **Anais do Senado Federal**.

Era o que eu tinha a dizer.
Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Carvalho prometeu a petista ajudar Dantas

Em telefonema, chefe de gabinete da Presidência garantiu apoio a Greenhalgh em sua missão de obter acesso às investigações da PF

**Marcelo Godoy
Rodrigo Pereira**

O chefe de gabinete da Presidência, Gilberto Carvalho, prometeu ajudar o advogado e ex-deputado do PT Luiz Eduardo Greenhalgh, o Legu em sua missão de obter informações sigilosas que permitissem ao banqueiro Daniel Dantas ter acesso às investigações da Polícia Federal. “Ah, eu vou ver”, disse Carvalho a Greenhalgh, em telefonema recente feito pelo advogado para Carvalho, homem de confiança do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A Procuradoria da República não comentou o conteúdo da conversa. O procurador Rodrigo de Grande Luz tentou se dizer que, infelizmente, a prisão de Greenhalgh não foi decretada. Para ele, isso era necessário para investigar possível advoca-

cia administrativa cometida por Carvalho. Em sua manifestação, ele afirmou não ter dúvidas de que Greenhalgh integrou a organização criminosa chefiada pelo dono do Opportunity. “O procurador queria saber, ainda, se o advogado havia de fato recebido informações sigilosas de que Carvalho teve conhecimento, em função do cargo. O Estado informou ontem que Greenhalgh havia pedido a Carvalho que levantasse o nome do colega do responsável pela apuração, o último do inquérito e qual o objeto da investigação aberta pela Polícia Federal, a pedido da procuradoria. O bilogo foi interceptado pela PF e a procuradoria pediu a vara Criminal Federal de São Paulo.

Segundo relatório que a PF apresentou ao juiz Paulo Murilo de Sanctis, Greenhalgh, que era conhecido na suposta qua-

drilha pelo codinome Gomes, teria lobby para o grupo de Dantas “junto a altas autoridades do Poder Executivo e a empresas estatais, dentro das o Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES)”.

“Nos dias atuais (Greenhalgh) entrou em contato com Dantas”, afirmaram empenhados na obtenção de informações sigilosas junto à Polícia Federal e ao Poder Judiciário relativas a suposta investigação criminal empreendida em face de seu contratante, Daniel Dantas, com vistas a cooperar a regular atuação estatal”, afirmou De Sanctis no despacho em que decretou a prisão de 24 dias de investigação.

RELAÇÃO
O ex-deputado petista rosário antecorreu a acusação feita pela PF. Em nota, Greenhalgh

afirmou: “Nem mesmo durante a ditadura militar fui envolvido numa investigação por conta de minha atuação na defesa de meus clientes.” Segundo ele, “a violação de prerrogativas do advogado é prática inadmissível no Estado Democrático de Direito”.

O ex-deputado admitiu que havia sido contratado por Dantas para defendê-lo, como advogado criminalista. “Atividade que exerceo há mais de 30 anos”, frisou. A exemplo de outros acusados na Operação Sinalagma, o petista reclama pelo fato de que não havia tido acesso aos autos: “O que sei foi pela imprensa e pela entrevista aos promotores”.

A assessoria do Palácio do Planalto informou ontem que Carvalho está em férias e não foi localizado para comentar o caso. **COLABOROU FÁBIO MACEDO**

Relação com autoridades ajudou a manter grupo, diz Polícia Federal

**Fábio Macedo
Roberto Almeida**

Relatório de Inteligência Política que dá suporte a história do crime do banqueiro Daniel Dantas afirma que ele só conseguiu manter a organização empresarial, graças ao acesso a informações sigilosas e às fontes com interceptações telefônicas e manuseio a mídia e se prevaleceu de boa relação com autoridades públicas para manter a organização criminosa. “O Grupo Opportunity possui longa história, marcada por diversos fatores contravozes que lhe dá vida. A aproximação com au-

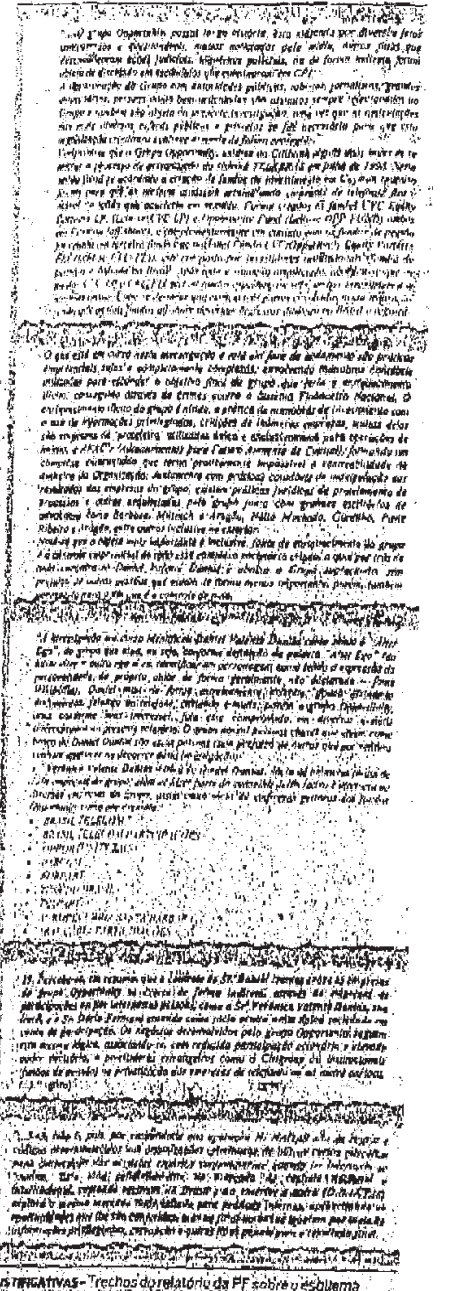
toridades públicas, lobbistas, jornalistas, grandes empresários, pessoas muito bem articuladas e, acima de tudo, sempre relacionado ao grupo e também ao objeto da presente investigação, uma vez que as informações sigilosas de fontes públicas e privadas são necessárias para que esta organização criminosa continue atuando de forma protegida”, afirma o relatório 07/2008 da Polícia Federal, produzido com base em interceptações nos sistemas de informação da do Grupo Opportunity. Dantas é acusado do desvio de recursos públicos, corrup-

ção, fraude no mercado de bolsa, gestão fraudulenta de instituições financeiras, evasão de divisas e formação de quadrilha. “O que está em curso nessa investigação são práticas empresariais sujas e completamente complexas, envolvendo múltiplas camadas para esconder o objetivo final do grupo, que seria enriquecimento ilícito através de crimes contra o sistema financeiro”, diz o documento.

Segundo a PF, “o enriquecimento ilícito do grupo e não a prática de manobras de investimento com uso de informa-

ções de empresas, muitas delas são empresas de primeira mão utilizadas exclusivamente para operações de fraude e AfACs (Adiantamentos para Furo Anonimo de Capital), tornando um complexo que se enriquece de forma praticamente impossível a rastreamento do dinheiro da organização”.

O relatório destaca que a cadeia societária “está tecnicamente planejada e controlada pelo indivíduo Arzeno de Toledo Sal (Atual Brasil Telecom) e na tecnologia movet e Amazônia Celular e Telenor Capilar sob supervisão de autoridades e especialistas. Distas teria criado ‘apropos’ do protocolo’, em nome de Mariana – como mulher, Maria Alice –, e operadas por testas-de-ferrá, integrantes da cúpula do Opportunity”.



AS INVESTIGATIVAS - Trechos do relatório da PF sobre o esquema

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Funcionária da Casa Civil formatou o dossiê tucano”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, em sua edição de 23 de maio de 2008.

A matéria destaca que Maria Soledad, chefe de gabinete da secretaria-executiva de Dilma, criou a planilha e que a PF deve concluir que houve atropelo às normas da administração pública na confecção da planilha com gastos do governo FHC.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os **Anais do Senado Federal**.

Era o que eu tinha a dizer.
Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR JOÃO TENÓRIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Funcionária da Casa Civil formatou o dossiê tucano

Maria Soledad, chefe de gabinete da secretária-executiva de Dilma, criou a planilha

PF deve concluir que houve atropelo às normas da administração pública na confecção da planilha com gastos do governo FHC

ANDRÉA MICHAEL
DA SUCESSALDE BRASÍLIA

Foi a funcionária da Casa Civil Maria de la Soledad Castriello quem abriu a planilha em Excel e deu feição ao dossiê de gastos do governo FHC.

Conhecida como Marisol, ela é a diretora de Recursos Logísticos e chefe de gabinete de Erenice Guerra, a secretária-executiva e principal assessora da ministra Dilma Rousseff.

O documento foi criado no sistema de computadores do Palácio do Planalto já com as características que a própria ministra havia apontado como forma do governo de manter o oficial de despesas em ordem cronológica, a organização em colunas e os comentários com viés político. A coluna “observações”, apontada por Dilma como indicio de que o documento revelado em março pela imprensa podia ser uma montagem, estaria de acordo a primeira versão do arquivo.

Segundo a Folha apurou, a Polícia Federal deverá concluir que houve atropelo às normas da administração pública na confecção da planilha com gastos do governo de Fernando Henrique Cardoso e ex-ministra.

Segundo-se as regras internas da Casa Civil, um levantamento desse tipo deveria ter sido feito exclusivamente pela diretoria de Orçamento (de Gilton Saback), e não pela diretoria de Logística (de Marisol) e pela secretaria de Administração (de Norberto Lira).

Servidores de diferentes áreas da Casa Civil, em depoimentos à PF lidos e integrados da CPI dos Cartões, disseram que, a mando de Tenório, Marisol requereu ao arquivar os processos relacionados a despesas do governo FHC.

Coordenadora de uma subsecretaria de dois funcionários, Marisol foi encarregada de definir o formato da planilha a fim de confrontar os gastos de FHC com os do governo Lula, bem como fechar sua versão final.

Conforme os servidores, a motivação foi responder a uma demanda da CPI dos Cartões, que na ocasião nem sequer ha-

via sido instalada. O objetivo era buscar informações sindicais aos gastos do governo Lula com cartões corporativos divulgados pela imprensa. Daí a ênfase em artigos ditos de luxo e bebidas alcoólicas.

De acordo com os depoimentos prestados à PF e relatados à CPI, a equipe inseriu pouco a pouco os dados na planilha, aumentando todas as suas linhas e colunas paulatinamente.

O dossiê foi vazado em 20 de fevereiro por José Aparecido Nunes Feres, chefe de Controle Interno, em e-mail encaminhado ao gabinete do senador Alvaro Dias (PSDB-PR) — segundo ele, “por descuido”. Aparecido declarou à CPI nesta semana que recebeu o documento “pronto”

No almoço... ele [José Aparecido] estava transformado com a coisa e só falava: foi a Erenice [Guerra] que preparou um banco de dados seletivo

ANDRÉ FERRAZ
ASSASSOR DO SENADOR Alvaro Dias (PSDB)

Ao que me consta, se organizaria um banco de dados da Casa Civil

JOSÉ APARECIDO NUNES FERES
EX-DIRETOR DA CASA CIVIL

De funcionária que ele havia conhecido a Tenório.

Até o momento, Aparecido é o único imbuído da investigação. Foi acusado pela PF de ter praticado o crime de violação de sigilo funcional. Significa dizer que ele não poderia ter repassado a nenhuma pessoa dados até então, teve acesso por conta do cargo que ocupa, independentemente de as informações terem caráter sigiloso.

A Casa Civil disse que Marisol não quer se pronunciar sobre o assunto. Há mais de um mês, a Folha reitera pedidos de entrevista com a diretora e com outros servidores do ministério envolvidas no proce-

A estrutura do ministério

As pessoas que comandam a pasta

>> 27.05 - Diante da iminente criação da CPI dos Cartões, Casa Civil cria pasta-tarefa para levantar despesas da era FHC

>> 11.06 - O “Palmeirão” da Folha revela a operação

>> 20.06 - Dilma avisa Erenice Guerra que a lista a preparar levantamento de gastos do governo FHC

>> 22.06 - A “Veja” divulga trechos do dossiê

>> 24.06 - Dilma manda abrir sindicância para investigar o vazamento

>> 28.06 - A Folha revela que Erenice Guerra, secretária-executiva da Casa Civil, deu a ordem para fazer o dossiê

>> 04.07 - A Folha publica arquivo digital que prova que o dossiê está pronto na Casa Civil. Dilma pede uma auditoria e diz que o vazamento é criminoso

>> 7.07 - PF abre investigação para apurar o caso do dossiê

>> 23.07 - No Senado, Dilma muda sua versão e diz que os dados que vazaram não são mais considerados sigilosos

>> 01.08 - A Folha Online revela que a PF e a Casa Civil identificaram o secretário de Cont. de Int. de José Aparecido Nunes Feres, chefe do vazador do dossiê. Ele mandou as planilhas por e-mail a André Fernandes, assessor do senador Alvaro Dias (PSDB-PR)

>> 10.08 - Aparecido diz que mandou o e-mail por e-mail e não pessoalmente. Secretário de Administração, Ele revela que foi Marcelo Veloso quem lhe passou as planilhas em pen-drive

PF quer concluir inquérito antes de 7 de junho

DA SUCESSALDE BRASÍLIA

O delegado Sérgio Menezes, que preside o inquérito conduzido pela Polícia Federal que apura o propósito da elaboração e a responsabilidade pelo vazamento, para a imprensa, do dossiê que reúne informações sobre as despesas efetuadas pelo governo Fernando Henrique Cardoso, pretende concluir a investigação antes do prazo final que lhe foi concedido pela Justiça — o dia 7 de junho.

Por meio da assessoria de imprensa da Polícia Federal, Menezes informou que a investigação, até o momento, não apontou nenhuma ligação direta da ministra-chefe Dilma Rousseff (Casa Civil) com a elaboração do dossiê sobre o governo FHC, fato que, pelo menos por ora, deixa a fora a lista de futuros convocados para prestar depoimento.

Também não está entre as prioridades do delegado ouvir Erenice Guerra, secretária-executiva do ministério e braço direito de Dilma. Erenice é apontada como a responsável pela ordem dada a subordinados para elaborar o levantamento sobre os gastos do governo FHC para contrapor às despesas que o governo Lula, consideradas abusivas.

Contradições

Até o momento, Menezes já ouviu sete servidores. Detectou contradições entre os depoimentos, mas disse, por meio da assessoria da PF, que não poderia comentar o conteúdo das declarações porque o inquérito corre sob sigilo de Justiça.

O delegado quer seguir primeiro os trâmites operacionais antes de ouvir os servidores que efetivamente dirigiram o trabalho de seleção e formatação do material: Gilton Saback, diretor de Orçamento, e Norberto Temóteo, secretário de Administração. Maria de la Soledad Castriello, diretora de Recursos Logísticos é a única estrutura de trabalho que tem a

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, acabo de examinar, com a devida atenção e necessária acuidade, o relatório que sintetiza as atividades de 2007 da Fundação Oswaldo Cruz. Como homem público, mas, acima de tudo, como cidadão brasileiro, sinto-me gratificado – emocionado mesmo – ao identificar em nosso País uma instituição que alia a excelência acadêmica e o rigor científico ao inabalável compromisso de servir à sociedade. Que ninguém duvide: não há um avanço sequer em termos de políticas públicas em saúde no Brasil que não conte com a valiosa contribuição da Fiocruz.

Ao longo do ano de 2007, a Fiocruz reafirmou sua tradição de operosidade e de absoluta competência em sua área de atuação. Ante a impossibilidade de me reportar a todos os setores nos quais demonstrou sua invulgar capacidade de trabalho e de produzir os já reconhecidos resultados, limito-me a destacar alguns desses feitos. Em primeiro lugar, saliento a ação pedagógica da instituição que, além de produtora de conhecimento, esmera-se por difundir-lo da maneira mais ampla possível, especialmente preocupada em formar profissionais aptos a desempenhar suas funções na área da saúde pública. Assim, num universo que supera os nove mil trabalhadores formados, mais de trezentos são mestres e doutores. Na atualidade, mais de mil e trezentas pessoas estão matriculadas nos cursos de pós-graduação **strictu sensu** da Fiocruz, o que significa a consolidação de um verdadeiro patrimônio técnico-científico brasileiro no campo da saúde.

No atendimento direto à população, os números são também impressionantes. Foram mais de quatrocentos mil pacientes atendidos em atenção especializada e básica; algo em torno de duzentos mil exames foram realizados, envolvendo amplíssima gama de agentes/agrivos; além disso, atuaram de maneira exemplar mais de vinte serviços nacionais de referência laboratorial.

O histórico compromisso da Fiocruz com o Sistema Único de Saúde foi respeitado e, não raro, ampliado. Nesse sentido, enfatizo a entrega ao Ministério da Saúde de mais de cem milhões de doses de vacinas e cerca de 10 milhões de frascos de biofármacos. Graças a uma instituição como a Fiocruz, o Poder Público consegue manter uma experiência de extraordinário alcance social que são as Farmácias Populares, que hoje somam mais de quatrocentas, espalhadas pelas diversas regiões brasileiras. É assim, Sr. Presidente, que a Fundação Oswaldo Cruz vai cumprindo fielmente seu mandato institucional, qual seja, o de suprir adequadamente o Sistema Único de Saúde com medica-

mentos básicos e estratégicos, além de vacinas e de reagentes para diagnóstico.

Enquanto atua na fabricação desses produtos, a Fiocruz não se descuida do contínuo aprimoramento de seu pessoal. Em média, cada pesquisador-doutor da instituição conseguiu publicar três trabalhos em revistas científicas indexadas, o que assegura a qualidade do material colocado à disposição do público leitor. Os treze programas de pós-graduação acadêmica e os seis mestrados profissionais foram muito bem avaliados pela Capes/MEC. Ao todo, são mais de três mil e trezentas teses defendidas na instituição.

Por fim, Sr. Presidente, louvo a decisão da Fiocruz de incorporar-se à política externa atualmente empreendida pelo Brasil. Ao fazê-lo, leva sua experiência e seu saber para além de nossas fronteiras, notadamente para nossos vizinhos sul-americanos e para a África. A esse respeito, destaco a cooperação encetada com Angola, para onde a Fiocruz estendeu seu primeiro mestrado fora do País, cuidando de formar os primeiros docentes da futura Escola Nacional de Saúde Pública na ex-colônia portuguesa.

Por tudo isso, ao registrar nos Anais do Senado o relatório das atividades da Fiocruz em 2007, cumprimento a todos os seus servidores pelo profissionalismo, pelo elevado padrão de qualidade, pela forma criteriosa com que retribui à Nação cada centavo público investido na instituição. O mínimo que posso dizer a eles, neste momento, é que o Brasil se orgulha da Fiocruz!

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, dia 16, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 130, DE 2008

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição)

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 2008 (nº 3.452/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre a criação da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais, sobre a criação de cargos de Analista*

Técnico e de Agente Executivo da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, sobre a transformação de cargos na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, altera o Anexo I da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, para adaptar os quantitativos de cargos da ANVISA, a Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, que dispõe sobre a Carreira de Analista de Infra-Estrutura e sobre o cargo isolado de provimento efetivo de Especialista em Infra-Estrutura Sênior, e altera a Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007, para prever a fórmula de pagamento de cargo em comissão ocupado por militar, e a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003.

Dependendo de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

(Sobrestando a pauta a partir de 17/10/2008)

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 48, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 5, DE 2005

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que *altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições.*

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável,

nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 38, DE 2004

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.*

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 50, DE 2006

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar.*

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que oferece.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 86, DE 2007

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aber-*

to para a perda de mandato de Deputados e Senadores).

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, favorável parcialmente, com Subemenda, que apresenta.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 7, DE 2008

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Gim Argello, que *altera os arts. 21, 22 e 48 da Constituição Federal, para transferir da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.*

Parecer favorável, sob nº 727, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 20, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Shlessarenko, Lúcia Vânia e, em separado,

do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 18, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.*

10

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 2001

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 26, DE 2002

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.*

12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 90, DE 2003

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Cons-

tituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.*

13

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2004**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*

14

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).*

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Morais, oferecendo a redação do vencido.

15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele).*

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.*

Parecer favorável sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.*

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).*

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas*

como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Roberto Saturnino.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).*

Parecer favorável sob o nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Eduardo Suplicy .

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.*

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela.*

Parecer sob o nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator ad hoc: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

23

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que *acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços.*

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e subemenda que apresenta, e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

24

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 306, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que *acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.*

25

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.*

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns,

favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

26

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda que oferece.

27

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

28

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.

29

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).

30

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.

31

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.

32

PARECER Nº 106, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, à Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas

as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa.

33

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. (Fixação e ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.)*

34

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, *solicitando a dispensa do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos ao Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, uma vez que o prazo naquela Comissão já se encontra esgotado. (Gestão de florestas públicas; institui o Serviço Florestal Brasileiro na estrutura do Ministério do Meio Ambiente)*

35

REQUERIMENTO Nº 1.230, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.230, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, *solicitando voto de censura ao juiz Edilson Rumbelsperger Rodrigues, da 1ª Vara Criminal e de Menores de Sete Lagoas – MG, pela falta de ética e compromisso moral ao rejeitar pedidos de medidas cautelares contra homens que agrediram ou ameaçaram suas companheiras.*

Parecer favorável, sob nº 618, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon.

36

REQUERIMENTO Nº 847, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 847, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando voto de solidariedade ao Senador Eduardo Azeredo, em razão de correspondência por ele recebida, subscrita pelo Sr. Marco Aurélio Garcia, Assessor Especial de Política Externa do Presidente da República, relativa ao pronunciamento do Senador na sessão do Senado no último dia 11 de junho, sobre a mudança de opinião do Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, em relação às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC).*

37

REQUERIMENTO Nº 877, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 877, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando voto de congratulação ao governo colombiano, aos familiares e ao povo colombiano pela libertação da ex-senadora e ex-candidata presidencial Ingrid Betancourt, de onze militares colombianos e três soldados americanos, que estavam em poder das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), e que este acontecimento seja utilizado como marco para o estabelecimento de um processo de paz e resolução pacífica do conflito armado vivenciado pelo país irmão.*

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 21 horas e 23 minutos.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Bloco-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Roseana Sarney*
PTB - Eptácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Maioria-PMDB - José Maranhão*
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Maioria-PMDB - Casildo Maldaner** (S)

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Ada Mello** (S)

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
PSC - Virgínio de Carvalho** (S)

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Marco Antônio Costa** (S)

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) ⁽¹⁶⁾
VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁸⁾
RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁸⁾

Leitura: 15/03/2007
Designação: 05/06/2007
Instalação: 03/10/2007
Prazo final prorrogado: 22/11/2008

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Efraim Moraes (DEM-PB) ⁽¹⁴⁾	
Sérgio Guerra (PSDB-PE) ⁽¹¹⁾	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,7)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁹⁾	
Fátima Cleide (PT-RO) ⁽¹³⁾	1. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(2,6)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
João Pedro (PT-AM) ^(3,12,17)	
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	
PDT	
Jefferson Praia (AM) ⁽¹⁵⁾	

PDT/PSOL (10)

1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
8. Em 10.10.2007, foram eleitos a Senadora Lúcia Vânia como Vice-Presidente e o Senador Inácio Arruda como Relator.
9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
11. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
12. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
13. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
14. Em 08.07.2008, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 070/2008-GLDEM).
15. Em 05.08.2008, o Senador Jeferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. Nº 17/08-GLPDT).
16. Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
17. Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3311-3514

Fax: 3311-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.6.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)
VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)
RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008
Prazo final: 04/08/2008
Designação: 24/03/2008
Instalação: 25/03/2008

Prazo final prorrogado: 13/03/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. Virgínio de Carvalho (PSC-SE) ⁽¹⁾
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Cícero Lucena (PSDB-PB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽²⁾
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1.
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
3. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)

Número de membros: 5

Leitura: 05/03/2008

TITULARES

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

(1)

Notas:

1. (DEM)

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA - RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INPE

Finalidade: Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento". Em aditamento pelo Requerimento nº 495, de 2008, a Comissão passa a analisar 36 municípios em conformidade com o INPE em seu "Mapa de desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos

VICE-PRESIDENTE: Senador João Pedro

RELATOR: Senador Flexa Ribeiro

Leitura: 25/03/2008

Instalação: 10/04/2008

Prazo final: 22/12/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Jayme Campos (DEM)	1. Senador Gilberto Goellner (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Senador Mário Couto (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Senador João Pedro (PT)	1. Senadora Serys Slhessarenko (PT)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Leomar Quintanilha (PMDB)
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA - CONFERÊNCIA MUNDIAL DA PAZ

Finalidade: Destinada a representar o Senado Federal na Conferência Mundial da Paz (World Peace Conference), em Caracas, Venezuela, entre os dias 8 e 13 de abril de 2008.

(Requerimento nº 341, de 2008, aprovado em 3.4.2008)

Número de membros: 3

Leitura: 03/04/2008

TITULARES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)

Maioria (PMDB)

Senador José Nery (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. VAGA CEDIDA PELO PMDB AO PSOL

6) COMISSÃO TEMPORÁRIA - TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, aprovado em 02.07.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello

RELATOR: Senadora Rosalba Ciarlini

Leitura: 02/07/2008

Designação: 26/08/2008

Instalação: 27/08/2008

Prazo final: 22/12/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Morais (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
Maioria (PMDB)	
Senador José Maranhão (PMDB)	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
PTB	
Senador Gim Argello	1. Senador João Vicente Claudino

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (PT-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Delcídio Amaral (PT)	3. Marina Silva (PT) ⁽⁸⁾
Aloizio Mercadante (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	5. Inácio Arruda (PC DO B)
Expedito Júnior (PR)	6. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Serys Slhessarenko (PT)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	8. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Valter Pereira (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(5,12)	5. Lobão Filho (PMDB) ⁽⁶⁾
Neuto De Conto (PMDB)	6. Paulo Duque (PMDB)
Gerson Camata (PMDB)	7. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
Jayme Campos (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Marco Antônio Costa (DEM) ⁽¹¹⁾	5. Marco Maciel (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) ⁽¹⁰⁾	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Cícero Lucena (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	10. João Tenório (PSDB)
PTB ⁽⁴⁾	
João Vicente Claudino	1. Sérgio Zambiasi ⁽⁹⁾

Gim Argello	2.
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Praia (7)

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
7. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
8. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
9. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
10. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 362/2008).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (3)	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO (6)	2. Serys Shhessarenko (PT)
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO (4)	2. Renato Casagrande (PSB) (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO (5)
Raimundo Colombo (DEM) (7)	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Eduardo Azeredo (PSDB)
PDT PMDB PSDB (1)	
Cícero Lucena (PSDB)	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REFORMA TRIBUTÁRIA

Finalidade: Avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional na forma do inciso XV do art. 52 da Constituição Federal, assim como tratar de matérias referentes à Reforma Tributária

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)

RELATOR: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (3)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Renato Casagrande (PSB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1.
Neuto De Conto (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM) (4)	1. João Tenório (PSDB) (2)
Osmar Dias (PDT) (1)	2. Cícero Lucena (PSDB) (2)
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida ao PDT

2. Vaga cedida ao PSDB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

Finalidade: Debater e estudar a regulamentação dos Marcos Regulatórios nos diversos setores de atividades que compreendem serviços concedidos pelo Governo, como telecomunicações, aviação civil, rodovias, saneamento, ferrovias, portos, mercado de gás natural, geração de energia elétrica, parcerias público-privadas, etc.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE)

RELATOR: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
VAGO ⁽²⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. José Agripino (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Romeu Tuma (PTB)
Sérgio Guerra (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Econômicos. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (5)	
Patrícia Saboya (PDT) (3)	1. Fátima Cleide (PT)
Flávio Arns (PT)	2. Serys Shlessarenko (PT)
Augusto Botelho (PT)	3. Expedito Júnior (PR)
Paulo Paim (PT)	4. VAGO (1,2,13)
Marcelo Crivella (PRB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Ideli Salvatti (PT)
José Nery (PSOL)	7. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
VAGO (9)	2. Valter Pereira (PMDB)
VAGO (6)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	5.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Jayme Campos (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Marco Antônio Costa (DEM) (12)	3. Raimundo Colombo (DEM) (10)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Romeu Tuma (PTB) (4)
Eduardo Azeredo (PSDB)	5. Cícero Lucena (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	6. Sérgio Guerra (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	7. Marisa Serrano (PSDB)
PTB (8)	
Mozarildo Cavalcanti (7,11)	1.
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.
2. Em 04/09/2007, o Senador Euclides Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2.
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Sociais. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PT-PR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Paulo Paim (PT)	2.
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	
Eduardo Azeredo (PSDB)	1. Papaléo Paes (PSDB)
	2. Marisa Serrano (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Papaléo Paes (PSDB-AP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2.
Majoria (PMDB) e PDT	
João Durval (PDT)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Papaléo Paes (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vaga cedida pelo PDT ao DEM.
3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Sociais. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁴⁾	
Serys Slhessarenko (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹³⁾
Marina Silva (PT) ⁽⁸⁾	2. Francisco Dornelles (PP) ^(1,12,13)
Eduardo Suplicy (PT)	3. César Borges (PR)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Expedito Júnior (PR) ^(13,14)
Ideli Salvatti (PT)	5. Magno Malta (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. José Nery (PSOL)
Maioria (PMDB)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. José Maranhão (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(7,15)	6. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Marco Maciel (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
Marco Antônio Costa (DEM) ⁽¹¹⁾	4. Alvaro Dias (PSDB) ⁽³⁾
Antonio Carlos Júnior (DEM)	5. Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽⁶⁾
Arthur Virgílio (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	8. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	9. Mário Couto (PSDB)
PTB ⁽⁵⁾	
Epitácio Cafeteira	1. Mozarildo Cavalcanti
PDT	
Osmar Dias ⁽¹⁰⁾	1. Cristovam Buarque ⁽⁹⁾

Notas:

1. Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).

2. Eleito em 8.8.2007.

3. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.

4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador Gilvam Borges (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (3)	
Flávio Arns (PT)	1. Patrícia Saboya (PDT) (1)
Augusto Botelho (PT)	2. João Pedro (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Marina Silva (PT) (12)
Paulo Paim (PT)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	7. João Vicente Claudino (PTB)
João Ribeiro (PR)	8. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) (8,16)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Lobão Filho (PMDB) (5,9)	6. Casildo Maldaner (PMDB) (15)
Gerson Camata (PMDB)	7. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (4)	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO (11)
Virgínio de Carvalho (PSC) (6)	3. Gilberto Goellner (DEM)
Marco Maciel (DEM)	4. José Agripino (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) (13)	5. Marco Antônio Costa (DEM) (14)
Rosalba Ciarlini (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) (2)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	9. Sérgio Guerra (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	10. Lúcia Vânia (PSDB)
PTB	
Sérgio Zambiasi (7)	1.
	2.
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO (10)

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
Paulo Paim (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
VAGO (3)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (4)	1. VAGO (1)
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) (5)
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Francisco Dornelles (PP)	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Marina Silva (PT) (7)	2. Augusto Botelho (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Serys Shessarenko (PT)
César Borges (PR)	4. Inácio Arruda (PC DO B)
	5. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB) (5,11)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Almeida Lima (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO (1)
Gilberto Goellner (DEM)	3. VAGO (3)
José Agripino (DEM)	4. Raimundo Colombo (DEM) (9)
Cícero Lucena (PSDB) (10)	5. Papaléo Paes (PSDB) (4)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
PTB	
Gim Argello (6)	1.
PDT	
Jefferson Praia (8)	1.

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
6. Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
7. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL

Finalidade: Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1. Adelmir Santana (DEM)
Marconi Perillo (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB)
VAGO ⁽³⁾	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Shlessarenko (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO (3,4,6)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (1)	1. Adelmir Santana (DEM)
VAGO (5)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Participar e Acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas, a realizar-se no Brasil, e do V Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Istambul, Turquia, em março de 2009.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marina Silva (PT-AC)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

RELATOR: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Marina Silva (PT) ⁽¹⁾	1. Fátima Cleide (PT)
Renato Casagrande (PSB)	2. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)

Notas:

1. Em 18.06.2008, a Senadora Marina Silva é designada titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. N° 57/2008-CMA).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽²⁾

RELATOR: Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Expedito Júnior (PR)
VAGO ⁽¹⁾	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO ^(3,5)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:

1. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
2. O Senador Sibá Machado deixou o cargo em 14.05.2008.
3. Em 18/06/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 58/2008-CMA).
4. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
5. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (8)	
Flávio Arns (PT)	1. Serys Shessarenko (PT)
Fátima Cleide (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Marina Silva (PT) (12)
Patrícia Saboya (PDT) (5)	4. Ideli Salvatti (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Marcelo Crivella (PRB)
José Nery (PSOL) (1,2)	
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Roseana Sarney (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) (11,13)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
César Borges (PR) (4)	1. VAGO
Eliseu Resende (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Romeu Tuma (PTB) (6)	3. Jayme Campos (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	4. Virginio de Carvalho (PSC) (10)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Mário Couto (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	6. Lúcia Vânia (PSDB)
Magno Malta (PR) (3,7)	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB (9)	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque	1.

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
4. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
5. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
6. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
7. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Serys Shlessarenko (PT)	2. VAGO (4)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO (3)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (1)	1.
Heráclito Fortes (DEM)	2.
Lúcia Vânia (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).

4. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE
Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO
Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Nery (PSOL-PA)
VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE)

Prazo final: 22/03/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
José Nery (PSOL) ⁽¹⁾	2. Patrícia Saboya (PDT)
Maioria (PMDB)	
Inácio Arruda (PC DO B)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ideli Salvatti (PT-SC)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Ideli Salvatti (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Maioria (PMDB)	
Roseana Sarney (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. Romeu Tuma (PTB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

Notas:

1. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.

2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (4)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Aloizio Mercadante (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. Augusto Botelho (PT)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	4. Serys Shessarenko (PT)
João Ribeiro (PR)	5. Marina Silva (PT) (17)
	6. Francisco Dornelles (PP)
Maioria (PMDB)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (1)
Mão Santa (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	4. Gilvam Borges (PMDB) (14,19)
Paulo Duque (PMDB)	5. Valdir Raupp (PMDB) (5,16)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. José Nery (PSOL) (6)
Marco Maciel (DEM)	2. César Borges (PR) (2)
Virginio de Carvalho (PSC) (13)	3. Marco Antônio Costa (DEM) (18)
Romeu Tuma (PTB) (3)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Tasso Jereissati (PSDB) (12)
João Tenório (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB (7)	
Fernando Collor (8,9,10,11,20)	1.
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Praia (15)

Notas:

1. Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 362/2007).
2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
6. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
PDT	
Jefferson Praia	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago em razão da substituição do Senador Valdir Raupp pelo Senador Geraldo Mesquita Júnior na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em 22.08.2007 (Of. N° 362/2007-GLPMDB).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Of. 122/2008-GLPMDB).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL) ^(1,6)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Ribeiro (PR-TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Fernando Collor (PTB) ^(3,4)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽⁵⁾

Notas:

1. Senador Fernando Collor, eleito em 01.03.2007, encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29.08.2007, pelo prazo de 121 dias (Requerimento nº 968, de 2007).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
4. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 008/2008-CRE).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
6. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO
DAS FORÇAS ARMADAS**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽¹⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Maioria (PMDB)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
VAGO ⁽³⁾	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclides Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
Serys Slhessarenko (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Ideli Salvatti (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Francisco Dornelles (PP)	4. João Ribeiro (PR)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Augusto Botelho (PT)
Expedito Júnior (PR)	6. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB) (3,6)
Valdir Raupp (PMDB)	2. José Maranhão (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	3. Casildo Maldaner (PMDB) (8)
Gilvam Borges (PMDB) (5,9)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	6. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Demóstenes Torres (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Marco Maciel (DEM)
Jayme Campos (DEM)	3. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) (7)	5. Romeu Tuma (PTB) (1)
João Tenório (PSDB)	6. Cícero Lucena (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Eduardo Azeredo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Mário Couto (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Tasso Jereissati (PSDB)
PTB (4)	
Gim Argello	1. João Vicente Claudino
PDT	
João Durval	1.

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (4)	
Fátima Cleide (PT)	1. VAGO (8)
Patrícia Saboya (PDT) (3)	2. Expedito Júnior (PR)
João Pedro (PT)	3. Inácio Arruda (PC DO B)
João Vicente Claudino (PTB)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	5. José Nery (PSOL) (1)
Maioria (PMDB)	
José Maranhão (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gim Argello (PTB) (2)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
VAGO (5)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Marco Maciel (DEM)	3. Marco Antônio Costa (DEM) (10)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Virgínio de Carvalho (PSC) (7)
Lúcia Vânia (PSDB)	5. Tasso Jereissati (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Marconi Perillo (PSDB) (11)
Cícero Lucena (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
PTB (6)	
Mozarildo Cavalcanti	1.
PDT	
Jefferson Praia (9)	1. Osmar Dias

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
8. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
9. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).
10. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)

VICE-PRESIDENTE: Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
Delcídio Amaral (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. VAGO (5,7)
Expedito Júnior (PR)	3. César Borges (PR)
João Pedro (PT)	4. Augusto Botelho (PT)
	5. José Nery (PSOL) (1)
Maioria (PMDB)	
VAGO (3)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	4. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. VAGO (4)
Jayme Campos (DEM)	2. Eliseu Resende (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) (8)
Marco Antônio Costa (DEM) (9)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	5. Marconi Perillo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	6. João Tenório (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB (6)	
VAGO (10)	1.
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
10. Em virtude do retorno do titular, Senador Cícero Lucena.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Tenório (PSDB-AL)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
VAGO ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁴⁾
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
3. O Senador Sibá Machado deixou o cargo em 14.05.2008.
4. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Expedito Júnior (PR)
Augusto Botelho (PT)	2. Flávio Arns (PT)
Renato Casagrande (PSB)	3. João Ribeiro (PR)
Ideli Salvatti (PT)	4. Francisco Dornelles (PP)
	5. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gerson Camata (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) (5,8)	3. Gim Argello (PTB) (6,7)
Valter Pereira (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Romeu Tuma (PTB) (1)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Virginio de Carvalho (PSC) (4)	3. Marco Maciel (DEM)
Antonio Carlos Júnior (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Marconi Perillo (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB (3)	
Sérgio Zambiasi	1.
PDT	
Cristovam Buarque	1.

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
4. Em 01/04/2008, o Senador Virginio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
6. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.
7. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).
8. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PÓLOS TECNOLÓGICOS

Finalidade: Estudo, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Augusto Botelho (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO (3)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB) (1)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Eduardo Azeredo (PSDB)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁽²⁾	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) ⁽¹⁾	PTB

Atualização: 17/04/2008

Notas:

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 4ª Eleição Geral: 13/03/2003

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 5ª Eleição Geral: 23/11/2005

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 6ª Eleição Geral: 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Augusto Botelho (PT-RR)	1. VAGO
João Pedro (PT-AM) ⁽⁶⁾	2. Fátima Cleide (PT-RO) ⁽⁴⁾
Renato Casagrande (PSB-ES)	3. Ideli Salvatti (PT-SC) ⁽²⁾
João Vicente Claudino (PTB-PI) ⁽¹⁾	4.
Eduardo Suplicy (PT-SP)	5.
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE) ⁽⁷⁾	2. Gerson Camata (PMDB-ES)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	3. Romero Jucá (PMDB-RR)
Leomar Quintanilha (PMDB-TO)	4. José Maranhão (PMDB-PB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO ⁽⁹⁾
Heráclito Fortes (DEM-PI)	2. César Borges (PR-BA) ⁽¹¹⁾
Adelmir Santana (DEM-DF)	3. Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽¹³⁾
Marconi Perillo (PSDB-GO)	4. Arthur Virgílio (PSDB-AM) ⁽¹⁰⁾
Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽¹²⁾	5. Sérgio Guerra (PSDB-PE)
PDT	
VAGO ⁽¹⁴⁾	1.
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Romeu Tuma (PTB/SP) ⁽⁸⁾	

Atualização: 19/07/2008

Notas:

1. Eleito na Sessão de 29.05.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Eptácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 - GLDBAG) (DSF 18.10.2007).

2. Eleitos na Sessão de 29.05.2007.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

2) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Número de membros: 12 titulares

PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽²⁾

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

MEMBROS

PMDB

Roseana Sarney (MA)

DEM

Maria do Carmo Alves (SE) ⁽¹⁾

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PT

Serys Slhessarenko (MT)

PTB

Sérgio Zambiasi (RS)

PR

PDT

Cristovam Buarque (DF)

PSB

Patrícia Saboya (PDT-CE)

PC DO B

Inácio Arruda (CE)

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PP

PSOL

Atualização: 19/07/2008

Notas:

1. A Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 03.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. Escolhidos, nos termos do Ofício GSSS nº 536/08.

ÍNDICE ONOMÁSTICO

	Pág.		Pág.
ADA MELLO			
Registro do desempenho do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, nas eleições municipais em Alagoas e na Região Nordeste.....	6	Registro da matéria intitulada “Teles avisaram a juiz que PF acesso total a cadastro”, publicada pelo jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 6 de agosto de 2008.....	97
ADELMIR SANTANA			
Cumprimentos ao Senador Tião Viana pelo seu discurso em prol de melhor qualidade aos portadores de transtornos mentais. Aparte ao Senador Tião Viana.....	115	Registro da matéria intitulada “MP denuncia Matilde por gastos com cartão corporativo”, publicada pelo jornal <i>O Globo</i> , edição de 8 de agosto de 2008.....	187
Celebração do Dia Mundial da Saúde Mental, no dia 10 de outubro de 2008.....	117	Considerações sobre a campanha da prefeita Marta Suplicy, candidata à prefeitura de São Paulo. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.....	237
Discussão sobre os problemas de saúde mental no Brasil.....	117	Requerimento nº 1.218, de 2008, requer nos termos do art. 287 do Regimento Interno do Senado Federal, votação, em globo, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2001 (nº 5.270/2001, naquela Casa), que altera o art. 36 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências.....	258
Ressalva sobre os depósitos compulsórios, como uma oportunidade aos pequenos negócios no Brasil, mediante a crise econômica mundial. Aparte ao Senador Aloizio Mercadante.....	227	Requerimento nº 1.219, de 2008, que requer a dispensa de publicação do Parecer, para imediata discussão e votação da redação final do Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2001 (nº 5.270/2001, na Câmara dos Deputados), que altera o art. 36 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências.....	259
Requerimento nº 1.235, de 2008, que requer a realização de Sessão Especial, no dia 11 de novembro de 2008, em homenagem aos 40 anos de criação do Teatro Experimental do Sesc do Amazonas – TSESC.....	386	Registro da matéria intitulada “A resistência à MP da Pesca”, publicada pelo jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 13 de maio de 2008.....	309
ALOIZIO MERCADANTE			
Análise sobre a atual crise, como a mais grave da economia capitalista mundial, especialmente no que se refere às perdas das bolsas de valores, e a situação do Brasil diante da crise.....	221	Posicionamento da Oposição frente à atual crise financeira mundial e propostas de aperfeiçoamento da Medida Provisória 442, Medida Provisória nº 1.182, de 95 e a Medida Provisória que procura evitar a estatização de instituições financeiras pelo Banco Central.....	367
ALVARO DIAS			
Críticas ao Governo do Presidente Lula.....	16	Registro da matéria intitulada “Verbas públicas não chegam aos atletas”, publicada no jornal <i>O Globo</i> , edição de 12 de outubro de 2008.....	380
Referência à expulsão da Construtora Odebrecht pelo Governo do Equador, e possíveis consequências negativas para o Brasil.....	16		

	Pág.		Pág.
Requerimento nº 1.234, de 2008, solicita que seja o presente requerimento encaminhado ao Tribunal de Contas da União para a realização de auditoria nas aplicações de recursos de doações e patrocínios com incentivos fiscais, destinados a fomentar o desporto, conforme disposto na Lei nº 11.438/2006, com vistas a verificar.	385	Comemoração pelo transcurso dos vinte anos de promulgação da Constituição Federal brasileira, no dia 5 de outubro de 2008.....	315
Registro da matéria intitulada “A UNE domesticada”, publicada pela revista <i>IstoÉ</i> , edição de 20 de agosto de 2008.....	465	Encaminhamento de votação favorável aos Projetos de Lei do Senado nºs 98, de 2002, nºs 60 e 96, de 2008, e as emendas, sobre a criação de novos Municípios.	419
ANTONIO CARLOS JUNIOR		Parecer nº 1.053, de 2008 (Comissão Diretora), que dá redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796, de 2004, na Casa de origem).	450
Ratificação do discurso do Senador Papaléo Paes sobre a má postura da candidata à prefeitura de São Paulo, Marta Suplicy, contra seu adversário Kassab. Aparte ao Senador Papaléo Paes.....	204	ARTHUR VIRGÍLIO	
Reflexão sobre a atual crise financeira mundial e destaque para a necessidade de se cortar gastos públicos.	211	Registro da matéria intitulada “Por uma economia livre”, publicada pela revista <i>Veja</i> , edição de 3 de setembro de 2008.....	98
Encaminhamento do requerimento de informações ao Presidente do Superior Tribunal do Trabalho, ao Ministro do Trabalho e Emprego e ao presidente do Banco Central acerca da greve dos bancários que ocorre há mais de quinze dias com graves transtornos para a população.....	380	Considerações sobre a crise econômica mundial, com críticas à atuação do Governo em seu enfrentamento.....	230
Requerimento nº 1.231, de 2008, solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Banco Central sobre quais medidas estão sendo tomadas em relação à greve dos bancários.....	384	Cumprimentos ao Senador Jefferson Praia por seu mandato no Senado e sua luta em prol da Amazônia. Aparte ao Senador Jefferson Praia.....	378
Requerimento nº 1.232, de 2008, solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro do Trabalho e Emprego sobre quais medidas estão sendo tomadas em relação à greve dos bancários.....	384	Requerimento nº 1.236, de 2008, requer Voto de Aplauso para o poeta manauense Luiz Bacelar, por ocasião do seu aniversário de 80 anos, ocorrido no dia 4 de setembro de 2008.....	386
Pedido de urgência na votação do Projeto de Lei que pretende criar novos Municípios, com ressalvas.....	403	Requerimento nº 1.237, de 2008, requer Voto de Lembrança para os discursos proferidos na Câmara dos Deputados pelo ex-Deputado Márcio Moreira Alves, em 2 e 3 de setembro de 1968, contra a invasão militar da Universidade de Brasília.	386
ANTONIO CARLOS VALADARES		Requerimento nº 1.238, de 2008, requer voto de Pesar pelo falecimento do desembargador do Tribunal de Justiça do Amazonas AFFIMAR CABO VERDE, ocorrido no último dia 31 de agosto deste ano.....	387
Projeto de Lei do Senado nº 385, de 2008, que altera a Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999, que dispõe sobre a compensação financeira entre o regime geral de previdência social e os regimes de previdência dos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos casos de contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadoria e dá outras providências.	254	Requerimento nº 1.239, de 2008, requer Voto de Aplauso à acadêmica amazonense CARMEN NOVOA SILVA, por haver organizado e dado à publicação o livro <i>Andrômaca</i> (Do meu livro de memórias), obra póstuma.....	387
Requerimento nº 1.221, de 2008, requer o re-exame do Projeto de Lei da Câmara nº 84, de 2006 pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em vista da necessidade superveniente de alteração e correção de engano.	262	Requerimento nº 1.240, de 2008, requer Voto de Pesar pelo falecimento do amazonense RAIMUNDO PEDROSA, ocorrido em Manaus, dia 24 de setembro de 2008.....	387
		Considerações sobre o Projeto de Lei que pretende criar novos Municípios.....	404
		Encaminhamento de votação favorável aos Projetos de Lei do Senado nºs 98, de 2002, nºs 60 e 96, de 2008, e as emendas, sobre a criação de novos Municípios.	419

IV

	Pág.		Pág.
Agradecimentos ao Senador Pedro Simon e seu discurso sobre a obra e história de São Francisco de Assis em prol dos mais necessitados.....	87	nas e da Rede Alvorada de Comunicação, de Minas Gerais, ocorrido no dia 1º de outubro de 2008, em Belo Horizonte.	302
Destaque ao seminário, no dia 09 de outubro de 2008, sobre a reforma do Código Brasileiro de Aviação e os fins que especifica.....	87	Requerimento nº 1.229, de 2008, que requer inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento, aos 66 anos, do ex-Senador da República Alfredo Campos, ocorrido no dia 12 de outubro de 2008, em Belo Horizonte.	303
Registro da aprovação, no dia 08 de outubro de 2008, do Relatório Preliminar do Orçamento. ..	87	Registro do artigo intitulado “Uma crise (inter) nacional”, no dia 14 de outubro de 2008.	383
Discurso sobre a importância de investimento na matriz energética e energia renovável no Brasil. Aparte ao Senador João Pedro.	143	Considerações sobre o Projeto de Lei que pretende criar novos Municípios.....	401
Elogios ao Governo Lula e sua gestão no período da crise financeira mundial.....	146	Parecer nº 1.057, de 2008 (da Comissão de Educação, Cultura e Esporte), sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 124, de 2008 nº 6.575/2006, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional do Rotaractiano.....	457
Apresentação do Projeto de Lei do Senado, que busca repatriar recursos de brasileiros que estão em outros países e outros fins que especifica.	146		
Encaminhamento de votação favorável aos Projetos de Lei do Senado nºs 98, de 2002, nºs 60 e 96, de 2008, e as emendas, sobre a criação de novos Municípios.	431	EDUARDO SUP LICY	
Importância do apoio do Governo Federal aos produtores rurais, em face da crise financeira internacional. Aparte ao Senador Gilberto Goellner.	447	Importância da Constituição Federal no desenvolvimento do sistema eleitoral brasileiro. Aparte ao Senador Paulo Paim.	14
		Homenagem aos 100 anos do falecimento de Machado de Assis.	49
DEMÓSTENES TORRES		Explicação da Medida Provisória nº 442, de 6 de outubro de 2008, que trata do desconto, pelo Banco Central do Brasil, e autoriza a emissão da Letra de Arrendamento Mercantil – LAM, e dá outras providências.....	49
Requerimento nº 1.217, de 2008, requer licença para ausentar-se dos trabalhos desta Casa no período de 30 de outubro a 9 de novembro de 2008, para atender à mencionada missão.....	243	Elogios ao Governo Lula e sua atuação diante da crise internacional.....	49
Considerações sobre a exoneração de parentes no Senado Federal.	276	Registro da reunião do G-20 em Washington, onde o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, estará presidindo a reunião com as Ministros da Fazenda das 20 nações de economia mais importante, com a colaboração do Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, e a Comissão de Assuntos Econômicos.	49
Ratificação do discurso do Presidente Garibaldi Alves Filho sobre a exoneração de parentes no Senado Federal. Aparte ao Senador Mão Santa... ..	278	Comentários sobre os efeitos da crise econômica mundial no Brasil. Aparte ao Senador Papaléo Paes.....	205
Críticas à atuação do Partido dos Trabalhadores - PT nas últimas eleições municipais e à postura da candidata Marta Suplicy na campanha eleitoral para prefeitura de São Paulo.	286	Esclarecimentos sobre o discurso do Senador Papaléo Paes sobre a eleição para a Prefeitura de São Paulo. Aparte ao Senador Papaléo Paes.	205
		Defesa do discurso do Senador Aloizio Mercadante sobre a crise econômica mundial. Aparte ao Senador Aloizio Mercadante.....	226
EDUARDO AZEREDO		Considerações sobre a campanha da prefeita Marta Suplicy, candidata à prefeitura de São Paulo. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.....	235
Elogios ao Tribunal Superior Eleitoral e ao sistema eleitoral brasileiro.	4	Comunicação à Presidência, reiterando o fato de não haver parentes em seu gabinete.	279
Homenagem póstuma ao Alfredo Campos e do ex-Deputado Federal Gilberto Faria, Presidente do grupo Minas máquina e da Rede Alvorada de Comunicação de Minas Gerais.....	283		
Requerimento nº 1.228, de 2008, que requer inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento, aos 85 anos, do ex-Deputado Federal Gilberto de Andrade Faria, Presidente do Grupo Minas máquina			

	Pág.		Pág.
Discordância ao discurso do Senador Demóstenes Torres sobre sua crítica ao Partido dos Trabalhadores e à Marta Suplicy, nas eleições municipais. Aparte ao Senador Demóstenes Torres...	287	Cumprimentos aos Senadores pela atenção dispensada ao Projeto de Lei sobre a criação de novos Municípios.....	432
Homenagem ao economista Paul Robin Krugman, agraciado com o Prêmio Nobel de Economia, em 2008.....	290	FÁTIMA CLEIDE	
Requerimento nº 1.224, de 2008, que requer a inserção em ata de voto de aplausos, ao economista estadunidense Paul Robin Krugman, professor de economia e assuntos internacionais na Universidade de Princeton e colunista do New York Times, por ter sido agraciado com o Prêmio Nobel de Economia, em 2008.	300	Esclarecimentos sobre o discurso do Senador Papaléo Paes sobre o Projeto que visa coibir as práticas de discriminação e violência com relação à orientação sexual de qualquer pessoa e sobre a eleição para a Prefeitura de São Paulo. Aparte ao Senador Papaléo Paes.....	205
Registro da integração da escola com a família, em Taboão da Serra, que foi premiada por ter conseguido elevar o grau de aproveitamento e as notas dos alunos.....	342	Cumprimentos ao Senador Osmar Dias por seu discurso em prol dos professores. Aparte ao Senador Osmar Dias.	365
Análise sobre as medidas que o Governo Lula tem tomado sobre a crise financeira internacional. Aparte à Senadora Ideli Salvatti.....	363	Reflexões sobre a educação como instrumento de cidadania e liberdade e comemoração ao Dia do Professor.....	370
EFRAIM MORAIS		FLÁVIO ARNS	
Preocupação com a crise financeira internacional.	313	Elogios ao trabalho desenvolvido pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).....	284
EXPEDITO JÚNIOR		Parecer nº 1.055, de 2008 (da Comissão de Educação, Cultura e Esporte), sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 66 de 2008, (nº 1.356/2007, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional da Associação Cristã dos Moços.....	453
Requerimento nº 1.179, de 2008, que requer a realização de Sessão Especial do Senado, no dia 21 de outubro de 2008, destinada a homenagear o Dia da Força Aérea Brasileira e do Aviador, que é comemorado no dia 23 de outubro.....	23	FLEXA RIBEIRO	
Cumprimentos ao Supremo Tribunal Federal - STF e ao Ministro Ricardo Lewandowski por decisões adotadas no caso da revisão da dívida do Banco do Estado de Rondônia.....	229	Registro da matéria intitulada “Banqueiro rachou núcleo duro do Governo Lula”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 10 de julho de 2008.....	100
Requerimento nº 1.214, de 2008, requer que seja dispensado o parecer da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) sobre o PLS nº 131, de 2008, em razão de ter sido esgotado o prazo regimental para manifestação da CE e por não se tratar de matéria da competência regimental daquela Comissão, passando-se à apreciação da Comissão seguinte constante do despacho inicial.....	243	Registro da matéria intitulada “NY: provas secretas contra o Governo”, publicada pelo jornal <i>O Globo</i> , edição de 11 de julho de 2008.	193
Projeto de Resolução nº 55, de 2008, que altera a redação dos arts. 122 e 355 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), para determinar a divulgação, nos avulsos da Ordem do Dia, de propostas de emenda à Constituição apresentada ao Senado.....	256	Requerimento nº 1.211, de 2008, que requer que sejam prestadas, pelo Ministro de Estado da Fazenda, informações acerca do efetivo cumprimento, por parte da Receita Federal do Brasil, do disposto na Súmula Vinculante nº 8, do Supremo Tribunal Federal, reproduzida a seguir: São inconstitucionais o parágrafo único do artigo 5º do Decreto-Lei nº 1.569/1977 e os artigos 45 e 46 da Lei nº 8.212/1991, que tratam de prescrição e decadência de crédito tributário.....	242
		Ratificação do discurso do Senador César Borges sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 2002, que regulamenta a criação de municípios. Aparte ao Senador César Borges.	280

	Pág.		Pág.
Parecer nº 1.049, de 2008 (da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle), sobre o Aviso nº 46, de 2008 (nº 1.039/2008, na origem), do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão nº 1.589/2008, proferido nos autos do processo TC 004.486/2004-4, que julgou irregulares as contas do Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária – ITERRA.	306	Parecer nº 1.046, de 2008 (da Comissão Diretora), Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2001 (nº 5.270, de 2001, na Câmara dos Deputados).	259
Registro da matéria intitulada “Oposição decide CPI da Varig em agosto”, publicada no jornal O Estado de S. Paulo, edição de 10 de julho de 2008.	311	Parecer nº 1.047, de 2008 (Comissão Diretora), que dá redação final do Projeto de Resolução nº 1, de 2004.	263
Comemoração do Dia da Criança, no dia 12 de outubro, com objetivo de se discutir e encontrar meios para inclusão social das crianças do nosso País, e do Dia do Professor, no dia 15 de outubro.	343	Parecer nº 1.050, de 2008 (comissão Diretora), que apresenta a redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 98, de 2008 – Complementar. ..	422
Pedido de urgência na votação do Projeto de Lei que pretende criar novos Municípios, com ressalvas.	402	Parecer nº 1.052, de 2008, que dá redação final do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 98, de 2002 – Complementar, que dispõe sobre o procedimento para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios, para regulamentar o § 4º do art. 18, da Constituição Federal.	434
Discussão sobre os Projetos de Lei do Senado nºs 98, de 2002, nºs 60 e 96, de 2008, e as emendas, sobre a criação de novos Municípios.	410	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	
Requerimento nº 1.243, de 2008, que requer adiamento da discussão do Projeto de Lei do Senado nº 98/02 – Complementar, a fim de ser feita na sessão de 12 de novembro de 2008.	414	Comemoração de duas décadas da Constituição Cidadã, no dia 05 de outubro de 2008.	7
Parecer nº 1.056, de 2008 (da Comissão de Educação, Cultura e Esporte), sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 77, de 2008 (nº 7.606, na Casa de origem), que estabelece o dia 3 de maio como o Dia Nacional das Televisões e Rádios Comunitárias. ...	455	Análise do crescimento e desenvolvimento do País.	7
Registro da matéria intitulada “Carvalho prometeu a petista ajudar Dantas”, publicada pelo jornal O Estado de S. Paulo, edição de 10 de julho de 2008.	468	Requerimento nº 1.183, de 2008, que requer a necessária autorização para participar da Reunião da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos do Parlamento do Mercosul, nos dias 14 e 15 de outubro de 2008, na cidade de Buenos Aires, Argentina. ..	23
GARIBALDI ALVES FILHO		Requerimento nº 1.184, de 2008, que requer a tramitação em conjunto do PLS nº 9/2004 com os PLS nºs 38/2004, 61/2004, 40/2006, 253/2006, 45/2007, 112/2007, 223/2007, e 739/2007 por versarem sobre a mesma matéria.	23
Reflexão sobre a crise econômica mundial e suas conseqüências no Brasil. Aparte ao Senador Mão Santa.	162	Ratificação do discurso do Senador Paulo Paim sobre as crianças e os idosos. Aparte ao Senador Paulo Paim.	124
Referência ao desempenho do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB nas eleições municipais de 2008. Aparte ao Senador Mão Santa.	163	Preocupação com a causa em favor das crianças e jovens do País, manifestando-se favoravelmente à criação da Agência de Proteção da Criança e do Adolescente. Defesa de campanha pública nacional de esclarecimento e orientação para proteção das crianças e adolescentes.	133
Requerimento nº 1.212, de 2008, que requer que o período do expediente da Sessão Deliberativa do dia 2 de dezembro de 2008 seja dedicado à abertura da IV Semana do Senado Federal de Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência.	242	GERSON CAMATA	
		Ratificação do discurso do Senador Osmar Dias sobre as medidas cabíveis para enfrentar a crise econômica mundial. Aparte ao Senador Osmar Dias.	218
		Homenagem pelo transcurso, no dia 15 de outubro, do Dia do Professor.	463

Pág.	Pág.
GILBERTO GOELLNER	
Solicitação de apoio do Governo Federal aos produtores rurais, em face da crise financeira internacional.	445
GILVAM BORGES	
Considerações sobre a preocupação popular com a crise financeira mundial.	110
Anúncio da liberação de repasses federais para obras em diversos Municípios do Estado do Amapá.	158
Homenagem a candidatos que concorreram às eleições municipais no Amapá, em 2008.	158
Manifestação sobre a força feminina na política brasileira, e homenagem especial a três mulheres eleitas no Estado do Amapá: à Francimar do PT, à Lucimar do PMDB e à Euricélia do PP.....	215
GIM ARGELLO	
Requerimento nº 1.220, de 2008, que requer adiantamento da discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 118/2005, por 30 dias.....	261
IDELI SALVATTI	
Comemoração pela decisão da ampliação dos recursos disponíveis do Fundo de Marinha Mercante para estaleiros que beneficiarão quatro unidades do Estado de Santa Catarina.....	209
Considerações sobre a atual crise econômica mundial e as medidas adotadas pelo Brasil para o seu enfrentamento.....	209
Requerimento nº 1.213, de 2008, que requer inserção em ata de Voto de Pesar à família do Advogado Clemente Mannes, que faleceu, vítima de um derrame cerebral no domingo passado. Fundador do PT na cidade de Jaraguá do Sul – SC, foi secretário-Geral da Central Única dos Trabalhadores em Santa Catarina.....	243
Comemoração do Dia da Criança, no dia 12 de outubro, com objetivo de se discutir e encontrar meios para inclusão social das crianças do nosso País, e do Dia do Professor, no dia 15 de outubro.	330
Considerações sobre as avaliações e questionamentos a respeito da crise econômica, destacando as medidas adotadas pelo Governo brasileiro..	361
Projeto de Lei do Senado nº 386, de 2008, que altera o art. 7º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, para modificar os requisitos de recrutamento dos conciliadores e juizes leigos dos Juizados Especiais.	389
INÁCIO ARRUDA	
Comemoração do Dia da Criança, no dia 12 de outubro, com objetivo de se discutir e encontrar meios para inclusão social das crianças do nosso País, e do Dia do Professor, no dia 15 de outubro.	338
JAYME CAMPOS	
Cumprimentos ao Senador Expedito Júnior por sua luta e vitória em relação a renegociação da dívida do Beron – Banco de Rondônia e faz analogia à situação do Bemate – Banco de Mato Grosso.	230
Anúncio da decisão do Diretório Municipal do Democratas de Cuiabá, em apoiar candidatura à reeleição do Prefeito Wilson Santos, do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB.....	275
Considerações sobre os Projetos de Lei do Senado nºs 98, de 2002, nºs 60 e 96, de 2008, e as emendas, sobre os fins que especifica.....	407
Égide do discurso do Senador Gilberto Goellner sobre o apoio do Governo Federal aos produtores rurais, em face da crise financeira internacional. Aparte ao Senador Gilberto Goellner.	447
Satisfação com a aprovação, no dia 15 de outubro de 2008, do Projeto de Lei do Senado 98, de 2002-Complementar.	449
JEFFERSON PRAIA	
Reflexão sobre a distribuição de recursos para a Educação no Brasil. Aparte à Senadora Rosalba Ciarlini.....	60
Apresentação do Projeto de Lei do Senado, que altera o § 1º do art. 26 da Lei nº 9.934, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para introduzir nos currículos dos Ensinos Fundamental e do Médio, a obrigatoriedade de estudos sobre a Amazônia.	62
Reflexão do discurso do Senador Pedro Simon sobre a obra de São Francisco de Assis em prol dos mais necessitados. Aparte ao Senador Pedro Simon.	69
Comemoração do Dia da Criança, no dia 12 de outubro, com objetivo de se discutir e encontrar meios para inclusão social das crianças do nosso País, e do Dia do Professor, no dia 15 de outubro.....	333
Enaltecimento aos impactos econômicos, sociais e ambientais positivos do PIM - Pólo Industrial de Manaus para os manauaras, para os amazonenses e para todos os brasileiros.....	378

VIII

	Pág.		Pág.
JOÃO PEDRO		JOSÉ MARANHÃO	
Congratulações ao Banco Central pela edição da Resolução 3.618, que facilita e simplifica o acesso de crédito junto ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)...	140	Retificação do seu voto ao Projeto de Lei do Senado, sobre a criação de novos Municípios.	432
Égide da preservação do bioma amazônico e sua importância.	140	JOSÉ NERY	
Apresentação de dois Projetos de Lei do Senado, de autoria do Senador Cristovam Buarque, sobre a criação dos Cefets – Centro Federal de Educação Tecnológica.	180	Considerações sobre a incidência da Crise mundial e suas conseqüências no Brasil.	5
Reflexão sobre a crise internacional que abala todos os países, e que teve início no setor imobiliário dos EUA.	347	Comemoração do Dia do Professor, no dia 15 de outubro.	327
JOÃO RIBEIRO		Reflexão sobre o Dia da Criança, e a Educação como base para o crescimento e aprimoramento das crianças.	327
Esclarecimentos sobre as Zonas de Processamento de Exportação de matéria-prima e das ferrovias no Nordeste. Aparte ao Senador Mão Santa...	169	Considerações sobre a Súmula nº13 do Supremo Tribunal Federal, que tenta salvaguardar o direito de servidores que foram nomeados, parentes de Senadores, antes da eleição destes.	429
JOÃO TENÓRIO		LEOMAR QUINTANILHA	
Registro da matéria intitulada “Na CPI, aparecido não revela quem faz dossiê”, publicada pelo jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 21 de maio de 2008..	101	Comemoração do Dia da Criança, no dia 12 de outubro, com objetivo de se discutir e encontrar meios para inclusão social das crianças do nosso País, e do Dia do Professor, no dia 15 de outubro.	331
Considerações sobre a crise internacional e a economia brasileira.	101	Congratulação ao Senador Renan Calheiros por sua homenagem ao professor. Aparte ao Senador Renan Calheiros.	377
Manifestação sobre a tramitação na Comissão de Educação, Cultura e Esporte de dois projetos importantes acerca da criação de Escolas Técnicas, os Cefets, nos Municípios de Humaitá e de Tefé, no Amazonas.	180	LÚCIA VÂNIA	
Registro da matéria intitulada “A mãe do Dossiê”, publicada pela revista <i>IstoÉ</i> edição de 28 de maio de 2008.	190	Reflexão sobre a crise econômica mundial, as crises bancárias, e suas conseqüências na economia brasileira.	55
Registro da matéria intitulada “Um passo acima”, publicada pela revista <i>Veja</i> , edição de 28 de maio de 2008.	312	Discussão sobre os Projetos de Lei do Senado nºs 98, de 2002, nºs 60 e 96, de 2008, e as emendas, sobre a criação de novos Municípios.	411
Registro da matéria intitulada “Funcionária da Casa Civil formatou o dossiê tucano”, publicada no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 23 de maio de 2008.	469	MAGNO MALTA	
JOSÉ AGRIPINO		Considerações sobre o trabalho desenvolvido pela Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI da Pedofilia.	292
Considerações sobre o Projeto de Lei que pretende criar novos Municípios.	403	MÃO SANTA	
Discussão sobre os Projetos de Lei do Senado nºs 98, de 2002, nºs 60 e 96, de 2008, e as emendas, sobre a criação de novos Municípios.	412	Críticas severas ao Governo Lula e sua má gestão. Aparte ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.	8
		Morosidade na apreciação, pela Câmara dos Deputados, do projeto que extingue o fator previdenciário.	9

Pág.	Pág.		
Análise da situação do Brasil diante da crise financeira mundial.....	129		
Apelo ao Governo Federal pela realização de obras no Estado do Piauí.	129		
Críticas ao Governo do Presidente Lula. Aparte ao Senador Cristovam Buarque.....	156		
Manifestação sobre a questão das Zonas de Processamento de Exportação de matéria-prima e das ferrovias no Nordeste.....	160		
Discurso sobre a crise econômica que se abate pelo mundo.	162		
Cumprimentos ao Senador Papaléo Paes pelo seu discurso sobre a eleição para a Prefeitura de São Paulo. Aparte ao Senador Papaléo Paes.	204		
Considerações sobre a dívida do País com os aposentados, a educação, a saúde e a segurança.	219	Requerimento nº 1.175, de 2008, que requer, nos termos do art. 258, do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto do PLC nº 106/2007 com os PLS nos 18/2005, 8/2005, 355/2004, 45/2006, 42/2007, 301/2003, por versarem sobre a mesma matéria.....	22
Defesa do discurso do Senador Aloizio Mercadante sobre a crise econômica mundial. Aparte ao Senador Aloizio Mercadante.....	225	Requerimento nº 1.176, de 2008, que requer, nos termos do art. 258, do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto dos PLC nºs 68/2006, 52/2006, com os PLS 124/2004 e 43/2003, por versarem sobre a mesma matéria.	22
Saudação ao lançamento do livro Piauhy - das Origens à Nova Capital do engenheiro Doutor Cid de Castro Dias.....	290	Requerimento nº 1.177, de 2008, Requeiro, nos termos do art. 258, do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto dos OFS “S” nºs 9/2003 e 2/2006, por versarem sobre a mesma matéria.....	22
Cumprimentos ao Senador Magno Malta por seu trabalho na Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI da Pedofilia. Aparte ao Senador Magno Malta.....	297	Requerimento nº 1.184, de 2008, que requer a tramitação em conjunto do PLS nº 9/2004 com os PLS nºs 38/2004, 61/2004, 40/2006, 253/2006, 45/2007, 112/2007, 223/2007, e 739/2007 por versarem sobre a mesma matéria.....	23
Homenagem ao Dia do Professor, no dia 15 de outubro, e reflexão sobre a educação no Brasil. Aparte ao Senador Paulo Paim.	353	Requerimento nº 1.185, de 2008, que requer a tramitação em conjunto do PLC nº 47/2003, com os PLS nºs 118/2006, 194/2005, 219/2008, 241/2005 e 485/2003 – Complementares, por versarem sobre a mesma matéria.....	148
Considerações sobre os benefícios do Programa Bolsa Família para a população do Piauí...	357	Requerimento nº 1.186, de 2008, que requer a tramitação em conjunto das PEC nºs 6/2006, 10/2008, 13/2006, 16/2004, 22/2007, 61/2004, 85/2007 e 95/2003 por versarem sobre a mesma matéria.....	149
Apelo ao Presidente Lula para que leve obras ao Piauí.....	357	Requerimento nº 1.187, de 2008, que requer a tramitação em conjunto do PLS nº 18/2006 com os PLS nºs 19/2007, 46/2006, 107/2003, 154/2008, 160/2008, 280/2003, 284/2008, 285/2005, 428/2003, 700/2007, e com os PLC nºs 43/2005, 77/2007 e 86/2006, por versarem sobre a mesma matéria....	149
MARCO ANTONIO COSTA		Requerimento nº 1.189, de 2008, que requer a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 87, de 2003, 54, de 2005, 51, de 2006 e 551, de 2007, por regularem a mesma matéria.....	184
Parecer nº 1.058, de 2008 (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre o Projeto de Lei do Senado nº 336, de 2007, de autoria do Senador Papaléo Paes, que altera o caput do art. 53 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para substituir a expressão “fins não econômicos” por “fins não lucrativos”.	459	Requerimento nº 1.190, de 2008, que requer a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 2, de 2003 e 2, de 2006, por regularem a mesma matéria.....	184
MARCO MACIEL		Requerimento nº 1.191, de 2008, que requer a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 43, de 2003, 20 de 2006 e 8, de 2007, por tratarem do mesmo assunto.....	184
Requerimento nº 1.174, de 2008, que requer, nos termos do art. 258, do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto dos PLS nºs 185/2005 e 183/2006 por versarem sobre a mesma matéria.....	22	Requerimento nº 1.192, de 2008, quer requer a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 32, de 2003, 22 de 2005, por tratarem do mesmo assunto.	184

	Pág.		Pág.
Requerimento nº 1.193, de 2008, que requer a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 28, de 1999 e 92, de 2007, por tratarem do mesmo assunto.....	184	nºs 292, de 2004, e 232, de 2003, por regularem a mesma matéria.....	185
Requerimento nº 1.194, de 2008, que requer a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 88, de 2003 e 20, de 2005, por tratarem do mesmo assunto.....	184	Requerimento nº 1.205, de 2008, que requer a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 157, de 2002, e 86, de 2007, por regularem a mesma matéria.....	185
Requerimento nº 1.195, de 2008, que requer a tramitação conjunta dos Projetos de Lei da Câmara nºs 78 e 82, de 2004, e 52, de 2007, por regularem a mesma matéria.....	184	Requerimento nº 1.206, de 2008, que requer a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 16, de 2003, 36, de 2005, 34 e 40, de 2006, 42, 51 e 56, de 2007, por regularem a mesma matéria.....	185
Requerimento nº 1.196, de 2008, que requer a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 74 e 84, de 2007, por regularem a mesma matéria.....	184	Requerimento nº 1.207, de 2008, que requer a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 106, de 2005, com os Projetos de Lei do Senado nºs 85 e 193, de 2003, 205 e 254, de 2005, e 301, de 2006, por regularem a mesma matéria.....	185
Requerimento nº 1.197, de 2008, que requer a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 683 e 634, de 2007; e 23, de 2008, por regularem a mesma matéria.....	184	Requerimento nº 1.208, de 2008, que requer a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 459, de 2003, e 238, de 2004, por regularem a mesma matéria.....	185
Requerimento nº 1.198, de 2008, que requer a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 242 e 407, de 2005; 308 e 587, de 2007, por regularem a mesma matéria.....	184	Requerimento nº 1.209, de 2008, que requer a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 615, de 2007, e 283, de 2008, por regularem a mesma matéria.....	185
Requerimento nº 1.199, de 2008, que requer a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 2008, com os Projetos de Lei do Senado nºs 295, de 2001, 578, de 2007, e 286, de 2008, por regularem a mesma matéria.....	184	Requerimento nº 1.210, de 2008, que requer a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 83, 84 e 513, de 2007, por regularem a mesma matéria.....	185
Requerimento nº 1.200, de 2008, que requer a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 134, 135, 154, 204, 311, 338, 378, 457 e 508, de 2003; 13, 113, 196 e 227, de 2004; 3, 301, 280, 307, 339, 357, 378 e 383, de 2005; 55, 105, 159, 162, 167 e 283, de 2006; 197, 239, 287, 496, 537, 552 e 689, de 2007; 7, 148, 149 e 220, de 2008, com os Projetos de Lei da Câmara nºs 97, de 2003; e 69, de 2006, por regularem a mesma matéria....	184	Comentários sobre o artigo publicado no jornal <i>Correio Braziliense</i> , de autoria de Ives Gandra Martins Filho, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, sobre as inovações da Constituição de 1988, que trouxeram conquistas importantes para o sistema legal brasileiro.....	359
Requerimento nº 1.201, de 2008, que requer a tramitação conjunta dos Projetos de Resolução do Senado nºs 41, de 2002; e 71, de 2003, por regularem a mesma matéria.....	185	Requerimento nº 1.230, de 2008, em aditamento ao Requerimento nº 747, de 2008, requer a fixação, para o período do Expediente da sessão de 4 de novembro próximo, a homenagem pela passagem do 400º aniversário de nascimento do Padre Antônio Vieira.....	384
Requerimento nº 1.202, de 2008, que requer a tramitação conjunta dos Projetos de Resolução do Senado nºs 65, de 2003; 4 e 7, de 2004, por regularem a mesma matéria.....	185	Requerimento nº 1.233, de 2008, que requer a tramitação em conjunto das PEC nºs 3/2007, 11/2007, 14/2004, 21/2004/ 25/2008, 31/2004, 32/2004, 35/2004, 45/2004/, 56/2004, 58/2007, 69/2003, 71/2003, 76/2007, 78/2007 por versarem sobre a mesma matéria.....	385
Requerimento nº 1.203, de 2008, que requer a tramitação conjunta dos Projetos de Resolução do Senado nºs 3 e 35, de 2007; e 15, de 2003, por regularem a mesma matéria.....	185	MARCONI PERILLO	
Requerimento nº 1.204, de 2008, que requer a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado		Apoio ao discurso do Senador Tasso Jereisati sobre a crise mundial e considerações sobre o Panorama Econômico Mundial e o que o Brasil deve fazer a respeito.....	2

	Pág.		Pág.
Requerimento nº 1.180, de 2008, que requer autorização para ausência de Sua Excelência dos trabalhos desta Casa no período de 9 a 15 de outubro de 2008, quando estará em missão oficial visitando o Parlamento Português.....	23		XI
MARIO COUTO			
Preocupação com a situação dos aposentados no Brasil.....	349		
Alerta para a situação de intranqüilidade e insegurança por que passa o Estado do Pará.....	349		
Considerações sobre o Projeto de Lei que pretende criar novos Municípios.....	404		
Cumprimentos aos Senadores pelo bom desempenho na Casa.....	431		
MARISA SERRANO			
Projeto de Lei do Senado nº 381, de 2008, trata da divulgação institucional e da propaganda eleitoral em rádio e televisão para as eleições diretas ao Parlamento do Mercado Comum do Sul-Mercosul.....	244		
Comemoração do Dia da Criança, no dia 12 de outubro, com objetivo de se discutir e encontrar meios para inclusão social das crianças do nosso País, e do Dia do Professor, no dia 15 de outubro.	334		
NEUTO DE CONTO			
Excelência do trabalho realizado pela Justiça Eleitoral, com destaque para a divulgação dos resultados finais em Santa Catarina e o desempenho do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB.....	18		
Considerações sobre a atual crise financeira mundial, a posição dos EUA e as conseqüências da crise para o Brasil.....	368		
OSMAR DIAS			
Alerta para a necessidade de redução do preço dos fertilizantes.....	216		
Relato sobre comparecimento à reunião do Conselho Político, onde o Presidente Lula expôs a gravidade da atual crise internacional e enumerou as medidas adotadas por seu Governo.....	216		
Observações sobre o Projeto de Lei que fixou o piso salarial e garantiu a hora-atividade aos professores, e pedido de apoio dos Senadores para a aprovação do Projeto de Lei do Senado 265, de 2008-Complementar, de sua autoria.....	364		
		PAPALÉO PAES	
		Registro da matéria intitulada “Campeões de Audiência”, publicada pela revista <i>IstoÉ</i> , edição de 11 de julho de 2008.....	95
		Defesa da aproximação da região Norte do País, aos níveis de progresso socioeconômico do restante da Nação, e os fins que especifica.....	160
		Cumprimentos ao Senador Gilvam Borges, que destacou a importância dos participantes das eleições no Amapá.....	160
		Homenagem ao Senador Mão Santa, pelo transcurso do seu aniversário, no dia 13 de outubro de 2008.....	160
		Criticas ao Governo do Presidente Lula e sua reação quanto à crise econômica mundial. Aparte ao Senador Mão Santa.....	164
		Registro da matéria intitulada “Escalada Tributária”, publicada pelo jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 22 de julho de 2008.....	186
		Reflexão sobre os efeitos vindouros da crise econômica mundial, com a valorização do dólar frente ao real.....	202
		Comentários acerca da eleição para a Prefeitura de São Paulo, com críticas à candidata Marta Suplicy, por veicular ataques pessoais ao seu adversário, Gilberto Kassab, em sua propaganda.....	202
		Parecer nº 1.045, de 2008 (Comissão Diretora) Redação do vencido, para o segundo turno, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2005.....	257
		Registro da matéria intitulada “Ministério Público acusa Matilde de improbidade”, publicada pelo jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 8 de agosto de 2008.....	308
		Registro do artigo intitulado “O presidente e o cigarro”, publicado pelo jornal <i>Correio Braziliense</i> , edição de 14 de setembro de 2008.....	464
		PAULO PAIM	
		Mobilização para a votação do projeto que extingue o fator previdenciário. Aparte ao Senador Mão Santa.....	10
		Transcurso dos 173 anos da Revolução Farroupilha, celebração dos 120 anos da Abolição não-conclusa, os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e 20 anos da promulgação da nossa Constituição Federal no ano de 2008.....	11
		Homenagem póstuma ao jornalista e escritor gaúcho Luiz Paulo Pilla Vares.....	11

	Pág.		Pág.
Cumprimentos ao Senador Renan Calheiros por seu discurso sobre o fator previdenciário. Aparte ao Senador Renan Calheiros.	21	Homenagem ao Dia do Professor, comemorado no dia 15 de outubro.....	351
Requerimento nº 1.178, de 2008 nos termos do art. 218, inciso VII, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro voto de pesar pelo falecimento do jornalista, escritor e ex-secretário da Cultura Luiz Pilla Vares.....	22	Projeto de Lei do Senado nº 387, de 2008, que altera a redação do caput do artigo 193 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, a fim de consolidar perigosa a atividade profissional que implique a situação de risco de vida, perigo iminente de acidente ou violência física.....	391
Cumprimentos ao ex-Deputado Federal Paulo Delgado que levantou a tese de que as pessoas com doença mental deveriam ter o apoio das famílias e voltar a morar com seus familiares. Aparte ao Senador Adelmir Santana.....	118	PEDRO SIMON	
Denúncia e alerta ao trabalho e exploração infantil e os malefícios desta prática na infância....	120	Proposta de reunião após as eleições com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, para debates e discussões.....	64
Defesa da aprovação ao fim do fator previdenciário e a equiparação dos reajustes dos aposentados ao salário mínimo.....	120	Transcurso do 8º centenário de São Francisco de Assis, e a importância de sua obra.....	64
Homenagem ao Dia da Criança e ao Dia de Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil, comemorados em 12 de outubro.....	120	Transcrição nos Anais da mensagem intitulada “Parar a roda bloqueando seus raios”.....	106
Cumprimentos ao Senador Mão Santa pelo seu discurso em defesa da miscigenação no Brasil. Aparte ao Senador Mão Santa.	171	RENAN CALHEIROS	
Transmissão do pleito de profissionais de Psicologia, Serviço Social e Pedagogia da área sócio-jurídica do Tribunal de Justiça do Paraná.....	172	Premência de uma reforma do sistema político brasileiro.....	19
Registro do recebimento e leitura da carta do aposentado Cláudio Eli que deseja participar da luta pelo fim do fator previdenciário e reajuste da categoria.....	172	Reflexão pela busca de soluções para o enfrentamento da crise financeira internacional.....	281
Destaque para o trabalho da Liga Feminina de Combate ao Câncer, de Estrela, Rio Grande do Sul.....	172	Requerimento nº 1.225, de 2008, que requer Voto de Pesar, pelo falecimento do ex-Senador Alfredo Campos.	301
Registro de convite para o evento, em Novo Hamburgo, que premiará os vencedores da competição “O Rio dos Sinos é Nosso”, competição implantada em 2007, para defesa do meio ambiente.	172	Homenagem pelo transcurso, no dia 15 de outubro, do Dia do Professor.	375
Ratificação do discurso do Senador João Pedro sobre a necessidade de ser ter escolas técnicas em cada Município. Aparte ao Senador João Pedro.	181	RENATO CASAGRANDE	
Égide da importância de o País contar com grandes instituições bancárias estatais, em face da atual crise econômica mundial.	213	Projeto de Lei do Senado nº 379, de 2008, que dispõe sobre incentivo à exploração e implantação de centrais de geração a partir de fonte eólica e dá outras providências.....	26
Cumprimentos ao Banco do Brasil pelos seus dois séculos de existência.	213	Defesa de uma definição do Colégio de Líderes, a fim de que se votem várias matérias relevantes para o País.....	273
Comentários sobre a regulamentação definitiva da profissão de motorista.....	214	Reflexão de como o Brasil deve agir junto aos países da América Latina, para amenizar os efeitos da crise econômica internacional.....	273
Cumprimentos ao Senador César Borges e seu discurso sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 2002, que regulamenta a criação de municípios. Aparte ao Senador César Borges.	281	Registro do transcurso, no dia 14 de outubro de 2008, do Dia Internacional do Acesso Livre ao Conhecimento Científico.	273
		Preocupação sobre a exoneração de parentes no Senado Federal.	279
		Ratificação do discurso do Senador Inácio Arruda e dos demais senadores sobre a importância das crianças e dos professores e da preocupação com estes. Aparte ao Senador Inácio Arruda.....	340

Pág.	Pág.
<p>Registro de denúncia sobre a situação de insegurança por que passa o Município de Novo Repartimento, no Pará, onde foi assassinado o Senhor Antônio Martins, coordenador da campanha de reeleição do Prefeito Bersajones Moura.....</p> <p>Discussão sobre os Projetos de Lei do Senado n°s 98, de 2002, n°s 60 e 96, de 2008, e as emendas, sobre os fins que especifica acerca da criação de novos municípios.....</p> <p>Cumprimentos ao Governo Federal, que por meio do Programa de Aceleração do Crescimento, vai entrar com R\$ 55 milhões, junto com o Governo do Estado, para ampliar o cais do Porto de Vitória, Espírito Santo.</p> <p>Encaminhamento de votação favorável aos Projetos de Lei do Senado n°s 98, de 2002, n°s 60 e 96, de 2008, e as emendas, sobre a criação de novos Municípios.</p> <p>ROMERO JUCÁ</p> <p>Requerimento n° 1.181, de 2008, que requer, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei da Câmara n° 82, de 2008, que “acrescenta parágrafo único ao art. 59 do Decreto-Lei n° 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal (Estabelece a obrigatoriedade de consideração dos antecedentes do agente infrator, relativos a medidas socioeducativas de internação)”, seja apreciado pela Comissão de Assuntos Sociais, além da constante do despacho inicial.....</p> <p>Requerimento n° 1.182, de 2008, que requer, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei da Câmara n° 82, de 2008, que “acrescenta parágrafo único ao art. 59 do Decreto-Lei n° 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal (Estabelece a obrigatoriedade de consideração dos antecedentes do agente infrator, relativos a medidas socioeducativas de internação)”, seja apreciado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, além da constante do despacho inicial.....</p> <p>Registro das eleições municipais em Roraima e proposta de aliança com o novo Governo a fim de solucionar os problemas do Estado e enaltecimento à atuação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB nas eleições municipais de 2008.....</p> <p>Registro da apresentação de proposta do Brasil, em Montevidéu, durante a realização da Cumbre de Ministros da Cultura, de eleger o ano de 2008 como o Ano Ibero-Americano de Museus.</p> <p>Elogios à Resolução 3.618, do Banco Central, que facilita e simplifica o acesso de crédito junto ao</p>	<p>Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).</p> <p>Mobilização para a votação do projeto que extingue o fator previdenciário.....</p> <p>Ressalva sobre a importância da responsabilidade ambiental na Amazônia. Aparte ao Senador João Pedro.....</p> <p>Destaque para publicação do Governo Federal intitulada “Mais Brasil para Mais Brasileiros”, reunindo dados e números das ações governamentais. .</p> <p>Requerimento n° 1.227, de 2008, requer que sobre o PLS/353/2008, que “altera a Lei n° 7.986/89; para instituir abono anual para os beneficiários da pensão vitalícia dos chamados “soldados da borracha” e seus dependentes”, seja ouvida, também, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, além da constante no despacho inicial.....</p> <p>Considerações sobre as ações do Governo Federal para conter a crise de alimentos.....</p> <p>Requerimento n° 1.242, de 2008, que requer nos termos regimentais o desapensamento do PLS n° 503/2003, de autoria do Senador Sibá Machado, que “dispõe sobre o procedimento para criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios, regulamentando o § 4º do art. 18 da Constituição Federal e dá outras providências”, a fim de que tenha curso próprio.....</p> <p>Registro do relatório que sintetiza as atividades da Fundação Oswaldo Cruz, em 2007.</p> <p>ROMEU TUMA</p> <p>Requerimento n° 1.215, de 2008, requer nos termos do art. 40 do Regimento Interno, licença para ausentar-se dos trabalhos desta Casa nos dias 7 a 17 de novembro de 2008, para atender à mencionada missão.....</p> <p>Projeto de Lei do Senado n° 383, de 2008, que altera o artigo 135, da Lei n° 4.737, de 15 de julho de 1965, Código Eleitoral, para instituir a criação de sala especial de votação, em cada local de votação, para os eleitores idosos, deficientes e portadores de necessidades especiais.....</p> <p>Projeto de Lei do Senado n° 384, de 2008, que dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais e créditos às pessoas jurídicas que adquirirem livros técnico-profissionalizantes relacionados ao respectivo objeto social da empresa e os distribuírem, gratuitamente, ao seu corpo funcional e à comunidade onde a empresa está localizada.</p> <p>Requerimento n° 1.222, de 2008 que requer a dispensa de publicação do Parecer, para imediata discussão e votação da redação final do Projeto de</p>
346	139
405	139
416	140
419	149
	302
	313
	405
23	470
23	
93	250
107	252

	Pág.		Pág.
Resolução nº 1, de 2004, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que dá o nome de Arquivo Cora Coralina ao Arquivo do Senado Federal.....	263	vidência Social as informações sobre os débitos previdenciários dos municípios.....	302
Cumprimentos ao Doutor Fábio, pela importância do Programa Siga Brasil, da Comissão de Orçamento.....	272	Comemoração do Dia da Criança, no dia 12 de outubro, com objetivo de se discutir e encontrar meios para inclusão social das crianças do nosso País, e do Dia do Professor, no dia 15 de outubro.	329
Manifestação em defesa das autoridades policiais de São Paulo.....	272	Preocupação em relação ao uso indiscriminado de armas de fogo e considerações sobre o Estatuto do Desarmamento. Aparte ao Senador César Borges.....	374
Comemoração do Dia da Criança, no dia 12 de outubro, com objetivo de se discutir e encontrar meios para inclusão social das crianças do nosso País, e do Dia do Professor, no dia 15 de outubro.	335	Discussão sobre os Projetos de Lei do Senado nºs 98, de 2002, nºs 60 e 96, de 2008, e as emendas, sobre a criação de novos Municípios....	407
Parecer nº 1.054, de 2008 (da Comissão de Educação, Cultura e Esportes), sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2008 (nº 4.572/2004, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres.....	451	SERYS SLHESSARENKO	
ROSALBA CIARLINI		Análise das eleições no Estado do Mato Grosso.	135
Apelo ao Ministro Alfredo Nascimento, para aceleração da construção da estrada do Cajueiro, que ligará parte do município de Baraúna -RN, ao Estado do Ceará.....	58	Registro das comemorações do Dia da Criança e do Dia do Professor.	135
Reflexão sobre a educação no Brasil e que pode ser feito para a qualificação do ensino.	58	Égide da ampliação das políticas públicas para geração de empregos para mulheres.....	135
Reflexão sobre o pleito eleitoral, nas eleições municipais e elogios à Justiça Eleitoral, com enfoque ao Estado do Rio Grande do Norte.	58	Manifestação sobre os conflitos agrários que ocorrem em Mato Grosso.	135
SÉRGIO GUERRA		Comemoração pelo aumento da prospecção de petróleo e gás no Brasil, especialmente, em Mato Grosso.	206
Registro da matéria intitulada “Teixeira admite ter recebido US\$ 3,2 milhões no caso Varig”, publicada pelo jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 22 de junho de 2008.....	104	Projeto de Lei do Senado nº 382, de 2008, que dispõe sobre a liberdade de expressão e dá outras providências.....	245
Registro da matéria intitulada “O Golpe dos Mensaleiros”, publicada pela revista <i>Veja</i> , edição de 25 de junho de 2008.....	188	Requerimento nº 1.223, de 2008, requer a retirada definitiva do Projeto de Lei do Senado nº 357, de 2008, que “dispõe sobre a liberdade de expressão e dá outras providências”.....	299
Críticas à atuação do Governo Lula diante da crise econômica mundial. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.....	233	Encaminhamento de votação favorável aos Projetos de Lei do Senado nºs 98, de 2002, nºs 60 e 96, de 2008, e as emendas, sobre a criação de novos Municípios.....	427
Registro da matéria intitulada “O calote do Professor Delúbio”, publicada pela revista <i>IstoÉ</i> , edição de 25 de junho de 2008.	310	TASSO JEREISSATI	
Registro da matéria intitulada “MINC e o lixo da Paciência, publicada pela revista <i>IstoÉ</i> , edição de 25 de junho de 2008.....	466	Críticas ao Governo Lula diante da crise econômica mundial. Aparte ao Senador Aloizio Mercadante....	228
SÉRGIO ZAMBIASI		Críticas ao Partido dos Trabalhadores - PT e a Marta Suplicy, candidata à prefeitura de São Paulo, por sua conduta diante as eleições municipais. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.....	235
Requerimento nº 1.226, de 2008, que requer que sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Pre-		Requerimento nº 1.241, de 2008 (Requerimento nº 16, de 2008-CCJ) Nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requero urgência para o PLS nº 98, de 2002 – Complementar.	399

	Pág.		Pág.
Pedido de urgência na votação do Projeto de Lei que pretende criar novos Municípios, com ressalvas.....	401	Reflexão sobre a crise econômica mundial, com perspectiva de que o Brasil será afetado.....	208
Considerações sobre os Projetos de Lei do Senado n°s 98, de 2002, n°s 60 e 96, de 2008, e as emendas, sobre os fins que especifica.....	406	Parecer n° 1.048, de 2008 (da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle), sobre o Ofício n° S/16, de 2008 (n° 17.747/2008, na origem), do Ministro de Estado do Controle e da Transparência, que encaminha ao Senado Federal, em disco compacto, cópias dos Relatórios de Fiscalização, contendo os resultados das ações empreendidas nos Municípios sorteados na 25ª Etapa do Programa de Fiscalização a Partir de Sorteios Públicos.....	304
Parecer n° 1.051, de 2008, sobre a aprovação da retificação da Emenda do Projeto de Lei do Senado n° 98, de 2002, que propõe a emenda de redação n art. 15: onde estava escrito “encerrado o prazo do caput”, leia-se, coloque-se “encerrado o prazo do art. 14”.....	426	Comemoração e reflexão do Dia do Professor, no dia 15 de outubro.....	343
TIÃO VIANA		VALTER PEREIRA	
Registro satisfatório quanto ao discurso do Senador Pedro Simon sobre a obra de São Francisco de Assis em prol dos mais necessitados. Aparte ao Senador Pedro Simon.....	70	Pedido de urgência na votação do Projeto de Lei que pretende criar novos Municípios, com ressalvas.....	402
Saudação à passagem do Dia Mundial da Saúde Mental, celebrado no dia 10 de outubro de 2008.....	114	Apresentação de emenda de autoria de Sua Excelência, do Projeto de Lei do Senado n°s 98, de 2002, n°s 60 e 96, de 2008, sobre a criação de novos municípios.....	418
Discurso sobre o avanço da saúde pública em tratar a doença mental e explanação sobre os CAPS – Centro de Apoio Psicossocial.....	114	Considerações sobre o Projeto de Lei do Senado 98, de 2002-Complementar, aprovado no dia 15 de outubro de 2008.....	444
Pedido de urgência na votação do Projeto de Lei que pretende criar novos Municípios, com ressalvas.....	401	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	
VALDIR RAUPP		Registro da porcentagem dos votos apurados para o Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB nas eleições Municipais de 2008.....	90
Égide da preservação do meio ambiente como prioridade na sociedade, e apresentação de Projeto de Lei pra conter o desmatamento.....	90	Requerimento n° 1.216, de 2008, requer que sobre o Projeto de Lei da Câmara n° 119, de 2006 que, “Institui, na forma do art. 43 da Constituição Federal, a Superintendência do Desenvolvimento Sustentável do Centro-Oeste – SUDECO estabelece sua composição, natureza jurídica, objetivos, área de competência e instrumentos de ação.”, seja ouvida a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática– CCT, por estar no âmbito da sua competência.....	243
Congratulação ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB e seu êxito nas eleições Municipais de 2008.....	90	Requerimento n° 1.245, de 2008, que requer, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei do Senado n° 337, de 2008 que, “Altera o art. 7° da Lei n° 7.802, de 11 de julho de 1989, para instituir a rastreabilidade de agrotóxicos”, seja ouvida a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática por estar no âmbito da sua competência.....	450
Apuração da crise econômica mundial na economia do Brasil.....	90		
Promoção de diversas atividades voltadas para os idosos em Porto Velho-RO, e destaque à II Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa, nos dias 25 e 26 de outubro de 2008.....	94		
Homenagem pelo transcurso da Semana Nacional do Idoso.....	94		
Discordância da Medida Provisória do Governo, que restringe o plantio de cana-de-açúcar nas áreas desmatadas da Amazônia. Aparte ao Senador João Pedro.....	142		
Apelo por urgência na votação do Projeto de Lei da Câmara n° 128, de 2008, de autoria do Deputado Mendes Thame, que altera o Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte...	144		